|  |  |
| --- | --- |
|  | ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO |
| Caderno 1 | AGU  LEGISLAÇÃO  – Consolidada –  Maria Jovita Wolney Valente  Atualizado até 19 de abril de 2021 |
| 2021 |  |

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

LEGISLAÇÃO

– Consolidada –

Caderno 1

#### Maria Jovita Wolney Valente

ATUALIZADO ATÉ 19 DE ABRIL DE 2021

2021

V154 Valente, Maria Jovita Wolney.

AGU Legislação; Caderno 1 / compilação de Maria Jovita Wolney Valente.

− Brasília: AGU, 2021.

558p.

I. Título. II. Advocacia-Geral da União – legislação.

CDD – 341.413

CDU - 35

#### Acolho a proposta.

À Diretoria-Geral de Administração, para providenciar a reprodução e distribuição a todos os órgãos e membros da AGU e da Procuradoria-Geral Federal.

Brasília, julho de 2002.

José Bonifácio Borges de Andrada

Advogado-Geral da União

Senhor Advogado-Geral da União,

Doutor **José Bonifácio Borges de Andrada:**

Há muito desejava organizar, em publicação única e com notas remissivas, a legislação regedora das atividades institucionais da AGU, bem assim reunir as normas que, editadas pelo Advogado-Geral da União, são igualmente de observância obrigatória nesta Casa.

A circunstância de o arcabouço normativo da Instituição estar ainda em fase de construção e ajustamento levou-me a sucessivos adiamentos do projeto.

Agora, entretanto, pareceu-me inadiável a sua realização, pelo relevante motivo de terem passado a integrar a AGU novos, e muitos, Advogados da União e Procuradores Federais, que ainda não conhecem grande parte da legislação, e dos outros atos normativos, a serem observados no exercício de suas atribuições.

O projeto consistiria em se editarem cadernos, para possibilitar eventual substituição de folhas, o primeiro trazendo a legislação da AGU e o segundo abrangendo as normas editadas pelo Advogado-Geral da União, neste se incluindo as ementas dos pareceres aprovados pelo Senhor Presidente da República.

O caderno relativo à legislação, que ora lhe submeto, poderia, desde já, ser reproduzido e distribuído, conquanto no momento ainda não contenha as desejadas notas remissivas. Registro, no particular, que os ajustes vistos inadiáveis e não dependentes de lei complementar já constam do presente trabalho.

O segundo caderno, que conterá as normas editadas pelo Advogado-Geral da União, já se encontra em adiantada fase de elaboração.

Caso aprovada por Vossa Excelência a presente proposta, a Diretoria-Geral de Administração poderia, desde logo, providenciar a reprodução e distribuição do primeiro caderno contendo a legislação da AGU.

Brasília, julho de 2002.

**Maria Jovita Wolney Valente**

Secretária-Geral de Consultoria

**RELAÇÃO CRONOLÓGICA POR TIPO DE NORMA**

1. Constituição de 5 de outubro de 1988 (dispositivos)
2. Emenda Constitucional n° 19, de 4 de junho de 1998
3. Emenda Constitucional n° 20, de 15 de dezembro de 1998
4. Emenda Constitucional n° 41, de 19 de dezembro de 2003
5. Emenda Constitucional n° 45, de 8 de dezembro de 2004
6. Emenda Constitucional n° 47, de 5 de julho de 2005

Leis / Medidas Provisórias / Decretos

1. Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro)
2. Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993
3. Lei Complementar no 95, de 26 de fevereiro de 1998
4. Lei Complementar nº 152, de 3 de dezembro de 2015
5. Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990
6. Lei no 8.682, de 14 de julho de 1993
7. Lei no 9.028, de 12 de abril de 1995
8. Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995
9. Lei no 9.366, de 16 de dezembro de 1996
10. Lei no 9.469, de 10 de julho de 1997
11. Lei n° 9. 527, de 10 de dezembro de 1997
12. Lei no 9.704, de 17 de novembro de 1998
13. Lei n° 9.717, de 27 de novembro de 1998
14. Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999
15. Lei no 10.259, de 12 de julho de 2001
16. Lei no 10.480, de 2 de julho de 2002
17. Lei n° 10.549, de 13 de novembro de 2002
18. Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004
19. Lei n° 10.907, de 15 de julho de 2004
20. Lei n° 10.909, de 15 de julho de 2004
21. Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006
22. Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007
23. Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008
24. Lei nº 12.671, de 19 de junho de 2012
25. Lei nº 12.775, de 28 de dezembro de 2012
26. Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015
27. Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016
28. Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020
29. Medida Provisória no 2.180-35, de 24 de agosto de 2001
30. Medida Provisória no 2.225-45, de 4 de setembro de 2001
31. Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001
32. Medida Provisória nº 1.042, de 14 de abril de 2021
33. Decreto no 767, de 5 de março de 1993
34. Decreto no 1.016, de 22 de dezembro de 1993
35. Decreto no 1.293, de 24 de outubro de 1994
36. Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995
37. Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995
38. Decreto nº 2.066, de 12 de novembro de 1996
39. Decreto no 2.346, de 10 de outubro de 1997
40. Decreto no 2.752, de 26 de agosto de 1998
41. Decreto no 2.839, de 6 de novembro de 1998
42. Decreto no 3.035, de 27 de abril de 1999
43. Decreto no 3.151, de 23 de agosto de 1999
44. Decreto no 3.644, de 30 de outubro de 2000
45. Decreto no 3.781, de 2 de abril de 2001
46. Decreto nº 4.187, de 8 de abril de 2002
47. Decreto no 4.250, de 27 de maio de 2002
48. Decreto no 4.285 de 26 de junho de 2002
49. Decreto no 4.294 de 3 de julho de 2002
50. Decreto nº 4.334, de 12 de agosto de 2002
51. Decreto n° 4.341, de 22 de agosto de 2002
52. Decreto nº 4.978, de 3 de fevereiro de 2004
53. Decreto nº 5.375 de 17 de fevereiro de 2005
54. Decreto nº 5.421, de 13 de abril de 2005
55. Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005
56. Decreto nº 5.497, de 21 de julho de 2005
57. Decreto nº 5.989, de 19 de dezembro de 2006
58. Decreto nº 5.992 de 19 de dezembro de 2006
59. Decreto nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007
60. Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007
61. Decreto nº 6.114, de 15 de maio de 2007
62. Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008
63. Decreto nº 6.690, de 11 de dezembro de 2008
64. Decreto nº 6.856, de 25 de maio de 2009
65. Decreto nº 7.003, de 9 de novembro de 2009
66. Decreto nº 7.153, de 9 de abril de 2010
67. Decreto nº 7.598 de 7 de novembro de 2011
68. Decreto nº 7.737 de 25 de maio de 2012
69. Decreto nº 7.862, de 8 de dezembro de 2012
70. Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017
71. Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017
72. Decreto nº 9.660, de 1º de janeiro de 2019
73. Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019
74. Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019
75. Decreto nº 9.830, de 10 de junho de 2019
76. Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019
77. Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019
78. Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019
79. Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019
80. Decreto nº 10.201, de 15 de janeiro de 2020
81. Decreto nº 10.382, de 28 de maio de 2020
82. **Decreto nº 10.571, de 9 de dezembro de 2020**
83. **Decreto nº 10.608, de 25 de janeiro de 2021**
84. **Decreto nº 10.609, de 26 janeiro de 2021**
85. Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME nº 21, de 1º de fevereiro de 2021
86. Portaria IN/SG/PR nº 9, de 4 de fevereiro de 2021
87. Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 34, de 24 de março de 2021

ÍNDICE COM EMENTAS POR TIPO DE NORMA

**Histórico e evolução da AGU**  15

**Constituição de 5 de outubro de 1988** (DISPOSITIVOS) 47

**Emenda Constitucional n° 19, de 4 de junho de 1998:** 59

*– Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências.*

**Emenda Constitucional n° 20, de 15 de dezembro de 1998:** 61

*– Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.*

**Emenda Constitucional n° 41, de 19 de dezembro de 2003:** 63

*– Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências.*

**Emenda Constitucional n° 45, de 8 de dezembro de 2004:** 66

*− Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103-B, 111-A e 130-A, e dá outras providências.*

**Emenda Constitucional n° 47, de 5 de julho de 2005:** 73

*− Altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências.*

**Leis e Decretos 75**

**Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942: 77**

*– Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro*. **(Redação dada pela Lei nº 12.376, de 2010)**

**Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993:**  81

*− Institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e dá outras providências.*

**Lei no 8.682, de 14 de julho de 1993:** 92

*− Dispõe sobre a remuneração de cargos de provimento em comissão da Advocacia-Geral da União, revigora a Lei no 8.200, de 28 de junho de 1991, oferecendo nova redação ao inciso I, do seu art. 3o, e dá outras providências.*

**Lei no 9.028, de 12 de abril de 1995:** 94

*− Dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências.*

**Lei no 9.366, de 16 de dezembro de 1996:** 104

*– Dispõe sobre os quadros de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS da Advocacia-Geral da União, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

**Lei no 9.469, de 10 de julho de 1997:** 108

*− Regulamenta o disposto no inciso VI do art. 4o da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993; dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, entes da administração indireta; regula os pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária; revoga a Lei no 8.197, de 27 de junho de 1991, e a Lei no 9.081, de 19 de julho de 1995, e dá outras providências.*

**Lei no 9.704, de 17 de novembro de 1998:** 113

*− Institui normas relativas ao exercício, pelo Advogado-Geral da União, de orientação normativa e de supervisão técnica sobre os órgãos jurídicos das autarquias federais e das fundações instituídas e mantidas pela União.*

**Lei no 10.259, de 12 de julho de 2001:** 115

*−Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal*

**Lei no 10.480, de 2 de julho de 2002:** 118

*− Dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União, a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo na AGU - GDAA, cria a Procuradoria-Geral Federal, e dá outras providências.*

**Lei n° 10.549, de 13 de novembro de 2002::** 133

*– Dispõe sobre a remuneração dos cargos da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional, e dá outras providências.*

**Lei n° 10.907, de 15 de julho de 2004:** 136

*– Institui a Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo da Advocacia-Geral da União - GEATA, altera a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e dá outras providências.*

**Lei n° 10.909, de 15 de julho de 2004:** 138

*– Dispõe sobre a reestruturação das Carreiras de Procurador da Fazenda Nacional, de Advogado da União, de Procurador Federal, de Procurador do Banco Central do Brasil e de Defensor*

**Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006:** 140

−*Dispõe sobre a remuneração dos cargos das Carreiras de Procurador da Fazenda Nacional, Advogado da União, Procurador Federal e Defensor Público da União de que tratam a Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001 e a Lei no 10.549, de 13 de novembro de 2002, da Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil, de que trata a Lei no 9.650 de 27 de maio de 1998, da Carreira Policial Federal, de que trata a Lei no 9.266, de 15 de março de 1996, e a reestruturação dos cargos da Carreira de Policial Rodoviário Federal, de que trata a Lei no 9.654, de 2 de junho de 1998, e dá outras providências.*

**Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007** 146

*− Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; revoga dispositivos das Leis nºs 10.470, de 25 de junho de 2002, 10.667, de 14 de maio de 2003, 9.650, de 27 de maio de 1998, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 8.216, de 13 de agosto de 1991, 8.168, de 16 de janeiro de 1991, 10.609, de 20 de dezembro de 2002, 9.030, de 13 de abril de 1995, 10.233, de 5 de junho de 2001, 9.986, de 18 de julho de 2000, 10.869, de 13 de maio de 2004, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 10.871, de 20 de maio de 2004, e da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e dá outras providências.*

**Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008:** 155

*– Dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata a Lei no 10.910, de 15 de julho de 2004, das Carreiras da Área Jurídica, de que trata a Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras de Gestão Governamental, de que trata a Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; das Carreiras do Banco Central do Brasil - BACEN, de que trata a Lei no 9.650, de 27 de maio de 1998; e da Carreira de Diplomata, de que trata a Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006; cria o Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP, o Plano de Carreiras e Cargos da CVM e o Plano de Carreiras e Cargos do IPEA; dispõe sobre a remuneração dos titulares dos cargos de Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, de que trata a Lei no 9.625, de 7 de abril de 1998, e dos integrantes da Carreira Policial Civil dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima de que trata a Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, sobre a criação de cargos de Defensor Público da União e a criação de cargos de Analista de Planejamento e Orçamento, e sobre o Sistema de Desenvolvimento na Carreira - SIDEC; altera as Leis nos 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.358, de 19 de outubro de 2006, e 9.650, de 27 de maio de 1998, 11.457, de 16 de março de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, das Leis nos 9.650, de 27 de maio de 1998, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.094, de 13 de janeiro de 2005, 11.344, de 8 de setembro de 2006, e 11.356, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências.*

**Lei nº 12.671, de 19 de junho de 2012:** 208

*– Cria cargos de Advogado da União.*

**Lei nº 12.775, de 28 de dezembro de 2012:** 209

*– Dispõe sobre a remuneração dos cargos das Carreiras de Oficial de Chancelaria e Assistente de Chancelaria, de que trata a Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006, da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, de que trata a Lei no 10.883, de 16 de junho de 2004, das Carreiras de Procurador da Fazenda Nacional, Advogado da União, Procurador Federal, Defensor Público da União e da Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil, de que trata a Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras de Gestão Governamental, Diplomata, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea, de que trata a Lei no 11.890, de 24 de dezembro de 2008, das Carreiras de Oficial de Inteligência, Oficial Técnico de Inteligência, Agente de Inteligência e Agente Técnico de Inteligência, de que trata a Lei no 11.776, de 17 de setembro de 2008, dos cargos de Delegado de Polícia Federal e de Perito Criminal Federal da Carreira Policial Federal, da Carreira de Policial Rodoviário Federal; altera as Leis no 11.890, de 24 de dezembro de 2008, 11.776, de 17 de setembro de 2008, 9.654, de 2 de junho de 1998, 11.358, de 19 de outubro de 2006, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; revoga dispositivos das Leis nos 10.883, de 16 de junho de 2004, e 11.784, de 22 de setembro de 2008; e dá outras providências*

**Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015:** 221

*– Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a auto composição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.*

**Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016:** 227

*– Altera a remuneração de servidores públicos; estabelece opção por novas regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões; altera os requisitos de acesso a cargos públicos; reestrutura cargos e carreiras; dispõe sobre honorários advocatícios de sucumbência das causas em que forem parte a União, suas autarquias e fundações; e dá outras providências.*

**Lei nº 13.988, de 14 de abril de 2020:** 274

*̶ Dispõe sobre a transação nas hipóteses que especifica; e altera as Leis nos 13.464, de 10 de julho de 2017, e 10.522, de 19 de julho de 2002.*

**Medida Provisória no 2.180-35, de 24 de agosto de 2001:** 279

*− Acresce e altera dispositivos das Leis nos 8.437, de 30 de junho de 1992, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.494, de 10 de setembro de 1997, 7.347, de 24 de julho de 1985, 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.704, de 17 de novembro de 1998, do Decreto-lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, das Leis nos 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e 4.348, de 26 de junho de 1964, e dá outras providências.*

**Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001:** 287

*− Dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.*

**Medida Provisória nº 1.042, de 14 de abril de 2021:** 309

*− Simplifica a gestão de cargos em comissão e de funções de confiança, autoriza o Poder Executivo federal a transformar, sem aumento de despesa, cargos em comissão, funções de confiança e gratificações, prevê os Cargos Comissionados Executivos - CCE e as Funções Comissionadas Executivas - FCE e altera a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, para dispor sobre secretaria.*

**Decreto no 767, de 5 de março de 1993:** 313

*− Dispõe sobre as atividades de controle interno da Advocacia-Geral da União, e dá outras providências.*

**Decreto no 1.016, de 22 de dezembro de 1993:** 314

*− Fixa critérios para atribuição da Gratificação Temporária de que trata a Medida Provisória no 377, de 26 de novembro de 1993.*

**Decreto no 1.293, de 24 de outubro de 1994:** 315

*– Dispõe sobre a transferência para a Sucessora União dos processos judiciais de interesse do extinto INAMPS, e dá outras providências.*

**Decreto no 2.346, de 10 de outubro de 1997:** 316

*− Consolida normas de procedimentos a serem observadas pela Administração Pública Federal em razão de decisões judiciais, regulamenta os dispositivos legais que menciona, e dá outras providências.*

**Decreto no 2.752, de 26 de agosto de 1998:** 321

*− Estabelece condições para prestação de assistência judicial aos servidores integrantes da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional e aos titulares de cargos de Direção e Assessoramento Superiores, em ações decorrentes do exercício de cargo na Secretaria da Receita Federal.*

**Decreto no 2.839, de 6 de novembro de 1998:** 322

*− Dispõe sobre o cadastramento, controle e acompanhamento integrado das ações judiciais e o cumprimento das respectivas decisões pelos órgãos da Advocacia-Geral da União, procuradorias e departamentos jurídicos das autarquias e das fundações públicas e órgãos do SIPEC.*

**Decreto no 3.035, de 27 de abril de 1999:** 325

*– Delega competência para a prática dos atos que menciona, e dá outras providências.*

**Decreto no 4.250, de 27 de maio de 2002:** 326

*− Regulamenta a representação judicial da União, autarquias, fundações e empresas públicas federais perante os Juizados Especiais Federais, instituídos pela Lei no 10.259, de 12 de julho de 2001.*

**Decreto no 4.285 de 26 de junho de 2002:** 328

*− Dispõe sobre o remanejamento de cargos vagos da Carreira de Procurador Federal.*

**Decreto no 4.294 de 3 de julho de 2002:** 330

*−Dispõe sobre a extinção de atividades desenvolvidas na Imprensa Nacional, disciplina a destinação dos bens utilizados nessas atividades, e dá outras providências.*

**Decreto n° 4.341, de 22 de agosto de 2002:** 331

*– Institui a carteira de identidade funcional dos membros das carreiras de Advogado da União e Procurador Federal e dá outras providências.*

**Decreto nº 5.421, de 13 de abril de 2005:** 332

*− Institui a carteira de identidade funcional dos membros da Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil.*

**Decreto nº 5.989, de 19 de dezembro de 2006:** 333

−*Dispõe sobre o remanejamento de Funções Comissionadas Técnicas – FCT para a Advocacia-Geral da União - AGU*.

**Decreto nº 6.018, de 22 de janeiro de 2007:** 334

*− Regulamenta a Medida Provisória no 353, de 22 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o término do processo de liquidação e a extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, altera dispositivos da Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências.*

**Decreto nº 7.153, de 9 de abril de 2010**: 340

*– Dispõe sobre a representação e a defesa extrajudicial dos órgãos e entidades da administração federal junto ao Tribunal de Contas da União, por intermédio da Advocacia-Geral da União.*

**Decreto nº 7.598 de 7 de novembro de 2011**: 341

*– Delega ao Advogado-Geral da União competência para autorizar a contratação de advogados e especialistas visando à defesa judicial e extrajudicial de interesse da União no exterior, nos termos da Lei nº 8.897, de 27 de junho de 1994.*

**Decreto nº 7.737 de 25 de maio de 2012**: 342

*– Dispõe sobre a apuração de antiguidade nas carreiras de Advogado da União, de Procurador da Fazenda Nacional, de Procurador Federal e de Procurador do Banco Central.*

**Decreto nº 9.830, de 10 de junho de 2019:** 343

*– Regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que institui a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro.*

**Decreto nº 10.201, de 15 de janeiro de 2020:** 348

*– Regulamenta o § 4º do art. 1º e o art. 2º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, para fixar os valores de alçada para a autorização de acordos ou transações celebradas por pessoa jurídica de direito público federal e por empresas públicas federais, para prevenir ou terminar litígios, inclusive os judiciais.*

**Decreto nº 10.608, de 25 de janeiro de 2021:** 350

*– Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Advocacia-Geral da União, aprova o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Procuradoria-Geral Federal, remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.*

**OUTRAS NORMAS DE CONSULTA FREQUENTE OU DE INTERESSE ADMINISTRATIVO 373**

**Lei Complementar no 95, de 26 de fevereiro de 1998:**  375

−*Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.*

**Lei Complementar nº 152, de 3 de dezembro de 2015:** 379

*– Dispõe sobre a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1~~º~~ do art. 40 da Constituição Federal.*

**Lei n° 8.112, de 11 de dezembro de 1990:** 380

*– Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.*

**Lei nº 9.051, de 18 de maio de 1995:** 412

*− Dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações.*

**Lei n° 9. 527, de 10 de dezembro de 1997:** 413

*– Altera dispositivos das Leis nos 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências.*

**Lei n° 9.717, de 27 de novembro de 1998:** 416

*– Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.*

**Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999:** 419

*– Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.*

**Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004:** 426

*−Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nos 9.717, de 27 de novembro de 1998, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências.*

**Medida Provisória no 2.225-45, de 4 de setembro de 2001:** 432

*− Altera as Leis nos 6.368, de 21 de outubro de 1976, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.525, de 3 de dezembro de 1997, e dá outras providências***.**

**Decreto nº 1.387, de 7 de fevereiro de 1995:** 434

*– Dispõe sobre o afastamento do País de servidores civis da Administração Pública Federal, e dá outras providências*

**Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995:** 435

*− Dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais, e dá outras providências.*

**Decreto nº 2.066, de 12 de novembro de 1996:** 437

*− Regulamento o art. 92, da lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a licença para Desempenho de Mandato Classista*

**Decreto no 3.151, de 23 de agosto de 1999**: 438

*− Disciplina a prática dos atos de extinção e de declaração de desnecessidade de cargos públicos, bem assim a dos atos de colocação em disponibilidade remunerada e de aproveitamento de servidores públicos em decorrência da extinção ou da reorganização de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.*

**Decreto no 3.644, de 30 de outubro de 2000**: 440

*− Regulamenta o instituto da reversão de que trata o art. 25 da Lei n~~º~~ 8.112, de 11 de dezembro de 1990.*

**Decreto no 3.781, de 2 de abril de 2001**: 441

*− Dispõe sobre a remessa, à Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, dos processos administrativos disciplinares que especifica.*

**Decreto nº 4.187, de 8 de abril de 2002**: 442

*− Regulamenta os arts. 6o e 7o da Medida Provisória no 2.225-45, de 4 de setembro de 2001, que dispõem sobre o impedimento de autoridades exercerem atividades ou prestarem serviços após a exoneração do cargo que ocupavam e sobre a remuneração compensatória a elas devida pela União, e dá outras providências*

**Decreto nº 4.334, de 12 de agosto de 2002**: 444

*– Dispõe sobre as audiências concedidas a particulares por agentes públicos em exercício na Administração Pública Federal direta, nas autarquias e fundações públicas federais.*

**Decreto nº 4.978, de 3 de fevereiro de 2004**: 445

*– Regulamenta o art. 230 da Lei nº 8.112, de11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a assistência à saúde do servidor, e dá outras providências.*

**Decreto nº 5.375 de 17 de fevereiro de 2005**: 446

*– Dispõe sobre a aplicação do § 7~~º~~ do art. 93 da Lei n~~º~~ 8.112, de 11 de dezembro de l990, para compor força de trabalho no âmbito dos projetos que especifica, e dá outras providências.*

**Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005**: 447

**−***Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Federal, o art. 13 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992, institui a sindicância patrimonial e dá outras providências.*

**Decreto nº 5.497, de 21 de julho de 2005**: 449

*− Dispõe sobre o provimento de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 1 a 4, por servidores de carreira, no âmbito da administração pública federal.*

**Decreto nº 5.992 de 19 de dezembro de 2006**: 450

*− Dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.*

**Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007**: 454

*− Institui Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.*

**Decreto nº 6.114, de 15 de maio de 2007**: 458

*− Regulamenta o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso de que trata o art. 76-A da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.*

**Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008**: 461

*– Regulamenta o art. 11 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto à isenção de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos realizados no âmbito do Poder Executivo federal.*

**Decreto nº 6.690, de 11 de dezembro de 2008**: 463

*– Institui o Programa de Prorrogação da Licença à Gestante e à Adotante, estabelece os critérios de adesão ao Programa e dá outras providências.*

**Decreto nº 6.856, de 25 de maio de 2009**: 463

*− Regulamenta o art. 206-A da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990 – Regime Jurídico Único, dispondo sobre os exames médicos periódicos de servidores.*

**Decreto nº 7.003, de 9 de novembro de 2009**: 465

*− Regulamenta a licença para tratamento de saúde, de que tratam os arts. 202 a 205 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e dá outras providências.*

**Decreto nº 7.862, de 8 de dezembro de 2012**: 467

*– Delega competência aos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Defesa para disciplinar o recadastramento dos aposentados e dos pensionistas da União que recebem recursos à conta do Tesouro Nacional constantes do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, dos militares inativos e pensionistas das Forças Armadas, e dos anistiados políticos, civis e militares, e seus dependentes, de que trata a Lei no 10.559, de 13 de novembro de 2002.*

**Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017**: 468

*– Dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte*

**Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017**: 472

*– Estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da Repúb67lica pelos Ministros de Estado.*

**Decreto nº 9.660, de 1º de janeiro de 2019**: 486

*– Dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta.*

**Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019: 491**

*– Estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG.*

**Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019**: 501

*− Dispõe sobre os atos de nomeação e de designação para cargos em comissão e funções de confiança de competência originária do Presidente da República e institui o Sistema Integrado de Nomeações e Consultas - Sinc no âmbito da administração pública federal*

**Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019**: 509

*– Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento.*

**Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019**: 516

*– Dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados.*

**Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019**: 523

*– Dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto.*

**Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019**:. 527

*– Estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens no âmbito do Poder Executivo federal.*

**Decreto nº 10.382, de 28 de maio de 2020**: 529

*̶ Institui o Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, altera o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, que estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal, e remaneja, em caráter temporário, Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE para o Ministério da Economia.*

**Decreto nº 10.571, de 9 de dezembro de 2020: 532**

*− Dispõe sobre a apresentação e a análise das declarações de bens e de situações que possam gerar conflito de interesses por agentes públicos civis da administração pública federal.*

**Decreto nº 10.609, de 26 de janeiro de 2021** 535

*− Institui a Política Nacional de Modernização do Estado e o Fórum Nacional de Modernização do Estado.*

**Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME nº 21, de 1º de fevereiro de 2021** 538

*− Estabelece orientações aos órgãos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto aos prazos, condições, critérios e procedimentos para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP de que trata o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019.*

**Portaria IN/SG/PR nº 9, de 4 de fevereiro de 2021** 548

*− Dispõe sobre publicação de atos no Diário Oficial da União.*

**Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 34, de 24 de março de 2021** 554

− *Estabelece orientações aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec quanto aos procedimentos a serem observados para a concessão de licenças para acompanhamento de cônjuge ou companheiro, para atividade política e para tratar de interesses particulares, de que trata a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.*

BREVE HISTÓRICO E EVOLUÇÃO DA AGU

O detalhamentoatualizado das estruturas dos órgãos da AGU e as normas a propósito editadas e referidas neste histórico devem ser conferidos no SITE da AGU e com o decreto nº 10.608, de 25 janeiro de 2021.

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

BREVE HISTÓRICO E EVOLUÇÃO[[1]](#footnote-2)

A

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO É A INSTITUIÇÃO QUE, DIRETAMENTE OU ATRAVÉS DE ÓRGÃO VINCULADO, REPRESENTA A UNIÃO, JUDICIAL E EXTRAJUDICIALMENTE, CABENDO-LHE, NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR QUE DISPUSER SOBRE SUA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO, AS ATIVIDADES DE CONSULTORIA E ASSESSORAMENTO JURÍDICO DO PODER EXECUTIVO. (CF, art. 131.)

ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Antes da promulgação da Constituição da República de 5 de outubro de 1988 a **representação judicial** da União (Administração direta) estava a cargo do **Ministério Público da União** e as atividades de **consultoria e assessoramento** jurídicos do Poder Executivo estavam confiadas à Advocacia Consultiva da União,[[2]](#footnote-3)que tinha como instância máxima a **Consultoria-Geral da República**[[3]](#footnote-4) e era composta pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (no Ministério da Fazenda), pelas Consultorias Jurídicas (nos demais Ministérios, Estado-Maior das Forças Armadas e Secretarias da Presidência da República), pelos órgãos jurídicos dos Gabinetes Militar e Civil da Presidência da República, pelas Procuradorias-Gerais e departamentos jurídicos das autarquias e das fundações federais, e pelos órgãos jurídicos das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades controladas, direta ou indiretamente, pela União. Exercia parcialmente a representação **extrajudicial** da União a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, como órgão do Ministério da Fazenda. A representação judicial da União esteve afeta ao Ministério Público da União até o advento da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, com exceção daquela referente às causas de natureza fiscal que passaram à antiga Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional desde a promulgação da Carta Política, por força do art. 29, § 5°, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

A AGU NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

**2.** A Constituição de 1988, no seu Título IV, dispôs sobre a **ORGANIZAÇÃO DOS PODERES** e, sob esse Título, destinou o Capítulo I ao **PODER LEGISLATIVO**, o Capítulo II ao **PODER EXECUTIVO**, o Capítulo III ao **PODER JUDICIÁRIO** e o Capítulo IV às **FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA**, inserindo neste último Capítulo o **Ministério Público**, na Seção I, e a **Advocacia Pública**, na qual se inclui a **Advocacia-Geral de União**, na Seção II. Teve o Constituinte o cuidado de situar a Advocacia-Geral da União fora dos três Poderes da República, não para que formasse um “quarto poder”, mas para que pudesse atender, com independência, aos três Poderes, tendo presente que a representação judicial da União −**função essencial à Justiça**−, confiada à nova Instituição, envolveria os três Poderes da República. Também deixou claro que a Advocacia-Geral da União ficaria responsável pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos apenas do Poder Executivo. Portanto, o laço mais forte a unir a Advocacia-Geral da União ao Poder Executivo decorre desses serviços que lhe presta, com exclusividade.

**3.** A **Advocacia-Geral da União** nasceu da necessidade de organizar em Instituição única a **representação judicial** e **extrajudicial** da União e as atividades de **consultoria e assessoramento** jurídicos do Poder Executivo, propiciando ao Ministério Público o pleno exercício de sua função essencial de “defesa da ordem jurídica −**essencial à Justiça**−, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis”, desvencilhando-o da representação judicial da União, por vezes incompatível com os seus outros misteres.

A ESTRUTURA DA AGU EM SUA LEI ORGÂNICA

**4.** Consoante preconizado no art. 131 da Constituição de 1988, veio a dispor sobre a **organização** e **funcionamento** da nova Instituição a **Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993**, que instituiu a **“Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União”** e cuidou de forma mais pormenorizada do braço contencioso da Instituição, de sua representação judicial, uma vez que já existia, em organização sistêmica, a Advocacia Consultiva da União, a qual tinha na Consultoria-Geral da República sua instância mais elevada, responsável pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos do Poder Executivo.

**5.** Os Órgãos da Advocacia-Geral da União – **AGU**, segundo a Lei Orgânica da Instituição, foram classificados como:

–**órgãos de direção superior**: Advogado-Geral da União,[[4]](#footnote-5) Procuradoria-Geral da União,[[5]](#footnote-6) Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional,[[6]](#footnote-7)Consultoria-Geral da União,[[7]](#footnote-8) Conselho Superior da Advocacia-Geral da União[[8]](#footnote-9)e Corregedoria-Geral da Advocacia da União;[[9]](#footnote-10)

–**órgãos de execução**: Procuradorias Regionais da União, Procuradorias Regionais da Fazenda Nacional,[[10]](#footnote-11) Procuradorias da União nos Estados e no Distrito Federal, Procuradorias da Fazenda Nacional nos Estados e no Distrito Federal,[[11]](#footnote-12) Procuradorias Seccionais da União, Procuradorias Seccionais da Fazenda Nacional,[[12]](#footnote-13) Consultoria da União[[13]](#footnote-14) e Consultorias Jurídicas[[14]](#footnote-15) nos Ministérios;

–**órgãos vinculados**: Procuradorias e Departamentos jurídicos de autarquias e fundações públicas federais.[[15]](#footnote-16)

Além dos órgãos que dizem respeito às atividades finalísticas da AGU, a sua Lei Orgânica previu ainda os seguintes **órgãos de administração**:

– Gabinete do Advogado-Geral da União, Diretoria-Geral de Administração, Centro de Estudos[[16]](#footnote-17)e Secretaria de Controle Interno.[[17]](#footnote-18)

**6.** Até o início do ano **2000** a Advocacia-Geral da União funcionou com essa estrutura.

**7.** Os Órgãos responsáveis pela **representação judicial** da União, precisamente aqueles do Gabinete do Advogado-Geral da União e os integrantes da Procuradoria-Geral da União[[18]](#footnote-19) (Órgão central, Procuradorias Regionais, Procuradorias nos Estados, Procuradorias Seccionais) em todo o território nacional, a Corregedoria-Geral da AGU, o Gabinete do Advogado-Geral da União, o Centro de Estudos *Victor Nunes Leal* e a Diretoria-Geral de Administração da AGU foram **implantados** com **servidores requisitados ou cedidos** de ministérios, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, de outros Poderes da República, de Estados, Distrito Federal e Municípios. O minguado quadro de pessoal que a AGU recebeu da extinta Consultoria-Geral da República se resumia a dezesseis servidores efetivos.

**8.** Desde o início de suas atividades – fevereiro de 1993 – até o início do ano 2000 a representação judicial da União, a cargo da AGU, era exercida pelos titulares dos cargos em comissão de órgãos de direção e de execução e por Procuradores da Fazenda Nacional, Assistentes Jurídicos e cerca de trinta Advogados da União (oriundos do primeiro concurso público realizado para essa Carreira) todos eles auxiliados por Procuradores de autarquias e fundações e outros bacharéis em Direito, detentores de cargos em comissão na AGU.

**9.** No início do ano 2000 ingressaram nos quadros da AGU, mediante concurso público – o segundo –, cerca de trezentos Advogados da União e, em seguida, outro tanto de Assistentes Jurídicos provenientes do primeiro concurso público realizado para essa Carreira.[[19]](#footnote-20) Também foram realizados dois concursos para cargos de Procurador da Fazenda Nacional até 2002.

CORREIÇÕES DA AGU – MEDIDAS ADOTADAS – ÓRGÃOS NOVOS

**10.** As correições realizadas pela Corregedoria-Geral da AGU em Órgãos jurídicos de autarquias e fundações federais vinham indicando a necessidade de mudança na representação judicial de grande parte dessas entidades, principalmente aquelas de âmbito local e de pequeno porte, como era o caso de escolas técnicas, agrotécnicas centros federais de educação tecnológica, além de outras. Essas entidades, sendo de âmbito local, muitas localizadas em pequenos municípios, não dispunham de meios para acompanhar até as últimas instâncias, as ações judiciais de seu interesse, ficando praticamente indefesas. As correições identificaram também deficiência na representação judicial de algumas autarquias e fundações de grande porte, pela falta de recursos humanos em quantidade e qualidade desejadas.

**11.** Ante esse quadro, com base no art. 131 da Constituição, do qual consta que a “Advocacia-Geral da União é a Instituição que, **diretamente ou através de órgão vinculado**, representa a união, judicial e extrajudicialmente”, considerando que a representação judicial daquelas entidades, descentralizadas da União, poderia ser feita diretamente pela Instituição, e havendo a AGU recebido expressivo número de Advogados da União no início do ano 2000, foi possível à Instituição, ainda no primeiro semestre daquele ano, mediante ato legislativo,[[20]](#footnote-21)assumir a representação judicial de quase uma centena de autarquias e fundações, “até que lei dispusesse sobre a nova forma de representação judicial, direta e indireta, da União, consideradas as suas entidades autárquicas e fundacionais, bem como sobre a prestação de consultoria e assessoramento jurídicos a essas entidades.”

**12.** Os resultados positivos da assunção pela AGU da representação judicial das pequenas entidades e, mais expressivamente, de algumas autarquias e fundações federais de grande porte são notórios, mormente no que diz respeito à **redução** dos vultosos valores das condenações judiciais impostas aos cofres públicos. A representação judicial dessas entidades concentrada na AGU permitiu ainda conferir tratamento uniforme a matérias comuns à Administração direta e indireta (autarquias e fundações).

**13.** Os altíssimos valores das condenações judiciais sofridas pelo Tesouro determinaram se criasse, na Procuradoria-Geral da União, o **Departamento de Cálculos e Perícias**,[[21]](#footnote-22) setor especializado que vem auxiliando eficaz e decisivamente o segmento contencioso da Instituição, incluindo os das autarquias e fundações federais. São notáveis os resultados obtidos a partir do refazimento desses cálculos, reduzindo significativamente os valores efetivamente devidos pela União.

**14.** As correições empreendidas pela Corregedoria-Geral da AGU também identificaram irregularidades em órgãos jurídicos que conduziram à instauração de diversos processos administrativos disciplinares. A conclusão desses processos e julgamentos proferidos pelo Tribunal de Contas da União em matérias da alçada daquela Corte de Contas exigiu a criação, também na Procuradoria-Geral da União, da **Coordenadoria de Ações de Recomposição do Patrimônio da União**,[[22]](#footnote-23) órgão específico para recuperar perdas patrimoniais sofridas pela União e promover a execução de títulos judiciais e extrajudiciais, inclusive os expedidos pelo Tribunal de Contas da União.

MEDIDAS RACIONALIZADORAS – ESTRUTURAÇÃO DE ÓRGÃOS

**15.** Ao longo desses anos foi vista a necessidade de racionalizar serviços a cargo das Procuradorias Regionais da União[[23]](#footnote-24)e das Procuradorias da União[[24]](#footnote-25)situadas nas mesmas capitais. A racionalização reclamada, depois de autorizada em lei,[[25]](#footnote-26) conduziu à unificação, na Procuradoria Regional, das duas estruturas existentes, com absorção da Procuradoria da União pela respectiva Procuradoria Regional da União situada na mesma capital. Com a **unificação das procuradorias**, foram eliminadas unidades dúplices desnecessárias, passando os representantes judiciais da União a atuar na primeira e na segunda instâncias, otimizando os trabalhos.

**16.** Na esteira da racionalização, e também com autorização legislativa,[[26]](#footnote-27) foram desativadas procuradorias seccionais localizadas em cidades que apresentavam pequena movimentação processual de interesse da União, ficando os serviços concentrados na Seccional mais próxima ou na Procuradoria da União, eliminando-se gastos com a manutenção de estruturas, permitindo melhor utilização de recursos humanos, principalmente de representantes judiciais da União que, localizados naquelas Seccionais, cuidavam de pequeno número de processos judiciais. Pelos mesmos motivos também deixaram de ser instaladas outras Procuradorias Seccionais.

**17.** O Ato Regimental[[27]](#footnote-28) da estrutura básica da Procuradoria-Geral da União – PGU (com suas Procuradorias Regionais, da União e Seccionais) foi expedido em junho de 2002, e cuidou também do Gabinete do Procurador-Geral da União; e dos Departamentos Judicial Cível; Judicial Trabalhista; Judicial de Órgãos e Entidades Sucedidos pela União; Judicial Internacional e de Recomposição do Patrimônio da União; para Assuntos Especiais e Orientação Processual; de Cálculos e Perícias; além de Coordenações-Gerais. Contudo, a PGU ainda não teve integralmente implantada a sua estrutura pela falta dos cargos em comissão indispensáveis para tanto.

**18.** Enquanto se empreendiam as mudanças nas Procuradorias da União, igualmente se implantava no Gabinete do Advogado-Geral da União o **Núcleo**[[28]](#footnote-29)**de acompanhamento de feitos judiciais de interesse da União, e de suas autarquias e fundações, em tramitação perante o Supremo Tribunal Federa**l, cuja atuação concentrou-se especialmente no acompanhamento das causas de maior relevância e interesse público.

**19.** Todas as Procuradorias da AGU (Geral, Regionais, da União e Seccionais) passaram a contar com setor específico para o acompanhamento e controle especiais de feitos considerados relevantes, assim considerados pela possibilidade de acarretar expressivo dano ao erário, seja pelo seu valor individualizado, ou pela multiplicação de seus efeitos, ou ainda por envolver assuntos relacionados às políticas públicas de interesse social.

**20.** Revistas as estruturas do braço contencioso da Advocacia-Geral da União, voltaram-se as atenções para a remodelagem do seu braço consultivo, aquele advindo da antiga Advocacia Consultiva da União, como já visto.

**21.** A Lei Complementar n° 73, de 1993, que instituiu a “**Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União**”, criou a Consultoria-Geral da União como órgão de **direção superior** da Instituição, mas incumbiu-a apenas (embora principalmente) de **colaborar** com o Advogado-Geral da União em seu **assessoramento jurídico ao Presidente da República** produzindo pareceres, informações e demais trabalhos jurídicos que lhe sejam atribuídos pelo chefe da Instituição.[[29]](#footnote-30) Ficou a Consultoria-Geral da União isolada do restante do segmento consultivo da Instituição, notadamente das Consultorias Jurídicas que receberam tratamento em capítulo autônomo da Lei.

**22.** Para suprir a lacuna da Lei e tornar coerente a classificação do Órgão como de **direção superior**, o Advogado-Geral da União, expediu Ato Regimental[[30]](#footnote-31) dispondo sobre a competência, a estrutura e o funcionamento da **Consultoria-Geral da União**, bem como as atribuições de seu titular e demais dirigentes.[[31]](#footnote-32) A Consultoria-Geral da União, além da Consultoria da União (integrada pelos Consultores da União), passou a contar com um Gabinete e os Departamentos de Assuntos Extrajudiciais, de Orientação e Coordenação de Órgãos Jurídicos, de Acompanhamento de Feitos Estratégicos perante o Supremo Tribunal Federal,[[32]](#footnote-33) de Análise de Atos Normativos e de Informações Jurídico-Estratégicas e de Coordenações-Gerais, incumbindo-se de coordenar a atuação das **Consultorias Jurídicas** dos Ministérios e de coordenar e orientar a atuação dos Órgãos Jurídicos das autarquias e fundações públicas,[[33]](#footnote-34) com a participação da Consultoria Jurídica do Ministério a que estivessem subordinados. Registra-se que a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, Órgão de direção superior da AGU, submete-se às normas disciplinadoras das Consultorias Jurídicas no que concerne às atividades de consultoria e assessoramento jurídicos prestados ao Ministério da Fazenda. Também a Consultoria-Geral da União ainda não teve integralmente implantada a sua estrutura pela falta dos cargos em comissão indispensáveis para tanto.

**23.** As **Consultorias Jurídicas**, órgãos de execução da AGU, já se encontravam estruturadas nos respectivos ministérios e assim foram mantidas. Situação nova surgiu com a criação do Ministério da Defesa, em substituição aos três Ministérios Militares – Marinha, Exército e Aeronáutica – e ao Estado-Maior das Forças Armadas – EMFA, este absorvido pelo novo Ministério e aqueles transformados em Comandos Militares integrantes do Ministério da Defesa, fato que recomendou se criassem, na Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa, as Consultorias Jurídicas-Adjuntas dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. Até o momento, a Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa, e suas Consultorias-Adjuntas, foram as únicas a terem suas competências, estruturas e funcionamentos disciplinados em ato do Advogado-Geral da União.[[34]](#footnote-35)As demais Consultorias permanecem regidas por atos editados pelos respectivos Ministros de Estado, assim como a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

**24.** Outra medida, que contou com autorização legislativa,[[35]](#footnote-36) de fundamental importância para racionalizar as atividades de assessoramento jurídico, propiciando orientação uniforme para temas comuns de interesse de órgãos da Administração direta localizados fora do Distrito Federal foi a criação dos **Núcleos de Assessoramento Jurídico**[[36]](#footnote-37). Até setembro de 2002 foram instalados três desses **Núcleos** – em Goiânia, Fortaleza e Porto Alegre.[[37]](#footnote-38)

**25.** Os **Núcleos de Assessoramento Jurídico**, órgãos integrantes da Consultoria-Geral da União, representam mais uma medida de racionalização de serviços, de uniformidade de orientação jurídica e de economia, uma vez que evita a mantença de várias unidades com as mesmas finalidades em Órgãos dos Ministérios localizados fora do Distrito Federal.

ÓRGÃOS VINCULADOS – A PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

**26.** Estabelecidas as estruturas (embora não implantadas integralmente) dos Órgãos da Instituição responsáveis pela representação judicial da União e pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos do Poder Executivo, no que diz respeito à **Administração direta**, retoma a Instituição a questão relativa aos seus **Órgãos Vinculados**, responsáveis pela representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações federais, bem como pelas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos a essas entidades da **Administração indireta**.

**27.** Ao tempo em que a Advocacia-Geral da União assumia a representação judicial de quase uma centena de autarquias e fundações, conforme visto nos itens 10, 11 e 12, era criada a **Carreira de Procurador Federa**l,[[38]](#footnote-39) reunindo, sob denominação única, os profissionais do Direito responsáveis pelas atividades de representação judicial e extrajudicial e daquelas de consultoria e assessoramento jurídicos das autarquias e fundações federais, passo fundamental para a organização e racionalização da atuação dos integrantes da nova Carreira.

**28.** Na AGU, concomitantemente, era criada, via legislativa, a **Coordenadoria dos Órgãos Vinculados à AGU**,[[39]](#footnote-40) para auxiliar o Advogado-Geral no exercício de suas atribuições de orientação normativa e supervisão técnica dos **órgãos jurídicos das autarquias e fundações públicas**, os **Órgãos Vinculados**, assim denominados pela Lei Complementar n° 73, de 1993.[[40]](#footnote-41) Essa Coordenadoria teve o seu funcionamento disciplinado em ato[[41]](#footnote-42) do Advogado-Geral da União e representou passo decisivo na racionalização da distribuição dos Procuradores Federais e na detecção de problemas ocorrentes na Administração indireta (autarquias e fundações).

**29.** Da Coordenadoria dos Órgãos Vinculados evoluiu-se para a criação da **Procuradoria-Geral Federal**,[[42]](#footnote-43) como órgão autônomo vinculado à Advocacia-Geral da União e sob a sua supervisão direta, com o objetivo de reunir, sob **administração única**, as atividades de representação judicial e extrajudicial e aquelas de consultoria e assessoramento jurídicos da **Administração indireta** (autarquias e fundações federais), em tudo iguais àquelas exercidas pela AGU em relação à **Administração direta**.

**30.** A criação da **Procuradoria-Geral Federal** representa mais uma ação governamental em busca da racionalidade, economia e otimização das atividades constitucionais da Advocacia-Geral da União, retirando da **subordinação** dos dirigentes de autarquias e fundações decisões importantíssimas de representação judicial da União, bem como de consultoria e assessoramento jurídicos, atividades que devem ser orientadas pelo Advogado-Geral da União. A Constituição não distinguiu a Administração direta da indireta quanto à defesa do patrimônio público federal, apenas **admitiu** que a AGU pudesse fazer a representação judicial e extrajudicial através de órgãos a ela vinculados.[[43]](#footnote-44)

**31.** A única entidade autárquica federal cuja Procuradoria-Geral não foi absorvida pela Procuradoria-Geral Federal é o Banco Central do Brasil e, da mesma forma, os Procuradores do Banco Central também não integram a Carreira de Procurador Federal, embora constantemente reivindiquem essa integração.

INSTALAÇÃO DE ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS E DE APOIO DA AGU

**32.** Não era suficiente, contudo, imprimir mudanças e aperfeiçoamentos diretamente ligados às atividades finalísticas da Instituição. Para se alcançar a excelência no desempenho das atividades institucionais da Advocacia-Geral da União, era necessário dotar os seus membros dos meios necessários ao pleno cumprimento da missão constitucional da AGU.

**33.** Foi organizada, em ato do Advogado-Geral da União,[[44]](#footnote-45) a **Diretoria-Geral de Administração– DGA**, de modo a oferecer, aos órgãos voltados às atividades finalísticas e a seus servidores, o suporte e os serviços necessários ao bom desempenho de suas atribuições institucionais. Dispunha a DGA de unidades regionais descentralizadas para atender, por região, os órgãos finalísticos da Instituição. Cumpre destacar os avanços realizados para a completa informatização da Instituição. Em 2002 a **DGA** foi substituída pela **Secretaria-Geral**, com estrutura e quadro de cargos comissionados estabelecidos em decreto.[[45]](#footnote-46)

**34.** Era necessário também cuidar do permanente aprimoramento dos profissionais do Direito responsáveis pelas atividades jurídicas da Instituição. Para tanto foi implantado na AGU, ainda no ano de 2000, o **Centro de Estudos *Victor Nunes Leal***,[[46]](#footnote-47)órgão especialmente voltado à promoção, organização e coordenação das atividades destinadas ao aperfeiçoamento profissional dos Membros da Advocacia-Geral da União e de seus Órgãos Vinculados, bem como à atualização e à especialização do respectivo conhecimento jurídico. O Centro de Estudos atualmente também é responsável pelo aprimoramento e capacitação dos demais servidores da AGU. O **Centro de Estudos *Victor Nunes Leal*** conta com unidades descentralizadas nas Procuradorias Regionais da AGU e vem desenvolvendo intensa atividade no sentido de difundir conhecimentos e aperfeiçoar a atuação de todos os integrantes da Instituição. O Centro conta com revista “virtual” na Internet e em 2002 lançou o primeiro número de sua revista impressa.

**35.** Até o momento não foi implantada a **Secretaria de Controle Interno** da Advocacia-Geral da União. Essas atividades, desde o início do funcionamento da Instituição, foram confiadas à Secretaria de Controle Interno da Presidência da República.[[47]](#footnote-48)

**36.** Para possibilitar o acompanhamento permanente e a atuação oportuna e eficiente dos órgãos do contencioso, inclusive pela identificação das ações consideradas relevantes, que exijam acompanhamento especial, foi implantado o **Sistema de Controle das Ações da União – SICAU**. O SICAU foi superado pelo **SAPIENS** – Sistema AGU de Inteligência Jurídica, que abrange processos judiciais e administrativos. [[48]](#footnote-49)/[[49]](#footnote-50)

O QUADRO DE PESSOAL ADMINISTRATIVO DA AGU

**37.** Foi dito retro (item 7) que a Advocacia-Geral da União funcionava, desde o início de suas atividades, com servidores requisitados ou cedidos, à exceção dos integrantes de suas carreiras jurídicas. Essa era uma situação que reclamava solução que melhor atendesse o interesse da Instituição de contar com seu próprio **quadro de servidores administrativos**, de modo a permitir a estabilidade dos serviços e a fixação da memória da Instituição. Em julho de 2002, por medida legislativa,[[50]](#footnote-51) foram integrados ao **Quadro de Pessoal da AGU 1580** servidores administrativos que, originários de ministérios, autarquias e fundações federais, se encontravam em exercício na Instituição, criando a lei para esses servidores gratificação de desempenho específica. O próximo passo deverá ser a criação de carreiras de apoio específicas − já há proposta da AGU a respeito −, à semelhança do que ocorre com o Ministério Público, o Judiciário e outras instituições e entidades governamentais.[[51]](#footnote-52)

ESPAÇO FÍSICO – DIFICULDADES – INÍCIO DE SOLUÇÃO

**38.** A Advocacia-Geral da União veio, ao longo desses doze anos, implantando, a cada passo, órgãos e unidades necessários ao seu integral funcionamento. Não dispondo de espaços suficientes nas salas que ocupava nos Anexos II, III e IV do Palácio do Planalto, buscou outros espaços e foram instalados órgãos e unidades em outros prédios públicos no Setor de Autarquias Sul, no Setor Bancário Norte e no Setor de Indústrias. Essa diversidade de espaços e endereços dificultava a administração e a integração das atividades da Instituição.

**39.** Para remover mais essas dificuldades, e buscando sempre a racionalidade e a eficiência, no início de 2002, com a desativação de setores do Departamento de Imprensa Nacional,[[52]](#footnote-53) foi propiciada à Advocacia-Geral da União a oportunidade de reunir no mesmo espaço (no prédio administrativo do DIN – Setor de Indústrias Gráficas), suas principais atividades, continuando o esforço para reunir em endereço único todos os órgãos e unidades que funcionam em Brasília. Com o mesmo desiderato são envidados permanentes esforços para reunir em sede única todos os órgãos e unidades da AGU nas demais unidades da federação.

PROJETO DE REFORMA INSTITUCIONAL DA AGU

**40.** A estrutura da Advocacia-Geral da União prevista na Lei Complementar n° 73, de 1993, tímida e restrita aos principais órgãos voltados às atividades finalísticas, foi implantada emergencialmente para fazer funcionar, de imediato, a nova Casa, pois, da forma como redigido, o art. 29, *caput*,[[53]](#footnote-54) do ADCT não deixou espaço a período de *vacatio legis*[[54]](#footnote-55)para que se concebesse, planejasse e implantasse, de forma mais científica, estrutura compatível com as relevantíssimas e gigantescas atribuições constitucionais da nova Instituição antes da entrada da lei em vigor. Presente esse cenário, no início do ano 2001, após a adoção das medidas mais urgentes ligadas às atividades finalísticas da Instituição, sentiu a Advocacia-Geral da União a necessidade de imprimir à sua estrutura, agora com suporte em consultoria especializada, organização compatível com os desafios enfrentados, valendo-se da experiência acumulada desde a sua criação, a exemplo do que ocorria em órgãos do Poder Executivo.

**41.** Dessa forma, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na condição de executor do projeto de modernização do Poder Executivo Federal, celebrou contrato com a Fundação Getúlio Vargas, tendo como cliente a Advocacia-Geral da União, passando esta a receber a prestação de serviços especializados de consultoria da FGV para desenvolver e implantar seu plano de reforma institucional.

**42.** O contrato com a Fundação Getúlio Vargas durou um ano e, nesse período, a FGV teve como papel principal o de oferecer suporte de consultoria e metodologia para a implementação do **Projeto de Reforma Institucional da Advocacia-Geral da União**, a partir de trabalhos realizados por equipe multidisciplinar de servidores da AGU.

**43.** Os trabalhos elaborados pela FGV – objeto do contrato – foram desenvolvidos visando à obtenção dos seguintes produtos: diagnóstico, reavaliação estratégica, formulação e implementação da estrutura organizacional e do novo modelo de gestão. Esses conteúdos encontram-se em Relatórios produzidos pela FGV. Para obtenção desses produtos, foram efetuados esforços em três frentes: planejamento estratégico, levantamento de processos e estrutura organizacional.

**44.** De abril a julho de 2001, sob a consultoria da Fundação Getúlio Vargas, foram efetuadas, com a participação das principais lideranças da AGU, as reuniões do Planejamento Estratégico, onde ficou definido o Plano de Ação da Instituição.

**45.** De julho a novembro de 2001, a Fundação Getúlio Vargas apoiou o esforço no Levantamento de Processos e na Estrutura Organizacional, executados por equipe de servidores da AGU. No início dos trabalhos, a FGV desenvolveu programa de capacitação da equipe e, ao final do treinamento, foram formados grupos de trabalho para o levantamento dos macroprocessos, processos e subprocessos. Também foi constituída equipe para tratar da estrutura organizacional.

**46.** De dezembro de 2001 a fevereiro de 2002 (quando findou o contrato com a FGV) os esforços se concentraram nas propostas de estrutura e de detalhamento das ações dos objetivos estratégicos fixados, bem como das melhorias sugeridas. Ainda estão pendentes de conclusão as estruturas da Corregedoria-Geral da Advocacia da União e do Gabinete do Advogado-Geral da União.

**47.** Durante os trabalhos desenvolvidos com a consultoria da FGV, e mesmo depois, a Advocacia-Geral da União foi incorporando e pondo em prática produtos obtidos a partir desses trabalhos, tais como a estruturação da Consultoria-Geral da União e da Procuradoria-Geral da União; a unificação das Procuradorias Regionais da União com as Procuradorias da União situadas nas mesmas capitais; a estrutura e implantação dos Núcleos de Assessoramento Jurídico em Goiânia, Fortaleza e Porto Alegre; a reestruturação do Centro de Estudos *Victor Nunes Leal*; os estudos para a reestruturação da Diretoria-Geral de Administração; a **unificação**, ainda que parcial, de **Carreiras da AGU**;[[55]](#footnote-56) a **redistribuição**, para o quadro da AGU, **dos servidores federais cedidos ou requisitados**.[[56]](#footnote-57)

**48.** Os trabalhos desenvolvidos sugeriram a conveniência de se criar na AGU uma **secretaria executiva**, nos moldes existentes nos ministérios, e de se instalarem **escritórios da AGU** fora do Distrito Federal onde estão localizados órgãos regionais e nos Estados, para congregar, **sob comando único**, todas as atividades da Instituição – consultoria e assessoramento, representação judicial e extrajudicial, bem como atividades administrativas, e de instalar a **ouvidoria** da AGU na Corregedoria-Geral da AGU.

**49.** Também necessita a Instituição de **Regimento Interno** que disponha, de forma global e nos termos do art. 45 da Lei Complementar n° 73, de 1993, não só *“sobre a competência, a estrutura e o funcionamento da Corregedoria-Geral da Advocacia da União, da Procuradoria-Geral da União, da Consultoria-Geral da União, das Consultorias Jurídicas, do Gabinete do Advogado-Geral da União e dos Gabinetes dos Secretários-Gerais, do Centro de Estudos, da Diretoria-Geral de Administração e da Secretaria de Controle Interno, bem como sobre as atribuições de seus titulares e demais integrantes”*, mas que também discipline *“os procedimentos administrativos concernentes aos trabalhos jurídicos da Advocacia-Geral da União”*. As estruturas dos principais órgãos da AGU vêm sendo objeto de **atos regimentais** específicos, que poderão, quando definidas todas as estruturas, ser reunidos, e completados, no regimento interno.

**50.** Relatório final desses trabalhos reúne, em documento único, todas as propostas, os objetivos estratégicos estabelecidos e os respectivos planos de ação para realizá-los, além das melhorias sugeridas pelas equipes de trabalho.

**51.** Esses trabalhos foram acompanhados, até 2002, por equipe treinada pela FGV para dar continuidade aos trabalhos necessários ao atingimento das propostas – a estruturação da Advocacia-Geral da União em modelo compatível com as suas atribuições institucionais − e posteriormente passaram a ser acompanhados àquela época pela Secretaria-Geral.

ALGUNS DESAFIOS A ENFRENTAR

**52.** A Advocacia-Geral da União, porém, continua **em construção**. O ideal a ser atingido – e todas as ações realizadas caminharam nessa direção – é o de ter a AGU carreira jurídica única e ser a única a fazer a representação judicial e extrajudicial da União e a prestar consultoria e assessoramento jurídicos ao Poder Executivo, racionalmente organizada, de modo que a estrutura do órgão central esteja refletida em todas as unidades da Instituição, em busca da excelência dos trabalhos que realiza. Isso, contudo, dependerá de ambiente institucional favorável e, quiçá, de alteração constitucional, tendo em vista a possibilidade atual de autarquias e fundações demandarem a União em juízo e vice-versa.

**53.** A unificação das Carreiras de Advogado da União e de Assistente Jurídico já apresentou resultados positivos, pela possibilidade de os Advogados da União (carreira já unificada) poderem atuar em ambos os segmentos, otimizando a utilização da sua capacidade de trabalho. Antes dessa unificação a AGU poderia lotar nos órgãos consultivos somente Assistentes Jurídicos e, nos órgãos do contencioso, apenas Advogados da União. Isso fez com que a Instituição convivesse, durante anos, com escassez desses profissionais do Direito ora em uns, ora em outros órgãos. Atualmente coexistem quatro carreiras jurídicas na Administração Federal (direta, autárquica e fundacional), com semelhantes atribuições: **Advogado da União, Procurador da Fazenda Nacional, Procurador Federal** e **Procurador do Banco Central do Brasil**.

**54.** Ainda estão a reclamar efetivo acompanhamento as atividades dos órgãos jurídicos das entidades estatais da União – empresas públicas e sociedades de economia mista – os quais não estão mencionados na Lei Complementar n° 73, de 1993, diversamente do que ocorria à época da Advocacia Consultiva da União (v. item 1). Atualmente os órgãos jurídicos dessas estatais se ligam à AGU por meio das Consultorias Jurídicas e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, conforme previsto no art. 11, inciso II, combinado com o art. 13, da Lei Complementar n° 73, de 1993, que atribuiu a esses órgãos da AGU *“a* ***coordenação*** *dos* ***órgãos jurídicos*** *dos respectivos* ***órgãos autônomos e entidades vinculadas****”* (aos respectivos ministérios).

**55.** Organizadas e postas a funcionar as principais atividades da Instituição, deverá a AGU buscar iguais organização e funcionamento para uma de suas atribuições constitucionais de inegável relevância e expressão político-administrativa – a **representação extrajudicial** da União e de suas autarquias e fundações –, seja ela exercida em **empresas públicas e sociedades de economia mista** ou na **celebração de contratos** por entes públicos federais, de modo a possibilitar ou complementar o exame e o **controle prévios da legalidade** de grande parte das atividades administrativas e contratuais, **medidas de caráter preventivo** que possibilitarão controle mais efetivo da atuação da Administração Federal, redução de perdas patrimoniais e do volume das ações judiciais.

OUTRAS AÇÕES DESENVOLVIDAS EM 2002

**56.** O relato acima contém ações desenvolvidas até 20 de setembro de 2002.

**57.** Após essa data, outras ações realizadas em 2002 merecem registro, tais como:

− a **implantação** dos **Núcleos de Assessoramento Jurídicos**[[57]](#footnote-58) de **Porto Alegre,**[[58]](#footnote-59) no Estado do Rio Grande do Sul, de **Recife,**[[59]](#footnote-60) no Estado de Pernambuco e de **Salvador,**[[60]](#footnote-61) no Estado da Bahia;

− a **instalação** das **Procuradorias Regionais Federais** da **5ª Região**, com sede em **Recife**−PE,[[61]](#footnote-62) da **4ª Região**, em **Porto Alegre**−RS,[[62]](#footnote-63) e das **Procuradorias Federais** no Estado da **Bahia**, com sede em Salvador,[[63]](#footnote-64) e no Estado do **Ceará**, com sede em Fortaleza.[[64]](#footnote-65)

AÇÕES DESENVOLVIDAS A PARTIR DE 2003

**58.** **Comissões Temáticas**. A partir de 2003 a Advocacia-Geral da União passou a constituir **Comissões Temáticas** para o trato das questões de responsabilidade da Instituição. Essas comissões têm por finalidade assistir o Advogado-Geral da União objetivando sistematizar e orientar a atuação da Advocacia-Geral da União sobre cada um dos temas dos quais se incumbem. As comissões temáticas estão voltadas para as atividades finalísticas da Instituição.[[65]](#footnote-66)

**59.** Foram criadas as seguintes **Comissões Temáticas**:

1. Comissão de Promoção e Defesa do Patrimônio Público – CPDP;[[66]](#footnote-67)

2. Comissão de Infra-Estrutura – CIE;[[67]](#footnote-68)

3. Comissão de Assuntos de Servidores Públicos – CASP;[[68]](#footnote-69)

4. Comissão de Assuntos Indígenas − CAI;[[69]](#footnote-70)

5. Comissão de Direitos Humanos − CDH;[[70]](#footnote-71)

6. Comissão de Análise de Atos da Administração Pública Federal − CAPF;[[71]](#footnote-72)

7. Comissão de Assuntos de Desenvolvimento Social − CADES;[[72]](#footnote-73)

8. Comissão de Ações de Seguridade Social − CASEG;[[73]](#footnote-74)

9. Comissão de Coordenação de Assuntos Internacionais − CCAI;[[74]](#footnote-75)

10. Comissão de Assuntos de Defesa do Estado e Segurança Pública − CADESP;[[75]](#footnote-76)

11. Comissão de Assuntos de Desenvolvimento Urbano e Reforma Agrária − CDRA;[[76]](#footnote-77)

12. Comissão de Contencioso Judicial − CCJ;[[77]](#footnote-78)

13. Comissão de Assuntos de Natureza Penal − CANP.[[78]](#footnote-79)

**60.** Para coordenar a atuação das comissões temáticas, foi constituída a **Comissão de Coordenação das Comissões Temáticas − CCCT**[[79]](#footnote-80) com a finalidade de assistir o Advogado-Geral da União quanto à supervisão, orientação e acompanhamento das atividades das Comissões Temáticas da Advocacia-Geral da União.

**61.** A tendência é que as Procuradorias da Advocacia-Geral da União também se organizem seguindo o modelo das comissões temáticas do órgão central da Instituição.

**62.** Para cuidar da administração da Advocacia-Geral da União foi constituída a **Comissão de Assessoramento à Gestão Institucional − CAGI,**[[80]](#footnote-81) com a finalidade de assessorar o Advogado-Geral da União quanto à direção, superintendência e coordenação das atividades da Advocacia-Geral da União.

**63.** Esse novo modelo de administração da AGU permitirá que os órgãos responsáveis pelas atividades finalísticas da Instituição conheçam e influam na administração da Casa, que deve estar voltada para o atendimento das necessidades dos que executam as atividades institucionais da AGU.

**64.** **SICAU** - Merece realce a administração do **Sistema de Controle das Ações da União −SICAU**,[[81]](#footnote-82) cujos relatórios emitidos nos anos de 2004 a 2006 permitiram conhecer não só o volume mensal dos feitos em andamento, como também a sua natureza, incidência por procuradoria e por região, permitindo orientar a atuação da AGU no trato dos temas que apresentem elevada incidência ou relevância econômica, social ou político-administrativa.

**65.** Também foi instituído o **Sistema de Registro de Atividades Jurídicas − SIRAJ,**[[82]](#footnote-83) destinado ao registro da produção de peças e de demais atividades jurídicas desenvolvidas no âmbito da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal.

**66.** A prática demonstrou a **eficácia** da instalação de **Núcleos de Assessoramento Jurídico** nas Capitais dos Estados. Até 2004 eram cinco os Núcleos implantados, como já visto, e no dia 11 de março de 2005 foram publicadas portarias de implantação de mais **dezenove** Núcleos.[[83]](#footnote-84) Os Núcleos de **Rio Branco**, no Estado do Acre, e o de **Manaus**, no Estado do Amazonas, foram implantados em 2006,[[84]](#footnote-85) completando-se a implantação de todos os NAJs.

**67.** Prosseguindo na **implantação** e **consolidação** da **Procuradoria-Geral Federal**, foram adotadas diversas medidas, tais como:

− a transferência para a AGU da folha de pagamento dos Procuradores Federais;

− a **instalação** das **Procuradorias Regionais Federais da 2ª Região,**[[85]](#footnote-86) com sede na Cidade do **Rio de Janeiro**−RJ, da **3ª Região,**[[86]](#footnote-87) com sede na Cidade de **São Paulo**-SP, e da **1ª Região,**[[87]](#footnote-88) com sede em **Brasília**−DF;

− a **instalação** das **Procuradorias Federais** no Estado de **Minas Gerais,**[[88]](#footnote-89) com sede em Belo Horizonte, no Estado do **Rio Grande do Norte,**[[89]](#footnote-90) com sede em Natal-RN, no Estado do **Espírito Santo,**[[90]](#footnote-91) com sede em Vitória, no Estado do **Mato Grosso do Sul,**[[91]](#footnote-92) com sede em Campo Grande, no Estado do **Paraná,**[[92]](#footnote-93) com sede em Curitiba, no Estado de **Santa Catarina,**[[93]](#footnote-94) com sede em Florianópolis, no Estado de **Goiás,**[[94]](#footnote-95) com sede em Goiânia, no Estado do **Piauí,**[[95]](#footnote-96) com sede em Teresina, no Estado de **Alagoas,**[[96]](#footnote-97) com sede em Maceió, no Estado de **Rondônia,**[[97]](#footnote-98) com sede em Porto Velho, no Estado de **Roraima,**[[98]](#footnote-99) com sede em Boa Vista, no Estado da **Paraíba,**[[99]](#footnote-100) com sede em João Pessoa, no Estado do **Maranhão,**[[100]](#footnote-101) com sede em São Luís e no Estado do **Acre,**[[101]](#footnote-102) com sede em Rio Branco;

− a assunção, em **caráter exclusivo**, pela **Procuradoria-Geral Federal**, da representação judicial de autarquias e fundações da União **perante os Tribunais Superiores e o Supremo Tribunal Federal**;[[102]](#footnote-103)

− a assunção, em **caráter exclusivo**, pelas Procuradorias Federais nos Estados do **Ceará** e de **Minas Gerais**, e as **Procuradorias Regionais Federais da 2ª, 3ª, 4ª** e **5ª Regiões**, já instaladas, da representação judicial das autarquias e fundações públicas federais, nos respectivos Estados e Regiões.[[103]](#footnote-104)

**68.** Também foram expedidas portarias determinando a assunção, em **caráter exclusivo**, da representação judicial de autarquias e fundações públicas federais nos Estados da **Bahia,**[[104]](#footnote-105) do **Rio Grande do Norte,**[[105]](#footnote-106) do **Espírito Santo,**[[106]](#footnote-107) do **Pará,**[[107]](#footnote-108)e de **Alagoas,**[[108]](#footnote-109) pelas respectivas Procuradorias Federais. A **Procuradoria Regional Federal da 1ª Região**, igualmente assumiu, em **caráter exclusivo**, a representação judicial de 118 autarquias e fundações públicas federais perante a primeira e a segunda instâncias dos órgãos do Poder Judiciário no Distrito Federal.[[109]](#footnote-110)

**69.** A **Procuradoria-Geral Federal** exerceu **diretamente** as **atribuições** de **representação judicial e extrajudicial relativas à execução da dívida ativa do INSS** atinente à competência tributária referente às contribuições sociais a que se refere o art. 1° da Lei nº 11.098, de 13 de janeiro de 2005[[110]](#footnote-111), bem como seu contencioso fiscal, nas Justiças Federal, do Trabalho e dos Estados.[[111]](#footnote-112) Essas atividades conferidas diretamente à PGF foram exercidas pelo extinto[[112]](#footnote-113) “Órgão de Arrecadação da Procuradoria-Geral Federal”, que chegou a ter sua competência, estrutura (com cargos em comissão remanejados para a PGF[[113]](#footnote-114)) e funcionamento disciplinados em ato regimental[[114]](#footnote-115) do Advogado-Geral da União. Com a criação da Secretaria da Receita Federal do Brasil − Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007 −, essa competência da PGF cessará, em face da revogação do art. 2º da Lei nº 11.098, de 2005, pela Lei nº 11.501, de 11.7.2007,[[115]](#footnote-116) transferindo-se para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. Entretanto, a Procuradoria-Geral Federal continuará a exercer parte dessas atribuições, por delegação,[[116]](#footnote-117) por força da Lei nº 11.457, de 2007. Consultar a respeito também o Ato Regimental nº 2,[[117]](#footnote-118) de 12 de junho de 2007.

**70.** As medidas noticiadas no item anterior **retiraram** da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) as **atribuições** de representação judicial e extrajudicial relativas à execução da dívida ativa do INSS atinente à competência tributária referente às contribuições sociais a que se refere o art. 1° da Lei nº 11.098, de 13 de janeiro de 2005, bem como seu contencioso fiscal, nas Justiças Federal, do Trabalho e dos Estados, além da consultoria e assessoramento jurídico a elas correspondentes, conforme explicitado no art. 4º, II, do Ato Regimental nº 1, de 2004,[[118]](#footnote-119) do Advogado-Geral da União.

**71.** As atribuições supra, conferidas **diretamente** à Procuradoria-Geral Federal, foram temporariamente exercidas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), por força da Medida Provisória nº 258, de 21 de julho de 2005, que teve seu prazo de vigência encerrado em 18 de novembro de 2005,[[119]](#footnote-120) retornando à situação anterior. Posteriormente, com a sanção da Lei nº 11.457, de 2007 e a expedição da Medida Provisória nº 359, de 2007,[[120]](#footnote-121) a competência de arrecadação da contribuição previdenciária, pela via judicial, passou à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.[[121]](#footnote-122) Em consequência, foi expedido o Ato Regimental/AGU nº 2, de 12 de junho de 2007, “*dispondo sobre a alteração da competência, estrutura e funcionamento da Procuradoria-Geral Federal no que se refere às atribuições definidas pela Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007*”.

**72.** **Súmula da AGU.**[[122]](#footnote-123) Outras ações, de fundamental relevância, foram empreendidas, destacando-se entre elas: a **revisão** das até então chamadas “**súmulas administrativas**” da AGU e o exame da legislação e das normas da AGU. O Grupo de Trabalho[[123]](#footnote-124) incumbido da revisão das súmulas apresentou **Relatório** de 250 páginas ao Advogado-Geral da União, no qual estão examinadas cada uma das 20 súmulas então existentes, com propostas de revisão de textos, de revogação e de substituição de algumas delas por instruções normativas.

**73.** Os **critérios** adotados pelo Grupo incumbido da revisão das “súmulas administrativas” da AGU representam **mudança de postura** da Instituição em relação ao tema e merecem ser aqui reproduzidos:

***“****Cônscio da relevância do tema que lhe foi confiado, o Grupo de Trabalho procurou orientar seus estudos por* ***critérios*** *definidos no seu âmbito, para que houvesse uniformidade no exame de cada uma das súmulas atuais.*

*Assim, acordou-se, relativamente à Súmula da Advocacia-Geral da União, que:*

*I − a postura da Administração Federal na esfera administrativa não pode ser oposta àquela adotada em juízo. Ou seja, em respeito à ética, ao princípio constitucional da moralidade administrativa, ao Poder Judiciário e ao cidadão, não pode a Administração* ***aceitar*** *como definitiva tese reiteradamente afirmada no STF, STJ e TST e deixar de interpor recursos e, na via administrativa,* ***negar*** *deferimento a postulação idêntica à da tese judicialmente acolhida;*

*II − a* ***Súmula da Advocacia-Geral da União***[[124]](#footnote-125) *é composta de* ***enunciados*** *editados pelo Advogado-Geral da União, os quais devem receber numeração seqüencial;*

*III − à vista da necessidade de atuação coerente da Administração, os enunciados da Súmula da AGU devem orientar, em* ***caráter vinculativo****, a atuação dos órgãos jurídicos e dos integrantes da AGU, da PGF e da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil, no exercício de suas atividades de representação judicial e extrajudicial, de consultoria e assessoramento jurídicos;*

*IV − em consequência do item anterior, o* ***preâmbulo*** *da Súmula da AGU deve ser revisto, pois o seu caráter obrigatório não seria apenas para “os órgãos jurídicos da representação judicial da União, das autarquias e das fundações públicas”;*

*V − os enunciados da Súmula da AGU,* ***resultantes*** *que são de jurisprudência iterativa dos Tribunais (STF, STJ e TST), devem expressar as teses assentes no Judiciário, focalizando, objetivamente, a controvérsia posta em juízo e ali pacificada;*

*VI − embora de caráter vinculante para todos os órgãos jurídicos mencionados no item III, em* ***consequência*** *da edição de enunciado da Súmula e quando for o caso, deve ser expedida instrução normativa determinando que os órgãos detentores de representação judicial e seus integrantes não proponham ações judiciais, deixem de recorrer ou desistam de recursos já interpostos sobre a matéria sumulada pela AGU;*

*VII − não é necessária a edição de enunciado da Súmula da AGU quando a matéria objeto de decisão judicial proferida em caso concreto tiver os seus efeitos jurídicos estendidos para a via administrativa por lei ou decreto. Neste caso, ao Advogado-Geral da União caberia a expedição de instrução normativa determinando aos órgãos detentores de representação judicial e seus integrantes a não proposição de ações judiciais, a não interposição de recursos e a desistência dos já interpostos sobre a matéria;*

*VIII − o enunciado da Súmula que disser respeito a* ***matéria exclusivamente processual*** *e que não encerrar interpretação de norma legal, mas tão somente postura da AGU e de seus órgãos vinculados perante decisões judiciais, tal como o contido na atual Súmula Administrativa n° 5, pode ser substituído por instrução normativa determinando aos órgãos detentores de representação judicial e seus integrantes a não interposição de recursos e a desistência dos já interpostos sobre tema objeto de jurisprudência iterativa dos Tribunais (STF, STJ e TST);*

*Os critérios orientadores do exame das atuais súmulas administrativas, se acolhidos, podem orientar também o exame da propositura de novos enunciados,*[[125]](#footnote-126) *além dos outros já inscritos na legislação e normas pertinentes.****”***

**74.** Os estudos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho, consolidados no Relatório já referido, levaram o Advogado-Geral da União a expedir o Ato de 19 de julho de 2004[[126]](#footnote-127) – “**Súmula da Advocacia-Geral da União” −**, alterando a denominação de “súmula administrativa” para “enunciado”[[127]](#footnote-128) da Súmula da AGU e revogando alguns enunciados.[[128]](#footnote-129) Em consequência, foram expedidas diversas instruções normativas.[[129]](#footnote-130) Outras alterações de enunciados[[130]](#footnote-131) estão a depender de respostas de ministérios que foram consultados a respeito de eventual impacto econômico-financeiro resultante de alteração da redação de antigos enunciados.[[131]](#footnote-132)

**75.** Ainda em decorrência dos estudos desenvolvidos pelo Grupo de Trabalho incumbido da revisão das antigas súmulas administrativas, foram editados os Atos de 27 de setembro de 2005[[132]](#footnote-133) e de 1º de Agosto de 2006,[[133]](#footnote-134) alterando outros enunciados[[134]](#footnote-135) da Súmula da AGU, e expedidas as consequentes instruções normativas.[[135]](#footnote-136) Em 4 de agosto de 2006 o Advogado-Geral da União expediu ato de consolidação de todos os enunciados[[136]](#footnote-137) da Súmula da AGU.[[137]](#footnote-138) Outra consolidação ocorreu em 26 de janeiro de 2007.[[138]](#footnote-139) Em 6 de fevereiro de 2007 foi editado Ato alterando a redação de mais três dos antigos enunciados[[139]](#footnote-140) da Súmula[[140]](#footnote-141) e expedidas as consequentes instruções normativas.[[141]](#footnote-142) Em razão disso, nova consolidação foi expedida em 16 de fevereiro de 2007.[[142]](#footnote-143)

**76.** O Grupo de Trabalho[[143]](#footnote-144) incumbido de examinar a **legislação e as normas da AGU** e de apresentar proposta de **sistematização** apresentou Relatório de 671 páginas que deverá orientar diversas outras ações da Instituição. O Relatório do Grupo incumbido do exame da legislação e das normas da AGU, dada a natureza dos trabalhos de consolidação, optou por sistematizar, em quadro comparativo, por tema, os diversos atos legislativos e normativos, e observou que:

***“****O trabalho que ora se apresenta, sob a forma de* ***Relatório****, além de servir aos estudos de* ***consolidações*** *futuras, evidencia situações que estão a merecer regulamentação, estudos específicos, revisão de condutas e tomada de decisões. Não se apresenta aqui proposta de alteração da Lei Complementar n° 73, de 1993, pois este* ***Grupo de Trabalho*** *disso não se incumbe; para tal fim foi constituído grupo específico. Tampouco se propõe alteração da Constituição ou de outras normas. Nesta fase, optou o* ***Grupo*** *por indicar lacunas, impropriedades, interpretações restritivas na aplicação das normas, falta de regulamentação, contradições, superposições de normas, especialmente no que diz respeito a* ***competências*** *e* ***atribuições****, aquilo que considerou evidente da comparação dos textos, salvo juízo superior e de estudiosos das matérias.****”***

**77.** **Escola da Advocacia-Geral da União**. O Advogado-Geral da União, considerando que o **Centro de Estudos** “*estava a exigir reformulação capaz de torná-lo um órgão gerador e difusor do conhecimento com atuação ampla, que pudesse atender aos desafios constantemente enfrentados pela Advocacia-Geral da União*”,[[144]](#footnote-145) bem como o disposto no art. 39, § 2º, da Constituição, segundo o qual a União deve manter escola de governo “*para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira*”, resolveu criar a “**Escola da Advocacia-Geral da União***, órgão direta e imediatamente subordinado ao Advogado-Geral da União, destina-se a ser um centro de captação e disseminação do conhecimento, voltado para o desempenho das atividades institucionais da Advocacia-Geral da União, assim entendida a instituição que, nos termos do art. 131, caput, da Constituição Federal representa a União, judicial e extrajudicialmente, diretamente ou através de órgão vinculado, cabendo-lhe, ainda, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo*”.[[145]](#footnote-146)

**78.** **Representação perante o STF**. Em 2005 foi editado ato dispondo sobre a organização e o funcionamento da **Secretaria-Geral de Contencioso**, que conta, além do Gabinete do Secretário-Geral, com três Departamentos, seis Coordenações-Gerais e três Coordenações.[[146]](#footnote-147) A Secretaria-Geral de Contencioso auxilia o Advogado-Geral da União em sua atuação perante o Supremo Tribunal Federal, exceto no que diz respeito à elaboração das informações a serem prestadas pelo Presidente da República nas ações diretas de inconstitucionalidade, declaratórias de constitucionalidade e de descumprimento de preceito fundamental, mandados de segurança e de injunção, *habeas corpus* etc., que são de responsabilidade da Consultoria-Geral da União.

**79.** **Escritórios de representação.** Considerando que a AGU ainda não estava completamente estruturada e à vista da falta de condições para implantar novas Procuradorias Seccionais, foi experimentada, em caráter emergencial, a instalação de **escritórios de representação**[[147]](#footnote-148) da Advocacia-Geral da União em cidades do interior.

**80.** **Subsídio das carreiras jurídicas**. Desde a promulgação da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, os Advogados Públicos reivindicavam o cumprimento do disposto no art. 135 c/c o art. 39, § 4º, da Constituição − a remuneração por subsídio. Essa reivindicação foi atendida com a sanção da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006.

**81.** Contudo, questões conjunturais não permitiram, ainda, o atendimento integral da aspiração das Carreiras Jurídicas do Poder Executivo, qual seja a de perceberem subsídios próximos daqueles estabelecidos às carreiras do Ministério Público da União pois, como aquelas, estas exercem função essencial à Justiça. Mesmo assim, a tabela de subsídios progressivos até o ano de 2009, pode ser vista como sinalizadora de futura isonomia.

**82.** A fixação dos subsídios, entretanto, representa o primeiro passo em direção à conquista almejada. Até que tal ocorra, a Advocacia-Geral da União pode cuidar do estabelecimento de critérios para a estruturação de suas carreiras jurídicas e das carreiras de Procurador Federal e de Procurador do Banco Central do Brasil.

**83. Conciliação entre órgãos e entidades da União.** A Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, (art. 4°, X, XI, XII, XIII, e § 2°), e a Lei n° 9.028, de 12 de abril de 1995 (art. 8°-C), trouxeram disposições destinadas a evitar que a solução de controvérsias entre órgãos e entidades da Administração Federal se transferisse para a esfera judicial. E, com esse propósito, foi incluído o art. 11 na Medida Provisória n° 2.180-35, de 24 de agosto de 2001 (em sua versão anterior de nº 1.984-18, de 1º.6.2000), que incumbiu o Advogado-Geral da União de adotar todas as providências necessárias a que se deslindem tais controvérsias em sede administrativa. Em 3 de outubro de 2002, foi editada a Medida Provisória nº 71, da qual constava a criação de câmara de conciliação da Administração Federal na Advocacia-Geral da União. Essa medida provisória, no entanto, veio a ser rejeitada pelo Congresso Nacional[[148]](#footnote-149) em dezembro daquele ano, em razão de outras matérias ali tratadas. Antes da rejeição daquele diploma algumas conciliações foram realizadas e, mesmo depois, considerados os dispositivos legais já citados, principalmente o art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 2001, outras conciliações ocorreram e outras estão em andamento no âmbito da Advocacia-Geral da União. Para viabilizar outras conciliações e orientar as entidades e órgãos interessados, o Advogado-Geral da União expediu a Portaria nº 118, de 1º de fevereiro de 2007,[[149]](#footnote-150) dispondo sobre a conciliação entre órgãos e entidades da Administração Federal, por câmaras de conciliação *ad hoc*, instaladas pelo Advogado-Geral da União, até que seja instituída câmara permanente e regulamentada a conciliação entre órgãos e entidades da União.

**84.** **Colégio de Consultoria da AGU**.[[150]](#footnote-151) Considerando a necessidade de proporcionar foro adequado para a discussão de temas comuns aos órgãos encarregados das atividades de consultoria e de assessoramento jurídico do Poder Executivo, foi criado o **Colégio de Consultoria da Advocacia-Geral da União**, com a finalidade de discutir temas relevantes de consultoria e assessoramento jurídico e propor ao Advogado-Geral da União a adoção de medidas visando à uniformização de interpretações e de procedimentos no âmbito dos órgãos jurídicos da Administração Pública Federal. O Colégio de Consultoria da AGU tem a seguinte composição: Consultor-Geral da União, que o coordenará, Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Secretário-Geral de Consultoria, Procurador-Geral Federal, Consultores da União, Consultores Jurídicos dos Ministérios, Subchefe para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República, Chefes dos demais órgãos jurídicos da Presidência da República e Procurador-Geral do Banco Central do Brasil.

**85.** A **Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional− PGFN**, cujas atribuições se encontram na Constituição Federal − execução da dívida ativa da União de natureza **tributária**[[151]](#footnote-152)− e na Lei Complementar nº 73, de 1993,[[152]](#footnote-153) tem outras atribuições fixadas na Lei nº 11.457, de 2007 e em decreto,[[153]](#footnote-154) do qual também consta a sua organização. À PGFN compete, ainda, “a inscrição em Dívida Ativa dos débitos para com o Fundo de Garantia do Tempo de serviço - FGTS, bem como, diretamente ou por intermédio da Caixa Econômica Federal, mediante convênio, a representação Judicial e extrajudicial do FGTS, para a correspondente cobrança, relativamente à contribuição e às multas e demais encargos previstos na legislação respectiva”.[[154]](#footnote-155) A cobrança da contribuição previdenciária, competência antes atribuída ao Ministério da Previdência Social, passou à Secretaria da Receita Federal do Brasil pela Lei nº 11.457, de 2007 e, em consequência, transferiu-se para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional a atribuição de inscrever os débitos e executar a dívida ativa referente a essa contribuição.[[155]](#footnote-156)

AÇÕES DESENVOLVIDAS A PARTIR DE ABRIL DE 2007

**86.** **Procuradorias Seccionais da União – reativação e instalação eEscritórios de Representação da AGU**. A Portaria nº 351, de 13 de abril de 2007,[[156]](#footnote-157)**reativou** quatorze Procuradorias Seccionais da União que haviam sido desativadas em 2000/2001. Outras três Seccionais, então desativadas, já haviam sido reativadas em 2003. Algumas Seccionais reativadas estão sediadas em Municípios que também são sede de Escritórios de Representação instalados enquanto não se reativavam as Seccionais. Além das Procuradorias Seccionais, foi autorizado o funcionamento de Escritório de Representação da Advocacia-Geral da União em Pelotas/RS, posteriormente desativado pela reativação da Procuradoria Seccional da União em Pelotas. Outras Procuradorias Seccionais da União foram instaladas.

**87.** Em 17 de junho de 2008 foi editada a Portaria nº 774, para **instalar** mais quatorze Procuradorias Seccionais.[[157]](#footnote-158)

**88.** As Procuradorias Seccionais da União foram criadas pela Lei nº 9.028, de 1995 (criou 41 Seccionais) e pela Lei nº 9.366, de 1996 (criou 16 Seccionais), em um total de 57 Procuradorias. Usando a faculdade prevista no § 4º do art. 3º da Lei nº 9.028, de 1995 (com a redação dada pela Medida Provisória nº 1.984-24, de 2000 − atual e vigente Medida Provisória nº 2.180-35, de 2001), foram desativadas dezoito Procuradorias Seccionais da União.[[158]](#footnote-159)

**89.** Observa-se que os cargos de Procurador Seccional da União foram criados pelas Leis nº 8.682, de 1993 (1 cargo – art. 2º), nº 9.028, de 1994 (40 cargos – art. 9º) e nº 9.366, de 1996 (16 cargos – art. 8º, parágrafo único), perfazendo um total de 57 cargos. Posteriormente, o art. 13 da mesma Medida Provisória nº 2.180-35, de 2001 − que autorizou a desativação de Procuradorias Seccionais − reduziu para três os dezesseis cargos de Procurador Seccional da União criados pelo art. 8º da Lei nº 9.366, de 1996 e o art. 17, § 1º, da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, transformou em cargos de Coordenador-Geral os cargos de Procurador Seccional da União das Procuradorias Seccionais desativadas.

**90.** **Canal do Cidadão**. A Advocacia-Geral da União lançou em 24 de abril de 2007 o “Canal do Cidadão”, para receber, via Internet e por telefone, denúncias da sociedade sobre atos cometidos contra a União. As denúncias devem estar relacionadas com assuntos tratados pela Instituição, como invasão de imóveis ou terras públicas, funcionamento ilegal de casas de bingo, obstrução de rodovias, corrupção, desvio de verbas públicas federais, meio ambiente, reclamação contra servidores e autoridades da administração, entre outros.[[159]](#footnote-160)

**91. Procuradoria-Geral Federal**. Em prosseguimento ao processo de implantação da Procuradoria-Geral Federal, foram adotadas as seguintes medidas:

− foram instaladas as **Procuradorias Federais** nos Estados do **Tocantins**,[[160]](#footnote-161)de **Sergipe**,[[161]](#footnote-162) do **Amazonas**,[[162]](#footnote-163) e de **Mato Grosso**,[[163]](#footnote-164) para assumirem a representação judicial de autarquias e fundações até então exercida pelas Procuradorias da União naqueles Estados;

− foi expedido o Ato Regimental nº 2, de 12 de junho de 2007, “*dispondo sobre a alteração da competência, estrutura e funcionamento da Procuradoria-Geral Federal no que se refere às atribuições definidas pela Lei nº 11.457, de 16 de março de 2007*”;[[164]](#footnote-165)

− o Advogado-Geral da União determinou a assunção, em **caráter exclusivo**, da representação judicial das autarquias e fundações públicas federais nos Estados do **Acre**,[[165]](#footnote-166) de **Goiás**,[[166]](#footnote-167) de **Sergipe**,[[167]](#footnote-168) do **Maranhão**,[[168]](#footnote-169) da **Paraíba**[[169]](#footnote-170) e de **Rondônia**[[170]](#footnote-171) pelas respectivas **Procuradorias Federais**;

− foi instalada a primeira **Procuradoria-Seccional Federal em Petrolina/PE**,[[171]](#footnote-172) meta do projeto de **reestruturação** da Procuradoria-Geral Federal, que pretende, até o ano de 2010, instalar 173 procuradorias e escritórios de representação pelo interior do País. Posteriormente, foram instaladas as **Procuradorias-Seccionais Federais** de **Londrina/PR**,[[172]](#footnote-173) de **Imperatriz/MA**,[[173]](#footnote-174) de **Joinville/SC**,[[174]](#footnote-175) de **Pelotas/RS**,[[175]](#footnote-176) de **Niterói/RJ**,[[176]](#footnote-177) de **Varginha/MG**,[[177]](#footnote-178) de **Cascavel/PR [[178]](#footnote-179)**e de **São José dos Campos/SP**,[[179]](#footnote-180) de **Campinas/SP**,[[180]](#footnote-181) de **Juiz de Fora/MG**;[[181]](#footnote-182) de **Criciúma/SC**,[[182]](#footnote-183) de **Ilhéus/BA**,[[183]](#footnote-184) de **Rio Grande/RS**,[[184]](#footnote-185) de **Chapecó/SC**,[[185]](#footnote-186) de **Caruaru/PE**[[186]](#footnote-187) e de **Uruguaiana/RS**.[[187]](#footnote-188)

– os **Escritórios de Representação da** PGF em Campina Grande/PB[[188]](#footnote-189) e em **Uberaba/MG**[[189]](#footnote-190) passaram a exercer a representação judicial das autarquias e fundações federais situadas em sua área de atuação, em conjunto com as respectivas Procuradorias Seccionais da União;

− o **Escritório de Representação da PGF** em Macapá/AP passou a exercer a representação judicial da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA.[[190]](#footnote-191)

**92. Delegação de competência para atuar perante o STF**. O Advogado-Geral da União delegou competência ao seu Substituto e ao Secretário-Geral de Contencioso para receberem intimações e notificações,[[191]](#footnote-192)assinarem peças processuais e fazerem sustentações orais, em relação às ações e recursos perante o Supremo Tribunal Federal, à exceção das ações diretas de inconstitucionalidade, ações declaratórias de constitucionalidade e argüições de descumprimento de preceito fundamental.[[192]](#footnote-193) Delegações semelhantes, mas restritas a sustentações orais, já haviam sido feitas ao Consultor-Geral da União,[[193]](#footnote-194) ao Procurador-Geral da União (quando designado pelo Advogado-Geral da União)[[194]](#footnote-195) e ao Secretário-Geral de Contencioso.[[195]](#footnote-196)

**93.** **Distribuição dos cargos de Advogado da União pelas categorias da carreira**. Desde a transformação dos cargos da extinta carreira de Assistente Jurídico em cargos de Advogado da União, em novembro de 2002,[[196]](#footnote-197) esperava-se a distribuição do somatório desses cargos pelas três categorias da carreira de Advogado da União. Essa medida foi adotada pelo Advogado-Geral da União com a expedição da Portaria nº 477, de 16.5.2007. [[197]](#footnote-198)

**94. Distribuição dos cargos de Procurador Federal pelas categorias da carreira.** Com a criação da Procuradoria-Geral Federal, em julho de 2002, foram reunidos em quadro único da PGF os cargos integrantes da carreira de Procurador Federal,[[198]](#footnote-199) então pertencentes aos quadros das autarquias e fundações da União. Desde essa época era aguardada a distribuição desses cargos pelas três categorias da carreira, providência adotada pelo Advogado-Geral da União com a expedição da Portaria nº 478, de 16.5.2007.[[199]](#footnote-200)

**95.** **Distribuição dos cargos de Procurador da Fazenda Nacional pelas categorias da carreira**.O Decreto nº 5.510, de 2005, que distribuía os cargos de Procurador da Fazenda Nacional pelas três categorias da carreira, foi revogado pelo Decreto nº 5.949, de 2006. A lacuna deixada com a aludida revogação veio a ser suprida com a inclusão do art. 18-A na Lei nº 11.457, de 2007,[[200]](#footnote-201) e a expedição da Portaria Conjunta nº 119, de 2007, dos Ministros de Estado Advogado-Geral da União e da Fazenda, que distribui os cargos de Procurador da Fazenda Nacional pelas três categorias da carreira.

**96. Atribuições do Substituto do Advogado-Geral da União.**O elenco de atividades de competência do Advogado-Geral da União torna quase impossível o exercício do cargo, se não forem partilhadas com outras autoridades. Providência nesse sentido, há muito reclamada, veio a ser adotada com a expedição do Decreto nº 6.120, de 2007,[[201]](#footnote-202) que fixa atribuições ao Substituto do Advogado-Geral da União para assistir o Titular da Instituição na supervisão e coordenação de atividades da AGU. A solução definitiva da questão, porém, poderá vir com a reestruturação da AGU − na qual poderá ser prevista a figura do Vice-Advogado-Geral da União, ou do Sub-advogado-Geral da União ou do Secretário Executivo, como já sugerido pela FGV.[[202]](#footnote-203)

**97. Grupo Executivo de acompanhamento do PAC na AGU e PGF - GEPAC/AGU.** Compete à Advocacia-Geral da União e à Procuradoria-Geral Federal a representação judicial e extrajudicial da União e de suas autarquias e fundações, inclusive quanto à execução dos empreendimentos que integram o PAC, de forma a viabilizar a consecução dos seus objetivos. À vista disso, foi constituído o Grupo Executivo de Acompanhamento do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC no âmbito da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal - GEPAC/AGU,para coordenar e orientar a atuação da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal em relação ao PAC nas esferas administrativa e judicial.

**98. Ouvidoria-Geral da Advocacia-Geral da União.** A Advocacia-Geral da União necessitava de órgão que recolhesse opiniões de seus integrantes e da sociedade sobre o desempenho de suas atribuições institucionais, para delas extrair críticas construtivas que possam influir na melhoria dos serviços a seu cargo. Com esse propósito foi criada a Ouvidoria-Geral da Advocacia-Geral da União no Gabinete do Advogado-Geral da União, para receber reclamações, sugestões, denúncias, elogios, pedidos de informações e comentários quanto ao desempenho das atividades da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da Procuradoria-Geral Federal e funcionar como instrumento de interlocução entre os órgãos da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da Procuradoria-Geral Federal e o público externo e interno.[[203]](#footnote-204) O lançamento do “**Canal do Cidadão**” precedeu a criação da Ouvidoria e foi por esta absorvido.

**99. A Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal – CCAF.** Com a criação da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal foi retomada a ideia inicial de atribuir a órgão permanente a conciliação entre órgãos e entidades da União,[[204]](#footnote-205) seja realizando as conciliações diretamente ou supervisionando outros órgãos delas encarregados. A CCAF integra a nova estrutura da Consultoria-Geral da União.[[205]](#footnote-206) Optando-se por órgão permanente, era indispensável alterar o ato normativo que dispunha sobre a conciliação entre órgãos e entidades da União, o que ocorreu com a expedição da Portaria nº 1.281, de 27 de setembro de 2007. Outros registros sobre a conciliação promovida pela AGU encontram-se no item 83 −**Conciliação entre órgãos e entidades da União**− deste histórico.

**100. Conciliação entre a União e os Estados**. Na esteira das conciliações empreendidas entre órgãos e entes da Administração Federal, a Advocacia-Geral da União foi adiante e previu a possibilidade de solução administrativa, pela via da conciliação, de controvérsias de natureza jurídica entre a Administração Pública Federal e a Administração Pública dos Estados ou do Distrito Federal, no âmbito da Advocacia-Geral da União, conforme a Portaria nº 1.099, de 28 de julho de 2008.

**101. Reorganização da Consultoria-Geral da União.** Decorridos mais de cinco anos desde a sua estruturação (janeiro de 2002),[[206]](#footnote-207) a competência, a estrutura e o funcionamento da Consultoria-Geral da União foram revistos pelo Advogado-Geral da União,[[207]](#footnote-208) passando aquele Órgão de direção superior a contar com quatro Departamentos, além da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, dos Núcleos de Assessoramento Jurídico (26) e dos órgãos que já lhe previam a Lei Complementar nº 73, de 1993: o Consultor-Geral e a Consultoria da União.

**102. Departamento de Assuntos Jurídicos Internos – DAJI.** Antes da criação desse Departamento, incumbia à Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos da Diretoria-Geral de Administração – CAJ/DGA as atividades de assessoramento jurídico ao órgão administrativo da Instituição (Diretoria-Geral de Administração da AGU), conforme o Ato Regimental nº 3, de 5 de dezembro de 2000. A CAJ era tecnicamente subordinada ao Departamento de Orientação e Coordenação de Órgãos Jurídicos da Consultoria-Geral da União (art. 10, § 2º, do Ato Regimental nº 1, de 2002). Com a revogação do Ato Regimental nº 3, de 2000, passou a funcionar, informalmente, na Consultoria-Geral da União, o Departamento de Assuntos Jurídicos Internos - DAJI, cuja criação veio a ser formalizada com a expedição do Ato Regimental nº 4, de 27 de setembro de 2007,[[208]](#footnote-209) que dispôs sobre a competência e a estrutura do novo Departamento*.* Em 22 de outubro de 2008, foi expedido o Ato Regimental nº 5, que *“dispõe sobre a competência, a estrutura e o funcionamento do Departamento de Assuntos Jurídicos Internos da Advocacia-Geral da União*”, órgão diretamente subordinado ao Advogado-Geral da União Substituto, ao qual compete “*o assessoramento jurídico ao Advogado-Geral da União, ao seu substituto e à Secretaria-Geral quanto aos assuntos internos da AGU, ressalvada a competência específica da Consultoria-Geral da União (CGU) e de outros órgãos de direção superior da Instituição, assim como da Procuradoria-Geral Federal (PGF)*” sendo-lhes conferidas, “*no seu âmbito de atuação, as competências fixadas no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993*” na forma que especifica, à semelhança das Consultorias Jurídicas dos Ministérios.

**103. Escritório de Representação da AGU junto ao Tribunal de Contas da União.** Já foi dito que à Advocacia-Geral da União incumbe a **representação extrajudicial** da União e parte dessa representação poderá ocorrer junto ao Tribunal de Contas da União. Também já foi dito que a AGU é responsável pela **representação judicial** dos três Poderes da União. Com a instalação do recém autorizado Escritório de Representação,[[209]](#footnote-210) o Tribunal de Contas da União − órgão do Poder Legislativo − poderá contar com unidade da AGU para atendê-lo prontamente, agilizando a propositura de medidas judiciais para recuperar verbas desviadas por agentes públicos, em busca de maior eficiência e transparência na defesa do patrimônio da União.

**104. Parcelamento de débito**. A Instrução Normativa/AGU nº 1, de 2008, autorizou o parcelamento de débitos oriundos, exclusivamente, de honorários de sucumbência em até trinta parcelas mensais e sucessivas, nos termos da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, sendo competentes para autorizar o parcelamento: o Procurador Chefe do órgão local de execução da Procuradoria-Geral Federal (até R$ 30.000,00); o Procurador-Geral Federal (até R$ 50.000,00); e o Advogado-Geral da União (acima de R$ 50.000,00).

**105. Programa de Redução de demandas do INSS.** Com a finalidade de reduzir o número de demandas ajuizadas contra o Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, foi instituído, por portaria conjunta do Advogado-Geral da União e do Ministro da Previdência Social, o **Programa de Redução de demandas do INSS**, que consiste na “*identificação de conflitos jurídicos em matéria previdenciária, havidos em sede administrativa ou judicial, os quais serão previamente resolvidos pelo Ministério da Previdência Social, assessorado por sua Consultoria Jurídica, ou pela Advocacia-Geral da União, por meio da fixação da interpretação da legislação previdenciária a ser uniformemente seguida pelas Agências da Previdência Social e pelos Procuradores Federais que representam o INSS em juízo ou que prestam consultoria e assessoramento jurídicos à Autarquia e suas autoridades*” (art. 1º, parágrafo único – Portaria Interministerial AGU/MPS nº 8, de 2008).

**106. Reestruturação das unidades da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS.** “*A* ***representação judicial*** *do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS será gradativamente assumida pela Adjuntoria de Contencioso da Procuradoria-Geral Federal, pelas Procuradorias Regionais Federais, pelas Procuradorias Federais nos Estados, pelas Procuradorias Seccionais Federais e pelos respectivos Escritórios de Representação*” (art. 1º - Portaria Interministerial AGU/MPS nº 10, de 2008), devendo a PGF “*garantir a manutenção, na Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, de Procuradores Federais em número suficiente para desenvolver as* ***atividades de consultoria e assessoramento jurídico*** *da autarquia*” (art. 7º - Portaria Interministerial AGU/MPS nº 10, de 2008).[[210]](#footnote-211)

**107. Súmulas da AGU.** Inicialmente, a Advocacia-Geral da União expedia “súmulas administrativas” contendo orientação jurídica sobre matérias pacificadas nos Tribunais Superiores e, sobre a mesma matéria, expedia instrução normativa para autorizar ou determinar a desistência ou não interposição de recurso de decisões coincidentes com a súmula. No ano de 2004, após estudo elaborado por grupo de trabalho designado pelo Advogado-Geral da União, ficou estabelecido, com base em dispositivos da Lei Complementar nº 73, de 1993, que a **Súmula da AGU** era constituída de **Enunciados** (verbetes) contendo orientação jurídica sobre matérias pacificadas nos Tribunais Superiores. Foi mantida a praxe de expedição das consequentes instruções normativas, em face do disposto no art. 3º do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997. Em 2 de julho de 2008 foi expedido o Ato Regimental nº 1, dispondo sobre a edição e aplicação de Súmulas da Advocacia-Geral da União e transformando os “Enunciados da Súmula da Advocacia-Geral da União” em Súmulas da Advocacia-Geral da União.

**108.** A **nova regulamentação** sobre a edição e aplicação das **Súmulas da AGU** dispensa a expedição de instrução normativa para desistência ou não apresentação de recursos, ficando os representantes judiciais da União e das autarquias e fundações federais “***autorizados*** *a reconhecer a procedência do pedido, não contestar, não recorrer e desistir dos recursos já interpostos contra decisões judiciais nos casos que estejam em integral consonância com Súmula da AGU*” (Ato Regimental nº 1, de 2008 - art. 6º, § 2º). Por sua vez, os integrantes dos órgãos de consultoria e assessoramento jurídico da AGU, da PGF e da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil “*ficam* ***autorizados*** *a reconhecer pedidos administrativos e devem orientar os órgãos e autoridades junto aos quais atuam a deferir administrativamente os pedidos cujos fundamentos estejam em integral consonância com Súmula da AGU*” (Ato Regimental nº 1, de 2008 - art. 6º, § 1º).

**109.** Ainda sobre as **Súmulas da AGU**, o Advogado-Geral da União determinou “a verificação do enquadramento de ações judiciais constantes dos registros da Advocacia-Geral da União às situações descritas nos pareceres normativos e nas súmulas do Advogado-Geral da União”.[[211]](#footnote-212)

**110.** Recorda-se que, em janeiro de 2002, o então Advogado-Geral da União, Dr. Gilmar Mendes, solicitou levantamento semelhante, sob o argumento de que:

“... *a edição de súmula tem por escopo propiciar a extinção de feitos objeto de reiteradas decisões judiciais dos tribunais, evitando demandas inúteis, cujos resultados desfavoráveis à União, suas autarquias e fundações já sejam, não só previsíveis, mas certos, tendo presentes as decisões proferidas pelos tribunais.*

*Inócua também seria a edição de súmula se a Instituição não buscasse identificar, de imediato, os casos aos quais ela se aplica, de modo a, extinguindo o feito, diminuir o número de demandas e liberar os representantes judiciais da União para tratarem de outras causas relevantes e, em conseqüência, aliviar a carga do Judiciário*”.

**111. Sistema de Gestão Estratégica da AGU - Núcleo de Gestão Estratégica – NUGE.**[[212]](#footnote-213)Foi constituído o **Núcleo de Gestão Estratégica - NUGE**, subordinado ao Gabinete do Advogado-Geral da União Substituto, para supervisionar, coordenar, orientar e promover as ações de gestão estratégica da AGU e da PGF, orientadas pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, participação, transparência, economicidade, simplificação, coordenação e continuidade. [[213]](#footnote-214)

**112.** Fruto do trabalho realizado pelo Núcleo de Gestão Estratégica da AGU, o Advogado-Geral da União expediu portaria estabelecendo as “*Diretrizes Estratégicas da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal até o ano de 2015*”.[[214]](#footnote-215)

**113. O Centro de Processamento de Dados da AGU (CPD) – “Data Center da AGU”.** Em razão das crescentes necessidades da Instituição na área de Tecnologia da Informação, em 2004 a AGU decidiu instalar o seu próprio CPD. Desde então, foram desenvolvidas as tratativas e tomadas as providências necessárias a esse desiderato, inclusive a criação da **Gerência de Tecnologia da Informação** que, nos anos de 2007 e 2008, viabilizou as aquisições necessárias, e no dia 7 de setembro de 2008 foi finalizada a internalização, em *Data Center* próprio, de todos os serviços de hospedagem de sistemas, tais como o correio eletrônico e o SICAU. A contratação de rede nacional adequada e de canais de internet de alta velocidade, no final de 2008, dotará a AGU de um importante centro de comunicações e de processamento de dados do Estado.

**114. Orientações Normativas do Advogado-Geral da União.** A Lei Orgânica da AGU (Lei Complementar nº 73, de 1993) atribui ao Advogado-Geral da União competências para ‘*dirigir a Advocacia-Geral da União, superintender e coordenar suas atividades e orientar-lhe a atuação’*; *'fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e demais atos normativos, a ser uniformemente seguida pelos órgãos e entidades da Administração Federal’; ‘unificar a jurisprudência administrativa, garantir a correta aplicação das leis, prevenir e dirimir as controvérsias entre os órgãos jurídicos da Administração Federal*’; e ‘*exercer orientação normativa e supervisão técnica quanto aos órgãos jurídicos das entidades a que alude o Capítulo IX do Título II desta Lei Complementar*’ (órgãos jurídicos de autarquias e fundações da União). Em consequência dessas atribuições, a mesma Lei Orgânica veda aos membros da AGU ‘*contrariar súmula, parecer normativo ou* ***orientação*** *técnica adotada pelo Advogado-Geral da União’*. E a Medida Provisória nº 2.229-43, de 2001, estende dita vedação aos Procuradores Federais. À vista disso, para uniformizar o tratamento jurídico conferido a algumas matérias que frequentemente necessitam de manifestação de órgãos jurídicos da AGU, o Advogado-Geral da União vem expedindo **Orientações Normativas**, de observância obrigatória para os membros da AGU e da PGF.

**115. Comissão de Ética da AGU.** Por ato do Advogado-Geral da União, foi criada a Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União, com a finalidade de orientar o agente público da Instituição sobre a ética no desempenho de suas atribuições funcionais, no tratamento com as pessoas, no resguardo do patrimônio público e da moralidade administrativa, bem assim de apurar fatos passíveis de sanções éticas.[[215]](#footnote-216)

**116. Manifestações jurídicas da AGU**. Objetivando padronizar as manifestações da Advocacia-Geral da União e de seus órgãos vinculados, no exercício das atividades de consultoria e assessoramento jurídico, o Advogado-Geral da União expediu portaria disciplinando o tipo, a forma, a tramitação e outros procedimentos pertinentes, em consonância com o disposto no art. 45, § 3º da Lei Complementar nº 73, de 1993, segundo o qual: “*No Regimento Interno são disciplinados os procedimentos administrativos concernentes aos trabalhos jurídicos da Advocacia-Geral da União*." [[216]](#footnote-217)

**117. Logomarca da AGU.** A Advocacia-Geral da União não dispunha de uma logomarca instituída e disciplinada em ato do Advogado-Geral da União. Em 2008 iniciou-se o processo de escolha do símbolo de identidade visual da AGU, culminando com a adoção, em 2009, da logomarca cujos modelo e normas de utilização constam do Manual de Identidade Visual, disponível na área restrita do **site** da AGU (**intranet**).[[217]](#footnote-218)

AÇÕES DESENVOLVIDAS A PARTIR DE OUTUBRO DE 2009

**118. Procuradoria-Geral Federal – PGF.** Continuando o processo de implantação da PGF, foram adotadas as seguintes medidas:

− instalação das Procuradorias Seccionais Federais de **Ji-Paraná/RO**,[[218]](#footnote-219)**Taubaté/SP**,[[219]](#footnote-220)**Sorocaba/SP**,[[220]](#footnote-221)**Campina Grande/PB**,[[221]](#footnote-222)**Poços de Caldas/MG**,[[222]](#footnote-223)**Osasco/SP**,[[223]](#footnote-224)**Mossoró/RN**,[[224]](#footnote-225)**Santos/SP**,[[225]](#footnote-226)**Canoas/RS**,[[226]](#footnote-227)**Uberlândia/MG**,[[227]](#footnote-228)**Piracicaba/SP**,[[228]](#footnote-229)**Caxias do Sul/RS**,[[229]](#footnote-230)**Sobral/CE**,[[230]](#footnote-231)**São Bernardo do Campo/SP**,[[231]](#footnote-232)**Arapiraca/AL**,[[232]](#footnote-233)**Divinópolis/MG**,[[233]](#footnote-234)**Ponta Grossa/PR**,[[234]](#footnote-235)**Maringá/PR,**[[235]](#footnote-236) **Passo Fundo/RS,**[[236]](#footnote-237) **Presidente Prudente/SP**,[[237]](#footnote-238)**Ribeirão Preto/SP,**[[238]](#footnote-239) **São José do Rio Preto/SP**,[[239]](#footnote-240)**Santa Maria/RS**,[[240]](#footnote-241)**Guarulhos**,[[241]](#footnote-242) e **Duque de Caxias/RJ**;[[242]](#footnote-243)

− instalação da Procuradoria Federal no Estado do Amapá.[[243]](#footnote-244)

**119. Conselho Superior da AGU – Órgão consultivo do Advogado-Geral da União.** O Conselho Superior da AGU reúne todos os dirigentes dos órgãos de direção superior da Instituição e, mesmo assim, a Lei Complementar nº 73, de 1993, a ele conferiu competências restritas, voltadas aos integrantes das carreiras da AGU. O Conselho da AGU já vinha, informalmente, funcionando como órgão de consulta do Advogado-Geral, em algumas outras matérias e, nessa função, passou a contar com a presença da Procuradoria-Geral Federal e outros órgãos em suas reuniões.

**120.** Considerando a necessidade de formalizar a participação de outros órgãos, como a PGF e a Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil, no Conselho Superior da AGU e de atribuir àquele Colegiado a competência de assessoramento ao Advogado-Geral da União em assuntos de alta relevância relacionados à gestão, ao planejamento estratégico e à atuação jurídica da Advocacia-Geral da União e de seus órgãos vinculados, foi expedida portaria nesse sentido, sem prejuízo das competências que lhe são conferidas na Lei Complementar nº 73, de 1993, com a composição nela prevista.[[244]](#footnote-245)

**121. Comissão Técnica do Conselho da AGU.** Em consequência das novas competências atribuídas ao Conselho da AGU, o Colegiado, em sua 109ª Reunião Extraordinária, ocorrida em 23 de novembro de 2009, resolveu criar, na sua estrutura organizacional, a Comissão Técnica do Conselho Superior – CTCS para dar suporte técnico aos seus membros quando forem deliberar sobre as matérias de sua competência. [[245]](#footnote-246)

**122. Delegação de competência ao Secretário-Geral de Consultoria da AGU.** O Secretário-Geral de Consultoria foi designado Substituto do Advogado-Geral da União e a ele o Chefe da Instituição, orientado pela necessidade de desconcentração administrativa, delegou competência para praticar atos de provimento de cargos efetivos das carreiras de Advogado da União, Procurador Federal e de Procurador da Fazenda Nacional em decorrência de habilitação em concurso público; de cargos em comissão; para concessão de gratificações e funções comissionadas e outros assuntos relacionados aos integrantes da Instituição e da Procuradoria-Geral Federal. [[246]](#footnote-247)

**123. Escritório de Representação da AGU no Conselho Nacional de Justiça - CNJ.** Conforme Acordo de Cooperação Técnica firmado em 26 de janeiro de 2010 entre a AGU e o CNJ, foi instalado Escritório Avançado da AGU no CNJ, para aperfeiçoar a representação judicial da União nas causas de interesse daquele Conselho e de seus agentes públicos, por parte da AGU, aprimorar o intercâmbio de informações e prevenir e solucionar eventuais conflitos na tutela dos interesses da União.

**124. Escritório de Representação da AGU na Câmara dos Deputados.** Em 26 de janeiro de 2010 a AGU firmou Acordo de Cooperação Técnica com a Câmara dos Deputados para instalação de escritório Avançado da AGU naquele Órgão legislativo e facilitar a atuação da AGU nas causas judiciais de interesse da Câmara dos Deputados, como forma de estabelecer mecanismos de integração e intercâmbio de informações, de modo a aprimorar a representação judicial da Câmara dos Deputados a cargo da AGU. O Escritório iniciou suas atividades em 6 de abril de 2010.

**125. Escritório de Representação da AGU no Conselho da Justiça Federal - CJF.** Em 26 de outubro de 2010 foi instalado escritório avançado da AGU no Conselho da Justiça Federal e assinado acordo de cooperação técnica entre o os dois Órgãos, objetivando estabelecer mecanismos de integração e intercâmbio de informações, de modo a aprimorar a representação judicial do CJF e dos Tribunais Regionais Federais.

**126.** **Nova Sede da AGU**. No primeiro semestre de 2011 a sede da Advocacia-Geral da União deslocou-se para prédio de quatorze andares locado pela Instituição no Setor de Autarquias Sul - SAS, para reunir órgãos que se encontravam em instalações precárias e outros que necessitavam de espaços mais compatíveis com suas necessidades e com o número de servidores. Os outros órgãos da AGU ocupam o prédio originário da Imprensa Nacional no Setor de Indústrias Gráficas – SIG.

**127. Corregedoria-Geral da AGU.** Desde a implantação da Advocacia-Geral da União a sua Corregedoria-Geral vinha funcionando apenas com o órgão central sediado em Brasília. Com a edição do Decreto nº 7.329, de 13 de dezembro de 2010, foram criadas cinco Corregedorias Auxiliares, chefiadas pelos cinco Corregedores-Auxiliares cujos cargos, previstos na Lei Complementar nº 73, de 1993, somente tiveram sua remuneração fixada na Medida Provisória nº 531, de 13 de junho de 1994, mais tarde convertida na Lei nº 9.366, de 16 de dezembro de 1996. Quando foram criados cinco cargos de Corregedor-Auxiliar, já se imaginava que seriam eles responsáveis pelas cinco regiões (observada a organização da Justiça Federal à época). Embora denominados de Corregedores-Auxiliares, os seus cargos correspondiam ao DAS-101.6 (hoje DAS-101.5, por força do decreto nº 4.697, de 16 de maio de 2003)[[247]](#footnote-248). O símbolo 101 designa exercício de chefia, coordenação, direção (as atividades de consultoria e assessoramento são designadas pelo símbolo 102).

**128. Corregedorias Auxiliares e Escritório Avançado da Corregedoria-Geral da Advocacia da União na 2ª Região**. As Corregedorias Auxiliares foram criadas pelo Decreto nº 7.392, de 2010, com as competências ali definidas, sem, contudo, atribuir-lhes o caráter de órgãos regionais.[[248]](#footnote-249) A instituição do Escritório Avançado da Corregedoria-Geral da AGU na 2ª Região, para funcionar no âmbito de competência dos órgãos da AGU situados nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro vem ao encontro da ideia primeira de descentralização da Corregedoria, embora não se trate de Corregedoria Auxiliar.

ESTRUTURA REGIMENTAL DA AGU

**129.** A falta de detalhamento das estruturas dos grandes órgãos da Advocacia-Geral da União se faz sentir desde o início do funcionamento da Instituição, omissão trazida pela Lei Complementar nº 73, de 1993. Essa omissão, contudo, proveio de contratempo ocorrido no Congresso Nacional à época da votação do Projeto de Lei Complementar nº 73, de 1991.[[249]](#footnote-250) O texto da Lei Orgânica da AGU tem por base substitutivo aviado na antiga Consultoria-Geral da República submetido ao Congresso Nacional pelo Presidente da República de então, com a Mensagem nº 153, de 12 de maio de 1992, do qual constava anexo que detalhava a estrutura proposta para a Instituição. Na Câmara dos Deputados a versão do Projeto baseada no texto enviado pelo Executivo foi substituída por outra proposta que modificava inteiramente aquela do Executivo.

**130.** No Senado Federal foi restabelecida, com modificações, a proposta do Executivo, contudo, nenhum anexo constou do novo texto e a lei veio a ser sancionada sem as estruturas mais detalhadas dos grandes órgãos da AGU.

**131.** Desde então, a AGU vem tentando suprir essa deficiência, com a criação de órgãos e cargos em leis esparsas e com a expedição de atos regimentais para conferir estruturas mínimas a seus órgãos, suportados pela competência atribuída ao Advogado-Geral da União pela Lei Complementar nº 73, de 1993, para editar o Regimento Interno da Casa e “dispor sobre a competência, a estrutura e o funcionamento da Corregedoria-Geral da Advocacia da União,[[250]](#footnote-251) da Procuradoria-Geral da União,[[251]](#footnote-252) da Consultoria-Geral da União,[[252]](#footnote-253) das Consultorias Jurídicas,[[253]](#footnote-254) do Gabinete do Advogado-Geral da União[[254]](#footnote-255) e dos Gabinetes dos Secretários-Gerais,[[255]](#footnote-256) do Centro de Estudos,[[256]](#footnote-257) da Diretoria-Geral de Administração[[257]](#footnote-258) e da Secretaria de Controle Interno,[[258]](#footnote-259) bem como sobre as atribuições de seus titulares e demais integrantes.” (art. 45, § 1º). Mas o Advogado-Geral não pode criar cargos nem órgãos e o estabelecimento da estrutura da AGU deles depende. Por essa razão, o Regimento Interno da Instituição não foi editado.

**132.** Em 2002 foi expedido o Decreto nº 4.368, de 10 de setembro, aprovando a estrutura e o quadro dos cargos em comissão da Secretaria-Geral da AGU (inovação trazida pelo referido Decreto, pois a Lei Orgânica da AGU não lhe prevê secretaria-geral e sim Diretoria-Geral de Administração).

**133.** Posteriormente, o Decreto nº 7.392,[[259]](#footnote-260) de 13 de dezembro de 2010, baseado no art. 84, VI, ‘a’, da Constituição, segundo o qual “compete privativamente ao Presidente da República” “dispor, mediante decreto, sobre” “organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos” aprovou a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal.

**134.** **Departamento de Gestão Estratégica – DGE**. O Decreto nº 7.392[[260]](#footnote-261), de 2010, incluiu na estrutura da AGU, como órgão de assistência direta e imediata ao Advogado-Geral da União, o Departamento de Gestão Estratégica – DGE, objetivando o planejamento, a modernização e a transformação da gestão, tudo voltado para o fortalecimento institucional da Advocacia-Geral da União.[[261]](#footnote-262)

**135. Estrutura – o Decreto nº 7.392, de 2010**.[[262]](#footnote-263)A dinâmica organizacional da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal torna difícil o estabelecimento de estruturas rígidas e permanentes. Talvez pelo fato de não terem nascido prontas, com estruturas adequadas, tanto a AGU quanto a PGF, a todo instante se veem desafiadas a adequar estruturas orgânicas para melhor desempenharem sua missão. Em face disso, esta narrativa, no que diz respeito a estruturas, passa a mencionar o Decreto nº 7.392,[[263]](#footnote-264) de 2010, como fonte de informação e consulta do arcabouço da AGU e da PGF. Mais informações sobre a estrutura organizacional da AGU e da PGF podem ser buscadas no site da AGU.

QUADRO DE PESSOAL

**136.** Se no início do seu funcionamento a AGU tinha um quadro de cargos efetivos de **16** servidores administrativos, atualmente estes são mais de **1.900** cargos, providos e vagos, com mais de 30% de vacância.

**137.** Quanto aos cargos de **Advogado da União**, hoje existem cerca de **2.380** cargos providos e vagos, nestes incluídos os 600 cargos criados pela Lei Complementar nº 73, de 1993, os 560 cargos criados pela Lei nº 12.671, de 19 de junho de 2012, e os cargos de Assistente Jurídico − providos e vagos − transpostos para o quadro da AGU pela Lei nº 9.028, de 5 de maio de 1995, e transformados em cargos de Advogado da União pela Lei nº 10.549, de 13 de novembro de 2002.

**138.** A carreira de **Procurador da Fazenda Nacional** era composta por 1.200 cargos. A Lei nº 11.457, de 2007, que criou a Secretaria da Receita Federal do Brasil e atribuiu outras competências à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, criou mais 1.200 cargos de Procurador da Fazenda Nacional, perfazendo **2.400** cargos providos e vagos.

**139.** O Quadro de **Procuradores Federais** conta com **4.366** cargos providos e vagos. O maior número de cargos da Carreira concentra-se na Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS.

**140.** Os Quadros de Procuradores da Fazenda Nacional e de Advogados da União (Administração direta – Presidência da República e Ministérios – consultoria e assessoramento jurídicos e representação extrajudicial – e representação judicial dos Três Poderes), providos e vagos, somam **4.780** cargos; e o Quadro de Procuradores Federais (Administração indireta – Autarquias e Fundações federais – representação judicial e extrajudicial, consultoria e assessoramento jurídicos), providos e vagos, perfaz **4.366** cargos. Ao todo, os cargos de **Advogados Públicos Federais** somam quase de **9.150** cargos (providos e vagos). Destes, somente nas carreiras de Advogado da União e de Procurador Federal há elevado percentual de vacância (13% e 26% respectivamente).

**141.** Cumpre registrar que, por ato do Advogado-Geral da União (Portaria nº 605, de 2006),[[264]](#footnote-265) pela **primeira vez** foi fixada a **lotação ideal** dos órgãos jurídicos de direção e de execução da Advocacia-Geral da União, nesta considerados e incluídos os cargos de Advogado da União e dos profissionais da AGU integrantes do seu quadro suplementar.[[265]](#footnote-266)

OS ADVOGADOS-GERAIS DA UNIÃO

**142.** Para concluir, e a título informativo, lembram-se os nomes dos Advogados-Gerais da União que dirigiram a Instituição até o momento:

1. **José de Castro Ferreira**[[266]](#footnote-267)− de 12 de fevereiro[[267]](#footnote-268) a 3 de maio de 1993;

2. **Alexandre de Paula Dupeyrat Martins** – de 3 de maio a 30 de junho de 1993;[[268]](#footnote-269)

3. **Geraldo Magela da Cruz Quintão** – de 5 de julho de 1993 a 24 de janeiro de 2000;

4. **Gilmar Ferreira Mendes –** de 31 de janeiro de 2000 a 19 de junho de 2002;

5. **José Bonifácio Borges de Andrada** – de 20 de junho a 31 de dezembro de 2002;

6. **Álvaro Augusto Ribeiro Costa –** de 1º de janeiro de 2003 a 11 de março de 2007;

7. **José Antônio Dias Toffoli** – de 12 de março de 2007 a 22 de outubro de 2009;

8. **Luís Inácio Lucena Adams** – de 23 de outubro de 2009 a 2 de março de 2016;

9. **José Eduardo Martins Cardozo** – de 2 de março de 2016 a 11 de maio de 2016;

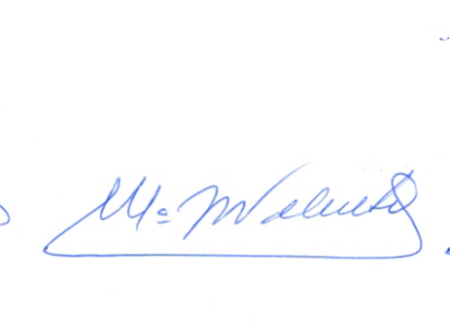
10. **Fábio Medina Osório** – de 12 de maio de 2016 a 9 de setembro de 2016;

11. **Grace Maria Fernandes Mendonça** – de 9 de setembro de 2016 a 31 de dezembro de 2018;

13. **José Levi Mello do Amaral Júnior**  ̶ de 29 de abril de 2020 a 29 de abril de 2021; e

14. **André Luiz de Almeida Mendonça** – atual. Nomeado em 30 de abril de 2021 (segundo mandato).

Desde a sua instalação, a Advocacia-Geral da União contou ainda com os seguintes Advogados-Gerais interinos e substitutos: Walter do Carmo Barletta (Interino e Substituto), Tarcísio Carlos de Almeida Cunha (Interino), Anadyr de Mendonça Rodrigues[[269]](#footnote-270) (Interina), Moacir Antônio Machado da Silva (Interino e Substituto), João Carlos Miranda de Sá e Benevides[[270]](#footnote-271) (Interino), Evandro Costa Gama (Interino e Substituto), Aldemário Araújo Castro (Interino), Grace Maria Fernandes Mendonça (Interina), João Ernesto Aragonés Vianna (Interino), Fernando Luiz Albuquerque Faria (Interino e Substituto), Luís Carlos Martins Alves Júnior (Interino e Substituto), Paulo Gustavo Medeiros Carvalho (Substituto), Maria Aparecida Araújo de Siqueira (Interina e Substituta), Renato de Lima França (Substituto) e Fabrício da Soller (Substituto). Izabel Vinchon Nogueira de Andrade foi designada substituta eventual[[271]](#footnote-272) nos impedimentos legais ou regulamentares do titular e do atual substituto eventual.



Maria Jovita Wolney Valente

Procuradora Federal

CONSTITUIÇÃO

–DISPOSITIVOS –

EMENDAS CONSTITUCIONAIS Nos 19 - 20 - 41 - 45 - 47

**CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 5 DE OUTUBRO DE 1988.**

**TÍTULO III**

**DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO**

**CAPÍTULO VII**

**DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**Seção I**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como aos estrangeiros, na forma da lei; **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração; **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

III - o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;

IV - durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir cargo ou emprego, na carreira;

V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento; **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

VI - é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical;

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica; **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

VIII - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices;[[272]](#footnote-273)**(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

XI - a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos; **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)**

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo;

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público; **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

XIV - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores; **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

XV - o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos incisos XI e XIV deste artigo e nos arts. 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I; **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI. **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

a) a de dois cargos de professor; **(Incluída pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; **(Incluída pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas; **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 2001)**

XVII - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias, e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público; **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

XVIII - a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei;

XIX – somente por lei específica poderá ser criada autarquia e autorizada a instituição de empresa pública, de sociedade de economia mista e de fundação, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação; **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

XX - depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada;

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.[[273]](#footnote-274)

XXII - as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)**

§ 1º - A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

§ 2º - A não observância do disposto nos incisos II e III implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 3º A lei disciplinará as formas de participação do usuário na administração pública direta e indireta, regulando especialmente: **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

I - as reclamações relativas à prestação dos serviços públicos em geral, asseguradas a manutenção de serviços de atendimento ao usuário e a avaliação periódica, externa e interna, da qualidade dos serviços; **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

II - o acesso dos usuários a registros administrativos e a informações sobre atos de governo, observado o disposto no art. 5º, X e XXXIII;[[274]](#footnote-275)  **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

III - a disciplina da representação contra o exercício negligente ou abusivo de cargo, emprego ou função na administração pública. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

§ 4º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º - A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

§ 6º - As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

§ 7º A lei disporá sobre os requisitos e as restrições ao ocupante de cargo ou emprego da administração direta e indireta que possibilite o acesso a informações privilegiadas. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

§ 8º A autonomia gerencial, orçamentária e financeira dos órgãos e entidades da administração direta e indireta poderá ser ampliada mediante contrato, a ser firmado entre seus administradores e o poder público, que tenha por objeto a fixação de metas de desempenho para o órgão ou entidade, cabendo à lei dispor sobre: **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

I - o prazo de duração do contrato;

II - os controles e critérios de avaliação de desempenho, direitos, obrigações e responsabilidade dos dirigentes;

III - a remuneração do pessoal."

§ 9º O disposto no inciso XI aplica-se às empresas públicas e às sociedades de economia mista, e suas subsidiárias, que receberem recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

§ 10. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)**

§ 11. Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do caput deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)**

§ 12. Para os fins do disposto no inciso XI do caput deste artigo, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)**

Art. 38. Ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições: **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

I - tratando-se de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a norma do inciso anterior;

IV - em qualquer caso que exija o afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V - para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

**Seção II**

**DOS SERVIDORES PÚBLICOS**

**(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 18, de 5.2. 1998)**

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas. **(Redação anterior à Emenda Constitucional nº 19, de 4.6. 1998)**

Art. 39. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes. **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998. – Em Seção Plenária de 2.8.2007, o Supremo Tribunal Federal decidiu “suspender a eficácia do artigo 39, *caput,* da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998”)** [[275]](#footnote-276)

§ 1º A fixação dos padrões de vencimento e dos demais componentes do sistema remuneratório observará: **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

I - a natureza, o grau de responsabilidade e a complexidade dos cargos componentes de cada carreira; **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

II - os requisitos para a investidura; **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

III - as peculiaridades dos cargos. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

§ 2º A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados. **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

§ 3º Aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir. **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

§ 4º O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, X e XI. **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

§ 5º Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá estabelecer a relação entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, obedecido, em qualquer caso, o disposto no art. 37, XI. **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

§ 6º Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos. **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

§ 7º Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade. **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

§ 8º A remuneração dos servidores públicos organizados em carreira poderá ser fixada nos termos do § 4º. **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19.12.2003)**

§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17: **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19.12.2003)**

I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei; **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 19.12.2003)**

II - compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar;[[276]](#footnote-277) **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 88, de 7.5..2015)[[277]](#footnote-278)**

III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições: **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)**

a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinqüenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher; **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)**

b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição. **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)**

§ 2º - Os proventos de aposentadoria e as pensões, por ocasião de sua concessão, não poderão exceder a remuneração do respectivo servidor, no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão. **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)**

§ 3º Para o cálculo dos proventos de aposentadoria, por ocasião da sua concessão, serão consideradas as remunerações utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência de que tratam este artigo e o art. 201, na forma da lei. **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)**

§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores: **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)**

I - portadores de deficiência; **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)**

II - que exerçam atividades de risco; **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)**

III - cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)**

§ 5º Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no  § 1º, III, "a", para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio. **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)**

§ 6º Ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma desta Constituição, é vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto neste artigo. **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)**

§ 7º Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que será igual: **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)**

I - ao valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito; ou **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)**

II - ao valor da totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu o falecimento, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso em atividade na data do óbito. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)**

§ 8º É assegurado o reajustamento dos benefícios para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, conforme critérios estabelecidos em lei. **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)**

§ 9º O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)**

§ 10. A lei não poderá estabelecer qualquer forma de contagem de tempo de contribuição fictício. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)**

§ 11. Aplica-se o limite fixado no art. 37, XI, à soma total dos proventos de inatividade, inclusive quando decorrentes da acumulação de cargos ou empregos públicos, bem como de outras atividades sujeitas a contribuição para o regime geral de previdência social, e ao montante resultante da adição de proventos de inatividade com remuneração de cargo acumulável na forma desta Constituição, cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, e de cargo eletivo. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)**

§ 12. Além do disposto neste artigo, o regime de previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo observará, no que couber, os requisitos e critérios fixados para o regime geral de previdência social. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)**

§ 13. Ao servidor ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração bem como de outro cargo temporário ou de emprego público, aplica-se o regime geral de previdência social. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)**

§ 14. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)**

§ 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no art. 202 e seus parágrafos, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida. **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)**

§ 16. Somente mediante sua prévia e expressa opção, o disposto nos  §§ 14 e 15 poderá ser aplicado ao servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do correspondente regime de previdência complementar. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98)**

§ 17. Todos os valores de remuneração considerados para o cálculo do benefício previsto no § 3° serão devidamente atualizados, na forma da lei. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)**

§ 18. Incidirá contribuição sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas pelo regime de que trata este artigo que superem o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)**

§ 19. O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no § 1º, III, a, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1º, II. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)**

§ 20. Fica vedada a existência de mais de um regime próprio de previdência social para os servidores titulares de cargos efetivos, e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime em cada ente estatal, ressalvado o disposto no art. 142, § 3º, X. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)**

§ 21. A contribuição prevista no § 18 deste artigo incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 desta Constituição, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 47, de 2005)**

Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público. **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

§ 1º O servidor público estável só perderá o cargo: **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

I - em virtude de sentença judicial transitada em julgado; **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

II - mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa; **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

III - mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei complementar, assegurada ampla defesa. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

§ 2º Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço. **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

§ 3º Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo. **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

§ 4º Como condição para a aquisição da estabilidade, é obrigatória a avaliação especial de desempenho por comissão instituída para essa finalidade. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

**TÍTULO IV**

**DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES**

**CAPÍTULO I**

**DO PODER LEGISLATIVO**

**SEÇÃO I**

**DO CONGRESSO NACIONAL**

**SEÇÃO II**

**DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSONACIONAL**

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

II - processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade; **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)**;

**CAPÍTULO II**

**DO PODER EXECUTIVO**

**SEÇÃO I**

**DO PRESIDENTE**

**E DO VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

**SEÇÃO II**

**DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA**

**REPÚBLICA**

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

I - nomear e exonerar os Ministros de Estado;

XVI - nomear os magistrados, nos casos previstos nesta Constituição, e o Advogado-Geral da União;

XXV - prover e extinguir os cargos públicos federais, na forma da lei;

Parágrafo único. O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

**CAPÍTULO III**

**DO PODER JUDICIÁRIO**

**SEÇÃO I**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

**SEÇÃO II**

**DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

Art. 103. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade: **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)**

§ 3º - Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.

**CAPÍTULO IV**

**DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA**

**SEÇÃO I**

**DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 1º São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

§ 3º O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 3º. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)**

§ 5º Se a proposta orçamentária de que trata este artigo for encaminhada em desacordo com os limites estipulados na forma do § 3º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)**

§ 6º Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)**

Art. 128. O Ministério Público abrange:

I - o Ministério Público da União, que compreende:

a) o Ministério Público Federal;

b) o Ministério Público do Trabalho;

c) o Ministério Público Militar;

d) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

II - os Ministérios Públicos dos Estados.

§ 1º O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 2º A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

§ 3º Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 4º Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.

§ 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:

I - as seguintes garantias:

a) vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado;

b) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa; **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)**

c) irredutibilidade de subsídio, fixado na forma do art. 39, § 4º, e ressalvado o disposto nos arts. 37, X e XI, 150, II, 153, III, 153, § 2º, I; **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

II - as seguintes vedações:

a) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;

b) exercer a advocacia;

c) participar de sociedade comercial, na forma da lei;

d) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;

e) exercer atividade político-partidária; **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)**

f) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei. **(Incluída pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)**

§ 6º Aplica-se aos membros do Ministério Público o disposto no art. 95, parágrafo único, V. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)**

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

I - promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

II - zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

III - promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

IV - promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição;

V - defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;

VI - expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;

VII - exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;

VIII - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;

IX - exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

§ 1º A legitimação do Ministério Público para as ações civis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto nesta Constituição e na lei.

§ 2º As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição. **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)**

§ 3º O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação. **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)**

§ 4º Aplica-se ao Ministério Público, no que couber, o disposto no art. 93. **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)**

§ 5º A distribuição de processos no Ministério Público será imediata. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)**

Art. 130. Aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas aplicam-se as disposições desta seção pertinentes a direitos, vedações e forma de investidura.

Art. 130-A. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo: **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)**

I - o Procurador-Geral da República, que o preside;

II - quatro membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras;

III - três membros do Ministério Público dos Estados;

IV - dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça;

V - dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

VI - dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

§ 1º Os membros do Conselho oriundos do Ministério Público serão indicados pelos respectivos Ministérios Públicos, na forma da lei.

§ 2º Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe:

I - zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas;

III - receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

IV - rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano;

V - elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar a mensagem prevista no art. 84, XI.

§ 3º O Conselho escolherá, em votação secreta, um Corregedor nacional, dentre os membros do Ministério Público que o integram, vedada a recondução, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pela lei, as seguintes:

I - receber reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares;

II - exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e correição geral;

III - requisitar e designar membros do Ministério Público, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de órgãos do Ministério Público.

§ 4º O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil oficiará junto ao Conselho.

§ 5º Leis da União e dos Estados criarão ouvidorias do Ministério Público, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público.

**Seção II**

**DA ADVOCACIA PÚBLICA**

**(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

Art. 131. A Advocacia-Geral da União é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo.

§ 1º A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

§ 2º O ingresso nas classes iniciais das carreiras da instituição de que trata este artigo far-se-á mediante concurso público de provas e títulos.

§ 3º Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei.

Art. 132. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas. **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

Parágrafo único. Aos procuradores referidos neste artigo é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das corregedorias. **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

**Seção III**

**DA ADVOCACIA**

**(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)**

Art. 133. O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.

**SEÇÃO IV**

**DA DEFENSORIA PÚBLICA**

**(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)**

Art. 134. A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal. **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)**

§ 1º Lei complementar organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais. **(Renumerado do parágrafo único pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)**

§ 2º Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)**

§ 3º Aplica-se o disposto no § 2º às Defensorias Públicas da União e do Distrito Federal. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 74, de 2013)**

§ 4º São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, aplicando-se também, no que couber, o disposto no art. 93 e no inciso II do art. 96 desta Constituição Federal. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014)**

Art. 135. Os servidores integrantes das carreiras disciplinadas nas Seções II e III deste Capítulo serão remunerados na forma do art. 39, § 4º. **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

**TÍTULO X**

**DO ATO DAS DISPOSIÇÕES**

**CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS**

Art. 29. Enquanto não aprovadas as leis complementares relativas ao Ministério Público e à Advocacia-Geral da União, o Ministério Público Federal, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, as Consultorias Jurídicas dos Ministérios, as Procuradorias e Departamentos Jurídicos de autarquias federais com representação própria e os membros das Procuradorias das Universidades fundacionais públicas continuarão a exercer suas atividades na área das respectivas atribuições.

§ 1º O Presidente da República, no prazo de cento e vinte dias, encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei complementar dispondo sobre a organização e o funcionamento da Advocacia-Geral da União.

§ 2º Aos atuais Procuradores da República, nos termos da lei complementar, será facultada a opção, de forma irretratável, entre as carreiras do Ministério Público Federal e da Advocacia-Geral da União.

§ 3º Poderá optar pelo regime anterior, no que respeita às garantias e vantagens, o membro do Ministério Público admitido antes da promulgação da Constituição, observando-se, quanto às vedações, a situação jurídica na data desta.

§ 4º Os atuais integrantes do quadro suplementar dos Ministérios Públicos do Trabalho e Militar que tenham adquirido estabilidade nessas funções passam a integrar o quadro da respectiva carreira.

§ 5º Cabe à atual Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, diretamente ou por delegação, que pode ser ao Ministério Público Estadual, representar judicialmente a União nas causas de natureza fiscal, na área da respectiva competência, até a promulgação das leis complementares previstas neste artigo.

Art. 69. Será permitido aos Estados manter consultorias jurídicas separadas de suas Procuradorias-Gerais ou Advocacias-Gerais, desde que, na data da promulgação da Constituição, tenham órgãos distintos para as respectivas funções.

**EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 19, DE 4 DE JUNHO DE 1998.**

*Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências.*

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam esta Emenda ao texto constitucional:

Arts. 1º a 24.**Já incorporados ao texto da Constituição.**

Art. 25. Até a instituição do fundo a que se refere o inciso XIV do art. 21 da Constituição Federal, compete à União manter os atuais compromissos financeiros com a prestação de serviços públicos do Distrito Federal.

Art. 26. No prazo de dois anos da promulgação desta Emenda, as entidades da administração indireta terão seus estatutos revistos quanto à respectiva natureza jurídica, tendo em conta a finalidade e as competências efetivamente executadas.

Art. 27. O Congresso Nacional, dentro de cento e vinte dias da promulgação desta Emenda, elaborará lei de defesa do usuário de serviços públicos.

Art. 28. É assegurado o prazo de dois anos de efetivo exercício para aquisição da estabilidade aos atuais servidores em estágio probatório, sem prejuízo da avaliação a que se refere o § 4º do art. 41 da Constituição Federal.

Art. 29. Os subsídios, vencimentos, remuneração, proventos da aposentadoria e pensões e quaisquer outras espécies remuneratórias adequar-se-ão, a partir da promulgação desta Emenda, aos limites decorrentes da Constituição Federal, não se admitindo a percepção de excesso a qualquer título.

Art. 30. O projeto de lei complementar a que se refere o art. 163 da Constituição Federal será apresentado pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional no prazo máximo de cento e oitenta dias da promulgação desta Emenda.

Art. 31. A pessoa que revestiu a condição de servidor público federal da administração direta, autárquica ou fundacional, de servidor municipal ou de integrante da carreira de policial, civil ou militar, dos ex-Territórios Federais do Amapá e de Roraima e que, comprovadamente, encontrava-se no exercício de suas funções, prestando serviço à administração pública dos ex-Territórios ou de prefeituras neles localizadas, na data em que foram transformados em Estado, ou a condição de servidor ou de policial, civil ou militar, admitido pelos Estados do Amapá e de Roraima, entre a data de sua transformação em Estado e outubro de 1993, bem como a pessoa que comprove ter mantido, nesse período, relação ou vínculo funcional, de caráter efetivo ou não, ou relação ou vínculo empregatício, estatutário ou de trabalho com a administração pública dos ex-Territórios, dos Estados ou das prefeituras neles localizadas ou com empresa pública ou sociedade de economia mista que haja sido constituída pelo ex-Território ou pela União para atuar no âmbito do ex-Território Federal, inclusive as extintas, poderão integrar, mediante opção, quadro em extinção da administração pública federal.  **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 98, de 2017)**

§1º O enquadramento referido no **caput** deste artigo, para os servidores, para os policiais, civis ou militares, e para as pessoas que tenham revestido essa condição, entre a transformação e a instalação dos Estados em outubro de 1993, dar-se-á no cargo em que foram originariamente admitidos ou em cargo equivalente. **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 98, de 2017)**

§ 2º Os integrantes da carreira policial militar a que se refere o caput continuarão prestando serviços aos respectivos Estados, na condição de cedidos, submetidos às disposições estatutárias a que estão sujeitas as corporações das respectivas Polícias Militares, observados as atribuições de função compatíveis com seu grau hierárquico e o direito às devidas promoções. **(Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 79, de 2014)**

§ 3º As pessoas a que se referem este artigo prestarão serviços aos respectivos Estados ou a seus Municípios, na condição de servidores cedidos, sem ônus para o cessionário, até seu aproveitamento em órgão ou entidade da administração federal direta, autárquica ou fundacional, podendo os Estados, por conta e delegação da União, adotar os procedimentos necessários à cessão de servidores a seus Municípios.  **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 98, de 2017)**

§ 4º Para fins do disposto no **caput** deste artigo, são meios probatórios de relação ou vínculo funcional, empregatício, estatutário ou de trabalho, independentemente da existência de vínculo atual, além dos admitidos em lei:  **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 98, de 2017)**

I - o contrato, o convênio, o ajuste ou o ato administrativo por meio do qual a pessoa tenha revestido a condição de profissional, empregado, servidor público, prestador de serviço ou trabalhador e tenha atuado ou desenvolvido atividade laboral diretamente com o ex-Território, o Estado ou a prefeitura neles localizada, inclusive mediante a interveniência de cooperativa; **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 98, de 2017)**

II - a retribuição, a remuneração ou o pagamento documentado ou formalizado, à época, mediante depósito em conta-corrente bancária ou emissão de ordem de pagamento, de recibo, de nota de empenho ou de ordem bancária em que se identifique a administração pública do ex-Território, do Estado ou de prefeitura neles localizada como fonte pagadora ou origem direta dos recursos, assim como aquele realizado à conta de recursos oriundos de fundo de participação ou de fundo especial, inclusive em proveito do pessoal integrante das tabelas especiais. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 98, de 2017)**

§ 5º Além dos meios probatórios de que trata o § 4º deste artigo, sem prejuízo daqueles admitidos em lei, o enquadramento referido no **caput** deste artigo dependerá de a pessoa ter mantido relação ou vínculo funcional, empregatício, estatutário ou de trabalho com o ex-Território ou o Estado que o tenha sucedido por, pelo menos, noventa dias. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 98, de 2017)**

§ 6º As pessoas a que se referem este artigo, para efeito de exercício em órgão ou entidade da administração pública estadual ou municipal dos Estados do Amapá e de Roraima, farão jus à percepção de todas as gratificações e dos demais valores que componham a estrutura remuneratória dos cargos em que tenham sido enquadradas, vedando-se reduzi-los ou suprimi-los por motivo de cessão ao Estado ou a seu Município. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 98, de 2017)**

Art. 32.**Já incorporado ao texto da Constituição.**

Art. 33. Consideram-se servidores não estáveis, para os fins do art. 169, § 3º, II, da Constituição Federal aqueles admitidos na administração direta, autárquica e fundacional sem concurso público de provas ou de provas e títulos após o dia 5 de outubro de 1983.

Art. 34. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua promulgação.

Brasília, 4 de junho de 1998.

**Mesa da Câmara dos Deputados**

**Mesa do Senado Federal**

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1998.

*Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências.*

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1°**Já incorporado ao texto da Constituição.**

Art. 2° **Já incorporado ao texto da Constituição.**

Art. 3° É assegurada a concessão de aposentadoria e pensão, a qualquer tempo, aos servidores públicos e aos segurados do regime geral de previdência social, bem como aos seus dependentes, que, até a data da publicação desta Emenda, tenham cumprido os requisitos para a obtenção destes benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

§ 1° O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria integral e que opte por permanecer em atividade fará jus à isenção da contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria contidas no art. 40, § 1°, III, a, da Constituição Federal.

§ 2º Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores públicos referidos no caput, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de serviço já exercido até a data de publicação desta Emenda, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidas as prescrições nela estabelecidas para a concessão destes benefícios ou nas condições da legislação vigente.

§ 3º São mantidos todos os direitos e garantias assegurados nas disposições constitucionais vigentes à data de publicação desta Emenda aos servidores e militares, inativos e pensionistas, aos anistiados e aos ex-combatentes, assim como àqueles que já cumpriram, até aquela data, os requisitos para usufruírem tais direitos, observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal.

Art. 4° Observado o disposto no art. 40, § 10, da Constituição Federal, o tempo de serviço considerado pela legislação vigente para efeito de aposentadoria, cumprido até que a lei discipline a matéria, será contado como tempo de contribuição.

Art. 5° O disposto no art. 202, § 3°, da Constituição Federal, quanto à exigência de paridade entre a contribuição da patrocinadora e a contribuição do segurado, terá vigência no prazo de dois anos a partir da publicação desta Emenda, ou, caso ocorra antes, na data de publicação da lei complementar a que se refere o 4° do mesmo artigo.

Art. 6° As entidades fechadas de previdência privada patrocinadas por entidades públicas, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista deverão rever, no prazo de dois anos, a contar da publicação desta Emenda, seus planos de benefícios e serviços, de modo a ajustá-los atuarialmente a seus ativos, sob pena de intervenção, sendo seus dirigentes e os de suas respectivas patrocinadoras responsáveis civil e criminalmente pelo descumprimento do disposto neste artigo.

Art. 7° Os projetos das leis complementares previstas no art. 202 da Constituição Federal deverão ser apresentados ao Congresso Nacional no prazo máximo de noventa dias após a publicação desta Emenda.

Art. 8°**(Revogado pela Emenda Constitucional n° 41, de 19.12.2003.)**

Art. 9° Observado o disposto no art. 4° desta Emenda e ressalvado o direito de opção a aposentadoria pelas normas por ela estabelecidas para o regime geral de previdência social, é assegurado o direito à aposentadoria ao segurado que se tenha filiado ao regime geral de previdência social, até a data de publicação desta Emenda, quando, cumulativamente, atender aos seguintes requisitos:

I - contar com cinqüenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher; e

II - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior.

§ 1° O segurado de que trata este artigo, desde que atendido o disposto no inciso I do caput, e observado o disposto no art. 4° desta Emenda, pode aposentar-se com valores proporcionais ao tempo de contribuição, quando atendidas as seguintes condições:

I - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta anos, se homem, e vinte e cinco anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a quarenta por cento do tempo que, na data da publicação desta Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea anterior;

II - o valor da aposentadoria proporcional será equivalente a setenta por cento do valor da aposentadoria a que se refere o caput, acrescido de cinco por cento por ano de contribuição que supere a soma a que se refere o inciso anterior, até o limite de cem por cento.

§ 2° O professor que, até a data da publicação desta Emenda, tenha exercido atividade de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no caput, terá o tempo de serviço exercido até a publicação desta Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício de atividade de magistério.

Art. 10 **(Revogado pela Emenda Constitucional n° 41, de 19.12.2003.**)

Art. 11. A vedação prevista no art. 37, § 10, da Constituição Federal, não se aplica aos membros de poder e aos inativos, servidores e militares, que, até a publicação desta Emenda, tenham ingressado novamente no serviço público por concurso público de provas ou de provas e títulos, e pelas demais formas previstas na Constituição Federal, sendo-lhes proibida a percepção de mais de uma aposentadoria pelo regime de previdência a que se refere o art. 40 da Constituição Federal, aplicando-se-lhes, em qualquer hipótese, o limite de que trata o § 11 deste mesmo artigo.

Art. 12. Até que produzam efeitos as leis que irão dispor sobre as contribuições de que trata o art. 195 da Constituição Federal, são exigíveis as estabelecidas em lei, destinadas ao custeio da seguridade social e dos diversos regimes previdenciários.

Art. 13. Até que a lei discipline o acesso ao salário-família e auxílio-reclusão para os servidores, segurados e seus dependentes, esses benefícios serão concedidos apenas àqueles que tenham renda bruta mensal igual ou inferior a R$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), que, até a publicação da lei, serão corrigidos pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social.

Art. 14. O limite máximo para o valor dos benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal é fixado em R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), devendo, a partir da data da publicação desta Emenda, ser reajustado de forma a preservar, em caráter permanente, seu valor real, atualizado pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social.

Art. 15. Até que a lei complementar a que se refere o art. 201, § 1°, da Constituição Federal, seja publicada, permanece em vigor o disposto nos arts. 57 e 58 da Lei n° 8.213, de 24 de julho de 1991, na redação vigente à data da publicação desta Emenda.

Art. 16. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 17. Revoga-se o inciso II do § 2° do art. 153 da Constituição Federal.

Brasília, 15 de dezembro de 1998.

**Mesa da Câmara dos Deputados**

**Mesa do Senado Federal**

**EMENDA CONSTITUCIONAL N° 41, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003.**

*Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências.*

As **MESAS** da **CÂMARA DOS DEPUTADOS** e do **SENADO FEDERAL**, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º **Já incorporado ao texto da Constituição.**

Art. 2º Observado o disposto no art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, é assegurado o direito de opção pela aposentadoria voluntária com proventos calculados de acordo com o art. 40, §§ 3º e 17, da Constituição Federal, àquele que tenha ingressado regularmente em cargo efetivo na Administração Pública direta, autárquica e fundacional, até a data de publicação daquela Emenda, quando o servidor, cumulativamente:

I - tiver cinqüenta e três anos de idade, se homem, e quarenta e oito anos de idade, se mulher;

II - tiver cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria;

III - contar tempo de contribuição igual, no mínimo, à soma de:

a) trinta e cinco anos, se homem, e trinta anos, se mulher; e

b) um período adicional de contribuição equivalente a vinte por cento do tempo que, na data de publicação daquela Emenda, faltaria para atingir o limite de tempo constante da alínea *a* deste inciso.

§ 1 º O servidor de que trata este artigo que cumprir as exigências para aposentadoria na forma do *caput* terá os seus proventos de inatividade reduzidos para cada ano antecipado em relação aos limites de idade estabelecidos pelo art. 40, § 1º, III, a, e § 5º da Constituição Federal, na seguinte proporção:

I - três inteiros e cinco décimos por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do *caput* até 31 de dezembro de 2005;

II - cinco por cento, para aquele que completar as exigências para aposentadoria na forma do *caput* a partir de 1º de janeiro de 2006.

§ 2º Aplica-se ao magistrado e ao membro do Ministério Público e de Tribunal de Contas o disposto neste artigo.

§ 3º Na aplicação do disposto no § 2º deste artigo, o magistrado ou o membro do Ministério Público ou de Tribunal de Contas, se homem, terá o tempo de serviço exercido até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, contado com acréscimo de dezessete por cento, observado o disposto no § 1º deste artigo.

§ 4º O professor, servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que, até a data de publicação da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, tenha ingressado, regularmente, em cargo efetivo de magistério e que opte por aposentar-se na forma do disposto no *capu*t, terá o tempo de serviço exercido até a publicação daquela Emenda contado com o acréscimo de dezessete por cento, se homem, e de vinte por cento, se mulher, desde que se aposente, exclusivamente, com tempo de efetivo exercício nas funções de magistério, observado o disposto no § 1º.

§ 5º O servidor de que trata este artigo, que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no ***capu*t**, e que opte por permanecer em atividade, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal.

§ 6º Às aposentadorias concedidas de acordo com este artigo aplica-se o disposto no art. 40, § 8º, da Constituição Federal.

Art. 3º É assegurada a concessão, a qualquer tempo, de aposentadoria aos servidores públicos, bem como pensão aos seus dependentes, que, até a data de publicação desta Emenda, tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios, com base nos critérios da legislação então vigente.

§ 1º O servidor de que trata este artigo que opte por permanecer em atividade tendo completado as exigências para aposentadoria voluntária e que conte com, no mínimo, vinte e cinco anos de contribuição, se mulher, ou trinta anos de contribuição, se homem, fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no art. 40, § 1º, II, da Constituição Federal.

§ 2º Os proventos da aposentadoria a ser concedida aos servidores públicos referidos no *capu*t, em termos integrais ou proporcionais ao tempo de contribuição já exercido até a data de publicação desta Emenda, bem como as pensões de seus dependentes, serão calculados de acordo com a legislação em vigor à época em que foram atendidos os requisitos nela estabelecidos para a concessão desses benefícios ou nas condições da legislação vigente.

Art. 4º Os servidores inativos e os pensionistas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, em gozo de benefícios na data de publicação desta Emenda, bem como os alcançados pelo disposto no seu art. 3º, contribuirão para o custeio do regime de que trata o art. 40 da Constituição Federal com percentual igual ao estabelecido para os servidores titulares de cargos efetivos.

Parágrafo único. A contribuição previdenciária a que se refere o *caput* incidirá apenas sobre a parcela dos proventos e das pensões que supere:

I - cinqüenta por cento do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, para os servidores inativos e os pensionistas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - sessenta por cento do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal, para os servidores inativos e os pensionistas da União.

Art. 5º O limite máximo para o valor dos benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da Constituição Federal é fixado em R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais), devendo, a partir da data de publicação desta Emenda, ser reajustado de forma a preservar, em caráter permanente, seu valor real, atualizado pelos mesmos índices aplicados aos benefícios do regime geral de previdência social.

Art. 6º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelo art. 2º desta Emenda, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta Emenda poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 5º do art. 40 da Constituição Federal, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições:

I - sessenta anos de idade, se homem, e cinqüenta e cinco anos de idade, se mulher;

II - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e

IV - dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

Parágrafo único. **(Revogado pela Emenda Constitucional nº 47, de 5.7.2005).**

Art. 6º-A. O servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta Emenda Constitucional e que tenha se aposentado ou venha a se aposentar por invalidez permanente, com fundamento no inciso I do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, tem direito a proventos de aposentadoria calculados com base na remuneração do cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, não sendo aplicáveis as disposições constantes dos §§ 3º, 8º e 17 do art. 40 da Constituição Federal. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 70, de 2012)**

Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base no caput o disposto no art. 7º desta Emenda Constitucional, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos desses servidores. **(Incluído pela Emenda Constitucional nº 70, de 2012)**

Art. 7º Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e as pensões dos seus dependentes pagos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, em fruição na data de publicação desta Emenda, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo art. 3º desta Emenda, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

Art. 8º Até que seja fixado o valor do subsídio de que trata o art. 37, XI, da Constituição Federal, será considerado, para os fins do limite fixado naquele inciso, o valor da maior remuneração atribuída por lei na data de publicação desta Emenda a Ministro do Supremo Tribunal Federal, a título de vencimento, de representação mensal e da parcela recebida em razão de tempo de serviço, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento da maior remuneração mensal de Ministro do Supremo Tribunal Federal a que se refere este artigo, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.

Art. 9º Aplica-se o disposto no art. 17 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias aos vencimentos, remunerações e subsídios dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza.

Art. 10. Revogam-se o inciso IX do § 3º do art. 142 da Constituição Federal, bem como os [arts. 8º](file:///C:\Users\CART-WOLNEY\AppData\jovita\Configurações%20locais\Temporary%20Internet%20Files\OLK35\emc20.htm#art8) e 10 da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998.

Art. 11. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 19 de dezembro de 2003.

**Mesa da Câmara dos Deputados**

**Mesa do Senado Federal**

**EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 45, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2004.**

*Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103B, 111-A e 130-A, e dá outras providências.*

**AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL**, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º

LXXVIII - a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.

§ 4º O Brasil se submete à jurisdição de Tribunal Penal Internacional a cuja criação tenha manifestado adesão." (NR)

"Art. 36.

III - de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal.

IV - **(Revogado).**

" (NR)

"Art. 52.

II - processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;

" (NR)

"Art. 92.

I-A - o Conselho Nacional de Justiça;

§ 1º O Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e os Tribunais Superiores têm sede na Capital Federal.

§ 2º O Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores têm jurisdição em todo o território nacional." (NR)

"Art. 93.

I - ingresso na carreira, cujo cargo inicial será o de juiz substituto, mediante concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as fases, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e obedecendo-se, nas nomeações, à ordem de classificação;

II -

c) aferição do merecimento conforme o desempenho e pelos critérios objetivos de produtividade e presteza no exercício da jurisdição e pela freqüência e aproveitamento em cursos oficiais ou reconhecidos de aperfeiçoamento;

d) na apuração de antigüidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação;

e) não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal, não podendo devolvê-los ao cartório sem o devido despacho ou decisão;

III - o acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antigüidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única entrância;

IV - previsão de cursos oficiais de preparação, aperfeiçoamento e promoção de magistrados, constituindo etapa obrigatória do processo de vitaliciamento a participação em curso oficial ou reconhecido por escola nacional de formação e aperfeiçoamento de magistrados;

VII - o juiz titular residirá na respectiva comarca, salvo autorização do tribunal;

VIII - o ato de remoção, disponibilidade e aposentadoria do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa;

VIII-A - a remoção a pedido ou a permuta de magistrados de comarca de igual entrância atenderá, no que couber, ao disposto nas alíneas a , b , c e e do inciso II;

IX - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação;

X - as decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros;

XI - nos tribunais com número superior a vinte e cinco julgadores, poderá ser constituído órgão especial, com o mínimo de onze e o máximo de vinte e cinco membros, para o exercício das atribuições administrativas e jurisdicionais delegadas da competência do tribunal pleno, provendo-se metade das vagas por antigüidade e a outra metade por eleição pelo tribunal pleno;

XII - a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedado férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente;

XIII - o número de juízes na unidade jurisdicional será proporcional à efetiva demanda judicial e à respectiva população;

XIV - os servidores receberão delegação para a prática de atos de administração e atos de mero expediente sem caráter decisório;

XV - a distribuição de processos será imediata, em todos os graus de jurisdição."(NR)

"Art. 95.

Parágrafo único. Aos juízes é vedado:

IV - receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei;

V - exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração." (NR)

"Art. 98.

§ 1º **(antigo parágrafo único)**

§ 2º As custas e emolumentos serão destinados exclusivamente ao custeio dos serviços afetos às atividades específicas da Justiça." (NR)

"Art. 99.

§ 3º Se os órgãos referidos no § 2º não encaminharem as respectivas propostas orçamentárias dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 1º deste artigo.

§ 4º Se as propostas orçamentárias de que trata este artigo forem encaminhadas em desacordo com os limites estipulados na forma do § 1º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.

§ 5º Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais." (NR)

"Art. 102.

I -

h) **(Revogada)**

r) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público;

III -

d) julgar válida lei local contestada em face de lei federal.

§ 2º As decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade e nas ações declaratórias de constitucionalidade produzirão eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal.

§ 3º No recurso extraordinário o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros." (NR)

"Art. 103. Podem propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade:

IV - a Mesa de Assembléia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

V - o Governador de Estado ou do Distrito Federal;

§ 4º **(Revogado)."**(NR)

"Art. 104.

Parágrafo único. Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo:

" (NR)

"Art. 105.

I -

i) a homologação de sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias;

III -

b) julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal;

Parágrafo único. Funcionarão junto ao Superior Tribunal de Justiça:

I - a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira;

II - o Conselho da Justiça Federal, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa e orçamentária da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema e com poderes correicionais, cujas decisões terão caráter vinculante." (NR)

"Art. 107.

§ 1º **(antigo parágrafo único)**

§ 2º Os Tribunais Regionais Federais instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

§ 3º Os Tribunais Regionais Federais poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo." (NR)

"Art. 109.

V-A as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5º deste artigo;

§ 5º Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal." (NR)

"Art. 111.

§ 1º **(Revogado).**

§ 2º **(Revogado).**

§ 3º **(Revogado)."**(NR)

"Art. 112. A lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho." (NR)

"Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar:

I - as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - as ações que envolvam exercício do direito de greve;

III - as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores;

IV - os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data , quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição;

V - os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o;

VI - as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho;

VII - as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho;

VIII - a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a , e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir;

IX - outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei.

§ 1º

§ 2º Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente.

§ 3º Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito." (NR)

"Art. 115. Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, sendo:

I - um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94;

II - os demais, mediante promoção de juízes do trabalho por antigüidade e merecimento, alternadamente.

§ 1º Os Tribunais Regionais do Trabalho instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários.

§ 2º Os Tribunais Regionais do Trabalho poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo." (NR)

"Art. 125.

§ 3º A lei estadual poderá criar, mediante proposta do Tribunal de Justiça, a Justiça Militar estadual, constituída, em primeiro grau, pelos juízes de direito e pelos Conselhos de Justiça e, em segundo grau, pelo próprio Tribunal de Justiça, ou por Tribunal de Justiça Militar nos Estados em que o efetivo militar seja superior a vinte mil integrantes.

§ 4º Compete à Justiça Militar estadual processar e julgar os militares dos Estados, nos crimes militares definidos em lei e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, ressalvada a competência do júri quando a vítima for civil, cabendo ao tribunal competente decidir sobre a perda do posto e da patente dos oficiais e da graduação das praças.

§ 5º Compete aos juízes de direito do juízo militar processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, cabendo ao Conselho de Justiça, sob a presidência de juiz de direito, processar e julgar os demais crimes militares.

§ 6º O Tribunal de Justiça poderá funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

§ 7º O Tribunal de Justiça instalará a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções da atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários." (NR)

"Art. 126. Para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça proporá a criação de varas especializadas, com competência exclusiva para questões agrárias.

" (NR)

"Art. 127.

§ 4º Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 3º.

§ 5º Se a proposta orçamentária de que trata este artigo for encaminhada em desacordo com os limites estipulados na forma do § 3º, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.

§ 6º Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais." (NR)

"Art. 128.

§ 5º

I -

b) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa;

II -

e) exercer atividade político-partidária;

f) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.

§ 6º Aplica-se aos membros do Ministério Público o disposto no art. 95, parágrafo único, V." (NR)

"Art. 129.

§ 2º As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição.

§ 3º O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.

§ 4º Aplica-se ao Ministério Público, no que couber, o disposto no art. 93.

§ 5º A distribuição de processos no Ministério Público será imediata." (NR)

"Art. 134.

§ 1º **(antigo parágrafo único)**

§ 2º Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia funcional e administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias e subordinação ao disposto no art. 99, § 2º." (NR)

"Art. 168. Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, destinados aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês, em duodécimos, na forma da lei complementar a que se refere o art. 165, § 9º." (NR)

Art. 2º A Constituição Federal passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 103-A, 103-B, 111-A e 130-A:

"Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

§ 1º A súmula terá por objetivo a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas, acerca das quais haja controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que acarrete grave insegurança jurídica e relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica.

§ 2º Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido em lei, a aprovação, revisão ou cancelamento de súmula poderá ser provocada por aqueles que podem propor a ação direta de inconstitucionalidade.

§ 3º Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso."

Art. Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo: **(Redação dada pela Emenda Constitucionalnº 61, de 11.11.2009)**

I - o Presidente do Supremo Tribunal Federal; **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 11.11.2009)**

II - um Ministro do Superior Tribunal de Justiça, indicado pelo respectivo tribunal;

III - um Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, indicado pelo respectivo tribunal;

IV - um desembargador de Tribunal de Justiça, indicado pelo Supremo Tribunal Federal;

V - um juiz estadual, indicado pelo Supremo Tribunal Federal;

VI - um juiz de Tribunal Regional Federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;

VII - um juiz federal, indicado pelo Superior Tribunal de Justiça;

VIII - um juiz de Tribunal Regional do Trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho;

IX - um juiz do trabalho, indicado pelo Tribunal Superior do Trabalho;

X - um membro do Ministério Público da União, indicado pelo Procurador-Geral da República;

XI - um membro do Ministério Público estadual, escolhido pelo Procurador-Geral da República dentre os nomes indicados pelo órgão competente de cada instituição estadual;

XII - dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

XIII - dois cidadãos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

§ 1º O Conselho será presidido pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e, nas suas ausências e impedimentos, pelo Vice-Presidente do Supremo Tribunal Federal. **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 11.11.2009)**

§ 2º Os demais membros do Conselho serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal. **(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 61, de 11.11.2009)**

§ 3º Não efetuadas, no prazo legal, as indicações previstas neste artigo, caberá a escolha ao Supremo Tribunal Federal.

§ 4º Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:

I - zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas da União;

III - receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, inclusive contra seus serviços auxiliares, serventias e órgãos prestadores de serviços notariais e de registro que atuem por delegação do poder público ou oficializados, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional dos tribunais, podendo avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

IV - representar ao Ministério Público, no caso de crime contra a administração pública ou de abuso de autoridade;

V - rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano;

VI - elaborar semestralmente relatório estatístico sobre processos e sentenças prolatadas, por unidade da Federação, nos diferentes órgãos do Poder Judiciário;

VII - elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias, sobre a situação do Poder Judiciário no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar mensagem do Presidente do Supremo Tribunal Federal a ser remetida ao Congresso Nacional, por ocasião da abertura da sessão legislativa.

§ 5º O Ministro do Superior Tribunal de Justiça exercerá a função de Ministro-Corregedor e ficará excluído da distribuição de processos no Tribunal, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, as seguintes:

I receber as reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos magistrados e aos serviços judiciários;

II exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e de correição geral;

III requisitar e designar magistrados, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de juízos ou tribunais, inclusive nos Estados, Distrito Federal e Territórios.

§ 6º Junto ao Conselho oficiarão o Procurador-Geral da República e o Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 7º A União, inclusive no Distrito Federal e nos Territórios, criará ouvidorias de justiça, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Poder Judiciário, ou contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional de Justiça."

"Art. 111-A. O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo:

I - um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94;

II - os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira, indicados pelo próprio Tribunal Superior.

§ 1º A lei disporá sobre a competência do Tribunal Superior do Trabalho.

§ 2º Funcionarão junto ao Tribunal Superior do Trabalho:

I - a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira;

II - o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante."

“Art. 130-A. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:

I - o Procurador-Geral da República, que o preside;

II - quatro membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras;

III - três membros do Ministério Público dos Estados;

IV - dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça;

V - dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

VI - dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

§ 1º Os membros do Conselho oriundos do Ministério Público serão indicados pelos respectivos Ministérios Públicos, na forma da lei.

§ 2º Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe:

I - zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas;

III - receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

IV - rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano;

V - elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar a mensagem prevista no art. 84, XI.

§ 3º O Conselho escolherá, em votação secreta, um Corregedor nacional, dentre os membros do Ministério Público que o integram, vedada a recondução, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pela lei, as seguintes:

I - receber reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares;

II - exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e correição geral;

III - requisitar e designar membros do Ministério Público, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de órgãos do Ministério Público.

§ 4º O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil oficiará junto ao Conselho.

§ 5º Leis da União e dos Estados criarão ouvidorias do Ministério Público, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público."

Art. 3º A lei criará o Fundo de Garantia das Execuções Trabalhistas, integrado pelas multas decorrentes de condenações trabalhistas e administrativas oriundas da fiscalização do trabalho, além de outras receitas.

Art. 4º Ficam extintos os tribunais de Alçada, onde houver, passando os seus membros a integrar os Tribunais de Justiça dos respectivos Estados, respeitadas a antigüidade e classe de origem.

Parágrafo único. No prazo de cento e oitenta dias, contado da promulgação desta Emenda, os Tribunais de Justiça, por ato administrativo, promoverão a integração dos membros dos tribunais extintos em seus quadros, fixando-lhes a competência e remetendo, em igual prazo, ao Poder Legislativo, proposta de alteração da organização e da divisão judiciária correspondentes, assegurados os direitos dos inativos e pensionistas e o aproveitamento dos servidores no Poder Judiciário estadual.

Art. 5º O Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público serão instalados no prazo de cento e oitenta dias a contar da promulgação desta Emenda, devendo a indicação ou escolha de seus membros ser efetuada até trinta dias antes do termo final.

§ 1º Não efetuadas as indicações e escolha dos nomes para os Conselhos Nacional de Justiça e do Ministério Público dentro do prazo fixado no caput deste artigo, caberá, respectivamente, ao Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público da União realizá-las.

§ 2º Até que entre em vigor o Estatuto da Magistratura, o Conselho Nacional de Justiça, mediante resolução, disciplinará seu funcionamento e definirá as atribuições do Ministro-Corregedor.

Art. 6º O Conselho Superior da Justiça do Trabalho será instalado no prazo de cento e oitenta dias, cabendo ao Tribunal Superior do Trabalho regulamentar seu funcionamento por resolução, enquanto não promulgada a lei a que se refere o art. 111-A, § 2º, II.

Art. 7º O Congresso Nacional instalará, imediatamente após a promulgação desta Emenda Constitucional, comissão especial mista, destinada a elaborar, em cento e oitenta dias, os projetos de lei necessários à regulamentação da matéria nela tratada, bem como promover alterações na legislação federal objetivando tornar mais amplo o acesso à Justiça e mais célere a prestação jurisdicional.

Art. 8º As atuais súmulas do Supremo Tribunal Federal somente produzirão efeito vinculante após sua confirmação por dois terços de seus integrantes e publicação na imprensa oficial.

Art. 9º São revogados o inciso IV do art. 36; a alínea h do inciso I do art. 102; o § 4º do art. 103; e os §§ 1º a 3º do art. 111.

Art. 10. Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 8 de dezembro de 2004.

**Mesa da Câmara dos Deputados**

**Mesa do Senado Federal**

**EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 47, DE 5 DE JULHO DE 2005.**

*Altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências.*

**AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS e do SENADO FEDERAL**, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 37.

§ 11. Não serão computadas, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do caput deste artigo, as parcelas de caráter indenizatório previstas em lei. (NR)

§ 12. Para os fins do disposto no inciso XI do caput deste artigo, fica facultado aos Estados e ao Distrito Federal fixar, em seu âmbito, mediante emenda às respectivas Constituições e Lei Orgânica, como limite único, o subsídio mensal dos Desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, não se aplicando o disposto neste parágrafo aos subsídios dos Deputados Estaduais e Distritais e dos Vereadores." (NR)

"Art. 40.

§ 4º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo regime de que trata este artigo, ressalvados, nos termos definidos em leis complementares, os casos de servidores:

I - portadores de deficiência;

II - que exerçam atividades de risco;

III - cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

§ 21. A contribuição prevista no § 18 deste artigo incidirá apenas sobre as parcelas de proventos de aposentadoria e de pensão que superem o dobro do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 desta Constituição, quando o beneficiário, na forma da lei, for portador de doença incapacitante." (NR)

"Art. 195.

§ 9º As contribuições sociais previstas no inciso I do caput deste artigo poderão ter alíquotas ou bases de cálculo diferenciadas, em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão-de-obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.

." (NR)

"Art. 201.

§ 1º É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos beneficiários do regime geral de previdência social, ressalvados os casos de atividades exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física e quando se tratar de segurados portadores de deficiência, nos termos definidos em lei complementar.

§ 12. Lei disporá sobre sistema especial de inclusão previdenciária para atender a trabalhadores de baixa renda e àqueles sem renda própria que se dediquem exclusivamente ao trabalho doméstico no âmbito de sua residência, desde que pertencentes a famílias de baixa renda, garantindo-lhes acesso a benefícios de valor igual a um salário-mínimo.

§ 13. O sistema especial de inclusão previdenciária de que trata o § 12 deste artigo terá alíquotas e carências inferiores às vigentes para os demais segurados do regime geral de previdência social." (NR)

Art. 2º Aplica-se aos proventos de aposentadorias dos servidores públicos que se aposentarem na forma do caput do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, o disposto no art. 7º da mesma Emenda.

Art. 3º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelos arts. 2º e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até 16 de dezembro de 1998 poderá aposentar-se com proventos integrais, desde que preencha, cumulativamente, as seguintes condições:

I - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher;

II - vinte e cinco anos de efetivo exercício no serviço público, quinze anos de carreira e cinco anos no cargo em que se der a aposentadoria;

III - idade mínima resultante da redução, relativamente aos limites do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, de um ano de idade para cada ano de contribuição que exceder a condição prevista no inciso I do caput deste artigo.

Parágrafo único. Aplica-se ao valor dos proventos de aposentadorias concedidas com base neste artigo o disposto no art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, observando-se igual critério de revisão às pensões derivadas dos proventos de servidores falecidos que tenham se aposentado em conformidade com este artigo.

Art. 4º Enquanto não editada a lei a que se refere o § 11 do art. 37 da Constituição Federal, não será computada, para efeito dos limites remuneratórios de que trata o inciso XI do caput do mesmo artigo, qualquer parcela de caráter indenizatório, assim definida pela legislação em vigor na data de publicação da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

Art. 5º Revoga-se o parágrafo único do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

Art. 6º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de vigência da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

Brasília, em 5 de julho de 2005.

**Mesa da Câmara dos Deputados**

**Mesa do Senado Federal**

LEIS E DECRETOS

**DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942.**

*Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro*.

**(Redação dada pela Lei nº 12.376, de 2010**)

O**Presidente da República**, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1o  Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.

§ 1o Nos Estados, estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia três meses depois de oficialmente publicada.

§ 2o **(Revogado pela Lei nº 12.036, de 2009).**

§ 3o  Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo deste artigo e dos parágrafos anteriores começará a correr da nova publicação.

§ 4o  As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.

Art. 2o  Não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.

§ 1o  A lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.

§ 2o  A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior.

§ 3o  Salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

Art. 3o  Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.

Art. 4o  Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito.

Art. 5o  Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.

Art. 6º A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada. **(Redação dada pela Lei nº 3.238, de 1957)**

§ 1º Reputa-se ato jurídico perfeito o já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou. **(Incluído pela Lei nº 3.238, de 1957)**

§ 2º Consideram-se adquiridos assim os direitos que o seu titular, ou alguém por êle, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo, ou condição pré-estabelecida inalterável, a arbítrio de outrem. **(Incluído pela Lei nº 3.238, de 1957)**

§ 3º Chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial de que já não caiba recurso. **(Incluído pela Lei nº 3.238, de 1957)**

Art. 7o  A lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.

§ 1o  Realizando-se o casamento no Brasil, será aplicada a lei brasileira quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração.

§ 2o O casamento de estrangeiros poderá celebrar-se perante autoridades diplomáticas ou consulares do país de ambos os nubentes. **(Redação dada pela Lei nº 3.238, de 1957)**

§ 3o  Tendo os nubentes domicílio diverso, regerá os casos de invalidade do matrimônio a lei do primeiro domicílio conjugal.

§ 4o  O regime de bens, legal ou convencional, obedece à lei do país em que tiverem os nubentes domicílio, e, se este for diverso, a do primeiro domicílio conjugal.

§ 5º - O estrangeiro casado, que se naturalizar brasileiro, pode, mediante expressa anuência de seu cônjuge, requerer ao juiz, no ato de entrega do decreto de naturalização, se apostile ao mesmo a adoção do regime de comunhão parcial de bens, respeitados os direitos de terceiros e dada esta adoção ao competente registro. **(Redação dada pela Lei nº 6.515, de 1977)**

§ 6~~º~~  O divórcio realizado no estrangeiro, se um ou ambos os cônjuges forem brasileiros, só será reconhecido no Brasil depois de 1 (um) ano da data da sentença, salvo se houver sido antecedida de separação judicial por igual prazo, caso em que a homologação produzirá efeito imediato, obedecidas as condições estabelecidas para a eficácia das sentenças estrangeiras no país. O Superior Tribunal de Justiça, na forma de seu regimento interno, poderá reexaminar, a requerimento do interessado, decisões já proferidas em pedidos de homologação de sentenças estrangeiras de divórcio de brasileiros, a fim de que passem a produzir todos os efeitos legais. **(Redação dada pela Lei nº 12.036, de 2009).**

§ 7o  Salvo o caso de abandono, o domicílio do chefe da família estende-se ao outro cônjuge e aos filhos não emancipados, e o do tutor ou curador aos incapazes sob sua guarda.

§ 8o  Quando a pessoa não tiver domicílio, considerar-se-á domiciliada no lugar de sua residência ou naquele em que se encontre.

Art. 8o  Para qualificar os bens e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país em que estiverem situados.

§ 1o  Aplicar-se-á a lei do país em que for domiciliado o proprietário, quanto aos bens moveis que ele trouxer ou se destinarem a transporte para outros lugares.

§ 2o  O penhor regula-se pela lei do domicílio que tiver a pessoa, em cuja posse se encontre a coisa apenhada.

Art. 9o  Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem.

§ 1o  Destinando-se a obrigação a ser executada no Brasil e dependendo de forma essencial, será esta observada, admitidas as peculiaridades da lei estrangeira quanto aos requisitos extrínsecos do ato.

§ 2o  A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente.

Art.  10.  A sucessão por morte ou por ausência obedece à lei do país em que domiciliado o defunto ou o desaparecido, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens.

§ 1º A sucessão de bens de estrangeiros, situados no País, será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, ou de quem os represente, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do de cujus. **(Redação dada pela Lei nº 9.047, de 1995)**

§ 2o  A lei do domicílio do herdeiro ou legatário regula a capacidade para suceder.

Art. 11.  As organizações destinadas a fins de interesse coletivo, como as sociedades e as fundações, obedecem à lei do Estado em que se constituírem.

§ 1o  Não poderão, entretanto ter no Brasil filiais, agências ou estabelecimentos antes de serem os atos constitutivos aprovados pelo Governo brasileiro, ficando sujeitas à lei brasileira.

§ 2o  Os Governos estrangeiros, bem como as organizações de qualquer natureza, que eles tenham constituído, dirijam ou hajam investido de funções públicas, não poderão adquirir no Brasil bens imóveis ou susceptíveis de desapropriação.

§ 3o  Os Governos estrangeiros podem adquirir a propriedade dos prédios necessários à sede dos representantes diplomáticos ou dos agentes consulares.

Art. 12.  É competente a autoridade judiciária brasileira, quando for o réu domiciliado no Brasil ou aqui tiver de ser cumprida a obrigação.

§ 1o  Só à autoridade judiciária brasileira compete conhecer das ações relativas a imóveis situados no Brasil.

§ 2o A autoridade judiciária brasileira cumprirá, concedido o *exequatur* e segundo a forma estabelecida pele lei brasileira, as diligências deprecadas por autoridade estrangeira competente, observando a lei desta, quanto ao objeto das diligências.

Art.  13.  A prova dos fatos ocorridos em país estrangeiro rege-se pela lei que nele vigorar, quanto ao ônus e aos meios de produzir-se, não admitindo os tribunais brasileiros provas que a lei brasileira desconheça.

Art. 14.  Não conhecendo a lei estrangeira, poderá o juiz exigir de quem a invoca prova do texto e da vigência.

Art. 15.  Será executada no Brasil a sentença proferida no estrangeiro, que reúna os seguintes requisitos:

a) haver sido proferida por juiz competente;

b)terem sido os partes citadas ou haver-se legalmente verificado à revelia;

c) ter passado em julgado e estar revestida das formalidades necessárias para a execução no lugar em que foi proferida;

d) estar traduzida por intérprete autorizado;

e) ter sido homologada pelo Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. **(Revogado pela Lei nº 12.036, de 2009).**

Art. 16.  Quando, nos termos dos artigos precedentes, se houver de aplicar a lei estrangeira, ter-se-á em vista a disposição desta, sem considerar-se qualquer remissão por ela feita a outra lei.

Art. 17.  As leis, atos e sentenças de outro país, bem como quaisquer declarações de vontade, não terão eficácia no Brasil, quando ofenderem a soberania nacional, a ordem pública e os bons costumes.

Art. 18. Tratando-se de brasileiros, são competentes as autoridades consulares brasileiras para lhes celebrar o casamento e os mais atos de Registro Civil e de tabelionato, inclusive o registro de nascimento e de óbito dos filhos de brasileiro ou brasileira nascido no país da sede do Consulado. **(Redação dada pela Lei nº 3.238, de 1957)**

§ 1º  As autoridades consulares brasileiras também poderão celebrar a separação consensual e o divórcio consensual de brasileiros, não havendo filhos menores ou incapazes do casal e observados os requisitos legais quanto aos prazos, devendo constar da respectiva escritura pública as disposições relativas à descrição e à partilha dos bens comuns e à pensão alimentícia e, ainda, ao acordo quanto à retomada pelo cônjuge de seu nome de solteiro ou à manutenção do nome adotado quando se deu o casamento. **(Incluído pela Lei nº 12.874, de 2013)**

§ 2o  É indispensável a assistência de advogado, devidamente constituído, que se dará mediante a subscrição de petição, juntamente com ambas as partes, ou com apenas uma delas, caso a outra constitua advogado próprio, não se fazendo necessário que a assinatura do advogado conste da escritura pública. **(Incluído pela Lei nº 12.874, de 2013)**

Art. 19. Reputam-se válidos todos os atos indicados no artigo anterior e celebrados pelos cônsules brasileiros na vigência do Decreto-lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, desde que satisfaçam todos os requisitos legais. **(Incluído pela Lei nº 3.238, de 1957)**

Parágrafo único. No caso em que a celebração desses atos tiver sido recusada pelas autoridades consulares, com fundamento no artigo 18 do mesmo Decreto-lei, ao interessado é facultado renovar o pedido dentro em 90 (noventa) dias contados da data da publicação desta lei. **(Incluído pela Lei nº 3.238, de 1957)**

Art. 20.  Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão. **(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)**[[278]](#footnote-279)

Parágrafo único. A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta ou da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, inclusive em face das possíveis alternativas. **(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)**

Art. 21.  A decisão que, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, decretar a invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa deverá indicar de modo expresso suas consequências jurídicas e administrativas. **(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)**

Parágrafo único.  A decisão a que se refere o **caput** deste artigo deverá, quando for o caso, indicar as condições para que a regularização ocorra de modo proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais, não se podendo impor aos sujeitos atingidos ônus ou perdas que, em função das peculiaridades do caso, sejam anormais ou excessivos. **(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)**

Art. 22.  Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

§ 1º  Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente. **(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)**

§ 2º  Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente. **(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)**

§ 3º  As sanções aplicadas ao agente serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato. **(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)**

Art. 23.  A decisão administrativa, controladora ou judicial que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado, impondo novo dever ou novo condicionamento de direito, deverá prever regime de transição quando indispensável para que o novo dever ou condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.

Parágrafo único.  (VETADO). **(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)**

Art. 24.  A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas. **(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)**

Parágrafo único.  Consideram-se orientações gerais as interpretações e especificações contidas em atos públicos de caráter geral ou em jurisprudência judicial ou administrativa majoritária, e ainda as adotadas por prática administrativa reiterada e de amplo conhecimento público. **(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)**

 Art. 25. (VETADO). **(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)**

Art. 26. Para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial. **(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)**

§ 1º  O compromisso referido no **caput** deste artigo: **(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)**

I - buscará solução jurídica proporcional, equânime, eficiente e compatível com os interesses gerais; **(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)**

II – (VETADO); **(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)**

III - não poderá conferir desoneração permanente de dever ou condicionamento de direito reconhecidos por orientação geral; **(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)**

IV - deverá prever com clareza as obrigações das partes, o prazo para seu cumprimento e as sanções aplicáveis em caso de descumprimento. **(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)**

§ 2º (VETADO). **(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)**

Art. 27.  A decisão do processo, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos. **(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)**

§ 1º  A decisão sobre a compensação será motivada, ouvidas previamente as partes sobre seu cabimento, sua forma e, se for o caso, seu valor. **(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)**

§ 2º  Para prevenir ou regular a compensação, poderá ser celebrado compromisso processual entre os envolvidos. **(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)**

Art. 28.  O agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de dolo ou erro grosseiro. **(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)**

§ 1º (VETADO). **(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)**

§ 2º (VETADO). **(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)**

§ 3º (VETADO). **(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)**

Art. 29. Em qualquer órgão ou Poder, a edição de atos normativos por autoridade administrativa, salvo os de mera organização interna, poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico, a qual será considerada na decisão. **(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)**

§ 1º  A convocação conterá a minuta do ato normativo e fixará o prazo e demais condições da consulta pública, observadas as normas legais e regulamentares específicas, se houver. **(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)**

§ 2º (VETADO). **(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)**

Art. 30.  As autoridades públicas devem atuar para aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de regulamentos, súmulas administrativas e respostas a consultas. **(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)**

Parágrafo único.  Os instrumentos previstos no **caput** deste artigo terão caráter vinculante em relação ao órgão ou entidade a que se destinam, até ulterior revisão. **(Incluído pela Lei nº 13.655, de 2018)**

Rio de Janeiro, 4 de setembro de 1942, 121o da Independência e 54o da República.

**GETULIO VARGAS**  
*Alexandre Marcondes Filho  
Oswaldo Aranha.*

**LEI COMPLEMENTAR Nº 73, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1993.**

*Institui a Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, F**aço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei complementar:

**TÍTULO I**

**DAS FUNÇÕES INSTITUCIONAIS**

**E DA COMPOSIÇÃO**

**CAPÍTULO I**

**DAS FUNÇÕES INSTITUCIONAIS**

Art. 1o A Advocacia-Geral da União é a instituição que representa a União judicial e extrajudicialmente.[[279]](#footnote-280)

Parágrafo único. À Advocacia-Geral da União cabem as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos ao Poder Executivo, nos termos desta Lei Complementar.

**CAPÍTULO II**

**DA COMPOSIÇÃO**

Art. 2o A Advocacia-Geral da União compreende:

I - órgãos de direção superior:

a) o Advogado-Geral da União;

b) a Procuradoria-Geral da União e a da Fazenda Nacional;

c) Consultoria-Geral da União;

d) o Conselho Superior da Advocacia-Geral da União; e

e) a Corregedoria-Geral da Advocacia da União;

II - órgãos de execução:

a) as Procuradorias Regionais da União e as da Fazenda Nacional e as Procuradorias da União e as da Fazenda Nacional nos Estados e no Distrito Federal e as Procuradorias Seccionais destas;

b) a Consultoria da União, as Consultorias Jurídicas dos Ministérios, da Secretaria-Geral e das demais Secretarias da Presidência da República e do Estado-Maior das Forças Armadas;

III - órgão de assistência direta e imediata Advogado-Geral da União: o Gabinete do Advogado-Geral da União;

IV - **(VETADO)**

§ 1o - Subordinam-se diretamente ao Advogado-Geral da União, além do seu gabinete, a Procuradoria-Geral da União, a Consultoria-Geral da União, a Corregedoria-Geral da Advocacia-Geral da União,[[280]](#footnote-281) a Secretaria de Controle Interno e, técnica e juridicamente, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

§ 2o As Procuradorias Seccionais, subordinadas às Procuradorias da União e da Fazenda Nacional nos Estados e no Distrito Federal, serão criadas, no interesse do serviço, por proposta do Advogado-Geral da União.

§ 3o As Procuradorias e Departamentos Jurídicos das autarquias e fundações públicas são órgãos vinculados à Advocacia-Geral da União.

§ 4o O Advogado-Geral da União é auxiliado por dois Secretários-Gerais: o de Contencioso e o de Consultoria.

§ 5o São membros da Advocacia-Geral da União: o Advogado-Geral da União, o Procurador-Geral da União, o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, o Consultor-Geral da União, o Corregedor-Geral da Advocacia da União, os Secretários-Gerais de Contencioso e de Consultoria, os Procuradores Regionais, os Consultores da União, os Corregedores-Auxiliares, os Procuradores-Chefes, os Consultores Jurídicos, os Procuradores Seccionais, os Advogados da União, os Procuradores da Fazenda Nacional e os Assistentes Jurídicos.

**TÍTULO II**

**DOS ÓRGÃOS DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**

**CAPÍTULO I**

**DO ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**

Art. 3o A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República, dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

§ 1o O Advogado-Geral da União é o mais elevado órgão de assessoramento jurídico do Poder Executivo, submetido à direta, pessoal e imediata supervisão do Presidente da República.

§ 2o O Advogado-Geral da União terá substituto eventual nomeado pelo Presidente da República, atendidas as condições deste artigo.

Art. 4o São atribuições do Advogado-Geral da União:

I - dirigir a Advocacia-Geral da União, superintender e coordenar suas atividades e orientar-lhe a atuação;

II - despachar com o Presidente da República;

III - representar a União junto ao Supremo Tribunal Federal;

IV - defender, nas ações diretas de inconstitucionalidade, a norma legal ou ato normativo, objeto de impugnação;

V - apresentar as informações a serem prestadas pelo Presidente da República, relativas a medidas impugnadoras de ato ou omissão presidencial;

VI - desistir, transigir, acordar e firmar compromisso nas ações de interesse da União, nos termos da legislação vigente; [[281]](#footnote-282)

VII - assessorar o Presidente da República em assuntos de natureza jurídica, elaborando pareceres e estudos ou propondo normas, medidas e diretrizes;

VIII - assistir o Presidente da República no controle interno da legalidade dos atos da Administração;

IX - sugerir ao Presidente da República medidas de caráter jurídico reclamadas pelo interesse público;

X - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e demais atos normativos, a ser uniformemente seguida pelos órgãos e entidades da Administração Federal;

XI - unificar a jurisprudência administrativa, garantir a correta aplicação das leis, prevenir e dirimir as controvérsias entre os órgãos jurídicos da Administração Federal;

XII - editar enunciados de súmula administrativa, resultantes de jurisprudência iterativa dos Tribunais;

XIII - exercer orientação normativa e supervisão técnica quanto aos órgãos jurídicos das entidades a que alude o Capítulo IX do Título II desta Lei Complementar;

XIV - baixar o Regimento Interno da Advocacia-Geral da União;

XV - proferir decisão nas sindicâncias e nos processos administrativos disciplinares promovidos pela Corregedoria-Geral e aplicar penalidades, salvo a de demissão;

XVI - homologar os concursos públicos de ingresso nas Carreiras da Advocacia-Geral da União;

XVII - promover a lotação e a distribuição dos Membros e servidores, no âmbito da Advocacia-Geral da União;

XVIII - editar e praticar os atos normativos ou não, inerentes a suas atribuições;

XIX - propor, ao Presidente da República, as alterações a esta Lei Complementar;

§ 1o O Advogado-Geral da União pode representá-la junto a qualquer juízo ou Tribunal.

§ 2o O Advogado-Geral da União pode avocar quaisquer matérias jurídicas de interesse desta, inclusive no que concerne a sua representação extrajudicial.

§ 3o É permitida a delegação das atribuições previstas no inciso VI ao Procurador-Geral da União, bem como a daquelas objeto do inciso XVII deste artigo, relativamente a servidores.

**CAPÍTULO II**

**DA CORREGEDORIA-GERALDA ADVOCACIA DA UNIÃO**[[282]](#footnote-283)

Art. 5o A Corregedoria-Geral da Advocacia da União tem como atribuições:

I - fiscalizar as atividades funcionais dos Membros da Advocacia-Geral da União;

II - promover correição nos órgãos jurídicos da Advocacia-Geral da União, visando à verificação da regularidade e eficácia dos serviços, e à proposição de medidas, bem como à sugestão de providências necessárias ao seu aprimoramento;

III - apreciar as representações relativas à atuação dos Membros da Advocacia-Geral da União;

IV - coordenar o estágio confirmatório dos integrantes das Carreiras da Advocacia-Geral da União;

V - emitir parecer sobre o desempenho dos integrantes das Carreiras da Advocacia-Geral da União submetidos ao estágio confirmatório, opinando, fundamentadamente, por sua confirmação no cargo ou exoneração;

VI - instaurar, de ofício ou por determinação superior, sindicâncias e processos administrativos contra os Membros da Advocacia-Geral da União.

Art. 6o Compete, ainda, à Corregedoria-Geral supervisionar e promover correições nos órgãos vinculados à Advocacia-Geral da União.

**CAPÍTULO III**

**DO CONSELHO SUPERIOR DA**

**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**

Art. 7o O Conselho Superior da Advocacia-Geral da União tem as seguintes atribuições:

I - propor, organizar e dirigir os concursos de ingresso nas Carreiras da Advocacia-Geral da União;

II - organizar as listas de promoção e de remoção, julgar reclamações e recursos contra a inclusão, exclusão e classificação em tais listas, e encaminhá-las ao Advogado-Geral da União;

III - decidir, com base no parecer previsto no art. 5o, inciso V desta Lei Complementar, sobre a confirmação no cargo ou exoneração dos Membros das Carreiras da Advocacia-Geral da União submetidos à estágio confirmatório;

IV - editar o respectivo Regimento Interno.

Parágrafo único. Os critérios disciplinadores dos concursos a que se refere o inciso I deste artigo são integralmente fixados pelo Conselho Superior da Advocacia-Geral da União.

Art. 8o Integram o Conselho Superior da Advocacia-Geral da União:

I - o Advogado-Geral da União, que o preside;

II - o Procurador-Geral da União, o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, o Consultor-Geral da União, e o Corregedor-Geral da Advocacia da União;

III - um representante, eleito, de cada carreira da Advocacia-Geral da União, e respectivo suplente.

§ 1o Todos os membros do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União têm direito a voto, cabendo ao presidente o de desempate.

§ 2o O mandato dos membros eleitos do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União é de dois anos, vedada a recondução.

§ 3o Os membros do Conselho são substituídos, em suas faltas e impedimentos, na forma estabelecida no respectivo Regimento Interno.

**CAPÍTULO IV**

**DA PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO**

Art. 9o À Procuradoria-Geral da União, subordinada direta e imediatamente ao Advogado-Geral da União, incumbe representá-la, judicialmente, nos termos e limites desta Lei Complementar.

§ 1o Ao Procurador-Geral da União compete representá-la junto aos tribunais superiores.

§ 2o Às Procuradorias Regionais da União cabe sua representação perante os demais tribunais.

§ 3o Às Procuradorias da União organizadas em cada Estado e no Distrito Federal, incumbe representá-la junto à primeira instância da Justiça Federal, comum e especializada.

§ 4o O Procurador-Geral da União pode atuar perante os órgãos judiciários referidos nos §§ 2o e 3o, e os Procuradores Regionais da União junto aos mencionados no § 3o deste artigo.

**CAPÍTULO V**

**DA CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO**

Art. 10. À Consultoria-Geral da União, direta e imediatamente subordinada ao Advogado-Geral da União, incumbe, principalmente, colaborar com este em seu assessoramento jurídico ao Presidente da República produzindo pareceres, informações e demais trabalhos jurídicos que lhes sejam atribuídos pelo chefe da instituição.

Parágrafo único. Compõem a Consultoria-Geral da União o Consultor-Geral da União e a Consultoria da União.

**CAPÍTULO VI**

**DAS CONSULTORIAS JURÍDICAS**

Art. 11. Às Consultorias Jurídicas, órgãos administrativamente subordinados aos Ministros de Estado, ao Secretário-Geral e aos demais titulares de Secretarias da Presidência da República e ao Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, compete, especialmente:

I - assessorar as autoridades indicadas no caput deste artigo;

II - exercer a coordenação dos órgãos jurídicos dos respectivos órgãos autônomos e entidades vinculadas;

III - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguida em suas áreas de atuação e coordenação quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;

IV - elaborar estudos e preparar informações, por solicitação de autoridade indicada no caput deste artigo;

V - assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem por ela praticados ou já efetivados, e daqueles oriundos de órgão ou entidade sob sua coordenação jurídica;

VI - examinar, prévia e conclusivamente, no âmbito do Ministério, Secretaria e Estado-Maior das Forças Armadas:

a) os textos de edital de licitação, como os dos respectivos contratos ou instrumentos congêneres, a serem publicados e celebrados;

b) os atos pelos quais se vá reconhecer a inexigibilidade, ou decidir a dispensa, de licitação.

**CAPÍTULO VII**

**DA PROCURADORIA-GERAL DAFAZENDA NACIONAL**

Art. 12. À Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, órgão administrativamente subordinado ao titular do Ministério da Fazenda,[[283]](#footnote-284) compete especialmente:[[284]](#footnote-285)

I - apurar a liquidez e certeza da dívida ativa da União de natureza tributária, inscrevendo-a para fins de cobrança, amigável ou judicial;[[285]](#footnote-286)

II - representar privativamente a União, na execução de sua dívida ativa de caráter tributário;

III - **(VETADO)**

IV - examinar previamente a legalidade dos contratos, acordos, ajustes e convênios que interessem ao Ministério da Fazenda, inclusive os referentes à dívida pública externa, e promover a respectiva rescisão por via administrativa ou judicial;

V - representar a União nas causas de natureza fiscal.

Parágrafo único. São consideradas causas de natureza fiscal as relativas a:

I - tributos de competência da União, inclusive infrações à legislação tributária;

II - empréstimos compulsórios;

III - apreensão de mercadorias, nacionais ou estrangeiras;

IV - decisões de órgãos do contencioso administrativo fiscal;

V - benefícios e isenções fiscais;

VI - créditos e estímulos fiscais à exportação;

VII - responsabilidade tributária de transportadores e agentes marítimos;

VIII - incidentes processuais suscitados em ações de natureza fiscal.

Art. 13. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional desempenha as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos no âmbito do Ministério da Fazenda e seus órgãos autônomos e entes tutelados.

Parágrafo único. No desempenho das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional rege-se pela presente Lei Complementar.

Art. 14. **(VETADO)**

**CAPÍTULO VIII**

**DO GABINETE DO ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO E DA SECRETARIA DECONTROLE INTERNO**

Art. 15. O Gabinete do Advogado-Geral da União tem sua competência e estrutura fixadas no Regimento Interno da Advocacia-Geral da União.

Art. 16. A Secretaria de Controle Interno rege-se, quanto às suas competências e estrutura básica, pela legislação específica.

**CAPÍTULO IX**

**DOS ÓRGÃOS VINCULADOS**

Art. 17. Aos órgãos jurídicos das autarquias e das fundações públicas compete:

I - a sua representação judicial e extrajudicial;

II - as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos;

III - a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.[[286]](#footnote-287)

Art. 18. No desempenho das atividades de consultoria e assessoramento aos órgãos jurídicos das autarquias e das fundações públicas aplica-se, no que couber, o disposto no art. 11 desta lei complementar.

Art. 19. **(VETADO).**

**TÍTULO III**

**DOS MEMBROS EFETIVOS DAADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**

**CAPÍTULO I**

**DAS CARREIRAS**

Art. 20. As carreiras de Advogado da União, de Procurador da Fazenda Nacional e de Assistente Jurídico compõem-se dos seguintes cargos efetivos:

I - carreira de Advogado da União:

a) Advogado da União da 2ª Categoria (inicial);

b) Advogado da União de 1ª Categoria (intermediária);

c) Advogado da União de Categoria Especial (final);

II - carreira de Procurador da Fazenda Nacional:

a) Procurador da Fazenda Nacional de 2ª Categoria (inicial);

b) Procurador da Fazenda Nacional de 1ª Categoria (intermediária);

c) Procurador da Fazenda Nacional de Categoria Especial (final);

III - carreira de Assistente Jurídico: **(Extinta a Carreira e transformados em cargos de Advogado da União os cargos de Assistente Jurídico pelo art. 11 da Medida Provisória no 43, de 2002, convertida na Lei n° 10.549, de 2002.)**

a) Assistente Jurídico de 2ª Categoria (inicial);

b) Assistente Jurídico de 1ª Categoria (intermediária);

c) Assistente Jurídico de Categoria Especial (final).

Art. 21. O ingresso nas carreiras da Advocacia-Geral da União ocorre nas categorias iniciais, mediante nomeação, em caráter efetivo, de candidatos habilitados em concursos públicos, de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação.

§ 1o Os concursos públicos devem ser realizados na hipótese em que o número de vagas da carreira exceda a dez por cento dos respectivos cargos, ou, com menor número, observado o interesse da Administração e a critério do Advogado-Geral da União.

§ 2o O candidato, no momento da inscrição, há de comprovar um mínimo de dois anos de prática forense.[[287]](#footnote-288)

§ 3o Considera-se título, para o fim previsto neste artigo, além de outros regularmente admitidos em direito, o exercício profissional de consultoria, assessoria e diretoria, bem como o desempenho de cargo, emprego ou função de nível superior, com atividades eminentemente jurídicas.[[288]](#footnote-289)

§ 4o A Ordem dos Advogados do Brasil é representada na banca examinadora dos concursos de ingresso nas carreiras da Advocacia-Geral da União.

§ 5o Nos dez dias seguintes à nomeação, o Conselho Superior da Advocacia-Geral da União deve convocar os nomeados para escolha de vagas, fixando-lhes prazo improrrogável.

§ 6o Perde o direito à escolha de vaga o nomeado que não atender à convocação a que se refere o parágrafo anterior.

Art. 22. Os dois primeiros anos de exercício em cargo inicial das carreiras da Advocacia-Geral da União correspondem a estágio confirmatório.

Parágrafo único. São requisitos da confirmação no cargo a observância dos respectivos deveres, proibições e impedimentos, a eficiência, a disciplina e a assiduidade.

**CAPÍTULO II**

**DA LOTAÇÃO E DA DISTRIBUIÇÃO**

Art. 23. Os membros efetivos da Advocacia-Geral da União são lotados e distribuídos pelo Advogado-Geral da União.

Parágrafo único. A lotação de Assistente Jurídico nos Ministérios, na Secretaria-Geral e nas demais Secretarias da Presidência da República e no Estado-Maior das Forças Armadas é proposta por seus titulares, e a lotação e distribuição de Procuradores da Fazenda Nacional, pelo respectivo titular.

**CAPÍTULO III**

**DA PROMOÇÃO**

Art. 24. A promoção de membro efetivo da Advocacia-Geral da União consiste em seu acesso à categoria imediatamente superior àquela em que se encontra.

Parágrafo único. As promoções serão processadas semestralmente pelo Conselho Superior da Advocacia-Geral da União, para vagas ocorridas até 30 de junho e até 31 de dezembro de cada ano, obedecidos, alternadamente, os critérios de antigüidade e merecimento.

Art. 25. A promoção por merecimento deve obedecer a critérios objetivos, fixados pelo Conselho Superior da Advocacia-Geral da União, dentre os quais a presteza e a segurança no desempenho da função, bem como a freqüência e o aproveitamento em cursos de aperfeiçoamento reconhecidos por órgãos oficiais.

Parágrafo único. **(VETADO)**

**CAPÍTULO IV**

**DOS DIREITOS, DOS DEVERES, DAS PROIBIÇÕES, DOS IMPEDIMENTOS E DAS CORREIÇÕES**

**SEÇÃO I**

**DOS DIREITOS**

Art. 26. Os membros efetivos da Advocacia-Geral da União têm os direitos assegurados pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e nesta lei complementar.

Parágrafo único. Os cargos das carreiras da Advocacia-Geral da União têm o vencimento e remuneração estabelecidos em lei própria.[[289]](#footnote-290)

**SEÇÃO II**

**DOS DEVERES, DAS PROIBIÇÕES E DOSIMPEDIMENTOS**

Art. 27. Os membros efetivos da Advocacia-Geral da União têm os deveres previstos na Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, sujeitando-se ainda às proibições e impedimentos estabelecidos nesta lei complementar.

Art. 28. Além das proibições decorrentes do exercício de cargo público, aos membros efetivos da Advocacia-Geral da União é vedado:

I - exercer advocacia fora das atribuições institucionais;

II - contrariar súmula, parecer normativo ou orientação técnica adotada pelo Advogado-Geral da União;

III - manifestar-se, por qualquer meio de divulgação, sobre assunto pertinente às suas funções, salvo ordem, ou autorização expressa do Advogado-Geral da União.

Art. 29. É defeso aos membros efetivos da Advocacia-Geral da União exercer suas funções em processo judicial ou administrativo:

I - em que sejam parte;

II - em que hajam atuado como advogado de qualquer das partes;

III - em que seja interessado parente consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, bem como cônjuge ou companheiro;

IV - nas hipóteses da legislação processual.

Art. 30. Os membros efetivos da Advocacia-Geral da União devem dar-se por impedidos:

I - quando hajam proferido parecer favorável à pretensão deduzida em juízo pela parte adversa;

II - nas hipóteses da legislação processual.

Parágrafo único. Nas situações previstas neste artigo, cumpre seja dada ciência, ao superior hierárquico imediato, em expediente reservado, dos motivos do impedimento, objetivando a designação de substituto.

Art. 31. Os membros efetivos da Advocacia-Geral da União não podem participar de comissão ou banca de concurso, intervir no seu julgamento e votar sobre organização de lista para promoção ou remoção, quando concorrer parente consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, bem como cônjuge ou companheiro.

**SEÇÃO III**

**DAS CORREIÇÕES**

Art. 32. A atividade funcional dos membros efetivos da Advocacia-Geral da União está sujeita a:

I - correição ordinária, realizada anualmente pelo Corregedor-Geral e respectivos auxiliares;

II - correição extraordinária, também realizada pelo Corregedor-Geral e por seus auxiliares, de ofício ou por determinação do Advogado-Geral da União.

Art. 33. Concluída a correição, o Corregedor-Geral deve apresentar ao Advogado-Geral da União relatório, propondo-lhe as medidas e providências a seu juízo cabíveis.

Art. 34. Qualquer pessoa pode representar ao Corregedor-Geral da Advocacia da União contra abuso, erro grosseiro, omissão ou qualquer outra irregularidade funcional dos membros da Advocacia-Geral da União.

**TÍTULO IV**

**DAS CITAÇÕES, DAS INTIMAÇÕES E DASNOTIFICAÇÕES**

Art. 35. A União é citada nas causas em que seja interessada, na condição de autora, ré, assistente, oponente, recorrente ou recorrida, na pessoa:

I - do Advogado-Geral da União, privativamente, nas hipóteses de competência do Supremo Tribunal Federal;

II - do Procurador-Geral da União, nas hipóteses de competência dos tribunais superiores;

III - do Procurador Regional da União, nas hipóteses de competência dos demais tribunais;

IV - do Procurador-Chefe ou do Procurador-Seccional da União, nas hipóteses de competência dos juízos de primeiro grau.

Art. 36. Nas causas de que trata o art. 12, a União será citada na pessoa:[[290]](#footnote-291)

I - **(VETADO);**

II - do Procurador Regional da Fazenda Nacional, nas hipóteses de competência dos demais tribunais;

III - do Procurador-Chefe ou do Procurador-Seccional da Fazenda Nacional nas hipóteses de competência dos juízos de primeiro grau.

Art. 37. Em caso de ausência das autoridades referidas nos arts. 35 e 36, a citação se dará na pessoa do substituto eventual.

Art. 38. As intimações e notificações são feitas nas pessoas do Advogado da União ou do Procurador da Fazenda Nacional que oficie nos respectivos autos.

**TÍTULO V**

**DOS PARECERES E DA SÚMULA DAADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO**

Art. 39. É privativo do Presidente da República submeter assuntos ao exame do Advogado-Geral da União, inclusive para seu parecer.

Art. 40. Os pareceres do Advogado-Geral da União são por este submetidos à aprovação do Presidente da República.

§ 1o O parecer aprovado e publicado juntamente com o despacho presidencial vincula a Administração Federal, cujos órgãos e entidades ficam obrigados a lhe dar fiel cumprimento.

§ 2o O parecer aprovado, mas não publicado, obriga apenas as repartições interessadas, a partir do momento em que dele tenham ciência.

Art. 41. Consideram-se, igualmente, pareceres do Advogado-Geral da União, para os efeitos do artigo anterior, aqueles que, emitidos pela Consultoria-Geral da União, sejam por ele aprovados e submetidos ao Presidente da República.

Art. 42. Os pareceres das Consultorias Jurídicas, aprovados pelo Ministro de Estado, pelo Secretário-Geral e pelos titulares das demais Secretarias da Presidência da República ou pelo Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, obrigam, também, os respectivos órgãos autônomos e entidades vinculadas.

Art. 43. A Súmula da Advocacia-Geral da União tem caráter obrigatório quanto a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2o e 17 desta lei complementar.

§ 1o O enunciado da Súmula editado pelo Advogado-Geral da União há de ser publicado no Diário Oficial da União, por três dias consecutivos.

§ 2o No início de cada ano, os enunciados existentes devem ser consolidados e publicados no Diário Oficial da União.

Art. 44. Os pareceres aprovados do Advogado-Geral da União inserem-se em coletânea denominada "Pareceres da Advocacia-Geral da União", a ser editada pela Imprensa Nacional.

**TÍTULO VI**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

Art. 45. O Regimento Interno da Advocacia-Geral da União é editado pelo Advogado-Geral da União, observada a presente lei complementar.

§ 1o O Regimento Interno deve dispor sobre a competência, a estrutura e o funcionamento da Corregedoria-Geral da Advocacia da União, da Procuradoria-Geral da União, da Consultoria-Geral da União, das Consultorias Jurídicas, do Gabinete do Advogado-Geral da União e dos Gabinetes dos Secretários-Gerais, do Centro de Estudos, da Diretoria-Geral de Administração e da Secretaria de Controle Interno, bem como sobre as atribuições de seus titulares e demais integrantes.

§ 2o O Advogado-Geral da União pode conferir, no Regimento Interno, ao Procurador-Geral da União e ao Consultor-Geral da União, atribuições conexas às que lhe prevê o art. 4o desta lei complementar.

§ 3o No Regimento Interno são disciplinados os procedimentos administrativos concernentes aos trabalhos jurídicos da Advocacia-Geral da União.

Art. 46. É facultado ao Advogado-Geral da União convocar quaisquer dos integrantes dos órgãos jurídicos que compõem a Advocacia-Geral da União, para instruções e esclarecimentos.

Art. 47. O Advogado-Geral da União pode requisitar servidores dos órgãos ou entidades da Administração Federal, para o desempenho de cargo em comissão ou atividade outra na Advocacia-Geral da União, assegurados ao servidor todos os direitos e vantagens a que faz jus no órgão ou entidade de origem, inclusive promoção.

Art. 48. Os cargos da Advocacia-Geral da União integram quadro próprio.

Art. 49. São nomeados pelo Presidente da República:

I - mediante indicação do Advogado-Geral da União, os titulares dos cargos de natureza especial de Corregedor-Geral da Advocacia da União, de Procurador-Geral da União, de Consultor-Geral da União, de Secretário-Geral de Contencioso e de Secretário-Geral de Consultoria, como os titulares dos cargos em comissão de Corregedor-Auxiliar, de Procurador Regional, de Consultor da União, de Procurador-Chefe e de Diretor-Geral de Administração;

II - mediante indicação do Ministro de Estado, do Secretário-Geral ou titular de Secretaria da Presidência da República, ou do Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, os titulares dos cargos em comissão de Consultor Jurídico;

III - mediante indicação do Ministro de Estado da Fazenda, o titular do cargo de natureza especial de Procurador-Geral da Fazenda Nacional.

§ 1o São escolhidos dentre os membros efetivos da Advocacia-Geral da União o Corregedor-Geral, os Corregedores-Auxiliares, os Procuradores Regionais e os Procuradores-Chefes.

§ 2o O Presidente da República pode delegar ao Advogado-Geral da União competência para prover, nos termos da lei, os demais cargos, efetivos e em comissão, da instituição.[[291]](#footnote-292)

Art. 50. Aplica-se ao Advogado-Geral da União, ao Procurador-Geral da União, ao Consultor-Geral da União, aos Consultores da União e aos Consultores Jurídicos, no que couber, o Capítulo IV do Título III desta lei complementar.

Art. 51. Aos titulares de cargos de confiança, sejam de natureza especial ou em comissão, da Advocacia-Geral da União, assim como aos membros efetivos desta é vedado manter, sob sua chefia imediata, parente consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, bem assim como cônjuge ou companheiro.

Art. 52. Os membros e servidores da Advocacia-Geral da União detêm identificação funcional específica, conforme modelos previstos em seu Regimento Interno.

**TÍTULO VII**

**DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Art. 53. É extinto o cargo de Consultor-Geral da República, de natureza especial.

Art. 54. É criado, com natureza especial, o cargo de Advogado-Geral da União. **(Transformado em cargo de Ministro de Estado pelo art. 24-B da Lei no 9.649, de 1998 - Medida Provisória no 2.216-37, de 2001.)**

Art. 55. São criados, com natureza especial, os cargos de Procurador-Geral da União, Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Consultor-Geral da União e de Corregedor-Geral da Advocacia da União, privativos de Bacharel em Direito, de elevado saber jurídico e reconhecida idoneidade, com dez anos de prática forense e maior de trinta e cinco anos**. (Dispensados a idade mínima e os dez anos de prática forense pelo art. 16 da Medida Provisória no 2.180-35, de 2001.)**

Art. 56. São extintos os cargos em comissão de Procurador-Geral da Fazenda Nacional e de Secretário-Geral da Consultoria-Geral da República.

Art. 57. São criados os cargos de Secretário-Geral de Contencioso e de Secretário-Geral de Consultoria, de natureza especial, privativos de Bacharel em Direito que reúna as condições estabelecidas no art. 55 desta lei complementar.

Art. 58. Os cargos de Consultor Jurídico são privativos de Bacharel em Direito de provada capacidade e experiência, e reconhecida idoneidade, que tenham cinco anos de prática forense. **(Dispensados os cinco anos de prática forense pelo art. 16 da Medida Provisória no 2.180-35, de 2001.)**

Art. 59. **(VETADO).**

Art. 60. **(VETADO).**

Art. 61. A opção, facultada pelo § 2o do art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, aos Procuradores da República, deve ser manifestada, ao Advogado-Geral da União, no prazo improrrogável de quinze dias, contado da publicação da lei prevista no parágrafo único do art. 26 desta lei complementar. **(Ver art. 49 da Medida Provisória n° 2.229-43, de 2001)**

Art. 62. São criados, no Quadro da Advocacia-Geral da União, seiscentos cargos de Advogado da União, providos mediante aprovação em concurso público, de provas e títulos, distribuídos entre as categorias, na forma estabelecida no Regimento Interno da Advocacia-Geral da União.

§ 1o Cabe ao Advogado-Geral da União disciplinar, em ato próprio, o primeiro concurso público de provas e títulos, destinado ao provimento de cargos de Advogado da União de 2ª Categoria.

§ 2o O concurso público a que se refere o parágrafo anterior deve ter o respectivo edital publicado nos sessenta dias seguintes à posse do Advogado-Geral da União.

Art. 63. Passam a integrar o Quadro da Advocacia-Geral da União os cargos efetivos das atividades-meio da Consultoria-Geral da República e seus titulares.

Art. 64. Até que seja promulgada a lei prevista no art. 26 desta lei complementar, ficam assegurados aos titulares dos cargos efetivos e em comissão, privativos de Bacharel em Direito, dos atuais órgãos da Advocacia Consultiva da União, os vencimentos e vantagens a que fazem jus.

Art. 65. **(VETADO).**

Art. 66. Nos primeiros dezoito meses de vigência desta lei complementar, os cargos de confiança referidos no § 1o do art. 49 podem ser exercidos por Bacharel em Direito não integrante das carreiras de Advogado da União e de Procurador da Fazenda Nacional, observados os requisitos impostos pelos arts. 55 e 58, bem como o disposto no Capítulo IV do Título III desta lei complementar. **(Prazo prorrogado até 11.2.2003. Ver art. 20 da Lei no 9.028, de 1995, art. 6o da Lei no 9.366, de 1996, art. 26 da Lei no 9.651, de 1998, e art. 5o da Medida Provisória no 2.180-35, de 2001.)**

Art. 67. São interrompidos, por trinta dias, os prazos em favor da União, a partir da vigência desta lei complementar. **(A Medida Provisória n° 314, de 12.2.1993 - art. 6°, interrompeu esses prazos por mais 120 dias a partir de sua vigência. A Medida Provisória n° 316, de 14.4.1993, - art. 6°, interrompeu esses prazos por mais 120 dias a partir de sua vigência. A Medida Provisória n° 321, de 14.5.1993 - art. 6°, interrompeu esses prazos por mais 90 dias a partir de sua vigência. A Medida Provisória n° 325, de 14.6.1993 - art. 6°, interrompeu esses prazos por mais 60 dias a partir de sua vigência - v. retificação no D.O. de 16.6.1993, e a Lei n° 8.682, de 14.7.1993, resultante das Medidas Provisórias aqui referidas, interrompeu esses prazos, exceto os dos precatórios, por mais trinta dias a partir de sua vigência.)**

Parágrafo único. A interrupção prevista no caput deste artigo não se aplica às causas em que as autarquias e as fundações públicas sejam autoras, rés, assistentes, oponentes, recorrentes e recorridas, e àquelas de competência da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Art. 68. **(VETADO).**

Art. 69. O Advogado-Geral da União poderá, tendo em vista a necessidade do serviço, designar, excepcional e provisoriamente, como representantes judiciais da União, titulares de cargos de Procurador da Fazenda Nacional e de Assistente Jurídico.

Parágrafo único. No prazo de dois anos, contado da publicação desta lei complementar, cessará a faculdade prevista neste artigo. **(Prazo prorrogado até 11.2.2003. Ver art. 20 da Lei no 9.028, de 1995, art. 6o da Lei no 9.366, de 1996, art. 26 da Lei no 9.651, de 1998, e art. 5o da Medida Provisória no 2.180-35, de 2001.)**

Art. 70. **(VETADO).**

Art. 71. **(VETADO).**

Art. 72. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 73. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 10 de fevereiro de 1993, 172o da Independência e 105o da República.

**ITAMAR FRANCO**

*Maurício Corrêa*

**LEI Nº 8.682, DE 14 DE JULHO DE 1993.**

*Dispõe sobre a remuneração de cargos de provimento em comissão da Advocacia-Geral da União, revigora a Lei no 8.200, de 28 de junho de 1991, oferecendo nova redação ao inciso I, do seu art. 3o, e dá outras providências.*

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA,** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1o A remuneração dos cargos de Advogado-Geral da União, de Procurador-Geral da União, de Procurador-Geral da Fazenda Nacional de Consultor-Geral da União, de Corregedor-Geral da Advocacia da União, a que se referem os arts. 54 e 55 da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993, bem como de Procurador Regional e de Procurador Seccional, é a constante do anexo a esta lei.[[292]](#footnote-293)

Parágrafo único. O cargo de Advogado-Geral da União confere ao seu titular todos os direitos, deveres e prerrogativas de Ministro de Estado, bem assim o tratamento a este dispensado. **(Transformado em cargo de Ministro de Estado pelo art. 24-B da Lei no 9.649, de 1998 - Medida Provisória no 2.216-37, de 2001.)**

Art. 2o São criados, na Advocacia-Geral da União, cinco cargos de Procurador Regional e um de Procurador Seccional.[[293]](#footnote-294)

Art. 3o O quadro de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e de funções de representação de gabinete da Consultoria-Geral da República é transposto para o gabinete do Advogado-Geral da União e transformados em cargos de consultores da União os cargos de consultores da República.

Art. 4o Aplica-se às funções de representação de gabinete da Consultoria-Geral da República, transpostas para a Advocacia-Geral da União, o disposto no art. 13 da Lei no 8.460, de 17 de setembro de 1992.

Art. 5o As requisições do Advogado-Geral da União, na forma do art. 47 da Lei Complementar no 73, de 1993, serão irrecusáveis até que seja constituído o quadro de pessoal de atividades auxiliares da Advocacia-Geral da União.

Art. 6o São interrompidos por trinta dias os prazos relativos à União, contados a partir da vigência desta lei, excetuando-se os precatórios.

Parágrafo único. A Fazenda Pública poderá peticionar perante o Juízo se não pretender utilizar-se da prorrogação dos prazos prevista no *caput* deste artigo.

Art. 7o No exercício da atribuição prevista no inciso III do art. 4o da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993, o Advogado-Geral da União poderá ser auxiliado por membro do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União.

Art. 8o É autorizada a transferência para a Advocacia-Geral da União das dotações consignadas à Consultoria-Geral da República.

Art. 9o As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 10. São convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória no 321, de 14 de maio de 1993.

Art. 11. É revigorada a Lei no 8.200, de 28 de junho de 1991, passando o inciso I, do seu artigo 3o a viger com a seguinte redação:

"Art. 3o

I - Poderá ser deduzida, na determinação do lucro real, em seis anos-calendário, a partir de 1993, à razão de 25% em 1993 e de 15% ao ano, de 1994 a 1998, quando se tratar de saldo devedor.

"

Art. 12. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 14 de julho de 1993; 172o da Independência e 105o da República.

ITAMAR FRANCO

Fernando Henrique Cardoso

Geraldo Magela da Cruz Quintão

# **ANEXO**

QUADRO DE REMUNERAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO A QUE SE REFERE O ART. 1º DA MEDIDA PROVISÓRIA

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **CARGO** | **NATUREZA** | **REMUNERAÇÃO** | | | |
| 1.ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO | Especial | Cr$ 193.567.918,16 | | | |
|  |  | **Vencimento** | **% Representação** | | **Retribuição** |
| 2. Procurador-Geral da União, Procurador-Geral da Fazenda Nacional, Consultor-Geral da União e Corregedor-Geral da Advocacia da União | Especial | 15.106.904,08 | 100 | 15.106.904,08 | 30.213.808,16 |
| 3. Procurador Regional | DAS-6[[294]](#footnote-295) | 10.880.313,23 | 90 | 9.792.284,60 | 20.672.600,83 |
| 4. Procurador Seccional | DAS-4[[295]](#footnote-296) | 8.104.136,52 | 80 | 6.483.309,21 | 14.587.445,73 |

**Observações:** Os titulares dos cargos referidos nos itens 2, 3 e 4 fazem jus a Gratificação de atividade pelo desempenho de função de acordo com os fatores constantes do anexo VI da Lei nº. 8.622, de 19 de janeiro de 1993.

**LEI Nº 9.028, DE 12 DE ABRIL DE 1995.**

*Dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União, em caráter emergencial e provisório, e dá outras providências*

## **O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1o O exercício das atribuições institucionais previstas na Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993, dar-se-á, em caráter emergencial e provisório, até a criação e implantação da estrutura administrativa da Advocacia-Geral da União (AGU), nos termos e condições previstos nesta lei.[[296]](#footnote-297)

Art. 2o O Poder Público, por seus órgãos, entes e instituições, poderá, mediante termo, convênio ou ajuste outro, fornecer à AGU, gratuitamente, bens e serviços necessários à sua implantação e funcionamento.

Art. 3o Os Procuradores Regionais da União exercerão a coordenação das atividades das Procuradorias da União localizadas em sua área de atuação. **(Redação dada pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001)**

§ 1o O Advogado-Geral da União, com o objetivo de racionalizar os serviços, poderá desativar Procuradoria da União situada em Capital de Unidade da Federação onde esteja instalada Procuradoria Regional, hipótese em que esta absorverá as atribuições daquela.**(Redação dada pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001. Ver § 2o do art. 17 da Lei n° 10.480, de 2002.)**

§ 2o Ocorrendo a hipótese de que trata o § 1o, incumbirá ao Advogado-Geral da União dispor sobre a reestruturação da Procuradoria Regional, podendo remanejar cargos e servidores da Procuradoria desativada.**(Redação dada pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001. Ver § 2o do art. 17 da Lei n° 10.480, de 2002.)**

§ 3o A reestruturação e o remanejamento de que trata o § 2o serão possíveis inclusive na hipótese de coexistência das duas Procuradorias, se conveniente a utilização de estrutura de apoio única para atender a ambas.

§ 4o Com a mesma finalidade de racionalização de serviços, fica o Advogado-Geral da União igualmente autorizado a desativar ou deixar de instalar Procuradoria Seccional da União, aplicando-se à hipótese, no que couber, o disposto na parte final do § 1o e no § 2o deste artigo. (NR) **(Redação dada pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001. Ver § 1o do art. 17 da Lei n° 10.480, de 2002.)**

Art. 4o Na defesa dos direitos ou interesses da União, os órgãos ou entidades da Administração Federal fornecerão os elementos de fato, de direito e outros necessários à atuação dos membros da AGU, inclusive nas hipóteses de mandado de segurança, habeas data e habeas corpus impetrados contra ato ou omissão de autoridade federal.

§ 1o As requisições objeto deste artigo terão tratamento preferencial e serão atendidas no prazo nelas assinalado.

§ 2o A responsabilidade pela inobservância do disposto neste artigo será apurada na forma da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 3o O disposto neste artigo aplica-se às requisições feitas pelos representantes judiciais da União designados na forma do art. 69 da Lei Complementar no 73, de 1993.

§ 4o Mediante requisição do Advogado-Geral da União ou de dirigente de Procuradoria da Advocacia-Geral da União, e para os fins previstos no **caput**, os órgãos e as entidades da Administração Federal designarão servidores para que atuem como peritos ou assistentes técnicos em feitos específicos, aplicáveis a esta requisição as disposições dos §§ 1o e 2o do presente artigo. (NR) **(Incluído pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001.)**

Art. 5o Nas audiências de reclamações trabalhistas em que a União seja parte, será obrigatório o comparecimento de preposto que tenha completo conhecimento do fato objeto da reclamação, o qual, na ausência do representante judicial da União, entregará a contestação subscrita pelo mesmo.

Art. 6o A intimação de membro da Advocacia-Geral da União, em qualquer caso, será feita pessoalmente.[[297]](#footnote-298)

§ 1o O disposto neste artigo se aplica aos representantes judiciais da União designados na forma do art. 69 da Lei Complementar no 73, de 1993.

§ 2o As intimações a serem concretizadas fora da sede do juízo serão feitas, necessariamente, na forma prevista no art. 237, inciso II, do Código de Processo Civil. (NR)**(Incluído pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001.)**

Art. 7o O vencimento básico dos cargos efetivos de Advogado da União, criados pelo art. 62 da Lei Complementar no 73, de 1993, é o fixado no Anexo I desta lei.[[298]](#footnote-299)

Parágrafo único. Os Advogados da União farão jus, além do vencimento básico, à Gratificação de Atividade, instituída pela Lei Delegada no 13, de 27 de agosto de 1992[[299]](#footnote-300), no percentual de cento e sessenta por cento, bem como à gratificação a que se refere o art. 7o da Lei no 8.460, de 17 de setembro de 1992, conforme valores constantes do Anexo I desta lei.

Art. 8o São criadas quarenta e uma Procuradorias Seccionais da União, a serem implantadas, conforme a necessidade do serviço, nas cidades onde estejam instaladas varas da Justiça Federal.

Art. 8o-A.**(Incluído pela Medida Provisória no 2.180, de 2001 e revogado pela Lei no 10.480, de 2002.)**

Art. 8o-B. São instituídas na Advocacia-Geral da União, com funções de integração e coordenação, a Câmara de Atividades de Contencioso e a Câmara de Atividades de Consultoria.

Parágrafo único. As Câmaras objeto do **caput** terão disciplinamento em ato do Advogado-Geral da União. (NR)**(Incluído pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001.)**

Art. 8o-C. O Advogado-Geral da União, na defesa dos interesses desta e em hipóteses as quais possam trazer reflexos de natureza econômica, ainda que indiretos, ao erário federal, poderá avocar, ou integrar e coordenar, os trabalhos a cargo de órgão jurídico de empresa pública ou sociedade de economia mista, a se desenvolverem em sede judicial ou extrajudicial.

Parágrafo único. Poderão ser cometidas, à Câmara competente da Advocacia-Geral da União, as funções de executar a integração e a coordenação previstas neste artigo. (NR) **(Incluído pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001.)**

Art. 8o-D. É criado o Departamento de Cálculos e Perícias da Advocacia-Geral da União, integrante da estrutura organizacional da Procuradoria-Geral da União e ao titular desta imediatamente subordinado.

§ 1o Ao Departamento de Cálculos e Perícias compete, especialmente:

I - supervisionar, coordenar, realizar, rever e acompanhar os trabalhos técnicos, de cálculo e periciais, referentes aos feitos de interesse da União, de suas autarquias e fundações públicas, às liquidações de sentença e aos processos de execução; e

II - examinar os cálculos constantes dos precatórios judiciários de responsabilidade da União, das autarquias e fundações públicas federais, antes do pagamento dos respectivos débitos.

§ 2o O Departamento de Cálculos e Perícias participará, nos aspectos de sua competência, do acompanhamento, controle e centralização de precatórios, de interesse da Administração Federal direta e indireta, atribuídos à Advocacia-Geral da União pela Lei no 9.995, de 25 de julho de 2000. [[300]](#footnote-301)

§ 3o As unidades, das autarquias e fundações públicas, que tenham a seu cargo as matérias de competência do Departamento de Cálculos e Perícias, da Advocacia-Geral da União, atuarão sob a supervisão técnica deste.

§ 4o Os órgãos e entidades da Administração Federal prestarão, ao Departamento de Cálculos e Perícias, o apoio que se faça necessário ao desempenho de suas atividades, inclusive colocando à sua disposição pessoal especializado.

§ 5o O Advogado-Geral da União disporá, nos termos do art. 45 da Lei Complementar no 73, de 1993, sobre o Departamento de Cálculos e Perícias e editará os demais atos necessários ao cumprimento do disposto neste artigo. (NR) **(Incluído pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001.)**

Art. 8o-E. É criada, na Procuradoria-Geral da União, a Coordenadoria de Ações de Recomposição do Patrimônio da União, com a finalidade de recuperar perdas patrimoniais sofridas pela União, à qual incumbe também a execução de títulos judiciais e extrajudiciais, inclusive os expedidos pelo Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. As demais Procuradorias da União poderão ter unidades com semelhantes atribuições, conforme dispuser ato do Advogado-Geral da União. (NR)**(Incluído pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001.)**

Art. 8o-F. O Advogado-Geral da União poderá instalar Núcleos de Assessoramento Jurídico nas Capitais dos Estados e, quando o interesse do serviço recomendar, em outras cidades.[[301]](#footnote-302)

§ 1o Incumbirão aos Núcleos atividades de assessoramento jurídico aos órgãos e autoridades da Administração Federal Direta localizados fora do Distrito Federal, quanto às matérias de competência legal ou regulamentar dos órgãos e autoridades assessorados, sem prejuízo das competências das Consultorias Jurídicas dos respectivos Ministérios.

§ 2o As matérias específicas do Ministério ao qual pertença o órgão ou a autoridade assessorados, que requeiram a manifestação da Consultoria Jurídica, serão a esta encaminhadas pelo Coordenador do Núcleo de Assessoramento Jurídico.

§ 3o O Advogado-Geral da União providenciará a lotação, nos Núcleos de Assessoramento Jurídico, dos Assistentes Jurídicos integrantes da Advocacia-Geral da União, inclusive do quadro suplementar, que estejam em exercício em cidade sede dos referidos Núcleos, respeitados os casos de cessão a outros órgãos ou entidades, bem como os de designação como representante judicial da União, de que trata o art. 69 da Lei Complementar no 73, de 1993.

§ 4o Excepcionalmente, o Advogado-Geral da União poderá designar, para ter exercício nos Núcleos de Assessoramento Jurídico, outros membros efetivos da Advocacia-Geral da União, bem como Procuradores Federais.

§ 5o Os Núcleos de Assessoramento Jurídico integram a Consultoria-Geral da União.

§ 6o Os recursos eventualmente necessários à instalação e manutenção dos Núcleos de Assessoramento Jurídico, correrão à conta de dotações orçamentárias da Advocacia-Geral da União.

§ 7o O Advogado-Geral da União editará ato, nos termos do art. 45 da Lei Complementar no 73, de 1993, dispondo sobre os Núcleos de Assessoramento Jurídico de que trata este artigo. (NR) **(Incluído pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001.)**

Art. 8o-G. São criadas, na Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa, as Consultorias Jurídicas-Adjuntas dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ficando extintas as Consultorias Jurídicas dos antigos Ministérios Militares.

§ 1o As Consultorias Jurídicas-Adjuntas objeto deste artigo terão competência especializada, cabendo-lhes, no respectivo âmbito de atuação e no que couber, os poderes funcionais previstos no art. 11 da Lei Complementar no 73, de 1993, sem prejuízo da competência geral da Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa.

§ 2o Os cargos em comissão de Consultor Jurídico-Adjunto decorrentes do que dispõe este artigo serão DAS 101.4.

§ 3o Na aplicação do disposto no § 2o, são remanejados, dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica para a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, três cargos DAS 101.5 das extintas Consultorias Jurídicas, e, da Secretaria de Gestão para o Ministério da Defesa, três cargos DAS 101.4.

§ 4o O Advogado-Geral da União disporá, em ato próprio, editado nos termos do art. 45 da Lei Complementar no 73, de 1993, sobre a competência, a estrutura e o funcionamento da Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa e respectivas Consultorias Jurídicas-Adjuntas. (NR) **(Incluído pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001.)**

Art. 9o São criados um cargo de Diretor-Geral de Administração[[302]](#footnote-303), DAS 101.5, quatro cargos de Coordenador-Geral, DAS 101.4, um cargo de Assessor Jurídico, DAS 102.3, dois cargos de Coordenador, DAS 101.3, nove cargos de Chefe de Divisão, DAS 101.2, dois cargos de Chefe de Serviço, DAS 101.1, dois cargos de Oficial-de-Gabinete, DAS 101.1, destinados à composição da Diretoria-Geral de Administração; vinte e sete cargos de Procurador-Chefe, DAS 101.5,[[303]](#footnote-304) titulares das Procuradorias da União nos Estados e no Distrito Federal, de que trata o art. 2o, inciso II, alínea a, da Lei Complementar no 73, de 1993; quarenta cargos de Procurador Seccional da União, DAS 101.4,[[304]](#footnote-305) três cargos de Adjunto do Advogado-Geral da União, DAS 102.5, três cargos de Adjunto do Procurador-Geral da União, DAS 102.4, e dois cargos de Assessor Jurídico, DAS 102.3. **(Ver art. 13 da Medida Provisória no 2.180-35, de 2001, e art. 17, § 1o, da Lei no 10.480, de 2002.)**

Art. 10. As Procuradorias da União têm sede nas capitais dos Estados e as Procuradorias Seccionais da União, nas cidades onde estejam instaladas varas da Justiça Federal.

Art. 11. A União poderá, perante Tribunal situado fora da sede de Procuradoria Regional, ser representada por seu Procurador-Chefe.

Art. 11-A. Fica autorizada a Advocacia-Geral da União a assumir, por suas Procuradorias, temporária e excepcionalmente, a representação judicial de autarquias ou fundações públicas nas seguintes hipóteses:**(Ver art. 14, parágrafo único, da Lei no 10.480, de 2002.)**

I - ausência de procurador ou advogado;

II - impedimento dos integrantes do órgão jurídico.

§ 1o A representação judicial extraordinária prevista neste artigo poderá ocorrer por solicitação do dirigente da entidade ou por iniciativa do Advogado-Geral da União.

§ 2o A inexistência de órgão jurídico integrante da respectiva Procuradoria ou Departamento Jurídico, em cidade sede de Órgão judiciário perante o qual corra feito de interesse de autarquia ou fundação da União, configura a hipótese de ausência prevista no inciso I deste artigo.

§ 3o O Advogado-Geral da União, com a finalidade de suprir deficiências ocasionais de Órgãos Vinculados à Advocacia-Geral da União, poderá designar para prestar-lhes colaboração temporária membros efetivos da Advocacia-Geral da União, Procuradores Autárquicos, Assistentes Jurídicos e Advogados de outras entidades, seja em atividades de representação judicial ou de consultoria e assessoramento jurídicos, estando, enquanto durar a colaboração temporária, investidos dos mesmos poderes conferidos aos integrantes do respectivo Órgão Vinculado. (NR) **(Incluído pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001.)**

Art. 11-B. A representação judicial da União, quanto aos assuntos confiados às autarquias e fundações federais relacionadas no Anexo V a esta Lei, passa a ser feita diretamente pelos órgãos próprios da Advocacia-Geral da União, permanecendo os Órgãos Jurídicos daquelas entidades responsáveis pelas respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos.**(Ver art. 14, parágrafo único, da Lei no 10.480, de 2002.)**

§ 1o Os Procuradores Autárquicos, Assistentes Jurídicos e Advogados integrantes dos quadros das entidades de que trata o **caput** neles permanecerão, até que lei disponha sobre a nova forma de representação judicial, direta e indireta, da União, consideradas as suas entidades autárquicas e fundacionais, bem como sobre a prestação de consultoria e assessoramento jurídicos a essas entidades.

§ 2o Os órgãos jurídicos das entidades relacionadas no Anexo V desta Lei continuarão, até 7 de julho de 2000, como co-responsáveis pela representação judicial quanto aos assuntos de competência da respectiva autarquia ou fundação.

§ 3o As citações, intimações e notificações das autarquias e fundações relacionadas no Anexo V desta Lei, bem como nas hipóteses de que trata o art. 11-A, serão feitas às respectivas Procuradorias da Advocacia-Geral da União, asseguradas aos seus membros, no exercício da representação judicial de que trata o art. 11-A e este artigo, as prerrogativas processuais previstas em lei.

§ 4o Os Órgãos Jurídicos das entidades de que trata o **caput**, juntamente com os respectivos Órgãos da Advocacia-Geral da União, no prazo de sessenta dias, farão o levantamento dos processos judiciais em andamento, indicando a fase em que se encontram.

§ 5o Até o advento da Lei referida no § 1o deste artigo, o Advogado-Geral da União, de ofício ou mediante proposta de dirigente de Procuradoria da União, poderá designar Procuradores Autárquicos, Advogados e Assistentes Jurídicos das entidades relacionadas no Anexo V desta Lei para terem exercício nas Procuradorias da Advocacia-Geral da União.

§ 6o A Procuradoria-Geral da Fundação Nacional do Índio permanece responsável pelas atividades judiciais que, de interesse individual ou coletivo dos índios, não se confundam com a representação judicial da União.

§ 7o Na hipótese de coexistirem, em determinada ação, interesses da União e de índios, a Procuradoria-Geral da Fundação Nacional do Índio ingressará no feito juntamente com a Procuradoria da Advocacia-Geral da União. (NR) **(Incluído pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001.)**

Art. 12. O disposto no art. 14 da Lei no 8.460, de 17 de dezembro de 1992, não se aplica à escolha dos ocupantes dos cargos em comissão da AGU, até que tenha sido organizado seu quadro de cargos efetivos e regularmente investidos os titulares de sessenta por cento destes.

Art. 13. O Anexo II à Lei no 8.383, de 30 de dezembro de 1991, passa a vigorar na forma do Anexo II desta lei.

Art. 14. O preenchimento dos cargos previstos nesta lei dar-se-á segundo a necessidade do serviço e na medida das disponibilidades orçamentárias.

Art. 15. Fica o Ministério da Fazenda com a responsabilidade de prestar o apoio necessário à instalação e ao funcionamento da Procuradoria-Geral da União, em todo o território nacional.

Parágrafo único. O apoio de que trata este artigo compreende o fornecimento de recursos materiais e financeiros, e será especificado pelo Advogado-Geral da União.

Art. 16. A Secretaria de Controle Interno da Presidência da República fica responsável pelas atividades de controle interno da AGU, até a criação do órgão próprio da Instituição.

Art. 17. Até que sejam implantados os quadros de cargos efetivos da Advocacia-Geral da União, o Advogado-Geral da União poderá atribuir a servidor em exercício[[305]](#footnote-306) e a representante judicial da União, designado na forma do art. 69 da Lei Complementar no 73, de 1993, Gratificação Temporária pelo exercício na Advocacia-Geral da União, observado o disposto neste artigo.[[306]](#footnote-307)

§ 1o**(Revogado pelaMedida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 2o Os critérios para a atribuição da Gratificação Temporária serão estabelecidos em decreto.[[307]](#footnote-308)

§ 3o A Gratificação Temporária, compatível com as demais vantagens atribuídas ao cargo efetivo ou ao emprego permanente do servidor, não se incorpora ao vencimento nem aos proventos de aposentadoria ou de pensão, e não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios, vantagens, ou contribuições previdenciárias ou de seguridade.

§ 4o A Gratificação Temporária não poderá ser atribuída a ocupantes de cargo ou função de confiança ou a titular de gratificação de representação de gabinete.

§ 5o O pagamento da Gratificação Temporária cessará para os representantes judiciais da União designados na forma do art. 69 da Lei Complementar no 73, de 1993, na data de vigência da lei a que se refere o parágrafo único do art. 26 da Lei Complementar no 73, de 1993.[[308]](#footnote-309)

§ 6o A Gratificação Temporária não será computada para os efeitos do art. 12 da Lei no 8.460, de 1992.

§ 7o**(Incluído pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001, e revogado pela Lei no 10.480, de 2002.)**

Art. 18. Os cargos em comissão de Assessor Técnico transpostos para o Gabinete do Advogado-Geral da União, conforme o disposto no art. 3o da Lei no 8.682, de 14 de julho de 1993, serão providos por profissionais idôneos de nível superior.

Art. 19. São transpostos para as carreiras da Advocacia-Geral da União os atuais cargos efetivos de Subprocurador-Geral da Fazenda Nacional e Procurador da Fazenda Nacional, como os de Assistente Jurídico da Administração Federal direta, os quais:

I - tenham titulares cuja investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias, anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público ou da incidência do § 3o do art. 41 da Constituição;

II - estejam vagos.

§ 1o Nas hipóteses previstas no inciso I, a transposição objeto deste artigo abrange os cargos e seus titulares.

§ 2o A transposição deve observar a correlação estabelecida no Anexo IV.

§ 3o À Advocacia-Geral da União incumbe examinar, caso a caso, a licitude da investidura nos cargos a que se refere este artigo.

§ 4o Verificada a ocorrência de investidura ilegítima, ao Advogado-Geral da União compete adotar, ou propor, as providências cabíveis.

§ 5o As transposições efetivadas por este artigo alcançaram tão-somente servidores estáveis no serviço público, mencionados no item I do **caput**. (NR)**(Incluído pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001.)**

Art. 19-A. São transpostos, para a Carreira de Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União, os atuais cargos efetivos da Administração Federal direta, privativos de bacharel em Direito, cujas atribuições, fixadas em ato normativo hábil, tenham conteúdo eminentemente jurídico e correspondam àquelas de assistência fixadas aos cargos da referida Carreira, ou as abranjam,e os quais:

I - estejam vagos; ou

II - tenham como titulares servidores, estáveis no serviço público, que:

a) anteriormente a 5 de outubro de 1988 já detinham cargo efetivo, ou emprego permanente, privativo de bacharel em Direito, de conteúdo eminentemente jurídico, nos termos do **caput**, na Administração Federal direta, autárquica ou fundacional, conforme as normas constitucionais e legais então aplicáveis;

b) investidos após 5 de outubro de 1988, o tenham sido em decorrência de aprovação em concurso público ou da aplicação do § 3o do art. 41 da Constituição.

§ 1o Nas situações previstas no inciso II, a transposição objeto deste artigo abrange os cargos e seus titulares.

§ 2o A transposição de servidor egresso de autarquia ou fundação pública federal, prevista no inciso II, alíneas "a" e "b", alcança tão-somente aquele que passou a integrar a Administração direta em decorrência da extinção ou da alteração da natureza jurídica da entidade à qual pertencia, e desde que as atribuições da respectiva entidade e o seu quadro de pessoal tenham sido, por lei, absorvidos por órgãos da Administração direta.

§ 3o Às transposições disciplinadas neste artigo aplicam-se, também, a correlação e os procedimentos constantes do art. 19 desta Lei (§§ 2o, 3o e 4o).

§ 4o As transposições de que trata este artigo serão formalizadas em ato declaratório do Advogado-Geral da União.

§ 5o Os eventuais efeitos financeiros, das transposições em referência, somente serão devidos, aos seus beneficiários, a partir da data em que publicado o ato declaratório, objeto do § 4o.

§ 6o Os titulares máximos dos órgãos da Administração Federal direta, nos quais existam cargos na situação descrita no **caput** e inciso I, deverão indicá-los à Advocacia-Geral da União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, explicitando, relativamente a cada cargo vago, sua origem, evolução, atribuições e regência normativa.

§ 7o Cada caso deverá ser instruído pelo órgão de recursos humanos do respectivo Ministério ou Secretaria de Estado, com a documentação necessária a comprovar que o servidor atende ao disposto neste artigo, após o que deverá ser encaminhado ao Advogado-Geral da União, na forma por ele regulamentada, acompanhado de manifestação conclusiva do respectivo órgão de assessoramento jurídico. (NR)**(Incluído pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001.)**

Art. 20. Passam a ser de trinta e seis meses os prazos fixados nos arts. 66 e 69, parágrafo único, da Lei Complementar no 73, de 1993. **(Prazo prorrogado até 11.2.2003 pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001.)**

Art. 21. Aos titulares dos cargos de Advogado da União, de Procurador da Fazenda Nacional e de Assistente Jurídico das respectivas carreiras da Advocacia-Geral da União incumbe representá-la judicial e extrajudicialmente, bem como executar as atividades de assessoramento jurídico do Poder Executivo, conforme dispuser ato normativo do Advogado-Geral da União. **(Redação dada pela Medida Provisória no 1.984-15, de 9.3.2000, atual Medida Provisória no 2.180-35, de 2001)**

Art. 22.  A Advocacia-Geral da União e os seus órgãos vinculados, nas respectivas áreas de atuação, ficam autorizados a representar judicialmente os titulares e os membros dos Poderes da República, das Instituições Federais referidas no Título IV, Capítulo IV, da Constituição, bem como os titulares dos Ministérios e demais órgãos da Presidência da República, de autarquias e fundações públicas federais, e de cargos de natureza especial, de direção e assessoramento superiores e daqueles efetivos, inclusive promovendo ação penal privada ou representando perante o Ministério Público, quando vítimas de crime, quanto a atos praticados no exercício de suas atribuições constitucionais, legais ou regulamentares, no interesse público, especialmente da União, suas respectivas autarquias e fundações, ou das Instituições mencionadas, podendo, ainda, quanto aos mesmos atos, impetrar **habeas corpus** e mandado de segurança em defesa dos agentes públicos de que trata este artigo. **(Redação dada pela Lei nº 9.649, de 1998)**[[309]](#footnote-310)

§ 1o  O disposto neste artigo aplica-se aos ex-titulares dos cargos ou funções referidos no **caput**, e ainda: **(Incluído pela Lei nº 9.649, de 1998)**

I - aos designados para a execução dos regimes especiais previstos na Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, e nos Decretos-Leis nºs 73, de 21 de novembro de 1966, e 2.321, de 25 de fevereiro de 1987, e para a intervenção na concessão de serviço público de energia elétrica;  e**(Redação dada pela Lei nº 12.767, de 27.12.2012)**

   II - aos militares das Forças Armadas e aos integrantes do órgão de segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, quando, em decorrência do cumprimento de dever constitucional, legal ou regulamentar, responderem a inquérito policial ou a processo judicial. **(Incluído pela Lei nº 9.649, de 1998) (Vide Medida Provisória nº 2.216-37, de 2001)**.[[310]](#footnote-311)

§ 2o O Advogado-Geral da União, em ato próprio, poderá disciplinar a representação autorizada por este artigo. **(Redação dada pela Lei no 9.649, de 1998 - Medida Provisória no 2.216-37, de 2001.)** [[311]](#footnote-312)

Art. 23. O Advogado-Geral da União editará os atos necessários ao cumprimento do disposto nesta lei.

Art. 24. As despesas decorrentes desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 24-A. A União, suas autarquias e fundações, são isentas de custas e emolumentos e demais taxas judiciárias, bem como de depósito prévio e multa em ação rescisória, em quaisquer foros e instâncias.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo a todos os processos administrativos e judiciais em que for parte o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, seja no polo ativo ou passivo, extensiva a isenção à pessoa jurídica que o representar em Juízo ou fora dele.**(Incluído pela Medida Provisória no 2.180-35, de 2001.)**

Art. 25. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 26. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de abril de 1995; 174o daIndependência e 107o da República.

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

*Clóvis de Barros Carvalho*

*Geraldo Magela da Cruz Quintão*

#### ANEXO I[[312]](#footnote-313)

Advocacia-Geral da União (AGU)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Denominação | Vencimento (R$) | Artigo 7º (R$) |
| Advogado da União de Categoria Especial  Advogado da União de 1ª Categoria  Advogado da União de 2ª Categoria | 524,30  490,57  458,43 | 208,64  199,43  190,63 |

##### **ANEXO II**

Advocacia-Geral da União (AGU)

Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Carreira de Procurador da Fazenda Nacional[[313]](#footnote-314) | | |
| Denominação | Classe | Quantidade |
| Procurador da Fazenda Nacional | Subprocurador-Geral  1ª Categoria  2ª Categoria | 40  155  405 |

#### ANEXO III

**(Revogado pelaMedida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

**ANEXO IV**

Advocacia-Geral da União (AGU)

|  |  |
| --- | --- |
| - Subprocurador-Geral da Fazenda Nacional  - Procurador da Fazenda Nacional de 1ª Categoria  - Procurador da Fazenda Nacional de 2ª Categoria  - Assistente Jurídico, Classe A  - Assistente Jurídico, Classe B  - Assistente Jurídico, Classe C e D | - Procurador da Fazenda Nacional de Categoria Especial  - Procurador da Fazenda Nacional de 1ª Categoria  - Procurador da Fazenda Nacional de 2ª Categoria  - Assistente Jurídico de Categoria Especial  - Assistente Jurídico de 1ª Categoria  - Assistente Jurídico de 2ª Categoria |

##### **ANEXO V**

(Acrescentado pelo art. 11-B da Lei no 9.028, de 1995)

**Entidades vinculadas ao Ministério da Educação:**

1. Centro Federal de Educação Tecnológica "Celso Suckow da Fonseca"
2. Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia
3. Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba
4. Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas
5. Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos
6. Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás
7. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
8. Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas
9. Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
10. Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina
11. Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis
12. Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo
13. Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará
14. Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo
15. Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão
16. Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará
17. Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná
18. Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí
19. Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte
20. Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas
21. Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira
22. Escola Agrotécnica Federal de Alegre
23. Escola Agrotécnica Federal de Alegrete
24. Escola Agrotécnica Federal de Araguatins
25. Escola Agrotécnica Federal de Bambuí
26. Escola Agrotécnica Federal de Barbacena
27. Escola Agrotécnica Federal de Barreiros
28. Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim
29. Escola Agrotécnica Federal de Cáceres
30. Escola Agrotécnica Federal de Castanhal
31. Escola Agrotécnica Federal de Catu
32. Escola Agrotécnica Federal de Ceres
33. Escola Agrotécnica Federal de Codó
34. Escola Agrotécnica Federal de Colatina
35. Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste
36. Escola Agrotécnica Federal de Concórdia
37. Escola Agrotécnica Federal de Crato
38. Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá
39. Escola Agrotécnica Federal de Iguatu
40. Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes
41. Escola Agrotécnica Federal de Januária
42. Escola Agrotécnica Federal de Machado
43. Escola Agrotécnica Federal de Manaus
44. Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho
45. Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul
46. Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba
47. Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde
48. Escola Agrotécnica Federal de Salinas
49. Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês
50. Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa
51. Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão
52. Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira
53. Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista
54. Escola Agrotécnica Federal de São Luís
55. Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul
56. Escola Agrotécnica Federal de Satuba
57. Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim
58. Escola Agrotécnica Federal de Sertão
59. Escola Agrotécnica Federal de Sombrio
60. Escola Agrotécnica Federal de Sousa
61. Escola Agrotécnica Federal de Uberaba
62. Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia
63. Escola Agrotécnica Federal de Urutai
64. Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão
65. Escola Agrotécnica Federal Presidente Juscelino Kubitschek
66. Escola Técnica Federal de Mato Grosso
67. Escola Técnica Federal de Ouro Preto
68. Escola Técnica Federal de Palmas
69. Escola Técnica Federal de Porto Velho
70. Escola Técnica Federal de Rolim de Moura
71. Escola Técnica Federal de Roraima
72. Escola Técnica Federal de Santa Catarina
73. Escola Técnica Federal de Santarém
74. Escola Técnica Federal de Sergipe
75. Colégio Pedro II
76. Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas
77. Escola Federal de Engenharia de Itajubá
78. Escola Superior de Agricultura de Mossoró
79. Faculdade de Ciências Agrárias do Pará
80. Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro
81. Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina
82. Fundação de Ensino Superior de São João del Rei
83. Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre
84. Fundação Joaquim Nabuco
85. Universidade Federal de Pelotas
86. Universidade Federal do Piauí
87. Fundação Universidade Federal de Rondônia

**Entidade vinculada ao Ministério do Esporte e Turismo:**

88. EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo

**Entidades vinculadas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:**

89. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

90. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

**Entidade vinculada ao Ministério dos Transportes:**

91. Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER

**Entidade vinculada ao Ministério da Justiça:**

92. Fundação Nacional do Índio - FUNAI

**Entidade vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior:**

93. Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA

**Entidades vinculadas ao Ministério da Saúde:**

94. Fundação Nacional de Saúde

95. Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ

**Entidade vinculada ao Ministério da Integração Nacional:**

96. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM

**LEI Nº** **9.366, DE 16 DE DEZEMBRO DE 1996.**

*Dispõe sobre os quadros de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS da Advocacia-Geral da União, do Ministério da Fazenda, e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o São criados e reclassificados, na Advocacia-Geral da União, os cargos constantes dos Anexos I a VI.[[314]](#footnote-315)

Art. 2o São criados no Ministério da Fazenda, a serem alocados na Secretaria da Receita Federal, 276 cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, sendo dezoito cargos DAS 101.3, 84 cargos DAS 101.2 e 174 cargos DAS 101.1.

Art. 3o São criados na Superintendência Nacional do Abastecimento - SUNAB 36 cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, sendo um cargo DAS 101.6, quatro cargos DAS 101.4, oito cargos DAS 101.3, quatorze cargos DAS 101.2, seis cargos DAS 101.1 e três cargos DAS 102.2.

§ 1o São igualmente criadas na SUNAB 194 Funções Gratificadas - FG, sendo 147 FG-1, treze FG-2 e 34 FG-3.

§ 2o Para a reestruturação da SUNAB, fica o Poder Executivo autorizado a alterar a denominação e a especificação dos cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, sem aumento de despesa, no prazo de até trinta dias.

Art. 4o O cargo de Consultor Jurídico de Ministério e do Estado-Maior das Forças Armadas, do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, corresponde ao nível 101.5.

Art. 5o Fica assegurada a percepção da vantagem prevista no art. 1o, inciso I, e § 1o, do Decreto-lei no 2.333, de 11 de junho de 1987, com a disciplina nele estabelecida, aos seus beneficiários, inclusive àqueles integrantes de quadros de entidades não mais sujeitas a regime especial de remuneração.

§ 1o Os efeitos financeiros do disposto neste artigo vigoram, para os beneficiários referidos no caput, a partir de 19 de setembro de 1992.

§ 2o À vantagem referida neste artigo fazem jus também os titulares de cargos integrantes das carreiras da Advocacia-Geral da União, de que trata o art. 20 da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993, e os Juízes do Tribunal Marítimo instituído pela Lei no 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, com as modificações introduzidas pela legislação ulterior.

Art. 6o Ficam prorrogados, por mais 24 meses, a partir do seu término, os prazos referidos no art. 20 da Lei n° 9.028, de 12 de abril de 1995. **(Prazo prorrogado até 11.2.2003. Ver art. 26 da Lei no 9.651, de 1998, e art. 5o da Medida Provisória no 2.180-35, de 2001.)**

Art. 7o São criados seiscentos cargos de Procurador da Fazenda Nacional, distribuídos pelas categorias de que trata o art. 20, inciso II, da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993, conforme o Anexo VII.

Art. 8o São criadas dezesseis Procuradorias Seccionais da União e 26 Procuradorias Seccionais da Fazenda Nacional,[[315]](#footnote-316) a serem implantadas, conforme a necessidade do serviço, nas cidades onde estejam instaladas varas da Justiça Federal.

Parágrafo único. Ficam igualmente criados dezesseis cargos de Procurador Seccional da União, DAS 101.4,[[316]](#footnote-317) e 26 cargos de Procurador Seccional da Fazenda Nacional, DAS 101.2.[[317]](#footnote-318)

Art. 9o A remuneração dos cargos de Natureza Especial de Secretário-Geral de Contencioso e de Secretário-Geral de Consultoria, criados pelo art. 57 da Lei Complementar no 73, de 1993, é a fixada no Anexo VIII. **(Ver art. 1o e Anexo I da Lei no11.526, de 2007.)**

Art. 10. São criados, na Comissão de Valores Mobiliários, 46 cargos de nível superior, sendo onze de Advogado, vinte de Inspetor e quinze de Analista.

Art. 11. O § 3o do art. 17 da Lei n° 8.429, de 2 de junho de 1992, passa a vigorar com seguinte redação:

"§ 3o No caso de a ação principal ter sido proposta pelo Ministério Público, aplica-se, no que couber, o disposto no § 3o do art. 6o da Lei no 4.717, de 29 de junho de 1965."

Art. 12. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 13. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória no 1.472-31, de 22 de novembro de 1996.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revoga-se a Medida Provisória no 1.472-31, de 22 de novembro de 1996.

Brasília, 16 de dezembro de 1996; 175o da Independência e 108o da República.

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

##### **ANEXO I**

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO[[318]](#footnote-319)

**(VER O DECRETO Nº 10.608, DE 25.1.2021, QUE ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS CARGOS DA AGU)**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Situação Anterior | | | Situação Nova | | |
| Nº DE  CARGOS | DENOMINAÇÃO | CÓDIGO | Nº DE  CARGOS | DENOMINAÇÃO | CÓDIGO |
| 10 | Consultor da União | DAS 102.5 | 10 | Consultor da União | DAS 102.6[[319]](#footnote-320) |
| 3 | Adjunto do Advogado-Geral | DAS 102.5 | 4[[320]](#footnote-321) | Adjunto do Advogado-Geral | DAS 102.6 |
| 1 | Chefe de Gabinete | DAS 101.5 | 1 | Chefe de Gabinete | DAS 101.5 |
| 6 | Assessor Técnico | DAS 102.4 | 6 | Assessor Técnico | DAS 102.4 |
| 3 | Oficial de Gabinete | DAS 101.3 | 3 | Oficial de Gabinete | DAS 101.3 |
| 2 | Oficial de Gabinete | DAS 101.2 | 2 | Oficial de Gabinete | DAS 101.2 |
| 11 | Oficial de Gabinete | DAS 101.1 | 16 | Oficial de Gabinete | DAS 101.1 |
| 5 | Diretor de Divisão | DAS 101.3 | 5 | Coordenador | DAS 101.3 |
|  |  |  | 13 | Coordenador-Geral[[321]](#footnote-322) | DAS 101.4 |

##### **ANEXO II**

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

**(VER O DECRETO Nº 10.608, DE 25.1.2021, QUE ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS CARGOS DA AGU)**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nº DE CARGOS | DENOMINAÇÃO | CÓDIGO |

I - GABINETE DO CONSULTOR-GERAL DA UNIÃO

**(VER O DECRETO Nº 10.608, DE 25.1.2021, QUE ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS CARGOS DA AGU)**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 1  1  1 | Assessor Jurídico  Oficial de Gabinete  Oficial de Gabinete | DAS 102.3  DAS 101.2  DAS 101.1 |

II - GABINETE DO CORREGEDOR-GERAL DA ADVOCACIA DA UNIÃO

**(VER O DECRETO Nº 10.608, DE 25.1.2021, QUE ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS CARGOS DA AGU)**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 5  1  5  2  1  8  2  1  3 | Corregedor Auxiliar  Chefe de Gabinete  Assessor Jurídico  Assessor Técnico  Oficial de Gabinete  Oficial de Gabinete  Coordenador  Chefe de Divisão  Chefe de Serviço | DAS 101.6[[322]](#footnote-323)  DAS 101.4  DAS 102.3  DAS 102.3  DAS 101.2  DAS 101.1  DAS 101.3  DAS 101.2  DAS 101.1 |

| SITUAÇÃO ANTERIOR | | | | | | SITUAÇÃO NOVA | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Nº DE  CARGOS | | DENOMINAÇÃO | | CÓDIGO | | Nº DE CARGOS | DENOMINAÇÃO | CÓDIGO |
| III - GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DA UNIÃO  (VER O DECRETO Nº 10.608, DE 25.1.2021, QUE ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS CARGOS DA AGU) | | | | | | | | |
| 3 | Adjunto do Procurador-Geral da União | | DAS 102.4 | | 5 | | Adjunto do Procurador-Geral da União | DAS 102.5 |
| 2 | Assessor Jurídico | | DAS 102.3 | | 4 | | Assessor Jurídico | DAS 102.3 |
|  |  | |  | | 1 | | Chefe de Gabinete | DAS 101.4 |
|  |  | |  | | 2 | | Assessor Técnico | DAS 102.3 |
|  |  | |  | | 1 | | Oficial de Gabinete | DAS 101.2 |
|  |  | |  | | 8 | | Oficial de Gabinete | DAS 101.1 |
|  |  | |  | | 1 | | Coordenador-Geral | DAS 101.4 |
|  |  | |  | | 2 | | Coordenador | DAS 101.3 |
|  |  | |  | | 4 | | Chefe de Divisão | DAS 101.2 |
|  |  | |  | | 2 | | Chefe de Serviço | DAS 101.1 |

**ANEXO III**

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

(VER O DECRETO Nº 10.608, DE 25.1.2021, QUE ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS CARGOS DA AGU)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nº DE CARGOS | DENOMINAÇÃO | CÓDIGO |

I - GABINETE DOS PROCURADORES REGIONAIS EM BRASÍLIA NO RIO DE JANEIRO E EM SÃO PAULO: estrutura unitária

(VER O DECRETO Nº 10.608, DE 25.1.2021, QUE ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS CARGOS DA AGU)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 1  4  2  2  1  3  6 | Chefe de Gabinete  Assessor Jurídico  Assessor Técnico  Oficial de Gabinete  Coordenador  Chefe de Divisão  Chefe de Serviço | DAS 101.3  DAS 102.3  DAS 102.2  DAS 101.1  DAS 101.3  DAS 101.2  DAS 101.1 |

II - GABINETE DOS PROCURADORES REGIONAIS EM PORTO ALEGRE, E EM RECIFE: estrutura unitária.

(VER O DECRETO Nº 10.608, DE 25.1.2021, QUE ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS CARGOS DA AGU)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 1  3  2  2  1  3  6 | Chefe de Gabinete  Assessor Jurídico  Assessor Técnico  Oficial de Gabinete  Coordenador  Chefe de Divisão  Chefe de Serviço | DAS 101.3  DAS 102.3  DAS 102.2  DAS 101.1  DAS 101.3  DAS 101.2  DAS 101.1 |

**ANEXO IV**

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nº DE CARGOS | DENOMINAÇÃO | CÓDIGO |

I - PROCURADORIA DA UNIÃO NO DISTRITO FEDERAL E NOS ESTADOS DE

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO: estrutura unitária.

(VER O DECRETO Nº 10.608, DE 25.1.2021, QUE ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS CARGOS DA AGU)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 4  2  1 | Assessor Jurídico  Assessor Técnico  Coordenador | DAS 102.3  DAS 102.2  DAS 101.3 |

II - PROCURADORIA DA UNIÃO NOS ESTADOS DA BAHIA, CEARÁ, GOIÁS, MINAS GERAIS, PARANÁ, PERNAMBUCO, SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL: estrutura unitária

(VER O DECRETO Nº 10.608, DE 25.1.2021, QUE ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS CARGOS DA AGU)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 2  1  1 | Assessor Jurídico  Assessor Técnico  Coordenador | DAS 102.3  DAS 102.2  DAS 101.3 |

III - PROCURADORIA DA UNIÃO NOS ESTADOS DO ACRE, ALAGOAS, AMAZONAS, ESPÍRITO SANTO, MARANHÃO, MATO GROSSO DO SUL, PARÁ, PARAÍBA, PIAUÍ, RIO GRANDE DO NORTE, RONDÔNIA E SERGIPE: estrutura unitária.

(VER O DECRETO Nº 10.608, DE 25.1.2021, QUE ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS CARGOS DA AGU)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 1  1  1 | Assessor Jurídico  Assessor Técnico  Coordenador | DAS 102.3  DAS 102.2  DAS 101.3 |

IV - PROCURADORIA DA UNIÃO NOS ESTADOS DO AMAPÁ, RORAIMA, E TOCANTINS: estrutura unitária.

(VER O DECRETO Nº 10.608, DE 25.1.2021, QUE ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS CARGOS DA AGU)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 1  1 | Assessor Jurídico  Assessor Técnico | DAS 102.3  DAS 102.2 |
|

##### **ANEXO V**

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

(VER O DECRETO Nº 10.608, DE 25.1.2021, QUE ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS CARGOS DA AGU)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nº DE CARGOS | DENOMINAÇÃO | CÓDIGO |

I - PROCURADORIAS SECCIONAIS DA UNIÃO- PADRÃO A (quatro Procuradorias): estrutura unitária.

(VER O DECRETO Nº 10.608, DE 25.1.2021, QUE ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS CARGOS DA AGU)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 2 | Assessor Jurídico | DAS 102.2 |

II - PROCURADORIAS SECCIONAIS DA UNIÃO- PADRÃO B (nove Procuradorias): estrutura unitária.

(VER O DECRETO Nº 10.608, DE 25.1.2021, QUE ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS CARGOS DA AGU)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 1 | Assessor Jurídico | DAS 102.2 |

III - PROCURADORIAS SECCIONAIS DA UNIÃO - PADRÃO C

(quarenta e quatro Procuradorias): estrutura unitária

(VER O DECRETO Nº 10.608, DE 25.1.2021, QUE ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS CARGOS DA AGU)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 1 | Assessor Jurídico | DAS 102.2 |

ANEXO VI

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

(VER O DECRETO Nº 10.608, DE 25.1.2021, QUE ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS CARGOS DA AGU)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Nº DE CARGOS | DENOMINAÇÃO | CÓDIGO |

DIRETORIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO[[323]](#footnote-324)

(VER O DECRETO Nº 10.608, DE 25.1.2021, QUE ALTERA A COMPOSIÇÃO DOS CARGOS DA AGU)

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| 1  2  3 | Coordenador-Geral  Coordenador  Chefe de Divisão | DAS 101.4  DAS 101.3  DAS 101.2 |
|

##### **ANEXO VII**

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

|  |  |
| --- | --- |
| DENOMINAÇÃO DO CARGO | NÚMERO DE CARGOS |

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL[[324]](#footnote-325)

|  |  |
| --- | --- |
| Procurador da Fazenda Nacional de Categoria Especial  Procurador da Fazenda Nacional de 1º Categoria  Procurador da Fazenda Nacional de 2º Categoria | 40  55  505 |
|

##### **ANEXO VIII**[[325]](#footnote-326)

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Nº DE  CARGOS | DENOMINAÇÃO | CÓDIGO | REMUNERAÇÃO  TOTAL EM R$ |
| 1 | Secretário- Geral de Contencioso | Cargo de Natureza especial | 6.200,00[[326]](#footnote-327) |
| 1 | Secretário-Geral de Consultoria | Cargo de Natureza Especial | 6.200,00[[327]](#footnote-328) |

**LEI Nº** **9.469, DE 10 DE JULHO DE 1997.**

*Regulamenta o disposto no inciso VI do art. 4o da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993; dispõe sobre a intervenção da União nas causas em que figurarem, como autores ou réus, entes da administração indireta; regula os pagamentos devidos pela Fazenda Pública em virtude de sentença judiciária; revoga a Lei no 8.197, de 27 de junho de 1991, e a Lei no 9.081, de 19 de julho de 1995, e dá outras providências.*

Faço saber que o **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** adotou a Medida Provisória no 1.561-6, de 1997, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1o O Advogado-Geral da União, diretamente ou mediante delegação, e os dirigentes máximos das empresas públicas federais, em conjunto com o dirigente estatutário da área afeta ao assunto, poderão autorizar a realização de acordos ou transações para prevenir ou terminar litígios, inclusive os judiciais. **(Redação dada pela Lei nº 13.140, de 26.6.2015)**[[328]](#footnote-329)

§ 1o Poderão ser criadas câmaras especializadas, compostas por servidores públicos ou empregados públicos efetivos, com o objetivo de analisar e formular propostas de acordos ou transações.**(Redação dada pela Lei nº 13.140, de 26.6.2015)**

§ 2o**(Revogado pela Medida Provisória nº 496, de 19.7.2010, convertida na Lei nº 12.348, de 15.12. 2010)**

§ 3o Regulamento disporá sobre a forma de composição das câmaras de que trata o § 1o, que deverão ter como integrante pelo menos um membro efetivo da Advocacia-Geral da União ou, no caso das empresas públicas, um assistente jurídico ou ocupante de função equivalente. **(Incluído pela Lei nº 13.140, de 26.6.2015)**

§ 4o  Quando o litígio envolver valores superiores aos fixados em regulamento, o acordo ou a transação, sob pena de nulidade, dependerá de prévia e expressa autorização do Advogado-Geral da União e do Ministro de Estado a cuja área de competência estiver afeto o assunto, ou ainda do Presidente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, de Tribunal ou Conselho, ou do Procurador-Geral da República, no caso de interesse dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário ou do Ministério Público da União, excluídas as empresas públicas federais não dependentes, que necessitarão apenas de prévia e expressa autorização dos dirigentes de que trata o caput.[[329]](#footnote-330)**(Incluído pela Lei nº 13.140, de 26.6.2015)**

§ 5o Na transação ou acordo celebrado diretamente pela parte ou por intermédio de procurador para extinguir ou encerrar processo judicial, inclusive os casos de extensão administrativa de pagamentos postulados em juízo, as partes poderão definir a responsabilidade de cada uma pelo pagamento dos honorários dos respectivos advogados. **(Incluído pela Lei nº 13.140, de 26.6.2015)**

Art. 1o-A.  O Advogado-Geral da União poderá dispensar a inscrição de crédito, autorizar o não ajuizamento de ações e a não-interposição de recursos, assim como o requerimento de extinção das ações em curso ou de desistência dos respectivos recursos judiciais, para cobrança de créditos da União e das autarquias e fundações públicas federais, observados os critérios de custos de administração e cobrança. **(Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

Parágrafo único.  O disposto neste artigo não se aplica à Dívida Ativa da União e aos processos em que a União seja autora, ré, assistente ou opoente cuja representação judicial seja atribuída à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. **(Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

Art. 1o-B.  Os dirigentes máximos das empresas públicas federais poderão autorizar a não-propositura de ações e a não-interposicão de recursos, assim como o requerimento de extinção das ações em curso ou de desistência dos respectivos recursos judiciais, para cobrança de créditos, atualizados, de valor igual ou inferior a R$ 10.000,00 (dez mil reais), em que interessadas essas entidades na qualidade de autoras, rés, assistentes ou opoentes, nas condições aqui estabelecidas. **(Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

Parágrafo único.  Quando a causa envolver valores superiores ao limite fixado neste artigo, o disposto no caput, sob pena de nulidade, dependerá de prévia e expressa autorização do Ministro de Estado ou do titular da Secretaria da Presidência da República a cuja área de competência estiver afeto o assunto, excluído o caso das empresas públicas não dependentes que necessitarão apenas de prévia e expressa autorização de seu dirigente máximo. **(Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

“Art. 1o-C.  Verificada a prescrição do crédito, o representante judicial da União, das autarquias e fundações públicas federais não efetivará a inscrição em dívida ativa dos créditos, não procederá ao ajuizamento, não recorrerá e desistirá dos recursos já interpostos. **(Incluído pela Lei nº 11.941, de 27.5.2009, conversão da Medida Provisória nº 449, de 2008)**

Art. 2o O Procurador-Geral da União, o Procurador-Geral Federal, o Procurador-Geral do Banco Central do Brasil e os dirigentes das empresas públicas federais mencionadas no caput do art. 1o poderão autorizar, diretamente ou mediante delegação, a realização de acordos para prevenir ou terminar, judicial ou extrajudicialmente, litígio que envolver valores inferiores aos fixados em regulamento.[[330]](#footnote-331) **(Redação dada pela Lei nº 13.140, de 26.6.2015)**

§ 1o No caso das empresas públicas federais, a delegação é restrita a órgão colegiado formalmente constituído, composto por pelo menos um dirigente estatutário. **(Incluído pela Lei nº 13.140, de 26.6.2015)**

§ 2o O acordo de que trata o caput poderá consistir no pagamento do débito em parcelas mensais e sucessivas, até o limite máximo de sessenta. **(Incluído pela Lei nº 13.140, de 26.6.2015)**

§ 3o O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento e de um por cento relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado. **(Antigo § 1º, renumerado e redação dada pela Lei nº 13.140, de 26.6.2015)**

§ 4o Inadimplida qualquer parcela, após trinta dias, instaurar-se-á o processo de execução ou nele prosseguir-se-á, pelo saldo. **(Antigo § 2º,** r**enumerado pela Lei nº 13.140, de 26.6.2015)**

Art. 3o As autoridades indicadas no caput do art. 1o poderão concorda com pedido de desistência da ação, nas causas de quaisquer valores desde que o autor renuncie expressamente ao direito sobre que se funda a ação (art. 269, inciso V, do Código de Processo Civil).

Parágrafo único.  Quando a desistência de que trata este artigo decorrer de prévio requerimento do autor dirigido à administração pública federal para apreciação de pedido administrativo com o mesmo objeto da ação, esta não poderá negar o seu deferimento exclusivamente em razão da renúncia prevista no caput deste artigo. (NR) **(Incluído pela Lei nº 11.941, de 27.5.2009, conversão da Medida Provisória nº 449, de 2008)**

Art. 4o Não havendo Súmula da Advocacia-Geral da União (arts. 4o, inciso XII, e 43, da Lei Complementar no 73, de 1993), o Advogado-Geral da União poderá dispensar a propositura de ações ou a interposição de recursos judiciais quando a controvérsia jurídica estiver sendo iterativamente decidida pelo Supremo Tribunal Federal ou pelos Tribunais Superiores.[[331]](#footnote-332)

Art. 4o-A.  O termo de ajustamento de conduta, para prevenir ou terminar litígios, nas hipóteses que envolvam interesse público da União, suas autarquias e fundações, firmado pela Advocacia-Geral da União, deverá conter: **(Incluído pela Lei nº 12.249, de 11.6.2010)**

I - a descrição das obrigações assumidas; **(Incluído pela Lei nº 12.249, de 11.6.2010)**

II - o prazo e o modo para o cumprimento das obrigações; **(Incluído pela Lei nº 12.249, de 11.6.2010)**

III - a forma de fiscalização da sua observância; **(Incluído pela Lei nº 12.249, de 11.6.2010)**

IV - os fundamentos de fato e de direito; e **(Incluído pela Lei nº 12.249, de 11.6.2010)**

V - a previsão de multa ou de sanção administrativa, no caso de seu descumprimento.**(Incluído pela Lei nº 12.249, de 11.6.2010)**

Parágrafo único.  A Advocacia-Geral da União poderá solicitar aos órgãos e entidades públicas federais manifestação sobre a viabilidade técnica, operacional e financeira das obrigações a serem assumidas em termo de ajustamento de conduta, cabendo ao Advogado-Geral da União a decisão final quanto à sua celebração. **(Incluído pela Lei nº 12.249, de 11.6.2010)**

Art. 5o A União poderá intervir nas causas em que figurarem, como autoras ou rés, autarquias, fundações públicas, sociedades de economia mista e empresas públicas federais.

Parágrafo único. As pessoas jurídicas de direito público poderão, nas causas cuja decisão possa ter reflexos, ainda que indiretos, de natureza econômica, intervir, independentemente da demonstração de interesse jurídico, para esclarecer questões de fato e de direito, podendo juntar documentos e memoriais reputados úteis ao exame da matéria e, se for o caso, recorrer, hipótese em que, para fins de deslocamento de competência, serão consideradas partes.

Art. 6o Os pagamentos devidos pela Fazenda Pública federal, estadual ou municipal e pelas autarquias e fundações públicas, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão, exclusivamente, na ordem cronológica da apresentação dos precatórios judiciários e à conta do respectivo crédito.

§ 1o É assegurado o direito de preferência aos credores de obrigação de natureza alimentícia, obedecida, entre eles, a ordem cronológica de apresentação dos respectivos precatórios judiciários.**(Renumerado do parágrafo único pela Medida Provisória nº 2.226, de 4.9.2001)**

§ 2o**(Incluído pela Medida Provisória n° 2.226, de 2001, e revogado pela Lei nº 13.140, de 26.6.2015) (V ADI Nº 2.527-9)**[[332]](#footnote-333)

Art. 7o**(Revogado pela Lei nº 11.941, de 27.5.2009, conversão da Medida Provisória nº 449, de 2008)**

Art. 7o-A.  As competências previstas nesta Lei aplicam-se concorrentemente àquelas específicas existentes na legislação em vigor em relação às autarquias, às fundações[[333]](#footnote-334) e às empresas públicas federais não dependentes. **(Incluído pela Lei nº 11.941, de 27.5.2009, conversão da Medida Provisória nº 449, de 2008)**

Art. 8o Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, às ações propostas e aos recursos interpostos pelas entidades legalmente sucedidas pela União.

Art. 9o A representação judicial das autarquias e fundações públicas por seus procuradores ou advogados, ocupantes de cargos efetivos dos respectivos quadros, independe da apresentação do instrumento de mandato.

Art. 10. Aplica-se às autarquias e fundações públicas o disposto nos arts. 188 e 475, caput, e no seu inciso II, do Código de Processo Civil.

Art. 10-A.  Ficam convalidados os acordos ou transações, em juízo, para terminar o litígio, realizados pela União ou pelas autarquias, fundações ou empresas públicas federais não dependentes durante o período de vigência da Medida Provisória no 449, de 3 de dezembro de 2008, que estejam de acordo com o disposto nesta Lei. **(Incluído pela Lei nº 11.941, de 27.5.2009, conversão da Medida Provisória nº 449, de 2008)**

Art. 11. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória no 1.561-5, de 15 de maio de 1997.

Art. 12. Revogam-se a Lei no 8.197, de 27 de junho de 1991, e a Lei no 9.081, de 19 de julho de 1995.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 10 de julho de 1997; 176o da Independência e 109o da República.

Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

Presidente do Congresso Nacional

**LEI Nº** **9.704, DE 17 DE NOVEMBRO DE 1998.**

*Institui normas relativas ao exercício, pelo Advogado-Geral da União, de orientação normativa e de supervisão técnica sobre os órgãos jurídicos das autarquias federais e das fundações instituídas e mantidas pela União.*

Faço saber que o **Presidente da República**, adotou a Medida Provisória no 1.722, de1998, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, para os efeitos do disposto no parágrafo único do art. 62 da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1o Os órgãos jurídicos das autarquias federais e das fundações instituídas e mantidas pela União estão sujeitos à orientação normativa e à supervisão técnica do Advogado-Geral da União.[[334]](#footnote-335)

§ 1° A supervisão técnica a que se refere este artigo compreende a prévia anuência do Advogado-Geral da União ao nome indicado para a chefia dos órgãos jurídicos das autarquias federais e das fundações instituídas e mantidas pela União.[[335]](#footnote-336)**(Renumerado pelo art. 8° da Medida Provisória n° 2.180-35, de 2001.)**

§ 2o Para a chefia de órgão jurídico de autarquia e de fundação federal será preferencialmente indicado Procurador Federal, de reconhecidas idoneidade, capacidade e experiência para o cargo. **(Incluído pelo art. 8° da Medida Provisória n° 2.180-35, de 2001.)**

§ 3o Na hipótese de a indicação recair sobre Bacharel em Direito que não seja Procurador Federal, deverá ser suficientemente justificada assim como atendidos todos os demais requisitos do § 2o. (NR)**(Incluído pelo art. 8° da Medida Provisória n° 2.180-35, de 2001.)**

Art. 2o O Advogado-Geral da União, caso considere necessário, poderá recomendar, aos órgãos jurídicos dessas entidades, a alteração da tese jurídica sustentada nas manifestações produzidas, para adequá-la à jurisprudência prevalecente nos Tribunais Superiores e no Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. Terão natureza vinculante, e serão de observância obrigatória, as recomendações de alteração da tese jurídica sustentada, feitas pelo Advogado-Geral da União.

Art. 3o De ofício ou mediante solicitação, justificada, dos representantes legais das autarquias federais e das fundações instituídas e mantidas pela União, o Advogado-Geral da União poderá promover ou determinar que se promova a apuração de irregularidade no serviço público, ocorrida no âmbito interno daquelas entidades, podendo cometer a órgão da Advocacia-Geral da União, expressamente, o exercício de tal encargo.[[336]](#footnote-337)

Art. 4o Ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 1o, o Advogado-Geral da União poderá delegar a prática dos atos de orientação normativa e de supervisão técnica previstos nesta Lei.

Art. 5o O Advogado-Geral da União expedirá as normas necessárias à aplicação do disposto nesta Lei.

Art. 6o Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 17 de novembro de 1998; 177o da Independência e 110o da República.

Senador ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

Presidente

**LEI Nº 1****0.259, DE 12 DE JULHO DE 2001****.**

*Dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o São instituídos os Juizados Especiais Cíveis e Criminais da Justiça Federal,[[337]](#footnote-338) aos quais se aplica, no que não conflitar com esta Lei, o disposto na Lei n° 9.099, de 26 de setembro de 1995.

Art. 2o  Compete ao Juizado Especial Federal Criminal processar e julgar os feitos de competência da Justiça Federal relativos às infrações de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência. **(Redação dada pelaLei nº 11.313, de 28.6.2006)**

Parágrafo único. Na reunião de processos, perante o juízo comum ou o tribunal do júri, decorrente da aplicação das regras de conexão e continência, observar-se-ão os institutos da transação penal e da composição dos danos civis. (NR) **(Redação dada pelaLei nº 11.313, de 28.6.2006)**

Art. 3o Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas sentenças.

§ 1o Não se incluem na competência do Juizado Especial Cível as causas:

I - referidas no art. 109, incisos II, III e XI, da Constituição Federal, as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, execuções fiscais e por improbidade administrativa e as demandas sobre direitos ou interesses difusos, coletivos ou individuais homogêneos;

II - sobre bens imóveis da União, autarquias e fundações públicas federais;

III - para a anulação ou cancelamento de ato administrativo federal, salvo o de natureza previdenciária e o de lançamento fiscal;

IV - que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou de sanções disciplinares aplicadas a militares.

§ 2o Quando a pretensão versar sobre obrigações vincendas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de doze parcelas não poderá exceder o valor referido no art. 3o, caput.

§ 3o No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é absoluta.

Art. 4o O Juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir medidas cautelares no curso do processo, para evitar dano de difícil reparação.

Art. 5o Exceto nos casos do art. 4o, somente será admitido recurso de sentença definitiva.

Art. 6o Podem ser partes no Juizado Especial Federal Cível:

I – como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei n° 9.317, de 5 de dezembro de 1996;

II – como rés, a União, autarquias, fundações e empresas públicas federais.

Art. 7o As citações e intimações da União serão feitas na forma prevista nos arts. 35 a 38 da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Parágrafo único. A citação das autarquias, fundações e empresas públicas será feita na pessoa do representante máximo da entidade, no local onde proposta a causa, quando ali instalado seu escritório ou representação; se não, na sede da entidade.

Art. 8o As partes serão intimadas da sentença, quando não proferida esta na audiência em que estiver presente seu representante, por ARMP (aviso de recebimento em mão própria).

§ 1o As demais intimações das partes serão feitas na pessoa dos advogados ou dos Procuradores que oficiem nos respectivos autos, pessoalmente ou por via postal.

§ 2o Os tribunais poderão organizar serviço de intimação das partes e de recepção de petições por meio eletrônico.

Art. 9o Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de trinta dias.

Art. 10. As partes poderão designar, por escrito, representantes para a causa, advogado ou não.

Parágrafo único. Os representantes judiciais da União, autarquias, fundações e empresas públicas federais, bem como os indicados na forma do caput, ficam autorizados a conciliar, transigir ou desistir, nos processos da competência dos Juizados Especiais Federais.

Art. 11. A entidade pública ré deverá fornecer ao Juizado a documentação de que disponha para o esclarecimento da causa, apresentando-a até a instalação da audiência de conciliação.

Parágrafo único. Para a audiência de composição dos danos resultantes de ilícito criminal (arts. 71, 72 e 74 da Lei n° 9.099, de 26 de setembro de 1995), o representante da entidade que comparecer terá poderes para acordar, desistir ou transigir, na forma do art. 10.

Art. 12. Para efetuar o exame técnico necessário à conciliação ou ao julgamento da causa, o Juiz nomeará pessoa habilitada, que apresentará o laudo até cinco dias antes da audiência, independentemente de intimação das partes.

§ 1o Os honorários do técnico serão antecipados à conta de verba orçamentária do respectivo Tribunal e, quando vencida na causa a entidade pública, seu valor será incluído na ordem de pagamento a ser feita em favor do Tribunal.

§ 2o Nas ações previdenciárias e relativas à assistência social, havendo designação de exame, serão as partes intimadas para, em dez dias, apresentar quesitos e indicar assistentes.

Art. 13. Nas causas de que trata esta Lei, não haverá reexame necessário.

Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

§ 1o O pedido fundado em divergência entre Turmas da mesma Região será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência do Juiz Coordenador.

§ 2o O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.

§ 3o A reunião de juízes domiciliados em cidades diversas será feita pela via eletrônica.

§ 4o Quando a orientação acolhida pela Turma de Uniformização, em questões de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça -STJ, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência.

§ 5o No caso do § 4o, presente a plausibilidade do direito invocado e havendo fundado receio de dano de difícil reparação, poderá o relator conceder, de ofício ou a requerimento do interessado, medida liminar determinando a suspensão dos processos nos quais a controvérsia esteja estabelecida.

§ 6o Eventuais pedidos de uniformização idênticos, recebidos subseqüentemente em quaisquer Turmas Recursais, ficarão retidos nos autos, aguardando-se pronunciamento do Superior Tribunal de Justiça.

§ 7o Se necessário, o relator pedirá informações ao Presidente da Turma Recursal ou Coordenador da Turma de Uniformização e ouvirá o Ministério Público, no prazo de cinco dias. Eventuais interessados, ainda que não sejam partes no processo, poderão se manifestar, no prazo de trinta dias.

§ 8o Decorridos os prazos referidos no § 7o, o relator incluirá o pedido em pauta na Seção, com preferência sobre todos os demais feitos, ressalvados os processos com réus presos, os habeas corpus e os mandados de segurança.

§ 9o Publicado o acórdão respectivo, os pedidos retidos referidos no § 6o serão apreciados pelas Turmas Recursais, que poderão exercer juízo de retratação ou declará-los prejudicados, se veicularem tese não acolhida pelo Superior Tribunal de Justiça.

§ 10. Os Tribunais Regionais, o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, no âmbito de suas competências, expedirão normas regulamentando a composição dos órgãos e os procedimentos a serem adotados para o processamento e o julgamento do pedido de uniformização e do recurso extraordinário.

Art. 15. O recurso extraordinário, para os efeitos desta Lei, será processado e julgado segundo o estabelecido nos §§ 4o a 9o do art. 14, além da observância das normas do Regimento.

Art. 16. O cumprimento do acordo ou da sentença, com trânsito em julgado, que imponham obrigação de fazer, não fazer ou entrega de coisa certa, será efetuado mediante ofício do Juiz à autoridade citada para a causa, com cópia da sentença ou do acordo.

Art. 17. Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o trânsito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo de sessenta dias, contados da entrega da requisição, por ordem do Juiz, à autoridade citada para a causa, na agência mais próxima da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil, independentemente de precatório.

§ 1o Para os efeitos do § 3o do art. 100 da Constituição Federal, as obrigações ali definidas como de pequeno valor, a serem pagas independentemente de precatório, terão como limite o mesmo valor estabelecido nesta Lei para a competência do Juizado Especial Federal Cível (art. 3o, caput).

§ 2o Desatendida a requisição judicial, o Juiz determinará o seqüestro do numerário suficiente ao cumprimento da decisão.

§ 3o São vedados o fracionamento, repartição ou quebra do valor da execução, de modo que o pagamento se faça, em parte, na forma estabelecida no § 1o deste artigo, e, em parte, mediante expedição do precatório, e a expedição de precatório complementar ou suplementar do valor pago.

§ 4o Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido no § 1o, o pagamento far-se-á, sempre, por meio do precatório, sendo facultado à parte exeqüente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, da forma lá prevista.

Art. 18. Os Juizados Especiais serão instalados por decisão do Tribunal Regional Federal. O Juiz presidente do Juizado designará os conciliadores pelo período de dois anos, admitida a recondução. O exercício dessas funções será gratuito, assegurados os direitos e prerrogativas do jurado (art. 437 do Código de Processo Penal).

Parágrafo único. Serão instalados Juizados Especiais Adjuntos nas localidades cujo movimento forense não justifique a existência de Juizado Especial, cabendo ao Tribunal designar a Vara onde funcionará.

Art. 19. No prazo de seis meses, a contar da publicação desta Lei, deverão ser instalados os Juizados Especiais nas capitais dos Estados e no Distrito Federal.

Parágrafo único. Na capital dos Estados, no Distrito Federal e em outras cidades onde for necessário, neste último caso, por decisão do Tribunal Regional Federal, serão instalados Juizados com competência exclusiva para ações previdenciárias.

Art. 20. Onde não houver Vara Federal, a causa poderá ser proposta no Juizado Especial Federal mais próximo do foro definido no art. 4° da Lei n° 9.099, de 26 de setembro de 1995, vedada a aplicação desta Lei no juízo estadual.

Art. 21. As Turmas Recursais serão instituídas por decisão do Tribunal Regional Federal, que definirá sua composição e área de competência, podendo abranger mais de uma seção.

§ 1o **(Revogado pela Lei nº 12.665, de 13.6.2012)**

§ 2o **(Revogado pela Lei nº 12.665, de 13.6.2012)**

Art. 22. Os Juizados Especiais serão coordenados por Juiz do respectivo Tribunal Regional, escolhido por seus pares, com mandato de dois anos.

Parágrafo único. O Juiz Federal, quando o exigirem as circunstâncias, poderá determinar o funcionamento do Juizado Especial em caráter itinerante, mediante autorização prévia do Tribunal Regional Federal, com antecedência de dez dias.

Art. 23. O Conselho da Justiça Federal poderá limitar, por até três anos, contados a partir da publicação desta Lei, a competência dos Juizados Especiais Cíveis, atendendo à necessidade da organização dos serviços judiciários ou administrativos.

Art. 24. O Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal e as Escolas de Magistratura dos Tribunais Regionais Federais criarão programas de informática necessários para subsidiar a instrução das causas submetidas aos Juizados e promoverão cursos de aperfeiçoamento destinados aos seus magistrados e servidores.

Art. 25. Não serão remetidas aos Juizados Especiais as demandas ajuizadas até a data de sua instalação.

Art. 26. Competirá aos Tribunais Regionais Federais prestar o suporte administrativo necessário ao funcionamento dos Juizados Especiais.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor seis meses após a data de sua publicação.

Brasília, 12 de julho de 2001; 180o da Independência e 113o da República.

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

Paulo de Tarso Tamos Ribeiro

Roberto Brant

Gilmar Ferreira Mendes

**LEI N° 10.480, DE 2 DE JULHO DE 2002.**

*Dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União, a criação da Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo na AGU - GDAA, cria a Procuradoria-Geral Federal, e dá outras providências.*

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA,** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° Passam a integrar o Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União - AGU, os cargos de provimento efetivo, de nível superior, intermediário ou auxiliar, ocupados por servidores do Plano de Classificação de Cargos - PCC, instituído pela Lei n° 5.645, de 10 de dezembro de 1970, ou planos correlatos das autarquias e fundações públicas, não integrantes de carreiras estruturadas, que estejam em exercício na AGU na data de publicação desta Lei.[[338]](#footnote-339) /[[339]](#footnote-340)

§ 1° Os servidores de que trata o **caput** poderão optar por permanecer no quadro permanente de pessoal do órgão ou entidade de origem, devendo fazê-lo perante a AGU, de forma irretratável, em até 30 (trinta) dias contados da publicação desta Lei.

§ 2°(VETADO)[[340]](#footnote-341)

Art. 1º-A.  A contar de 1o de julho de 2008, os servidores titulares de cargos de provimento efetivo do Plano de Classificação de Cargos - PCC, de que trata o art. 1o desta Lei, integrantes do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União - AGU, serão automaticamente enquadrados no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, de que trata a Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006, de acordo com as respectivas atribuições, os requisitos de formação profissional e a posição relativa na Tabela, conforme Anexo II desta Lei. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**[[341]](#footnote-342)

§ 1o  Os cargos de nível superior, intermediário e auxiliar a que se refere o art. 1o desta Lei que estejam vagos em 1o de julho de 2008, e os que vierem a vagar serão transpostos para o PGPE, de acordo com o respectivo nível e requisitos exigidos para ingresso.**(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 2o  O enquadramento de que trata o caput deste artigo dar-se-á automaticamente, salvo manifestação irretratável do servidor, a ser formalizada no máximo até 26 de setembro de 2008, na forma do Termo de Opção constante do Anexo III desta Lei, com efeitos financeiros a contar de 1o de julho de 2008. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 3o  Os servidores que formalizarem a opção referida no § 2o deste artigo permanecerão na situação em que se encontravam em 30 de junho de 2008, não fazendo jus aos vencimentos e às vantagens devidas aos integrantes do PGPE. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 4o  O prazo para exercer a opção referida no § 2o deste artigo estender-se-á até 30 (trinta) dias contados a partir do término do afastamento nos casos previstos nos arts. 81 e 102 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 5o  Ao servidor cedido para órgão ou entidade no âmbito do Poder Executivo Federal aplica-se, quanto ao prazo de opção, o disposto no § 2o deste artigo, podendo o servidor permanecer na condição de cedido. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 6o  O disposto neste artigo aplica-se aos aposentados e pensionistas. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 7o  Para os servidores afastados que fizerem a opção após o prazo geral, os efeitos financeiros dar-se-ão a contar da data da opção ou do retorno, conforme o caso. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

Art. 1o-B.  A contar de 1o de julho de 2008, os servidores titulares de cargos de provimento efetivo da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei no 10.483, de 3 de julho de 2002, integrantes do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União - AGU, serão automaticamente enquadrados na Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei no 11.355, de 19 de outubro de 2006, de acordo com as respectivas atribuições, os requisitos de formação profissional e a posição relativa na Tabela, conforme Anexo IV desta Lei. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 1o  Os cargos de nível superior, intermediário e auxiliar da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, a que se refere o caput deste artigo, que estiverem vagos em 1o de julho de 2008 e os que vierem a vagar serão transpostos para a Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de acordo com o respectivo nível e requisitos exigidos para ingresso. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 2o  O enquadramento de que trata o caput deste artigo dar-se-á automaticamente, salvo manifestação irretratável do servidor, a ser formalizada no máximo até 26 de setembro de 2008, na forma do Termo de Opção constante do Anexo V desta Lei, com efeitos financeiros a contar de 1o de julho de 2008. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 3o  Os servidores que formalizarem a opção referida no § 2o deste artigo permanecerão na situação em que se encontravam em 30 de junho de 2008, não fazendo jus aos vencimentos e às vantagens devidas aos integrantes da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 4o  O prazo para exercer a opção referida no § 2o deste artigo estender-se-á até 30 (trinta) dias contados a partir do término do afastamento nos casos previstos nos arts. 81 e 102 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 5o  Ao servidor cedido para órgão ou entidade no âmbito do Poder Executivo Federal aplica-se, quanto ao prazo de opção, o disposto no § 2o deste artigo, podendo o servidor permanecer na condição de cedido. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 6o  O disposto neste artigo aplica-se aos aposentados e pensionistas. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 7o  Para os servidores afastados que fizerem a opção após o prazo geral, os efeitos financeiros dar-se-ão a contar da data de opção ou do retorno, conforme o caso. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 7o-A.  A avaliação institucional considerada para o servidor alcançado pelos incisos I e II do § 7o será: **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

I - a do órgão ou entidade onde o servidor permaneceu em exercício por mais tempo; **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

II - a do órgão ou entidade onde o servidor se encontrar em exercício ao término do ciclo, caso ele tenha permanecido o mesmo número de dias em diferentes órgãos ou entidades; ou **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

III - a do órgão de origem, quando requisitado ou cedido para órgão diverso da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional. **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

§ 7o-B.  A avaliação individual do servidor alcançado pelo inciso I do § 7o será realizada somente pela chefia imediata quando a sistemática para avaliação de desempenho regulamentada para a Advocacia-Geral da União não for igual à aplicável ao órgão ou entidade de exercício do servidor. **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Art. 2o  Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo na AGU - GDAA, devida, exclusivamente, aos servidores de níveis superior, intermediário e auxiliar pertencentes ao Quadro de Pessoal da AGU, não integrantes das Carreiras jurídicas da Instituição, quando lotados e em exercício das atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo na AGU. **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 1o  A GDAA será atribuída em função do desempenho individual do servidor e do alcance de metas de desempenho institucional, na forma, critérios e procedimentos estabelecidos em ato do Advogado-Geral da União. **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 2o  A GDAA será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto, em seus respectivos níveis, classes e padrões, ao valor estabelecido no Anexo I desta Lei, produzindo efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas. **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 3o  A pontuação máxima da GDAA a que se refere o § 2o deste artigo será assim distribuída: **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº . 11.907, de 2.2.2009)**

I - até 20 (vinte) pontos em decorrência dos resultados da avaliação de desempenho individual; e **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

II - até 80 (oitenta) pontos em decorrência do resultado da avaliação de desempenho institucional. **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 4o A avaliação de desempenho individual visa aferir o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo ou função, com foco na contribuição individual para o alcance dos objetivos organizacionais.

§ 5o A avaliação de desempenho institucional visa aferir o desempenho coletivo no alcance dos objetivos organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas da AGU.

§ 6o  Enquanto não for editado o ato a que se refere o § 1o deste artigo e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, considerando a distribuição de pontos de que trata o § 3o deste artigo os servidores que fazem jus à GDAA, inclusive os ocupantes de cargos ou funções comissionadas, perceberão a referida gratificação em valor correspondente à última pontuação que lhe foi atribuída a título de avaliação de desempenho, observados o nível, a classe e o padrão do servidor, considerando o valor do ponto constante do Anexo I desta Lei. **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 7o O servidor que não se encontre na AGU no efetivo exercício das atividades inerentes ao respectivo cargo, somente fará jus à GDAA, observado o disposto no § 6o:[[342]](#footnote-343)

I - quando requisitado pela Presidência ou Vice-Presidência da República ou nas hipóteses de requisição previstas em lei, situação na qual perceberá a GDAA calculada com base nas regras aplicáveis como se estivesse em efetivo exercício na AGU; e (NR) **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

II - quando cedido para órgão ou entidade da União distinto dos indicados no inciso I deste parágrafo e investido em cargo de natureza especial ou em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) nível 6, 5 ou 4, ou equivalente, situação na qual perceberá a GDAA calculada com base no resultado da avaliação institucional do período.**(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

§ 7º-A. A avaliação institucional considerada para o servidor alcançado pelos incisos I e II do § 7º será: **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

I - a do órgão ou entidade onde o servidor permaneceu em exercício por mais tempo; **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

II - a do órgão ou entidade onde o servidor se encontrar em exercício ao término do ciclo, caso ele tenha permanecido o mesmo número de dias em diferentes órgãos ou entidades; ou **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

III - a do órgão de origem, quando requisitado ou cedido para órgão diverso da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional.

§ 7º-B. A avaliação individual do servidor alcançado pelo inciso I do § 7º será realizada somente pela chefia imediata quando a sistemática para avaliação de desempenho regulamentada para a Advocacia-Geral da União não for igual à aplicável ao órgão ou entidade de exercício do servidor. **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

§ 8o  O titular de cargo efetivo de que trata o caput deste artigo em efetivo exercício na AGU quando investido em cargo em comissão ou função de confiança fará jus a GDAA da seguinte forma: **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

I - os investidos em função de confiança ou cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 3, 2, 1 ou equivalentes, perceberão a GDAA calculada conforme disposto no § 9o deste artigo; e **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

II - os investidos em cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6, 5, 4 ou equivalentes, perceberão a GDAA calculada com base no valor máximo da parcela individual, somado ao resultado da avaliação institucional da AGU no período. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 9o  Os valores a serem pagos a título de GDAA serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho institucional e individual pelo valor do ponto constante do Anexo I desta Lei de acordo com o respectivo nível, classe e padrão. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 10.  Ocorrendo exoneração do cargo em comissão com manutenção do cargo efetivo, os servidores que fazem jus à GDAA continuarão percebendo a respectiva gratificação de desempenho correspondente à última pontuação obtida, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 11.  Em caso de afastamentos e licenças considerados como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção de gratificação de desempenho, o servidor continuará percebendo a GDAA correspondente à última pontuação obtida, até que seja processada a sua primeira avaliação após o retorno. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 12.  O disposto no § 11 deste artigo não se aplica aos casos de cessão. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 13.  Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDAA no decurso do ciclo de avaliação receberão a respectiva gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 14.  O servidor beneficiário da GDAA que obtiver na avaliação de desempenho individual pontuação inferior a 50% (cinqüenta por cento) da pontuação máxima estabelecida para essa parcela será submetido a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso, sob responsabilidade da AGU. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 15.  A análise de adequação funcional visa a identificar as causas do resultado obtido na avaliação do desempenho e a servir de subsídio para a adoção de medidas que possam propiciar a melhoria do desempenho do servidor. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 16.  A GDAA não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens. (NR) **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

Art. 2o-A.  Fica instituída a Gratificação Temporária da Advocacia-Geral da União - GTAGU, devida, exclusivamente, aos servidores de nível superior, intermediário e auxiliar, não integrantes das Carreiras jurídicas, pertencentes ao Quadro de Pessoal da AGU, conforme valores estabelecidos no Anexo VI desta Lei.[[343]](#footnote-344)**(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 1o  A GTAGU gerará efeitos financeiros: **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

I - de 1o de julho de 2008 a 30 de junho de 2010, para os cargos de nível superior; **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

II - de 1o de julho de 2008 a 30 de junho de 2011, para os cargos de nível intermediário; e  **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

III - de 1o de julho de 2008 a 31 de dezembro de 2008, para os cargos de nível auxiliar. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 2o  A GTAGU integrará os proventos das aposentadorias e as pensões. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 3o  A GTAGU ficará extinta a partir de: **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

I - 1o de julho de 2010, para os cargos de nível superior; **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

II - 1o de julho de 2011, para os cargos de nível intermediário; e  **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

III - 1o de janeiro de 2009, para os cargos de nível auxiliar. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 4o  A GTAGU não servirá de base de cálculo para quaisquer benefícios ou vantagens e não poderá ser paga em conjunto com as seguintes gratificações: **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

I - Gratificação Específica de Atividades Auxiliares do PGPE - GEAAPGPE, de que trata a Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006; **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

II - Gratificação Temporária de Nível Superior da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei no 11.355, de 19 de outubro de 2006; e  **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

III - Gratificação Específica de Atividades Auxiliares da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, de que trata a Lei no 11.355, de 19 de outubro de 2006. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

Art. 3o  A GDAA será paga em conjunto, de forma não cumulativa, com a Gratificação de Atividade - GAE, de que trata a Lei Delegada no 13, de 27 de agosto de 1992, aos servidores que em função dos Planos de Carreiras e de Cargos a que pertençam façam jus a essa gratificação, enquanto permanecerem nesta condição. **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009. Observa-se que o art. 214 da Medida Provisória nº 441, de 2008, dava nova redação a este artigo e o art. 324, inciso VI, da mesma Medida Provisória o revogava. A revogação não foi mantida na Lei (de conversão) nº 11.907, de 2009)**

Art. 3o-A.  A GDAA não poderá ser paga cumulativamente com quaisquer outras gratificações de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

Parágrafo único.  É assegurado ao servidor que perceba gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade em decorrência do exercício do respectivo cargo efetivo, qualquer que seja a sua denominação ou base de cálculo, optar pela continuidade do seu recebimento, hipótese em que não fará jus à GDAA. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

Art. 4o Os servidores de que trata o art. 2o não fazem jus à percepção de qualquer outra espécie de vantagem que tenha como fundamento o desempenho profissional, individual, coletivo ou institucional ou a produção, e em especial à:

I - Gratificação Temporária instituída pela Lei n° 9.028, de 12 de abril de 1995;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa instituída pela Lei no 10.404, de 9 de janeiro de 2002; e

III - Gratificação de Representação de Gabinete.

Art. 5o A GDAA integrará os proventos da aposentadoria e as pensões, de acordo com:

I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, a GDAA será: **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

a) a partir de 1o de julho de 2008, correspondente a 40 (quarenta) pontos, considerados o nível, classe e padrão do servidor; e **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

b) a partir de 1o de julho de 2009, correspondente a 50 (cinqüenta) pontos, considerados o nível, classe e padrão do servidor; (NR) **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

II - para as aposentadorias e pensões instituídas após 19 de fevereiro de 2004: **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

a) quando percebida por período igual ou superior a 60 (sessenta) meses e ao servidor que deu origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3o e 6o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3o da Emenda Constitucional no 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á a média dos valores recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses; **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

b) quando percebida por período inferior a 60 (sessenta) meses, ao servidor de que trata a alínea *a* deste inciso aplicar-se-ão os pontos constantes das alíneas *a* e *b* do inciso I do caput deste artigo; e **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

III - aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004. **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

Parágrafo único.  Às aposentadorias e às pensões existentes por ocasião da publicação desta Lei aplica-se o disposto nas alíneas *a* e *b* do inciso I do caput deste artigo.” (NR) **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

Art. 6° A aplicação do disposto nesta Lei a aposentados e pensionistas não poderá implicar redução de proventos e pensões.

Parágrafo único. Constatada a redução de proventos ou pensão decorrente da aplicação do disposto nesta Lei, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Art. 7º Poderão perceber a Gratificação de Representação de Gabinete ou a Gratificação Temporária, até 2 de dezembro de 2022, os servidores ou os empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União.**(Redação dada pela Medida Provisória nº 1.013, de 4.12.2020)**[[344]](#footnote-345)

§ 1o  Para os efeitos do disposto neste artigo, são mantidas 670 (seiscentas e setenta) Gratificações Temporárias, sendo 470 (quatrocentas e setenta) do nível GT-I e 200 (duzentas) do nível GT-II, bem como 62 (sessenta e duas) Gratificações de Representação de Gabinete, sendo 5 (cinco) de nível GR-IV, 14 (quatorze) de nível GR-III, 29 (vinte e nove) de nível GR-II e 14 (quatorze) de nível GR-I. **(Redação dada pela Lei nº 11.490, de 20.6.2007)**

§ 2o  Até o encerramento do prazo referido no caputdeste artigo, o quantitativo referido no § 1o deste artigo será reduzido  proporcionalmente por ato do Advogado-Geral da União, à medida que forem empossados os aprovados em concurso público para provimento de cargos efetivos do Quadro de Pessoal da AGU não integrantes das Carreiras jurídicas da instituição. (NR) **(Incluído pela Lei nº 11.490, de 20.6.2007)**

Art. 8º Em decorrência do disposto nesta Lei, ficam extintas as Gratificações Temporárias e as Gratificações de Representação de Gabinete, não atribuídas a servidor ou empregado até a data de publicação desta Lei, bem como aquelas atribuídas aos servidores referidos no § 1º do art. 1º desta Lei, ressalvado o disposto no art. 7º desta Lei. **(Redação dada pela Lei nº 10.907, de 2004).**

Parágrafo único. As gratificações a que se refere o § 1º do art. 7º ficam automaticamente extintas quando cessar o exercício do servidor ou empregado na Advocacia-Geral da União. (NR)**(Redação dada pela Medida Provisória nº 872, de 2019, convertida na Lei nº 13.841, de 5.6.2019)(O anterior parágrafo único deste art. 8º foi vetado à época da sanção da Lei nº 10.480, de 2002)**[[345]](#footnote-346)

Art. 9o É criada a Procuradoria-Geral Federal, à qual fica assegurada autonomia administrativa e financeira, vinculada à Advocacia-Geral da União.

Parágrafo único. Incumbe à Advocacia-Geral da União a supervisão da Procuradoria-Geral Federal.

Art. 10. À Procuradoria-Geral Federal compete a representação judicial e extrajudicial das autarquias e fundações públicas federais, as respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos, a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial. **(Ver o art. 2º da Lei nº 11.098, de 2005).** [[346]](#footnote-347)

§ 1o No desempenho das atividades de consultoria e assessoramento, à Procuradoria-Geral Federal aplica-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

§ 2o Integram a Procuradoria-Geral Federal as Procuradorias, Departamentos Jurídicos, Consultorias Jurídicas ou Assessorias Jurídicas das autarquias e fundações federais, como órgãos de execução desta, mantidas as suas atuais competências.[[347]](#footnote-348)

§ 3o Serão mantidos, como Procuradorias Federais especializadas, os órgãos jurídicos de autarquias e fundações de âmbito nacional.[[348]](#footnote-349)

§ 4o Serão instaladas Procuradorias Federais não especializadas em Brasília e nas Capitais dos Estados, às quais incumbirão a representação judicial e as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos das entidades de âmbito local.

§ 5o Poderão ser instaladas Procuradorias Seccionais Federais fora das Capitais, quando o interesse público recomendar, às quais competirão a representação judicial de autarquias e fundações sediadas em sua área de atuação, e o assessoramento jurídico quanto às matérias de competência legal ou regulamentar das entidades e autoridades assessoradas.

§ 6o As Procuradorias Federais não especializadas e as Procuradorias Seccionais Federais prestarão assessoramento jurídico a órgãos e autoridades de autarquias e fundações de âmbito nacional localizados em sua área de atuação, que não disponham de órgão descentralizado da respectiva procuradoria especializada, e farão, quando necessário, a representação judicial dessas entidades.

§ 7° Quando o assessoramento jurídico de que trata o § 6o envolver matéria específica de atividade fim da entidade, que exija manifestação de procuradoria especializada, ou decisão de autoridade superior da entidade, o Chefe da Procuradoria Federal não especializada e o Procurador Seccional Federal encaminharão a matéria à correspondente Procuradoria Especializada.

§ 8o Enquanto não instaladas as Procuradorias Federais não especializadas e as Procuradorias Seccionais Federais as suas competências poderão ser exercidas pelos atuais órgãos jurídicos das autarquias e fundações de âmbito local, ou por Procuradoria especializada da Procuradoria-Geral Federal existente na localidade, ou por Procuradoria da União, quanto à representação judicial e, quanto ao assessoramento jurídico, por Núcleo de Assessoramento Jurídico da Consultoria-Geral da União.

§ 9o Em cada Procuradoria de autarquia ou fundação federal de âmbito nacional e nas Procuradorias Federais não especializadas haverá setor específico de cálculos e perícias, a ser instalado conforme a necessidade do serviço e a disponibilidade financeira.

§ 10. O Advogado-Geral da União indicará, para os fins desta Lei, as autarquias e fundações de âmbito nacional.

§ 11. As Procuradorias Federais não especializadas e as Procuradorias Regionais Federais, as Procuradorias Federais nos Estados e as Procuradorias Seccionais Federais poderão assumir definitivamente as atividades de representação judicial e extrajudicial das autarquias e das fundações públicas federais de âmbito nacional.**(Incluído pela Lei nº 11.098, de 2005)**

§ 12. As Procuradorias Federais não especializadas e as Procuradorias Regionais Federais, as Procuradorias Federais nos Estados e as Procuradorias Seccionais Federais poderão ainda centralizar as atividades de apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às atividades das autarquias e fundações públicas federais, incluindo as de âmbito nacional, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial, bem como as atividades de consultoria e assessoramento jurídico delas derivadas.**(Incluído pela Lei nº 11.098, de 2005)**

§ 13. Nos casos previstos nos §§ 11 e 12 deste artigo, as respectivas autarquias e fundações públicas federais darão o apoio técnico, financeiro e administrativo à Procuradoria-Geral Federal até a sua total implantação. **(Incluído pela Lei nº 11.098, de 2005)**

Art. 11. É criado, na Procuradoria-Geral Federal, o cargo de Procurador-Geral Federal, de Natureza Especial, privativo de Bacharel em Direito de elevado saber jurídico e reconhecida idoneidade.

§ 1o  O Procurador-Geral Federal é nomeado pelo Presidente da República, mediante indicação do Advogado-Geral da União. **(Reproduzido na Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

§ 2o  Compete ao Procurador-Geral Federal: **(Reproduzido na Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

I – dirigir a Procuradoria-Geral Federal, coordenar suas atividades e orientar-lhe a atuação; **(Reproduzido na Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

II – exercer a representação das autarquias e fundações federais perante o Supremo Tribunal Federal e os Tribunais Superiores; **(Reproduzido na Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

III – sugerir ao Advogado-Geral da União medidas de caráter jurídico de interesse das autarquias e fundações federais, reclamadas pelo interesse público; **(Reproduzido na Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009**

IV – distribuir os cargos e lotar os membros da Carreira nas Procuradorias-Gerais ou Departamentos Jurídicos de autarquias e fundações federais;[[349]](#footnote-350)(**Reproduzido na Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

V – disciplinar e efetivar as promoções e remoções dos membros da Carreira de Procurador Federal; [[350]](#footnote-351) **(Reproduzido na Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

VI – instaurar sindicâncias e processos administrativos disciplinares contra membros da Carreira de Procurador Federal, julgar os respectivos processos e aplicar as correspondentes penalidades; **(Reproduzido na Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

VII – ceder, ou apresentar quando requisitados, na forma da lei, Procuradores Federais; e **(Reproduzido na pela Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

VIII – editar e praticar os atos normativos ou não, inerentes a suas atribuições.**(Reproduzido na Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

§ 3o  No desempenho de suas atribuições, o Procurador-Geral Federal pode atuar junto a qualquer juízo ou Tribunal. **(Corrigida a numeração pela Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

§ 4o  É permitida a delegação da atribuição prevista no inciso II do § 2o deste artigo aos Procuradores-Gerais ou Chefes de Procuradorias, Departamentos, Consultorias ou Assessorias Jurídicas de autarquias e fundações federais e aos procuradores federais na Adjuntoria de Contencioso, bem como as dos incisos IV a VII do § 2o deste artigo ao Subprocurador-Geral Federal.(NR) **(Corrigida a numeração e alterada a redação pela Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

Art. 12. Os cargos, e seus ocupantes, da Carreira de Procurador Federal criada pela Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, integram quadro próprio da Procuradoria-Geral Federal.[[351]](#footnote-352)

§ 1° Compete ao Advogado-Geral da União, relativamente à Carreira de Procurador Federal e seus Membros:[[352]](#footnote-353)

I - disciplinar, promover e homologar os concursos públicos, de provas e títulos, de ingresso na Carreira de Procurador Federal;

II - distribuir os cargos pelas três categorias da Carreira; e

III - determinar o exercício provisório de Procurador Federal em órgãos da Advocacia-Geral da União.

§ 2° Até que a Procuradoria-Geral Federal disponha de orçamento próprio, a remuneração dos Membros da Carreira de Procurador Federal incumbe à autarquia ou fundação federal em que o servidor estiver lotado ou em exercício temporário, e à Advocacia-Geral da União quando em exercício temporário em órgãos desta.

§ 3° Os dirigentes dos órgãos jurídicos da Procuradoria-Geral Federal serão nomeados por indicação do Advogado-Geral da União.

§ 4° O Presidente da República poderá delegar ao Advogado-Geral da União competência para prover, nos termos da lei, os cargos, efetivos e em comissão, da Procuradoria-Geral Federal.

§ 5° São criados na Procuradoria-Geral Federal 1 (um) cargo de Subprocurador-Geral Federal, DAS 101.6, 1 (um) de Adjunto de Consultoria, e 1 (um) de Contencioso, DAS 102.5, 1 (um) de Chefe de Gabinete do Procurador-Geral Federal, DAS 101.4.

Art. 13. A Advocacia-Geral da União dará o apoio técnico, financeiro e administrativo à Procuradoria-Geral Federal na sua fase de implantação.

Art. 14. O Advogado-Geral da União editará os atos necessários dispondo sobre a competência, a estrutura e o funcionamento da Procuradoria-Geral Federal, bem como sobre as atribuições de seus titulares e demais integrantes.

Parágrafo único. A representação judicial exercida pela Advocacia-Geral da União na forma dos arts. 11-A e 11-B da Lei n° 9.028, de 12 de abril de 1993, acrescentados pela Medida Provisória n° 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, poderá ser gradualmente assumida pela Procuradoria-Geral Federal, conforme ato do Advogado-Geral da União, observado o disposto no § 8o do art. 10.

Art. 15. O disposto nos arts. 10 e 11 não se aplica à Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil.

Art. 16. (VETADO)[[353]](#footnote-354)

Art. 17. É criado o cargo de Diretor do Centro de Estudos da Advocacia-Geral da União, DAS 101.5.

§ 1° São transformados em cargos de Coordenador-Geral os cargos de Procurador Seccional da União das Procuradorias Seccionais desativadas.

§ 2° São transformados em cargos de Subprocurador Regional da União os cargos de Procurador-Chefe das Procuradorias da União que vierem a ser desativadas em decorrência da aplicação do art. 3° da Lei n° 9.028, de 12 de abril de 1995.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 19. Revogam-se o art. 8o-A e o § 7° do art. 17 da Lei n° 9.028, de 12 de abril de 1995, acrescentados pela Medida Provisória n° 2.180-35, de 24 de agosto de 2001.

Brasília, 2 de julho de 2002; 181o da Independência e 114o da República.

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

*Guilherme Gomes Dias*

*José Bonifácio Borges de Andrada*

ANEXO

**(Revogado pelo art. 6º da Lei nº 10.907, de 2004. Ver o art. 2º e o Anexo II da Lei nº 10.907, de 2004)**

ANEXO I

**(Redação dada pela Lei nº 13.326, de 2016)   (Produção de efeito)[[354]](#footnote-355)**

TABELAS DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO NA AGU - GDAA

a) Valor do ponto da GDAA para os cargos de nível superior:

Em R$

|  |  | VALOR DO PONTO DA GDAA | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
|  |  | 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 |
|  | III | 46,17 | 48,93 | 51,51 |
| ESPECIAL | II | 45,48 | 48,20 | 50,74 |
|  | I | 44,81 | 47,49 | 49,99 |
|  | VI | 43,90 | 46,52 | 48,97 |
|  | V | 43,26 | 45,84 | 48,25 |
| C | IV | 42,64 | 45,19 | 47,57 |
|  | III | 42,03 | 44,54 | 46,88 |
|  | II | 41,44 | 43,91 | 46,22 |
|  | I | 40,86 | 43,30 | 45,58 |
|  | VI | 40,08 | 42,47 | 44,71 |
|  | V | 39,54 | 41,90 | 44,11 |
| B | IV | 39,01 | 41,34 | 43,52 |
|  | III | 38,49 | 40,79 | 42,94 |
|  | II | 37,99 | 40,26 | 42,38 |
|  | I | 37,50 | 39,74 | 41,83 |
|  | V | 36,83 | 39,03 | 41,08 |
|  | IV | 36,37 | 38,54 | 40,57 |
| A | III | 35,92 | 38,07 | 40,07 |
|  | II | 35,48 | 37,60 | 39,58 |
|  | I | 35,05 | 37,14 | 39,10 |

b) Valor do ponto da GDAA para os cargos de nível intermediário:

Em R$

|  |  | VALOR DO PONTO DA GDAA | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
|  |  | 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 |
|  | III | 26,10 | 27,66 | 29,12 |
| ESPECIAL | II | 25,88 | 27,43 | 28,87 |
|  | I | 25,67 | 27,20 | 28,63 |
|  | VI | 25,30 | 26,81 | 28,22 |
|  | V | 25,10 | 26,60 | 28,00 |
| C | IV | 24,90 | 26,39 | 27,78 |
|  | III | 24,70 | 26,18 | 27,56 |
|  | II | 24,50 | 25,96 | 27,33 |
|  | I | 24,31 | 25,76 | 27,12 |
|  | VI | 23,98 | 25,41 | 26,75 |
|  | V | 23,79 | 25,21 | 26,54 |
| B | IV | 23,61 | 25,02 | 26,34 |
|  | III | 23,43 | 24,83 | 26,14 |
|  | II | 23,25 | 24,64 | 25,94 |
|  | I | 23,08 | 24,46 | 25,75 |
|  | V | 22,78 | 24,14 | 25,41 |
|  | IV | 22,61 | 23,96 | 25,22 |
| A | III | 22,44 | 23,78 | 25,03 |
|  | II | 22,28 | 23,61 | 24,85 |
|  | I | 22,12 | 23,44 | 24,67 |

c) Valor do ponto da GDAA para os cargos de nível auxiliar:

Em R$

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | VALOR DO PONTO DA GDAA | | |
|  |  | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| CLASSE | PADRÃO | 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 |
|  | III | 12,83 | 13,60 | 14,32 |
| ESPECIAL | II | 12,78 | 13,54 | 14,25 |
|  | I | 12,74 | 13,50 | 14,21 |

ANEXO II

[Incluído pelo art. 217 da Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009 -ANEXO CXXVIII da MP e da Lei (de conversão) nº 11.907, de 2009]

TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS - PCC, DE QUE TRATA O ART. 1o DESTA LEI, INTEGRANTES DO QUADRO DE PESSOAL DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU, ENQUADRADOS NO PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO – PGPE

a) Cargos de Nível Superior e Intermediário:

| SITUAÇÃO ATUAL | | | SITUAÇÃO NOVA | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | PADRÃO | CLASSE | CARGOS |
| Cargos de nível superior e intermediário do PCC, de que trata o art. 1o desta Lei, Integrantes do Quadro de Pessoal da AGU | A | III | III | ESPECIAL | Cargos de nível superior e intermediário  do Quadro de Pessoal da AGU enquadrados no PGPE |
| II | II |
| I | I |
| B | VI | VI | C |
| V | V |
| IV | IV |
| III | III |
| II | II |
| I | I |
| C | VI | VI | B |
| V | V |
| IV | IV |
| III | III |
| II | II |
| I | I |
| D | V | V | A |
| IV | IV |
| III | III |
| II | II |
| I | I |

b) Cargos de nível auxiliar

| SITUAÇÃO ATUAL | | | SITUAÇÃO NOVA | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | PADRÃO | CLASSE | CARGOS |
| Cargos de nível auxiliar  do PCC, de que trata o art. 1o desta Lei, integrantes do Quadro de Pessoal da AGU | A | III | III | ESPECIAL | Cargos de nível auxiliar do Quadro de Pessoal da AGU enquadrados no PGPE |
| II | II |
| I | I |
| B | VI |
| V |
| IV |
| III |
| II |
| I |
| C | VI |
| V |
| IV |
| III |
| II |
| I |
| D | V |
| IV |
| III |
| II |
| I |

ANEXO III

(ANEXO CXXIX , incluído pelo art. 217 da Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009, com as retificações publicadas no D. O. de 4.2.2009)

TERMO DE OPÇÃO

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| 1.1.1     PLANO GERAL DE CARGOS DO PODER EXECUTIVO | | | |
| Nome: |  | Cargo: | |
|  |  |  |  |
| Matrícula SIAPE: | Unidade de Lotação: | Unidade Pagadora: | |
|  |  |  |  |
|  | Cidade: | Estado: |  |
|  |  |  |  |
| Servidor ativo (   )  Aposentado (   ) Pensionista (   ) | | | |
| Venho, nos termos da Lei no  11.907, de  2   de fevereiro de 2009, e observado o disposto no § 2o do art. 1o-A, optar pelo não enquadramento no Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE e pelo não recebimento dos vencimentos e vantagens estabelecidos pela Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006, e pela manutenção da situação funcional do cargo efetivo que ocupo ou em que passei à inatividade ou do qual sou beneficiário de pensão. | | | |
|  |  |  |  |
| Local e data \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_. | | | |
|  |  |  |  |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | | | |
| Assinatura | | | |
|  |  |  |  |
| Recebido em:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_. | | | |
|  |  |  |  |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | | | |
| Assinatura/Matrícula ou Carimbo do Servidor do órgão do Sistema de Pessoal Civil da Administração | | | |
| Federal - SIPEC | | | |

ANEXO IV

(ANEXO CXXXX , incluído pelo art. 217 da Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)

TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO DA CARREIRADA SEGURIDADE SOCIAL E DO TRABALHO, DE QUE TRATA A LEI No 10.483, INTEGRANTES DO QUADRO DE PESSOAL DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO - AGU, ENQUADRADOS NA CARREIRA DA PREVIDÊNCIA, DA SAÚDE E DO TRABALHO

a) Cargos de Nível Superior e Intermediário:

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| SITUAÇÃO ATUAL | | | SITUAÇÃO NOVA | | |
| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | PADRÃO | CLASSE | CARGOS |
|  |  | III | III |  |  |
|  | ESPECIAL | II | II | ESPECIAL |  |
|  |  | I | I |  | Cargos de  nível  superior e  intermediário  do Quadro de  Pessoal  da AGU  enquadrados  na Carreira da  Previdência,  da Saúde  e do Trabalho |
| Cargos de nível superior e intermediário da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho, de que trata a Lei no 10.483, integrantes do Quadro de Pessoal da AGU |  | VI | VI |  |
|  | V | V |  |
| C | IV | IV | C |
|  | III | III |  |
|  | II | II |  |
|  | I | I |  |
|  | VI | VI |  |
|  | V | V |  |
| B | IV | IV | B |
|  | III | III |  |
|  | II | II |  |
|  | I | I |  |
|  | V | V |  |
|  | IV | IV |  |
| A | III | III | A |
|  | II | II |  |
|  | I | I |  |

b) Cargos de nível auxiliar

| SITUAÇÃO ATUAL | | | SITUAÇÃO NOVA | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | PADRÃO | CLASSE | CARGOS |
| Cargos de nível  auxiliar da Carreira da  Seguridade Social e do  Trabalho, de que trata a  Lei no 10.483,  integrantes do Quadro  de Pessoal da AGU | ESPECIAL | III | III | ESPECIAL | Cargos de  nível auxiliar  do Quadro de  Pessoal da  AGU  enquadrados  na Carreira da  Previdência, da  Saúde e do  Trabalho |
| II | II |
| I | I |
| C | VI |
| V |
| IV |
| III |
| II |
| I |
| B | VI |
| V |
| IV |
| III |
| II |
| I |
|  | V |
|  | IV |
| A | III |
|  | II |
|  | I |  |

ANEXO V

(ANEXO CXXXI , incluído pelo art. 217 da Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009, com as retificações publicadas no D. O. de 4.2.2009)

TERMO DE OPÇÃO

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| 1.1.2     CARREIRA DA PREVIDÊNCIA, DA SAÚDE E DO TRABALHO | | | |
| Nome: |  | Cargo: | |
|  |  |  |  |
| Matrícula SIAPE: | Unidade de Lotação: | Unidade Pagadora: |  |
|  |  |  |  |
|  | Cidade: | Estado: |  |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| Servidor ativo (   )  Aposentado (   ) Pensionista (   ) | | | |
|  | | | |
| Venho, nos termos da Lei no  11.907, de  2   de fevereiro de 2009, e observado o disposto no § 2o do art. 1o-B optar pelo não enquadramento na Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho e pelo não recebimento dos vencimentos e vantagens estabelecidos pela Lei no 11.355, de 19 de outubro de 2006, e pela manutenção da situação funcional do cargo efetivo que ocupo ou em que passei à inatividade ou do qual sou beneficiário de pensão. | | | |
|  |  |  |  |
| Local e data \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_,\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_. | | | |
|  |  |  |  |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | | | |
|  | | | |
| Assinatura | | | |
| Recebido em:\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_. | | | |
|  |  |  |  |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | | | |
| Assinatura/Matrícula ou Carimbo do Servidor do órgão do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC | | | |

ANEXO VI

(ANEXO CXXXI I, incluído pelo art. 217 da Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009

TABELAS DE VALOR DA GRATIFICAÇÃO TEMPORÁRIA DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO – GTAGU

a) Valor da GTAGU para os cargos de Nível Superior:

Em R$

|  |  | VALOR DA GTAGU | |
| --- | --- | --- | --- |
| CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | |
|  |  | 1o JUL 2008 | 1o JUL 2009 ATÉ 30 JUN 2010 |
|  | III | 364,76 | 197,63 |
| ESPECIAL | II | 353,11 | 191,32 |
|  | I | 341,83 | 185,21 |
|  | VI | 310,75 | 168,37 |
|  | V | 300,82 | 162,99 |
| C | IV | 291,21 | 157,78 |
|  | III | 281,91 | 152,74 |
|  | II | 272,90 | 147,86 |
|  | I | 264,18 | 143,14 |
|  | VI | 255,74 | 138,57 |
|  | V | 232,49 | 125,97 |
| B | IV | 225,06 | 121,95 |
|  | III | 217,87 | 118,05 |
|  | II | 210,91 | 114,28 |
|  | I | 204,17 | 110,63 |
|  | V | 185,61 | 100,57 |
|  | IV | 179,68 | 97,36 |
| A | III | 173,94 | 94,25 |
|  | II | 168,38 | 91,24 |
|  | I | 163,00 | 88,33 |

b) Valor da GTAGU para os cargos de Nível Intermediário:

Em R$

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | VALOR DA GTAGU | | |
| CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
|  |  | 1o JUL 2008 | 1o JUL 2009 | 1o JUL 2010 ATÉ 30 JUN 2011 |
|  | III | 280,91 | 294,55 | 111,89 |
| ESPECIAL | II | 278,13 | 294,26 | 111,78 |
|  | I | 275,38 | 293,97 | 111,67 |
|  | VI | 272,65 | 293,68 | 111,56 |
|  | V | 269,95 | 293,39 | 111,45 |
| C | IV | 267,28 | 293,10 | 111,34 |
|  | III | 264,63 | 292,81 | 111,23 |
|  | II | 262,01 | 292,52 | 111,12 |
|  | I | 259,42 | 292,23 | 111,01 |
|  | VI | 256,85 | 291,94 | 110,90 |
|  | V | 254,31 | 291,65 | 110,79 |
| B | IV | 251,79 | 291,36 | 110,68 |
|  | III | 249,30 | 291,07 | 110,57 |
|  | II | 246,83 | 290,78 | 110,46 |
|  | I | 244,39 | 290,49 | 110,35 |
|  | V | 241,97 | 290,20 | 110,24 |
|  | IV | 239,57 | 289,91 | 110,13 |
| A | III | 237,20 | 289,62 | 110,02 |
|  | II | 234,85 | 289,33 | 109,91 |
|  | I | 232,52 | 289,04 | 109,80 |

c) Valor da GTAGU para os cargos de Nível Auxiliar:

Em R$

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  |  | VALOR DA GTAGU |
| CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE 1o |
|  |  | JUL 2008 ATÉ 31 DEZ 2008 |
|  | III | 279,67 |
| ESPECIAL | II | 276,90 |
|  | I | 274,16 |

**LEI Nº 10.549, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2002.**

*Dispõe sobre a remuneração dos cargos da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional, e dá outras providências.*

Faço saber que o **Presidente da República**adotou a Medida Provisória nº 43, de 2002, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Ramez Tebet, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda constitucional nº 32, de 2001, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1° A Carreira de Procurador da Fazenda Nacional compõe-se de um mil e duzentos cargos efetivos, de mesma denominação, agrupados em Categorias e Padrões, conforme disposto no Anexo I.

Art. 2° O posicionamento dos atuais ocupantes dos cargos a que se refere o art. 1~~º~~ na tabela de remuneração deve observar a correlação estabelecida no Anexo I.

Art. 3° Os valores de vencimento básico dos cargos da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional são os constantes do Anexo II, com vigência a partir 1~~º~~ de março de 2002.[[355]](#footnote-356)

Art. 4° O **pro labore** de que trata a Lei no 7.711, de22 de dezembro de 1988, será pago exclusivamente aos integrantes da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional no valor correspondente a até trinta por cento do vencimento básico do servidor.[[356]](#footnote-357)

§ 1° Excepcionalmente, os atuais ocupantes de cargos comissionados, não integrantes da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional, continuarão percebendo o **pro labore** de que trata o **caput** nos valores vigentes em fevereiro de 2002, cessando o pagamento desta vantagem com a exoneração do cargo.

§ 2° O **pro labore** será atribuído em função da eficiência individual e coletiva e dos resultados alcançados pela Procuradoria da Fazenda Nacional, conforme dispuser o regulamento.

Art. 5° Não serão devidas aos integrantes da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional a Representação Mensal, de que tratam os Decretos-Leis nos 2.333, de 11 de junho de 1987, e 2.371, 18 de novembro de 1987, e a Gratificação Temporária, a que se refere a Lei n° 9.028, 12 de abril de 1995.

Art. 6° Na hipótese de redução de remuneração dos ocupantes dos cargos de que trata o art. 5°, decorrente da aplicação desta Lei, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, a ser absorvida por ocasião da reorganização ou reestruturação da carreira ou tabela remuneratória, da concessão de reajustes, adicionais, gratificações ou vantagem de qualquer natureza ou do desenvolvimento na carreira.

Parágrafo único. A aplicação da Medida Provisória n° 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, não poderá resultar para os atuais Procuradores da Fazenda Nacional, em cada categoria e padrão, em remuneração inferior à de seus correspondentes nas demais Carreiras da Advocacia-Geral da União, devendo, a partir da vigência desta Lei, eventual diferença ser paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, a ser absorvida conforme disposto no **caput**.[[357]](#footnote-358)

Art. 7° Aplicam-se as disposições desta Lei às aposentadorias e pensões, exceto o **pro labore** a que se refere o art. 4°, relativamente às aposentadorias e pensões concedidas até a data de sua publicação.

§ 1° Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, o **pro labore** a que se refere o art. 4°:

I - somente será devido, se percebido há pelo menos sessenta meses; e

II - será calculado pela média aritmética dos últimos sessenta meses anteriores à aposentadoria ou à instituição da pensão.

§ 2° As aposentadorias e as pensões que vierem a ocorrer, antes de transcorrido o período a que se refere o inciso I do § 1°, não poderão resultar para os atuais Procuradores da Fazenda Nacional, em cada categoria e padrão, em proventos e pensões inferiores a que teriam direito se a aposentadoria ou a instituição da pensão tivesse ocorrido até a data de publicação desta Lei, devendo eventual diferença ser paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada.

§ 3° A aplicação do disposto nesta Lei a aposentados e pensionistas não poderá implicar redução de proventos e pensões.

§ 4° Constatada a redução de proventos e pensões decorrente da aplicação do disposto nesta Lei, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada.

§ 5° A vantagem pessoal de que tratam os §§ 2° e 3° será calculada quando da aplicação do disposto nesta Lei e estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Art. 8° Aplica-se às Carreiras de Advogado da União, de Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União, de Defensor Público da União e de Procurador Federal a Tabela de Correlação e a Tabela de Vencimentos constantes dos Anexos I e II.**(Ver a Lei nº 11.358, de 2006, que fixa o subsídio das carreiras da AGU.)**

Art. 9° O Poder Executivo editará os atos necessários ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 10. O art. 63 da Medida Provisória n° 2.229-43, de 2001, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 63. Na hipótese de redução de remuneração decorrente da aplicação do disposto nesta Medida Provisória, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, a ser absorvida por ocasião da reorganização ou reestruturação dos cargos, carreiras ou tabelas remuneratórias, concessão de reajustes, adicionais, gratificações ou vantagem de qualquer natureza ou do desenvolvimento no cargo ou na carreira.

" (NR)

Art. 11. São transformados em cargos de Advogado da União, da respectiva Carreira da Advocacia-Geral da União, os cargos efetivos, vagos e ocupados, da Carreira de Assistente Jurídico, da Advocacia-Geral da União.

§ 1o São enquadrados na Carreira de Advogado da União os titulares dos cargos efetivos da Carreira de Assistente Jurídico, da Advocacia-Geral da União.

§ 2o O enquadramento de que trata o § 1o deve observar a mesma correlação existente entre as categorias e os níveis das carreiras mencionadas no **caput**.

§ 3o Para fins de antigüidade na Carreira de Advogado da União, observar-se-á o tempo considerado para antigüidade na extinta Carreira de Assistente Jurídico, da Advocacia-Geral da União.

§ 4o À Advocacia-Geral da União incumbe adotar as providências necessárias para o cumprimento do disposto neste artigo, bem como verificar a regularidade de sua aplicação.

§ 5o O disposto neste artigo não se aplica aos atuais cargos de Assistente Jurídico cuja inclusão em quadro suplementar está prevista no art. 46 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, nem a seus ocupantes.

Art. 12. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Congresso Nacional, em 13 de novembro de 2002; 181o da Independência e 114o da República.

**Senador RAMEZ TEBET**

*Presidente da Mesa do Congresso Nacional*

**ANEXO I**

Estruturação e correlação dos cargos de Procurador da Fazenda Nacional

| SITUAÇÃO ATUAL | SITUAÇÃO NOVA | |
| --- | --- | --- |
| CATEGORIA | PADRÃO | CATEGORIA |
| ESPECIAL | III | ESPECIAL |
| II |
| I |
| PRIMEIRA | V | PRIMEIRA |
| IV |
| III |
| II |
| I |
| SEGUNDA | VII | SEGUNDA |
| VI |
| V |
| IV |
| III |
| II |
| I |

**ANEXO II**[[358]](#footnote-359)

Vencimento Básico dos cargos da Carreira de Procurador da Fazenda Nacional

| CATEGORIA | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO |
| --- | --- | --- |
| ESPECIAL | III | 5.636,96 |
| II | 5.494,98 |
| I | 5.357,30 |
| PRIMEIRA | V | 5.054,06 |
| IV | 4.915,92 |
| III | 4.781,56 |
| II | 4.650,87 |
| I | 4.523,75 |
| SEGUNDA | VII | 4.267,69 |
| VI | 4.175,19 |
| V | 4.084,70 |
| IV | 3.996,17 |
| III | 3.909,56 |
| II | 3.824,74 |
| I | 3.741,92 |

**LEI Nº 10.907, DE 15 DE JULHO DE 2004.**

*Institui a Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo da Advocacia-Geral da União - GEATA, altera a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo da Advocacia-Geral da União - GEATA, devida, exclusivamente, aos servidores pertencentes ao Quadro de Pessoal da AGU, a que se refere a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, não integrantes das carreiras jurídicas da Instituição, quando em exercício na AGU, conforme os valores estabelecidos no Anexo I desta Lei, de acordo com o nível do cargo de cada servidor.

§ 1º A GEATA será paga em conjunto, de forma não cumulativa, com a Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo na AGU - GDAA e com a Gratificação de Atividade - GAE, de que tratam, respectivamente, a Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, e a Lei Delegada nº 13, de 27 de agosto de 1992.

§ 2º Aplica-se a GEATA às aposentadorias e às pensões[[359]](#footnote-360)

Art. 2º **(Revogado pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009**

Art. 3º Os arts. 7º e 8º da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 7~~º~~ Poderão perceber a Gratificação de Representação de Gabinete ou Gratificação Temporária os servidores ou empregados requisitados pela AGU, até que sejam empossados os aprovados no 1o (primeiro) concurso público para provimento de cargos efetivos do Quadro de Pessoal da AGU, não integrantes das carreiras jurídicas da Instituição.  **(A Medida Provisória nº 341, de 29.12.2006, que revogava o art. 3º da Lei nº 10.907, de 2004, na parte em que dava nova redação ao art. 7º da Lei nº 10.480, de 2002, foi convertida na Lei nº 11.490, de 20.6.2007, que não confirmou a revogação do mencionado dispositivo da Lei nº 10.907, de 2004, mas deu nova redação ao art. 7º da Lei nº 10.480, de 2002.)**

Parágrafo único. Para os efeitos do disposto neste artigo, são mantidas 670 (seiscentas e setenta) Gratificações Temporárias, sendo 470 (quatrocentas e setenta) do nível GT I e 200 (duzentas) do nível GT II, bem como 62 (sessenta e duas) Gratificações de Representação de Gabinete, sendo 5 (cinco) de nível GR IV, 14 (quatorze) de nível GR III, 29 (vinte e nove) de nível GR II e 14 (quatorze) de nível GR I.” (NR) **(A Medida Provisória nº 341, de 29.12.2006, que revogava o art. 3º da Lei nº 10.907, de 2004, na parte em que dava nova redação ao art. 7º da Lei nº 10.480, de 2002, foi convertida na Lei nº 11.490, de 20.6.2007, que não confirmou a revogação do mencionado dispositivo da Lei nº 10.907, de 2004, mas deu nova redação ao art. 7º da Lei nº 10.480, de 2002.)**

"Art. 8º Em decorrência do disposto nesta Lei, ficam extintas as Gratificações Temporárias e as Gratificações de Representação de Gabinete, não atribuídas a servidor ou empregado até a data de publicação desta Lei, bem como aquelas atribuídas aos servidores referidos no § 1º do art. 1º desta Lei, ressalvado o disposto no art. 7º desta Lei.

Parágrafo único. As gratificações a que se refere o parágrafo único do art. 7º desta Lei ficam automaticamente extintas quando cessar o exercício do servidor ou empregado na Advocacia-Geral da União." (NR)

Art. 4º Quando vagarem, os cargos da Administração Pública Federal direta, integrantes do quadro suplementar a que se refere o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, serão transformados em cargos de Advogado da União e os das autarquias e fundações em cargos de Procurador Federal, sempre na categoria inicial da respectiva carreira.

Parágrafo único. Os cargos mencionados no caput deste artigo serão considerados automaticamente transformados na data da publicação dos atos de vacância.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2004.

Art. 6º Fica revogado o Anexo da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002.

Brasília, 15 de julho de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

Guido Mantega

Alvaro Augusto Ribeiro Costa

**ANEXO I**

**(Redação dada pela Lei nº 13.326, de 29.7.2016)**

**GRATIFICAÇÃO ESPECÍFICA DE APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DA AGU - GEATA**

Em R$

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| NÍVEL DO CARGO | VALOR | | |
| até 31 de julho de 2016 | a partir de 1o de agosto de 2016 | a partir de 1o de janeiro de 2017 |
| SUPERIOR | 766,70 | 812,48 | 855,25 |
| INTERMEDIÁRIO | 405,90 | 430,14 | 452,78 |
| AUXILIAR | 223,30 | 236,63 | 249,09 |
|  |  |  |  |

**ANEXO II**

**(Revogado pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

**LEI Nº 10.909, DE 15 DE JULHO DE 2004.**

*Dispõe sobre a reestruturação das Carreiras de Procurador da Fazenda Nacional, de Advogado da União, de Procurador Federal, de Procurador do Banco Central do Brasil e de Defensor Público da União, e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º (VETADO)[[360]](#footnote-361)

Art. 2º As Carreiras de Procurador da Fazenda Nacional, de Advogado da União, de Procurador Federal, de Procurador do Banco Central do Brasil e de Defensor Público da União e os quadros suplementares de que trata o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, compõem-se de cargos efetivos, divididos em categorias, na forma do Anexo I desta Lei.

Art. 3º O posicionamento dos atuais ocupantes dos cargos a que se refere o art. 2o desta Lei dar-se-á conforme a correlação estabelecida no Anexo II desta Lei.

Art. 4º A Tabela de Vencimento Básico dos cargos das carreiras e dos quadros suplementares a que se refere o art. 2º é a constante do Anexo III desta Lei, com efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2004 e 1º de abril de 2005.[[361]](#footnote-362)

§ 1º Sobre os valores da tabela constante do Anexo III desta Lei incidirá, a partir de janeiro de 2004, o índice que vier a ser concedido a título de revisão geral de remuneração dos servidores públicos federais.

§ 2º É mantida para os servidores ocupantes dos cargos de que trata o art. 2º desta Lei a vantagem pecuniária individual instituída pela Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003.[[362]](#footnote-363)

§ 3º A remuneração, o provento da aposentadoria e a pensão não poderão ser reduzidos em decorrência da aplicação do disposto nesta Lei, devendo eventual diferença ser paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Art. 5º Não será devido aos ocupantes da Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil o Adicional de Formação Específica - AFE, a que se refere o § 3º do art. 11-A da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998.

Parágrafo único. Dos acréscimos decorrentes da reestruturação da Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil prevista nesta Lei serão deduzidas as parcelas relativas ao pagamento do AFE, referentes ao período compreendido entre 1º de abril de 2004 e o início da vigência desta Lei.

Art. 6º A Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica - GDAJ, prevista nos arts. 41 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, e 11-A da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, e o pró-labore, previsto no art. 4º da Lei nº 10.549, de 13 de novembro de 2002, percebidos pelos servidores integrantes das carreiras e dos quadros suplementares de que trata o art. 2º desta Lei, integrarão os proventos da aposentadoria e as pensões, na seguinte conformidade:[[363]](#footnote-364)

I - pela média dos valores percebidos pelo servidor nos últimos 60 (sessenta) meses em que esteve no exercício do cargo; ou

II - 30% (trinta por cento) do valor máximo a que o servidor faria jus na atividade, quando percebida por período inferior a 60 (sessenta) meses.

Parágrafo único. Fica estendido o pagamento da GDAJ ou do pró-labore às aposentadorias e pensões concedidas até o início da vigência desta Lei, calculados nos termos do disposto no inciso II do caput deste artigo e com efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2004.**(Ver a Lei nº 11.358, de 2006, que fixa o subsídio das carreiras da AGU)**

Art. 7º As disposições desta Lei aplicam-se às aposentadorias e pensões decorrentes do exercício dos cargos a que se refere o art. 2º desta Lei.

Art. 8º As vantagens pessoais nominalmente identificadas de que tratam o art. 63 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, o art. 7º da Lei nº 10.769, de 19 de novembro de 2003, e o art. 6º da Lei nº 10.549, de 13 de novembro de 2002, não serão absorvidas em decorrência da aplicação desta Lei.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de abril de 2004, ressalvado o disposto no § 1º do art. 4º desta Lei.

Art. 10. Fica revogado o § 3º do art. 11-A da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998.

Brasília, 15 de julho de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

Antonio Palocci Filho

Guido Mantega

José Dirceu de Oliveira e Silva

Alvaro Augusto Ribeiro Costa.

**ANEXO I**

ESTRUTURA DE CARGOS

|  |  |
| --- | --- |
| CARREIRAS/CARGOS | CATEGORIA |
| Procurador da Fazenda Nacional  Advogado da União  Procurador Federal  Procurador do Banco Central do Brasil  Defensor Público da União  Quadros suplementares (art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 2001) | ESPECIAL |
|
| PRIMEIRA |
| SEGUNDA |

**ANEXO II**

TABELA DE CORRELAÇÃO

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| SITUAÇÃO ATUAL | | | SITUAÇÃO NOVA | |
| CARREIRAS/CARGOS | CATEGORIA | PADRÃO | CATEGORIA | CARREIRAS/CARGOS |
| Procurador da Fazenda Nacional  Advogado da União  Procurador Federal  Procurador do Banco Central do Brasil  Defensor Público da União  Quadros suplementares (art. 46 da Medida Provisória no 2.229-43, de 2001) | ESPECIAL | III | ESPECIAL | Procurador da Fazenda Nacional  Advogado da União  Procurador Federal  Procurador do Banco Central do Brasil  Defensor Público da União  Quadros suplementares (art. 46 da Medida Provisória no 2.229-43, de 2001) |
|
| II |
| I |
| PRIMEIRA | V | PRIMEIRA |
| IV |
| III |
| II |
| I |
| SEGUNDA | VII | SEGUNDA |
| VI |
| V |
| IV |
| III |
| II |
| I |

**ANEXO III**[[364]](#footnote-365)

TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| CARREIRAS/CARGOS | CATEGORIA | VALORES EM R$  VIGENTESA PARTIR DE | | |
| ABRIL 2004 | ABRIL 2005 | |
| Procurador da Fazenda Nacional  Advogado da União  Procurador Federal  Procurador do Banco Central do Brasil  Defensor Público da União  Quadros suplementares (art. 46 da Medida Provisória no 2.229-43, de 2001) | ESPECIAL | 6.077,95 | | 6.924,10 |
| PRIMEIRA | 5.489,22 | | 6.335,37 |
| SEGUNDA | 4.694,98 | | 5.541,14 |

**LEI Nº 11.358, DE 19 DE OUTUBRO DE 2006.**

*Dispõe sobre a remuneração dos cargos das Carreiras de Procurador da Fazenda Nacional, Advogado da União, Procurador Federal e Defensor Público da União de que tratam a Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001 e a Lei no 10.549, de 13 de novembro de 2002, da Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil, de que trata a Lei no 9.650 de 27 de maio de 1998, da Carreira Policial Federal, de que trata a Lei no 9.266, de 15 de março de 1996, e a reestruturação dos cargos da Carreira de Policial Rodoviário Federal, de que trata a Lei no 9.654, de 2 de junho de 1998, e dá outras providências.*

Faço saber que o **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** adotou a **Medida Provisória nº 305, de 2006**, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1o  A partir de 1o de julho de 2006 e 1o de agosto de 2006, conforme especificado nos Anexos I, II, III e VI desta Lei, respectivamente, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares dos cargos das seguintes Carreiras:[[365]](#footnote-366)**(Redação dada pela Lei nº 11.490, de 20.6.2007)**

I - Procurador da Fazenda Nacional;[[366]](#footnote-367)

II - Advogado da União;[[367]](#footnote-368)

III - Procurador Federal;[[368]](#footnote-369)

IV -  Defensor Público da União;[[369]](#footnote-370)

V -  Procurador do Banco Central do Brasil;[[370]](#footnote-371)

VI - Carreira Policial Federal; e

VII - Carreira de Policial Rodoviário Federal;

VIII - Carreira Policial Civil dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima. **(Incluído pela Lei nº 11.490, de 20.6.2007)**

§ 1o  Aplica-se o disposto no caput aos integrantes dos quadros suplementares da Advocacia-Geral da União de que trata o art. 46 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.[[371]](#footnote-372)

§ 2o  Os valores do subsídio dos integrantes das Carreiras de que trata o caput deste artigo são os fixados nos Anexos I, II, III e VI desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas neles especificadas. **(Redação dada pela Lei nº 11.490, de 20.6.2007)**

Art. 2o  Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos integrantes das Carreiras e quadros suplementares de que tratam os incisos I a V e o § 1o do art. 1o desta Lei as seguintes parcelas remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica - GDAJ;

III - Pro labore de que tratam a Lei no 7.711, de 22 de dezembro de 1988, e o art. 4o da Lei no 10.549, de 13 de novembro de 2002; e

IV - Vantagem Pecuniária Individual, de que trata a Lei no 10.698, de 2 de julho de 2003.

Art. 3o  Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos integrantes da Carreira Policial Federal e da Carreira Policial Civil dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima as seguintes parcelas remuneratórias: **(Redação dada pela Lei nº 11.490, de 20.6.2007)**

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Atividade - GAE, de que trata a Lei Delegada no 13, de 27 de agosto de 1992;

III - Valores da Gratificação por Operações Especiais - GOE, a que aludiam os Decretos-Leis nos 1.714, de 21 de novembro de 1979, e 2.372, de 18 de novembro de 1987;

IV - Gratificação de Atividade Policial Federal;

V - Gratificação de Compensação Orgânica;

VI - Gratificação de Atividade de Risco;

VII - Indenização de Habilitação Policial Federal; e

VIII - Vantagem Pecuniária Individual, de que trata a Lei no 10.698, de 2003.

Art. 4o  Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos integrantes da Carreira de Policial Rodoviário Federal as seguintes parcelas remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Atividade - GAE, de que trata a Lei Delegada no 13, de 1992;

III - Valores da Gratificação por Operações Especiais - GOE, a que aludiam os Decretos-Leis nos 1.714, de 1979, e 2.372, de 1987;

IV - Gratificação de Atividade Policial Rodoviário Federal;

V - Gratificação de Desgaste Físico e Mental;

VI - Gratificação de Atividade de Risco;

VII - Valores de que trata o Anexo XII da Lei no 8.270, de 17 de dezembro de 1991; e

VIII - Vantagem Pecuniária Individual, de que trata a Lei no 10.698, de 2003.

Art. 5o  Além das parcelas de que tratam os arts. 2o, 3o e 4o, não são devidas aos integrantes das Carreiras a que se refere o art. 1o as seguintes espécies remuneratórias:

I - vantagens pessoais e vantagens pessoais nominalmente identificadas - VPNI, de qualquer origem e natureza;

II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de Natureza Especial;

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI - vantagens incorporadas aos proventos ou pensões por força dos arts. 180 e 184 da Lei no 1.711, de 28 de outubro de 1952, e dos arts. 192 e 193 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; **(Redação dada pela Medida Provisória nº 440, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.890, de 24.12.2008)**

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

X - adicional noturno;

XI - adicional pela prestação de serviço extraordinário; e

XII - outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionados no art. 7o desta Lei.

Art. 6o  Os servidores integrantes das Carreiras de que trata o art. 1o desta Lei não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.

Art. 7o  O subsidio dos integrantes das carreiras de que trata o art. 1o não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica, das seguintes espécies remuneratórias:

I - gratificação natalina;

II - adicional de férias; e

III - abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição, o § 5o do art. 2o e o § 1o do art. 3o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003.

Parágrafo único.  O disposto no caput aplica-se à retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento e às parcelas indenizatórias previstas em lei.

Art. 8o  Aplica-se  às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes das carreiras de que trata o art. 1o, e às pensões, o disposto nesta Lei, ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts.  1o  e  2o da Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004.

Art. 9o  Os arts. 2o e 3o da  Lei no 9.654, de 2 de junho de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2o  A carreira de que trata esta Lei é composta do cargo de Policial Rodoviário Federal, estruturada nas classes de Inspetor, Agente Especial e Agente, na forma do Anexo I.

§ 1o  As atribuições das classes do cargo de Policial Rodoviário Federal são as seguintes:

I - classe de Inspetor: atividades de natureza policial, envolvendo direção, planejamento, coordenação, supervisão, controle e avaliação administrativa e operacional, bem como a articulação e o intercâmbio com outras organizações e corporações policiais, em nível nacional e internacional, além das atribuições das classes de Agente Especial e de Agente;

II - classe de Agente Especial: atividades de natureza policial, envolvendo planejamento, coordenação e controle administrativo e operacional, bem como a articulação e o intercâmbio com outras organizações policiais, em nível nacional, além das atribuições da classe de Agente;

III - classe de Agente: atividades de natureza policial envolvendo fiscalização, patrulhamento e policiamento ostensivo, atendimento e socorro às vítimas de acidentes rodoviários e demais atribuições relacionadas com a área operacional do DPRF.

§ 2o  As atribuições específicas de cada uma das classes referidas no § 1o serão estabelecidas em ato dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Justiça.

§ 3o  Os cargos efetivos de Policial Rodoviário Federal, estruturados na forma do caput, têm a sua correlação estabelecida no Anexo II.” (NR)

“Art. 3o

§ 2º  A investidura no cargo de Policial Rodoviário Federal dar-se-á no padrão inicial da classe inicial.” (NR)

Art. 10.  A Lei no 9.654, de 1998, passa a vigorar acrescida dos Anexos I e II, nos termos, respectivamente, dos Anexos IV e V desta Lei.

Art. 10-A.  A Carreira Policial Civil dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima fica reorganizada de acordo com o Anexo VII desta Lei.” **(Incluído pela Lei nº 11.490, de 20.6.2007)**

Art. 11.  A aplicação do disposto nesta Lei aos servidores ativos, aos inativos e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, de proventos e de pensões.

§ 1o  Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão, em decorrência da  aplicação do disposto nesta Lei, eventual diferença será paga a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na carreira por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos, das carreiras ou da tabela remuneratória referidas no art. 1o desta Lei, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza, bem como da implantação dos valores constantes dos Anexos I, II e III.

§ 2o  A parcela complementar de subsídio referida no § 1o estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Art. 12.  Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13.  Ficam revogados:

I – os arts. 4o e 5o da Lei no 9.266, de 15 de março de 1996;

II – os arts. 4o e 5o da Lei no 9.654, de 2 de junho de 1998; e

III – o art. 1o da Medida Provisória no 2.184-23, de 24 de agosto de 2001.

Congresso Nacional, em 19 de outubro de 2006; 185o da Independência e 118o da República.

Senador RENAN CALHEIROS

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

**ANEXO I**

TABELA DE SUBSÍDIOS PARA AS CARREIRAS DA ÁREA JURÍDICA[[372]](#footnote-373)

(Incisos I a V do art. 1o da Lei nº 11.358, de 19.10.2006)

**(Redação dada pelo ANEXO XIIda Lei nº 12.775, de 2012, ao ANEXO I da Lei nº 11.358, de 19.10.2006)**

Em R$

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| CATEGORIA | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | |
| 1o JUL 2010 | 1o JAN 2013 | 1o JAN 2014 | 1o JAN 2015 |
| ESPECIAL | 19.451,00 | 20.423,55 | 21.424,30 | 22.516,94 |
| PRIMEIRA | 17.201,90 | 18.062,00 | 18.947,03 | 19.913,33 |
| SEGUNDA | 14.970,60 | 15.719,13 | 16.489,37 | 17.330,33 |

**ANEXO II**

**(Redação dada pela Lei nº 13.371, de 2016)**

TABELA DE SUBSÍDIOS PARA CARGOS DA CARREIRA POLICIAL FEDERAL

a) Quadro I: Valor do Subsídio dos Cargos de Delegado de Polícia Federal e de Perito Criminal Federal

Em R$

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGO | CATEGORIA | VALOR DO SUBSÍDIO | | | |
| EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | |
| 1o janeiro 2015 | 1o janeiro 2017 | 1o janeiro 2018 | 1o janeiro 2019 |
| Delegado de Polícia | Especial | 22.805,00 | 28.262,24 | 29.604,70 | 30.936,91 |
| Federal | Primeira | 20.256,59 | 25.439,24 | 26.647,60 | 27.846,74 |
| Perito Criminal | Segunda | 17.330,34 | 22.197,68 | 23.252,07 | 24.298,42 |
| Federal | Terceira | 16.830,85 | 21.644,37 | 22.672,48 | 23.692,74 |

b) Quadro II: Valor do Subsídio dos Cargos de Agente de Polícia Federal, de Escrivão de Polícia Federal e de Papiloscopista Policial Federal

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGO | CLASSE | VALOR DO SUBSÍDIO (R$) | | | |
| EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | |
| 1o janeiro 2015 | 1o janeiro  2017 | 1o janeiro  2018 | 1o janeiro  2019 |
| Agente de Polícia | Especial | 13.756,93 | 17.039,24 | 17.848,60 | 18.651,79 |
| Federal  Escrivão de Polícia | 1ª Classe | 10.965,77 | 13.947,33 | 14.609,83 | 15.267,27 |
| Federal  Papiloscopista Policial | 2ª Classe | 9.132,61 | 11.916,65 | 12.482,69 | 13.044,41 |
| Federal | 3ª Classe | 8.702,20 | 11.439,86 | 11.983,26 | 12.522,50 |

**ANEXO III**

**(Redação dada pela Lei nº 13.371, de 2016)**

TABELA DE SUBSÍDIOS PARA A CARREIRA DE POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

Em R$

|  |  | VALOR DO SUBSÍDIO | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | |
|  |  | 1o janeiro 2015 | 1o janeiro  2017 | 1o janeiro  2018 | 1o janeiro  2019 |
|  | III | 12.206,09 | 15.121,30 | 15.839,56 | 16.552,34 |
| Especial | II | 11.850,57 | 14.727,47 | 15.427,02 | 16.121,24 |
|  | I | 11.505,41 | 14.345,12 | 15.026,51 | 15.702,70 |
|  | VI | 10.854,16 | 13.623,70 | 14.270,82 | 14.913,01 |
|  | V | 10.538,02 | 13.273,49 | 13.903,98 | 14.529,66 |
| Primeira | IV | 10.231,08 | 12.933,48 | 13.547,82 | 14.157,47 |
|  | III | 9.933,09 | 12.603,38 | 13.202,04 | 13.796,13 |
|  | II | 9.643,78 | 12.282,90 | 12.866,33 | 13.445,32 |
|  | I | 9.362,89 | 11.971,74 | 12.540,40 | 13.104,72 |
|  | VI | 8.616,49 | 11.144,92 | 11.674,30 | 12.199,64 |
|  | V | 8.531,17 | 11.050,40 | 11.575,30 | 12.096,19 |
| Segunda | IV | 8.446,71 | 10.956,84 | 11.477,29 | 11.993,77 |
|  | III | 8.363,08 | 10.864,20 | 11.380,25 | 11.892,36 |
|  | II | 8.280,27 | 10.772,47 | 11.284,16 | 11.791,95 |
|  | I | 8.198,29 | 10.681,66 | 11.189,03 | 11.692,54 |
|  | III | 6.854,98 | 9.193,60 | 9.630,30 | 10.063,66 |
| Terceira | II | 6.787,11 | 9.118,42 | 9.551,55 | 9.981,37 |
|  | I | 6.719,91 | 9.043,98 | 9.473,57 | 9.899,88 |

## **ANEXO IV**

**(Anexo I da Lei no 9.654, de 2 de junho de 1998)**

ESTRUTURA DO CARGO DA CARREIRA DE POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

| CARGO | CLASSE | PADRÃO |
| --- | --- | --- |
| Policial Rodoviário Federal | Inspetor | III |
| II |
| I |
| Agente Especial | VI |
| V |
| IV |
| III |
| II |
| I |
| Agente | VI |
| V |
| IV |
| III |
| II |
| I |

## **ANEXO V**

**(Anexo II da Lei no 9.654, de 2 de junho de 1998)**

TABELA DE CORRELAÇÃO PARA A CARREIRA DE POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

| SITUAÇÃO ANTERIOR | | | SITUAÇÃO NOVA | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO | PADRÃO | CLASSE | CARGO |
| Policial RodoviárioFederal | A | III | III | Inspetor | Policial RodoviárioFederal |
| II | II |
| I | I |
| B | VI | VI | AgenteEspecial |
| V |
| IV | V |
| III |
| II | IV |
| I |
| C | VI | III |
| V |
| IV | II |
| III |
| II | I |
| I | VI | Agente |
| D | V | V |
| IV | IV |
| III | III |
| II | II |
| I | I |

**ANEXO V****I**

**(Redação dada pela Lei nº 13.464, de 2017)**

TABELA DE SUBSÍDIOS PARA A CARREIRA POLICIAL CIVIL DOS EXTINTOS TERRITÓRIOS FEDERAIS DO ACRE, DO AMAPÁ, DE RONDÔNIA E DE RORAIMA

a) Valor do subsídio dos cargos de Delegado de Polícia Civil, Perito Criminal Civil, Médico-Legista Civil, Técnico em Medicina Legal Civil e Técnico em Polícia Criminal Civil:

Em R$

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGO | CATEGORIA | VALOR DO SUBSÍDIO | | | |
| EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | |
| 1o JAN 2015 | 1o JAN 2017 | 1o JAN 2018 | 1o JAN 2019 |
| Delegado de Polícia Civil   Perito Criminal Civil  Médico-Legista Civil  Técnico em Medicina Legal Civil  Técnico em Polícia Criminal Civil | ESPECIAL | 22.804,98 | 28.262,24 | 29.604,70 | 30.936,91 |
| PRIMEIRA | 20.256,57 | 25.439,24 | 26.647,60 | 27.846,74 |
| SEGUNDA | 17.330,33 | 22.197,68 | 23.252,07 | 24.298,42 |
| TERCEIRA | 15.475,90 | 21.644,37 | 22.672,48 | 23.692,74 |

b) Valor do subsídio dos cargos de Escrivão de Polícia Civil, Agente de Polícia Civil, Datiloscopista Policial Civil, Auxiliar Operacional de Perito Criminal Civil, Guarda de Presídio Civil, Escrevente Policial Civil, Investigador de Polícia Civil e Agente Carcerário Civil:

Em R$

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGO | CATEGORIA | VALOR DO SUBSÍDIO | | | |
| EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | |
| 1o JAN 2015 | 1o JAN 2017 | 1o JAN 2018 | 1o JAN 2019 |
| Escrivão de Polícia Civil   Agente de Polícia Civil  Datiloscopista Policial Civil  Auxiliar Operacional de Perito Criminal Civil  Guarda de Presídio Civil  Escrevente Policial Civil  Investigador de Polícia Civil  Agente Carcerário Civil | ESPECIAL | 13.751,51 | 17.039,24 | 17.848,60 | 18.651,79 |
| PRIMEIRA | 10.961,45 | 13.947,33 | 14.609,83 | 15.267,27 |
| SEGUNDA | 9.129,01 | 11.916,65 | 12.482,69 | 13.044,41 |
| TERCEIRA | 8.698,77 | 11.439,86 | 11.983,26 | 12.522,50 |

**ANEXO VII**

**(Incluído pela Lei nº 11.490, de 20.6.2007)**

ESTRUTURA DE CARGOS DA CARREIRA POLICIAL CIVIL DOS EX-TERRITÓRIOS DO ACRE, AMAPÁ, RONDÔNIA E RORAIMA

| SITUAÇÃO ANTERIOR | | | SITUAÇÃO NOVA | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO | CLASSE | CARGO |
| - Delegado de Polícia Civil  - Perito Criminal Civil  - Médico-Legista Civil  - Técnico em Medicina Legal Civil  - Técnico em Polícia Criminal Civil  - Escrivão de Polícia Civil  - Agente de Polícia Civil  - Datiloscopista Policial Civil  - Auxiliar Operacional de Perito Criminal Civil  - Guarda de Presídio Civil  - Escrevente Policial Civil  - Investigador de Polícia Civil  - Agente Carcerário Civil | A | III | ESPECIAL | - Delegado de Polícia Civil  - Perito Criminal Civil  - Médico-Legista Civil  - Técnico em Medicina LegalCivil  - Técnico em Polícia Criminal Civil  - Escrivão de Polícia Civil  - Agente de Polícia Civil  - Datiloscopista Policial Civil  - Auxiliar  Operacional de Perito Criminal Civil  - Guarda de Presídio Civil  - Escrevente Policial Civil  - Investigador de Polícia Civil  - Agente Carcerário Civil |
| II |
| I |
| B | VI | PRIMEIRA |
| V |
| IV |
| III |
| II |
| I |
| C | VI |
| V |
| IV | SEGUNDA |
| III |
| II |
| I |
| D | V |
| IV |
| III |
| II |
| I |
|  |  | TERCEIRA |

**LEI Nº11.526, DE 4 DE OUTUBRO DE 2007.**

*Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; revoga dispositivos das Leis nºs 10.470, de 25 de junho de 2002, 10.667, de 14 de maio de 2003, 9.650, de 27 de maio de 1998, 11.344, de 8 de setembro de 2006, 11.355, de 19 de outubro de 2006, 8.216, de 13 de agosto de 1991, 8.168, de 16 de janeiro de 1991, 10.609, de 20 de dezembro de 2002, 9.030, de 13 de abril de 1995, 10.233, de 5 de junho de 2001, 9.986, de 18 de julho de 2000, 10.869, de 13 de maio de 2004, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 10.871, de 20 de maio de 2004, e da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e dá outras providências.*

Faço saber que o **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** adotou a Medida Provisória nº 375, de 2007, que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente da Mesa do Congresso Nacional, para os efeitos do disposto no art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, combinado com o art. 12 da Resolução nº 1, de 2002-CN, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1o A remuneração dos cargos em comissão da administração pública federal direta, autárquica e fundacional passa a ser a constante do Anexo I desta Lei

Art. 2o O servidor ocupante de cargo efetivo, o militar ou o empregado permanente de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, dos Municípios ou do Distrito Federal investido nos cargos a que se refere o art. 1o desta Lei poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas: **(Redação dada pela Lei nº 12.094, de 2009)**

I - a remuneração do cargo em comissão, acrescida dos anuênios;

II - a diferença entre a remuneração do cargo em comissão e a remuneração do cargo efetivo, do posto ou graduação, ou do emprego; ou **(Redação dada pela Lei nº 12.094, de 2009)**

III - a remuneração do cargo efetivo, do posto ou graduação, ou do emprego, acrescida do percentual de 60% (sessenta por cento) do respectivo cargo em comissão. **(Redação dada pela Lei nº 12.094, de 2009)**

§ 1o O docente do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, a que se refere a Lei no 12.772, de 28 de dezembro de 2012, submetido ao Regime de Dedicação Exclusiva poderá ocupar Cargo de Direção - CD ou Função Gratificada - FG, nas Instituições Federais de Ensino, sendo-lhe facultado optar, quando ocupante de CD, nos termos do inciso III do caput.  **(Redação dada pela Lei nº 12.863, de 2013)**

§ 2o O docente a que se refere o § 1o deste artigo cedido para órgãos e entidades da União, para o exercício de cargo em comissão de Natureza Especial ou do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, de níveis DAS 4, DAS 5 ou DAS 6, ou equivalentes, quando optante pela remuneração do cargo efetivo, perceberá o vencimento acrescido da vantagem relativa ao regime de dedicação exclusiva.

 § 3o O acréscimo previsto no § 2o deste artigo poderá ser percebido, no caso de docente cedido para o Ministério da Educação para o exercício de cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, de nível DAS 3.

§ 4o O docente a que se refere o § 1o cedido para Estados, Distrito Federal e Municípios para a ocupação de cargos em comissão especificados em regulamento do Poder Executivo federal poderá optar pela remuneração do cargo efetivo, caso em que perceberá o vencimento acrescido da vantagem relativa ao regime de dedicação exclusiva, cabendo o ônus da remuneração ao órgão ou entidade cessionária. **(Incluído pela Lei nº 12.863, de 2013)**[[373]](#footnote-374)

§ 5o O docente a que se refere o § 1o manterá a remuneração do cargo efetivo, caso em que perceberá o vencimento acrescido da vantagem relativa ao regime de dedicação exclusiva, quando em cessão especial de que trata o [art. 14 da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9637.htm#art14), para organizações sociais qualificadas pelo Poder Executivo federal. **(Incluído pela Lei nº 12.863, de 2013)**

Art. 3o  O valor da remuneração das Funções Comissionadas Técnicas, de que trata a [Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2229-43.htm), das  Gratificações Temporárias SIPAM - GTS, criadas pela [Lei no 10.667, de 14 de maio de 2003](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.667.htm), das Funções Comissionadas do INSS, de que trata a [Lei no 11.355, de 19 de outubro de 2006](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11355.htm), das Funções Comissionadas do Banco Central - FCBC, de que trata a [Lei no 9.650, de 27 de maio de 1998](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9650.htm), da Gratificação por Serviço Extraordinário, de que trata o [Decreto-Lei no 969, de 21 de dezembro de 1938](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del0969.htm), dos Cargos Comissionados Técnicos das Agências Reguladoras - CCT, das Funções Comissionadas do DNPM - FCDNPM, de que trata a [Lei no 12.002, de 29 de julho de 2009](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12002.htm), das Funções Comissionadas do INPI - FCINPI, de que trata a [Lei no 12.274, de 24 de junho de 2010](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12274.htm#art6), das Funções Comissionadas do FNDE - FCFNDE, de que trata a [Lei no 12.443, de 15 de julho de 2011](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12443.htm), das Funções Comissionadas do DNIT - FCDNIT, de que trata a [Lei no 12.898, de 18 de dezembro de 2013](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12898.htm), e das Funções Comissionadas do Departamento de Polícia Rodoviária Federal - FCPRF passa a ser o constante do Anexo II desta Lei. [**(Redação dada pela Lei nº 13.027, de 2014)**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13027.htm#art8)

Parágrafo único.   O servidor investido nas Funções Comissionadas Técnicas poderá optar por uma das remunerações a seguir discriminadas:

I - a remuneração do valor unitário total da Função Comissionada Técnica, acrescida dos anuênios;

II - a diferença entre a remuneração total da Função Comissionada Técnica e a remuneração do cargo efetivo; ou

III - a remuneração do cargo efetivo, acrescida do valor de opção, conforme estabelece a Tabela “a” do [Anexo II](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11526compilado.htm#anexoii) desta Lei.

Art. 4o  A remuneração total das funções gratificadas de que trata a [Lei no 8.216, de 13 de agosto de 1991](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8216.htm), das gratificações de representação da Presidência da República, da Vice-Presidência da República e dos órgãos que as integram, das funções gratificadas das instituições federais de ensino, das funções comissionadas de coordenação de curso, das gratificações pela representação de gabinete, da gratificação de representação de função de gabinete militar de que trata a [Lei no 8.460, de 17 de setembro de 1992](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8460consol.htm), da gratificação temporária de que trata a [Lei no 9.028, de 12 de abril de 1995](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9028.htm), passa a ser a constante do Anexo III desta Lei. **(Redação dada pela Lei nº 12.677, de 2012)**

Art. 5o  Ficam revogados:

I - os [arts. 1o](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10470.htm#art1), [2o](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10470.htm#art2), [4o](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10470.htm#art4) e o [Anexo da Lei no 10.470, de 25 de junho de 2002](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10470.htm#anexo);

II - os [§§ 2o e 3o do art. 58](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2229-43.htm#art58§2) e o [Anexo XIII da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/MPV/2229-43.htm#anexoxiii);

III - o [art. 2o](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.667.htm#art2) e a terceira coluna do [Anexo II da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003;](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.667.htm#anexoii)

IV - a terceira coluna do [Anexo IV da Lei no 9.650, de 27 de maio de 1998;](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9650.htm#anexoiv)

V - o [art. 3o](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11344.htm#art3) e o [Anexo II da Lei nº 11.344, de 8 de setembro de 2006](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11344.htm#anexoii);

VI - o [art. 155](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11355.htm#art155) e a terceira coluna do [Anexo XXIX da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006](file:///T:\CCIVIL_03\_Ato2004-2006\2006\Lei\Anexo\ANL11355-XVI-XXXI.htm);

VII - o [art. 20 da Lei no 8.216, de 13 de agosto de 1991](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8216.htm#art20);

VIII - o [§ 2o do art. 1o](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8168.htm#art1§2) e os [Anexos I](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8168.htm#anexoi) e [II da Lei nº 8.168, de 16 de janeiro de 1991;](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8168.htm#anexoii)

IX - o [§ 3o do art. 4o](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10609.htm#art4§3) e a segunda coluna do [Anexo da Lei nº 10.609, de 20 de dezembro de 2002;](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10609.htm#anexo)

X - a [Lei no 9.030, de 13 de abril de 1995;](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9030.htm)

XI - o [art. 73](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10233.htm#art73), o [parágrafo único do art. 74](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10233.htm#art74p) e as [Tabela V](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10233.htm#tabelav) e [VI do Anexo I da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001;](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10233.htm#tabelavi)

XII - o [art. 17](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9986.htm#art17) e o [Anexo II da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000;](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9986.htm#anexoii)

XIII - o art. 12 da Lei no 10.869, de 13 de maio de 2004;

XIV - o [Anexo X da Lei no 8.460, de 17 de setembro de 1992](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8460consol.htm#anexoix); e

XV - o parágrafo único do art. 33 da Lei no 10.871, de 20 de maio de 2004.

Art. 6o  Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1o de junho de 2007.

Congresso Nacional, em 4 de outubro de 2007; 186o da Independência e 119o da República.

Senador RENAN CALHEIROS

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ANEXO I

**(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

CARGOS COMISSIONADOS DE NATUREZA ESPECIAL E DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES, CARGOS DE DIREÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO, CARGOS COMISSIONADOS DE DIREÇÃO, DE GERÊNCIA EXECUTIVA, DE ASSESSORIA E DE ASSISTÊNCIA DAS AGÊNCIAS REGULADORAS E CARGOS ESPECIAIS DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL

a) CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL - NES **(Redação dada pela Lei nº 13.412, de 2016)**

| DENOMINAÇÃO | VALOR UNITÁRIO (EM REAIS) | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ATÉ 31 DE JULHO DE 2016 | A PARTIR DE 1o DE AGOSTO DE 2016 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2017 | A PARTIRDE 1o DEJANEIRO DE2018 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2019 |
| Comandante da Marinha | 14.289,85 | 15.075,79 | 15.829,58 | 16.581,49 | 17.327,65 |
| Comandante do Exército | 14.289,85 | 15.075,79 | 15.829,58 | 16.581,49 | 17.327,65 |
| Comandante da Aeronáutica | 14.289,85 | 15.075,79 | 15.829,58 | 16.581,49 | 17.327,65 |
| Secretário-Geral do Ministério da Defesa | 14.289,85 | 15.075,79 | 15.829,58 | 16.581,49 | 17.327,65 |
| Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas | 14.289,85 | 15.075,79 | 15.829,58 | 16.581,49 | 17.327,65 |
| Secretário-Geral de Contencioso | 14.289,85 | 15.075,79 | 15.829,58 | 16.581,49 | 17.327,65 |
| Secretário-Geral de Consultoria | 14.289,85 | 15.075,79 | 15.829,58 | 16.581,49 | 17.327,65 |
| Presidente da Agência Espacial Brasileira | 14.289,85 | 15.075,79 | 15.829,58 | 16.581,49 | 17.327,65 |
| Demais cargos de natureza especial da estrutura da Presidência da República e dos Ministérios | 14.289,85 | 15.075,79 | 15.829,58 | 16.581,49 | 17.327,65 |
| Assessor Chefe da Assessoria Especial do Presidente da República | 13.974,20 | 14.742,78 | 15.479,92 | 16.215,22 | 16.944,90 |

 b) GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS [**(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13328.htm#art109)

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGO | VALOR UNITÁRIO (EM REAIS) | | | | |
| ATÉ 31 DE JULHO DE 2016 | A PARTIR DE 1o DE AGOSTO DE 2016 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2017 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2018 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2019 |
| DAS 101.6 e 102.6 | 13.974,20 | 14.742,78 | 15.479,92 | 16.215,22 | 16.944,90 |
| DAS 101.5 e 102.5 | 11.235,00 | 11.852,93 | 12.445,57 | 13.036,74 | 13.623,39 |
| DAS 101.4 e 102.4 | 8.554,70 | 9.025,21 | 9.476,47 | 9.926,60 | 10.373,30 |
| DAS 101.3 e 102.3 | 4.688,79 | 4.946,67 | 5.194,01 | 5.440,72 | 5.685,55 |
| DAS 101.2 e 102.2 | 2.837,53 | 2.993,59 | 3.143,27 | 3.292,58 | 3.440,75 |
| DAS 101.1 e 102.1 | 2.227,85 | 2.350,38 | 2.467,90 | 2.585,13 | 2.701,46 |

c) CARGOS DE DIREÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO – CD[**(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13328.htm#art109)

| CARGO | VALOR UNITÁRIO (EM REAIS) | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ATÉ 31 DE JULHO DE 2016 | A PARTIR DE 1o DE AGOSTO DE 2016 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2017 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2018 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2019 |
| CD-1 | 11.111,90 | 11.723,05 | 12.309,21 | 12.893,89 | 13.474,12 |
| CD-2 | 9.288,86 | 9.799,75 | 10.289,74 | 10.778,50 | 11.263,53 |
| CD-3 | 7.292,19 | 7.693,26 | 8.077,92 | 8.461,62 | 8.842,39 |
| CD-4 | 5.295,51 | 5.586,77 | 5.866,10 | 6.144,74 | 6.421,26 |

d) CARGOS COMISSIONADOS DE DIREÇÃO, DE GERÊNCIA EXECUTIVA, DE ASSESSORIA E DE ASSISTÊNCIA DAS AGÊNCIAS REGULADORAS [**(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13328.htm#art109)

| CARGO | VALOR UNITÁRIO (EM REAIS) | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| ATÉ 31 DE JULHO DE 2016 | A PARTIR DE 1o DE AGOSTO DE 2016 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2017 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2018 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2019 |
| CD I | 14.376,03 | 15.166,71 | 15.925,04 | 16.681,48 | 17.432,15 |
| CD II | 13.657,23 | 14.408,37 | 15.128,79 | 15.847,41 | 16.560,54 |
| CGE I | 12.938,41 | 13.650,03 | 14.332,53 | 15.013,32 | 15.688,92 |
| CGE II | 11.500,81 | 12.133,36 | 12.740,03 | 13.345,18 | 13.945,71 |
| CGE III | 10.782,01 | 11.375,02 | 11.943,77 | 12.511,10 | 13.074,10 |
| CGE IV | 7.188,00 | 7.583,34 | 7.962,51 | 8.340,73 | 8.716,06 |
| CA I | 11.500,81 | 12.133,36 | 12.740,03 | 13.345,18 | 13.945,71 |
| CA II | 10.782,01 | 11.375,02 | 11.943,77 | 12.511,10 | 13.074,10 |
| CA III | 3.001,72 | 3.166,81 | 3.325,16 | 3.483,10 | 3.639,84 |
| CAS I | 2.270,70 | 2.395,59 | 2.515,37 | 2.634,85 | 2.753,42 |
| CAS II | 1.967,94 | 2.076,18 | 2.179,99 | 2.283,53 | 2.386,29 |

e) CARGOS ESPECIAIS DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL - CETG [**(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13328.htm#art109)Em R$

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGO | VALOR UNITÁRIO | | | | |
| ATÉ 31 DE JULHO DE 2016 | A PARTIR DE 1o DE AGOSTO DE 2016 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2017 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2018 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2019 |
| CETG - VII | 14.289,85 | 15.075,79 | 15.829,58 | 16.581,49 | 17.327,65 |
| CETG - VI | 13.974,20 | 14.742,78 | 15.479,92 | 16.215,22 | 16.944,90 |
| CETG - V | 11.235,00 | 11.852,93 | 12.445,57 | 13.036,74 | 13.623,39 |
| CETG - IV | 8.554,70 | 9.025,21 | 9.476,47 | 9.926,60 | 10.373,30 |
| CETG - III | 4.688,79 | 4.946,67 | 5.194,01 | 5.440,72 | 5.685,55 |
| CETG - II | 2.837,53 | 2.993,59 | 3.143,27 | 3.292,58 | 3.440,75 |
| CETG - I | 2.227,85 | 2.350,38 | 2.467,90 | 2.585,13 | 2.701,46 |

ANEXO II

**(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

FUNÇÕES COMISSIONADAS TÉCNICAS, GRATIFICAÇÕES TEMPORÁRIAS DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA, FUNÇÕES COMISSIONADAS DO INSS, FUNÇÕES COMISSIONADAS DO BANCO CENTRAL, GRATIFICAÇÃO POR SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO, CARGOS COMISSIONADOS TÉCNICOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS, FUNÇÕES COMISSIONADAS DO DNPM, FUNÇÕES COMISSIONADAS DO INPI, FUNÇÕES COMISSIONADAS DO FNDE, FUNÇÕES COMISSIONADAS DO DNIT - FCDNIT E FUNÇÕES COMISSIONADAS DO DPRF – FCPRF

a) FUNÇÕES COMISSIONADAS TÉCNICAS - FCT

**Tabela I**

Em R$

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| | FCT | ATÉ 31 DE JULHO DE 2016 | | A PARTIR DE 1o DE AGOSTO DE 2016 | | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2017 | | | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | | VALOR UNITÁRIO | VALOR DA OPÇÃO | VALOR UNITÁRIO | VALOR DA OPÇÃO | VALOR UNITÁRIO | VALOR DA OPÇÃO | | FCT 1 | 5.752,42 | 1.725,73 | 6.068,80 | 1.820,64 | 6.372,24 | 1.911,68 | | FCT 2 | 4.824,76 | 1.447,43 | 5.090,12 | 1.527,04 | 5.344,63 | 1.603,39 | | FCT 3 | 4.046,70 | 1.294,94 | 4.269,27 | 1.366,16 | 4.482,73 | 1.434,47 | | FCT 4 | 3.394,12 | 1.154,00 | 3.580,80 | 1.217,47 | 3.759,84 | 1.278,34 | | FCT 5 | 2.846,76 | 1.053,30 | 3.003,33 | 1.111,23 | 3.153,50 | 1.166,79 | | FCT 6 | 2.387,71 | 955,08 | 2.519,03 | 1.007,61 | 2.644,99 | 1.057,99 | | FCT 7 | 2.002,64 | 881,16 | 2.112,79 | 929,62 | 2.218,42 | 976,11 | | FCT 8 | 1.679,69 | 823,05 | 1.772,07 | 868,32 | 1.860,68 | 911,73 | | FCT 9 | 1.408,81 | 774,84 | 1.486,29 | 817,46 | 1.560,61 | 858,33 | | FCT 10 | 1.181,62 | 732,61 | 1.246,61 | 772,90 | 1.308,94 | 811,55 | | FCT 11 | 991,06 | 693,74 | 1.045,57 | 731,90 | 1.097,85 | 768,49 | | FCT 12 | 831,25 | 665,00 | 876,97 | 701,58 | 920,82 | 736,65 | | FCT 13 | 697,20 | 627,48 | 735,55 | 661,99 | 772,32 | 695,09 | | FCT 14 | 584,76 | 584,76 | 616,92 | 616,92 | 647,77 | 647,77 | | FCT 15 | 490,47 | 490,47 | 517,45 | 517,45 | 543,32 | 543,32 |   **Tabela II**   | FCT | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2018 | | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2019 | | | --- | --- | --- | --- | --- | | VALOR UNITÁRIO | VALOR DA OPÇÃO | VALOR UNITÁRIO | VALOR DA OPÇÃO | | FCT 1 | 6.674,92 | 2.002,48 | 6.975,30 | 2.092,59 | | FCT 2 | 5.598,50 | 1.679,55 | 5.850,43 | 1.755,13 | | FCT 3 | 4.695,66 | 1.502,61 | 4.906,97 | 1.570,22 | | FCT 4 | 3.938,43 | 1.339,07 | 4.115,66 | 1.399,32 | | FCT 5 | 3.303,29 | 1.222,22 | 3.451,94 | 1.277,22 | | FCT 6 | 2.770,62 | 1.108,24 | 2.895,30 | 1.158,12 | | FCT 7 | 2.323,80 | 1.022,47 | 2.428,37 | 1.068,48 | | FCT 8 | 1.949,06 | 955,04 | 2.036,77 | 998,02 | | FCT 9 | 1.634,74 | 899,10 | 1.708,30 | 939,56 | | FCT 10 | 1.371,11 | 850,10 | 1.432,81 | 888,35 | | FCT 11 | 1.149,99 | 805,00 | 1.201,74 | 841,22 | | FCT 12 | 964,56 | 771,64 | 1.007,96 | 806,37 | | FCT 13 | 809,01 | 728,11 | 845,41 | 760,87 | | FCT 14 | 678,54 | 678,54 | 709,07 | 709,07 | | FCT 15 | 569,13 | 569,13 | 594,74 | 594,74 | |

b) GRATIFICAÇÕES TEMPORÁRIAS DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA - SIPAM-GTS[**(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13328.htm#art109)

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Em R$   |  |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | --- | --- | | NÍVEL | VALOR UNITÁRIO | | | | | | ATÉ 31 DE JULHO DE 2016 | A PARTIR DE 1o DE AGOSTO DE 2016 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2017 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2018 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2019 | | GTS - 3 | 3.363,99 | 3.549,01 | 3.726,46 | 3.903,47 | 4.079,12 | | GTS - 2 | 2.632,68 | 2.777,48 | 2.916,35 | 3.054,88 | 3.192,35 | | GTS - 1 | 2.193,90 | 2.314,56 | 2.430,29 | 2.545,73 | 2.660,29 | |

c) [**(Revogado pela Lei nº 13.346, de 2016)**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13346.htm#art9)

d) FUNÇÕES COMISSIONADAS DO BANCO CENTRAL[**(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13328.htm#art109)

TABELA I: DIREÇÃO/ASSESSORAMENTO

Em R$

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CÓDIGO | VALOR UNITÁRIO | | | | |
| ATÉ 31 DE JULHO DE 2016 | A PARTIR DE 1o DE AGOSTO DE 2016 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2017 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2018 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2019 |
| FDS-1/FDJ-1 | 8.380,34 | 8.841,26 | 9.283,32 | 9.724,28 | 10.161,87 |
| FDE-1/FCA-1 | 7.108,25 | 7.499,20 | 7.874,16 | 8.248,19 | 8.619,36 |
| FDE-2/FCA-2 | 5.473,44 | 5.774,48 | 6.063,20 | 6.351,20 | 6.637,01 |
| FDT-1/FCA-3 | 3.627,66 | 3.827,18 | 4.018,54 | 4.209,42 | 4.398,84 |
| FDO-1/FCA-4 | 2.871,49 | 3.029,42 | 3.180,89 | 3.331,99 | 3.481,92 |
| FCA-5 | 1.158,49 | 1.222,21 | 1.283,32 | 1.344,27 | 1.404,77 |

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| TABELA II: SUPORTE  Em R$ | | | | | |
| CÓDIGO | VALOR UNITÁRIO | | | | |
| ATÉ 31 DE JULHO DE 2016 | A PARTIR DE 1o DE AGOSTO DE 2016 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2017 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2018 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2019 |
| FST-1 | 796,47 | 840,28 | 882,29 | 924,20 | 965,79 |
| FST-2 | 579,26 | 611,12 | 641,68 | 672,15 | 702,40 |
| FST-3 | 434,44 | 458,33 | 481,25 | 504,11 | 526,80 |

e) GRATIFICAÇÃO POR SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO[**(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13328.htm#art109)

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Em R$   |  |  |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | | DENOMINAÇÃO | CÓDIGO | VALOR UNITÁRIO | | | | | | ATÉ 31 DE JULHO DE 2016 | A PARTIR DE 1o DE AGOSTO DE 2016 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2017 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2018 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2019 | | Coordenador Técnico | GSE-1 | 1.092,39 | 1.152,47 | 1.210,10 | 1.267,57 | 1.324,62 | | Coordenador de Informática | GSE-2 | 1.092,39 | 1.152,47 | 1.210,10 | 1.267,57 | 1.324,62 | | Assistente Técnico | GSE-3 | 585,20 | 617,39 | 648,26 | 679,05 | 709,60 | | Coordenador de Área | GSE-4 | 819,28 | 864,34 | 907,56 | 950,67 | 993,45 | | Coordenador de Subárea | GSE-5 | 585,20 | 617,39 | 648,26 | 679,05 | 709,60 | | Agente de Coleta Municipal | GSE-6 | 351,12 | 370,43 | 388,95 | 407,43 | 425,76 | | Coordenador Administrativo | GSE-7 | 819,28 | 864,34 | 907,56 | 950,67 | 993,45 | | Assistente Administrativo | GSE-8 | 585,20 | 617,39 | 648,26 | 679,05 | 709,60 | |

f) CARGOS COMISSIONADOS TÉCNICOS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS[**(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13328.htm#art109)

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Em R$   | CÓDIGO | VALOR UNITÁRIO | | | | | | --- | --- | --- | --- | --- | --- | | ATÉ 31 DE JULHO DE 2016 | A PARTIR DE 1o DE AGOSTO DE 2016 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2017 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2018 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2019 | | CCT V | 2.733,25 | 2.883,58 | 3.027,76 | 3.171,58 | 3.314,30 | | CCT IV | 1.997,35 | 2.107,20 | 2.212,56 | 2.317,66 | 2.421,96 | | CCT III | 1.013,49 | 1.069,23 | 1.122,69 | 1.176,02 | 1.228,94 | | CCT II | 893,45 | 942,59 | 989,72 | 1.036,73 | 1.083,38 | | CCT I | 791,11 | 834,62 | 876,35 | 917,98 | 959,29 | |

g)**(Revogado pela Lei nº 13.346, de 2016)**

h) **(Revogado pela Lei nº 13.346, de 2016)**

i)**(Revogado pela Lei nº 13.346, de 2016)**

j)**(Revogado pela Lei nº 13.346, de 2016)**

k)**(Revogado pela Lei nº 13.346, de 2016)**

ANEXO III

**(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

FUNÇÕES GRATIFICADAS, GRATIFICAÇÕES E FUNÇÕES COMISSIONADAS

a) FUNÇÃO GRATIFICADA (Lei no 8.216, de 13 de agosto de 1991)

Tabela I

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| NÍVEL | ATÉ 31 DE JULHO DE 2016 | | | A PARTIR DE 1o DE AGOSTO DE 2016 | | | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2017 | | |
| VENC. | GRAT.(\*) | TOTAL | VENC | GRAT. (\*) | TOTAL | VENC | GRAT. (\*) | TOTAL |
| FG-1 | 166,66 | 276,65 | 443,31 | 175,83 | 291,87 | 467,69 | 184,62 | 306,46 | 491,08 |
| FG-2 | 128,21 | 212,83 | 341,04 | 135,26 | 224,54 | 359,80 | 142,02 | 235,76 | 377,79 |
| FG-3 | 98,61 | 163,70 | 262,31 | 104,03 | 172,70 | 276,74 | 109,24 | 181,34 | 290,57 |

Tabela II

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| NÍVEL | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2018 | | | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2019 | | |
| VENC | GRAT. (\*) | TOTAL | VENC | GRAT. (\*) | TOTAL |
| FG-1 | 193,39 | 321,02 | 514,40 | 202,09 | 335,46 | 537,55 |
| FG-2 | 148,77 | 246,96 | 395,73 | 155,47 | 258,07 | 413,54 |
| FG-3 | 114,42 | 189,95 | 304,38 | 119,57 | 198,50 | 318,07 |

(\*) GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PELO DESEMPENHO DE FUNÇÃO (ART. 15 DA LEI DELEGADA Nº 13, DE 27 DE 1992).

a) GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Tabela I

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| NÍVEL | ATÉ 31 DE JULHO DE 2016 | | | A PARTIR DE 1o DE AGOSTO DE 2016 | | | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2017 | | |
| VENC. | GRAT.(\*) | TOTAL | VENC. | GRAT.(\*) | TOTAL | VENC. | GRAT.(\*) | TOTAL |
| I - Auxiliar | 200,01 | 332,01 | 532,02 | 211,01 | 350,27 | 561,28 | 221,56 | 367,78 | 589,35 |
| II – Especialista | 239,98 | 398,36 | 638,34 | 253,18 | 420,27 | 673,45 | 265,84 | 441,28 | 707,12 |
| III - Secretário | 280,78 | 466,10 | 746,88 | 296,22 | 491,74 | 787,96 | 311,03 | 516,32 | 827,36 |
| IV - Assistente | 320,10 | 531,37 | 851,47 | 337,71 | 560,60 | 898,30 | 354,59 | 588,63 | 943,22 |
| V -  Supervisor | 358,49 | 595,10 | 953,59 | 378,21 | 627,83 | 1.006,04 | 397,12 | 659,22 | 1.056,34 |

Tabela II

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| NÍVEL | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2018 | | | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2019 | | |
| VENC. | GRAT. (\*) | TOTAL | VENC. | GRAT. (\*) | TOTAL |
| I - Auxiliar | 232,09 | 385,25 | 617,34 | 242,53 | 402,59 | 645,12 |
| II - Especialista | 278,47 | 462,24 | 740,71 | 291,00 | 483,05 | 774,04 |
| III - Secretário | 325,81 | 540,85 | 866,66 | 340,47 | 565,19 | 905,66 |
| IV - Assistente | 371,43 | 616,58 | 988,02 | 388,15 | 644,33 | 1.032,48 |
| V -  Supervisor | 415,98 | 690,54 | 1.106,52 | 434,70 | 721,61 | 1.156,31 |

(\*) GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PELO DESEMPENHO DE FUNÇÃO ([ART. 15 DA LEI DELEGADA Nº 13, DE 1992](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LDL/Ldl13.htm#art15)).

c) GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Tabela I

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| NÍVEL | ATÉ 31 DE JULHO  DE 2016 | | | | A PARTIR DE 1o DE AGOSTO DE 2016 | | | | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2017 | | |
| VENC. | GRAT. (\*) | TOTAL | VENC. | | GRAT. (\*) | TOTAL | VENC. | | GRAT. (\*) | TOTAL |
| Auxiliar | 138,88 | 230,54 | 369,42 | 146,52 | | 243,22 | 389,74 | 153,84 | | 255,38 | 409,23 |
| Secretário/ Especialista | 166,66 | 276,65 | 443,31 | 175,83 | | 291,87 | 467,69 | 184,62 | | 306,46 | 491,08 |
| Assistente | 200,01 | 332,01 | 532,02 | 211,01 | | 350,27 | 561,28 | 221,56 | | 367,78 | 589,35 |
| Supervisor | 239,98 | 398,36 | 638,34 | 253,18 | | 420,27 | 673,45 | 265,84 | | 441,28 | 707,12 |

Tabela II

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| NÍVEL | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2018 | | | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2019 | | |
| VENC. | GRAT. (\*) | TOTAL | VENC. | GRAT. (\*) | TOTAL |
| Auxiliar | 161,15 | 267,51 | 428,66 | 168,40 | 279,55 | 447,95 |
| Secretário/ Especialista | 193,39 | 321,02 | 514,40 | 202,09 | 335,46 | 537,55 |
| Assistente | 232,09 | 385,25 | 617,34 | 242,53 | 402,59 | 645,12 |
| Supervisor | 278,47 | 462,24 | 740,71 | 291,00 | 483,05 | 774,04 |

(\*) GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PELO DESEMPENHO DE FUNÇÃO **(**[**ART. 15 DA LEI DELEGADA Nº 13, de 27 de agosto de 1992**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LDL/Ldl13.htm#art15)**).**

d) GRATIFICAÇÃO DE EXERCÍCIO EM CARGO DE CONFIANÇA NOS ÓRGÃOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E NO MINISTÉRIO DA DEFESA DEVIDA AOS MILITARES **(**[**ART. 11 DA LEI NO 8.460, DE 17 DE SETEMBRO DE 1992**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8460consol.htm#art11)**)**

Em R$

|  | VALOR UNITÁRIO | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| GRUPO | ATÉ 31 DE JULHO DE 2016 | A PARTIR DE 1o DE AGOSTO DE 2016 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2017 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2018 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2019 |
| A | 1.430,76 | 1.509,45 | 1.584,92 | 1.660,21 | 1.734,92 |
| B | 1.300,34 | 1.371,86 | 1.440,45 | 1.508,87 | 1.576,77 |
| C | 1.181,28 | 1.246,25 | 1.308,56 | 1.370,72 | 1.432,40 |
| D | 1.073,54 | 1.132,58 | 1.189,21 | 1.245,70 | 1.301,76 |
| E | 977,15 | 1.030,89 | 1.082,44 | 1.133,85 | 1.184,88 |
| F | 888,31 | 937,17 | 984,03 | 1.030,77 | 1.077,15 |

e) GRATIFICAÇÃO PELA REPRESENTAÇÃO DE GABINETE

Tabela I

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| NÍVEL | ATÉ 31 DE JULHO DE 2016 | | | A PARTIR DE 1o DE AGOSTO DE 2016 | | | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2017 | | |
| VENC. | GRAT.(\*) | TOTAL | VENC. | GRAT.(\*) | TOTAL | VENC. | GRAT.(\*) | TOTAL |
| Oficial de Gabinete | 34,56 | 57,37 | 91,93 | 36,46 | 60,53 | 96,99 | 38,28 | 63,55 | 101,84 |
| Auxiliar de Gabinete | 35,11 | 58,28 | 93,39 | 37,04 | 61,49 | 98,53 | 38,89 | 64,56 | 103,45 |

Tabela II

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| NÍVEL | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2018 | | | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2019 | | |
| VENC. | GRAT. (\*) | TOTAL | VENC. | GRAT. (\*) | TOTAL |
| Oficial de Gabinete | 40,10 | 66,57 | 106,67 | 41,91 | 69,57 | 111,47 |
| Auxiliar de Gabinete | 40,74 | 67,63 | 108,37 | 42,57 | 70,67 | 113,24 |

(\*) GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PELO DESEMPENHO DE FUNÇÃO **(**[**ART. 15 DA LEI DELEGADA Nº 13, DE 27 DE AGOSTO DE 1992**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LDL/Ldl13.htm#art15)**).**

f) FUNÇÕES GRATIFICADAS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO

Tabela I

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| NÍVEL | ATÉ 31 DE JULHO DE 2016 | | | | A PARTIR DE 1o DE AGOSTO DE 2016 | | | | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2017 | | | |
| VENC | GRAT(\*) | AGE(\*\*) | TOTAL | VENC | GRAT(\*) | AGE(\*\*) | TOTAL | VENC | GRAT(\*) | AGE(\*\*) | TOTAL |
| FG - 1 | 113,20 | 187,91 | 503,38 | 804,49 | 119,43 | 198,25 | 531,07 | 848,74 | 125,40 | 208,16 | 557,62 | 891,17 |
| FG - 2 | 96,69 | 160,50 | 284,04 | 541,23 | 102,01 | 169,33 | 299,66 | 571,00 | 107,11 | 177,79 | 314,65 | 599,55 |
| FG - 3 | 80,10 | 132,97 | 225,72 | 438,79 | 84,51 | 140,28 | 238,13 | 462,92 | 88,73 | 147,30 | 250,04 | 486,07 |
| FG - 4 | 54,75 | 90,88 | 77,72 | 223,35 | 57,76 | 95,88 | 81,99 | 235,63 | 60,65 | 100,67 | 86,09 | 247,42 |
| FG - 5 | 45,07 | 74,81 | 61,35 | 181,23 | 47,55 | 78,92 | 64,72 | 191,20 | 49,93 | 82,87 | 67,96 | 200,76 |
| FG - 6 | 33,38 | 55,41 | 44,10 | 132,89 | 35,22 | 58,46 | 46,53 | 140,20 | 36,98 | 61,38 | 48,85 | 147,21 |
| FG - 7 | 31,86 | 52,89 |  | 84,75 | 33,61 | 55,80 | - | 89,41 | 35,29 | 58,59 | - | 93,88 |
| FG - 8 | 23,57 | 39,12 |  | 62,69 | 24,87 | 41,27 | - | 66,14 | 26,11 | 43,34 | - | 69,44 |
| FG - 9 | 19,12 | 31,74 |  | 50,86 | 20,17 | 33,49 | - | 53,66 | 21,18 | 35,16 | - | 56,34 |

Tabela II

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| NÍVEL | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2018 | | | | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2019 | | | |
| VENC | GRAT (\*) | AGE (\*\*) | TOTAL | VENC | GRAT (\*) | AGE (\*\*) | TOTAL |
| FG - 1 | 131,35 | 218,04 | 584,11 | 933,50 | 137,26 | 227,86 | 610,39 | 975,51 |
| FG - 2 | 112,20 | 186,24 | 329,59 | 628,03 | 117,24 | 194,62 | 344,42 | 656,29 |
| FG - 3 | 92,95 | 154,29 | 261,92 | 509,16 | 97,13 | 161,24 | 273,70 | 532,07 |
| FG - 4 | 63,53 | 105,45 | 90,18 | 259,17 | 66,39 | 110,20 | 94,24 | 270,83 |
| FG - 5 | 52,30 | 86,81 | 71,19 | 210,29 | 54,65 | 90,71 | 74,39 | 219,76 |
| FG - 6 | 38,73 | 64,30 | 51,17 | 154,20 | 40,48 | 67,19 | 53,47 | 161,14 |
| FG - 7 | 36,97 | 61,37 | - | 98,34 | 38,63 | 64,13 | - | 102,77 |
| FG - 8 | 27,35 | 45,39 | - | 72,74 | 28,58 | 47,44 | - | 76,02 |
| FG - 9 | 22,19 | 36,83 | - | 59,02 | 23,18 | 38,49 | - | 61,67 |

(\*) GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE PELO DESEMPENHO DE FUNÇÃO **(**[**ART. 15 DA LEI DELEGADA NO 13, DE 1992**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LDL/Ldl13.htm#art15)**).**

(\*\*) ADICIONAL DE GESTÃO EDUCACIONAL.

g) GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DE FUNÇÃO DE GABINETE MILITAR - RMM

Em R$

|  | VALOR UNITÁRIO | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | ATÉ 31 DE JULHO DE 2016 | A PARTIR DE 1o DE AGOSTO DE 2016 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2017 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2018 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2019 |
| Ajudante "A" | 22,16 | 23,38 | 24,55 | 25,71 | 26,87 |
| Ajudante "B" | 44,29 | 46,73 | 49,06 | 51,39 | 53,71 |
| Ajudante "C" | 66,43 | 70,08 | 73,59 | 77,08 | 80,55 |
| Ajudante "D" | 88,59 | 93,46 | 98,14 | 102,80 | 107,42 |
| Assistente/  Adjunto | 132,89 | 140,20 | 147,21 | 154,20 | 161,14 |
| Assistente | 177,21 | 186,96 | 196,30 | 205,63 | 214,88 |
| Assessor e/ou Secretário | 354,42 | 373,91 | 392,61 | 411,26 | 429,76 |
| Subchefe/  Assessor Chefe | 398,71 | 420,64 | 441,67 | 462,65 | 483,47 |
| Chefe | 443,00 | 467,37 | 490,73 | 514,04 | 537,18 |

h) GRATIFICAÇÃO TEMPORÁRIA - GT **(ART. 17 DA LEI No 9.028, DE 12 DE ABRIL DE 1995)**

Em R$

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | VALOR UNITÁRIO | | | | |
| GRATIFICAÇÃO TEMPORÁRIA - GT | ATÉ 31 DE JULHO DE 2016 | A PARTIR DE 1o DE AGOSTO DE 2016 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2017 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2018 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2019 |
| GT I | 555,77 | 586,34 | 615,65 | 644,90 | 673,92 |
| GT II | 401,39 | 423,47 | 444,64 | 465,76 | 486,72 |
| GT III | 247,01 | 260,60 | 273,63 | 286,62 | 299,52 |
| GT IV | 185,26 | 195,45 | 205,22 | 214,97 | 224,64 |

i) FUNÇÃO COMISSIONADA DE COORDENAÇÃO DE CURSO

 Em R$

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | VALOR UNITÁRIO | | | | |
| FUNÇÃO COMISSIONADA  DE COORDENAÇÃO DE CURSO | ATÉ 31 DE JULHO DE 2016 | A PARTIR DE 1o DE AGOSTO DE 2016 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2017 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2018 | A PARTIR DE 1o DE JANEIRO DE 2019 |
| NÍVEL ÚNICO | 810,81 | 855,40 | 898,17 | 940,84 | 983,18 |

**LEI Nº 11.890, DE 24 DE DEZEMBRO DE 2008.**

**(Conversão da Medida Provisória nº 440, de 29.8.2008)**

*Dispõe sobre a reestruturação da composição remuneratória das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e Auditoria-Fiscal do Trabalho, de que trata a Lei no 10.910, de 15 de julho de 2004, das Carreiras da Área Jurídica, de que trata a Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras de Gestão Governamental, de que trata a Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; das Carreiras do Banco Central do Brasil - BACEN, de que trata a Lei no 9.650, de 27 de maio de 1998; e da Carreira de Diplomata, de que trata a Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006; cria o Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP, o Plano de Carreiras e Cargos da CVM e o Plano de Carreiras e Cargos do IPEA; dispõe sobre a remuneração dos titulares dos cargos de Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, de que trata a Lei no 9.625, de 7 de abril de 1998, e dos integrantes da Carreira Policial Civil dos extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima de que trata a Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, sobre a criação de cargos de Defensor Público da União e a criação de cargos de Analista de Planejamento e Orçamento, e sobre o Sistema de Desenvolvimento na Carreira - SIDEC; altera as Leis nos 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.358, de 19 de outubro de 2006, e 9.650, de 27 de maio de 1998, 11.457, de 16 de março de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, das Leis nos 9.650, de 27 de maio de 1998, 10.593, de 6 de dezembro de 2002, 10.910, de 15 de julho de 2004, 11.094, de 13 de janeiro de 2005, 11.344, de 8 de setembro de 2006, e 11.356, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**

**DAS CARREIRAS E DOS CARGOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL**

**Seção I**

**Das Carreiras de Auditoria Federal**

Art. 1o  A Lei no 10.910, de 15 de julho de 2004, passa a vigorar acrescida dos Anexos III e IV, na forma dos Anexos I e II desta Lei, respectivamente.

Art. 2o  A Lei no 10.910, de 15 de julho de 2004, passa a vigorar com o art. 1o acrescido do seguinte parágrafo único e acrescida dos seguintes dispositivos:

“Art. 1º

Parágrafo único.  Os titulares de cargos de provimento efetivo das Carreiras de que trata o caput deste artigo serão reenquadrados, a contar de 1o de julho de 2009, conforme disposto no Anexo III desta Lei.” (NR)

“Art. 2o-A.  A partir de 1o de julho de 2008, os titulares dos cargos de provimento efetivo integrantes das Carreiras a que se refere o art. 1o desta Lei passam a ser remunerados, exclusivamente, por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Parágrafo único.  Os valores do subsídio dos titulares dos cargos a que se refere o caput deste artigo são os fixados no Anexo IV desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.”

“Art. 2o-B.  Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos titulares dos cargos a que se refere o art. 1o desta Lei, a partir de 1o de julho de 2008, as seguintes espécies remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Atividade Tributária - GAT, de que trata o art. 3o desta Lei;

III - Gratificação de Incremento da Fiscalização e da Arrecadação - GIFA, de que trata o art. 4o desta Lei; e

IV - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei no 10.698, de 2 de julho de 2003.

Parágrafo único.  Considerando o disposto no art. 2o-A desta Lei, os titulares dos cargos nele referidos não fazem jus à percepção das seguintes vantagens remuneratórias:

I - Gratificação de Desempenho de Atividade Tributária - GDAT, de que trata o art. 15 da Lei no 10.593, de 6 de dezembro de 2002;

II - retribuição adicional variável, de que trata o art. 5o da Lei no 7.711, de 22 de dezembro de 1988;

III - Gratificação de Estímulo à Fiscalização e Arrecadação - GEFA, criada pelo Decreto-Lei no 2.371, de 18 de novembro de 1987; e

IV - Gratificação de Atividade - GAE, de que trata a Lei Delegada no 13, de 27 de agosto de 1992.”

“Art. 2o-C.  Além das parcelas e vantagens de que trata o art. 2o-B desta Lei, não são devidas aos titulares dos cargos a que se refere o art. 1o desta Lei, a partir de 1o de julho de 2008, as seguintes espécies remuneratórias:

I - vantagens pessoais e Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas - VPNI, de qualquer origem e natureza;

II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo de provimento em comissão;

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI - vantagens incorporadas aos proventos ou pensões por força dos arts. 180 e 184 da Lei no 1.711, de 28 de outubro de 1952, e dos arts. 192 e 193 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

X - adicional noturno;

XI - adicional pela prestação de serviço extraordinário; e

XII - outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionados no art. 2o-E.”

“Art. 2o-D.  Os servidores integrantes das Carreiras de que trata o art. 1o desta Lei não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.”

“Art. 2o-E.  O subsídio dos integrantes das Carreiras de que trata o art. 1o desta Lei não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica, de:

I - gratificação natalina;

II - adicional de férias;

III - abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5o do art. 2o e o § 1o do art. 3o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003;

IV - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; e

V - parcelas indenizatórias previstas em lei.”

“Art. 2o-F.  A aplicação das disposições desta Lei aos servidores ativos, aos inativos e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, de proventos e de pensões.

§ 1o  Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão, em decorrência da aplicação do disposto nesta Lei, eventual diferença será paga a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na Carreira por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos e das Carreiras ou das remunerações previstas nesta Lei, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza, bem como da implantação dos valores constantes do Anexo IV desta Lei.

§ 2o  A parcela complementar de subsídio referida no § 1o deste artigo estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.”

“Art. 2o-G.  Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes das Carreiras de Auditoria da Receita Federal do Brasil e de Auditoria-Fiscal do Trabalho de que trata o art. 1o desta Lei e às pensões, ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts. 1o e 2o da Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004, no que couber, o disposto nesta Lei em relação aos servidores que se encontram em atividade.”

Art. 2º-A.  Serão concedidas, com efeitos financeiros a partir da vigência do art. 9o da Lei no 11.457, de 16 de março de 2007, aos servidores ativos das Carreiras de que trata a Lei no 10.910, de 15 de julho de 2004, que a elas façam jus, as progressões funcionais que não tenham sido concedidas entre 30 de junho de 1999 e 16 de março de 2007, em virtude da vedação contida no § 3o do art. 4o da Lei no 10.593, de 6 de dezembro de 2002, na sua redação original. **(Incluído pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

§ 1o  Para os fins do disposto no caput, caso não tenham sido aplicadas as respectivas avaliações de desempenho individual, serão consideradas as avaliações efetuadas para fins do pagamento das respectivas Gratificações de Desempenho, em cada período. **(Incluído pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

§ 2o  Para os fins do disposto no Anexo III da Lei no 10.910, de 2004, com a redação dada pelo Anexo I desta Lei, será considerada a posição do servidor na respectiva tabela resultante da aplicação do disposto neste artigo. **(Incluído pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

§ 3o  O disposto neste artigo aplica-se aos servidores inativos que no período de que trata o caput encontravam-se na atividade.” (NR) **(Incluído pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

Art. 3o  Os ocupantes dos cargos integrantes das carreiras de que trata o art. 1º da Lei nº 10.910, de 15 de julho de 2004, são impedidos de exercer outra atividade, pública ou privada, potencialmente causadora de conflito de interesses, nos termos da Lei no 12.813, de 16 de maio de 2013. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

§ 1o  Na hipótese em que o exercício de outra atividade não configure conflito de interesses, o servidor deverá observar o cumprimento da jornada do cargo, o horário de funcionamento do órgão ou da entidade e o dever de disponibilidade ao serviço público. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

§ 2o  O plantão e a escala ou o regime de turnos alternados por revezamento serão regulados em ato conjunto dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, da Fazenda e do Trabalho e Emprego, observada a legislação vigente.

§ 3o  Nos casos aos quais se aplique o regime de trabalho por plantões, escala ou regime de turnos alternados por revezamento, é de, no máximo, 192 (cento e noventa e duas) horas mensais a jornada de trabalho dos integrantes dos cargos referidos no caput deste artigo.

Art. 4o  Os integrantes das Carreiras a que se refere o art. 1º da Lei no 10.910, de 15 de julho de 2004, somente poderão ser cedidos ou ter exercício fora do respectivo órgão de lotação nas seguintes situações:[[374]](#footnote-375)

I - requisições previstas em lei para órgãos e entidades da União;

II - cessões para o exercício de cargo de Natureza Especial ou cargos em comissão de nível igual ou superior a DAS-4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalentes, em outros órgãos da União, em autarquias ou em fundações públicas federais;

III - exercício dos cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de DAS-4 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes; **(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

IV - exercício de cargo de diretor ou de presidente de empresa pública ou sociedade de economia mista federal;

V - ocupantes dos cargos efetivos da Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil, nos seguintes órgãos do Ministério da Fazenda:

a) Gabinete do Ministro de Estado;

b) Secretaria-Executiva;

c) Escola de Administração Fazendária;

d) Conselho de Contribuintes; e

e) Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

VI - ocupantes dos cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil da Carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil, no Ministério da Previdência Social e no Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;

VII - ocupantes dos cargos efetivos da Carreira Auditoria-Fiscal do Trabalho, no Ministério do Trabalho e Emprego, exclusivamente nas unidades não integrantes do Sistema Federal de Inspeção do Trabalho definidas em regulamento; e

VIII – (VETADO)

**Seção II**

**Das Carreiras da Área Jurídica**

Art. 5o  O  Anexo I da Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar na forma do Anexo III  desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

Art. 6o  Os ocupantes dos cargos de que tratam os incisos I a III e V do **caput** e o § 1º do art. 1º da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, são impedidos de exercer outra atividade, pública ou privada, potencialmente causadora de conflito de interesses, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Parágrafo único.  Na hipótese em que o exercício de outra atividade não configure conflito de interesses, o servidor deverá observar o cumprimento da jornada do cargo, o horário de funcionamento do órgão ou da entidade e o dever de disponibilidade ao serviço público. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Art. 7o  Os integrantes das Carreiras e os titulares de cargos a que se referem os incisos I, II, III e V do caput e o § 1o do art. 1o da Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, somente poderão ser cedidos ou ter exercício fora do respectivo órgão de lotação nas seguintes hipóteses:[[375]](#footnote-376)

I - requisição pela Presidência ou Vice-Presidência da República;

II - cessões para o exercício de cargo em comissão de nível CJ-3 ou superior em gabinete de Ministro do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior;

III - cessões para o exercício de cargo em comissão de nível CC-6 ou superior no Gabinete do Procurador-Geral da República;

IV - cessões para o exercício de cargo de Natureza Especial ou cargos em comissão de nível igual ou  superior a DAS-4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalentes, em órgãos do Poder Executivo ou do Poder Legislativo da União, ou de suas autarquias e fundações públicas;

V - exercício de cargo em comissão nos órgãos da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral Federal, da Procuradoria do Banco Central do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

VI - exercício de cargo, função ou encargo de titular de órgão jurídico da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional;

VII - exercício provisório ou prestação de colaboração temporária, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, em órgãos da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria Geral Federal, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou da Procuradoria do Banco Central do Brasil;

VIII - exercício de cargo de diretor ou de presidente de empresa pública ou sociedade de economia mista federal;

IX - exercício dos cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de DAS-4 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes;**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

X - no caso de ocupantes dos cargos efetivos de Procurador Federal, para atuar no Conselho de Recursos da Previdência Social; e

XI - no caso de Procurador da Fazenda Nacional, nos seguintes órgãos do Ministério da Fazenda:

a) Gabinete do Ministro de Estado;

b) Secretaria-Executiva;

c) Escola de Administração Fazendária; e

d) Conselho de Contribuintes.

§ 1o  Ressalvado o disposto no inciso I do caput deste artigo, não se aplicam as hipóteses de requisição previstas em lei nos casos em que a cessão não esteja autorizada por este artigo. **(Renumerado do parágrafo únicopela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

§ 2o  Durante o estágio probatório os integrantes das carreiras de que trata este artigo somente poderão ser cedidos para ocupar cargo em comissão de nível DAS-6 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e superiores, ou equivalentes. **(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

Art. 8o  Os Defensores Públicos da União somente poderão ser cedidos ou ter exercício fora do respectivo órgão de lotação nas seguintes hipóteses:

I - requisição pela Presidência ou Vice-Presidência da República;

II - cessões para o exercício de cargo em comissão de nível CJ-3 ou superior em gabinete de Ministro do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior;

III - cessões para o exercício de cargo em comissão de nível CC-6 ou superior no Gabinete do Procurador-Geral da República;

IV - cessões para o exercício de cargo de Natureza Especial ou cargos em comissão de nível igual ou superior a DAS-4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalentes, em outros órgãos da União, em autarquias ou em fundações públicas federais;

V - exercício de cargo em comissão ou encargo nos órgãos da Defensoria Pública da União;

VI - exercício provisório ou prestação de colaboração temporária, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, em órgãos da Defensoria Pública da União;

VII - exercício de cargo de diretor ou de presidente de empresa pública ou sociedade de economia mista federal;

VIII - exercício dos cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de DAS-4 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes;**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

IX - exercício no Gabinete do Ministro de Estado ou na Secretaria-Executiva do Ministério da Justiça.

Parágrafo único. Ressalvado o disposto no inciso I do caput deste artigo, não se aplicam as hipóteses de requisição previstas em lei nos casos em que a cessão não esteja autorizada por este artigo.

Art. 9o  O inciso VI do caput do art. 5o da Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º

VI - vantagens incorporadas aos proventos ou pensões por força dos arts. 180 e 184 da Lei no 1.711, de 28 de outubro de 1952, e dos arts. 192 e 193 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

” (NR)

**Seção III**

**Das Carreiras de Gestão Governamental**

Art. 10.  A partir de 1o de julho de 2008, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares dos seguintes cargos de provimento efetivo:

I - Analista de Finanças e Controle e Técnico de Finanças e Controle, da Carreira de Finanças e Controle;

II - Analista de Planejamento e Orçamento e Técnico de Planejamento e Orçamento, da Carreira de Planejamento e Orçamento;

III - Analista de Comércio Exterior da Carreira de Analista de Comércio Exterior; e

IV - Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental da Carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental.

Parágrafo único.  Os valores do subsídio dos titulares dos cargos a que se refere o caput deste artigo são os fixados no Anexo IV desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

Art. 11.  Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos titulares dos cargos a que se refere o art. 10 desta Lei, a partir de 1o de julho de 2008, as seguintes espécies remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão - GCG, de que trata o art. 8o da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e

III - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei no10.698, de 2 de julho de 2003.

Parágrafo único.  Considerando o disposto no art. 10 desta Lei, os titulares dos cargos nele referidos, conforme a Carreira a que pertençam, não fazem jus à percepção das seguintes vantagens remuneratórias:

I - Gratificação de Desempenho e Produtividade - GDP, de que trata o art. 1o da Lei no 9.625, de 7 de abril de 1998;

II - Gratificação de Planejamento, Orçamento e de Finanças e Controle, de que trata o art. 7o da Lei no 8.538, de 21 de dezembro de 1992;

III - Gratificação de Desempenho e Eficiência - GDE, de que trata o art. 10 da Lei no9.620, de 2 de abril de 1998; e

IV - Gratificação de Atividade - GAE, de que trata a Lei Delegada no 13, de 27 de agosto de 1992.

Art. 12.  Além das parcelas e vantagens de que trata o art. 11 desta Lei, não são devidas aos titulares dos cargos a que se refere o art. 10 desta Lei, a partir de 1o de julho de 2008, as seguintes parcelas:

I - vantagens pessoais e Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas - VPNI, de qualquer origem e natureza;

II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo de provimento em comissão;

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI - vantagens incorporadas aos proventos ou pensões por força dos arts. 180 e 184 da Lei no 1.711, de 28 de outubro de 1952, e dos [arts. 192](file:///G:\Consultoria\2008\LEIS\L8112cons.htm#art192) e 193 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

X - adicional noturno;

XI - adicional pela prestação de serviço extraordinário; e

XII - outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionados no art. 14 desta Lei.

Art. 13.  Os servidores integrantes das Carreiras de que trata o art. 10 desta Lei não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.

Art. 14.  O subsídio dos integrantes das Carreiras de que trata o art. 10 desta Lei não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica, de:

I - gratificação natalina;

II - adicional de férias;

III - abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5o do art. 2o e o § 1o do art. 3o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003;

IV - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; e

V - parcelas indenizatórias previstas em lei.

Art. 15.  A aplicação das disposições contidas nos arts. 10 a 14 desta Lei aos servidores ativos, aos inativos e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, de proventos e de pensões.

§ 1o  Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão, em decorrência da aplicação do disposto nesta Lei, eventual diferença será paga a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na Carreira por progressão ou promoção, ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos e das Carreiras ou das remunerações, de que trata o art. 10 desta Lei, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza, bem como da implantação dos valores constantes do Anexo IV desta Lei.

§ 2o  A parcela complementar de subsídio referida no § 1o deste artigo estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Art. 16.  Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes das Carreiras de que trata o art. 10 desta Lei e às pensões, ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts. 1o e 2o da Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004, no que couber, o disposto nos arts. 10 a 15 desta Lei em relação aos servidores que se encontram em atividade.

Art. 17.  Os ocupantes dos cargos de que trata o art. 10 desta Lei são impedidos de exercer outra atividade, pública ou privada, potencialmente causadora de conflito de interesses, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.**(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Parágrafo único.  Na hipótese em que o exercício de outra atividade não configure conflito de interesses, o servidor deverá observar o cumprimento da jornada do cargo, o horário de funcionamento do órgão ou da entidade e o dever de disponibilidade ao serviço público.

Art. 18.  Os integrantes das Carreiras a que se refere o art. 10 desta Lei somente poderão ser cedidos ou ter exercício fora do respectivo órgão de lotação  nas situações definidas no art. 1o da Lei no 9.625, de 7 de abril de 1998, e, ainda, nas seguintes:

I - requisições previstas em lei para órgãos e entidades da União;

II - ocupantes dos cargos efetivos da Carreira de Analista de Comércio Exterior:

a) cedidos para o exercício de cargos em comissão nos seguintes órgãos:

1. Ministério do Turismo;

2. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

3. Ministério da Fazenda; E

4. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

5. Secretaria Executiva da Câmara de Comércio Exterior; **(Incluído pela Lei nº 13.341, de 2016)**

b) exercício provisório ou prestação de colaboração temporária, para a realização de outras atividades consideradas estratégicas de Governo relacionadas ao comércio exterior, expressamente definidas, mediante ato do Ministro de Estado do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior;

III - ocupantes dos cargos efetivos da Carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, independentemente de cessão ou requisição, mediante autorização do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, nos órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

IV - cessões para o exercício de cargo de Natureza Especial ou cargos em comissão de nível igual ou  superior a DAS-4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalentes, em outros órgãos da União, em autarquias ou em fundações públicas federais;

V - exercício dos cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de DAS-4 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes;**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

VI - exercício de cargo de diretor ou de presidente de empresa pública ou sociedade de economia mista federal;

VII - exercício de cargo de auditor-chefe ou equivalente de empresa pública ou sociedade de economia mista federal, exclusivamente para servidor da Carreira de Finanças e Controle. (NR) **(Incluído pela Medida Provisória nº 568, de 11.5.2012, convertida na Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

**Seção IV**

**Das Carreiras do Banco Central do Brasil**

Art. 19.  O Anexo II da Lei no 9.650, de 27 de maio de 1998, passa a vigorar nos termos do Anexo V desta Lei, produzindo efeitos financeiros a partir da data nele especificada.

Art. 20.  A Lei no 9.650, de 27 de maio de 1998, passa a vigorar acrescida dos seguintes dispositivos:

“Art. 9o-A.  A partir de 1o de julho de 2008, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares dos seguintes cargos de provimento efetivo da Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil:

I - Analista do Banco Central do Brasil; e

II - Técnico do Banco Central do Brasil.

Parágrafo único.  Os valores do subsídio dos titulares dos cargos a que se refere o caput  deste artigo são os fixados no Anexo II-A, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.”

“Art. 9o-B.  Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos titulares dos cargos a que se refere o art. 9o-A desta Lei, a partir de 1o de julho de 2008, as seguintes espécies remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Qualificação - GQ, de que trata o art. 10 desta Lei;

III - Gratificação de Atividade do Banco Central - GABC, de que trata o art. 11 desta Lei; e

IV - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei no10.698, de 2 de julho de 2003.

Parágrafo único.  Considerando o disposto no art. 9o-A desta Lei, os titulares dos cargos nele referidos não fazem jus à percepção das vantagens de que trata a Lei Delegada no 13, de 27 de agosto de 1992.”

“Art. 9o-C.  Além das parcelas e vantagens de que trata o art. 9o-B, não são devidas aos titulares dos cargos a que se refere o art. 9o-A desta Lei, a partir de 1o  de julho de 2008, as seguintes parcelas:

I - vantagens pessoais e Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas - VPNI, de qualquer origem e natureza;

II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo de provimento em comissão;

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI - vantagens incorporadas aos proventos ou pensões por força dos arts. 180 e 184 da Lei no 1.711, de 28 de outubro de 1952, e dos arts. 192 e 193 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

X - adicional noturno;

XI - adicional pela prestação de serviço extraordinário; e

XII - outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionados no art. 9o-E desta Lei.”

“Art. 9o-D.  Os servidores integrantes da Carreira de que trata o art. 9o-A desta Lei não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.”

“Art. 9o-E.  O subsídio dos integrantes da Carreira de que trata o art. 9o-A desta Lei não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica, de:

I - gratificação natalina;

II - adicional de férias;

III - abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5o do art. 2o e o § 1o do art. 3o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003;

IV - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; e

V - parcelas indenizatórias previstas em lei.”

“Art. 9o-F.  A aplicação das disposições contidas nos arts. 9o-A a 9o-E desta Lei aos servidores ativos, aos inativos e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, de proventos e de pensões.

§ 1o  Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão, em decorrência da aplicação do disposto nesta Lei, eventual diferença será paga a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na Carreira por progressão ou promoção, ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos e da Carreira ou das remunerações, de que trata o art. 9o-A desta Lei, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza, bem como da implantação dos valores constantes do Anexo II-A desta Lei.

§ 2o  A parcela complementar de subsídio referida no § 1o deste artigo estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.”

“Art. 9o-G.  Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes da Carreira de que trata o art. 9o-A desta Lei e às pensões, ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts. 1o e 2o da Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004, no que couber, o disposto nos arts. 9o-A a 9o-F em relação aos servidores que se encontram em atividade.”

Art. 21.  O parágrafo único do art. 11 da Lei no 9.650, de 27 de maio de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11.

Parágrafo único.  A partir de 1o de março de 2008 e até 30 de junho de 2008, a gratificação de que trata o caput deste artigo será paga aos servidores que a ela fazem jus em valor correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) incidentes sobre o maior vencimento básico do respectivo cargo.” (NR)

Art. 22.  Os ocupantes dos cargos integrantes da carreira de Especialista do Banco Central do Brasil são impedidos de exercer outra atividade, pública ou privada, potencialmente causadora de conflito de interesses, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Parágrafo único. Na hipótese em que o exercício de outra atividade não configure conflito de interesses, o servidor deverá observar o cumprimento da jornada do cargo, o horário de funcionamento do órgão ou da entidade e o dever de disponibilidade ao serviço público. [**(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13328.htm#art90)

Art. 23.  Os integrantes da Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil somente poderão ser cedidos ou ter exercício fora do Banco Central do Brasil e de suas unidades nas seguintes situações:

I - requisições previstas em lei para órgãos e entidades da União;

II - cessões para o exercício de cargo de Natureza Especial ou cargos em comissão de nível igual ou  superior a DAS-4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalentes, em outros órgãos da União, em autarquias ou em fundações públicas federais;

III - cessão para o exercício de cargos em comissão nos seguintes órgãos do Ministério da Fazenda:

a) Gabinete do Ministro de Estado;

b) Secretaria-Executiva;

c) Secretaria de Política Econômica;

d) Secretaria de Acompanhamento Econômico;

e) Secretaria de Assuntos Internacionais;

f) Secretaria do Tesouro Nacional;

g) Secretaria Extraordinária de Reformas Econômicas e Fiscais;

h) Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional; e

i) Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF;

IV - exercício de cargo de diretor ou de presidente de empresa pública ou sociedade de economia mista federal; e

V - exercício dos cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de DAS-4 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes. (NR) **(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

Art. 24.  A Lei no 9.650, de 27 de maio de 1998, passa a vigorar acrescida do Anexo II-A, na forma do Anexo VI desta Lei.

**Seção V**

**Da Carreira de Diplomata**

Art. 25.  Os titulares dos cargos de provimento efetivo da Carreira de Diplomata, que integra o Serviço Exterior Brasileiro nos termos do art. 2o da Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Parágrafo único.  Os valores do subsídio dos titulares dos cargos a que se refere o caput deste artigo são os fixados no Anexo VII desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

Art. 26.  Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos titulares dos cargos a que se refere o art. 25 desta Lei, a partir de 1o de julho de 2008, as seguintes espécies remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade Diplomática - GDAD, de que trata o art. 3o da Lei no 10.479, de 28 de junho de 2002; e

III - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei no10.698, de 2 de julho de 2003.

Parágrafo único.  Considerando o disposto no art. 25 desta Lei, os titulares dos cargos nele referidos não fazem jus à percepção das seguintes vantagens remuneratórias:

I - Gratificação de Habilitação Profissional e Acesso, de que tratam o inciso V do caput do art. 3o do Decreto-Lei no 2.405, de 29 de dezembro de 1987, e o inciso IV do § 5o do art. 2o da Lei no 7.923, de 12 de dezembro de 1989; e

II - Gratificação de Atividade - GAE, de que trata a Lei Delegada no 13, de 27 de agosto de 1992.

Art. 27.  Além das parcelas e vantagens de que trata o art. 26 desta Lei, não são devidas aos titulares dos cargos a que se refere o art. 25 desta Lei, a partir de 1o de julho de 2008, as seguintes parcelas:

I - vantagens pessoais e Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas - VPNI, de qualquer origem e natureza;

II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo de provimento em comissão;

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI - vantagens incorporadas aos proventos ou pensões por força dos arts. 180 e 184 da Lei no1.711, de 28 de outubro de 1952, e dos arts. 192 e 193 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

X - adicional noturno;

XI - adicional pela prestação de serviço extraordinário; e

XII - outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionados no art. 29 desta Lei.

Art. 28.  Os servidores integrantes da Carreira de que trata o art. 25 desta Lei não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.

Art. 29.  O subsídio dos integrantes da Carreira de que trata o art. 25 desta Lei não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica, de:

I - gratificação natalina;

II - adicional de férias;

III - abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5o do art. 2o e o § 1o do art. 3o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003;

IV - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; e

V - parcelas indenizatórias previstas em lei.

Art. 30.  Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes da Carreira a que se refere o art. 25 desta Lei e às pensões, ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts. 1o e 2o da Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004, no que couber, o disposto nesta Lei em relação aos servidores que se encontram em atividade.

Art. 31.  Os ocupantes dos cargos integrantes da carreira de Diplomata são impedidos de exercer outra atividade, pública ou privada, potencialmente causadora de conflito de interesses, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Parágrafo único.  Na hipótese em que o exercício de outra atividade não configure conflito de interesses, o servidor deverá observar o cumprimento da jornada do cargo, o horário de funcionamento do órgão ou da entidade e o dever de disponibilidade ao serviço público.**(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Art. 32.  Os integrantes da Carreira de Diplomata somente poderão ser cedidos ou ter exercício fora do respectivo órgão de lotação nas seguintes situações:

I - requisição prevista em lei para órgãos e entidades da União;

II - cessões para o exercício de cargo de Natureza Especial ou cargos em comissão de nível igual ou superior a DAS-4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalentes, em outros órgãos da União, em autarquias ou em fundações públicas federais;

III - exercício de cargo de diretor ou de presidente de empresa pública ou sociedade de economia mista federal;

IV - exercício dos cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de DAS-4 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes;**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

V - cessão para o exercício de cargos em comissão em Secretarias de Assuntos Internacionais e órgãos equivalentes da administração direta do Poder Executivo.

Art. 33.  A aplicação das disposições contidas nos arts. 25 a 28 desta Lei aos servidores ativos, aos inativos e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, de proventos e de pensões.

§ 1o  Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão, em decorrência da aplicação do disposto nesta Lei, eventual diferença será paga a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na Carreira por progressão ou promoção, ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos e das Carreiras ou das remunerações, de que trata esta Seção, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza, bem como da implantação dos valores constantes do Anexo VII desta Lei.

§ 2o  A parcela complementar de subsídio referida no § 1o deste artigo estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

**Seção VI**

**Do Plano de Carreiras e Cargos da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP**

Art. 34.  Fica estruturado o Plano de Carreiras e Cargos da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, abrangendo os titulares de cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da SUSEP, de que tratam o art. 38 do Decreto-Lei no 73, de 21 de novembro de 1966, e a Lei no 9.015, de 30 de março de 1995, composto pelas seguintes Carreiras e cargos:

I - de nível superior, Carreira de Analista Técnico da SUSEP, composta pelos cargos de Analista Técnico da SUSEP; e

II - de nível intermediário, cargos de provimento efetivo de nível intermediário do  Quadro de  Pessoal da SUSEP.

Parágrafo único.  A partir de 1o de janeiro de 2017, o cargo de nível intermediário de Agente Executivo fica reorganizado na carreira de Agente Executivo da Susep.  **(Redação dada pela Le nº 13.327, de 2016)**

Art. 35.  Os cargos de nível superior e  intermediário do Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP são agrupados em classes e padrões, conforme estabelecido no Anexo VIII desta Lei.

§ 1o  Os atuais cargos ocupados cujos titulares tenham observado o disposto no § 3o do art. 52 desta Lei, bem como os cargos vagos e os demais, à medida que vagarem, de Analista Técnico da SUSEP do quadro de Pessoal da SUSEP passam a integrar a Carreira de que trata o inciso I do caput do art. 34 desta Lei.

§ 2o  O disposto no § 1o deste artigo não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação ao cargo e às atribuições desenvolvidas pelos seus titulares.

§ 4o  A partir de 1o de janeiro de 2017, os cargos ocupados de Agente Executivo do quadro de pessoal da Susep cuja investidura tenha observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988 e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público, bem como os cargos vagos e os demais cargos, à medida que vagarem, passam a integrar a carreira de que trata o parágrafo único do art. 34 desta Lei. **(Incluído pela Le nº 13.327, de 2016)**

§ 5o  O enquadramento a que se refere o § 4o não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação à carreira, ao cargo e às atribuições atuais desenvolvidas por seus titulares. **(Incluído pela Le nº 13.327, de 2016)**

§ 6o  Os efeitos decorrentes do enquadramento a que se refere o § 4o aplicar-se-ão ao posicionamento dos aposentados e dos pensionistas nas tabelas remuneratórias da carreira de Agente Executivo, nos casos em que a aposentadoria ou a instituição da pensão tenha ocorrido com fundamento nos arts. 3o, 6o ou 6o-A da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, ou no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005. **(Incluído pela Le nº 13.327, de 2016)**

§ 7o  O posicionamento dos aposentados e dos pensionistas a que se refere o § 6o na Tabela de Subsídios da carreira de Agente Executivo será referenciado à situação em que o servidor se encontrava na data de aposentadoria ou na data em que se originou a pensão, respeitadas as alterações relativas a posicionamentos decorrentes de legislação específica. **(Incluído pela Le nº 13.327, de 2016)**

§ 3o  Os cargos de nível intermediário do Quadro de Pessoal da SUSEP, de que trata o inciso II do caput do art. 34 desta Lei, vagos em 29 de agosto de 2008 e os que vierem a vagar, são transformados em cargos de Agente Executivo da SUSEP.

Art. 36.  A Carreira e os cargos do Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP destinam-se ao exercício das respectivas atribuições em diferentes níveis de complexidade e responsabilidade, bem como ao exercício de atividades de natureza técnica, administrativa e de gestão relativas à regulação, supervisão, fiscalização e incentivo das atividades de seguros, previdência complementar aberta, capitalização e resseguros.

Art. 37.  É de 40 (quarenta) horas semanais a carga horária de trabalho dos titulares dos cargos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP, ressalvadas as hipóteses amparadas em legislação específica.

Art. 38.  Incumbe aos titulares dos cargos de Analista Técnico da SUSEP o desenvolvimento de atividades ligadas a controle econômico, financeiro e contábil das entidades supervisionadas; fiscalização, controle e orientação às entidades supervisionadas; execução das atividades relacionadas a regimes especiais; realização de  estudos atuariais e de normas técnicas no âmbito das operações realizadas pelas entidades supervisionadas; análise da autorização de produtos; implantação, administração e gerenciamento de sistemas informatizados; prestação de suporte técnico e operacional aos usuários; execução de outras atividades compatíveis com o nível de complexidade das atribuições do cargo e o exercício das atribuições previstas em leis e regulamentos específicos, em especial o disposto no art. 1o da Lei no9.015, de 30 de março de 1995.

Art. 39.  Sem prejuízo das atuais atribuições, é atribuição geral dos cargos de nível intermediário do Quadro de Pessoal da SUSEP oferecer suporte especializado às atividades decorrentes das atribuições definidas no art. 38 desta Lei.

Art. 40.  São requisitos para ingresso na classe inicial dos cargos de que tratam os incisos I e II do caput do art. 34 desta Lei:

I - aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos;

II - diploma de conclusão de ensino superior em nível de graduação, em cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação e, se for o caso, habilitação legal específica, conforme definido no edital do concurso, para os cargos de nível superior; e

III - certificado de conclusão de ensino médio ou equivalente e habilitação legal específica, se for o caso, fornecido por instituição de ensino oficialmente autorizada, conforme definido no edital do concurso, para os cargos de nível intermediário.

§ 1o  O concurso público referido no inciso I do caput deste artigo poderá ser organizado em uma ou mais etapas, incluindo curso de formação quando julgado pertinente, conforme dispuser o edital de abertura do certame e observada a legislação pertinente.

§ 2o  O concurso público a que se refere o § 1o deste artigo poderá ser realizado por áreas de especialização referentes à área de formação do candidato, conforme dispuser o edital de abertura do certame.

Art. 41.  O desenvolvimento do servidor nas Carreiras e cargos que integram o Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

§ 1o  Para os fins do disposto no caput deste artigo, progressão é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção, a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior.

§ 2o  Ato do Poder Executivo regulamentará os critérios de concessão de progressão funcional e promoção de que trata o caput deste artigo.

Art. 42.  O desenvolvimento do servidor nas Carreiras e cargos que integram o Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP obedecerá às seguintes regras:

I - interstício mínimo de 12 (doze) meses entre cada progressão;

II - habilitação em avaliação de desempenho individual correspondente a, no mínimo, 70% (setenta por cento) do limite máximo da pontuação das avaliações realizadas no interstício considerado para a progressão; e

III - competência e qualificação profissional.

§ 1o  O interstício para fins de progressão  funcional será:

I - computado em dias, descontados os afastamentos que não forem legalmente considerados de efetivo exercício; e

II - suspenso nos casos em que o servidor se afastar sem remuneração, sendo retomado o cômputo a partir do retorno à atividade.

§ 2o  Enquanto não forem regulamentadas as progressões e promoções dos titulares de cargos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP, elas serão concedidas observando-se as normas vigentes em 28 de agosto de 2008.

§ 3o  Na contagem do interstício necessário à promoção e à progressão, será aproveitado o tempo computado até 28 de agosto de 2008.

Art. 43.  São pré-requisitos mínimos para promoção às classes dos cargos de nível superior do Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP:

I - para a Classe B, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 160 (cento e sessenta) horas, e qualificação  profissional  com experiência mínima de 5 (cinco) anos, ambas no campo específico de atuação do cargo;

II - para a Classe C, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 240 (duzentas e quarenta) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 8 (oito) anos, ambas no campo específico de atuação do cargo; e

III - para a Classe Especial, ser detentor de certificado de conclusão de curso de especialização ou de formação específica equivalente a, no mínimo, 360 (trezentas e sessenta) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 11 (onze) anos, ambos no campo específico de atuação do cargo.

Art. 44.  São pré-requisitos mínimos para promoção às classes dos cargos de nível intermediário do Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP:

I - para a Classe B, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 120 (cento e vinte) horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de 5 (cinco) anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo;

II - para a Classe C, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 200 (duzentas) horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de (oito) anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo; e

III - para a Classe Especial, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 280 (duzentas e oitenta) horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de 11 (onze) anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo.

Art. 45.  Cabe à SUSEP implementar programa permanente de capacitação, treinamento e desenvolvimento, destinado a assegurar a profissionalização dos titulares dos cargos integrantes do seu Plano de Carreiras e Cargos.

Parágrafo único.  Para fins de promoção, cada evento de capacitação poderá ser computado uma única vez.

Art. 46.  Os titulares dos cargos integrantes da Carreira a que se refere o inciso I do caput do art. 34 desta Lei passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Parágrafo único.  Os valores do subsídio dos titulares dos cargos a que se refere o caput deste artigo são os fixados no Anexo IX desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

Art. 47.  Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos titulares dos cargos a que se refere o inciso I do caput do art. 34 desta Lei, a partir de 1o de julho de 2008, as seguintes espécies remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Seguros Privados - GDSUSEP, de que trata o art. 13 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e

III - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei no10.698, de 2 de julho de 2003.

Parágrafo único.  Considerando o disposto no art. 46 desta Lei, os titulares dos cargos nele referidos não fazem jus à percepção das seguintes vantagens  remuneratórias:

I - Retribuição Variável da Superintendência de Seguros Privados, de que trata a Lei no 9.015, de 30 de março de 1995; e

II - Gratificação de Atividade - GAE, de que trata a Lei Delegada no 13, de 27 de agosto de 1992.

Art. 48.  Além das parcelas e vantagens de que trata o art. 47 desta Lei, não são devidas aos titulares dos cargos a que se refere o inciso I do caput do art. 34 desta Lei, a partir de 1o de julho de 2008, as seguintes parcelas:

I - vantagens pessoais e Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas - VPNI, de qualquer origem e natureza;

II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo de provimento em comissão;

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI - vantagens incorporadas aos proventos ou pensões por força dos arts. 180 e 184 da Lei no 1.711, de 28 de outubro de 1952, e dos arts. 192 e 193 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

X - adicional noturno;

XI - adicional pela prestação de serviço extraordinário; e

XII - outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionados no art. 50 desta Lei.

Art. 49.  Os servidores integrantes da Carreira de que trata o inciso I do caput do art. 34 desta Lei não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.

Art. 50.  O subsídio dos integrantes das Carreiras de que trata o inciso I do caput do art. 34 desta Lei não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica, de:

I - gratificação natalina;

II - adicional de férias;

III - abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5o do art. 2o e o § 1o do art. 3o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003;

IV - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; e

V - parcelas indenizatórias previstas em lei.

Art. 51.  A estrutura remuneratória dos titulares dos cargos de nível intermediário a que se refere o inciso II do caput do art. 34 desta Lei e dos cargos de nível superior integrantes do quadro suplementar a que se refere o § 5o do art. 52 desta Lei, a partir de 1o de julho de 2008, terá a seguinte composição:

I - Vencimento Básico; e

II - Gratificação de Desempenho de Atividades de Suporte na SUSEP - GDASUSEP.

§ 1o  Os padrões de vencimento básico dos cargos referidos no caput deste artigo são os constantes do Anexo X desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

§ 2o  Os titulares dos cargos a que se refere o caput deste artigo não farão jus, a partir de 1ode julho de 2008, à percepção das seguintes gratificações e vantagens:

I - Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Seguros Privados - GDSUSEP, de que trata o art. 13 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e

II - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei no10.698, de 2 de julho de 2003.

Art. 51-A.  A partir de 1o de janeiro de 2017, os titulares dos cargos integrantes da carreira de Agente Executivo passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória. **(Incluído pela Le nº 13.327, de 2016)**

§ 1o  Os valores do subsídio dos titulares dos cargos a que se refere o **caput** são os fixados no Anexo X-A desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas. **(Incluído pela Le nº 13.327, de 2016)**

§ 2o  A partir de 1o de janeiro de 2017, estarão compreendidas no subsídio e não serão mais devidas aos titulares dos cargos da carreira de Agente Executivo as seguintes espécies remuneratórias:  **(Incluído pela Le nº 13.327, de 2016)**

I - Vencimento Básico; **(Incluído pela Le nº 13.327, de 2016)**

II - Gratificação de Desempenho de Atividade Específica da Susep (GDASUSEP), de que trata o art. 55 desta Lei. **(Incluído pela Le nº 13.327, de 2016)**

Art. 51-B.  Aplica-se o disposto nos arts. 48 a 50 em relação à percepção do subsídio pelos integrantes da carreira de Agente Executivo da Susep. **(Incluído pela Le nº 13.327, de 2016)**

Art. 51-C.  A aplicação do disposto nos arts. 51-A e 51-B aos servidores ativos, bem como aos inativos e aos pensionistas referidos no § 6o do art. 35, não poderá implicar redução de remuneração, de provento e de pensão. **(Incluído pela Le nº 13.327, de 2016)**

Parágrafo único.  Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão, eventual diferença será paga aos servidores integrantes da carreira de Agente Executivo, a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo por progressão ou promoção, da reorganização ou da reestruturação do cargo e da carreira, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza ou da implantação dos valores constantes do Anexo X-A desta Lei. **(Incluído pela Le nº 13.327, de 2016)**

Art. 52.  Os servidores titulares dos cargos de níveis superior e intermediário do Quadro de  Pessoal da SUSEP serão enquadrados nos cargos do Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP, de acordo com as respectivas atribuições, os requisitos de formação profissional e a posição relativa na Tabela remuneratória, nos termos do Anexo XI desta Lei.

§ 1o  É vedada a mudança do nível do cargo ocupado pelo servidor em decorrência do disposto no caput deste artigo.

§ 2o  O posicionamento dos aposentados e dos pensionistas nas Tabelas remuneratórias constantes dos Anexos IX e X desta Lei será referenciado à situação em que o servidor se encontrava na data da aposentadoria ou em que se originou a pensão, respeitadas as alterações relativas a posicionamentos decorrentes de legislação específica.

§ 3o  Serão enquadrados, na Carreira de que trata o inciso I do caput do art. 34 desta Lei, os cargos que tenham titulares cuja investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988 e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 4o  À SUSEP incumbe verificar, caso a caso, a regularidade da aplicação do disposto no § 3o deste artigo, quanto aos enquadramentos efetivados.

§ 5o  Os cargos efetivos ocupados de nível  superior do Quadro de Pessoal da SUSEP que, em decorrência do disposto no § 3o deste artigo, não puderam ser transpostos para a Carreira de que trata o inciso I do caput do art. 34 desta Lei comporão quadro suplementar em extinção.

§ 6o  O quadro suplementar a que se refere o § 5o deste artigo inclui-se no Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP.

Art. 53.  A aplicação das disposições desta Lei aos servidores ativos, aos inativos e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, de proventos e de pensões.

§ 1o  Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão, em decorrência da aplicação do disposto nos arts. 46 e 51 desta Lei, eventual diferença será paga:

I - aos servidores integrantes da Carreira de que trata o inciso I do caput do art. 34 desta Lei, a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na Carreira por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos e das Carreiras ou das remunerações previstas nesta Lei, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza, bem como da implantação dos valores constantes do Anexo IX desta Lei; e

II - aos servidores de que trata o inciso II do caput do art. 34 desta Lei e aos integrantes do quadro suplementar a que se refere o § 5o do art. 52 desta Lei, a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos ou das remunerações previstas nesta Lei, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza, bem como da implantação dos valores constantes do Anexo X desta Lei.

§ 2o  A parcela complementar de subsídio e a vantagem pessoal nominalmente identificada referidas nos incisos I e II do § 1o deste artigo estarão sujeitas exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Art. 54.  Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP de que trata o art. 34 desta Lei e às pensões, ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts. 1o e 2o da Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004, no que couber, o disposto nesta Lei em relação aos servidores que se encontram em atividade.

Art. 55.  Fica instituída, a partir de 1o de julho de 2008, a Gratificação de Desempenho de Atividade Específica da SUSEP - GDASUSEP, devida exclusivamente aos servidores de nível intermediário do Quadro de Pessoal da SUSEP, de que trata o inciso II do caput do art. 34 desta Lei e aos titulares de cargos integrantes do quadro suplementar a que se refere o § 5o do art. 52 desta Lei, quando em exercício de atividades na SUSEP.

Art. 56.  A GDASUSEP será atribuída em função do alcance de metas de desempenho individual do servidor e de desempenho institucional da SUSEP.

§ 1o  A avaliação de desempenho individual visa a aferir o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo ou função, com foco na  contribuição individual para o alcance dos objetivos organizacionais.

§ 2o  A avaliação de desempenho institucional visa a aferir o desempenho coletivo no alcance dos objetivos organizacionais.

§ 3o  A GDASUSEP será paga com observância dos seguintes limites:

I - máximo, 100 (cem) pontos por servidor; e

II - mínimo, 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XII desta Lei.

§ 4o Considerando o disposto nos §§ 1o e 2o deste artigo, a pontuação referente à GDASUSEP terá a seguinte distribuição:

I - até 20 (vinte) pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até 80 (oitenta) pontos percentuais de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

§ 5o Os valores a serem pagos a título de GDASUSEP serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto constante do Anexo XII desta Lei, observada a classe e o padrão em que se encontra posicionado o servidor.

§ 6o Ato do Poder Executivo disporá sobre os critérios gerais a serem observados para a realização das avaliações de  desempenho  individual e  institucional  da GDASUSEP.

§ 7o Os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da GDASUSEP serão estabelecidos em ato do Presidente da SUSEP, observada a legislação vigente.

§ 8o  As metas referentes à avaliação de desempenho institucional serão fixadas em ato do Ministro de Estado da Fazenda, observada a legislação vigente. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Art. 57.  Até que seja instituído o ato a que se refere o § 6o do art. 56 desta Lei e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que fizerem jus à GDASUSEP deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Seguros Privados - GDSUSEP, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo XII desta Lei, conforme disposto no § 5o do art. 56 desta Lei.

§ 1o  O resultado da primeira avaliação gera efeitos financeiros a partir da data de publicação do ato a que se refere o § 6o do art. 56 desta Lei, devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior ou a menor.

§ 2o  O disposto no caput deste artigo e  no  seu § 1o aplica-se aos ocupantes de cargos comissionados que fazem jus à GDASUSEP.

Art. 58.  A GDASUSEP não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens.

Art. 59.  O titular de cargo efetivo de que trata o inciso II do caput do art. 34 desta Lei e o titular de cargo de nível superior integrante do quadro suplementar a que se refere o § 5o do art. 52 desta Lei, em exercício na SUSEP, quando investido em cargo em comissão ou função de confiança fará jus à GDASUSEP da seguinte forma:

I - os investidos em função de confiança ou cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 3, 2, 1, ou equivalentes, perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada conforme disposto no § 5o do art. 56 desta Lei; e

II - os investidos em cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6, 5, 4, ou equivalentes, perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada com base no valor máximo da parcela individual, somado ao resultado da avaliação institucional do período.

Art. 60.  O titular de cargo efetivo de que trata o inciso II do caput do art. 34 desta Lei e o titular de cargo de nível superior integrante do quadro suplementar a que se refere o § 5o do art. 52 desta Lei, quando não se encontrar em exercício na SUSEP, somente fará jus à GDASUSEP nas seguintes situações:

I - requisições previstas em lei para órgãos e entidades da União;

II - cessões para o Ministério da Fazenda ou para entidades a ele vinculadas, situação na qual perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada com base nas regras aplicáveis como se estivesse em efetivo exercício na SUSEP;

III - cessões para o exercício de cargo de Natureza Especial ou cargos em comissão de nível igual ou superior a DAS-4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalentes, em outros órgãos da União, em autarquias ou em fundações públicas federais;

IV - exercício de cargo de diretor ou de presidente de empresa pública ou sociedade de economia mista federal; e

[V -](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11890.htm#art60v) exercício dos cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de DAS-4 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes;**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

§ 1o  Nas situações referidas nos incisos I e II do caput deste artigo, o servidor perceberá a GDASUSEP calculada com base nas regras aplicáveis como se estivesse em efetivo exercício na SUSEP.

2o  Na situação referida no inciso III do **caput**, o servidor perceberá a GDASUSEP calculada com base no resultado da avaliação institucional do período. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

§ 3o  Nas situações referidas nos incisos IV e V do **caput**, o servidor perceberá a GDASUSEP calculada com base no resultado da avaliação institucional da Susep no período. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

§ 4o  A avaliação institucional considerada para o servidor alcançado pelos incisos I, II e III do **caput** será: **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

I - a do órgão ou entidade onde o servidor permaneceu em exercício por mais tempo; **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

II - a do órgão ou entidade onde o servidor se encontrar em exercício ao término do ciclo, caso ele tenha permanecido o mesmo número de dias em diferentes órgãos ou entidades; ou **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

III - a do órgão de origem, quando requisitado ou cedido para órgão diverso da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional.  **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

§ 5o  A avaliação individual do servidor alcançado pelos incisos I e II do **caput** será realizada somente pela chefia imediata quando a regulamentação da sistemática para avaliação de desempenho a que se refere o § 6o do art. 56 não for igual à aplicável ao órgão ou entidade de exercício do servidor.  **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Art. 61.  O servidor ativo beneficiário da GDASUSEP que obtiver na avaliação de desempenho individual pontuação inferior a 50% (cinqüenta por cento) do valor máximo dessa parcela será imediatamente submetido a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso, sob responsabilidade da SUSEP.

Parágrafo único.  A análise de adequação funcional visa a identificar as causas dos resultados obtidos na avaliação do desempenho e a servir de subsídio para a adoção de medidas que possam propiciar a melhoria do desempenho do servidor.

Art. 62.  Ocorrendo exoneração do cargo em comissão com manutenção do cargo efetivo, o servidor que faça jus a GDASUSEP continuará a percebê-la em valor correspondente ao da última pontuação que lhe foi atribuída, na condição de ocupante de cargo em comissão, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração.

 Art. 63.  Em caso de afastamentos e licenças considerados como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção de gratificação de desempenho, o servidor continuará percebendo a GDASUSEP em valor correspondente ao da última pontuação obtida, até que seja processada a sua primeira avaliação após o retorno.

§ 1o  O disposto no caput deste artigo não se aplica aos casos de cessão.

§ 2~~º~~  Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento, de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDASUSEP, no decurso do ciclo de avaliação, receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos. (NR) **(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

Art. 64.  Para fins de incorporação da GDASUSEP aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios:

I - para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, a gratificação será correspondente a 50% (cinqüenta por cento) do valor máximo do respectivo nível, classe e padrão; e

II - para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas após 19 de fevereiro de 2004:

a) quando ao servidor que deu origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3o e 6o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3o da Emenda Constitucional no 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á o percentual constante do inciso I do caput deste artigo; e

b) aos demais casos aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei no10.887, de 18 de junho de 2004.

Art. 64-A.  A partir de 1o de julho de 2012, para fins de incorporação da GDASUSEP aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios: **(Incluído pela Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, a GDASUSEP será correspondente a 50 (cinquenta) pontos, considerados o nível, classe e padrão do servidor; **(Incluído pela Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

II - para as aposentadorias e pensões instituídas após 19 de fevereiro de 2004: **(Incluído pela Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

a) quando percebidas por período igual ou superior a 60 (sessenta) meses e aos servidores que deram origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3o e 6o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3o da Emenda Constitucional no 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á a média dos pontos recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses; e **(Incluído pela Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

b) quando percebidas por período inferior a 60 (sessenta) meses, aos servidores de que trata a alínea *a* deste inciso aplicar-se-ão os pontos constantes do inciso I do caput; e **(Incluído pela Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

III - para as aposentadorias e pensões que não se enquadrem nas hipóteses previstas nos incisos I e II do caput, aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004. (NR) **(Incluído pela Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

Art. 65.  Os ocupantes dos cargos integrantes da carreira de Analista Técnico da Susep são impedidos de exercer outra atividade, pública ou privada, potencialmente causadora de conflito de interesses, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.**(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Parágrafo único.  Na hipótese em que o exercício de outra atividade não configure conflito de interesses, o servidor deverá observar o cumprimento da jornada do cargo, o horário de funcionamento do órgão ou da entidade e o dever de disponibilidade ao serviço público.**(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Art. 66.  Os integrantes da Carreira de Analista Técnico da SUSEP somente poderão ser cedidos ou ter exercício fora do respectivo órgão de lotação nas  seguintes situações:

I - requisições previstas em lei para órgãos e entidades da União;

II - cessões para o exercício de cargo de Natureza Especial ou cargos em comissão de nível igual ou superior a DAS-4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalentes, em outros órgãos da União, em autarquias ou em fundações públicas federais;

III - exercício de cargo de diretor ou de presidente de empresa pública ou sociedade de economia mista federal;

[[376]](#footnote-377)[V -](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11890.htm#art66v.) exercício dos cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de DAS-4 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes.” (NR) **(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

V - cessão para o exercício de cargos em comissão nos seguintes órgãos do Ministério da Fazenda:

a) Gabinete do Ministro de Estado; e

b) Secretaria-Executiva.

**Seção VII**

**Do Plano de Carreiras e Cargos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM**

Art. 67.  Fica estruturado o Plano de Carreiras e Cargos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo os titulares de cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da CVM, de que trata o art. 3o da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e a Lei no 9.015, de 30 de março de 1995, composto pelas seguintes Carreiras e cargos:

I - de nível superior:

a) Carreira de Analista da CVM, composta pelos cargos de Analista da CVM; e

b) Carreira de Inspetor da CVM, composta pelos cargos de Inspetor da CVM;

II - de nível intermediário, cargos de Agente Executivo da CVM e de Auxiliar de Serviços Gerais do Quadro de Pessoal da CVM.

Parágrafo único.  A partir de 1o de janeiro de 2017, o cargo de nível intermediário de Agente Executivo fica reorganizado na carreira de Agente Executivo da CVM. **(Redação dada pela Lei nº 13.327, de 2016)**

Art. 68.  Os cargos de nível superior e intermediário do Plano de Carreiras e Cargos da CVM são agrupados em classes e padrões, conforme estabelecido no Anexo XIII desta Lei.

§ 1º  Os atuais cargos ocupados cujos titulares tenham observado o disposto no § 3o do art. 87 desta Lei, bem como os cargos vagos e os demais à medida que vagarem, de Analista da CVM e de Inspetor da CVM passam a integrar as Carreiras de que tratam, respectivamente, as alíneas *a* e *b* do inciso I do caput do art. 67 desta Lei.

§ 2º  O disposto no § 1o deste artigo não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação ao cargo e às atribuições desenvolvidas pelos seus titulares.

§ 3º  Os cargos de Auxiliar de Serviços Gerais vagos em 29 de agosto de 2008 e os que vierem a vagar são transformados em cargos de Agente Executivo.

§ 4o  A partir de 1o de janeiro de 2017, os cargos ocupados de Agente Executivo do quadro de pessoal da CVM cuja investidura tenha observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988 e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público, bem como os cargos vagos e os demais cargos, à medida que vagarem, passam a integrar a carreira de que trata o parágrafo único do art. 67. **(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

§ 5o  O enquadramento a que se refere o § 4o não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação à carreira, ao cargo e às atribuições atuais desenvolvidas por seus titulares. **(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

§ 6o  Os efeitos decorrentes do enquadramento a que se refere o § 4o aplicar-se-ão ao posicionamento dos aposentados e dos pensionistas nas tabelas remuneratórias da carreira de Agente Executivo, nos casos em que a aposentadoria ou a instituição da pensão tenha ocorrido com fundamento nos arts. 3º, 6º ou 6o-A da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, ou no art. 3º da Emenda Constitucional no 47, de 5 de julho de 2005. **(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

§ 7o  O posicionamento dos aposentados e dos pensionistas a que se refere o § 6o na Tabela de Subsídios da carreira de Agente Executivo será referenciado à situação em que o servidor se encontrava na data de aposentadoria ou na data em que se originou a pensão, respeitadas as alterações relativas a posicionamentos decorrentes de legislação específica. **(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

Art. 69.  As Carreiras e os cargos do Plano de Carreiras e Cargos da CVM destinam-se ao exercício das respectivas atribuições em diferentes níveis de complexidade e responsabilidade, bem como ao exercício de atividades de natureza técnica, administrativa e de gestão relativas à regulação, supervisão e fiscalização dos mercados de valores mobiliários.

Art. 70.  É de 40 (quarenta) horas semanais a carga horária de trabalho dos titulares dos cargos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da CVM, ressalvadas as hipóteses amparadas em legislação específica.

Art. 71.  Incumbe aos titulares dos cargos integrantes das Carreiras de Analista e de Inspetor da CVM:

I - Cargo de Analista da CVM: desenvolvimento de atividades ligadas ao controle, normatização, registro de eventos e aperfeiçoamento do mercado de  valores  mobiliários, elaboração de normas de contabilidade e de auditoria; elaboração de normas contábeis e de auditoria e acompanhamento de auditores independentes; desenvolvimento e auditoria de sistemas de processamento eletrônico de dados e de racionalização de métodos, procedimentos e tratamento de informações; planejamento e controle nas áreas de administração, recursos humanos, orçamento, finanças e auditoria; e o exercício das atribuições previstas em leis e regulamentos específicos, em especial o disposto no art. 1o da Lei no 9.015, de 30 de março de 1995; e

II - Cargo de Inspetor da CVM: fiscalização das entidades atuantes no mercado de valores mobiliários, apurando e identificando irregularidades; orientar instituições na adoção de controles e procedimentos adequados; coletar elementos para a avaliação da situação econômico-financeira das entidades fiscalizadas; instruir inquéritos instaurados pela CVM no exercício de suas competências; e o exercício das atribuições previstas em leis e regulamentos específicos, em especial o disposto no art. 1o da Lei no9.015, de 30 de março de 1995.

Art. 72.  Sem prejuízo das atuais atribuições, é atribuição geral do cargo de Agente Executivo da CVM oferecer suporte especializado às atividades decorrentes das atribuições definidas no art. 71 desta Lei.

Art. 73.  São requisitos para ingresso na classe inicial dos cargos de que tratam as alíneas *a* e *b* do inciso I e o inciso II do art. 67 desta Lei:

I - aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos;

II - diploma de conclusão de ensino superior em nível de graduação, em cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação e, se for o caso, habilitação legal específica, conforme definido no edital do concurso, para os cargos de nível superior; e

III - certificado de conclusão de ensino médio ou equivalente e habilitação legal específica, se for o caso, fornecido por instituição de ensino oficialmente autorizada, conforme definido no edital do concurso, para os cargos de nível intermediário.

Art. 74.  O concurso público referido no inciso I do caput do art. 73 desta Lei poderá ser organizado em uma ou mais etapas, incluindo curso de formação, quando julgado pertinente, conforme dispuser o edital de abertura do certame e observada a legislação pertinente.

Parágrafo único.  O concurso público a que se refere o caput deste artigo poderá ser realizado por áreas de especialização referentes à área de formação do candidato, conforme dispuser o edital de abertura do certame.

Art. 75.  O desenvolvimento do servidor nas Carreiras e cargos que integram o Plano de Carreiras e Cargos da CVM ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

§ 1º  Para os fins do disposto no caput deste artigo, progressão é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção, a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior.

§ 2º  Ato do Poder Executivo regulamentará os critérios de concessão de progressão funcional e promoção de que trata o caput deste artigo.

Art. 76.  O desenvolvimento do servidor nas Carreiras e cargos que integram o Plano de Carreiras e Cargos da CVM obedecerá às seguintes regras:

I - interstício mínimo de 12 (doze) meses entre cada progressão;

II - habilitação em avaliação de desempenho individual correspondente a, no mínimo, 70% (setenta por cento) do limite máximo da pontuação das avaliações realizadas no interstício considerado para a progressão; e

III - competência e qualificação profissional.

§ 1o  O interstício para fins de  progressão funcional será:

I - computado em dias, descontados os afastamentos que não forem legalmente considerados de efetivo exercício; e

II - suspenso nos casos em que o servidor se afastar sem remuneração, sendo retomado o cômputo a partir do retorno à atividade.

§ 2o  Enquanto não forem regulamentadas, as progressões e promoções dos titulares de cargos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da CVM, as progressões funcionais e promoções de que trata o art. 75 desta Lei serão concedidas observando-se as normas vigentes em 28 de agosto de 2008.

§ 3º  Na contagem do interstício necessário à promoção e à progressão, será aproveitado o tempo computado até 28 de agosto de 2008.

Art. 77. São pré-requisitos mínimos para promoção às classes dos cargos de nível superior do Plano de Carreiras e Cargos da CVM:

I - para a Classe B, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 160 (cento e sessenta) horas, e qualificação  profissional  com experiência mínima de 5 (cinco) anos, ambas no campo específico de atuação do cargo;

II - para a Classe C, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 240 (duzentas e quarenta) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 8 (oito) anos, ambas no campo específico de atuação do cargo; e

III - para a Classe Especial, ser detentor de certificado de conclusão de curso de especialização ou de formação específica equivalente a, no mínimo, 360 (trezentas e sessenta) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 11 (onze) anos, ambos no campo específico de atuação do cargo.

Art. 78.  São pré-requisitos mínimos para promoção às classes do cargo de nível intermediário de Agente Executivo da CVM de que trata o inciso II do caput do art. 67 desta Lei:

I - para a Classe B, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 120 (cento e vinte) horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de 5 (cinco) anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo;

II - para a Classe C, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 200 (duzentas) horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de 8 (oito) anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo; e

III - para a Classe Especial, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 280 (duzentas e oitenta) horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de 11 (onze) anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo.

Art. 79. São pré-requisitos mínimos para promoção às classes dos cargos de nível intermediário de Auxiliar de Serviços Gerais da CVM, de que trata o inciso II do caput do art. 67 desta Lei:

I - para a Classe B, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 40 (quarenta) horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de 7 (sete) anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo;

II - para a Classe C, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 80 (oitenta) horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de 13 (treze) anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo; e

III - para a Classe Especial, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 120 (cento e vinte) horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de 19 (dezenove) anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo.

Art. 80. Cabe à CVM implementar programa permanente de capacitação, treinamento e desenvolvimento, destinado a assegurar a profissionalização dos titulares dos cargos integrantes do seu Plano de Carreiras e Cargos.

Parágrafo único.  Para fins de promoção, cada evento de capacitação poderá ser computado uma única vez.

Art. 81. Os titulares dos cargos integrantes das Carreiras a que se referem as alíneas *a* e *b* do inciso I do caput do art. 67 desta Lei passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Parágrafo único.  Os valores do subsídio dos titulares dos cargos a que se refere o caput deste artigo são os fixados no Anexo XIV desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

Art. 82. Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos titulares dos cargos a que se referem as alíneas *a* e *b* do inciso I do caput do art. 67 desta Lei, a partir de 1o de julho de 2008, as seguintes espécies remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Valores Mobiliários, de que trata o art. 13 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e

III - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei no 10.698, de 2 de julho de 2003.

Parágrafo único. Considerando o disposto no art. 81 desta Lei, os titulares dos cargos nele referidos não fazem jus à percepção das seguintes vantagens  remuneratórias:

I - Retribuição Variável da Comissão de Valores Mobiliários, de que trata a Lei no 9.015, de 30 de março de 1995; e

II - Gratificação de Atividade - GAE, de que trata a Lei Delegada no 13, de 27 de agosto de 1992.

Art. 83. Além das parcelas e vantagens de que trata o art. 82 desta Lei, não são devidas aos titulares dos cargos a que se referem as alíneas *a* e *b* do inciso I do caput do art. 67 desta Lei, a partir de 1o de julho de 2008, as seguintes parcelas:

I - vantagens pessoais e Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas - VPNI, de qualquer origem e natureza;

II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo de provimento em comissão;

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI - vantagens incorporadas aos proventos ou pensões por força dos arts. 180 e 184 da Lei no 1.711, de 28 de outubro de 1952, e dos arts. 192 e 193 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

X - adicional noturno;

XI - adicional pela prestação de serviço extraordinário; e

XII - outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionados no art. 85 desta Lei.

Art. 84. Os servidores integrantes das Carreiras de que tratam as alíneas *a* e *b* do inciso I do caput do art. 67 desta Lei não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou  individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.

Art. 85. O subsídio dos integrantes das Carreiras de que tratam as alíneas *a* e *b* do inciso I do caput do art. 67 desta Lei não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica, de:

I - gratificação natalina;

II - adicional de férias;

III - abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5o do art. 2o e o § 1o do art. 3o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003;

IV - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; e

V - parcelas indenizatórias previstas em lei.

Art. 86.  A estrutura remuneratória dos titulares dos cargos de nível intermediário a que se refere o inciso II do caput do art. 67 desta Lei e dos cargos de nível superior que integram o quadro suplementar de que trata o § 5o do art. 87 desta Lei, a partir de 1o de julho de 2008, terá a seguinte composição:

I - Vencimento Básico; e

II - Gratificação de Desempenho de Atividades Específicas da CVM - GDECVM ou Gratificação de Desempenho de Atividades de Suporte da CVM - GDASCVM, conforme o caso.

§ 1º Os padrões de vencimento básico dos cargos referidos no caput deste artigo são os constantes do Anexo XV desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

§ 2º  Os titulares dos cargos a que se refere o caput deste artigo, conforme o cargo ocupado, deixarão de fazer jus, a partir de 1o de julho de 2008, à percepção das seguintes gratificações e vantagens:

I - Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Valores Mobiliários - GDCVM, de que trata o art. 13 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo da Comissão de Valores  Mobiliários - GDACVM, de que trata o art. 8o da Lei no 11.094, de 13 de janeiro de 2005; e

III - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei no 10.698, de 2 de julho de 2003.

Art. 86-A.  A partir de 1o de janeiro de 2017, os titulares dos cargos integrantes da carreira de Agente Executivo passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória. **(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

§ 1o  Os valores do subsídio dos titulares dos cargos a que se refere o **caput** deste artigo são os fixados no Anexo XV-A desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas. **(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

§ 2o  A partir de 1o de janeiro de 2017, estarão compreendidas no subsídio e não serão mais devidas aos titulares dos cargos da carreira de Agente Executivo as seguintes espécies remuneratórias:**(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

I - Vencimento Básico; **(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

II - Gratificação de Desempenho de Atividades Específicas da CVM (GDECVM), de que trata o inciso I do art. 90 desta Lei.  **(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

Art. 86-B.  Aplica-se o disposto nos arts. 83 a 85 em relação à percepção do subsídio pelos integrantes da carreira de Agente Executivo da CVM. **(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

Art. 86-C.  A aplicação do disposto nos arts. 86-A e 86-B aos servidores ativos, bem como aos inativos e aos pensionistas referidos no § 6o do art. 68, não poderá implicar redução de remuneração, de provento e de pensão. **(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

Parágrafo único.  Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão, eventual diferença será paga aos servidores integrantes da carreira de Agente Executivo a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo por progressão ou promoção, da reorganização ou da reestruturação do cargo e da carreira, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza ou da implantação dos valores constantes do Anexo XV-A desta Lei.**(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

Art. 87.  Os servidores titulares dos cargos de níveis superior e intermediário do Quadro de Pessoal da CVM serão enquadrados nos cargos do Plano de Carreiras e Cargos da CVM, de acordo com as respectivas atribuições, os requisitos de formação profissional e a posição relativa na Tabela, nos termos do Anexo XVI desta Lei.

§ 1o  É vedada a mudança do nível do cargo ocupado pelo servidor em decorrência do disposto no caput deste artigo.

§ 2o  O posicionamento dos aposentados e dos pensionistas nas Tabelas remuneratórias, constantes dos Anexos XIV e XV desta Lei, será referenciado à situação em que o servidor se encontrava na data da aposentadoria ou em que se originou a pensão, respeitadas as alterações relativas a posicionamentos decorrentes de legislação específica.

§ 3o  Serão enquadrados nas Carreiras de que tratam as alíneas *a* e *b* do inciso I do caput do art. 67 desta Lei, os cargos que tenham titulares cuja investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988 e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 4o  À CVM incumbe verificar, caso a caso, a regularidade da aplicação do disposto no § 3o deste artigo, quanto aos enquadramentos efetivados.

§ 5o  Os cargos efetivos de nível superior do Quadro de Pessoal da CVM que não foram transpostos para as Carreiras de que tratam as alíneas *a* e *b* do inciso I do caput do art. 67 desta Lei comporão quadro suplementar em extinção.

§ 6º  O quadro suplementar a que se refere o § 5o inclui-se no Plano de Carreiras e Cargos da CVM.

 Art. 88.  A aplicação das disposições desta Lei aos servidores ativos, aos inativos e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, de proventos e de pensões.

§ 1º  Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão, em decorrência da aplicação do disposto nesta Lei, eventual diferença será paga:

I - aos servidores integrantes das Carreiras de que tratam as alíneas *a* e *b* do inciso I  do caput do art. 67 desta Lei, a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na Carreira por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos e das Carreiras ou das remunerações previstas nesta Lei, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza, bem como da implantação dos valores constantes do Anexo XIV desta Lei; e

II - aos servidores de que tratam o inciso II do caput do art. 67 e o § 5o do art. 87 desta Lei, a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos ou das remunerações previstas nesta Lei, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza, bem como da implantação dos valores constantes do Anexo XV desta Lei.

§ 2o  A parcela complementar de subsídio e a vantagem pessoal nominalmente identificada referidas nos incisos I e II do § 1o deste artigo estarão sujeitas exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Art. 89.  Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes do Plano de Carreiras e Cargos da CVM, de que tratam o art. 67 desta Lei e o § 5o do art. 87 desta Lei e às pensões, ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts. 1o e 2o da Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004, no que couber, o disposto nesta Lei em relação aos servidores que se encontram em atividade.

Art. 90.  Ficam instituídas as seguintes gratificações, a serem percebidas pelos servidores que a elas fazem jus quando em exercício de atividades na CVM:

I - Gratificação de Desempenho de Atividades Específicas da CVM - GDECVM, devida exclusivamente aos servidores de nível intermediário titulares dos cargos de Agente Executivo de que trata o inciso II do caput do art. 67 e aos servidores de nível superior de que trata o § 5o do art. 87 desta Lei, do Quadro de Pessoal da CVM, quando em exercício de atividades nas unidades da CVM; e

II - Gratificação de Desempenho de Atividades de Suporte da CVM - GDASCVM, devida exclusivamente aos servidores de nível intermediário titulares dos cargos de Auxiliar de Serviços Gerais de que trata o inciso II do caput do art. 67 desta Lei.

Art. 91. A GDECVM e a GDASCVM serão atribuídas em função do alcance de metas de desempenho individual do servidor e de desempenho institucional da CVM.

§ 1o A avaliação de desempenho individual visa a aferir o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo ou função, com foco na contribuição  individual para o alcance dos objetivos organizacionais.

§ 2o A avaliação de desempenho institucional visa a aferir o desempenho coletivo no alcance dos objetivos organizacionais.

 § 3o A GDECVM e a GDASCVM serão pagas com observância dos seguintes limites:

 I - máximo, 100 (cem) pontos por servidor; e

II - mínimo, 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XVII desta Lei.

§ 4o Considerando o disposto nos §§ 1o e 2o deste artigo, a pontuação referente à GDECVM e à GDASCVM terá a seguinte distribuição:

I - até 20 (vinte) pontos de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na  avaliação de desempenho individual; e

II - até 80 (oitenta) pontos de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na  avaliação de desempenho institucional.

§ 5o Os valores a serem pagos a título de GDECVM ou GDASCVM serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho  individual e institucional pelo valor do ponto constante do Anexo XVII desta Lei, observada a classe e o padrão em que se encontra posicionado o servidor.

§ 6o Os critérios e procedimentos gerais de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da GDECVM e da GDASCVM serão estabelecidos em ato do Poder Executivo, observada a legislação vigente.

§ 7o Os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional e de atribuição da GDECVM e da GDASCVM serão estabelecidos em ato do Presidente da CVM, observada a legislação vigente.

§ 8o  As metas referentes à avaliação de desempenho institucional serão fixadas em ato do Ministro de Estado da Fazenda, observada a legislação vigente**. (Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Art. 92.  Até que seja instituído o ato a que se refere o § 6o do art. 91 desta Lei e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que fizerem jus à GDECVM ou GDASCVM deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Valores Mobiliários - GDCVM ou Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo da Comissão de Valores Mobiliários - GDACVM, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo XVII desta Lei, conforme disposto no § 5o do art. 91 desta Lei.

§ 1o O resultado da primeira avaliação gera efeitos financeiros a partir da data de publicação do ato a que se refere o § 6o do art. 91 desta Lei, devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior ou a menor.

§ 2o O disposto no caput deste artigo e no seu § 1o aplica-se aos ocupantes de cargos comissionados que fazem jus à GDECVM ou GDASCVM.

Art. 93. A GDECVM e a GDASCVM não servirão de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens.

Art. 94. O titular de cargo efetivo de que trata o inciso II do art. 67 e o § 5o do art. 87 desta Lei, em exercício nas unidades da CVM, quando investido em cargo em comissão ou função de confiança fará jus à GDECVM ou GDASCVM da seguinte forma:

Art. 95. O titular de cargo efetivo de que tratam o inciso II do art. 67 e o § 5o do art. 87 desta Lei quando não se encontrar em exercício nas unidades da CVM somente fará jus à GDECVM ou GDASCVM nas seguintes situações:

I - requisições previstas em lei para órgãos e entidades da União;

II - cessões para o Ministério da Fazenda ou para entidades a ele vinculadas, situação na qual perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada com base nas regras aplicáveis como se estivesse em efetivo exercício na CVM;

III - cessões para o exercício de cargo de Natureza Especial ou cargos em comissão de nível igual ou superior a DAS-4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalentes, em outros órgãos da União, em autarquias ou em fundações públicas federais;

IV - exercício de cargo de diretor ou de presidente de empresa pública ou sociedade de economia mista federal; e

V - exercício dos cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de DAS-4 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes;**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

§ 1o Nas situações referidas nos incisos I e II do caput deste artigo, o servidor perceberá a GDECVM ou GDASCVM calculada com base nas regras aplicáveis como se estivesse em efetivo exercício na CVM.

§ 2o  Na situação referida no inciso III do **caput**, o servidor perceberá a GDECVM ou a GDASCVM calculada com base no resultado da avaliação institucional do período. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

§ 3o  Nas situações referidas nos incisos IV e V do **caput**, o servidor perceberá a GDECVM ou a GDASCVM calculada com base no resultado da avaliação institucional da CVM no período. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

§ 4o  A avaliação institucional considerada para o servidor alcançado pelos incisos I, II e III do **caput** será: **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

I - a do órgão ou entidade onde o servidor permaneceu em exercício por mais tempo. **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

II - a do órgão ou entidade onde o servidor se encontrar em exercício ao término do ciclo, caso ele tenha permanecido o mesmo número de dias em diferentes órgãos ou entidades; ou**(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

III - a do órgão de origem, quando requisitado ou cedido para órgão diverso da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional. **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

§ 5o  A avaliação individual do servidor alcançado pelos incisos I e II do **caput** será realizada somente pela chefia imediata quando a regulamentação da sistemática para avaliação de desempenho a que se refere o § 6o do art. 91 não for igual à aplicável ao órgão ou entidade de exercício do servidor. **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Art. 96.  O servidor ativo beneficiário da GDECVM ou GDASCVM que obtiver na avaliação de desempenho individual pontuação inferior a 50% (cinqüenta por cento) do valor máximo desta parcela será imediatamente submetido a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso, sob responsabilidade da CVM.

 Parágrafo único.  A análise de adequação funcional visa a identificar as causas dos resultados obtidos na avaliação do desempenho e servir de subsídio para a adoção de medidas que possam propiciar a melhoria do desempenho do servidor.

Art. 97. Ocorrendo exoneração do cargo em comissão com manutenção do cargo efetivo o servidor que faça jus à GDECVM ou GDASCVM continuará a percebê-la em valor correspondente ao da última pontuação que lhe foi atribuída, na condição de ocupante de cargo comissionado, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração.

Art. 98. Em caso de afastamentos e licenças considerados como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção de gratificação de desempenho, o servidor continuará percebendo a GDECVM ou GDASCVM em valor correspondente ao da última pontuação obtida, até que seja processada a sua primeira avaliação após o retorno.

§ 1o O disposto no caput deste artigo não se aplica aos casos de cessão.

§ 2o  Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento, de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDECVM ou GDASCVM, no decurso do ciclo de avaliação, receberá a respectiva gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.” (NR) **(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

Art. 99. Para fins de incorporação da GDECVM ou GDASCVM aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios:

I - para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, a gratificação será correspondente a 50% (cinqüenta por cento) do valor máximo do respectivo nível, classe e padrão; e

II - para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas após 19 de fevereiro de 2004:

a) quando ao servidor que deu origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3o e 6o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3o da Emenda Constitucional no 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á o percentual constante no inciso I do caput deste artigo; e

b) aos demais casos aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004.

Art. 99-A.  A partir de 1o de julho de 2012, para fins de incorporação da GDECVM ou GDASCVM aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios: **(Incluído pela Medida Provisória nº 568, de 11 de maio de 2012, convertida na Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, as gratificações serão correspondentes a 50 (cinquenta) pontos, considerados o nível, classe e padrão do servidor;**(Incluído pela Medida Provisória nº 568, de 11 de maio de 2012, convertida na Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

II - para as aposentadorias e pensões instituídas após 19 de fevereiro de 2004:**(Incluído pela Medida Provisória nº 568, de 11 de maio de 2012, convertida na Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

a) quando percebidas por período igual ou superior a 60 (sessenta) meses e aos servidores que deram origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3o e 6o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3o da Emenda Constitucional no 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á a média dos pontos recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses; e**(Incluído pela Medida Provisória nº 568, de 11 de maio de 2012, convertida na Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

b) quando percebidas por período inferior a 60 (sessenta) meses, aos servidores de que trata a alínea *a* deste inciso aplicar-se-ão os pontos constantes do inciso I do caput; e **(Incluído pela Medida Provisória nº 568, de 11 de maio de 2012, convertida na Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

III - para as aposentadorias e pensões que não se enquadrem nas hipóteses previstas nos incisos I e II do caput, aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004. (NR) **(Incluído pela Medida Provisória nº 568, de 11 de maio de 2012, convertida na Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

Art. 100.  Os ocupantes dos cargos integrantes das carreiras de Analista da CVM e de Inspetor da CVM são impedidos de exercer outra atividade, pública ou privada, potencialmente causadora de conflito de interesses, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Parágrafo único.  Na hipótese em que o exercício de outra atividade não configure conflito de interesses, o servidor deverá observar o cumprimento da jornada do cargo, o horário de funcionamento do órgão ou da entidade e o dever de disponibilidade ao serviço público. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Art. 101. Os integrantes das Carreiras de Analista da CVM e de Inspetor da CVM somente poderão ser cedidos ou ter exercício fora do respectivo órgão de lotação nas seguintes situações:

I - requisições previstas em lei para órgãos e entidades da União;

II - cessões para o exercício de cargo de Natureza Especial ou cargos em comissão de nível igual ou  superior a DAS-4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalentes, em outros órgãos da União, em autarquias ou em fundações públicas federais;

III - exercício de cargo de diretor ou de presidente de empresa pública ou de sociedade de economia mista federal;

IV - cessões para o exercício dos cargos de Secretário de Estado, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de DAS-4 no âmbito dos Estados, Distrito Federal e Municípios, e de dirigente máximo de entidade da administração pública desses entes federados; e

[V -](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11890.htm#art101v.) exercício dos cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de DAS-4 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes.” (NR) **(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

**Seção VIII**

**Do Plano de Carreiras e Cargos da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA**

Art. 102.  Fica estruturado o Plano de Carreiras e Cargos da Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, composto pelas seguintes Carreiras e cargos:

I - Carreira de Planejamento e Pesquisa do IPEA, composta pelo cargo de Técnico de Planejamento e Pesquisa, de nível superior, com atribuições voltadas às atividades de gestão governamental, nos aspectos relativos ao planejamento, à realização de pesquisas econômicas e sociais e à avaliação de ações governamentais para subsidiar a formulação de políticas públicas;

II - (VETADO)

III - (VETADO)

IV - (VETADO)

V - demais cargos de nível superior e os cargos de nível intermediário integrantes do Quadro de Pessoal do IPEA.

§ 1o Os cargos a que se refere o caput deste artigo são de provimento efetivo e regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 2o (VETADO)

§ 3o (VETADO)

§ 4o (VETADO)

Art. 103.  Os cargos de níveis superior e intermediário do Plano de Carreiras e Cargos do IPEA são agrupados em classes e padrões, conforme estabelecido no Anexo XX-A desta Lei. **(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

§ 1o  Os atuais cargos ocupados cujos titulares tenham observado o disposto no § 3o do art. 120 desta Lei, bem como os cargos vagos e os demais, à medida que vagarem, de Técnico de Planejamento e Pesquisa passam a integrar a carreira de que trata o inciso I do caput do art. 102 desta Lei.**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

§ 2o O disposto no § 1o deste artigo não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação ao cargo e às atribuições desenvolvidas pelos seus titulares.

Art. 104.  É de 40 (quarenta) horas semanais a carga horária de trabalho dos titulares dos cargos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos do IPEA, ressalvadas as hipóteses amparadas em legislação específica.

Art. 105.  São requisitos para ingresso na classe inicial dos cargos do Plano de Carreiras e Cargos do IPEA:

I - aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos;

II - diploma de conclusão de ensino superior em nível de graduação, em cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação e, se for o caso, habilitação legal específica, conforme definido no edital do concurso, para os cargos de nível superior; e

III - certificado de conclusão de ensino médio ou equivalente e habilitação legal específica, quando for o caso, fornecido por instituição de ensino oficialmente autorizada, conforme definido no edital do concurso, para os cargos de nível intermediário.

Art. 106. O concurso público referido no inciso I do caput do art. 105 desta Lei poderá ser organizado em uma ou mais etapas, incluindo curso de formação quando julgado pertinente, conforme dispuser o edital de abertura do certame e observada a legislação pertinente.

Parágrafo único. O concurso público a que se refere o caput deste artigo poderá ser realizado por áreas de especialização referentes à área de formação do candidato, conforme dispuser o edital de abertura do certame.

Art. 107. O desenvolvimento do servidor nas Carreiras e cargos que integram o Plano de Carreiras e Cargos do IPEA ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

§ 1o Para os fins do disposto no caput deste artigo, progressão é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção, a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior.

§ 2o Ato do Poder Executivo regulamentará os critérios de concessão de progressão funcional e promoção de que trata o caput deste artigo.

Art. 108. O desenvolvimento do servidor nas Carreiras e nos cargos que integram o Plano de Carreiras e Cargos do IPEA obedecerá às seguintes regras:

I - interstício mínimo de 12 (doze) meses entre cada progressão;

II - habilitação em avaliação de desempenho individual correspondente a, no mínimo, 70% (setenta por cento) do limite máximo da pontuação das avaliações realizadas no interstício considerado para a progressão; e

III - competência e qualificação profissional.

§ 1o O interstício para fins de  progressão funcional será:

I - computado em dias, descontados os afastamentos que não forem legalmente considerados de efetivo exercício; e

II - suspenso nos casos em que o servidor se afastar sem remuneração, sendo retomado o cômputo a partir do retorno à atividade.

§ 2o Enquanto não forem regulamentadas, as progressões e promoções dos titulares de cargos integrantes do Plano de Carreiras e Cargos do IPEA, as progressões funcionais e promoções de que trata o art. 107 desta Lei serão concedidas observando-se as normas vigentes em 28 de agosto de 2008.

§ 3o Na contagem do interstício necessário à promoção e à progressão, será aproveitado o tempo computado até 28 de agosto de 2008.

Art. 109.  São pré-requisitos mínimos para promoção às classes do cargo de nível superior de Técnico de Planejamento e Pesquisa referido no inciso I do caput do art. 102 desta Lei:**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

I - para a Classe B, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 360 (trezentas e sessenta) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 5 (cinco) anos, ambas no campo específico de atuação do cargo;

II - para a Classe C, ter o grau de Mestre e qualificação profissional com experiência mínima de 8 (oito) anos, ambos no campo específico de atuação do cargo ou possuir a qualificação profissional com experiência mínima de 11 (onze) anos no campo específico de atuação do cargo; e

III - para a Classe Especial, ter o título de Doutor e qualificação profissional com experiência mínima de 11 (onze) anos, ambos no campo específico de atuação do cargo ou qualificação profissional com experiência mínima de 14 (quatorze) anos no campo específico de atuação do cargo.

Art. 110-A.  São pré-requisitos mínimos para a promoção às classes dos cargos de nível intermediário de Auxiliar Técnico do Quadro de Pessoal do IPEA: **(Incluído pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

I - para a Classe B, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, cento e vinte horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de cinco anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo; **(Incluído pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

II - para a Classe C, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, duzentas horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de oito anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo; e **(Incluído pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

III - para a Classe Especial, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, duzentos e oitenta horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de onze anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo.” (NR) **(Incluído pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

Art. 111. (VETADO)

Art. 112. São pré-requisitos mínimos para promoção às classes dos demais cargos de nível intermediário do Quadro de Pessoal do IPEA:

I - para a Classe B, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 40 (quarenta) horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de 5 (cinco) anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo;

II - para a Classe C, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 80 (oitenta) horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de 8 (oito) anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo; e

III - para a Classe Especial, possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando, no mínimo, 120 (cento e vinte) horas, ou diploma de conclusão de curso superior e qualificação profissional com experiência mínima de 11 (onze) anos, ambas no campo específico de atuação de cada cargo.

Art. 113. Cabe ao IPEA implementar programa permanente de capacitação, treinamento e desenvolvimento, destinado a assegurar a profissionalização dos titulares dos cargos integrantes do seu Plano de Carreiras e Cargos.

Parágrafo único. Para fins de promoção, cada evento de capacitação poderá ser computado uma única vez.

Art. 114.  Os titulares dos cargos integrantes da carreira de que trata o inciso I do caput do art. 102 desta Lei passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

Parágrafo único. Os valores do subsídio dos titulares dos cargos a que se refere o caput deste artigo são os fixados no Anexo XX desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

Art. 115.  Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos titulares dos cargos a que se refere o inciso I do caput do art. 102 desta Lei, a partir de 1o de julho de 2008, as seguintes espécies remuneratórias:**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão - GCG, de que trata o art. 8o da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e

III - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei no 10.698, de 2 de julho de 2003.

Parágrafo único.  Considerando o disposto no art. 114 desta Lei, os titulares dos cargos nele referidos não fazem jus à percepção das seguintes  vantagens remuneratórias:

I - Gratificação de Desempenho e Produtividade - GDP, de que trata o art. 1o da Lei no 9.625, de 7 de abril de 1998; e

II - Gratificação de Atividade - GAE, de que trata a Lei Delegada no 13, de 27 de agosto de 1992.

Art. 116.  Além das parcelas e vantagens de que trata o art. 115 desta Lei, não são devidas aos titulares dos cargos a que se refere o inciso I do caput do art. 102 desta Lei, a partir de 1o de julho de 2008, as seguintes parcelas:**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

I - vantagens pessoais e Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas - VPNI, de qualquer origem e natureza;

II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo de provimento em comissão;

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI - vantagens incorporadas aos proventos ou pensões por força dos arts. 180 e 184 da Lei no 1.711, de 28 de outubro de 1952, e dos arts. 192 e 193 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

X - adicional noturno;

XI - adicional pela prestação de serviço extraordinário; e

XII - outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionados no art. 118 desta Lei.

Art. 117.  Os servidores integrantes da carreira de que trata o inciso I do caput do art. 102 desta Lei não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado. (NR) **(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

Art. 118.  O subsídio dos integrantes da carreira de que trata o inciso I do caput do art. 102 desta Lei não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica, de:**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

I - gratificação natalina;

II - adicional de férias;

III - abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5o do art. 2o e o § 1o do art. 3o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003;

IV - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; e

V - parcelas indenizatórias previstas em lei.

Art. 119.  A estrutura remuneratória dos titulares dos cargos de níveis superior e intermediário a que se refere o inciso V do caput do art. 102 desta Lei e dos cargos de nível superior integrantes do quadro suplementar a que se refere o § 5o do art. 120 desta Lei, a partir de 1o de julho de 2008, terá a seguinte composição:

I - Vencimento Básico; e

II - Gratificação de Desempenho de Atividades Específicas do IPEA - GDAIPEA.

§ 1o Os padrões de vencimento básico dos cargos referidos no caput deste artigo são os constantes do Anexo XXI, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

§ 2o Os titulares dos cargos a que se refere o caput deste artigo não farão jus, a partir de 1o de julho de 2008, à percepção das seguintes gratificações e vantagens:

I - Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão - GCG, de que trata o art. 8o da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e

II - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a Lei no 10.698, de 2 de julho de 2003.

Art. 120.  Os servidores titulares dos cargos de níveis superior e intermediário do Quadro de Pessoal do IPEA serão enquadrados nos cargos do Plano de Carreiras e Cargos do IPEA, de acordo com as respectivas atribuições, com os requisitos de formação profissional e com a posição relativa na Tabela, nos termos do Anexo XX-B desta Lei.**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

§ 1o É vedada a mudança do nível do cargo ocupado pelo servidor em decorrência do disposto no caput deste artigo.

§ 2o O posicionamento dos aposentados e dos pensionistas nas tabelas remuneratórias constantes dos Anexos XX e XXI desta Lei será referenciado à situação em que o servidor se encontrava na data da aposentadoria ou em que se originou a pensão, respeitadas as alterações relativas a posicionamentos decorrentes de legislação específica.

§ 3º  Serão enquadrados na carreira de que trata o inciso I do caput do art. 102 desta Lei os cargos de Técnico de Planejamento e Pesquisa que tenham titulares cuja investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988 e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

§ 4o  Ao IPEA incumbe verificar, caso a caso, a regularidade da aplicação do disposto no § 3o deste artigo quanto aos enquadramentos efetivados.

§ 5º  Os cargos efetivos de nível superior do Quadro de Pessoal do IPEA que não foram transpostos para a carreira de que trata o inciso I do caput do art. 102 desta Lei comporão quadro suplementar em extinção.**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

§ 6o O quadro suplementar a que se refere o § 5o deste artigo inclui-se no Plano de Carreiras e Cargos do IPEA.

Art. 121. A aplicação das disposições desta Lei aos servidores ativos, aos inativos e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, de proventos e de pensões.

§ 1o  Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão, em decorrência da aplicação do disposto nesta Lei, eventual diferença será paga:

I - aos servidores integrantes da carreira de que trata o inciso I do caput do art. 102 desta Lei, a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na Carreira por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos e das Carreiras ou das remunerações previstas nesta Lei, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza, bem como da implantação dos valores constantes do Anexo XX desta Lei; e**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

II - aos servidores de que trata o inciso V do caput do art. 102 desta Lei, a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos ou das remunerações previstas nesta Lei, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza, bem como da implantação dos valores constantes do Anexo XXI desta Lei.

§ 2o A parcela complementar de subsídio e a vantagem pessoal nominalmente identificada referidas nos incisos I e II do § 1o deste artigo estarão sujeitas exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Art. 122. Aplica-se às aposentadorias concedidas aos servidores integrantes do Plano de Carreiras e Cargos do IPEA, de que trata o art. 102 e às pensões, ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts. 1o e 2o da Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004, no que couber, o disposto nesta Lei em relação aos servidores integrantes do Plano de Carreiras e Cargos do IPEA que se encontram em atividade.

Art. 123.  Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividades Específicas do IPEA - GDAIPEA, devida exclusivamente aos titulares de cargos de níveis superior e intermediário do Plano de Carreiras e Cargos do IPEA, de que trata o inciso V do caput do art. 102 desta Lei e o § 5o do art. 120 desta Lei, quando em exercício de atividades no IPEA.

Art. 124.  A GDAIPEA será atribuída em função do alcance de metas de desempenho individual do servidor e de desempenho institucional do IPEA.

§ 1o A avaliação de desempenho individual visa a aferir o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo ou função, com foco na contribuição individual para o alcance dos objetivos organizacionais.

§ 2o A avaliação de desempenho institucional visa a aferir o desempenho coletivo no alcance dos objetivos organizacionais.

§ 3o A GDAIPEA será paga com observância dos seguintes limites:

I - máximo, 100 (cem) pontos por servidor; e

II - mínimo, 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXII desta Lei.

§ 4o Considerando o disposto nos §§ 1o e 2o deste artigo, a pontuação referente à GDAIPEA terá a seguinte distribuição:

I - até 20 (vinte) pontos de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na  avaliação de desempenho individual; e

II - até 80 (oitenta) pontos de seu limite máximo serão atribuídos em função dos resultados obtidos na  avaliação de desempenho institucional.

§ 5o Os valores a serem pagos a título de GDAIPEA serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto constante do Anexo XXII desta Lei, observada a classe e o padrão em que se encontra posicionado o servidor.

§ 6o Os critérios e procedimentos gerais de avaliação de desempenho individual e institucional da GDAIPEA serão estabelecidos em ato do Poder Executivo, observada a legislação vigente.

§ 7o Os critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional da GDAIPEA serão estabelecidos em ato do Presidente do IPEA, observada a legislação vigente.

§ 8o  As metas referentes à avaliação de desempenho institucional serão fixadas em ato do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, observada a legislação vigente. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Art. 125. Até que seja instituído o ato a que se refere o § 6o do art. 124 desta Lei e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que fizerem jus à GDAIPEA deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão - GCG, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo XXII desta Lei, conforme disposto no § 5o do art. 124 desta Lei.

§ 1o O resultado da primeira avaliação gera efeitos financeiros a partir da data de publicação do ato a que se refere o § 6o do art. 124 desta Lei, devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior ou a menor.

§ 2o O disposto no caput e no § 1o deste artigo aplica-se aos ocupantes de cargos comissionados que fazem jus à GDAIPEA.

Art. 126. A GDAIPEA não servirá de base de cálculo para quaisquer outros benefícios ou vantagens.

Art. 127. O titular de cargo efetivo de que tratam o inciso V do art. 102 e o § 5o do art. 120 desta Lei, em exercício no IPEA, quando investido em cargo em comissão ou função de confiança fará jus à GDAIPEA da seguinte forma:

I - os investidos em função de confiança ou cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 3, 2, 1 ou equivalentes, perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada conforme disposto no § 5o do art. 124 desta Lei; e

II - os investidos em cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6, 5, 4, ou equivalentes, perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada com base no valor máximo da parcela individual, somado ao resultado da avaliação institucional do período.

Art. 128. O titular de cargo efetivo de que tratam o inciso V do caput do art. 102 e o § 5o do art. 120 desta Lei, quando não se encontrar em exercício no IPEA, somente fará jus à GDAIPEA nas situações definidas no art. 1o da Lei no 9.625, de 7 de abril de 1998, e, ainda, nas seguintes:

I - requisições previstas em lei para órgãos e entidades da União;

II - cessões para o exercício de cargo de Natureza Especial ou cargos em comissão de nível igual ou superior a DAS-4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalentes, em outros órgãos da União, em autarquias ou em fundações públicas federais;

III - exercício de cargo de diretor ou de presidente de empresa pública ou sociedade de economia mista federal; e

IV - exercício dos cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de DAS-4 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes;**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

§ 1o Na situação referida no inciso I do caput deste artigo, o servidor perceberá a GDAIPEA calculada com base nas regras aplicáveis como se estivesse em efetivo exercício no IPEA.

§ 2o  Na situação referida no inciso II do **caput**, o servidor perceberá a GDAIPEA calculada com base no resultado da avaliação institucional do período. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

§ 3o  Nas situações referidas nos incisos III e IV do **caput**, o servidor perceberá a GDAIPEA calculada com base no resultado da avaliação institucional do Ipea no período. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

§ 4o  A avaliação institucional considerada para o servidor alcançado pelos incisos I e II do **caput** será: **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

I - a do órgão ou entidade onde o servidor permaneceu em exercício por mais tempo; **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

II - a do órgão ou entidade onde o servidor se encontrar em exercício ao término do ciclo, caso ele tenha permanecido o mesmo número de dias em diferentes órgãos ou entidades; ou  **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

III - a do órgão de origem, quando requisitado ou cedido para órgão diverso da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional. **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

§ 5o  A avaliação individual do servidor alcançado pelo inciso I do **caput** será realizada somente pela chefia imediata quando a regulamentação da sistemática para avaliação de desempenho a que se refere o § 6o do art. 124 não for igual à aplicável ao órgão ou entidade de exercício do servidor. **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Art. 129. O servidor  ativo  beneficiário da GDAIPEA que obtiver na avaliação de desempenho individual pontuação inferior a 50% (cinqüenta por cento) do valor máximo desta parcela será imediatamente submetido a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso, sob responsabilidade do IPEA.

Parágrafo único. A análise de adequação funcional visa a identificar as causas dos resultados obtidos na avaliação do desempenho e servir de subsídio para a adoção de medidas que possam propiciar a melhoria do desempenho do servidor.

Art. 130. Ocorrendo exoneração do cargo em comissão com manutenção do cargo efetivo, o servidor que faça jus à GDAIPEA continuará a percebê-la em valor correspondente ao da última pontuação atribuída, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração.

Art. 131. Em caso de afastamentos e licenças considerados como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção de gratificação de desempenho, o servidor continuará percebendo a GDAIPEA em valor correspondente ao da última pontuação obtida, até que seja processada a sua primeira avaliação após o retorno.

§ 1o O disposto no caput deste artigo não se aplica aos casos de cessão.

§ 2o Até que seja processada a sua primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão ou outros afastamentos sem direito à percepção da GDAIPEA no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.

Art. 132. Para fins de incorporação da GDAIPEA aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios:

I - para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, a gratificação será correspondente a 50% (cinqüenta por cento) do valor máximo do respectivo nível, classe e padrão; e

II - para as aposentadorias concedidas e pensões instituídas após 19 de fevereiro de 2004:

a) quando ao servidor que deu origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3o e 6o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3o da Emenda Constitucional no 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á o percentual constante no inciso I do caput deste artigo; e

b) aos demais casos aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei no10.887, de 18 de junho de 2004.

Art. 132-A.  A partir de 1o de julho de 2012, para fins de incorporação da GDAIPEA aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios:**(Incluído pela Medida Provisória nº 568, de 11 de maio de 2012, convertida na Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, a GDAIPEA será correspondente a 50 (cinquenta) pontos, considerados o nível, classe e padrão do servidor;**(Incluído pela Medida Provisória nº 568, de 11 de maio de 2012, convertida na Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

II - para as aposentadorias e pensões instituídas após 19 de fevereiro de 2004: **(Incluído pela Medida Provisória nº 568, de 11 de maio de 2012, convertida na Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

a) quando percebidas por período igual ou superior a 60 (sessenta) meses e aos servidores que deram origem à aposentadoria ou à pensão se aplicar o disposto nos arts. 3o e 6o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3o da Emenda Constitucional no 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á a média dos pontos recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses; e **(Incluído pela Medida Provisória nº 568, de 11 de maio de 2012, convertida na Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

b) quando percebidas por período inferior a 60 (sessenta) meses, aos servidores de que trata a alínea *a* deste inciso aplicar-se-ão os pontos constantes do inciso I do caput; e **(Incluído pela Medida Provisória nº 568, de 11 de maio de 2012, convertida na Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

III - para as aposentadorias e pensões que não se enquadrem nas hipóteses previstas nos incisos I e II do caput, aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004 **(Incluído pela Medida Provisória nº 568, de 11 de maio de 2012, convertida na Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

Art. 133.  Os ocupantes dos cargos integrantes da carreira de Planejamento e Pesquisa do IPEA são impedidos de exercer outra atividade, pública ou privada, potencialmente causadora de conflito de interesses, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.**(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Parágrafo único.  Na hipótese em que o exercício de outra atividade não configure conflito de interesses, o servidor deverá observar o cumprimento da jornada do cargo, o horário de funcionamento do órgão ou da entidade e o dever de disponibilidade ao serviço público. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Art. 134.  Os integrantes da Carreira de Planejamento e Pesquisa do IPEA somente poderão ser cedidos ou ter exercício fora do respectivo órgão de lotação nas situações definidas no art. 1o da Lei no 9.625, de 7 de abril de 1998, e, ainda, nas seguintes:**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

I - requisições previstas em lei para órgãos e entidades da União;

II - cessões para o exercício de cargo de Natureza Especial ou cargos em comissão de nível igual ou superior a DAS-4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalentes, em outros órgãos da União, em autarquias ou em fundações públicas federais;

III - exercício de cargo de diretor ou de presidente de empresa pública ou sociedade de economia mista federal; e

IV - exercício dos cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de DAS-4 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes.” (NR) **(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

**Seção IX**

**Do Cargo de Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500**

Art. 135.  A estrutura remuneratória dos titulares do cargo de provimento efetivo de Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, de que trata a Lei no 9.625, de 7 de abril de 1998, será composta de:

I - Vencimento Básico; e

II - Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Planejamento - GDATP.

Art. 136. A partir de 29 de agosto de 2008, os titulares dos cargos de que trata o art. 135 deixam de fazer jus à percepção das seguintes vantagens:

I - Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão - GCG, de que trata o art. 8o da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e

II - Vantagem Pecuniária Individual - VPI, de que trata a [Lei n](file:///G:\Consultoria\2008\LEIS\2003\L10.698.htm)o 10.698, de 2 de julho de 2003.

Art. 137. O valor do Vencimento Básico dos titulares do cargo a que se refere o art. 135 desta Lei é o estabelecido no Anexo XXIII desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

Art. 138. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnica de Planejamento - GDATP, devida aos servidores titulares dos cargos de provimento efetivo de que trata o art. 135, quando em exercício de atividades inerentes às atribuições do respectivo cargo no órgão ou entidade de lotação. (NR)**(Redação dada pela Medida Provisória nº 568, de 11.5.2012, convertida na Lei nº 12.702, de 7.8.2012)**

Art. 139. A GDATP será atribuída em função do alcance das metas de desempenho individual e do alcance das metas de desempenho institucional do órgão de lotação do servidor.

§ 1o A avaliação de desempenho individual visa a aferir o desempenho do servidor no exercício das atribuições do cargo ou função, para o alcance das metas de desempenho institucional.

§ 2o A avaliação de desempenho institucional visa a aferir o alcance das metas organizacionais, podendo considerar projetos e atividades prioritárias e condições especiais de trabalho, além de outras características específicas.

Art. 140. A GDATP será paga observado o limite máximo de 100 (cem) pontos e o mínimo de 30 (trinta) pontos por servidor, correspondendo cada ponto ao valor estabelecido no Anexo XXIV desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

Art. 141. A pontuação referente à GDATP será assim distribuída:

I - até 20 (vinte) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho individual; e

II - até 80 (oitenta) pontos serão atribuídos em função dos resultados obtidos na avaliação de desempenho institucional.

Art. 142. Os critérios e procedimentos gerais de avaliação individual e institucional e de concessão da GDATP serão estabelecidos em ato do Poder Executivo.

§ 1o Os critérios e procedimentos específicos de avaliação individual e institucional serão estabelecidos em ato do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 2o  As metas referentes à avaliação de desempenho institucional serão fixadas em ato do titular do órgão de lotação ou do órgão ao qual se vincula a entidade de lotação do servidor ocupante do cargo a que se refere o art. 135. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Art. 143. Os valores a serem pagos a título de GDATP serão calculados multiplicando-se o somatório dos pontos auferidos nas avaliações de desempenho individual e institucional pelo valor do ponto constante do Anexo XXIV desta Lei, observada a classe e o padrão em que se encontra posicionado o servidor.

Art. 144. Até que sejam publicados os atos a que se refere o art. 142 desta Lei e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional, todos os servidores que fizerem jus à GDATP deverão percebê-la em valor correspondente ao último percentual recebido a título de GCG, convertido em pontos que serão multiplicados pelo valor constante do Anexo XXIV desta Lei, conforme disposto no art. 143 desta Lei.

§ 1o O resultado da primeira avaliação gera efeitos financeiros a partir da data de publicação do ato a que se refere o art. 142 desta Lei, devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior ou a menor.

§ 2o O disposto no caput deste artigo aplica-se aos ocupantes de cargos comissionados e funções de confiança que fazem jus à GDATP.

Art. 145.  Em caso de afastamentos e licenças considerados como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção de gratificação de desempenho, o servidor continuará percebendo a GDATP correspondente ao último percentual obtido, até que seja processada a sua primeira avaliação após o retorno.

§ 1o O disposto no caput deste artigo não se aplica aos casos de cessão.

§ 2º  Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento, de cessão ou de outros afastamentos sem direito à percepção da GDATP, no decurso do ciclo de avaliação receberá a gratificação no valor correspondente a oitenta pontos. (NR) **(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

Art. 146. O titular de cargo efetivo de que trata o art. 135 desta Lei, em exercício no órgão ou entidade de lotação, quando investido em cargo em comissão ou função de confiança fará jus à GDATP da seguinte forma:

I - os investidos em função de confiança ou cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 3, 2, 1 ou equivalentes, perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada conforme disposto no art. 143 desta Lei; e

II - os investidos em cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6, 5, 4 ou equivalentes, perceberão a respectiva gratificação de desempenho calculada com base no valor máximo da parcela individual, somado ao resultado da avaliação institucional do período.

Art. 147. O titular de cargo efetivo de que trata o art. 135 desta Lei quando não se encontrar em exercício no órgão ou entidade de lotação, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ou nos órgãos e nas unidades dos Sistemas de Planejamento e Orçamento, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal somente fará jus à GDATP nas seguintes situações:

I - requisições previstas em lei para órgãos e entidades da União;

 II - cessões para o exercício de cargo de Natureza Especial ou cargos em comissão de nível igual ou superior a DAS-4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalentes, em outros órgãos da União, em autarquias ou em fundações públicas federais;

III - exercício de cargo de diretor ou de presidente de empresa pública ou sociedade de economia mista federal; e

IV - exercício dos cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de DAS-4 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes;**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

§ 1o Na situação referida no inciso I do caput deste artigo, o servidor perceberá a GDATP calculada com base nas regras aplicáveis como se estivesse em efetivo exercício no órgão de lotação.

§ 2o  Na situação referida no inciso II do **caput**, o servidor perceberá a GDATP calculada com base no resultado da avaliação institucional do período. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

§ 3o  Nas situações referidas nos incisos III e IV do **caput**, o servidor perceberá a GDATP calculada com base no resultado da avaliação institucional do órgão ou entidade de lotação no período. **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

§ 4o  A avaliação institucional considerada para o servidor alcançado pelos incisos I e II do **caput** será: **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

I - a do órgão ou entidade onde o servidor permaneceu em exercício por mais tempo; **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

II - a do órgão ou entidade onde o servidor se encontrar em exercício ao término do ciclo, caso ele tenha permanecido o mesmo número de dias em diferentes órgãos ou entidades; ou **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

III - a do órgão de origem, quando requisitado ou cedido para órgão diverso da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional. **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

§ 5o  A avaliação individual do servidor alcançado pelo inciso I do **caput** será realizada somente pela chefia imediata quando a regulamentação da sistemática para avaliação de desempenho a que se refere o **caput** do art. 142 não for igual à aplicável ao órgão ou entidade de exercício do servidor. **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Art. 148. Ocorrendo exoneração do cargo em comissão com manutenção do cargo efetivo, o servidor que faça jus à GDATP continuará a percebê-la em valor correspondente ao da última pontuação que lhe foi atribuída, na condição de ocupante de cargo em comissão, até que seja processada a sua primeira avaliação após a exoneração.

Art. 149. O servidor ativo beneficiário da GDATP que obtiver pontuação inferior a 50% (cinqüenta por cento) da pontuação destinada à avaliação de desempenho individual será imediatamente submetido a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso, sob responsabilidade do órgão ou entidade de lotação.

Parágrafo único. A análise de adequação funcional visa a identificar as causas dos resultados obtidos na avaliação do desempenho e servir de subsídio para a adoção de medidas que possam propiciar a melhoria do desempenho do servidor.

Art. 150. A GDATP não poderá ser paga cumulativamente com qualquer outra gratificação de desempenho de atividade ou de produtividade, independentemente da sua denominação ou base de cálculo.

Art. 151. A aplicação das disposições relativas à estrutura remuneratória dos titulares dos cargos de que trata o art. 135 desta Lei aos servidores ativos, aos inativos e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, de proventos e de pensões.

 § 1o  Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão, em decorrência da aplicação do disposto nesta Seção, eventual diferença será paga aos servidores de que trata o art. 135 desta Lei, a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos ou das remunerações previstas nesta Lei, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza, bem como da implantação dos valores constantes dos Anexos XXIII e XXIV desta Lei.

§ 2o A VPNI de que trata o § 1o deste artigo estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Art. 152. Para fins de incorporação da GDATP aos proventos de aposentadoria ou às pensões, serão adotados os seguintes critérios:

I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, a GDATP será, a partir de 1o de julho de 2008, correspondente a 50% (cinqüenta por cento) do valor máximo do respectivo nível; e

II - para as aposentadorias e pensões instituídas após 19 de fevereiro de 2004:

a) quando aos servidores que lhes deram origem se aplicar o disposto nos arts. 3o e 6o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, e o art. 3o da Emenda Constitucional no 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-á o percentual constante do inciso I do caput deste artigo; e

b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei no10.887, de 18 de junho de 2004.

**Seção X**

**Da Carreira Policial Civil dos Extintos Territórios Federais do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima**

Art. 153. O Anexo VI da Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar na forma do Anexo XXV desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

**CAPÍTULO II**

**DO SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA - SIDEC**

Art. 154. O desenvolvimento na Carreira dos titulares dos cargos que integram as Carreiras a seguir se dará por progressão e promoção, em virtude do mérito de seus integrantes e do desempenho no exercício das respectivas atribuições:

I - **(Revogado pela Lei nº 13.464, de 2017)**;

II - **(Revogado pela Lei nº 13.464, de 2017);**

III - Analista do Banco Central do Brasil e Técnico do Banco Central do Brasil, da Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil;

IV - Auditor Federal de Finanças e Controle e Técnico Federal de Finanças e Controle, da carreira de Finanças e Controle; **(Redação dada pela Lei nº 13.327, de 2016)**

V - Analista de Planejamento e Orçamento e Técnico de Planejamento e Orçamento, da Carreira de Planejamento e Orçamento;

VI - Analista de Comércio Exterior da Carreira de Analista de Comércio Exterior;

VII - Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental da Carreira de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental;

VIII - Analista Técnico e Agente Executivo da Susep, das carreiras de Analista Técnico da Susep e de Agente Executivo da Susep, respectivamente;**(Redação dada pela Lei nº 13.327, de 2016)**

IX - Analista da CVM e Agente Executivo, das carreiras de Analista da CVM e de Agente Executivo da CVM, respectivamente; **(Redação dada pela Lei nº 13.327, de 2016)**

X - Inspetor da CVM da Carreira de Inspetor da CVM;

XI - Técnico de Planejamento e Pesquisa, da Carreira de Planejamento e Pesquisa;

XII - (VETADO)

XIII - (VETADO)

XIV - (VETADO)

XV - Fiscal Federal Agropecuário da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário. **(Incluído pela Lei nº 12.775, de 28.12.2012)**

XVI - Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações, integrante da carreira de Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos de Telecomunicações; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XVII - Especialista em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual, integrante da carreira de Regulação e Fiscalização da Atividade Cinematográfica e Audiovisual; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XVIII - Especialista em Regulação de Serviços Públicos de Energia, integrante da carreira de Regulação e Fiscalização de Recursos Energéticos; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XIX - Especialista em Geologia e Geofísica do Petróleo e Gás Natural, integrante da carreira de Especialista em Geologia e Geofísica do Petróleo e Gás Natural; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XX - Especialista em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural, integrante da carreira de Regulação e Fiscalização de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXI - Especialista em Regulação de Saúde Suplementar, integrante da carreira de Regulação e Fiscalização de Saúde Suplementar; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXII - Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários, integrante da carreira de Regulação e Fiscalização de Serviços de Transportes Aquaviários; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXIII - Especialista em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres, integrante da carreira de Regulação e Fiscalização de Serviços de Transportes Terrestres; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXIV - Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária, integrante da carreira de Regulação e Fiscalização de Locais, Produtos e Serviços sob Vigilância Sanitária; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXV - Especialista em Regulação de Aviação Civil, integrante da carreira de Regulação e Fiscalização de Aviação Civil; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXVI - Especialista em Recursos Hídricos, integrante da carreira de Especialista em Recursos Hídricos; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXVII - Especialista em Geoprocessamento, integrante da carreira de Especialista em Geoprocessamento; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXVIII - Analista Administrativo, integrante das carreiras de Analista Administrativo das autarquias referidas no Anexo I da Lei no 10.871, 20 de maio de 2004; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXIX - Analista Administrativo, integrante da carreira de Analista Administrativo de que trata a Lei no 10.768, 19 de novembro de 2003;**(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXX - Técnico em Regulação de Serviços Públicos de Telecomunicações, integrante da carreira de Suporte à Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos de Telecomunicações; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXXI - Técnico em Regulação da Atividade Cinematográfica e Audiovisual, integrante da carreira de Suporte à Regulação e Fiscalização da Atividade Cinematográfica e Audiovisual; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXXII - Técnico em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural, integrante da carreira de Suporte à Regulação e Fiscalização de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXXIII - Técnico em Regulação de Saúde Suplementar, integrante da carreira de Suporte à Regulação e Fiscalização de Saúde Suplementar; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXXIV - Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Aquaviários, integrante da carreira de Suporte à Regulação e Fiscalização de Serviços de Transportes Aquaviários; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXXV - Técnico em Regulação de Serviços de Transportes Terrestres, integrante da carreira de Suporte à Regulação e Fiscalização de Serviços de Transportes Terrestres; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXXVI - Técnico em Regulação e Vigilância Sanitária, integrante da carreira de Suporte à Regulação e Fiscalização de Locais, Produtos e Serviços sob Vigilância Sanitária; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXXVII - Técnico em Regulação de Aviação Civil, integrante da carreira de Suporte à Regulação e Fiscalização de Aviação Civil; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXXVIII - Técnico Administrativo, integrante das carreiras de Técnico Administrativo das autarquias referidas no Anexo I da Lei no 10.871, de 20 de maio de 2004; **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XXXIX - (VETADO); **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

XL - (VETADO). **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

§ 1o Para os fins do disposto neste Capítulo, progressão é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, e promoção, a passagem do servidor do último padrão de uma classe para o primeiro padrão da classe imediatamente superior.[[377]](#footnote-378)

§ 2o  A participação, com aproveitamento, em programas e cursos de aperfeiçoamento ministrados por escola de governo constituirá requisito obrigatório para a promoção nas carreiras de que tratam os incisos I a XL do **caput. (Redação dada pela Lei nº 13.326, de 2016)**

Art. 155. Para fins de progressão, serão considerados os resultados da avaliação de desempenho individual do servidor.

§ 1o Ato do Poder Executivo determinará o percentual obtido na avaliação de desempenho individual:

I - a partir do qual o servidor poderá progredir com 12 (doze) meses de efetivo exercício no padrão em que se encontrar; e

II - abaixo do qual o interstício mínimo para progressão será de pelo menos 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício no padrão em que se encontrar.

§ 2o A obtenção de percentual situado entre os limites referidos nos incisos I e II do § 1o deste artigo fará com que o servidor possa progredir, desde que cumprido o interstício mínimo de 18 (dezoito) meses de efetivo exercício no padrão em que se encontrar.

Art. 156. Para fins de promoção, será estruturado o Sistema de Desenvolvimento na Carreira - SIDEC, baseado no acúmulo de pontos a serem atribuídos ao servidor em virtude dos seguintes fatores:

I - resultados obtidos em avaliação de desempenho individual;

II - freqüência e aproveitamento em atividades de capacitação;

III - titulação;

IV - ocupação de funções de confiança, cargos em comissão ou designação para coordenação de equipe ou unidade;

V - tempo de efetivo exercício no cargo;

VI - produção técnica ou acadêmica na área específica de exercício do servidor;

VII - exercício em unidades de lotação prioritárias; e

VIII - participação regular como instrutor em cursos técnicos ofertados no plano anual de capacitação do órgão.

§ 1o Além dos fatores enumerados nos incisos I a VIII do caput deste artigo, outros fatores poderão ser estabelecidos, na forma do regulamento, considerando projetos e atividades prioritárias, condições especiais de trabalho e características específicas das Carreiras ou cargos.

§ 2o Ato do Poder Executivo definirá o peso de cada um dos fatores, os critérios de sua aplicação e a forma de cálculo do resultado final.[[378]](#footnote-379)

Art. 157. O quantitativo de cargos por classe das Carreiras de que trata o art. 154 desta Lei, observado o total de cada cargo da Carreira, obedecerá aos seguintes limites:**(Redação dada pela Lei nº 12.775, de 28.12.2012)**

 I - para as carreiras de que tratam os incisos I, II e XVI a XL do **caput** do art. 154: **(Redação dada pela Lei nº 13.326, de 2016)**

a) 45% (quarenta e cinco por cento) do total de cada cargo da Carreira na classe A;**(Redação dada pela Lei nº 12.775, de 28.12.2012)**

b) até 35% (trinta e cinco por cento) do total de cada cargo da Carreira na classe B;**(Redação dada pela Lei nº 12.775, de 28.12.2012)**

c) até 20% (vinte por cento) do total de cada cargo da Carreira na classe Especial; e**(Redação dada pela Lei nº 12.775, de 28.12.2012)**

II - para as Carreiras de que tratam os incisos III a XV do caputdo art. 154: (**(Redação dada pela Lei nº 12.775, de 28.12.2012)**

a) 30% (trinta por cento) do total de cada cargo da Carreira na classe A;

b) até 27% (vinte e sete por cento) do total de cada cargo da Carreira na classe B;

c) até 23% (vinte e três por cento) do total de cada cargo da Carreira na classe C; e

d) até 20% (vinte por cento) do total de cada cargo da Carreira na classe Especial.

§ 1o Para fins do cálculo do total de vagas disponíveis por classe para promoção, o quantitativo de cargos cujos titulares estejam posicionados na classe há mais de 10 (dez) anos será somado às vagas existentes, observado o limite de cada classe conforme estabelecido nas alíneas *a*, *b* e *c* do inciso I e *a*, *b*, *c* e *d* do inciso II do caput deste artigo.

§ 2o O titular de cargo integrante das Carreiras de que trata o art. 154 desta Lei que permanecer por mais de 15 (quinze) anos posicionado em uma mesma classe, desde que tenha obtido, durante pelo menos 2/3 (dois terços) do período de permanência na classe, percentual na avaliação de desempenho individual suficiente para progressão com 12 (doze) meses de efetivo exercício, será automaticamente promovido à classe subseqüente.

§ 3o O disposto no § 2o deste artigo não se aplica à promoção para a classe Especial.

§ 4o  Os limites estabelecidos nas alíneas *a* e *c* do inciso I do capute *a* e *d* do  inciso  II do caputpoderão ser aumentados para 60% (sessenta por cento) e 25% (vinte e cinco por cento), respectivamente:  **(Redação dada pela Lei nº 12.775, de 28.12.2012)**

I - até 31 de agosto de 2013, no caso dos cargos referidos nos incisos I a XIV do caputdo art. 154, visando a permitir maior alocação de vagas nas classes iniciais e o ajuste gradual do quadro de distribuição de cargos por classe existente em 28 de agosto de 2008; e  **(Incluído pela Lei nº 12.775, de 28.12.2012)**

II - até 31 de agosto de 2016, no caso dos cargos referidos no inciso XV do caputdo art. 154, visando a permitir maior alocação de vagas nas classes iniciais e o ajuste gradual do quadro de distribuição de cargos por classe existente em 30 de agosto de 2012. e  **(Incluído pela Lei nº 12.775, de 28.12.2012)**

III - até 31 de agosto de 2020, no caso dos cargos referidos nos incisos XVI a XXXVIII do art. 154 desta Lei, visando a permitir maior alocação de vagas nas classes iniciais e ajuste gradual do quadro de distribuição de cargos por classe existente em 31 de dezembro de 2015. **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

§ 5o  Os limites estabelecidos nas alíneas “a” e “d” do inciso II do **caput** poderão ser aumentados, até 31 de agosto de 2020, para 60% (sessenta por cento) e para 25% (vinte e cinco por cento), respectivamente, no caso dos cargos de Agente Executivo da CVM e de Agente Executivo da Susep, visando a permitir maior alocação de vagas nas classes iniciais e o ajuste gradual do quadro de distribuição de cargos por classe existente em 31 de dezembro de 2015. **(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

Art. 158.  Enquanto não forem publicados os atos a que se referem o § 1o do art. 155 e o § 2o do art. 156 desta Lei, as progressões e as promoções dos ocupantes dos cargos que integram as carreiras referidas no art. 154 desta Lei serão concedidas observando-se as normas vigentes: **(Redação dada pela Lei nº 13.326, de 2016)**

I - em 28 de agosto de 2008, para os cargos referidos nos incisos I a XI do caputdo art. 154; e  **(Incluído pela Lei nº 12.775, de 28.12.2012)**

II - em 30 de agosto de 2012, para o cargo referido no inciso XV do caputdo art. 154. **(Incluído pela Lei nº 12.775, de 28.12.2012)**

III - em 31 de dezembro de 2015, para os cargos referidos nos incisos XVI a XL do **caput**do art. 154. **(Incluído pela Lei nº 13.326, de 2016)**

Art. 159. O índice de pontuação do servidor no SIDEC poderá ser usado como critério de preferência em:

I - concurso de remoção;

II - custeio e liberação para curso de longa duração;

III - seleção pública para função de confiança; e

IV - premiação por desempenho destacado.

Parágrafo único. Ato do Poder Executivo definirá em que casos será utilizado o índice de pontos do SIDEC e a forma de sua aplicação.

**CAPÍTULO III**

**DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS**

Art. 160. Não são cumulativos  os  valores eventualmente percebidos pelos servidores ativos ou aposentados ou pelos pensionistas abrangidos por esta Lei com base na legislação vigente em 28 de agosto de 2008 com os valores decorrentes da aplicação desta Lei aos vencimentos ou subsídio ou proventos de aposentadoria ou pensão.

§ 1o Observado o disposto no caput deste artigo, os valores eventualmente percebidos pelo servidor ou pensionista a título de vencimentos, subsídio ou proventos da aposentadoria ou pensões, de 1o de julho de 2008 até 28 de agosto de 2008 deverão ser deduzidos dos valores devidos a partir de 1o de julho de 2008, conforme a Carreira ou plano de Carreiras e cargos a que pertença o servidor ou o instituidor da pensão.

§ 2o Para fins do disposto neste artigo, os vencimentos compreendem a soma do vencimento básico com as vantagens permanentes relativas ao cargo, conforme disposto na Lei no 8.852, de 4 de fevereiro de 1994 e, ainda, as seguintes parcelas:

I - vantagens pessoais e Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas - VPNI, de qualquer origem e natureza;

II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo de provimento em comissão;

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI - vantagens incorporadas aos proventos ou pensões por força dos arts. 180 e 184 da Lei no 1.711, de 28 de outubro de 1952, e dos arts. 192 e 193 da Lei no 8.112, de 11 dezembro de 1990;

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

X - adicional noturno;

XI - adicional pela prestação de serviço extraordinário;

XII - outras gratificações adicionais, ou parcelas remuneratórias complementares de qualquer origem ou natureza; e

XIII - valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.

Art. 161. As limitações a cessões veiculadas nesta Lei não implicam revogação de normas específicas no que elas forem mais restritivas.

Art. 162. Os servidores que em 28 de agosto de 2008 se encontravam cedidos, em conformidade com a legislação então vigente, poderão permanecer nessa condição até o final do prazo estipulado no ato de cessão e, ainda, terem a cessão renovada 1 (uma) vez pelo prazo de até 1 (um) ano.

Parágrafo único. No caso de o ato de cessão não prever prazo, será considerado como data final 31 de agosto de 2009.

Art. 163. As limitações ao exercício de outras atividades pelos servidores, constantes desta Lei, não implicam afastamento de restrições constantes de outras normas.

Art. 164. São criados, para provimento gradual, no Quadro de Pessoal:

I - do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 200 (duzentos) cargos de Analista de Planejamento e Orçamento da Carreira de Planejamento e Orçamento, de que trata a Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001; e

II - da Defensoria Pública da União:

a) 7 (sete) cargos de Defensor Público de Categoria Especial;

b) 20 (vinte) cargos de Defensor Público de Primeira Categoria; e

c) 173 (cento e setenta e três) cargos de Defensor Público de Segunda Categoria.

Art. 165. O total de cargos de Defensor Público da Carreira de Defensor Público, a partir da data de publicação da Medida Provisória no 440, de 29 de agosto de 2008, passa a ser de 481 (quatrocentos e oitenta e um) cargos, assim distribuídos:

I - 41 (quarenta e um) cargos de Defensor Público de Categoria Especial;

II - 76 (setenta e seis) cargos de Defensor Público de Primeira Categoria; e

III - 364 (trezentos e sessenta e quatro) cargos de Defensor Público de Segunda Categoria.

Art. 166. Ficam criados na Carreira Policial Federal de que tratam o art. 1o do Decreto-Lei no 2.251, de 26 de fevereiro de 1985, e a Lei no 9.266, de 15 de março de 1996:

I - 500 (quinhentos) cargos de Delegado de Polícia Federal;

II - 300 (trezentos) cargos de Perito Criminal Federal;

III - 750 (setecentos e cinqüenta) cargos de Agente de Polícia Federal;

IV - 400 (quatrocentos) cargos de Escrivão de Polícia Federal; e

V - 50 (cinqüenta) cargos de Papiloscopista de Polícia Federal.

Parágrafo único. (VETADO)

Art. 167. (VETADO)

Art. 168. (VETADO)

Art. 169. Ficam revogados:

I - os arts. 9o, 10 e 11-A da Lei no 9.650, de 27 de maio de 1998;

II - os arts. 8o, 8o-A, 9o, 10, 13, 13-A, 15 e 16 e os Anexos VII, VII-A, VIII e VIII-A da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001;

III - os arts. 7o, 8o, 15 e 21 e os Anexos IV-A, [V](file:///G:\Consultoria\2008\LEIS\2002\L10593.htm#anexov) e VI da Lei no 10.593, de 6 de dezembro de 2002;

IV - os arts. 2o, 3o, 4o, 5o, 6o, 7o, 8o, 9o, 10, 11, 12, 13, 14, 14-A, 15 e 16 e o Anexo II da Lei no 10.910, de 15 de julho de 2004;

V - os arts. 7o a 15 e o Anexo IV da Lei no 11.094, de 13 de janeiro de 2005;

VI - o art. 2o da Lei no 11.344, de 8 de setembro de 2006; e

VII - o art. 20 da Lei no 11.356, de 19 de outubro de 2006.

Art. 170. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de dezembro de 2008; 187o da Independência e 120o da República.

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

*Paulo Bernardo Silva*

**ANEXO I**

**(Anexo III da Lei no 10.910, de 15 de julho de 2004)**

**CARREIRA DE AUDITORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL E CARREIRA DE AUDITORIA-FISCAL DO TRABALHO**

TABELA DE CORRELAÇÃO DE CARGOS

| SITUAÇÃO EM 30 DE JUNHO DE 2009 | | | SITUAÇÃO A PARTIR DE 1o JUL 2009 | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | PADRÃO | CLASSE | CARGOS |
| Auditor-Fiscal da  Receita Federal do Brasil  Analista-Tributário da Receita  Federal do Brasil  Auditor-Fiscal do Trabalho | ESPECIAL | IV | IV | ESPECIAL | Auditor-Fiscal da  Receita Federal do  Brasil  Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil  Auditor-Fiscal do Trabalho |
| III | III |
| II | II |
| I | I |
| B | IV |  | B |
| III | IV |
| II |  |
| I |  |
|  | V | III |  |
| A | IV | II |  |
|  | III | I |  |
|  | II | V |  |
|  | I | IV |  |
|  |  | III | A |
|  |  | II |  |
|  |  | I |  |  |

ANEXO II

**(Anexo IV da Lei no 10.910, de 15 de julho de 2004)**

**CARREIRA DE AUDITORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL E CARREIRA DE AUDITORIA-FISCAL DO TRABALHO**

VALOR DO SUBSÍDIO

a) Tabela I: Cargos de Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil e Auditor-Fiscal do Trabalho

| Em R$ | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| CLASSE |  | VALOR DO SUBSÍDIO | | |
| PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
|  | 1o JUL 2008 | 1o JUL 2009 | 1o JUL 2010 |
| ESPECIAL | IV | 16.680,00 | 18.260,00 | 19.451,00 |
| III | 16.378,46 | 17.934,39 | 18.910,61 |
| II | 16.083,60 | 17.615,25 | 18.576,24 |
| I | 15.795,19 | 17.302,23 | 18.247,78 |
| B | IV | 15.114,97 | 16.608,73 | 17.545,94 |
| III | 14.829,14 | 16.287,14 | 17.201,90 |
| II | 14.549,81 | 15.972,19 | 16.864,61 |
| I | 14.276,81 | 15.663,75 | 16.533,93 |
| A | V | 13.679,49 | 15.042,71 | 15.898,01 |
| IV | 13.426,66 | 14.753,69 | 15.586,28 |
| III | 13.179,54 | 14.470,63 | 15.280,67 |
| II | 12.937,97 | 14.193,38 | 14.981,05 |
| I | 12.535,36 | 13.067,00 | 13.600,00 |

b) Tabela II: Cargos de Analista-Tributário da Receita Federal do Brasil

| Em R$ | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | VALOR DO SUBSÍDIO | | |
| CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
|  |  | 1o JUL 2008 | 1o JUL 2009 | 1o JUL 2010 |
|  | IV | 9.456,00 | 10.608,00 | 11.595,00 |
| ESPECIAL | III | 9.270,59 | 10.349,27 | 11.181,37 |
|  | II | 9.088,81 | 10.096,85 | 10.962,13 |
|  | I | 8.910,60 | 9.850,58 | 10.747,19 |
|  | IV | 8.567,88 | 9.471,71 | 10.333,83 |
| B | III | 8.399,89 | 9.240,70 | 9.936,38 |
|  | II | 8.235,18 | 9.015,31 | 9.554,21 |
|  | I | 8.073,71 | 8.795,43 | 9.186,74 |
|  | V | 7.838,55 | 8.457,14 | 8.833,40 |
|  | IV | 7.684,86 | 8.250,87 | 8.660,20 |
| A | III | 7.534,17 | 8.049,63 | 8.490,39 |
|  | II | 7.386,44 | 7.853,30 | 8.323,91 |
|  | I | 7.095,53 | 7.624,56 | 7.996,07 |

ANEXO III

**(Anexo I da Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006)**

TABELA DE SUBSÍDIOS PARA AS CARREIRAS DA ÁREA JURÍDICA

(Incisos I a V do art. 1o)

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Em R$ | | | |
| CATEGORIA | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| 1o JUL 2008 | 1o JUL 2009 | 1o JUL 2010 |
| ESPECIAL | 16.680,00 | 18.260,00 | 19.451,00 |
| PRIMEIRA | 16.014,13 | 16.584,15 | 17.201,90 |
| SEGUNDA | 14.049,53 | 14.549,53 | 14.970,60 |

ANEXO IV  
**(Redação dada pela Lei nº 13.327, de 2016)**

TABELA DE SUBSÍDIOS PARA AS CARREIRAS DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

a)  Valor do subsídio dos Cargos de Nível Superior das Carreiras de Gestão Governamental

Em R$

| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | VALOR DO SUBSÍDIO  EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Auditor Federal de Finanças e Controle   Analista de Planejamento e Orçamento   Analista de Comércio Exterior   Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental | ESPECIAL | IV | 21.391,10 | 22.567,61 | 24.142,66 | 25.745,61 | 27.369,67 |
| III | 20.796,81 | 21.940,63 | 23.471,92 | 25.030,34 | 26.609,28 |
| II | 20.429,09 | 21.552,69 | 23.056,90 | 24.587,76 | 26.138,79 |
| I | 20.067,86 | 21.171,59 | 22.649,21 | 24.153,00 | 25.676,60 |
| C | III | 19.296,02 | 20.357,30 | 21.778,09 | 23.224,04 | 24.689,04 |
| II | 18.917,67 | 19.958,14 | 21.351,07 | 22.768,67 | 24.204,95 |
| I | 18.546,73 | 19.566,80 | 20.932,41 | 22.322,22 | 23.730,33 |
| B | III | 18.183,07 | 19.183,14 | 20.521,98 | 21.884,53 | 23.265,03 |
| II | 17.483,72 | 18.445,32 | 19.732,67 | 21.042,82 | 22.370,22 |
| I | 17.140,90 | 18.083,65 | 19.345,75 | 20.630,21 | 21.931,59 |
| A | III | 16.804,81 | 17.729,07 | 18.966,43 | 20.225,70 | 21.501,56 |
| II | 16.475,30 | 17.381,44 | 18.594,53 | 19.829,12 | 21.079,96 |
| I | 15.003,70 | 15.828,90 | 16.933,64 | 18.057,95 | 19.197,06 |

b)  Valor do subsídio do Cargo de Técnico Federal de Finanças e Controle da Carreira  Finanças e Controle

Em R$

| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | VALOR DO SUBSÍDIO  EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Técnico Federal de Finanças e Controle | ESPECIAL | IV | 9.780,92 | 10.318,87 | 11.039,05 | 11.771,99 | 12.514,58 |
| III | 9.331,00 | 9.844,21 | 10.531,26 | 11.230,48 | 11.938,91 |
| II | 9.050,43 | 9.548,20 | 10.214,60 | 10.892,79 | 11.579,92 |
| I | 8.778,31 | 9.261,12 | 9.907,47 | 10.565,28 | 11.231,75 |
| C | III | 8.242,54 | 8.695,88 | 9.302,79 | 9.920,44 | 10.546,24 |
| II | 7.994,70 | 8.434,41 | 9.023,07 | 9.622,15 | 10.229,13 |
| I | 7.754,32 | 8.180,81 | 8.751,77 | 9.332,84 | 9.921,56 |
| B | III | 7.062,13 | 7.450,55 | 7.970,54 | 8.499,74 | 9.035,92 |
| II | 6.849,79 | 7.226,53 | 7.730,89 | 8.244,18 | 8.764,23 |
| I | 6.643,82 | 7.009,23 | 7.498,42 | 7.996,28 | 8.500,69 |
| A | III | 6.050,76 | 6.383,55 | 6.829,08 | 7.282,49 | 7.741,88 |
| II | 5.868,83 | 6.191,62 | 6.623,74 | 7.063,53 | 7.509,10 |
| I | 5.692,36 | 6.005,44 | 6.424,57 | 6.851,13 | 7.283,31 |

c)  Valor do subsídio do Cargo de Nível Intermediário da Carreira de Planejamento e Orçamento

 Em R$

| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | VALOR DO SUBSÍDIO  EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Técnico de Planejamento e Orçamento | ESPECIAL | IV | 9.780,92 | 10.318,87 | 11.039,05 | 11.771,99 | 12.514,58 |
| III | 9.331,00 | 9.844,21 | 10.531,26 | 11.230,48 | 11.938,91 |
| II | 9.050,43 | 9.548,20 | 10.214,60 | 10.892,79 | 11.579,92 |
| I | 8.778,31 | 9.261,12 | 9.907,47 | 10.565,28 | 11.231,75 |
| C | III | 8.242,54 | 8.695,88 | 9.302,79 | 9.920,44 | 10.546,24 |
| II | 7.994,70 | 8.434,41 | 9.023,07 | 9.622,15 | 10.229,13 |
| I | 7.754,32 | 8.180,81 | 8.751,77 | 9.332,84 | 9.921,56 |
| B | III | 7.062,13 | 7.450,55 | 7.970,54 | 8.499,74 | 9.035,92 |
| II | 6.849,79 | 7.226,53 | 7.730,89 | 8.244,18 | 8.764,23 |
| I | 6.643,82 | 7.009,23 | 7.498,42 | 7.996,28 | 8.500,69 |
| A | III | 6.050,76 | 6.383,55 | 6.829,08 | 7.282,49 | 7.741,88 |
| II | 5.868,83 | 6.191,62 | 6.623,74 | 7.063,53 | 7.509,10 |
| I | 5.692,36 | 6.005,44 | 6.424,57 | 6.851,13 | 7.283,31 |

ANEXO V

**(Anexo II da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998)**

**CARREIRA DE ESPECIALISTA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO**

a) Tabela I: Vencimento básico do Cargo de Analista do Banco Central do Brasil

| Em R$ | | |
| --- | --- | --- |
| CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS |
|  |  | DE 1o MAR 2008 A 30 JUN 2008 |
|  | IV | 6.769,14 |
| ESPECIAL | III | 6.408,53 |
|  | II | 6.067,12 |
|  | I | 5.743,90 |
|  | III | 5.437,90 |
| C | II | 5.148,20 |
|  | I | 4.873,93 |
|  | III | 4.614,27 |
| B | II | 4.368,45 |
|  | I | 4.135,72 |
|  | III | 3.915,39 |
| A | II | 3.706,80 |
|  | I | 3.509,32 |

b) Tabela II: Vencimento básico do Cargo de Técnico do Banco Central do Brasil

| Em R$ | | |
| --- | --- | --- |
| CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS |
| DE 1o MAR 2008 A 30 JUN 2008 |
|  | IV | 3.384,57 |
| ESPECIAL | III | 3.204,27 |
|  | II | 3.033,56 |
|  | I | 2.871,95 |
|  | III | 2.718,95 |
| C | II | 2.574,10 |
|  | I | 2.436,97 |
|  | III | 2.307,14 |
| B | II | 2.184,23 |
|  | I | 2.067,86 |
|  | III | 1.957,70 |
| A | II | 1.853,40 |
|  | I | 1.754,66 |

ANEXO VI

**(Anexo II-A da Lei no 9.650, de 27 de maio de 1998)**

TABELA DE SUBSÍDIOS

CARREIRA DE ESPECIALISTA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

a) Tabela I: Valor do subsídio do Cargo de Analista do Banco Central do Brasil

| Em R$ | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| 1o JUL 2008 | 1o JUL 2009 | 1o JUL 2010 |
|  |  | IV | 14.511,60 | 17.347,00 | 18.478,45 |
|  | ESPECIAL | III | 14.332,98 | 17.037,67 | 17.965,08 |
|  |  | II | 13.995,68 | 16.734,49 | 17.647,43 |
| Analista do |  | I | 13.666,32 | 16.437,12 | 17.335,39 |
| Banco |  | III | 13.242,56 | 15.778,30 | 16.668,64 |
| Central do | C | II | 12.930,92 | 15.472,78 | 16.341,81 |
| Brasil |  | I | 12.626,62 | 15.173,58 | 16.021,38 |
|  |  | III | 12.278,06 | 14.880,56 | 15.707,23 |
|  | B | II | 11.720,04 | 14.290,57 | 15.103,11 |
|  |  | I | 11.681,19 | 14.016,00 | 14.806,97 |
|  |  | III | 11.466,20 | 13.747,10 | 14.516,64 |
|  | A | II | 11.256,03 | 13.483,71 | 14.232,00 |
|  |  | I | 10.905,76 | 12.413,65 | 12.960,77 |

b) Tabela II: Valor do subsídio do Cargo de Técnico do Banco Central do Brasil

| Em R$ | | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| 1o JUL 2008 | 1o JUL 2009 | 1o JUL 2010 |
|  |  | IV | 7.123,00 | 7.538,00 | 8.449,13 |
|  | ESPECIAL | III | 6.915,53 | 7.304,26 | 8.060,48 |
|  |  | II | 6.714,11 | 7.077,77 | 7.818,11 |
|  |  | I | 6.518,55 | 6.858,31 | 7.583,04 |
| Técnico do Banco |  | III | 6.208,15 | 6.470,10 | 7.120,22 |
| Central do Brasil | C | II | 6.027,33 | 6.269,48 | 6.906,13 |
|  |  | I | 5.851,77 | 6.075,08 | 6.698,48 |
|  |  | III | 5.626,71 | 5.731,20 | 6.100,54 |
|  | B | II | 5.516,38 | 5.564,28 | 5.917,11 |
|  |  | I | 5.381,83 | 5.402,21 | 5.739,19 |
|  |  | III | 5.174,84 | 5.194,43 | 5.226,88 |
|  | A | II | 5.024,12 | 5.043,14 | 5.069,72 |
|  |  | I | 4.887,27 | 4.896,25 | 4.917,28 |

ANEXO VII  
**(Redação dada pela Lei nº 13.464, de 2017)**

TABELA DE SUBSÍDIOS PARA A CARREIRA DE DIPLOMATA

Em R$

| CLASSE | VALOR DO SUBSÍDIO | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | |
| 1o JAN 2015 | 1o JAN 2017 | 1o JAN 2018 | 1o JAN 2019 |
| Ministro de Primeira Classe | 21.391,10 | 24.142,66 | 25.745,61 | 27.369,67 |
| Ministro de Segunda Classe | 20.570,16 | 23.216,12 | 24.757,55 | 26.319,29 |
| Conselheiro | 19.148,62 | 21.611,73 | 23.046,63 | 24.500,44 |
| Primeiro Secretário | 17.821,67 | 20.114,09 | 21.449,56 | 22.802,63 |
| Segundo Secretário | 16.590,06 | 18.724,06 | 19.967,24 | 21.226,79 |
| Terceiro Secretário | 15.005,26 | 16.935,40 | 18.059,83 | 19.199,06 |

ANEXO VIII

ESTRUTURA DOS CARGOS INTEGRANTES DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA SUSEP

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO |
|  |  | IV |
|  | ESPECIAL | III |
|  |  | II |
|  |  | I |
| Analista Técnico da Susep |  | III |
| Agente Executivo da Susep | C | II |
| Demais cargos de nível intermediário do |  | I |
| Quadro de Pessoal da Susep |  | III |
|  | B | II |
|  |  | I |
|  |  | III |
|  | A | II |
|  |  | I |

ANEXO IX  
**(Redação dada pela Lei nº 13.327, de 2016)**

TABELA DE SUBSÍDIOS DO CARGO DE ANALISTA TÉCNICO DA SUSEP

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | VALOR DO SUBSÍDIO  EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Analista Técnico da SUSEP | ESPECIAL | IV | 21.391,10 | 22.567,61 | 24.142,65 | 25.745,60 | 27.369,67 |
| III | 20.796,81 | 21.940,63 | 23.471,92 | 25.030,34 | 26.609,28 |
| II | 20.429,09 | 21.552,69 | 23.056,90 | 24.587,76 | 26.138,79 |
| I | 20.067,86 | 21.171,60 | 22.649,21 | 24.153,00 | 25.676,60 |
| C | III | 19.296,02 | 20.357,30 | 21.778,08 | 23.224,04 | 24.689,04 |
| II | 18.917,67 | 19.958,14 | 21.351,07 | 22.768,67 | 24.204,95 |
| I | 18.546,73 | 19.566,80 | 20.932,42 | 22.322,22 | 23.730,34 |
| B | III | 18.183,07 | 19.183,13 | 20.521,97 | 21.884,52 | 23.265,03 |
| II | 17.483,72 | 18.445,33 | 19.732,67 | 21.042,82 | 22.370,22 |
| I | 17.140,90 | 18.083,65 | 19.345,75 | 20.630,21 | 21.931,59 |
| A | III | 16.804,81 | 17.729,07 | 18.966,43 | 20.225,70 | 21.501,57 |
| II | 16.475,30 | 17.381,45 | 18.594,54 | 19.829,12 | 21.079,97 |
| I | 15.003,70 | 15.828,90 | 16.933,64 | 18.057,94 | 19.197,06 |

ANEXO X  
**(Redação dada pela Lei nº 13.327, de 2016)**

**TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS INTEGRANTES DO PLANO DE CARGOS E CARREIRAS DA SUSEP**

a) Vencimento básico dos Cargos de nível intermediário

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO  EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Cargos de Agente Executivo   e demais cargos de nível intermediário  do Plano de Cargos e Carreiras da SUSEP | ESPECIAL | IV | 5.024,09 | 5.300,41 | 5.670,34 | 6.046,83 | 6.428,27 |
| III | 4.901,56 | 5.171,15 | 5.532,05 | 5.899,35 | 6.271,49 |
| II | 4.782,01 | 5.045,02 | 5.397,12 | 5.755,47 | 6.118,53 |
| I | 4.665,38 | 4.921,98 | 5.265,49 | 5.615,09 | 5.969,30 |
| C | III | 4.422,16 | 4.665,38 | 4.990,99 | 5.322,36 | 5.658,10 |
| II | 4.314,31 | 4.551,60 | 4.869,26 | 5.192,56 | 5.520,11 |
| I | 4.209,08 | 4.440,58 | 4.750,50 | 5.065,91 | 5.385,47 |
| B | III | 3.989,65 | 4.209,08 | 4.502,84 | 4.801,81 | 5.104,71 |
| II | 3.892,34 | 4.106,42 | 4.393,02 | 4.684,69 | 4.980,21 |
| I | 3.797,40 | 4.006,26 | 4.285,86 | 4.570,42 | 4.858,73 |
| A | III | 3.599,44 | 3.797,41 | 4.062,44 | 4.332,16 | 4.605,44 |
| II | 3.501,40 | 3.693,98 | 3.951,79 | 4.214,17 | 4.480,00 |
| I | 3.406,03 | 3.593,36 | 3.844,15 | 4.099,38 | 4.357,98 |

b) Vencimento básico dos Cargos de nível superior integrantes do quadro suplementar a que se refere o § 5o do art. 52 da Lei no 11.890, de 24 de dezembro de 2008.

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO  EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Cargos de nível superior integrantes do quadro suplementar a que se refere o § 5o do art. 52 da Lei no 11.890, de 24 de dezembro de 2008 | ESPECIAL | IV | 10.986,70 | 11.590,97 | 12.399,93 | 13.223,22 | 14.057,36 |
| III | 10.742,40 | 11.333,23 | 12.124,21 | 12.929,19 | 13.744,78 |
| II | 10.500,84 | 11.078,39 | 11.851,57 | 12.638,46 | 13.435,71 |
| I | 10.265,01 | 10.829,59 | 11.585,41 | 12.354,62 | 13.133,96 |
| C | III | 9.907,51 | 10.452,42 | 11.181,92 | 11.924,35 | 12.676,55 |
| II | 9.666,20 | 10.197,84 | 10.909,57 | 11.633,91 | 12.367,79 |
| I | 9.430,58 | 9.949,26 | 10.643,64 | 11.350,33 | 12.066,32 |
| B | III | 9.091,14 | 9.591,15 | 10.260,54 | 10.941,79 | 11.632,01 |
| II | 8.869,55 | 9.357,38 | 10.010,45 | 10.675,09 | 11.348,49 |
| I | 8.652,64 | 9.128,54 | 9.765,64 | 10.414,03 | 11.070,96 |
| A | III | 8.328,17 | 8.786,22 | 9.399,43 | 10.023,50 | 10.655,80 |
| II | 8.124,94 | 8.571,81 | 9.170,06 | 9.778,90 | 10.395,77 |
| I | 7.843,39 | 8.274,78 | 8.852,29 | 9.440,04 | 10.035,53 |

c) Vencimento básico dos Cargos de nível superior integrantes do quadro suplementar a que se refere o § 5º do art. 52 da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008.

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO  EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Cargos de nível superior integrantes do quadro suplementar a que se refere o §5º do art. 52 da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008 | ESPECIAL | IV | 10.986,70 | 11.590,97 | 12.399,93 | 13.223,22 | 14.057,36 |
| III | 10.742,40 | 11.333,23 | 12.124,21 | 12.929,19 | 13.744,78 |
| II | 10.500,84 | 11.078,39 | 11.851,57 | 12.638,46 | 13.435,71 |
| I | 10.265,01 | 10.829,59 | 11.585,41 | 12.354,62 | 13.133,96 |
| C | III | 9.907,51 | 10.452,42 | 11.181,92 | 11.924,35 | 12.676,55 |
| II | 9.666,20 | 10.197,84 | 10.909,57 | 11.633,91 | 12.367,79 |
| I | 9.430,58 | 9.949,26 | 10.643,64 | 11.350,33 | 12.066,32 |
| B | III | 9.091,14 | 9.591,15 | 10.260,54 | 10.941,79 | 11.632,01 |
| II | 8.869,55 | 9.357,38 | 10.010,45 | 10.675,09 | 11.348,49 |
| I | 8.652,64 | 9.128,54 | 9.765,64 | 10.414,03 | 11.070,96 |
| A | III | 8.328,17 | 8.786,22 | 9.399,43 | 10.023,50 | 10.655,80 |
| II | 8.124,94 | 8.571,81 | 9.170,06 | 9.778,90 | 10.395,77 |
| I | 7.843,39 | 8.274,78 | 8.852,29 | 9.440,04 | 10.035,53 |

ANEXO X-A  
**(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

TABELA DE SUBSÍDIOS DOS CARGOS DE AGENTE EXECUTIVO DA SUSEP

                                                                                               Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Cargos de Agente Executivo da SUSEP | ESPECIAL | IV | 9.357,34 | 9.978,83 | 10.608,27 |
| III | 9.128,05 | 9.734,35 | 10.348,49 |
| II | 8.906,12 | 9.497,47 | 10.096,53 |
| I | 8.687,49 | 9.264,09 | 9.848,30 |
| C | III | 8.234,99 | 8.781,36 | 9.335,10 |
| II | 8.033,26 | 8.566,56 | 9.107,11 |
| I | 7.836,50 | 8.356,91 | 8.884,47 |
| B | III | 7.428,84 | 7.921,81 | 8.421,71 |
| II | 7.249,02 | 7.730,69 | 8.218,21 |
| I | 7.072,86 | 7.542,42 | 8.017,73 |
| A | III | 6.702,44 | 7.147,16 | 7.598,44 |
| II | 6.519,79 | 6.953,17 | 7.392,00 |
| I | 6.342,15 | 6.763,38 | 7.189,98 |

ANEXO XI

**TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS INTEGRANTES DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA SUSEP**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| SITUAÇÃO ATUAL | | | SITUAÇÃO NOVA | | |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO | PADRÃO | CLASSE | CARGO |
| Analista Técnico |  | IV | IV |  | Analista Técnico da Susep da |
| do Quadro | ESPECIAL | III | III | ESPECIAL | Carreira de Analista Técnico |
| de Pessoal da |  | II | II |  | da Susep |
| Susep |  | I | I |  | Analista Técnico |
| Agente Executivo |  | III | III |  | do Quadro Suplementar |
| do Quadro de | C | II | II | C | do Plano de Carreiras e |
| Pessoal da Susep |  | I | I |  | Cargos da Susep |
| Demais cargos |  | III | III |  | Agente Executivo |
| de nível | B | II | II | B | da Susep do Plano de |
| intermediário do |  | I | I |  | Carreiras e Cargos da Susep |
| Quadro de Pessoal |  | III | III |  | Demais cargos de nível |
| da Susep | A | II | II | A | intermediário do Plano de |
|  |  | I | I |  | Carreiras e Cargos da Susep |

ANEXO XII  
**(Redação dada pela Le nº 13.327, de 2016)**

**VALOR DOS PONTOS DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES ESPECÍFICAS DA SUSEP - GDASUSEP**

 a) Valor do ponto da GDASUSEP para cargos de nível intermediário

 Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Cargos de Agente Executivo e demais cargos de nível intermediário do Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP | ESPECIAL | IV | 32,66 | 34,46 | 36,87 | 39,32 | 41,80 |
| III | 31,86 | 33,61 | 35,96 | 38,35 | 40,77 |
| II | 31,09 | 32,80 | 35,09 | 37,42 | 39,78 |
| I | 30,32 | 31,99 | 34,22 | 36,49 | 38,79 |
| C | III | 28,74 | 30,32 | 32,44 | 34,59 | 36,77 |
| II | 28,04 | 29,58 | 31,64 | 33,74 | 35,87 |
| I | 27,35 | 28,85 | 30,86 | 32,91 | 34,99 |
| B | III | 25,92 | 27,35 | 29,26 | 31,20 | 33,17 |
| II | 25,31 | 26,70 | 28,56 | 30,46 | 32,38 |
| I | 24,69 | 26,05 | 27,87 | 29,72 | 31,59 |
| A | III | 23,39 | 24,68 | 26,40 | 28,15 | 29,93 |
| II | 22,75 | 24,00 | 25,68 | 27,39 | 29,12 |
| I | 22,13 | 23,35 | 24,98 | 26,64 | 28,32 |

  e) Valor do ponto da GDASUSEP para cargos Agente Executivo da SUSEP:

                                                                                       Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 |
| Cargos de Agente Executivo da SUSEP | ESPECIAL | IV | 32,66 | 34,46 |
| III | 31,86 | 33,61 |
| II | 31,09 | 32,80 |
| I | 30,32 | 31,99 |
| C | III | 28,74 | 30,32 |
| II | 28,04 | 29,58 |
| I | 27,35 | 28,85 |
| B | III | 25,92 | 27,35 |
| II | 25,31 | 26,70 |
| I | 24,69 | 26,05 |
| A | III | 23,39 | 24,68 |
| II | 22,75 | 24,00 |
| I | 22,13 | 23,35 |

c) Valor do ponto da GDASUSEP para cargos de nível superior

 Em R$

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Cargos de nível superior integrantes do quadro suplementar a que se refere o § 5º do art. 52 da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008 | ESPECIAL | IV | 71,42 | 75,35 | 80,61 | 85,96 | 91,38 |
| III | 69,84 | 73,68 | 78,82 | 84,05 | 89,35 |
| II | 68,26 | 72,01 | 77,04 | 82,16 | 87,34 |
| I | 66,73 | 70,40 | 75,31 | 80,31 | 85,38 |
| C | III | 64,40 | 67,94 | 72,68 | 77,51 | 82,40 |
| II | 62,83 | 66,29 | 70,92 | 75,63 | 80,40 |
| I | 61,29 | 64,66 | 69,17 | 73,76 | 78,41 |
| B | III | 59,09 | 62,34 | 66,69 | 71,12 | 75,61 |
| II | 57,65 | 60,82 | 65,06 | 69,38 | 73,76 |
| I | 56,24 | 59,33 | 63,47 | 67,68 | 71,95 |
| A | III | 54,13 | 57,11 | 61,10 | 65,16 | 69,27 |
| II | 52,80 | 55,70 | 59,59 | 63,55 | 67,56 |
| I | 50,98 | 53,78 | 57,53 | 61,35 | 65,22 |

ANEXO XIII

ESTRUTURA DOS CARGOS INTEGRANTES DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA CVM

a) Carreiras do Plano de Carreiras e Cargos da CVM

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO |
| Analista da CVM  Inspetor da CVM | ESPECIAL | IV |
| III |
| II |
| I |
| C | III |
| II |
| I |
| B | III |
| II |
| I |
| A | III |
| II |
| I |

b) Cargo de Agente Executivo da CVM

| CARGO | CLASSE | PADRÃO |
| --- | --- | --- |
| Cargo de nível intermediário de Agente  Executivo da CVM |  | IV |
| ESPECIAL | III |
|  | II |
|  | I |
|  | III |
| C | II |
|  | I |
|  | III |
| B | II |
|  | I |
|  | III |
| A | II |
|  | I |

c) Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais

| CARGO | CLASSE | PADRÃO |
| --- | --- | --- |
| Cargo de nível intermediário de Auxiliar de  Serviços Gerais |  | III |
| ESPECIAL | II |
|  | I |
|  | VI |
|  | V |
| C | IV |
|  | III |
|  | II |
|  | I |
|  | VI |
|  | V |
| B | IV |
|  | III |
|  | II |
|  | I |
|  | V |
|  | IV |
| A | III |
|  | II |
|  | I |

ANEXO XIV  
**(Redação dada pela Le nº 13.327, de 2016)**

**TABELA DE SUBSÍDIOS DOS CARGOS DE ANALISTA E DE INSPETOR DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA CVM**

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Analista da CVM      Inspetor da CVM | ESPECIAL | IV | 21.391,10 | 22.567,61 | 24.142,66 | 25.745,61 | 27.369,67 |
| III | 20.796,81 | 21.940,63 | 23.471,92 | 25.030,34 | 26.609,28 |
| II | 20.429,09 | 21.552,69 | 23.056,90 | 24.587,76 | 26.138,79 |
| I | 20.067,86 | 21.171,59 | 22.649,21 | 24.153,00 | 25.676,60 |
| C | III | 19.296,02 | 20.357,30 | 21.778,09 | 23.224,04 | 24.689,04 |
| II | 18.917,67 | 19.958,14 | 21.351,07 | 22.768,67 | 24.204,95 |
| I | 18.546,73 | 19.566,80 | 20.932,41 | 22.322,22 | 23.730,33 |
| B | III | 18.183,07 | 19.183,14 | 20.521,98 | 21.884,53 | 23.265,03 |
| II | 17.483,72 | 18.445,32 | 19.732,67 | 21.042,82 | 22.370,22 |
| I | 17.140,90 | 18.083,65 | 19.345,75 | 20.630,21 | 21.931,59 |
| A | III | 16.804,81 | 17.729,07 | 18.966,43 | 20.225,70 | 21.501,56 |
| II | 16.475,30 | 17.381,44 | 18.594,53 | 19.829,12 | 21.079,96 |
| I | 15.003,70 | 15.828,90 | 16.933,64 | 18.057,95 | 19.197,06 |

ANEXO XV  
**(Redação dada pela Le nº 13.327, de 2016)**

**TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS INTEGRANTES DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA CVM**

 a)   Vencimento básico dos Cargos de nível superior integrantes do quadro suplementar a que se refere o § 5o do art. 87 da Lei no 11.890, de 2008.

 Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO  EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Cargos de nível superior integrantes do quadro suplementar a que se refere o § 5º do art. 87 da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008 | ESPECIAL | IV | 10.986,70 | 11.590,97 | 12.399,93 | 13.223,22 | 14.057,36 |
| III | 10.742,40 | 11.333,23 | 12.124,21 | 12.929,19 | 13.744,78 |
| II | 10.500,84 | 11.078,39 | 11.851,57 | 12.638,46 | 13.435,71 |
| I | 10.265,01 | 10.829,59 | 11.585,41 | 12.354,62 | 13.133,96 |
| C | III | 9.907,51 | 10.452,42 | 11.181,92 | 11.924,35 | 12.676,55 |
| II | 9.666,20 | 10.197,84 | 10.909,57 | 11.633,91 | 12.367,79 |
| I | 9.430,58 | 9.949,26 | 10.643,64 | 11.350,33 | 12.066,32 |
| B | III | 9.091,14 | 9.591,15 | 10.260,54 | 10.941,79 | 11.632,01 |
| II | 8.869,55 | 9.357,38 | 10.010,45 | 10.675,09 | 11.348,49 |
| I | 8.652,64 | 9.128,54 | 9.765,64 | 10.414,03 | 11.070,96 |
| A | III | 8.328,17 | 8.786,22 | 9.399,43 | 10.023,50 | 10.655,80 |
| II | 8.124,94 | 8.571,81 | 9.170,06 | 9.778,90 | 10.395,77 |
| I | 7.843,39 | 8.274,78 | 8.852,29 | 9.440,04 | 10.035,53 |

b) Vencimento básico dos Cargos de nível intermediário

 Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO  EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Cargos de Agente Executivo do Plano de Carreiras e Cargos da CVM | ESPECIAL | IV | 5.024,09 | 5.300,41 | 5.670,34 | 6.046,83 | 6.428,27 |
| III | 4.901,56 | 5.171,15 | 5.532,05 | 5.899,35 | 6.271,49 |
| II | 4.782,01 | 5.045,02 | 5.397,12 | 5.755,47 | 6.118,53 |
| I | 4.665,38 | 4.921,98 | 5.265,49 | 5.615,09 | 5.969,30 |
| C | III | 4.422,16 | 4.665,38 | 4.990,99 | 5.322,36 | 5.658,10 |
| II | 4.314,31 | 4.551,60 | 4.869,26 | 5.192,56 | 5.520,11 |
| I | 4.209,08 | 4.440,58 | 4.750,50 | 5.065,91 | 5.385,47 |
| B | III | 3.989,65 | 4.209,08 | 4.502,84 | 4.801,81 | 5.104,71 |
| II | 3.892,34 | 4.106,42 | 4.393,02 | 4.684,69 | 4.980,21 |
| I | 3.797,40 | 4.006,26 | 4.285,86 | 4.570,42 | 4.858,73 |
| A | III | 3.599,44 | 3.797,41 | 4.062,44 | 4.332,16 | 4.605,44 |
| II | 3.501,40 | 3.693,98 | 3.951,79 | 4.214,17 | 4.480,00 |
| I | 3.406,03 | 3.593,36 | 3.844,15 | 4.099,38 | 4.357,98 |

 c) Vencimento básico dos Cargos de Auxiliar de Serviços Gerais

 Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO  EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Cargos de Auxiliar de Serviços Gerais | ESPECIAL | III | 1.813,89 | 1.913,65 | 2.047,21 | 2.183,14 | 2.320,85 |
| II | 1.752,56 | 1.848,95 | 1.977,99 | 2.109,32 | 2.242,38 |
| I | 1.693,29 | 1.786,42 | 1.911,10 | 2.037,99 | 2.166,55 |
| C | VI | 1.612,65 | 1.701,35 | 1.820,09 | 1.940,93 | 2.063,37 |
| V | 1.558,12 | 1.643,82 | 1.758,54 | 1.875,30 | 1.993,60 |
| IV | 1.505,43 | 1.588,23 | 1.699,07 | 1.811,88 | 1.926,18 |
| III | 1.454,52 | 1.534,52 | 1.641,62 | 1.750,61 | 1.861,04 |
| II | 1.405,33 | 1.482,62 | 1.586,10 | 1.691,41 | 1.798,10 |
| I | 1.357,81 | 1.432,49 | 1.532,47 | 1.634,21 | 1.737,30 |
| B | VI | 1.293,16 | 1.364,28 | 1.459,50 | 1.556,40 | 1.654,58 |
| V | 1.249,42 | 1.318,14 | 1.410,13 | 1.503,76 | 1.598,62 |
| IV | 1.207,17 | 1.273,56 | 1.362,45 | 1.452,91 | 1.544,56 |
| III | 1.166,35 | 1.230,50 | 1.316,38 | 1.403,78 | 1.492,33 |
| II | 1.126,91 | 1.188,89 | 1.271,87 | 1.356,31 | 1.441,87 |
| I | 1.088,80 | 1.148,68 | 1.228,85 | 1.310,44 | 1.393,11 |
| A | V | 1.036,96 | 1.093,99 | 1.170,35 | 1.248,05 | 1.326,78 |
| IV | 1.001,89 | 1.056,99 | 1.130,76 | 1.205,84 | 1.281,91 |
| III | 968,01 | 1.021,25 | 1.092,53 | 1.165,06 | 1.238,56 |
| II | 935,27 | 986,71 | 1.055,57 | 1.125,66 | 1.196,67 |
| I | 903,64 | 953,34 | 1.019,88 | 1.087,59 | 1.156,20 |

ANEXO XV-A  
**(Redação dada pela Le nº 13.327, de 2016)**

TABELA DE SUBSÍDIOS DOS CARGOS DE AGENTE EXECUTIVO DA CVM

                                                                                        Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Cargos de Agente Executivo da CVM | ESPECIAL | IV | 9.357,34 | 9.978,83 | 10.608,27 |
| III | 9.128,05 | 9.734,35 | 10.348,49 |
| II | 8.906,12 | 9.497,47 | 10.096,53 |
| I | 8.687,49 | 9.264,09 | 9.848,30 |
| C | III | 8.234,99 | 8.781,36 | 9.335,10 |
| II | 8.033,26 | 8.566,56 | 9.107,11 |
| I | 7.836,50 | 8.356,91 | 8.884,47 |
| B | III | 7.428,84 | 7.921,81 | 8.421,71 |
| II | 7.249,02 | 7.730,69 | 8.218,21 |
| I | 7.072,86 | 7.542,42 | 8.017,73 |
| A | III | 6.702,44 | 7.147,16 | 7.598,44 |
| II | 6.519,79 | 6.953,17 | 7.392,00 |
| I | 6.342,15 | 6.763,38 | 7.189,98 |

ANEXO XVI

**TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS INTEGRANTES DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA CVM**

a) Cargos de Analista, Inspetor e Agente Executivo da CVM

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| SITUAÇÃO ATUAL | | | SITUAÇÃO NOVA | | |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO | PADRÃO | CLASSE | CARGO |
|  |  | IV | IV |  | Analista da CVM |
| Analista do Quadro | ESPECIAL | III | III | ESPECIAL | da Carreira de |
| de Pessoal da |  | II | II |  | Analista da CVM |
| CVM |  | I | I |  | Inspetor da |
| Inspetor do |  | III | III |  | CVM da Carreira de |
| Quadro de | C | II | II | C | Inspetor da |
| Pessoal da CVM |  | I | I |  | CVM |
| Agente |  | III | III |  | Agente Executivo |
| Executivo do | B | II | II | B | da CVM |
| Quadro de Pessoal |  | I | I |  | do Plano de |
| da CVM |  | III | III |  | Carreiras e Cargos |
|  | A | II | II | A | da CVM |
|  |  | I | I |  |  |

b) Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| SITUAÇÃO ATUAL | | | SITUAÇÃO NOVA | | |
| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | PADRÃO | CLASSE | CARGOS |
|  |  | III | III |  |  |
|  | A | II | II | ESPECIAL |  |
|  |  | I | I |  |  |
|  |  | VI | VI |  |  |
|  |  | V | V |  | Cargos de nível |
| Cargos de nível | B | IV | IV | C | intermediário de |
| intermediário de |  | III | III |  | Auxiliar de |
| Auxiliar de |  | II | II |  | Serviços Gerais |
| Serviços Gerais |  | I | I |  | do Plano de |
| do Quadro de |  | VI | VI |  | Carreiras e |
| Pessoal da |  | V | V |  | Cargos da CVM |
| CVM | C | IV | IV | B |  |
|  |  | III | III |  |  |
|  |  | II | II |  |  |
|  |  | I | I |  |  |
|  |  | V | V |  |  |
|  |  | IV | IV |  |  |
|  | D | III | III | A |  |
|  |  | II | II |  |  |
|  |  | I | I |  |  |

ANEXO XVII  
**(Redação dada pela Le nº 13.327, de 2016)**

**VALOR DOS PONTOS DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES ESPECÍFICAS DA CVM - GDECVM E DA Gratificação de Desempenho de Atividades de Suporte da CVM – GDASCVM**

 a) GDECVM: Cargos de nível superior integrantes do quadro suplementar a que se refere o § 5º do art. 87 da Lei no 11.890, de 2008.

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | VALOR DO PONTO DA GDECVM | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Cargos de nível superior integrantes do quadro suplementar a que se refere o § 5º do art. 87 da Lei nº 11.890, de 2008. | ESPECIAL | IV | 71,42 | 75,35 | 80,61 | 85,96 | 91,38 |
| III | 69,84 | 73,68 | 78,82 | 84,05 | 89,35 |
| II | 68,26 | 72,01 | 77,04 | 82,16 | 87,34 |
| I | 66,73 | 70,40 | 75,31 | 80,31 | 85,38 |
| C | III | 64,40 | 67,94 | 72,68 | 77,51 | 82,40 |
| II | 62,83 | 66,29 | 70,92 | 75,63 | 80,40 |
| I | 61,29 | 64,66 | 69,17 | 73,76 | 78,41 |
| B | III | 59,09 | 62,34 | 66,69 | 71,12 | 75,61 |
| II | 57,65 | 60,82 | 65,06 | 69,38 | 73,76 |
| I | 56,24 | 59,33 | 63,47 | 67,68 | 71,95 |
| A | III | 54,13 | 57,11 | 61,10 | 65,16 | 69,27 |
| II | 52,80 | 55,70 | 59,59 | 63,55 | 67,56 |
| I | 50,98 | 53,78 | 57,53 | 61,35 | 65,22 |

b) GDECVM: Cargos de Agente Executivo da CVM

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Cargos de Agente Executivo do Plano de Carreiras e Cargos da CVM | ESPECIAL | IV | 32,66 | 34,46 | 36,87 | 39,32 | 41,80 |
| III | 31,86 | 33,61 | 35,96 | 38,35 | 40,77 |
| II | 31,09 | 32,80 | 35,09 | 37,42 | 39,78 |
| I | 30,32 | 31,99 | 34,22 | 36,49 | 38,79 |
| C | III | 28,74 | 30,32 | 32,44 | 34,59 | 36,77 |
| II | 28,04 | 29,58 | 31,64 | 33,74 | 35,87 |
| I | 27,35 | 28,85 | 30,86 | 32,91 | 34,99 |
| B | III | 25,92 | 27,35 | 29,26 | 31,20 | 33,17 |
| II | 25,31 | 26,70 | 28,56 | 30,46 | 32,38 |
| I | 24,69 | 26,05 | 27,87 | 29,72 | 31,59 |
| A | III | 23,39 | 24,68 | 26,40 | 28,15 | 29,93 |
| II | 22,75 | 24,00 | 25,68 | 27,39 | 29,12 |
| I | 22,13 | 23,35 | 24,98 | 26,64 | 28,32 |

 c) GDASCVM: Cargos de Auxiliar de Serviços Gerais

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | VALOR DO PONTO DA GDASCVM | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Cargos de Auxiliar de Serviços Gerais do Plano de Carreiras e Cargos da CVM | ESPECIAL | III | 30,54 | 32,22 | 34,47 | 36,76 | 39,08 |
| II | 30,41 | 32,08 | 34,32 | 36,60 | 38,91 |
| I | 30,30 | 31,97 | 34,20 | 36,47 | 38,77 |
| C | VI | 30,15 | 31,81 | 34,03 | 36,29 | 38,58 |
| V | 30,03 | 31,68 | 33,89 | 36,14 | 38,42 |
| IV | 29,92 | 31,57 | 33,77 | 36,01 | 38,28 |
| III | 29,80 | 31,44 | 33,63 | 35,86 | 38,12 |
| II | 29,69 | 31,32 | 33,51 | 35,73 | 37,98 |
| I | 29,56 | 31,19 | 33,37 | 35,59 | 37,84 |
| B | VI | 29,41 | 31,03 | 33,20 | 35,40 | 37,63 |
| V | 29,30 | 30,91 | 33,07 | 35,27 | 37,49 |
| IV | 29,18 | 30,78 | 32,93 | 35,12 | 37,34 |
| III | 29,07 | 30,67 | 32,81 | 34,99 | 37,20 |
| II | 28,95 | 30,54 | 32,67 | 34,84 | 37,04 |
| I | 28,84 | 30,43 | 32,55 | 34,71 | 36,90 |
| A | V | 28,70 | 30,28 | 32,39 | 34,54 | 36,72 |
| IV | 28,58 | 30,15 | 32,25 | 34,39 | 36,56 |
| III | 28,47 | 30,04 | 32,14 | 34,27 | 36,43 |
| II | 28,35 | 29,91 | 32,00 | 34,12 | 36,27 |
| I | 28,24 | 29,79 | 31,87 | 33,99 | 36,13 |

ANEXO XVIII

(VETADO)

ANEXO XIX

(VETADO)

ANEXO XX  
**(Redação dada pela Lei nº 13.327, de 2016)**

TABELA DE SUBSÍDIOSDA CARREIRA DE PLANEJAMENTO E PESQUISA DO IPEA

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Técnico de Planejamento e Pesquisa | ESPECIAL | IV | 21.391,10 | 22.567,61 | 24.142,66 | 25.745,61 | 27.369,67 |
| III | 20.796,81 | 21.940,63 | 23.471,92 | 25.030,34 | 26.609,28 |
| II | 20.429,09 | 21.552,69 | 23.056,90 | 24.587,76 | 26.138,79 |
| I | 20.067,86 | 21.171,59 | 22.649,21 | 24.153,00 | 25.676,60 |
| C | III | 19.296,02 | 20.357,30 | 21.778,09 | 23.224,04 | 24.689,04 |
| II | 18.917,67 | 19.958,14 | 21.351,07 | 22.768,67 | 24.204,95 |
| I | 18.546,73 | 19.566,80 | 20.932,41 | 22.322,22 | 23.730,33 |
| B | III | 18.183,07 | 19.183,14 | 20.521,98 | 21.884,53 | 23.265,03 |
| II | 17.483,72 | 18.445,32 | 19.732,67 | 21.042,82 | 22.370,22 |
| I | 17.140,90 | 18.083,65 | 19.345,75 | 20.630,21 | 21.931,59 |
| A | III | 16.804,81 | 17.729,07 | 18.966,43 | 20.225,70 | 21.501,56 |
| II | 16.475,30 | 17.381,44 | 18.594,53 | 19.829,12 | 21.079,96 |
| I | 15.003,70 | 15.828,90 | 16.933,64 | 18.057,95 | 19.197,06 |

ANEXO XX-A  
**(Incluído pela Lei nº 12.269, de 2010)**

ESTRUTURA DOS CARGOS INTEGRANTES DO PLANO DE CARREIRA E CARGOS DO IPEA

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO |
|  |  | IV |
|  | ESPECIAL | III |
| Técnico de |  | II |
| Planejamento e |  | I |
| Pesquisa |  | III |
|  | C | II |
|  |  | I |
| Demais cargos de |  | III |
| nível superior e os de | B | II |
| nível intermediário do |  | I |
| IPEA |  | III |
|  | A | II |
|  |  | I |

ANEXO XX-B  
**(Incluído pela Lei nº 12.269, de 2010)**

**TABELA DE CORRELAÇÃO DOS CARGOS INTEGRANTES DO PLANO DE CARREIRA E CARGOS DO IPEA**

| SITUAÇÃO ATUAL | | | SITUAÇÃO NOVA | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGOS DO QUADRO DE PESSOAL DO IPEA | CLASSE | PADRÃO | PADRÃO | CLASSE | CARGOS |
| Técnico de Planejamento e Pesquisa do Quadro de Pessoal do IPEA | ESPECIAL | IV | IV | ESPECIAL | Técnico de Planejamento e Pesquisa da Carreira de Planejamento e Pesquisa   Técnico de Planejamento e Pesquisa integrante do quadro suplementar do Plano de Carreira e Cargos do IPEA, a que se refere o § 5o do art. 120 |
| Demais cargos de níveis superior e intermediário do Quadro de Pessoal do IPEA: | III | III | Cargos de níveis superior e intermediário do Plano de Carreira e Cargos do IPEA: |
| - Técnico em Desenvolvimento e Administração | II | II | - Técnico em Desenvolvimento e Administração |
| - Técnico Especializado |  | I | I |  | - Técnico Especializado |
| - Assessor Especializado  - Analista de Sistemas  - Médico  - Auxiliar Técnico  - Auxiliar Administrativo  - Secretária  - Auxiliar de Serviços Gerais  - Auxiliar de Manutenção e Serviços Operacionais  - Motorista |  | III | III |  | - Assessor Especializado  - Analista de Sistemas  - Médico  - Auxiliar Técnico  - Auxiliar Administrativo  - Secretária  - Auxiliar de Serviços Gerais  - Auxiliar de Manutenção e Serviços Operacionais  - Motorista |
| C | II | II | C |
|  | I | I |  |
|  | III | III |  |
| B | II | II | B |
|  | I | I |  |
|  | III | III | A |
| A | II | II |
|  | I | I |

ANEXO XXI  
**(Redação dada pela Lei nº 13.327, de 2016)**

**TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO**

**CARGOS DE NÍVEIS SUPERIOR E INTERMEDIÁRIO DO PLANO DECARREIRA E CARGOS DO IPEA**

a) Vencimento básico dos Cargos de Nível Superior do Plano de Carreira e Cargos do IPEA não integrantes de Carreiras

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Técnico em Desenvolvimento e Administração   Assessor Especializado   Técnico Especializado   Analista de Sistemas   Cargos de nível superior integrantes do quadro suplementar do Plano de Carreira e Cargos do IPEA | ESPECIAL | IV | 10.986,70 | 11.590,97 | 12.399,93 | 13.223,22 | 14.057,36 |
| III | 10.742,40 | 11.333,23 | 12.124,21 | 12.929,19 | 13.744,78 |
| II | 10.500,84 | 11.078,39 | 11.851,57 | 12.638,46 | 13.435,71 |
| I | 10.265,01 | 10.829,59 | 11.585,41 | 12.354,62 | 13.133,96 |
| C | III | 9.907,51 | 10.452,42 | 11.181,92 | 11.924,35 | 12.676,55 |
| II | 9.666,20 | 10.197,84 | 10.909,57 | 11.633,91 | 12.367,79 |
| I | 9.430,58 | 9.949,26 | 10.643,64 | 11.350,33 | 12.066,32 |
| B | III | 9.091,14 | 9.591,15 | 10.260,54 | 10.941,79 | 11.632,01 |
| II | 8.869,55 | 9.357,38 | 10.010,45 | 10.675,09 | 11.348,49 |
| I | 8.652,64 | 9.128,54 | 9.765,64 | 10.414,03 | 11.070,96 |
| A | III | 8.328,17 | 8.786,22 | 9.399,43 | 10.023,50 | 10.655,80 |
| II | 8.124,94 | 8.571,81 | 9.170,06 | 9.778,90 | 10.395,77 |
| I | 7.843,39 | 8.274,78 | 8.852,29 | 9.440,04 | 10.035,53 |

b) Vencimento básico dos Cargos de Nível Intermediário do Plano de Carreira e Cargos do IPEA

 Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Auxiliar Técnico    Auxiliar Administrativo   Secretária  Auxiliar de Serviços Gerais  Auxiliar de Manutenção e Serviços Operacionais   Motorista | ESPECIAL | IV | 5.024,09 | 5.300,41 | 5.670,34 | 6.046,83 | 6.428,27 |
| III | 4.901,56 | 5.171,15 | 5.532,05 | 5.899,35 | 6.271,49 |
| II | 4.782,01 | 5.045,02 | 5.397,12 | 5.755,47 | 6.118,53 |
| I | 4.665,38 | 4.921,98 | 5.265,49 | 5.615,09 | 5.969,30 |
| C | III | 4.422,16 | 4.665,38 | 4.990,99 | 5.322,36 | 5.658,10 |
| II | 4.314,31 | 4.551,60 | 4.869,26 | 5.192,56 | 5.520,11 |
| I | 4.209,08 | 4.440,58 | 4.750,50 | 5.065,91 | 5.385,47 |
| B | III | 3.989,65 | 4.209,08 | 4.502,84 | 4.801,81 | 5.104,71 |
| II | 3.892,34 | 4.106,42 | 4.393,02 | 4.684,69 | 4.980,21 |
| I | 3.797,40 | 4.006,26 | 4.285,86 | 4.570,42 | 4.858,73 |
| A | III | 3.599,44 | 3.797,41 | 4.062,44 | 4.332,16 | 4.605,44 |
| II | 3.501,40 | 3.693,98 | 3.951,79 | 4.214,17 | 4.480,00 |
| I | 3.406,03 | 3.593,36 | 3.844,15 | 4.099,38 | 4.357,98 |

ANEXO XXII  
**(Redação dada pela Lei nº 13.327, de 2016)**

**VALOR DOS PONTOS DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES ESPECÍFICAS DO IPEA – GDAIPEA**

 a)  Valor do ponto da GDAIPEA para Cargos de Nível Superior do Plano de Carreira e Cargos do IPEA não integrantes de Carreiras

 Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Técnico em Desenvolvimento e Administração   Assessor Especializado   Técnico Especializado   Analista de Sistemas   Cargos de nível superior integrantes do quadro suplementar do Plano de Carreira e Cargos do IPEA | ESPECIAL | IV | 71,42 | 75,35 | 80,61 | 85,96 | 91,38 |
| III | 69,84 | 73,68 | 78,82 | 84,05 | 89,35 |
| II | 68,26 | 72,01 | 77,04 | 82,16 | 87,34 |
| I | 66,73 | 70,40 | 75,31 | 80,31 | 85,38 |
| C | III | 64,40 | 67,94 | 72,68 | 77,51 | 82,40 |
| II | 62,83 | 66,29 | 70,92 | 75,63 | 80,40 |
| I | 61,29 | 64,66 | 69,17 | 73,76 | 78,41 |
| B | III | 59,09 | 62,34 | 66,69 | 71,12 | 75,61 |
| II | 57,65 | 60,82 | 65,06 | 69,38 | 73,76 |
| I | 56,24 | 59,33 | 63,47 | 67,68 | 71,95 |
| A | III | 54,13 | 57,11 | 61,10 | 65,16 | 69,27 |
| II | 52,80 | 55,70 | 59,59 | 63,55 | 67,56 |
| I | 50,98 | 53,78 | 57,53 | 61,35 | 65,22 |

 b) Valor do ponto da GDAIPEA para Cargos de Nível Intermediário do Plano de Carreira e Cargos do IPEA

 Em R$

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Auxiliar Técnico  Auxiliar Administrativo   Secretária   Auxiliar de Serviços Gerais   Auxiliar de Manutenção e Serviços Operacionais   Motorista | ESPECIAL | IV | 32,66 | 34,46 | 36,87 | 39,32 | 41,80 |
| III | 31,86 | 33,61 | 35,96 | 38,35 | 40,77 |
| II | 31,09 | 32,80 | 35,09 | 37,42 | 39,78 |
| I | 30,32 | 31,99 | 34,22 | 36,49 | 38,79 |
| C | III | 28,74 | 30,32 | 32,44 | 34,59 | 36,77 |
| II | 28,04 | 29,58 | 31,64 | 33,74 | 35,87 |
| I | 27,35 | 28,85 | 30,86 | 32,91 | 34,99 |
| B | III | 25,92 | 27,35 | 29,26 | 31,20 | 33,17 |
| II | 25,31 | 26,70 | 28,56 | 30,46 | 32,38 |
| I | 24,69 | 26,05 | 27,87 | 29,72 | 31,59 |
| A | III | 23,39 | 24,68 | 26,40 | 28,15 | 29,93 |
| II | 22,75 | 24,00 | 25,68 | 27,39 | 29,12 |
| I | 22,13 | 23,35 | 24,98 | 26,64 | 28,32 |

ANEXO XXIII  
**(Redação dada pela Lei nº 13.327, de 2016)**

 TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO

Cargo de Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500

 Em R$

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO  EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500 | ESPECIAL | IV | 10.986,70 | 11.590,97 | 12.399,93 | 13.223,22 | 14.057,36 |
| III | 10.742,40 | 11.333,23 | 12.124,21 | 12.929,19 | 13.744,78 |
| II | 10.500,84 | 11.078,39 | 11.851,57 | 12.638,46 | 13.435,71 |
| I | 10.265,01 | 10.829,59 | 11.585,41 | 12.354,62 | 13.133,96 |
| C | III | 9.907,51 | 10.452,42 | 11.181,92 | 11.924,35 | 12.676,55 |
| II | 9.666,20 | 10.197,84 | 10.909,57 | 11.633,91 | 12.367,79 |
| I | 9.430,58 | 9.949,26 | 10.643,64 | 11.350,33 | 12.066,32 |
| B | III | 9.091,14 | 9.591,15 | 10.260,54 | 10.941,79 | 11.632,01 |
| II | 8.869,55 | 9.357,38 | 10.010,45 | 10.675,09 | 11.348,49 |
| I | 8.652,64 | 9.128,54 | 9.765,64 | 10.414,03 | 11.070,96 |
| A | III | 8.328,17 | 8.786,22 | 9.399,43 | 10.023,50 | 10.655,80 |
| II | 8.124,94 | 8.571,81 | 9.170,06 | 9.778,90 | 10.395,77 |
| I | 7.843,39 | 8.274,78 | 8.852,29 | 9.440,04 | 10.035,53 |

ANEXO XXIV  
**(Redação dada pela Lei nº 13.327, de 2016)**

**VALOR DOS PONTOS DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE TÉCNICA DE PLANEJAMENTO – GDATP**

 Cargo de Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o de agosto de 2016 | 1o de janeiro de 2017 | 1o de janeiro de 2018 | 1o de janeiro de 2019 |
| Técnico de Planejamento  P-1501 do Grupo P-1500 | ESPECIAL | IV | 71,42 | 75,35 | 80,61 | 85,96 | 91,38 |
| III | 69,84 | 73,68 | 78,82 | 84,05 | 89,35 |
| II | 68,26 | 72,01 | 77,04 | 82,16 | 87,34 |
| I | 66,73 | 70,40 | 75,31 | 80,31 | 85,38 |
| C | III | 64,40 | 67,94 | 72,68 | 77,51 | 82,40 |
| II | 62,83 | 66,29 | 70,92 | 75,63 | 80,40 |
| I | 61,29 | 64,66 | 69,17 | 73,76 | 78,41 |
| B | III | 59,09 | 62,34 | 66,69 | 71,12 | 75,61 |
| II | 57,65 | 60,82 | 65,06 | 69,38 | 73,76 |
| I | 56,24 | 59,33 | 63,47 | 67,68 | 71,95 |
| A | III | 54,13 | 57,11 | 61,10 | 65,16 | 69,27 |
| II | 52,80 | 55,70 | 59,59 | 63,55 | 67,56 |
| I | 50,98 | 53,78 | 57,53 | 61,35 | 65,22 |

ANEXO XXV

**(Anexo VI da Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006)**

**TABELA DE SUBSÍDIOS PARA A CARREIRA POLICIAL CIVIL DOS EXTINTOS TERRITÓRIOS FEDERAIS DO ACRE, AMAPÁ, RONDÔNIA E RORAIMA**

a) Quadro I

| Em R$ | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | VALOR DO SUBSÍDIO | | |
| CARGO | CATEGORIA | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
|  |  | 1o JAN 2008 | 1o FEV 2008 | 1o FEV 2009 |
| Delegado de Polícia Civil |  |  |  |  |
| Perito Criminal Civil | ESPECIAL | 16.683,98 | 19.053,57 | 19.699,82 |
| Médico-Legista |  |  |  |  |
| Civil Técnico em Medicina | PRIMEIRA | 15.201,90 | 17.006,29 | 17.498,40 |
| Legal Civil Técnico em | SEGUNDA | 13.005,60 | 14.549,53 | 14.970,60 |
| Polícia Criminal Civil | TERCEIRA | 11.614,10 | 12.992,70 | 13.368,68 |

b) Quadro II

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Em R$ | | | | |
|  |  | VALOR DO SUBSÍDIO | | |
| CARGO | CATEGORIA | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
|  |  | 1o JAN 2008 | 1o FEV 2008 | 1o FEV 2009 |
| Escrivão de Polícia Civil | ESPECIAL | 10.241,21 | 11.528,11 | 11.879,08 |
| Agente de Polícia Civil |
| Datiloscopista Policial Civil |
| Auxiliar Operacional de |
| Perito Criminal Civil | PRIMEIRA | 8.226,20 | 9.202,62 | 9.468,92 |
| Guarda de Presídio Civil |
| Escrevente Policial Civil | SEGUNDA | 6.915,80 | 7.678,09 | 7.885,99 |
| Investigador de Polícia Civil |
| Agente Carcerário Civil | TERCEIRA | 6.594,30 | 7.317,18 | 7.514,33 |

**LEI Nº 12.671, DE 19 DE JUNHO DE 2012.**

*Cria cargos de Advogado da União.*

**O  VICE–PRESIDENTE DA REPÚBLICA,** no  exercício  do  cargo  de  **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o  São criados, no quadro da Advocacia-Geral da União, 560 (quinhentos e sessenta) cargos de Advogado da União, de que trata o inciso I do art. 20 da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Art. 2o  A criação dos cargos prevista nesta Lei é condicionada à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do § 1o do art. 169 da Constituição Federal.

Parágrafo único.  Se a autorização e os respectivos recursos orçamentários forem suficientes somente para provimento parcial dos cargos, o saldo da autorização e das respectivas dotações para seu provimento deverá constar de anexo da lei orçamentária correspondente ao exercício em que forem considerados criados e providos.

Art. 3o  Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,  19  de junho de 2012; 191o da Independência e 124o da República.

**MICHEL TEMER**

*Miriam Belchior*

*Luis Inácio Lucena Adams*

**LEI Nº 12.775, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012.**

*Dispõe sobre a remuneração dos cargos das Carreiras de Oficial de Chancelaria e Assistente de Chancelaria, de que trata a Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006, da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, de que trata a Lei no 10.883, de 16 de junho de 2004, das Carreiras de Procurador da Fazenda Nacional, Advogado da União, Procurador Federal, Defensor Público da União e da Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil, de que trata a Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, das Carreiras de Gestão Governamental, Diplomata, Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea, de que trata a Lei no 11.890, de 24 de dezembro de 2008, das Carreiras de Oficial de Inteligência, Oficial Técnico de Inteligência, Agente de Inteligência e Agente Técnico de Inteligência, de que trata a Lei no 11.776, de 17 de setembro de 2008, dos cargos de Delegado de Polícia Federal e de Perito Criminal Federal da Carreira Policial Federal, da Carreira de Policial Rodoviário Federal; altera as Leis no 11.890, de 24 de dezembro de 2008, 11.776, de 17 de setembro de 2008, 9.654, de 2 de junho de 1998, 11.358, de 19 de outubro de 2006, e 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; revoga dispositivos das Leis nos 10.883, de 16 de junho de 2004, e 11.784, de 22 de setembro de 2008; e dá outras providências.*

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA**Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

CARREIRAS DE OFICIAL DE CHANCELARIA E DE ASSISTENTE DE CHANCELARIA

Art. 1o  A partir de 1o de janeiro de 2013, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares dos cargos das seguintes Carreiras referidas na Lei no 11.440, de 29 de dezembro de 2006:

I - Oficial de Chancelaria; e

II - Assistente de Chancelaria.

Parágrafo único.  Os valores do subsídio dos integrantes das Carreiras de que tratam os incisos I e II do caputsão os fixados nos Anexos I e II desta Lei.

Art. 2o  Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos titulares dos cargos a que se refere o art. 1o, a partir de 1o de janeiro de 2013, as seguintes parcelas remuneratórias:

I - vencimento básico; e

II - Gratificação de Desempenho de Atividades de Chancelaria - GDACHAN, de que trata a Lei no 11.907, de 2 de fevereiro de 2009.

Art. 3o  Não são devidas aos titulares dos cargos a que se refere o art. 1o, a partir de 1o de janeiro de 2013, as seguintes espécies remuneratórias:

I - vantagens pessoais e Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas - VPNI, de qualquer origem e natureza;

II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, ou de cargo de provimento em comissão;

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI - vantagens incorporadas aos proventos ou pensões por força dos arts. 180 e 184 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e dos arts. 190 e 192 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

X - adicional noturno;

XI - adicional pela prestação de serviço extraordinário; e

XII - outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionados no art. 5o.

Art. 4o  Os titulares dos cargos a que se refere o art. 1o não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.

Art. 5o  O subsídio dos titulares dos cargos a que se refere o art. 1o não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica, das seguintes espécies remuneratórias:

I - gratificação natalina;

II - adicional de férias;

III - abono de permanência, de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5o do art. 2o e o § 1o do art. 3o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003;

IV - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; e

V - parcelas indenizatórias previstas em lei.

Art. 6o  A aplicação das disposições desta Lei aos servidores ativos, aos inativos e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, de proventos e de pensões.

§ 1o  Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão em decorrência da aplicação do disposto nesta Lei aos titulares dos cargos a que se refere o art. 1o, eventual diferença será paga a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na Carreira, por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos e das Carreiras ou das remunerações previstas nesta Lei, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza, bem como da implantação dos valores constantes dos Anexos I e II desta Lei.

§ 2o  A parcela complementar de subsídio, referida no § 1o, estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Art. 7o  Aplica-se às aposentadorias concedidas aos titulares dos cargos a que se refere o art. 1o e às pensões, ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts. 1o e 2o da Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004, e pela Lei no 12.618, de 30 de abril de 2012, no que couber, o disposto nesta Lei em relação aos servidores que se encontram em atividade.

Art. 8o  Os ocupantes dos cargos integrantes das carreiras a que se refere o art. 1o são impedidos de exercer outra atividade, pública ou privada, potencialmente causadora de conflito de interesses, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Parágrafo único.  Na hipótese em que o exercício de outra atividade não configure conflito de interesses, o servidor deverá observar o cumprimento da jornada do cargo, o horário de funcionamento do órgão ou da entidade e o dever de disponibilidade ao serviço público. **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Art. 9o  Os titulares dos cargos a que se refere o art. 1o somente poderão ser cedidos ou ter exercício fora do respectivo órgão de lotação nas seguintes situações:

I - requisições previstas em lei para órgãos e entidades da União;

II - cessões para o exercício de cargo de Natureza Especial ou de cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS de nível igual ou superior a DAS-4, ou equivalentes, em outros órgãos da União, em autarquias ou em fundações públicas federais;

III - exercício de cargo de Secretário de Estado, Secretário do Distrito Federal, Secretário de Município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes ou que seja Capital, ou cargo de dirigente máximo de entidade da administração pública desses entes federados; e

IV - exercício de cargo de diretor ou de presidente de empresa pública ou sociedade de economia mista federal.

CAPÍTULO II

CARREIRA DE FISCAL FEDERAL AGROPECUÁRIO

Art. 10.  A partir de 1o de janeiro de 2013, conforme especificado no Anexo III desta Lei, passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória, os titulares dos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, de que trata a Lei nº 10.883, de 16 de junho de 2004.

Parágrafo único.  Os valores do subsídio dos integrantes da Carreira de que trata o caputsão os fixados no Anexo III desta Lei.

Art. 11.  Estão compreendidas no subsídio e não são mais devidas aos titulares dos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, a partir de 1o de janeiro de 2013, as seguintes parcelas remuneratórias:

I - vencimento básico; e

II - Gratificação de Desempenho de Atividade dos Fiscais Federais Agropecuários - GDFFA, de que trata o art. 5º-A da Lei nº 10.883, de 2004.

Art. 12.  Não são devidas aos titulares dos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, a partir de 1o de janeiro de 2013, as seguintes espécies remuneratórias:

I - vantagens pessoais e Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas - VPNI, de qualquer origem e natureza;

II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento ou de cargo de provimento em comissão;

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI - vantagens incorporadas aos proventos ou pensões por força dos arts. 180 e 184 da Lei nº 1.711, de 1952, e dos arts. 190 e 192 da Lei nº 8.112, de 1990;

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

X - adicional noturno;

XI - adicional pela prestação de serviço extraordinário; e

XII - outras gratificações e adicionais, de qualquer origem e natureza, que não estejam explicitamente mencionados no art. 14.  Art. 13.  Os titulares dos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário não poderão perceber cumulativamente com o subsídio quaisquer valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.

Art. 14.  O subsídio dos titulares dos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário não exclui o direito à percepção, nos termos da legislação e regulamentação específica, das seguintes espécies remuneratórias:

I - gratificação natalina;

II - adicional de férias;

III - abono de permanência, de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5º do art. 2º e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003;

IV - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento; e

V - parcelas indenizatórias previstas em lei.

Art. 15.  A aplicação das disposições desta Lei aos servidores ativos, aos inativos e aos pensionistas não poderá implicar redução de remuneração, de proventos e de pensões.

§ 1o  Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão, em decorrência da aplicação do disposto nesta Lei aos titulares dos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, eventual diferença será paga a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo ou na Carreira, por progressão ou promoção ordinária ou extraordinária, da reorganização ou da reestruturação dos cargos e da Carreira ou das remunerações previstas nesta Lei, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza, bem como da implantação dos valores constantes do Anexo III desta Lei.

§ 2o  A parcela complementar de subsídio, referida no § 1o, estará sujeita exclusivamente à atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Art. 16.  Aplica-se às aposentadorias concedidas aos titulares dos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, e às pensões, ressalvadas as aposentadorias e pensões reguladas pelos arts. 1º e 2º da Lei nº 10.887, de 2004, e pela Lei nº 12.618, de 2012, no que couber, o disposto nesta Lei em relação aos servidores que se encontram em atividade.

Art. 17.  Os ocupantes dos cargos da carreira de Auditor Fiscal Federal Agropecuário são impedidos de exercer outra atividade, pública ou privada, potencialmente causadora de conflito de interesses, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Parágrafo único.  Na hipótese em que o exercício de outra atividade não configure conflito de interesses, o servidor deverá observar o cumprimento da jornada do cargo, o horário de funcionamento do órgão ou da entidade e o dever de disponibilidade ao serviço público. **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Art. 18.  Os titulares dos cargos da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário somente poderão ser cedidos ou ter exercício fora do respectivo órgão de lotação nas seguintes situações:

I - requisições previstas em lei para órgãos e entidades da União;

II - cessões para o exercício de cargo de Natureza Especial ou de cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS de nível igual ou superior a DAS-4, ou equivalentes, em outros órgãos da União, em autarquias ou em fundações públicas federais;

III - exercício de cargo de Secretário de Estado, Secretário do Distrito Federal, Secretário de Município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes ou que seja Capital, ou cargo de dirigente máximo de entidade da administração pública desses entes federados; e

IV - exercício de cargo de diretor ou de presidente de empresa pública ou sociedade de economia mista federal.

capítulo iii

demais carreiras da administração pública federal remuneradas por subsídio

**Seção I**

**Carreiras de Gestão Governamental, Diplomata e Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea**

Art. 19.  Os Anexos IV, VII e XX da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, passam a vigorar na forma dos Anexos IV, V e VI desta Lei.

**Seção II**

**Carreiras de Oficial de Inteligência, Oficial Técnico de Inteligência, Agente de Inteligência e Agente Técnico de Inteligência**

Art. 20.  O Anexo II da Lei no 11.776, de 17 de setembro de 2008, passa a vigorar na forma do Anexo VII desta Lei.

**Seção III**

**Carreiras de Policial Federal e de Policial Rodoviário Federal**

Art. 21.  A partir de 1o de janeiro de 2013, o Quadro I do Anexo II e o Anexo III da Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, passam a vigorar na forma dos Anexos VIII e IX desta Lei, respectivamente.

Art. 22.  A Lei no 9.654, de 2 de junho de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2o-A.  A partir de 1o de janeiro de 2013, a Carreira de que trata esta Lei, composta do cargo de Policial Rodoviário Federal, de nível superior, passa a ser estruturada nas seguintes classes: Terceira, Segunda, Primeira e Especial, na forma do Anexo I-A, observada a correlação disposta no Anexo II-A.

§ 1o  As atribuições gerais das classes do cargo de Policial Rodoviário Federal são as seguintes:

I - Classe Especial: atividades de natureza policial e administrativa, envolvendo direção, planejamento, coordenação, supervisão, controle e avaliação administrativa e operacional, coordenação e direção das atividades de corregedoria, inteligência e ensino, bem como a articulação e o intercâmbio com outras organizações e corporações policiais, em âmbito nacional e internacional, além das atribuições da Primeira Classe;

II - Primeira Classe: atividades de natureza policial, envolvendo planejamento, coordenação, capacitação, controle e execução administrativa e operacional, bem como articulação e intercâmbio com outras organizações policiais, em âmbito nacional, além das atribuições da Segunda Classe;

III - Segunda Classe: atividades de natureza policial envolvendo a execução e controle administrativo e operacional das atividades inerentes ao cargo, além das atribuições da Terceira Classe; e

IV - Terceira Classe: atividades de natureza policial envolvendo a fiscalização, patrulhamento e policiamento ostensivo, atendimento e socorro às vítimas de acidentes rodoviários e demais atribuições relacionadas com a área operacional do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

§ 2o  As atribuições específicas de cada uma das classes referidas no § 1o serão estabelecidas em ato dos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Justiça.

§ 3o  Para fins de enquadramento na Terceira Classe, será observado o tempo de exercício do servidor, de acordo com os seguintes critérios:

I - menos de 1 (um) ano de exercício na classe de Agente: Padrão I;

II - de 1 (um) ano completo até menos de 2 (dois) anos de exercício na classe de Agente: Padrão II; e

III - 2 (dois) anos completos ou mais de exercício na classe de Agente: Padrão III.

§ 4o  O tempo que exceder o período mínimo de 1 (um) ano para enquadramento no padrão de que trata o § 3o será computado para fins da progressão ou promoção subsequente.”

“Art. 3o

§ 3o  A partir de 1o de janeiro de 2013, a investidura no cargo de Policial Rodoviário Federal dar-se-á no padrão inicial da Terceira Classe.

” (NR)

Art. 23.  A Lei no 9.654, de 1998, passa a vigorar acrescida dos Anexos I-A e II-A, na forma dos Anexos X e XI desta Lei.

**Seção IV**

**Carreiras da Área Jurídica**

Art. 24.  O Anexo I da Lei no 11.358, de 2006, passa a vigorar na forma do Anexo XII desta Lei.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 25.  Não são cumulativos os valores eventualmente devidos aos servidores ativos, aos aposentados ou aos pensionistas abrangidos por esta Lei, com base na legislação vigente até o dia anterior ao da implantação de cada tabela de subsídio constante dos Anexos I a III desta Lei com os valores decorrentes da aplicação desta Lei aos vencimentos ou subsídio ou proventos de aposentadoria ou pensão.

Parágrafo único.  Para fins do disposto neste artigo, os vencimentos compreendem a soma do vencimento básico com as vantagens permanentes relativas ao cargo, conforme disposto na Lei no 8.852, de 4 de fevereiro de 1994, e, ainda, as seguintes parcelas:

I - vantagens pessoais e Vantagens Pessoais Nominalmente Identificadas - VPNI, de qualquer origem e natureza;

II - diferenças individuais e resíduos, de qualquer origem e natureza;

III - valores incorporados à remuneração decorrentes do exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, ou de cargo de provimento em comissão;

IV - valores incorporados à remuneração referentes a quintos ou décimos;

V - valores incorporados à remuneração a título de adicional por tempo de serviço;

VI - vantagens incorporadas aos proventos ou pensões por força dos arts. 180 e 184 da Lei nº 1.711, de 1952, e dos arts. 192 e 193 da Lei nº 8.112, de 1990;

VII - abonos;

VIII - valores pagos a título de representação;

IX - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

X - adicional noturno;

XI - adicional pela prestação de serviço extraordinário;

XII - outras gratificações adicionais, ou parcelas remuneratórias complementares de qualquer origem ou natureza; e

XIII - valores ou vantagens incorporadas à remuneração por decisão administrativa, judicial ou extensão administrativa de decisão judicial, de natureza geral ou individual, ainda que decorrentes de sentença judicial transitada em julgado.

Art. 26.  As limitações a cessões veiculadas nesta Lei não implicam revogação de normas específicas de cada Carreira, no que forem mais restritivas.

Art. 27.  Os servidores que em 1o de janeiro de 2013 estiverem cedidos em conformidade com a legislação vigente, mas em situação não prevista nas hipóteses dos arts. 9o e 18, poderão permanecer nessa condição até o final do prazo estipulado no ato de cessão e, ainda, terem a cessão renovada uma vez pelo prazo de 1 (um) ano.

Parágrafo único.  No caso de o ato de cessão não prever prazo, será considerado como data final 31 de dezembro de 2013.

Art. 28.  As limitações ao exercício de outras atividades pelos titulares dos cargos a que se referem os arts. 1o e 10 não implicam afastamento de restrições constantes de outras normas.

Art. 29.  A Lei no 11.890, de 2008, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 154.

XV - Fiscal Federal Agropecuário da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário.

§ 2o  A participação, com aproveitamento, em programas e cursos de aperfeiçoamento ministrados por escola de governo constituirá requisito obrigatório para a promoção nas Carreiras de que tratam os incisos I a XV do caput.” (NR)

“Art. 157.

II - para as Carreiras de que tratam os incisos III a XV do caputdo art. 154:

§ 4o  Os limites estabelecidos nas alíneas *a* e *c* do inciso I do capute *a* e *d* do  inciso  II do caputpoderão ser aumentados para 60% (sessenta por cento) e 25% (vinte e cinco por cento), respectivamente:

I - até 31 de agosto de 2013, no caso dos cargos referidos nos incisos I a XIV do caputdo art. 154, visando a permitir maior alocação de vagas nas classes iniciais e o ajuste gradual do quadro de distribuição de cargos por classe existente em 28 de agosto de 2008; e

II - até 31 de agosto de 2016, no caso dos cargos referidos no inciso XV do caputdo art. 154, visando a permitir maior alocação de vagas nas classes iniciais e o ajuste gradual do quadro de distribuição de cargos por classe existente em 30 de agosto de 2012.” (NR)

“Art. 158.  Enquanto não forem publicados os atos a que se referem o § 1o do art. 155 e o § 2o do art. 156, as progressões e promoções dos titulares de cargos das Carreiras referidas no art. 154 serão concedidas, observando-se as normas vigentes:

I - em 28 de agosto de 2008, para os cargos referidos nos incisos I a XI do caputdo art. 154; e

II - em 30 de agosto de 2012, para o cargo referido no inciso XV do caputdo art. 154.” (NR)

Art. 30.  (VETADO).

Art. 31.  Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 32.  Ficam revogados, a partir de 1o de janeiro de 2013:

I - os arts. 4o a 7o da Lei no 10.883, de 16 de junho de 2004;

II - o art. 44 da Lei no 11.784, de 22 de setembro de 2008;

III - os arts. 1o, 3o a 19, 218 e 219 da Lei no 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; e

IV - os Anexos I, IV, CXXXIII e CXXXIV da Lei no 11.907, de 2 de fevereiro de 2009.

Brasília, 28 de dezembro de 2012; 191o da Independência e 124o da República.

DILMA ROUSSEFF

*Miriam Belchior*

*Luís Inácio Lucena Adams*

ANEXO I  
**(Redação dada pela Lei nº 13.464, de 2017)**

TABELA DE SUBSÍDIOS PARA A CARREIRA DE NÍVEL SUPERIOR DE OFICIAL DE CHANCELARIA

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o JAN | 1o JAN | 1o JAN | 1o JAN |
|  |  |  | 2015 | 2017 | 2018 | 2019 |
| Oficial de Chancelaria | ESPECIAL | V | 10.671,04 | 12.043,67 | 12.843,30 | 13.653,48 |
| IV | 10.482,40 | 11.830,76 | 12.616,26 | 13.412,11 |
| III | 10.297,09 | 11.621,61 | 12.393,23 | 13.175,01 |
| II | 10.115,06 | 11.416,17 | 12.174,15 | 12.942,11 |
| I | 9.936,29 | 11.214,40 | 11.958,98 | 12.713,37 |
| C | V | 9.659,47 | 10.901,98 | 11.625,81 | 12.359,18 |
| IV | 9.488,24 | 10.708,72 | 11.419,73 | 12.140,10 |
| III | 9.320,15 | 10.519,01 | 11.217,42 | 11.925,03 |
| II | 9.155,13 | 10.332,76 | 11.018,81 | 11.713,89 |
| I | 8.993,16 | 10.149,96 | 10.823,86 | 11.506,65 |
| B | V | 8.742,62 | 9.867,19 | 10.522,32 | 11.186,08 |
| IV | 8.587,71 | 9.692,36 | 10.335,88 | 10.987,88 |
| III | 8.349,11 | 9.423,06 | 10.048,71 | 10.682,59 |
| II | 8.201,04 | 9.255,95 | 9.870,50 | 10.493,14 |
| I | 8.055,81 | 9.092,04 | 9.695,70 | 10.307,32 |
| A | V | 7.831,45 | 8.838,82 | 9.425,67 | 10.020,25 |
| IV | 7.692,79 | 8.682,32 | 9.258,78 | 9.842,84 |
| III | 7.556,88 | 8.528,93 | 9.095,21 | 9.668,94 |
| II | 7.423,68 | 8.378,60 | 8.934,89 | 9.498,51 |
| I | 7.292,02 | 8.230,00 | 8.776,43 | 9.330,0 |

ANEXO II  
**(Redação dada pela Lei nº 13.464, de 2017)**

TABELA DE SUBSÍDIOS PARA A CARREIRA DE NÍVEL INTERMEDIÁRIO DE ASSISTENTE DE CHANCELARIA

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o JAN 2015 | 1o JAN 2017 | 1o JAN 2018 | 1o JAN 2019 |
| Assistente de Chancelaria | ESPECIAL | V | 7.708,83 | 8.700,42 | 9.278,09 | 9.863,36 |
| IV | 7.454,94 | 8.413,88 | 8.972,51 | 9.538,51 |
| III | 7.209,94 | 8.137,36 | 8.677,64 | 9.225,04 |
| II | 6.972,50 | 7.869,38 | 8.391,87 | 8.921,24 |
| I | 6.743,59 | 7.611,02 | 8.116,36 | 8.628,35 |
| C | V | 6.332,53 | 7.147,09 | 7.621,62 | 8.102,40 |
| IV | 6.124,27 | 6.912,04 | 7.370,96 | 7.835,93 |
| III | 5.922,77 | 6.684,62 | 7.128,45 | 7.578,12 |
| II | 5.727,90 | 6.464,69 | 6.893,91 | 7.328,78 |
| I | 5.539,50 | 6.252,05 | 6.667,16 | 7.087,73 |
| B | V | 5.201,67 | 5.870,77 | 6.260,55 | 6.655,48 |
| IV | 5.030,30 | 5.677,35 | 6.054,30 | 6.436,21 |
| III | 4.723,09 | 5.330,63 | 5.684,55 | 6.043,14 |
| II | 4.567,74 | 5.155,29 | 5.497,58 | 5.844,37 |
| I | 4.418,01 | 4.986,30 | 5.317,37 | 5.652,79 |
| A | V | 4.147,84 | 4.681,38 | 4.992,20 | 5.307,11 |
| IV | 4.011,72 | 4.527,75 | 4.828,37 | 5.132,95 |
| III | 3.879,67 | 4.378,72 | 4.669,44 | 4.963,99 |
| II | 3.751,60 | 4.234,17 | 4.515,30 | 4.800,13 |
| I | 3.628,57 | 4.095,32 | 4.367,22 | 4.642,71 |

ANEXO III  
**(Redação dada pela lei nº 13.324, de 2016)**

TABELA DE SUBSÍDIOS DOS CARGOS DA CARREIRA DE AUDITOR FISCAL FEDERAL AGROPECUÁRIO

###### Em R$

| CLASSE | PADRÃO | SUBSÍDIO | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| 1o de janeiro de 2015 | 1o  de agosto de 2016 | 1o  de janeiro de 2017 |
| ESPECIAL | IV | 18.394,26 | 19.405,94 | 20.376,24 |
| III | 17.933,86 | 18.920,22 | 19.866,23 |
| II | 17.487,25 | 18.449,05 | 19.371,50 |
| I | 17.054,01 | 17.991,98 | 18.891,58 |
| C | III | 16.411,21 | 17.313,83 | 18.179,52 |
| II | 16.010,27 | 16.890,83 | 17.735,38 |
| I | 15.620,16 | 16.479,27 | 17.303,23 |
| B | III | 15.042,85 | 15.870,21 | 16.663,72 |
| II | 14.681,74 | 15.489,24 | 16.263,70 |
| I | 14.330,25 | 15.118,41 | 15.874,33 |
| A | III | 13.809,40 | 14.568,92 | 15.297,36 |
| II | 13.482,87 | 14.224,43 | 14.935,65 |
| I | 13.166,07 | 13.890,20 | 14.584,71 |

ANEXO IV

**(Anexo IV da Lei no 11.890, de 24 de dezembro de 2008.)**

TABELA DE SUBSÍDIOS PARA AS CARREIRAS DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

a) Tabela I: Valor do Subsídio dos Cargos de Nível Superior das Carreiras de Gestão Governamental

Em R$

|  |  |  | VALOR DO SUBSÍDIO | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | |
|  |  |  | 1o JUL2010 | 1o JAN 013 | 1o JAN 014 | 1o JAN2015 |
| Analista de  Finanças e  Controle  Analista  de Planejamento  e Orçamento  Analista de  Comércio Exterior  Especialista em  Políticas Públicas  e Gestão  Governamental |  | IV | 18.478,45 | 19.402,37 | 20.353,09 | 21.391,10 |
| ESPECIAL | III | 17.965,08 | 18.863,33 | 19.787,64 | 20.796,81 |
|  | II | 17.647,43 | 18.529,80 | 19.437,76 | 20.429,09 |
|  | I | 17.335,39 | 18.202,16 | 19.094,07 | 20.067,86 |
|  | III | 16.668,64 | 17.502,07 | 18.359,67 | 19.296,02 |
| C | II | 16.341,81 | 17.158,90 | 17.999,69 | 18.917,67 |
|  | I | 16.021,38 | 16.822,45 | 17.646,75 | 18.546,73 |
|  | III | 15.707,23 | 16.492,59 | 17.300,73 | 18.183,07 |
| B | II | 15.103,11 | 15.858,27 | 16.635,32 | 17.483,72 |
|  | I | 14.806,97 | 15.547,32 | 16.309,14 | 17.140,90 |
|  | III | 14.516,64 | 15.242,47 | 15.989,35 | 16.804,81 |
| A | II | 14.232,00 | 14.943,60 | 15.675,84 | 16.475,30 |
|  | I | 12.960,77 | 13.608,81 | 14.275,64 | 15.003,70 |

b) Tabela II: Valor do subsídio dos Cargos de Nível Intermediário da Carreira de Finanças e Controle e Cargos de Nível Intermediário da Carreira de Planejamento e Orçamento

Em R$

|  |  |  | VALOR DO SUBSÍDIO | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | |
|  |  |  | 1o JUL 2010 | 1o JAN 2013 | 1o JAN 2014 | 1o JAN 2015 |
|  |  | IV | 8.449,13 | 8.871,59 | 9.306,29 | 9.780,92 |
| Técnico de |  | III | 8.060,48 | 8.463,50 | 8.878,22 | 9.331,00 |
| Finanças e | ESPECIAL | II | 7.818,11 | 8.209,02 | 8.611,26 | 9.050,43 |
| Controle |  | I | 7.583,04 | 7.962,19 | 8.352,34 | 8.778,31 |
|  |  | III | 7.120,22 | 7.476,23 | 7.842,57 | 8.242,54 |
| Técnico de | C | II | 6.906,13 | 7.251,44 | 7.606,76 | 7.994,70 |
| Planejamento e |  | I | 6.698,48 | 7.033,40 | 7.378,04 | 7.754,32 |
| Orçamento |  | III | 6.100,54 | 6.405,57 | 6.719,44 | 7.062,13 |
|  | B | II | 5.917,11 | 6.212,97 | 6.517,40 | 6.849,79 |
|  |  | I | 5.739,19 | 6.026,15 | 6.321,43 | 6.643,82 |
|  |  | III | 5.226,88 | 5.488,22 | 5.757,15 | 6.050,76 |
|  | A | II | 5.069,72 | 5.323,21 | 5.584,04 | 5.868,83 |
|  |  | I | 4.917,28 | 5.163,14 | 5.416,14 | 5.692,36 |

ANEXO V

[**(Anexo VII da Lei no 11.890, de 24 de dezembro de 2008)**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11890.htm#anexovii.)

TABELA DE SUBSÍDIOS PARA A CARREIRA DE DIPLOMATA

Em R$

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  | VALOR DO SUBSÍDIO | | | |
| CLASSE | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | |
|  | 1o JUL 2010 | 1~~°~~JAN2013 | 1~~°~~JAN2014 | 1~~°~~JAN2015 |
| Ministro de Primeira Classe | 18.478,45 | 19.420,85 | 20.372,47 | 21.391,10 |
| Ministro de Segunda Classe | 17.769,29 | 18.675,52 | 19.590,62 | 20.570,16 |
| Conselheiro | 16.541,31 | 17.384,92 | 18.236,78 | 19.148,62 |
| Primeiro Secretário | 15.395,04 | 16.180,19 | 16.973,02 | 17.821,67 |
| Segundo Secretário | 14.331,13 | 15.062,02 | 15.800,06 | 16.590,06 |
| Terceiro Secretário | 12.962,12 | 13.623,19 | 14.290,72 | 15.005,26 |

ANEXO VI

**(Anexo XX da Lei no 11.890, de 24 de dezembro de 2008)**

TABELA DE SUBSÍDIOSDA CARREIRA DE PLANEJAMENTO E PESQUISA DO IPEA

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1o JUL 2010 | 1~~°~~ JAN2013 | 1~~°~~ JAN2014 | 1~~°~~ JAN2015 |
|  |  | IV | 18.478,45 | 19.402,37 | 20.353,09 | 21.391,10 |
|  | ESPECIAL | III | 17.965,08 | 18.863,33 | 19.787,64 | 20.796,81 |
|  |  | II | 17.647,43 | 18.529,80 | 19.437,76 | 20.429,09 |
|  |  | I | 17.335,39 | 18.202,16 | 19.094,07 | 20.067,86 |
| Técnico de |  | III | 16.668,64 | 17.502,07 | 18.359,67 | 19.296,02 |
| Planejamento e | C | II | 16.341,81 | 17.158,90 | 17.999,69 | 18.917,67 |
| Pesquisa |  | I | 16.021,38 | 16.822,45 | 17.646,75 | 18.546,73 |
|  |  | III | 15.707,23 | 16.492,59 | 17.300,73 | 18.183,07 |
|  | B | II | 15.103,11 | 15.858,27 | 16.635,32 | 17.483,72 |
|  |  | I | 14.806,97 | 15.547,32 | 16.309,14 | 17.140,90 |
|  |  | III | 14.516,64 | 15.242,47 | 15.989,35 | 16.804,81 |
|  | A | II | 14.232,00 | 14.943,60 | 15.675,84 | 16.475,30 |
|  |  | I | 12.960,77 | 13.608,81 | 14.275,64 | 15.003,70 |

ANEXO VII

**(Anexo II da Lei no 11.776, de 17 de setembro de 2008.)**

SUBSÍDIOS DAS CARREIRAS DE OFICIAL DE INTELIGÊNCIA, OFICIAL TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA, AGENTE DE INTELIGÊNCIA E AGENTE TÉCNICO DE INTELIGÊNCIA

a) Tabela I: Valor do Subsídio do Cargo de Oficial de Inteligência

Em R$

|  |  | VALOR DO SUBSÍDIO | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | |
|  |  | 1o ABR 2011 | 1~~°~~ JAN2013 | 1~~°~~ JAN2014 | 1~~°~~ JAN2015 |
|  | III | 18.400,00 | 19.338,40 | 20.285,98 | 21.300,28 |
| ESPECIAL | II | 18.110,24 | 19.033,86 | 19.966,52 | 20.964,85 |
|  | I | 17.825,04 | 18.734,12 | 19.652,09 | 20.634,69 |
|  | VI | 17.261,12 | 18.141,44 | 19.030,37 | 19.981,89 |
|  | V | 16.989,29 | 17.855,74 | 18.730,68 | 19.667,21 |
| PRIMEIRA | IV | 16.721,74 | 17.574,55 | 18.435,70 | 19.357,49 |
|  | III | 16.458,40 | 17.297,78 | 18.145,37 | 19.052,64 |
|  | II | 16.199,22 | 17.025,38 | 17.859,62 | 18.752,61 |
|  | I | 15.944,11 | 16.757,26 | 17.578,37 | 18.457,28 |
|  | VI | 15.439,70 | 16.227,12 | 17.022,25 | 17.873,37 |
|  | V | 15.196,55 | 15.971,57 | 16.754,18 | 17.591,89 |
| SEGUNDA | IV | 14.957,24 | 15.720,06 | 16.490,34 | 17.314,86 |
|  | III | 14.721,69 | 15.472,50 | 16.230,65 | 17.042,18 |
|  | II | 14.489,85 | 15.228,83 | 15.975,05 | 16.773,80 |
|  | I | 14.261,66 | 14.989,00 | 15.723,47 | 16.509,64 |
|  | V | 13.810,48 | 14.514,81 | 15.226,04 | 15.987,34 |
|  | IV | 13.592,99 | 14.286,23 | 14.986,26 | 15.735,57 |
| TERCEIRA | III | 13.378,93 | 14.061,26 | 14.750,26 | 15.487,77 |
|  | II | 13.168,23 | 13.839,81 | 14.517,96 | 15.243,86 |
|  | I | 12.960,86 | 13.621,86 | 14.289,34 | 15.003,80 |

b) Tabela II: Valor do Subsídio do Cargo de Oficial Técnico de Inteligência

Em R$

|  |  | VALOR DO SUBSÍDIO | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | |
|  |  | 1o ABR 2011 | 1~~°~~ JAN2013 | 1~~°~~ JAN2014 | 1~~°~~ JAN2015 |
|  | III | 16.558,16 | 17.402,63 | 18.255,35 | 19.168,12 |
| ESPECIAL | II | 16.313,46 | 17.145,45 | 17.985,57 | 18.884,85 |
|  | I | 16.072,37 | 16.892,06 | 17.719,77 | 18.605,76 |
|  | VI | 15.604,25 | 16.400,07 | 17.203,67 | 18.063,85 |
|  | V | 15.373,64 | 16.157,70 | 16.949,42 | 17.796,89 |
| PRIMEIRA | IV | 15.146,44 | 15.918,91 | 16.698,93 | 17.533,88 |
|  | III | 14.922,60 | 15.683,65 | 16.452,15 | 17.274,76 |
|  | II | 14.702,07 | 15.451,88 | 16.209,02 | 17.019,47 |
|  | I | 14.484,80 | 15.223,52 | 15.969,48 | 16.767,95 |
|  | VI | 14.062,91 | 14.780,12 | 15.504,34 | 16.279,56 |
|  | V | 13.855,09 | 14.561,70 | 15.275,22 | 16.038,98 |
| SEGUNDA | IV | 13.650,33 | 14.346,50 | 15.049,48 | 15.801,95 |
|  | III | 13.448,60 | 14.134,48 | 14.827,07 | 15.568,42 |
|  | II | 13.249,86 | 13.925,60 | 14.607,96 | 15.338,36 |
|  | I | 13.054,05 | 13.719,81 | 14.392,08 | 15.111,68 |
|  | V | 12.673,83 | 13.320,20 | 13.972,88 | 14.671,53 |
|  | IV | 12.486,53 | 13.123,34 | 13.766,39 | 14.454,71 |
| TERCEIRA | III | 12.302,00 | 12.929,40 | 13.562,94 | 14.241,09 |
|  | II | 12.120,20 | 12.738,33 | 13.362,51 | 14.030,63 |
|  | I | 11.941,08 | 12.550,08 | 13.165,03 | 13.823,28 |

c) Tabela III: Valor do Subsídio do Cargo de Agente de Inteligência

Em R$

|  |  | VALOR DO SUBSÍDIO | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | |
|  |  | 1o ABR 2011 | 1~~°~~ JAN2013 | 1~~°~~ JAN2014 | 1~~°~~ JAN2015 |
|  | III | 8.445,69 | 8.876,42 | 9.311,36 | 9.776,93 |
| ESPECIAL | II | 8.239,70 | 8.659,92 | 9.084,26 | 9.538,47 |
|  | I | 8.038,73 | 8.448,71 | 8.862,69 | 9.305,83 |
|  | VI | 7.655,94 | 8.046,39 | 8.440,67 | 8.862,70 |
|  | V | 7.469,21 | 7.850,14 | 8.234,80 | 8.646,54 |
| PRIMEIRA | IV | 7.287,03 | 7.658,67 | 8.033,94 | 8.435,64 |
|  | III | 7.109,30 | 7.471,87 | 7.838,00 | 8.229,90 |
|  | II | 6.935,90 | 7.289,63 | 7.646,82 | 8.029,16 |
|  | I | 6.766,73 | 7.111,83 | 7.460,31 | 7.833,33 |
|  | VI | 6.444,51 | 6.773,18 | 7.105,07 | 7.460,32 |
|  | V | 6.287,32 | 6.607,97 | 6.931,76 | 7.278,35 |
| SEGUNDA | IV | 6.133,97 | 6.446,80 | 6.762,70 | 7.100,83 |
|  | III | 5.984,37 | 6.289,57 | 6.597,76 | 6.927,65 |
|  | II | 5.838,41 | 6.136,17 | 6.436,84 | 6.758,68 |
|  | I | 5.696,01 | 5.986,51 | 6.279,85 | 6.593,84 |
|  | V | 5.424,77 | 5.701,43 | 5.980,80 | 6.279,84 |
|  | IV | 5.292,46 | 5.562,38 | 5.834,93 | 6.126,68 |
| TERCEIRA | III | 5.163,37 | 5.426,70 | 5.692,61 | 5.977,24 |
|  | II | 5.037,44 | 5.294,35 | 5.553,77 | 5.831,46 |
|  | I | 4.914,57 | 5.165,21 | 5.418,31 | 5.689,22 |

d) Tabela IV: Valor do Subsídio do Cargo de Agente Técnico de Inteligência

Em R$

|  |  | VALOR DO SUBSÍDIO | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | |
|  |  | 1o ABR 2011 | 1~~°~~ JAN2013 | 1~~°~~ JAN2014 | 1~~°~~ JAN2015 |
|  | III | 7.600,28 | 7.987,89 | 8.379,30 | 8.798,27 |
| ESPECIAL | II | 7.414,91 | 7.793,07 | 8.174,93 | 8.583,68 |
|  | I | 7.234,06 | 7.603,00 | 7.975,54 | 8.374,32 |
|  | VI | 6.889,58 | 7.240,95 | 7.595,76 | 7.975,54 |
|  | V | 6.721,54 | 7.064,34 | 7.410,49 | 7.781,02 |
| PRIMEIRA | IV | 6.557,60 | 6.892,04 | 7.229,75 | 7.591,23 |
|  | III | 6.397,66 | 6.723,94 | 7.053,41 | 7.406,08 |
|  | II | 6.241,62 | 6.559,94 | 6.881,38 | 7.225,45 |
|  | I | 6.089,38 | 6.399,94 | 6.713,54 | 7.049,21 |
|  | VI | 5.799,41 | 6.095,18 | 6.393,84 | 6.713,54 |
|  | V | 5.657,96 | 5.946,52 | 6.237,90 | 6.549,79 |
| SEGUNDA | IV | 5.519,96 | 5.801,48 | 6.085,75 | 6.390,04 |
|  | III | 5.385,33 | 5.659,98 | 5.937,32 | 6.234,19 |
|  | II | 5.253,98 | 5.521,93 | 5.792,51 | 6.082,13 |
|  | I | 5.125,84 | 5.387,26 | 5.651,23 | 5.933,80 |
|  | V | 4.881,75 | 5.130,72 | 5.382,12 | 5.651,23 |
|  | IV | 4.762,68 | 5.005,58 | 5.250,85 | 5.513,39 |
| TERCEIRA | III | 4.646,52 | 4.883,49 | 5.122,78 | 5.378,92 |
|  | II | 4.533,19 | 4.764,38 | 4.997,84 | 5.247,73 |
|  | I | 4.422,62 | 4.648,17 | 4.875,93 | 5.119,73 |

ANEXO VIII

**(Anexo II da Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006)**

“TABELA DE SUBSÍDIOS PARA OS CARGOS DE DELEGADO DE POLÍCIA FEDERAL E PERITO CRIMINAL FEDERAL DA CARREIRA POLICIAL FEDERAL

a) Quadro I

Em R$

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | VALOR DO SUBSÍDIO | | | |
| CARGO | CATEGORIA | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | |
|  |  | 1o FEV | 1o JAN | 1o JAN | 1o JAN |
|  |  | 2009 | 2013 | 2014 | 2015 |
| Delegado de Polícia | ESPECIAL | 19.699,82 | 20.684,81 | 21.719,05 | 22.805,00 |
| Federal | PRIMEIRA | 17.498,40 | 18.373,32 | 19.291,99 | 20.256,59 |
| Perito Criminal Federal | SEGUNDA | 14.970,60 | 15.719,13 | 16.505,09 | 17.330,34 |
|  | TERCEIRA | 13.368,68 | 14.037,11 | 15.370,64 | 16.830,85 |

”

ANEXO IX

**(Anexo III da Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006)**

TABELA DE SUBSÍDIOS PARA A CARREIRA DE POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

Em R$

|  |  | VALOR DO SUBSÍDIO | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
|  |  | 1o JAN 2013 | 1o JAN 2014 | 1o JAN 2015 |
|  | III | 11.092,44 | 11.658,15 | 12.206,09 |
| ESPECIAL | II | 10.769,36 | 11.318,59 | 11.850,57 |
|  | I | 10.455,69 | 10.988,93 | 11.505,41 |
|  | VI | 9.863,86 | 10.366,91 | 10.854,16 |
|  | V | 9.576,56 | 10.064,96 | 10.538,02 |
| PRIMEIRA | IV | 9.297,63 | 9.771,81 | 10.231,08 |
|  | III | 9.026,82 | 9.487,19 | 9.933,09 |
|  | II | 8.763,91 | 9.210,87 | 9.643,78 |
|  | I | 8.508,65 | 8.942,59 | 9.362,89 |
|  | VI | 7.830,34 | 8.229,69 | 8.616,49 |
|  | V | 7.752,81 | 8.148,21 | 8.531,17 |
| SEGUNDA | IV | 7.676,05 | 8.067,53 | 8.446,71 |
|  | III | 7.600,05 | 7.987,66 | 8.363,08 |
|  | II | 7.524,81 | 7.908,57 | 8.280,27 |
|  | I | 7.450,30 | 7.830,27 | 8.198,29 |
|  | III | 6.229,55 | 6.547,26 | 6.854,98 |
| TERCEIRA | II | 6.167,87 | 6.482,43 | 6.787,11 |
|  | I | 6.106,81 | 6.418,25 | 6.719,91 |

ANEXO X

[**(Anexo I-A da Lei no 9.654, de 2 de junho de 1998, vigente a partir de 1o de janeiro de 2013)**](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9654.htm#anexoia)

ESTRUTURA DA CARREIRA DE POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

| CARGO | CLASSE | PADRÃO |
| --- | --- | --- |
|  |  | III |
|  | ESPECIAL | II |
|  |  | I |
|  |  | VI |
|  |  | V |
|  | PRIMEIRA | IV |
|  |  | III |
|  |  | II |
| Policial Rodoviário Federal |  | I |
|  |  | VI |
|  |  | V |
|  | SEGUNDA | IV |
|  |  | III |
|  |  | II |
|  |  | I |
|  |  | III |
|  | TERCEIRA | II |
|  |  | I |

ANEXO XI

**(Anexo II-A da Lei no 9.654, de 2 de junho de 1998, vigente a partir de 1o de janeiro de 2013)**

TABELA DE CORRELAÇÃO DA CARREIRA DE POLICIAL RODOVIÁRIO FEDERAL

| SITUAÇÃO ANTERIOR | | | SITUAÇÃO NOVA | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO | PADRÃO | CLASSE | CARGO |
|  |  | III | III | ESPECIAL |  |
|  | Inspetor | II | II |  |  |
|  |  | I | I |  |  |
|  |  | VI | VI |  |  |
|  |  | V | V |  |  |
|  | Agente | IV | IV |  | Policial |
|  | Especial | III | III | PRIMEIRA | Rodoviário |
| Policial |  | II | II |  | Federal |
| Rodoviário |  | I | I |  |  |
| Federal |  | VI | VI |  |  |
|  |  | V | V |  |  |
|  | Agente | IV | IV |  |  |
|  | Operacional | III | III | SEGUNDA |  |
|  |  | II | II |  |  |
|  |  | I | I |  |  |
|  |  |  | III |  |  |
|  | Agente | I | II | TERCEIRA |  |
|  |  |  | I |  |  |

ANEXO XII

**(Anexo I da Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006)**

TABELA DE SUBSÍDIOS PARA AS CARREIRAS DA ÁREA JURÍDICA

Em R$

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| CATEGORIA | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | |
| 1o JUL 2010 | 1o JAN 2013 | 1o JAN 2014 | 1o JAN 2015 |
| ESPECIAL | 19.451,00 | 20.423,55 | 21.424,30 | 22.516,94 |
| PRIMEIRA | 17.201,90 | 18.062,00 | 18.947,03 | 19.913,33 |
| SEGUNDA | 14.970,60 | 15.719,13 | 16.489,37 | 17.330,33 |

**LEI Nº 13.140, DE 26 DE JUNHO DE 2015.**

*Dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias e sobre a auto composição de conflitos no âmbito da administração pública; altera a Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, e o Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972; e revoga o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.*

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a mediação como meio de solução de controvérsias entre particulares e sobre a auto composição de conflitos no âmbito da administração pública.

Parágrafo único. Considera-se mediação a atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia.

CAPÍTULO I

DA MEDIAÇÃO

**Seção I**

**Disposições Gerais**

Art. 2º A mediação será orientada pelos seguintes princípios:

I - imparcialidade do mediador;

II - isonomia entre as partes;

III - oralidade;

IV - informalidade;

V - autonomia da vontade das partes;

VI - busca do consenso;

VII - confidencialidade;

VIII - boa-fé.

§ 1º Na hipótese de existir previsão contratual de cláusula de mediação, as partes deverão comparecer à primeira reunião de mediação.

§ 2º Ninguém será obrigado a permanecer em procedimento de mediação.

Art. 3º Pode ser objeto de mediação o conflito que verse sobre direitos disponíveis ou sobre direitos indisponíveis que admitam transação.

§ 1º A mediação pode versar sobre todo o conflito ou parte dele.

§ 2º O consenso das partes envolvendo direitos indisponíveis, mas transigíveis, deve ser homologado em juízo, exigida a oitiva do Ministério Público.

**Seção II**

**Dos Mediadores**

**Subseção I**

**Disposições Comuns**

Art. 4º O mediador será designado pelo tribunal ou escolhido pelas partes.

§ 1º O mediador conduzirá o procedimento de comunicação entre as partes, buscando o entendimento e o consenso e facilitando a resolução do conflito.

§ 2º Aos necessitados será assegurada a gratuidade da mediação.

Art. 5º Aplicam-se ao mediador as mesmas hipóteses legais de impedimento e suspeição do juiz.

Parágrafo único. A pessoa designada para atuar como mediador tem o dever de revelar às partes, antes da aceitação da função, qualquer fato ou circunstância que possa suscitar dúvida justificada em relação à sua imparcialidade para mediar o conflito, oportunidade em que poderá ser recusado por qualquer delas.

Art. 6º O mediador fica impedido, pelo prazo de um ano, contado do término da última audiência em que atuou, de assessorar, representar ou patrocinar qualquer das partes.

Art. 7º O mediador não poderá atuar como árbitro nem funcionar como testemunha em processos judiciais ou arbitrais pertinentes a conflito em que tenha atuado como mediador.

Art. 8º O mediador e todos aqueles que o assessoram no procedimento de mediação, quando no exercício de suas funções ou em razão delas, são equiparados a servidor público, para os efeitos da legislação penal.

**Subseção II**

**Dos Mediadores Extrajudiciais**

Art. 9º Poderá funcionar como mediador extrajudicial qualquer pessoa capaz que tenha a confiança das partes e seja capacitada para fazer mediação, independentemente de integrar qualquer tipo de conselho, entidade de classe ou associação, ou nele inscrever-se.

Art. 10. As partes poderão ser assistidas por advogados ou defensores públicos.

Parágrafo único. Comparecendo uma das partes acompanhada de advogado ou defensor público, o mediador suspenderá o procedimento, até que todas estejam devidamente assistidas.

**Subseção III**

**Dos Mediadores Judiciais**

Art. 11. Poderá atuar como mediador judicial a pessoa capaz, graduada há pelo menos dois anos em curso de ensino superior de instituição reconhecida pelo Ministério da Educação e que tenha obtido capacitação em escola ou instituição de formação de mediadores, reconhecida pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - ENFAM ou pelos tribunais, observados os requisitos mínimos estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça em conjunto com o Ministério da Justiça.

Art. 12. Os tribunais criarão e manterão cadastros atualizados dos mediadores habilitados e autorizados a atuar em mediação judicial.

§ 1º A inscrição no cadastro de mediadores judiciais será requerida pelo interessado ao tribunal com jurisdição na área em que pretenda exercer a mediação.

§ 2º Os tribunais regulamentarão o processo de inscrição e desligamento de seus mediadores.

Art. 13. A remuneração devida aos mediadores judiciais será fixada pelos tribunais e custeada pelas partes, observado o disposto no § 2º do art. 4º desta Lei.

**Seção III**

**Do Procedimento de Mediação**

**Subseção I**

**Disposições Comuns**

Art. 14. No início da primeira reunião de mediação, e sempre que julgar necessário, o mediador deverá alertar as partes acerca das regras de confidencialidade aplicáveis ao procedimento.

Art. 15. A requerimento das partes ou do mediador, e com anuência daquelas, poderão ser admitidos outros mediadores para funcionarem no mesmo procedimento, quando isso for recomendável em razão da natureza e da complexidade do conflito.

Art. 16. Ainda que haja processo arbitral ou judicial em curso, as partes poderão submeter-se à mediação, hipótese em que requererão ao juiz ou árbitro a suspensão do processo por prazo suficiente para a solução consensual do litígio.

§ 1º É irrecorrível a decisão que suspende o processo nos termos requeridos de comum acordo pelas partes.

§ 2º A suspensão do processo não obsta a concessão de medidas de urgência pelo juiz ou pelo árbitro.

Art. 17. Considera-se instituída a mediação na data para a qual for marcada a primeira reunião de mediação.

Parágrafo único. Enquanto transcorrer o procedimento de mediação, ficará suspenso o prazo prescricional.

Art. 18. Iniciada a mediação, as reuniões posteriores com a presença das partes somente poderão ser marcadas com a sua anuência.

Art. 19. No desempenho de sua função, o mediador poderá reunir-se com as partes, em conjunto ou separadamente, bem como solicitar das partes as informações que entender necessárias para facilitar o entendimento entre aquelas.

Art. 20. O procedimento de mediação será encerrado com a lavratura do seu termo final, quando for celebrado acordo ou quando não se justificarem novos esforços para a obtenção de consenso, seja por declaração do mediador nesse sentido ou por manifestação de qualquer das partes.

Parágrafo único. O termo final de mediação, na hipótese de celebração de acordo, constitui título executivo extrajudicial e, quando homologado judicialmente, título executivo judicial.

**Subseção II**

**Da Mediação Extrajudicial**

Art. 21. O convite para iniciar o procedimento de mediação extrajudicial poderá ser feito por qualquer meio de comunicação e deverá estipular o escopo proposto para a negociação, a data e o local da primeira reunião.

Parágrafo único. O convite formulado por uma parte à outra considerar-se-á rejeitado se não for respondido em até trinta dias da data de seu recebimento.

Art. 22. A previsão contratual de mediação deverá conter, no mínimo:

I - prazo mínimo e máximo para a realização da primeira reunião de mediação, contado a partir da data de recebimento do convite;

II - local da primeira reunião de mediação;

III - critérios de escolha do mediador ou equipe de mediação;

IV - penalidade em caso de não comparecimento da parte convidada à primeira reunião de mediação.

§ 1º A previsão contratual pode substituir a especificação dos itens acima enumerados pela indicação de regulamento, publicado por instituição idônea prestadora de serviços de mediação, no qual constem critérios claros para a escolha do mediador e realização da primeira reunião de mediação.

§ 2º Não havendo previsão contratual completa, deverão ser observados os seguintes critérios para a realização da primeira reunião de mediação:

I - prazo mínimo de dez dias úteis e prazo máximo de três meses, contados a partir do recebimento do convite;

II - local adequado a uma reunião que possa envolver informações confidenciais;

III - lista de cinco nomes, informações de contato e referências profissionais de mediadores capacitados; a parte convidada poderá escolher, expressamente, qualquer um dos cinco mediadores e, caso a parte convidada não se manifeste, considerar-se-á aceito o primeiro nome da lista;

IV - o não comparecimento da parte convidada à primeira reunião de mediação acarretará a assunção por parte desta de cinquenta por cento das custas e honorários sucumbenciais caso venha a ser vencedora em procedimento arbitral ou judicial posterior, que envolva o escopo da mediação para a qual foi convidada.

§ 3º Nos litígios decorrentes de contratos comerciais ou societários que não contenham cláusula de mediação, o mediador extrajudicial somente cobrará por seus serviços caso as partes decidam assinar o termo inicial de mediação e permanecer, voluntariamente, no procedimento de mediação.

Art. 23. Se, em previsão contratual de cláusula de mediação, as partes se comprometerem a não iniciar procedimento arbitral ou processo judicial durante certo prazo ou até o implemento de determinada condição, o árbitro ou o juiz suspenderá o curso da arbitragem ou da ação pelo prazo previamente acordado ou até o implemento dessa condição.

Parágrafo único. O disposto no caput não se aplica às medidas de urgência em que o acesso ao Poder Judiciário seja necessário para evitar o perecimento de direito.

**Subseção III**

**Da Mediação Judicial**

Art. 24. Os tribunais criarão centros judiciários de solução consensual de conflitos, responsáveis pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação, pré-processuais e processuais, e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a auto composição.

Parágrafo único. A composição e a organização do centro serão definidas pelo respectivo tribunal, observadas as normas do Conselho Nacional de Justiça.

Art. 25. Na mediação judicial, os mediadores não estarão sujeitos à prévia aceitação das partes, observado o disposto no art. 5º desta Lei.

Art. 26. As partes deverão ser assistidas por advogados ou defensores públicos, ressalvadas as hipóteses previstas nas Leis n º 9.099, de 26 de setembro de 1995 , e 10.259, de 12 de julho de 2001 .

Parágrafo único. Aos que comprovarem insuficiência de recursos será assegurada assistência pela Defensoria Pública.

Art. 27. Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de mediação.

Art. 28. O procedimento de mediação judicial deverá ser concluído em até sessenta dias, contados da primeira sessão, salvo quando as partes, de comum acordo, requererem sua prorrogação.

Parágrafo único. Se houver acordo, os autos serão encaminhados ao juiz, que determinará o arquivamento do processo e, desde que requerido pelas partes, homologará o acordo, por sentença, e o termo final da mediação e determinará o arquivamento do processo.

Art. 29. Solucionado o conflito pela mediação antes da citação do réu, não serão devidas custas judiciais finais.

**Seção IV**

**Da Confidencialidade e suas Exceções**

Art. 30. Toda e qualquer informação relativa ao procedimento de mediação será confidencial em relação a terceiros, não podendo ser revelada sequer em processo arbitral ou judicial salvo se as partes expressamente decidirem de forma diversa ou quando sua divulgação for exigida por lei ou necessária para cumprimento de acordo obtido pela mediação.

§ 1º O dever de confidencialidade aplica-se ao mediador, às partes, a seus prepostos, advogados, assessores técnicos e a outras pessoas de sua confiança que tenham, direta ou indiretamente, participado do procedimento de mediação, alcançando:

I - declaração, opinião, sugestão, promessa ou proposta formulada por uma parte à outra na busca de entendimento para o conflito;

II - reconhecimento de fato por qualquer das partes no curso do procedimento de mediação;

III - manifestação de aceitação de proposta de acordo apresentada pelo mediador;

IV - documento preparado unicamente para os fins do procedimento de mediação.

§ 2º A prova apresentada em desacordo com o disposto neste artigo não será admitida em processo arbitral ou judicial.

§ 3º Não está abrigada pela regra de confidencialidade a informação relativa à ocorrência de crime de ação pública.

§ 4º A regra da confidencialidade não afasta o deverde as pessoas discriminadas no caput prestarem informações à administração tributária após o termo final da mediação, aplicando-se aos seus servidores a obrigação de manterem sigilo das informações compartilhadas nos termos do art. 198 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

Art. 31. Será confidencial a informação prestada por uma parte em sessão privada, não podendo o mediador revelá-la às demais, exceto se expressamente autorizado.

CAPÍTULO II

DA AUTOCOMPOSIÇÃO DE CONFLITOS EM QUE FOR PARTE PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO

**Seção I**

**Disposições Comuns**

Art. 32. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão criar câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos, no âmbito dos respectivos órgãos da Advocacia Pública, onde houver, com competência para:

I - dirimir conflitos entre órgãos e entidades da administração pública;

II - avaliar a admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos, por meio de composição, no caso de controvérsia entre particular e pessoa jurídica de direito público;

III - promover, quando couber, a celebração de termo de ajustamento de conduta.

§ 1º O modo de composição e funcionamento das câmaras de que trata o caput será estabelecido em regulamento de cada ente federado.

§ 2º A submissão do conflito às câmaras de que trata o caput é facultativa e será cabível apenas nos casos previstos no regulamento do respectivo ente federado.

§ 3º Se houver consenso entre as partes, o acordo será reduzido a termo e constituirá título executivo extrajudicial.

§ 4º Não se incluem na competência dos órgãos mencionados no caput deste artigo as controvérsias que somente possam ser resolvidas por atos ou concessão de direitos sujeitos a autorização do Poder Legislativo.

§ 5º Compreendem-se na competência das câmaras de que trata o caput a prevenção e a resolução de conflitos que envolvam equilíbrio econômico-financeiro de contratos celebrados pela administração com particulares.

Art. 33. Enquanto não forem criadas as câmaras de mediação, os conflitos poderão ser dirimidos nos termos do procedimento de mediação previsto na Subseção I da Seção III do Capítulo I desta Lei.

Parágrafo único. A Advocacia Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, onde houver, poderá instaurar, de ofício ou mediante provocação, procedimento de mediação coletiva de conflitos relacionados à prestação de serviços públicos.

Art. 34. A instauração de procedimento administrativo para a resolução consensual de conflito no âmbito da administração pública suspende a prescrição.

§ 1º Considera-se instaurado o procedimento quando o órgão ou entidade pública emitir juízo de admissibilidade, retroagindo a suspensão da prescrição à data de formalização do pedido de resolução consensual do conflito.

§ 2º Em se tratando de matéria tributária, a suspensão da prescrição deverá observar o disposto na Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

**Seção II**

**Dos Conflitos Envolvendo a Administração Pública Federal Direta, suas Autarquias e Fundações**

Art. 35. As controvérsias jurídicas que envolvam a administração pública federal direta, suas autarquias e fundações poderão ser objeto de transação por adesão, com fundamento em:

I - autorização do Advogado-Geral da União, com base na jurisprudência pacífica do Supremo Tribunal Federal ou de tribunais superiores; ou

II - parecer do Advogado-Geral da União, aprovado pelo Presidente da República.

§ 1º Os requisitos e as condições da transação por adesão serão definidos em resolução administrativa própria.

§ 2º Ao fazer o pedido de adesão, o interessado deverá juntar prova de atendimento aos requisitos e às condições estabelecidos na resolução administrativa.

§ 3º A resolução administrativa terá efeitos gerais e será aplicada aos casos idênticos, tempestivamente habilitados mediante pedido de adesão, ainda que solucione apenas parte da controvérsia.

§ 4º A adesão implicará renúncia do interessado ao direito sobre o qual se fundamenta a ação ou o recurso, eventualmente pendentes, de natureza administrativa ou judicial, no que tange aos pontos compreendidos pelo objeto da resolução administrativa.

§ 5º Se o interessado for parte em processo judicial inaugurado por ação coletiva, a renúncia ao direito sobre o qual se fundamenta a ação deverá ser expressa, mediante petição dirigida ao juiz da causa.

§ 6º A formalização de resolução administrativa destinada à transação por adesão não implica a renúncia tácita à prescrição nem sua interrupção ou suspensão.

Art. 36. No caso de conflitos que envolvam controvérsia jurídica entre órgãos ou entidades de direito público que integram a administração pública federal, a Advocacia-Geral da União deverá realizar composição extrajudicial do conflito, observados os procedimentos previstos em ato do Advogado-Geral da União.

§ 1º Na hipótese do caput , se não houver acordo quanto à controvérsia jurídica, caberá ao Advogado-Geral da União dirimi-la, com fundamento na legislação afeta.

§ 2º Nos casos em que a resolução da controvérsia implicar o reconhecimento da existência de créditos da União, de suas autarquias e fundações em face de pessoas jurídicas de direito público federais, a Advocacia-Geral da União poderá solicitar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a adequação orçamentária para quitação das dívidas reconhecidas como legítimas.

§ 3º A composição extrajudicial do conflito não afasta a apuração de responsabilidade do agente público que deu causa à dívida, sempre que se verificar que sua ação ou omissão constitui, em tese, infração disciplinar.

§ 4º Nas hipóteses em que a matéria objeto do litígio esteja sendo discutida em ação de improbidade administrativa ou sobre ela haja decisão do Tribunal de Contas da União, a conciliação de que trata o caput dependerá da anuência expressa do juiz da causa ou do Ministro Relator.

Art. 37. É facultado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, suas autarquias e fundações públicas, bem como às empresas públicas e sociedades de economia mista federais, submeter seus litígios com órgãos ou entidades da administração pública federal à Advocacia-Geral da União, para fins de composição extrajudicial do conflito.

Art. 38. Nos casos em que a controvérsia jurídica seja relativa a tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ou a créditos inscritos em dívida ativa da União:

I - não se aplicam as disposições dos incisos II e III do caput do art. 32;

II - as empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços em regime de concorrência não poderão exercer a faculdade prevista no art. 37;

III - quando forem partes as pessoas a que alude o caput do art. 36:

a) a submissão do conflito à composição extrajudicial pela Advocacia-Geral da União implica renúncia do direito de recorrer ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais;

b) a redução ou o cancelamento do crédito dependerá de manifestação conjunta do Advogado-Geral da União e do Ministro de Estado da Fazenda.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não afasta a competência do Advogado-Geral da União prevista nos incisos VI , X e XI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 , e na Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997 . **(Redação dada pela Lei nº 13.327, de 2016)**

Art. 39. A propositura de ação judicial em que figurem concomitantemente nos polos ativo e passivo órgãos ou entidades de direito público que integrem a administração pública federal deverá ser previamente autorizada pelo Advogado-Geral da União.

Art. 40. Os servidores e empregados públicos que participarem do processo de composição extrajudicial do conflito, somente poderão ser responsabilizados civil, administrativa ou criminalmente quando, mediante dolo ou fraude, receberem qualquer vantagem patrimonial indevida, permitirem ou facilitarem sua recepção por terceiro, ou para tal concorrerem.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41. A Escola Nacional de Mediação e Conciliação, no âmbito do Ministério da Justiça, poderá criar banco de dados sobre boas práticas em mediação, bem como manter relação de mediadores e de instituições de mediação.

Art. 42. Aplica-se esta Lei, no que couber, às outras formas consensuais de resolução de conflitos, tais como mediações comunitárias e escolares, e àquelas levadas a efeito nas serventias extrajudiciais, desde que no âmbito de suas competências.

Parágrafo único. A mediação nas relações de trabalho será regulada por lei própria.

Art. 43. Os órgãos e entidades da administração pública poderão criar câmaras para a resolução de conflitos entre particulares, que versem sobre atividades por eles reguladas ou supervisionadas.

Art. 44. Os arts. 1º e 2º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997 , passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O Advogado-Geral da União, diretamente ou mediante delegação, e os dirigentes máximos das empresas públicas federais, em conjunto com o dirigente estatutário da área afeta ao assunto, poderão autorizar a realização de acordos ou transações para prevenir ou terminar litígios, inclusive os judiciais.

§ 1º Poderão ser criadas câmaras especializadas, compostas por servidores públicos ou empregados públicos efetivos, com o objetivo de analisar e formular propostas de acordos ou transações.

§ 3º Regulamento disporá sobre a forma de composição das câmaras de que trata o § 1º, que deverão ter como integrante pelo menos um membro efetivo da Advocacia-Geral da União ou, no caso das empresas públicas, um assistente jurídico ou ocupante de função equivalente.

§ 4º Quando o litígio envolver valores superiores aos fixados em regulamento, o acordo ou a transação, sob pena de nulidade, dependerá de prévia e expressa autorização do Advogado-Geral da União e do Ministro de Estado a cuja área de competência estiver afeto o assunto, ou ainda do Presidente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, de Tribunal ou Conselho, ou do Procurador-Geral da República, no caso de interesse dos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário ou do Ministério Público da União, excluídas as empresas públicas federais não dependentes, que necessitarão apenas de prévia e expressa autorização dos dirigentes de que trata o caput .

§ 5º Na transação ou acordo celebrado diretamente pela parte ou por intermédio de procurador para extinguir ou encerrar processo judicial, inclusive os casos de extensão administrativa de pagamentos postulados em juízo, as partes poderão definir a responsabilidade de cada uma pelo pagamento dos honorários dos respectivos advogados.” (NR)

“Art. 2º O Procurador-Geral da União, o Procurador-Geral Federal, o Procurador-Geral do Banco Central do Brasil e os dirigentes das empresas públicas federais mencionadas no caput do art. 1º poderão autorizar, diretamente ou mediante delegação, a realização de acordos para prevenir ou terminar, judicial ou extrajudicialmente, litígio que envolver valores inferiores aos fixados em regulamento.

§ 1º No caso das empresas públicas federais, a delegação é restrita a órgão colegiado formalmente constituído, composto por pelo menos um dirigente estatutário.

§ 2º O acordo de que trata o caput poderá consistir no pagamento do débito em parcelas mensais e sucessivas, até o limite máximo de sessenta.

§ 3º O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento e de um por cento relativamente ao mês em que o pagamento estiver sendo efetuado.

§ 4º Inadimplida qualquer parcela, após trinta dias, instaurar-se-á o processo de execução ou nele prosseguir-se-á, pelo saldo.” (NR)

Art. 45. O Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 , passa a vigorar acrescido do seguinte art. 14-A:

“Art. 14-A. No caso de determinação e exigência de créditos tributários da União cujo sujeito passivo seja órgão ou entidade de direito público da administração pública federal, a submissão do litígio à composição extrajudicial pela Advocacia-Geral da União é considerada reclamação, para fins do disposto no inciso III do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.”

Art. 46. A mediação poderá ser feita pela internet ou por outro meio de comunicação que permita a transação à distância, desde que as partes estejam de acordo.

Parágrafo único. É facultado à parte domiciliada no exterior submeter-se à mediação segundo as regras estabelecidas nesta Lei.

Art. 47. Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

Art. 48. Revoga-se o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997 .

Brasília, 26 de junho de 2015; 194º da Independência e 127º da República.

**DILMA ROUSSEFF**  
*José Eduardo Cardozo  
Joaquim Vieira Ferreira Levy  
Nelson Barbosa  
Luís Inácio Lucena Adams*

**LEI Nº 13.327, DE 29 DE JULHO DE 2016.**

*Altera a remuneração de servidores públicos; estabelece opção por novas regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões; altera os requisitos de acesso a cargos públicos; reestrutura cargos e carreiras; dispõe sobre honorários advocatícios de sucumbência das causas em que forem parte a União, suas autarquias e fundações; e dá outras providências.*

**O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA,** no exercício do cargo de **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS CARREIRAS DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

Art. 1º O Anexo IV da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008 , passa a vigorar na forma do Anexo I desta Lei .

CAPÍTULO II

DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA)

Art. 2º Os Anexos XX , XXI e XXII da Lei no 11.890, de 24 de dezembro de 2008 , passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos II , III e IV desta Lei .

CAPÍTULO III

DO CARGO DE TÉCNICO DE PLANEJAMENTO P-1501 DO GRUPO P-1500

Art. 3º Os Anexos XXIII e XXIV da Lei no 11.890, de 24 de dezembro de 2008 , passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos V e VI desta Lei .

CAPÍTULO IV

DO ADICIONAL POR PLANTÃO HOSPITALAR E DA GRATIFICAÇÃO ESPECÍFICA DE PRODUÇÃO DE RADIOISÓTOPOS E RADIOFÁRMACOS

Art. 4º Os Anexos CLVIII e CLXVI da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009 , passam a vigorar, respectivamente, na forma dos [Anexos VII](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Lei/L13327.htm#anexovii) e [VIII desta Lei](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Lei/L13327.htm#anexoviii) .

CAPÍTULO V

DOS CARGOS DE MÉDICO

Art. 5º O Anexo XLV da Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012 , passa a vigorar na forma do Anexo IX desta Lei .

CAPÍTULO VI

DA CARREIRA DE FINANÇAS E CONTROLE

Art. 6º Os cargos de Analista de Finanças e Controle e de Técnico de Finanças e Controle, integrantes da carreira de Finanças e Controle, de que tratam o Decreto-Lei nº 2.346, de 23 de julho de 1987 , a Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998 , e a Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008 , passam a denominar-se, respectivamente, Auditor Federal de Finanças e Controle e Técnico Federal de Finanças e Controle.

Art. 7º A Lei nº 9.625, de 7 de abril de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º

II - da carreira de Finanças e Controle, o Ministério da Fazenda e o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle;

” (NR)

“ Art. 11. A investidura nos cargos de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, de Analista de Orçamento e de Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea depende de aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, em 2 (duas) etapas, sendo a primeira eliminatória e classificatória e a segunda constituída de curso de formação.

” (NR)

“Art. 11-A. A investidura nos cargos de Auditor Federal de Finanças e Controle e de Técnico Federal de Finanças e Controle, integrantes da carreira de Finanças e Controle, depende da aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, e dar-se-á na Classe A, Padrão I.

§ 1º (VETADO).

§ 2º O concurso público a que se refere este artigo realizar-se-á:

I - em etapa única, para o cargo de Técnico Federal de Finanças e Controle;

II - em 2 (duas) etapas, para o cargo de Auditor Federal de Finanças e Controle, ambas de caráter eliminatório e classificatório, compreendendo a primeira o exame de conhecimentos específicos e a segunda o curso de formação.”

“Art. 22. São atribuições do ocupante do cargo de Auditor Federal de Finanças e Controle o planejamento, a supervisão, a coordenação, a orientação e a execução:

I - no âmbito do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, das atividades de avaliação do cumprimento das metas previstas no plano plurianual, da execução dos programas de governo e dos orçamentos da União, da análise da qualidade do gasto público e da avaliação da gestão dos administradores públicos federais, utilizando como instrumentos a auditoria e a fiscalização;

II - no âmbito do órgão central do Sistema de Contabilidade Federal, das atividades de registro, tratamento, controle e acompanhamento das operações patrimoniais e contábeis relativas à administração orçamentária, financeira e patrimonial da União, com vistas à elaboração de demonstrações contábeis do setor público nacional;

III - no âmbito do órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal, das atividades de programação financeira da União, da administração de direitos e haveres, de garantias e de obrigações de responsabilidade do Tesouro Nacional, da orientação técnico-normativa referente à execução orçamentária e financeira e do monitoramento das finanças dos entes federativos;

IV - no âmbito do órgão central do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, das atividades relacionadas à prevenção e à apuração de irregularidades na esfera do Poder Executivo federal;

V - das atividades de gestão das dívidas públicas mobiliária e contratual, interna e externa, de responsabilidade direta ou indireta do Tesouro Nacional;

VI - das atividades relacionadas à análise e à disseminação de estatísticas fiscais, da gestão do patrimônio de fundos e programas sociais e das diretrizes de política fiscal do governo federal;

VII - das atividades de monitoramento das finanças dos entes federativos, do controle das transferências financeiras constitucionais e da consolidação das contas dos entes da Federação;

VIII - das atividades de transparência pública e de ouvidoria no Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle;

IX - de outras atividades necessárias ao cumprimento da missão institucional e ao funcionamento do Ministério da Fazenda e do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle.” (NR)

“Art. 22-A. São atribuições do ocupante do cargo de Técnico Federal de Finanças e Controle, no âmbito das atividades previstas no art. 22:

I - prestar apoio técnico e administrativo, visando ao funcionamento do órgão;

II - registrar, consultar, extrair, organizar e consolidar dados e informações nos sistemas corporativos sob responsabilidade do órgão;

III - auxiliar a execução de atividades de auditoria, de fiscalização, de correição, de ouvidoria, de transparência pública, de administração financeira, orçamentária, patrimonial e contábil e de elaboração da programação financeira;

IV - subsidiar a formulação de diretrizes da administração financeira, orçamentária, patrimonial, contábil, de correição e de auditoria;

V - participar das etapas de coleta e de tratamento primário dos elementos necessários à execução, ao acompanhamento e ao processamento de dados referentes aos trabalhos contábeis, de auditoria, de programação orçamentário-financeira e de correição do setor público;

VI - executar outras atividades necessárias ao cumprimento da missão institucional e ao funcionamento do Ministério da Fazenda e do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle.”

CAPÍTULO VII

DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)

Art. 8º Os Anexos XV , XV-A , XV-B e XV-C da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos X , XI , XII e XIII desta Lei.

CAPÍTULO VIII

DAS CARREIRAS DE AGENTE FEDERAL DE EXECUÇÃO PENAL, DE ESPECIALISTA FEDERAL EM ASSISTÊNCIA À EXECUÇÃO PENAL E DE TÉCNICO FEDERAL DE APOIO À EXECUÇÃO PENAL

Art. 9º Os Anexos LXXXV , LXXXVI , LXXXVII, LXXXVIII, LXXXIX e XC da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009 , passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos XIV, XV, XVI, XVII, XVIII e XIX desta Lei .

Art. 10. O cargo de Agente Penitenciário Federal, integrante da carreira de Agente Penitenciário Federal, de que trata a Lei nº 10.693, de 25 de junho de 2003 , passa a denominar-se Agente Federal de Execução Penal, integrante da carreira de Agente Federal de Execução Penal.

Art. 11. O cargo de Especialista em Assistência Penitenciária, integrante da carreira de Especialista em Assistência Penitenciária, e o cargo de Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária, integrante da carreira de Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária, de que tratam os incisos I e II do **caput** do art. 117 da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009 , passam a denominar-se, respectivamente, Especialista Federal em Assistência à Execução Penal, integrante da carreira de Especialista Federal em Assistência à Execução Penal, e Técnico Federal de Apoio à Execução Penal, integrante da carreira de Técnico Federal de Apoio à Execução Penal.

Art. 12. O art. 2º da Lei nº 10.693, de 25 de junho de 2003 , passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Compete aos ocupantes do cargo de Agente Federal de Execução Penal o exercício das atividades de atendimento, vigilância, custódia, guarda, assistência e orientação de pessoas recolhidas aos estabelecimentos penais federais e das atividades de natureza técnica, administrativa e de apoio a elas relacionadas.” (NR)

Art. 13. A Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 123. Compete aos ocupantes do cargo de Agente Federal de Execução Penal o exercício das atividades de atendimento, vigilância, custódia, guarda, escolta, assistência e orientação de pessoas recolhidas aos estabelecimentos penais e de internamento federais, integrantes da estrutura do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça e Cidadania, e das atividades de natureza técnica, administrativa e de apoio a elas relacionadas.” (NR)

“Art. 124-A. A partir de 1º de janeiro de 2017, o cargo de Agente Federal de Execução Penal, integrante da carreira de Agente Federal de Execução Penal, fica estruturado em classes e padrões, na forma do Anexo LXXXVI.”

“Art. 125.

§ 2º Os servidores integrantes da carreira de Agente Federal de Execução Penal serão enquadrados, a partir de 1º de janeiro de 2017, na Tabela de Vencimento Básico constante do anexo a que se refere o **caput** deste artigo, de acordo com a posição relativa na Tabela de Correlação, constante do Anexo LXXXVIII desta Lei.

§ 3º O enquadramento e a mudança de denominação do cargo a que se refere este artigo não representam, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação à carreira, ao cargo e às atribuições atuais desenvolvidas por seus titulares.

§ 4º Os efeitos decorrentes do enquadramento de que trata o **caput** aplicar-se-ão ao posicionamento dos aposentados e dos pensionistas nas tabelas remuneratórias da carreira de Agente Federal de Execução Penal, a partir de 1º de janeiro de 2017, nos casos em que a aposentadoria ou a instituição da pensão tenha ocorrido com fundamento nos arts. 3º, 6º ou 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, ou no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005.

§ 5º O posicionamento dos aposentados e dos pensionistas de que trata o § 4º na Tabela de Vencimento Básico constante do anexo a que se refere o **caput** será referenciado à situação em que o servidor se encontrava na data de aposentadoria ou na data em que se originou a pensão, respeitadas as alterações relativas a posicionamentos decorrentes de legislação específica.” (NR)

“Art. 127. A partir de 1º de janeiro de 2017, a promoção às classes do cargo de Agente Federal de Execução Penal, de que trata o art. 122 desta Lei, observará os seguintes requisitos:

I - para a Segunda Classe: possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando no mínimo 60 (sessenta) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 3 (três) anos, ambas no campo específico de atuação do cargo;

II - para a Primeira Classe: possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando no mínimo 80 (oitenta) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 7 (sete) anos, ambas no campo específico de atuação do cargo;

III - para a Classe Especial: possuir certificação em eventos de capacitação, totalizando no mínimo 120 (cento e vinte) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 11 (onze) anos, ambas no campo específico de atuação do cargo;

IV - para a Classe Especial Sênior: possuir certificado de conclusão de curso de especialização ou de curso de formação específica equivalente, de no mínimo 180 (cento e oitenta) horas, e qualificação profissional com experiência mínima de 15 (quinze) anos, ambos no campo específico de atuação do cargo.” (NR)

CAPÍTULO IX

DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP)

Art. 14. Os Anexos IX , X , X-A e XII da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008 , passam a vigorar na forma dos Anexos XX , XXI , XXII e XXIII desta Lei .

Art. 15. A Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008 , passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 34.

Parágrafo único. A partir de 1º de janeiro de 2017, o cargo de nível intermediário de Agente Executivo fica reorganizado na carreira de Agente Executivo da Susep.” (NR)

“Art. 35.

§ 4º A partir de 1º de janeiro de 2017, os cargos ocupados de Agente Executivo do quadro de pessoal da Susep cuja investidura tenha observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988 e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público, bem como os cargos vagos e os demais cargos, à medida que vagarem, passam a integrar a carreira de que trata o parágrafo único do art. 34 desta Lei.

§ 5º O enquadramento a que se refere o § 4º não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação à carreira, ao cargo e às atribuições atuais desenvolvidas por seus titulares.

§ 6º Os efeitos decorrentes do enquadramento a que se refere o § 4º aplicar-se-ão ao posicionamento dos aposentados e dos pensionistas nas tabelas remuneratórias da carreira de Agente Executivo, nos casos em que a aposentadoria ou a instituição da pensão tenha ocorrido com fundamento nos arts. 3º, 6º ou 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, ou no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 .

§ 7º O posicionamento dos aposentados e dos pensionistas a que se refere o § 6º na Tabela de Subsídios da carreira de Agente Executivo será referenciado à situação em que o servidor se encontrava na data de aposentadoria ou na data em que se originou a pensão, respeitadas as alterações relativas a posicionamentos decorrentes de legislação específica.” (NR)

“Art. 51-A. A partir de 1º de janeiro de 2017, os titulares dos cargos integrantes da carreira de Agente Executivo passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

§ 1º Os valores do subsídio dos titulares dos cargos a que se refere o **caput** são os fixados no Anexo X-A desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

§ 2º A partir de 1º de janeiro de 2017, estarão compreendidas no subsídio e não serão mais devidas aos titulares dos cargos da carreira de Agente Executivo as seguintes espécies remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade Específica da Susep (GDASUSEP), de que trata o art. 55 desta Lei.”

“Art. 51-B. Aplica-se o disposto nos arts. 48 a 50 em relação à percepção do subsídio pelos integrantes da carreira de Agente Executivo da Susep.”

“Art. 51-C. A aplicação do disposto nos arts. 51-A e 51-B aos servidores ativos, bem como aos inativos e aos pensionistas referidos no § 6º do art. 35, não poderá implicar redução de remuneração, de provento e de pensão.

Parágrafo único. Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão, eventual diferença será paga aos servidores integrantes da carreira de Agente Executivo, a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo por progressão ou promoção, da reorganização ou da reestruturação do cargo e da carreira, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza ou da implantação dos valores constantes do Anexo X-A desta Lei.”

CAPÍTULO X

DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM)

Art. 16. Os Anexos XIV, XV, XV-A e XVII da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos XXIV, XXV, XXVI e XXVII.

Art. 17. A Lei no 11.890, de 24 de dezembro de 2008 , passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 67.

Parágrafo único. A partir de 1º de janeiro de 2017, o cargo de nível intermediário de Agente Executivo fica reorganizado na carreira de Agente Executivo da CVM.” (NR)

“Art. 68.

§ 4º A partir de 1º de janeiro de 2017, os cargos ocupados de Agente Executivo do quadro de pessoal da CVM cuja investidura tenha observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988 e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público, bem como os cargos vagos e os demais cargos, à medida que vagarem, passam a integrar a carreira de que trata o parágrafo único do art. 67.

§ 5º O enquadramento a que se refere o § 4º não representa, para qualquer efeito legal, inclusive para efeito de aposentadoria, descontinuidade em relação à carreira, ao cargo e às atribuições atuais desenvolvidas por seus titulares.

§ 6º Os efeitos decorrentes do enquadramento a que se refere o § 4º aplicar-se-ão ao posicionamento dos aposentados e dos pensionistas nas tabelas remuneratórias da carreira de Agente Executivo, nos casos em que a aposentadoria ou a instituição da pensão tenha ocorrido com fundamento nos arts. 3º, 6º ou 6º-A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, ou no art. 3º da Emenda Constitucional no 47, de 5 de julho de 2005 .

§ 7º O posicionamento dos aposentados e dos pensionistas a que se refere o § 6º na Tabela de Subsídios da carreira de Agente Executivo será referenciado à situação em que o servidor se encontrava na data de aposentadoria ou na data em que se originou a pensão, respeitadas as alterações relativas a posicionamentos decorrentes de legislação específica.” (NR)

“Art. 86-A. A partir de 1º de janeiro de 2017, os titulares dos cargos integrantes da carreira de Agente Executivo passam a ser remunerados exclusivamente por subsídio, fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

§ 1º Os valores do subsídio dos titulares dos cargos a que se refere o **caput** deste artigo são os fixados no Anexo XV-A desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.

§ 2º A partir de 1º de janeiro de 2017, estarão compreendidas no subsídio e não serão mais devidas aos titulares dos cargos da carreira de Agente Executivo as seguintes espécies remuneratórias:

I - Vencimento Básico;

II - Gratificação de Desempenho de Atividades Específicas da CVM (GDECVM), de que trata o inciso I do art. 90 desta Lei.”

“Art. 86-B. Aplica-se o disposto nos arts. 83 a 85 em relação à percepção do subsídio pelos integrantes da carreira de Agente Executivo da CVM.”

“Art. 86-C. A aplicação do disposto nos arts. 86-A e 86-B aos servidores ativos, bem como aos inativos e aos pensionistas referidos no § 6º do art. 68, não poderá implicar redução de remuneração, de provento e de pensão.

Parágrafo único. Na hipótese de redução de remuneração, de provento ou de pensão, eventual diferença será paga aos servidores integrantes da carreira de Agente Executivo a título de parcela complementar de subsídio, de natureza provisória, que será gradativamente absorvida por ocasião do desenvolvimento no cargo por progressão ou promoção, da reorganização ou da reestruturação do cargo e da carreira, da concessão de reajuste ou vantagem de qualquer natureza ou da implantação dos valores constantes do Anexo XV-A desta Lei.”

CAPÍTULO XI

DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

Art. 18. Os Anexos II, IV e V da Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003 , passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos XXVIII, XXIX e XXX desta Lei.

CAPÍTULO XII

DA CARREIRA DE ESPECIALISTA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

Art. 19. O Anexo II-A da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998 , passa a vigorar na forma do Anexo XXXI desta Lei .

Art. 20. A Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º (VETADO).

“Art. 6º

§ 1º O concurso público a que se refere o **caput** deste artigo realizar-se-á:

I - em etapa única, para o cargo de Técnico do Banco Central do Brasil;

II - em 2 (duas) etapas, ambas de caráter eliminatório, compreendendo a primeira o exame de conhecimentos específicos e, a segunda, o curso de formação, para o cargo de Analista do Banco Central do Brasil;

III - na forma estabelecida em ato do Advogado-Geral da União, observada a legislação específica, para o cargo de Procurador do Banco Central do Brasil.

§ 2º Para os cargos de Analista do Banco Central do Brasil e de Procurador do Banco Central do Brasil, além do exame de conhecimentos específicos, será obrigatória a realização de prova de títulos, de caráter exclusivamente classificatório.

§ 3º (VETADO).

§ 4º Para o ingresso no cargo de Técnico do Banco Central do Brasil, na área de especialização voltada à execução e à supervisão das atividades de segurança institucional do Banco Central do Brasil, especialmente no que se refere aos serviços do meio circulante e à proteção de autoridades internas do Banco Central do Brasil, haverá prova de aptidão física e avaliação psicológica.

§ 5º O Banco Central do Brasil manterá políticas próprias de recrutamento, seleção e treinamento de pessoal, observadas as diretrizes do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.” (NR)

CAPÍTULO XIII

DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (PREVIC)

Art. 21. Os Anexos II e III da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009 , passam a vigorar na forma dos Anexos XXXII e XXXIII desta Lei .

CAPÍTULO XIV

DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 22. É facultado aos servidores, aos aposentados e aos pensionistas que estejam sujeitos ao disposto nos arts. 3º , 6º ou 6º -A da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, ou no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 , optar pela incorporação de gratificação de desempenho aos proventos de aposentadoria ou de pensão, nos termos dos arts. 23 e 24 desta Lei, relativamente aos seguintes cargos, planos e carreiras:

I - Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, de que trata a Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008 ;

II - plano de carreiras e cargos da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc), de que trata a Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009 ;

III - Agente Federal de Execução Penal, Especialista Federal em Assistência à Execução Penal e Técnico Federal de Apoio à Execução Penal, de que trata esta Lei;

IV - plano especial de cargos do Departamento de Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003 .

Parágrafo único. A opção de que trata o **caput** somente poderá ser exercida se o servidor tiver percebido gratificação de desempenho por, no mínimo, 60 (sessenta) meses antes da data de aposentadoria ou de instituição da pensão.

Art. 23. Os servidores de que trata o art. 22 podem optar, em caráter irretratável, pela incorporação de gratificação de desempenho aos proventos de aposentadoria ou de pensão nos seguintes termos:

I - a partir de 1º de janeiro de 2017: 67% (sessenta e sete por cento) do valor referente à média dos pontos da gratificação de desempenho recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses de atividade;

II - a partir de 1º de janeiro de 2018: 84% (oitenta e quatro por cento) do valor referente à média dos pontos da gratificação de desempenho recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses de atividade;

III - a partir de 1º de janeiro de 2019: o valor integral da média dos pontos da gratificação de desempenho recebidos nos últimos 60 (sessenta) meses de atividade.

§ 1º Para fins de cálculo do valor devido, o percentual da média dos pontos de que tratam os incisos I a III do **caput** será aplicado sobre o valor do ponto correspondente ao posicionamento do servidor na tabela remuneratória na data de aposentadoria ou de instituição da pensão, respeitadas as alterações relativas a posicionamentos decorrentes de legislação específica.

§ 2º A opção de que trata o **caput** deverá ser formalizada no momento do requerimento de aposentadoria ou, em caso de falecimento do servidor em atividade, no momento do requerimento de pensão.

§ 3º O termo de opção assinado pelo servidor no momento do requerimento de aposentadoria condiciona a pensão que vier a ser instituída.

§ 4º Em caso de falecimento do servidor em atividade, o termo de acordo firmado por um pensionista condiciona os demais, ressalvada a possibilidade de os demais pensionistas manifestarem rejeição, a qualquer momento, ao termo firmado.

§ 5º Eventual diferença entre o valor que o servidor ou o pensionista receberia antes da opção e o valor decorrente da aplicação das regras dos incisos I e II do **caput** será paga a título de parcela complementar, de natureza provisória, até a implantação das parcelas subsequentes.

Art. 24. Para as aposentadorias e pensões já instituídas na data de entrada em vigor desta Lei, o prazo para a opção, em caráter irretratável, pela incorporação de gratificação de desempenho aos proventos, nos termos dos incisos I a III do **caput** do art. 23, é da data de entrada em vigor desta Lei até 31 de outubro de 2018.

§ 1º O termo de opção assinado pelo aposentado condiciona a pensão que vier a ser instituída.

§ 2º Na hipótese de haver mais de um pensionista de um mesmo instituidor, aplica-se o disposto no § 4º do art. 23.

§ 3º Eventual diferença entre o valor que o aposentado ou o pensionista recebia antes da opção e o valor decorrente da aplicação das regras dos incisos I e II do **caput** do art. 23 será paga a título de parcela complementar, de natureza provisória, até a implantação das parcelas subsequentes.

Art. 25. Para fins do disposto no § 5º do art. 23 e no § 3º do art. 24, será considerado o valor do ponto vigente a partir de 1º de janeiro de 2017.

Art. 26. A opção de que tratam os arts. 23 e 24 somente será válida com a assinatura de termo de opção na forma do Anexo XXXIV desta Lei , que incluirá a expressa concordância do servidor, do aposentado ou do pensionista com:

I - a forma, os prazos e os percentuais definidos nos arts. 23 e 24;

II - a renúncia à forma de cálculo de incorporação da gratificação de desempenho reconhecida por decisão administrativa ou judicial, inclusive transitada em julgado;

III - a renúncia ao direito de pleitear, por via administrativa ou judicial, quaisquer valores ou vantagens decorrentes da forma de cálculo da gratificação de desempenho incorporada aos proventos de aposentadoria e pensão, salvo em caso de comprovado erro material.

Parágrafo único. Na hipótese de pagamento em duplicidade de valores referentes a gratificação de desempenho prevista nesta Lei, fica o ente público autorizado a reaver, administrativamente, por meio de desconto direto nos proventos, a importância paga a maior.

CAPÍTULO XV

DAS CARREIRAS JURÍDICAS

Art. 27. Este Capítulo dispõe sobre o valor do subsídio, o recebimento de honorários advocatícios de sucumbência e outras questões que envolvem os ocupantes dos cargos:

I - de Advogado da União;

II - de Procurador da Fazenda Nacional;

III - de Procurador Federal;

IV - de Procurador do Banco Central do Brasil;

V - dos quadros suplementares em extinção previstos no art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001 .

Art. 28. O subsídio dos ocupantes dos cargos de que trata este Capítulo é o constante do Anexo XXXV desta Lei .

Art. 29. Os honorários advocatícios de sucumbência das causas em que forem parte a União, as autarquias e as fundações públicas federais pertencem originariamente aos ocupantes dos cargos de que trata este Capítulo.

Parágrafo único. Os honorários não integram o subsídio e não servirão como base de cálculo para adicional, gratificação ou qualquer outra vantagem pecuniária.

Art. 30. Os honorários advocatícios de sucumbência incluem:

I - o total do produto dos honorários de sucumbência recebidos nas ações judiciais em que forem parte a União, as autarquias e as fundações públicas federais;

II - até 75% (setenta e cinco por cento) do produto do encargo legal acrescido aos débitos inscritos na dívida ativa da União, previsto no art. 1º do Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969 ;

III - o total do produto do encargo legal acrescido aos créditos das autarquias e das fundações públicas federais inscritos na dívida ativa da União, nos termos do § 1º do art. 37-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002 .

Parágrafo único. O recolhimento dos valores mencionados nos incisos do **caput** será realizado por meio de documentos de arrecadação oficiais.

Art. 31. Os valores dos honorários devidos serão calculados segundo o tempo de efetivo exercício no cargo, para os ativos, e pelo tempo de aposentadoria, para os inativos, com efeitos financeiros a contar da publicação desta Lei, obtidos pelo rateio nas seguintes proporções:

I - para os ativos, 50% (cinquenta por cento) de uma cota-parte após o primeiro ano de efetivo exercício, crescente na proporção de 25 (vinte e cinco) pontos percentuais após completar cada um dos 2 (dois) anos seguintes;

II - para os inativos, 100% (cem por cento) de uma cota-parte durante o primeiro ano de aposentadoria, decrescente à proporção de 7 (sete) pontos percentuais a cada um dos 9 (nove) anos seguintes, mantendo-se o percentual fixo e permanente até a data de cessação da aposentadoria.

§ 1º O rateio será feito sem distinção de cargo, carreira e órgão ou entidade de lotação.

§ 2º Para os fins deste artigo, o tempo de exercício efetivo será contado como o tempo decorrido em qualquer um dos cargos de que trata este Capítulo, desde que não haja quebra de continuidade com a mudança de cargo.

§ 3º Não entrarão no rateio dos honorários:

I - pensionistas;

II - aqueles em licença para tratar de interesses particulares;

III - aqueles em licença para acompanhar cônjuge ou companheiro;

IV - aqueles em licença para atividade política;

V - aqueles em afastamento para exercer mandato eletivo;

VI - aqueles cedidos ou requisitados para entidade ou órgão estranho à administração pública federal direta, autárquica ou fundacional.

Art. 32. Os honorários não integrarão a base de cálculo, compulsória ou facultativa, da contribuição previdenciária.

Art. 33. É criado o Conselho Curador dos Honorários Advocatícios (CCHA), vinculado à Advocacia-Geral da União, composto por 1 (um) representante de cada uma das carreiras mencionadas nos incisos I a IV do art. 27.

§ 1º Cada conselheiro terá 1 (um) suplente.

§ 2º Os conselheiros e seus suplentes serão eleitos pelos ocupantes dos cargos das respectivas carreiras, para mandato de 2 (dois) anos, permitida 1 (uma) recondução.

§ 3º A eleição de que trata o § 2º será promovida pelo Advogado-Geral da União no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da entrada em vigor desta Lei.

§ 4º A participação no CCHA será considerada serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 34. Compete ao CCHA:

I - editar normas para operacionalizar o crédito e a distribuição dos valores de que trata o art. 30;

II - fiscalizar a correta destinação dos honorários advocatícios, conforme o disposto neste Capítulo;

III - adotar as providências necessárias para que os honorários advocatícios discriminados no art. 30 sejam creditados pontualmente;

IV - requisitar dos órgãos e das entidades públicas federais responsáveis as informações cadastrais, contábeis e financeiras necessárias à apuração, ao crédito dos valores referidos no art. 29 e à identificação das pessoas beneficiárias dos honorários;

V - contratar instituição financeira oficial para gerir, processar e distribuir os recursos a que se refere este Capítulo;

VI - editar seu regimento interno.

§ 1º O CCHA terá o prazo de 30 (trinta) dias para editar seu regimento interno e as normas referidas no inciso I do **caput** , a contar da instalação do Conselho.

§ 2º O CCHA reunir-se-á, ordinária e extraordinariamente, na forma de seu regimento interno e deliberará por maioria de seus membros, tendo seu presidente o voto de qualidade.

§ 3º O presidente do CCHA será eleito por seus membros na primeira reunião.

§ 4º O CCHA deliberará por meio de resolução quando se tratar de ato de natureza normativa.

§ 5º A Advocacia-Geral da União, o Ministério da Fazenda, as autarquias e as fundações públicas prestarão ao CCHA o auxílio técnico necessário para a apuração, o recolhimento e o crédito dos valores discriminados no art. 30.

§ 6º Incumbe à Advocacia-Geral da União prestar apoio administrativo ao CCHA.

§ 7º Os valores correspondentes ao imposto sobre a renda devido em razão do recebimento dos honorários serão retidos pela instituição financeira a que se refere o inciso V do **caput** .

Art. 35. Os órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional adotarão as providências necessárias para viabilizar o crédito dos valores discriminados no art. 30 diretamente na instituição financeira mencionada no inciso V do **caput** do art. 34, sem necessidade de transitar pela conta única do Tesouro Nacional.

§ 1º Enquanto o disposto no **caput** não for operacionalmente viável, os honorários serão creditados na instituição financeira mencionada no inciso V do **caput** do art. 34.

§ 2º Para cumprimento do disposto no § 1º, o total do produto dos honorários advocatícios será objeto de apuração e consolidação mensal e será creditado, pela administração pública federal, até o décimo quinto dia do mês subsequente, nos termos de acordo de cooperação técnica a ser firmado entre a Advocacia-Geral da União e o Ministério da Fazenda.

Art. 36. O CCHA apresentará ao Advogado-Geral da União, em até 30 (trinta) dias a contar da edição de seu regimento interno, proposta de norma para a fixação do percentual a que se refere o inciso II do art. 30, respeitadas as seguintes diretrizes:

I - a parcela do encargo legal acrescido aos créditos da União que comporá os honorários advocatícios será definida em percentual de até 75% (setenta e cinco por cento) do total apurado do encargo legal, a partir de critérios que contemplem a eficiência na atuação e a fase de recolhimento do crédito;

II - serão criados e aperfeiçoados os mecanismos para a aferição da eficiência da atuação consultiva, judicial e extrajudicial da Advocacia-Geral da União e de seus órgãos vinculados.

Parágrafo único. A normatização de que trata o **caput** será editada por portaria conjunta do Advogado-Geral da União, do Ministro de Estado da Fazenda, do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e do Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Art. 37. Respeitadas as atribuições próprias de cada um dos cargos de que trata este Capítulo, compete a seus ocupantes:

I - apresentar nos processos petições e manifestações em geral;

II - exarar pareceres, notas, informações, cotas e despachos;

III - interpretar as decisões judiciais, especificando a força executória do julgado e fixando para o respectivo órgão ou entidade pública os parâmetros para cumprimento da decisão;

IV - participar de audiências e sessões de julgamentos, proferindo sustentação oral sempre que necessário;

V - despachar com autoridades judiciais e administrativas assuntos de interesse da União, suas autarquias e fundações públicas;

VI - analisar a possibilidade de deferimento de parcelamentos e encaminhar a protesto os créditos cuja titularidade seja da União e de suas autarquias e fundações públicas;

VII - promover a análise de precatórios e de requisição de pequeno valor antes de seus pagamentos;

VIII - propor, celebrar e analisar o cabimento de acordos e de transações judiciais e extrajudiciais, nas hipóteses previstas em lei;

IX - manifestar-se quanto à legalidade e à constitucionalidade de minutas de atos normativos;

X - realizar estudos para o aprofundamento de questões jurídicas ou para fins de uniformização de entendimentos;

XI - participar de reuniões de trabalho, sempre que convocados;

XII - requisitar elementos de fato e de direito e informações necessárias à defesa judicial ou extrajudicial dos direitos ou dos interesses da União, de suas autarquias e de suas fundações;

XIII - comunicar-se com outros órgãos e entidades pelos meios necessários ao atendimento de demandas jurídicas;

XIV - atender cidadãos e advogados em audiência para tratar de processos sob sua responsabilidade;

XV - atuar em procedimento de mediação, nos termos da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015;

XVI - instaurar procedimentos prévios para verificação de responsabilidade de terceiros em relação a danos ao erário, para fins de futura cobrança judicial ou extrajudicial;

XVII - atuar na defesa de dirigentes e de servidores da União, de suas autarquias e de suas fundações públicas quando os atos tenham sido praticados dentro das atribuições institucionais e nos limites da legalidade, havendo solicitação do interessado;

XVIII - definir os parâmetros para elaboração de cálculos com todas as orientações necessárias para fins de análise técnica da unidade de cálculos e perícias competente;

XIX - utilizar os sistemas eletrônicos existentes e atualizar as informações sobre sua produção jurídica e demais atividades;

XX - analisar previamente a pauta de julgamento dos órgãos do Poder Judiciário, com o intuito de verificar a conveniência de distribuição de memoriais de julgamento e a realização de sustentação oral;

XXI - conferir acompanhamento prioritário ou especial aos processos classificados como relevantes ou estratégicos;

XXII - desenvolver outras atividades relacionadas ao exercício de suas atribuições institucionais.

§ 1º No exercício de suas atribuições, os ocupantes dos cargos de que trata este Capítulo buscarão garantir a segurança jurídica das ações governamentais e das políticas públicas do Estado, zelando pelo interesse público e respeitando a uniformidade institucional da atuação.

§ 2º O Advogado-Geral da União poderá editar ato para disciplinar o disposto no **caput**.

Art. 38. São prerrogativas dos ocupantes dos cargos de que trata este Capítulo, sem prejuízo daquelas previstas em outras normas:

I - receber intimação pessoalmente, mediante carga ou remessa dos autos, em qualquer processo e grau de jurisdição, nos feitos em que tiver que oficiar, admitido o encaminhamento eletrônico na forma de lei;

II - requisitar às autoridades de segurança auxílio para sua própria proteção e para a proteção de testemunhas, de patrimônio e de instalações federais, no exercício de suas funções, sempre que caracterizada ameaça, na forma estabelecida em portaria do Advogado-Geral da União;

III - não ser preso ou responsabilizado pelo descumprimento de determinação judicial no exercício de suas funções;

IV - somente ser preso ou detido por ordem escrita do juízo criminal competente, ou em flagrante de crime inafiançável, caso em que a autoridade policial lavrará o auto respectivo e fará imediata comunicação ao juízo competente e ao Advogado-Geral da União, sob pena de nulidade;

V - ser recolhido a prisão especial ou a sala especial de Estado Maior, com direito a privacidade, e ser recolhido em dependência separada em estabelecimento de cumprimento de pena após sentença condenatória transitada em julgado;

VI - ser ouvido, como testemunha, em dia, hora e local previamente ajustados com o magistrado ou a autoridade competente;

VII - ter o mesmo tratamento protocolar reservado aos magistrados e aos demais titulares dos cargos das funções essenciais à justiça;

VIII - ter ingresso e trânsito livres, em razão de serviço, em qualquer recinto ou órgão público, sendo-lhe exigida somente a apresentação da carteira de identidade funcional;

IX - usar as insígnias privativas do cargo.

§ 1º No curso de investigação policial, quando houver indício de prática de infração penal pelos ocupantes dos cargos de que trata este Capítulo, a autoridade policial, civil ou militar, comunicará imediatamente o fato ao Advogado-Geral da União.

§ 2º No exercício de suas funções, os ocupantes dos cargos de que trata este Capítulo não serão responsabilizados, exceto pelos respectivos órgãos correicionais ou disciplinares, ressalvadas as hipóteses de dolo ou de fraude.

§ 3º A apuração de falta disciplinar dos ocupantes dos cargos de que trata este Capítulo compete exclusivamente aos respectivos órgãos correicionais ou disciplinares.

§ 4º Respeitadas as atribuições de cada um dos cargos mencionados neste Capítulo, a advocacia institucional pode ser exercida em processo judicial ou administrativo, em qualquer localidade ou unidade da Federação, observada a designação pela autoridade competente.

§ 5º A carteira de identidade funcional dos ocupantes dos cargos de que trata este Capítulo é válida como documento de identidade para todos os fins legais e tem fé pública em todo o território nacional.

Art. 39. Para as competências de agosto a dezembro de 2016, os honorários advocatícios serão creditados em folha de pagamento pela União diretamente aos servidores ativos e aos aposentados nos cargos de que trata este Capítulo, no valor referente a uma cota-parte do montante arrecadado no primeiro semestre do ano de 2015, sendo que, para a verba referente aos encargos legais da União, será considerado percentual único de 50% (cinquenta por cento) e, para as demais verbas descritas no art. 30 desta Lei, será considerado o percentual de 100% (cem por cento).

Art. 40. O art. 38 da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 , passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 38.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não afasta a competência do Advogado-Geral da União prevista nos [incisos VI](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp73.htm#art4vi) , [X](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp73.htm#art4x) e XI do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e na Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.” (NR)

CAPÍTULO XVI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 41. A Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008 , passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 154.

IV - Auditor Federal de Finanças e Controle e Técnico Federal de Finanças e Controle, da carreira de Finanças e Controle;

VIII - Analista Técnico e Agente Executivo da Susep, das carreiras de Analista Técnico da Susep e de Agente Executivo da Susep, respectivamente;

IX - Analista da CVM e Agente Executivo, das carreiras de Analista da CVM e de Agente Executivo da CVM, respectivamente;

.” (NR)

“Art. 157.

§ 5º Os limites estabelecidos nas alíneas “a” e “d” do inciso II do **caput** poderão ser aumentados, até 31 de agosto de 2020, para 60% (sessenta por cento) e para 25% (vinte e cinco por cento), respectivamente, no caso dos cargos de Agente Executivo da CVM e de Agente Executivo da Susep, visando a permitir maior alocação de vagas nas classes iniciais e o ajuste gradual do quadro de distribuição de cargos por classe existente em 31 de dezembro de 2015.” (NR)

Art. 42. (VETADO).

Art. 43. Revogam-se os seguintes dispositivos do Decreto-Lei nº 2.346, de 23 de julho de 1987 :

I - art. 4º ;

II - art. 5º ;

III - (VETADO);

IV - art. 7º .

Art. 44. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de agosto de 2016, ou a partir da data de sua publicação, se posterior, nas hipóteses em que não estiver especificada outra data no corpo desta Lei ou em seus anexos.

Brasília, 29 de julho de 2016; 195º da Independência e 128º da República.

MICHEL TEMER

*Henrique Meirelles*

*Esteves Pedro Colnago Junior*

*Fábio Medina Osório*

ANEXO I

(Anexo IV da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008)

TABELA DE SUBSÍDIOS PARA AS CARREIRAS DE GESTÃO GOVERNAMENTAL

a) Valor do subsídio dos Cargos de Nível Superior das Carreiras de Gestão Governamental

Em R$

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | VALOR DO SUBSÍDIO  EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 | 1 o de janeiro de 2018 | 1 o de janeiro de 2019 |
| Auditor Federal de Finanças e Controle  Analista de Planejamento e Orçamento  Analista de Comércio Exterior  Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental | ESPECIAL | IV | 21.391,10 | 22.567,61 | 24.142,66 | 25.745,61 | 27.369,67 |
| III | 20.796,81 | 21.940,63 | 23.471,92 | 25.030,34 | 26.609,28 |
| II | 20.429,09 | 21.552,69 | 23.056,90 | 24.587,76 | 26.138,79 |
| I | 20.067,86 | 21.171,59 | 22.649,21 | 24.153,00 | 25.676,60 |
| C | III | 19.296,02 | 20.357,30 | 21.778,09 | 23.224,04 | 24.689,04 |
| II | 18.917,67 | 19.958,14 | 21.351,07 | 22.768,67 | 24.204,95 |
| I | 18.546,73 | 19.566,80 | 20.932,41 | 22.322,22 | 23.730,33 |
| B | III | 18.183,07 | 19.183,14 | 20.521,98 | 21.884,53 | 23.265,03 |
| II | 17.483,72 | 18.445,32 | 19.732,67 | 21.042,82 | 22.370,22 |
| I | 17.140,90 | 18.083,65 | 19.345,75 | 20.630,21 | 21.931,59 |
| A | III | 16.804,81 | 17.729,07 | 18.966,43 | 20.225,70 | 21.501,56 |
| II | 16.475,30 | 17.381,44 | 18.594,53 | 19.829,12 | 21.079,96 |
| I | 15.003,70 | 15.828,90 | 16.933,64 | 18.057,95 | 19.197,06 |

b) Valor do subsídio do Cargo de Técnico Federal de Finanças e Controle da Carreira Finanças e Controle

Em R$

| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | VALOR DO SUBSÍDIO  EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 | 1 o de janeiro de 2018 | 1 o de janeiro de 2019 |
| Técnico Federal de Finanças e Controle | ESPECIAL | IV | 9.780,92 | 10.318,87 | 11.039,05 | 11.771,99 | 12.514,58 |
| III | 9.331,00 | 9.844,21 | 10.531,26 | 11.230,48 | 11.938,91 |
| II | 9.050,43 | 9.548,20 | 10.214,60 | 10.892,79 | 11.579,92 |
| I | 8.778,31 | 9.261,12 | 9.907,47 | 10.565,28 | 11.231,75 |
| C | III | 8.242,54 | 8.695,88 | 9.302,79 | 9.920,44 | 10.546,24 |
| II | 7.994,70 | 8.434,41 | 9.023,07 | 9.622,15 | 10.229,13 |
| I | 7.754,32 | 8.180,81 | 8.751,77 | 9.332,84 | 9.921,56 |
| B | III | 7.062,13 | 7.450,55 | 7.970,54 | 8.499,74 | 9.035,92 |
| II | 6.849,79 | 7.226,53 | 7.730,89 | 8.244,18 | 8.764,23 |
| I | 6.643,82 | 7.009,23 | 7.498,42 | 7.996,28 | 8.500,69 |
| A | III | 6.050,76 | 6.383,55 | 6.829,08 | 7.282,49 | 7.741,88 |
| II | 5.868,83 | 6.191,62 | 6.623,74 | 7.063,53 | 7.509,10 |
| I | 5.692,36 | 6.005,44 | 6.424,57 | 6.851,13 | 7.283,31 |

c) Valor do subsídio do Cargo de Nível Intermediário da Carreira de Planejamento e Orçamento

Em R$

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | VALOR DO SUBSÍDIO  EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 | 1 o de janeiro de 2018 | 1 o de janeiro de 2019 |
| Técnico de Planejamento e Orçamento | ESPECIAL | IV | 9.780,92 | 10.318,87 | 11.039,05 | 11.771,99 | 12.514,58 |
| III | 9.331,00 | 9.844,21 | 10.531,26 | 11.230,48 | 11.938,91 |
| II | 9.050,43 | 9.548,20 | 10.214,60 | 10.892,79 | 11.579,92 |
| I | 8.778,31 | 9.261,12 | 9.907,47 | 10.565,28 | 11.231,75 |
| C | III | 8.242,54 | 8.695,88 | 9.302,79 | 9.920,44 | 10.546,24 |
| II | 7.994,70 | 8.434,41 | 9.023,07 | 9.622,15 | 10.229,13 |
| I | 7.754,32 | 8.180,81 | 8.751,77 | 9.332,84 | 9.921,56 |
| B | III | 7.062,13 | 7.450,55 | 7.970,54 | 8.499,74 | 9.035,92 |
| II | 6.849,79 | 7.226,53 | 7.730,89 | 8.244,18 | 8.764,23 |
| I | 6.643,82 | 7.009,23 | 7.498,42 | 7.996,28 | 8.500,69 |
| A | III | 6.050,76 | 6.383,55 | 6.829,08 | 7.282,49 | 7.741,88 |
| II | 5.868,83 | 6.191,62 | 6.623,74 | 7.063,53 | 7.509,10 |
| I | 5.692,36 | 6.005,44 | 6.424,57 | 6.851,13 | 7.283,31 |

ANEXO II

(Anexo XX da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008)

TABELA DE SUBSÍDIOS DA CARREIRA DE PLANEJAMENTO E PESQUISA DO IPEA

Em R$

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 | 1 o de janeiro de 2018 | 1 o de janeiro de 2019 |
| Técnico de Planejamento e Pesquisa | ESPECIAL | IV | 21.391,10 | 22.567,61 | 24.142,66 | 25.745,61 | 27.369,67 |
| III | 20.796,81 | 21.940,63 | 23.471,92 | 25.030,34 | 26.609,28 |
| II | 20.429,09 | 21.552,69 | 23.056,90 | 24.587,76 | 26.138,79 |
| I | 20.067,86 | 21.171,59 | 22.649,21 | 24.153,00 | 25.676,60 |
| C | III | 19.296,02 | 20.357,30 | 21.778,09 | 23.224,04 | 24.689,04 |
| II | 18.917,67 | 19.958,14 | 21.351,07 | 22.768,67 | 24.204,95 |
| I | 18.546,73 | 19.566,80 | 20.932,41 | 22.322,22 | 23.730,33 |
| B | III | 18.183,07 | 19.183,14 | 20.521,98 | 21.884,53 | 23.265,03 |
| II | 17.483,72 | 18.445,32 | 19.732,67 | 21.042,82 | 22.370,22 |
| I | 17.140,90 | 18.083,65 | 19.345,75 | 20.630,21 | 21.931,59 |
| A | III | 16.804,81 | 17.729,07 | 18.966,43 | 20.225,70 | 21.501,56 |
| II | 16.475,30 | 17.381,44 | 18.594,53 | 19.829,12 | 21.079,96 |
| I | 15.003,70 | 15.828,90 | 16.933,64 | 18.057,95 | 19.197,06 |

ANEXO III

(Anexo XXI da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008)

TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO CARGOS DE NÍVEIS SUPERIOR E INTERMEDIÁRIO DO PLANO DE

CARREIRA E CARGOS DO IPEA

a) Vencimento básico dos Cargos de Nível Superior do Plano de Carreira e Cargos do IPEA não integrantes de Carreiras

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 | 1 o de janeiro de 2018 | 1º de janeiro de 2019 |
| Técnico em Desenvolvimento e Administração  Assessor Especializado  Técnico Especializado  Analista de Sistemas  Cargos de nível superior integrantes do quadro suplementar do Plano de Carreira e Cargos do IPEA | ESPECIAL | IV | 10.986,70 | 11.590,97 | 12.399,93 | 13.223,22 | 14.057,36 |
| III | 10.742,40 | 11.333,23 | 12.124,21 | 12.929,19 | 13.744,78 |
| II | 10.500,84 | 11.078,39 | 11.851,57 | 12.638,46 | 13.435,71 |
| I | 10.265,01 | 10.829,59 | 11.585,41 | 12.354,62 | 13.133,96 |
| C | III | 9.907,51 | 10.452,42 | 11.181,92 | 11.924,35 | 12.676,55 |
| II | 9.666,20 | 10.197,84 | 10.909,57 | 11.633,91 | 12.367,79 |
| I | 9.430,58 | 9.949,26 | 10.643,64 | 11.350,33 | 12.066,32 |
| B | III | 9.091,14 | 9.591,15 | 10.260,54 | 10.941,79 | 11.632,01 |
| II | 8.869,55 | 9.357,38 | 10.010,45 | 10.675,09 | 11.348,49 |
| I | 8.652,64 | 9.128,54 | 9.765,64 | 10.414,03 | 11.070,96 |
| A | III | 8.328,17 | 8.786,22 | 9.399,43 | 10.023,50 | 10.655,80 |
| II | 8.124,94 | 8.571,81 | 9.170,06 | 9.778,90 | 10.395,77 |
| I | 7.843,39 | 8.274,78 | 8.852,29 | 9.440,04 | 10.035,53 |

b) Vencimento básico dos Cargos de Nível Intermediário do Plano de Carreira e Cargos do IPEA

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 | 1 o de janeiro de 2018 | 1 o de janeiro de 2019 |
| Auxiliar Técnico  Auxiliar Administrativo  Secretária  Auxiliar de Serviços Gerais  Auxiliar de Manutenção e Serviços Operacionais  Motorista | ESPECIAL | IV | 5.024,09 | 5.300,41 | 5.670,34 | 6.046,83 | 6.428,27 |
| III | 4.901,56 | 5.171,15 | 5.532,05 | 5.899,35 | 6.271,49 |
| II | 4.782,01 | 5.045,02 | 5.397,12 | 5.755,47 | 6.118,53 |
| I | 4.665,38 | 4.921,98 | 5.265,49 | 5.615,09 | 5.969,30 |
| C | III | 4.422,16 | 4.665,38 | 4.990,99 | 5.322,36 | 5.658,10 |
| II | 4.314,31 | 4.551,60 | 4.869,26 | 5.192,56 | 5.520,11 |
| I | 4.209,08 | 4.440,58 | 4.750,50 | 5.065,91 | 5.385,47 |
| B | III | 3.989,65 | 4.209,08 | 4.502,84 | 4.801,81 | 5.104,71 |
| II | 3.892,34 | 4.106,42 | 4.393,02 | 4.684,69 | 4.980,21 |
| I | 3.797,40 | 4.006,26 | 4.285,86 | 4.570,42 | 4.858,73 |
| A | III | 3.599,44 | 3.797,41 | 4.062,44 | 4.332,16 | 4.605,44 |
| II | 3.501,40 | 3.693,98 | 3.951,79 | 4.214,17 | 4.480,00 |
| I | 3.406,03 | 3.593,36 | 3.844,15 | 4.099,38 | 4.357,98 |

ANEXO IV

(Anexo XXII da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008)

VALOR DOS PONTOS DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES ESPECÍFICAS DO IPEA - GDAIPEA

a) Valor do ponto da GDAIPEA para Cargos de Nível Superior do Plano de Carreira e Cargos do IPEA não integrantes de Carreiras

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 | 1º de janeiro de 2018 | 1º de janeiro de 2019 |
| Técnico em Desenvolvimento e Administração  Assessor Especializado  Técnico Especializado  Analista de Sistemas  Cargos de nível superior integrantes do quadro suplementar do Plano de Carreira e Cargos do IPEA | ESPECIAL | IV | 71,42 | 75,35 | 80,61 | 85,96 | 91,38 |
| III | 69,84 | 73,68 | 78,82 | 84,05 | 89,35 |
| II | 68,26 | 72,01 | 77,04 | 82,16 | 87,34 |
| I | 66,73 | 70,40 | 75,31 | 80,31 | 85,38 |
| C | III | 64,40 | 67,94 | 72,68 | 77,51 | 82,40 |
| II | 62,83 | 66,29 | 70,92 | 75,63 | 80,40 |
| I | 61,29 | 64,66 | 69,17 | 73,76 | 78,41 |
| B | III | 59,09 | 62,34 | 66,69 | 71,12 | 75,61 |
| II | 57,65 | 60,82 | 65,06 | 69,38 | 73,76 |
| I | 56,24 | 59,33 | 63,47 | 67,68 | 71,95 |
| A | III | 54,13 | 57,11 | 61,10 | 65,16 | 69,27 |
| II | 52,80 | 55,70 | 59,59 | 63,55 | 67,56 |
| I | 50,98 | 53,78 | 57,53 | 61,35 | 65,22 |

b) Valor do ponto da GDAIPEA para Cargos de Nível Intermediário do Plano de Carreira e Cargos do IPEA

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 | 1º de janeiro de 2018 | 1º de janeiro de 2019 |
| Auxiliar Técnico  Auxiliar Administrativo  Secretária  Auxiliar de Serviços Gerais  Auxiliar de Manutenção e Serviços Operacionais  Motorista | ESPECIAL | IV | 32,66 | 34,46 | 36,87 | 39,32 | 41,80 |
| III | 31,86 | 33,61 | 35,96 | 38,35 | 40,77 |
| II | 31,09 | 32,80 | 35,09 | 37,42 | 39,78 |
| I | 30,32 | 31,99 | 34,22 | 36,49 | 38,79 |
| C | III | 28,74 | 30,32 | 32,44 | 34,59 | 36,77 |
| II | 28,04 | 29,58 | 31,64 | 33,74 | 35,87 |
| I | 27,35 | 28,85 | 30,86 | 32,91 | 34,99 |
| B | III | 25,92 | 27,35 | 29,26 | 31,20 | 33,17 |
| II | 25,31 | 26,70 | 28,56 | 30,46 | 32,38 |
| I | 24,69 | 26,05 | 27,87 | 29,72 | 31,59 |
| A | III | 23,39 | 24,68 | 26,40 | 28,15 | 29,93 |
| II | 22,75 | 24,00 | 25,68 | 27,39 | 29,12 |
| I | 22,13 | 23,35 | 24,98 | 26,64 | 28,32 |

ANEXO V

(Anexo XXIII da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008)

TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO

Cargo de Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO  EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1º de janeiro de 2015 | 1 o de agosto de 2016 | 1 o de janeiro de 2017 | 1º de janeiro de 2018 | 1º de janeiro de 2019 |
| Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500 | ESPECIAL | IV | 10.986,70 | 11.590,97 | 12.399,93 | 13.223,22 | 14.057,36 |
| III | 10.742,40 | 11.333,23 | 12.124,21 | 12.929,19 | 13.744,78 |
| II | 10.500,84 | 11.078,39 | 11.851,57 | 12.638,46 | 13.435,71 |
| I | 10.265,01 | 10.829,59 | 11.585,41 | 12.354,62 | 13.133,96 |
| C | III | 9.907,51 | 10.452,42 | 11.181,92 | 11.924,35 | 12.676,55 |
| II | 9.666,20 | 10.197,84 | 10.909,57 | 11.633,91 | 12.367,79 |
| I | 9.430,58 | 9.949,26 | 10.643,64 | 11.350,33 | 12.066,32 |
| B | III | 9.091,14 | 9.591,15 | 10.260,54 | 10.941,79 | 11.632,01 |
| II | 8.869,55 | 9.357,38 | 10.010,45 | 10.675,09 | 11.348,49 |
| I | 8.652,64 | 9.128,54 | 9.765,64 | 10.414,03 | 11.070,96 |
| A | III | 8.328,17 | 8.786,22 | 9.399,43 | 10.023,50 | 10.655,80 |
| II | 8.124,94 | 8.571,81 | 9.170,06 | 9.778,90 | 10.395,77 |
| I | 7.843,39 | 8.274,78 | 8.852,29 | 9.440,04 | 10.035,53 |

ANEXO VI

(Anexo XXIV da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008)

VALOR DOS PONTOS DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE TÉCNICA DE PLANEJAMENTO - GDATP

Cargo de Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 | 1º de janeiro de 2018 | 1º de janeiro de 2019 |
| Técnico de Planejamento  P-1501 do Grupo P-1500 | ESPECIAL | IV | 71,42 | 75,35 | 80,61 | 85,96 | 91,38 |
| III | 69,84 | 73,68 | 78,82 | 84,05 | 89,35 |
| II | 68,26 | 72,01 | 77,04 | 82,16 | 87,34 |
| I | 66,73 | 70,40 | 75,31 | 80,31 | 85,38 |
| C | III | 64,40 | 67,94 | 72,68 | 77,51 | 82,40 |
| II | 62,83 | 66,29 | 70,92 | 75,63 | 80,40 |
| I | 61,29 | 64,66 | 69,17 | 73,76 | 78,41 |
| B | III | 59,09 | 62,34 | 66,69 | 71,12 | 75,61 |
| II | 57,65 | 60,82 | 65,06 | 69,38 | 73,76 |
| I | 56,24 | 59,33 | 63,47 | 67,68 | 71,95 |
| A | III | 54,13 | 57,11 | 61,10 | 65,16 | 69,27 |
| II | 52,80 | 55,70 | 59,59 | 63,55 | 67,56 |
| I | 50,98 | 53,78 | 57,53 | 61,35 | 65,22 |

ANEXO VII

(Anexo CLVIII da Lei nº 11.907 de 2 de fevereiro de 2009)

VALOR DA GRATIFICAÇÃO ESPECÍFICA DE PRODUÇÃO DE RADIOISÓTOPOS E RADIOFÁRMACOS - GEPR

Em R$

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| NÍVEL DO CARGO | VALOR DA GEPR | | | | |
| ATÉ 31 DE JULHO DE 2016 | A PARTIR DE 1º AGO 2016 | A PARTIR DE 1º JAN 2017 | A PARTIR DE 1º JAN 2018 | A PARTIR DE 1º JAN 2019 |
| Superior | 1.150,00 | 1.214,00 | 1.275,00 | 1.336,00 | 1.397,00 |
| Intermediário | 850,00 | 897,00 | 942,00 | 987,00 | 1.032,00 |

ANEXO VIII

(Anexo CLXVI da Lei n o 11.907 de 2 de fevereiro de 2009)

VALORES DO ADICIONAL POR PLANTÃO HOSPITALAR - APH

a) Plantão hospitalar

Em R$

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGOS | VALOR DO APH | | | | | | | | | |
| Até 31 de julho de 2016 | | A partir de 1º de agosto de 2016 | | A partir de 1º de janeiro de 2017 | | A partir de 1º de janeiro de 2018 | | A partir de 1º de janeiro de 2019 | |
| Final de semana e feriados | Dias úteis | Final de semana e feriados | Dias úteis | Final de semana e feriados | Dias úteis | Final de semana e feriados | Dias úteis | Final de semana e feriados | Dias úteis |
| Nível Superior | 70,63 | 56,50 | 74,51 | 59,61 | 78,24 | 62,59 | 81,96 | 65,56 | 85,64 | 68,51 |
| Nível Intermediário | 42,91 | 34,33 | 45,27 | 36,22 | 47,53 | 38,03 | 49,79 | 39,84 | 52,03 | 41,63 |

b) Plantão de sobreaviso

Em R$

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGOS | VALOR DO APH | | | | | | | | | |
| Até 31 de julho de 2016 | | A partir de 1º de agosto de 2016 | | A partir de 1º de janeiro de 2017 | | A partir de 1º de janeiro de 2018 | | A partir de 1º de janeiro de 2019 | |
| Final de semana e feriados | Dias úteis | Final de semana e feriados | Dias úteis | Final de semana e feriados | Dias úteis | Final de semana e feriados | Dias úteis | Final de semana e feriados | Dias úteis |
| Nível Superior | 12,84 | 7,84 | 13,55 | 8,27 | 14,22 | 8,68 | 14,90 | 9,10 | 15,57 | 9,51 |

ANEXO IX

(Anexo XLV da Lei nº 12.702, de 7 de agosto de 2012)

TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO E DE VALOR DAS GRATIFICAÇÕES

....................................................................................................................

Tabela VI - Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal

a)Vencimento Básico dos Cargos de Médico do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003, com jornada de 40 horas semanais

Em R$

| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | VALOR DO PONTO | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Até 31 de julho de 2016 | A partir de 1 o de agosto de 2016 | A partir de 1 o de janeiro de 2017 |
| Médico  Médico Veterinário | ESPECIAL | III | 6.461,40 | 6.847,26 | 7.207,69 |
| II | 6.334,70 | 6.712,99 | 7.066,36 |
| I | 6.210,50 | 6.581,37 | 6.927,81 |
| C | VI | 6.029,62 | 6.389,69 | 6.726,04 |
| V | 5.911,40 | 6.264,41 | 6.594,17 |
| IV | 5.795,50 | 6.141,59 | 6.464,88 |
| III | 5.681,86 | 6.021,16 | 6.338,11 |
| II | 5.570,46 | 5.903,11 | 6.213,85 |
| I | 5.461,24 | 5.787,37 | 6.092,01 |
| B | VI | 5.302,18 | 5.618,81 | 5.914,58 |
| V | 5.198,22 | 5.508,64 | 5.798,61 |
| IV | 5.096,30 | 5.400,64 | 5.684,92 |
| III | 4.996,38 | 5.294,75 | 5.573,46 |
| II | 4.898,42 | 5.190,94 | 5.464,19 |
| I | 4.802,38 | 5.089,16 | 5.357,05 |
| A | V | 4.662,50 | 4.940,93 | 5.201,02 |
| IV | 4.571,08 | 4.844,05 | 5.099,04 |
| III | 4.481,46 | 4.749,08 | 4.999,07 |
| II | 4.393,58 | 4.655,95 | 4.901,04 |
| I | 4.307,44 | 4.564,67 | 4.804,95 |

b) Vencimento Básico dos Cargos de Médico do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003, com jornada de 20 horas semanais

Em R$

| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | VALOR DO PONTO | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Até 31 de julho de 2016 | A partir de 1 o de agosto de 2016 | A partir de 1 o de janeiro de 2017 |
| Médico  Médico Veterinário | ESPECIAL | III | 3.230,70 | 3.423,63 | 3.603,85 |
| II | 3.167,35 | 3.356,49 | 3.533,18 |
| I | 3.105,25 | 3.290,69 | 3.463,91 |
| C | VI | 3.014,81 | 3.194,85 | 3.363,02 |
| V | 2.955,70 | 3.132,21 | 3.297,08 |
| IV | 2.897,75 | 3.070,79 | 3.232,44 |
| III | 2.840,93 | 3.010,58 | 3.169,06 |
| II | 2.785,23 | 2.951,56 | 3.106,92 |
| I | 2.730,62 | 2.893,68 | 3.046,01 |
| B | VI | 2.651,09 | 2.809,40 | 2.957,29 |
| V | 2.599,11 | 2.754,32 | 2.899,31 |
| IV | 2.548,15 | 2.700,32 | 2.842,46 |
| III | 2.498,19 | 2.647,37 | 2.786,73 |
| II | 2.449,21 | 2.595,47 | 2.732,09 |
| I | 2.401,19 | 2.544,58 | 2.678,53 |
| A | V | 2.331,25 | 2.470,47 | 2.600,51 |
| IV | 2.285,54 | 2.422,03 | 2.549,52 |
| III | 2.240,73 | 2.374,54 | 2.499,53 |
| II | 2.196,79 | 2.327,98 | 2.450,52 |
| I | 2.153,72 | 2.282,33 | 2.402,47 |

c) Valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal - GDM-PECPF dos cargos de Médico do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003, com jornada de 40 horas semanais

Em R$

| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | VALOR DO PONTO | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Até 31 de julho de 2016 | A partir de 1 o de agosto de 2016 | A partir de 1º de janeiro de 2017 |
| Médico  Médico Veterinário | ESPECIAL | III | 38,34 | 40,63 | 42,77 |
| II | 37,65 | 39,90 | 42,00 |
| I | 36,98 | 39,19 | 41,25 |
| C | VI | 36,07 | 38,22 | 40,23 |
| V | 35,43 | 37,55 | 39,53 |
| IV | 34,81 | 36,89 | 38,83 |
| III | 34,20 | 36,24 | 38,15 |
| II | 33,61 | 35,62 | 37,50 |
| I | 33,03 | 35,00 | 36,84 |
| B | VI | 32,25 | 34,18 | 35,98 |
| V | 31,71 | 33,60 | 35,37 |
| IV | 31,18 | 33,04 | 34,78 |
| III | 30,66 | 32,49 | 34,20 |
| II | 30,16 | 31,96 | 33,64 |
| I | 29,67 | 31,44 | 33,09 |
| A | V | 29,00 | 30,73 | 32,35 |
| IV | 28,54 | 30,24 | 31,83 |
| III | 28,09 | 29,77 | 31,34 |
| II | 27,65 | 29,30 | 30,84 |
| I | 27,22 | 28,85 | 30,37 |

d) Valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal - GDM-PECPF dos Cargos de Médico do Plano Especial de Cargos do Departamento de Polícia Federal, de que trata a Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003, com jornada de 20 horas semanais.

Em R$

| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | VALOR DO PONTO | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Até 31 de julho de 2016 | A partir de 1 o de agosto de 2016 | A partir de 1 o de janeiro de 2017 |
| Médico  Médico Veterinário | ESPECIAL | III | 33,34 | 35,33 | 37,19 |
| II | 32,65 | 34,60 | 36,42 |
| I | 31,98 | 33,89 | 35,67 |
| C | VI | 31,07 | 32,93 | 34,66 |
| V | 30,43 | 32,25 | 33,95 |
| IV | 29,81 | 31,59 | 33,25 |
| III | 29,20 | 30,94 | 32,57 |
| II | 28,61 | 30,32 | 31,92 |
| I | 28,03 | 29,70 | 31,26 |
| B | VI | 27,25 | 28,88 | 30,40 |
| V | 26,71 | 28,31 | 29,80 |
| IV | 26,18 | 27,74 | 29,20 |
| III | 25,66 | 27,19 | 28,62 |
| II | 25,16 | 26,66 | 28,06 |
| I | 24,67 | 26,14 | 27,52 |
| A | V | 24,00 | 25,43 | 26,77 |
| IV | 23,54 | 24,95 | 26,26 |
| III | 23,09 | 24,47 | 25,76 |
| II | 22,65 | 24,00 | 25,26 |
| I | 22,22 | 23,55 | 24,79 |

............................................................................................................................................

Tabela XV - Plano de Carreiras dos servidores da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

a) Vencimento básico dos cargos de nível superior de Médico do Plano de Carreiras dos servidores da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de que trata a Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006, com jornada de 40 horas semanais.

Em R$

|  |  |  | VENCIMENTO BÁSICO | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | A partir de 1º de janeiro de 2015 | A partir de 1 o de agosto de 2016 | A partir de 1 o de janeiro de 2017 |
|  |  | III | 7.667,54 | 8.089,25 | 8.493,72 |
|  | ESPECIAL | II | 7.398,51 | 7.805,43 | 8.195,70 |
|  |  | I | 7.140,09 | 7.532,79 | 7.909,43 |
|  |  | VI | 6.754,30 | 7.125,79 | 7.482,08 |
|  |  | V | 6.518,16 | 6.876,66 | 7.220,49 |
|  | C | IV | 6.289,59 | 6.635,52 | 6.967,29 |
|  |  | III | 5.979,74 | 6.308,63 | 6.624,06 |
|  |  | II | 5.771,94 | 6.089,40 | 6.393,87 |
|  |  | I | 5.570,60 | 5.876,98 | 6.170,83 |
| Médico |  | VI | 5.270,05 | 5.559,90 | 5.837,90 |
|  |  | V | 5.087,91 | 5.367,75 | 5.636,13 |
|  | B | IV | 4.910,91 | 5.181,01 | 5.440,06 |
|  |  | III | 4.670,30 | 4.927,17 | 5.173,52 |
|  |  | II | 4.508,85 | 4.756,84 | 4.994,68 |
|  |  | I | 4.352,49 | 4.591,88 | 4.821,47 |
|  |  | V | 4.207,70 | 4.439,12 | 4.661,08 |
|  |  | IV | 4.089,89 | 4.314,83 | 4.530,58 |
|  | A | III | 3.975,08 | 4.193,71 | 4.403,39 |
|  |  | II | 3.862,74 | 4.075,19 | 4.278,95 |
|  |  | I | 3.753,28 | 3.959,71 | 4.157,70 |

b) Vencimento básico dos cargos de nível superior de Médico do Plano de Carreiras dos servidores da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de que trata a Lei nº 11.355, de 2006, com jornada de 20 horas semanais.

Em R$

| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| A partir de 1º de janeiro de 2015 | A partir de 1 o de agosto de 2016 | A partir de 1 o de janeiro de 2017 |
|  |  | III | 3.833,77 | 4.044,63 | 4.246,86 |
|  | ESPECIAL | II | 3.699,25 | 3.902,71 | 4.097,84 |
|  |  | I | 3.570,05 | 3.766,40 | 3.954,72 |
|  |  | VI | 3.377,15 | 3.562,89 | 3.741,04 |
|  |  | V | 3.259,08 | 3.438,33 | 3.610,25 |
|  | C | IV | 3.144,79 | 3.317,75 | 3.483,64 |
|  |  | III | 2.989,87 | 3.154,31 | 3.312,03 |
|  |  | II | 2.885,97 | 3.044,70 | 3.196,93 |
|  |  | I | 2.785,30 | 2.938,49 | 3.085,42 |
| Médico |  | VI | 2.635,03 | 2.779,96 | 2.918,95 |
|  |  | V | 2.543,96 | 2.683,88 | 2.818,07 |
|  | B | IV | 2.455,45 | 2.590,50 | 2.720,02 |
|  |  | III | 2.335,15 | 2.463,58 | 2.586,76 |
|  |  | II | 2.254,43 | 2.378,42 | 2.497,34 |
|  |  | I | 2.176,25 | 2.295,94 | 2.410,74 |
|  |  | V | 2.103,85 | 2.219,56 | 2.330,54 |
|  |  | IV | 2.044,94 | 2.157,41 | 2.265,28 |
|  | A | III | 1.987,54 | 2.096,85 | 2.201,70 |
|  |  | II | 1.931,37 | 2.037,60 | 2.139,48 |
|  |  | I | 1.876,64 | 1.979,86 | 2.078,85 |

c) Valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano de Carreiras dos servidores da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - GDM-IBGE para os cargos de nível superior de Médico do Plano de Carreiras dos servidores da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de que trata a Lei nº 11.355, de 2006, com jornada de 40 horas semanais.

Em R$

|  |  |  | VALOR DO PONTO | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | A partir de 1º de janeiro de 2015 | A partir de 1 o de agosto de 2016 | A partir de 1 o de janeiro de 2017 |
|  |  | III | 49,54 | 52,26 | 54,87 |
|  | ESPECIAL | II | 48,33 | 50,99 | 53,54 |
|  |  | I | 47,16 | 49,75 | 52,24 |
|  |  | VI | 44,70 | 47,16 | 49,52 |
|  |  | V | 43,61 | 46,01 | 48,31 |
|  | C | IV | 42,54 | 44,88 | 47,12 |
|  |  | III | 41,51 | 43,79 | 45,98 |
|  |  | II | 40,50 | 42,73 | 44,87 |
|  |  | I | 39,51 | 41,68 | 43,76 |
| Médico |  | VI | 37,44 | 39,50 | 41,48 |
|  |  | V | 36,52 | 38,53 | 40,46 |
|  | B | IV | 35,65 | 37,61 | 39,49 |
|  |  | III | 34,78 | 36,69 | 38,52 |
|  |  | II | 33,92 | 35,79 | 37,58 |
|  |  | I | 33,10 | 34,92 | 36,67 |
|  |  | V | 31,38 | 33,11 | 34,77 |
|  |  | IV | 30,60 | 32,28 | 33,89 |
|  | A | III | 29,86 | 31,50 | 33,08 |
|  |  | II | 29,13 | 30,73 | 32,27 |
|  |  | I | 28,41 | 29,97 | 31,47 |

d) Valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano de Carreiras dos servidores da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - GDM-IBGE para os cargos de nível superior de Médico do Plano de Carreiras dos servidores da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de que trata a Lei nº 11.355, de 2006, com jornada de 20 horas semanais.

Em R$

|  |  |  | VALOR DO PONTO | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | A partir de 1º de janeiro de 2015 | A partir de 1 o de agosto de 2016 | A partir de 1 o de janeiro de 2017 |
|  |  | III | 24,77 | 26,13 | 27,44 |
|  | ESPECIAL | II | 24,17 | 25,50 | 26,78 |
|  |  | I | 23,58 | 24,88 | 26,12 |
|  |  | VI | 22,35 | 23,58 | 24,76 |
|  |  | V | 21,81 | 23,01 | 24,16 |
|  | C | IV | 21,27 | 22,44 | 23,56 |
|  |  | III | 20,76 | 21,90 | 23,00 |
|  |  | II | 20,25 | 21,36 | 22,43 |
|  |  | I | 19,76 | 20,85 | 21,89 |
| Médico |  | VI | 18,72 | 19,75 | 20,74 |
|  |  | V | 18,26 | 19,26 | 20,22 |
|  | B | IV | 17,83 | 18,81 | 19,75 |
|  |  | III | 17,39 | 18,35 | 19,27 |
|  |  | II | 16,96 | 17,89 | 18,78 |
|  |  | I | 16,55 | 17,46 | 18,33 |
|  |  | V | 15,69 | 16,55 | 17,38 |
|  |  | IV | 15,30 | 16,14 | 16,95 |
|  | A | III | 14,93 | 15,75 | 16,54 |
|  |  | II | 14,57 | 15,37 | 16,14 |
|  |  | I | 14,21 | 14,99 | 15,74 |

e) Valor da Retribuição por Titulação - RT para os cargos de nível superior de Médico do Plano de Carreiras dos servidores da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de que trata a Lei nº 11.355, de 2006, com jornada de 40 horas semanais.

Efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2015

Em R$

| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | VALOR DA RT | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Aperf. /Espec. | Mestre | Doutor |
|  |  | III | 716,27 | 1.432,55 | 3.773,73 |
|  | ESPECIAL | II | 689,22 | 1.378,44 | 3.569,89 |
|  |  | I | 663,46 | 1.328,20 | 3.377,06 |
|  |  | VI | 627,38 | 1.256,06 | 3.194,65 |
|  |  | V | 604,20 | 1.209,68 | 3.022,09 |
|  | C | IV | 582,30 | 1.164,59 | 2.858,85 |
|  |  | III | 550,09 | 1.101,47 | 2.704,42 |
|  |  | II | 530,76 | 1.060,24 | 2.558,34 |
|  |  | I | 510,15 | 1.021,59 | 2.420,15 |
| Médico |  | VI | 483,10 | 964,91 | 2.289,43 |
|  |  | V | 465,06 | 930,13 | 2.165,76 |
|  | B | IV | 448,32 | 895,34 | 2.048,78 |
|  |  | III | 423,84 | 846,39 | 1.938,11 |
|  |  | II | 408,38 | 815,47 | 1.833,42 |
|  |  | I | 392,92 | 785,84 | 1.734,39 |
|  |  | V | 371,56 | 743,12 | 1.640,09 |
|  |  | IV | 357,52 | 715,05 | 1.578,14 |
|  | A | III | 344,02 | 688,04 | 1.518,54 |
|  |  | II | 331,03 | 662,05 | 1.461,18 |
|  |  | I | 318,52 | 637,05 | 1.406,00 |

Efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 2016

Em R$

|  |  |  | VALOR DA RT | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | Aperf. /Espec. | Mestre | Doutor |
|  |  | III | 755,66 | 1.511,34 | 3.981,29 |
|  | ESPECIAL | II | 727,13 | 1.454,25 | 3.766,23 |
|  |  | I | 699,95 | 1.401,25 | 3.562,80 |
|  |  | VI | 661,89 | 1.325,14 | 3.370,36 |
|  |  | V | 637,43 | 1.276,21 | 3.188,30 |
|  | C | IV | 614,33 | 1.228,64 | 3.016,09 |
|  |  | III | 580,34 | 1.162,05 | 2.853,16 |
|  |  | II | 559,95 | 1.118,55 | 2.699,05 |
|  |  | I | 538,21 | 1.077,78 | 2.553,26 |
| Médico |  | VI | 509,67 | 1.017,98 | 2.415,35 |
|  |  | V | 490,64 | 981,29 | 2.284,88 |
|  | B | IV | 472,98 | 944,58 | 2.161,46 |
|  |  | III | 447,15 | 892,94 | 2.044,71 |
|  |  | II | 430,84 | 860,32 | 1.934,26 |
|  |  | I | 414,53 | 829,06 | 1.829,78 |
|  |  | V | 392,00 | 783,99 | 1.730,29 |
|  |  | IV | 377,18 | 754,38 | 1.664,94 |
|  | A | III | 362,94 | 725,88 | 1.602,06 |
|  |  | II | 349,24 | 698,46 | 1.541,54 |
|  |  | I | 336,04 | 672,09 | 1.483,33 |

Efeitos financeiros a partir de 1 o de janeiro de 2017

Em R$

| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | VALOR DA RT | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Aperf. /Espec. | Mestre | Doutor |
| Médico |  | III | 793,45 | 1.586,91 | 4.180,35 |
| ESPECIAL | II | 763,48 | 1.526,97 | 3.954,55 |
|  | I | 734,95 | 1.471,31 | 3.740,94 |
|  | VI | 694,98 | 1.391,40 | 3.538,87 |
|  | V | 669,30 | 1.340,02 | 3.347,72 |
| C | IV | 645,04 | 1.290,07 | 3.166,89 |
|  | III | 609,36 | 1.220,15 | 2.995,82 |
|  | II | 587,95 | 1.174,48 | 2.834,00 |
|  | I | 565,12 | 1.131,67 | 2.680,92 |
|  | VI | 535,15 | 1.068,88 | 2.536,12 |
|  | V | 515,17 | 1.030,35 | 2.399,12 |
| B | IV | 496,63 | 991,81 | 2.269,54 |
|  | III | 469,51 | 937,59 | 2.146,94 |
|  | II | 452,38 | 903,34 | 2.030,97 |
|  | I | 435,26 | 870,51 | 1.921,27 |
|  | V | 411,60 | 823,19 | 1.816,81 |
|  | IV | 396,04 | 792,10 | 1.748,18 |
| A | III | 381,09 | 762,18 | 1.682,16 |
|  | II | 366,70 | 733,39 | 1.618,62 |
|  | I | 352,84 | 705,69 | 1.557,50 |

f) Valor da Retribuição por Titulação - RT para os cargos de nível superior de Médico do Plano de Carreiras dos servidores da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de que trata a Lei nº 11.355, de 2006, com jornada de 20 horas semanais.

Efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2015

Em R$

| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | VALOR DA RT | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Aperf. /Espec. | Mestre | Doutor |
| Médico |  | III | 358,14 | 716,27 | 1.886,87 |
| ESPECIAL | II | 344,61 | 689,22 | 1.784,95 |
|  | I | 331,73 | 664,10 | 1.688,53 |
|  | VI | 313,69 | 628,03 | 1.597,32 |
|  | V | 302,10 | 604,84 | 1.511,04 |
| C | IV | 291,15 | 582,30 | 1.429,42 |
|  | III | 275,04 | 550,73 | 1.352,21 |
|  | II | 265,38 | 530,12 | 1.279,17 |
|  | I | 255,08 | 510,80 | 1.210,08 |
|  | VI | 241,55 | 482,45 | 1.144,71 |
|  | V | 232,53 | 465,06 | 1.082,88 |
| B | IV | 224,16 | 447,67 | 1.024,39 |
|  | III | 211,92 | 423,19 | 969,05 |
|  | II | 204,19 | 407,74 | 916,71 |
|  | I | 196,46 | 392,92 | 867,19 |
|  | V | 185,78 | 371,56 | 820,05 |
|  | IV | 178,76 | 357,52 | 789,07 |
| A | III | 172,01 | 344,02 | 759,27 |
|  | II | 165,51 | 331,03 | 730,59 |
|  | I | 159,26 | 318,52 | 703,00 |

Efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 2016

Em R$

| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | VALOR DA RT | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Aperf./Espec. | Mestre | Doutor |
| Médico |  | III | 377,84 | 755,66 | 1.990,65 |
| ESPECIAL | II | 363,56 | 727,13 | 1.883,12 |
|  | I | 349,98 | 700,63 | 1.781,40 |
|  | VI | 330,94 | 662,57 | 1.685,17 |
|  | V | 318,72 | 638,11 | 1.594,15 |
| C | IV | 307,16 | 614,33 | 1.508,04 |
|  | III | 290,17 | 581,02 | 1.426,58 |
|  | II | 279,98 | 559,28 | 1.349,52 |
|  | I | 269,11 | 538,89 | 1.276,63 |
|  | VI | 254,84 | 508,98 | 1.207,67 |
|  | V | 245,32 | 490,64 | 1.142,44 |
| B | IV | 236,49 | 472,29 | 1.080,73 |
|  | III | 223,58 | 446,47 | 1.022,35 |
|  | II | 215,42 | 430,17 | 967,13 |
|  | I | 207,27 | 414,53 | 914,89 |
|  | V | 196,00 | 392,00 | 865,15 |
|  | IV | 188,59 | 377,18 | 832,47 |
| A | III | 181,47 | 362,94 | 801,03 |
|  | II | 174,61 | 349,24 | 770,77 |
|  | I | 168,02 | 336,04 | 741,67 |

Efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2017

Em R$

| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | VALOR DA RT | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Aperf./Espec. | Mestre | Doutor |
|  |  | III | 396,73 | 793,45 | 2.090,18 |
|  | ESPECIAL | II | 381,74 | 763,48 | 1.977,28 |
|  |  | I | 367,47 | 735,66 | 1.870,47 |
|  |  | VI | 347,49 | 695,70 | 1.769,43 |
|  |  | V | 334,65 | 670,01 | 1.673,85 |
|  | C | IV | 322,52 | 645,04 | 1.583,44 |
|  |  | III | 304,68 | 610,07 | 1.497,91 |
|  |  | II | 293,97 | 587,24 | 1.417,00 |
|  |  | I | 282,56 | 565,84 | 1.340,47 |
| Médico |  | VI | 267,58 | 534,43 | 1.268,05 |
|  |  | V | 257,59 | 515,17 | 1.199,56 |
|  | B | IV | 248,31 | 495,91 | 1.134,77 |
|  |  | III | 234,75 | 468,79 | 1.073,47 |
|  |  | II | 226,19 | 451,67 | 1.015,49 |
|  |  | I | 217,63 | 435,26 | 960,63 |
|  |  | V | 205,80 | 411,60 | 908,41 |
|  |  | IV | 198,02 | 396,04 | 874,09 |
|  | A | III | 190,54 | 381,09 | 841,08 |
|  |  | II | 183,34 | 366,70 | 809,31 |
|  |  | I | 176,42 | 352,84 | 778,75 |

Tabela XIX - Plano de Carreira e Cargos do IPEA

a) Vencimento Básico do Cargo de Médico do Plano de Carreira e Cargos do IPEA, de que trata a Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, com jornada de 20 horas semanais

Em R$

| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Até 31 de julho de 2016 | A partir de 1 o de agosto de 2016 | A partir de 1 o de janeiro de 2017 | A partir de 1 o de janeiro de 2018 | A partir de 1 o de janeiro de 2019 |
| Médico | ESPECIAL | IV | 9.490,73 | 10.012,72 | 10.711,53 | 11.422,72 | 12.143,28 |
| III | 9.279,69 | 9.790,07 | 10.473,35 | 11.168,72 | 11.873,26 |
| II | 9.071,02 | 9.569,93 | 10.237,83 | 10.917,57 | 11.606,27 |
| I | 8.867,30 | 9.355,00 | 10.007,91 | 10.672,38 | 11.345,61 |
| C | III | 8.558,48 | 9.029,20 | 9.659,37 | 10.300,70 | 10.950,48 |
| II | 8.350,03 | 8.809,28 | 9.424,10 | 10.049,81 | 10.683,77 |
| I | 8.146,49 | 8.594,55 | 9.194,38 | 9.804,84 | 10.423,34 |
|  | III | 7.853,27 | 8.285,20 | 8.863,44 | 9.451,93 | 10.048,17 |
| II | 7.661,85 | 8.083,25 | 8.647,40 | 9.221,54 | 9.803,25 |
| I | 7.474,48 | 7.885,58 | 8.435,93 | 8.996,03 | 9.563,51 |
| A | III | 7.194,19 | 7.589,87 | 8.119,59 | 8.658,68 | 9.204,88 |
| II | 7.018,63 | 7.404,65 | 7.921,44 | 8.447,39 | 8.980,26 |
| I | 6.775,42 | 7.148,07 | 7.646,95 | 8.154,67 | 8.669,07 |

b) Valor do ponto da Gratificação de Desempenho de Atividades Médicas do Plano de Carreira e Cargos do IPEA -GDM-IPEA para o Cargo de Médico do Plano de Carreira e Cargos do IPEA, de que trata a Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008, com jornada de 20 horas semanais

Em R$

| CARGOS | CLASSE | PADRÃO | VALOR DO PONTO | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Até 31 de julho de 2016 | A partir de 1 o de agosto de 2016 | A partir de 1 o de janeiro de 2017 | A partir de 1 o de janeiro de 2018 | A partir de 1 o de janeiro de 2019 |
| Médico | ESPECIAL | IV | 66,69 | 70,36 | 75,27 | 80,27 | 85,33 |
| III | 65,32 | 68,91 | 73,72 | 78,61 | 83,57 |
| II | 63,96 | 67,48 | 72,19 | 76,98 | 81,84 |
| I | 62,64 | 66,09 | 70,70 | 75,39 | 80,15 |
| C | III | 60,63 | 63,96 | 68,42 | 72,96 | 77,56 |
| II | 59,28 | 62,54 | 66,90 | 71,34 | 75,84 |
| I | 57,95 | 61,14 | 65,41 | 69,75 | 74,15 |
| B | III | 56,05 | 59,13 | 63,26 | 67,46 | 71,72 |
| II | 54,80 | 57,81 | 61,84 | 65,95 | 70,11 |
| I | 53,58 | 56,53 | 60,48 | 64,50 | 68,57 |
| A | III | 51,76 | 54,61 | 58,42 | 62,30 | 66,23 |
| II | 50,62 | 53,40 | 57,13 | 60,92 | 64,76 |
| I | 49,04 | 51,74 | 55,35 | 59,02 | 62,74 |

……………………………………………………………………………………” (NR).

ANEXO X

(Anexo XV da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006)

TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO

a) Vencimento básico do cargo de Pesquisador em Informações Geográficas e Estatísticas:

Em R$

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO | | |
| EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 |
|  | III | 7.667,54 | 8.089,25 | 8.493,72 |
| ESPECIAL | II | 7.398,51 | 7.805,43 | 8.195,70 |
|  | I | 7.140,09 | 7.532,79 | 7.909,43 |
|  | III | 6.754,30 | 7.125,79 | 7.482,08 |
| C | II | 6.518,16 | 6.876,66 | 7.220,49 |
|  | I | 6.289,59 | 6.635,52 | 6.967,29 |
|  | III | 5.979,74 | 6.308,63 | 6.624,06 |
| B | II | 5.771,94 | 6.089,40 | 6.393,87 |
|  | I | 5.570,60 | 5.876,98 | 6.170,83 |
|  | III | 5.270,05 | 5.559,90 | 5.837,90 |
| A | II | 5.087,91 | 5.367,75 | 5.636,13 |
|  | I | 4.910,91 | 5.181,01 | 5.440,06 |

b) Vencimento básico dos cargos de Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas e de Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Informações Geográficas e Estatísticas

Em R$

| CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 |
|  | III | 7.667,54 | 8.089,25 | 8.493,72 |
| ESPECIAL | II | 7.398,51 | 7.805,43 | 8.195,70 |
|  | I | 7.140,09 | 7.532,79 | 7.909,43 |
|  | III | 6.754,30 | 7.125,79 | 7.482,08 |
| D | II | 6.518,16 | 6.876,66 | 7.220,49 |
|  | I | 6.289,59 | 6.635,52 | 6.967,29 |
|  | III | 5.979,74 | 6.308,63 | 6.624,06 |
| C | II | 5.771,94 | 6.089,40 | 6.393,87 |
|  | I | 5.570,60 | 5.876,98 | 6.170,83 |
|  | III | 5.270,05 | 5.559,90 | 5.837,90 |
| B | II | 5.087,91 | 5.367,75 | 5.636,13 |
|  | I | 4.910,91 | 5.181,01 | 5.440,06 |
|  | III | 4.670,30 | 4.927,17 | 5.173,52 |
| A | II | 4.508,85 | 4.756,84 | 4.994,68 |
|  | I | 4.352,49 | 4.591,88 | 4.821,47 |

c) Vencimento básico dos cargos de Nível Intermediário de Técnico em Informações Geográficas e Estatísticas e de Técnico em Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Informações Geográficas e Estatísticas:

Em R$

| CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO - EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 |
|  | III | 3.597,85 | 3.795,73 | 3.985,52 |
| ESPECIAL | II | 3.478,17 | 3.669,47 | 3.852,94 |
|  | I | 3.362,72 | 3.547,67 | 3.725,05 |
|  | VI | 3.246,97 | 3.425,55 | 3.596,83 |
|  | V | 3.138,51 | 3.311,13 | 3.476,68 |
| B | IV | 3.032,85 | 3.199,66 | 3.359,64 |
|  | III | 2.933,29 | 3.094,62 | 3.249,35 |
|  | II | 2.834,39 | 2.990,28 | 3.139,80 |
|  | I | 2.738,15 | 2.888,75 | 3.033,19 |
|  | VI | 2.641,79 | 2.787,09 | 2.926,44 |
|  | V | 2.551,86 | 2.692,21 | 2.826,82 |
| A | IV | 2.463,87 | 2.599,38 | 2.729,35 |
|  | III | 2.380,11 | 2.511,02 | 2.636,57 |
|  | II | 2.297,40 | 2.423,76 | 2.544,94 |
|  | I | 2.216,45 | 2.338,35 | 2.455,27 |

d) Vencimento básico dos cargos do nível superior do Plano de Carreiras dos servidores da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de que trata o art. 84 desta Lei:

Em R$

|  |  | VENCIMENTO BÁSICO - EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| CLASSE | PADRÃO |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 |
|  | III | 7.667,54 | 8.089,25 | 8.493,72 |
| ESPECIAL | II | 7.398,51 | 7.805,43 | 8.195,70 |
|  | I | 7.140,09 | 7.532,79 | 7.909,43 |
|  | VI | 6.754,30 | 7.125,79 | 7.482,08 |
|  | V | 6.518,16 | 6.876,66 | 7.220,49 |
| C | IV | 6.289,59 | 6.635,52 | 6.967,29 |
|  | III | 5.979,74 | 6.308,63 | 6.624,06 |
|  | II | 5.771,94 | 6.089,40 | 6.393,87 |
|  | I | 5.570,60 | 5.876,98 | 6.170,83 |
|  | VI | 5.270,05 | 5.559,90 | 5.837,90 |
|  | V | 5.087,91 | 5.367,75 | 5.636,13 |
| B | IV | 4.910,91 | 5.181,01 | 5.440,06 |
|  | III | 4.670,30 | 4.927,17 | 5.173,52 |
|  | II | 4.508,85 | 4.756,84 | 4.994,68 |
|  | I | 4.352,49 | 4.591,88 | 4.821,47 |
|  | V | 4.207,70 | 4.439,12 | 4.661,08 |
|  | IV | 4.089,89 | 4.314,83 | 4.530,58 |
| A | III | 3.975,08 | 4.193,71 | 4.403,39 |
|  | II | 3.862,74 | 4.075,19 | 4.278,95 |
|  | I | 3.753,28 | 3.959,71 | 4.157,70 |

e) Vencimento básico dos cargos do nível intermediário do Plano de Carreiras dos servidores da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de que trata o art. 84 desta Lei:

Em R$

| CLASSE |  | VENCIMENTO BÁSICO - EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| PADRÃO |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 |
|  | III | 3.597,85 | 3.795,73 | 3.985,52 |
| ESPECIAL | II | 3.478,17 | 3.669,47 | 3.852,94 |
|  | I | 3.362,72 | 3.547,67 | 3.725,05 |
|  | VI | 3.246,97 | 3.425,55 | 3.596,83 |
|  | V | 3.138,51 | 3.311,13 | 3.476,68 |
| C | IV | 3.032,85 | 3.199,66 | 3.359,64 |
|  | III | 2.933,29 | 3.094,62 | 3.249,35 |
|  | II | 2.834,39 | 2.990,28 | 3.139,80 |
|  | I | 2.738,15 | 2.888,75 | 3.033,19 |
|  | VI | 2.641,79 | 2.787,09 | 2.926,44 |
|  | V | 2.551,86 | 2.692,21 | 2.826,82 |
| B | IV | 2.463,87 | 2.599,38 | 2.729,35 |
|  | III | 2.380,11 | 2.511,02 | 2.636,57 |
|  | II | 2.297,40 | 2.423,76 | 2.544,94 |
|  | I | 2.216,45 | 2.338,35 | 2.455,27 |
|  | V | 2.151,03 | 2.269,34 | 2.382,80 |
|  | IV | 2.090,56 | 2.205,54 | 2.315,82 |
| A | III | 2.033,55 | 2.145,40 | 2.252,67 |
|  | II | 1.975,48 | 2.084,13 | 2.188,34 |
|  | I | 1.913,30 | 2.018,53 | 2.119,46 |

ANEXO XI   
(Anexo XV-A da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006)

TABELAS DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE EM PESQUISA, PRODUÇÃO E ANÁLISE, GESTÃO E INFRAESTRUTURA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS E ESTATÍSTICAS – GDIBGE

a) Valor do ponto da GDIBGE para o cargo de Pesquisador em Informações Geográficas e Estatísticas:

Em R$

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
|  |  | VALOR DO PONTO DA GDIBGE | | |
| CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
|  |  | 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 |
|  | III | 49,54 | 52,26 | 54,87 |
| ESPECIAL | II | 48,33 | 50,99 | 53,54 |
|  | I | 47,16 | 49,75 | 52,24 |
|  | III | 44,70 | 47,16 | 49,52 |
| C | II | 43,61 | 46,01 | 48,31 |
|  | I | 42,54 | 44,88 | 47,12 |
|  | III | 41,51 | 43,79 | 45,98 |
| B | II | 40,50 | 42,73 | 44,87 |
|  | I | 39,51 | 41,68 | 43,76 |
|  | III | 37,44 | 39,50 | 41,48 |
| A | II | 36,52 | 38,53 | 40,46 |
|  | I | 35,65 | 37,61 | 39,49 |

b) Valor do ponto da GDIBGE para os cargos de Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas e de Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Informações Geográficas e Estatísticas:

Em R$

| CLASSE | PADRÃO | VALOR DO PONTO DA GDIBGE | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 |
|  | III | 49,54 | 52,26 | 54,87 |
| ESPECIAL | II | 48,33 | 50,99 | 53,54 |
|  | I | 47,16 | 49,75 | 52,24 |
|  | III | 44,70 | 47,16 | 49,52 |
| D | II | 43,61 | 46,01 | 48,31 |
|  | I | 42,54 | 44,88 | 47,12 |
|  | III | 41,51 | 43,79 | 45,98 |
| C | II | 40,50 | 42,73 | 44,87 |
|  | I | 39,51 | 41,68 | 43,76 |
|  | III | 37,44 | 39,50 | 41,48 |
| B | II | 36,52 | 38,53 | 40,46 |
|  | I | 35,65 | 37,61 | 39,49 |
|  | III | 34,78 | 36,69 | 38,52 |
| A | II | 33,92 | 35,79 | 37,58 |
|  | I | 33,10 | 34,92 | 36,67 |

c) Valor do ponto da GDIBGE para os cargos de Técnico em Informações Geográficas e Estatísticas e de Técnico em Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Informações Geográficas e Estatísticas:

Em R$

| CLASSE | PADRÃO | VALOR DO PONTO DA GDIBGE  EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 |
|  | III | 15,06 | 15,89 | 16,68 |
| ESPECIAL | II | 14,77 | 15,58 | 16,36 |
|  | I | 14,48 | 15,28 | 16,04 |
|  | VI | 13,94 | 14,71 | 15,45 |
|  | V | 13,67 | 14,42 | 15,14 |
| B | IV | 13,41 | 14,15 | 14,86 |
|  | III | 13,14 | 13,86 | 14,55 |
|  | II | 12,88 | 13,59 | 14,27 |
|  | I | 12,63 | 13,32 | 13,99 |
|  | VI | 12,17 | 12,84 | 13,48 |
|  | V | 11,93 | 12,59 | 13,22 |
| A | IV | 11,70 | 12,34 | 12,96 |
|  | III | 11,47 | 12,10 | 12,71 |
|  | II | 11,25 | 11,87 | 12,46 |
|  | I | 11,03 | 11,64 | 12,22 |

d) Valor do ponto da GDIBGE para os cargos do nível superior do Plano de Carreiras dos servidores da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de que trata o art. 84 desta Lei:

Em R$

| CLASSE | PADRÃO | VALOR DO PONTO DA GDIBGE | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 |
|  | III | 49,54 | 52,26 | 54,87 |
| ESPECIAL | II | 48,33 | 50,99 | 53,54 |
|  | I | 47,16 | 49,75 | 52,24 |
|  | VI | 44,70 | 47,16 | 49,52 |
|  | V | 43,61 | 46,01 | 48,31 |
| C | IV | 42,54 | 44,88 | 47,12 |
|  | III | 41,51 | 43,79 | 45,98 |
|  | II | 40,50 | 42,73 | 44,87 |
|  | I | 39,51 | 41,68 | 43,76 |
|  | VI | 37,44 | 39,50 | 41,48 |
|  | V | 36,52 | 38,53 | 40,46 |
| B | IV | 35,65 | 37,61 | 39,49 |
|  | III | 34,78 | 36,69 | 38,52 |
|  | II | 33,92 | 35,79 | 37,58 |
|  | I | 33,10 | 34,92 | 36,67 |
|  | V | 31,38 | 33,11 | 34,77 |
|  | IV | 30,60 | 32,28 | 33,89 |
| A | III | 29,86 | 31,50 | 33,08 |
|  | II | 29,13 | 30,73 | 32,27 |
|  | I | 28,41 | 29,97 | 31,47 |

e) Valor do ponto da GDIBGE para os cargos do nível intermediário do Plano de Carreiras dos servidores da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de que trata o art. 84 desta Lei:

Em R$

| CLASSE | PADRÃO | VALOR DO PONTO DA GDIBGE  EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 |
|  | III | 15,06 | 15,89 | 16,68 |
| ESPECIAL | II | 14,77 | 15,58 | 16,36 |
|  | I | 14,48 | 15,28 | 16,04 |
|  | VI | 13,94 | 14,71 | 15,45 |
|  | V | 13,67 | 14,42 | 15,14 |
| C | IV | 13,41 | 14,15 | 14,86 |
|  | III | 13,14 | 13,86 | 14,55 |
|  | II | 12,88 | 13,59 | 14,27 |
|  | I | 12,63 | 13,32 | 13,99 |
|  | VI | 12,17 | 12,84 | 13,48 |
|  | V | 11,93 | 12,59 | 13,22 |
| B | IV | 11,70 | 12,34 | 12,96 |
|  | III | 11,47 | 12,10 | 12,71 |
|  | II | 11,25 | 11,87 | 12,46 |
|  | I | 11,03 | 11,64 | 12,22 |
|  | V | 10,62 | 11,20 | 11,76 |
|  | IV | 10,41 | 10,98 | 11,53 |
| A | III | 10,20 | 10,76 | 11,30 |
|  | II | 10,03 | 10,58 | 11,11 |
|  | I | 9,83 | 10,37 | 10,89 |

ANEXO XII   
(Anexo XV-B da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006)

VALOR DA RETRIBUIÇÃO POR TITULAÇÃO - RT

a) Valor da RT para o cargo de Pesquisador em Informações Geográficas e Estatísticas:

Tabela I: Efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2015

Em R$

| CLASSE | PADRÃO | VALOR DA RT | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Aperf. /Espec. | Mestre | Doutor |
|  | III | 716,27 | 1.432,55 | 3.773,73 |
| ESPECIAL | II | 689,22 | 1.378,44 | 3.569,89 |
|  | I | 663,46 | 1.328,20 | 3.377,06 |
|  | III | 627,38 | 1.256,06 | 3.194,65 |
| C | II | 604,20 | 1.209,68 | 3.022,09 |
|  | I | 582,30 | 1.164,59 | 2.858,85 |
|  | III | 550,09 | 1.101,47 | 2.704,42 |
| B | II | 530,76 | 1.060,24 | 2.558,34 |
|  | I | 510,15 | 1.021,59 | 2.420,15 |
|  | III | 483,10 | 964,91 | 2.289,43 |
| A | II | 465,06 | 930,13 | 2.165,76 |
|  | I | 448,32 | 895,34 | 2.048,78 |

Tabela II: Efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 2016

Em R$

| CLASSE | PADRÃO | VALOR DA RT | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Aperf/Espec. | Mestre | Doutor |
|  | III | 755,66 | 1.511,34 | 3.981,29 |
| ESPECIAL | II | 727,13 | 1.454,25 | 3.766,23 |
|  | I | 699,95 | 1.401,25 | 3.562,80 |
|  | III | 661,89 | 1.325,14 | 3.370,36 |
| C | II | 637,43 | 1.276,21 | 3.188,30 |
|  | I | 614,33 | 1.228,64 | 3.016,09 |
|  | III | 580,34 | 1.162,05 | 2.853,16 |
| B | II | 559,95 | 1.118,55 | 2.699,05 |
|  | I | 538,21 | 1.077,78 | 2.553,26 |
|  | III | 509,67 | 1.017,98 | 2.415,35 |
| A | II | 490,64 | 981,29 | 2.284,88 |
|  | I | 472,98 | 944,58 | 2.161,46 |

Tabela III: Efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2017

Em R$

| CLASSE | PADRÃO | VALOR DA RT | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Aperf. /Espec. | Mestre | Doutor |
|  | III | 793,45 | 1.586,91 | 4.180,35 |
| ESPECIAL | II | 763,48 | 1.526,97 | 3.954,55 |
|  | I | 734,95 | 1.471,31 | 3.740,94 |
|  | III | 694,98 | 1.391,40 | 3.538,87 |
| C | II | 669,30 | 1.340,02 | 3.347,72 |
|  | I | 645,04 | 1.290,07 | 3.166,89 |
|  | III | 609,36 | 1.220,15 | 2.995,82 |
| B | II | 587,95 | 1.174,48 | 2.834,00 |
|  | I | 565,12 | 1.131,67 | 2.680,92 |
|  | III | 535,15 | 1.068,88 | 2.536,12 |
| A | II | 515,17 | 1.030,35 | 2.399,12 |
|  | I | 496,63 | 991,81 | 2.269,54 |

b) Valor da RT para os cargos de Tecnologista em Informações Geográficas e Estatísticas e de Analista de Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Informações Geográficas e Estatísticas:

Tabela I: Efeitos financeiros a partir de 1 o de janeiro de 2015

Em R$

| CLASSE | PADRÃO | VALOR DA RT | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Aperf. /Espec. | Mestre | Doutor |
|  | III | 716,27 | 1.432,55 | 3.773,73 |
| ESPECIAL | II | 689,22 | 1.378,44 | 3.569,89 |
|  | I | 663,46 | 1.328,20 | 3.377,06 |
|  | III | 627,38 | 1.256,06 | 3.194,65 |
| D | II | 604,20 | 1.209,68 | 3.022,09 |
|  | I | 582,30 | 1.164,59 | 2.858,85 |
|  | III | 550,09 | 1.101,47 | 2.704,42 |
| C | II | 530,76 | 1.060,24 | 2.558,34 |
|  | I | 510,15 | 1.021,59 | 2.420,15 |
|  | III | 483,10 | 964,91 | 2.289,43 |
| B | II | 465,06 | 930,13 | 2.165,76 |
|  | I | 448,32 | 895,34 | 2.048,78 |
|  | III | 423,84 | 846,39 | 1.938,11 |
| A | II | 408,38 | 815,47 | 1.833,42 |
|  | I | 392,92 | 785,84 | 1.734,39 |

Tabela II: Efeitos financeiros a partir de 1 o de agosto de 2016

Em R$

| CLASSE | PADRÃO | VALOR DA RT | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Aperf. /Espec. | Mestre | Doutor |
|  | III | 755,66 | 1.511,34 | 3.981,29 |
| ESPECIAL | II | 727,13 | 1.454,25 | 3.766,23 |
|  | I | 699,95 | 1.401,25 | 3.562,80 |
|  | III | 661,89 | 1.325,14 | 3.370,36 |
| D | II | 637,43 | 1.276,21 | 3.188,30 |
|  | I | 614,33 | 1.228,64 | 3.016,09 |
|  | III | 580,34 | 1.162,05 | 2.853,16 |
| C | II | 559,95 | 1.118,55 | 2.699,05 |
|  | I | 538,21 | 1.077,78 | 2.553,26 |
|  | III | 509,67 | 1.017,98 | 2.415,35 |
| B | II | 490,64 | 981,29 | 2.284,88 |
|  | I | 472,98 | 944,58 | 2.161,46 |
|  | III | 447,15 | 892,94 | 2.044,71 |
| A | II | 430,84 | 860,32 | 1.934,26 |
|  | I | 414,53 | 829,06 | 1.829,78 |

Tabela III: Efeitos financeiros a partir de 1 o de janeiro de 2017

Em R$

| CLASSE | PADRÃO | VALOR DA RT | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Aperf. /Espec. | Mestre | Doutor |
|  | III | 793,45 | 1.586,91 | 4.180,35 |
| ESPECIAL | II | 763,48 | 1.526,97 | 3.954,55 |
|  | I | 734,95 | 1.471,31 | 3.740,94 |
|  | III | 694,98 | 1.391,40 | 3.538,87 |
| D | II | 669,30 | 1.340,02 | 3.347,72 |
|  | I | 645,04 | 1.290,07 | 3.166,89 |
|  | III | 609,36 | 1.220,15 | 2.995,82 |
| C | II | 587,95 | 1.174,48 | 2.834,00 |
|  | I | 565,12 | 1.131,67 | 2.680,92 |
|  | III | 535,15 | 1.068,88 | 2.536,12 |
| B | II | 515,17 | 1.030,35 | 2.399,12 |
|  | I | 496,63 | 991,81 | 2.269,54 |
|  | III | 469,51 | 937,59 | 2.146,94 |
| A | II | 452,38 | 903,34 | 2.030,97 |
|  | I | 435,26 | 870,51 | 1.921,27 |

c) Valor da RT para os cargos do nível superior do Plano de Carreiras dos servidores da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de que trata o art. 84 desta Lei:

Tabela I: Efeitos financeiros a partir de 1 o de janeiro de 2015

Em R$

| CLASSE | PADRÃO | VALOR DA RT | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Aperf. /Espec. | Mestre | Doutor |
|  | III | 716,27 | 1.432,55 | 3.773,73 |
| ESPECIAL | II | 689,22 | 1.378,44 | 3.569,89 |
|  | I | 663,46 | 1.328,20 | 3.377,06 |
|  | VI | 627,38 | 1.256,06 | 3.194,65 |
|  | V | 604,20 | 1.209,68 | 3.022,09 |
| C | IV | 582,30 | 1.164,59 | 2.858,85 |
|  | III | 550,09 | 1.101,47 | 2.704,42 |
|  | II | 530,76 | 1.060,24 | 2.558,34 |
|  | I | 510,15 | 1.021,59 | 2.420,15 |
|  | VI | 483,10 | 964,91 | 2.289,43 |
|  | V | 465,06 | 930,13 | 2.165,76 |
| B | IV | 448,32 | 895,34 | 2.048,78 |
|  | III | 423,84 | 846,39 | 1.938,11 |
|  | II | 408,38 | 815,47 | 1.833,42 |
|  | I | 392,92 | 785,84 | 1.734,39 |
|  | V | 371,56 | 743,12 | 1.640,09 |
|  | IV | 357,52 | 715,05 | 1.578,14 |
| A | III | 344,02 | 688,04 | 1.518,54 |
|  | II | 331,03 | 662,05 | 1.461,18 |
|  | I | 318,52 | 637,05 | 1.406,00 |

Tabela II: Efeitos financeiros a partir de 1 o de agosto de 2016

Em R$

| CLASSE | PADRÃO | VALOR DA RT | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Aperf. /Espec. | Mestre | Doutor |
|  | III | 755,66 | 1.511,34 | 3.981,29 |
| ESPECIAL | II | 727,13 | 1.454,25 | 3.766,23 |
|  | I | 699,95 | 1.401,25 | 3.562,80 |
|  | VI | 661,89 | 1.325,14 | 3.370,36 |
|  | V | 637,43 | 1.276,21 | 3.188,30 |
| C | IV | 614,33 | 1.228,64 | 3.016,09 |
|  | III | 580,34 | 1.162,05 | 2.853,16 |
|  | II | 559,95 | 1.118,55 | 2.699,05 |
|  | I | 538,21 | 1.077,78 | 2.553,26 |
|  | VI | 509,67 | 1.017,98 | 2.415,35 |
|  | V | 490,64 | 981,29 | 2.284,88 |
| B | IV | 472,98 | 944,58 | 2.161,46 |
|  | III | 447,15 | 892,94 | 2.044,71 |
|  | II | 430,84 | 860,32 | 1.934,26 |
|  | I | 414,53 | 829,06 | 1.829,78 |
|  | V | 392,00 | 783,99 | 1.730,29 |
|  | IV | 377,18 | 754,38 | 1.664,94 |
| A | III | 362,94 | 725,88 | 1.602,06 |
|  | II | 349,24 | 698,46 | 1.541,54 |
|  | I | 336,04 | 672,09 | 1.483,33 |

Tabela III: Efeitos financeiros a partir de 1 o de janeiro de 2017

Em R$

| CLASSE | PADRÃO | VALOR DA RT | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Aperf./Espec. | Mestre | Doutor |
|  | III | 793,45 | 1.586,91 | 4.180,35 |
| ESPECIAL | II | 763,48 | 1.526,97 | 3.954,55 |
|  | I | 734,95 | 1.471,31 | 3.740,94 |
|  | VI | 694,98 | 1.391,40 | 3.538,87 |
|  | V | 669,30 | 1.340,02 | 3.347,72 |
| C | IV | 645,04 | 1.290,07 | 3.166,89 |
|  | III | 609,36 | 1.220,15 | 2.995,82 |
|  | II | 587,95 | 1.174,48 | 2.834,00 |
|  | I | 565,12 | 1.131,67 | 2.680,92 |
|  | VI | 535,15 | 1.068,88 | 2.536,12 |
|  | V | 515,17 | 1.030,35 | 2.399,12 |
| B | IV | 496,63 | 991,81 | 2.269,54 |
|  | III | 469,51 | 937,59 | 2.146,94 |
|  | II | 452,38 | 903,34 | 2.030,97 |
|  | I | 435,26 | 870,51 | 1.921,27 |
|  | V | 411,60 | 823,19 | 1.816,81 |
|  | IV | 396,04 | 792,10 | 1.748,18 |
| A | III | 381,09 | 762,18 | 1.682,16 |
|  | II | 366,70 | 733,39 | 1.618,62 |
|  | I | 352,84 | 705,69 | 1.557,50 |

ANEXO XIII   
(Anexo XV-C da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006)

VALOR DA GRATIFICAÇÃO POR QUALIFICAÇÃO - GQ

a) Valor da GQ para os cargos de Técnico em Informações Geográficas e Estatísticas e de Técnico em Planejamento, Gestão e Infraestrutura em Informações Geográficas e Estatísticas:

Tabela I: Efeitos financeiros a partir de 1 o de janeiro de 2015

Em R$

| CLASSE | PADRÃO | VALOR DA GQ | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| I | II | III |
|  | III | 644,54 | 1.224,62 | 2.326,77 |
| ESPECIAL | II | 625,83 | 1.189,08 | 2.259,26 |
|  | I | 607,76 | 1.154,74 | 2.194,01 |
|  | VI | 587,18 | 1.115,65 | 2.119,73 |
|  | V | 570,35 | 1.083,67 | 2.058,97 |
| B | IV | 554,15 | 1.052,89 | 2.000,48 |
|  | III | 538,56 | 1.023,27 | 1.944,22 |
|  | II | 523,61 | 994,85 | 1.890,22 |
|  | I | 508,65 | 966,43 | 1.836,23 |
|  | VI | 491,19 | 933,26 | 1.773,20 |
|  | V | 477,48 | 907,21 | 1.723,70 |
| A | IV | 464,38 | 882,33 | 1.676,42 |
|  | III | 451,30 | 857,46 | 1.629,18 |
|  | II | 438,21 | 832,60 | 1.581,94 |
|  | I | 426,36 | 810,08 | 1.539,16 |

Tabela II: Efeitos financeiros a partir de 1 o de agosto de 2016

Em R$

| CLASSE | PADRÃO | VALOR DA GQ | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| I | II | III |
|  | III | 679,99 | 1.291,97 | 2.454,74 |
| ESPECIAL | II | 660,25 | 1.254,48 | 2.383,52 |
|  | I | 641,19 | 1.218,25 | 2.314,68 |
|  | VI | 619,47 | 1.177,01 | 2.236,32 |
|  | V | 601,72 | 1.143,27 | 2.172,21 |
| B | IV | 584,63 | 1.110,80 | 2.110,51 |
|  | III | 568,18 | 1.079,55 | 2.051,15 |
|  | II | 552,41 | 1.049,57 | 1.994,18 |
|  | I | 536,63 | 1.019,58 | 1.937,22 |
|  | VI | 518,21 | 984,59 | 1.870,73 |
|  | V | 503,74 | 957,11 | 1.818,50 |
| A | IV | 489,92 | 930,86 | 1.768,62 |
|  | III | 476,12 | 904,62 | 1.718,78 |
|  | II | 462,31 | 878,39 | 1.668,95 |
|  | I | 449,81 | 854,63 | 1.623,81 |

Tabela III: Efeitos financeiros a partir de 1 o de janeiro de 2017

Em R$

| CLASSE | PADRÃO | VALOR DA GQ | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| I | II | III |
|  | III | 713,99 | 1.356,57 | 2.577,48 |
| ESPECIAL | II | 693,26 | 1.317,20 | 2.502,70 |
|  | I | 673,25 | 1.279,16 | 2.430,41 |
|  | VI | 650,45 | 1.235,86 | 2.348,13 |
|  | V | 631,81 | 1.200,44 | 2.280,82 |
| B | IV | 613,86 | 1.166,34 | 2.216,03 |
|  | III | 596,59 | 1.133,53 | 2.153,71 |
|  | II | 580,03 | 1.102,05 | 2.093,89 |
|  | I | 563,46 | 1.070,56 | 2.034,08 |
|  | VI | 544,12 | 1.033,82 | 1.964,26 |
|  | V | 528,93 | 1.004,96 | 1.909,43 |
| A | IV | 514,42 | 977,40 | 1.857,05 |
|  | III | 499,93 | 949,85 | 1.804,72 |
|  | II | 485,43 | 922,31 | 1.752,39 |
|  | I | 472,30 | 897,37 | 1.705,00 |

b) Valor da GQ para os cargos do Nível Intermediário do Plano de Carreiras dos servidores da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de que trata o art. 84 desta Lei:

Tabela I: Efeitos financeiros a partir de 1 o de janeiro de 2015

Em R$

| CLASSE | PADRÃO | VALOR DA GQ | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| I | II | III |
|  | III | 644,54 | 1.224,62 | 2.326,77 |
| ESPECIAL | II | 625,83 | 1.189,08 | 2.259,26 |
|  | I | 607,76 | 1.154,74 | 2.194,01 |
|  | VI | 587,18 | 1.115,65 | 2.119,73 |
|  | V | 570,35 | 1.083,67 | 2.058,97 |
| C | IV | 554,15 | 1.052,89 | 2.000,48 |
|  | III | 538,56 | 1.023,27 | 1.944,22 |
|  | II | 523,61 | 994,85 | 1.890,22 |
|  | I | 508,65 | 966,43 | 1.836,23 |
|  | VI | 491,19 | 933,26 | 1.773,20 |
|  | V | 477,48 | 907,21 | 1.723,70 |
| B | IV | 464,38 | 882,33 | 1.676,42 |
|  | III | 451,30 | 857,46 | 1.629,18 |
|  | II | 438,21 | 832,60 | 1.581,94 |
|  | I | 426,36 | 810,08 | 1.539,16 |
|  | V | 411,93 | 782,66 | 1.487,05 |
|  | IV | 399,97 | 759,95 | 1.443,90 |
| A | III | 388,37 | 737,90 | 1.402,01 |
|  | II | 377,10 | 716,49 | 1.361,32 |
|  | I | 366,16 | 695,70 | 1.321,82 |

Tabela II: Efeitos financeiros a partir de 1 o de agosto de 2016

Em R$

| CLASSE | PADRÃO | VALOR DA GQ | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| I | II | III |
|  | III | 679,99 | 1.291,97 | 2.454,74 |
| ESPECIAL | II | 660,25 | 1.254,48 | 2.383,52 |
|  | I | 641,19 | 1.218,25 | 2.314,68 |
|  | VI | 619,47 | 1.177,01 | 2.236,32 |
|  | V | 601,72 | 1.143,27 | 2.172,21 |
| C | IV | 584,63 | 1.110,80 | 2.110,51 |
|  | III | 568,18 | 1.079,55 | 2.051,15 |
|  | II | 552,41 | 1.049,57 | 1.994,18 |
|  | I | 536,63 | 1.019,58 | 1.937,22 |
|  | VI | 518,21 | 984,59 | 1.870,73 |
|  | V | 503,74 | 957,11 | 1.818,50 |
| B | IV | 489,92 | 930,86 | 1.768,62 |
|  | III | 476,12 | 904,62 | 1.718,78 |
|  | II | 462,31 | 878,39 | 1.668,95 |
|  | I | 449,81 | 854,63 | 1.623,81 |
|  | V | 434,59 | 825,71 | 1.568,84 |
|  | IV | 421,97 | 801,75 | 1.523,31 |
| A | III | 409,73 | 778,48 | 1.479,12 |
|  | II | 397,84 | 755,90 | 1.436,19 |
|  | I | 386,30 | 733,96 | 1.394,52 |

Tabela III: Efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2017

Em R$

| CLASSE | PADRÃO | VALOR DA GQ | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| I | II | III |
|  | III | 713,99 | 1.356,57 | 2.577,48 |
| ESPECIAL | II | 693,26 | 1.317,20 | 2.502,70 |
|  | I | 673,25 | 1.279,16 | 2.430,41 |
|  | VI | 650,45 | 1.235,86 | 2.348,13 |
|  | V | 631,81 | 1.200,44 | 2.280,82 |
| C | IV | 613,86 | 1.166,34 | 2.216,03 |
|  | III | 596,59 | 1.133,53 | 2.153,71 |
|  | II | 580,03 | 1.102,05 | 2.093,89 |
|  | I | 563,46 | 1.070,56 | 2.034,08 |
|  | VI | 544,12 | 1.033,82 | 1.964,26 |
|  | V | 528,93 | 1.004,96 | 1.909,43 |
| B | IV | 514,42 | 977,40 | 1.857,05 |
|  | III | 499,93 | 949,85 | 1.804,72 |
|  | II | 485,43 | 922,31 | 1.752,39 |
|  | I | 472,30 | 897,37 | 1.705,00 |
|  | V | 456,32 | 866,99 | 1.647,28 |
|  | IV | 443,07 | 841,83 | 1.599,48 |
| A | III | 430,22 | 817,41 | 1.553,08 |
|  | II | 417,73 | 793,69 | 1.508,00 |
|  | I | 405,61 | 770,66 | 1.464,25 |

ANEXO XIV

(Anexo LXXXV da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009)

VENCIMENTO BÁSICO DAS CARREIRAS DE ESPECIALISTA EM ASSISTÊNCIA PENITENCIÁRIA E TÉCNICO DE APOIO À ASSISTÊNCIA PENITENCIÁRIA

a) Vencimento básico da Carreira de Especialista em Assistência Penitenciária

Em R$

| CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO A PARTIR DE | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 |
|  | IV | 5.619,93 | 5.929,03 | 6.225,48 |
| ESPECIAL | III | 5.536,88 | 5.841,41 | 6.133,48 |
|  | II | 5.455,05 | 5.755,08 | 6.042,83 |
|  | I | 5.374,43 | 5.670,02 | 5.953,52 |
|  | V | 5.167,73 | 5.451,96 | 5.724,55 |
|  | IV | 5.091,36 | 5.371,38 | 5.639,95 |
| C | III | 5.016,11 | 5.292,00 | 5.556,60 |
|  | II | 4.941,98 | 5.213,79 | 5.474,48 |
|  | I | 4.868,94 | 5.136,73 | 5.393,57 |
|  | V | 4.681,69 | 4.939,18 | 5.186,14 |
|  | IV | 4.612,49 | 4.866,18 | 5.109,49 |
|  | III | 4.544,33 | 4.794,27 | 5.033,98 |
| B | II | 4.477,17 | 4.723,41 | 4.959,59 |
|  | I | 4.411,01 | 4.653,62 | 4.886,30 |
|  | VI | 4.241,35 | 4.474,62 | 4.698,36 |
|  | V | 4.178,68 | 4.408,51 | 4.628,93 |
| A | IV | 4.116,92 | 4.343,35 | 4.560,52 |
|  | III | 4.056,08 | 4.279,16 | 4.493,12 |
|  | II | 3.996,14 | 4.215,93 | 4.426,72 |
|  | I | 3.937,08 | 4.153,62 | 4.361,30 |

b) Vencimento básico da Carreira de Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária

Em R$

| CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO A PARTIR DE | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 |
|  | IV | 3.697,10 | 3.900,44 | 4.095,46 |
| ESPECIAL | III | 3.642,46 | 3.842,80 | 4.034,94 |
|  | II | 3.588,63 | 3.786,00 | 3.975,30 |
|  | I | 3.535,60 | 3.730,06 | 3.916,56 |
|  | V | 3.432,62 | 3.621,41 | 3.802,48 |
|  | IV | 3.381,89 | 3.567,89 | 3.746,29 |
| C | III | 3.331,92 | 3.515,18 | 3.690,93 |
|  | II | 3.282,67 | 3.463,22 | 3.636,38 |
|  | I | 3.234,17 | 3.412,05 | 3.582,65 |
|  | V | 3.139,96 | 3.312,66 | 3.478,29 |
|  | IV | 3.093,56 | 3.263,71 | 3.426,89 |
| B | III | 3.047,85 | 3.215,48 | 3.376,26 |
|  | II | 3.002,81 | 3.167,96 | 3.326,36 |
|  | I | 2.958,42 | 3.121,13 | 3.277,19 |
|  | VI | 2.872,26 | 3.030,23 | 3.181,75 |
|  | V | 2.829,81 | 2.985,45 | 3.134,72 |
| A | IV | 2.788,00 | 2.941,34 | 3.088,41 |
|  | III | 2.746,79 | 2.897,86 | 3.042,76 |
|  | II | 2.706,20 | 2.855,04 | 2.997,79 |
|  | I | 2.666,20 | 2.812,84 | 2.953,48 |

ANEXO XV

(Anexo LXXXVI da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009)

“ESTRUTURA DOS CARGOS

a) Carreira de Agente Penitenciário Federal, a partir de 1º de março de 2008

.............................................................................................................................................

1. Carreira de Agente Federal de Execução Penal, a partir de 1º de janeiro de 2017

| CARGO | CLASSE | PADRÃO |
| --- | --- | --- |
| AGENTE FEDERAL DE EXECUÇÃO PENAL | ESPECIAL SÊNIOR | V |
| IV |
| III |
| II |
| I |
| ESPECIAL | IV |
| III |
| II |
| I |
| PRIMEIRA | IV |
| III |
| II |
| I |
| SEGUNDA | IV |
| III |
| II |
| I |
| TERCEIRA | III |
| II |
| I |

ANEXO XVI

(Anexo LXXXVII da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009 )

TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DA CARREIRA DE AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL

Tabela I: Efeitos financeiros a partir de 1 o de agosto de 2016

Em R$

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO A PARTIR DE | |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 |
|  | IV | 6.010,38 | 6.340,95 |
| ESPECIAL | III | 5.904,11 | 6.228,84 |
|  | II | 5.799,72 | 6.118,70 |
|  | I | 5.587,93 | 5.895,27 |
|  | V | 5.489,13 | 5.791,03 |
|  | IV | 5.392,07 | 5.688,63 |
| PRIMEIRA | III | 5.296,73 | 5.588,05 |
|  | II | 5.203,08 | 5.489,25 |
|  | I | 5.111,07 | 5.392,18 |
|  | V | 4.924,44 | 5.195,28 |
|  | IV | 4.837,36 | 5.103,41 |
| SEGUNDA | III | 4.751,84 | 5.013,19 |
|  | II | 4.667,82 | 4.924,55 |
|  | I | 4.585,28 | 4.837,47 |
|  | VI | 4.366,93 | 4.607,11 |
|  | V | 4.239,74 | 4.472,93 |
| TERCEIRA | IV | 4.116,26 | 4.342,65 |
|  | III | 3.996,36 | 4.216,16 |
|  | II | 3.879,96 | 4.093,36 |
|  | I | 3.766,95 | 3.974,13 |

Tabela II: Efeitos financeiros a partir de 1 o de janeiro de 2017

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO A PARTIR DE |
| --- | --- | --- | --- |
| 1º de janeiro de 2017 |
| AGENTE FEDERAL  DE EXECUÇÃO PENAL | ESPECIAL SÊNIOR | V | 7.293,30 |
| IV | 7.167,72 |
| III | 7.043,13 |
| II | 6.921,59 |
| I | 6.667,81 |
| ESPECIAL | IV | 6.548,45 |
| III | 6.433,69 |
| II | 6.319,83 |
| I | 6.079,62 |
| PRIMEIRA | IV | 5.955,16 |
| III | 5.834,28 |
| II | 5.715,87 |
| I | 5.391,91 |
| SEGUNDA | IV | 5.235,05 |
| III | 5.082,58 |
| II | 4.934,32 |
| I | 4.611,37 |
| TERCEIRA | III | 4.459,89 |
| II | 4.313,41 |
| I | 4.170,63 |

ANEXO XVII

(Anexo LXXXVIII da Lei nº 11.907, de 2009)

“TABELA DE CORRELAÇÃO

a) Cargos da Carreira de Agente Penitenciário Federal, a partir de 1º de março de 2008

.............................................................................................................................................

b) Cargos da Carreira de Agente Federal de Execução Penal, a partir de 1º de janeiro de 2017

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| SITUAÇÃO ATUAL | | SITUAÇÃO NOVA | |
| CLASSE | PADRÃO | PADRÃO | CLASSE |
|  |  | V | ESPECIAL SÊNIOR |
| IV |
| III |
| II |
| I |
| ESPECIAL | IV | IV | ESPECIAL |
| III | III |
| II | II |
| I | I |
| PRIMEIRA | V |
| IV | IV | PRIMEIRA |
| III | III |
| II | II |
| I | I |
| SEGUNDA | V |
| IV |
| III |
| II |
| I |
| TERCEIRA | VI |
| V |
|  | IV | SEGUNDA |
|  | III |
|  | II |
| IV | I |
| III | III | TERCEIRA |
| II | II |
| I | I |

” (NR)

ANEXO XVIII

(Anexo LXXXIX da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009)

TABELA DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE   
DE ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA DO DEPEN/MJ – GDAPEN

a) Valor do ponto da GDAPEN da Carreira de Especialista em Assistência Penitenciária

Em R$

| CLASSE | PADRÃO | VALOR DO PONTO DA GDAPEN | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 |
| ESPECIAL | IV | 14,27 | 15,05 | 15,80 |
| III | 14,13 | 14,91 | 15,66 |
| II | 13,98 | 14,75 | 15,49 |
| I | 13,85 | 14,61 | 15,34 |
|  | V | 13,72 | 14,47 | 15,19 |
|  | IV | 13,57 | 14,32 | 15,04 |
| C | III | 13,44 | 14,18 | 14,89 |
|  | II | 13,31 | 14,04 | 14,74 |
|  | I | 13,18 | 13,90 | 14,60 |
|  | V | 13,04 | 13,76 | 14,45 |
|  | IV | 12,92 | 13,63 | 14,31 |
| B | III | 12,79 | 13,49 | 14,16 |
|  | II | 12,67 | 13,37 | 14,04 |
|  | I | 12,54 | 13,23 | 13,89 |
|  | VI | 12,41 | 13,09 | 13,74 |
|  | V | 12,29 | 12,97 | 13,62 |
| A | IV | 12,16 | 12,83 | 13,47 |
|  | III | 12,05 | 12,71 | 13,35 |
|  | II | 11,94 | 12,60 | 13,23 |
|  | I | 11,81 | 12,46 | 13,08 |

b) Valor do ponto da GDAPEN da Carreira de Técnico de Apoio à Assistência Penitenciária

Em R$

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| CLASSE | PADRÃO | VALOR DO PONTO DA GDAPEN | | |
| EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 |
| ESPECIAL | IV | 9,81 | 10,35 | 10,87 |
| III | 9,71 | 10,24 | 10,75 |
| II | 9,62 | 10,15 | 10,66 |
| I | 9,51 | 10,03 | 10,53 |
| C | V | 9,38 | 9,90 | 10,40 |
| IV | 9,28 | 9,79 | 10,28 |
| III | 9,19 | 9,70 | 10,19 |
| II | 9,10 | 9,60 | 10,08 |
| I | 9,02 | 9,52 | 10,00 |
| B | V | 8,88 | 9,37 | 9,84 |
| IV | 8,78 | 9,26 | 9,72 |
| III | 8,71 | 9,19 | 9,65 |
| II | 8,61 | 9,08 | 9,53 |
| I | 8,53 | 9,00 | 9,45 |
| A | VI | 8,41 | 8,87 | 9,31 |
| V | 8,32 | 8,78 | 9,22 |
| IV | 8,24 | 8,69 | 9,12 |
| III | 8,17 | 8,62 | 9,05 |
| II | 8,08 | 8,52 | 8,95 |
| I | 8,00 | 8,44 | 8,86 |

ANEXO XIX   
(Anexo XC da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009)

TABELA DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE DE AGENTE PENITENCIÁRIO FEDERAL – GDAPE

Tabela I: Efeitos financeiros a partir de 1º de agosto de 2016.

Em R$

| CLASSE | PADRÃO | VALOR DO PONTO DA GDAPEF | |
| --- | --- | --- | --- |
| EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 |
|  | IV | 25,23 | 26,62 |
| ESPECIAL | III | 24,77 | 26,13 |
|  | II | 24,33 | 25,67 |
|  | I | 23,44 | 24,73 |
|  | V | 23,04 | 24,31 |
|  | IV | 22,62 | 23,86 |
| PRIMEIRA | III | 22,23 | 23,45 |
|  | II | 21,83 | 23,03 |
|  | I | 21,45 | 22,63 |
|  | V | 20,66 | 21,80 |
|  | IV | 20,31 | 21,43 |
| SEGUNDA | III | 19,93 | 21,03 |
|  | II | 19,59 | 20,67 |
|  | I | 19,23 | 20,29 |
|  | VI | 18,33 | 19,34 |
|  | V | 17,79 | 18,77 |
| TERCEIRA | IV | 17,27 | 18,22 |
|  | III | 16,77 | 17,69 |
|  | II | 16,28 | 17,18 |
|  | I | 15,80 | 16,67 |

Tabela II: Efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2017.

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO | VALOR DO PONTO DA GDAPEF |
| EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE |
| 1 o de janeiro de 2017 |
| AGENTE FEDERAL DE EXECUÇÃO PENAL | ESPECIAL  SÊNIOR | V | 30,64 |
| IV | 30,10 |
| III | 29,59 |
| II | 29,07 |
| I | 28,01 |
| ESPECIAL | IV | 27,51 |
| III | 27,03 |
| II | 26,54 |
| I | 25,54 |
| PRIMEIRA | IV | 25,02 |
| III | 24,51 |
| II | 24,00 |
| I | 22,65 |
| SEGUNDA | IV | 21,99 |
| III | 21,35 |
| II | 20,73 |
| I | 19,37 |
| TERCEIRA | III | 18,73 |
| II | 18,11 |
| I | 17,52 |

ANEXO XX

(Anexo IX da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008)

TABELA DE SUBSÍDIOS DO CARGO DE ANALISTA TÉCNICO DA SUSEP

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | VALOR DO SUBSÍDIO  EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 | 1 o de janeiro de 2018 | 1 o de janeiro de 2019 |
| Analista Técnico da SUSEP | ESPECIAL | IV | 21.391,10 | 22.567,61 | 24.142,65 | 25.745,60 | 27.369,67 |
| III | 20.796,81 | 21.940,63 | 23.471,92 | 25.030,34 | 26.609,28 |
| II | 20.429,09 | 21.552,69 | 23.056,90 | 24.587,76 | 26.138,79 |
| I | 20.067,86 | 21.171,60 | 22.649,21 | 24.153,00 | 25.676,60 |
| C | III | 19.296,02 | 20.357,30 | 21.778,08 | 23.224,04 | 24.689,04 |
| II | 18.917,67 | 19.958,14 | 21.351,07 | 22.768,67 | 24.204,95 |
| I | 18.546,73 | 19.566,80 | 20.932,42 | 22.322,22 | 23.730,34 |
| B | III | 18.183,07 | 19.183,13 | 20.521,97 | 21.884,52 | 23.265,03 |
| II | 17.483,72 | 18.445,33 | 19.732,67 | 21.042,82 | 22.370,22 |
| I | 17.140,90 | 18.083,65 | 19.345,75 | 20.630,21 | 21.931,59 |
| A | III | 16.804,81 | 17.729,07 | 18.966,43 | 20.225,70 | 21.501,57 |
| II | 16.475,30 | 17.381,45 | 18.594,54 | 19.829,12 | 21.079,97 |
| I | 15.003,70 | 15.828,90 | 16.933,64 | 18.057,94 | 19.197,06 |

ANEXO XXI

(Anexo X da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008)

TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS INTEGRANTES DO PLANO DE CARGOS E CARREIRAS DA SUSEP

a) Vencimento básico dos Cargos de nível intermediário

Em R$

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO  EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 | 1 o de janeiro de 2018 | 1 o de janeiro de 2019 |
| Cargos de Agente Executivo  e demais cargos de nível intermediário do Plano de Cargos e Carreiras da SUSEP | ESPECIAL | IV | 5.024,09 | 5.300,41 | 5.670,34 | 6.046,83 | 6.428,27 |
| III | 4.901,56 | 5.171,15 | 5.532,05 | 5.899,35 | 6.271,49 |
| II | 4.782,01 | 5.045,02 | 5.397,12 | 5.755,47 | 6.118,53 |
| I | 4.665,38 | 4.921,98 | 5.265,49 | 5.615,09 | 5.969,30 |
| C | III | 4.422,16 | 4.665,38 | 4.990,99 | 5.322,36 | 5.658,10 |
| II | 4.314,31 | 4.551,60 | 4.869,26 | 5.192,56 | 5.520,11 |
| I | 4.209,08 | 4.440,58 | 4.750,50 | 5.065,91 | 5.385,47 |
| B | III | 3.989,65 | 4.209,08 | 4.502,84 | 4.801,81 | 5.104,71 |
| II | 3.892,34 | 4.106,42 | 4.393,02 | 4.684,69 | 4.980,21 |
| I | 3.797,40 | 4.006,26 | 4.285,86 | 4.570,42 | 4.858,73 |
| A | III | 3.599,44 | 3.797,41 | 4.062,44 | 4.332,16 | 4.605,44 |
| II | 3.501,40 | 3.693,98 | 3.951,79 | 4.214,17 | 4.480,00 |
| I | 3.406,03 | 3.593,36 | 3.844,15 | 4.099,38 | 4.357,98 |

b ) Vencimento básico dos Cargos de nível superior integrantes do quadro suplementar a que se refere o § 5º do art. 52 da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008 .

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO  EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 | 1 o de janeiro de 2018 | 1 o de janeiro de 2019 |
| Cargos de nível superior integrantes do quadro suplementar a que se refere o § 5º do art. 52 da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008 | ESPECIAL | IV | 10.986,70 | 11.590,97 | 12.399,93 | 13.223,22 | 14.057,36 |
| III | 10.742,40 | 11.333,23 | 12.124,21 | 12.929,19 | 13.744,78 |
| II | 10.500,84 | 11.078,39 | 11.851,57 | 12.638,46 | 13.435,71 |
| I | 10.265,01 | 10.829,59 | 11.585,41 | 12.354,62 | 13.133,96 |
| C | III | 9.907,51 | 10.452,42 | 11.181,92 | 11.924,35 | 12.676,55 |
| II | 9.666,20 | 10.197,84 | 10.909,57 | 11.633,91 | 12.367,79 |
| I | 9.430,58 | 9.949,26 | 10.643,64 | 11.350,33 | 12.066,32 |
| B | III | 9.091,14 | 9.591,15 | 10.260,54 | 10.941,79 | 11.632,01 |
| II | 8.869,55 | 9.357,38 | 10.010,45 | 10.675,09 | 11.348,49 |
| I | 8.652,64 | 9.128,54 | 9.765,64 | 10.414,03 | 11.070,96 |
| A | III | 8.328,17 | 8.786,22 | 9.399,43 | 10.023,50 | 10.655,80 |
| II | 8.124,94 | 8.571,81 | 9.170,06 | 9.778,90 | 10.395,77 |
| I | 7.843,39 | 8.274,78 | 8.852,29 | 9.440,04 | 10.035,53 |

c) **[(Revogado pela Lei nº 13.464, de 2017)](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13464.htm" \l "art59)**

ANEXO XXII

(Anexo X-A da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008)

TABELA DE SUBSÍDIOS DOS CARGOS DE AGENTE EXECUTIVO DA SUSEP

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1º de janeiro de 2017 | 1º de janeiro de 2018 | 1º de janeiro de 2019 |
| Cargos de Agente Executivo da SUSEP | ESPECIAL | IV | 9.357,34 | 9.978,83 | 10.608,27 |
| III | 9.128,05 | 9.734,35 | 10.348,49 |
| II | 8.906,12 | 9.497,47 | 10.096,53 |
| I | 8.687,49 | 9.264,09 | 9.848,30 |
| C | III | 8.234,99 | 8.781,36 | 9.335,10 |
| II | 8.033,26 | 8.566,56 | 9.107,11 |
| I | 7.836,50 | 8.356,91 | 8.884,47 |
| B | III | 7.428,84 | 7.921,81 | 8.421,71 |
| II | 7.249,02 | 7.730,69 | 8.218,21 |
| I | 7.072,86 | 7.542,42 | 8.017,73 |
| A | III | 6.702,44 | 7.147,16 | 7.598,44 |
| II | 6.519,79 | 6.953,17 | 7.392,00 |
| I | 6.342,15 | 6.763,38 | 7.189,98 |

ANEXO XXIII

(Anexo XII da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008)

VALOR DOS PONTOS DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES ESPECÍFICAS DA SUSEP - GDASUSEP

a) Valor do ponto da GDASUSEP para cargos de nível intermediário

Em R$

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 | 1º de janeiro de 2018 | 1º de janeiro de 2019 |
| Cargos de Agente Executivo e demais cargos de nível intermediário do Plano de Carreiras e Cargos da SUSEP | ESPECIAL | IV | 32,66 | 34,46 | 36,87 | 39,32 | 41,80 |
| III | 31,86 | 33,61 | 35,96 | 38,35 | 40,77 |
| II | 31,09 | 32,80 | 35,09 | 37,42 | 39,78 |
| I | 30,32 | 31,99 | 34,22 | 36,49 | 38,79 |
| C | III | 28,74 | 30,32 | 32,44 | 34,59 | 36,77 |
| II | 28,04 | 29,58 | 31,64 | 33,74 | 35,87 |
| I | 27,35 | 28,85 | 30,86 | 32,91 | 34,99 |
| B | III | 25,92 | 27,35 | 29,26 | 31,20 | 33,17 |
| II | 25,31 | 26,70 | 28,56 | 30,46 | 32,38 |
| I | 24,69 | 26,05 | 27,87 | 29,72 | 31,59 |
| A | III | 23,39 | 24,68 | 26,40 | 28,15 | 29,93 |
| II | 22,75 | 24,00 | 25,68 | 27,39 | 29,12 |
| I | 22,13 | 23,35 | 24,98 | 26,64 | 28,32 |

e) Valor do ponto da GDASUSEP para cargos Agente Executivo da SUSEP:

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 |
| Cargos de Agente Executivo da SUSEP | ESPECIAL | IV | 32,66 | 34,46 |
| III | 31,86 | 33,61 |
| II | 31,09 | 32,80 |
| I | 30,32 | 31,99 |
| C | III | 28,74 | 30,32 |
| II | 28,04 | 29,58 |
| I | 27,35 | 28,85 |
| B | III | 25,92 | 27,35 |
| II | 25,31 | 26,70 |
| I | 24,69 | 26,05 |
| A | III | 23,39 | 24,68 |
| II | 22,75 | 24,00 |
| I | 22,13 | 23,35 |

c) Valor do ponto da GDASUSEP para cargos de nível superior

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 | 1º de janeiro de 2018 | 1º de janeiro de 2019 |
| Cargos de nível superior integrantes do quadro suplementar a que se refere o § 5º do art. 52 da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008 | ESPECIAL | IV | 71,42 | 75,35 | 80,61 | 85,96 | 91,38 |
| III | 69,84 | 73,68 | 78,82 | 84,05 | 89,35 |
| II | 68,26 | 72,01 | 77,04 | 82,16 | 87,34 |
| I | 66,73 | 70,40 | 75,31 | 80,31 | 85,38 |
| C | III | 64,40 | 67,94 | 72,68 | 77,51 | 82,40 |
| II | 62,83 | 66,29 | 70,92 | 75,63 | 80,40 |
| I | 61,29 | 64,66 | 69,17 | 73,76 | 78,41 |
| B | III | 59,09 | 62,34 | 66,69 | 71,12 | 75,61 |
| II | 57,65 | 60,82 | 65,06 | 69,38 | 73,76 |
| I | 56,24 | 59,33 | 63,47 | 67,68 | 71,95 |
| A | III | 54,13 | 57,11 | 61,10 | 65,16 | 69,27 |
| II | 52,80 | 55,70 | 59,59 | 63,55 | 67,56 |
| I | 50,98 | 53,78 | 57,53 | 61,35 | 65,22 |

ANEXO XXIV

(Anexo XIV da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008)

TABELA DE SUBSÍDIOS DOS CARGOS DE ANALISTA E DE INSPETOR DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA CVM

Em R$

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 | 1º de janeiro de 2018 | 1 o de janeiro de 2019 |
| Analista da CVM  Inspetor da CVM | ESPECIAL | IV | 21.391,10 | 22.567,61 | 24.142,66 | 25.745,61 | 27.369,67 |
| III | 20.796,81 | 21.940,63 | 23.471,92 | 25.030,34 | 26.609,28 |
| II | 20.429,09 | 21.552,69 | 23.056,90 | 24.587,76 | 26.138,79 |
| I | 20.067,86 | 21.171,59 | 22.649,21 | 24.153,00 | 25.676,60 |
| C | III | 19.296,02 | 20.357,30 | 21.778,09 | 23.224,04 | 24.689,04 |
| II | 18.917,67 | 19.958,14 | 21.351,07 | 22.768,67 | 24.204,95 |
| I | 18.546,73 | 19.566,80 | 20.932,41 | 22.322,22 | 23.730,33 |
| B | III | 18.183,07 | 19.183,14 | 20.521,98 | 21.884,53 | 23.265,03 |
| II | 17.483,72 | 18.445,32 | 19.732,67 | 21.042,82 | 22.370,22 |
| I | 17.140,90 | 18.083,65 | 19.345,75 | 20.630,21 | 21.931,59 |
| A | III | 16.804,81 | 17.729,07 | 18.966,43 | 20.225,70 | 21.501,56 |
| II | 16.475,30 | 17.381,44 | 18.594,53 | 19.829,12 | 21.079,96 |
| I | 15.003,70 | 15.828,90 | 16.933,64 | 18.057,95 | 19.197,06 |

ANEXO XXV

(Anexo XV da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008)

TABELA DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS INTEGRANTES DO PLANO DE CARREIRAS E CARGOS DA CVM

a) Vencimento básico dos Cargos de nível superior integrantes do quadro suplementar a que se refere o § 5º do art. 87 da Lei nº 11.890, de 2008.

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO  EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 | 1 o de janeiro de 2018 | 1º de janeiro de 2019 |
| Cargos de nível superior integrantes do quadro suplementar a que se refere o § 5º do art. 87 da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008 | ESPECIAL | IV | 10.986,70 | 11.590,97 | 12.399,93 | 13.223,22 | 14.057,36 |
| III | 10.742,40 | 11.333,23 | 12.124,21 | 12.929,19 | 13.744,78 |
| II | 10.500,84 | 11.078,39 | 11.851,57 | 12.638,46 | 13.435,71 |
| I | 10.265,01 | 10.829,59 | 11.585,41 | 12.354,62 | 13.133,96 |
| C | III | 9.907,51 | 10.452,42 | 11.181,92 | 11.924,35 | 12.676,55 |
| II | 9.666,20 | 10.197,84 | 10.909,57 | 11.633,91 | 12.367,79 |
| I | 9.430,58 | 9.949,26 | 10.643,64 | 11.350,33 | 12.066,32 |
| B | III | 9.091,14 | 9.591,15 | 10.260,54 | 10.941,79 | 11.632,01 |
| II | 8.869,55 | 9.357,38 | 10.010,45 | 10.675,09 | 11.348,49 |
| I | 8.652,64 | 9.128,54 | 9.765,64 | 10.414,03 | 11.070,96 |
| A | III | 8.328,17 | 8.786,22 | 9.399,43 | 10.023,50 | 10.655,80 |
| II | 8.124,94 | 8.571,81 | 9.170,06 | 9.778,90 | 10.395,77 |
| I | 7.843,39 | 8.274,78 | 8.852,29 | 9.440,04 | 10.035,53 |

b) Vencimento básico dos Cargos de nível intermediário

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO  EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 | 1º de janeiro de 2018 | 1º de janeiro de 2019 |
| Cargos de Agente Executivo do Plano de Carreiras e Cargos da CVM | ESPECIAL | IV | 5.024,09 | 5.300,41 | 5.670,34 | 6.046,83 | 6.428,27 |
| III | 4.901,56 | 5.171,15 | 5.532,05 | 5.899,35 | 6.271,49 |
| II | 4.782,01 | 5.045,02 | 5.397,12 | 5.755,47 | 6.118,53 |
| I | 4.665,38 | 4.921,98 | 5.265,49 | 5.615,09 | 5.969,30 |
| C | III | 4.422,16 | 4.665,38 | 4.990,99 | 5.322,36 | 5.658,10 |
| II | 4.314,31 | 4.551,60 | 4.869,26 | 5.192,56 | 5.520,11 |
| I | 4.209,08 | 4.440,58 | 4.750,50 | 5.065,91 | 5.385,47 |
| B | III | 3.989,65 | 4.209,08 | 4.502,84 | 4.801,81 | 5.104,71 |
| II | 3.892,34 | 4.106,42 | 4.393,02 | 4.684,69 | 4.980,21 |
| I | 3.797,40 | 4.006,26 | 4.285,86 | 4.570,42 | 4.858,73 |
| A | III | 3.599,44 | 3.797,41 | 4.062,44 | 4.332,16 | 4.605,44 |
| II | 3.501,40 | 3.693,98 | 3.951,79 | 4.214,17 | 4.480,00 |
| I | 3.406,03 | 3.593,36 | 3.844,15 | 4.099,38 | 4.357,98 |

c) Vencimento básico dos Cargos de Auxiliar de Serviços Gerais

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | VENCIMENTO BÁSICO  EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 | 1 o de janeiro de 2018 | 1 o de janeiro de 2019 |
| Cargos de Auxiliar de Serviços Gerais | ESPECIAL | III | 1.813,89 | 1.913,65 | 2.047,21 | 2.183,14 | 2.320,85 |
| II | 1.752,56 | 1.848,95 | 1.977,99 | 2.109,32 | 2.242,38 |
| I | 1.693,29 | 1.786,42 | 1.911,10 | 2.037,99 | 2.166,55 |
| C | VI | 1.612,65 | 1.701,35 | 1.820,09 | 1.940,93 | 2.063,37 |
| V | 1.558,12 | 1.643,82 | 1.758,54 | 1.875,30 | 1.993,60 |
| IV | 1.505,43 | 1.588,23 | 1.699,07 | 1.811,88 | 1.926,18 |
| III | 1.454,52 | 1.534,52 | 1.641,62 | 1.750,61 | 1.861,04 |
| II | 1.405,33 | 1.482,62 | 1.586,10 | 1.691,41 | 1.798,10 |
| I | 1.357,81 | 1.432,49 | 1.532,47 | 1.634,21 | 1.737,30 |
| B | VI | 1.293,16 | 1.364,28 | 1.459,50 | 1.556,40 | 1.654,58 |
| V | 1.249,42 | 1.318,14 | 1.410,13 | 1.503,76 | 1.598,62 |
| IV | 1.207,17 | 1.273,56 | 1.362,45 | 1.452,91 | 1.544,56 |
| III | 1.166,35 | 1.230,50 | 1.316,38 | 1.403,78 | 1.492,33 |
| II | 1.126,91 | 1.188,89 | 1.271,87 | 1.356,31 | 1.441,87 |
| I | 1.088,80 | 1.148,68 | 1.228,85 | 1.310,44 | 1.393,11 |
| A | V | 1.036,96 | 1.093,99 | 1.170,35 | 1.248,05 | 1.326,78 |
| IV | 1.001,89 | 1.056,99 | 1.130,76 | 1.205,84 | 1.281,91 |
| III | 968,01 | 1.021,25 | 1.092,53 | 1.165,06 | 1.238,56 |
| II | 935,27 | 986,71 | 1.055,57 | 1.125,66 | 1.196,67 |
| I | 903,64 | 953,34 | 1.019,88 | 1.087,59 | 1.156,20 |

ANEXO XXVI

(Anexo XV-A da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008)

TABELA DE SUBSÍDIOS DOS CARGOS DE AGENTE EXECUTIVO DA CVM

Em R$

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| 1º de janeiro de 2017 | 1º de janeiro de 2018 | 1º de janeiro de 2019 |
| Cargos de Agente Executivo da CVM | ESPECIAL | IV | 9.357,34 | 9.978,83 | 10.608,27 |
| III | 9.128,05 | 9.734,35 | 10.348,49 |
| II | 8.906,12 | 9.497,47 | 10.096,53 |
| I | 8.687,49 | 9.264,09 | 9.848,30 |
| C | III | 8.234,99 | 8.781,36 | 9.335,10 |
| II | 8.033,26 | 8.566,56 | 9.107,11 |
| I | 7.836,50 | 8.356,91 | 8.884,47 |
| B | III | 7.428,84 | 7.921,81 | 8.421,71 |
| II | 7.249,02 | 7.730,69 | 8.218,21 |
| I | 7.072,86 | 7.542,42 | 8.017,73 |
| A | III | 6.702,44 | 7.147,16 | 7.598,44 |
| II | 6.519,79 | 6.953,17 | 7.392,00 |
| I | 6.342,15 | 6.763,38 | 7.189,98 |

ANEXO XXVII

(Anexo XVII da Lei nº 11.890, de 24 de dezembro de 2008)

VALOR DOS PONTOS DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES ESPECÍFICAS DA CVM - GDECVM E DA Gratificação de Desempenho de Atividades de Suporte da CVM - GDASCVM

a) GDECVM: Cargos de nível superior integrantes do quadro suplementar a que se refere o § 5º do art. 87 da Lei no 11.890, de 2008.

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | VALOR DO PONTO DA GDECVM | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 | 1º de janeiro de 2018 | 1º de janeiro de 2019 |
| Cargos de nível superior integrantes do quadro suplementar a que se refere o § 5º do art. 87 da Lei nº 11.890, de 2008. | ESPECIAL | IV | 71,42 | 75,35 | 80,61 | 85,96 | 91,38 |
| III | 69,84 | 73,68 | 78,82 | 84,05 | 89,35 |
| II | 68,26 | 72,01 | 77,04 | 82,16 | 87,34 |
| I | 66,73 | 70,40 | 75,31 | 80,31 | 85,38 |
| C | III | 64,40 | 67,94 | 72,68 | 77,51 | 82,40 |
| II | 62,83 | 66,29 | 70,92 | 75,63 | 80,40 |
| I | 61,29 | 64,66 | 69,17 | 73,76 | 78,41 |
| B | III | 59,09 | 62,34 | 66,69 | 71,12 | 75,61 |
| II | 57,65 | 60,82 | 65,06 | 69,38 | 73,76 |
| I | 56,24 | 59,33 | 63,47 | 67,68 | 71,95 |
| A | III | 54,13 | 57,11 | 61,10 | 65,16 | 69,27 |
| II | 52,80 | 55,70 | 59,59 | 63,55 | 67,56 |
| I | 50,98 | 53,78 | 57,53 | 61,35 | 65,22 |

b) GDECVM: Cargos de Agente Executivo da CVM

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 | 1º de janeiro de 2018 | 1º de janeiro de 2019 |
| Cargos de Agente Executivo do Plano de Carreiras e Cargos da CVM | ESPECIAL | IV | 32,66 | 34,46 | 36,87 | 39,32 | 41,80 |
| III | 31,86 | 33,61 | 35,96 | 38,35 | 40,77 |
| II | 31,09 | 32,80 | 35,09 | 37,42 | 39,78 |
| I | 30,32 | 31,99 | 34,22 | 36,49 | 38,79 |
| C | III | 28,74 | 30,32 | 32,44 | 34,59 | 36,77 |
| II | 28,04 | 29,58 | 31,64 | 33,74 | 35,87 |
| I | 27,35 | 28,85 | 30,86 | 32,91 | 34,99 |
| B | III | 25,92 | 27,35 | 29,26 | 31,20 | 33,17 |
| II | 25,31 | 26,70 | 28,56 | 30,46 | 32,38 |
| I | 24,69 | 26,05 | 27,87 | 29,72 | 31,59 |
| A | III | 23,39 | 24,68 | 26,40 | 28,15 | 29,93 |
| II | 22,75 | 24,00 | 25,68 | 27,39 | 29,12 |
| I | 22,13 | 23,35 | 24,98 | 26,64 | 28,32 |

c) GDASCVM: Cargos de Auxiliar de Serviços Gerais

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | VALOR DO PONTO DA GDASCVM | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 | 1º de janeiro de 2018 | 1º de janeiro de 2019 |
| Cargos de Auxiliar de Serviços Gerais do Plano de Carreiras e Cargos da CVM | ESPECIAL | III | 30,54 | 32,22 | 34,47 | 36,76 | 39,08 |
| II | 30,41 | 32,08 | 34,32 | 36,60 | 38,91 |
| I | 30,30 | 31,97 | 34,20 | 36,47 | 38,77 |
| C | VI | 30,15 | 31,81 | 34,03 | 36,29 | 38,58 |
| V | 30,03 | 31,68 | 33,89 | 36,14 | 38,42 |
| IV | 29,92 | 31,57 | 33,77 | 36,01 | 38,28 |
| III | 29,80 | 31,44 | 33,63 | 35,86 | 38,12 |
| II | 29,69 | 31,32 | 33,51 | 35,73 | 37,98 |
| I | 29,56 | 31,19 | 33,37 | 35,59 | 37,84 |
| B | VI | 29,41 | 31,03 | 33,20 | 35,40 | 37,63 |
| V | 29,30 | 30,91 | 33,07 | 35,27 | 37,49 |
| IV | 29,18 | 30,78 | 32,93 | 35,12 | 37,34 |
| III | 29,07 | 30,67 | 32,81 | 34,99 | 37,20 |
| II | 28,95 | 30,54 | 32,67 | 34,84 | 37,04 |
| I | 28,84 | 30,43 | 32,55 | 34,71 | 36,90 |
| A | V | 28,70 | 30,28 | 32,39 | 34,54 | 36,72 |
| IV | 28,58 | 30,15 | 32,25 | 34,39 | 36,56 |
| III | 28,47 | 30,04 | 32,14 | 34,27 | 36,43 |
| II | 28,35 | 29,91 | 32,00 | 34,12 | 36,27 |
| I | 28,24 | 29,79 | 31,87 | 33,99 | 36,13 |

ANEXO XXVIII

(Anexo II da Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003)

TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO DOS CARGOS DO PLANO ESPECIAL DE   
CARGOS DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

a) Vencimento Básico dos Cargos de Nível Superior:

Em R$

| CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 |
| ESPECIAL | III | 3.230,70 | 3.423,63 | 3.603,85 |
| II | 3.167,35 | 3.356,49 | 3.533,18 |
| I | 3.105,25 | 3.290,69 | 3.463,91 |
| C | VI | 3.014,81 | 3.194,85 | 3.363,02 |
| V | 2.955,70 | 3.132,21 | 3.297,08 |
| IV | 2.897,75 | 3.070,79 | 3.232,44 |
| III | 2.840,93 | 3.010,58 | 3.169,06 |
| II | 2.785,23 | 2.951,56 | 3.106,92 |
| I | 2.730,62 | 2.893,68 | 3.046,01 |
| B | VI | 2.651,09 | 2.809,40 | 2.957,29 |
| V | 2.599,11 | 2.754,32 | 2.899,31 |
| IV | 2.548,15 | 2.700,32 | 2.842,46 |
| III | 2.498,19 | 2.647,37 | 2.786,73 |
| II | 2.449,21 | 2.595,47 | 2.732,09 |
| I | 2.401,19 | 2.544,58 | 2.678,53 |
| A | V | 2.331,25 | 2.470,47 | 2.600,51 |
| IV | 2.285,54 | 2.422,03 | 2.549,52 |
| III | 2.240,73 | 2.374,54 | 2.499,53 |
| II | 2.196,79 | 2.327,98 | 2.450,52 |
| I | 2.153,72 | 2.282,33 | 2.402,47 |

b) Vencimento Básico dos Cargos de Nível Intermediário:

Em R$

| CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 |
|  | III | 2.147,75 | 2.276,01 | 2.395,82 |
| ESPECIAL | II | 2.143,46 | 2.271,46 | 2.391,03 |
|  | I | 2.139,18 | 2.266,93 | 2.386,26 |
|  | VI | 2.126,42 | 2.253,40 | 2.372,02 |
|  | V | 2.122,18 | 2.248,91 | 2.367,29 |
| C | IV | 2.117,94 | 2.244,42 | 2.362,56 |
|  | III | 2.113,71 | 2.239,93 | 2.357,84 |
|  | II | 2.109,49 | 2.235,46 | 2.353,14 |
|  | I | 2.105,28 | 2.231,00 | 2.348,44 |
|  | VI | 2.092,72 | 2.217,69 | 2.334,43 |
|  | V | 2.088,54 | 2.213,26 | 2.329,77 |
| B | IV | 2.084,37 | 2.208,84 | 2.325,11 |
|  | III | 2.080,21 | 2.204,43 | 2.320,47 |
|  | II | 2.076,06 | 2.200,04 | 2.315,84 |
|  | I | 2.071,92 | 2.195,65 | 2.311,23 |
|  | V | 2.059,56 | 2.182,55 | 2.297,44 |
|  | IV | 2.055,45 | 2.178,20 | 2.292,85 |
| A | III | 2.051,35 | 2.173,85 | 2.288,28 |
|  | II | 2.047,26 | 2.169,52 | 2.283,72 |
|  | I | 2.043,17 | 2.165,18 | 2.279,16 |

c) Vencimento Básico dos Cargos de Nível Auxiliar:

|  |
| --- |
| Em R$ |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 |
|  | III | 1.660,84 | 1.760,02 | 1.852,67 |
| ESPECIAL | II | 1.657,64 | 1.756,63 | 1.849,10 |
|  | I | 1.654,45 | 1.753,25 | 1.845,54 |

ANEXO XXIX

(Anexo IV da Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003)

Gratificação Específica de Atividades Auxiliares da PolÍcia Federal - GEAAPF

Valores da GEAAPF para os cargos de Nível Auxiliar

Em R$

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 |
|  | III | 150,00 | 158,96 | 167,32 |
| ESPECIAL | II | 149,00 | 157,90 | 166,21 |
|  | I | 148,00 | 156,84 | 165,09 |

ANEXO XXX

(Anexo V da Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003)

Gratificação de Desempenho de Atividade de Apoio Técnico-Administrativo à Polícia Federal - GDATPF

a) Valor do ponto da GDATPF para os cargos de nível superior:

Em R$

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| CLASSE | PADRÃO | VALOR DO PONTO A PARTIR DE | | |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 |
|  | III | 47,70 | 50,55 | 53,21 |
| ESPECIAL | II | 46,59 | 49,37 | 51,97 |
|  | I | 45,52 | 48,24 | 50,78 |
|  | VI | 43,80 | 46,42 | 48,86 |
|  | V | 42,82 | 45,38 | 47,77 |
| C | IV | 41,86 | 44,36 | 46,70 |
|  | III | 40,93 | 43,37 | 45,65 |
|  | II | 40,03 | 42,42 | 44,65 |
|  | I | 39,16 | 41,50 | 43,68 |
|  | VI | 37,75 | 40,00 | 42,11 |
|  | V | 36,94 | 39,15 | 41,21 |
| B | IV | 36,16 | 38,32 | 40,34 |
|  | III | 35,40 | 37,51 | 39,48 |
|  | II | 34,66 | 36,73 | 38,66 |
|  | I | 33,94 | 35,97 | 37,86 |
|  | V | 32,78 | 34,74 | 36,57 |
|  | IV | 32,12 | 34,04 | 35,83 |
| A | III | 31,48 | 33,36 | 35,12 |
|  | II | 30,85 | 32,69 | 34,41 |
|  | I | 30,24 | 32,05 | 33,74 |

b) Valor do ponto da GDATPF para os cargos de nível intermediário:

Em R$

| CLASSE | PADRÃO | VALOR DO PONTO A PARTIR DE | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 |
|  | III | 26,03 | 27,58 | 29,03 |
| ESPECIAL | II | 25,82 | 27,36 | 28,80 |
|  | I | 25,61 | 27,14 | 28,57 |
|  | VI | 25,26 | 26,77 | 28,18 |
|  | V | 25,06 | 26,56 | 27,96 |
| C | IV | 24,86 | 26,34 | 27,73 |
|  | III | 24,66 | 26,13 | 27,51 |
|  | II | 24,46 | 25,92 | 27,28 |
|  | I | 24,27 | 25,72 | 27,07 |
|  | VI | 23,96 | 25,39 | 26,73 |
|  | V | 23,77 | 25,19 | 26,52 |
| B | IV | 23,59 | 25,00 | 26,32 |
|  | III | 23,41 | 24,81 | 26,12 |
|  | II | 23,23 | 24,62 | 25,92 |
|  | I | 23,06 | 24,44 | 25,73 |
|  | V | 22,78 | 24,14 | 25,41 |
|  | IV | 22,61 | 23,96 | 25,22 |
| A | III | 22,44 | 23,78 | 25,03 |
|  | II | 22,28 | 23,61 | 24,85 |
|  | I | 22,12 | 23,44 | 24,67 |

c) Valor do ponto da GDATPF para os cargos de nível auxiliar:

Em R$

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| CLASSE | PADRÃO | VALOR DO PONTO A PARTIR DE | | |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 |
|  | III | 11,33 | 12,01 | 12,64 |
| ESPECIAL | II | 11,29 | 11,96 | 12,59 |
|  | I | 11,26 | 11,93 | 12,56 |

ANEXO XXXI

(Anexo II-A da Lei nº 9.650, de 27 de maio de 1998)

TABELA DE SUBSÍDIOS

CARREIRA DE ESPECIALISTA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL

a) Valor do subsídio do Cargo de Analista do Banco Central do Brasil

Em R$

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 | 1 o de janeiro de 2018 | 1 o de janeiro de 2019 |
| Analista do Banco Central do Brasil | ESPECIAL | IV | 21.391,10 | 22.567,61 | 24.142,65 | 25.745,60 | 27.369,67 |
| III | 20.796,81 | 21.940,63 | 23.471,92 | 25.030,34 | 26.609,28 |
| II | 20.429,09 | 21.552,69 | 23.056,90 | 24.587,76 | 26.138,79 |
| I | 20.067,86 | 21.171,60 | 22.649,21 | 24.153,00 | 25.676,60 |
| C | III | 19.296,02 | 20.357,30 | 21.778,08 | 23.224,04 | 24.689,04 |
| II | 18.917,67 | 19.958,14 | 21.351,07 | 22.768,67 | 24.204,95 |
| I | 18.546,73 | 19.566,80 | 20.932,42 | 22.322,22 | 23.730,34 |
| B | III | 18.183,07 | 19.183,13 | 20.521,97 | 21.884,52 | 23.265,03 |
| II | 17.483,72 | 18.445,33 | 19.732,67 | 21.042,82 | 22.370,22 |
| I | 17.140,90 | 18.083,65 | 19.345,75 | 20.630,21 | 21.931,59 |
| A | III | 16.804,81 | 17.729,07 | 18.966,43 | 20.225,70 | 21.501,57 |
| II | 16.475,30 | 17.381,45 | 18.594,54 | 19.829,12 | 21.079,97 |
| I | 15.003,70 | 15.828,90 | 16.933,64 | 18.057,94 | 19.197,06 |

b) Valor do subsídio do Cargo de Técnico do Banco Central do Brasil

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1º de janeiro de 2015 | 1º de agosto de 2016 | 1º de janeiro de 2017 | 1 o de janeiro de 2018 | 1 o de janeiro de 2019 |
| Técnico do Banco Central do Brasil | ESPECIAL | IV | 9.780,92 | 10.318,87 | 11.039,05 | 11.771,99 | 12.514,58 |
| III | 9.331,00 | 9.844,21 | 10.531,26 | 11.230,48 | 11.938,91 |
| II | 9.050,44 | 9.548,21 | 10.214,61 | 10.892,80 | 11.579,94 |
| I | 8.778,31 | 9.261,12 | 9.907,47 | 10.565,28 | 11.231,75 |
| C | III | 8.242,54 | 8.695,88 | 9.302,79 | 9.920,44 | 10.546,24 |
| II | 7.994,71 | 8.434,42 | 9.023,08 | 9.622,16 | 10.229,14 |
| I | 7.754,32 | 8.180,81 | 8.751,77 | 9.332,84 | 9.921,56 |
| B | III | 7.062,13 | 7.450,55 | 7.970,54 | 8.499,74 | 9.035,92 |
| II | 6.849,79 | 7.226,53 | 7.730,89 | 8.244,18 | 8.764,23 |
| I | 6.643,83 | 7.009,24 | 7.498,43 | 7.996,29 | 8.500,71 |
| A | III | 6.050,76 | 6.383,55 | 6.829,08 | 7.282,49 | 7.741,88 |
| II | 5.868,83 | 6.191,62 | 6.623,74 | 7.063,53 | 7.509,10 |
| I | 5.692,36 | 6.005,44 | 6.424,57 | 6.851,13 | 7.283,31 |

ANEXO XXXII

(Anexo II da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009)

TABELAS DE VALOR DO PONTO DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADE NA SUPERINTENDÊNCIA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR - GDAPREVIC E DA GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DOS CARGOS DO PCCPREVIC – GDCPREVIC

a) Valor do ponto da GDAPREVIC para a Carreira de Especialista em Previdência Complementar

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1º janeiro de 2015 | 1º agosto de 2016 | 1º janeiro de 2017 |
| Especialista em Previdência Complementar | ESPECIAL | IV | 91,98 | 97,08 | 101,93 |
| III | 91,06 | 96,10 | 100,91 |
| II | 90,16 | 95,15 | 99,91 |
| I | 89,27 | 94,22 | 98,93 |
| C | IV | 88,39 | 93,29 | 97,95 |
| III | 87,51 | 92,36 | 96,98 |
| II | 86,64 | 91,44 | 96,01 |
| I | 85,78 | 90,53 | 95,06 |
| B | IV | 84,94 | 89,65 | 94,13 |
| III | 84,09 | 88,75 | 93,19 |
| II | 83,26 | 87,87 | 92,26 |
| I | 82,44 | 87,01 | 91,36 |
| A | IV | 81,62 | 86,14 | 90,45 |
| III | 80,81 | 85,29 | 89,55 |
| II | 80,01 | 84,44 | 88,66 |
| I | 79,22 | 83,61 | 87,79 |
| INICIAL | I | 78,42 | 82,76 | 86,90 |

b) Valor do ponto da GDAPREVIC para a Carreira de Analista Administrativo

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1º janeiro de 2015 | 1º agosto 2016 | 1º janeiro de 2017 |
| Analista Administrativo | ESPECIAL | IV | 79,10 | 83,48 | 87,65 |
| III | 76,97 | 81,23 | 85,29 |
| II | 76,43 | 80,66 | 84,69 |
| I | 75,90 | 80,10 | 84,11 |
| C | IV | 74,78 | 78,92 | 82,87 |
| III | 74,26 | 78,37 | 82,29 |
| II | 73,75 | 77,84 | 81,73 |
| I | 73,23 | 77,29 | 81,15 |
| B | IV | 72,15 | 76,15 | 79,96 |
| III | 71,65 | 75,62 | 79,40 |
| II | 71,15 | 75,09 | 78,84 |
| I | 70,66 | 74,57 | 78,30 |
| A | IV | 69,61 | 73,47 | 77,14 |
| III | 69,13 | 72,96 | 76,61 |
| II | 68,65 | 72,45 | 76,07 |
| I | 68,17 | 71,95 | 75,55 |
| INICIAL | I | 67,48 | 71,22 | 74,78 |

c) Valor do ponto da GDAPREVIC para a Carreira de Técnico Administrativo

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1º janeiro de 2015 | 1º agosto de 2016 | 1º janeiro de 2017 |
| Técnico Administrativo | ESPECIAL | IV | 42,80 | 45,17 | 47,43 |
| III | 41,41 | 43,70 | 45,89 |
| II | 40,80 | 43,06 | 45,21 |
| I | 40,20 | 42,43 | 44,55 |
| C | IV | 39,02 | 41,18 | 43,24 |
| III | 38,45 | 40,58 | 42,61 |
| II | 37,88 | 39,98 | 41,98 |
| I | 37,32 | 39,39 | 41,36 |
| B | IV | 36,23 | 38,24 | 40,15 |
| III | 35,70 | 37,68 | 39,56 |
| II | 35,17 | 37,12 | 38,98 |
| I | 34,65 | 36,57 | 38,40 |
| A | IV | 33,64 | 35,50 | 37,28 |
| III | 33,14 | 34,98 | 36,73 |
| II | 32,65 | 34,46 | 36,18 |
| I | 32,17 | 33,95 | 35,65 |
| INICIAL | I | 31,23 | 32,96 | 34,61 |

d) Valor do ponto da GDCPREVIC para os demais cargos de nível superior do PCCPREVIC

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1º janeiro de 2015 | 1º agosto de 2016 | 1º janeiro de 2017 |
| Demais cargos de provimento efetivo, de nível superior, do Plano de Carreiras e Cargos da PREVIC - PCCPREVIC | ESPECIAL | III | 70,22 | 74,08 | 77,78 |
| II | 69,39 | 73,21 | 76,87 |
| I | 68,57 | 72,34 | 75,96 |
| C | VI | 67,35 | 71,05 | 74,60 |
| V | 66,56 | 70,22 | 73,73 |
| IV | 65,77 | 69,39 | 72,86 |
| III | 64,99 | 68,56 | 71,99 |
| II | 64,22 | 67,75 | 71,14 |
| I | 63,45 | 66,94 | 70,29 |
| B | VI | 62,33 | 65,76 | 69,05 |
| V | 60,51 | 63,84 | 67,03 |
| IV | 58,75 | 61,98 | 65,08 |
| III | 57,04 | 60,18 | 63,19 |
| II | 55,37 | 58,42 | 61,34 |
| I | 53,76 | 56,72 | 59,56 |
| A | V | 52,81 | 55,71 | 58,50 |
| IV | 51,27 | 54,09 | 56,79 |
| III | 49,78 | 52,52 | 55,15 |
| II | 48,33 | 50,99 | 53,54 |
| I | 46,92 | 49,50 | 51,98 |

e) Valor do ponto da GDCPREVIC para os demais cargos de nível intermediário do PCCPREVIC

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1º janeiro de 2015 | 1º agosto de 2016 | 1º janeiro de 2017 |
| Demais cargos de provimento efetivo, de nível intermediário, do Plano de Carreiras e Cargos da PREVIC - PCCPREVIC | ESPECIAL | III | 40,35 | 42,57 | 44,70 |
| II | 39,44 | 41,61 | 43,69 |
| I | 38,55 | 40,67 | 42,70 |
| C | VI | 36,90 | 38,93 | 40,88 |
| V | 36,06 | 38,04 | 39,94 |
| IV | 35,25 | 37,19 | 39,05 |
| III | 34,46 | 36,36 | 38,18 |
| II | 33,69 | 35,54 | 37,32 |
| I | 32,94 | 34,75 | 36,49 |
| B | VI | 31,51 | 33,24 | 34,90 |
| V | 30,60 | 32,28 | 33,89 |
| IV | 29,71 | 31,34 | 32,91 |
| III | 28,84 | 30,43 | 31,95 |
| II | 27,99 | 29,53 | 31,01 |
| I | 27,18 | 28,67 | 30,10 |
| A | V | 26,01 | 27,44 | 28,81 |
| IV | 25,26 | 26,65 | 27,98 |
| III | 24,52 | 25,87 | 27,16 |
| II | 23,80 | 25,11 | 26,37 |
| I | 23,11 | 24,38 | 25,60 |

f) Valor do ponto da GDCPREVIC para os demais cargos de nível auxiliar do PCCPREVIC

Em R$

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| 1º janeiro de 2015 | 1º agosto de 2016 | 1º janeiro de 2017 |
| Demais cargos de provimento efetivo, de nível auxiliar, do Plano de Carreiras e Cargos da PREVIC - PCCPREVIC | ESPECIAL | III | 13,46 | 14,20 | 14,91 |
| II | 13,20 | 13,93 | 14,63 |
| I | 12,94 | 13,65 | 14,33 |

ANEXO XXXIII

(Anexo III da Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009)

TABELAS DE VENCIMENTO BÁSICO DO PCCPREVIC

a) Carreira de Especialista em Previdência Complementar

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1º janeiro de 2015 | 1º agosto de 2016 | 1º janeiro de 2017 |
| Especialista em Previdência Complementar | ESPECIAL | IV | 9.197,77 | 9.707,32 | 10.192,69 |
| III | 8.929,87 | 9.424,58 | 9.895,81 |
| II | 8.669,77 | 9.150,08 | 9.607,58 |
| I | 8.417,26 | 8.883,58 | 9.327,75 |
| C | IV | 8.024,08 | 8.468,61 | 8.892,04 |
| III | 7.790,36 | 8.221,95 | 8.633,05 |
| II | 7.563,46 | 7.982,47 | 8.381,60 |
| I | 7.343,16 | 7.749,98 | 8.137,47 |
| B | IV | 7.000,16 | 7.387,96 | 7.757,36 |
| III | 6.796,26 | 7.172,78 | 7.531,42 |
| II | 6.598,31 | 6.963,86 | 7.312,05 |
| I | 6.406,13 | 6.761,03 | 7.099,08 |
| A | IV | 6.106,89 | 6.445,21 | 6.767,47 |
| III | 5.929,02 | 6.257,49 | 6.570,37 |
| II | 5.756,33 | 6.075,23 | 6.378,99 |
| I | 5.588,68 | 5.898,29 | 6.193,20 |
| INICIAL | I | 5.325,33 | 5.620,35 | 5.901,37 |

b) Carreira de Analista Administrativo

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1º janeiro de 2015 | 1º agosto de 2016 | 1º janeiro de 2017 |
| Analista  Administrativo | ESPECIAL | IV | 9.197,77 | 9.707,32 | 10.192,69 |
| III | 8.929,87 | 9.424,58 | 9.895,81 |
| II | 8.669,77 | 9.150,08 | 9.607,58 |
| I | 8.417,26 | 8.883,58 | 9.327,75 |
| C | IV | 8.024,08 | 8.468,61 | 8.892,04 |
| III | 7.790,36 | 8.221,95 | 8.633,05 |
| II | 7.563,46 | 7.982,47 | 8.381,60 |
| I | 7.343,16 | 7.749,98 | 8.137,47 |
| B | IV | 7.000,16 | 7.387,96 | 7.757,36 |
| III | 6.796,26 | 7.172,78 | 7.531,42 |
| II | 6.598,31 | 6.963,86 | 7.312,05 |
| I | 6.406,13 | 6.761,03 | 7.099,08 |
| A | IV | 6.106,89 | 6.445,21 | 6.767,47 |
| III | 5.929,02 | 6.257,49 | 6.570,37 |
| II | 5.756,33 | 6.075,23 | 6.378,99 |
| I | 5.588,68 | 5.898,29 | 6.193,20 |
| INICIAL | I | 5.325,33 | 5.620,35 | 5.901,37 |

c) Cargos de nível superior do inciso IV do **caput** do art. 18 desta Lei

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1º janeiro de 2015 | 1º agosto de 2016 | 1º janeiro de 2017 |
| Demais cargos de provimento efetivo, de nível superior, do Plano de Carreiras e Cargos da PREVIC - PCCPREVIC | ESPECIAL | III | 7.021,91 | 7.408,11 | 7.778,52 |
| II | 6.884,23 | 7.262,86 | 7.626,00 |
| I | 6.749,24 | 7.120,45 | 7.476,47 |
| C | VI | 6.552,67 | 6.913,06 | 7.258,72 |
| V | 6.424,19 | 6.777,52 | 7.116,39 |
| IV | 6.298,22 | 6.644,62 | 6.976,85 |
| III | 6.174,73 | 6.514,34 | 6.840,06 |
| II | 6.053,66 | 6.386,61 | 6.705,94 |
| I | 5.934,96 | 6.261,39 | 6.574,45 |
| B | VI | 5.762,10 | 6.079,01 | 6.382,96 |
| V | 5.649,12 | 5.959,82 | 6.257,81 |
| IV | 5.538,35 | 5.842,96 | 6.135,11 |
| III | 5.429,76 | 5.728,40 | 6.014,82 |
| II | 5.323,30 | 5.616,08 | 5.896,89 |
| I | 5.218,93 | 5.505,97 | 5.781,26 |
| A | V | 5.066,92 | 5.345,60 | 5.612,88 |
| IV | 4.967,57 | 5.240,79 | 5.502,83 |
| III | 4.870,16 | 5.138,02 | 5.394,92 |
| II | 4.774,67 | 5.037,27 | 5.289,14 |
| I | 4.681,04 | 4.938,50 | 5.185,43 |

d) Carreira de Técnico Administrativo

Em R$

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| 1º janeiro de 2015 | 1º agosto de 2016 | 1º janeiro de 2017 |
| Técnico  Administrativo | ESPECIAL | IV | 4.280,22 | 4.517,35 | 4.743,21 |
| III | 4.188,09 | 4.420,11 | 4.641,12 |
| II | 4.097,93 | 4.324,96 | 4.541,21 |
| I | 4.009,72 | 4.231,86 | 4.443,45 |
| C | IV | 3.851,81 | 4.065,20 | 4.268,46 |
| III | 3.768,89 | 3.977,68 | 4.176,57 |
| II | 3.687,75 | 3.892,06 | 4.086,66 |
| I | 3.608,37 | 3.808,28 | 3.998,69 |
| B | IV | 3.466,26 | 3.658,29 | 3.841,20 |
| III | 3.391,63 | 3.579,53 | 3.758,50 |
| II | 3.318,63 | 3.502,48 | 3.677,60 |
| I | 3.247,19 | 3.427,08 | 3.598,44 |
| A | IV | 3.119,29 | 3.292,10 | 3.456,70 |
| III | 3.052,14 | 3.221,23 | 3.382,29 |
| II | 2.986,44 | 3.151,89 | 3.309,49 |
| I | 2.922,16 | 3.084,05 | 3.238,25 |
| INICIAL | I | 2.806,67 | 2.962,16 | 3.110,27 |

e) Cargos de nível intermediário do inciso IV do **caput** do art. 18 desta Lei

Em R$

| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| 1º janeiro de 2015 | 1º agosto de 2016 | 1º janeiro de 2017 |
| Demais cargos de provimento efetivo, de nível intermediário, do Plano de Carreiras e Cargos da PREVIC -PCCPREVIC | ESPECIAL | III | 4.034,82 | 4.256,73 | 4.469,57 |
| II | 3.924,92 | 4.140,79 | 4.347,83 |
| I | 3.818,02 | 4.028,01 | 4.229,41 |
| C | VI | 3.636,20 | 3.836,19 | 4.028,00 |
| V | 3.537,16 | 3.731,71 | 3.918,29 |
| IV | 3.440,82 | 3.630,07 | 3.811,57 |
| III | 3.347,11 | 3.531,20 | 3.707,76 |
| II | 3.255,94 | 3.435,02 | 3.606,77 |
| I | 3.167,26 | 3.341,46 | 3.508,53 |
| B | VI | 3.016,44 | 3.182,34 | 3.341,46 |
| V | 2.934,28 | 3.095,66 | 3.250,45 |
| IV | 2.854,35 | 3.011,34 | 3.161,91 |
| III | 2.776,60 | 2.929,32 | 3.075,78 |
| II | 2.700,97 | 2.849,53 | 2.992,00 |
| I | 2.627,40 | 2.771,91 | 2.910,50 |
| A | V | 2.502,29 | 2.639,92 | 2.771,91 |
| IV | 2.434,14 | 2.568,02 | 2.696,42 |
| III | 2.367,84 | 2.498,07 | 2.622,97 |
| II | 2.303,34 | 2.430,03 | 2.551,53 |
| I | 2.240,61 | 2.363,84 | 2.482,03 |

f) Cargos de nível auxiliar do inciso IV do **caput** do art. 18 desta Lei

Em R$

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO | EFEITOS FINANCEIROS A PARTIR DE | | |
| 1º janeiro de 2015 | 1º agosto de 2016 | 1º janeiro de 2017 |
| Demais cargos de provimento efetivo, de nível auxiliar, do Plano de Carreiras e Cargos da PREVIC - PCCPREVIC | ESPECIAL | III | 1.552,47 | 1.637,86 | 1.719,75 |
| II | 1.514,60 | 1.597,91 | 1.677,80 |
| I | 1.477,66 | 1.558,93 | 1.636,88 |

ANEXO XXXIV

TERMO DE OPÇÃO

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| PLANO/CARREIRA/ CARGO | | | |
| Nome: | | Cargo: | |
| Matrícula SIAPE: | Unidade de Lotação: | | Unidade Pagadora: |
|  | Cidade: | | Estado: |
| Servidor ativo ( ) Aposentado ( ) Pensionista ( ) | | | |
| Venho, observando o disposto na Lei n o \_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_\_\_de \_\_\_\_\_\_\_, optar pela incorporação da gratificação de desempenho aos proventos de aposentadoria ou de pensão, nos termos dos arts. 22 a 26, renunciando:  a) se for o caso, à forma de cálculo de incorporação da gratificação de desempenho reconhecida por decisão administrativa ou judicial, inclusive transitada em julgado; e  b) ao direito de pleitear, na via administrativa ou judicial, quaisquer valores ou vantagens decorrentes da forma de cálculo da gratificação de desempenho incorporada aos proventos, salvo em caso de comprovado erro material.  Ocorrendo pagamento em duplicidade de valores referentes às gratificações de desempenho previstas nesta Lei, autorizo o ente público a reaver a respectiva importância administrativamente por meio de desconto direto nos proventos.  Autorizo, ainda, a União, autarquia ou fundação pública federal, se for o caso, a apresentar este Termo perante o Poder Judiciário. | | | |
| Local e data \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. | | | |
| \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ | | | |
| Assinatura | | | |
|  | | | |
| Recebido em: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_\_\_.  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Assinatura/Matrícula ou Carimbo do Servidor do órgão do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC | | | |

ANEXO XXXV

TABELA DE SUBSÍDIOS PARA AS CARREIRAS DA ÁREA JURÍDICA

Em R$

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  | EFEITOS FINANCEIROS PARTIR DE | | | | |
| CATEGORIA | 1º JAN 2015 | 1º AGO 2016 | 1º JAN 2017 | 1º JAN 2018 | 1º JAN 2019 |
| ESPECIAL | 22.516,94 | 23.755,37 | 24.943,14 | 26.127,94 | 27.303,70 |
| PRIMEIRA | 19.913,33 | 21.008,56 | 22.058,99 | 23.106,79 | 24.146,60 |
| SEGUNDA | 17.330,33 | 18.283,50 | 19.197,67 | 20.109,56 | 21.014,49 |

**LEI Nº 13.988, DE 14 DE ABRIL DE 2020.**

*Dispõe sobre a transação nas hipóteses que especifica; e altera as Leis nos 13.464, de 10 de julho de 2017, e 10.522, de 19 de julho de 2002.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei estabelece os requisitos e as condições para que a União, as suas autarquias e fundações, e os devedores ou as partes adversas realizem transação resolutiva de litígio relativo à cobrança de créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária.

§ 1º A União, em juízo de oportunidade e conveniência, poderá celebrar transação em quaisquer das modalidades de que trata esta Lei, sempre que, motivadamente, entender que a medida atende ao interesse público.

§ 2º Para fins de aplicação e regulamentação desta Lei, serão observados, entre outros, os princípios da isonomia, da capacidade contributiva, da transparência, da moralidade, da razoável duração dos processos e da eficiência e, resguardadas as informações protegidas por sigilo, o princípio da publicidade.

§ 3º A observância do princípio da transparência será efetivada, entre outras ações, pela divulgação em meio eletrônico de todos os termos de transação celebrados, com informações que viabilizem o atendimento do princípio da isonomia, resguardadas as legalmente protegidas por sigilo.

§ 4º Aplica-se o disposto nesta Lei:

I - aos créditos tributários não judicializados sob a administração da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia;

II - à dívida ativa e aos tributos da União, cujas inscrição, cobrança e representação incumbam à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos do art. 12 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; e

III - no que couber, à dívida ativa das autarquias e das fundações públicas federais, cujas inscrição, cobrança e representação incumbam à Procuradoria-Geral Federal, e aos créditos cuja cobrança seja competência da Procuradoria-Geral da União, nos termos de ato do Advogado-Geral da União e sem prejuízo do disposto na Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.

§ 5º A transação de créditos de natureza tributária será realizada nos termos do art. 171 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional).

Art. 2º Para fins desta Lei, são modalidades de transação as realizadas:

I - por proposta individual ou por adesão, na cobrança de créditos inscritos na dívida ativa da União, de suas autarquias e fundações públicas, ou na cobrança de créditos que seja competência da Procuradoria-Geral da União;

II - por adesão, nos demais casos de contencioso judicial ou administrativo tributário; e

III - por adesão, no contencioso tributário de pequeno valor.

Parágrafo único. A transação por adesão implica aceitação pelo devedor de todas as condições fixadas no edital que a propõe.

Art. 3º A proposta de transação deverá expor os meios para a extinção dos créditos nela contemplados e estará condicionada, no mínimo, à assunção pelo devedor dos compromissos de:

I - não utilizar a transação de forma abusiva, com a finalidade de limitar, de falsear ou de prejudicar, de qualquer forma, a livre concorrência ou a livre iniciativa econômica;

II - não utilizar pessoa natural ou jurídica interposta para ocultar ou dissimular a origem ou a destinação de bens, de direitos e de valores, os seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários de seus atos, em prejuízo da Fazenda Pública federal;

III - não alienar nem onerar bens ou direitos sem a devida comunicação ao órgão da Fazenda Pública competente, quando exigido em lei;

IV - desistir das impugnações ou dos recursos administrativos que tenham por objeto os créditos incluídos na transação e renunciar a quaisquer alegações de direito sobre as quais se fundem as referidas impugnações ou recursos; e

V - renunciar a quaisquer alegações de direito, atuais ou futuras, sobre as quais se fundem ações judiciais, inclusive as coletivas, ou recursos que tenham por objeto os créditos incluídos na transação, por meio de requerimento de extinção do respectivo processo com resolução de mérito, nos termos da alínea *c* do inciso III do **caput** do art. 487 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

§ 1º A proposta de transação deferida importa em aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei e em sua regulamentação, de modo a constituir confissão irrevogável e irretratável dos créditos abrangidos pela transação, nos termos dos arts. 389 a 395 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

§ 2º Quando a transação envolver moratória ou parcelamento, aplica-se, para todos os fins, o disposto nos [incisos I](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172.htm#art151i) e VI do caput do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

§ 3º Os créditos abrangidos pela transação somente serão extintos quando integralmente cumpridas as condições previstas no respectivo termo.

Art. 4º Implica a rescisão da transação:

I - o descumprimento das condições, das cláusulas ou dos compromissos assumidos;

II - a constatação, pelo credor, de ato tendente ao esvaziamento patrimonial do devedor como forma de fraudar o cumprimento da transação, ainda que realizado anteriormente à sua celebração;

III - a decretação de falência ou de extinção, pela liquidação, da pessoa jurídica transigente;

IV - a comprovação de prevaricação, de concussão ou de corrupção passiva na sua formação;

V - a ocorrência de dolo, de fraude, de simulação ou de erro essencial quanto à pessoa ou quanto ao objeto do conflito;

VI - a ocorrência de alguma das hipóteses rescisórias adicionalmente previstas no respectivo termo de transação; ou

VII - a inobservância de quaisquer disposições desta Lei ou do edital.

§ 1º O devedor será notificado sobre a incidência de alguma das hipóteses de rescisão da transação e poderá impugnar o ato, na forma da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 2º Quando sanável, é admitida a regularização do vício que ensejaria a rescisão durante o prazo concedido para a impugnação, preservada a transação em todos os seus termos.

§ 3º A rescisão da transação implicará o afastamento dos benefícios concedidos e a cobrança integral das dívidas, deduzidos os valores já pagos, sem prejuízo de outras consequências previstas no edital.

§ 4º Aos contribuintes com transação rescindida é vedada, pelo prazo de 2 (dois) anos, contado da data de rescisão, a formalização de nova transação, ainda que relativa a débitos distintos.

Art. 5º É vedada a transação que:

I - reduza multas de natureza penal;

II - conceda descontos a créditos relativos ao:

a) Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), enquanto não editada lei complementar autorizativa;

b) Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), enquanto não autorizado pelo seu Conselho Curador;

III - envolva devedor contumaz, conforme definido em lei específica.

§ 1º É vedada a acumulação das reduções oferecidas pelo edital com quaisquer outras asseguradas na legislação em relação aos créditos abrangidos pela proposta de transação.

§ 2º Nas propostas de transação que envolvam redução do valor do crédito, os encargos legais acrescidos aos débitos inscritos em dívida ativa da União de que trata o art. 1º do Decreto-Lei nº 1.025, de 21 de outubro de 1969, serão obrigatoriamente reduzidos em percentual não inferior ao aplicado às multas e aos juros de mora relativos aos créditos a serem transacionados.

§ 3º A rejeição da autorização referida na alínea *b* do inciso II do **caput** deste artigo exigirá manifestação expressa e fundamentada do Conselho Curador do FGTS, sem a qual será reputada a anuência tácita após decorrido prazo superior a 20 (vinte) dias úteis da comunicação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, da abertura do edital para adesão ou da proposta de transação individual.

Art. 6º Para fins do disposto nesta Lei, considera-se microempresa ou empresa de pequeno porte a pessoa jurídica cuja receita bruta esteja nos limites fixados nos incisos I e II do caput do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não aplicados os demais critérios para opção pelo regime especial por ela estabelecido.

Art. 7º A proposta de transação e a sua eventual adesão por parte do sujeito passivo ou devedor não autorizam a restituição ou a compensação de importâncias pagas, compensadas ou incluídas em parcelamentos pelos quais tenham optado antes da celebração do respectivo termo.

Art. 8º Na hipótese de a proposta de transação envolver valores superiores aos fixados em ato do Ministro de Estado da Economia ou do Advogado-Geral da União, a transação, sob pena de nulidade, dependerá de prévia e expressa autorização ministerial, admitida a delegação.

Art. 9º Os atos que dispuserem sobre a transação poderão, quando for o caso, condicionar sua concessão à observância das normas orçamentárias e financeiras.

CAPÍTULO II

DA TRANSAÇÃO NA COBRANÇA DE CRÉDITOS DA UNIÃO E DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS

Art. 10. A transação na cobrança da dívida ativa da União, das autarquias e das fundações públicas federais poderá ser proposta, respectivamente, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e pela Procuradoria-Geral Federal, de forma individual ou por adesão, ou por iniciativa do devedor, ou pela Procuradoria-Geral da União, em relação aos créditos sob sua responsabilidade.

Art. 11. A transação poderá contemplar os seguintes benefícios:

I - a concessão de descontos nas multas, nos juros de mora e nos encargos legais relativos a créditos a serem transacionados que sejam classificados como irrecuperáveis ou de difícil recuperação, conforme critérios estabelecidos pela autoridade fazendária, nos termos do inciso V do **caput** do art. 14 desta Lei;

II - o oferecimento de prazos e formas de pagamento especiais, incluídos o diferimento e a moratória; e

III - o oferecimento, a substituição ou a alienação de garantias e de constrições.

§ 1º É permitida a utilização de mais de uma das alternativas previstas nos incisos I, II e III do **caput** deste artigo para o equacionamento dos créditos inscritos em dívida ativa da União.

§ 2º É vedada a transação que:

I - reduza o montante principal do crédito, assim compreendido seu valor originário, excluídos os acréscimos de que trata o inciso I do **caput** deste artigo;

II - implique redução superior a 50% (cinquenta por cento) do valor total dos créditos a serem transacionados;

III - conceda prazo de quitação dos créditos superior a 84 (oitenta e quatro) meses;

IV - envolva créditos não inscritos em dívida ativa da União, exceto aqueles sob responsabilidade da Procuradoria-Geral da União.

§ 3º Na hipótese de transação que envolva pessoa natural, microempresa ou empresa de pequeno porte, a redução máxima de que trata o inciso II do § 2º deste artigo será de até 70% (setenta por cento), ampliando-se o prazo máximo de quitação para até 145 (cento e quarenta e cinco) meses, respeitado o disposto no § 11 do art. 195 da Constituição Federal.

§ 4º O disposto no § 3º deste artigo aplica-se também às:

I - Santas Casas de Misericórdia, sociedades cooperativas e demais organizações da sociedade civil de que trata a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014; e

II - instituições de ensino.

§ 5º Incluem-se como créditos irrecuperáveis ou de difícil recuperação, para os fins do disposto no inciso I do **caput** deste artigo, aqueles devidos por empresas em processo de recuperação judicial, liquidação judicial, liquidação extrajudicial ou falência.

§ 6º Na transação, poderão ser aceitas quaisquer modalidades de garantia previstas em lei, inclusive garantias reais ou fidejussórias, cessão fiduciária de direitos creditórios, alienação fiduciária de bens móveis, imóveis ou de direitos, bem como créditos líquidos e certos do contribuinte em desfavor da União, reconhecidos em decisão transitada em julgado.

Art. 12. A proposta de transação não suspende a exigibilidade dos créditos por ela abrangidos nem o andamento das respectivas execuções fiscais.

§ 1º O disposto no **caput** deste artigo não afasta a possibilidade de suspensão do processo por convenção das partes, conforme o disposto no inciso II do caput do art. 313 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

§ 2º O termo de transação preverá, quando cabível, a anuência das partes para fins da suspensão convencional do processo de que trata o inciso II do caput do art. 313 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), até a extinção dos créditos nos termos do § 3º do art. 3º desta Lei ou eventual rescisão.

§ 3º A proposta de transação aceita não implica novação dos créditos por ela abrangidos.

Art. 13. Compete ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional, diretamente ou por autoridade por ele delegada, assinar o termo de transação realizado de forma individual.

§ 1º A delegação de que trata o **caput** deste artigo poderá ser subdelegada, prever valores de alçada e exigir a aprovação de múltiplas autoridades.

§ 2º A transação por adesão será realizada exclusivamente por meio eletrônico.

Art. 14. Ato do Procurador-Geral da Fazenda Nacional disciplinará:

I - os procedimentos necessários à aplicação do disposto neste Capítulo, inclusive quanto à rescisão da transação, em conformidade com a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

II - a possibilidade de condicionar a transação ao pagamento de entrada, à apresentação de garantia e à manutenção das garantias já existentes;

III - as situações em que a transação somente poderá ser celebrada por adesão, autorizado o não conhecimento de eventuais propostas de transação individual;

IV - o formato e os requisitos da proposta de transação e os documentos que deverão ser apresentados;

V - os critérios para aferição do grau de recuperabilidade das dívidas, os parâmetros para aceitação da transação individual e a concessão de descontos, entre eles o insucesso dos meios ordinários e convencionais de cobrança e a vinculação dos benefícios a critérios preferencialmente objetivos que incluam ainda a idade da dívida inscrita, a capacidade contributiva do devedor e os custos da cobrança judicial.

Art. 15. Ato do Advogado-Geral da União disciplinará a transação no caso dos créditos previstos no inciso III do § 4º do art. 1º desta Lei.

CAPÍTULO III

DA TRANSAÇÃO POR ADESÃO NO CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO DE RELEVANTE E DISSEMINADA CONTROVÉRSIA JURÍDICA

Art. 16. O Ministro de Estado da Economia poderá propor aos sujeitos passivos transação resolutiva de litígios aduaneiros ou tributários decorrentes de relevante e disseminada controvérsia jurídica, com base em manifestação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia.

§ 1º A proposta de transação e a eventual adesão por parte do sujeito passivo não poderão ser invocadas como fundamento jurídico ou prognose de sucesso da tese sustentada por qualquer das partes e serão compreendidas exclusivamente como medida vantajosa diante das concessões recíprocas.

§ 2º A proposta de transação deverá, preferencialmente, versar sobre controvérsia restrita a segmento econômico ou produtivo, a grupo ou universo de contribuintes ou a responsáveis delimitados, vedada, em qualquer hipótese, a alteração de regime jurídico tributário.

§ 3º Considera-se controvérsia jurídica relevante e disseminada a que trate de questões tributárias que ultrapassem os interesses subjetivos da causa.

Art. 17. A proposta de transação por adesão será divulgada na imprensa oficial e nos sítios dos respectivos órgãos na internet, mediante edital que especifique, de maneira objetiva, as hipóteses fáticas e jurídicas nas quais a Fazenda Nacional propõe a transação no contencioso tributário, aberta à adesão de todos os sujeitos passivos que se enquadrem nessas hipóteses e que satisfaçam às condições previstas nesta Lei e no edital.

§ 1º O edital a que se refere o **caput** deste artigo:

I - definirá:

a) as exigências a serem cumpridas, as reduções ou concessões oferecidas, os prazos e as formas de pagamento admitidas;

b) o prazo para adesão à transação;

II - poderá limitar os créditos contemplados pela transação, considerados:

a) a etapa em que se encontre o respectivo processo tributário, administrativo ou judicial; ou

b) os períodos de competência a que se refiram;

III - estabelecerá a necessidade de conformação do contribuinte ou do responsável ao entendimento da administração tributária acerca de fatos geradores futuros ou não consumados.

§ 2º As reduções e concessões de que trata a alínea *a* do inciso I do § 1º deste artigo são limitadas ao desconto de 50% (cinquenta por cento) do crédito, com prazo máximo de quitação de 84 (oitenta e quatro) meses.

§ 3º A celebração da transação, nos termos definidos no edital de que trata o **caput** deste artigo, compete:

I - à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, no âmbito do contencioso administrativo; e

II - à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas demais hipóteses legais.

Art. 18. A transação somente será celebrada se constatada a existência, na data de publicação do edital, de inscrição em dívida ativa, de ação judicial, de embargos à execução fiscal ou de reclamação ou recurso administrativo pendente de julgamento definitivo, relativamente à tese objeto da transação.

Parágrafo único. A transação será rescindida quando contrariar decisão judicial definitiva prolatada antes da celebração da transação.

Art. 19. Atendidas as condições estabelecidas no edital, o sujeito passivo da obrigação tributária poderá solicitar sua adesão à transação, observado o procedimento estabelecido em ato do Ministro de Estado da Economia.

§ 1º O sujeito passivo que aderir à transação deverá:

I - requerer a homologação judicial do acordo, para fins do disposto nos incisos II e III do caput do art. 515 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil);

II - sujeitar-se, em relação aos fatos geradores futuros ou não consumados, ao entendimento dado pela administração tributária à questão em litígio, ressalvada a cessação de eficácia prospectiva da transação decorrente do advento de precedente persuasivo nos termos dos incisos I, II, III e IV do caput do art. 927 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), ou nas demais hipóteses previstas no art. 19 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

§ 2º Será indeferida a adesão que não importar extinção do litígio administrativo ou judicial, ressalvadas as hipóteses em que ficar demonstrada a inequívoca cindibilidade do objeto, nos termos do ato a que se refere o **caput** deste artigo.

§ 3º A solicitação de adesão deverá abranger todos os litígios relacionados à tese objeto da transação existentes na data do pedido, ainda que não definitivamente julgados.

§ 4º A apresentação da solicitação de adesão suspende a tramitação dos processos administrativos referentes aos créditos tributários envolvidos enquanto perdurar sua apreciação.

§ 5º A apresentação da solicitação de adesão não suspende a exigibilidade dos créditos tributários definitivamente constituídos aos quais se refira.

Art. 20. São vedadas:

I - a celebração de nova transação relativa ao mesmo crédito tributário;

II - a oferta de transação por adesão nas hipóteses:

a) previstas no art. 19 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, quando o ato ou a jurisprudência for em sentido integralmente desfavorável à Fazenda Nacional; e

b) de precedentes persuasivos, nos moldes dos incisos I, II, III e IV do caput do art. 927 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), quando integralmente favorável à Fazenda Nacional;

III - a proposta de transação com efeito prospectivo que resulte, direta ou indiretamente, em regime especial, diferenciado ou individual de tributação.

Parágrafo único. O disposto no inciso II do **caput** deste artigo não obsta a oferta de transação relativa a controvérsia no âmbito da liquidação da sentença ou não abrangida na jurisprudência ou ato referidos no art. 19 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

Art. 21. Ato do Ministro de Estado da Economia regulamentará o disposto neste Capítulo.

Art. 22. Compete ao Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, no que couber, disciplinar o disposto nesta Lei no que se refere à transação de créditos tributários não judicializados no contencioso administrativo tributário.

§ 1º Compete ao Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, diretamente ou por autoridade por ele delegada, assinar o termo de transação.

§ 2º A delegação de que trata o § 1º deste artigo poderá ser subdelegada, prever valores de alçada e exigir a aprovação de múltiplas autoridades.

§ 3º A transação por adesão será realizada exclusivamente por meio eletrônico.

CAPÍTULO IV

DA TRANSAÇÃO POR ADESÃO NO CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO DE PEQUENO VALOR

Art. 23. Observados os princípios da racionalidade, da economicidade e da eficiência, ato do Ministro de Estado da Economia regulamentará:

I - o contencioso administrativo fiscal de pequeno valor, assim considerado aquele cujo lançamento fiscal ou controvérsia não supere 60 (sessenta) salários mínimos;

II - a adoção de métodos alternativos de solução de litígio, inclusive transação, envolvendo processos de pequeno valor.

Parágrafo único. No contencioso administrativo de pequeno valor, observados o contraditório, a ampla defesa e a vinculação aos entendimentos do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, o julgamento será realizado em última instância por órgão colegiado da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aplicado o disposto no Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, apenas subsidiariamente.

Art. 24. A transação relativa a crédito tributário de pequeno valor será realizada na pendência de impugnação, de recurso ou de reclamação administrativa ou no processo de cobrança da dívida ativa da União.

Parágrafo único. Considera-se contencioso tributário de pequeno valor aquele cujo crédito tributário em discussão não supere o limite previsto no inciso I do **caput** do art. 23 desta Lei e que tenha como sujeito passivo pessoa natural, microempresa ou empresa de pequeno porte.

Art. 25. A transação de que trata este Capítulo poderá contemplar os seguintes benefícios:

I - concessão de descontos, observado o limite máximo de 50% (cinquenta por cento) do valor total do crédito;

II - oferecimento de prazos e formas de pagamento especiais, incluídos o diferimento e a moratória, obedecido o prazo máximo de quitação de 60 (sessenta) meses; e

III - oferecimento, substituição ou alienação de garantias e de constrições.

§ 1º É permitida a cumulação dos benefícios previstos nos incisos I, II e III do **caput** deste artigo.

§ 2º A celebração da transação competirá:

I - à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, no âmbito do contencioso administrativo de pequeno valor; e

II - à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nas demais hipóteses previstas neste Capítulo.

Art. 26. A proposta de transação poderá ser condicionada ao compromisso do contribuinte ou do responsável de requerer a homologação judicial do acordo, para fins do disposto nos incisos II e III do caput do art. 515 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

Art. 27. Caberá ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional e ao Secretário Especial da Receita Federal do Brasil, em seu âmbito de atuação, disciplinar a aplicação do disposto neste Capítulo.

CAPÍTULO V

DAS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS

Art. 28. A Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 19-E:

“Art. 19-E. Em caso de empate no julgamento do processo administrativo de determinação e exigência do crédito tributário, não se aplica o voto de qualidade a que se refere o § 9º do art. 25 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, resolvendo-se favoravelmente ao contribuinte.”

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29. Os agentes públicos que participarem do processo de composição do conflito, judicial ou extrajudicialmente, com o objetivo de celebração de transação nos termos desta Lei somente poderão ser responsabilizados, inclusive perante os órgãos públicos de controle interno e externo, quando agirem com dolo ou fraude para obter vantagem indevida para si ou para outrem.

Art. 30. Esta Lei entra em vigor:

I - em 120 (cento e vinte) dias contados da data da sua publicação, em relação ao inciso I do **caput** e ao parágrafo único do art. 23; e

II - na data de sua publicação, em relação aos demais dispositivos.

Brasília, 14 de abril de 2020; 199o da Independência e 132o da República.

**JAIR MESSIAS BOLSONARO**

*Paulo Guedes*

*André Luiz de Almeida Mendonça*

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.180-35, DE 24 DE AGOSTO DE 2001.**

*Acresce e altera dispositivos das Leis nos 8.437, de 30 de junho de 1992, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.494, de 10 de setembro de 1997, 7.347, de 24 de julho de 1985, 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.704, de 17 de novembro de 1998, do Decreto-lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, das Leis nos 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e 4.348, de 26 de junho de 1964, e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1o A Lei no 8.437, de 30 de junho de 1992, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1o

§ 4o Nos casos em que cabível medida liminar, sem prejuízo da comunicação ao dirigente do órgão ou entidade, o respectivo representante judicial dela será imediatamente intimado.

§ 5o Não será cabível medida liminar que defira compensação de créditos tributários ou previdenciários." (NR)

"Art. 4o

§ 2o O Presidente do Tribunal poderá ouvir o autor e o Ministério Público, em setenta e duas horas.

§ 3o Do despacho que conceder ou negar a suspensão, caberá agravo, no prazo de cinco dias, que será levado a julgamento na sessão seguinte a sua interposição.

§ 4o Se do julgamento do agravo de que trata o § 3o resultar a manutenção ou o restabelecimento da decisão que se pretende suspender, caberá novo pedido de suspensão ao Presidente do Tribunal competente para conhecer de eventual recurso especial ou extraordinário.

§ 5o É cabível também o pedido de suspensão a que se refere o § 4o, quando negado provimento a agravo de instrumento interposto contra a liminar a que se refere este artigo.

§ 6o A interposição do agravo de instrumento contra liminar concedida nas ações movidas contra o Poder Público e seus agentes não prejudica nem condiciona o julgamento do pedido de suspensão a que se refere este artigo.

§ 7o O Presidente do Tribunal poderá conferir ao pedido efeito suspensivo liminar, se constatar, em juízo prévio, a plausibilidade do direito invocado e a urgência na concessão da medida.

§ 8o As liminares cujo objeto seja idêntico poderão ser suspensas em uma única decisão, podendo o Presidente do Tribunal estender os efeitos da suspensão a liminares supervenientes, mediante simples aditamento do pedido original.

§ 9o A suspensão deferida pelo Presidente do Tribunal vigorará até o trânsito em julgado da decisão de mérito na ação principal." (NR)

Art. 2o O art. 6o da Lei no 9.028, de 12 de abril de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte § 2o, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1o:

"§ 2o As intimações a serem concretizadas fora da sede do juízo serão feitas, necessariamente, na forma prevista no art. 237, inciso II, do Código de Processo Civil." (NR)

Art. 3o A Lei no 9.028, de 1995, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3o Os Procuradores Regionais da União exercerão a coordenação das atividades das Procuradorias da União localizadas em sua área de atuação.

§ 1o O Advogado-Geral da União, com o objetivo de racionalizar os serviços, poderá desativar Procuradoria da União situada em Capital de Unidade da Federação onde esteja instalada Procuradoria Regional, hipótese em que esta absorverá as atribuições daquela. **(Ver § 2o do art. 17 da Lei n° 10.480, de 2002.)**

§ 2o Ocorrendo a hipótese de que trata o § 1o, incumbirá ao Advogado-Geral da União dispor sobre a reestruturação da Procuradoria Regional, podendo remanejar cargos e servidores da Procuradoria desativada. **(Ver § 2o do art. 17 da Lei n° 10.480, de 2002.)**

§ 3o A reestruturação e o remanejamento de que trata o § 2o serão possíveis inclusive na hipótese de coexistência das duas Procuradorias, se conveniente a utilização de estrutura de apoio única para atender a ambas.

§ 4o Com a mesma finalidade de racionalização de serviços, fica o Advogado-Geral da União igualmente autorizado a desativar ou deixar de instalar Procuradoria Seccional da União, aplicando-se à hipótese, no que couber, o disposto na parte final do § 1o e no § 2o deste artigo." (NR) **(Ver § 1o do art. 17 da Lei n° 10.480, de 2002.)**

"Art. 4o

§ 4o Mediante requisição do Advogado-Geral da União ou de dirigente de Procuradoria da Advocacia-Geral da União, e para os fins previstos no **caput**, os órgãos e as entidades da Administração Federal designarão servidores para que atuem como peritos ou assistentes técnicos em feitos específicos, aplicáveis a esta requisição as disposições dos §§ 1o e 2o do presente artigo." (NR)

**"**Art. 8o-A”**(Revogado pela Lei no 10.480, de 2002.)**

"Art. 8o-B. São instituídas na Advocacia-Geral da União, com funções de integração e coordenação, a Câmara de Atividades de Contencioso e a Câmara de Atividades de Consultoria.

Parágrafo único. As Câmaras objeto do **caput** terão disciplinamento em ato do Advogado-Geral da União." (NR)

"Art. 8o-C. O Advogado-Geral da União, na defesa dos interesses desta e em hipóteses as quais possam trazer reflexos de natureza econômica, ainda que indiretos, ao erário federal, poderá avocar, ou integrar e coordenar, os trabalhos a cargo de órgão jurídico de empresa pública ou sociedade de economia mista, a se desenvolverem em sede judicial ou extrajudicial.

Parágrafo único. Poderão ser cometidas, à Câmara competente da Advocacia-Geral da União, as funções de executar a integração e a coordenação previstas neste artigo." (NR)

"Art. 8o-D. É criado o Departamento de Cálculos e Perícias da Advocacia-Geral da União, integrante da estrutura organizacional da Procuradoria-Geral da União e ao titular desta imediatamente subordinado.

§ 1o Ao Departamento de Cálculos e Perícias compete, especialmente:

I - supervisionar, coordenar, realizar, rever e acompanhar os trabalhos técnicos, de cálculo e periciais, referentes aos feitos de interesse da União, de suas autarquias e fundações públicas, às liquidações de sentença e aos processos de execução; e

II - examinar os cálculos constantes dos precatórios judiciários de responsabilidade da União, das autarquias e fundações públicas federais, antes do pagamento dos respectivos débitos.

§ 2o O Departamento de Cálculos e Perícias participará, nos aspectos de sua competência, do acompanhamento, controle e centralização de precatórios, de interesse da Administração Federal direta e indireta, atribuídos à Advocacia-Geral da União pela Lei no 9.995, de 25 de julho de 2000. [[379]](#footnote-380)

§ 3o As unidades, das autarquias e fundações públicas, que tenham a seu cargo as matérias de competência do Departamento de Cálculos e Perícias, da Advocacia-Geral da União, atuarão sob a supervisão técnica deste.

§ 4o Os órgãos e entidades da Administração Federal prestarão, ao Departamento de Cálculos e Perícias, o apoio que se faça necessário ao desempenho de suas atividades, inclusive colocando à sua disposição pessoal especializado.

§ 5o O Advogado-Geral da União disporá, nos termos do art. 45 da Lei Complementar no 73, de 1993, sobre o Departamento de Cálculos e Perícias e editará os demais atos necessários ao cumprimento do disposto neste artigo." (NR)

"Art. 8o-E. É criada, na Procuradoria-Geral da União, a Coordenadoria de Ações de Recomposição do Patrimônio da União, com a finalidade de recuperar perdas patrimoniais sofridas pela União, à qual incumbe também a execução de títulos judiciais e extrajudiciais, inclusive os expedidos pelo Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. As demais Procuradorias da União poderão ter unidades com semelhantes atribuições, conforme dispuser ato do Advogado-Geral da União." (NR)

"Art. 8°-F. O Advogado-Geral da União poderá instalar Núcleos de Assessoramento Jurídico nas Capitais dos Estados e, quando o interesse do serviço recomendar, em outras cidades.[[380]](#footnote-381)

§ 1o Incumbirão aos Núcleos atividades de assessoramento jurídico aos órgãos e autoridades da Administração Federal Direta localizados fora do Distrito Federal, quanto às matérias de competência legal ou regulamentar dos órgãos e autoridades assessorados, sem prejuízo das competências das Consultorias Jurídicas dos respectivos Ministérios.

§ 2o As matérias específicas do Ministério ao qual pertença o órgão ou a autoridade assessorados, que requeiram a manifestação da Consultoria Jurídica, serão a esta encaminhadas pelo Coordenador do Núcleo de Assessoramento Jurídico.

§ 3o O Advogado-Geral da União providenciará a lotação, nos Núcleos de Assessoramento Jurídico, dos Assistentes Jurídicos integrantes da Advocacia-Geral da União, inclusive do quadro suplementar, que estejam em exercício em cidade sede dos referidos Núcleos, respeitados os casos de cessão a outros órgãos ou entidades, bem como os de designação como representante judicial da União, de que trata o art. 69 da Lei Complementar no 73, de 1993.

§ 4o Excepcionalmente, o Advogado-Geral da União poderá designar, para ter exercício nos Núcleos de Assessoramento Jurídico, outros membros efetivos da Advocacia-Geral da União, bem como Procuradores Federais.

§ 5o Os Núcleos de Assessoramento Jurídico integram a Consultoria-Geral da União.

§ 6o Os recursos eventualmente necessários à instalação e manutenção dos Núcleos de Assessoramento Jurídico, correrão à conta de dotações orçamentárias da Advocacia-Geral da União.

§ 7o O Advogado-Geral da União editará ato, nos termos do art. 45 da Lei Complementar no 73, de 1993, dispondo sobre os Núcleos de Assessoramento Jurídico de que trata este artigo." (NR)

"Art. 8o-G. São criadas, na Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa, as Consultorias Jurídicas-Adjuntas dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, ficando extintas as Consultorias Jurídicas dos antigos Ministérios Militares.

§ 1o As Consultorias Jurídicas-Adjuntas objeto deste artigo terão competência especializada, cabendo-lhes, no respectivo âmbito de atuação e no que couber, os poderes funcionais previstos no art. 11 da Lei Complementar no 73, de 1993, sem prejuízo da competência geral da Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa.

§ 2o Os cargos em comissão de Consultor Jurídico-Adjunto decorrentes do que dispõe este artigo serão DAS 101.4.

§ 3o Na aplicação do disposto no § 2o, são remanejados, dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica para a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, três cargos DAS 101.5 das extintas Consultorias Jurídicas, e, da Secretaria de Gestão para o Ministério da Defesa, três cargos DAS 101.4.

§ 4o O Advogado-Geral da União disporá, em ato próprio, editado nos termos do art. 45 da Lei Complementar no 73, de 1993, sobre a competência, a estrutura e o funcionamento da Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa e respectivas Consultorias Jurídicas-Adjuntas." (NR)

"Art. 11-A. Fica autorizada a Advocacia-Geral da União a assumir, por suas Procuradorias, temporária e excepcionalmente, a representação judicial de autarquias ou fundações públicas nas seguintes hipóteses: **(Ver art. 14, parágrafo único, da Lei no 10.480, de 2002.)**

I - ausência de procurador ou advogado;

II - impedimento dos integrantes do órgão jurídico.

§ 1o A representação judicial extraordinária prevista neste artigo poderá ocorrer por solicitação do dirigente da entidade ou por iniciativa do Advogado-Geral da União.

§ 2o A inexistência de órgão jurídico integrante da respectiva Procuradoria ou Departamento Jurídico, em cidade sede de Órgão judiciário perante o qual corra feito de interesse de autarquia ou fundação da União, configura a hipótese de ausência prevista no inciso I deste artigo.

§ 3o O Advogado-Geral da União, com a finalidade de suprir deficiências ocasionais de Órgãos Vinculados à Advocacia-Geral da União, poderá designar para prestar-lhes colaboração temporária membros efetivos da Advocacia-Geral da União, Procuradores Autárquicos, Assistentes Jurídicos e Advogados de outras entidades, seja em atividades de representação judicial ou de consultoria e assessoramento jurídicos, estando, enquanto durar a colaboração temporária, investidos dos mesmos poderes conferidos aos integrantes do respectivo Órgão Vinculado." (NR)

"Art. 11-B. A representação judicial da União, quanto aos assuntos confiados às autarquias e fundações federais relacionadas no Anexo V a esta Lei, passa a ser feita diretamente pelos órgãos próprios da Advocacia-Geral da União, permanecendo os Órgãos Jurídicos daquelas entidades responsáveis pelas respectivas atividades de consultoria e assessoramento jurídicos. **(Ver art. 14, parágrafo único, da Lei no 10.480, de 2002.)**

§ 1o Os Procuradores Autárquicos, Assistentes Jurídicos e Advogados integrantes dos quadros das entidades de que trata o **caput** neles permanecerão, até que lei disponha sobre a nova forma de representação judicial, direta e indireta, da União, consideradas as suas entidades autárquicas e fundacionais, bem como sobre a prestação de consultoria e assessoramento jurídicos a essas entidades.

§ 2o Os órgãos jurídicos das entidades relacionadas no Anexo V desta Lei continuarão, até 7 de julho de 2000, como co-responsáveis pela representação judicial quanto aos assuntos de competência da respectiva autarquia ou fundação.

§ 3o As citações, intimações e notificações das autarquias e fundações relacionadas no Anexo V desta Lei, bem como nas hipóteses de que trata o art. 11-A, serão feitas às respectivas Procuradorias da Advocacia-Geral da União, asseguradas aos seus membros, no exercício da representação judicial de que trata o art. 11-A e este artigo, as prerrogativas processuais previstas em lei.

§ 4o Os Órgãos Jurídicos das entidades de que trata o **caput**, juntamente com os respectivos Órgãos da Advocacia-Geral da União, no prazo de sessenta dias, farão o levantamento dos processos judiciais em andamento, indicando a fase em que se encontram.

§ 5o Até o advento da Lei referida no § 1o deste artigo, o Advogado-Geral da União, de ofício ou mediante proposta de dirigente de Procuradoria da União, poderá designar Procuradores Autárquicos, Advogados e Assistentes Jurídicos das entidades relacionadas no Anexo V desta Lei para terem exercício nas Procuradorias da Advocacia-Geral da União.

§ 6o A Procuradoria-Geral da Fundação Nacional do Índio permanece responsável pelas atividades judiciais que, de interesse individual ou coletivo dos índios, não se confundam com a representação judicial da União.

§ 7o Na hipótese de coexistirem, em determinada ação, interesses da União e de índios, a Procuradoria-Geral da Fundação Nacional do Índio ingressará no feito juntamente com a Procuradoria da Advocacia-Geral da União." (NR)

"Art. 17.

§ 7o**(Revogado pela Lei no 10.480, de 2002.)**

"Art. 19.

§ 5o As transposições efetivadas por este artigo alcançaram tão-somente servidores estáveis no serviço público, mencionados no item I do **caput**." (NR) "Art. 19-A. São transpostos, para a Carreira de Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União, os atuais cargos efetivos da Administração Federal direta, privativos de bacharel em Direito, cujas atribuições, fixadas em ato normativo hábil, tenham conteúdo eminentemente jurídico e correspondam àquelas de assistência fixadas aos cargos da referida Carreira, ou as abranjam,e os quais:

I - estejam vagos; ou

II - tenham como titulares servidores, estáveis no serviço público, que:

a) anteriormente a 5 de outubro de 1988 já detinham cargo efetivo, ou emprego permanente, privativo de bacharel em Direito, de conteúdo eminentemente jurídico, nos termos do **caput**, na Administração Federal direta, autárquica ou fundacional, conforme as normas constitucionais e legais então aplicáveis;

b) investidos após 5 de outubro de 1988, o tenham sido em decorrência de aprovação em concurso público ou da aplicação do § 3o do art. 41 da Constituição.

§ 1o Nas situações previstas no inciso II, a transposição objeto deste artigo abrange os cargos e seus titulares.

§ 2o A transposição de servidor egresso de autarquia ou fundação pública federal, prevista no inciso II, alíneas "a" e "b", alcança tão-somente aquele que passou a integrar a Administração direta em decorrência da extinção ou da alteração da natureza jurídica da entidade à qual pertencia, e desde que as atribuições da respectiva entidade e o seu quadro de pessoal tenham sido, por lei, absorvidos por órgãos da Administração direta.

§ 3o Às transposições disciplinadas neste artigo aplicam-se, também, a correlação e os procedimentos constantes do art. 19 desta Lei (§§ 2o, 3o e 4o).

§ 4o As transposições de que trata este artigo serão formalizadas em ato declaratório do Advogado-Geral da União.

§ 5o Os eventuais efeitos financeiros, das transposições em referência, somente serão devidos, aos seus beneficiários, a partir da data em que publicado o ato declaratório, objeto do § 4o.

§ 6o Os titulares máximos dos órgãos da Administração Federal direta, nos quais existam cargos na situação descrita no **caput** e inciso I, deverão indicá-los à Advocacia-Geral da União, por intermédio do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, explicitando, relativamente a cada cargo vago, sua origem, evolução, atribuições e regência normativa.

§ 7o Cada caso deverá ser instruído pelo órgão de recursos humanos do respectivo Ministério ou Secretaria de Estado, com a documentação necessária a comprovar que o servidor atende ao disposto neste artigo, após o que deverá ser encaminhado ao Advogado-Geral da União, na forma por ele regulamentada, acompanhado de manifestação conclusiva do respectivo órgão de assessoramento jurídico." (NR)

"Art. 21. Aos titulares dos cargos de Advogado da União, de Procurador da Fazenda Nacional e de Assistente Jurídico das respectivas carreiras da Advocacia-Geral da União incumbe representá-la judicial e extrajudicialmente, bem como executar as atividades de assessoramento jurídico do Poder Executivo, conforme dispuser ato normativo do Advogado-Geral da União." (NR)

"Art. 24-A. A União, suas autarquias e fundações, são isentas de custas e emolumentos e demais taxas judiciárias, bem como de depósito prévio e multa em ação rescisória, em quaisquer foros e instâncias.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo a todos os processos administrativos e judiciais em que for parte o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, seja no pólo ativo ou passivo, extensiva a isenção à pessoa jurídica que o representar em Juízo ou fora dele." (NR)

Art. 4o A Lei no 9.494, de 10 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

"Art. 1o-A. Estão dispensadas de depósito prévio, para interposição de recurso, as pessoas jurídicas de direito público federais, estaduais, distritais e municipais." (NR)

"Art. 1o-B. O prazo a que se refere o **caput** dos arts. 730 do Código de Processo Civil, e 884 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, passa a ser de trinta dias." (NR)

"Art. 1o-C. Prescreverá em cinco anos o direito de obter indenização dos danos causados por agentes de pessoas jurídicas de direito público e de pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos." (NR)

"Art. 1o-D. Não serão devidos honorários advocatícios pela Fazenda Pública nas execuções não embargadas." (NR)

"Art. 1º-F. Nas condenações impostas à Fazenda Pública, independentemente de sua natureza e para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança." (NR) **(Redação dada pela Lei nº 11.960, de 29.6.2009)**

"Art. 1o-F. Os juros de mora, nas condenações impostas à Fazenda Pública para pagamento de verbas remuneratórias devidas a servidores e empregados públicos, não poderão ultrapassar o percentual de seis por cento ao ano." (NR)

"Art. 2o-A. A sentença civil prolatada em ação de caráter coletivo proposta por entidade associativa, na defesa dos interesses e direitos dos seus associados, abrangerá apenas os substituídos que tenham, na data da propositura da ação, domicílio no âmbito da competência territorial do órgão prolator.

Parágrafo único. Nas ações coletivas propostas contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas autarquias e fundações, a petição inicial deverá obrigatoriamente estar instruída com a ata da assembleia da entidade associativa que a autorizou, acompanhada da relação nominal dos seus associados e indicação dos respectivos endereços." (NR)

"Art. 2o-B. A sentença que tenha por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive de suas autarquias e fundações, somente poderá ser executada após seu trânsito em julgado." (NR)

Art. 5o Os prazos referidos no art. 26 da Lei no 9.651, de 27 de maio de 1998, ficam prorrogados por mais quarenta e oito meses a partir do seu término.

Art. 6o Os arts. 1o e 2o da Lei no 7.347, de 24 de julho de 1985, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1o

V - por infração da ordem econômica e da economia popular;

VI - à ordem urbanística.

Parágrafo único. Não será cabível ação civil pública para veicular pretensões que envolvam tributos, contribuições previdenciárias, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados." (NR)

"Art. 2o

Parágrafo único. A propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto." (NR)

Art. 7o O art. 17 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992, passa a vigorar acrescido do seguinte § 5o:

"§ 5o A propositura da ação prevenirá a jurisdição do juízo para todas as ações posteriormente intentadas que possuam a mesma causa de pedir ou o mesmo objeto." (NR)

Art. 8o O art. 1o da Lei no 9.704, de 17 de novembro de 1998, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2o e 3o, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1o:

"§ 2o Para a chefia de órgão jurídico de autarquia e de fundação federal será preferencialmente indicado Procurador Federal, de reconhecidas idoneidade, capacidade e experiência para o cargo.

§ 3o Na hipótese de a indicação recair sobre Bacharel em Direito que não seja Procurador Federal, deverá ser suficientemente justificada assim como atendidos todos os demais requisitos do § 2o." (NR)

Art. 9o Os arts. 467, 836 e 884 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei no 5.452, de 1o de maio de 1943, passam a vigorar acrescidos dos seguintes parágrafos:

"Art. 467.

Parágrafo único. O disposto no **caput** não se aplica à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e as suas autarquias e fundações públicas." (NR)

"Art. 836.

Parágrafo único. A execução da decisão proferida em ação rescisória far-se-á nos próprios autos da ação que lhe deu origem, e será instruída com o acórdão da rescisória e a respectiva certidão de trânsito em julgado." (NR)

"Art. 884.

§ 5o Considera-se inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal ou em aplicação ou interpretação tidas por incompatíveis com a Constituição Federal." (NR)

Art. 10. O art. 741 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973, com a redação dada pela Lei no 8.953, de 13 de dezembro de 1994, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

"Parágrafo único. Para efeito do disposto no inciso II deste artigo, considera-se também inexigível o título judicial fundado em lei ou ato normativo declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal ou em aplicação ou interpretação tidas por incompatíveis com a Constituição Federal." (NR)

Art. 11. Estabelecida controvérsia de natureza jurídica entre entidades da Administração Federal indireta, ou entre tais entes e a União, os Ministros de Estado competentes solicitarão, de imediato, ao Presidente da República, a audiência da Advocacia-Geral da União.

Parágrafo único. Incumbirá ao Advogado-Geral da União adotar todas as providências necessárias a que se deslinde a controvérsia em sede administrativa.

Art. 12. Não estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição obrigatório as sentenças proferidas contra a União, suas autarquias e fundações públicas, quando a respeito da controvérsia o Advogado-Geral da União ou outro órgão administrativo competente houver editado súmula ou instrução normativa determinando a não-interposição de recurso voluntário.

Art. 13. Fica reduzido para três o número de cargos de Procurador Seccional da União, DAS 101.4, criados pelo art. 8o, parágrafo único, da Lei no 9.366, de 16 de dezembro de 1996, e acrescentado, ao Anexo I da referida Lei, um cargo em comissão de Adjunto do Advogado-Geral da União e treze cargos em comissão de Coordenador-Geral, DAS 101.4.

§ 1o Os cargos em comissão de Coordenador-Geral, referidos no **caput**, e os cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 3, 2 e 1, de que tratam os Anexos III, IV e V da Lei no 9.366, de 1996, ficam localizados no Gabinete do Advogado-Geral da União.

§ 2o O Advogado-Geral da União poderá distribuir os cargos de trata o § 1o às unidades da Advocacia-Geral da União, à medida de suas necessidades, sendo facultado ao Poder Executivo alterar-lhes a denominação.

Art. 14. O art. 4o da Lei no 4.348, de 26 de junho de 1964, passa a vigorar com as seguintes alterações:**(A Lei nº 4.348, de 26.6.1964, e a Lei nº 1.533, de 31.12.1951, foram revogadas pela Lei nº 12.016, de 7.8.2009)**

"Art. 4o

§ 1o Indeferido o pedido de suspensão ou provido o agravo a que se refere o caput, caberá novo pedido de suspensão ao Presidente do Tribunal competente para conhecer de eventual recurso especial ou extraordinário.**(A Lei nº 4.348, de 26.6.1964, e a Lei nº 1.533, de 31.12.1951, foram revogadas pela Lei nº 12.016, de 7.8.2009)**

§ 2o Aplicam-se à suspensão de segurança de que trata esta Lei, as disposições dos §§ 5o a 8o do art. 4o da Lei no 8.437, de 30 de junho de 1992." (NR)**(A Lei nº 4.348, de 26.6.1964, e a Lei nº 1.533, de 31.12.1951, foram revogadas pela Lei nº 12.016, de 7.8.2009)**

Art. 15. Aplica-se à ação rescisória o poder geral de cautela de que trata o art. 798 do Código de Processo Civil.

Art. 16. Respeitadas, quanto ao Advogado-Geral da União, as exigências do § 1o do art. 131 da Constituição, não serão exigidos requisitos atinentes à idade e ao tempo de prática forense para a investidura em cargos privativos de Bacharel em Direito, de natureza especial ou em comissão, da Advocacia-Geral da União.

§ 1o Às investiduras de que trata o **caput** serão sempre indispensáveis o elevado saber jurídico e a reconhecida idoneidade.

§ 2o O disposto neste artigo aplica-se à investidura de titular de órgão jurídico vinculado à Advocacia-Geral da União.

Art. 17. A União não reivindicará o domínio de terras originárias de aldeamentos indígenas extintos anteriormente a 24 de fevereiro de 1891, ou confiscadas aos Jesuítas até aquela data, e desistirá de reivindicações que tenham como objeto referido domínio, salvo das áreas:

I - afetadas a uso público comum e a uso especial da Administração Federal direta e indireta, inclusive as reservadas;

II - cedidas pela União, ou por esta submetidas ao regime enfitêutico;

III - identificadas, como de domínio da União, em ato jurídico específico, administrativo ou judicial.

Parágrafo único. A Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no prazo de cento e vinte dias, indicará à Advocacia-Geral da União as áreas ou imóveis objeto da ressalva de que tratam os incisos I a III do **caput***.*

Art. 18. Fica o Poder Executivo autorizado a republicar leis alteradas por esta Medida Provisória, incorporando aos respectivos textos as alterações nelas introduzidas.

Art. 19. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória no 2.180-34, de 27 de julho de 2001.

Art. 20. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 21. Fica revogado o art. 53 da Lei no 10.257, de 10 de julho de 2001.

Brasília, 24 de agosto de 2001; 180o da Independência e 113o da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

José Gregori

Martus Tavares

Gilmar Ferreira Mende

**ANEXO**

**(Anexo V a que se refere o art. 11-B da Lei no 9.028, de 1995)**

**Entidades vinculadas ao Ministério da Educação:**

1. Centro Federal de Educação Tecnológica "Celso Suckow da Fonseca"
2. Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia
3. Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba
4. Centro Federal de Educação Tecnológica de Alagoas
5. Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos
6. Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás
7. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
8. Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas
9. Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
10. Centro Federal de Educação Tecnológica de Petrolina
11. Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis
12. Centro Federal de Educação Tecnológica de São Paulo
13. Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará
14. Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo
15. Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão
16. Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará
17. Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná
18. Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí
19. Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte
20. Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas
21. Escola Agrotécnica Federal Antônio José Teixeira
22. Escola Agrotécnica Federal de Alegre
23. Escola Agrotécnica Federal de Alegrete
24. Escola Agrotécnica Federal de Araguatins
25. Escola Agrotécnica Federal de Bambuí
26. Escola Agrotécnica Federal de Barbacena
27. Escola Agrotécnica Federal de Barreiros
28. Escola Agrotécnica Federal de Belo Jardim
29. Escola Agrotécnica Federal de Cáceres
30. Escola Agrotécnica Federal de Castanhal
31. Escola Agrotécnica Federal de Catu
32. Escola Agrotécnica Federal de Ceres
33. Escola Agrotécnica Federal de Codó
34. Escola Agrotécnica Federal de Colatina
35. Escola Agrotécnica Federal de Colorado do Oeste
36. Escola Agrotécnica Federal de Concórdia
37. Escola Agrotécnica Federal de Crato
38. Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá
39. Escola Agrotécnica Federal de Iguatu
40. Escola Agrotécnica Federal de Inconfidentes
41. Escola Agrotécnica Federal de Januária
42. Escola Agrotécnica Federal de Machado
43. Escola Agrotécnica Federal de Manaus
44. Escola Agrotécnica Federal de Muzambinho
45. Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul
46. Escola Agrotécnica Federal de Rio Pomba
47. Escola Agrotécnica Federal de Rio Verde
48. Escola Agrotécnica Federal de Salinas
49. Escola Agrotécnica Federal de Santa Inês
50. Escola Agrotécnica Federal de Santa Teresa
51. Escola Agrotécnica Federal de São Cristóvão
52. Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira
53. Escola Agrotécnica Federal de São João Evangelista
54. Escola Agrotécnica Federal de São Luís
55. Escola Agrotécnica Federal de São Vicente do Sul
56. Escola Agrotécnica Federal de Satuba
57. Escola Agrotécnica Federal de Senhor do Bonfim
58. Escola Agrotécnica Federal de Sertão
59. Escola Agrotécnica Federal de Sombrio
60. Escola Agrotécnica Federal de Sousa
61. Escola Agrotécnica Federal de Uberaba
62. Escola Agrotécnica Federal de Uberlândia
63. Escola Agrotécnica Federal de Urutai
64. Escola Agrotécnica Federal de Vitória de Santo Antão
65. Escola Agrotécnica Federal Presidente Juscelino Kubitschek
66. Escola Técnica Federal de Mato Grosso
67. Escola Técnica Federal de Ouro Preto
68. Escola Técnica Federal de Palmas
69. Escola Técnica Federal de Porto Velho
70. Escola Técnica Federal de Rolim de Moura
71. Escola Técnica Federal de Roraima
72. Escola Técnica Federal de Santa Catarina
73. Escola Técnica Federal de Santarém
74. Escola Técnica Federal de Sergipe
75. Colégio Pedro II
76. Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas
77. Escola Federal de Engenharia de Itajubá
78. Escola Superior de Agricultura de Mossoró
79. Faculdade de Ciências Agrárias do Pará
80. Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro
81. Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina
82. Fundação de Ensino Superior de São João del Rei
83. Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre
84. Fundação Joaquim Nabuco
85. Universidade Federal de Pelotas
86. Universidade Federal do Piauí
87. Fundação Universidade Federal de Rondônia

**Entidade vinculada ao Ministério do Esporte e Turismo:**

88. EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo

**Entidades vinculadas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:**

89. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

90. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

**Entidade vinculada ao Ministério dos Transportes:**

91. Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER

**Entidade vinculada ao Ministério da Justiça:**

92. Fundação Nacional do Índio - FUNAI

**Entidade vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior:**

93. Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

**Entidades vinculadas ao Ministério da Saúde:**

94. Fundação Nacional de Saúde

95. Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ

**Entidade vinculada ao Ministério da Integração Nacional:**

96. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.229-43, DE 6 DE SETEMBRO DE 2001.**

*Dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,** no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1o Esta Medida Provisória dispõe sobre a criação das Carreiras de Procurador Federal e de Fiscal Federal Agropecuário, reestrutura e organiza as seguintes carreiras e cargos:

I - Analista de Finanças e Controle e Técnico de Finanças e Controle;

II - Analista de Planejamento e Orçamento e Técnico de Planejamento e Orçamento;

III - Analista de Comércio Exterior;

IV - Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental;

V - Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior e de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA;

VI - Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500;

VII - Analista, Procurador e Técnico do Banco Central do Brasil;

VIII - Inspetor e Analista da Comissão de Valores Mobiliários - CVM;

IX - Analista Técnico da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP;

X - Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia;

XI - Carreira de Desenvolvimento Tecnológico;

XII - Carreira de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia; e

XIII - **(Revogado a partir de 1.1.2002, pelo art. 8º da Lei nº 10.302, de 31.10.2001)**

Art. 2o As carreiras e os cargos a que se referem o art. 1o são agrupados em classes ou categorias e padrões, na forma dos Anexos I, II e III.

Art. 3o O ingresso nos cargos de que trata esta Medida Provisória far-se-á no padrão inicial da classe ou categoria inicial do respectivo cargo, mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, exigindo-se curso superior ou médio, ou equivalente, concluído, conforme o nível do cargo, observados os requisitos fixados na legislação pertinente.

Parágrafo único. O concurso referido no **caput** poderá ser realizado por áreas de especialização, organizado em uma ou mais fases, incluindo, se for o caso, curso de formação, conforme dispuser o edital de abertura do certame, observada a legislação pertinente.

Art. 4o O desenvolvimento do servidor nas carreiras e nos cargos de que tratam os arts. 1~~o~~ e 55 desta Medida Provisória ocorrerá mediante progressão funcional e promoção.

§ 1o Para fins desta Medida Provisória, progressão é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe ou categoria, e promoção, a passagem do servidor do último padrão de uma classe ou categoria para o primeiro padrão da classe ou categoria imediatamente superior.

§ 2o A progressão funcional e a promoção observarão os requisitos fixados em regulamento.

§ 3º O servidor em estágio probatório será objeto de avaliação específica, sem prejuízo da progressão funcional durante esse período, observados o interstício mínimo de 1 (um) ano em cada padrão e o resultado de avaliação de desempenho efetuada para essa finalidade, na forma do regulamento. (NR) **(Redação dada pela Lei nº 11.094, de 2005)**

Art. 5o É de quarenta horas semanais a jornada de trabalho dos integrantes dos cargos e carreiras a que se refere esta Medida Provisória, ressalvados os casos amparados por legislação específica.

**CARREIRAS E CARGOS DO GRUPO GESTÃO**

Art. 6o Os cargos efetivos de que tratam os incisos I a VI do art. 1o da Lei no 9.625, de 7 de abril de 1998, e o inciso II do art. 1o da Lei no 9.620, de 2 de abril de 1998, reestruturados na forma do Anexo I, têm a sua correlação de cargos estabelecida nos Anexos XVII, XVII-A e XVII-B. (NR) **(Alterado pela Lei n° 10.769, de 19.11.2003)**

Parágrafo único. Os cargos vagos de Técnico de Planejamento e Orçamento existentes em 30 de junho de 2000, e os que vagarem a partir dessa data, ficam automaticamente extintos.

Art. 7o Incumbe aos ocupantes dos cargos de que trata o art. 6o o exercício das atribuições previstas em leis e regulamentos específicos, em especial o disposto nos arts. 21 a 24 da Lei n° 9.625, de 1998, e no inciso II do art. 1° da Lei n° 9.620, de 1998.

Art. 8o**(Revogado pelaMedida Provisória nº 440, de 29.8.2008,convertida na lei nº 11.890, de 24.12.2008)**

Art. 8o-A.**(Revogado pela Medida Provisória nº 440, de 29.8.2008,convertida na lei nº 11.890, de 24.12.2008)**

Art. 9o**(Revogado pela Medida Provisória nº 440, de 29.8.2008,convertida na lei nº 11.890, de 24.12.2008)**

Art. 10. **(Revogado pela Medida Provisória nº 440, de 29.8.2008,convertida na lei nº 11.890, de 24.12.2008)**

**CARREIRAS E CARGOS DA CVM E DA SUSEP**

Art. 11. Os cargos efetivos de Inspetor e Analista daComissão de Valores Mobiliários - CVM e de Analista Técnico da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, de que tratam o Voto do Conselho Monetário Nacional - CMN no 401, de 28 de janeiro de 1987, e a Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP no 7, de 3 de outubro de 1988, reestruturados na forma do Anexo I, têm sua correlação de cargos estabelecida no Anexo XVII e XVII-A. (NR) **(Alterado pela Lei n° 10.769, de 19.11.2003)**

Parágrafo único. Ficam criados trinta cargos de Analista Técnico no Quadro Geral de Pessoal da SUSEP.

Art. 12. Incumbe aos ocupantes dos cargos de que trata o art. 11 o exercício das atribuições previstas em leis e regulamentos específicos, em especial o disposto no art. 1° da Lei n° 9.015, de 30 de março de 1995.

Art. 13. **(Revogado pela Medida Provisória nº 440, de 29.8.2008,convertida na lei nº 11.890, de 24.12.2008)**

Art. 13-A. **(Revogado pela Medida Provisória nº 440, de 29.8.2008,convertida na lei nº 11.890, de 24.12.2008)**

Art. 14. Os ocupantes dos cargos de Inspetor e Analista da CVM e de Analista Técnico da SUSEP não fazem jus à percepção da Retribuição Variável da Comissão de Valores Mobiliários e da Retribuição Variável da Superintendência de Seguros Privados, respectivamente, de que trata a Lei n° 9.015, de 1995.

Art. 15. **(Revogado pela Medida Provisória nº 440, de 29.8.2008,convertida na lei nº 11.890, de 24.12.2008)**

Art. 16. **(Revogado pela Medida Provisória nº 440, de 29.8.2008,convertida na lei nº 11.890, de 24.12.2008)**

**CARREIRAS DA ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Art. 17. Os cargos efetivos da Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia, da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico e da Carreira de Gestão, Planejamento e Infra-Estrutura em Ciência e Tecnologia, de que trata a Lei n° 8.691, de 28 de julho de 1993, reestruturados na forma do Anexo II, têm sua correlação estabelecida no Anexo V.

Parágrafo único. **(Revogado pela Lei nº 11.344, de 2006)**

Art. 18. Ficam extintas a Gratificação de Atividades em Ciência e Tecnologia - GCT, de que trata o art. 22 da Lei n° 8.691, de 1993, e a Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDCT, de que tratam a Lei n° 9.638, de 20 de maio de 1998, e a Lei n° 9.647, de 26 de maio de 1998.

Art. 19. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia - GDACT, devida aos ocupantes dos cargos efetivos integrantes das carreiras de que trata o art. 17 desta Medida Provisória. **(Ver o art. 16 da Lei nº 11.094, de 2005 e a Lei nº 11.344, de 2006)**

Parágrafo único. Fazem jus à gratificação de que trata o **caput** os empregados de nível superior mencionados no art. 27 da Lei n° 8.691, de 28 de julho de 1993.

Art. 20. **(Revogado pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 2o**(Revogado pela Lei nº 11.344, de 2006)**

§ 3o**(Revogado pela Lei nº 11.344, de 2006)**

Art. 20-A. **(Revogado pela Lei nº 11.344, de 2006)**

Art. 21. **(Revogado pelaMedida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

Art. 22. **(Revogado pelaMedida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

Art. 23. **(Revogado pelaMedida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

Art. 24. **Revogado pelo Lei nº 11.094, de 2005**

**CARREIRA DE FISCAL FEDERAL AGROPECUÁRIO**

Art. 25. Fica criada a Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, composta de cargos de igual denominação, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 26. **(Revogado pela Lei nº 10.883, de 2004)**

Art. 27. **(Revogado pela Lei nº 10.883, de 2004)**

Art. 28. São transformados em cargos de Fiscal Federal Agropecuário, os atuais cargos efetivos da Carreira de Fiscal de Defesa Agropecuária e de Médico Veterinário - NS 910, cujos ocupantes estejam em efetivo exercício nas atividades de controle, inspeção, fiscalização e defesa agropecuária, do Quadro de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na forma do Anexo IV.

§ 1o Serão enquadrados na Carreira de Fiscal Federal Agropecuário os atuais ocupantes dos cargos mencionados no **caput** deste artigo, desde que sua investidura haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a esta data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 2o Os atuais ocupantes do cargo de Médico Veterinário - NS 910 que optarem por permanecer na situação atual deverão fazê-lo, de forma irretratável, até 31 de julho de 2000, ficando, neste caso, em quadro em extinção.

§ 3o Ficam criados quinhentos cargos de Fiscal Federal Agropecuário na Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, no Quadro Geral de Pessoal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Art. 29. Aos ocupantes do cargo de Fiscal Federal Agropecuário, não se aplica a jornada de trabalho a que se refere o § 2° e o caput do art. 1° da Lei n° 9.436, de 5 de fevereiro de 1997, não mais se admitindo a percepção de dois vencimentos básicos.

Art. 30. **(Revogado, a partir de 14 de maio de 2008, pela Medida provisória nº 431, de 14.5.2008, convertida na Lei nº 11.784, de 22.9.2008. V.nota de rodapé.)**[[381]](#footnote-382)

Art. 31. **(Revogado pela Lei nº 10.883, de 2004)**

Art. 32. O titular de cargo efetivo da carreira de que trata o art. 25 desta Medida Provisória, quando investido em cargo de Natureza Especial ou DAS 6 e DAS 5, ou equivalentes, em órgãos ou entidades do Governo Federal, fará jus à respectiva gratificação calculada com base no limite máximo.

Art. 33. O integrante da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário, que não se encontre na situação prevista no art. 30 desta Medida Provisória, somente fará jus à GDAFA:

I - quando cedido para a Presidência ou Vice-Presidência da República, perceberá a respectiva gratificação calculada como se estivesse em exercício nos órgãos ou nas entidades cedentes; ou

II - quando cedido para outros órgãos ou entidades do Governo Federal, se investido em cargo em comissão DAS 4, ou equivalente, perceberá a respectiva gratificação em valor correspondente a trinta por cento do vencimento básico.

Art. 34. Não são devidas aos ocupantes da Carreira de Fiscal Federal Agropecuário a Gratificação a que se refere o art. 7° da Lei n° 8.460, de 17 de setembro de 1992, a Gratificação de Desempenho de Atividade de Defesa Agropecuária, a que se referem as Leis nos 9.620, de 2 de abril de 1998, e 9.641, de 25 de maio de 1998, e a Gratificação de Desempenho da Atividade de Fiscalização, a que se refere a Lei n° 9.775, de 21 de dezembro de 1998.

**CARREIRAS E CARGOS DA ÁREA JURÍDICA**

Art. 35. Fica criada a Carreira de Procurador Federal no âmbito da Administração Pública Federal, nas respectivas autarquias e fundações, composta de cargos de igual denominação, regidos pela Lei n° 8.112, de 1990, com a estrutura de cargo constante do Anexo III.

Art. 36. **(Revogado pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009.**[[382]](#footnote-383)

Art. 37. São atribuições dos titulares do cargo de Procurador Federal:

I - a representação judicial e extrajudicial da União, quanto às suas atividades descentralizadas a cargo de autarquias e fundações públicas, bem como a representação judicial e extrajudicial dessas entidades;

II - as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos à União, em suas referidas atividades descentralizadas, assim como às autarquias e às fundações federais;

III - a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial;[[383]](#footnote-384) e

IV - a atividade de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade dos atos a serem por ela praticados ou já efetivados.

§ 1o Os membros da Carreira de Procurador Federal são lotados e distribuídos pelo Advogado-Geral da União.[[384]](#footnote-385)

§ 2o A lotação de Procurador Federal nas autarquias e fundações públicas é proposta pelos titulares destas.

§ 3o Para o desempenho de suas atribuições, aplica-se o disposto no art. 4o da Lei no 9.028, de 12 de abril de 1995, aos membros das carreiras de Procurador Federal e de Procurador do Banco Central do Brasil. (NR) **(Incluído pela Lei nº 11.094, de 2005)**

Art. 38. Os integrantes da Carreira de Procurador Federal têm os direitos e deveres que lhes prevê a Lei no 8.112, de 1990, e sujeitam-se às proibições e aos impedimentos estabelecidos nesta Medida Provisória.[[385]](#footnote-386)

§ 1o Ao Procurador Federal é proibido:

I - exercer a advocacia fora das atribuições do respectivo cargo;

II - contrariar súmula, parecer normativo ou orientação técnica, adotados pelo Advogado-Geral da União;

III - manifestar-se, por qualquer meio de divulgação, sobre assunto conexo às suas atribuições, salvo ordem, ou autorização expressa, do Advogado-Geral da União;

IV - exercer suas atribuições em processo, judicial ou administrativo, em que seja parte ou interessado, ou haja atuado como advogado de qualquer das partes, ou no qual seja interessado parente consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, bem como cônjuge ou companheiro, bem assim nas hipóteses da legislação, inclusive processual; e

V - participar de comissão ou banca de concurso e intervir no seu julgamento, quando concorrer parente consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, bem como cônjuge ou companheiro.

§ 2o Devem, os Procuradores Federais, dar-se por impedidos nas hipóteses em que tenham proferido manifestação favorável à pretensão deduzida em juízo pela parte adversa e naquelas da legislação processual, cumprindo-lhes comunicar, de pronto, o seu impedimento ao respectivo superior hierárquico, visando à designação de substituto.

Art. 39. São transformados em cargos de Procurador Federal, os seguintes cargos efetivos, de autarquias e fundações federais:

I - Procurador Autárquico;

II - Procurador;

III - Advogado;

IV - Assistente Jurídico; e

V - Procurador e Advogado da Superintendência de Seguros Privados e da Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao Procurador do Banco Central do Brasil.

Art. 40. São enquadrados na Carreira de Procurador Federal os titulares dos cargos de que trata o art. 39, cuja investidura nos respectivos cargos haja observado as pertinentes normas constitucionais e ordinárias anteriores a 5 de outubro de 1988, e, se posterior a essa data, tenha decorrido de aprovação em concurso público.

§ 1o O enquadramento deve observar a correlação estabelecida no Anexo VI.

§ 2o À Advocacia-Geral da União incumbe verificar, caso a caso, a regularidade da aplicação deste artigo, quanto aos enquadramentos efetivados.

Art. 41. Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica - GDAJ, devida aos integrantes das Carreiras de Advogado da União e de Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União, de Defensor Público da União e de Procurador Federal, no percentual de até trinta por cento, incidente sobre o vencimento básico do servidor, quando em exercício nas unidades jurídicas dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. **(Ver as Leis nos 10.909 e 10.910, de 2004 e o Decreto nº 5.207, de 2004).**

§ 1o**(Revogado pela Lei nº 11.034, de 2004)**

§ 2o A Gratificação Temporária de que trata o [art. 17 da Lei no 9.028, de 12 de abril de 1995](file:///C:\Users\CART-WOLNEY\AppData\jovita\Configurações%20locais\Temporary%20Internet%20Files\LEIS\L9028.htm#art17), atribuída exclusivamente a outros servidores, mantidos os fatores estabelecidos no Anexo III da referida Lei, será paga nos seguintes valores:

I - GT-I, R$ 471,87 (quatrocentos e setenta e um reais e oitenta e sete centavos);

II - GT-II, R$ 340,79 (trezentos e quarenta reais e setenta e nove centavos);

III - GT-III, R$ 209,72 (duzentos e nove reais e setenta e dois centavos); e

IV - GT-IV, R$ 157,29 (cento e cinqüenta e sete reais e vinte e nove centavos).

Art. 42. O titular de cargo efetivo das carreiras de que trata o art. 41, quando investido em cargo de Natureza Especial ou em comissão dos níveis DAS 6 e DAS 5, ou equivalentes, em órgãos ou entidades do Governo Federal, fará jus à GDAJ calculada com base no limite máximo.

Parágrafo único. O beneficiário da GDAJ, quando em exercício nas unidades jurídicas dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, se investido em cargo em comissão do nível DAS 4, perceberá a referida Gratificação em valor não inferior a vinte por cento do respectivo vencimento básico.

Art. 43. O titular de cargo efetivo das carreiras referidas no art. 41, que não se encontre nas situações previstas nos arts. 41 e 42, somente fará jus à GDAJ, nos termos deste artigo:

I - quando cedido para a Presidência ou Vice-Presidência da República, perceberá a respectiva gratificação calculada com base nas mesmas regras válidas como se estivesse em exercício nos órgãos ou nas entidades cedentes; e

II - quando cedido para outros órgãos ou entidades do Governo Federal, se investido em cargo em Comissão DAS 4, ou equivalente, perceberá a respectiva gratificação em valor correspondente a vinte por cento do vencimento básico.

Art. 44. Os valores do vencimento dos cargos de Procurador Federal e dos cargos das Carreiras de Advogado da União e de Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União e de Defensor Público da União são os constantes do Anexo XI. **(Ver os arts. 2º, 3º e 4º e os Anexos I, II e III da Lei nº 10.909, de 2004).**

Parágrafo único. Aplica-se aos cargos das Carreiras de Advogado da União e de Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União e de Defensor Público da União a correlação estabelecida no Anexo XIV. **(Ver os arts. 2º, 3º e 4º e os Anexos I, II e III da Lei nº 10.909, de 2004).**

Art. 45. Não serão devidas as seguintes vantagens aos ocupantes dos cargos de que trata o art. 44, inclusive àqueles colocados em quadros suplementares:

I - Representação Mensal de que tratam o Decreto-lei n° 2.333, de 11 de junho de 1987, e Decreto-lei n° 2.371, de 18 de novembro de 1987;

II - Gratificação de que trata o art. 7° da Lei n° 8.460, de 1992;

III - Gratificação de Fiscalização e Arrecadação - GEFA de que trata a Lei n° 8.538, de 21 de dezembro de 1992;

IV - Retribuição Variável da Comissão de Valores Mobiliários - RVCVM de que trata a Lei n° 9.015, de 1995;

V - Retribuição Variável da Superintendência de Seguros Privados - RVSUSEP de que trata a Lei n° 9.015, de 1995;

VI - Gratificação Temporária - GT de que tratam as Leis nos 9.028, de 1995, e 9.651, de 1998;

VII - Gratificação Provisória - GP de que trata a Lei n° 9.651, de 1998;

VIII - Gratificação de Desempenho de Função Essencial à Justiça - GFJ de que trata a Lei n° 9.651, de 1998;

IX - Representação Mensal de que trata a Lei n° 9.366, de 16 de dezembro de 1996;.e

X - Gratificação de Atividade - GAE de que trata a Lei Delegada no 13, de 27 de agosto de 1992.

Art. 46. Os cargos efetivos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, privativos de Bacharel em Direito, que não foram transpostos pela Lei n° 9.028, de 1995, nem por esta Medida Provisória, para as Carreiras de Assistente Jurídico e de Procurador Federal, comporão quadros suplementares em extinção. **(Ver o art. 4º da Lei nº 10.907, de 2004).**

§ 1o O quadro suplementar relativo aos servidores da Administração Federal direta de que trata o **caput** inclui-se na Advocacia-Geral da União.

§ 2o O disposto neste artigo não se aplica aos integrantes da Carreira Policial Federal, aos cargos de Procurador do Banco Central do Brasil, Procurador da Procuradoria Especial da Marinha, Juiz-Presidente e Juiz do Tribunal Marítimo.

Art. 47. Os cargos de Advogado da União e de Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União serão distribuídos pelas três categorias das respectivas carreiras, mediante ato do Advogado-Geral da União.

Art. 48. Aplicam-se aos Procuradores da Procuradoria Especial da Marinha, de que trata a Lei no 7.642, de 18 de dezembro de 1987, e aos ocupantes de cargos integrantes dos quadros suplementares de que trata o art. 46 a tabela de vencimento constante do Anexo XI, observada a correlação do Anexo VI e a gratificação de que trata o art. 41, observado o disciplinamento estabelecido por esta Medida Provisória.

Parágrafo único. Os ocupantes dos cargos de Juiz-Presidente e Juiz do Tribunal Marítimo farão jus, a título de vencimentos, ao valor correspondente ao padrão III da categoria especial da tabela constante do Anexo XI e à gratificação de que trata o art. 41, conforme disposto nesta Medida Provisória. [[386]](#footnote-387)

Art. 49. O exercício, por Procurador da República, do direito de opção irretratável por Carreira da Advocacia-Geral da União, facultado pelo § 2o do art. 29 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, poderá ser manifestado ao Advogado-Geral da União, no prazo de quinze dias estabelecido no art. 61 da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993, contado da publicação da lei de conversão desta Medida Provisória, e comunicado ao Procurador-Geral da República.

§ 1o Ficam assegurados ao optante o ingresso em cargo compatível da Carreira da Advocacia-Geral da União e a percepção dos vencimentos e vantagens do cargo antes ocupado, salvo opção pela retribuição do novo cargo, respeitados o tempo de efetivo serviço e o direito a promoções, assim como as garantias e prerrogativas próprias a membros do Ministério Público Federal, no que não conflitar com a natureza da Advocacia-Geral da União.

§ 2o A opção de que trata este artigo implica a automática criação de cargo na carreira escolhida pelo optante, o qual integrará Quadro Especial, e será extinto quando vagar.

Art. 50. O Advogado-Geral da União editará os atos necessários ao cumprimento do disposto nesta Medida Provisória, relativamente aos cargos de Advogado da União e de Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União e àqueles dos integrantes de seus órgãos vinculados.

**CARREIRAS E CARGOS DO BANCO CENTRAL DO BRASIL**[[387]](#footnote-388)

Art. 51.  A Lei no 9.650, de 27 de maio de 1998, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 3º **(Revogado pela Lei nº 11.344, de 2006)**

"Art. 4o  São atribuições dos titulares do cargo de Procurador do Banco Central do Brasil:

I - a representação judicial e extrajudicial do Banco Central do Brasil;

II - as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos ao Banco Central do Brasil;

III - a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades, inscrevendo-os em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial; e

IV - assistir aos administradores do Banco Central do Brasil no controle interno da legalidade dos atos a serem por eles praticados ou já efetivados." (NR)

"Art. 7o.

§ 1o  Progressão funcional é a passagem do servidor para o padrão de vencimento imediatamente superior dentro de uma mesma classe, observado o interstício de setecentos e trinta dias, redutível, mediante processo de avaliação de desempenho em até cento e oitenta e dois dias.

." (NR)

"Art. 11.  É criada a Gratificação de Atividade do Banco Central do Brasil - GABC, observados os seguintes critérios e percentuais:

I - cargos de Analista do Banco Central do Brasil e de Procurador do Banco Central do Brasil, incluídos nas classes D, C e B: setenta e cinco por cento, incidentes sobre o vencimento básico do padrão onde estiver posicionado o servidor;

II - cargos de Analista do Banco Central do Brasil e de Procurador do Banco Central do Brasil,[[388]](#footnote-389) incluídos nos padrões I, II e III da classe A: sessenta e cinco por cento, incidentes sobre o vencimento básico do padrão onde estiver posicionado o servidor;

III - cargos de Analista do Banco Central do Brasil e de Procurador do Banco Central do Brasil, incluídos no padrão IV da classe A: cinqüenta e cinco por cento, incidentes sobre o vencimento básico do padrão onde estiver posicionado o servidor; e

IV -  cargo de Técnico do Banco Central do Brasil: noventa por cento, incidentes sobre o vencimento básico do padrão onde estiver posicionado o servidor.

Parágrafo único.  A partir de 1o de março de 2008 e até 30 de junho de 2008, a gratificação de que trata o caput será paga aos servidores que a ela fazem jus em valor correspondente a setenta e cinco por cento incidentes sobre o maior vencimento básico do respectivo cargo. (NR) **(Redação dada pela Medida provisória nº 440, de 29.8.2008)**

"Art. 15.

§ 1º **(Revogado pela Lei nº 11.344, de 2006)**

"Art. 17-A.  Além das proibições previstas no art. 17, ao Procurador do Banco Central do Brasil também é proibido:

I - exercer a advocacia fora das atribuições do respectivo cargo;

II - contrariar súmula, parecer normativo ou orientação técnica, adotadas pelo Procurador-Geral do Banco Central do Brasil ou pelo Advogado-Geral da União;

III - manifestar-se, por qualquer meio de divulgação, sobre assuntos conexos às suas atribuições, salvo ordem, ou autorização expressa da Diretoria do Banco Central do Brasil;

IV - exercer suas atribuições em processo, judicial ou administrativo, em que seja parte ou interessado, ou haja atuado como advogado de qualquer das partes, ou no qual seja interessado parente consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, bem como cônjuge ou companheiro, bem assim nas hipóteses da legislação, inclusive processual; e

V - participar de comissão ou banca de concurso e intervir no seu julgamento, quando concorrer parente consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o segundo grau, bem como cônjuge ou companheiro.

Parágrafo único.  Devem os Procuradores do Banco Central do Brasil dar-se por impedidos nas hipóteses em que tenham proferido manifestação favorável à pretensão deduzida em juízo pela parte adversa e naquelas da legislação processual, cumprindo-lhes comunicar, de pronto, o seu impedimento ao respectivo superior hierárquico, visando à designação de substituto." (NR)

Art. 52. **(Revogado pela Lei nº 11.344, de 2006)**

Art. 53.  Os ocupantes dos cargos de Analista do Banco Central do Brasil da Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil e de Procurador do Banco Central do Brasil da Carreira Jurídica do Banco Central do Brasil são enquadrados, a partir de 1o de agosto de 2000, na forma do Anexo XV a esta Medida Provisória.

Art. 54.  O ingresso nos cargos de Analista do Banco Central do Brasil da Carreira de Especialista do Banco Central do Brasil, e de Procurador do Banco Central do Brasil[[389]](#footnote-390) da Carreira Jurídica do Banco Central do Brasil dos aprovados em concurso, cujo edital tenha sido publicado até 29 de junho de 2000, dar-se-á, excepcionalmente, na classe D padrão III.

**PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO**

Art. 55. **(Revogado a partir de 1.1.2002, pela Lei nº 10.302, de 31.10.2001)**

Art. 56. **(Revogado a partir de 1.1.2002, pela Lei nº 10.302, de 31.10.2001)**

Art. 57. **(Revogado a partir de 1.1.2002, pela Lei nº 10.302, de 31.10.2001)**

**FUNÇÕES COMISSIONADAS TÉCNICAS**

Art. 58. Ficam criadas no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para uso no âmbito do Poder Executivo Federal, oito mil setecentas e três Funções Comissionadas Técnicas - FCT, cujos níveis e valores são os constantes do Anexo XIII.

§ 1o As Funções Comissionadas Técnicas destinam-se exclusivamente a ocupantes de cargos efetivos, constantes do Anexo V da Lei n° 9.367, de 16 de dezembro de 1996, que não tenham sido estruturados em carreiras ou abrangidos pelo art. 1o desta Medida Provisória.[[390]](#footnote-391)

§ 2o**(Revogado pela Lei nº 11.526, de 4.10.2007)**

§ 3o**(Revogado pela Lei nº 11.526, de 4.10.2007)**

§ 4o As Funções Comissionadas Técnicas não são cumulativas com os cargos em comissão de Natureza Especial e do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, de que trata a Lei n° 9.030, de 13 de abril de 1995, com as Funções Gratificadas, criadas pelo art. 26 da Lei n° 8.216, de 13 de agosto de 1991, com as Gratificações de Representação da Presidência da República e dos órgãos que a integram com os cargos de Direção e Funções Gratificadas de que trata o art. 1° da Lei n° 9.640, de 25 de maio de 1998, e com os Cargos Comissionados de Direção, de Gerência Executiva, de Assessoria, de Assistência e Técnicos a que se refere a Lei n° 9.986, de 18 de julho de 2000.

§ 5o A Função Comissionada Técnica a que se refere este artigo, caracterizada pela complexidade e responsabilidade, somente poderá ser ocupada por servidor com qualificação, capacidade e experiência, na forma definida em ato do Poder Executivo.

§ 6o O preenchimento das Funções Comissionadas Técnicas referidas no **caput** deste artigo deverá ser feito de forma gradual, observando-se a disponibilidade orçamentária em cada exercício, e somente poderá ocorrer após a avaliação de cada posto de trabalho existente no órgão ou na entidade, de acordo com critérios a serem estabelecidos em regulamento.

§ 7o As Funções Comissionadas Técnicas não se incorporam aos proventos da aposentadoria e às pensões.

**DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 59. Para fins de incorporação aos proventos da aposentadoria ou às pensões, as Gratificações de que tratam os arts. 8~~o~~, 13, 19, 30, 41 e 56 desta Medida Provisória: **[[391]](#footnote-392)**

I - somente serão devidas, se percebidas há pelo menos cinco anos; e

II - serão calculadas pela média aritmética dos últimos sessenta meses anteriores à aposentadoria ou instituição da pensão.

§ 1o A aplicação do disposto nesta Medida Provisória a aposentados e pensionistas não poderá implicar redução de proventos e pensões.

§ 2o Constatada a redução de proventos ou pensão decorrente da aplicação do disposto nesta Medida Provisória, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada.

§ 3o**(Revogado a partir de 1.1.2002, pela Lei nº 10.302, de 31.10.2001)**

§ 4o As vantagens pessoais de que tratam os §§ 2o e 3o deste artigo serão calculadas quando da aplicação do disposto nesta Medida Provisória e estarão sujeitas exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

Art. 60. Aplicam-se as disposições desta Medida Provisória às aposentadorias e pensões, exceto as gratificações a que se refere os arts. 8o, 13, 19, 30 e 41, relativamente às aposentadorias e pensões concedidas até 30 de junho de 2000.

Parágrafo único. **(Revogado a partir de 1.1.2002, pela Lei nº 10.302, de 31.10.2001)**

Art. 60-A. A partir de 1o de dezembro de 2003, as gratificações a que se referem os arts. 8o, 13 e 19 desta Medida Provisória aplicam-se às aposentadorias e às pensões concedidas ou instituídas até 29 de junho de 2000, no valor correspondente a trinta por cento do percentual máximo aplicado ao padrão da classe em que o servidor que lhes deu origem estivesse posicionado. **(Incluído pela Lei n° 10.769, de 19.11.2003. Ver o art. 25 da Lei nº 11.094, de 2005)**

§ 1o A hipótese prevista no **caput** aplica-se igualmente às aposentadorias e pensões concedidas ou instituídas antes que o servidor que lhes deu origem completasse sessenta meses de percepção das gratificações.

§ 2o As gratificações referidas no **caput** aplicam-se às aposentadorias e pensões concedidas ou instituídas após 29 de junho de 2000 e serão calculadas conforme o disposto no inciso II do art. 59 desta Medida Provisória, desde que transcorridos pelo menos sessenta meses de percepção das gratificações. **(Incluído pela Lei n° 10.769, de 19.11.2003)**

Art. 60-B.  A partir de 1° de julho de 2006, as gratificações a que se referem os arts. 8°, 13 e 19 desta Medida Provisória aplicam-se às aposentadorias e às pensões concedidas ou instituídas até 29 de junho de 2000, no valor correspondente a 50% (cinqüenta por cento) do percentual máximo aplicado ao padrão da classe em que o servidor que lhes deu origem estivesse posicionado.  **(Incluído pela Lei nº 11.356, de 18.10.2006)**

§ 1°  A hipótese prevista no caput deste artigo aplica-se igualmente às aposentadorias e pensões concedidas ou instituídas antes que o servidor que lhes deu origem tenha completado 60 (sessenta) meses de percepção das gratificações. **(Incluído pela Lei nº 11.356, de 18.10.2006)**

§ 2°  As gratificações referidas no caput deste artigo aplicam-se às aposentadorias e pensões concedidas ou instituídas após 29 de junho de 2000 e serão calculadas conforme o disposto no inciso II do caput do art. 59 desta Medida Provisória, desde que transcorridos pelo menos 60 (sessenta) meses de percepção das gratificações. (NR) **(Incluído pela Lei nº 11.356, de 18.10.2006)**

Art. 61. Enquanto não forem regulamentadas e até que sejam processados os resultados da avaliação de desempenho, as Gratificações referidas no art. 59 desta Medida Provisória corresponderão aos seguintes percentuais incidentes sobre o vencimento básico de cada servidor:

I - Gratificação de Desempenho de Atividade do Ciclo de Gestão, vinte e cinco por cento;

II - Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Valores Mobiliários, vinte e cinco por cento;

III - Gratificação de Desempenho de Atividade de Auditoria de Seguros Privados, vinte e cinco por cento;

IV - Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia, doze vírgula vinte e cinco por cento, cinco vírgula cinco por cento e dois vírgula cinco por cento, para os cargos de níveis superior, intermediário e auxiliar, respectivamente;

V - Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária, vinte e cinco por cento;

VI - Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica, doze por cento; e

VII - **(Revogado a partir de 1.1.2002, pela Lei nº 10.302, de 31.10.2001)**

§ 1o O resultado da primeira avaliação gera efeitos financeiros a partir do início do período de avaliação, devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior ou menor.

§ 2o O disposto neste artigo aplica-se aos ocupantes de cargos ou funções comissionadas que fazem jus às gratificações de que tratam os incisos I a VII.

Art. 62. Os valores dos vencimentos básicos constantes dos Anexos VII, VIII, IX, X, XI, XII e XVIII não poderão servir de base de cálculo para quaisquer outras gratificações ou vantagens de quaisquer outros servidores.

Art. 63. Na hipótese de redução de remuneração decorrente da aplicação do disposto nesta Medida Provisória, a diferença será paga a título de vantagem pessoal nominalmente identificada, a ser absorvida por ocasião da reorganização ou reestruturação dos cargos, carreiras ou tabelas remuneratórias, concessão de reajustes, adicionais, gratificações ou vantagem de qualquer natureza ou do desenvolvimento no cargo ou na carreira." (NR) **(Redação dada pela Medida Provisória no 43, de 2002, convertida na Lei n° 10.549, de 2002. Ver o art. 8º da Lei nº 10.909, de 2004).**

Parágrafo único. Em se tratando de nomeados para os cargos integrantes das Carreiras da Advocacia-Geral da União, em decorrência de concursos públicos iniciados até 30 de junho de 2000, a diferença será calculada tendo em vista a remuneração inicial de maior valor indicado em edital, assim também se calculando para os demais integrantes das respectivas categorias iniciais das mencionadas Carreiras.

Art. 64. Os servidores alcançados por esta Medida Provisória não fazem jus à percepção da Gratificação de Atividade - GAE de que trata a Lei Delegada no 13, de 1992.

Art. 65. Até que seja aprovado o regulamento de que trata o § 2o do art. 4o desta Medida Provisória, aplicam-se, para fins de progressão funcional e promoção, as normas vigentes na data de sua publicação.

§ 1o Na contagem do interstício necessário à promoção e à progressão será aproveitado o tempo computado até a data em que tiver sido feito o enquadramento decorrente da aplicação do disposto nesta Media Provisória.

§ 2o Para fins do disposto neste artigo, não será considerado como progressão funcional ou promoção o enquadramento decorrente da aplicação desta Medida Provisória.

Art. 66. Nos casos de transposição ou novo enquadramento, as diferenças remuneratórias, decorrentes de alterações no vencimento básico, serão consideradas para todos os efeitos como parte integrante do novo vencimento básico.

Art. 67. Será de cento e vinte dias, contados a partir de 30 de junho de 2000, o prazo para encaminhamento pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão à Casa Civil da Presidência da República das propostas de regulamentação das Gratificações de que trata o art. 59.

Art. 68.**Revogado pelo art. 7o da Lei no 10.470, de 2002.**

Art. 69. Caso venha a ser extinta autarquia ou fundação em cujo Quadro de Lotação de Pessoal se incluam Procuradores Federais, estes serão redistribuídos para outras entidades.

§ 1o O disposto no **caput** deste artigo aplica-se, também, às extinções ocorridas no período compreendido entre a criação da Carreira de Procurador Federal e o início de vigência desta Medida Provisória.

§ 2o Na hipótese de extinção de autarquia ou fundação ocorrida anteriormente à criação da Carreira de Procurador Federal, será facultado, aos que ocupavam na entidade extinta qualquer um dos cargos elencados no art. 39 desta Medida Provisória, o enquadramento na Carreira de Procurador Federal, mediante opção do interessado, manifestada até 31 de janeiro de 2001, desde que atendidas todas as exigências necessárias ao enquadramento.

Art. 70. Aplica-se o disposto nos §§ 1o e 2o do art. 69 aos casos semelhantes de redistribuição, independentemente de haver sido ou não extinta a entidade de origem.

Art. 71. Os arts. 1° e 2° do Decreto-lei n° 2.194, de 26 de dezembro de 1984, alcançam em seus efeitos os servidores do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem - DNER, ativos e inativos, e os pensionistas que já estejam percebendo a vantagem deles decorrente.[[392]](#footnote-393)

§ 1o O disposto no **caput** não se aplica aos integrantes da Carreira de Procurador Federal.

§ 2o O disposto no art. 64 desta Medida Provisória não se aplica aos servidores do DNER.

Art. 72. O art. 22 da Lei no 9.986, de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22. Ficam as Agências autorizadas a custear as despesas com remoção e estada para os profissionais que, em virtude de nomeação para Cargos Comissionados de Direção, de Gerência Executiva e de Assessoria dos níveis CD I e II, CGE I, II, III e IV, CA I e II, e para os Cargos Comissionados Técnicos, nos níveis CCT V e IV, vierem a ter exercício em cidade diferente da de seu domicílio, conforme disposto em regulamento de cada Agência, observados os limites de valores estabelecidos para a Administração Pública Federal direta." (NR)

Art. 73. O Quadro IV da Lei nº 10.171, de 5 de janeiro de 2001, fica acrescido das autorizações constantes no Anexo XIX desta Medida Provisória.

Art. 74. O art. 4~~o~~ da Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4°

§ 7° Os contratos dos professores substitutos prorrogados com base no inciso III deste artigo poderão ser novamente prorrogados, pelo prazo de até doze meses, desde que o prazo final do contrato não ultrapasse 31 de dezembro de 2002, e tenha sido aberto processo seletivo simplificado, com ampla divulgação, sem a inscrição ou aprovação de candidatos." (NR)

Art. 75. Os membros da Advocacia-Geral da União, como os integrantes da Carreira de Procurador Federal e de órgãos jurídicos vinculados à Instituição em geral, respondem, na apuração de falta funcional praticada no exercício de suas atribuições específicas, institucionais e legais, exclusivamente perante a Advocacia-Geral da União, e sob as normas, inclusive disciplinares, da Lei Orgânica da Instituição e dos atos legislativos que, no particular, a complementem.

§ 1o A apuração das faltas funcionais objeto do **caput**, no que concerne aos membros da Instituição, incumbe à Corregedoria-Geral da Advocacia da União[[393]](#footnote-394), observada, a cada caso, a atribuição privativamente deferida ao Advogado-Geral da União pelo inciso XV do art. 4º da Lei Complementar no 73, de 1993.

§ 2o A apuração de falta funcional imputada a Procurador Federal, ou a integrante de órgão jurídico vinculado à Instituição em geral, incumbe ao Procurador-Geral, ou Chefe do Departamento Jurídico respectivo, o qual, logo que ultimados os trabalhos, deve submetê-los ao conhecimento do Advogado-Geral da União.**(Ver art. 11 da Lei no 10.480, de 2002.)**

§ 3o O Advogado-Geral da União disporá, em ato próprio e nos termos do § 3° do art. 45 da Lei Complementar n° 73, de 1993, sobre a aplicação deste artigo. **(Ver art. 11 da Lei no 10.480, de 2002.)**

Art. 76. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória no 2.150-42, de 24 de agosto de 2001, naquilo em que não seja conflitante ou divergente com o disposto nesta Medida Provisória.

Art. 77. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 78. Ficam revogados os arts. 4°, 9°, 10 e 11 do Decreto-lei n° 2.266, de 12 de março de 1985; a Lei n° 7.702, de 21 de dezembro de 1988; o art. 7° da Lei n° 8.538, de 21 de dezembro de 1992; o art. 22 da Lei n° 8.691, de 28 de julho de 1993; a Lei n° 9.638, de 20 de maio de 1998; a Lei n° 9.647, de 26 de maio de 1998; o art. 11 da Lei n° 9.620, de 2 de abril de 1998; os arts. 1° e 10 da Lei n° 9.641, de 25 de maio de 1998; o § 1° do art. 11, o § 2° do art. 12 e o Anexo III da Lei no 9.650, de 27 de maio de 1998; os arts. 1° e 13 da Lei n° 9.651, de 27 de maio de 1998; o Decreto n° 2.665, de 10 de julho de 1998, e a Medida Provisória n° 2.150-42, de 24 de agosto de 2001.

Brasília, 6 de setembro de 2001; 180o da Independência e 113o da República.

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

Amaury Guilherme Bier

Eliseu Padilha

Marcus Vinicius Pratini de Moraes

Paulo Renato de Souza

José Serra

Sérgio Silva do Amaral

Martus Tavares

Roberto Brant

Ronaldo Mota Sardenberg

Gilmar Ferreira Mende

**ANEXO I**

**(Revogado em parte pelo art. 9º da Lei nº 10.883, de 2004)**

a) ESTRUTURA **(DE CARGOS DA CARREIRA DE FISCAL FEDERAL AGROPECUÁRIO E −Revogado pela Lei nº 11.034, de 2004)**DOS CARGOS TÉCNICOS-ADMINISTRATIVOS DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO VINCULADAS AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **SITUAÇÃO NOVA** | | |
| **CARGO** | **PADRÃO** | **CLASSE** |
| ~~Fiscal Federal Agropecuário~~**(Revogado pela Lei nº 10.883, de 2004)**  Técnicos-Administrativos das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação | III | ESPECIAL |
| II |
| I |
| VI | C |
| V |
| IV |
| III |
| II |
| I |
| VI | B |
| V |
| IV |
| III |
| II |
| I |
| V | A |
| IV |
| III |
| II |
| I |

b) ESTRUTURA DE CARGOS DAS CARREIRAS E CARGOS DO GRUPO GESTÃO E DE NÍVEL SUPERIOR DA CVM E SUSEP

| **SITUAÇÃO NOVA** | | |
| --- | --- | --- |
| **CARGO** | **PADRÃO** | **CLASSE** |
| Analista de Finanças e Controle, Analista de Planejamento e Orçamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA  Analista de Comércio Exterior  Inspetor e Analista da CVM  Analista Técnico da SUSEP  Técnico de Finanças e Controle, Técnico de Planejamento e Orçamento e cargos de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA | IV | ESPECIAL |
| III |
| II |
| I |
| VII | C |
| VI |
| V |
| IV |
| III |
| II |
| I |
| VII | B |
| VI |
| V |
| IV |
| III |
| II |
| I |
| VI | A |
| V |
| IV |
| III |
| II |
| I |

b-1) ESTRUTURA DE CARGOS DAS CARREIRAS E CARGOS DO GRUPO GESTÃO E DE NÍVEL SUPERIOR DA CVM E DA SUSEP VIGENTE A PARTIR DE 1o DE DEZEMBRO DE 2003(Incluído pela Lei n° 10.769, de 19.11.2003)

| **SITUAÇÃO NOVA** | | |
| --- | --- | --- |
| CARGO | CLASSE | PADRÃO |
| Analista de Finanças e Controle, Analista de Planejamento e Orçamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA  Analista de Comércio Exterior  Inspetor e Analista da CVM  Analista Técnico da SUSEP  Técnico de Finanças e Controle, Técnico de Planejamento e Orçamento e cargos de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA | ESPECIAL | IV |
| III |
| II |
| I |
| C | III |
| II |
| I |
| B | III |
| II |
| I |
| A | III |
| II |
| I |

**ANEXO II**

a) ESTRUTURA DE CARGOS DA CARREIRA DE PESQUISA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **NÍVEL** | **CARGO** | **PADRÃO** | **CLASSE** |
| NS | Pesquisador | III | TITULAR |
| II |
| I |
| III | ASSOCIADO |
| II |
| I |
| III | ADJUNTO |
| II |
| I |
| III | ASSISTENTE DE  PESQUISA |
| II |
| I |

b) ESTRUTURA DE CARGOS DA CARREIRA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

| **NÍVEL** | **CARGO** | **PADRÃO** | **CLASSE** |
| --- | --- | --- | --- |
| NS | Tecnologista | III | SÊNIOR |
| II |
| I |
| III | PLENO 3 |
| II |
| I |
| III | PLENO 2 |
| II |
| I |
| III | PLENO 1 |
| II |
| I |
| III | JÚNIOR |
| II |
| I |
| NI | Técnico | III | TÉCNICO 3 |
| II |
| I |
| VI | TÉCNICO 2 |
| V |
| IV |
| III |
| II |
| I |
| VI | TÉCNICO 1 |
| V |
| IV |
| III |
| II |
| I |
| NA | Auxiliar Técnico | VI | AUXILIAR TÉCNICO 2 |
| V |
| IV |
| III |
| II |
| I |
|  |  | VI | AUXILIAR TÉCNICO 1 |
| V |
| IV |
| III |
| II |
| I |

c) ESTRUTURA DE CARGOS DA CARREIRA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E INFRA-ESTRUTURA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

| **NÍVEL** | **CARGO** | **PADRÃO** | **CLASSE** |
| --- | --- | --- | --- |
| NS | Analista em Ciência e Tecnologia | III | SÊNIOR |
| II |
| I |
| III | PLENO 3 |
| II |
| I |
| III | PLENO 2 |
| II |
| I |
| III | PLENO 1 |
| II |
| I |
| III | JÚNIOR |
| II |
| I |
| NI | Assistente em Ciência e Tecnologia | III | ASSISTENTE 3 |
| II |
| I |
| VI | ASSISTENTE 2 |
| V |
| IV |
| III |
| II |
| I |
| VI | ASSISTENTE 1 |
| V |
| IV |
| III |
| II |
| I |
| NA | Auxiliar em Ciência e Tecnologia | VI | AUXILIAR 2 |
| V |
| IV |
| III |
| II |
| I |
| VI | AUXILIAR 1 |
| V |
| IV |
| III |
| II |
| I |

**ANEXO III**

ESTRUTURA DE CARGOS

| **CARGO** | **PADRÃO** | **CATEGORIA** |
| --- | --- | --- |
| Procurador Federal | III | ESPECIAL |
| II |
| I |
| V | PRIMEIRA |
| IV |
| III |
| II |
| I |
| VII | SEGUNDA |
| VI |
| V |
| IV |
| III |
| II |
| I |

**ANEXO IV**

TABELA DE CORRELAÇÃO

| SITUAÇÃO ATUAL | | | SITUAÇÃO NOVA | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Cargo | Classe | Padrão | Padrão | Classe | Cargo |
| Fiscal de Defesa Agropecuária  Médico Veterinário  Técnicos-Administrativos das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação | A | III | III | ESPECIAL | Fiscal Federal Agropecuário  Técnicos-Administrativos das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação |
| II | II |
| I | I |
| B | VI | VI | C |
| V | V |
| IV | IV |
| III | III |
| II | II |
| I | I |
| C | VI | VI | B |
| V | V |
| IV | IV |
| III | III |
| II | II |
| I | I |
| D | V | V | A |
| IV | IV |
| III | III |
| II | II |
| I | I |

**ANEXO V**

a) TABELA DE CORRELAÇÃO DE CARGOS DA CARREIRA DE PESQUISA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Situação Atual** | | **Situação Nova** | |
| **CLASSE** | **PADRÃO** | **PADRÃO** | **CLASSE** |
| TITULAR | III | III | TITULAR |
| II | II |
| I | I |
| ASSOCIADO | III | III | ASSOCIADO |
| II | II |
| I | I |
| ADJUNTO | III | III | ADJUNTO |
| II | II |
| I | I |
| ASSISTENTE DE PESQUISA | III | III | ASSISTENTE DE PESQUISA |
| II | II |
| I | I |

b) TABELA DE CORRELAÇÃO DE CARGOS DA CARREIRA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

| Situação Atual | | Situação Nova | |
| --- | --- | --- | --- |
| CLASSE | PADRÃO | PADRÃO | CLASSE |
| SÊNIOR | III | III | SÊNIOR |
| II | II |
| I | I |
| PLENO 3 | III | III | PLENO 3 |
| II | II |
| I | I |
| PLENO 2 | III | III | PLENO 2 |
| II | II |
| I | I |
| PLENO 1 | III | III | PLENO 1 |
| II | II |
| I | I |
| JÚNIOR | III | III | JÚNIOR |
| II | II |
| I | I |
| TÉCNICO 3 | III | III | TÉCNICO 3 |
| II | II |
| I | I |
| TÉCNICO 2 | VI | VI | TÉCNICO 2 |
| V | V |
| IV | IV |
| III | III |
| II | II |
| I | I |
| TÉCNICO 1 | VI | VI | TÉCNICO 1 |
| V | V |
| IV | IV |
| III | III |
| II | II |
| I | I |
| AUXILIAR TÉCNICO 2 | VI | VI | AUXILIAR TÉCNICO 2 |
| V | V |
| IV | IV |
| III | III |
| II | II |
| I | I |
| AUXILIAR TÉCNICO 1 | VI | VI | AUXILIAR TÉCNICO 1 |
| V | V |
| IV | IV |
| III | III |
| II | II |
| I | I |

c) TABELA DE CORRELAÇÃO DE CARGOS DA CARREIRA DE GESTÃO, PLANEJAMENTO E INFRA-ESTRUTURA EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

| Situação Atual | | Situação Nova | |
| --- | --- | --- | --- |
| CLASSE | PADRÃO | PADRÃO | CLASSE |
| SÊNIOR | III | III | SÊNIOR |
| II | II |
| I | I |
| PLENO 3 | III | III | PLENO 3 |
| II | II |
| I | I |
| PLENO 2 | III | III | PLENO 2 |
| II | II |
| I | I |
| PLENO 1 | III | III | PLENO 1 |
| II | II |
| I | I |
| JÚNIOR | III | III | JÚNIOR |
| II | II |
| I | I |
| ASSISTENTE 3 | III | III | ASSISTENTE 3 |
| II | II |
| I | I |
| ASSISTENTE 2 | VI | VI | ASSISTENTE 2 |
| V | V |
| IV | IV |
| III | III |
| II | II |
| I | I |
| ASSISTENTE 1 | VI | VI | ASSISTENTE 1 |
| V | V |
| IV | IV |
| III | III |
| II | II |
| I | I |
| AUXILIAR 2 | VI | VI | AUXILIAR 2 |
| V | V |
| IV | IV |
| III | III |
| II | II |
| I | I |
| AUXILIAR 1 | VI | VI | AUXILIAR 1 |
| V | V |
| IV | IV |
| III | III |
| II | II |
| I | I |

**ANEXO VI**

**(Ver art. 8o e Anexo I da Medida Provisória no 43, de 2002, convertida na Lei n° 10.549, de 2002)**

TABELA DE CORRELAÇÃO DE CARGOS

| SITUAÇÃO ATUAL | | | SITUAÇÃO NOVA | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Cargos | Categoria | Padrão | Padrão | Categoria | Cargo |
| Procurador Autárquico  Procurador  Advogado  Assistente Jurídico de Autarquias e Fundações Públicas Federais  Procurador e Advogado da Superintendência de Seguros Privados e da Comissão de Valores Mobiliários | A | III | III | ESPECIAL | Procurador Federal |
| II | II |
| I | I |
| B | VI | V | PRIMEIRA |
| V | IV |
| IV | III |
| III | II |
| II | I |
| I | VII | SEGUNDA |
| C | VI |
| V |
| IV |
| III |
| II |
| I | VI |
| D | V |
|  | IV |  |
| III |
| II |
| I | V |
|  |  | IV |
|  |  | III |
|  |  | II |
|  |  | I |

**ANEXO VII**

**(Revogado pela Medida Provisória nº 440, de 29.8.2008 Revogado pela 8,convertida na lei nº 11.890, de 24.12.2008)**

ANEXO VII-A

**(Revogado pela Medida Provisória nº 440, de 29.8.2008 Revogado pela 8,convertida na lei nº 11.890, de 24.12.2008)**

**ANEXO VIII**

**(Revogado pela Medida Provisória nº 440, de 29.8.2008 Revogado pela 8,convertida na lei nº 11.890, de 24.12.2008)**

ANEXO VIII-A

**(Revogado pela Medida Provisória nº 440, de 29.8.2008 Revogado pela 8,convertida na lei nº 11.890, de 24.12.2008)**

**ANEXO IX**

**(Revogado pela Lei nº 11.344, de 2006)**

**ANEXO X**

**(Revogado pela Lei nº 10.883, de 2004)**

**ANEXO XI**

**(Ver art. 8o e Anexo II da Medida Provisória no 43, de 2002, convertida na Lei n° 10.549, de 2002.)**

**TABELA DE VENCIMENTO**

| **CARGO** | **CATEGORIA** | **PADRÃO** | **VALOR (EM REAIS)** |
| --- | --- | --- | --- |
| Procurador Federal  Advogado da União  Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União  Defensor Público da União  Procurador da Procuradoria Especial da Marinha  OBS.: Os integrantes das Carreiras de Procurador Federal, Advogado da União e Defensor Público passaram a ser remunerados por subsídio, conforme a Lei nº Lei nº 11.358, de 2006. | ESPECIAL | III | 5.446,34 |
| II | 5.309,16 |
| I | 5.176,14 |
| PRIMEIRA | V | 4.883,15 |
| IV | 4.749,68 |
| III | 4.619,86 |
| II | 4.493,59 |
| I | 4.370,77 |
| SEGUNDA | VII | 4.123,37 |
| VI | 3.927,02 |
| V | 3.740,02 |
| IV | 3.561,92 |
| III | 3.392,31 |
| II | 3.230,77 |
| I | 3.076,92 |

**ANEXO XII**

**(Revogado pela Lei nº 11.344, de 2006)**

**ANEXO XIII**

**(Revogado pela Lei nº 11.526, de 4.10.2007)**

**ANEXO XIV**

**(Ver art. 8o e Anexo I da Medida Provisória no 43, de 2002, convertida na Lei n° 10.549, de 2002.)**

**TABELA DE CORRELAÇÃO DE CARGOS**

| **SITUAÇÃO ATUAL** | | **SITUAÇÃO NOVA** | | |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| Cargos | Classe | Padrão | Categoria | Cargos |
| Advogado da União  Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União  Defensor Público da União | ESPECIAL | III | ESPECIAL | Advogado da União  Assistente Jurídico da Advocacia-Geral da União  Defensor Público da União |
|  | II |
| I |
| PRIMEIRA | V | PRIMEIRA |
|  | IV |
| III |
| II |
| I |
| SEGUNDA | VII | SEGUNDA |
|  | VI |
| V |
| IV |
| III |
| II |
| I |

**ANEXO XV**

**TABELA DE CORRELAÇÃO**

| SITUAÇÃO ATUAL | | | SITUAÇÃO NOVA | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| Cargo | Classe | Padrão | Padrão | Classe | Cargo |
| Analista do Banco Central do Brasil  Procurador do Banco Central do Brasil | A | IV | IV | A | Analista do Banco Central do Brasil  Procurador do Banco Central do Brasil |
| III |
| II | III |
| I | II |
| B | IV | I |
| III | IV | B |
| II | III |
| I | II |
| C | IV |
| III | I |
| II | IV | C |
| I | III |
| D | III | II |
| II | I |
| I | III | D |
|  | II |
| I |

**ANEXO XVI**

**(Revogado pelo art. 7o da Lei no 10.470, de 2002.)**

**ANEXO XVII**

**TABELA DE CORRELAÇÃO**

|  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **SITUAÇÃO ATUAL** | | | **SITUAÇÃO NOVA** | | |
| **Cargo** | **Classe** | **Padrão** | **Padrão** | **Classe** | **Cargo** |
| Analista de Finanças e Controle, Analista de Planejamento e Orçamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA  Técnico de Finanças e Controle, Técnico de Planejamento e Orçamento e cargos de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA  Analista de Comércio Exterior  Inspetor e Analista da CVM  Analista Técnico da SUSEP | ESPECIAL | III | IV | ESPECIAL | Analista de Finanças e Controle, Analista de Planejamento e Orçamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA  Técnico de Finanças e Controle, Técnico de Planejamento e Orçamento e cargos de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA  Analista de Comércio Exterior  Inspetor e Analista da CVM  Analista Técnico da SUSEP |
| II | III |
| I | II |
| C | VI | I |
| V | VII | C |
| IV | VI |
| III | V |
| II | IV |
| I | III |
| B | VI | II |
| V | I |
| IV | VII | B |
| III | VI |
| II | V |
| I | IV |
| A | V | III |
| IV | II |
| III | I |
| II | VI | A |
| I | V |
|  |  | IV |
|  |  | III |
|  |  | II |
|  |  | I |

**ANEXO XVII-A**

**(Incluído pela Lei n° 10.769, de 19.11.2003)**

TABELA DE CORRELAÇÃO VIGENTE A PARTIR DE 1o DE DEZEMBRO DE 2003

| **SITUAÇÃO ATUAL** | | | **SITUAÇÃO NOVA** | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Cargo** | **Classe** | **Padrão** | **Padrão** | **Classe** | **Cargo** |
| Analista de Finanças e Controle, Analista de Planejamento e Orçamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA  Analista de Comércio Exterior  Inspetor e Analista da CVM  Analista Técnico da SUSEP | ESPECIAL | IV | IV | ESPECIAL | Analista de Finanças e Controle, Analista de Planejamento e Orçamento, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, Técnico de Planejamento P-1501 do Grupo P-1500, Técnico de Planejamento e Pesquisa e demais cargos de nível superior do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA  Analista de Comércio Exterior  Inspetor e Analista da CVM  Analista Técnico da SUSEP |
| III |
| II | III |
| I | II |
| C | VII | I |
| VI |
| V | III | C |
| IV |
| III |
| II | II |
| I |
| B | VII |
| VI | I |
| V |
| IV |
| III | III | B |
| II |
| I |
| A | VI | II |
| V |
| IV | I |
| III | III | A |
| II | II |
| I | I |

ANEXO XVII-B

**(Incluído pela Lei n° 10.769, de 19.11.2003**

TABELA DE CORRELAÇÃO VIGENTE A PARTIR DE 1o DE DEZEMBRO DE 2003

| **SITUAÇÃO ATUAL** | | | **SITUAÇÃO NOVA** | | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Cargo** | **Classe** | **Padrão** | **Padrão** | **Classe** | **Cargo** |
| Técnico de Finanças e Controle, Técnico de Planejamento e Orçamento e cargos de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA | ESPECIAL | IV | IV | ESPECIAL | Técnico de Finanças e Controle, Técnico de Planejamento e Orçamento e cargos de nível intermediário do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA |
| III |
| II | III |
| I | II |
| C | VII | I |
| VI |
| V | III | C |
| IV |
| III |
| II | II |
| I |
| B | VII |
| VI | I |
| V |
| IV |
| III | III | B |
| II |
| I |
| A | VI | II |
| V |
| IV | I |
| III | III | A |
| II | II |
| I | I |

**ANEXO XVIII**

**TABELA DE VENCIMENTO**

a) Cargos de Nível Superior

| **CARGO** | **CLASSE** | **PADRÃO** | **VALOR (EM R $)** |
| --- | --- | --- | --- |
| Técnicos-Administrativos das instituições federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação | ESPECIAL | III | 644,89 |
| II | 603,40 |
| I | 563,87 |
| C | VI | 555,50 |
| V | 539,44 |
| IV | 523,92 |
| III | 508,85 |
| II | 494,21 |
| I | 480,01 |
| B | VI | 466,21 |
| V | 452,82 |
| IV | 439,82 |
| III | 427,19 |
| II | 414,94 |
| I | 403,05 |
| A | V | 391,52 |
| IV | 380,29 |
| III | 318,89 |
| II | 309,75 |
| I | 300,87 |

b) Cargos de Nível Médio

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **CARGO** | **CLASSE** | **PADRÃO** | **VALOR (EM R $)** |
| Técnicos-Administrativos das instituições federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação | ESPECIAL | III | 387,68 |
| II | 371,53 |
| I | 356,01 |
| C | VI | 341,16 |
| V | 326,95 |
| IV | 313,36 |
| III | 300,34 |
| II | 287,84 |
| I | 275,92 |
| B | VI | 264,47 |
| V | 253,55 |
| IV | 243,08 |
| III | 233,04 |
| II | 223,44 |
| I | 214,25 |
| A | V | 205,47 |
| IV | 201,01 |
| III | 198,40 |
| II | 196,40 |
| I | 194,40 |

c) Cargos de Nível Auxiliar

| **CARGO** | **CLASSE** | **PADRÃO** | **VALOR (EM R $)** |
| --- | --- | --- | --- |
| Técnicos-Administrativos das instituições federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação | ESPECIAL | III | 218,07 |
| II | 207,70 |
| I | 203,81 |
| C | VI | 200,60 |
| V | 199,50 |
| IV | 198,40 |
| III | 197,30 |
| II | 196,20 |
| I | 195,10 |
| B | VI | 194,00 |
| V | 192,90 |
| IV | 191,80 |
| III | 190,70 |
| II | 189,60 |
| I | 188,50 |
| A | V | 187,40 |
| IV | 186,30 |
| III | 185,20 |
| II | 184,10 |
| I | 183,00 |

**ANEXO XIX**

**DEMONSTRATIVO DE QUE TRATA O ART. 62 DA LEI No 9.995, DE 2000, PARA ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ART. 169, § 1~~o~~, INCISO II, DA CONSTITUIÇÃO**

"4 - PODER EXECUTIVO:

III - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:

b) criação de 500 cargos de Fiscal Federal Agropecuário.

IV **-** Ministério da Ciência e Tecnologia**:**

c) provimento, mediante concurso, no Quadro de Pessoal do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia:

i) de até 7 cargos de Pesquisador da Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia;

ii) de até 5 cargos de Tecnologista da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico;

iii) de até 3 cargos de Técnico da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico;

d) provimento, mediante concurso, no Quadro de Pessoal do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial:

i) de até 11 cargos de Pesquisador da Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia;

ii) de até 12 cargos de Tecnologista da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico;

iii) de até 3 cargos de Técnico da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico;

e) provimento, mediante concurso, no Quadro de Pessoal da Comissão Nacional de Energia Nuclear:

i) de até 20 cargos de Pesquisador da Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia;

ii) de até 18 cargos de Tecnologista da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico;

iii) de até 5 cargos de Técnico da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico;

V - Ministério da Fazenda:

h) criação de 30 cargos de Analista Técnico no Quadro de Pessoal da Superintendência de Seguros Privados e provimento, mediante concurso público, de até 31 cargos de Analista Técnico;

l) provimento, mediante concurso público, de 115 cargos de Analista do Banco Central do Brasil; e

m) provimento, mediante concurso público, de 30 cargos de Procurador do Banco Central do Brasil;

VI - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior:

b) provimento, mediante concurso público, de até 7 cargos de Pesquisador da Carreira de Pesquisa em Ciência e Tecnologia do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO;

c) provimento, mediante concurso público, de até 26 cargos de Tecnologista da Carreira de Desenvolvimento Tecnológico do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO;

VII - Ministério da Justiça:

d) concessão da Gratificação de Operações Especiais - GOE para os Policiais Rodoviários Federais.

IX - Ministério da Previdência e Assistência Social:

b) criação de 5.000 empregos públicos no Quadro de Pessoal do Instituto Nacional do Seguro Social;

XVI - Ministério da Defesa:

b) implantação da Lei de Remuneração dos Militares;

c) provimento, mediante concurso público, de até 8 cargos de Pesquisador Adjunto da Carreira de Ciência e Tecnologia no Comando da Aeronáutica;

d) provimento, mediante concurso público, de até 18 cargos de Assistente de Pesquisa da Carreira de Ciência e Tecnologia no Comando da Aeronáutica;

e) provimento, mediante concurso público, de até 3 cargos de Tecnologista Sênior da Carreira de Ciência e Tecnologia no Comando da Aeronáutica;

f) provimento, mediante concurso público, de até 5 cargos de Tecnologista Pleno 2 da Carreira de Ciência e Tecnologia no Comando da Aeronáutica;

g) provimento, mediante concurso público, de até 10 cargos de Tecnologista Pleno 1 da Carreira de Ciência e Tecnologia no Comando da Aeronáutica;

h) provimento, mediante concurso público, de até 136 cargos de Tecnologista Júnior da Carreira de Ciência e Tecnologia no Comando da Aeronáutica;

i) provimento, mediante concurso público, de até 48 cargos de Analista em Ciência e Tecnologia da Carreira de Ciência e Tecnologia no Comando da Aeronáutica;

j) provimento, mediante concurso público, de até 5 cargos de Técnico 3 da Carreira de Ciência e Tecnologia no Comando da Aeronáutica;

k) provimento, mediante concurso público, de até 15 cargos de Técnico 2 da Carreira de Ciência e Tecnologia no Comando da Aeronáutica;

l) provimento, mediante concurso público, de até 108 cargos de Técnico 1 da Carreira de Ciência e Tecnologia no Comando da Aeronáutica;

m) provimento, mediante concurso público, de até 6 cargos de Professor de Ensino de 3~~o~~ Grau para o Instituto Militar de Engenharia do Comando do Exército;

n) provimento, mediante concurso público, de até 39 cargos de Professor de Ensino de 1~~o~~ e 2~~o~~ Graus no Comando da Marinha; e

o) provimento, mediante concurso público, de até 1.013 empregos diversos para o Hospital das Forças Armadas.

XVII - Ministério da Educação:

a) reestruturação de cargos e carreiras integrantes do PUCRCE, Lei n~~o~~ 7.596, de 1987; e

b) provimento, mediante concurso público, de até 2000 cargos efetivos de Professor de Ensino de 3~~o~~ Grau."

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.042, DE 14 DE ABRIL DE 2021.**

*Simplifica a gestão de cargos em comissão e de funções de confiança, autoriza o Poder Executivo federal a transformar, sem aumento de despesa, cargos em comissão, funções de confiança e gratificações, prevê os Cargos Comissionados Executivos - CCE e as Funções Comissionadas Executivas - FCE e altera a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, para dispor sobre secretarias.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,** no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

**Objeto**

Art. 1º Esta Medida Provisória:

I - dispõe sobre a simplificação da gestão de cargos em comissão e de funções de confiança;

II - autoriza o Poder Executivo federal a transformar, sem aumento de despesa, cargos em comissão, funções de confiança e gratificações;

III - prevê os Cargos Comissionados Executivos - CCE e as Funções Comissionadas Executivas - FCE; e

IV - altera a Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, para dispor sobre secretarias.

**Âmbito de aplicação**

Art. 2º Esta Medida Provisória aplica-se no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Parágrafo único. Esta Medida Provisória não se aplica:

I - aos cargos de Ministro de Estado; e

II - aos Cargos Comissionados de Direção - CD de que trata o art. 2º da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000.

**Transformações de cargos, funções e gratificações**

Art. 3º Ato do Poder Executivo poderá efetuar a alteração, mediante transformação, dos quantitativos e da distribuição de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações, observados os respectivos valores de remuneração e desde que não implique aumento de despesa.

§ 1º Para o fim de que trata ocaput, serão consideradas exclusivamente as gratificações:

I - cuja concessão, designação, nomeação, retirada, dispensa ou exoneração possa ser realizada mediante ato discricionário da autoridade competente; e

II - que não componham a remuneração do cargo efetivo, do emprego, do posto ou da graduação, para qualquer efeito.

§ 2º As funções de confiança e as gratificações exclusivas de servidores efetivos não poderão ser transformadas em cargos em comissão.

§ 3º Somente poderão ser transformados ou realocados os cargos em comissão e as funções de confiança das instituições federais de ensino, do Banco Central do Brasil e das agências reguladoras no âmbito, respectivamente, das instituições federais de ensino, do Banco Central do Brasil e das agências reguladoras.

**Novos cargos em comissão e funções de confiança**

Art. 4º Ficam instituídos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os Cargos Comissionados Executivos - CCE e as Funções Comissionadas Executivas - FCE, nos níveis estabelecidos no Anexo I a esta Medida Provisória e com os valores da tabela "f" do Anexo I à Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007.

**Objetivo dos CCE e das FCE**

Art. 5º Os CCE e as FCE são destinados às atividades de direção, chefia e assessoramento.

**Forma de criação dos CCE e das FCE**

Art. 6º Os CCE e as FCE poderão ser criados:

I - por lei; ou

II - nos termos do disposto no art. 3º.

**Especificidades do CCE-18**

Art. 7º Os CCE-18 serão criados somente:

I - por lei; ou

II - mediante a transformação de cargos em comissão, com inclusão de um Cargo de Natureza Especial - NE para cada CCE-18 criado.

**Atribuições dos CCE e das FCE**

Art. 8º O CCE e a FCE conferem ao seu ocupante o conjunto de atribuições e responsabilidades correspondentes às competências da unidade prevista na estrutura organizacional do órgão ou da entidade.

**Reflexos remuneratórios**

Art. 9º Os CCE ocupados por servidores efetivos, por empregados permanentes da administração pública ou por militar e as FCE não:

I - se incorporarão à remuneração, ao salário ou ao soldo;

II - servirão de base de cálculo para qualquer outra parcela remuneratória; e

III - integrarão os proventos de aposentadoria e de pensão, ressalvada as opções de que tratam o § 2º do art. 4º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004, e o [§ 1º do art. 16 da Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12618.htm).

**Limitações na nomeação para os CCE dos níveis 1 a 4**

Art. 10. Os CCE dos níveis 1 a 4 somente poderão ser ocupados por servidor efetivo, por empregado permanente da administração pública ou por militar.

**Limitação na designação para as FCE**

Art. 11. Somente poderão ser designados para as FCE servidores efetivos oriundos de órgão ou de entidade de quaisquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

**Forma de pagamento dos CCE**

Art. 12. O servidor efetivo, o empregado permanente da administração pública e o militar nomeados para CCE poderão optar por uma das seguintes formas de remuneração:

I - a remuneração do CCE acrescida dos anuênios já incorporados à remuneração;

II - a diferença entre a remuneração do CCE e a remuneração do cargo efetivo, do emprego ou do posto ou da graduação;

III - a remuneração do cargo efetivo, do emprego ou do posto ou da graduação, acrescida do valor do CCE, para os níveis 1 a 4; ou

IV - a remuneração do cargo efetivo, do emprego ou do posto ou da graduação acrescida do percentual de sessenta por cento do valor do CCE, para os níveis 5 a 18.

**Forma de pagamento das FCE**

Art. 13. O servidor designado para FCE receberá a remuneração do cargo efetivo acrescida do valor da FCE.

**Relação entre CCE e FCE**

Art. 14. Para todos os efeitos legais, as menções aos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS existentes na legislação passam a referir-se também aos CCE e às FCE, conforme a relação disposta no Anexo III.

Parágrafo único. Para os ocupantes de FCE de nível 13 ou superior, o valor mensal do auxílio moradia de que tratam o inciso IV do caputdo art. 51, o art. 60-A, o art. 60-B, o art. 60-D e o art. 60-E da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, será calculado com base na remuneração do CCE de mesmo nível.

**Extinções de cargos em comissão, funções de confiança e gratificações**

Art. 15. Ficam extintos os seguintes cargos em comissão, funções de confiança e gratificações que não forem transformados em CCE ou FCE até as datas-limite estabelecidas no art. 16:

I - os cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, instituídos pelo inciso I do**caput**do art. 2º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970;

II - as Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE, instituídas pela Lei nº 13.346, de 10 de outubro de 2016;

III - as Funções Comissionadas Técnicas - FCT, de que trata o art. 58 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001;

IV - as Funções Gratificadas - FG, instituídas pelo art. 26 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991;

V - as Gratificações de Representação dos Órgãos Integrantes da Presidência da República, de que trata o art. 13 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, previstas na tabela "c" do Anexo III à Lei nº 11.526, de 2007; e

VI - as Gratificações Temporárias pelo exercício na Advocacia-Geral da União, de que trata o art. 17 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede a alocação ou a utilização das gratificações de que trata o **caput**até a sua extinção.

**Momento da extinção**

Art. 16. Os cargos em comissão, as funções de confiança e as gratificações de que trata o art. 15 ficam automaticamente extintos e os ocupantes exonerados ou dispensados em:

I - 31 de outubro de 2022, para os alocados em autarquias ou em fundações públicas; e

II - 31 de março de 2023, para os alocados em órgãos da administração pública direta ou sem alocação definida.

Critérios gerais para ocupação dos cargos em comissão e das funções de confiança

Art. 17. São critérios gerais para a ocupação de cargos em comissão e de funções de confiança na administração pública federal direta, autárquica e fundacional:

I - idoneidade moral e reputação ilibada;

II - perfil profissional ou formação acadêmica compatível com o cargo, a função ou a gratificação para a qual tenha sido indicado; e

III - não enquadramento nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

**Requisitos para ocupação dos CCE e das FCE**

Art. 18. Ato do Poder Executivo federal definirá os critérios, o perfil profissional e os procedimentos gerais a serem observados para a ocupação dos CCE e das FCE.

§ 1º Os órgãos e as entidades do Poder Executivo federal deverão incluir em seus planos de capacitação ações destinadas à habilitação de seus servidores para a ocupação de CCE e de FCE, com base no perfil profissional e nas competências desejadas e compatíveis com a responsabilidade e a complexidade inerentes ao cargo em comissão ou à função de confiança.

§ 2º Poderão ser considerados nos critérios para ocupação de CCE ou de FCE a conclusão, com aproveitamento, de cursos legalmente instituídos para a formação e o aperfeiçoamento de carreiras.

Art. 19. O disposto nesta Medida Provisória não afasta a aplicação de normas mais restritivas, inclusive aquelas constantes de atos internos dos órgãos e das entidades, referentes à nomeação ou à designação para CCE ou FCE.

**Valores remuneratórios dos CCE e das FCE**

Art. 20. O Anexo I à Lei nº 11.526, de 2007, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo II a esta Medida Provisória.

**Alteração na Lei nº 13.844, de 2019**

Art. 21. A Lei nº 13.844, de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 58-A. Ato do Poder Executivo federal poderá, sem aumento de despesa:

I - alterar a denominação das secretarias especiais e das secretarias nacionais; e

II - criar secretarias, além dos limites previstos nesta Lei.

Parágrafo único. O disposto no inciso II do caput não se aplica às secretarias especiais." (NR)

**Cláusula de revogação**

Art. 22. Ficam revogados:

I - o art. 26 da Lei nº 8.216, de 1991;

II - os seguintes dispositivos da Lei nº 8.460, de 1992:

a) o art. 10;

b) o art. 15; e

c) o art. 16;

III - o art. 17 da Lei nº 9.028, de 1995;

IV - o § 2º do art. 28 da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998;

V - o art. 58 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 2001;

VI - os art. 7º e art. 8º da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002;

VII - o art. 3º da Lei nº 10.556, de 13 de novembro de 2002;

VIII - o art. 19 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003;

IX - o art. 10 da Lei nº 10.682, de 28 de maio de 2003;

X - o § 3º do art. 1º da Lei nº 11.355, de 19 de outubro de 2006;

XI - o art. 11 da Lei nº 11.357, de 19 de outubro de 2006;

XII - os seguintes dispositivos da Lei nº 11.526, de 2007:

a) a tabela "b" do Anexo I;

b) a tabela "a" do Anexo II; e

c) a primeira tabela "a" e as tabelas "c" e "h" do Anexo III;

XIII - o art. 264 da Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; e

XIV - da Lei nº 13.346, de 2016:

a) o art. 1º;

b) os § 5º e § 6º e o **caput**do art. 2º;

c) o art. 8º;

d) o Anexo I;

e) o Anexo III; e

f) os demais dispositivos.

**Cláusula de vigência**

Art. 23. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação e produz efeitos:

I - em 31 de março de 2023, quanto aos incisos I e III a XIII e à alínea "f" do inciso XIV do **caput**do art. 22; e

II - na data de sua publicação, quanto aos demais dispositivos.

Brasília, 14 de abril de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

**JAIR MESSIAS BOLSONARO**

*Paulo Guedes*

ANEXO I

ABREVIAÇÃO DOS CARGOS COMISSIONADOS EXECUTIVOS – CCE e DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS EXECUTIVAS - FCE

|  |  |
| --- | --- |
| DENOMINAÇÃO | ABREVIAÇÃO |
| Cargo Comissionado Executivo - 18 | CCE-18 |
| Cargo Comissionado Executivo - 17/Função Comissionada Executiva - 17 | CCE-17/FCE-17 |
| Cargo Comissionado Executivo - 16/Função Comissionada Executiva - 16 | CCE-16/FCE-16 |
| Cargo Comissionado Executivo - 15/Função Comissionada Executiva - 15 | CCE-15/FCE-15 |
| Cargo Comissionado Executivo - 14/Função Comissionada Executiva - 14 | CCE-14/FCE-14 |
| Cargo Comissionado Executivo - 13/Função Comissionada Executiva - 13 | CCE-13/FCE-13 |
| Cargo Comissionado Executivo - 12/Função Comissionada Executiva - 12 | CCE-12/FCE-12 |
| Cargo Comissionado Executivo - 11/Função Comissionada Executiva - 11 | CCE-11/FCE-11 |
| Cargo Comissionado Executivo - 10/Função Comissionada Executiva - 10 | CCE-10/FCE-10 |
| Cargo Comissionado Executivo - 9/Função Comissionada Executiva - 9 | CCE-9/FCE-9 |
| Cargo Comissionado Executivo - 8/Função Comissionada Executiva - 8 | CCE-8/FCE-8 |
| Cargo Comissionado Executivo - 7/Função Comissionada Executiva - 7 | CCE-7/FCE-7 |
| Cargo Comissionado Executivo - 6/Função Comissionada Executiva - 6 | CCE-6/FCE-6 |
| Cargo Comissionado Executivo - 5/Função Comissionada Executiva - 5 | CCE-5/FCE-5 |
| Cargo Comissionado Executivo - 4/Função Comissionada Executiva - 4 | CCE-4/FCE-4 |
| Cargo Comissionado Executivo - 3/Função Comissionada Executiva - 3 | CCE-3/FCE-3 |
| Cargo Comissionado Executivo - 2/Função Comissionada Executiva - 2 | CCE-2/FCE-2 |
| Cargo Comissionado Executivo - 1/Função Comissionada Executiva - 1 | CCE-1/FCE-1 |

ANEXO II

(Anexo I à Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007)

".................................................................................................................................................

f) CARGO COMISSIONADO EXECUTIVO - CCE e FUNÇÃO COMISSIONADA EXECUTIVA - FCE

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| CARGO/FUNÇÃO DE CONFIANÇA | VALOR UNITÁRIO DO CCE (EM R$) | VALOR UNITÁRIO DA FCE (EM R$) |
| CCE-18 | 17.327,65 | - |
| CCE-17/FCE-17 | 16.944,90 | 10.166,94 |
| CCE-16/FCE-16 | 15.688,92 | 9.413,35 |
| CCE-15/FCE-15 | 13.623,39 | 8.174,03 |
| CCE-14/FCE-14 | 11.652,88 | 6.991,73 |
| CCE-13/FCE-13 | 10.373,30 | 6.223,98 |
| CCE-12/FCE-12 | 8.383,17 | 5.029,90 |
| CCE-11/FCE-11 | 6.684,53 | 4.010,72 |
| CCE-10/FCE-10 | 5.734,58 | 3.440,75 |
| CCE-9/FCE-9 | 4.502,43 | 2.701,46 |
| CCE-8/FCE-8 | 4.318,33 | 2.591,46 |
| CCE-7/FCE-7 | 3.743,33 | 2.246,00 |
| CCE-6/FCE-6 | 3.169,81 | 1.901,89 |
| CCE-5/FCE-5 | 2.701,46 | 1.620,88 |
| CCE-4/FCE-4 | 1.199,76 | 1.199,76 |
| CCE-3/FCE-3 | 999,54 | 999,54 |
| CCE-2/FCE-2 | 559,05 | 559,05 |
| CCE-1/FCE-1 | 330,79 | 330,79 |

"(NR)

ANEXO III

TABELA DA RELAÇÃO ENTRE CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS E CARGOS COMISSIONADOS EXECUTIVOS – CCE e FUNÇÕES COMISSIONADAS EXECUTIVAS - FCE

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| DAS-1 | CCE-5 | FCE-5 |
| DAS-2 | CCE-7 | FCE-7 |
| DAS-3 | CCE-10 | FCE-10 |
| DAS-4 | CCE-13 | FCE-13 |
| DAS-5 | CCE-15 | FCE-15 |
| DAS-6 | CCE-17 | FCE-17 |
| NE | CCE-18 |  |

**DECRETO Nº 767, DE 5 DE MARÇO DE 1993.**

*Dispõe sobre as atividades de controle interno da Advocacia-Geral da União, e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, da Constituição,

**DECRETA:**

Art. 1o As atividades de controle interno da Advocacia-Geral da União, inclusive as de contabilidade analítica, serão exercidas pela Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República, até que seja estruturado o órgão específico previsto no art. 16 da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Art. 2o Compete ao Advogado-Geral da União emitir o pronunciamento de que trata o art. 52 da Lei no 8.443, de 16 de julho de 1992, relativo às contas da extinta Consultoria Geral da República.

Art. 3o Ficam transferidos para a Advocacia-Geral da União o acervo documental e os bens patrimoniais da extinta Consultoria Geral da República **.**

Art**.** 4o Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 5 de março de 1993; 172o da Independência e 105o da República.

**ITAMAR FRANCO**

José de Castro Ferreira

**DECRETO Nº 1.016, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1993.**

*Fixa critérios para atribuição da Gratificação Temporária de que trata a Medida Provisória no 377, de 26 de novembro de 1993.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 17, § 2o, da Medida Provisória no 377, de 26 de novembro de 1993,

**DECRETA:**

Art. 1o 0 Advogado-Geral da União, observado o disposto no art. 17 da Medida Provisória no 377, de 26 de novembro de 1993, poderá atribuir Gratificação Temporária a representante judicial da União designado na forma do art. 69 da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993, e a servidor por ele requisitado para exercer atividade outra na Advocacia-Geral da União, conforme os critérios fixados no anexo a este decreto.

Art. 2o Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3o Revoga-se o Decreto no 868, de 13 de julho de 1993.

Brasília, 22 de dezembro de 1993; 172o da Independência e 105o da República.

**ITAMAR FRANCO**

Geraldo Magela da Cruz Quintão

# **ANEXO**

|  |  |
| --- | --- |
| NÍVEL | BENEFICIÁRIOS |
| GT – I | Representante judicial da União designado na forma do art. 69 da Lei Complementar nº 73, de 1993  Servidor exercendo atividade de nível superior. |
| GT – II | Servidor exercendo atividade técnica de nível intermediário.  Servidor exercendo atividade de coordenação, direção ou assistência de nível intermediário. |
| GT – III | Servidor exercendo atividade de apoio, de nível intermediário. |
| GT – IV | Servidor exercendo atividade de nível auxiliar. |

**DECRETO Nº 1.293, DE 24 DE OUTUBRO DE 1994.**

*Dispõe sobre a transferência para a Sucessora União dos processos judiciais de interesse do extinto INAMPS, e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 11 da Lei nº 8.689, de 27 julho de 1993,

**DECRETA:**

Art. 1° Ficam transferidos para a Sucessora União, representada pela Advocacia-Geral da União (AGU), os processos judiciais em que é parte ou interessado o extinto Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), na forma do art. 11 da Lei nº 8.689, de 27 de julho de 1993.

Art. 2º As instalações físicas, incluindo salas, mobiliário, máquinas e equipamentos dos órgãos jurídicos do extinto INAMPS, em todo o território nacional, serão cedidos para uso da AGU, mediante formalização a ser efetuada pelo inventariante daquela autarquia.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o art. 6º do Decreto nº 907, de 31 de agosto de 1993.

Brasília, 24 de outubro de 1994; 173º de Independência e 106º da República.

**ITAMAR FRANCO**

*Romildo Canhim*

*Geraldo Magela da Cruz Quintão*

**DECRETO Nº 2.346, DE 10 DE OUTUBRO DE 1997.**

*Consolida normas de procedimentos a serem observadas pela Administração Pública Federal em razão de decisões judiciais, regulamenta os dispositivos legais que menciona, e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 131 da Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, alterada pela Medida Provisória no 1.523-12, de 25 de setembro de 1997, 77 da Lei no 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 1o a 4o da Lei no 9.469,[[394]](#footnote-395) de 10 de julho de 1997,[[395]](#footnote-396)

**DECRETA:**

**CAPÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1o As decisões do Supremo Tribunal Federal que fixem, de forma inequívoca e definitiva, interpretação do texto constitucional deverão ser uniformemente observadas pela Administração Pública Federal direta e indireta, obedecidos aos procedimentos estabelecidos neste Decreto.

§ 1o Transitada em julgado decisão do Supremo Tribunal Federal que declare a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, em ação direta, a decisão, dotada de eficácia **ex tunc**, produzirá efeitos desde a entrada em vigor da norma declarada inconstitucional, salvo se o ato praticado com base na lei ou ato normativo inconstitucional não mais for suscetível de revisão administrativa ou judicial.

§ 2o O disposto no parágrafo anterior aplica-se, igualmente, à lei ou ao ato normativo que tenha sua inconstitucionalidade proferida, incidentalmente, pelo Supremo Tribunal Federal, após a suspensão de sua execução pelo Senado Federal.

§ 3o O Presidente da República, mediante proposta de Ministro de Estado, dirigente de órgão integrante da Presidência da República ou do Advogado-Geral da União, poderá autorizar a extensão dos efeitos jurídicos de decisão proferida em caso concreto.[[396]](#footnote-397)

Art. 1o-A. Concedida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade contra lei ou ato normativo federal, ficará também suspensa a aplicação dos atos normativos regulamentadores da disposição questionada. **(Incluído pelo Decreto nº 3.001, de 26.3.1999.)**

Parágrafo único. Na hipótese do caput, relativamente a matéria tributária, aplica-se o disposto no art. 151, inciso IV, da Lei no 5.172, de 25 de outubro de 1966, às normas regulamentares e complementares. **(Incluídopelo Decreto nº 3.****001, de 26.3.1999)**

Art. 1º-B. Compete exclusivamente ao Advogado-Geral da União e ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão se manifestarem, prévia e expressamente, sobre a extensão administrativa dos efeitos de decisões judiciais proferidas em casos concretos, inclusive ações coletivas, contra a União, suas autarquias e fundações públicas em matéria de pessoal civil da administração direta, autárquica e fundacional. **(Incluído pelo Decreto nº 8.157, de 18.12.2013)**

§ 1~~º~~ Os pedidos de extensão administrativa, instruídos com manifestação jurídica, documentos pertinentes e, quando possível, jurisprudência dos Tribunais Superiores, serão submetidos à análise do Advogado-Geral da União e do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. **(Incluído pelo Decreto nº 8.157, de 18.12.2013)**

§ 2~~º~~ A extensão administrativa dos efeitos de decisões judiciais será realizada por meio de Portaria Interministerial do Advogado-Geral da União e do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. **(Incluído pelo Decreto nº 8.157, de 18.12.2013)**[[397]](#footnote-398)

§ 3~~º~~ As autarquias e fundações públicas encaminharão o pedido de extensão administrativa por meio do titular do órgão ao qual estejam vinculadas. **(Incluído pelo Decreto nº 8.157, de 18.12.2013)**

§ 4~~º~~ Os procedimentos para o trâmite dos pedidos de extensão serão disciplinados em ato conjunto do Advogado-Geral da União e do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão.**(Incluído pelo Decreto nº 8.157, de 18.12.2013)**

Art. 2o Firmada jurisprudência pelos Tribunais Superiores, a Advocacia-Geral da União expedirá súmula a respeito da matéria, cujo enunciado deve ser publicado no Diário Oficial da União, em conformidade com o disposto no art. 43 da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Art. 3o À vista das súmulas de que trata o artigo anterior, o Advogado-Geral da União poderá dispensar a propositura de ações ou a interposição de recursos judiciais.

Art. 4o Ficam o Secretário da Receita Federal e o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, relativamente aos créditos tributários, autorizados a determinar, no âmbito de suas competências e com base em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal que declare a inconstitucionalidade de lei, tratado ou ato normativo, que:

I - não sejam constituídos ou que sejam retificados ou cancelados;

II - não sejam efetivadas inscrições de débitos em dívida ativa da União;

III - sejam revistos os valores já inscritos, para retificação ou cancelamento da respectiva inscrição;

IV - sejam formuladas desistências de ações de execução fiscal.

Parágrafo único. Na hipótese de crédito tributário, quando houver impugnação ou recurso ainda não definitivamente julgado contra a sua constituição, devem os órgãos julgadores, singulares ou coletivos, da Administração Fazendária, afastar a aplicação da lei, tratado ou ato normativo federal, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Art. 5o Nas causas em que a representação da União competir à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, havendo manifestação jurisprudencial reiterada e uniforme e decisões definitivas do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça, em suas respectivas áreas de competência, fica o Procurador-Geral da Fazenda Nacional autorizado a declarar, mediante parecer fundamentado, aprovado pelo Ministro de Estado da Fazenda, as matérias em relação às quais é de ser dispensada a apresentação de recursos.[[398]](#footnote-399)

Art. 6o O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS poderá ser autorizado pelo Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, ouvida a Consultoria Jurídica, a desistir ou abster-se de propor ações e recursos em demandas judiciais sempre que a ação versar matéria sobre a qual haja declaração de inconstitucionalidade proferida pelo Supremo Tribunal Federal - STF, súmula ou jurisprudência consolidada do STF ou dos tribunais superiores.

§ 1o Na hipótese prevista no caput, o Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social poderá determinar que os órgãos administrativos procedam à adequação de seus procedimentos à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal ou dos tribunais superiores.

§ 2o O Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, relativamente aos créditos previdenciários, com base em lei ou ato normativo federal declarado inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, em ação processada e julgada originariamente ou mediante recurso extraordinário, conforme o caso, e ouvida a Consultoria Jurídica, poderá autorizar o INSS a:

a) não constituí-los ou, se constituídos, revê-los, para a sua retificação ou cancelamento;

b) não inscrevê-los em dívida ativa ou, se inscritos, revê-los, para a sua retificação ou cancelamento;

c) abster-se de interpor recurso judicial ou a desistir de ação de execução fiscal.

**CAPÍTULO II**

**(Revogado pelo Decreto nº 10.201, de 15.1.2020)**

**CAPÍTULO III**

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 10. Ao fim de cada trimestre, os órgãos e as entidades da Administração Pública Federal direta e indireta encaminharão ao Ministro de Estado da Justiça, com cópias para o Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República e para o Advogado-Geral da União, relatório circunstanciado sobre a fiel execução deste Decreto.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 Ficam revogados os Decretos nos 73.529, de 21 de janeiro de 1974, 1.601, de 23 de agosto de 1995, e 2.194, de 7 de abril de 1997.

Brasília, 10 de outubro de 1997; 176o da Independência e 109o da República.

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

*Íris Rezende*

*Pedro Malan*

*Reinhold Stephanes*

*Clovis de Barros Carvalho*

**DECRETO Nº 2.752, DE 26 DE AGOSTO DE 1998. (\*)**

*Estabelece condições para prestação de assistência judicial aos servidores integrantes da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional e aos titulares de cargos de Direção e Assessoramento Superiores, em ações decorrentes do exercício de cargo na Secretaria da Receita Federal.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 6º da Lei nº 9.003, de 16 de março de 1995,

**DECRETA:**

Art. 1º A assistência judicial de que trata o art. 6º da Lei nº 9.003, de 16 de março de 1995, aos servidores ocupantes de cargos da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional e aos titulares de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, em ações e medidas judiciais decorrentes do exercício de suas atribuições legais, será efetivada nos termos e condições estabelecidos neste Decreto.**(\*)**

Parágrafo único. Em caráter excepcional, desde que ocorra manifesto interesse relevante da União em ação ou medida judicial que envolva titulares de outros órgãos da Administração Pública Federal direta, poderá o Ministro de Estado da Fazenda autorizar a prestação judicial de que trata este artigo, mediante solicitação do titular do Ministério interessado ou da Casa Civil da Presidência da República.

Art. 2º O servidor será ressarcido das despesas que realizar com serviços advocatícios, até o valor fixado pelo Ministro de Estado da Fazenda em tabela própria, quando tiver que responder a ação ou medida judicial, impetrar mandato de segurança e interpelar judicialmente, em decorrência de ato praticado ou conduta verificada no exercício de suas atribuições legais, desde que:

I - as ações ou medidas judiciais contra si ajuizadas por órgão jurídico da União não tenham resultado de iniciativa formal de autoridade do Ministério ou órgão em que exercer suas atribuições; **(Redação dada pelo Decreto nº 3.126, de 2.8.99)**

II - não haja sido instaurado processo disciplinar para apurar sua responsabilidade funcional por fato que tenha ensejado proposição de ação penal pelo Ministério Público.

§ 1º O ressarcimento correrá à conta do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF, criado pelo Decreto-lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975, cabendo ao Secretário da Receita autorizá-lo.

§ 2º Não é devido ressarcimento de despesas com serviços advocatícios para interpelação judicial de servidor público.

Art. 3º O Ministro de Estado da Fazenda disciplinará os procedimentos que se fizerem necessários à execução deste Decreto.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 1.908, de 20 de maio de 1996.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de agosto de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

Pedro Malan

**(\*) Ver o art. 22 da Lei nº 9.028, de 12.4.1995:**

*"Art. 22.  A Advocacia-Geral da União e os seus órgãos vinculados, nas respectivas áreas de atuação, ficam autorizados a representar judicialmente os titulares e os membros dos Poderes da República, das Instituições Federais referidas no Título IV, Capítulo IV, da Constituição, bem como os titulares dos Ministérios e demais órgãos da Presidência da República, de autarquias e fundações públicas federais, e de cargos de natureza especial, de direção e assessoramento superiores e daqueles efetivos, inclusive promovendo ação penal privada ou representando perante o Ministério Público, quando vítimas de crime, quanto a atos praticados no exercício de suas atribuições constitucionais, legais ou regulamentares, no interesse público, especialmente da União, suas respectivas autarquias e fundações, ou das Instituições mencionadas, podendo, ainda, quanto aos mesmos atos, impetrar* ***habeas corpus*** *e mandado de segurança em defesa dos agentes públicos de que trata este artigo.***(Redação dada pela Lei nº 9.649, de 1998)**

*§ 1o  O disposto neste artigo aplica-se aos ex-titulares dos cargos ou funções referidos no* ***caput****, e ainda:***(Incluído pela Lei nº 9.649, de 1998)**

*I - aos designados para a execução dos regimes especiais previstos na Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, e nos Decretos-Leis nºs 73, de 21 de novembro de 1966, e 2.321, de 25 de fevereiro de 1987, e para a intervenção na concessão de serviço público de energia elétrica;  e***(Redação dada pela Lei nº 12.767, de 27.12.2012)**

*II - aos militares das Forças Armadas e aos integrantes do órgão de segurança do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, quando, em decorrência do cumprimento de dever constitucional, legal ou regulamentar, responderem a inquérito policial ou a processo judicial.***(Incluído pela Lei nº 9.649, de 1998)**

*§ 2o O Advogado-Geral da União, em ato próprio, poderá disciplinar a representação autorizada por este artigo.* **(Redação dada pela Lei no 9.649, de 1998)**

**DECRETO Nº 2.839, DE 6 DE NOVEMBRO DE 1998.**

*Dispõe sobre o cadastramento, controle e acompanhamento integrado das ações judiciais e o cumprimento das respectivas decisões pelos órgãos da Advocacia-Geral da União, procuradorias e departamentos jurídicos das autarquias e das fundações públicas e órgãos do SIPEC.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso II, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 3o da Lei no 4.348, de 26 de junho de 1964, nos arts. 47, § 2o, e 143 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e art. 5o da Lei no 9.469, de 10 de julho de 1997,

**D E C R E T A:**

Art. 1o O cadastramento, controle e acompanhamento integrado das ações judiciais propostas contra a União, suas autarquias e fundações públicas, inclusive as movidas por servidores públicos, aposentados e pensionistas, assim como o cumprimento das respectivas decisões, observarão os procedimentos estabelecidos neste Decreto.

Art. 2o O Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado e a Advocacia-Geral da União implementarão, nesta última, sistema informatizado para o cadastramento, controle e acompanhamento integrado das ações judiciais de interesse da União, suas autarquias e fundações públicas, inclusive das movidas por servidores públicos, aposentados e pensionistas, que versem sobre o pagamento de vantagens ou aumento de remuneração, proventos ou pensão, a qualquer título.

Parágrafo único. O sistema de que trata o caput deste artigo será denominado Sistema de Cadastro de Ações Judiciais - SICAJ e terá por objetivo permitir aos órgãos e às entidades responsáveis pela defesa, pelo controle, acompanhamento e cumprimento das decisões judiciais:

I - controlar e ter informações atualizadas sobre as ações judiciais e o cumprimento das respectivas decisões;

II - identificar ações de mesmo autor, pedido e causa de pedir;

III - controlar prazos processuais;

IV - identificar o advogado responsável pela defesa em cada etapa processual;

V - apoiar a Advocacia-Geral da União nas correições ordinárias e especiais;

VI - possibilitar a comunicação em tempo real com os órgãos envolvidos para adoção das providências de sua competência;

VII - acompanhar e controlar as providências administrativas necessárias ao cumprimento de decisões judiciais;

VIII - dispor de informações gerenciais atualizadas;

IX - imprimir eficácia no cumprimento de decisões judiciais;

X - promover a descentralização e a homologação seletiva nos procedimentos necessários ao cumprimento de decisões judiciais;

XI - uniformizar o cumprimento das decisões judiciais;

XII - evitar pagamentos indevidos ou em duplicidade;

XIII - permitir atualização periódica das previsões orçamentárias.

Art. 3o No prazo de cento e oitenta dias a contar da implementação do SICAJ, serão cadastradas todas as ações judiciais propostas contra a União, suas autarquias e fundações públicas, incluídas as movidas por servidores públicos, aposentados e pensionistas, que versem sobre pagamento de vantagens ou aumento de remuneração, provento ou pensão, a qualquer título, por meio de ação integrada pelos órgãos da Advocacia-Geral da União, pelas procuradorias e pelos departamentos jurídicos das autarquias e das fundações públicas e pelos órgãos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC.

Parágrafo único. O cadastramento das ações de que trata o caput deste artigo constitui condição indispensável ao pagamento de vantagens ou aumento de remuneração, provento ou pensão, a qualquer título.

Art. 4o O titular de órgão ou entidade da administração pública federal e os ordenadores de despesa que receberem notificação ou intimação judicial que implique pagamento, a qualquer título, em decorrência de liminares em mandado de segurança, cautelares ou antecipações de tutela, darão dela conhecimento, no prazo de quarenta e oito horas do recebimento, aos órgãos da Advocacia-Geral da União, às procuradorias e aos departamentos jurídicos das autarquias e das fundações públicas, para análise da sua força executória, encaminhando, na oportunidade, os elementos e as informações necessários à instrução das medidas judiciais eventualmente cabíveis.

Art. 5o O pagamento das despesas de que trata este Decreto dependerá da existência de disponibilidade orçamentária e será precedido de parecer das Consultorias Jurídicas dos Ministérios, da Secretaria-Geral e das demais Secretarias da Presidência da República e do Estado-Maior das Forças Armadas, acerca do cumprimento das providências de que trata o artigo anterior e sobre a aplicação e os efeitos da decisão judicial na esfera administrativa.

§ 1o Entende-se por disponibilidade orçamentária para os efeitos deste Decreto o saldo disponível dos créditos orçamentários correspondentes, representado pela diferença entre a dotação disponível para movimentação e empenho e as respectivas despesas anualizadas, considerados nestas todos os acréscimos previstos até o encerramento do exercício.

§ 2o A disponibilidade orçamentária de que trata este artigo será atestada pelos dirigentes dos órgãos setoriais do Sistema de Orçamento Federal, ou equivalentes, mediante solicitação do órgão ou da entidade, que deverá ser encaminhada com as devidas justificativas e memórias de cálculo comprobatórias da referida disponibilidade, bem como de cópia do parecer a que alude o caput deste artigo.

§ 3o No caso de inexistência ou insuficiência de dotação orçamentária para atender às despesas de que trata este Decreto, o órgão ou a entidade solicitará a abertura de créditos adicionais, indicando as dotações disponíveis que deverão ser canceladas para fazer face ao crédito solicitado.

§ 4o Fica vedada a solicitação de créditos suplementares para dotações orçamentárias que sofreram cancelamento para abertura dos créditos referidos no parágrafo anterior, ou foram objeto de pagamento de despesas decorrentes de atestado de disponibilidade orçamentária anteriormente concedido.

Art. 6o A solicitação de recursos financeiros para o pagamento das despesas de que trata o artigo anterior somente poderá ser encaminhada à Secretaria do Tesouro Nacional após atendidas às exigências previstas naquele artigo.

Art. 7o Observado o disposto do art. 5o, a concessão de vantagens ou aumento de remuneração deferida a qualquer título, individual ou coletivamente a servidores públicos, aposentados e pensionistas, mediante decisões judiciais, serão processadas em rubricas específicas diferentes, criadas pelo órgão central do SIPEC no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE.

Parágrafo único. As incorporações remuneratórias não previstas na lei orçamentária anual, relativas às decisões judiciais a que se refere este artigo, deverão ser efetuadas em folha complementar processada no SIAPE.

Art. 8o Os órgãos da Advocacia-Geral da União, as procuradorias e os departamentos jurídicos das autarquias e das fundações públicas, ao tomarem conhecimento de decisão judicial que suspenda a execução, revogue, casse ou altere decisão judicial, deverão comunicar o fato imediatamente ao órgão central do SIPEC e aos ordenadores de despesa, com vistas à suspensão do pagamento e, quando for o caso, à desativação da rubrica ou do código de sentença.

Art. 9o Verificada a suspensão de execução, revogação, cassação ou a revisão de decisão judicial favorável, inclusive de servidor público, aposentado ou pensionista, os dirigentes dos órgãos ou das entidades do SIPEC e os ordenadores de despesa deverão adotar as providências necessárias à reposição dos valores pagos, no prazo de trinta dias, contados da notificação do ex-beneficiário para fazê-la.

Art. 10. Na hipótese de redistribuição de cargo ocupado, o órgão ou a entidade em que passou a ser lotado o servidor fica responsável pelo pagamento de sua remuneração, inclusive das vantagens ou aumentos decorrentes de decisão judicial.

Parágrafo único. Ocorrendo o disposto no artigo anterior, a autoridade que for notificada deverá informar o fato ao órgão ou à entidade para o qual o servidor foi redistribuído.

Art. 11. A autoridade que tiver ciência da ocorrência de irregularidade em ações judiciais de interesse da União, suas autarquias e fundações públicas, inclusive nas que tratam de concessão de vantagens ou aumento de remuneração, provento ou pensão a servidores públicos, aposentados e pensionistas, especificamente quanto ao cumprimento de prazos, adoção de medida judicial cabível, comunicação de suspensão de execução, revogação, cassação ou revisão de decisão judicial, deverá determinar a instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar.

Parágrafo único. Independentemente da adoção da providência recomendada no caput, a autoridade deverá informar imediatamente ao Advogado-Geral da União sobre a irregularidade.

Art. 12. Os órgãos de representação judicial da União, as procuradorias e os departamentos jurídicos das autarquias e das fundações públicas e os órgãos do SIPEC deverão comunicar imediatamente ao Advogado-Geral da União, ao Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, à Secretaria do Tesouro Nacional e à Secretaria de Orçamento Federal o recebimento de intimação de ação judicial, individual ou coletiva, com potencial de relevante repercussão financeira ou de precedência que implique a possibilidade da adoção, de forma generalizada, do mesmo pleito ou medida judicial, incluídas as ações propostas por servidores públicos, aposentados e pensionistas.

Art. 13. Os órgãos do Sistema de Controle Interno adotarão procedimentos destinados a garantir o fiel cumprimento das disposições contidas neste Decreto.

Art. 14. Os Ministérios da Administração Federal e Reforma do Estado, da Fazenda e do Planejamento e Orçamento e a Advocacia-Geral da União, no âmbito de suas atribuições, expedirão instruções complementares para a fiel execução deste Decreto.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revogam-se o parágrafo único do art. 5o e o art. 6o do Decreto no 2.028, de 11 de outubro de 1996, e o Decreto no 2.110, de 26 de dezembro de 1996.

Brasília, 6 de novembro de 1998; 177o da Independência e 110o da República.

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

**DECRETO Nº 3.035, DE 27 DE ABRIL DE 1999.**

*Delega competência para a prática dos atos que menciona, e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DA** **REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, e parágrafo único, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 27 de fevereiro de 1967, e na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica delegada competência aos Ministros de Estado e ao Advogado-Geral da União, vedada a subdelegação, para, no âmbito dos órgãos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional que lhes são subordinados ou vinculados, observadas as disposições legais e regulamentares, especialmente a manifestação prévia e indispensável do órgão de assessoramento jurídico, praticar os seguintes atos:

I - julgar processos administrativos disciplinares e aplicar penalidades, nas hipóteses de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade de servidores;

II - exonerar de ofício os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo ou converter a exoneração em demissão;

III - destituir ou converter a exoneração em destituição de cargo em comissão de integrantes do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, níveis 5 e 6, e de Chefe de Assessoria Parlamentar, código DAS - 101.4;

IV - reintegrar ex-servidores em cumprimento de decisão judicial. **(Redação dada pelo Decreto nº 8.468, de 2015)**

§ 1º  O Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República exercerá a delegação de competência prevista neste artigo quanto aos órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República cujos titulares não sejam Ministros de Estado. **(Redação dada pelo Decreto nº 9.533, de 2018)**

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica ao ocupante de cargo de natureza especial e ao titular de autarquia ou fundação pública.

§ 3º A vedação de que trata o **caput** não se aplica à subdelegação de competência: **(Redação dada pelo Decreto nº 10.156, de 4.12.2019)**

I - aos dirigentes das instituições federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.156, de 4.12.2019)**

II - ao Secretário-Executivo do Ministério da Economia; e **(Redação dada pelo Decreto nº 10.156, de 4.12.2019)**

III - aos dirigentes máximos das autarquias e fundações públicas vinculadas ao Ministério da Economia. (NR) **(Redação dada pelo Decreto nº 10.156, de 4.12.2019)**

Art. 2º Fica o Ministério do Orçamento e Gestão autorizado a dirimir eventuais dúvidas na aplicação do disposto neste Decreto, podendo, se necessário, expedir atos complementares à sua execução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de abril de 1999; 178º da Independência e 111º da República.

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

*Clovis de Barros Carvalho*

*Pedro Parente*

**DECRETO Nº 4.250, DE 27 DE MAIO DE 2002.**

*Regulamenta a representação judicial da União, autarquias, fundações e empresas públicas federais perante os Juizados Especiais Federais, instituídos pela Lei n~~o~~ 10.259, de 12 de julho de 2001.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n~~o~~ 10.259, de 12 de julho de 2001,

**DECRETA:**

Art. 1~~o~~ Nas causas de competência dos Juizados Especiais Federais, a União será representada pelas Procuradorias da União e, nas causas previstas no inciso V e parágrafo único do art. 12 da Lei Complementar n~~o~~ 73, de 10 de fevereiro de 1993, pelas Procuradorias da Fazenda Nacional, e as autarquias, fundações e empresas públicas federais, pelas respectivas procuradorias e departamentos jurídicos, ressalvada a representação extraordinária prevista nos arts. 11-A e 11-B da Lei n~~o~~ 9.028, de 12 de abril de 1995.

§ 1~~o~~ O Procurador-Geral da União, o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, os Procuradores-Gerais, os Chefes de procuradorias ou de departamentos jurídicos de autarquias e fundações federais e os dirigentes das empresas públicas poderão designar servidores não integrantes de carreiras jurídicas, que tenham completo conhecimento do caso, como auxiliares da representação das respectivas entidades, na forma do art. 10 da Lei n~~o~~ 10.259, de 12 de julho de 2001.

§ 2~~o~~ O ato de designação deverá conter, quando pertinentes, poderes expressos para conciliar, transigir e desistir, inclusive de recurso, se interposto.

Art. 2~~o~~ Compete ao Advogado-Geral da União expedir instruções referentes à atuação da Advocacia-Geral da União e dos órgãos jurídicos das autarquias e fundações nas causas de competência dos Juizados Especiais Federais, bem como fixar as diretrizes básicas para conciliação, transação, desistência do pedido e do recurso, se interposto.

§ 1~~o~~ Respeitadas as instruções e diretrizes fixadas pelo Advogado-Geral da União, os Procuradores-Gerais da União, da Fazenda Nacional e do Instituto Nacional do Seguro Social poderão expedir instruções específicas para as respectivas procuradorias.

§ 2~~o~~ As empresas públicas da União observarão as instruções e diretrizes fixadas pelo Advogado-Geral da União para atuação nos Juizados Especiais Federais, podendo propor a este normas específicas e adaptadas a seus estatutos e à sua natureza jurídica.

Art. 3~~o~~ Os Ministérios, autarquias e fundações federais deverão prestar todo o suporte técnico e administrativo necessário à atuação da Advocacia-Geral da União, e de seus órgãos vinculados, na defesa judicial das ações de competência dos Juizados Especiais Federais.

Art. 4~~o~~ O Advogado-Geral da União poderá requisitar servidores da Administração Pública Federal para examinar e emitir pareceres técnicos e participar das respectivas audiências nos processos em trâmite nos Juizados Especiais Federais.

Parágrafo único. O Procurador-Geral da União, o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, no âmbito do Ministério da Fazenda, os Procuradores-Gerais, os Chefes de procuradorias ou de departamentos jurídicos, no âmbito das respectivas autarquias e fundações, e os dirigentes das empresas públicas poderão designar servidores para exercer as atividades previstas no **caput**, conforme dispuser ato editado pelo titular do Ministério ou entidade envolvida.

Art. 5~~o~~ Aplica-se o disposto no art. 4~~o~~ da Lei n~~o~~ 9.028, de 1995, às solicitações das procuradorias e departamentos jurídicos das autarquias e fundações, inclusive às destinadas a fornecer informações técnicas nos processos em trâmite nos Juizados Especiais Federais.

Parágrafo único. O órgão da Administração Pública Federal que receber pedido de subsídios para a defesa da União, de suas autarquias ou fundações, nos termos do art. 4~~o~~ da Lei n~~o~~ 9.028, de 1995, além de atendê-lo no prazo assinalado:

I - verificando a plausibilidade da pretensão deduzida em juízo e a possibilidade de solução administrativa, converterá o pedido em processo administrativo, nos termos do art. 5~~o~~ da Lei n~~o~~ 9.784, de 29 de janeiro de 1999, para exame no prazo improrrogável de trinta dias;

II - comunicará ao órgão solicitante a providência adotada no inciso I; e

III - providenciará a verificação da existência de requerimentos administrativos semelhantes, com a finalidade de dar tratamento isonômico.

Art. 6~~o~~ O Procurador-Geral da União, o Procurador-Geral da Fazenda Nacional, os Procuradores-Gerais, os Chefes de procuradorias ou de departamentos jurídicos de autarquias e fundações e os dirigentes das empresas públicas poderão delegar as competências previstas no § 1~~o~~ do art. 1~~o~~ e do parágrafo único do art. 4o, vedada a subdelegação.

Art. 7~~o~~ O Ministério da Fazenda, o Ministério da Previdência e Assistência Social, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e a Advocacia-Geral da União poderão manter núcleos de atendimento junto aos Juizados Especiais Federais para prestar informações aos órgãos do Poder Judiciário, quando solicitados por estes.

Art. 8~~o~~ A Procuradoria-Geral da União, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e as procuradorias ou departamentos jurídicos de autarquias e fundações federais poderão organizar jornada de trabalho compensatória para atender aos processos em trâmite nos Juizados Especiais Federais.

Art. 9~~o~~ A Advocacia-Geral da União promoverá cursos especiais destinados à capacitação e ao treinamento de servidores designados para atuar nos Juizados Especiais Federais.

Parágrafo único. Os órgãos da Administração Pública Federal fornecerão pessoal para ministrar os cursos previstos no **caput**, prestando o apoio necessário à sua realização.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de maio de 2002; 181o da Independência e 114o da República.

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

*Pedro Malan*

*Guilherme Gomes Dias*

José Cechin

*Gilmar Ferreira Mendes*

**DECRETO Nº 4.285, DE 26 DE JUNHO DE 2****002.**

*Dispõe sobre o remanejamento de cargos vagos da Carreira de Procurador Federal.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

DECRETA:

Art. 1~~o~~ São remanejados da Categoria Especial para a 2~~ª~~ Categoria da Carreira de Procurador Federal quinhentos e sessenta e cinco cargos de Procurador Federal que se encontram vagos nos quadros dos órgãos e entidades relacionados no anexo a este Decreto.

Art. 2o O Advogado-Geral da União fará a distribuição dos cargos vagos para os quadros de autarquias e fundações, observada a necessidade do serviço.

Art. 3~~o~~ Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de junho de 2002; 181~~o~~ da Independência e 114~~o~~ da República.

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

*Guilherme Gomes Dias*

*José Bonifácio Borges de Andrada*

**ANEXO**

(Decreto no4.285, de 26 de junho de 2002)

| ÓRGÃO/ENTIDADE | No DE CARGOS |
| --- | --- |
| Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET/RJ | 3 |
| Centro Federal de Educação Tecnológica de Campos - CEFET/Campos | 1 |
| Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - CEFET/GO | 1 |
| Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco - CEFET/PE | 1 |
| Centro Federal de Educação Tecnológica de Química de Nilópolis – CEFETQ/RJ | 1 |
| Centro Federal de Educação Tecnológica do Espírito Santo – CEFET/ES | 1 |
| Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná - CEFET/PR | 1 |
| Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte - CEFET/RN | 1 |
| Colégio Pedro II | 9 |
| Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN | 4 |
| Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ | 1 |
| Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS | 39 |
| Escola Agrotécnica Federal de Barbacena | 1 |
| Escola Agrotécnica Federal de Catu | 1 |
| Escola Técnica Federal do Amazonas | 2 |
| Faculdade de Ciências Agrárias do Pará | 1 |
| Faculdade Federal de Medicina do Triângulo Mineiro | 5 |
| Fundação Biblioteca Nacional | 3 |
| Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES | 1 |
| Fundação Cultural Palmares | 1 |
| Fundação Escola Nacional de Administração Pública – ENAP | 1 |
| Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE | 2 |
| Fundação Joaquim Nabuco | 5 |
| Fundação Jorge Duprat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho | 1 |
| Fundação Nacional de Saúde – FUNASA | 11 |
| Fundação Nacional do Índio – FUNAI | 8 |
| Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ | 5 |
| Fundação Universidade de Brasília | 6 |
| Fundação Universidade Federal de Mato Grosso | 6 |
| Fundação Universidade Federal de Ouro Preto – FUFOP | 3 |
| Fundação Universidade Federal de Sergipe - FUFS | 1 |
| Fundação Universidade Federal de Uberlândia | 5 |
| Fundação Universidade Federal do Acre | 2 |
| Fundação Universidade Federal do Amazonas – FUAM | 5 |
| Fundação Universidade Federal do Maranhão – FUMA | 9 |
| Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul | 2 |
| Instituto Benjamin Constant | 2 |
| Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA | 32 |
| Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN | 9 |
| Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA | 164 |
| Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO | 5 |
| Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI | 1 |
| Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento | 10 |
| Ministério da Ciência e Tecnologia | 4 |
| Ministério da Fazenda | 14 |
| Ministério da Justiça | 1 |
| Ministério da Saúde | 8 |
| Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (extinta SUDAM) | 6 |
| Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (extinta SUDENE) | 52 |
| Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (extinto MARE) | 8 |
| Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA | 1 |
| Universidade Federal da Bahia | 3 |
| Universidade Federal da Paraíba | 11 |
| Universidade Federal de Goiás | 17 |
| Universidade Federal de Santa Catarina | 8 |
| Universidade Federal do Ceará | 3 |
| Universidade Federal do Espírito Santo | 2 |
| Universidade Federal do Pará | 13 |
| Universidade Federal do Paraná | 1 |
| Universidade Federal do Piauí | 5 |
| Universidade Federal do Rio de Janeiro | 13 |
| Universidade Federal do Rio Grande do Sul | 12 |
| Universidade Federal Fluminense | 10 |
| **TOTAL** | **565** |

**DECRETO Nº 4.294, DE 3 DE JULHO DE 2002.**

*Dispõe sobre a extinção de atividades desenvolvidas na Imprensa Nacional, disciplina a destinação dos bens utilizados nessas atividades, e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

**DECRETA:**

Art. 1o  Ficam extintos o Núcleo de Recuperação de Obras Raras da Imprensa Nacional e as atribuições do Gabinete da Imprensa Nacional referentes à biblioteca. **(Ver o art. 12 do Decreto nº 5.135, de 7.7.2004, com a redação dada pelo Decreto nº 6.482, de 12.6.2008)**[[399]](#footnote-400)

Art. 2o  Os bens relacionados às atividades:

I - do Núcleo de Recuperação de Obras Raras da Imprensa Nacional serão entregues ao Arquivo Nacional;

II - **(Revogado pelo Decreto nº 6.482, de 12.6.2008)**[[400]](#footnote-401)

Parágrafo único.  Compete ao Diretor-Geral da Imprensa Nacional tomar as medidas necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 3o  A Coordenação-Geral de Produção Industrial, constante do Anexo II ao Decreto no 3.815, de 9 de maio de 2001, passa a denominar-se Coordenação-Geral de Publicação e Divulgação.

Art. 4o  Cabe à Secretaria de Patrimônio da União tomar as medidas necessárias à formalização da entrega do prédio administrativo da Imprensa Nacional, localizado em Brasília-DF no Setor de Indústrias Gráficas, Quadra 6, Lote 800, à Advocacia-Geral da União.

§ 1~~º~~  O disposto no **caput** não impede que a Advocacia-Geral da União exerça, desde logo, suas atividades no imóvel a que se refere.**(Renumerado pelo Decreto nº 4.482, de 25.11.2002)**

§ 2~~º~~  Até que se finalize a formalização de entrega do imóvel a que se refere o **caput,** fica a Imprensa Nacional, mediante destaque orçamentário e transferência de recursos para a Advocacia-Geral da União ou mediante execução direta, autorizada a custear as despesas de administração e manutenção prediais e as obras de adaptação do referido imóvel.**(Incluído pelo Decreto nº 4.482, de 25.11.2002)**

§ 3~~º~~  Sem prejuízo do disposto no **caput**, fica a Imprensa Nacional autorizada a ceder novas áreas e instalações físicas para uso da Advocacia-Geral da União, aplicando-se a estas o contido nos §§ 1~~º~~ e 2~~º~~.**(Incluído pelo Decreto nº 4.482, de 25.11.2002)**

Art. 5o  Compete à Casa Civil da Presidência da República, por intermédio da Secretaria de Administração, a coordenação das ações relativas à instalação da unidade da Imprensa Nacional responsável pela editoração e divulgação eletrônica dos jornais oficiais e do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI em Brasília-DF no Anexo IV do Palácio do Planalto.[[401]](#footnote-402)

Parágrafo único.  As ações destinadas à adequação do espaço físico da unidade da Imprensa Nacional responsável pela editoração e divulgação eletrônica dos jornais oficiais observará a segurança e o sigilo necessários ao trato da informação oficial desde seu recebimento até o momento de sua efetiva disponibilização em meio eletrônico.

Art. 6o  Ficam convalidados todos os atos já praticados relativos à ocupação do imóvel descrito no art. 4o deste Decreto pela Advocacia-Geral da União, bem como àqueles destinados à reestruturação física da Imprensa Nacional e acomodação do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.

Art. 7o  Fica a cargo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o aproveitamento e a redistribuição dos servidores em exercício na Imprensa Nacional relativamente às atividades da biblioteca.

Art. 8o  O Chefe da Casa Civil da Presidência da República aprovará os novos regimentos internos da Imprensa Nacional e do Arquivo Nacional, adequando-os ao disposto neste Decreto.

Art. 9o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de julho de 2002, 181o da Independência e 114o da República.

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

*Pedro Parente*

**DECRETO Nº 4.341, DE 22 DE AGOSTO DE 2002.**

***Institui a carteira de identidade funcional dos membros das carreiras de Advogado da União e Procurador Federal e dá outras providências.***

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, **no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993, e na Lei no 10.480, de 2 de julho de 2002,**

**DECRETA:**

**Art. 1o Fica instituída a carteira de identidade funcional dos membros das carreiras de Advogado da União e de Procurador Federal, com validade em todo o território nacional, a ser expedida pela Advocacia-Geral da União.**

**Art. 2o Ao titular da carteira a que se refere o art. 1o são asseguradas, quando em serviço, as prerrogativas previstas em lei para o desempenho de sua missão institucional.**

**Parágrafo único. Na carteira do Advogado da União e do Procurador Federal aposentado, não se fará referência às garantias previstas no caput.**

**Art. 3o O Advogado-Geral da União aprovará as características e critérios para a emissão e uso da carteira de identidade funcional de que trata este Decreto.**

**Art. 4o A perda do cargo obriga o titular da carteira à sua restituição imediata à Advocacia-Geral da União.**

**Art. 5o Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.**

**Brasília, 22 de agosto de 2002; 181~~º~~ da Independência e 114~~º~~ da República.**

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

***José Bonifácio Borges de Andrada***

**DECRETO Nº 5.421,** **DE 13 DE ABRIL DE 2005.**

*Institui a carteira de identidade funcional dos membros da Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil.*

**O VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no exercício do cargo de Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 4o da Lei no 9.650, de 27 de maio de 1998, e no § 3o do art. 37 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001,

**DECRETA**:

Art. 1o  Fica instituída a carteira de identidade funcional dos membros da Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil, com validade em todo o território nacional, a ser expedida pela referida autarquia.

Art. 2o  Ao titular da carteira de identidade funcional de Procurador do Banco Central do Brasil são asseguradas, no exercício do cargo, as prerrogativas previstas em lei para o desempenho de sua missão institucional.

Parágrafo único.  Na carteira de identidade funcional do Procurador aposentado do Banco Central do Brasil, não se fará referência às prerrogativas legais de que trata o caput.

Art. 3o  O Presidente do Banco Central do Brasil aprovará as características da carteira de identidade funcional de que trata este Decreto, segundo o modelo adotado para os membros da Advocacia-Geral da União.

Art. 4o  A perda do cargo de Procurador do Banco Central do Brasil obriga a imediata restituição da carteira de identidade funcional.

Art. 5o  Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 13 de abril de 2005; 184o da Independência e 117o da República.

**JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA**

# Antonio Palocci Filho

**DECRETO Nº 5.989, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006.**

*Dispõe sobre o remanejamento de Funções Comissionadas Técnicas – FCT para a Advocacia-Geral da União - AGU.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 58 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, e no art. 6º do Decreto nº 4.941, de 29 de dezembro de 2003,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam remanejadas, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a Advocacia-Geral da União - AGU, cento e quinze Funções Comissionadas Técnicas - FCT, correspondentes aos níveis e escalonamento contidos no Anexo a este Decreto.

Parágrafo único. As FCT a que se refere o caput destinam-se exclusivamente a:

I - ocupantes de cargos efetivos constantes do Anexo V da Lei nº 9.367, de 16 de dezembro de 1996, que não tenham sido estruturados em carreiras ou abrangidos pelo art. 1º da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001;

II - ocupantes de cargos efetivos da Carreira Previdenciária e da Carreira de Seguridade Social e do Trabalho.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de dezembro de 2006; 185º da Independência e 118º da República

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

*João Bernardo de Azevedo Bringel,*

*Álvaro Augusto Ribeiro Costa*

**ANEXO**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **DENOMINAÇÃO**  **DOPOSTO DE**  **TRABALHO** | **UNIDADE DE DESTINO** | **FUNÇÃO**  **COMISSIONADATÉCNICA** | |
| NÍVEL | TOTAL |
| Técnico em Contratos eConvênios | Secretaria-Geral | 07 | 10 |
| Técnico em Contratos eConvênios | URA (Unidades Regionais de Atendimento) de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre e Brasília | 07 | 15 |
| Analista em ComunicaçãoSocial | Gabinete do Ministro | 05 | 01 |
| Analista em Legislação deCompras | Secretaria-Geral | 05 | 10 |
| Analista em Legislação deCompras | URA (Unidades Regionais de Atendimento)de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre e Brasília | 05 | 10 |
| Analista em Gestão de Pessoas | Secretaria-Geral | 05 | 10 |
| Analista em Gestão Administrativa | PRU (Procuradoria Regional da União), PRF (Procuradoria Regional Federal) em São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre e Brasília; e PF (Procuradoria Federal) nas demais Unidades da Federação. | 05 | 40 |
| Técnico em Logística | Secretaria-Geral | 07 | 09 |
| Técnico em Logística | URA (Unidades Regionais de Atendimento)de São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre e Brasília. | 07 | 10 |
| **TOTAL** | |  | 115 |

**DECRETO Nº 6.018, DE 22DE JNEIRO DE 2007.**

*Regulamenta a Medida Provisória no 353, de 22 de janeiro de 2007, que dispõe sobre o término do processo de liquidação e a extinção da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, altera dispositivos da Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Medida Provisória no 353, de 22 de janeiro de 2007[[402]](#footnote-403),

**DECRETA:**

Art. 1o  Compete ao Ministério dos Transportes a coordenação e a supervisão dos procedimentos administrativos relativos à Inventariança da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA.

Art. 2o  As atividades da Inventariança serão conduzidas por Inventariante indicado pelo Ministro de Estado dos Transportes, para ocupar cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superior, DAS 101.6.

Parágrafo único.  O assessoramento jurídico necessário aos atos relativos ao processo de inventariança será prestado pela Advocacia-Geral da União, conforme dispuser o Advogado-Geral da União em ato próprio.[[403]](#footnote-404)

Art. 3o  Constituem atribuições do Inventariante:

I - representar a União, na qualidade de sucessora da extinta RFFSA, nos atos administrativos necessários à Inventariança, podendo também celebrar, prorrogar e rescindir contratos administrativos, convênios e outros instrumentos, quando houver interesse da administração;

II - praticar atos de gestão patrimonial, contábil, financeira e administrativa, inclusive de pessoal;

III - elaborar e publicar o balanço patrimonial de extinção da RFFSA referente à data de publicação da Medida Provisória no 353, de 2007;

IV - apurar os direitos e obrigações, assim como relacionar documentos, livros contábeis, contratos e convênios da extinta RFFSA, dando-lhes as destinações previstas neste Decreto;

V - identificar, localizar e relacionar os bens móveis e imóveis, dando-lhes as destinações previstas em lei, podendo, para tanto, designar comissões específicas;

VI - encaminhar, de imediato, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a documentação disponível de titularidade dos imóveis referidos no § 2o do art. 6o da Medida Provisória no 353, de 2007, para análise prévia, elaboração do ato formal de indicação e remessa ao agente operador do Fundo Contingente da Extinta RFFSA - FC;

VII - providenciar o tratamento dos acervos técnicos, bibliográficos, documentais e de pessoal, observadas as normas específicas, transferindo-os, mediante termo próprio, ao Arquivo Nacional ou aos órgãos e entidades que tiverem absorvido as correspondentes atribuições da extinta RFFSA;

VIII - providenciar a regularização contábil dos atos administrativos pendentes, inclusive a análise das prestações de contas dos convênios e instrumentos similares da extinta RFFSA, podendo, para tanto, designar comissões específicas;

IX - submeter ao Ministro de Estado dos Transportes proposta com vistas à nomeação de ocupantes de cargos em comissão na Inventariança;

X - praticar os atos necessários à instauração de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, assim como adotar os procedimentos necessários para a conclusão e o acompanhamento dos processos em andamento, encaminhando à autoridade competente os respectivos relatórios conclusivos;

XI - encaminhar ao Ministro de Estado dos Transportes relatórios trimestrais sobre o andamento das atividades, atualizando em cada relatório o cronograma de atividades básicas em andamento, bem como relatório final quando da conclusão do processo de inventariança;

XII - adotar as medidas necessárias para viabilizar o cumprimento do disposto na Lei no 8.693, de 3 de agosto de 1993;

XIII - realizar os encontros de contas com as empresas devedoras ou credoras da extinta RFFSA, observado o disposto na alínea “b” do inciso II do art. 5o;

XIV - transferir ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT o acervo documental relativo aos bens de que trata o art. 8º da Medida Provisória nº 353 , de 2007;

XV - dar prosseguimento, durante o processo de inventariança, ao pagamento das obrigações decorrentes de acordos administrativos e judiciais firmados pela extinta RFFSA;

XVI - transferir para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o acervo documental e os registros funcionais de empregados aposentados e pensionistas de que trata o art. 118 da Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001;

XVII - transferir para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a documentação e as informações disponíveis referentes aos imóveis não-operacionais oriundos da extinta RFFSA;

XVIII - adotar as providências decorrentes da rescisão dos contratos de prestação de serviços advocatícios;

XIX - rescindir os contratos de prestação de serviços que tenham por objeto a venda de bens móveis e imóveis da extinta RFFSA;

XX - rescindir os contratos de trabalho formalizados com base no disposto no § 3o do art. 3o do Decreto no 3.277, de 7 de dezembro de 1999, bem como apurar e liquidar as obrigações deles decorrentes;

XXI - informar à Chefia do Gabinete do Advogado-Geral da União quando da efetivação das transferências para as unidades descentralizadas daquele Órgão dos acervos documentais relativos aos processos judiciais de que trata o art. 2º da Medida Provisória nº 353, de 2007;

XXII - indicar, quando solicitado pela Advocacia-Geral da União ou pela VALEC - Engenharia Construções e Ferrovias S.A., os prepostos e testemunhas que tenham conhecimento do fato objeto da ação judicial;

XXIII - dar continuidade à elaboração da folha de pagamento do pessoal ativo, bem como aos procedimentos operacionais no que diz respeito à apuração da parcela sob encargo da União relativamente aos proventos de inatividade de que trata o inciso II do art. 118 da Lei nº 10.233, de 2001, até que a VALEC e o  Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão tenham concluído os trabalhos de absorção dessas atividades em sistemas informatizados;

XXIV - transferir para a VALEC a documentação referente aos contratos de trabalho dos empregados ativos  mencionados no inciso I do caput do art. 17 da Medida Provisória nº 353, de 2007;

XXV - fornecer à Advocacia-Geral da União e à VALEC os elementos necessários à defesa judicial dos seus interesses;

XXVI - liquidar as demais obrigações contratuais cujo valor não ultrapasse R$ 250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil reais) e encaminhar à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda os processos relativos às obrigações com valor superior;

XXVII - adotar medidas visando promover as adaptações necessárias no Regulamento do Serviço Social das Estradas de Ferro - SESEF, em decorrência da extinção da RFFSA;

XXVIII - elaborar proposta de estrutura organizacional de funcionamento das unidades regionais da Inventariança e submeter à aprovação do Ministério dos Transportes;

XXIX - promover, em conjunto com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a atualização dos dados cadastrais de aposentados e pensionistas sob responsabilidade da extinta RFFSA;

XXX - dar prosseguimento ao pagamento das obrigações da extinta RFFSA junto à Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social - REFER, referentes às contribuições dos empregados já desligados em virtude de adesão a planos de incentivo ao desligamento voluntário, nos quais a extinta RFFSA obrigou-se a mantê-los na condição de participantes ativos, pelo prazo pactuado;

XXXI - proceder ao encerramento dos registros da extinta RFFSA junto aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais; e

XXXII - desempenhar outras funções que lhe forem atribuídas pelo Ministério dos Transportes.

Parágrafo único.  O Inventariante poderá delegar atribuições contidas neste artigo.

Art. 4~~º~~  Os cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS criados pelo art. 23 da Lei n~~º~~ 11.483, de 31 de maio de 2007, ficam assim distribuídos:**(Redação dada pelo Decreto nº 7.929, de 18.2.2013)**

I - no Ministério dos Transportes, para as atividades de inventariança: **(Redação dada pelo Decreto nº 7929, de 18.2.2013)**

a) um DAS 101.6, para o cargo de Inventariante; **(Redação dada pelo Decreto nº 7.929, de 18.2.2013)**

b) dois assessores DAS 102.5; **(Redação dada pelo Decreto nº 9.360, de 2018)**

c) seis DAS 101.4; **(Redação dada pelo Decreto nº 7.929, de 18.2.2013)**

c) dois DAS 101.4; **(Redação dada pelo Decreto nº 9.360,**[[404]](#footnote-405)**de 2018)**

d) um DAS 101.3; **(****Redação dada pelo Decreto nº 9.360,**[[405]](#footnote-406)**de 2018)**

e) um DAS 101.2; e **(Redação dada pelo Decreto nº 9.360,**[[406]](#footnote-407)**de 2018)**

f) cinco DAS 101.1; **(Redação dada pelo Decreto nº 9.360,**[[407]](#footnote-408) **de 2018)**

II - na Advocacia-Geral da União: **(Redação dada pelo Decreto nº 7.929, de 18.2.2013)**

a) para o desempenho das atividades decorrentes do disposto no inciso I do **caput** do art. 2~~º~~ da Lei n~~º~~ 11.483, de 2007: **(Redação dada pelo Decreto nº 7.929, de 18.2.2013)**

1. um DAS 101.5; **(Redação dada pelo Decreto nº 7.929, de 18.2.2013)**

2. dois DAS 101.4; **(Redação dada pelo Decreto nº 7.929, de 18.2.2013)**

3. cinco DAS 101.3; e**(Redação dada pelo Decreto nº 7.929, de 18.2.2013)**

4. dezenove DAS 101.2; e**(Redação dada pelo Decreto nº 7.929, de 18.2.2013)**

b) em caráter temporário, enquanto não encerrado o processo de inventariança da extinta RFFSA, para atendimento do acréscimo do volume de trabalho gerado pela absorção do passivo judicial: dois DAS 101.3; **(Redação dada pelo Decreto nº 7.929, de 18.2.2013)**

III - no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: **(Redação dada pelo Decreto nº 7.929, de 18.2.2013)**

a) para a realização das atividades decorrentes do disposto no art. 118 da Lei n~~º~~ 10.233, de 2001, bem como de outras relativas à incorporação ao patrimônio da União de imóveis não-operacionais oriundos da extinta RFFSA: **(Redação dada pelo Decreto nº 7.929, de 18.2.2013)**

1. dois DAS 101.5; **(Redação dada pelo Decreto nº 7.929, de 18.2.2013)**

2. seis DAS 101.4; **(Redação dada pelo Decreto nº 7.929, de 18.2.2013)**

3. sete DAS 101.3; **(Redação dada pelo Decreto nº 7.929, de 18.2.2013)**

4. quatro DAS 101.2; e**(Redação dada pelo Decreto nº 7.929, de 18.2.2013)**

5. dezesseis DAS 101.1; e**(Redação dada pelo Decreto nº 7.929, de 18.2.2013)**

b) para as atividades de avaliação da vocação logística dos bens imóveis não operacionais da extinta RFFSA, a que se refere o art. 8~~º~~, **caput**, inciso IV, da Lei n~~º~~ 11.483, de 2007: **(Redação dada pelo Decreto nº 7.929, de 18.2.2013)**

1. um DAS 101.4; **(Redação dada pelo Decreto nº 7.929, de 18.2.2013)**

2. dois DAS 101.3; **(Redação dada pelo Decreto nº 7.929, de 18.2.2013)**

3. um DAS 101.2; e**(Redação dada pelo Decreto nº 7.929, de 18.2.2013)**

4. três DAS 101.1; e**(Redação dada pelo Decreto nº 7.929, de 18.2.2013)**

IV - no DNIT, para as atividades de avaliação da vocação logística dos bens imóveis não-operacionais da extinta RFFSA, a que se refere o art. 8~~º~~, **caput**, inciso IV, da Lei n~~º~~ 11.483, de 2007: **(Redação dada pelo Decreto nº 7.929, de 18.2.2013)**

a) dois DAS 101.4; **(Redação dada pelo Decreto nº 7.929, de 18.2.2013)**

b) cinco DAS 101.3; **(Redação dada pelo Decreto nº 7.929, de 18.2.2013)**

c) quatro DAS 101.2; e**(Redação dada pelo Decreto nº 7.929, de 18.2.2013)**

d) cinco DAS 101.1. **(Redação dada pelo Decreto nº 7.929, de 18.2.2013)**

§ 1~~º~~ Os cargos em comissão referidos no inciso I do **caput**, na alínea “b” do inciso II do **caput**, na alínea “b” do inciso III do **caput** e no inciso IV do **caput** não integrarão a estrutura regimental dos referidos órgãos, devendo constar dos atos de nomeação seu caráter de transitoriedade. **(Incluído pelo Decreto nº 7.929, de 18.2.2013)**

§ 2o Os cargos em comissão referidos no inciso IV do **caput** serão redistribuídos ao DNIT, por ato do Ministro de Estado dos Transportes, até 31 de dezembro de 2013. **(Incluído pelo Decreto nº 7.929, de 18.2.2013, retificado no D. O. U. de 1º.4.2013)**

§ 3º  Os cargos em comissão referidos na alínea “b” do inciso III e no inciso IV do **caput** serão restituídos à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão sete dias após a data de apresentação do Relatório Final do Grupo de Trabalho da Reserva Técnica Ferroviária e os seus ocupantes ficarão automaticamente exonerados. **(Redação dada pelo Decreto nº 9.360,**[[408]](#footnote-409)**de 2018)**

§ 4º **(Revogado pel****o Decreto nº 8.739, de 2016)**

Art. 5o  Durante o processo de inventariança serão transferidos:

I - à Advocacia-Geral da União, na qualidade de representante judicial da União, à medida que forem requisitados, os arquivos e acervos documentais relativos às ações judiciais, em que a extinta RFFSA seja autora, ré, assistente, opoente ou terceira interessada, que estejam tramitando em qualquer instância, inclusive aquelas em fase de execução, ressalvado o disposto no inciso II do art. 17 da Medida Provisória nº 353, de 2007;

II - à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda:

a) as obrigações financeiras decorrentes de financiamentos contraídos pela extinta RFFSA com instituições nacionais e internacionais;

b) os haveres financeiros e demais créditos da extinta RFFSA perante terceiros, excetuados os relativos a saldos devedores, prestações e débitos oriundos de contratos de compra e venda e de locação de imóveis, inclusive os utilizados para encontro de contas; (NR) **(Redação dada pelo Decreto nº 6.769, de 10.2.2009)**

c) as obrigações decorrentes de tributos; e

d) as obrigações contratuais com valores superiores a R$ 250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil reais);

III - ao Ministério do  Planejamento, Orçamento e Gestão:

a) a documentação e as informações sobre os bens imóveis não-operacionais oriundos da extinta RFFSA transferidos à União;

b) a base de dados cadastrais dos imóveis não-operacionais oriundos da extinta RFFSA transferidos à União, para fins de inclusão no sistema informatizado da Secretaria do Patrimônio da União; e

c) a gestão da complementação de aposentadoria instituída pela Lei no 8.186, de 21 de maio de 1991, e pela Lei no 10.478, de 28 de junho de 2002, bem como os respectivos acervos documentais, em consonância com o disposto no art. 118 da Lei nº 10.233, de 2001;

d) a gestão da carteira imobiliária, com as respectivas informações relativas a saldos devedores, prestações e débitos oriundos de contratos de compra e venda e de locação de imóveis; (NR) **(Incluída pelo Decreto nº 6.769, de 10.2.2009)**

IV - ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN:

a) os bens móveis de valor artístico, histórico e cultural, oriundos da extinta RFFSA; e

b) os convênios firmados com entidades de direito público ou privado que tenham por objeto a exploração e administração de museus ferroviários e de outros bens de interesse artístico, histórico e cultural;

V - ao DNIT:

a) a propriedade dos bens móveis e imóveis operacionais da extinta RFFSA;

b) os bens móveis não-operacionais utilizados pela Administração Geral e Escritórios Regionais, ressalvados aqueles necessários às atividades da Inventariança;

c) os demais bens móveis não-operacionais, incluindo trilhos, material rodante, peças, partes e componentes, almoxarifados e sucatas, que não tenham sido destinados a outros fins, considerando o disposto na Medida Provisória nº 353, de 2007;

d) o acervo documental e sistemas informatizados referentes às alíneas “a”, “b” e “c”, mediante termo específico a ser firmado com a Inventariança, dando ciência à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, por força do disposto no §4º do art. 82 da Lei nº 10.233, de 2001; e

e) as informações e documentos referentes aos Termos de Ajuste de Conduta (TAC), celebrados entre a extinta RFFSA e o Ministério Público;

VI - à VALEC:

a) os contratos de trabalho dos empregados ativos do quadro próprio da extinta RFFSA, na forma do disposto no inciso I do caput do art. 17 da Medida Provisória nº 353, de 2007, bem como os documentos necessários à gestão da respectiva folha de pagamento;

b) as informações e os documentos referentes às ações judiciais referidas no inciso II do caput do art. 17 da Medida Provisória nº 353, de 2007; e

c) o acervo documental e demais informações referentes ao patrocínio da REFER, nos termos do art. 18 da Medida Provisória no 353, de 2007;

VII - à ANTT, os contratos de arrendamento e demais informações necessárias às atividades de gestão dos referidos contratos, mediante termo específico a ser firmado com a Inventariança, dando ciência ao DNIT, por força do disposto no § 4º do art. 82 da Lei nº 10.233, de 2001.

§ 1o  Compete à Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a renegociação prevista no art. 28 da Lei no 11.483, de 31 de maio de 2007, observados os critérios previstos na Lei no 9.636, de 15 de maio de 1998, na Lei no 10.522, de 19 de julho de 2002, assim como nas normas vigentes à época da celebração dos contratos, quando for o caso.(NR) **(Incluído pelo Decreto nº 6.769, de 10.2.2009)**

§ 2o  Compete ao titular da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, permitida a subdelegação, assinar o documento de quitação dos saldos devedores, bem como representar a União nos procedimentos de registros cartoriais. (NR) **(Incluído pelo Decreto nº 6.769, de 10.2.2009)**

§ 3o  A gestão da carteira imobiliária prevista na alínea “d” do inciso III poderá ser realizada diretamente pela Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ou por intermédio do agente operador do Fundo Contingente, previsto no art. 6o, § 1o, da Lei no 11.483, de 2007. (NR) **(Incluído pelo Decreto nº 6.769, de 10.2.2009)**

Art. 6o  Os termos de entrega ou cessão provisórios previstos no art. 21 da Lei no 11.483, de 2007, serão formalizados quando houver urgência na entrega em razão da necessidade de proteção ou manutenção do imóvel, regularização dominial ou interesse público. (NR) **(Redação dada pelo Decreto nº 6.769, de 10.2.2009)**

§ 1o  A formalização referida no caput será feita com base em ato fundamentado da autoridade competente, e o instrumento deverá conter cláusula resolutiva para o caso de necessidade ou interesse público superveniente.

§ 2o  Após a celebração do termo de entrega provisório, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão adotará as providências necessárias à substituição por instrumento definitivo.

§ 3o  Fica autorizada a substituição dos contratos de utilização de imóveis não-operacionais oriundos da extinta RFFSA, celebrados com órgãos e entidades públicas federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais, por termos de entrega ou contratos de cessão de uso, mantendo-se as condições originalmente pactuadas.

§ 4o  Fica autorizada a substituição dos contratos de utilização de imóveis não-operacionais oriundos da extinta RFFSA, celebrados com particulares, por contratos de cessão de uso, mantendo-se as condições originalmente pactuadas, quando não colidirem com os interesses da União ou com as normas vigentes.

§ 5o  O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão adotará providências para regularização fundiária, urbanística e ambiental e a destinação dos imóveis não-operacionais de que trata este Decreto, excetuando-se aqueles previstos no § 2º do art. 6º da Medida Provisória nº 353, de 2007, podendo, para tanto, celebrar contrato de prestação de serviços técnicos especializados.

Art. 7o  O IPHAN deverá solicitar ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a cessão de uso dos bens imóveis que forem do seu interesse, tendo em vista o cumprimento do disposto no art. 9o da Lei no 11.483, de 2007. (NR) **(Redação dada pelo Decreto nº 6.769, de 10.2.2009)**

§ 1o  O uso dos bens imóveis cedidos ao IPHAN poderá ser compartilhado com outros órgãos e entidades da administração pública federal. (NR) **(Incluído pelo Decreto nº 6.769, de 10.2.2009)**

§ 2o  O IPHAN poderá solicitar a cessão de bens imóveis de valor artístico, histórico e cultural para a utilização por parte de outros órgãos e entidades públicos ou privados com o objetivo de perpetuar a memória ferroviária e contribuir para o desenvolvimento da cultura e do turismo. (NR) **(Renumerado pelo Decreto nº 6.769, de 10.2.2009)**

Art. 8o  Cabe à Secretaria do Tesouro Nacional receber e dar quitação das parcelas oriundas dos contratos de arrendamento firmados pela extinta RFFSA, e informar à ANTT eventuais inadimplências.

Parágrafo único.  No caso dos pagamentos relativos às parcelas de arrendamentos referidas no inciso III do caput do art. 6º da Medida Provisória nº 353, de 2007, a Secretaria do Tesouro Nacional providenciará a transferência dos respectivos valores ao FC e dará conhecimento ao agente operador.

Art. 9o  Os processos relativos ao reconhecimento de dívidas oriundas da extinta RFFSA serão obrigatoriamente instruídos com:

I - declaração expressa do Inventariante quanto à certeza, liquidez e exatidão das obrigações;

II - original ou cópia autenticada da documentação comprobatória da dívida; e

III - manifestação da Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria-Geral da União, sobre a regularidade das contratações e a exatidão dos valores devidos, quando o montante for superior a R$ 250.000,00 (duzentos e cinqüenta mil reais).

Art. 10.  Ato do Ministro de Estado da Fazenda disciplinará o Fundo Contingente da Extinta RFFSA - FC, de que trata o art. 5º da Medida Provisória nº 353, de 2007.

§ 1o  A Caixa Econômica Federal é designada o agente operador do FC, e será responsável pela elaboração do seu regulamento, que conterá as normas e os procedimentos para o seu funcionamento.

§ 2o  As disponibilidades financeiras do FC serão depositadas na Conta Única do Tesouro Nacional.

§ 3o  A remuneração da Caixa Econômica Federal pela prestação dos serviços relativos à operacionalização do FC será definida em ato do Ministro de Estado da Fazenda.

§ 4o  A Caixa Econômica Federal prestará contas trimestralmente ao Ministério da Fazenda, até o trigésimo dia útil após o encerramento do trimestre, das operações realizadas sob sua responsabilidade.

Art. 11.  As despesas com regularização, administração, avaliação e venda dos imóveis de que trata o inciso IV do caput do art. 5º da Medida Provisória nº 353, de 2007, correrão à conta do FC.

§ 1o  A Caixa Econômica Federal disponibilizará pessoal capacitado e suficiente para a pronta conclusão das regularizações, avaliações e vendas referidas no caput.

§ 2o  A Caixa Econômica Federal procederá à regularização dos títulos dominiais dos imóveis vinculados ao FC, perante os órgãos administrativos federais, estaduais, do Distrito Federal ou municipais, Cartórios de Notas e Cartórios de Registro de Imóveis, mantendo a Secretaria do Patrimônio da União informada sobre o andamento dos trabalhos.

Art. 12.  Os pagamentos a cargo do FC serão realizados exclusivamente por solicitações encaminhadas à Caixa Econômica Federal, por intermédio:

I - da VALEC, nos casos previstos no inciso II do art. 5º da Medida Provisória nº 353, de 2007, acompanhada da respectiva decisão judicial; e

II - da Advocacia-Geral da União, nos casos previstos no inciso III do art. 5º da Medida Provisória nº 353, de 2007, acompanhada da respectiva decisão judicial.

Parágrafo único.  As demais hipóteses de pagamento serão disciplinadas no regulamento do FC.

Art. 13.  O prazo para a conclusão dos trabalhos de inventariança será de um ano, contado da data de publicação deste Decreto, podendo ser prorrogado, a critério do Ministro de Estado dos Transportes, mediante proposta do Inventariante.

Art. 14.  Os Ministérios das Cidades e dos Transportes, a Caixa Econômica Federal e o IPHAN, por intermédio do Grupo de Trabalho instituído em 30 de junho de 2004, analisarão as demandas de que tratam os arts. 13 e 14 da Medida Provisória no 353, de 2007, para operacionalização da alienação e regularização dos imóveis não-operacionais, com observância ao disposto no Convênio celebrado em 11 de maio de 2004 e seus termos aditivos.

Art. 15.  Em todos os atos ou operações, o Inventariante deverá usar a denominação “Inventariante da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA”.

Art. 16.  Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de janeiro de 2007; 186o da Independência e 119o da República.

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

*Guido Mantega*

*Paulo Sérgio Oliveira Passo*

*João Bernardo de Azevedo Bringel*

*Álvaro Augusto Ribeiro Costa*

**DECRETO Nº 7.153, DE 9 DE ABRIL DE 2010.**

*Dispõe sobre a representação e a defesa extrajudicial dos órgãos e entidades da administração federal junto ao Tribunal de Contas da União, por intermédio da Advocacia-Geral da União.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, e tendo em vista o disposto no art. 131, ambos da Constituição,

**DECRETA:**

Art. 1o  A Advocacia-Geral da União exercerá a representação e a defesa extrajudicial dos órgãos e entidades da administração federal perante o Tribunal de Contas da União, nos processos em que houver interesse da União, declarado expressamente pelo Advogado-Geral da União, sem prejuízo do exercício do direito de defesa por parte dos agentes públicos sujeitos à sua jurisdição.

§ 1o  A Consultoria-Geral da União da Advocacia-Geral da União será a responsável por exercer a orientação da representação e da defesa extrajudicial da União e dos órgãos e entidades da administração federal direta e indireta perante o Tribunal de Contas da União.

§ 2o  A assunção da representação e da defesa extrajudicial, nos termos do **caput**, dar-se-á de forma gradativa, conforme ato a ser editado pelo Advogado-Geral da União, e não exime os gestores de suas responsabilidades.

§ 3o  A defesa dos gestores pela Advocacia-Geral da União, perante o Tribunal de Contas da União, dar-se-á na ocorrência de:

I - atos praticados no exercício de suas atribuições constitucionais, legais ou regulamentares, no interesse público, especialmente da União e de suas entidades da administração indireta; e

II - atos praticados em observância dos princípios elencados no **caput** do art. 37 da Constituição.

§ 4o  A representação e a defesa extrajudicial de que trata o **caput** não se confundem com o exercício das competências do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal.

Art. 2o  Fica instituído o Comitê Interministerial - TCU (CI-TCU), que será responsável pela coordenação da representação e da defesa extrajudicial da União e dos órgãos e entidades da administração federal direta e indireta perante o Tribunal de Contas da União, composto por um representante, titular e suplente, de cada órgão a seguir indicado:

I - Advocacia-Geral da União, que o coordenará;

II - Casa Civil da Presidência de República;

III - Ministério da Fazenda;

IV - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e

V - Controladoria-Geral da União.

§ 1o  Os representantes do CI-TCU serão indicados pelos respectivos Ministros de Estado, no prazo de quinze dias contado da publicação deste Decreto, e designados pelo Advogado-Geral da União.

§ 2o  O CI-TCU reunir-se-á mediante convocação do seu coordenador.

§ 3o  O CI-TCU poderá convidar para participar das reuniões representantes de outros órgãos ou entidades da administração federal, para prestarem informações e emitirem pareceres.

§ 4o  Poderão ser instituídos, nos termos definidos pelo CI-TCU, comitês de articulação estaduais, integrados por representantes de órgãos e entidades da administração federal.

§ 5o  O CI-TCU, com a colaboração de representantes da área técnica e jurídica dos órgãos e entidades diretamente relacionadas com o objeto do processo em curso no Tribunal de Contas da União, será responsável pela coordenação da respectiva atuação processual junto ao Tribunal de Contas da União.

Art. 3o  A Advocacia-Geral da União, diretamente ou por intermédio de seus órgãos vinculados, poderá requisitar junto aos órgãos e entidades da administração federal os elementos de fato e de direito necessários para desempenhar as representações previstas neste Decreto.

Parágrafo único.  As requisições objeto deste artigo terão tratamento preferencial e serão atendidas no prazo nelas assinalado.

Art. 4o  Para os fins de execução da representação e da defesa extrajudicial previstas neste Decreto, os órgãos e entidades da administração federal direta e indireta envolvidos poderão delegar competências entre si, bem como firmar convênios, acordos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos congêneres.

Art. 5o  O Advogado-Geral da União editará normas complementares para execução do disposto neste Decreto.

Art. 6o  Este Decreto entra em vigor em trinta dias a contar da sua publicação, exceto o art. 5o, que terá vigência a partir da data de sua publicação.

Brasília, 9 de abril de 2010; 189o da Independência e 122o da República.

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

*Luis Inácio Lucena Adams*

**DECRETO Nº 7.598, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2011.**

*Delega ao Advogado-Geral da União competência para autorizar a contratação de advogados e especialistas visando à defesa judicial e extrajudicial de interesse da União no exterior, nos termos da Lei n~~º~~ 8.897, de 27 de junho de 1994.*

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea “a*”*, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 4o da Lei no 8.897, de 27 de junho de 1994,

**DECRETA:**

Art. 1o  Fica delegada ao Advogado-Geral da União competência para autorizar a contratação de advogados e especialistas visando à defesa judicial e extrajudicial de interesse da União, no exterior, nos termos do art. 4o da Lei no 8.897,de 27 de junho de 1994,e para os fins estabelecidos na referida lei. [[409]](#footnote-410)

Art. 2o  Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 7 de novembro de 2011; 190o da Independência e 123o da República.

**DILMA ROUSSEFF**

*Antonio de Aguiar Patriota*

*Gleisi Hoffmann*

*Luís Inácio Lucena Adams*

(Publicado no D. O. de 8.11.2011, e republicado em30.11.2011)

**DECRETO Nº 7.737, DE 25 DE MAIO DE 2012.**

*Dispõe sobre a apuração de antiguidade nas carreiras de Advogado da União, de Procurador da Fazenda Nacional, de Procurador Federal e de Procurador do Banco Central.*

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 24, parágrafo único, da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993, no art. 7o-A, § 2o, da Lei no 9.650, de 27 de maio de 1998 e no art. 11, § 2o, inciso V, da Lei no 10.480, de 2 de julho de 2002,

**DECRETA:**

Art. 1o  A antiguidade dos membros das carreiras de Advogado da União, Procurador da Fazenda Nacional, Procurador Federal e Procurador do Banco Central será apurada, exclusivamente, pelo tempo de serviço na respectiva carreira, contado em dias de efetivo exercício, que serão convertidos em anos, considerado o ano como de trezentos e sessenta e cinco dias.

Parágrafo único.  A antiguidade será apurada nos meses de janeiro e agosto de cada ano, considerado o tempo decorrido até 30 de junho e 31 de dezembro, respectivamente.

Art.  2o  Consideram-se mais antigos os membros das carreiras de que trata o art. 1o mais bem posicionados de acordo com a ordem decrescente do tempo de serviço na respectiva carreira.

Parágrafo único.  Em caso de empate, será considerado mais antigo, sucessivamente:

I - o mais bem classificado no concurso público de ingresso para a respectiva carreira, se provenientes do mesmo concurso de ingresso;

II - o oriundo do concurso mais antigo, se provenientes de concursos públicos de ingresso diferentes; e

III - o de idade mais avançada.

Art. 3o  Na apuração da antiguidade será considerado, exclusivamente, o tempo de efetivo exercício do servidor, assim definido em lei.

Art. 4o  O órgão de recursos humanos respectivo elaborará as listas provisórias de antiguidade e processará os pedidos de revisão.

Art. 5o  O Advogado-Geral da União baixará os atos complementares para o cumprimento do disposto neste Decreto e resolverá os casos omissos.

Art. 6o  Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação às promoções por antiguidade das carreiras de que dispõe o art. 1o, para as vagas ocorridas a partir de 1o de janeiro de 2012.

Art. 7o  Fica revogado o Decreto no 4.434, de 21 de outubro de 2002.

Brasília, 25 de maio  de 2012; 191o da Independência e 124o da República.

**DILMA ROUSSEFF**

*Guido Mantega*

*Miriam Belchior*

*Alexandre Antonio Tombini*

*Luis Inácio Lucena Adams*

**DECRETO Nº 9.830, DE 10 DE JUNHO DE 2019.**

*Regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que institui a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro.*

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942,

**DECRETA**:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Objeto**

Art. 1º Este Decreto regulamenta o disposto nos art. 20 ao art. 30 do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, que institui a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro.

CAPÍTULO II

DA DECISÃO

**Motivação e decisão**

Art. 2º A decisão será motivada com a contextualização dos fatos, quando cabível, e com a indicação dos fundamentos de mérito e jurídicos.

§ 1º A motivação da decisão conterá os seus fundamentos e apresentará a congruência entre as normas e os fatos que a embasaram, de forma argumentativa.

§ 2º A motivação indicará as normas, a interpretação jurídica, a jurisprudência ou a doutrina que a embasaram.

§ 3º A motivação poderá ser constituída por declaração de concordância com o conteúdo de notas técnicas, pareceres, informações, decisões ou propostas que precederam a decisão.

**Motivação e decisão baseadas em valores jurídicos abstratos**

Art. 3º A decisão que se basear exclusivamente em valores jurídicos abstratos observará o disposto no art. 2º e as consequências práticas da decisão.

§ 1º Para fins do disposto neste Decreto, consideram-se valores jurídicos abstratos aqueles previstos em normas jurídicas com alto grau de indeterminação e abstração.

§ 2º Na indicação das consequências práticas da decisão, o decisor apresentará apenas aquelas consequências práticas que, no exercício diligente de sua atuação, consiga vislumbrar diante dos fatos e fundamentos de mérito e jurídicos.

§ 3º A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta, inclusive consideradas as possíveis alternativas e observados os critérios de adequação, proporcionalidade e de razoabilidade.

**Motivação e decisão na invalidação**

Art. 4º A decisão que decretar invalidação de atos, contratos, ajustes, processos ou normas administrativos observará o disposto no art. 2º e indicará, de modo expresso, as suas consequências jurídicas e administrativas.

§ 1º A consideração das consequências jurídicas e administrativas é limitada aos fatos e fundamentos de mérito e jurídicos que se espera do decisor no exercício diligente de sua atuação.

§ 2º A motivação demonstrará a necessidade e a adequação da medida imposta, consideradas as possíveis alternativas e observados os critérios de proporcionalidade e de razoabilidade.

§ 3º Quando cabível, a decisão a que se refere o **caput** indicará, na modulação de seus efeitos, as condições para que a regularização ocorra de forma proporcional e equânime e sem prejuízo aos interesses gerais.

§ 4º Na declaração de invalidade de atos, contratos, ajustes, processos ou normas administrativos, o decisor poderá, consideradas as consequências jurídicas e administrativas da decisão para a administração pública e para o administrado:

I - restringir os efeitos da declaração; ou

II - decidir que sua eficácia se iniciará em momento posteriormente definido.

§ 5º A modulação dos efeitos da decisão buscará a mitigação dos ônus ou das perdas dos administrados ou da administração pública que sejam anormais ou excessivos em função das peculiaridades do caso.

**Revisão quanto à validade por mudança de orientação geral**

Art. 5º A decisão que determinar a revisão quanto à validade de atos, contratos, ajustes, processos ou normas administrativos cuja produção de efeitos esteja em curso ou que tenha sido concluída levará em consideração as orientações gerais da época.

§ 1º É vedado declarar inválida situação plenamente constituída devido à mudança posterior de orientação geral.

§ 2º O disposto no § 1º não exclui a possibilidade de suspensão de efeitos futuros de relação em curso.

§ 3º Para fins do disposto neste artigo, consideram-se orientações gerais as interpretações e as especificações contidas em atos públicos de caráter geral ou em jurisprudência judicial ou administrativa majoritária e as adotadas por prática administrativa reiterada e de amplo conhecimento público.

§ 4º A decisão a que se refere o **caput** será motivada na forma do disposto nos art. 2º, art. 3º ou art. 4º.

**Motivação e decisão na nova interpretação de norma de conteúdo indeterminado**

Art. 6º A decisão administrativa que estabelecer interpretação ou orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado e impuser novo dever ou novo condicionamento de direito, preverá regime de transição, quando indispensável para que o novo dever ou o novo condicionamento de direito seja cumprido de modo proporcional, equânime e eficiente e sem prejuízo aos interesses gerais.

§ 1º A instituição do regime de transição será motivada na forma do disposto nos art. 2º, art. 3º ou art. 4º.

§ 2º A motivação considerará as condições e o tempo necessário para o cumprimento proporcional, equânime e eficiente do novo dever ou do novo condicionamento de direito e os eventuais prejuízos aos interesses gerais.

§ 3º Considera-se nova interpretação ou nova orientação aquela que altera o entendimento anterior consolidado.

**Regime de transição**

Art. 7º Quando cabível, o regime de transição preverá:

I - os órgãos e as entidades da administração pública e os terceiros destinatários;

II - as medidas administrativas a serem adotadas para adequação à interpretação ou à nova orientação sobre norma de conteúdo indeterminado; e

III - o prazo e o modo para que o novo dever ou novo condicionamento de direito seja cumprido.

**Interpretação de normas sobre gestão pública**

Art. 8º Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos, as dificuldades reais do agente público e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

§ 1º Na decisão sobre a regularidade de conduta ou a validade de atos, contratos, ajustes, processos ou normas administrativos, serão consideradas as circunstâncias práticas que impuseram, limitaram ou condicionaram a ação do agente público.

§ 2º A decisão a que se refere o § 1º observará o disposto nos art. 2º, art. 3º ou art. 4º.

**Compensação**

Art. 9º A decisão do processo administrativo poderá impor diretamente à pessoa obrigada compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos, com a finalidade de evitar procedimentos contenciosos de ressarcimento de danos.

§ 1º A decisão do processo administrativo é de competência da autoridade pública, que poderá exigir compensação por benefícios indevidamente fruídos pelo particular ou por prejuízos resultantes do processo ou da conduta do particular.

§ 2º A compensação prevista no **caput** será motivada na forma do disposto nos art. 2º, art. 3º ou art. 4º e será precedida de manifestação das partes obrigadas sobre seu cabimento, sua forma e, se for o caso, seu valor.

§ 3º A compensação poderá ser efetivada por meio do compromisso com os interessados a que se refere o art. 10.

CAPÍTULO III

DOS INSTRUMENTOS

**Compromisso**

Art. 10.  Na hipótese de a autoridade entender conveniente para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situações contenciosas na aplicação do direito público, poderá celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável e as seguintes condições:

I - após oitiva do órgão jurídico;

II - após realização de consulta pública, caso seja cabível; e

III - presença de razões de relevante interesse geral.

§ 1º A decisão de celebrar o compromisso a que se refere o **caput** será motivada na forma do disposto no art. 2º.

§ 2º O compromisso:

I - buscará solução proporcional, equânime, eficiente e compatível com os interesses gerais;

II - não poderá conferir desoneração permanente de dever ou condicionamento de direito reconhecido por orientação geral; e

III - preverá:

a) as obrigações das partes;

b) o prazo e o modo para seu cumprimento;

c) a forma de fiscalização quanto a sua observância;

d) os fundamentos de fato e de direito;

e) a sua eficácia de título executivo extrajudicial; e

f) as sanções aplicáveis em caso de descumprimento.

§ 3º O compromisso firmado somente produzirá efeitos a partir de sua publicação.

§ 4º O processo que subsidiar a decisão de celebrar o compromisso será instruído com:

I - o parecer técnico conclusivo do órgão competente sobre a viabilidade técnica, operacional e, quando for o caso, sobre as obrigações orçamentário-financeiras a serem assumidas;

II - o parecer conclusivo do órgão jurídico sobre a viabilidade jurídica do compromisso, que conterá a análise da minuta proposta;

III - a minuta do compromisso, que conterá as alterações decorrentes das análises técnica e jurídica previstas nos incisos I e II; e

IV - a cópia de outros documentos que possam auxiliar na decisão de celebrar o compromisso.

§ 5º Na hipótese de o compromisso depender de autorização do Advogado-Geral da União e de Ministro de Estado, nos termos do disposto no [§ 4º do art. 1º](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9469.htm#art1§4) ou no [art. 4º-A da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9469.htm#art4a), ou ser firmado pela Advocacia-Geral da União, o processo de que trata o § 3º será acompanhado de manifestação de interesse da autoridade máxima do órgão ou da entidade da administração pública na celebração do compromisso.

§ 6º Na hipótese de que trata o § 5º, a decisão final quanto à celebração do compromisso será do Advogado-Geral da União, nos termos do disposto no parágrafo único do [art. 4º-A da Lei nº 9.469, de 1997](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9469.htm#art4a).

**Termo de ajustamento de gestão**

Art. 11.  Poderá ser celebrado termo de ajustamento de gestão entre os agentes públicos e os órgãos de controle interno da administração pública com a finalidade de corrigir falhas apontadas em ações de controle, aprimorar procedimentos, assegurar a continuidade da execução do objeto, sempre que possível, e garantir o atendimento do interesse geral.

§ 1º A decisão de celebrar o termo de ajustamento de gestão será motivada na forma do disposto no art. 2º.

§ 2º Não será celebrado termo de ajustamento de gestão na hipótese de ocorrência de dano ao erário praticado por agentes públicos que agirem com dolo ou erro grosseiro.

§ 3º A assinatura de termo de ajustamento de gestão será comunicada ao órgão central do sistema de controle interno.

CAPÍTULO IV

DA RESPONSABILIZAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO

**Responsabilização na hipótese de dolo ou erro grosseiro**

Art. 12.  O agente público somente poderá ser responsabilizado por suas decisões ou opiniões técnicas se agir ou se omitir com dolo, direto ou eventual, ou cometer erro grosseiro, no desempenho de suas funções.

§ 1º Considera-se erro grosseiro aquele manifesto, evidente e inescusável praticado com culpa grave, caracterizado por ação ou omissão com elevado grau de negligência, imprudência ou imperícia.

§ 2º Não será configurado dolo ou erro grosseiro do agente público se não restar comprovada, nos autos do processo de responsabilização, situação ou circunstância fática capaz de caracterizar o dolo ou o erro grosseiro.

§ 3º O mero nexo de causalidade entre a conduta e o resultado danoso não implica responsabilização, exceto se comprovado o dolo ou o erro grosseiro do agente público.

§ 4º A complexidade da matéria e das atribuições exercidas pelo agente público serão consideradas em eventual responsabilização do agente público.

§ 5º O montante do dano ao erário, ainda que expressivo, não poderá, por si só, ser elemento para caracterizar o erro grosseiro ou o dolo.

§ 6º A responsabilização pela opinião técnica não se estende de forma automática ao decisor que a adotou como fundamento de decidir e somente se configurará se estiverem presentes elementos suficientes para o decisor aferir o dolo ou o erro grosseiro da opinião técnica ou se houver conluio entre os agentes.

§ 7º No exercício do poder hierárquico, só responderá por **culpa in vigilando** aquele cuja omissão caracterizar erro grosseiro ou dolo.

§ 8º O disposto neste artigo não exime o agente público de atuar de forma diligente e eficiente no cumprimento dos seus deveres constitucionais e legais.

**Análise de regularidade da decisão**

Art. 13.  A análise da regularidade da decisão não poderá substituir a atribuição do agente público, dos órgãos ou das entidades da administração pública no exercício de suas atribuições e competências, inclusive quanto à definição de políticas públicas.

§ 1º A atuação de órgãos de controle privilegiará ações de prevenção antes de processos sancionadores.

§ 2º A eventual estimativa de prejuízo causado ao erário não poderá ser considerada isolada e exclusivamente como motivação para se concluir pela irregularidade de atos, contratos, ajustes, processos ou normas administrativos.

**Direito de regresso, defesa judicial e extrajudicial**

Art. 14.  No âmbito do Poder Executivo federal, o direito de regresso previsto no § 6º do art. 37 da Constituição somente será exercido na hipótese de o agente público ter agido com dolo ou erro grosseiro em suas decisões ou opiniões técnicas, nos termos do disposto no art. 28 do Decreto-Lei nº 4.657, de 1942, e com observância aos princípios constitucionais da proporcionalidade e da razoabilidade.

Art. 15.  O agente público federal que tiver que se defender, judicial ou extrajudicialmente, por ato ou conduta praticada no exercício regular de suas atribuições institucionais, poderá solicitar à Advocacia-Geral da União que avalie a verossimilhança de suas alegações e a consequente possibilidade de realizar sua defesa, nos termos do disposto no art. 22 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, e nas demais normas de regência.

**Decisão que impuser sanção ao agente público**

Art. 16.  A decisão que impuser sanção ao agente público considerará:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - os danos que dela provierem para a administração pública;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os antecedentes do agente;

V - o nexo de causalidade; e

VI - a culpabilidade do agente.

§ 1º A motivação da decisão a que se refere o **caput** observará o disposto neste Decreto.

§ 2º As sanções aplicadas ao agente público serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções da mesma natureza e relativas ao mesmo fato.

Art. 17.  O disposto no art. 12 não afasta a possibilidade de aplicação de sanções previstas em normas disciplinares, inclusive nos casos de ação ou de omissão culposas de natureza leve.

CAPÍTULO V

DA SEGURANÇA JURÍDICA NA APLICAÇÃO DAS NORMAS

**Consulta pública para edição de atos normativos**

Art. 18.  A edição de atos normativos por autoridade administrativa poderá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico.

§ 1º A decisão pela convocação de consulta pública será motivada na forma do disposto no art. 3º.

§ 2º A convocação de consulta pública conterá a minuta do ato normativo, disponibilizará a motivação do ato e fixará o prazo e as demais condições.

§ 3º A autoridade decisora não será obrigada a comentar ou considerar individualmente as manifestações apresentadas e poderá agrupar manifestações por conexão e eliminar aquelas repetitivas ou de conteúdo não conexo ou irrelevante para a matéria em apreciação.

§ 4  As propostas de consulta pública que envolverem atos normativos sujeitos a despacho presidencial serão formuladas nos termos do disposto no Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017.

**Segurança jurídica na aplicação das normas**

Art. 19.  As autoridades públicas atuarão com vistas a aumentar a segurança jurídica na aplicação das normas, inclusive por meio de normas complementares, orientações normativas, súmulas, enunciados e respostas a consultas.

Parágrafo único.  Os instrumentos previstos no **caput** terão caráter vinculante em relação ao órgão ou à entidade da administração pública a que se destinarem, até ulterior revisão.

**Parecer do Advogado-Geral da União e de consultorias jurídicas e súmulas da Advocacia-Geral da União**

Art. 20.  O parecer do Advogado-Geral da União de que tratam os [art. 40](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp73.htm#art40) e art. 41 da Lei Complementar nº 73, 10 de fevereiro de 1993, aprovado pelo Presidente da República e publicado no Diário Oficial da União juntamente com o despacho presidencial, vincula os órgãos e as entidades da administração pública federal, que ficam obrigados a lhe dar fiel cumprimento.

§ 1º O parecer do Advogado-Geral da União aprovado pelo Presidente da República, mas não publicado, obriga apenas as repartições interessadas, a partir do momento em que dele tenham ciência.

§ 2º Os pareceres de que tratam o **caput** e o § 1º têm prevalência sobre outros mecanismos de uniformização de entendimento.

Art. 21.  Os pareceres das consultorias jurídicas e dos órgãos de assessoramento jurídico, de que trata o art. 42 da Lei Complementar nº 73, de 1993, aprovados pelo respectivo Ministro de Estado, vinculam o órgão e as respectivas entidades vinculadas.

**Orientações normativas**

Art. 22.  A autoridade que representa órgão central de sistema poderá editar orientações normativas ou enunciados que vincularão os órgãos setoriais e seccionais.

§ 1º As controvérsias jurídicas sobre a interpretação de norma, instrução ou orientação de órgão central de sistema poderão ser submetidas à Advocacia-Geral da União.

§ 2º A submissão à Advocacia-Geral da União de que trata o § 1º será instruída com a posição do órgão jurídico do órgão central de sistema, do órgão jurídico que divergiu e dos outros órgãos que se pronunciaram sobre o caso.

**Enunciados**

Art. 23.  A autoridade máxima de órgão ou da entidade da administração pública poderá editar enunciados que vinculem o próprio órgão ou a entidade e os seus órgãos subordinados.

**Transparência**

Art. 24.  Compete aos órgãos e às entidades da administração pública manter atualizados, em seus sítios eletrônicos, as normas complementares, as orientações normativas, as súmulas e os enunciados a que se referem os art. 19 ao art. 23.

**Vigência**

Art. 25.  Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de junho de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

**JAIR MESSIAS BOLSONARO**

*Paulo Guedes*

*Wagner de Campos Rosário*

*André Luiz de Almeida Mendonça*

**DECRETO Nº 10.****201, DE 15 DE JANEIRO DE 2020.**

*Regulamenta o § 4º do art. 1º e o art. 2º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, para fixar os valores de alçada para a autorização de acordos ou transações celebradas por pessoa jurídica de direito público federal e por empresas públicas federais, para prevenir ou terminar litígios, inclusive os judiciais.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos art. 1º, § 4º, e art. 2º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997,

**D E C R E T A:**

Art. 1º Este Decreto regulamenta o § 4º do art. 1º e o art. 2º da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997, para fixar os valores de alçada para a autorização de acordos ou transações celebrados por pessoa jurídica de direito público federal e por empresas públicas federais, para prevenir ou terminar litígios, inclusive os judiciais.

Parágrafo único. O disposto neste Decreto não se aplica às empresas públicas federais não dependentes de recursos do Tesouro Nacional para o custeio de despesas de pessoal ou para o custeio em geral.

Art. 2º O Advogado-Geral da União, diretamente ou mediante delegação, e os dirigentes máximos das empresas públicas federais, em conjunto com o dirigente estatutário da área à qual estiver afeto o assunto, poderão autorizar a realização de acordos ou transações para prevenir ou terminar litígios, inclusive os judiciais, que envolvam, respectivamente, a União e empresa pública federal.

§ 1º A realização de acordos ou transações que envolvam créditos ou débitos com valor igual ou superior a R$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) dependerá de prévia e expressa autorização do Advogado-Geral da União e do Ministro de Estado a cuja área de competência estiver afeto o assunto.

§ 2º Na hipótese de interesse dos órgãos do Poder Legislativo ou Judiciário, do Tribunal de Contas da União, do Ministério Público da União ou da Defensoria Pública da União, a autorização prévia e expressa de acordos e transações, inclusive os judiciais, que envolvam créditos ou débitos com valores iguais ou superiores aos referidos no § 1º será concedida, em conjunto com o Advogado-Geral da União, pelo Presidente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, de Tribunal ou de Conselho, pelo Procurador-Geral da República ou pelo Defensor Público-Geral Federal, no âmbito de suas competências.

§ 3º As empresas públicas federais deverão observar as suas respectivas regras sobre autorização de acordos judiciais e extrajudiciais estabelecidas em normativos internos aprovados pelo conselho de administração, se houver, ou pela assembleia geral, observado o disposto no Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016.

§ 4º No caso de empresa pública federal, os acordos ou as transações que envolvam créditos ou débitos com valores iguais ou superiores a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) deverão se submeter à autorização prévia e expressa, na seguinte ordem:

I - do dirigente máximo da empresa pública federal em conjunto com o dirigente estatutário da área à qual estiver afeto o assunto;

II - do Ministro de Estado titular da Pasta à qual estiver vinculada a empresa; e

III - do Advogado-Geral da União.

Art. 3º O Procurador-Geral da União, o Procurador-Geral Federal e o Procurador-Geral do Banco Central poderão autorizar, diretamente ou mediante delegação, a realização de acordos para prevenir ou terminar, judicial ou extrajudicialmente, litígio que envolver valores de até R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

Art. 4º No caso das empresas públicas federais, os seus dirigentes máximos, em conjunto com o dirigente estatutário da área à qual estiver afeto o assunto, poderão autorizar, diretamente ou mediante delegação a realização dos acordos para prevenir ou terminar, judicial ou extrajudicialmente, litígio que envolver valores de até R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais).

Parágrafo único. Na hipótese prevista no **caput**, a delegação é restrita a órgão colegiado formalmente constituído, composto por pelo menos um dirigente estatutário.

Art. 5º Os acordos de que tratam o art. 3º e o art. 4º poderão consistir no pagamento do débito em parcelas mensais e sucessivas até o limite máximo de sessenta parcelas.

§ 1º O valor de cada prestação mensal, por ocasião do pagamento, será acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - Selic para títulos federais, acumulado mensalmente, calculado a partir do mês subsequente ao da consolidação até o mês anterior ao do pagamento, e de um por cento relativamente ao mês em que o pagamento for efetuado.

§ 2º Inadimplida qualquer parcela, após trinta dias, será instaurado processo de execução ou nele se prosseguirá pelo saldo.

Art. 6º A realização de acordos referentes aos créditos e débitos das autarquias e fundações públicas federais observará o disposto neste Decreto, exceto quando legislação específica dispuser em contrário.

Art. 7º No caso das empresas públicas federais classificadas como empresa estatal de menor porte, definida conforme o disposto no art. 51 do Decreto nº 8.945, de 2016, o limite estabelecido:

I - no § 4º do art. 2º será de R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); e

II - no art. 4º será de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Art. 8º Fica revogado o Capítulo II do Decreto nº 2.346, de 10 de outubro de 1997.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de janeiro de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

**JAIR MESSIAS BOLSONARO**

*Marcelo Pacheco dos Guaranys*[[410]](#footnote-411)

*Renato de Lima França*

[**DECRETO Nº 10.608, DE 25 DE JANEIRO DE 2021**](http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%2010.608-2021?OpenDocument)**.**

*Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Advocacia-Geral da União, aprova o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Procuradoria-Geral Federal, remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança e substitui cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE.*

**O** **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84,**caput**, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

**DECRETA**:

Art. 1º  Ficam aprovados a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Advocacia-Geral da União, na forma dos Anexos I e II.

Art. 2º  Fica aprovado o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Procuradoria-Geral Federal, na forma do Anexo VI.

Art. 3º  Ficam remanejados, na forma do Anexo III, os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE:

I - da Advocacia-Geral da União para a Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia:

a) onze DAS 101.1;

b) cinco DAS 102.5;

c) um DAS 102.1;

d) oito FCPE 101.2;

e) dezoito FCPE 101.1;

f) duas FCPE 102.4;

g) duas FCPE 102.3; e

h) duas FCPE 102.1; e

II - da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia para a Advocacia-Geral da União:

a) cinco DAS 101.5;

b) dois DAS 101.4;

c) três DAS 101.3;

d) duas FCPE 101.5;

e) quatro FCPE 101.4; e

f) doze FCPE 101.3.

Art. 4º  Ficam transformados, na forma do Anexo IV, nos termos do disposto no art. 8º da Lei nº 13.346, de 10 de outubro de 2016, os seguintes cargos em comissão do Grupo-DAS e FCPE:

I - quinze DAS-1 em dois DAS-4, dois DAS-3 e dois DAS-2; e

II - sete FCPE-2 e vinte FCPE-1 em duas FCPE-4 e dez FCPE-3.

Art. 5º Ficam substituídos, na forma do Anexo V, nos termos do disposto na Lei nº 13.346, de 2016, dois DAS-5 por duas FCPE 101.5.

Parágrafo único.  Ficam extintos dois cargos em comissão do Grupo-DAS, conforme demonstrado no Anexo V.

Art. 6º Os ocupantes dos cargos em comissão e das funções de confiança que deixam de existir na Estrutura Regimental da Advocacia-Geral da União por força deste Decreto ficam automaticamente exonerados ou dispensados.

Art. 7º Aplica-se o disposto no art. 13 ao art. 19 do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, quanto ao regimento interno, ao registro de dados no Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - Siorg, à permuta entre DAS e FCPE e à realocação de cargos em comissão e funções de confiança na Estrutura Regimental da Advocacia-Geral da União.

Art. 8º  O Advogado-Geral da União publicará, no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto, as relações nominais dos titulares dos cargos em comissão e das funções de confiança a que se referem os Anexos II e VI[,](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/D10608.htm#anexo6) que indicará, inclusive, o número de cargos, funções e gratificações vagos, suas denominações e seus níveis.

Art. 9º Ficam mantidas as atribuições da Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República relativas às atividades de controle interno previstas no § 4º do art. 8ºdo Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000, que estejam em andamento perante as unidades da Advocacia-Geral da União, na data da entrada em vigor deste Decreto.

Parágrafo único.  A Secretaria de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República continuará a exercer as atividades de controle interno da Advocacia-Geral da União previstas no § 4º do art. 8º do Decreto nº 3.591, de 2000, até 31 de dezembro de 2021.

Art. 10.  Ficam revogados:

I - o Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010;

II - o Decreto nº 7.526, de 15 de julho de 2011;

III - o Decreto nº 8.995, de 2 de março de 2017; e

IV - o Decreto nº 9.016, de 29 de março de 2017.

Art. 11.  Este Decreto entra em vigor em 15 de fevereiro de 2021.

Brasília, 25 de janeiro de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

**JAIR MESSIAS BOLSONARO***Paulo Guedes  
José Levi Mello do Amaral Júnior*

**ANEXO I**

ESTRUTURA REGIMENTAL DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

CAPÍTULO I

DA NATUREZA E DA COMPETÊNCIA

Art. 1º  A Advocacia-Geral da União, cujo titular é o Advogado-Geral da União, é a instituição que representa judicial e extrajudicialmente a União e, por meio da Procuradoria-Geral Federal, suas autarquias e fundações.

§ 1º  À Advocacia-Geral da União competem as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos ao Poder Executivo federal.

§ 2º  As Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios são órgãos de execução da Advocacia-Geral da União, integrantes da estrutura organizacional dos respectivos Ministérios, e subordinadas, técnica e juridicamente, ao Advogado-Geral da União.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 2º  A Advocacia-Geral da União tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Advogado-Geral da União:

a) Gabinete;

b) Departamento de Gestão Estratégica; e

c) Secretaria de Controle Interno;

II - órgãos de direção superior:

a) Secretaria-Geral de Consultoria;

b) Secretaria-Geral de Contencioso:

1. Departamento de Controle Difuso;

2. Departamento de Controle Concentrado; e

3. Departamento de Acompanhamento Estratégico;

c) Consultoria-Geral da União:

1. Subconsultoria-Geral da União;

2. Consultoria da União;

3. Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos;

4. Departamento de Análise de Atos Normativos;

5. Departamento de Assuntos Extrajudiciais;

6. Departamento de Informações Jurídico-Estratégicas;

7. Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal; e

8. Departamento de Assuntos Jurídicos Internos;

d) Corregedoria-Geral da Advocacia da União: Corregedorias Auxiliares; e

e) Procuradoria-Geral da União:

1. Subprocuradoria-Geral da União;

2. Departamento de Negociação, de Estudos Jurídicos e de Direito Eleitoral;

3. Departamento de Patrimônio Público e Probidade;

4. Departamento de Serviço Público;

5. Departamento de Servidores e Militares;

6. Departamento Trabalhista;

7. Departamento de Assuntos Internacionais; e

8. Departamento de Cálculos e Perícias;

III - órgãos de execução: Procuradorias Regionais da União;

IV - órgãos específicos singulares:

a) Secretaria-Geral de Administração:

1. Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas;

2. Diretoria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade;

3. Diretoria de Tecnologia da Informação; e

4. Diretoria de Logística e Gestão Documental; e

b) Escola da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal;

V - órgão colegiado: Conselho Superior da Advocacia-Geral da União; e

VI - órgão vinculado: Procuradoria-Geral Federal.

CAPÍTULO III

DAS COMPETÊNCIAS DOS ÓRGÃOS

**Seção I**

**Dos órgãos de assistência direta e imediata ao Advogado-Geral da U****nião**

Art. 3º  Ao Gabinete do Advogado-Geral da União compete:

I - assistir o Advogado-Geral da União em sua representação política e social, em suas relações públicas e no preparo e despacho de seu expediente pessoal;

II - acompanhar o andamento dos projetos de interesse da Advocacia-Geral da União em tramitação no Congresso Nacional;

III - providenciar o atendimento às consultas e aos requerimentos formulados pelo Congresso Nacional;

IV - controlar, examinar e providenciar o encaminhamento da documentação recebida e expedida pelo Advogado-Geral da União;

V - providenciar a publicação oficial dos atos do Advogado-Geral da União; e

VI - executar as atividades de redação e revisão de documentos, de expedientes e de atos normativos, observados aos padrões oficiais.

Art. 4º  Ao Departamento de Gestão Estratégica compete:

I - apoiar as ações voltadas para a inovação e a melhoria contínua da governança corporativa, da gestão de riscos e da gestão estratégica no âmbito da Advocacia-Geral da União, relacionadas com pessoas, programas, projetos, processos, estrutura organizacional, informação e ferramentas de trabalho;

II - coordenar o desenvolvimento das atividades voltadas para o planejamento estratégico, gerencial e de avaliação do desempenho institucional da Advocacia-Geral da União;

III - planejar, coordenar e supervisionar, em articulação com as demais áreas da Advocacia-Geral da União, a sistematização, a padronização e a implantação de técnicas e de instrumentos de gestão e de melhoria contínua de processos;

IV - incentivar o uso e acompanhar o desenvolvimento de sistemas de gestão com vistas à execução de atividades de apoio à decisão gerencial, à administração de dados e à disseminação de informações;

V - assistir o Comitê de Governança da Advocacia-Geral da União no exercício de suas competências; e

VI - coordenar a gestão do sistema eletrônico de suporte à execução das atividades meio e finalística da Advocacia-Geral da União; e

VII - exercer a função de órgão setorial do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal.

Art. 5º  À Secretaria de Controle Interno, órgão setorial do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo federal, compete:

I - realizar as atividades de auditoria e de fiscalização nos sistemas contábil, financeiro, orçamentário, de pessoal e outros sistemas administrativos e operacionais;

II - auditar a gestão dos recursos públicos federais sob a responsabilidade de órgãos e entidades públicos e privados e a aplicação de subvenções, renúncia de receitas e acordos e contratos firmados com organismos internacionais;

III - fiscalizar e avaliar a execução dos programas de governo, inclusive das ações descentralizadas custeadas com recursos oriundos dos orçamentos da União, quanto ao nível de execução das metas e dos objetivos estabelecidos e à qualidade do gerenciamento;

IV - avaliar a execução dos orçamentos da União e o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

V - verificar a exatidão e a suficiência dos dados relativos à admissão de pessoal, a qualquer título, e à concessão de aposentadorias e pensões;

VI - determinar a instauração de tomadas de contas especiais e promover o seu registro para fins de acompanhamento;

VII - assistir o Advogado-Geral da União no pronunciamento previsto no art. 52 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

VIII - assessorar os titulares dos órgãos da Advocacia-Geral da União nos assuntos de sua competência;

IX - prestar orientação técnica e acompanhar os trabalhos das unidades da Advocacia-Geral da União com vistas a subsidiar a elaboração da prestação de contas anual do Presidente da República e do relatório de gestão;

X - acompanhar processos de interesse da Advocacia-Geral da União junto aos órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado;

XI - acompanhar o atendimento às recomendações da Controladoria-Geral da União e às deliberações do Tribunal de Contas da União relacionadas com a Advocacia-Geral da União e atender outras demandas provenientes dos órgãos de controle interno e externo e de defesa do Estado;

XII - prestar orientação técnica aos órgãos da estrutura organizacional da Advocacia-Geral da União, no que concerne às áreas de controle, de risco, de transparência e de integridade da gestão;

XIII - supervisionar e apoiar, em articulação com o Departamento de Gestão Estratégica, as atividades de gestão de riscos no âmbito da Advocacia-Geral da União; e

XIV - apoiar as ações de capacitação dos gestores públicos quanto aos assuntos da área de sua competência.

**Seção II**

**Dos órgãos de direção supe****rior**

Art. 6º  À Secretaria-Geral de Consultoria compete assistir o Advogado-Geral da União quanto aos assuntos internos da Advocacia-Geral da União.

Art. 7º  À Secretaria-Geral de Contencioso compete:

I - assistir o Advogado-Geral da União na representação judicial da União, junto ao Supremo Tribunal Federal, no que se refere aos processos de controle concentrado e de controle difuso de constitucionalidade e de competência originária, exceto nos processos de competência da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;

II - assistir o Advogado-Geral da União na representação judicial, junto ao Supremo Tribunal Federal, dos Ministros de Estado e do Presidente da República, ressalvadas as informações do Presidente da República em mandados de segurança e de injunção;

III - requisitar aos órgãos da administração pública federal subsídios necessários à atuação da União junto ao Supremo Tribunal Federal;

IV - uniformizar as teses apresentadas pela União, pelo Presidente da República e pelo Advogado-Geral da União junto ao Supremo Tribunal Federal;

V - orientar as unidades de contencioso da Advocacia-Geral da União em matéria constitucional e quanto ao cabimento de ações de competência originária do Supremo Tribunal Federal;

VI - coordenar, orientar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelos escritórios avançados da Advocacia-Geral da União junto aos órgãos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário; e

VII - examinar propostas de enunciados de súmulas da Advocacia-Geral da União.

Art. 8º  Ao Departamento de Controle Difuso compete:

I - assistir o Secretário-Geral de Contencioso nas ações de competência originária e recursal junto ao Supremo Tribunal Federal;

II - elaborar as medidas judiciais necessárias, inclusive as preparatórias, à atuação da União junto ao Supremo Tribunal Federal; e

III - acompanhar os processos de controle difuso de constitucionalidade e de competência originária do Supremo Tribunal Federal de interesse da União.

Art. 9º  Ao Departamento de Controle Concentrado compete:

I - assistir o Secretário-Geral de Contencioso nas ações de controle concentrado de constitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal;

II - elaborar as petições iniciais de ações de controle concentrado de constitucionalidade; e

III - acompanhar os processos de controle concentrado de constitucionalidade junto ao Supremo Tribunal Federal.

Art. 10.  Ao Departamento de Acompanhamento Estratégico compete:

I - assistir o Secretário-Geral de Contencioso no acompanhamento e na avaliação das ações que envolvam a União em curso no Supremo Tribunal Federal;

II - elaborar os memoriais e os roteiros de sustentação oral nos processos relevantes de controle concentrado e de controle difuso de constitucionalidade;

III - realizar o acompanhamento das ações judiciais relevantes, inclusive daquelas ajuizadas contra o Presidente da República ou os Ministros de Estado;

IV - realizar o acompanhamento especial e elaborar as medidas judiciais cabíveis nas propostas de súmulas vinculantes;

V - propor ao Secretário-Geral de Contencioso, no âmbito de sua competência, orientações aos órgãos da Advocacia-Geral da União quanto à interpretação e aplicabilidade das teses firmadas pelo Supremo Tribunal Federal;

VI - acompanhar e elaborar as medidas judiciais necessárias no âmbito das audiências públicas realizadas no Supremo Tribunal Federal; e

VII - analisar e instruir as propostas de edição de enunciados de súmulas da Advocacia-Geral da União.

Art. 11.  À Consultoria-Geral da União compete:

I - colaborar com o Advogado-Geral da União em seu assessoramento jurídico ao Presidente da República;

II - subsidiar as informações a serem prestadas pelo Presidente da República ao Supremo Tribunal Federal;

III - atuar na representação extrajudicial da União, nos termos do regimento interno;

IV - assistir o Advogado-Geral da União no controle interno da legalidade dos atos da administração pública federal;

V - emitir manifestações jurídicas e, se necessário, submeter ao Advogado-Geral da União proposta de solução de controvérsias entre os órgãos consultivos que lhe são subordinados e os órgãos jurídicos integrantes da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, da Procuradoria-Geral Federal, da Procuradoria-Geral do Banco Central, da Procuradoria-Geral da União, da Secretaria-Geral de Consultoria, da Secretaria-Geral de Contencioso e da Corregedoria-Geral da Advocacia da União;

VI - promover, por meio de conciliação, de mediação e de outras técnicas de autocomposição, a solução dos conflitos, judicializados ou não, de interesse da administração pública federal;

VII - atuar, no âmbito da sua competência, nas arbitragens, nos ajustes e em acordos que envolvam interesses extrajudiciais da União;

VIII - assistir o Advogado-Geral da União no exame de anteprojetos de lei e de projetos de medidas provisórias, de decretos e dos demais atos normativos e na análise dos atos encaminhados à sanção do Presidente da República submetidos à Advocacia-Geral da União;

IX - prestar assessoramento jurídico ao Advogado-Geral da União quanto aos assuntos internos da Advocacia-Geral da União; e

X - examinar a constitucionalidade, a legalidade, a regularidade jurídica formal e a técnica legislativa dos atos a serem editados ou celebrados pelo Advogado-Geral da União.

Art. 12.  À Subconsultoria-Geral da União compete assistir diretamente o Consultor-Geral da União, no desempenho de suas atribuições e, especialmente:

I - auxiliar na definição de diretrizes e na implementação de ações na área de competência da Consultoria-Geral da União;

II - prestar apoio na direção, na organização, na supervisão, na coordenação, na distribuição e no acompanhamento das atividades relacionadas com as unidades da Consultoria-Geral da União;

III - aprovar pareceres, notas, informações e outros trabalhos jurídicos elaborados no âmbito da Consultoria-Geral da União e submete-los ao Advogado-Geral da União, se necessário;

IV - orientar e acompanhar a padronização de minutas, de pareceres e de procedimentos da Consultoria-Geral da União; e

V - estudar e propor medidas com vistas à prevenção e ao encerramento de litígios, cuja matéria seja afeta à Consultoria-Geral da União.

Art. 13.  À Consultoria da União, integrada pelos Consultores da União, compete assistir o Consultor-Geral da União nas informações a serem prestadas pelo Presidente da República ao Supremo Tribunal Federal e elaborar pareceres e outros trabalhos jurídicos que lhe sejam por ele atribuídos.

Parágrafo único.  A Consultoria da União também exerce a função de órgão de execução da Advocacia-Geral da União, nos termos do disposto na alínea “b” do inciso II do **caput** do art. 2º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

Art. 14.  Ao Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos compete:

I - analisar e propor soluções de controvérsias jurídicas para uniformização da jurisprudência administrativa;

II - solicitar, se necessário, manifestações jurídicas de órgãos da Advocacia-Geral da União ou a ela vinculados para análise de processos;

III - identificar e propor preventivamente a uniformização de orientação jurídica de questões relevantes e transversais existentes nos órgãos jurídicos da Advocacia-Geral da União, mediante a atuação de câmaras nacionais temáticas;

IV - propor a edição de orientações normativas destinadas a uniformizar a atuação dos órgãos consultivos; e

V - articular-se com os órgãos de representação judicial da União para a uniformização e a consolidação das teses adotadas nas atividades consultiva e contenciosa.

Art. 15.  Ao Departamento de Análise de Atos Normativos compete:

I - analisar anteprojetos de lei e projetos de medidas provisórias, de decretos e dos demais atos normativos e propostas legislativas em tramitação no Congresso Nacional;

II - analisar os atos encaminhados à sanção do Presidente da República; e

III - participar da elaboração de anteprojetos de leis e de projetos de medidas provisórias, de decretos e dos demais atos normativos de interesse da Advocacia-Geral da União.

Art. 16.  Ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais compete:

I - assistir o Consultor-Geral da União nas atividades de representação extrajudicial da União;

II - planejar, supervisionar, coordenar, orientar e atuar na representação extrajudicial da União junto ao Tribunal de Contas da União, ao Conselho Nacional de Justiça, ao Conselho Nacional do Ministério Público, ao Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e, por determinação do Consultor-Geral da União, a outros órgãos ou entidades federais;

III - articular-se com os órgãos jurídicos e com os órgãos de fiscalização e de controle interno e externo, com a finalidade de identificar a necessidade de aprimoramentos de procedimentos administrativos, e propor eventuais medidas de aperfeiçoamento; e

IV - requisitar, se necessário, informações junto aos órgãos e as entidades da administração pública federal para subsidiar a atuação do Departamento.

Parágrafo único.  A competência a que se refere o inciso II do **caput** se aplica à representação extrajudicial dos agentes públicos, nos casos previstos na legislação.

Art. 17.  Ao Departamento de Informações Jurídico-Estratégicas compete:

I - assistir o Consultor-Geral da União no planejamento e na gestão da atuação finalística da Consultoria-Geral da União e de suas unidades de execução;

II - registrar, classificar, processar e divulgar as manifestações jurídicas produzidas na Consultoria-Geral da União;

III - supervisionar, coordenar, orientar e prestar apoio às atividades de planejamento estratégico relativas à Consultoria-Geral da União;

IV - organizar e manter o acervo eletrônico das manifestações jurídicas elaboradas na Consultoria-Geral da União;

V - estabelecer padrões para os procedimentos administrativos, com vistas à gestão da informação no âmbito da Consultoria-Geral da União;

VI - coordenar, disciplinar e articular a implantação de ações integradas de governança digital no âmbito da Consultoria-Geral da União; e

VII - coordenar projetos de estímulo ao desenvolvimento de soluções tecnológicas a partir da utilização de novas ferramentas de automação ou de inteligência artificial nas atividades desenvolvidas pela Consultoria-Geral da União.

Art. 18.  À Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Federal compete:

I - avaliar a admissibilidade dos pedidos de resolução de conflitos, por meio de conciliação, no âmbito da Advocacia-Geral da União;

II - requisitar aos órgãos e às entidades da administração pública federal envolvidos ou não no conflito submetido à Câmara diligências, cooperação técnica e manifestação sobre a oportunidade e conveniência de sua atuação administrativa na solução do conflito;

III - dirimir, por meio de mediação, as controvérsias:

a) entre órgãos públicos federais, entre entidades públicas federais ou entre órgão e entidade pública federal;

b) que envolvam órgão ou entidade pública federal e Estados, o Distrito Federal ou Municípios ou suas autarquias ou fundações públicas;

c) que envolvam órgão ou entidade pública federal e empresa pública ou sociedade de economia mista federal; ou

d) que envolvam particular e órgão ou entidade pública federal, nos casos previstos no regulamento de que trata o § 2º do art. 32 da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015;

IV - buscar a solução de conflitos judicializados, nos casos remetidos pelos Ministros dos Tribunais Superiores ou por outros membros do Poder Judiciário, ou por proposta dos titulares dos órgãos de direção superior, de execução e vinculados da Advocacia-Geral da União;

V - promover, quando couber, a celebração de termo de ajustamento de conduta nos casos submetidos a procedimento de mediação;

VI - encaminhar, quando couber, ao Consultor-Geral da União as controvérsias jurídicas não solucionadas por procedimento de mediação para os fins do disposto no § 1º do art. 36 da Lei nº 13.140, de 2015; e

VII - coordenar, orientar e supervisionar as atividades conciliatórias no âmbito das Consultorias Jurídicas da União nos Estados.

Art. 19.  Ao Departamento de Assuntos Jurídicos Internos compete:

I - assistir o Consultor-Geral da União:

a) no assessoramento jurídico ao Advogado-Geral da União, quanto aos assuntos internos da Advocacia-Geral da União, ressalvadas as competências dos demais Departamentos da Consultoria-Geral da União; e

b) no exame da constitucionalidade, da legalidade, da regularidade jurídica formal e, se necessário, da técnica legislativa dos atos a serem editados ou celebrados pelo:

1. Advogado-Geral da União, relacionados com assuntos internos da Advocacia-Geral da União; e

2. Consultor-Geral da União, relacionados com assuntos internos da Consultoria-Geral da União, ressalvadas as competências dos demais Departamentos da Consultoria-Geral da União; e

c) no fornecimento de subsídios para prestação de informações nos mandados de segurança impetrados em face do Advogado-Geral da União;

II - prestar o assessoramento jurídico:

a) à Secretaria-Geral de Consultoria;

b) à Secretaria-Geral de Administração;

c) à Escola da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal; e

d) ao Conselho Superior da Advocacia-Geral da União;

III - assistir o Secretário-Geral de Consultoria no exame da legalidade dos seus atos;

IV - examinar a constitucionalidade, a legalidade, a regularidade jurídica formal e, se necessário, a técnica legislativa dos atos relacionados com assuntos internos a serem editados ou celebrados pelos órgãos previstos no inciso II;

V - examinar a legalidade e a juridicidade de processos administrativos disciplinares e de sindicância relativos aos servidores técnico-administrativos da Advocacia-Geral da União;

VI - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos a ser uniformemente seguida nas áreas de atuação da Secretaria-Geral de Administração, quando não houver orientação normativa do Advogado-Geral da União;

VII - examinar, prévia e conclusivamente, quanto às atribuições da Secretaria-Geral de Administração:

a) as minutas de edital de licitação e dos respectivos contratos e termos aditivos; e

b) os atos de reconhecimento de inexigibilidade ou de dispensa de licitação;

VIII - fornecer elementos jurídicos solicitados pelos membros da Advocacia-Geral da União para subsidiar a defesa judicial e extrajudicial da União em matérias de sua competência; e

IX - fornecer subsídios nos mandados de segurança impetrados em face do Secretário-Geral de Consultoria, de autoridades da Secretaria-Geral de Administração, do Diretor da Escola da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal e do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União.

Art. 20.  À Corregedoria-Geral da Advocacia da União compete:

I - fiscalizar as atividades funcionais dos membros da Advocacia-Geral da União;

II - formular as políticas, as diretrizes e o planejamento das atividades de correição;

III - definir, padronizar, sistematizar e disciplinar, mediante a edição de atos normativos, os procedimentos atinentes à atividade correicional;

IV - promover a correição nos órgãos ou unidades jurídicas da Advocacia-Geral da União e de seus órgãos vinculados, com vistas à verificação da regularidade e da eficácia dos serviços e à apresentação de sugestões de providências e recomendações necessárias ao seu aprimoramento;

V - apreciar as representações relativas à atuação dos membros da Advocacia-Geral da União e dos integrantes do quadro suplementar de que trata o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, ressalvada a competência do Procurador-Geral Federal prevista no inciso VI do § 2º do art. 11 da Lei nº 10.480, de 2 de julho de 2002;

VI - coordenar os procedimentos relacionados com a avaliação especial de desempenho dos membros da Advocacia-Geral da União, para fins de confirmação no cargo e aquisição de estabilidade;

VII – emitir parecer sobre o desempenho dos integrantes das carreiras da Advocacia-Geral da União submetidos ao estágio confirmatório e opinar, fundamentadamente, por sua confirmação no cargo ou exoneração;

VIII - constituir a Comissão prevista no § 4º do art. 41 da Constituição;

IX - realizar, diretamente ou por intermédio das respectivas chefias, a avaliação de desempenho dos membros efetivos da Advocacia-Geral da União submetidos ao estágio confirmatório;

X - instaurar, de ofício ou por determinação superior, sindicâncias e processos administrativos contra os membros da Advocacia-Geral da União, nos termos do disposto no inciso VI do **caput** do art. 5º da Lei Complementar nº 73, de 1993;

XI - analisar e emitir parecer sobre as sindicâncias e processos administrativos disciplinares, antes de serem submetidas à decisão do Advogado-Geral da União, para os fins do disposto no inciso XV do **caput** do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 1993;

XII - requisitar informações e documentos a membros e órgãos da Advocacia-Geral da União necessários à instrução de procedimentos em curso na Corregedoria-Geral da Advocacia da União;

XIII - propor ao Advogado-Geral da União medidas que visem a inibir, a reprimir e a diminuir a prática de faltas ou de irregularidades no âmbito da Advocacia-Geral da União;

XIV - acompanhar a adoção de providências sugeridas ou recomendadas em relatórios de correição e demais procedimentos correicionais da Corregedoria-Geral da Advocacia da União, para o aprimoramento dos serviços dos órgãos jurídicos;

XV - conhecer e apurar, diretamente, denúncias de irregularidades de qualquer natureza, relativas à atuação dos membros da Advocacia-Geral da União, realizadas na forma do disposto no [art. 34 da Lei Complementar nº 73, de 1993;](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp73.htm#art34) e

XVI - afastar do exercício do cargo, como medida cautelar, nos termos do art. 147 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, membro da Advocacia-Geral da União investigado ou acusado em processo disciplinar.

§ 1º  Inclui-se nas competências da Corregedoria-Geral da Advocacia da União a apuração de irregularidades imputadas a membros da Advocacia-Geral da União cedidos, requisitados ou em exercício em órgão não integrante da Advocacia-Geral da União, ainda que não guardem relação com o desempenho de suas atribuições institucionais, nos termos do disposto no § 3º do art. 38 da Lei nº 13.327, de 29 de julho de 2016.

§ 2º  A competência de que trata o inciso IV do **caput**poderá ser exercida de ofício, por determinação do Advogado-Geral da União ou por solicitação dos Procuradores-Gerais da União, da Fazenda, Federal e do Banco Central, do Consultor-Geral da União e de outros órgãos internos.

Art. 21.  Às Corregedorias Auxiliares compete:

I - realizar, por determinação do Corregedor-Geral da Advocacia da União, correições ordinárias e extraordinárias;

II - apreciar representações relativas à atuação dos membros da Advocacia-Geral da União e dos integrantes do quadro suplementar de que trata o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 2001, ressalvada a competência da Procuradoria-Geral Federal, com vistas a apurar, preliminarmente, a existência de infração funcional e a necessidade de instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar;

III - conduzir verificações preliminares, inspeções e procedimentos correicionais designados pelo Corregedor-Geral da Advocacia da União;

IV - elaborar pareceres, relatórios, notas, informações, pesquisas, estudos e outros trabalhos jurídicos relativos à atividade correicional; e

V - acompanhar a adoção das providências sugeridas ou recomendadas nos relatórios de correição e demais procedimentos correicionais da Corregedoria-Geral da Advocacia da União.

Art. 22.  À Procuradoria-Geral da União compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar as atividades relativas à representação e à defesa judicial da União;

II - exercer a representação e a defesa judicial da União, nos termos e limites previstos na Lei Complementar nº 73, de 1993, nas causas de competência da Advocacia-Geral da União, junto ao Superior Tribunal de Justiça, ao Tribunal Superior do Trabalho, ao Tribunal Superior Eleitoral, ao Superior Tribunal Militar e à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais;

III - supervisionar, coordenar, orientar e acompanhar a atuação das Procuradorias Regionais da União, das Procuradorias da União e das Procuradorias Seccionais da União;

IV - fixar diretrizes, adotar medidas e editar atos normativos para a racionalização das tarefas jurídicas e administrativas pertinentes à representação e à defesa judicial da União;

V - supervisionar a utilização e administrar os sistemas de tecnologia de informação e de pesquisas necessários para a atuação da Procuradoria-Geral da União e de seus órgãos de execução;

VI - assistir o Advogado-Geral da União nas causas de interesse da União, em qualquer juízo ou tribunal, e fornecer os subsídios necessários à sua intervenção em feitos judiciais;

VII - requisitar aos órgãos e às entidades da administração pública federal os subsídios necessários à sua atuação, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995; e

VIII - examinar propostas de acordos para prevenir ou terminar, judicial ou extrajudicialmente, litígios em sua área de atuação e de seus órgãos de execução.

Art. 23.  À Subprocuradoria-Geral da União compete:

I - assessorar de forma direta e imediata o Procurador-Geral da União em matéria de representação e de defesa judicial da União, nas causas de competência da Procuradoria-Geral da União;

II - planejar a gestão administrativa e supervisionar a atuação jurídica estratégica da Procuradoria-Geral da União;

III - resolver as controvérsias entre os Departamentos da Procuradoria-Geral da União ou entre seus órgãos de execução; e

IV - exercer outas atribuições que lhe forem cometidas pelo Procurador-Geral da União[.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9028.htm" \l "art4)

Art. 24.  Ao Departamento de Negociação, de Estudos Jurídicos e de Direito Eleitoral compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar:

a) a atuação dos órgãos da Procuradoria-Geral da União em procedimentos arbitrais, de mediação e de conciliação e nas negociações para pagamentos de débitos da União;

b) a aplicação das diretrizes fixadas pela Subprocuradoria-Geral da União para a atuação jurídica estratégica da Procuradoria-Geral da União;

c) as atividades relativas à representação e à defesa judicial de agentes públicos de competência da Procuradoria-Geral da União; e

d) as atividades relativas à representação e à defesa judicial da União em matéria eleitoral;

II - exercer a representação e a defesa judicial da União nas causas de competência da Advocacia-Geral da União junto ao Superior Tribunal de Justiça, ao Tribunal Superior do Trabalho, ao Tribunal Superior Eleitoral, ao Superior Tribunal Militar e à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, em matéria eleitoral;

III - analisar, no âmbito da Procuradoria-Geral da União:

a) as propostas de acordos para pagamento de débitos da União;

b) os pedidos de representação judicial de agentes públicos; e

c) as medidas relacionadas com a defesa de prerrogativas de membros;

IV - elaborar orientações em matéria exclusivamente processual; e

V - propor à Subprocuradoria-Geral da União soluções de controvérsias entre os Departamentos da Procuradoria-Geral da União ou entre seus órgãos de execução.

Art. 25.  Ao Departamento de Patrimônio Público e Probidade compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar as atividades relativas à representação e à defesa judicial da União em matéria de patrimônio, de meio ambiente, de probidade e de recuperação de ativos;

II - exercer a representação e a defesa judicial da União nas causas de atribuição da Advocacia-Geral da União junto ao Superior Tribunal de Justiça, ao Tribunal Superior Eleitoral, ao Superior Tribunal Militar e à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais:

a) nas demandas que tenham por objeto questões relacionadas com posse, patrimônio imobiliário, patrimônio mobiliário, patrimônio histórico, patrimônio artístico, patrimônio cultural, patrimônio paisagístico, terras indígenas, remanescentes de quilombos e patrimônio a ser incorporado, meio ambiente, patrimônio genético, conhecimento tradicional associado e biossegurança;

b) nas demandas que tenham por objeto questões relacionadas com defesa da probidade administrativa, combate da corrupção e recuperação de ativos e recomposição do patrimônio público federal; e

c) nas cobranças de créditos da União, inclusive os apurados pelo Tribunal de Contas da União, e na análise das respectivas propostas de acordos de parcelamento, ressalvados os processos da competência da Justiça do Trabalho; e

III - atuar em procedimentos e negociações para solução consensual das matérias tratadas neste artigo, ressalvada a competência de que trata a alínea “a” do inciso I do **caput** do art. 24.

Art. 26.  Ao Departamento de Serviço Público compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar as atividades relativas à representação e à defesa judicial da União em matérias de direitos sociais, de direito econômico e de infraestrutura;

II - exercer a representação e a defesa judicial da União nas matérias de direitos sociais, de direito econômico e de infraestrutura e nas matérias não arroladas dentre as competências dos demais Departamentos da Procuradoria-Geral da União junto ao Superior Tribunal de Justiça, ao Tribunal Superior do Trabalho, ao Tribunal Superior Eleitoral, ao Superior Tribunal Militar e à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais; e

III - acompanhar, em articulação com os órgãos interessados, os riscos relacionados com a judicialização de políticas públicas afetas a direitos sociais, a direito econômico e a infraestrutura com o objetivo de assegurar sua execução.

Art. 27.  Ao Departamento de Servidores e Militares compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar as atividades relativas à representação e à defesa judicial da União em matérias relativas a servidores e militares; e

II - exercer a representação e a defesa judicial da União, nas causas de competência da Advocacia-Geral da União, junto ao Superior Tribunal de Justiça, ao Tribunal Superior do Trabalho, ao Tribunal Superior Eleitoral, ao Superior Tribunal Militar e à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais nas matérias pertinentes a assuntos relacionados com o tema de servidores e militares.

Art. 28.  Ao Departamento Trabalhista compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar as atividades relativas à representação e à defesa judicial da União em matérias de direitos trabalhistas e créditos da União oriundos da fiscalização das relações de trabalho; e

II - exercer a representação e a defesa judicial da União nas causas de competência da Advocacia-Geral da União junto ao Superior Tribunal de Justiça e ao Tribunal Superior do Trabalho, nas matérias pertinentes a assuntos trabalhistas.

Art. 29.  Ao Departamento de Assuntos Internacionais compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar as atividades relativas à representação e à defesa judicial da União em matérias de direito internacional;

II - assistir judicialmente a União em demandas relacionadas com Direito Internacional e nas execuções de pedidos de cooperação judiciária internacional;

III - a representação judicial e extrajudicial da União, observada a competência específica de outros órgãos, em processos judiciais junto aos órgãos judiciários do País decorrentes de tratados, de acordos ou de ajustes internacionais ou em execução de pedidos de cooperação judiciária internacional;

IV - atuar, no que diz respeito à forma e ao conteúdo jurídicos, no processo de elaboração das manifestações do Estado brasileiro em petições e casos em tramitação nos órgãos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, nos órgãos referidos em tratados internacionais de direitos humanos e em eventual manifestação jurídica quanto ao cumprimento de suas resoluções, recomendações ou decisões, observadas as competências específicas de outros órgãos; e

V - promover medidas judiciais para o cumprimento das resoluções, recomendações e decisões dos órgãos de solução de controvérsia e tribunais previstos em tratados multilaterais.

Art. 30.  Ao Departamento de Cálculos e Perícias compete:

I - planejar, coordenar e supervisionar as atividades de representação e defesa judicial da União nas matérias pertinentes a execuções e cumprimento de sentenças;

II - planejar, coordenar e supervisionar as atividades de representação e de defesa judicial da União nos precatórios e requisições de pequeno valor;

III - planejar, coordenar e supervisionar as atividades relativas aos trabalhos técnicos de cálculos e de perícias, inclusive de parametrização de liquidação de julgados;

IV - supervisionar e orientar a utilização dos sistemas de informações da Advocacia-Geral da União e dos demais órgãos públicos federais relativos a planejamento, orçamento federal, administração financeira federal, contabilidade federal e pessoal civil e militar para a obtenção de subsídios técnicos necessários às suas atividades; e

V - coordenar, em articulação com a Subprocuradoria-Geral da União e os demais Departamentos da Procuradoria-Geral da União, o monitoramento e a sistematização das informações relativas aos processos judiciais constitutivos de riscos fiscais.

**Seção III**

**Dos órgãos de exec****ução**

Art. 31.  Às Procuradorias Regionais da União compete:

I - exercer a representação judicial da União junto aos Tribunais Regionais Federais, aos Tribunais Regionais do Trabalho, aos Tribunais Regionais Eleitorais e aos Tribunais de Justiça ou em qualquer outro juízo de grau inferior, na forma da lei;

II - coordenar, uniformizar e acompanhar a atuação processual dos Advogados da União e as atividades dos servidores administrativos em exercício nas Procuradorias da União, nas Procuradorias Seccionais da União e nos escritórios de representação em seu âmbito territorial;

III - assistir o Procurador-Geral da União nas causas de interesse da União e fornecer os subsídios necessários à sua intervenção em feitos judiciais;

IV - requisitar aos órgãos e às entidades da administração pública federal subsídios que se façam necessários à sua atuação, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 9.028, de 1995; e

V - promover a uniformização, a redução de litigiosidade e a concentração de atividades jurídicas e administrativas em equipes virtuais especializadas.

**Seção IV**

**Dos órgãos específicos singul****ares**

Art. 32.  À Secretaria-Geral de Administração compete:

I - assistir e orientar o Advogado-Geral da União nas atividades de administração patrimonial e nas atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais;

II - planejar, coordenar e supervisionar, no âmbito da Advocacia-Geral da União, a execução das atividades de gestão de documentos e de arquivos e as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de administração financeira, de contabilidade, de serviços gerais, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de organização e inovação institucional;

III - promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais de que trata o inciso I e informar e orientar as unidades da Advocacia-Geral da União quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas;

IV - promover a elaboração e consolidar o Plano Plurianual, a proposta orçamentária anual e a programação orçamentária financeira, o Plano de Ação Anual da Secretaria-Geral de Administração e os demais planos e programas das atividades de sua área de competência e submetê-los à decisão superior;

V - desenvolver as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil, no âmbito da Advocacia-Geral da União;

VI - instaurar processos administrativos disciplinares em face de servidores técnico-administrativos da Advocacia-Geral da União, inclusive aqueles requisitados e cedidos para a Advocacia-Geral da União, julgar os processos administrativos disciplinares e aplicar penalidade de advertência e suspensão de até trinta dias aos servidores técnico-administrativos da Advocacia-Geral da União;

VII - celebrar contratos, convênios, acordos ou instrumentos congêneres com entidades públicas e privadas;

VIII - realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário;

IX - supervisionar, coordenar e orientar os órgãos e as unidades descentralizadas da Advocacia-Geral da União e órgãos vinculados, nas matérias de sua competência; e

X - estabelecer a política de desenvolvimento dos servidores técnicos-administrativos da Advocacia-Geral da União.

Parágrafo único.  A Secretaria-Geral de Administração exerce a função de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal, de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal, de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação, de Serviços Gerais, de Gestão de Documentos de Arquivo e Nacional de Arquivos.

Art. 33.  À Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas compete:

I - assistir o Secretário-Geral de Administração na sua área de atuação;

II - planejar, desenvolver, acompanhar e avaliar a implementação de políticas de gestão de pessoas em parceria com as diversas unidades da Advocacia-Geral da União, de forma sistêmica, estratégica e integrada, observadas as diretrizes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal;

III - planejar, coordenar, orientar e supervisionar, no âmbito da Advocacia-Geral da União, a execução das atividades setoriais relacionadas com o Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal, especialmente aquelas decorrentes da administração e do pagamento de pessoal, dos procedimentos de recrutamento, seleção e avaliação e da administração de benefícios, assistência e promoção à saúde e à qualidade de vida; e

IV - planejar, elaborar, coordenar, implementar e monitorar o Plano de Desenvolvimento de Pessoas dos servidores técnico-administrativos da Advocacia-Geral da União.

Parágrafo único.  Para fins do disposto no inciso IV do **caput**, a execução poderá contar com o apoio da Escola da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal.

Art. 34.  À Diretoria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade compete:

I - assistir o Secretário-Geral de Administração na sua área de atuação; e

II - planejar, coordenar, orientar e supervisionar, no âmbito da Advocacia-Geral da União, a execução das atividades setoriais relacionadas com os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal e de Administração Financeira Federal.

Art. 35.  À Diretoria de Tecnologia da Informação compete:

I - planejar, coordenar, controlar e acompanhar a execução das atividades relacionadas com o Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação;

II - promover, em consonância com as diretrizes aprovadas pelo Advogado-Geral da União, estudo prévio de viabilidade e de exequibilidade de desenvolvimento, de contratação e de manutenção das soluções de tecnologia e dos sistemas de informação;

III - propor diretrizes, normas e procedimentos que orientem e disciplinem a utilização dos recursos relacionados com tecnologia da informação no âmbito da Advocacia-Geral da União e verificar seus cumprimentos;

IV - estabelecer as políticas de segurança da informação e comunicação e de segurança cibernética e coordenar a execução;

V - implementar a gestão de riscos de tecnologia da informação e comunicação, no âmbito da Advocacia-Geral da União;

VI - planejar, coordenar, gerir e supervisionar projetos e processos de desenvolvimento e de manutenção de sistemas;

VII - acompanhar e avaliar os contratos e os convênios de prestação de serviços relacionados com tecnologia da informação e comunicação, no âmbito de sua competência;

VIII - disponibilizar, pesquisar e incentivar o uso de novas soluções tecnológicas e de sistemas de informação, no âmbito da Advocacia-Geral da União; e

IX - promover a articulação com órgãos do Poder Executivo federal, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, nos temas relacionados com tecnologia da informação.

Art. 36.  À Diretoria de Logística e Gestão Documental compete:

I - planejar, coordenar, orientar e supervisionar as atividades setoriais relacionadas com os Sistemas de Serviços Gerais, de Gestão de Documentos de Arquivo e Nacional de Arquivos e articular-se com as unidades descentralizadas da Secretaria-Geral de Administração e os órgãos centrais dos sistemas;

II - planejar, coordenar, acompanhar e orientar as atividades relacionadas com aquisição de bens e contratação de serviços, administração de imóveis, obras e serviços de engenharia, patrimônio, almoxarifado, transporte, serviços terceirizados e gestão de documentos e da informação, incluídos protocolo, serviço de recebimento e expedição de documentos e arquivo;

III - coordenar e consolidar as demandas de contratação da Advocacia-Geral da União que comporão o plano anual de contratações, no âmbito de sua competência;

IV - planejar, coordenar e executar as ações destinadas à realização das contratações para atender às necessidades da Advocacia-Geral da União, em âmbito nacional e internacional;

V - celebrar contratos, acordos e instrumentos congêneres, no âmbito de sua competência;

VI - disponibilizar, pesquisar e incentivar o uso de novas soluções tecnológicas e de sistemas de informação referentes à logística e à gestão documental, no âmbito da Advocacia-Geral da União, em conjunto com outras Diretorias; e

VII - promover a articulação com órgãos do Poder Executivo federal, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário nos temas relacionados com logística e gestão documental.

Art. 37.  À Escola da Advocacia-Geral da União Ministro Victor Nunes Leal compete:

I - planejar, executar e acompanhar:

a) ações de desenvolvimento destinadas a Advogados da União e a Procuradores Federais, em suas áreas de atuação;

b) cursos de formação de Advogados da União e de Procuradores Federais; e

c) projetos, cursos, seminários, atividades culturais, pesquisas e outras modalidades acadêmicas relacionadas com as áreas de atuação da Advocacia-Geral da União;

II - celebrar convênios e acordos de cooperação técnica relativos à sua área de atuação com órgãos da administração pública federal, organismos nacionais e internacionais, entidades públicas e privadas;

III - promover cursos de pós-graduação, **lato** e **stricto sensu**, relacionados com as atividades de interesse da Advocacia-Geral da União;

IV - manter a biblioteca central da Advocacia-Geral da União; e

V - manter portal educacional na internet para a difusão de ações de desenvolvimento relacionadas com as áreas de atuação da Advocacia-Geral da União.

Parágrafo único.  A Escola da Advocacia-Geral da União poderá prestar apoio na execução das ações de desenvolvimento dos servidores técnico-administrativos da Advocacia-Geral da União.

**Seção V**

**Do órgão coleg****iado**

Art. 38.  Ao Conselho Superior da Advocacia-Geral da União compete:

I - propor, organizar e dirigir os concursos de ingresso nas carreiras de Advogado da União e de Procurador da Fazenda Nacional;

II - organizar as listas de promoção e de remoção das carreiras de Advogado da União e de Procurador da Fazenda Nacional, julgar as reclamações e os recursos contra a inclusão, a exclusão e a classificação em listas e encaminhá-las ao Advogado-Geral da União;

III - decidir, com fundamento no parecer previsto no inciso V do **caput** do art. 5º da Lei Complementar nº 73, de 1993, sobre a confirmação no cargo ou a exoneração dos membros das carreiras de Advogado da União e de Procurador da Fazenda Nacional submetidos a estágio confirmatório;

IV - elaborar e editar o seu regimento interno; e

V - fixar os critérios disciplinadores dos concursos de ingresso nas carreiras de Advogado da União e de Procurador da Fazenda Nacional.

**Seção VI**

**Da Procuradoria-Geral Fed****eral**

Art. 39.  A Procuradoria-Geral Federal é órgão vinculado à Advocacia Geral da União, nos termos do disposto na Lei nº 10.480, de 2002, ao qual compete promover:

I - a representação judicial e extrajudicial das autarquias e das fundações públicas federais e as respectivas atividades de consultoria e de assessoramento jurídicos;

II - a apuração da liquidez e certeza dos créditos, de qualquer natureza, inerentes às suas atividades; e

III - a inscrição dos créditos de que trata o inciso II em dívida ativa, para fins de cobrança amigável ou judicial.

Parágrafo único.  A Estrutura Regimental da Procuradoria-Geral Federal é editada em ato próprio.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

**Seção I**

**Do Advogado-Geral da U****nião**

Art. 40.  São atribuições do Advogado-Geral da União, órgão mais elevado de assessoramento jurídico do Poder Executivo federal:

I - dirigir a Advocacia-Geral da União, superintender e coordenar suas atividades e orientar a sua atuação;

II - despachar com o Presidente da República;

III - representar a União junto ao Supremo Tribunal Federal;

IV - defender, nas ações de controle de constitucionalidade, a lei ou o ato normativo impugnado, de forma a preservar a supremacia da Constituição;

V - apresentar as informações a serem prestadas pelo Presidente da República relativas a medidas impugnadoras de ato ou omissão presidencial;

VI - desistir, transigir, acordar e firmar compromisso nas ações de interesse da União, suas autarquias e fundações públicas, nos termos da legislação;

VII - assessorar o Presidente da República em assuntos de natureza jurídica e elaborar pareceres e estudos e propor normas, medidas e diretrizes;

VIII - assistir o Presidente da República no controle interno da legalidade dos atos da administração pública federal;

IX - sugerir ao Presidente da República medidas de caráter jurídico reclamadas pelo interesse público;

X - fixar a interpretação da Constituição, das leis, dos tratados e dos demais atos normativos, a ser uniformemente seguida pelos órgãos e entidades da administração pública federal;

XI - unificar a jurisprudência administrativa, garantir a correta aplicação das leis e prevenir e dirimir as controvérsias entre os órgãos jurídicos da administração pública federal;

XII - homologar termo de conciliação realizado no âmbito da Advocacia-Geral da União;

XIII - editar enunciados de súmula da Advocacia-Geral da União resultantes de jurisprudência iterativa do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais;

XIV - autorizar a assinatura de termo de ajustamento de conduta pela administração pública federal;

XV - exercer orientação normativa e supervisão técnica quanto aos órgãos jurídicos das entidades de que trata o Capítulo IX do Título II da Lei Complementar nº 73, de 1993;

XVI - editar os regimentos internos da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal e o Código de Ética da Advocacia-Geral da União;

XVII - proferir decisão nas sindicâncias e nos processos administrativos disciplinares promovidos pela Corregedoria-Geral e aplicar penalidades;

XVIII - homologar os concursos públicos de ingresso nas carreiras da Advocacia-Geral da União;

XIX - promover a lotação e a distribuição dos membros e dos servidores, no âmbito da Advocacia-Geral da União;

XX - editar e praticar atos normativos ou não, inerentes a suas atribuições;

XXI - convocar audiências ou consultas públicas nos processos administrativos que envolvam matéria de alta complexidade, com repercussão geral de interesse público relevante, sob a apreciação da Advocacia-Geral da União;

XXII - propor ao Presidente da República as alterações na Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União;

XXIII - representar a União junto a qualquer juízo ou Tribunal;

XXIV - determinar a intervenção nas causas em que figurem, como autoras ou rés, as sociedades de economia mista e as empresas públicas federais, na defesa dos interesses da União em hipóteses que possam trazer reflexos de natureza econômica, ainda que indiretos, ao erário federal; e

XXV - avocar quaisquer matérias jurídicas de interesse da União, inclusive no que concerne a sua representação extrajudicial.

**Seção II**

**Do Secretário-Geral de Consult****oria**

Art. 41.  Ao Secretário-Geral de Consultoria incumbe:

I - assistir o Advogado-Geral da União na supervisão e na coordenação das atividades dos órgãos integrantes da estrutura organizacional da Advocacia-Geral da União e de seu órgão vinculado;

II - supervisionar e coordenar a articulação entre os órgãos de direção superior, de execução e vinculados à Advocacia-Geral da União e destes com os demais órgãos e entidades do Poder Executivo, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário;

III - assistir o Advogado-Geral da União em questões relacionadas com acordos de cooperação técnica com vistas a estreitar as relações institucionais com órgãos do Poder Executivo federal, do Poder Legislativo e do Poder Judiciário;

IV - auxiliar o Advogado-Geral da União na definição das diretrizes e na implementação das ações da área de competência da Advocacia-Geral da União; e

V - planejar, dirigir, orientar, supervisionar, coordenar e fiscalizar a execução das atividades da Secretaria-Geral de Consultoria.

Parágrafo único.  O Secretário-Geral de Consultoria exercerá a função de substituto do Advogado-Geral da União em suas ausências e seus impedimentos.

**Seção III**

**Do Secretário-Geral de Contenc****ioso**

Art. 42.  Ao Secretário-Geral de Contencioso incumbe:

I - planejar, dirigir, orientar, supervisionar, coordenar e fiscalizar a execução das atividades de competência da Secretaria-Geral de Contencioso;

II - propor ao Advogado-Geral da União o ajuizamento de ações junto a qualquer instância ou Tribunal;

III - submeter ao Advogado-Geral da União as manifestações judiciais a serem encaminhadas ao Supremo Tribunal Federal; e

IV - atuar, mediante sustentação oral, em processos de competência do plenário e das turmas do Supremo Tribunal Federal.

**Seção IV**

**Do Consultor-Geral da U****nião**

Art. 43.  Ao Consultor-Geral da União incumbe:

I - planejar, dirigir, orientar, supervisionar, coordenar e fiscalizar as atividades da Consultoria-Geral da União e das unidades diretamente subordinadas, expedir atos normativos e administrativos de caráter genérico;

II - assistir o Advogado-Geral da União no assessoramento jurídico ao Presidente da República, nos termos do disposto no art. 10 da Lei Complementar nº 73, de 1993;

III - atuar na representação extrajudicial da União, inclusive junto ao Tribunal de Contas da União;

IV - aprovar os pareceres, as notas, as informações e outros trabalhos jurídicos elaborados no âmbito da Consultoria-Geral da União e submetê-los ao Advogado-Geral da União, se necessário;

V - editar e consolidar as orientações da Consultoria-Geral da União, com fundamento em pareceres, notas ou informações aprovados pelo Advogado-Geral da União; e

VI - propor ao Advogado-Geral da União a edição de orientação normativa e a emissão de parecer para fins do disposto no art. 40 da Lei Complementar nº 73, de 1993.

**Seção V**

**Do Corregedor-Geral da Advocacia da U****nião**

Art. 44.  Ao Corregedor-Geral da Advocacia da União incumbe:

I - planejar, dirigir, coordenar e orientar a execução das atividades da Corregedoria-Geral da Advocacia da União;

II - editar normas regulamentares e praticar os demais atos pertinentes à organização e ao funcionamento dos serviços da Corregedoria-Geral da Advocacia da União;

III - expedir instruções e orientações normativas relacionadas com a melhoria e a observância dos padrões de conduta dos membros da Advocacia-Geral da União;

IV - assistir o Advogado-Geral da União nos assuntos relacionados com as atividades correicional, disciplinar e do estágio confirmatório;

V - propor ao Advogado-Geral da União a edição de instruções normativas relacionadas com as matérias correicional, disciplinar e de estágio confirmatório;

VI - designar e realizar correições e procedimentos correicionais;

VII - submeter relatórios de correição ao Advogado-Geral da União e propor-lhe as medidas e providências que entender cabíveis;

VIII - determinar ou realizar inspeções físicas nos órgãos integrantes e vinculados à Advocacia-Geral da União;

IX - designar comissões de sindicância e de processo administrativo disciplinar;

X - proferir decisões nas sindicâncias investigativas instauradas pela Corregedoria-Geral da Advocacia da União;

XI - convocar membros das carreiras de Advogado da União e de Procurador da Fazenda Nacional ou integrantes do quadro suplementar de que trata o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 2001, para a prestação de esclarecimentos e a instrução relacionadas com processos em curso no âmbito da Corregedoria-Geral da Advocacia da União;

XII - aprovar pareceres, notas, relatórios, informações e outros trabalhos jurídicos elaborados no âmbito da Corregedoria-Geral da Advocacia da União e submetê-los ao Advogado-Geral da União, se necessário;

XIII - aprovar parecer sobre o desempenho dos membros das carreiras de Advogado da União e de Procurador da Fazenda Nacional e submetê-lo ao Conselho Superior da Advocacia da União;

XIV - expedir instruções, recomendações e orientações normativas relacionadas com a matéria disciplinar;

XV - instaurar sindicâncias, inclusive patrimoniais, e processos administrativos disciplinares contra membros da Advocacia-Geral da União; e

XVI - exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Advogado-Geral da União.

**Seção VI**

**Do Procurador-Geral da U****nião**

Art. 45.  Ao Procurador-Geral da Uniãoincumbe:

I - representar a União, nos termos e limites previstos na Lei Complementar nº 73, de 1993, junto aos Tribunais Superiores, ressalvada a competência da Secretaria-Geral de Contencioso;

II - planejar, dirigir, supervisionar, coordenar, orientar e fiscalizar as atividades da Procuradoria-Geral da União e de suas unidades de execução; e

III - editar normas complementares e praticar os demais atos pertinentes à organização, ao funcionamento dos órgãos subordinados e ao exercício da representação judicial da União em âmbito nacional.

Parágrafo único.  No desempenho de suas atribuições, o Procurador-Geral da União poderá atuar junto a qualquer juízo ou Tribunal nos processos judiciais da competência de quaisquer órgãos da Procuradoria-Geral da União.

**Seção VII**

**Dos demais dirige****ntes**

Art. 46.  Ao Chefe de Gabinete do Advogado-Geral da União, aos Diretores, ao Secretário, aos Corregedores Auxiliares, ao Subconsultor-Geral da União, aos Consultores da União, ao Secretário-Geral de Administração, ao Secretário Adjunto de Contencioso, ao Subprocurador-Geral da União, aos Procuradores Regionais da União e aos demais dirigentes incumbe planejar, dirigir, coordenar, orientar a execução, acompanhar e avaliar as atividades das unidades que integrem suas respectivas áreas e exercer outras atribuições que lhes forem cometidas em regimento interno.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 47.  Os regimentos internos definirão o detalhamento dos órgãos integrantes da Advocacia-Geral da União, as competências das respectivas unidades, as atribuições de seus dirigentes, a descentralização dos serviços e as áreas de jurisdição dos órgãos descentralizados.

Art. 48.  São órgãos de execução da Advocacia-Geral da União, cujos regimentos internos definirão seu detalhamento:

I - as Procuradorias da União;

II - as Procuradorias Seccionais da União;

III - as Consultorias e Assessorias Jurídicas; e

IV - as Consultorias Jurídicas da União nos Estados e em São José dos Campos.

Parágrafo único.  As Consultorias Jurídicas da União nos Estados correspondem aos Núcleos de Assessoramento Jurídico nas Capitais dos Estados previstos no art. 8º-F da Lei nº 9.028, de 1995.

**ANEXO II**

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO:

| UNIDADE | CARGO/  FUNÇÃO/Nº | DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO | NE/DAS/FCPE |
| --- | --- | --- | --- |
|  | 3 | Adjunto | DAS 102.6 |
|  | 3 | Assessor Especial | DAS 102.5 |
|  | 1 | Assessor Técnico | FCPE 102.3 |
|  | 1 | Assistente | DAS 102.2 |
|  |  |  |  |
| GABINETE | 1 | Chefe de Gabinete | DAS 101.5 |
|  | 2 | Assessor Técnico | DAS 102.3 |
|  | 1 | Assessor Técnico | FCPE 102.3 |
|  | 1 | Assistente | DAS 102.2 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | DAS 101.3 |
| Divisão | 1 | Chefe | DAS 101.2 |
| Serviço | 2 | Chefe | DAS 101.1 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Cerimonial | 1 | Coordenador-Geral | DAS 101.4 |
| Divisão | 1 | Chefe | DAS 101.2 |
|  |  |  |  |
| Assessoria de Comunicação Social | 1 | Chefe de Assessoria | DAS 101.4 |
|  | 1 | Assessor Técnico | DAS 102.3 |
|  | 1 | Assistente | DAS 102.2 |
|  | 2 | Assistente Técnico | DAS 102.1 |
|  |  |  |  |
| Assessoria para Assuntos Parlamentares | 1 | Chefe de Assessoria | DAS 101.4 |
|  | 2 | Assistente Técnico | DAS 102.1 |
|  |  |  |  |
| Ouvidoria | 1 | Ouvidor | FCPE 101.4 |
|  | 1 | Assistente Técnico | FCPE 102.1 |
|  |  |  |  |
| DEPARTAMENTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Planejamento e Governança | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | FCPE 101.3 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Soluções Jurídico-Tecnológicas | 1 | Coordenador-Geral | DAS 101.4 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | DAS 101.3 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | FCPE 101.3 |
| Divisão | 1 | Chefe | FCPE 101.2 |
|  |  |  |  |
| Escritório de Representação do Departamento de Gestão Estratégica | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
|  |  |  |  |
| SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO | 1 | Secretário | FCPE 101.5 |
|  |  |  |  |
| SECRETARIA-GERAL DE CONSULTORIA | 1 | Secretário-Geral | NE |
| Gabinete | 1 | Chefe de Gabinete | FCPE 101.4 |
|  | 1 | Assessor Técnico | DAS 102.3 |
| Serviço | 1 | Chefe | FCPE 101.1 |
|  | 1 | Assistente Técnico | DAS 102.1 |
|  |  |  |  |
| Secretaria do Conselho Superior da Advocacia-Geral da União | 1 | Coordenador | FCPE 101.3 |
| Serviço | 1 | Chefe | FCPE 101.1 |
|  |  |  |  |
| SECRETARIA-GERAL DE CONTENCIOSO | 1 | Secretário-Geral | NE |
|  | 1 | Secretário Adjunto | DAS 101.5 |
| Gabinete | 1 | Chefe de Gabinete | DAS 101.4 |
| Serviço | 1 | Chefe | DAS 101.1 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Gestão Judicial | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Divisão | 1 | Chefe | DAS 101.2 |
| Divisão | 1 | Chefe | FCPE 101.2 |
| Serviço | 1 | Chefe | FCPE 101.1 |
|  |  |  |  |
| DEPARTAMENTO DE CONTROLE DIFUSO | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| Divisão | 1 | Chefe | FCPE 101.2 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral Jurídica | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Assuntos Federativos | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| DEPARTAMENTODECONTROLE CONCENTRADO | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| Coordenação-Geral de Ações Relevantes | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
|  |  |  |  |
| DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO ESTRATÉGICO | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| Coordenação-Geral de Atuação Estratégica | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Divisão | 1 | Chefe | FCPE 101.2 |
|  |  |  |  |
| CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO | 1 | Consultor-Geral | NE |
| Gabinete | 1 | Chefe de Gabinete | FCPE 101.4 |
|  | 1 | Assessor Técnico | DAS 102.3 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | DAS 101.3 |
| Divisão | 1 | Chefe | DAS 101.2 |
| Serviço | 5 | Chefe | DAS 101.1 |
|  |  |  |  |
| SUBCONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO | 1 | Subconsultor-Geral da União | DAS 101.5 |
|  | 1 | Assistente Técnico | FCPE 102.1 |
|  |  |  |  |
| CONSULTORIA DA UNIÃO | 4 | Consultor da União | DAS 101.5 |
|  |  |  |  |
| DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DE ÓRGÃOS JURÍDICOS | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| Coordenação | 2 | Coordenador | FCPE 101.3 |
|  |  |  |  |
| DEPARTAMENTO DE ANÁLISE DE ATOS NORMATIVOS | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | FCPE 101.3 |
|  |  |  |  |
| DEPARTAMENTODE ASSUNTOS EXTRAJUDICIAIS | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | FCPE 101.3 |
|  |  |  |  |
| DEPARTAMENTO DE INFORMAÇÕES JURÍDICO-ESTRATÉGICAS | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | FCPE 101.3 |
|  |  |  |  |
| CÂMARA DE MEDIAÇÃO E DE CONCILIAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| Coordenação-Geral de Procedimentos e Estratégias de Mediação | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | FCPE 101.3 |
|  |  |  |  |
| DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS JURÍDICOS INTERNOS | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| Coordenação-Geral de Assuntos Administrativos e Pessoal | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Coordenação | 2 | Coordenador | FCPE 101.3 |
|  | 1 | Assistente Técnico | FCPE 102.1 |
|  |  |  |  |
| Consultoria Jurídica da União nos Estados | 26 | Consultor da União no Estado | FCPE 101.4 |
|  |  |  |  |
| Consultoria Jurídica da União em São José dos Campos | 1 | Consultor da União no Município | FCPE 101.3 |
|  |  |  |  |
| CORREGEDORIA-GERAL DA ADVOCACIA DA UNIÃO | 1 | Corregedor-Geral da Advocacia da União | NE |
| Gabinete | 1 | Chefe de Gabinete | FCPE 101.4 |
| Serviço | 1 | Chefe | DAS 101.1 |
| Serviço | 1 | Chefe | FCPE 101.1 |
|  |  |  |  |
| Subcorregedoria de Apoio a Julgamento Disciplinar | 1 | Subcorregedor | FCPE 101.3 |
| Serviço | 1 | Chefe | DAS 101.1 |
|  |  |  |  |
| Subcorregedoria de Planejamento Correcional | 1 | Subcorregedor | FCPE 101.3 |
|  | 2 | Assistente Técnico | FCPE 102.1 |
| Serviço | 1 | Chefe | DAS 101.1 |
|  |  |  |  |
| Subcorregedoria de Procedimentos Preliminares | 1 | Subcorregedor | FCPE 101.3 |
| Serviço | 1 | Chefe | DAS 101.1 |
|  |  |  |  |
| Subcorregedoria de Medidas Disciplinares | 1 | Subcorregedor | FCPE 101.3 |
|  | 1 | Assistente Técnico | FCPE 102.1 |
| Serviço | 1 | Chefe | FCPE 101.1 |
|  |  |  |  |
| CORREGEDORIAS AUXILIARES | 5 | Corregedor Auxiliar | DAS 101.5 |
| Subcorregedoria | 5 | Subcorregedor Auxiliar | FCPE 101.3 |
|  |  |  |  |
| PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO | 1 | Procurador-Geral da União | NE |
| Gabinete | 1 | Chefe de Gabinete | FCPE 101.4 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | FCPE 101.3 |
| Divisão | 1 | Chefe | DAS 101.2 |
| Serviço | 1 | Chefe | DAS 101.1 |
|  |  |  |  |
| SUBPROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO | 1 | Subprocurador-Geral da União | DAS 101.5 |
| Coordenação-Geral de Assuntos Administrativos | 1 | Coordenador-Geral | DAS 101.4 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | DAS 101.3 |
| Serviço | 1 | Chefe | DAS 101.1 |
| Serviço | 1 | Chefe | FCPE 101.1 |
|  | 1 | Assistente Técnico | FCPE 102.1 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Gestão Estratégica | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | DAS 101.3 |
| Serviço | 1 | Chefe | FCPE 101.1 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Gestão Judicial | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Divisão | 1 | Chefe | DAS 101.2 |
|  | 1 | Assistente Técnico | FCPE 102.1 |
|  |  |  |  |
| DEPARTAMENTO DE NEGOCIAÇÃO, DE ESTUDOS JURÍDICOS E DE DIREITO ELEITORAL | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| Serviço | 1 | Chefe | FCPE 101.1 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral Eleitoral e de Estudos Jurídicos | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Negociação | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
|  |  |  |  |
| DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO PÚBLICO E PROBIDADE | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| Divisão | 1 | Chefe | FCPE 101.2 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | FCPE 101.3 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Patrimônio e Meio Ambiente | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Defesa da Probidade | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Recuperação de Ativos | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Serviço | 1 | Chefe | DAS 101.1 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | DAS 101.3 |
|  |  |  |  |
|  |  |  |  |
| DEPARTAMENTO DE SERVIÇO PÚBLICO | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| Divisão | 1 | Chefe | DAS 101.2 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Direito Econômico, Social e de Infraestrutura | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | FCPE 101.3 |
| Divisão | 1 | Chefe | FCPE 101.2 |
|  |  |  |  |
| DEPARTAMENTO DE SERVIDORES E MILITARES | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| Divisão | 1 | Chefe | DAS 101.2 |
| Serviço | 1 | Chefe | DAS 101.1 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Servidores e Militares | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Atuação Estratégica | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | FCPE 101.3 |
|  |  |  |  |
| DEPARTAMENTO TRABALHISTA | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| Divisão | 1 | Chefe | DAS 101.2 |
| Serviço | 1 | Chefe | DAS 101.1 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | FCPE 101.3 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Demandas Judiciais Trabalhistas | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
|  |  |  |  |
| DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | FCPE 101.3 |
|  |  |  |  |
| DEPARTAMENTO DE CÁLCULOS E PERÍCIAS | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| Coordenação-Geral de Cálculos e Sistematização Normativa | 1 | Coordenador-Geral | DAS 101.4 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | DAS 101.3 |
| Divisão | 2 | Chefe | DAS 101.2 |
| Divisão | 1 | Chefe | FCPE 101.2 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Gestão, Planejamento e Desenvolvimento | 1 | Coordenador-Geral | DAS 101.4 |
| Divisão | 2 | Chefe | FCPE 101.2 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Análises Jurídicas | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
|  |  |  |  |
| PROCURADORIA REGIONAL DA UNIÃO | 5 | Procurador Regional da União | DAS 101.5 |
|  | 5 | Subprocurador Regional da União | FCPE 101.4 |
| Coordenação-Geral Jurídica | 5 | Coordenador-Geral Jurídico | FCPE 101.4 |
| Coordenação-Geral de Ações Estratégicas | 1 | Coordenador-Geral de Ações Estratégicas | FCPE 101.4 |
| Procuradoria da União | 22 | Procurador Chefe da União | FCPE 101.4 |
| Coordenação | 93 | Coordenador Regional, Procurador Seccional da União, Coordenador | FCPE 101.3 |
| Coordenação | 17 | Coordenador Regional, Coordenador | DAS 101.3 |
| Divisão | 44 | Chefe | FCPE 101.2 |
| Divisão | 59 | Chefe | DAS 101.2 |
| Serviço | 12 | Chefe | FCPE 101.1 |
| Serviço | 21 | Chefe | DAS 101.1 |
|  |  |  |  |
| SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO | 1 | Secretário-Geral | DAS 101.6 |
| Gabinete | 1 | Chefe de Gabinete | DAS 101.4 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Estratégia, Governança e Inovação | 1 | Coordenador-Geral | DAS 101.4 |
|  |  |  |  |
| DIRETORIA DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Coordenação | 2 | Coordenador | FCPE 101.3[[411]](#footnote-412) |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Desenvolvimento de Pessoas | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Coordenação | 2 | Coordenador | FCPE 101.3 |
|  |  |  |  |
| DIRETORIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Coordenação | 2 | Coordenador | FCPE 101.3 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Planejamento Setorial | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | FCPE 101.3 |
|  |  |  |  |
| DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | DAS 101.3 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Serviços de Tecnologia da Informação | 1 | Coordenador-Geral | DAS 101.4 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | DAS 101.3 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | FCPE 101.3 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Estratégia e Soluções | 1 | Coordenador-Geral | DAS 101.4 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | DAS 101.3 |
|  |  |  |  |
| DIRETORIA DE LOGÍSTICA E GESTÃO DOCUMENTAL | 1 | Diretor | FCPE 101.5 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Logística | 1 | Coordenador-Geral | DAS 101.4 |
| Coordenação | 2 | Coordenador | FCPE 101.3 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Gestão Documental | 1 | Coordenador-Geral | DAS 101.4 |
| Coordenação | 1 | Coordenador | DAS 101.3 |
|  |  |  |  |
| Superintendência de Administração | 4 | Superintendente Regional | FCPE 101.4 |
| Superintendência de Administração | 1 | Superintendente Regional | DAS 101.4 |
|  |  |  |  |
| Coordenação | 4 | Coordenador | DAS 101.3[[412]](#footnote-413) |
| Coordenação | 7 | Coordenador | FCPE 101.3 |
|  |  |  |  |
| ESCOLA DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO MINISTRO VICTOR NUNES LEAL | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Ensino | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Coordenação | 2 | Coordenador | FCPE 101.3 |
| Serviço | 1 | Chefe | DAS 101.1 |

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO:

| CÓDIGO | DAS-UNITÁRIO | SITUAÇÃO ATUAL | | SITUAÇÃO NOVA | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| QTD. | VALOR TOTAL | QTD. | VALOR TOTAL |
| NE | 6,41 | 5 | 32,05 | 5 | 32,05 |
| DAS 101.6 | 6,27 | 1 | 6,27 | 1 | 6,27 |
| DAS 101.5 | 5,04 | 34 | 171,36 | 39 | 196,56 |
| DAS 101.4 | 3,84 | 13 | 49,92 | 15 | 57,60 |
| DAS 101.3 | 2,10 | 29 | 60,90 | 32 | 67,20 |
| DAS 101.2 | 1,27 | 70 | 88,90 | 70 | 88,90 |
| DAS 101.1 | 1,00 | 50 | 50,00 | 39 | 39,00 |
|  |  |  |  |  |  |
| DAS 102.6 | 6,27 | 3 | 18,81 | 3 | 18,81 |
| DAS 102.5 | 5,04 | 8 | 40,32 | 3 | 15,12 |
| DAS 102.3 | 2,10 | 5 | 10,50 | 5 | 10,50 |
| DAS 102.2 | 1,27 | 3 | 3,81 | 3 | 3,81 |
| DAS 102.1 | 1,00 | 6 | 6,00 | 5 | 5,00 |
| SUBTOTAL 1 | | 227 | 538,84 | 220 | 540,82 |
| FCPE 101.5 | 3,03 | - | - | 2 | 6,06 |
| FCPE 101.4 | 2,30 | 90 | 207,00 | 94 | 216,20 |
| FCPE 101.3 | 1,26 | 127 | 160,02 | 139 | 175,14 |
| FCPE 101.2 | 0,76 | 61 | 46,36 | 53 | 40,28 |
| FCPE 101.1 | 0,60 | 38 | 22,80 | 20 | 12,00 |
|  |  |  |  |  |  |
| FCPE 102.4 | 2,30 | 2 | 4,60 | - | - |
| FCPE 102.3 | 1,26 | 4 | 5,04 | 2 | 2,52 |
| FCPE 102.1 | 0,60 | 10 | 6,00 | 8 | 4,80 |
| SUBTOTAL 2 | | 332 | 451,82 | 318 | 457,00 |
| TOTAL | | 559 | 990,66 | 538 | 997,82 |

**ANEXO III**

REMANEJAMENTO DE CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS E FUNÇÕES COMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO - FCPE

a) CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DAS:

| CÓDIGO | DAS-UNITÁRIO | DA AGU PARA A SEGES/ME (a) | | DA SEGES/ME PARA A AGU (b) | |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |
| QTD. | VALOR TOTAL | QTD. | VALOR TOTAL |  |
| DAS 101.5 | 5,04 | - | - | 5 | 25,20 |  |
| DAS 101.4 | 3,84 | - | - | 2 | 7,68 |  |
| DAS 101.3 | 2,10 | - | - | 3 | 6,30 |  |
| DAS 101.1 | 1,00 | 11 | 11,00 | - | - |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
| DAS 102.5 | 5,04 | 5 | 25,20 | - | - |  |
| DAS 102.1 | 1,00 | 1 | 1,00 | - | - |  |
| TOTAL | | 17 | 37,20 | 10 | 39,18 |  |
| SALDO DO REMANEJAMENTO (c = b - a) | | | | -7 | 1,98 |  |

b) FCPE:

| CÓDIGO | DAS-UNITÁRIO | DA AGU PARA A SEGES/ME (a) | | DA SEGES/ME PARA A AGU (b) | |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|  |
| QTD. | VALOR TOTAL | QTD. | VALOR TOTAL |  |
| FCPE 101.5 | 3,03 | - | - | 2 | 6,06 |  |
| FCPE 101.4 | 2,30 | - | - | 4 | 9,20 |  |
| FCPE 101.3 | 1,26 | - | - | 12 | 15,12 |  |
| FCPE 101.2 | 0,76 | 8 | 6,08 | - | - |  |
| FCPE 101.1 | 0,60 | 18 | 10,80 | - | - |  |
|  |  |  |  |  |  |  |
| FCPE 102.4 | 2,30 | 2 | 4,60 | - | - |  |
| FCPE 102.3 | 1,26 | 2 | 2,52 | - | - |  |
| FCPE 102.1 | 0,60 | 2 | 1,20 | - | - |  |
| TOTAL | | 32 | 25,20 | 18 | 30,38 |  |
| SALDO DO REMANEJAMENTO (c = b - a) | | | | -14 | 5,18 |  |

**ANEXO IV**

CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS E FUNÇÕES COMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO - FCPE TRANSFORMADOS NOS TERMOS DO DISPOSTO NO ART. 8º DA LEI Nº 13.346, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

a) CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DAS:

| CÓDIGO | DAS-UNITÁRIO | SITUAÇÃO ATUAL (a) | | SITUAÇÃO NOVA (b) | | DIFERENÇA(c = b - a) | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| QTD. | VALOR TOTAL | QTD. | VALOR TOTAL | QTD. | VALOR TOTAL |
| DAS-4 | 3,84 | - | - | 2 | 7,68 | 2 | 7,68 |
| DAS-3 | 2,10 | - | - | 2 | 4,20 | 2 | 4,20 |
| DAS-2 | 1,27 | - | - | 2 | 2,54 | 2 | 2,54 |
| DAS-1 | 1,00 | 15 | 15,00 | - | - | -15 | -15,00 |
| TOTAL | | 15 | 15,00 | 6 | 14,42 | -9 | -0,58 |

b) FCPE:

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| CÓDIGO | DAS-UNITÁRIO | SITUAÇÃO ATUAL (a) | | SITUAÇÃO NOVA (b) | | DIFERENÇA(c = b - a) | |
| QTD. | VALOR TOTAL | QTD. | VALOR TOTAL | QTD. | VALOR TOTAL |
| FCPE-4 | 2,30 | - | - | 2 | 4,60 | 2 | 4,60 |
| FCPE-3 | 1,26 | - | - | 10 | 12,60 | 10 | 12,60 |
| FCPE-2 | 0,76 | 7 | 5,32 | - | - | -7 | -5,32 |
| FCPE-1 | 0,60 | 20 | 12,00 | - | - | -20 | -12,00 |
| TOTAL | | 27 | 17,32 | 12 | 17,20 | -15 | -0,12 |

**ANEXO V**

SUBSTITUIÇÃO DE FUNÇÕES COMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO - FCPE E DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS EXTINTOS NO PODER EXECUTIVO FEDERAL NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI Nº 13.346, DE 10 DE OUTUBRO DE 2016

a) FCPE SUBSTITUÍDAS:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| CÓDIGO | DAS-UNITÁRIO | QTD | VALOR TOTAL |
| FCPE 101.5 | 3,03 | 2 | 6,06 |

b) CARGOS EM COMISSÃO DO GRUPO-DAS EXTINTOS:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| CÓDIGO | DAS-UNITÁRIO | QTD | VALOR TOTAL |
| DAS-5 | 5,04 | 2 | 10,08 |

**ANEXO VI**

a) QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA PROCURADORIA-GERAL FEDERAL:

| UNIDADE | CARGO/  FUNÇÃO/Nº | DENOMINAÇÃO CARGO/FUNÇÃO | NE/DAS/FCPE/FG |
| --- | --- | --- | --- |
| PROCURADORIA-GERAL FEDERAL | 1 | Procurador-Geral Federal | NE |
|  |  |  |  |
| SUBPROCURADORIA-GERAL FEDERAL | 1 | Subprocurador-Geral Federal | DAS 101.5 |
| Gabinete da Procuradoria-Geral Federal | 1 | Chefe de Gabinete | FCPE 101.4 |
| Divisão | 3 | Chefe | DAS 101.2 |
| Divisão | 1 | Chefe | FCPE 101.2 |
|  | 1 | Assistente | DAS 102.2 |
|  | 2 | Assistente Técnico | DAS 102.1 |
|  | 9 |  | FG-1 |
|  | 6 |  | FG-2 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Cobrança e Recuperação de Créditos | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Divisão | 4 | Chefe | FCPE 101.2 |
| Serviço | 2 | Chefe | DAS 101.1 |
|  | 1 |  | FG-1 |
|  | 3 |  | FG-2 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão | 1 | Coordenador-Geral | DAS 101.4 |
| Serviço | 1 | Chefe | FCPE 101.1 |
|  | 1 |  | FG-1 |
|  | 1 |  | FG-2 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Pessoal | 1 | Coordenador-Geral | DAS 101.4 |
| Divisão | 1 | Chefe | FCPE 101.2 |
| Serviço | 1 | Chefe | FCPE 101.1 |
|  | 2 |  | FG-1 |
|  | 2 |  | FG-2 |
|  |  |  |  |
| Coordenação-Geral de Projetos e Assuntos Estratégicos | 1 | Coordenador-Geral | FCPE 101.4 |
| Divisão | 1 | Chefe | DAS 101.2 |
|  | 1 |  | FG-1 |
|  | 2 |  | FG-2 |
|  |  |  |  |
| DEPARTAMENTO DE CONTENCIOSO | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
| Divisão | 1 | Chefe | FCPE 101.2 |
|  | 1 | Assistente | DAS 102.2 |
|  | 4 |  | FG-1 |
|  | 13 |  | FG-2 |
|  |  |  |  |
| DEPARTAMENTO DE CONSULTORIA | 1 | Diretor | DAS 101.5 |
|  | 2 |  | FG-1 |
|  | 1 |  | FG-2 |
|  |  |  |  |
| PROCURADORIA REGIONAL FEDERAL | 5 | Procurador Regional Federal | DAS 101.5 |
| Procuradoria Federal nos Estados | 22 | Procurador Chefe no Estado | FCPE 101.4 |
| Serviço | 11 | Chefe | DAS 101.1 |
| Serviço | 5 | Chefe | FCPE 101.1 |
|  | 90 | Procurador Seccional Federal, Coordenador, Chefe | FG-1 |
|  | 124 | Chefe | FG-2 |

b) QUADRO RESUMO DE CUSTOS DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DA PROCURADORIA-GERAL FEDERAL:

| CÓDIGO | DAS-UNITÁRIO | SITUAÇÃO ATUAL | | SITUAÇÃO NOVA | |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| QTD. | VALOR TOTAL | QTD. | VALOR TOTAL |
| NE | 6,41 | 1 | 6,41 | 1 | 6,41 |
| DAS 101.5 | 5,04 | 8 | 40,32 | 8 | 40,32 |
| DAS 101.4 | 3,84 | 2 | 7,68 | 2 | 7,68 |
| DAS 101.2 | 1,27 | 4 | 5,08 | 4 | 5,08 |
| DAS 101.1 | 1,00 | 13 | 13,00 | 13 | 13,00 |
|  |  |  |  |  |  |
| DAS 102.2 | 1,27 | 2 | 2,54 | 2 | 2,54 |
| DAS 102.1 | 1,00 | 2 | 2,00 | 2 | 2,00 |
| SUBTOTAL 1 | | 32 | 77,03 | 32 | 77,03 |
| FCPE 101.4 | 2,30 | 25 | 57,50 | 25 | 57,50 |
| FCPE 101.2 | 0,76 | 7 | 5,32 | 7 | 5,32 |
| FCPE 101.1 | 0,60 | 7 | 4,20 | 7 | 4,20 |
| SUBTOTAL 2 | | 39 | 67,02 | 39 | 67,02 |
| FG-1 | 0,20 | 110 | 22,00 | 110 | 22,00 |
| FG-2 | 0,15 | 152 | 22,80 | 152 | 22,80 |
| SUBTOTAL 3 | | 262 | 44,80 | 262 | 44,80 |
| TOTAL | | 333 | 188,85 | 333 | 188,85 |

OUTRAS NORMAS DE CONSULTA FREQUENTE

OU DE INTERESSE ADMINISTRATIVO

**LEI COMPLEMENTAR Nº 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998.**

*Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.*

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º A elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis obedecerão ao disposto nesta Lei Complementar.[[413]](#footnote-414)

Parágrafo único. As disposições desta Lei Complementar aplicam-se, ainda, às medidas provisórias e demais atos normativos referidos no art. 59 da Constituição Federal, bem como, no que couber, aos decretos e aos demais atos de regulamentação expedidos por órgãos do Poder Executivo.

Art. 2º**(VETADO)**

§ 1º**(VETADO)**

§ 2º Na numeração das leis serão observados, ainda, os seguintes critérios:

I - as emendas à Constituição Federal terão sua numeração iniciada a partir da promulgação da Constituição;

II - as leis complementares, as leis ordinárias e as leis delegadas terão numeração seqüencial em continuidade às séries iniciadas em 1946.

**CAPÍTULO II**

**DAS TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO, REDAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS LEIS**

**SEÇÃO I**

**DA ESTRUTURAÇÃO DAS LEIS**

Art. 3º A lei será estruturada em três partes básicas:

I - parte preliminar, compreendendo a epígrafe, a ementa, o preâmbulo, o enunciado do objeto e a indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas;

II - parte normativa, compreendendo o texto das normas de conteúdo substantivo relacionadas com a matéria regulada;

III - parte final, compreendendo as disposições pertinentes às medidas necessárias à implementação das normas de conteúdo substantivo, às disposições transitórias, se for o caso, a cláusula de vigência e a cláusula de revogação, quando couber.

Art. 4º A epígrafe, grafada em caracteres maiúsculos, propiciará identificação numérica singular à lei e será formada pelo título designativo da espécie normativa, pelo número respectivo e pelo ano de promulgação.

Art. 5º A ementa será grafada por meio de caracteres que a realcem e explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei.

Art. 6º O preâmbulo indicará o órgão ou instituição competente para a prática do ato e sua base legal.

Art. 7º O primeiro artigo do texto indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:

I - excetuadas as codificações, cada lei tratará de um único objeto;

II - a lei não conterá matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão;

III - o âmbito de aplicação da lei será estabelecido de forma tão específica quanto o possibilite o conhecimento técnico ou científico da área respectiva;

IV - o mesmo assunto não poderá ser disciplinado por mais de uma lei, exceto quando a subseqüente se destine a complementar lei considerada básica, vinculando-se a esta por remissão expressa.

Art. 8º A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "entra em vigor na data de sua publicação" para as leis de pequena repercussão.

§ 1º A contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subseqüente à sua consumação integral. **(Incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)**

§ 2º As leis que estabeleçam período de vacância deverão utilizar a cláusula ‘esta lei entra em vigor após decorridos (o número de) dias de sua publicação oficial’. **(Incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)**

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)**

Parágrafo único. **(VETADO) (Incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)**

**SEÇÃO II**

**DA ARTICULAÇÃO E DA REDAÇÃO DAS LEIS**

Art. 10. Os textos legais serão articulados com observância dos seguintes princípios:

I - a unidade básica de articulação será o artigo, indicado pela abreviatura "Art.", seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste;

II - os artigos desdobrar-se-ão em parágrafos ou em incisos; os parágrafos em incisos, os incisos em alíneas e as alíneas em itens;

III - os parágrafos serão representados pelo sinal gráfico "§", seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir deste, utilizando-se, quando existente apenas um, a expressão "parágrafo único" por extenso;

IV - os incisos serão representados por algarismos romanos, as alíneas por letras minúsculas e os itens por algarismos arábicos;

V - o agrupamento de artigos poderá constituir Subseções; o de Subseções, a Seção; o de Seções, o Capítulo; o de Capítulos, o Título; o de Títulos, o Livro e o de Livros, a Parte;

VI - os Capítulos, Títulos, Livros e Partes serão grafados em letras maiúsculas e identificados por algarismos romanos, podendo estas últimas desdobrar-se em Parte Geral e Parte Especial ou ser subdivididas em partes expressas em numeral ordinal, por extenso;

VII - as Subseções e Seções serão identificadas em algarismos romanos, grafadas em letras minúsculas e postas em negrito ou caracteres que as coloquem em realce;

VIII - a composição prevista no inciso V poderá também compreender agrupamentos em Disposições Preliminares, Gerais, Finais ou Transitórias, conforme necessário.

Art. 11. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas:

I - para a obtenção de clareza:

a)usar as palavras e as expressões em seu sentido comum, salvo quando a norma versar sobre assunto técnico, hipótese em que se empregará a nomenclatura própria da área em que se esteja legislando;

b) usar frases curtas e concisas;

c) construir as orações na ordem direta, evitando preciosismo, neologismo e adjetivações dispensáveis;

d) buscar a uniformidade do tempo verbal em todo o texto das normas legais, dando preferência ao tempo presente ou ao futuro simples do presente;

e) usar os recursos de pontuação de forma judiciosa, evitando os abusos de caráter estilístico;

II - para a obtenção de precisão:

a) articular a linguagem, técnica ou comum, de modo a ensejar perfeita compreensão do objetivo da lei e a permitir que seu texto evidencie com clareza o conteúdo e o alcance que o legislador pretende dar à norma;

b) expressar a idéia, quando repetida no texto, por meio das mesmas palavras, evitando o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico;

c) evitar o emprego de expressão ou palavra que confira duplo sentido ao texto;

d) escolher termos que tenham o mesmo sentido e significado na maior parte do território nacional, evitando o uso de expressões locais ou regionais;

e) usar apenas siglas consagradas pelo uso, observado o princípio de que a primeira referência no texto seja acompanhada de explicitação de seu significado;

f) grafar por extenso quaisquer referências a números e percentuais, exceto data, número de lei e nos casos em que houver prejuízo para a compreensão do texto; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)**

g) indicar, expressamente o dispositivo objeto de remissão, em vez de usar as expressões ‘anterior’, ‘seguinte’ ou equivalentes; **(Incluída pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)**

III - para a obtenção de ordem lógica:

a)reunir sob as categorias de agregação - subseção, seção, capítulo, título e livro - apenas as disposições relacionadas com o objeto da lei;

b)restringir o conteúdo de cada artigo da lei a um único assunto ou princípio;

c) expressar por meio dos parágrafos os aspectos complementares à norma enunciada no *caput* do artigo e as exceções à regra por este estabelecida;

d) promover as discriminações e enumerações por meio dos incisos, alíneas e itens.

**SEÇÃO III**

**DA ALTERAÇÃO DAS LEIS**

Art. 12. A alteração da lei será feita:

I - mediante reprodução integral em novo texto, quando se tratar de alteração considerável;

II – mediante revogação parcial; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)**

III - nos demais casos, por meio de substituição, no próprio texto, do dispositivo alterado, ou acréscimo de dispositivo novo, observadas as seguintes regras:

a) **REVOGADO**; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)**

b) é vedada, mesmo quando recomendável, qualquer renumeração de artigos e de unidades superiores ao artigo, referidas no inciso V do art. 10, devendo ser utilizado o mesmo número do artigo ou unidade imediatamente anterior, seguido de letras maiúsculas, em ordem alfabética, tantas quantas forem suficientes para identificar os acréscimos; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)**

c) é vedado o aproveitamento do número de dispositivo revogado, vetado, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal ou de execução suspensa pelo Senado Federal em face de decisão do Supremo Tribunal Federal, devendo a lei alterada manter essa indicação, seguida da expressão ‘revogado’, ‘vetado’, ‘declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal’, ou ‘execução suspensa pelo Senado Federal, na forma do art. 52, X, da Constituição Federal’; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)**

d) é admissível a reordenação interna das unidades em que se desdobra o artigo, identificando-se o artigo assim modificado por alteração de redação, supressão ou acréscimo com as letras ‘NR’ maiúsculas, entre parênteses, uma única vez ao seu final, obedecidas, quando for o caso, as prescrições da alínea *"c".* **(Redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)**

Parágrafo único. O termo ‘dispositivo’ mencionado nesta Lei refere-se a artigos, parágrafos, incisos, alíneas ou itens. **(Incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)**

**CAPÍTULO III**

**DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS E**

**OUTROS ATOS NORMATIVOS**

**SEÇÃO I**

**DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS**

Art. 13. As leis federais serão reunidas em codificações e consolidações, integradas por volumes contendo matérias conexas ou afins, constituindo em seu todo a Consolidação da Legislação Federal. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001)**

§ 1º A consolidação consistirá na integração de todas as leis pertinentes a determinada matéria num único diploma legal, revogando-se formalmente as leis incorporadas à consolidação, sem modificação do alcance nem interrupção da força normativa dos dispositivos consolidados. **(Incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001).**

§ 2º Preservando-se o conteúdo normativo original dos dispositivos consolidados, poderão ser feitas as seguintes alterações nos projetos de lei de consolidação: **(Incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001).**

I – introdução de novas divisões do texto legal base; **(Incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001).**

II – diferente colocação e numeração dos artigos consolidados; **(Incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001).**

III – fusão de disposições repetitivas ou de valor normativo idêntico; **(Inciso incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001).**

IV – atualização da denominação de órgãos e entidades da administração pública; **(Incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001).**

V – atualização de termos antiquados e modos de escrita ultrapassados; **(Incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001).**

VI – atualização do valor de penas pecuniárias, com base em indexação padrão; **(Incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001).**

VII – eliminação de ambigüidades decorrentes do mau uso do vernáculo; **(Incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001).**

VIII – homogeneização terminológica do texto; **(Incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001).**

IX – supressão de dispositivos declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, observada, no que couber, a suspensão pelo Senado Federal de execução de dispositivos, na forma do art. 52, X, da Constituição Federal; **(Incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001).**

X – indicação de dispositivos não recepcionados pela Constituição Federal; **(Incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001).**

XI – declaração expressa de revogação de dispositivos implicitamente revogados por leis posteriores. **(Incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001).**

§ 3º As providências a que se referem os incisos IX, X e XI do § 2o deverão ser expressa e fundadamente justificadas, com indicação precisa das fontes de informação que lhes serviram de base. **(Incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001).**

Art. 14. Para a consolidação de que trata o art. 13 serão observados os seguintes procedimentos: **(Redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001).**

I – O Poder Executivo ou o Poder Legislativo procederá ao levantamento da legislação federal em vigor e formulará projeto de lei de consolidação de normas que tratem da mesma matéria ou de assuntos a ela vinculados, com a indicação precisa dos diplomas legais expressa ou implicitamente revogados; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001).**

II – a apreciação dos projetos de lei de consolidação pelo Poder Legislativo será feita na forma do Regimento Interno de cada uma de suas Casas, em procedimento simplificado, visando a dar celeridade aos trabalhos; **(Redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001).**

III – **REVOGADO**. **(Redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001).**

§ 1º Não serão objeto de consolidação as medidas provisórias ainda não convertidas em lei. **(Incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001).**

§ 2º A Mesa Diretora do Congresso Nacional, de qualquer de suas Casas e qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional poderá formular projeto de lei de consolidação.**(Incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001).**

§ 3º Observado o disposto no inciso II do *caput*, será também admitido projeto de lei de consolidação destinado exclusivamente à: **(Incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001).**

I – declaração de revogação de leis e dispositivos implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontre-se completamente prejudicada; **(Incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001).**

II – inclusão de dispositivos ou diplomas esparsos em leis preexistentes, revogando-se as disposições assim consolidadas nos mesmos termos do § 1º do art. 13. **(Incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001).**

§ 4º   **(VETADO)**  **(Incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001).**

Art. 15. Na primeira sessão legislativa de cada legislatura, a Mesa do Congresso Nacional promoverá a atualização da Consolidação das Leis Federais Brasileiras, incorporando às coletâneas que a integram as emendas constitucionais, leis, decretos legislativos e resoluções promulgadas durante a legislatura imediatamente anterior, ordenados e indexados sistematicamente.

**SEÇÃO II**

**DA CONSOLIDAÇÃO DE OUTROS ATOSNORMATIVOS**

Art. 16. Os órgãos diretamente subordinados à Presidência da República e os Ministérios, assim como as entidades da administração indireta, adotarão, em prazo estabelecido em decreto, as providências necessárias para, observado, no que couber, o procedimento a que se refere o art. 14, ser efetuada a triagem, o exame e a consolidação dos decretos de conteúdo normativo e geral e demais atos normativos inferiores em vigor, vinculados às respectivas áreas de competência, remetendo os textos consolidados à Presidência da República, que os examinará e reunirá em coletâneas, para posterior publicação.

Art. 17. O Poder Executivo, até cento e oitenta dias do início do primeiro ano do mandato presidencial, promoverá a atualização das coletâneas a que se refere o artigo anterior, incorporando aos textos que as integram os decretos e atos de conteúdo normativo e geral editados no último quadriênio.

**CAPÍTULO IV**

**DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 18. Eventual inexatidão formal de norma elaborada mediante processo legislativo regular não constitui escusa válida para o seu descumprimento.

Art. 18-A **(VETADO)  (Incluído pela Lei Complementar nº 107, de 26.4.2001).**

Art. 19. Esta Lei Complementar entra em vigor no prazo de noventa dias, a partir da data de sua publicação.

Brasília,  26 de fevereiro de 1998; 177º da Independência e 110º da República.

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

Íris Rezende

**LEI COMPLEMENTAR Nº 152, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2015.**

*Dispõe sobre a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1~~º~~ do art. 40 da Constituição Federal.*

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do parágrafo 5o do art. 66 da Constituição, a seguinte Lei Complementar:

Art. 1o Esta Lei Complementar dispõe sobre a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos agentes públicos aos quais se aplica o inciso II do § 1~~º~~ do art. 40 da Constituição Federal.

Art. 2~~º~~ Serão aposentados compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade:

I - os servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações;

II - os membros do Poder Judiciário;

III - os membros do Ministério Público;

IV - os membros das Defensorias Públicas;

V - os membros dos Tribunais e dos Conselhos de Contas.

Parágrafo único. Aos servidores do Serviço Exterior Brasileiro, regidos pela Lei n~~º~~ 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o disposto neste artigo será aplicado progressivamente à razão de 1 (um) ano adicional de limite para aposentadoria compulsória ao fim de cada 2 (dois) anos, a partir da vigência desta Lei Complementar, até o limite de 75 (setenta e cinco) anos previsto no caput.

Art. 3~~º~~ Revoga-se o inciso I do art. 1~~º~~ da Lei Complementar n~~º~~ 51, de 20 de dezembro de 1985.

Art. 4~~º~~ Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de dezembro de 2015; 194o da Independência e 127o da República.

**DILMA ROUSSEFF**

**LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990.**

*Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.*

**PUBLICAÇÃO CONSOLIDADA DA LEI Nº 8.112, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1990,**

**DETERMINADA PELO ART. 13 DA LEI Nº 9.527, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997.**

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, Faço saber que o Congresso Nacionaldecreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**TÍTULO I**

**CAPÍTULO ÚNICO**

**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1o Esta Lei institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas federais.

Art. 2o Para os efeitos desta Lei, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público.

Art. 3o Cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.

Parágrafo único. Os cargos públicos, acessíveis a todos os brasileiros, são criados por lei, com denominação própria e vencimento pago pelos cofres públicos, para provimento em caráter efetivo ou em comissão.

Art. 4o É proibida a prestação de serviços gratuitos, salvo os casos previstos em lei.

**TÍTULO II**

**DO PROVIMENTO, VACÂNCIA, REMOÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO**

**CAPÍTULO I**

**DO PROVIMENTO**

**SEÇÃO I**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 5o São requisitos básicos para investidura em cargo público:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o gozo dos direitos políticos;

III - a quitação com as obrigações militares e eleitorais;

IV - o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;

V - a idade mínima de dezoito anos;

VI - aptidão física e mental.

§ 1o As atribuições do cargo podem justificar a exigência de outros requisitos estabelecidos em lei.

§ 2o Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso.

§ 3o As universidades e instituições de pesquisa científica e tecnológica federais poderão prover seus cargos com professores, técnicos e cientistas estrangeiros, de acordo com as normas e os procedimentos desta Lei***.* (Incluído pela Lei nº 9.515, de 20.11.97)**

Art. 6o O provimento dos cargos públicos far-se-á mediante ato da autoridade competente de cada Poder.

Art. 7o A investidura em cargo público ocorrerá com a posse.

Art. 8o São formas de provimento de cargo público:

I - nomeação;

II - promoção;

III -**(Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

IV -**(Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

V - readaptação;

VI - reversão;

VII - aproveitamento;

VIII - reintegração;

IX - recondução.

**SEÇÃO II**

**DA NOMEAÇÃO**

Art. 9o A nomeação far-se-á:

I - em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira;

II - em comissão, inclusive na condição de interino, para cargos de confiança vagos.**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

Parágrafo único. O servidor ocupante de cargo em comissão ou de natureza especial poderá ser nomeado para ter exercício, interinamente, em outro cargo de confiança, sem prejuízo das atribuições do que atualmente ocupa, hipótese em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o período da interinidade. **(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

Art. 10. A nomeação para cargo de carreira ou cargo isolado de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

Parágrafo único. Os demais requisitos para o ingresso e o desenvolvimento do servidor na carreira, mediante promoção, serão estabelecidos pela lei que fixar as diretrizes do sistema de carreira na Administração Pública Federal e seus regulamentos.**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

**SEÇÃO III**

**DO CONCURSO PÚBLICO**

Art. 11. O concurso será de provas ou de provas e títulos, podendo ser realizado em duas etapas, conforme dispuserem a lei e o regulamento do respectivo plano de carreira, condicionada a inscrição do candidato ao pagamento do valor fixado no edital, quando indispensável ao seu custeio, e ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas.[[414]](#footnote-415)**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

Art. 12. O concurso público terá validade de até 2 (dois ) anos, podendo ser prorrogado uma única vez, por igual período.

§ 1o O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado no Diário Oficial da União e em jornal diário de grande circulação.

§ 2o Não se abrirá novo concurso enquanto houver candidato aprovado em concurso anterior com prazo de validade não expirado.

**SEÇÃO IV**

**DA POSSE E DO EXERCÍCIO**[[415]](#footnote-416)

Art. 13. A posse dar-se-á pela assinatura do respectivo termo, no qual deverão constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.

§ 1o A posse ocorrerá no prazo de trinta dias contados da publicação do ato de provimento.**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 2o Em se tratando de servidor, que esteja na data de publicação do ato de provimento, em licença prevista nos incisos I, III e V do art. 81, ou afastado nas hipóteses dos incisos I, IV, VI, VIII, alíneas "a", "b", "d", "e" e "f", IX e X do art. 102, o prazo será contado do término do impedimento. **(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 3o A posse poderá dar-se mediante procuração específica.

§ 4o Só haverá posse nos casos de provimento de cargo por nomeação.**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 5o No ato da posse, o servidor apresentará declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio[[416]](#footnote-417) e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.

§ 6o Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1o deste artigo.

Art. 14. A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial.

Parágrafo único. Só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

Art. 15. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança.**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 1o É de quinze dias o prazo para o servidor empossado em cargo público entrar em exercício, contados da data da posse.**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 2o O servidor será exonerado do cargo ou será tornado sem efeito o ato de sua designação para função de confiança, se não entrar em exercício nos prazos previstos neste artigo, observado o disposto no art. 18.**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 3o À autoridade competente do órgão ou entidade para onde for nomeado ou designado o servidor compete dar-lhe exercício.**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 4o O início do exercício de função de confiança coincidirá com a data de publicação do ato de designação, salvo quando o servidor estiver em licença ou afastado por qualquer outro motivo legal, hipótese em que recairá no primeiro dia útil após o término do impedimento, que não poderá exceder a trinta dias da publicação.**(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

Art. 16. O início, a suspensão, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do servidor.

Parágrafo único. Ao entrar em exercício, o servidor apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao seu assentamento individual.

Art. 17. A promoção não interrompe o tempo de exercício, que é contado no novo posicionamento na carreira a partir da data de publicação do ato que promover o servidor.**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

Art. 18. O servidor que deva ter exercício em outro município em razão de ter sido removido, redistribuído, requisitado, cedido ou posto em exercício provisório terá, no mínimo, dez e, no máximo, trinta dias de prazo, contados da publicação do ato, para a retomada do efetivo desempenho das atribuições do cargo, incluído nesse prazo o tempo necessário para o deslocamento para a nova sede.**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 1o Na hipótese de o servidor encontrar-se em licença ou afastado legalmente, o prazo a que se refere este artigo será contado a partir do término do impedimento.**(Renumerado e alterado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 2o É facultado ao servidor declinar dos prazos estabelecidos no**caput**.**(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

Art. 19. Os servidores cumprirão jornada de trabalho fixada em razão das atribuições pertinentes aos respectivos cargos, respeitada a duração máxima do trabalho semanal de quarenta horas e observados os limites mínimo e máximo de seis horas e oito horas diárias, respectivamente. **(Redação dada pela Lei nº 8.270, de 17.12.91) (Regulamentado pelo Decreto nº 1.590, de 10.8.1995.)**[[417]](#footnote-418)

§ 1o O ocupante de cargo em comissão ou função de confiança submete-se a regime de integral dedicação ao serviço, observado o disposto no art. 120, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração.**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 2o O disposto neste artigo não se aplica a duração de trabalho estabelecida em leis especiais. **(Incluído pela Lei nº 8.270, de 17.12.91)**

Art. 20.  Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 24 (vinte e quatro) meses,durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguinte fatores: **(V. Emenda Constitucional nº 19, de 4.6.1998)**[[418]](#footnote-419)

I - assiduidade;

II - disciplina;

III - capacidade de iniciativa;

IV - produtividade;

V- responsabilidade.

§ 1o  4 (quatro) meses antes de findo o período do estágio probatório, será submetida à homologação da autoridade competente a avaliação do desempenho do servidor, realizada por comissão constituída para essa finalidade, de acordo com o que dispuser a lei ou o regulamento da respectiva carreira ou cargo, sem prejuízo da continuidade de apuração dos fatores enumerados nos incisos I a V do caput deste artigo(NR)**(Redação dada pelo art. 172 da Medida provisória nº 431, de 14.5.2008, convertida na Lei nº 11.784, de 22.9.2008)**

§ 2o O servidor não aprovado no estágio probatório será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, observado o disposto no parágrafo único do art. 29.

§ 3o O servidor em estágio probatório poderá exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia ou assessoramento no órgão ou entidade de lotação, e somente poderá ser cedido a outro órgão ou entidade para ocupar cargos de Natureza Especial, cargos de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, de níveis 6, 5 e 4, ou equivalentes. **(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97. Ver o art. 16-B da Lei nº 11.356, de 19.10.2006, incluído pelo art. 169 da Medida Provisória nº 431, de 14.5.2008, convertida na Lei nº 11.784, de 22.9.2008. A MP nº 431, denominava o atual art. 16-B de art. 16-A)**[[419]](#footnote-420)

§ 4o Ao servidor em estágio probatório somente poderão ser concedidas as licenças e os afastamentos previstos nos arts. 81, incisos I a IV, 94, 95 e 96, bem assim afastamento para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Federal. **(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 5o O estágio probatório ficará suspenso durante as licenças e os afastamentos previstos nos arts. 83, 84, § 1o, 86 e 96, bem assim na hipótese de participação em curso de formação, e será retomado a partir do término do impedimento.**(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

**SEÇÃO V**

**DA ESTABILIDADE**

Art. 21. O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 2 (dois) anos de efetivo exercício. **(Este prazo passou** **a ser de 3 anos, conforme o art. 41 da CF, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)**

Art. 22. O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou de processo administrativo disciplinar no qual lhe seja assegurada ampla defesa.

**SEÇÃO VI**

**DA TRANSFERÊNCIA**

Art. 23.**(Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

**SEÇÃO VII**

**DA READAPTAÇÃO**

Art. 24. Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica.

§ 1o Se julgado incapaz para o serviço público, o readaptando será aposentado.

§ 2o A readaptação será efetivada em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos e, na hipótese de inexistência de cargo vago, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga.**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

**SEÇÃO VIII**

**DA REVERSÃO  
(Regulamentada pelo Decreto nº 3.644, de 30.11.2000)**

Art. 25. Reversão é o retorno à atividade de servidor aposentado: **(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)** [[420]](#footnote-421)

I - por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria; ou **(Incluído pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)**

II - no interesse da administração, desde que: **(Incluído pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)**

a) tenha solicitado a reversão; **(Incluída pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)**

b) a aposentadoria tenha sido voluntária; **(Incluída pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)**

c) estável quando na atividade; **(Incluída pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)**

d) a aposentadoria tenha ocorrido nos cinco anos anteriores à solicitação; **(Incluída pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)**

e) haja cargo vago. **(Incluída pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 49.2001)**

§ 1o A reversão far-se-á no mesmo cargo ou no cargo resultante de sua transformação. **(Incluído pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)**

§ 2o O tempo em que o servidor estiver em exercício será considerado para concessão da aposentadoria. **(Incluído pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)**

§ 3o No caso do inciso I, encontrando-se provido o cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente, até a ocorrência de vaga. **(Incluído pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)**

§ 4o O servidor que retornar à atividade por interesse da administração perceberá, em substituição aos proventos da aposentadoria, a remuneração do cargo que voltar a exercer, inclusive com as vantagens de natureza pessoal que percebia anteriormente à aposentadoria. **(Incluído pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)**

§ 5o O servidor de que trata o inciso II somente terá os proventos calculados com base nas regras atuais se permanecer pelo menos cinco anos no cargo. **(Incluído pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)**

§ 6o O Poder Executivo regulamentará o disposto neste artigo. **(Incluído pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)**

Art. 26. **(Revogado pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)**

Art. 27. Não poderá reverter o aposentado que já tiver completado 70 (setenta) anos de idade.[[421]](#footnote-422)

**SEÇÃO IX**

**DA REINTEGRAÇÃO**

Art. 28. A reintegração é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado, ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.

§ 1o Na hipótese de o cargo ter sido extinto, o servidor ficará em disponibilidade, observado o disposto nos arts. 30 e 31.

§ 2o Encontrando-se provido o cargo, o seu eventual ocupante será reconduzido ao cargo de origem, sem direito à indenização ou aproveitado em outro cargo, ou, ainda, posto em disponibilidade.

**SEÇÃO X**

**DA RECONDUÇÃO**

Art. 29. Recondução é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado e decorrerá de:

I - inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo;

II - reintegração do anterior ocupante.

Parágrafo único. Encontrando-se provido o cargo de origem, o servidor será aproveitado em outro, observado o disposto no art. 30.

**SEÇÃO XI**

**DA DISPONIBILIDADE E DOAPROVEITAMENTO**

Art. 30. O retorno à atividade de servidor em disponibilidade far-se-á mediante aproveitamento obrigatório em cargo de atribuições e vencimentos compatíveis com o anteriormente ocupado.

Art. 31. O órgão Central do Sistema de Pessoal Civil determinará o imediato aproveitamento de servidor em disponibilidade em vaga que vier a ocorrer nos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal.

Parágrafo único. Na hipótese prevista no § 3o do art. 37, o servidor posto em disponibilidade poderá ser mantido sob responsabilidade do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, até o seu adequado aproveitamento em outro órgão ou entidade.**(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)** [[422]](#footnote-423)

Art. 32. Será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade se o servidor não entrar em exercício no prazo legal, salvo doença comprovada por junta médica oficial.

**CAPÍTULO II**

**DA VACÂNCIA**

Art. 33. A vacância do cargo público decorrerá de:

I - exoneração;

II - demissão;

III - promoção;

IV -**(Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

V -**(Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

VI - readaptação;

VII - aposentadoria;

VIII - posse em outro cargo inacumulável;

IX - falecimento.

Art. 34. A exoneração de cargo efetivo dar-se-á a pedido do servidor, ou de ofício.

Parágrafo único. A exoneração de ofício dar-se-á:

I - quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;

II - quando, tendo tomado posse, o servidor não entrar em exercício no prazo estabelecido.

Art. 35. A exoneração de cargo em comissão e a dispensa de função de confiança dar-se-á:**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

I - a juízo da autoridade competente;

II - a pedido do próprio servidor.

**Parágrafo único. (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

**CAPÍTULO III**

**DA REMOÇÃO E DA REDISTRIBUIÇÃO**

**SEÇÃO I**

**DA REMOÇÃO**

Art. 36. Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste artigo, entende-se por modalidades de remoção:**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

I - de ofício, no interesse da Administração;**(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

II - a pedido, a critério da Administração;**(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

III - a pedido, para outra localidade, independentemente do interesse da Administração:**(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

a) para acompanhar cônjuge ou companheiro, também servidor público civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que foi deslocado no interesse da Administração;**(Incluída pela Lei nº 9.527, de 10.12.97*)***

b) por motivo de saúde do servidor, cônjuge, companheiro ou dependente que viva às suas expensas e conste do seu assentamento funcional, condicionada à comprovação por junta médica oficial;**(Incluída pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

c) em virtude de processo seletivo promovido, na hipótese em que o número de interessados for superior ao número de vagas, de acordo com normas preestabelecidas pelo órgão ou entidade em que aqueles estejam lotados. **(Alínea incluída pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

**SEÇÃO II**

**DA REDISTRIBUIÇÃO** [[423]](#footnote-424)

Art. 37. Redistribuição é o deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do SIPEC, observados os seguintes preceitos:**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

I - interesse da administração;**(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

II - equivalência de vencimentos;**(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

III - manutenção da essência das atribuições do cargo;**(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

IV - vinculação entre os graus de responsabilidade e complexidade das atividades;**(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

V - mesmo nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional;**(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

VI - compatibilidade entre as atribuições do cargo e as finalidades institucionais do órgão ou entidade.**(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 1o A redistribuição ocorrerá *ex officio* para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços, inclusive nos casos de reorganização, extinção ou criação de órgão ou entidade.**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 2o A redistribuição de cargos efetivos vagos se dará mediante ato conjunto entre o órgão central do SIPEC e os órgãos e entidades da Administração Pública Federal envolvidos.**(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 3o Nos casos de reorganização ou extinção de órgão ou entidade, extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade no órgão ou entidade, o servidor estável que não for redistribuído será colocado em disponibilidade, até seu aproveitamento na forma dos arts. 30 e 31.**(Renumerado e alterado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)** [[424]](#footnote-425)

§ 4o O servidor que não for redistribuído ou colocado em disponibilidade poderá ser mantido sob responsabilidade do órgão central do SIPEC, e ter exercício provisório, em outro órgão ou entidade, até seu adequado aproveitamento.**(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

**CAPÍTULO IV**

**DA SUBSTITUIÇÃO**

Art. 38. Os servidores investidos em cargo ou função de direção ou chefia e os ocupantes de cargo de Natureza Especial terão substitutos indicados no regimento interno ou, no caso de omissão, previamente designados pelo dirigente máximo do órgão ou entidade.**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 1o O substituto assumirá automática e cumulativamente, sem prejuízo do cargo que ocupa, o exercício do cargo ou função de direção ou chefia e os de Natureza Especial, nos afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular e na vacância do cargo, hipóteses em que deverá optar pela remuneração de um deles durante o respectivo período.**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 2o O substituto fará jus à retribuição pelo exercício do cargo ou função de direção ou chefia ou de cargo de Natureza Especial, nos casos dos afastamentos ou impedimentos legais do titular, superiores a trinta dias consecutivos, paga na proporção dos dias de efetiva substituição, que excederem o referido período.**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

Art. 39. O disposto no artigo anterior aplica-se aos titulares de unidades administrativas organizadas em nível de assessoria.

**TÍTULO III**

**DOS DIREITOS E VANTAGENS**

**CAPÍTULO I**

**DO VENCIMENTO E DA REMUNERAÇÃO**

Art. 40. Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.

Parágrafo único.**(Revogado, a partir de 14.5.2008, pelo art. 176 da Lei nº 11.784, de 22.9.2008 -conversão da Medida Provisória nº 431, de 14.5.2008. Ver o § 5º incluído no art. 41 seguinte.)**

Art. 41. Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.

§ 1o A remuneração do servidor investido em função ou cargo em comissão será paga na forma prevista no art. 62.

§ 2o O servidor investido em cargo em comissão de órgão ou entidade diversa da de sua lotação receberá a remuneração de acordo com o estabelecido no § 1o do art. 93.

§ 3o O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível.

§ 4o É assegurada a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder, ou entre servidores dos três Poderes, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

§ 5o  Nenhum servidor receberá remuneração inferior ao salário mínimo. (NR)**(Incluído pelo art. 172 da Medida provisória nº 431, de 14.5.2008, convertida na Lei nº 11.784, de 22.9.2008)**

Art. 42. Nenhum servidor poderá perceber, mensalmente, a título de remuneração, importância superior à soma dos valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, no âmbito dos respectivos Poderes, pelos Ministros de Estado, por membros do Congresso Nacional e Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. Excluem-se do teto de remuneração as vantagens previstas nos incisos II a VII do art. 61.

Art. 43.**(Revogado pela Lei nº 9.624, de 2.4.98)**

Art. 44. O servidor perderá:

I - a remuneração do dia em que faltar ao serviço, sem motivo justificado;**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

II - a parcela de remuneração diária, proporcional aos atrasos, ausências justificadas, ressalvadas as concessões de que trata o art. 97, e saídas antecipadas, salvo na hipótese de compensação de horário, até o mês subseqüente ao da ocorrência, a ser estabelecida pela chefia imediata.**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

Parágrafo único. As faltas justificadas decorrentes de caso fortuito ou de força maior poderão ser compensadas a critério da chefia imediata, sendo assim consideradas como efetivo exercício.**(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

Art. 45. Salvo por imposição legal, ou mandado judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento.[[425]](#footnote-426)

§1o  Mediante autorização do servidor, poderá haver consignação em folha de pagamento em favor de terceiros, a critério da administração e com reposição de custos, na forma definida em regulamento. **(Redação dada pela Lei nº 13.172, de 2015)**

§ 2o  O total de consignações facultativas de que trata o § 1o não excederá a 35% (trinta e cinco por cento) da remuneração mensal, sendo 5% (cinco por cento) reservados exclusivamente para: **(Redação dada pela Lei nº 13.172, de 2015)**

I - a amortização de despesas contraídas por meio de cartão de crédito; ou **(Incluído pela Lei nº 13.172, de 2015)**

II - a utilização com a finalidade de saque por meio do cartão de crédito. **(Incluído pela Lei nº 13.172, de 2015)**

Art. 46 As reposições e indenizações ao erário, atualizadas até 30 de junho de 1994, serão previamente comunicadas ao servidor ativo, aposentado ou ao pensionista, para pagamento, no prazo máximo de trinta dias, podendo ser parceladas, a pedido do interessado. **(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)**

§ 1o O valor de cada parcela não poderá ser inferior ao correspondente a dez por cento da remuneração, provento ou pensão. **(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)**

§ 2o Quando o pagamento indevido houver ocorrido no mês anterior ao do processamento da folha, a reposição será feita imediatamente, em uma única parcela. **(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)**

§ 3o Na hipótese de valores recebidos em decorrência de cumprimento a decisão liminar, a tutela antecipada ou a sentença que venha a ser revogada ou rescindida, serão eles atualizados até a data da reposição. **(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)**

Art. 47. O servidor em débito com o erário, que for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de sessenta dias para quitar o débito.**(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)**

Parágrafo único. A não quitação do débito no prazo previsto implicará sua inscrição em dívida ativa. **(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)**

Art. 48. O vencimento, a remuneração e o provento não serão objeto de arresto, seqüestro ou penhora, exceto nos casos de prestação de alimentos resultante de decisão judicial.

**CAPÍTULO II**

**DAS VANTAGENS**

Art. 49. Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens:

I - indenizações;

II - gratificações;

III - adicionais.

§ 1o As indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.

§ 2o As gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento ou provento, nos casos e condições indicados em lei.

Art. 50. As vantagens pecuniárias não serão computadas, nem acumuladas, para efeito de concessão de quaisquer outros acréscimos pecuniários ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

**SEÇÃO I**

**DAS INDENIZAÇÕES**

Art. 51. Constituem indenizações ao servidor:

I - ajuda de custo;

II - diárias;

III – transporte;

IV - auxílio-moradia. **(Incluído pela Lei nº 11.355, de 2006)**

Art. 52.  Os valores das indenizações estabelecidas nos incisos I a III do art. 51, assim como as condições para a sua concessão, serão estabelecidos em regulamento.**(Redação dada pela Lei nº 11.355, de 2006)**

**SUBSEÇÃO I**

**DA AJUDA DE CUSTO**

Art. 53. A ajuda de custo destina-se a compensar as despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente, vedado o duplo pagamento de indenização, a qualquer tempo, no caso de o cônjuge ou companheiro que detenha também a condição de servidor, vier a ter exercício na mesma sede.**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 1o Correm por conta da administração as despesas de transporte do servidor e de sua família, compreendendo passagem, bagagem e bens pessoais.

§ 2o À família do servidor que falecer na nova sede são assegurados ajuda de custo e transporte para a localidade de origem, dentro do prazo de 1 (um) ano, contado do óbito.

§ 3º  Não será concedida ajuda de custo nas hipóteses de remoção previstas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 36. **(Incluído pela Medida Provisória nº 632, de 24.12.2013, convertida na Lei nº 12.998, de 2014)**

Art. 54. A ajuda de custo é calculada sobre a remuneração do servidor, conforme se dispuser em regulamento, não podendo exceder a importância correspondente a 3 (três) meses.

Art. 55. Não será concedida ajuda de custo ao servidor que se afastar do cargo, ou reassumi-lo, em virtude de mandato eletivo.

Art. 56. Será concedida ajuda de custo àquele que, não sendo servidor da União, for nomeado para cargo em comissão, com mudança de domicílio.

Parágrafo único. No afastamento previsto no inciso I do art. 93, a ajuda de custo será paga pelo órgão cessionário, quando cabível.

Art. 57. O servidor ficará obrigado a restituir a ajuda de custo quando, injustificadamente, não se apresentar na nova sede no prazo de 30 (trinta) dias.

**SUBSEÇÃO II**

**DAS DIÁRIAS**

Art. 58. O servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinária com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme dispuser em regulamento.**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 1o A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede, ou quando a União custear, por meio diverso, as despesas extraordinárias cobertas por diárias.**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 2o Nos casos em que o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo, o servidor não fará jus a diárias.

§ 3o Também não fará jus a diárias o servidor que se deslocar dentro da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, constituídas por municípios limítrofes e regularmente instituídas, ou em áreas de controle integrado mantidas com países limítrofes, cuja jurisdição e competência dos órgãos, entidades e servidores brasileiros considera-se estendida, salvo se houver pernoite fora da sede, hipóteses em que as diárias pagas serão sempre as fixadas para os afastamentos dentro do território nacional.**(Incluído dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

Art. 59. O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 5 (cinco) dias.

Parágrafo único. Na hipótese de o servidor retornar à sede em prazo menor do que o previsto para o seu afastamento, restituirá as diárias recebidas em excesso, no prazo previsto no **caput**.

**SUBSEÇÃO III**

**DA INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE**

Art. 60. Conceder-se-á indenização de transporte ao servidor que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo, conforme se dispuser em regulamento.

**SUBSEÇÃO IV**

**(Incluída pela Lei nº 11.355, de 2006)**

**DO AUXÍLIO-MORADIA**

Art. 60-A. O auxílio-moradia consiste no ressarcimento das despesas comprovadamente realizadas pelo servidor com aluguel de moradia ou com meio de hospedagem administrado por empresa hoteleira, no prazo de um mês após a comprovação da despesa pelo servidor. **(Incluído pela Lei nº 11.355, de 2006)**

Art. 60-B. Conceder-se-á auxílio-moradia ao servidor se atendidos os seguintes requisitos: **(Incluído pela Lei nº 11.355, de 2006)**

I - não exista imóvel funcional disponível para uso pelo servidor; **(Incluído pela Lei nº 11.355, de 2006)**

II - o cônjuge ou companheiro do servidor não ocupe imóvel funcional; **(Incluído pela Lei nº 11.355, de 2006)**

III - o servidor ou seu cônjuge ou companheiro não seja ou tenha sido proprietário, promitente comprador, cessionário ou promitente cessionário de imóvel no Município aonde for exercer o cargo, incluída a hipótese de lote edificado sem averbação de construção, nos doze meses que antecederem a sua nomeação; **(Incluído pela Lei nº 11.355, de 2006)**

IV - nenhuma outra pessoa que resida com o servidor receba auxílio-moradia; **(Incluído pela Lei nº 11.355, de 2006)**

V - o servidor tenha se mudado do local de residência para ocupar cargo em comissão ou função de confiança do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 4, 5 e 6, de Natureza Especial, de Ministro de Estado ou equivalentes; **(Incluído pela Lei nº 11.355, de 2006)**

VI - o Município no qual assuma o cargo em comissão ou função de confiança não se enquadre nas hipóteses do art. 58, § 3o, em relação ao local de residência ou domicílio do servidor; **(Incluído pela Lei nº 11.355, de 2006)**

VII - o servidor não tenha sido domiciliado ou tenha residido no Município, nos últimos doze meses, aonde for exercer o cargo em comissão ou função de confiança, desconsiderando-se prazo inferior a sessenta dias dentro desse período; e **(Incluído pela Lei nº 11.355, de 2006)**

VIII - o deslocamento não tenha sido por força de alteração de lotação ou nomeação para cargo efetivo. **(Incluído pela Lei nº 11.355, de 2006)**

IX - o deslocamento tenha ocorrido após 30 de junho de 2006. (NR) **(Incluído pela Lei nº 11.490, de 20.6.2007)**

Parágrafo único.  Para fins do inciso VII, não será considerado o prazo no qual o servidor estava ocupando outro cargo em comissão relacionado no inciso V. **(Incluído pela Lei nº 11.355, de 2006)**

Art. 60-C. **(Revogado pela Medida provisória nº 632, de 24.12.2013, convertida na Lei nº 12.998, de 18.6.2014)**

Art. 60-D.  O valor mensal do auxílio-moradia é limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do cargo em comissão, função comissionada ou cargo de Ministro de Estado ocupado. **(Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008)**

§ 1o O valor do auxílio-moradia não poderá superar 25% (vinte e cinco por cento) da remuneração de Ministro de Estado. **(Incluído pela Lei nº 11.784, de 2008)**

§ 2o  Independentemente do valor do cargo em comissão ou função comissionada, fica garantido a todos os que preencherem os requisitos o ressarcimento até o valor de R$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais). (NR)  **(Redação dada pelo art. 172 da Medida provisória nº 431, de 14.5.2008, convertida na Lei nº 11.784, de 22.9.2008)**

§ 3º **(Incluído pelaMedida Provisória nº 805, de 2017, não convertida em lei, cuja vigência foi encerrada pelo Ato nº 19, de 2018, do Congresso Nacional)**

§ 4º **(Incluído pelaMedida Provisória nº 805, de 2017, não convertida em lei, cuja vigência foi encerrada pelo Ato nº 19, de 2018, do Congresso Nacional)**

Art. 60-E. No caso de falecimento, exoneração, colocação de imóvel funcional à disposição do servidor ou aquisição de imóvel, o auxílio-moradia continuará sendo pago por um mês.**(Incluído pela Lei nº 11.355, de 2006)**

**SEÇÃO II**

**DAS GRATIFICAÇÕES E ADICIONAIS**

Art. 61. Além do vencimento e das vantagens previstas nesta Lei, serão deferidos aos servidores as seguintes retribuições, gratificações e adicionais:**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

I - retribuição pelo exercício de função de direção, chefia e assessoramento;**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

II - gratificação natalina;

III -**(Revogado pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)**

IV - adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas;

V - adicional pela prestação de serviço extraordinário;

VI - adicional noturno;

VII - adicional de férias;

VIII - outros, relativos ao local ou à natureza do trabalho.

IX - gratificação por encargo de curso ou concurso. (NR) **(Incluído pela Lei nº 11.314, de 3.7.2006)**

**SUBSEÇÃO I**

**DA RETRIBUIÇÃO PELO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE DIREÇÃO, CHEFIA E ASSESSORAMENTO**

**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

Art. 62. Ao servidor ocupante de cargo efetivo investido em função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de Natureza Especial é devida retribuição pelo seu exercício.**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

Parágrafo único. Lei específica estabelecerá a remuneração dos cargos em comissão de que trata o inciso II do art. 9o.**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

Art. 62-A. Fica transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI a incorporação da retribuição pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de Natureza Especial a que se referem os arts. 3o e 10 da Lei no 8.911, de 11 de julho de 1994, e o art. 3o da Lei no 9.624, de 2 de abril de 1998. **(Incluído pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)**

Parágrafo único. A VPNI de que trata o **caput** deste artigo somente estará sujeita às revisões gerais de remuneração dos servidores públicos federais. **(Incluído pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)**

**SEÇÃO II**

**DA GRATIFICAÇÃO NATALINA**

Art. 63. A gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.

Parágrafo único. A fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral.

Art. 64. A gratificação será paga até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano.

Parágrafo único.**(VETADO).**

Art. 65. O servidor exonerado perceberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de exercício, calculada sobre a remuneração do mês da exoneração.

Art. 66. A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

**SUBSEÇÃO III**

**DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO**

**Art. 67 e seu parágrafo único(Revogados pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)**

**SUBSEÇÃO IV**

**DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE,**

**PERICULOSIDADE OU ATIVIDADES PENOSAS**

Art. 68.  Os servidores que trabalhem com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo.**(Este artigo havia sido alterado pela Medida Provisória nº 568, de 11.5.2012, mas a Lei de conversão nº 12.702, de 2012, não acolheu dita alteração)**

§ 1o O servidor que fizer jus aos adicionais de insalubridade e de periculosidade deverá optar por um deles.

§ 2o O direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade cessa com a eliminação das condições ou dos riscos que deram causa a sua concessão.

Art. 69. Haverá permanente controle da atividade de servidores em operações ou locais considerados penosos, insalubres ou perigosos.

Parágrafo único. A servidora gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, das operações e locais previstos neste artigo, exercendo suas atividades em local salubre e em serviço não penoso e não perigoso.

Art. 70. Na concessão dos adicionais de atividades penosas, de insalubridade e de periculosidade, serão observadas as situações estabelecidas em legislação específica.

Art. 71. O adicional de atividade penosa será devido aos servidores em exercício em zonas de fronteira ou em localidades cujas condições de vida o justifiquem, nos termos, condições e limites fixados em regulamento.

Art. 72. Os locais de trabalho e os servidores que operam com Raios X ou substâncias radioativas serão mantidos sob controle permanente, de modo que as doses de radiação ionizante não ultrapassem o nível máximo previsto na legislação própria.

Parágrafo único. Os servidores a que se refere este artigo serão submetidos a exames médicos a cada 6 (seis) meses.

**SUBSEÇÃO V**

**DO ADICIONAL POR SERVIÇO**

**EXTRAORDINÁRIO**

Art. 73. O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 50% (cinqüenta por cento) em relação à hora normal de trabalho.

Art. 74. Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite máximo de 2 (duas) horas por jornada.

**SUBSEÇÃO VI**

**DO ADICIONAL NOTURNO**

Art. 75. O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), computando-se cada hora como cinqüenta e dois minutos e trinta segundos.

Parágrafo único. Em se tratando de serviço extraordinário, o acréscimo de que trata este artigo incidirá sobre a remuneração prevista no art. 73.

**SUBSEÇÃO VII**

**DO ADICIONAL DE FÉRIAS**

Art. 76. Independentemente de solicitação, será pago ao servidor, por ocasião das férias, um adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração do período das férias.

Parágrafo único. No caso de o servidor exercer função de direção, chefia ou assessoramento, ou ocupar cargo em comissão, a respectiva vantagem será considerada no cálculo do adicional de que trata este artigo.

**SUBSEÇÃO VIII**

**(Incluída pela Lei nº 11.314, de 3.7.2006)**

**DA GRATIFICAÇÃO POR ENCARGO DE CURSO OU CONCURSO**

Art. 76-A.  A Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso é devida ao servidor que, em caráter eventual:[[426]](#footnote-427)

I - atuar como instrutor em curso de formação, de desenvolvimento ou de treinamento regularmente instituído no âmbito da administração pública federal;

II - participar de banca examinadora ou de comissão para exames orais, para análise curricular, para correção de provas discursivas, para elaboração de questões de provas ou para julgamento de recursos intentados por candidatos;

III - participar da logística de preparação e de realização de concurso público envolvendo atividades de planejamento, coordenação, supervisão, execução e avaliação de resultado, quando tais atividades não estiverem incluídas entre as suas atribuições permanentes;

IV - participar da aplicação, fiscalizar ou avaliar provas de exame vestibular ou de concurso público ou supervisionar essas atividades.

§ 1o  Os critérios de concessão e os limites da gratificação de que trata este artigo serão fixados em regulamento, observados os seguintes parâmetros:

I - o valor da gratificação será calculado em horas, observadas a natureza e a complexidade da atividade exercida;

II - a retribuição não poderá ser superior ao equivalente a 120 (cento e vinte) horas de trabalho anuais, ressalvada situação de excepcionalidade, devidamente justificada e previamente aprovada pela autoridade máxima do órgão ou entidade, que poderá autorizar o acréscimo de até 120 (cento e vinte) horas de trabalho anuais;

III - o valor máximo da hora trabalhada corresponderá aos seguintes percentuais, incidentes sobre o maior vencimento básico da administração pública federal:

a) 2,2% (dois inteiros e dois décimos por cento), em se tratando de atividades previstas nos incisos I e II do caput deste artigo;**(Redação dada pela Medida Provisória nº 359, de 16.3.2007, convertida na Lei nº 11.501, de 11.7.2007)**

b) 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento), em se tratando de atividade prevista nos incisos III e IV do caput deste artigo.**(Redação dada pela Medida Provisória nº 359, de 16.3.2007, convertida na Lei nº 11.501, de 11.7.2007)**

§ 2o  A Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso somente será paga se as atividades referidas nos incisos do caput deste artigo forem exercidas sem prejuízo das atribuições do cargo de que o servidor for titular, devendo ser objeto de compensação de carga horária quando desempenhadas durante a jornada de trabalho, na forma do § 4o do art. 98 desta Lei.

§ 3o  A Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso não se incorpora ao vencimento ou salário do servidor para qualquer efeito e não poderá ser utilizada como base de cálculo para quaisquer outras vantagens, inclusive para fins de cálculo dos proventos da aposentadoria e das pensões. **(Subseção incluída pela Lei nº 11.314, de 3.7.2006)**

**CAPÍTULO III**

**DAS FÉRIAS**

Art. 77. O servidor fará jus a trinta dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de dois períodos, no caso de necessidade do serviço, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica. **(Redação dada pela Lei nº 9.525, de 2.12.97)**[[427]](#footnote-428)

§ 1o Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.

§ 2o É vedado levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.

§ 3o As férias poderão ser parceladas em até três etapas, desde que assim requeridas pelo servidor, e no interesse da administração pública.**(Incluído pela Lei nº 9.525, de 2.12.97)**

Art. 78. O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período, observando-se o disposto no § 1o deste artigo.

§ 1o**(Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 2o**(Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 3o O servidor exonerado do cargo efetivo, ou em comissão, perceberá indenização relativa ao período das férias a que tiver direito e ao incompleto, na proporção de um doze avos por mês de efetivo exercício, ou fração superior a quatorze dias. **(Parágrafo incluído pela Lei nº 8.216, de 13.8.91)**

§ 4o A indenização será calculada com base na remuneração do mês em que for publicado o ato exoneratório.**(Incluído pela Lei nº 8.216, de 13.8.91)**

§ 5o Em caso de parcelamento, o servidor receberá o valor adicional previsto no inciso XVII do art. 7o da Constituição Federal quando da utilização do primeiro período.**(Incluído pela Lei nº 9.525, de 2.12.97)**

Art. 79. O servidor que opera direta e permanentemente com Raios X ou substâncias radioativas gozará 20 (vinte) dias consecutivos de férias, por semestre de atividade profissional, proibida em qualquer hipótese a acumulação.

**Parágrafo único. (Revogado pela Lei** **nº 9.527, de 10.12.97)**

Art. 80. As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral, ou por necessidade do serviço declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade.**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

Parágrafo único. O restante do período interrompido será gozado de uma só vez, observado o disposto no art. 77.**(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

**CAPÍTULO IV**

**DAS LICENÇAS**

**SEÇÃO I**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 81. Conceder-se-á ao servidor licença:

I - por motivo de doença em pessoa da família;

II - por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro;

III - para o serviço militar;

IV - para atividade política;

V - para capacitação; **(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

VI - para tratar de interesses particulares;

VII - para desempenho de mandato classista.

§ 1o  A licença prevista no inciso I do caput deste artigo bem como cada uma de suas prorrogações serão precedidas de exame por perícia médica oficial, observado o disposto no art. 204 desta Lei. (NR) **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

**§ 2o (Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 3o É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período da licença prevista no inciso I deste artigo.

Art. 82. A licença concedida dentro de 60 (sessenta) dias do término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação.

**SEÇÃO II**

**DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA**

Art. 83.  Poderá ser concedida licença ao servidor por motivo de doença do cônjuge ou companheiro, dos pais, dos filhos, do padrasto ou madrasta e enteado, ou dependente que viva a suas expensas e conste do seu assentamento funcional, mediante comprovação por perícia médica oficial. (NR) **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 1o A licença somente será deferida se a assistência direta do servidor for indispensável e não puder ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, na forma do disposto no inciso II do art. 44.**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 2o  A licença de que trata o caput, incluídas as prorrogações, poderá ser concedida a cada período de doze meses nas seguintes condições: **(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

I - por até 60 (sessenta) dias, consecutivos ou não, mantida a remuneração do servidor; e **(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

II - por até 90 (noventa) dias, consecutivos ou não, sem remuneração.  **(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

§ 3o  O início do interstício de 12 (doze) meses será contado a partir da data do deferimento da primeira licença concedida. **(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**[[428]](#footnote-429)

§ 4o  A soma das licenças remuneradas e das licenças não remuneradas, incluídas as respectivas prorrogações, concedidas em um mesmo período de 12 (doze) meses, observado o disposto no § 3o, não poderá ultrapassar os limites estabelecidos nos incisos I e II do § 2o. (NR) **(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

**SEÇÃO III**

**DA LICENÇA POR MOTIVO DE AFASTAMENTO DO CÔNJUGE**

Art. 84. Poderá ser concedida licença ao servidor para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo.

§ 1o A licença será por prazo indeterminado e sem remuneração.

§ 2o No deslocamento de servidor cujo cônjuge ou companheiro também seja servidor público, civil ou militar, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, poderá haver exercício provisório em órgão ou entidade da Administração Federal direta, autárquica ou fundacional, desde que para o exercício de atividade compatível com o seu cargo.**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

**SEÇÃO IV**

**DA LICENÇA PARA O SERVIÇO MILITAR**

Art. 85. Ao servidor convocado para o serviço militar será concedida licença, na forma e condições previstas na legislação específica.

Parágrafo único. Concluído o serviço militar, o servidor terá até 30 (trinta) dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo.

**SEÇÃO V**

**DA LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA**

Art. 86. O servidor terá direito a licença, sem remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

§ 1o O servidor candidato a cargo eletivo na localidade onde desempenha suas funções e que exerça cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização, dele será afastado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o décimo dia seguinte ao do pleito. **(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 2o A partir do registro da candidatura e até o décimo dia seguinte ao da eleição, o servidor fará jus à licença, assegurados os vencimentos do cargo efetivo, somente pelo período de três meses.**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

**SEÇÃO VI**

**DA LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO**

**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

Art. 87. Após cada qüinqüênio de efetivo exercício, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional.**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)** [[429]](#footnote-430)

Parágrafo único. Os períodos de licença de que trata o **caput** não são acumuláveis.**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

Art. 88.**(Revogado pela Lei** **nº 9.527, de 10.12.97)**

Art. 89.**(Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

Art. 90.**(VETADO).**

**SEÇÃO VII**

**DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES**

Art. 91. A critério da Administração, poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração.**(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)**

Parágrafo único. A licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.**(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)**

**SEÇÃO VIII**

**DA LICENÇA PARA O DESEMPENHO DE MANDATO CLASSISTA**

Art. 92. É assegurado ao servidor o direito à licença sem remuneração para o desempenho de mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional, sindicato representativo da categoria ou entidade fiscalizadora da profissão ou, ainda, para participar de gerência ou administração em sociedade cooperativa constituída por servidores públicos para prestar serviços a seus membros, observado o disposto na alínea c do inciso VIII do art. 102 desta Lei, conforme disposto em regulamento e observados os seguintes limites: (NR) **(Redação dada pela Lei nº 11.094, de 2005)[[430]](#footnote-431)**

I - para entidades com até 5.000 (cinco mil) associados, 2 (dois) servidores; **(Redação dada pela Lei nº 12.998, de 2014)**

II - para entidades com 5.001 (cinco mil e um) a 30.000 (trinta mil) associados, 4 (quatro) servidores; **(Redação dada pela Lei nº 12.998, de 2014)**

III - para entidades com mais de 30.000 (trinta mil) associados, 8 (oito) servidores. **(Redação dada pela Lei nº 12.998, de 2014)**

§ 1o  Somente poderão ser licenciados os servidores eleitos para cargos de direção ou de representação nas referidas entidades, desde que cadastradas no órgão competente. **(Redação dada pela Lei nº 12.998, de 2014)**

§ 2o  A licença terá duração igual à do mandato, podendo ser renovada, no caso de reeleição. **(Redação dada pela Lei nº 12.998, de 2014)**

§ 2o  (VETADO) **(V. Lei nº 11.501, de 11.7.2007)**

**CAPÍTULO V**

**DOS AFASTAMENTOS**

**SEÇÃO I**

**DO AFASTAMENTO PARA SERVIR A OUTRO ÓRGÃO OU ENTIDADE**

Art. 93. O servidor poderá ser cedido para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, ou do Distrito Federal e dos Municípios, nas seguintes hipóteses: **(Redação dada pela Lei nº 8.270, de 17.12.91) (Regulamentado pelo Decreto n° 9.144, de 22.8.2017)[[431]](#footnote-432)**

I - para exercício de cargo em comissão ou função de confiança; **(Redação dada pela Lei nº 8.270, de 17.12.91**) [[432]](#footnote-433)

II - em casos previstos em leis específicas. **(Redação dada pela Lei nº 8.270, de 17.12.91. Ver o art. 16-B da Lei nº 11.356, de 19.10.2006, incluído pelo art. 169 da Lei nº 11.784, de 22.9.2008 – conversão da Medida Provisória nº 431, de 14.5.2008)**[[433]](#footnote-434)

§ 1o Na hipótese do inciso I, sendo a cessão para órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, o ônus da remuneração será do órgão ou entidade cessionária, mantido o ônus para o cedente nos demais casos. **(Redação dada pela Lei nº 8.270, de 17.12.91)**

§ 2º  Na hipótese de o servidor cedido a empresa pública ou sociedade de economia mista, nos termos das respectivas normas, optar pela remuneração do cargo efetivo ou pela remuneração do cargo efetivo acrescida de percentual da retribuição do cargo em comissão, a entidade cessionária efetuará o reembolso das despesas realizadas pelo órgão ou entidade de origem. **(Redação dada pela Lei nº 11.355, de 2006)**

§ 3o A cessão far-se-á mediante Portaria publicada no Diário Oficial da União.**(Redação dada pela Lei nº 8.270, de 17.12.91)**

§ 4o Mediante autorização expressa do Presidente da República, o servidor do Poder Executivo poderá ter exercício em outro órgão da Administração Federal direta que não tenha quadro próprio de pessoal, para fim determinado e a prazo certo. **(Incluído pela Lei nº 8.270, de 17.12.91)**

§ 5~~º~~ Aplica-se à União, em se tratando de empregado ou servidor por ela requisitado, as disposições dos §§ 1~~º~~ e 2~~º~~ deste artigo. **(Redação dada pela Lei nº 10.470, de 25.6.2002)**

§ 6~~º~~ As cessões de empregados de empresa pública ou de sociedade de economia mista, que receba recursos de Tesouro Nacional para o custeio total ou parcial da sua folha de pagamento de pessoal, independem das disposições contidas nos incisos I e II e §§ 1~~º~~ e 2~~º~~ deste artigo, ficando o exercício do empregado cedido condicionado a autorização específica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, exceto nos casos de ocupação de cargo em comissão ou função gratificada***.* (Incluído pela Lei nº 10.470, de 25.6.2002)**

§ 7~~°~~ O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com a finalidade de promover a composição da força de trabalho dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, poderá determinar a lotação ou o exercício de empregado ou servidor, independentemente da observância do constante no inciso I e nos §§ 1~~º~~ e 2~~º~~ deste artigo. **(Incluído pela Lei nº 10.470, d****e 25.6.2002)**[[434]](#footnote-435)[[435]](#footnote-436)

**SEÇÃO II**

**DO AFASTAMENTO PARA EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO**

Art. 94. Ao servidor investido em mandato eletivo aplicam-se as seguintes disposições:

I - tratando-se de mandato federal, estadual ou distrital, ficará afastado do cargo;

II - investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;

III - investido no mandato de vereador:

a) havendo compatibilidade de horário, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;

b) não havendo compatibilidade de horário, será afastado do cargo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.

§ 1o No caso de afastamento do cargo, o servidor contribuirá para a seguridade social como se em exercício estivesse.

§ 2o O servidor investido em mandato eletivo ou classista não poderá ser removido ou redistribuído de ofício para localidade diversa daquela onde exerce o mandato.

**SEÇÃO III**

**DO AFASTAMENTO PARA ESTUDO OU MISSÃO NO EXTERIOR**

Art. 95. O servidor não poderá ausentar-se do País para estudo ou missão oficial, sem autorização do Presidente da República, Presidente dos Órgãos do Poder Legislativo e Presidente do Supremo Tribunal Federal. [[436]](#footnote-437)

§ 1o A ausência não excederá a 4 (quatro) anos, e finda a missão ou estudo, somente decorrido igual período, será permitida nova ausência.

§ 2o Ao servidor beneficiado pelo disposto neste artigo não será concedida exoneração ou licença para tratar de interesse particular antes de decorrido período igual ao do afastamento, ressalvada a hipótese de ressarcimento da despesa havida com seu afastamento.

§ 3o O disposto neste artigo não se aplica aos servidores da carreira diplomática.

§ 4o As hipóteses, condições e formas para a autorização de que trata este artigo, inclusive no que se refere à remuneração do servidor, serão disciplinadas em regulamento.**(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

Art. 96. O afastamento de servidor para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere dar-se-á com perda total da remuneração. [[437]](#footnote-438)

**SEÇÃO IV**

**DO AFASTAMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* NO PAÍS**

**(Seção incluída pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

Art. 96-A.  O servidor poderá, no interesse da Administração, e desde que a participação não possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, para participar em programa de pós-graduação *stricto sensu*em instituição de ensino superior no País.[[438]](#footnote-439)

§ 1o  Ato do dirigente máximo do órgão ou entidade definirá, em conformidade com a legislação vigente, os programas de capacitação e os critérios para participação em programas de pós-graduação no País, com ou sem afastamento do servidor, que serão avaliados por um comitê constituído para este fim.

§ 2o  Os afastamentos para realização de programas de mestrado e doutorado somente serão concedidos aos servidores titulares de cargos efetivos no respectivo órgão ou entidade há pelo menos 3 (três) anos para mestrado e 4 (quatro) anos para doutorado, incluído o período de estágio probatório, que não tenham se afastado por licença para tratar de assuntos particulares para gozo de licença capacitação ou com fundamento neste artigo nos 2 (dois) anos anteriores à data da solicitação de afastamento.

§ 3o  Os afastamentos para realização de programas de pós-doutorado somente serão concedidos aos servidores titulares de cargos efetivo no respectivo órgão ou entidade há pelo menos quatro anos, incluído o período de estágio probatório, e que não tenham se afastado por licença para tratar de assuntos particulares ou com fundamento neste artigo, nos quatro anos anteriores à data da solicitação de afastamento. **(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

§ 4o  Os servidores beneficiados pelos afastamentos previstos nos §§ 1o, 2o e 3o deste artigo terão que permanecer no exercício de suas funções após o seu retorno por um período igual ao do afastamento concedido.

§ 5o  Caso o servidor venha a solicitar exoneração do cargo ou aposentadoria, antes de cumprido o período de permanência previsto no § 4o deste artigo, deverá ressarcir o órgão ou entidade, na forma do art. 47 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, dos gastos com seu aperfeiçoamento.

§ 6o  Caso o servidor não obtenha o título ou grau que justificou seu afastamento no período previsto, aplica-se o disposto no § 5o deste artigo, salvo na hipótese comprovada de força maior ou de caso fortuito, a critério do dirigente máximo do órgão ou entidade.

§ 7o  Aplica-se à participação em programa de pós-graduação no Exterior, autorizado nos termos do art. 95 desta Lei, o disposto nos §§ 1o a 6o deste artigo.

**CAPÍTULO VI**

**DAS CONCESSÕES**

Art. 97. Sem qualquer prejuízo, poderá o servidor ausentar-se do serviço:

I - por 1 (um) dia, para doação de sangue;

II - pelo período comprovadamente necessário para alistamento ou recadastramento eleitoral, limitado, em qualquer caso, a 2 (dois) dias**; (Redação dada pela Lei nº 12.998, de 2014)**

III - por 8 (oito) dias consecutivos em razão de:

a) casamento;

b) falecimento do cônjuge, companheiro, pais, madrasta ou padrasto, filhos, enteados, menor sob guarda ou tutela e irmãos.

Art. 98. Será concedido horário especial ao servidor estudante, quando comprovada a incompatibilidade entre o horário escolar e o da repartição, sem prejuízo do exercício do cargo.

§ 1o Para efeito do disposto neste artigo, será exigida a compensação de horário no órgão ou entidade que tiver exercício, respeitada a duração semanal do trabalho. **(Renumerado e alterado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 2o Também será concedido horário especial ao servidor portador de deficiência, quando comprovada a necessidade por junta médica oficial, independentemente de compensação de horário.**(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 3o  As disposições constantes do § 2o são extensivas ao servidor que tenha cônjuge, filho ou dependente com deficiência. **(Redação dada pela Lei nº 13.370, de 2016)**

§ 4o  Será igualmente concedido horário especial, vinculado à compensação de horário a ser efetivada no prazo de até 1 (um) ano, ao servidor que desempenhe atividade prevista nos incisos I e II do caput do art. 76-A desta Lei. (NR)) **(Redação dada pela Medida Provisória nº 359, de 16.3.2007, convertida na Lei nº 11.501, de 11.7.2007)**

Art. 99. Ao servidor estudante que mudar de sede no interesse da administração é assegurada, na localidade da nova residência ou na mais próxima, matrícula em instituição de ensino congênere, em qualquer época, independentemente de vaga.

Parágrafo único. O disposto neste artigo estende-se ao cônjuge ou companheiro, aos filhos, ou enteados do servidor que vivam na sua companhia, bem como aos menores sob sua guarda, com autorização judicial.

**CAPÍTULO VII**

**DO TEMPO DE SERVIÇO**

Art. 100. É contado para todos os efeitos o tempo de serviço público federal, inclusive o prestado às Forças Armadas.

Art. 101. A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos, considerado o ano como de trezentos e sessenta e cinco dias.

Parágrafo único.**(Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

Art. 102. Além das ausências ao serviço previstas no art. 97, são considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de: [[439]](#footnote-440)

I - férias;

II - exercício de cargo em comissão ou equivalente, em órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, Municípios e Distrito Federal;

III - exercício de cargo ou função de governo ou administração, em qualquer parte do território nacional, por nomeação do Presidente da República;

IV - participação em programa de treinamento regularmente instituído ou em programa de pós-graduação stricto sensu no País, conforme dispuser o regulamento; (NR) **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**[[440]](#footnote-441)

V - desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, exceto para promoção por merecimento;

VI - júri e outros serviços obrigatórios por lei;

VII - missão ou estudo no exterior, quando autorizado o afastamento, conforme dispuser o regulamento;**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97) [[441]](#footnote-442)**

VIII - licença:

a) à gestante, à adotante e à paternidade;

b) para tratamento da própria saúde, até o limite de vinte e quatro meses, cumulativo ao longo do tempo de serviço público prestado à União, em cargo de provimento efetivo;**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

c) para o desempenho de mandato classista ou participação de gerência ou administração em sociedade cooperativa constituída por servidores para prestar serviços a seus membros, exceto para efeito de promoção por merecimento;(NR) **(Redação dada pela Lei nº 11.094, de 2005)**

d) por motivo de acidente em serviço ou doença profissional;

e) para capacitação, conforme dispuser o regulamento;**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

f) por convocação para o serviço militar;

IX - deslocamento para a nova sede de que trata o art. 18;

X - participação em competição desportiva nacional ou convocação para integrar representação desportiva nacional, no País ou no exterior, conforme disposto em lei específica;

XI - afastamento para servir em organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere. **(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**[[442]](#footnote-443)

Art. 103. Contar-se-á apenas para efeito de aposentadoria e disponibilidade:

I - o tempo de serviço público prestado aos Estados, Municípios e Distrito Federal;

II - a licença para tratamento de saúde de pessoal da família do servidor, com remuneração, que exceder a 30 (trinta) dias em período de 12 (doze) meses.**(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009)**

III - a licença para atividade política, no caso do art. 86, § 2o;

IV - o tempo correspondente ao desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou distrital, anterior ao ingresso no serviço público federal;

V - o tempo de serviço em atividade privada, vinculada à Previdência Social;

VI - o tempo de serviço relativo a tiro de guerra;

VII - o tempo de licença para tratamento da própria saúde que exceder o prazo a que se refere a alínea "b" do inciso VIII do art. 102.**(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 1o O tempo em que o servidor esteve aposentado será contado apenas para nova aposentadoria.

§ 2o Será contado em dobro o tempo de serviço prestado às Forças Armadas em operações de guerra.

§ 3o É vedada a contagem cumulativa de tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo ou função de órgão ou entidades dos Poderes da União, Estado, Distrito Federal e Município, autarquia, fundação pública, sociedade de economia mista e empresa pública.

**CAPÍTULO VIII**

**DO DIREITO DE PETIÇÃO**

Art. 104. É assegurado ao servidor o direito de requerer aos Poderes Públicos, em defesa de direito ou interesse legítimo.

Art. 105. O requerimento será dirigido à autoridade competente para decidi-lo e encaminhado por intermédio daquela a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 106. Cabe pedido de reconsideração à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a primeira decisão, não podendo ser renovado.

Parágrafo único. O requerimento e o pedido de reconsideração de que tratam os artigos anteriores deverão ser despachados no prazo de 5 (cinco) dias e decididos dentro de 30 (trinta) dias.

Art. 107. Caberá recurso:

I - do indeferimento do pedido de reconsideração;

II - das decisões sobre os recursos sucessivamente interpostos.

§ 1o O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão, e, sucessivamente, em escala ascendente, às demais autoridades.

§ 2o O recurso será encaminhado por intermédio da autoridade a que estiver imediatamente subordinado o requerente.

Art. 108. O prazo para interposição de pedido de reconsideração ou de recurso é de 30 (trinta) dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão recorrida.

Art. 109. O recurso poderá ser recebido com efeito suspensivo, a juízo da autoridade competente.

Parágrafo único. Em caso de provimento do pedido de reconsideração ou do recurso, os efeitos da decisão retroagirão à data do ato impugnado.

Art. 110. O direito de requerer prescreve:

I - em 5 (cinco) anos, quanto aos atos de demissão e de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações de trabalho;

II - em 120 (cento e vinte) dias, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.

Parágrafo único. O prazo de prescrição será contado da data da publicação do ato impugnado ou da data da ciência pelo interessado, quando o ato não for publicado.

Art. 111. O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição.

Art. 112. A prescrição é de ordem pública, não podendo ser relevada pela administração.

Art. 113. Para o exercício do direito de petição, é assegurada vista do processo ou documento, na repartição, ao servidor ou a procurador por ele constituído.

Art. 114. A administração deverá rever seus atos, a qualquer tempo, quando eivados de ilegalidade.

Art. 115. São fatais e improrrogáveis os prazos estabelecidos neste Capítulo, salvo motivo de força maior.

**TÍTULO IV**

**DO REGIME DISCIPLINAR**

**CAPÍTULO I**

**DOS DEVERES**

Art. 116. São deveres do servidor:

I - exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo;

II - ser leal às instituições a que servir;

III - observar as normas legais e regulamentares;

IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

V - atender com presteza:

a) ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;

b) à expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situações de interesse pessoal;

c) às requisições para a defesa da Fazenda Pública.

VI - levar as irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ao conhecimento da autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, ao conhecimento de outra autoridade competente para apuração; **(Redação dada pela Lei nº 12.527, de 2011)**

VII - zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

VIII - guardar sigilo sobre assunto da repartição;

IX - manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

X - ser assíduo e pontual ao serviço;

XI - tratar com urbanidade as pessoas;

XII - representar contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder.

Parágrafo único. A representação de que trata o inciso XII será encaminhada pela via hierárquica e apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada, assegurando-se ao representando ampla defesa.

**CAPÍTULO II**

**DAS PROIBIÇÕES**

Art. 117. Ao servidor é proibido:

I - ausentar-se do serviço durante o expediente, sem prévia autorização do chefe imediato;

II - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

III - recusar fé a documentos públicos;

IV - opor resistência injustificada ao andamento de documento e processo ou execução de serviço;

V - promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;

VI - cometer a pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;

VII - coagir ou aliciar subordinados no sentido de filiarem-se a associação profissional ou sindical, ou a partido político;

VIII - manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil;

IX - valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;

X - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não personificada, exercer o comércio, exceto na qualidade de acionista, cotista ou comanditário; **(Redação dada pelo art. 172 da Medida provisória nº 431, de 14.5.2008, convertida na Lei nº 11.784, de 22.9.2008)**

XI - atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro;

XII - receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

XIII - aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro;

XIV - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XV - proceder de forma desidiosa;

XVI - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividades particulares;

XVII - cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situações de emergência e transitórias;

XVIII - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho;

XIX - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado.**(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

Parágrafo único.  A vedação de que trata o inciso X do caputdeste artigo não se aplica nos seguintes casos: **(Redação dada pelo art. 172 Lei nº 11.784, de 22.9.2008)**

I - participação nos conselhos de administração e fiscal de empresas ou entidades em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social ou em sociedade cooperativa constituída para prestar serviços a seus membros; e **(Redação dada pelo art. 172 Lei nº 11.784, de 22.9.2008)**

II - gozo de licença para o trato de interesses particulares, na forma do art. 91 desta Lei, observada a legislação sobre conflito de interesses. (NR) **(Redação dada pelo art. 172 Lei nº 11.784, de 22.9.2008)**

**CAPÍTULO III**

**DA ACUMULAÇÃO**

Art. 118. Ressalvados os casos previstos na Constituição, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.

§ 1o A proibição de acumular estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista da União, do Distrito Federal, dos Estados, dos Territórios e dos Municípios.

§ 2o A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários.

§ 3o Considera-se acumulação proibida a percepção de vencimento de cargo ou emprego público efetivo com proventos da inatividade, salvo quando os cargos de que decorram essas remunerações forem acumuláveis na atividade.**(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

Art. 119. O servidor não poderá exercer mais de um cargo em comissão, exceto no caso previsto no parágrafo único do art. 9o, nem ser remunerado pela participação em órgão de deliberação coletiva.**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica à remuneração devida pela participação em conselhos de administração e fiscal das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas, bem como quaisquer empresas ou entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha participação no capital social, observado o que, a respeito, dispuser legislação específica **(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001)**

Art. 120. O servidor vinculado ao regime desta Lei, que acumular licitamente dois cargos efetivos, quando investido em cargo de provimento em comissão, ficará afastado de ambos os cargos efetivos, salvo na hipótese em que houver compatibilidade de horário e local com o exercício de um deles, declarada pelas autoridades máximas dos órgãos ou entidades envolvidos.**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

**CAPÍTULO IV**

**DAS RESPONSABILIDADES**

Art. 121. O servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 122. A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.

§ 1o A indenização de prejuízo dolosamente causado ao erário somente será liquidada na forma prevista no art. 46, na falta de outros bens que assegurem a execução do débito pela via judicial.

§ 2o Tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.

§ 3o A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.

Art. 123. A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.

Art. 124. A responsabilidade civil-administrativa resulta de ato omissivo ou comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.

Art. 125. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

Art. 126. A responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.

Art. 126-A. Nenhum servidor poderá ser responsabilizado civil, penal ou administrativamente por dar ciência à autoridade superior ou, quando houver suspeita de envolvimento desta, a outra autoridade competente para apuração de informação concernente à prática de crimes ou improbidade de que tenha conhecimento, ainda que em decorrência do exercício de cargo, emprego ou função pública. **(Incluído pela Lei nº 12.527, de 2011)**

**CAPÍTULO V**

**DAS PENALIDADES**

Art. 127. São penalidades disciplinares:

I - advertência;

II - suspensão;

III - demissão;

IV - cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

V - destituição de cargo em comissão;

VI - destituição de função comissionada.

Art. 128. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.

Parágrafo único. O ato de imposição da penalidade mencionará sempre o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar. **(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

Art. 129. A advertência será aplicada por escrito, nos casos de violação de proibição constante do art. 117, incisos I a VIII e XIX, e de inobservância de dever funcional previsto em lei, regulamentação ou norma interna, que não justifique imposição de penalidade mais grave.**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

Art. 130. A suspensão será aplicada em caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder de 90 (noventa) dias.

§ 1o Será punido com suspensão de até 15 (quinze) dias o servidor que, injustificadamente, recusar-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente, cessando os efeitos da penalidade uma vez cumprida a determinação.

§ 2o Quando houver conveniência para o serviço, a penalidade de suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinqüenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração, ficando o servidor obrigado a permanecer em serviço.

Art. 131. As penalidades de advertência e de suspensão terão seus registros cancelados, após o decurso de 3 (três) e 5 (cinco) anos de efetivo exercício, respectivamente, se o servidor não houver, nesse período, praticado nova infração disciplinar.

Parágrafo único. O cancelamento da penalidade não surtirá efeitos retroativos.

Art. 132. A demissão será aplicada nos seguintes casos:

I - crime contra a administração pública;

II - abandono de cargo;

III - inassiduidade habitual;

IV - improbidade administrativa;

V - incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição;

VI - insubordinação grave em serviço;

VII - ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

VIII - aplicação irregular de dinheiros públicos;

IX - revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo;

X - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional;

XI - corrupção;

XII - acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

XIII - transgressão dos incisos IX a XVI do art. 117.

Art. 133. Detectada a qualquer tempo a acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, a autoridade a que se refere o art. 143 notificará o servidor, por intermédio de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência e, na hipótese de omissão, adotará procedimento sumário para a sua apuração e regularização imediata, cujo processo administrativo disciplinar se desenvolverá nas seguintes fases:**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão, a ser composta por dois servidores estáveis, e simultaneamente indicar a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração;**(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

II - instrução sumária, que compreende indiciação, defesa e relatório;**(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

III - julgamento.**(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 1o A indicação da autoria de que trata o inciso I dar-se-á pelo nome e matrícula do servidor, e a materialidade pela descrição dos cargos, empregos ou funções públicas em situação de acumulação ilegal, dos órgãos ou entidades de vinculação, das datas de ingresso, do horário de trabalho e do correspondente regime jurídico.**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 2o A comissão lavrará, até três dias após a publicação do ato que a constituiu, termo de indiciação em que serão transcritas as informações de que trata o parágrafo anterior, bem como promoverá a citação pessoal do servidor indiciado, ou por intermédio de sua chefia imediata, para, no prazo de cinco dias, apresentar defesa escrita, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição, observado o disposto nos arts. 163 e 164.**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 3o Apresentada a defesa, a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, opinará sobre a licitude da acumulação em exame, indicará o respectivo dispositivo legal e remeterá o processo à autoridade instauradora, para julgamento.**(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 4o No prazo de cinco dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão, aplicando-se, quando for o caso, o disposto no § 3o do art. 167.**(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 5o A opção pelo servidor até o último dia de prazo para defesa configurará sua boa-fé, hipótese em que se converterá automaticamente em pedido de exoneração do outro cargo. **(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 6o Caracterizada a acumulação ilegal e provada a má-fé, aplicar-se-á a pena de demissão, destituição ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade em relação aos cargos, empregos ou funções públicas em regime de acumulação ilegal, hipótese em que os órgãos ou entidades de vinculação serão comunicados.**(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 7o O prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá trinta dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por até quinze dias, quando as circunstâncias o exigirem.**(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 8o O procedimento sumário rege-se pelas disposições deste artigo, observando-se, no que lhe for aplicável, subsidiariamente, as disposições dos Títulos IV e V desta Lei. **(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

Art. 134. Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a demissão.

Art. 135. A destituição de cargo em comissão exercido por não ocupante de cargo efetivo será aplicada nos casos de infração sujeita às penalidades de suspensão e de demissão.

Parágrafo único. Constatada a hipótese de que trata este artigo, a exoneração efetuada nos termos do art. 35 será convertida em destituição de cargo em comissão.

Art. 136. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, nos casos dos incisos IV, VIII, X e XI do art. 132, implica a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível.

Art. 137. A demissão ou a destituição de cargo em comissão, por infringência do art. 117, incisos IX e XI, incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos.

Parágrafo único. Não poderá retornar ao serviço público federal o servidor que for demitido ou destituído do cargo em comissão por infringência do art. 132, incisos I, IV, VIII, X e XI.

Art. 138. Configura abandono de cargo a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de trinta dias consecutivos.

Art. 139. Entende-se por inassiduidade habitual a falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.

Art. 140. Na apuração de abandono de cargo ou inassiduidade habitual, também será adotado o procedimento sumário a que se refere o art. 133, observando-se especialmente que:**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

I - a indicação da materialidade dar-se-á:**(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

a) na hipótese de abandono de cargo, pela indicação precisa do período de ausência intencional do servidor ao serviço superior a trinta dias; **(Incluída pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

b) no caso de inassiduidade habitual, pela indicação dos dias de falta ao serviço sem causa justificada, por período igual ou superior a sessenta dias interpoladamente, durante o período de doze meses;**(Incluída pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

II - após a apresentação da defesa a comissão elaborará relatório conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor, em que resumirá as peças principais dos autos, indicará o respectivo dispositivo legal, opinará, na hipótese de abandono de cargo, sobre a intencionalidade da ausência ao serviço superior a trinta dias e remeterá o processo à autoridade instauradora para julgamento*.* **(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

Art. 141. As penalidades disciplinares serão aplicadas:

I - pelo Presidente da República, pelos Presidentes das Casas do Poder Legislativo e dos Tribunais Federais e pelo Procurador-Geral da República, quando se tratar de demissão e cassação de aposentadoria ou disponibilidade de servidor vinculado ao respectivo Poder, órgão, ou entidade;

II - pelas autoridades administrativas de hierarquia imediatamente inferior àquelas mencionadas no inciso anterior quando se tratar de suspensão superior a 30 (trinta) dias;

III - pelo chefe da repartição e outras autoridades na forma dos respectivos regimentos ou regulamentos, nos casos de advertência ou de suspensão de até 30 (trinta) dias;

IV - pela autoridade que houver feito a nomeação, quando se tratar de destituição de cargo em comissão.

Art. 142. A ação disciplinar prescreverá:

I - em 5 (cinco) anos, quanto às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão;

II - em 2 (dois) anos, quanto à suspensão;

III - em 180 (cento e oitenta) dias, quanto á advertência.

§ 1o O prazo de prescrição começa a correr da data em que o fato se tornou conhecido.

§ 2o Os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.

§ 3o A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição, até a decisão final proferida por autoridade competente.

§ 4o Interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia em que cessar a interrupção.

**TÍTULO V**

**DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 143. A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.

§ 1o **(Revogado pela Lei nº 11.204, de 2005)**

§ 2o **(Revogado pela Lei nº 11.204, de 2005)**

§ 3o A apuração de que trata o **caput**, por solicitação da autoridade a que se refere, poderá ser promovida por autoridade de órgão ou entidade diverso daquele em que tenha ocorrido a irregularidade, mediante competência específica para tal finalidade, delegada em caráter permanente ou temporário pelo Presidente da República, pelos presidentes das Casas do Poder Legislativo e dos Tribunais Federais e pelo Procurador-Geral da República, no âmbito do respectivo Poder, órgão ou entidade, preservadas as competências para o julgamento que se seguir à apuração. **(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

Art. 144. As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.

Parágrafo único. Quando o fato narrado não configurar evidente infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será arquivada, por falta de objeto.

Art. 145. Da sindicância poderá resultar:

I - arquivamento do processo;

II - aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até 30 (trinta) dias;

III - instauração de processo disciplinar.

Parágrafo único. O prazo para conclusão da sindicância não excederá 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.

Art. 146. Sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar a imposição de penalidade de suspensão por mais de 30 (trinta) dias, de demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão, será obrigatória a instauração de processo disciplinar.

**CAPÍTULO II**

**DO AFASTAMENTO PREVENTIVO**

Art. 147. Como medida cautelar e a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo disciplinar poderá determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração.

Parágrafo único. O afastamento poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, ainda que não concluído o processo.

**CAPÍTULO III**

**DO PROCESSO DISCIPLINAR**

Art. 148. O processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.

Art. 149. O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade competente, observado o disposto no § 3o do art. 143, que indicará, dentre eles, o seu presidente, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 1o A Comissão terá como secretário servidor designado pelo seu presidente, podendo a indicação recair em um de seus membros.

§ 2o Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

Art. 150. A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Parágrafo único. As reuniões e as audiências das comissões terão caráter reservado.

Art. 151. O processo disciplinar se desenvolve nas seguintes fases:

I - instauração, com a publicação do ato que constituir a comissão;

II - inquérito administrativo, que compreende instrução, defesa e relatório;

III - julgamento.

Art. 152. O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá 60 (sessenta) dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo, quando as circunstâncias o exigirem.

§ 1o Sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

§ 2o As reuniões da comissão serão registradas em atas que deverão detalhar as deliberações adotadas.

**SEÇÃO I**

**DO INQUÉRITO**

Art. 153. O inquérito administrativo obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 154. Os autos da sindicância integrarão o processo disciplinar, como peça informativa da instrução.

Parágrafo único. Na hipótese de o relatório da sindicância concluir que a infração está capitulada como ilícito penal, a autoridade competente encaminhará cópia dos autos ao Ministério Público, independentemente da imediata instauração do processo disciplinar.

Art. 155. Na fase do inquérito, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.

Art. 156. É assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, arrolar e reinquirir testemunhas, produzir provas e contraprovas e formular quesitos, quando se tratar de prova pericial.

§ 1o O presidente da comissão poderá denegar pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

§ 2o Será indeferido o pedido de prova pericial, quando a comprovação do fato independer de conhecimento especial de perito.

Art. 157. As testemunhas serão intimadas a depor mediante mandado expedido pelo presidente da comissão, devendo a segunda via, com o ciente do interessado, ser anexado aos autos.

Parágrafo único. Se a testemunha for servidor público, a expedição do mandado será imediatamente comunicada ao chefe da repartição onde serve, com a indicação do dia e hora marcados para inquirição.

Art. 158. O depoimento será prestado oralmente e reduzido a termo, não sendo lícito à testemunha trazê-lo por escrito.

§ 1o As testemunhas serão inquiridas separadamente.

§ 2o Na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem, proceder-se-á à acareação entre os depoentes.

Art. 159. Concluída a inquirição das testemunhas, a comissão promoverá o interrogatório do acusado, observados os procedimentos previstos nos arts. 157 e 158.

§ 1o No caso de mais de um acusado, cada um deles será ouvido separadamente, e sempre que divergirem em suas declarações sobre fatos ou circunstâncias, será promovida a acareação entre eles.

§ 2o O procurador do acusado poderá assistir ao interrogatório, bem como à inquirição das testemunhas, sendo-lhe vedado interferir nas perguntas e respostas, facultando-se-lhe, porém, reinquiri-las, por intermédio do presidente da comissão.

Art. 160. Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, a comissão proporá à autoridade competente que ele seja submetido a exame por junta médica oficial, da qual participe pelo menos um médico psiquiatra.

Parágrafo único. O incidente de sanidade mental será processado em auto apartado e apenso ao processo principal, após a expedição do laudo pericial.

Art. 161. Tipificada a infração disciplinar, será formulada a indiciação do servidor, com a especificação dos fatos a ele imputados e das respectivas provas.

§ 1o O indiciado será citado por mandado expedido pelo presidente da comissão para apresentar defesa escrita, no prazo de 10 (dez) dias, assegurando-se-lhe vista do processo na repartição.

§ 2o Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de 20 (vinte) dias.

§ 3o O prazo de defesa poderá ser prorrogado pelo dobro, para diligências reputadas indispensáveis.

§ 4o No caso de recusa do indiciado em apor o ciente na cópia da citação, o prazo para defesa contar-se-á da data declarada, em termo próprio, pelo membro da comissão que fez a citação, com a assinatura de (2) duas testemunhas.

Art. 162. O indiciado que mudar de residência fica obrigado a comunicar à comissão o lugar onde poderá ser encontrado.

Art. 163. Achando-se o indiciado em lugar incerto e não sabido, será citado por edital, publicado no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação na localidade do último domicílio conhecido, para apresentar defesa.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo, o prazo para defesa será de 15 (quinze) dias a partir da última publicação do edital.

Art. 164. Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado, não apresentar defesa no prazo legal.

§ 1o A revelia será declarada, por termo, nos autos do processo e devolverá o prazo para a defesa.

§ 2o Para defender o indiciado revel, a autoridade instauradora do processo designará um servidor como defensor dativo, que deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

Art. 165. Apreciada a defesa, a comissão elaborará relatório minucioso, onde resumirá as peças principais dos autos e mencionará as provas em que se baseou para formar a sua convicção.

§ 1o O relatório será sempre conclusivo quanto à inocência ou à responsabilidade do servidor.

§ 2o Reconhecida a responsabilidade do servidor, a comissão indicará o dispositivo legal ou regulamentar transgredido, bem como as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

Art. 166. O processo disciplinar, com o relatório da comissão, será remetido à autoridade que determinou a sua instauração, para julgamento.

**SEÇÃO II**

**DO JULGAMENTO**

Art. 167. No prazo de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão.

§ 1o Se a penalidade a ser aplicada exceder a alçada da autoridade instauradora do processo, este será encaminhado à autoridade competente, que decidirá em igual prazo.

§ 2o Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave.

§ 3o Se a penalidade prevista for a demissão ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade, o julgamento caberá às autoridades de que trata o inciso I do art. 141.

§ 4o Reconhecida pela comissão a inocência do servidor, a autoridade instauradora do processo determinará o seu arquivamento, salvo se flagrantemente contrária à prova dos autos.**(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

Art. 168. O julgamento acatará o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.

Parágrafo único. Quando o relatório da comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, agravar a penalidade proposta, abrandá-la ou isentar o servidor de responsabilidade.

Art. 169. Verificada a ocorrência de vício insanável, a autoridade que determinou a instauração do processo ou outra de hierarquia superior declarará a sua nulidade, total ou parcial, e ordenará, no mesmo ato, a constituição de outra comissão para instauração de novo processo.**(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 1o O julgamento fora do prazo legal não implica nulidade do processo.

§ 2o A autoridade julgadora que der causa à prescrição de que trata o art. 142, § 2o, será responsabilizada na forma do Capítulo IV do Título IV.

Art. 170. Extinta a punibilidade pela prescrição, a autoridade julgadora determinará o registro do fato nos assentamentos individuais do servidor.

Art. 171. Quando a infração estiver capitulada como crime, o processo disciplinar será remetido ao Ministério Público para instauração da ação penal, ficando trasladado na repartição.

Art. 172. O servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

Parágrafo único. Ocorrida a exoneração de que trata o parágrafo único, inciso I do art. 34, o ato será convertido em demissão, se for o caso.

Art. 173. Serão assegurados transporte e diárias:

I - ao servidor convocado para prestar depoimento fora da sede de sua repartição, na condição de testemunha, denunciado ou indiciado;

II - aos membros da comissão e ao secretário, quando obrigados a se deslocarem da sede dos trabalhos para a realização de missão essencial ao esclarecimento dos fatos.

**SEÇÃO III**

**DA REVISÃO DO PROCESSO**

Art. 174. O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da penalidade aplicada.

§ 1o Em caso de falecimento, ausência ou desaparecimento do servidor, qualquer pessoa da família poderá requerer a revisão do processo.

§ 2o No caso de incapacidade mental do servidor, a revisão será requerida pelo respectivo curador.

Art. 175. No processo revisional, o ônus da prova cabe ao requerente.

Art. 176. A simples alegação de injustiça da penalidade não constitui fundamento para a revisão, que requer elementos novos, ainda não apreciados no processo originário.

Art. 177. O requerimento de revisão do processo será dirigido ao Ministro de Estado ou autoridade equivalente, que, se autorizar a revisão, encaminhará o pedido ao dirigente do órgão ou entidade onde se originou o processo disciplinar.

Parágrafo único. Deferida a petição, a autoridade competente providenciará a constituição de comissão, na forma do art. 149.

Art. 178. A revisão correrá em apenso ao processo originário.

Parágrafo único. Na petição inicial, o requerente pedirá dia e hora para a produção de provas e inquirição das testemunhas que arrolar.

Art. 179. A comissão revisora terá 60 (sessenta) dias para a conclusão dos trabalhos.

Art. 180. Aplicam-se aos trabalhos da comissão revisora, no que couber, as normas e procedimentos próprios da comissão do processo disciplinar.

Art. 181. O julgamento caberá à autoridade que aplicou a penalidade, nos termos do art. 141.

Parágrafo único. O prazo para julgamento será de 20 (vinte) dias, contados do recebimento do processo, no curso do qual a autoridade julgadora poderá determinar diligências.

Art. 182. Julgada procedente a revisão, será declarada sem efeito a penalidade aplicada, restabelecendo-se todos os direitos do servidor, exceto em relação à destituição do cargo em comissão, que será convertida em exoneração.

Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento de penalidade.

**TÍTULO VI**

**DA SEGURIDADE SOCIAL DO SERVIDOR**

**(Ver o art. 40 da Constituição, as Emendas Constitucionais nos 19 e 20, de 1998, 41, de 2003, e 47, de 2005, as Lei nos 9.717, de 27.11.1998, e 10.887, de 18.6.2004, e a Medida Provisória n º 2.187-13, de 24.8.2001)**

**CAPÍTULO I**

**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 183. A União manterá Plano de Seguridade Social para o servidor e sua família.

§ 1o O servidor ocupante de cargo em comissão que não seja, simultaneamente, ocupante de cargo ou emprego efetivo na administração pública direta, autárquica e fundacional não terá direito aos benefícios do Plano de Seguridade Social, com exceção da assistência à saúde.**(Incluído pela Lei nº 8.647, de 13 de abril de 1993, e renumerado pelo art. 3° da Lei n° 10.667, de 14 de maio de 2003)**

§ 2o O servidor afastado ou licenciado do cargo efetivo, sem direito à remuneração, inclusive para servir em organismo oficial internacional do qual o Brasil seja membro efetivo ou com o qual coopere, ainda que contribua para regime de previdência social no exterior, terá suspenso o seu vínculo com o regime do Plano de Seguridade Social do Servidor Público enquanto durar o afastamento ou a licença, não lhes assistindo, neste período, os benefícios do mencionado regime de previdência.**(Incluído pelo art. 3° da Lei n° 10.667, de 14 de maio de 2003)**

§ 3o Será assegurada ao servidor licenciado ou afastado sem remuneração a manutenção da vinculação ao regime do Plano de Seguridade Social do Servidor Público, mediante o recolhimento mensal da respectiva contribuição, no mesmo percentual devido pelos servidores em atividade, incidente sobre a remuneração total do cargo a que faz jus no exercício de suas atribuições, computando-se, para esse efeito, inclusive, as vantagens pessoais.**(Incluído pelo art. 3° da Lei n° 10.667, de 14 de maio de 2003)**

§ 4o O recolhimento de que trata o § 3o deve ser efetuado até o segundo dia útil após a data do pagamento das remunerações dos servidores públicos, aplicando-se os procedimentos de cobrança e execução dos tributos federais quando não recolhidas na data de vencimento.**(Incluído pelo art. 3° da Lei n° 10.667, de 14 de maio de 2003)** (NR)

Art. 184. O Plano de Seguridade Social visa a dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos o servidor e sua família, e compreende um conjunto de benefícios e ações que atendam às seguintes finalidades:

I - garantir meios de subsistência nos eventos de doença, invalidez, velhice, acidente em serviço, inatividade, falecimento e reclusão;

II - proteção à maternidade, à adoção e à paternidade;

III - assistência à saúde.

Parágrafo único. Os benefícios serão concedidos nos termos e condições definidos em regulamento, observadas as disposições desta Lei.

Art. 185. Os benefícios do Plano de Seguridade Social do servidor compreendem:

I - quanto ao servidor:

a) aposentadoria;

b) auxílio-natalidade;

c) salário-família;

d) licença para tratamento de saúde;

e) licença à gestante, à adotante e licença-paternidade;

f) licença por acidente em serviço;

g) assistência à saúde;

h) garantia de condições individuais e ambientais de trabalho satisfatórias;

II - quanto ao dependente:

a) pensão vitalícia e temporária;

b) auxílio-funeral;

c) auxílio-reclusão;

d) assistência à saúde.

§ 1o As aposentadorias e pensões serão concedidas e mantidas pelos órgãos ou entidades aos quais se encontram vinculados os servidores, observado o disposto nos arts. 189 e 224.

§ 2o O recebimento indevido de benefícios havidos por fraude, dolo ou má-fé, implicará devolução ao erário do total auferido, sem prejuízo da ação penal cabível.

**CAPÍTULO II**

**DOS BENEFÍCIOS**

**SEÇÃO I**

**DA APOSENTADORIA**

**(Ver o art. 40 da Constituição, as Emendas Constitucionais nos 20, de 1998 e 41, de 2003, e a Lei nº 10.887, de 2004)**

Art. 186. O servidor será aposentado:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos integrais quando decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em lei, e proporcionais nos demais casos;

II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;[[443]](#footnote-444)

III - voluntariamente:

a) aos 35 (trinta e cinco) anos de serviço, se homem, e aos 30 (trinta) se mulher, com proventos integrais;

b) aos 30 (trinta) anos de efetivo exercício em funções de magistério se professor, e 25 (vinte e cinco) se professora, com proventos integrais;

c) aos 30 (trinta) anos de serviço, se homem, e aos 25 (vinte e cinco) se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo;

d) aos 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e aos 60 (sessenta) se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1o Consideram-se doenças graves, contagiosas ou incuráveis, a que se refere o inciso I deste artigo, tuberculose ativa, alienação mental, esclerose múltipla, neoplasia maligna, cegueira posterior ao ingresso no serviço público, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Parkinson, paralisia irreversível e incapacitante, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, estados avançados do mal de Paget (osteíte deformante), Síndrome de Imunodeficiência Adquirida - AIDS, e outras que a lei indicar, com base na medicina especializada.

§ 2o Nos casos de exercício de atividades consideradas insalubres ou perigosas, bem como nas hipóteses previstas no art. 71, a aposentadoria de que trata o inciso III, "a" e "c", observará o disposto em lei específica.

§ 3o Na hipótese do inciso I o servidor será submetido à junta médica oficial, que atestará a invalidez quando caracterizada a incapacidade para o desempenho das atribuições do cargo ou a impossibilidade de se aplicar o disposto no art. 24.**(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

Art. 187. A aposentadoria compulsória será automática, e declarada por ato, com vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade-limite de permanência no serviço ativo.

Art. 188. A aposentadoria voluntária ou por invalidez vigorará a partir da data da publicação do respectivo ato.

§ 1o A aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde, por período não excedente a 24 (vinte e quatro) meses.

§ 2o Expirado o período de licença e não estando em condições de reassumir o cargo ou de ser readaptado, o servidor será aposentado.

§ 3o O lapso de tempo compreendido entre o término da licença e a publicação do ato da aposentadoria será considerado como de prorrogação da licença.

§ 4o  Para os fins do disposto no § 1o deste artigo, serão consideradas apenas as licenças motivadas pela enfermidade ensejadora da invalidez ou doenças correlacionadas. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 5o  A critério da Administração, o servidor em licença para tratamento de saúde ou aposentado por invalidez poderá ser convocado a qualquer momento, para avaliação das condições que ensejaram o afastamento ou a aposentadoria. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2**

Art. 189. O provento da aposentadoria será calculado com observância do disposto no § 3o do art. 41, e revisto na mesma data e proporção, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Parágrafo único. São estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Art. 190.  O servidor aposentado com provento proporcional ao tempo de serviço se acometido de qualquer das moléstias especificadas no § 1o do art. 186 desta Lei e, por esse motivo, for considerado inválido por junta médica oficial passará a perceber provento integral, calculado com base no fundamento legal de concessão da aposentadoria. (NR) **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

Art. 191. Quando proporcional ao tempo de serviço, o provento não será inferior a 1/3 (um terço) da remuneração da atividade.

Art. 192.**(Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

Art. 193.**(Revogado pela Lei** **nº 9.527, de 10.12.97)**

Art. 194. Ao servidor aposentado será paga a gratificação natalina, até o dia vinte do mês de dezembro, em valor equivalente ao respectivo provento, deduzido o adiantamento recebido.

Art. 195. Ao ex-combatente que tenha efetivamente participado de operações bélicas, durante a Segunda Guerra Mundial, nos termos da Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967, será concedida aposentadoria com provento integral, aos 25 (vinte e cinco) anos de serviço efetivo.

**SEÇÃO II**

**DO AUXÍLIO-NATALIDADE**

Art. 196. O auxílio-natalidade é devido à servidora por motivo de nascimento de filho, em quantia equivalente ao menor vencimento do serviço público, inclusive no caso de natimorto.

§ 1o Na hipótese de parto múltiplo, o valor será acrescido de 50% (cinqüenta por cento), por nascituro.

§ 2o O auxílio será pago ao cônjuge ou companheiro servidor público, quando a parturiente não for servidora.

**SEÇÃO III**

**DO SALÁRIO-FAMÍLIA**

Art. 197. O salário-família é devido ao servidor ativo ou ao inativo, por dependente econômico.

Parágrafo único. Consideram-se dependentes econômicos para efeito de percepção do salário-família:

I - o cônjuge ou companheiro e os filhos, inclusive os enteados até 21 (vinte e um) anos de idade ou, se estudante, até 24 (vinte e quatro) anos ou, se inválido, de qualquer idade;

II - o menor de 21 (vinte e um) anos que, mediante autorização judicial, viver na companhia e às expensas do servidor, ou do inativo;

III - a mãe e o pai sem economia própria.

Art. 198. Não se configura a dependência econômica quando o beneficiário do salário-família perceber rendimento do trabalho ou de qualquer outra fonte, inclusive pensão ou provento da aposentadoria, em valor igual ou superior ao salário-mínimo.

Art. 199. Quando o pai e mãe forem servidores públicos e viverem em comum, o salário-família será pago a um deles; quando separados, será pago a um e outro, de acordo com a distribuição dos dependentes.

Parágrafo único. Ao pai e à mãe equiparam-se o padrasto, a madrasta e, na falta destes, os representantes legais dos incapazes.

Art. 200. O salário-família não está sujeito a qualquer tributo, nem servirá de base para qualquer contribuição, inclusive para a Previdência Social.

Art. 201. O afastamento do cargo efetivo, sem remuneração, não acarreta a suspensão do pagamento do salário-família.

**SEÇÃO IV**

**DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE** [[444]](#footnote-445)

Art. 202. Será concedida ao servidor licença para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em perícia médica, sem prejuízo da remuneração a que fizer jus.

Art. 203.  A licença de que trata o art. 202 desta Lei será concedida com base em perícia oficial. (NR) **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 1o Sempre que necessário, a inspeção médica será realizada na residência do servidor ou no estabelecimento hospitalar onde se encontrar internado.

§ 2o Inexistindo médico no órgão ou entidade no local onde se encontra ou tenha exercício em caráter permanente o servidor, e não se configurando as hipóteses previstas nos parágrafos do art. 230, será aceito atestado passado por médico particular. **(Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 3o  No caso do § 2o deste artigo, o atestado somente produzirá efeitos depois de recepcionado pela unidade de recursos humanos do órgão ou entidade. (NR) **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 4o  A licença que exceder o prazo de 120 (cento e vinte) dias no período de 12 (doze) meses a contar do primeiro dia de afastamento será concedida mediante avaliação por junta médica oficial. (NR) **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

§ 5o  A perícia oficial para concessão da licença de que trata o caput deste artigo, bem como nos demais casos de perícia oficial previstos nesta Lei, será efetuada por cirurgiões-dentistas, nas hipóteses em que abranger o campo de atuação da odontologia. **(Incluído Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

Art. 204.  A licença para tratamento de saúde inferior a 15 (quinze) dias, dentro de 1 (um) ano, poderá ser dispensada de perícia oficial, na forma definida em regulamento. (NR) **(Redação dada pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**

Art. 205. O atestado e o laudo da junta médica não se referirão ao nome ou natureza da doença, salvo quando se tratar de lesões produzidas por acidente em serviço, doença profissional ou qualquer das doenças especificadas no art. 186, § 1o.

Art. 206. O servidor que apresentar indícios de lesões orgânicas ou funcionais será submetido a inspeção médica.

Art. 206-A.  O servidor será submetido a exames médicos periódicos, nos termos e condições definidos em regulamento. **(Incluído pela Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009)**[[445]](#footnote-446)

Parágrafo único.  Para os fins do disposto no caput, a União e suas entidades autárquicas e fundacionais poderão: **(Incluído pela Lei nº 12.998, de 2014)**

I - prestar os exames médicos periódicos diretamente pelo órgão ou entidade à qual se encontra vinculado o servidor; **(Incluído pela Lei nº 12.998, de 2014)**

II - celebrar convênio ou instrumento de cooperação ou parceria com os órgãos e entidades da administração direta, suas autarquias e fundações; **(Incluído pela Lei nº 12.998, de 2014)**

III - celebrar convênios com operadoras de plano de assistência à saúde, organizadas na modalidade de autogestão, que possuam autorização de funcionamento do órgão regulador, na forma do art. 230; ou **(Incluído pela Lei nº 12.998, de 2014)**

IV - prestar os exames médicos periódicos mediante contrato administrativo, observado o disposto na Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas pertinentes. **(Incluído pela Lei nº 12.998, de 2014)**

**SEÇÃO V**

**DA LICENÇA À GESTANTE, À ADOTANTE E DA LICENÇA-PATERNIDADE**

Art. 207. Será concedida licença à servidora gestante por 120 (cento e vinte) dias consecutivos, sem prejuízo da remuneração.[[446]](#footnote-447)

§ 1o A licença poderá ter início no primeiro dia do nono mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica.

§ 2o No caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto.

§ 3o No caso de natimorto, decorridos 30 (trinta) dias do evento, a servidora será submetida a exame médico, e se julgada apta, reassumirá o exercício.

§ 4o No caso de aborto atestado por médico oficial, a servidora terá direito a 30 (trinta) dias de repouso remunerado.

Art. 208. Pelo nascimento ou adoção de filhos, o servidor terá direito à licença-paternidade de 5 (cinco) dias consecutivos.

Art. 209. Para amamentar o próprio filho, até a idade de seis meses, a servidora lactante terá direito, durante a jornada de trabalho, a uma hora de descanso, que poderá ser parcelada em dois períodos de meia hora.

Art. 210. À servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança até 1 (um) ano de idade, serão concedidos 90 (noventa) dias de licença remunerada. [[447]](#footnote-448)

Parágrafo único. No caso de adoção ou guarda judicial de criança com mais de 1 (um) ano de idade, o prazo de que trata este artigo será de 30 (trinta) dias.

**SEÇÃO VI**

**DA LICENÇA POR ACIDENTE EM SERVIÇO**

Art. 211. Será licenciado, com remuneração integral, o servidor acidentado em serviço.

Art. 212. Configura acidente em serviço o dano físico ou mental sofrido pelo servidor, que se relacione, mediata ou imediatamente, com as atribuições do cargo exercido.

Parágrafo único. Equipara-se ao acidente em serviço o dano:

I - decorrente de agressão sofrida e não provocada pelo servidor no exercício do cargo;

II - sofrido no percurso da residência para o trabalho e vice-versa.

Art. 213. O servidor acidentado em serviço que necessite de tratamento especializado poderá ser tratado em instituição privada, à conta de recursos públicos.

Parágrafo único. O tratamento recomendado por junta médica oficial constitui medida de exceção e somente será admissível quando inexistirem meios e recursos adequados em instituição pública.

Art. 214. A prova do acidente será feita no prazo de 10 (dez) dias, prorrogável quando as circunstâncias o exigirem.

**SEÇÃO VII**

**DA PENSÃO**

Art. 215. Por morte do servidor, os seus dependentes, nas hipóteses legais, fazem jus à pensão por morte, observados os limites estabelecidos no inciso XI do **caput** do art. 37 da Constituição Federal e no art. 2º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. (NR)**(Redação dadapela Lei nº 13.846, de 2019)**

Art. 216.  **(Revogado pela Lei nº 13.135, de 2015)**

Art. 217. São beneficiários das pensões:

I - o cônjuge; **(Redação dada pela Lei nº 13.135, de 2015)**

a) (**Revogadapela L****ei nº 13.135, de 2015)**

b) (**Revogadapela L****ei nº 13.135, de 2015)**

c) (**Revogadapela L****ei nº 13.135, de 2015)**

d) (**Revogadapela L****ei nº 13.135, de 2015)**

e) (**Revogadapela L****ei nº 13.135, de 2015)**

II - o cônjuge divorciado ou separado judicialmente ou de fato, com percepção de pensão alimentícia estabelecida judicialmente; **(Redação dada pela Lei nº 13.135, de 2015)**

a) (**Revogadapela L****ei nº 13.135, de 2015)**

b) (**Revogadapela L****ei nº 13.135, de 2015)**

c) (**Revogadapela L****ei nº 13.135, de 2015)**

d) (**Revogadapela L****ei nº 13.135, de 2015)**

III - o companheiro ou companheira que comprove união estável como entidade familiar; **(Incluído pela Lei nº 13.135, de 2015)**

IV - o filho de qualquer condição que atenda a um dos seguintes requisitos: **(Incluído pela Lei nº 13.135, de 2015)**

a) seja menor de 21 (vinte e um) anos; **(Incluído pela Lei nº 13.135, de 2015)**

b) seja inválido; **(Incluído pela Lei nº 13.135, de 2015)**

c) tenha deficiência grave; ou **(Redação dada pela Lei nº 13.135, de 2015)**

d) tenha deficiência intelectual ou mental; **(Redação dadapela Lei nº 13.846, de 2019)**

V - a mãe e o pai que comprovem dependência econômica do servidor; e **(Incluído pela Lei nº 13.135, de 2015)**

VI - o irmão de qualquer condição que comprove dependência econômica do servidor e atenda a um dos requisitos previstos no inciso IV. **(Incluído pela Lei nº 13.135, de 2015)**

§ 1o  A concessão de pensão aos beneficiários de que tratam os incisos I a IV do **caput**exclui os beneficiários referidos nos incisos V e VI. **(Redação dada pela Lei nº 13.135, de 2015)**

§ 2o  A concessão de pensão aos beneficiários de que trata o inciso V do **caput** exclui o beneficiário referido no inciso VI. **(Redação dada pela Lei nº 13.135, de 2015)**

§ 3o  O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração do servidor e desde que comprovada dependência econômica, na forma estabelecida em regulamento. **(Incluído pela Lei nº 13.135, de 2015)**

§ 4º **(VETADO).** (NR)**(Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)**

Art. 218.  Ocorrendo habilitação de vários titulares à pensão, o seu valor será distribuído em partes iguais entre os beneficiários habilitados. **(Redação dada pela Lei nº 13.135, de 2015)**

§ 1o  (**Revogadopel****a Lei nº 13.135, de 2015)**

§ 2o  (**Revogadopel****a Lei nº 13.135, de 2015)**

§ 3o  (**Revogadopel****a Lei nº 13.135, de 2015)**

[Art. 219.](file:///\\\\sdfbsb0013\\..\\LEIS\\L8112cons.htm" \l "art219.1) A pensão por morte será devida ao conjunto dos dependentes do segurado que falecer, aposentado ou não, a contar da data:**(Redação dadapela Lei nº 13.846, de 2019)**

I - do óbito, quando requerida em até 180 (cento e oitenta dias) após o óbito, para os filhos menores de 16 (dezesseis) anos, ou em até 90 (noventa) dias após o óbito, para os demais dependentes;**(Incluídopela Lei nº 13.846, de 2019)**

II - do requerimento, quando requerida após o prazo previsto no inciso I do **caput** deste artigo; ou **(Incluídopela Lei nº 13.846, de 2019)**

III - da decisão judicial, na hipótese de morte presumida.**(Incluídopela Lei nº 13.846, de 2019)**

§ 1º A concessão da pensão por morte não será protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente e a habilitação posterior que importe em exclusão ou inclusão de dependente só produzirá efeito a partir da data da publicação da portaria de concessão da pensão ao dependente habilitado.**(Incluídopela Lei nº 13.846, de 2019)**

§ 2º Ajuizada a ação judicial para reconhecimento da condição de dependente, este poderá requerer a sua habilitação provisória ao benefício de pensão por morte, exclusivamente para fins de rateio dos valores com outros dependentes, vedado o pagamento da respectiva cota até o trânsito em julgado da respectiva ação, ressalvada a existência de decisão judicial em contrário.**(Incluídopela Lei nº 13.846, de 2019)**

§ 3º Nas ações em que for parte o ente público responsável pela concessão da pensão por morte, este poderá proceder de ofício à habilitação excepcional da referida pensão, apenas para efeitos de rateio, descontando-se os valores referentes a esta habilitação das demais cotas, vedado o pagamento da respectiva cota até o trânsito em julgado da respectiva ação, ressalvada a existência de decisão judicial em contrário.**(Incluídopela Lei nº 13.846, de 2019)**

§ 4º Julgada improcedente a ação prevista no § 2º ou § 3º deste artigo, o valor retido será corrigido pelos índices legais de reajustamento e será pago de forma proporcional aos demais dependentes, de acordo com as suas cotas e o tempo de duração de seus benefícios.**(Incluídopela Lei nº 13.846, de 2019)**

§ 5º Em qualquer hipótese, fica assegurada ao órgão concessor da pensão por morte a cobrança dos valores indevidamente pagos em função de nova habilitação. (NR)**(Incluídopela Lei nº 13.846, de 2019)**

Art. 220.  Perde o direito à pensão por morte: **(Redação dada pela Lei nº 13.135, de 2015)**

I - após o trânsito em julgado, o beneficiário condenado pela prática de crime de que tenha dolosamente resultado a morte do servidor; **(Incluído pela Lei nº 13.135, de 2015)**

II - o cônjuge, o companheiro ou a companheira se comprovada, a qualquer tempo, simulação ou fraude no casamento ou na união estável, ou a formalização desses com o fim exclusivo de constituir benefício previdenciário, apuradas em processo judicial no qual será assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa. **(Incluído pela Lei nº 13.135, de 2015)**

Art. 221. Será concedida pensão provisória por morte presumida do servidor, nos seguintes casos:

I - declaração de ausência, pela autoridade judiciária competente;

II - desaparecimento em desabamento, inundação, incêndio ou acidente não caracterizado como em serviço;

III - desaparecimento no desempenho das atribuições do cargo ou em missão de segurança.

Parágrafo único. A pensão provisória será transformada em vitalícia ou temporária, conforme o caso, decorridos 5 (cinco) anos de sua vigência, ressalvado o eventual reaparecimento do servidor, hipótese em que o benefício será automaticamente cancelado.

Art. 222. Acarreta perda da qualidade de beneficiário:

I - o seu falecimento;

II - a anulação do casamento, quando a decisão ocorrer após a concessão da pensão ao cônjuge;

[III](file:///\\sdfbsb0013\..\LEIS\L8112cons.htm#art222iii.0) - a cessação da invalidez, em se tratando de beneficiário inválido, ou o afastamento da deficiência, em se tratando de beneficiário com deficiência, respeitados os períodos mínimos decorrentes da aplicação das alíneas *a* e *b* do inciso VII do **caput** deste artigo; **(Redação dadapela Lei nº 13.846, de 2019)**

IV - o implemento da idade de 21 (vinte e um) anos, pelo filho ou irmão; **(Redação dada pela Lei nº 13.135, de 2015)**

V - a acumulação de pensão na forma do art. 225;

VI - a renúncia expressa; e**(Redação dada pela Lei nº 13.135, de 2015)**

VII - em relação aos beneficiários de que tratam os incisos I a III do **caput** do art. 217: **(Incluído pela Lei nº 13.135, de 2015)**

a) o decurso de 4 (quatro) meses, se o óbito ocorrer sem que o servidor tenha vertido 18 (dezoito) contribuições mensais ou se o casamento ou a união estável tiverem sido iniciados em menos de 2 (dois) anos antes do óbito do servidor; **(Incluído pela Lei nº 13.135, de 2015)**

b) o decurso dos seguintes períodos, estabelecidos de acordo com a idade do pensionista na data de óbito do servidor, depois de vertidas 18 (dezoito) contribuições mensais e pelo menos 2 (dois) anos após o início do casamento ou da união estável: **(Incluído pela Lei nº 13.135, de 2015)**

1) 3 (três) anos, com menos de 21 (vinte e um) anos de idade; **(Incluído pela Lei nº 13.135, de 2015)**

2) 6 (seis) anos, entre 21 (vinte e um) e 26 (vinte e seis) anos de idade; **(Incluído pela Lei nº 13.135, de 2015)**

3) 10 (dez) anos, entre 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) anos de idade; **(Incluído pela Lei nº 13.135, de 2015)**

4) 15 (quinze) anos, entre 30 (trinta) e 40 (quarenta) anos de idade; **(Incluído pela Lei nº 13.135, de 2015)**

5) 20 (vinte) anos, entre 41 (quarenta e um) e 43 (quarenta e três) anos de idade; **(Incluído pela Lei nº 13.135, de 2015)**

6) vitalícia, com 44 (quarenta e quatro) ou mais anos de idade. **(Incluído pela Lei nº 13.135, de 2015)**

§ 1o  A critério da administração, o beneficiário de pensão cuja preservação seja motivada por invalidez, por incapacidade ou por deficiência poderá ser convocado a qualquer momento para avaliação das referidas condições. **(Incluído pela Lei nº 13.135, de 2015)**

§ 2o  Serão aplicados, conforme o caso, a regra contida no inciso III ou os prazos previstos na alínea “b” do inciso VII, ambos do **caput**, se o óbito do servidor decorrer de acidente de qualquer natureza ou de doença profissional ou do trabalho, independentemente do recolhimento de 18 (dezoito) contribuições mensais ou da comprovação de 2 (dois) anos de casamento ou de união estável. **(Incluído pela Lei nº 13.135, de 2015)**

§ 3o  Após o transcurso de pelo menos 3 (três) anos e desde que nesse período se verifique o incremento mínimo de um ano inteiro na média nacional única, para ambos os sexos, correspondente à expectativa de sobrevida da população brasileira ao nascer, poderão ser fixadas, em números inteiros, novas idades para os fins previstos na alínea “b” do inciso VII do **caput**, em ato do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, limitado o acréscimo na comparação com as idades anteriores ao referido incremento. **(Incluído pela Lei nº 13.135, de 2015)**

§ 4o  O tempo de contribuição a Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) ou ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) será considerado na contagem das 18 (dezoito) contribuições mensais referidas nas alíneas “a” e “b” do inciso VII do **caput**.  **(Incluído pela Lei nº 13.135, de 2015)**

[§ 5º](file:///\\\\sdfbsb0013\\..\\LEIS\\L8112cons.htm" \l "art222§5.) Na hipótese de o servidor falecido estar, na data de seu falecimento, obrigado por determinação judicial a pagar alimentos temporários a ex-cônjuge, ex-companheiro ou ex-companheira, a pensão por morte será devida pelo prazo remanescente na data do óbito, caso não incida outra hipótese de cancelamento anterior do benefício. **(Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)**

§ 6º O beneficiário que não atender à convocação de que trata o § 1º deste artigo terá o benefício suspenso, observado o disposto nos incisos I e II do **caput** do art. 95 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.**(Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)**

§ 7º O exercício de atividade remunerada, inclusive na condição de microempreendedor individual, não impede a concessão ou manutenção da cota da pensão de dependente com deficiência intelectual ou mental ou com deficiência grave.**(Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)**

§ 8º No ato de requerimento de benefícios previdenciários, não será exigida apresentação de termo de curatela de titular ou de beneficiário com deficiência, observados os procedimentos a serem estabelecidos em regulamento. (NR)**(Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)**

Art. 223.  Por morte ou perda da qualidade de beneficiário, a respectiva cota reverterá para os cobeneficiários. **(Redação dada pela Lei nº 13.135, de 2015)**

I - (**Revogadopela** **Lei nº 13.135, de 2015)**

II - (**Revogadopela** **Lei nº 13.135, de 2015)**

Art. 224. As pensões serão automaticamente atualizadas na mesma data e na mesma proporção dos reajustes dos vencimentos dos servidores, aplicando-se o disposto no parágrafo único do art. 189.

Art. 225.  Ressalvado o direito de opção, é vedada a percepção cumulativa de pensão deixada por mais de um cônjuge ou companheiro ou companheira e de mais de 2 (duas) pensões. **(Redação dada pela Lei nº 13.135, de 2015)**

**SEÇÃO VIII**

**DO AUXÍLIO-FUNERAL**

Art. 226. O auxílio-funeral é devido à família do servidor falecido na atividade ou aposentado, em valor equivalente a um mês da remuneração ou provento.

§ 1o No caso de acumulação legal de cargos, o auxílio será pago somente em razão do cargo de maior remuneração.

§ 2o**(VETADO).**

§ 3o O auxílio será pago no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, por meio de procedimento sumaríssimo, à pessoa da família que houver custeado o funeral.

Art. 227. Se o funeral for custeado por terceiro, este será indenizado, observado o disposto no artigo anterior.

Art. 228. Em caso de falecimento de servidor em serviço fora do local de trabalho, inclusive no exterior, as despesas de transporte do corpo correrão à conta de recursos da União, autarquia ou fundação pública.

**SEÇÃO IX**

**DO AUXÍLIO-RECLUSÃO**

Art. 229. À família do servidor ativo é devido o auxílio-reclusão, nos seguintes valores:

I - dois terços da remuneração, quando afastado por motivo de prisão, em flagrante ou preventiva, determinada pela autoridade competente, enquanto perdurar a prisão;

II - metade da remuneração, durante o afastamento, em virtude de condenação, por sentença definitiva, a pena que não determine a perda de cargo.

§ 1o Nos casos previstos no inciso I deste artigo, o servidor terá direito à integralização da remuneração, desde que absolvido.

§ 2o O pagamento do auxílio-reclusão cessará a partir do dia imediato àquele em que o servidor for posto em liberdade, ainda que condicional.

§ 3o  Ressalvado o disposto neste artigo, o auxílio-reclusão será devido, nas mesmas condições da pensão por morte, aos dependentes do segurado recolhido à prisão. **(Incluído pela Lei nº 13.135, de 2015)**

**CAPÍTULO III**

**DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE**

Art. 230.  A assistência à saúde do servidor, ativo ou inativo, e de sua família compreende assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica e farmacêutica, terá como diretriz básica o implemento de ações preventivas voltadas para a promoção da saúde e será prestada pelo Sistema Único de Saúde – SUS, diretamente pelo órgão ou entidade ao qual estiver vinculado o servidor, ou mediante convênio ou contrato, ou ainda na forma de auxílio, mediante ressarcimento parcial do valor despendido pelo servidor, ativo ou inativo, e seus dependentes ou  pensionistas com planos ou seguros privados de assistência à saúde, na forma estabelecida em regulamento. **(Redação dada pela Lei nº 11.302, de 10.5.2006). Regulamentado pelo Decreto n° 4.978, de 3.2.2004, alterado este pelo Decreto n° 5.010, de 9.3.2004.)**

§ 1o Nas hipóteses previstas nesta Lei em que seja exigida perícia, avaliação ou inspeção médica, na ausência de médico ou junta médica oficial, para a sua realização o órgão ou entidade celebrará, preferencialmente, convênio com unidades de atendimento do sistema público de saúde, entidades sem fins lucrativos declaradas de utilidade pública, ou com o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.**(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 2o Na impossibilidade, devidamente justificada, da aplicação do disposto no parágrafo anterior, o órgão ou entidade promoverá a contratação da prestação de serviços por pessoa jurídica, que constituirá junta médica especificamente para esses fins, indicando os nomes e especialidades dos seus integrantes, com a comprovação de suas habilitações e de que não estejam respondendo a processo disciplinar junto à entidade fiscalizadora da profissão.**(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 3o  Para os fins do disposto no caput deste artigo, ficam a União e suas entidades autárquicas e fundacionais autorizadas a: **(Incluído pela Lei nº 11.302, de 10.5.2006).**

I - celebrar convênios exclusivamente para a  prestação de serviços de assistência à saúde para os seus servidores ou empregados ativos, aposentados, pensionistas, bem como para seus respectivos grupos familiares definidos, com entidades de autogestão por elas patrocinadas por meio de instrumentos jurídicos efetivamente celebrados e publicados até 12 de fevereiro de 2006 e que possuam autorização de funcionamento do órgão regulador, sendo certo que os convênios celebrados depois dessa data somente poderão sê-lo na forma da regulamentação específica sobre patrocínio de autogestões, a ser publicada pelo mesmo órgão regulador, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da vigência desta Lei, normas essas também aplicáveis aos convênios existentes até 12 de fevereiro de 2006;**(Incluído pela Lei nº 11.302, de 10.5.2006).**

II - contratar, mediante licitação, na forma da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, operadoras de planos e seguros privados de assistência à saúde que possuam autorização de funcionamento do órgão regulador;**(Incluído pela Lei nº 11.302, de 10.5.2006).**

III -  **(VETADO)**[[448]](#footnote-449)**(Incluído pela Lei nº 11.302, de 10.5.2006).**

§ 4o  **(VETADO)**[[449]](#footnote-450)**(Incluído pela Lei nº 11.302, de 10.5.2006).**

§ 5o  O valor do ressarcimento fica limitado ao total despendido pelo servidor ou pensionista civil com plano ou seguro privado de assistência à saúde. (NR) **(Incluído pela Lei nº 11.302, de 10.5.2006)**

**CAPÍTULO IV**

**DO CUSTEIO**

Art. 231.**(Revogado pela Lei nº 9.783, de 28.01.99)**

**TÍTULO VII**

**CAPÍTULO ÚNICO**

**DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

Art. 232.**(Revogado pela Lei nº 8.745, de 9.12.93)**

Art. 233.**(Revogado pela Lei nº 8.745, de 9.12.93)**

Art. 234.**(Revogado pela Lei nº 8.745, de 9.12.93)**

Art. 235.**(Revogado pela Lei nº 8.745, de 9.12.93)**

**TÍTULO VIII**

**CAPÍTULO ÚNICO**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 236. O Dia do Servidor Público será comemorado a vinte e oito de outubro.

Art. 237. Poderão ser instituídos, no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, os seguintes incentivos funcionais, além daqueles já previstos nos respectivos planos de carreira:

I - prêmios pela apresentação de idéias, inventos ou trabalhos que favoreçam o aumento de produtividade e a redução dos custos operacionais;

II - concessão de medalhas, diplomas de honra ao mérito, condecoração e elogio.

Art. 238. Os prazos previstos nesta Lei serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, ficando prorrogado, para o primeiro dia útil seguinte, o prazo vencido em dia em que não haja expediente.

Art. 239. Por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, o servidor não poderá ser privado de quaisquer dos seus direitos, sofrer discriminação em sua vida funcional, nem eximir-se do cumprimento de seus deveres.

Art. 240. Ao servidor público civil é assegurado, nos termos da Constituição Federal, o direito à livre associação sindical e os seguintes direitos, entre outros, dela decorrentes:

a) de ser representado pelo sindicato, inclusive como substituto processual;

b) de inamovibilidade do dirigente sindical, até um ano após o final do mandato, exceto se a pedido;

c) de descontar em folha, sem ônus para a entidade sindical a que for filiado, o valor das mensalidades e contribuições definidas em assembléia geral da categoria.**(A Medida Provisória nº 873, de 2019, que revogava esta alínea, não foi convertida em lei e teve sua vigência encerrada.)**

d)**(Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

e)**(Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

Art. 241. Consideram-se da família do servidor, além do cônjuge e filhos, quaisquer pessoas que vivam às suas expensas e constem do seu assentamento individual.

Parágrafo único. Equipara-se ao cônjuge a companheira ou companheiro, que comprove união estável como entidade familiar.

Art. 242. Para os fins desta Lei, considera-se sede o município onde a repartição estiver instalada e onde o servidor tiver exercício, em caráter permanente.

**TÍTULO IX**

**CAPÍTULO ÚNICO**

**DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS**

Art. 243. Ficam submetidos ao regime jurídico instituído por esta Lei, na qualidade de servidores públicos, os servidores dos Poderes da União, dos ex-Territórios, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas, regidos pela Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 - Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, ou pela Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1o de maio de 1943, exceto os contratados por prazo determinado, cujos contratos não poderão ser prorrogados após o vencimento do prazo de prorrogação.

§ 1o Os empregos ocupados pelos servidores incluídos no regime instituído por esta Lei ficam transformados em cargos, na data de sua publicação.

§ 2o As funções de confiança exercidas por pessoas não integrantes de tabela permanente do órgão ou entidade onde têm exercício ficam transformadas em cargos em comissão, e mantidas enquanto não for implantado o plano de cargos dos órgãos ou entidades na forma da lei.

§ 3o As Funções de Assessoramento Superior - FAS, exercidas por servidor integrante de quadro ou tabela de pessoal, ficam extintas na data da vigência desta Lei.

§ 4o**(VETADO).**

§ 5o O regime jurídico desta Lei é extensivo aos serventuários da Justiça, remunerados com recursos da União, no que couber.

§ 6o Os empregos dos servidores estrangeiros com estabilidade no serviço público, enquanto não adquirirem a nacionalidade brasileira, passarão a integrar tabela em extinção, do respectivo órgão ou entidade, sem prejuízo dos direitos inerentes aos planos de carreira aos quais se encontrem vinculados os empregos.

§ 7o Os servidores públicos de que trata o **caput** deste artigo, não amparados pelo art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, poderão, no interesse da Administração e conforme critérios estabelecidos em regulamento, ser exonerados mediante indenização de um mês de remuneração por ano de efetivo exercício no serviço público federal.**(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 8o Para fins de incidência do imposto de renda na fonte e na declaração de rendimentos, serão considerados como indenizações isentas os pagamentos efetuados a título de indenização prevista no parágrafo anterior.**(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

§ 9o Os cargos vagos em decorrência da aplicação do disposto no § 7o poderão ser extintos pelo Poder Executivo quando considerados desnecessários.**(Incluído pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

Art. 244. Os adicionais por tempo de serviço, já concedidos aos servidores abrangidos por esta Lei, ficam transformados em anuênio.

Art. 245. A licença especial disciplinada pelo art. 116 da Lei nº 1.711, de 1952, ou por outro diploma legal, fica transformada em licença-prêmio por assiduidade, na forma prevista nos arts. 87 a 90.

Art. 246.**(VETADO).**

Art. 247. Para efeito do disposto no Título VI desta Lei, haverá ajuste de contas com a Previdência Social, correspondente ao período de contribuição por parte dos servidores celetistas abrangidos pelo art. 243. **(Redação dada pela Lei nº 8.162, de 8.1.91)**

Art. 248. As pensões estatutárias, concedidas até a vigência desta Lei, passam a ser mantidas pelo órgão ou entidade de origem do servidor.

Art. 249. Até a edição da lei prevista no § 1o do art. 231, os servidores abrangidos por esta Lei contribuirão na forma e nos percentuais atualmente estabelecidos para o servidor civil da União conforme regulamento próprio.

Art. 250. O servidor que já tiver satisfeito ou vier a satisfazer, dentro de 1 (um) ano, as condições necessárias para a aposentadoria nos termos do inciso II do art. 184 do antigo Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União, Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, aposentar-se-á com a vantagem prevista naquele dispositivo. **(Vetado pelo Presidente da República, mantido pelo Congresso Nacional e promulgado no D.O.U. de 19.4.91)**

Art. 251. **(Revogado pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)**

Art. 252. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do primeiro dia do mês subseqüente.

Art. 253. Ficam revogadas a Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e respectiva legislação complementar, bem como as demais disposições em contrário.

Brasília, 11 de dezembro de 1990; 169o da Independência e 102o da República.

FERNANDO COLLOR

Jarbas Passarinho

**LEI Nº 9.051, DE 18 DE MAIO DE 1995.**

*Dispõe sobre a expedição de certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º As certidões para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações, requeridas aos órgãos da administração centralizada ou autárquica, às empresas públicas, às sociedades de economia mista e às fundações públicas da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, deverão ser expedidas no prazo improrrogável de quinze dias, contado do registro do pedido no órgão expedidor.

Art. 2º Nos requerimentos que objetivam a obtenção das certidões a que se refere esta lei, deverão os interessados fazer constar esclarecimentos relativos aos fins e razões do pedido.

Art. 3º **(Vetado).**

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 18 de maio de 1995; 174º da Independência e 107º da República.

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

**LEI Nº 9.527, DE 10 DE DEZEMBRO DE 1997.**

*Altera dispositivos das Leis nos 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.460, de 17 de setembro de 1992, e 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Os arts. 9º, 10, 11, 13, 15, 17, 18, 19, 20, 24, 31, 35, 36, 37, 38, 44, 46, 47, 53, 58, 61, 62, 67, 80, 81, 83, 84, 86, 87, 91, 92, 93, 95, 98, 102, 103, 117, 118, 119, 120, 128, 129, 133, 140, 143, 149, 164, 167, 169, 186, 203, 230 e 243 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passam a vigorar com as seguintes alterações:

**(Incorporadas ao texto da Lei n° 8.112, de 1990)**

Art. 2º Ficam extintas as gratificações a que se referem o item VI do Anexo II do Decreto-Lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, o item V do Anexo IV da Lei nº 6.861, de 26 de novembro de 1980, o Anexo I do Decreto-Lei nº 1.873, de 27 de maio de 1981, e o art. 17 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991.

§ 1º A importância paga em razão da concessão das gratificações a que se refere o *caput* deste artigo passa a constituir, a partir da publicação desta Lei e em caráter transitório, vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita exclusivamente a atualização decorrente de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

§ 2º A vantagem a que se refere o parágrafo anterior não se incorpora aos proventos de aposentadoria e pensões, extinguindo-se o seu pagamento na hipótese em que o servidor passar a ter exercício, em caráter permanente, em outra localidade não discriminada expressamente nas normas vigentes a época de sua concessão.

Art. 3º O art. 22 da Lei nº 8.460, de 17 de setembro de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22. O Poder Executivo disporá sobre a concessão mensal do auxílio-alimentação por dia trabalhado, aos servidores públicos federais civis ativos da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

§ 1º A concessão do auxílio-alimentação será feita em pecúnia e terá caráter indenizatório.

§ 2º O servidor que acumule cargo ou emprego na forma da Constituição fará jus a percepção de um único auxílio-alimentação, mediante opção.

§ 3º O auxílio-alimentação não será:

a) incorporado ao vencimento, remuneração, provento ou pensão;

b) configurado como rendimento tributável e nem sofrerá incidência de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público;

c) caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial *in natura*.

§ 4º O auxílio-alimentação será custeado com recursos do órgão ou entidade em que o servidor estiver em exercício, ressalvado o direito de opção pelo órgão ou entidade de origem.

§ 5º O auxílio-alimentação é inacumulável com outros de espécie semelhante, tais como auxílio para a cesta básica ou vantagem pessoal originária de qualquer forma de auxílio ou benefício alimentação.

§ 6º Considerar-se-á para o desconto do auxílio-alimentação, por dia não trabalhado, a proporcionalidade de 22 dias.

§ 7º Para os efeitos deste artigo, considera-se como dia trabalhado a participação do servidor em programa de treinamento regularmente instituído, conferências, congressos, treinamentos, ou outros eventos similares, sem deslocamento da sede.

§ 8º As diárias sofrerão desconto correspondente ao auxílio-alimentação a que fizer jus o servidor, exceto aquelas eventualmente pagas em finais de semana e feriados, observada a proporcionalidade prevista no § 6º."

Art. 4º As disposições constantes do Capítulo V, Título I, da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, não seaplicam à Administração Pública direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como às autarquias, às fundações instituídas pelo Poder Público, às empresas públicas e às sociedades de economia mista.

Art. 5º Aos servidores ocupantes de cargo efetivo de advogado, assistente jurídico, procurador e demais integrantes do Grupo Jurídico, da Administração Pública Federal direta, autárquica, fundacional, empresas públicas e sociedades de economia mista serão concedidos trinta dias de férias anuais, a partir do período aquisitivo de 1997.

Art. 6º O servidor em licença para o desempenho de mandato classista em 15 de outubro de 1996 terá assegurada sua licença e garantida sua remuneração até o final do respectivo mandato.

Art. 7º Os períodos de licença-prêmio, adquiridos na forma da Lei nº 8.112, de 1990, até 15 de outubro de 1996, poderão ser usufruídos ou contados em dobro para efeito de aposentadoria ou convertidos em pecúnia no caso de falecimento do servidor, observada a legislação em vigor até 15 de outubro de 1996.

Parágrafo único. Fica resguardado o direito ao cômputo do tempo de serviço residual para efeitos de concessão da licença capacitação.

Art. 8º Os contratos referentes àconcessão do auxílio-alimentação, em qualquer de suas formas, vigentes em 15 de outubro de 1996, serão mantidos até o seu termo, vedada a prorrogação.

Art. 9º Os Ministérios da Administração Federal e Reforma do Estado e da Fazenda promoverão a atualização cadastral dos aposentados e dos pensionistas da União, que recebam proventos e pensões à conta do Tesouro Nacional, constantes do Sistema Integrado de Administração de Pessoal - SIAPE.[[450]](#footnote-451)

§ 1º A atualização cadastral dar-se-á anualmente e será sempre condição básica para a continuidade do recebimento do provento ou pensão.

§ 2º Os aposentados e os pensionistas que não se apresentarem para fins de atualização dos dados cadastrais, até a data fixada para o seu término, terão o pagamento de seus benefícios suspensos a partir do mês subseqüente.

§ 3º Admitir-se-á a realização da atualização cadastral mediante procuração, nos casos de moléstia grave, ausência ou impossibilidade de locomoção do titular do benefício, devidamente comprovados.

Art. 10. A aposentadoria ou pensão será paga diretamente aos seus titulares, ou aos seus representantes legalmente constituídos, não se admitindo o recebimento por intermédio de conta corrente conjunta.

Parágrafo único. As procurações poderão ser revalidadas por igual período, não superior a seis meses, mediante ato do dirigente de recursos humanos do órgão ou entidade a que estiver vinculado o benefício.

Art. 11. O servidor colocado à disposição do Sistema Único de Saúde, na forma do disposto no artigo 20 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, ainda que investido em cargo em comissão ou função de confiança no âmbito daquele Sistema, terá a remuneração relativa ao cargo efetivo por conta do órgão ou entidade de origem.

Parágrafo único. A colocação de servidor à disposição do Sistema Único de Saúde será formalizada mediante Portaria publicada no Diário Oficial da União.

Art. 12. O Poder Executivo regulamentará o disposto nos arts. 9º e 10 desta Lei.

Art. 13. O Poder Executivo fará publicar no Diário Oficial da União, no prazo de trinta dias, após a publicação desta Lei, texto consolidado da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 14. Os arts. 2º e 152 da Lei nº 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º

§ 6º Os Juízes Militares, referidos na letra "b" do *caput* deste artigo, terão mandato de quatro anos, podendo ser reconduzidos, respeitado, porém, o limite de idade estabelecido para a permanência no serviço público.

§ 9º Os Juízes Civis, referidos na letra "c" do *caput* deste artigo, conservar-se-ão em seus cargos até atingirem a idade limite para permanência no serviço público."

"Art. 152.

Parágrafo único. O período de trinta dias, contado a partir do primeiro dia útil do mês de janeiro, será de férias para o Tribunal, que somente se reunirá para assuntos de alta relevância, por convocação extraordinária do Juiz-Presidente."

Art. 15. Fica extinta a incorporação da retribuição pelo exercício de função de direção, chefia ou assessoramento, cargo de provimento em comissão ou de Natureza Especial a que se referem os arts. 3º e 10 da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994.

§ 1º A importância paga em razão da incorporação a que se refere este artigo passa a constituir, a partir de 11 de novembro de 1997, vantagem pessoal nominalmente identificada, sujeita exclusivamente àatualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

§ 2º É assegurado o direito à incorporação ou atualização de parcela ao servidor que, em 11 de novembro de 1997, tiver cumprido todos os requisitos legais para a concessão ou atualização a ela referente.

Art. 16. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 1.573-13, de 27 de outubro de 1997, e na Medida Provisória nº 1.595-14, de 10 de novembro de 1997.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Ficam revogados o art. 1º da Lei nº 2.123, de 1º de dezembro de 1953, o parágrafo único do art. 17 da Lei nº 4.069, de 11 de junho de 1962, o parágrafo único do art. 3º da Lei nº 5.645, de 10 de dezembro de 1970, o § 2º do art. 2º da Lei nº 5.845, de 6 de dezembro de 1972, os incisos III e IV do art. 8º, o art. 23, os incisos IV e V do art. 33, o parágrafo único do art. 35, os §§ 1º e 2º do art. 78, o parágrafo único do art. 79, o § 2º do art. 81, os arts. 88, 89, o § 3º do art. 91, o parágrafo único do art. 101, os arts. 192, 193, as alíneas "d" e "e" do art. 240 e o art. 251 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o art. 5º da Lei nº 8.162, de 8 de janeiro de 1991, o art. 4º da Lei nº 8.889, de 21 de junho de 1994, os arts. 3º e 10 da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994.

Brasília, 10 de dezembro de 1997; 176º da Independência e 109º da República.

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

**LEI Nº 9.717, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1998.**

*Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1~~º~~ Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal deverão ser organizados, baseados em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial, observados os seguintes critérios:

I - realização de avaliação atuarial inicial e em cada balanço utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios; **(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001)**

II - financiamento mediante recursos provenientes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo e dos pensionistas, para os seus respectivos regimes;

III - as contribuições e os recursos vinculados ao Fundo Previdenciário da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as contribuições do pessoal civil e militar, ativo, inativo, e dos pensionistas, somente poderão ser utilizadas para pagamento de benefícios previdenciários dos respectivos regimes, ressalvadas as despesas administrativas estabelecidas no art. 6~~º~~, inciso VIII, desta Lei, observado os limites de gastos estabelecidos em parâmetros gerais; [**(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\MPV\2187-13.htm#art8)

IV - cobertura de um número mínimo de segurados, de modo que os regimes possam garantir diretamente a totalidade dos riscos cobertos no plano de benefícios, preservando o equilíbrio atuarial sem necessidade de resseguro, conforme parâmetros gerais;

V - cobertura exclusiva a servidores públicos titulares de cargos efetivos e a militares, e a seus respectivos dependentes, de cada ente estatal, vedado o pagamento de benefícios, mediante convênios ou consórcios entre Estados, entre Estados e Municípios e entre Municípios;

VI - pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime e participação de representantes dos servidores públicos e dos militares, ativos e inativos, nos colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação;

VII - registro contábil individualizado das contribuições de cada servidor e dos entes estatais, conforme diretrizes gerais;

VIII - identificação e consolidação em demonstrativos financeiros e orçamentários de todas as despesas fixas e variáveis com pessoal inativo civil, militar e pensionistas, bem como dos encargos incidentes sobre os proventos e pensões pagos;

IX - sujeição às inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos de controle interno e externo.

X - vedação de inclusão nos benefícios, para efeito de percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança ou de cargo em comissão, exceto quando tais parcelas integrarem a remuneração de contribuição do servidor que se aposentar com fundamento no art. 40 da Constituição Federal, respeitado, em qualquer hipótese, o limite previsto no § 2o do citado artigo; [**(Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\_Ato2004-2006\2004\Lei\L10.887.htm#Art1x)

XI - vedação de inclusão nos benefícios, para efeito de percepção destes, do abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o [§ 5º do art. 2º](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\Constituicao\Emendas\Emc\emc41.htm#art2§5) e o § 1º do art. 3º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003. [**(Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\_Ato2004-2006\2004\Lei\L10.887.htm#Art10)

§ 1º Aplicam-se adicionalmente aos regimes próprios de previdência social as disposições estabelecidas no art. 6º desta Lei relativas aos fundos com finalidade previdenciária por eles instituídos. [**(Renumerado do parágrafo único pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\MPV\2187-13.htm#art8)

§ 2º Os regimes próprios de previdência social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios operacionalizarão a compensação financeira a que se referem o § 9º do art. 201 da Constituição Federal e a Lei nº 9.796, de 5 de maio de 1999, entre si e com o regime geral de previdência social, sob pena de incidirem nas sanções de que trata o art. 7º desta Lei. [**(Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\_Ato2019-2022\2019\Lei\L13846.htm#art31)

Art. 1o-A. O servidor público titular de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou o militar dos Estados e do Distrito Federal filiado a regime próprio de previdência social, quando cedido a órgão ou entidade de outro ente da federação, com ou sem ônus para o cessionário, permanecerá vinculado ao regime de origem. [**(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\MPV\2187-13.htm#art8)

Art. 2o A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição.[**(Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\_Ato2004-2006\2004\Lei\L10.887.htm#Art10)

§ 1o A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo regime próprio, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários. [**(Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\_Ato2004-2006\2004\Lei\L10.887.htm#Art10)

§ 2o A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios publicarão, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesa previdenciárias acumuladas no exercício financeiro em curso.[**(Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\_Ato2004-2006\2004\Lei\L10.887.htm#Art2)

§ 3o**(Revogado** [**pela Lei nº 10.887, de 2004)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\_Ato2004-2006\2004\Lei\L10.887.htm#Art10)

§ 4o**(Revogado** [**pela Lei nº 10.887, de 2004)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\_Ato2004-2006\2004\Lei\L10.887.htm#Art10)

§ 5o**(Revogado** [**pela Lei nº 10.887, de 2004)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\_Ato2004-2006\2004\Lei\L10.887.htm#Art10)

§ 6o**(Revogado** [**pela Lei nº 10.887, de 2004)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\_Ato2004-2006\2004\Lei\L10.887.htm#Art10)

§ 7o**(Revogado** [**pela Lei nº 10.887, de 2004)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\_Ato2004-2006\2004\Lei\L10.887.htm#Art10)

Art. 2o-A. **(Revogado** [**pela Lei nº 10.887, de 2004)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\_Ato2004-2006\2004\Lei\L10.887.htm#Art10)

Art. 3o As alíquotas de contribuição dos servidores ativos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para os respectivos regimes próprios de previdência social não serão inferiores às dos servidores titulares de cargos efetivos da União, devendo ainda ser observadas, no caso das contribuições sobre os proventos dos inativos e sobre as pensões, as mesmas alíquotas aplicadas às remunerações dos servidores em atividade do respectivo ente estatal. [**(Redação dada pela Lei nº 10.887, de 2004)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\_Ato2004-2006\2004\Lei\L10.887.htm#Art10)

Art. 4º [**(Revogado pela Lei nº 10.887, de 2004)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\_Ato2004-2006\2004\Lei\L10.887.htm#Art10)

Art. 5~~º~~ Os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal não poderão conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social, de que trata a Lei n~~º~~ 8.213, de 24 de julho de 1991, salvo disposição em contrário da Constituição Federal.

Parágrafo único. Fica vedada a concessão de aposentadoria especial, nos termos do [§ 4º do art. 40 da Constituição Federal](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\Constituicao\Constituicao.htm#art40§4), até que lei complementar federal discipline a matéria. [**(Redação dada pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\MPV\2187-13.htm#art8)

Art. 6~~º~~ Fica facultada à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a constituição de fundos integrados de bens, direitos e ativos, com finalidade previdenciária, desde que observados os critérios de que trata o artigo 1~~º~~ e, adicionalmente, os seguintes preceitos:

I - [**(Revogado pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\MPV\2187-13.htm#art16)

II - existência de conta do fundo distinta da conta do Tesouro da unidade federativa;

III - [**(Revogado pela Medida Provisória nº 2.187-13, de 2001)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\MPV\2187-13.htm#art16)

IV - aplicação de recursos, conforme estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional;

V - vedação da utilização de recursos do fundo de bens, direitos e ativos para empréstimos de qualquer natureza, inclusive à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a entidades da administração indireta e aos respectivos segurados;

VI - vedação à aplicação de recursos em títulos públicos, com exceção de títulos do Governo Federal;

VII - avaliação de bens, direitos e ativos de qualquer natureza integrados ao fundo, em conformidade com a Lei 4.320, de 17 de março de 1964 e alterações subseqüentes;

VIII - estabelecimento de limites para a taxa de administração, conforme parâmetros gerais;

IX - constituição e extinção do fundo mediante lei.

Parágrafo único. No estabelecimento das condições e dos limites para aplicação dos recursos dos regimes próprios de previdência social, na forma do inciso IV do **caput** deste artigo, o Conselho Monetário Nacional deverá considerar, entre outros requisitos: [**(Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\_Ato2019-2022\2019\Lei\L13846.htm#art31)

I - a natureza pública das unidades gestoras desses regimes e dos recursos aplicados, exigindo a observância dos princípios de segurança, proteção e prudência financeira; [**(Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\_Ato2019-2022\2019\Lei\L13846.htm#art31)

II - a necessidade de exigência, em relação às instituições públicas ou privadas que administram, direta ou indiretamente por meio de fundos de investimento, os recursos desses regimes, da observância de critérios relacionados a boa qualidade de gestão, ambiente de controle interno, histórico e experiência de atuação, solidez patrimonial, volume de recursos sob administração e outros destinados à mitigação de riscos. [**(Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\_Ato2019-2022\2019\Lei\L13846.htm#art31)

Art. 7~~º~~ O descumprimento do disposto nesta Lei pelos Estados, Distrito Federal e Municípios e pelos respectivos fundos, implicará, a partir de 1~~º~~ de julho de 1999:

I - suspensão das transferências voluntárias de recursos pela União;

II - impedimento para celebrar acordos, contratos, convênios ou ajustes, bem como receber empréstimos, financiamentos, avais e subvenções em geral de órgãos ou entidades da Administração direta e indireta da União;

III - suspensão de empréstimos e financiamentos por instituições financeiras federais.

IV –**(Revogado pela Lei nº 13.846, de 2019)**

Art. 8º Os responsáveis pelos poderes, órgãos ou entidades do ente estatal, os dirigentes da unidade gestora do respectivo regime próprio de previdência social e os membros dos seus conselhos e comitês respondem diretamente por infração ao disposto nesta Lei, sujeitando-se, no que couber, ao regime disciplinar estabelecido na Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e seu regulamento, e conforme diretrizes gerais. [**(Redação dada pela Lei nº 13.846, de 2019)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\_Ato2019-2022\2019\Lei\L13846.htm#art31)

§ 1º As infrações serão apuradas mediante processo administrativo que tenha por base o auto, a representação ou a denúncia positiva dos fatos irregulares, assegurados ao acusado o contraditório e a ampla defesa, em conformidade com diretrizes gerais. **(Renumerado do parágrafo único**  [**pela Lei nº 13.846, de 2019)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\_Ato2019-2022\2019\Lei\L13846.htm#art31)

§ 2º São também responsáveis quaisquer profissionais que prestem serviços técnicos ao ente estatal e respectivo regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada. [**(Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\_Ato2019-2022\2019\Lei\L13846.htm#art31)

Art. 8º-A Os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa. [**(Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\_Ato2019-2022\2019\Lei\L13846.htm#art31)

Art. 8º-B Os dirigentes da unidade gestora do regime próprio de previdência social deverão atender aos seguintes requisitos mínimos: [**(Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\_Ato2019-2022\2019\Lei\L13846.htm#art31)

I - não ter sofrido condenação criminal ou incidido em alguma das demais situações de inelegilidade previstas no inciso I do **caput** do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, observados os critérios e prazos previstos na referida Lei Complementar; [**(Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\_Ato2019-2022\2019\Lei\L13846.htm#art31)

II - possuir certificação e habilitação comprovadas, nos termos definidos em parâmetros gerais;[**(Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\_Ato2019-2022\2019\Lei\L13846.htm#art31)

III - possuir comprovada experiência no exercício de atividade nas áreas financeira, administrativa, contábil, jurídica, de fiscalização, atuarial ou de auditoria; [**(Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\_Ato2019-2022\2019\Lei\L13846.htm#art31)

IV - ter formação superior. [**(Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\_Ato2019-2022\2019\Lei\L13846.htm#art31)

Parágrafo único. Os requisitos a que se referem os incisos I e II do **caput** deste artigo aplicam-se aos membros dos conselhos deliberativo e fiscal e do comitê de investimentos da unidade gestora do regime próprio de previdência social. [**(Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\_Ato2019-2022\2019\Lei\L13846.htm#art31)

Art. 9º Compete à União, por intermédio da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, em relação aos regimes próprios de previdência social e aos seus fundos previdenciários: [**(Redação dada pela Lei nº 13.846, de 2019)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\_Ato2019-2022\2019\Lei\L13846.htm#art31)

I - a orientação, a supervisão, a fiscalização e o acompanhamento; [**(Redação dada pela Lei nº 13.846, de 2019)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\_Ato2019-2022\2019\Lei\L13846.htm#art31)

II - o estabelecimento e a publicação de parâmetros, diretrizes e critérios de responsabilidade previdenciária na sua instituição, organização e funcionamento, relativos a custeio, benefícios, atuária, contabilidade, aplicação e utilização de recursos e constituição e manutenção dos fundos previdenciários, para preservação do caráter contributivo e solidário e do equilíbrio financeiro e atuarial; [**(Redação dada pela Lei nº 13.846, de 2019)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\_Ato2019-2022\2019\Lei\L13846.htm#art31)

III - a apuração de infrações, por servidor credenciado, e a aplicação de penalidades, por órgão próprio, nos casos previstos no art. 8º desta Lei; **(Redação dada pela Lei nº 13.846, de 2019)**

IV - a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária (CRP), que atestará, para os fins do disposto no art. 7º desta Lei, o cumprimento, pelos Estados, Distrito Federal e Municípios, dos critérios e exigências aplicáveis aos regimes próprios de previdência social e aos seus fundos previdenciários. [**(Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\_Ato2019-2022\2019\Lei\L13846.htm#art31)

Parágrafo único. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios encaminharão à Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, na forma, na periodicidade e nos critérios por ela definidos, dados e informações sobre o regime próprio de previdência social e seus segurados. [**(Redação dada pela Lei nº 13.846, de 2019)**](file:///\\sdfbsb0013\Grupo_Gab\_Ato2019-2022\2019\Lei\L13846.htm#art31)

Art. 10. No caso de extinção de regime próprio de previdência social, a União, o Estado, o Distrito Federal e os Municípios assumirão integralmente a responsabilidade pelo pagamento dos benefícios concedidos durante a sua vigência, bem como daqueles benefícios cujos requisitos necessários a sua concessão foram implementados anteriormente à extinção do regime próprio de previdência social.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de novembro de 1998; 177o da Independência e 110o da República.

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

Waldeck Ornélas

**LEI N.º 9.784 , DE 29 DE JANEIRO DE 1999.**

*Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

**CAPÍTULO I**

**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1o Esta Lei estabelece normas básicas sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração.

§ 1o Os preceitos desta Lei também se aplicam aos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, quando no desempenho de função administrativa.

§ 2o Para os fins desta Lei, consideram-se:

I - órgão - a unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta;

II - entidade - a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica;

III - autoridade - o servidor ou agente público dotado de poder de decisão.

Art. 2o A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência.

Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de:

I - atuação conforme a lei e o Direito;

II - atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei;

III - objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades;

IV - atuação segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé;

V - divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas na Constituição;

VI - adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público;

VII - indicação dos pressupostos de fato e de direito que determinarem a decisão;

VIII - observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados;

IX - adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados;

X - garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio;

XI - proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei;

XII - impulsão, de ofício, do processo administrativo, sem prejuízo da atuação dos interessados;

XIII - interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.

**CAPÍTULO II**

**DOS DIREITOS DOS ADMINISTRADOS**

Art. 3o O administrado tem os seguintes direitos perante a Administração, sem prejuízo de outros que lhe sejam assegurados:

I - ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, que deverão facilitar o exercício de seus direitos e o cumprimento de suas obrigações;

II - ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos, obter cópias de documentos neles contidos e conhecer as decisões proferidas;

III - formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente;

IV - fazer-se assistir, facultativamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.

**CAPÍTULO III**

**DOS DEVERES DO ADMINISTRADO**

Art. 4o São deveres do administrado perante a Administração, sem prejuízo de outros previstos em ato normativo:

I - expor os fatos conforme a verdade;

II - proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé;

III - não agir de modo temerário;

IV - prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

**CAPÍTULO IV**

**DO INÍCIO DO PROCESSO**

Art. 5o O processo administrativo pode iniciar-se de ofício ou a pedido de interessado.

Art. 6o O requerimento inicial do interessado, salvo casos em que for admitida solicitação oral, deve ser formulado por escrito e conter os seguintes dados:

I - órgão ou autoridade administrativa a que se dirige;

II - identificação do interessado ou de quem o represente;

III - domicílio do requerente ou local para recebimento de comunicações;

IV - formulação do pedido, com exposição dos fatos e de seus fundamentos;

V - data e assinatura do requerente ou de seu representante.

Parágrafo único. É vedada à Administração a recusa imotivada de recebimento de documentos, devendo o servidor orientar o interessado quanto ao suprimento de eventuais falhas.

Art. 7o Os órgãos e entidades administrativas deverão elaborar modelos ou formulários padronizados para assuntos que importem pretensões equivalentes.

Art. 8o Quando os pedidos de uma pluralidade de interessados tiverem conteúdo e fundamentos idênticos, poderão ser formulados em um único requerimento, salvo preceito legal em contrário.

**CAPÍTULO V**

**DOS INTERESSADOS**

Art. 9o São legitimados como interessados no processo administrativo:

I - pessoas físicas ou jurídicas que o iniciem como titulares de direitos ou interesses individuais ou no exercício do direito de representação;

II - aqueles que, sem terem iniciado o processo, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada;

III - as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos;

IV - as pessoas ou as associações legalmente constituídas quanto a direitos ou interesses difusos.

Art. 10. São capazes, para fins de processo administrativo, os maiores de dezoito anos, ressalvada previsão especial em ato normativo próprio.

**CAPÍTULO VI**

**DA COMPETÊNCIA**

Art. 11. A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.

Art. 12. Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo aplica-se à delegação de competência dos órgãos colegiados aos respectivos presidentes.

Art. 13. Não podem ser objeto de delegação:

I - a edição de atos de caráter normativo;

II - a decisão de recursos administrativos;

III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

Art. 14. O ato de delegação e sua revogação deverão ser publicados no meio oficial.

§ 1o O ato de delegação especificará as matérias e poderes transferidos, os limites da atuação do delegado, a duração e os objetivos da delegação e o recurso cabível, podendo conter ressalva de exercício da atribuição delegada.

§ 2o O ato de delegação é revogável a qualquer tempo pela autoridade delegante.

§ 3o As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.

Art. 15. Será permitida, em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados, a avocação temporária de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

Art. 16. Os órgãos e entidades administrativas divulgarão publicamente os locais das respectivas sedes e, quando conveniente, a unidade fundacional competente em matéria de interesse especial.

Art. 17. Inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.

**CAPÍTULO VII**

**DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO**

Art. 18. É impedido de atuar em processo administrativo o servidor ou autoridade que:

I - tenha interesse direto ou indireto na matéria;

II - tenha participado ou venha a participar como perito, testemunha ou representante, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau;

III - esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro.

Art. 19. A autoridade ou servidor que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente, abstendo-se de atuar.

Parágrafo único. A omissão do dever de comunicar o impedimento constitui falta grave, para efeitos disciplinares.

Art. 20. Pode ser argüida a suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.

Art. 21. O indeferimento de alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo.

**CAPÍTULO VIII**

**DA FORMA, TEMPO E LUGAR DOS ATOS DO PROCESSO**

Art. 22. Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.

§ 1o Os atos do processo devem ser produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização e a assinatura da autoridade responsável.

§ 2o Salvo imposição legal, o reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade.

§ 3o A autenticação de documentos exigidos em cópia poderá ser feita pelo órgão administrativo.

§ 4o O processo deverá ter suas páginas numeradas seqüencialmente e rubricadas.

Art. 23. Os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, no horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo.

Parágrafo único. Serão concluídos depois do horário normal os atos já iniciados, cujo adiamento prejudique o curso regular do procedimento ou cause dano ao interessado ou à Administração.

Art. 24. Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de cinco dias, salvo motivo de força maior.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo pode ser dilatado até o dobro, mediante comprovada justificação.

Art. 25. Os atos do processo devem realizar-se preferencialmente na sede do órgão, cientificando-se o interessado se outro for o local de realização.

**CAPÍTULO IX**

**DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS**

Art. 26. O órgão competente perante o qual tramita o processo administrativo determinará a intimação do interessado para ciência de decisão ou a efetivação de diligências.

§ 1o A intimação deverá conter:

I - identificação do intimado e nome do órgão ou entidade administrativa;

II - finalidade da intimação;

III - data, hora e local em que deve comparecer;

IV - se o intimado deve comparecer pessoalmente, ou fazer-se representar;

V - informação da continuidade do processo independentemente do seu comparecimento;

VI - indicação dos fatos e fundamentos legais pertinentes.

§ 2o A intimação observará a antecedência mínima de três dias úteis quanto à data de comparecimento.

§ 3o A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

§ 4o No caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação oficial.

§ 5o As intimações serão nulas quando feitas sem observância das prescrições legais, mas o comparecimento do administrado supre sua falta ou irregularidade.

Art. 27. O desatendimento da intimação não importa o reconhecimento da verdade dos fatos, nem a renúncia a direito pelo administrado.

Parágrafo único. No prosseguimento do processo, será garantido direito de ampla defesa ao interessado.

Art. 28. Devem ser objeto de intimação os atos do processo que resultem para o interessado em imposição de deveres, ônus, sanções ou restrição ao exercício de direitos e atividades e os atos de outra natureza, de seu interesse.

**CAPÍTULO X**

**DA INSTRUÇÃO**

Art. 29. As atividades de instrução destinadas a averiguar e comprovar os dados necessários à tomada de decisão realizam-se de ofício ou mediante impulsão do órgão responsável pelo processo, sem prejuízo do direito dos interessados de propor atuações probatórias.

§ 1o O órgão competente para a instrução fará constar dos autos os dados necessários à decisão do processo.

§ 2o Os atos de instrução que exijam a atuação dos interessados devem realizar-se do modo menos oneroso para estes.

Art. 30. São inadmissíveis no processo administrativo as provas obtidas por meios ilícitos.

Art. 31. Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada.

§ 1o A abertura da consulta pública será objeto de divulgação pelos meios oficiais, a fim de que pessoas físicas ou jurídicas possam examinar os autos, fixando-se prazo para oferecimento de alegações escritas.

§ 2o O comparecimento à consulta pública não confere, por si, a condição de interessado do processo, mas confere o direito de obter da Administração resposta fundamentada, que poderá ser comum a todas as alegações substancialmente iguais.

Art. 32. Antes da tomada de decisão, a juízo da autoridade, diante da relevância da questão, poderá ser realizada audiência pública para debates sobre a matéria do processo.

Art. 33. Os órgãos e entidades administrativas, em matéria relevante, poderão estabelecer outros meios de participação de administrados, diretamente ou por meio de organizações e associações legalmente reconhecidas.

Art. 34. Os resultados da consulta e audiência pública e de outros meios de participação de administrados deverão ser apresentados com a indicação do procedimento adotado.

Art. 35. Quando necessária à instrução do processo, a audiência de outros órgãos ou entidades administrativas poderá ser realizada em reunião conjunta, com a participação de titulares ou representantes dos órgãos competentes, lavrando-se a respectiva ata, a ser juntada aos autos.

Art. 36. Cabe ao interessado a prova dos fatos que tenha alegado, sem prejuízo do dever atribuído ao órgão competente para a instrução e do disposto no art. 37 desta Lei.

Art. 37. Quando o interessado declarar que fatos e dados estão registrados em documentos existentes na própria Administração responsável pelo processo ou em outro órgão administrativo, o órgão competente para a instrução proverá, de ofício, à obtenção dos documentos ou das respectivas cópias.

Art. 38. O interessado poderá, na fase instrutória e antes da tomada da decisão, juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo.

§ 1o Os elementos probatórios deverão ser considerados na motivação do relatório e da decisão.

§ 2o Somente poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

Art. 39. Quando for necessária a prestação de informações ou a apresentação de provas pelos interessados ou terceiros, serão expedidas intimações para esse fim, mencionando-se data, prazo, forma e condições de atendimento.

Parágrafo único. Não sendo atendida a intimação, poderá o órgão competente, se entender relevante a matéria, suprir de ofício a omissão, não se eximindo de proferir a decisão.

Art. 40. Quando dados, atuações ou documentos solicitados ao interessado forem necessários à apreciação de pedido formulado, o não atendimento no prazo fixado pela Administração para a respectiva apresentação implicará arquivamento do processo.

Art. 41. Os interessados serão intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de três dias úteis, mencionando-se data, hora e local de realização.

Art. 42. Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo.

§ 1o Se um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo não terá seguimento até a respectiva apresentação, responsabilizando-se quem der causa ao atraso.

§ 2o Se um parecer obrigatório e não vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo poderá ter prosseguimento e ser decidido com sua dispensa, sem prejuízo da responsabilidade de quem se omitiu no atendimento.

Art. 43. Quando por disposição de ato normativo devam ser previamente obtidos laudos técnicos de órgãos administrativos e estes não cumprirem o encargo no prazo assinalado, o órgão responsável pela instrução deverá solicitar laudo técnico de outro órgão dotado de qualificação e capacidade técnica equivalentes.

Art. 44. Encerrada a instrução, o interessado terá o direito de manifestar-se no prazo máximo de dez dias, salvo se outro prazo for legalmente fixado.

Art. 45. Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.

Art. 46. Os interessados têm direito à vista do processo e a obter certidões ou cópias reprográficas dos dados e documentos que o integram, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.

Art. 47. O órgão de instrução que não for competente para emitir a decisão final elaborará relatório indicando o pedido inicial, o conteúdo das fases do procedimento e formulará proposta de decisão, objetivamente justificada, encaminhando o processo à autoridade competente.

**CAPÍTULO XI**

**DO DEVER DE DECIDIR**

Art. 48. A Administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência.

Art. 49. Concluída a instrução de processo administrativo, a Administração tem o prazo de até trinta dias para decidir, salvo prorrogação por igual período expressamente motivada.

**CAPÍTULO XII**

**DA MOTIVAÇÃO**

Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;

II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;

III - decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública;

IV - dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório;

V - decidam recursos administrativos;

VI - decorram de reexame de ofício;

VII - deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais;

VIII - importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.

§ 1o A motivação deve ser explícita, clara e congruente, podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato.

§ 2o Na solução de vários assuntos da mesma natureza, pode ser utilizado meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões, desde que não prejudique direito ou garantia dos interessados.

§ 3o A motivação das decisões de órgãos colegiados e comissões ou de decisões orais constará da respectiva ata ou de termo escrito.

**CAPÍTULO XIII**

**DA DESISTÊNCIA E OUTROS CASOS DE EXTINÇÃO DO PROCESSO**

Art. 51. O interessado poderá, mediante manifestação escrita, desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou, ainda, renunciar a direitos disponíveis.

§ 1o Havendo vários interessados, a desistência ou renúncia atinge somente quem a tenha formulado.

§ 2o A desistência ou renúncia do interessado, conforme o caso, não prejudica o prosseguimento do processo, se a Administração considerar que o interesse público assim o exige.

Art. 52. O órgão competente poderá declarar extinto o processo quando exaurida sua finalidade ou o objeto da decisão se tornar impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente.

**CAPÍTULO XIV**

**DA ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E CONVALIDAÇÃO**

Art. 53. A Administração deve anular seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.

Art. 54. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.[[451]](#footnote-452)

§ 1o No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de decadência contar-se-á da percepção do primeiro pagamento.

§ 2o Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato.

Art. 55. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

**CAPÍTULO XV**

**DO RECURSO ADMINISTRATIVO E DA REVISÃO**

Art. 56. Das decisões administrativas cabe recurso, em face de razões de legalidade e de mérito.

§ 1o O recurso será dirigido à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não a reconsiderar no prazo de cinco dias, o encaminhará à autoridade superior.

§ 2o Salvo exigência legal, a interposição de recurso administrativo independe de caução.

§ 3o  Se o recorrente alegar que a decisão administrativa contraria enunciado da súmula vinculante, caberá à autoridade prolatora da decisão impugnada, se não a reconsiderar, explicitar, antes de encaminhar o recurso à autoridade superior, as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso. **(Incluído pela Lei nº 11.417, de 19.12. 2006)**

Art. 57. O recurso administrativo tramitará no máximo por três instâncias administrativas, salvo disposição legal diversa.

Art. 58. Têm legitimidade para interpor recurso administrativo:

I - os titulares de direitos e interesses que forem parte no processo;

II - aqueles cujos direitos ou interesses forem indiretamente afetados pela decisão recorrida;

III - as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos;

IV - os cidadãos ou associações, quanto a direitos ou interesses difusos.

Art. 59. Salvo disposição legal específica, é de dez dias o prazo para interposição de recurso administrativo, contado a partir da ciência ou divulgação oficial da decisão recorrida.

§ 1o Quando a lei não fixar prazo diferente, o recurso administrativo deverá ser decidido no prazo máximo de trinta dias, a partir do recebimento dos autos pelo órgão competente.

§ 2o O prazo mencionado no parágrafo anterior poderá ser prorrogado por igual período, ante justificativa explícita.

Art. 60. O recurso interpõe-se por meio de requerimento no qual o recorrente deverá expor os fundamentos do pedido de reexame, podendo juntar os documentos que julgar convenientes.

Art. 61. Salvo disposição legal em contrário, o recurso não tem efeito suspensivo.

Parágrafo único. Havendo justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução, a autoridade recorrida ou a imediatamente superior poderá, de ofício ou a pedido, dar efeito suspensivo ao recurso.

Art. 62. Interposto o recurso, o órgão competente para dele conhecer deverá intimar os demais interessados para que, no prazo de cinco dias úteis, apresentem alegações.

Art. 63. O recurso não será conhecido quando interposto:

I - fora do prazo;

II - perante órgão incompetente;

III - por quem não seja legitimado;

IV - após exaurida a esfera administrativa.

§ 1o Na hipótese do inciso II, será indicada ao recorrente a autoridade competente, sendo-lhe devolvido o prazo para recurso.

§ 2o O não conhecimento do recurso não impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, desde que não ocorrida preclusão administrativa.

Art. 64. O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência.

Parágrafo único. Se da aplicação do disposto neste artigo puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado para que formule suas alegações antes da decisão.

Art. 64-A.  Se o recorrente alegar violação de enunciado da súmula vinculante, o órgão competente para decidir o recurso explicitará as razões da aplicabilidade ou inaplicabilidade da súmula, conforme o caso. **(Incluído pela Lei nº 11.417, de 2006).**

Art. 64-B.  Acolhida pelo Supremo Tribunal Federal a reclamação fundada em violação de enunciado da súmula vinculante, dar-se-á ciência à autoridade prolatora e ao órgão competente para o julgamento do recurso, que deverão adequar as futuras decisões administrativas em casos semelhantes, sob pena de responsabilização pessoal nas esferas cível, administrativa e penal. **(Incluído pela Lei nº 11.417, de 2006).**

Art. 65. Os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada.

Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção.

**CAPÍTULO XVI**

**DOS PRAZOS**

Art. 66. Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

§ 1o Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

§ 2o Os prazos expressos em dias contam-se de modo contínuo.

§ 3o Os prazos fixados em meses ou anos contam-se de data a data. Se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo o último dia do mês.

Art. 67. Salvo motivo de força maior devidamente comprovado, os prazos processuais não se suspendem.

**CAPÍTULO XVII**

**DAS SANÇÕES**

Art. 68. As sanções, a serem aplicadas por autoridade competente, terão natureza pecuniária ou consistirão em obrigação de fazer ou de não fazer, assegurado sempre o direito de defesa.

**CAPÍTULO XVIII**

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 69. Os processos administrativos específicos continuarão a reger-se por lei própria, aplicando-se-lhes apenas subsidiariamente os preceitos desta Lei.

Art. 69-A.  Terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado: **(Incluído pela Lei nº 12.008, de 29.7.2009)**

I - pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos;**(Incluído pela Lei nº 12.008, de 29.7.2009)**

II - pessoa portadora de deficiência, física ou mental; **(Incluído pela Lei nº 12.008, de 29.7.2009)**

III – (VETADO)**(Incluído pela Lei nº 12.008, de 29.7.2009)**

IV - pessoa portadora de tuberculose ativa, esclerose múltipla, neoplasia maligna, hanseníase, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose anquilosante, nefropatia grave, hepatopatia grave, estados avançados da doença de Paget (osteíte deformante), contaminação por radiação, síndrome de imunodeficiência adquirida, ou outra doença grave, com base em conclusão da medicina especializada, mesmo que a doença tenha sido contraída após o início do processo. **(Incluído pela Lei nº 12.008, de 29.7.2009)**

§ 1o  A pessoa interessada na obtenção do benefício, juntando prova de sua condição, deverá requerê-lo à autoridade administrativa competente, que determinará as providências a serem cumpridas. **(Incluído pela Lei nº 12.008, de 29.7.2009)**

§ 2o  Deferida a prioridade, os autos receberão identificação própria que evidencie o regime de tramitação prioritária. **(Incluído pela Lei nº 12.008, de 29.7.2009)**

§ 3o  (VETADO)**(Incluído pela Lei nº 12.008, de 29.7.2009)**

§ 4o  (VETADO)**(Incluído pela Lei nº 12.008, de 29.7.2009)**

Art. 70. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília 29 de janeiro de 1999; 178o da Independência e 111o da República.

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

*Renan Calheiros   
Paulo Paiva*

**LEI Nº 10.887, DE 18 DE JUNHO DE 2004.**

*Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, altera dispositivos das Leis nos 9.717, de 27 de novembro de 1998, 8.213, de 24 de julho de 1991, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, e dá outras providências.*

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o No cálculo dos proventos de aposentadoria dos servidores titulares de cargo efetivo de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, previsto no § 3o do art. 40 da Constituição Federal e no art. 2o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% (oitenta por cento) de todo o período contributivo desde a competência julho de 1994 ou desde a do início da contribuição, se posterior àquela competência.

§ 1o As remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos terão os seus valores atualizados mês a mês de acordo com a variação integral do índice fixado para a atualização dos salários-de-contribuição considerados no cálculo dos benefícios do regime geral de previdência social.

§ 2o A base de cálculo dos proventos será a remuneração do servidor no cargo efetivo nas competências a partir de julho de 1994 em que não tenha havido contribuição para regime próprio.

§ 3o Os valores das remunerações a serem utilizadas no cálculo de que trata este artigo serão comprovados mediante documento fornecido pelos órgãos e entidades gestoras dos regimes de previdência aos quais o servidor esteve vinculado ou por outro documento público, na forma do regulamento.

§ 4o Para os fins deste artigo, as remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria, atualizadas na forma do § 1o deste artigo, não poderão ser:

I - inferiores ao valor do salário-mínimo;

II - superiores ao limite máximo do salário-de-contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao regime geral de previdência social.

§ 5o Os proventos, calculados de acordo com o **caput**deste artigo, por ocasião de sua concessão, não poderão ser inferiores ao valor do salário-mínimo nem exceder a remuneração do respectivo servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria.

Art. 2o Aos dependentes dos servidores titulares de cargo efetivo e dos aposentados de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, falecidos a partir da data de publicação desta Lei, será concedido o benefício de pensão por morte, que será igual:

I - à totalidade dos proventos percebidos pelo aposentado na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite; ou

II - à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo na data anterior à do óbito, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, acrescida de 70% (setenta por cento) da parcela excedente a este limite, se o falecimento ocorrer quando o servidor ainda estiver em atividade.

Parágrafo único. Aplica-se ao valor das pensões o limite previsto no art. 40, § 2o, da Constituição Federal.

Art. 3o Para os fins do disposto no inciso XI do art. 37 da Constituição Federal, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão sistema integrado de dados relativos às remunerações, proventos e pensões pagos aos respectivos servidores e militares, ativos e inativos, e pensionistas, na forma do regulamento.

Art. 4o  A contribuição social do servidor público ativo de qualquer dos Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações, para a manutenção do respectivo regime próprio de previdência social, será de 11% (onze por cento), incidentes sobre: **(Redação dada pela Lei nº 12.618, de 30.4.2012)**

 I - a totalidade da base de contribuição, em se tratando de servidor que tiver ingressado no serviço público até a data da publicação do ato de instituição do regime de previdência complementar para os servidores públicos federais titulares de cargo efetivo e não tiver optado por aderir a ele;**(Redação dada pela Lei nº 12.618, de 30.4.2012)**

 II - a parcela da base de contribuição que não exceder ao limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social, em se tratando de servidor:**(Redação dada pela Lei nº 12.618, de 30.4.2012)**

 a) que tiver ingressado no serviço público até a data a que se refere o inciso I e tenha optado por aderir ao regime de previdência complementar ali referido; ou**(Redação dada pela Lei nº 12.618, de 30.4.2012)**

 b) que tiver ingressado no serviço público a partir da data a que se refere o inciso I, independentemente de adesão ao regime de previdência complementar ali referido.**(Redação dada pela Lei nº 12.618, de 30.4.2012)**

§ 1o Entende-se como base de contribuição o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, os adicionais de caráter individual ou quaisquer outras vantagens, excluídas:

I - as diárias para viagens;

II - a ajuda de custo em razão de mudança de sede;

III - a indenização de transporte;

IV - o salário-família;

V - o auxílio-alimentação;

VI - o auxílio-creche;

VII - as parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho;

VIII - a parcela percebida em decorrência do exercício de cargo em comissão ou de função comissionada ou gratificada;**(Redação dada Lei nº 12.688, de 18.7.2012)**

IX - o abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5o do art. 2o e o § 1o do art. 3o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003; **(Redação dada pela Lei nº 12.688, de 18.7.2012)**

X - o adicional de férias; **(Redação dada pela Lei nº 12.688, de 18.7.2012)**

XI - o adicional noturno; **(Redação dada Lei nº 12.688, de 18.7.2012)**

XII - o adicional por serviço extraordinário; **(Redação dada pela Lei nº 12.688, de 18.7.2012)**

XIII - a parcela paga a título de assistência à saúde suplementar; **(Redação dada pela Lei nº 12.688, de 18.7.2012)**

XIV - a parcela paga a título de assistência pré-escolar; **(Redação dada pela Lei nº 12.688, de 18.7.2012)**

XV - a parcela paga a servidor público indicado para integrar conselho ou órgão deliberativo, na condição de representante do governo, de órgão ou de entidade da administração pública do qual é servidor; **(Redação dada pela Lei nº 12.688, de 18.7.2012)**

XVI - o auxílio-moradia; **(Incluído pela Lei nº 12.688, de 18.7.2012)**

XVII - a Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso, de que trata o art. 76-A da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; **(Incluído pela Lei nº 12.688, de 18.7.2012)**

XVIII - a Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal (GSISTE), instituída pela Lei no 11.356, de 19 de outubro de 2006; **(Incluído pela Lei nº 12.688, de 18.7.2012)**

XIX - a Gratificação Temporária do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (GSISP), instituída pela Lei no 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

XX - a Gratificação Temporária de Atividade em Escola de Governo (GAEG), instituída pela Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

XXI - a Gratificação Específica de Produção de Radioisótopos e Radiofármacos (GEPR), instituída pela Lei nº 11.907, de 2 de fevereiro de 2009; **(Incluído pela Lei nº 13.328, de 2016)**

XXII - a Gratificação de Raio X; **(Redação dada pela Lei nº 13.464, de 2017)**

XXIII - a parcela relativa ao Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade Tributária e Aduaneira, recebida pelos servidores da carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil; **(Incluído pela Lei nº 13.464, de 2017)**

XXIV - a parcela relativa ao Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade de Auditoria-Fiscal do Trabalho, recebida pelos servidores da carreira de Auditoria-Fiscal do Trabalho.**(Incluído pela Lei nº 13.464, de 2017)**

XXV - **(Incluído Medida Provisória nº 805, de 2017, que teve sua vigência encerrada)**

[XXVI -](file:///\\sdfbsb0013\..\_Ato2004-2006\2004\Lei\L10.887.htm#art4§1xxvi.) o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade (BPMBI); e **(Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)**

XXVII - o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Indícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios (BMOB). **(Incluído pela Lei nº 13.846, de 2019)**

§ 2o  O servidor ocupante de cargo efetivo poderá optar pela inclusão, na base de cálculo da contribuição, de parcelas remuneratórias percebidas em decorrência de local de trabalho e do exercício de cargo em comissão ou de função comissionada ou gratificada, da Gratificação Temporária das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal (GSISTE), da Gratificação Temporária do Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática (GSISP), da Gratificação Temporária de Atividade em Escola de Governo (GAEG), da Gratificação Específica de Produção de Radioisótopos e Radiofármacos (GEPR), da Gratificação de Raio X e daquelas recebidas a título de adicional noturno ou de adicional por serviço extraordinário, para efeito de cálculo do benefício a ser concedido com fundamento no art. 40 da Constituição Federal e no art. 2º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, respeitada, em qualquer hipótese, a limitação estabelecida no § 2º do art. 40 da Constituição Federal. **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 2016)**

Art. 5o Os aposentados e os pensionistas de qualquer dos Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações, contribuirão com 11% (onze por cento), incidentes sobre o valor da parcela dos proventos de aposentadorias e pensões concedidas de acordo com os critérios estabelecidos no art. 40 da Constituição Federal e nos arts. 2o e 6o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, que supere o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.

Art. 6o Os aposentados e os pensionistas de qualquer dos Poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações, em gozo desses benefícios na data de publicação da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, contribuirão com 11% (onze por cento), incidentes sobre a parcela dos proventos de aposentadorias e pensões que supere 60% (sessenta por cento) do limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social.

Parágrafo único. A contribuição de que trata o **caput** deste artigo incidirá sobre os proventos de aposentadorias e pensões concedidas aos servidores e seus dependentes que tenham cumprido todos os requisitos para obtenção desses benefícios com base nos critérios da legislação vigente até 31 de dezembro de 2003.

Art. 7o O servidor ocupante de cargo efetivo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas na alínea *a* do inciso III do § 1o do art. 40 da Constituição Federal, no § 5o do art. 2o ou no § 1o do art. 3o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003, e que opte por permanecer em atividade fará jus a abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no inciso II do § 1o do art. 40 da Constituição Federal.

Art. 8o A contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio do regime de previdência, de que trata o art. 40 da Constituição Federal, será o dobro da contribuição do servidor ativo, devendo o produto de sua arrecadação ser contabilizado em conta específica.

Parágrafo único. A União é responsável pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do regime decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.

Art. 8o-A.  A responsabilidade pela retenção e recolhimento das contribuições de que tratam os arts. 4o a 6o e 8o será do dirigente e do ordenador de despesa do órgão ou entidade que efetuar o pagamento da remuneração ou do benefício. **(Redação dada pela Lei nº 12.350, de 2010)**

§ 1o  O recolhimento das contribuições de que trata este artigo deve ser efetuado: **(Redação dada pela Lei nº 12.350, de 2010)**

I – até o dia 15, no caso de pagamentos de remunerações ou benefícios efetuados no primeiro decêndio do mês; **(Redação dada pela Lei nº 12.350, de 2010)**

II – até o dia 25, no caso de pagamentos de remunerações ou benefícios efetuados no segundo decêndio do mês; ou (**Redação dada pela Lei nº 12.350, de 2010)**

III – até o dia 5 do mês posterior, no caso de pagamentos de remunerações ou benefícios efetuados no último decêndio do mês. **(Redação dada pela Lei nº 12.350, de 2010)**

§ 2o  O não recolhimento das contribuições nos prazos previstos no § 1o: **(Redação dada pela Lei nº 12.350, de 2010)**

I – enseja a aplicação dos acréscimos de mora previstos para os tributos federais; e **(Redação dada pela Lei nº 12.350, de 2010)**

II – sujeita o responsável às sanções penais e administrativas cabíveis. **(Redação dada pela Lei nº 12.350, de 2010)**

 § 3o  A não retenção das contribuições pelo órgão pagador sujeita o responsável às sanções penais e administrativas, cabendo a esse órgão apurar os valores não retidos e proceder ao desconto na folha de pagamento do servidor ativo, do aposentado e do pensionista, em rubrica e classificação contábil específicas, podendo essas contribuições ser parceladas na forma do art. 46 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, observado o disposto no art. 56 da Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999. **(Incluído pelaLei nº 12.688, de 18.7.2012)**

§ 4o  Caso o órgão público não observe o disposto no § 3o, a Secretaria da Receita Federal do Brasil formalizará representações aos órgãos de controle e constituirá o crédito tributário relativo à parcela devida pelo servidor ativo, aposentado ou pensionista. (NR) **(Incluído pela Lei nº 12.688, de 18.7.2012)**

Art. 9o A unidade gestora do regime próprio de previdência dos servidores, prevista no art. 40, § 20, da Constituição Federal:

I - contará com colegiado, com participação paritária de representantes e de servidores dos Poderes da União, cabendo-lhes acompanhar e fiscalizar sua administração, na forma do regulamento;

II - procederá, no mínimo a cada 5 (cinco) anos, a recenseamento previdenciário, abrangendo todos os aposentados e pensionistas do respectivo regime;

III - disponibilizará ao público, inclusive por meio de rede pública de transmissão de dados, informações atualizadas sobre as receitas e despesas do respectivo regime, bem como os critérios e parâmetros adotados para garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial.

Art. 10. A Lei no 9.717, de 27 de novembro de 1998, com a redação dada pela Medida Provisória no 2.187-13, de 24 de agosto de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1o

X - vedação de inclusão nos benefícios, para efeito de percepção destes, de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de local de trabalho, de função de confiança ou de cargo em comissão, exceto quando tais parcelas integrarem a remuneração de contribuição do servidor que se aposentar com fundamento no art. 40 da Constituição Federal, respeitado, em qualquer hipótese, o limite previsto no § 2o do citado artigo;

XI - vedação de inclusão nos benefícios, para efeito de percepção destes, do abono de permanência de que tratam o § 19 do art. 40 da Constituição Federal, o § 5o do art. 2o e o § 1o do art. 3o da Emenda Constitucional no 41, de 19 de dezembro de 2003.

" (NR)

Art. 2o A contribuição da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, aos regimes próprios de previdência social a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro desta contribuição.

§ 1o A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios são responsáveis pela cobertura de eventuais insuficiências financeiras do respectivo regime próprio, decorrentes do pagamento de benefícios previdenciários.

§ 2o A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios publicarão, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesa previdenciárias acumuladas no exercício financeiro em curso.

§ 3o (revogado)

§ 4o (revogado)

§ 5o (revogado)

§ 6o (revogado)

§ 7o (revogado)" (NR)

"Art. 3o As alíquotas de contribuição dos servidores ativos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para os respectivos regimes próprios de previdência social não serão inferiores às dos servidores titulares de cargos efetivos da União, devendo ainda ser observadas, no caso das contribuições sobre os proventos dos inativos e sobre as pensões, as mesmas alíquotas aplicadas às remunerações dos servidores em atividade do respectivo ente estatal." (NR)

Art. 11. A Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 12.

I -

j) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social;

" (NR)

"Art. 69.

§ 4o Para efeito do disposto no **caput**deste artigo, o Ministério da Previdência Social e o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS procederão, no mínimo a cada 5 (cinco) anos, ao recenseamento previdenciário, abrangendo todos os aposentados e pensionistas do regime geral de previdência social." (NR)

"Art. 80.

VII - disponibilizará ao público, inclusive por meio de rede pública de transmissão de dados, informações atualizadas sobre as receitas e despesas do regime geral de previdência social, bem como os critérios e parâmetros adotados para garantir o equilíbrio financeiro e atuarial do regime." (NR)

Art. 12. A Lei no 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 11.

I -

j) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social;

" (NR)

"Art. 29-B. Os salários-de-contribuição considerados no cálculo do valor do benefício serão corrigidos mês a mês de acordo com a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE."

Art. 13. O art. 11 da Lei no 9.532, de 10 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. As deduções relativas às contribuições para entidades de previdência privada, a que se refere a alínea *e* do inciso II do art. 8o da Lei no 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e às contribuições para o Fundo de Aposentadoria Programada Individual - Fapi, a que se refere a Lei no 9.477, de 24 de julho de 1997, cujo ônus seja da própria pessoa física, ficam condicionadas ao recolhimento, também, de contribuições para o regime geral de previdência social ou, quando for o caso, para regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, observada a contribuição mínima, e limitadas a 12% (doze por cento) do total dos rendimentos computados na determinação da base de cálculo do imposto devido na declaração de rendimentos.

§ 1o Aos resgates efetuados pelos quotistas de Fundo de Aposentadoria Programada Individual - Fapi aplicam-se, também, as normas de incidência do imposto de renda de que trata o art. 33 da Lei no 9.250, de 26 de dezembro de 1995.

§ 2o Na determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido, o valor das despesas com contribuições para a previdência privada, a que se refere o inciso V do art. 13 da Lei no 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e para os Fundos de Aposentadoria Programada Individual - Fapi, a que se refere a Lei no 9.477, de 24 de julho de 1997, cujo ônus seja da pessoa jurídica, não poderá exceder, em cada período de apuração, a 20% (vinte por cento) do total dos salários dos empregados e da remuneração dos dirigentes da empresa, vinculados ao referido plano.

§ 3o O somatório das contribuições que exceder o valor a que se refere o § 2o deste artigo deverá ser adicionado ao lucro líquido para efeito de determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido.

§ 4o O disposto neste artigo não elide a observância das normas do art. 7o da Lei no 9.477, de 24 de julho de 1997.

§ 5o Excetuam-se da condição de que trata o **caput** deste artigo os beneficiários de aposentadoria ou pensão concedidas por regime próprio de previdência ou pelo regime geral de previdência social." (NR)

Art. 14. O art. 12 da Lei no 10.666, de 8 de maio de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. Para fins de compensação financeira entre o regime geral de previdência social e os regimes próprios de previdência social dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, os regimes instituidores apresentarão aos regimes de origem até o mês de maio de 2007 os dados relativos aos benefícios em manutenção em 5 de maio de 1999 concedidos a partir da promulgação da Constituição Federal." (NR)

Art. 15.  Os proventos de aposentadoria e as pensões de que tratam os arts. 1o e 2o desta Lei serão reajustados, a partir de janeiro de 2008, na mesma data e índice em que se der o reajuste dos benefícios do regime geral de previdência social, ressalvados os beneficiados pela garantia de paridade de revisão de proventos de aposentadoria e pensões de acordo com a legislação vigente. **(Redação dada pela Lei nº 11.784, de 2008)** [[452]](#footnote-453)

Art. 16. As contribuições a que se referem os arts. 4o, 5o e 6o desta Lei serão exigíveis a partir de 20 de maio de 2004.

§ 1o Decorrido o prazo estabelecido no **caput**deste artigo, os servidores abrangidos pela isenção de contribuição referida no [§ 1o do art. 3o](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc20.htm#art3§1) e no § 5o do art. 8o da Emenda Constitucional no 20, de 15 de dezembro de 1998, passarão a recolher contribuição previdenciária correspondente, fazendo jus ao abono a que se refere o art. 7o desta Lei.

§ 2o A contribuição de que trata o art. 1o da Lei no 9.783, de 28 de janeiro de 1999, fica mantida até o início do recolhimento da contribuição a que se refere o **caput**deste artigo, para os servidores ativos.

Art. 16-A.  A contribuição do Plano de Seguridade do Servidor Público (PSS), decorrente de valores pagos em cumprimento de decisão judicial, ainda que derivada de homologação de acordo, será retida na fonte, no momento do pagamento ao beneficiário ou seu representante legal, pela instituição financeira responsável pelo pagamento, por intermédio da quitação da guia de recolhimento remetida pelo setor de precatórios do Tribunal respectivo, no caso de pagamento de precatório ou requisição de pequeno valor, ou pela fonte pagadora, no caso de implantação de rubrica específica em folha, mediante a aplicação da alíquota de 11% (onze por cento) sobre o valor pago. **(Redação dada pela Lei nº 12.350, de 2010)**

Parágrafo único.  O recolhimento da contribuição deverá ser efetuado nos mesmos prazos previstos no § 1o do art. 8o-A, de acordo com a data do pagamento. (NR) **(Redação dada pela Lei nº 12.688, de 18.7.2012)**

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Ficam revogados os §§ 3o, 4o, 5o, 6o e 7o do art. 2o, o art. 2o-A e o art. 4o da Lei no 9.717, de 27 de novembro de 1998, o art. 8o da Medida Provisória no 2.187-13, de 24 de agosto de 2001, na parte em que dá nova redação ao inciso X do art. 1o, ao art. 2o e ao art. 2o-A da Lei no 9.717, de 27 de novembro de 1998, e a Lei no 9.783, de 28 de janeiro de 1999.

Brasília, 18 de junho de 2004; 183o da Independência e 116o da República.

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

*Guido Mantega*

*Amir Lando*

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.225-45, DE 4 DE SETEMBRO DE 2001.**

*Altera as Leis nos 6.368, de 21 de outubro de 1976, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.525, de 3 de dezembro de 1997, e dá outras providências.*

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1o  O art. 3o da Lei no 6.368, de 21 de outubro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

**[ALTERAÇÕES INCORPORADAS AO TEXTO DA LEI]**

Art. 2o  Os arts. 25, 46, 47, 91, 117 e 119 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passam a vigorar com as seguintes alterações:

**[ALTERAÇÕES INCORPORADAS AO TEXTO DA LEI]**

Art. 3o  Fica acrescido à Lei no 8.112, de 1990, o art. 62-A, com a seguinte redação:

**[ALTERAÇÕES INCORPORADAS AO TEXTO DA LEI]**

        Art. 4o  O art. 17 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992, passa a vigorar com as seguintes alterações:

**[ALTERAÇÕES INCORPORADAS AO TEXTO DA LEI]**

Art. 5o  O art. 2o da Lei no 9.525, de 3 de dezembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2o  Aplica-se aos Ministros de Estado o disposto nos arts. 77, 78 e 80 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, exceto quanto ao limite de parcelamento das férias, cabendo àquelas autoridades dar ciência prévia ao Presidente da República de cada período a ser utilizado." (NR)

Art. 6o  Os titulares de cargos de Ministro de Estado, de Natureza Especial e do Grupo- Direção e Assessoramento Superiores - DAS, nível 6, bem assim as autoridades equivalentes, que tenham tido acesso a informações que possam ter repercussão econômica, na forma definida em regulamento, ficam impedidos de exercer atividades ou de prestar qualquer serviço no setor de sua atuação, por um período de quatro meses, contados da exoneração, devendo, ainda, observar o seguinte:[[453]](#footnote-454)

I - não aceitar cargo de administrador ou conselheiro, ou estabelecer vínculo profissional com pessoa física ou jurídica com a qual tenha mantido relacionamento oficial direto e relevante nos seis meses anteriores à exoneração;

II - não intervir, em benefício ou em nome de pessoa física ou jurídica, junto a órgão ou entidade da Administração Pública Federal com que tenha tido relacionamento oficial direto e relevante nos seis meses anteriores à exoneração.

Parágrafo único.  Incluem-se no período a que se refere o **caput** deste artigo eventuais períodos de férias não gozadas.

Art. 7o  Durante o período de impedimento, as pessoas referidas no art. 6o desta Medida Provisória ficarão vinculadas ao órgão ou à entidade em que atuaram, fazendo jus a remuneração compensatória equivalente à do cargo em comissão que exerceram.[[454]](#footnote-455)

§ 1o  Em se tratando de servidor público, este poderá optar pelo retorno ao desempenho das funções de seu cargo efetivo nos casos em que não houver conflito de interesse, não fazendo jus à remuneração a que se refere o **caput**.

§ 2o  O disposto neste artigo e no art. 6o aplica-se, também, aos casos de exoneração a pedido, desde que cumprido o interstício de seis meses no exercício do cargo.

§ 3o  A nomeação para outro cargo de Ministro de Estado ou cargo em comissão faz cessar todos os efeitos do impedimento, inclusive o pagamento da remuneração compensatória a que se refere o **caput** deste artigo.

Art. 8~~º~~  Aplica-se aos servidores civis do Poder Executivo Federal, extensivo aos proventos da inatividade e às pensões, nos termos do art. 28 da Lei n~~º~~ 8.880, de 27 de maio de 1994, a partir de janeiro de 1995, o reajuste de vinte e cinco vírgula noventa e quatro por cento concedido aos servidores dos demais Poderes da União e aos Militares, deduzido o percentual já recebido de vinte e dois vírgula zero sete por cento.

Art. 9~~º~~  A incorporação mensal do reajuste de que trata o art. 8~~º~~ ocorrerá nos vencimentos dos servidores a partir de 1~~º~~ de janeiro de 2002.

Art. 10.  Na hipótese de reorganização ou reestruturação de cargos e carreiras, concessão de adicionais, gratificações ou qualquer outra vantagem de qualquer natureza, o reajuste de que trata o art. 8~~º~~ somente será devido até a data da vigência da reorganização ou reestruturação efetivada, exceto em relação às parcelas da remuneração incorporadas a título de vantagem pessoal e de quintos e décimos até o mês de dezembro de 1994.

Art. 11.  Os valores devidos até 31 de dezembro de 2001, em decorrência da aplicação desta Medida Provisória, passam a constituir passivos que serão pagos em até sete anos, nos meses de agosto e dezembro, a partir de dezembro de 2002.[[455]](#footnote-456)

Parágrafo único.  Excepcionalmente e observada a disponibilidade orçamentária e a definição de critérios objetivos, o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá autorizar a antecipação de pagamento dos passivos de que trata o **caput**.

Art. 12.  O Poder Executivo da União publicará até 30 de novembro de 2001 os novos valores das Tabelas de Vencimentos e das Tabelas de Cargos Comissionados, Funções de Confiança, Funções Gratificadas, Gratificações e Adicionais.

Art. 13.  Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória no 2.171-44, de 24 de agosto de 2001.

Art. 14.  Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 15.  Revogam-se:

I - o art. 26 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

II - o inciso III do art. 61 e o art. 67 da Lei no 8.112, de 1990, respeitadas as situações constituídas até 8 de março de 1999; e

III - a Medida Provisória no 2.171-44, de 24 de agosto de 2001.

Brasília, 4 de setembro de 2001; 180o da Independência e 113o da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

José Gregori

Pedro Malan

Martus Tavares

Pedro Parente

Alberto Mendes Cardoso

Gilmar Ferreira Mendes

**DECRETO Nº 1.387, DE 7 DE FEVEREIRO DE 1995.**

*Dispõe sobre o afastamento do País de servidores civis da Administração Pública Federal, e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, da Constituição e tendo em vista o disposto nos arts. 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e 95 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

**DECRETA:**

Art. 1º O afastamento do País de servidores civis de órgãos e entidades da Administração Pública Federal, com ônus ou com ônus limitado, somente poderá ser autorizado nos seguintes casos, observadas as demais normas a respeito, notadamente as constantes do Decreto nº 91.800, de 18 de outubro de 1985:

I - negociação ou formalização de contratações internacionais que, comprovadamente, não possam ser realizadas no Brasil ou por intermédio de embaixadas, representações ou escritórios sediados no exterior;

II - missões militares;

III - prestação de serviços diplomáticos;

IV - serviço ou aperfeiçoamento relacionado com a atividade fim do órgão ou entidade, de necessidade reconhecida pelo Ministro de Estado; **(Redação dada pelo Decreto nº 2.349, de 15.10.1999)**

V - intercâmbio cultural, científico ou tecnológico, acordado com interveniência do Ministério das Relações Exteriores ou de utilidade reconhecida pelo Ministro de Estado;

VI - bolsas de estudo para curso de pós-graduação stricto sensu .

§ 1º A participação em congressos internacionais, no exterior, somente poderá ser autorizada com ônus limitado, salvo nos casos previstos no inciso IV deste artigo, ou de financiamento aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, pela Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP ou pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, cujas viagens serão autorizadas com ônus não podendo exceder, nas duas hipóteses, a quinze dias. **(Redação dada pelo Decreto nº 2.349, de 15.10.1999)**

§ 2º O afastamento do País na forma disposta no parágrafo anterior; quando superior a quinze dias, somente poderá ser autorizado mediante prévia audiência da Casa Civil da Presidência da República, inclusive nos casos de prorrogação da viagem.

§ 3º Nos casos não previstos neste artigo, as viagens somente poderão ser autorizadas sem ônus.

Art. 2º Fica delegada a competência para autorizar os afastamentos do País, sem nomeação ou designação, dos servidores da administração pública federal, aos Ministros de Estado, aos titulares de órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República e aos dirigentes máximos das agências reguladoras referidas no Anexo I à Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004. **(Redação dada pelo Decreto nº 9.533, de 2018)**

Parágrafo único.  Compete aos Ministros de Estado autorizar o afastamento do País dos dirigentes máximos das agências reguladoras referidas no Anexo I à Lei nº 10.871, de 2004,inseridas em sua área de competência. **(Incluído pelo Decreto nº 9.533, de 2018)**

Art. 3º A autorização deverá ser publicada no Diário Oficial da União, até a data do início da viagem ou de sua prorrogação, com indicação do nome do servidor, cargo, órgão ou entidade de origem, finalidade resumida da missão, país de destino, período e tipo do afastamento.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos afastamentos que tenham por objeto os assuntos de que trata o art. 4° do Regulamento aprovado pelo Decreto n° 79.099, de 6 de janeiro de 1977, cuja classificação, para os fins deste decreto, será feita pelo Ministro de Estado competente.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se os Decretos nºs 1.042, de 12 de janeiro de 1994, e [1.055, de 11 de fevereiro de 1994.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D1055.htm)

Brasília, 7 de fevereiro de 1995; 174º da Independência e 107º da República.

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

*Clóvis Carvalho*

**DECRETO Nº 1.590, DE 10 DE AGOSTO DE 1995**.

*Dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais, e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 19 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a relação dada pelo art. 22 da Lei nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991,

**DECRETA:**

Art. 1º A jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal direta, das autarquias e das fundações públicas federais, será de oito horas diárias e:

I - carga horária de quarenta horas semanais, exceto nos casos previstos em lei específica, para os ocupantes de cargos de provimento efetivo;

II - regime de dedicação integral, quando se tratar de servidores ocupantes de cargos em comissão ou função de direção, chefia e assessoramento superiores, cargos de direção, função gratificada e gratificação de representação.

Parágrafo único. Sem prejuízo da jornada a que se encontram sujeitos, os servidores referidos no inciso II poderão, ainda, ser convocados sempre que presente interesse ou necessidade de serviço.

Art. 2º Para os serviços que exigirem atividades contínuas de 24 horas, é facultada a adoção do regime de turno ininterrupto de revezamento.

Art. 3~~º~~  Quando os serviços exigirem atividades contínuas de regime de turnos ou escalas, em período igual ou superior a doze horas ininterruptas, em função de atendimento ao público ou trabalho no período noturno, é facultado ao dirigente máximo do órgão ou da entidade autorizar os servidores a cumprir jornada de trabalho de seis horas diárias e carga horária de trinta horas semanais, devendo-se, neste caso, dispensar o intervalo para refeições. **(Redação dada pelo Decreto nº 4.836, de 9.9.2003)**

§ 1o  Entende-se por período noturno aquele que ultrapassar às vinte e uma horas. **(Redação dada pelo Decreto nº 4.836, de 9.9.2003)**

§ 2o  Os dirigentes máximos dos órgãos ou entidades que autorizarem a flexibilização da jornada de trabalho a que se refere o **caput** deste artigo deverão determinar a afixação, nas suas dependências, em local visível e de grande circulação de usuários dos serviços, de quadro, permanentemente atualizado, com a escala nominal dos servidores que trabalharem neste regime, constando dias e horários dos seus expedientes. **(Redação dada pelo Decreto nº 4.836, de 9.9.2003)**

Art. 4º Aos Ministros de Estado e aos titulares de órgãos essenciais da Presidência da República, bem como a seus respectivos Chefes de Gabinete e, também, aos titulares de cargos de Natureza Especial e respectivos Chefes de Gabinete é facultado autorizar jornada de trabalho de seis horas e carga horária de trinta horas semanais às secretárias que os atendam diretamente, limitadas, em cada caso, a quatro.

Art. 5º Os Ministros de Estado e os dirigentes máximos de autarquias e fundações públicas federais fixarão o horário de funcionamento dos órgãos e entidades sob cuja supervisão se encontrem.[[456]](#footnote-457)

§ 1º Os horários de início e de término da jornada de trabalho e dos intervalos de refeição e descanso, observado o interesse do serviço, deverão ser estabelecidos previamente e adequados às conveniências e às peculiaridades de cada órgão ou entidade, unidade administrativa ou atividade, respeitada a carga horária correspondente aos cargos.

§ 2º O intervalo para refeição não poderá ser inferior a uma hora nem superior a três horas.

Art. 6º O controle de assiduidade e pontualidade poderá ser exercido mediante:

I - controle mecânicos;

II - controle eletrônico;

III - folha de ponto.

§ 1º Nos casos em que o controle seja feito por intermédio de assinatura em folha de ponto, esta deverá ser distribuída e recolhida diariamente pelo chefe imediato, após confirmados os registros de presença, horários de entrada e saída, bem como as ocorrências de que trata o art. 7º.

§ 2º Na folha de ponto de cada servidor, deverá constar a jornada de trabalho a que o mesmo estiver sujeito.

§ 3º As chefias imediatas dos servidores beneficiados pelo art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, deverão compatibilizar o disposto naquele artigo com as normas relativas às jornadas de trabalho regulamentadas por este Decreto.

§ 4º Os servidores, cujas atividades sejam executadas fora da sede do órgão ou entidade em que tenha exercício e em condições materiais que impeçam o registro diário de ponto, preencherão boletim semanal em que se comprove a respectiva assiduidade e efetiva prestação de serviço.

§ 5º O desempenho das atividades afetas aos servidores de que trata o parágrafo anterior será controlado pelas respectivas chefias imediatas.

§ 6º Em situações especiais em que os resultados possam ser efetivamente mensuráveis, o Ministro de Estado poderá autorizar a unidade administrativa a realizar programa de gestão, cujo teor e acompanhamento trimestral deverão ser publicado no Diário Oficial da União, ficando os servidores envolvidos dispensados do controle de assiduidade.[[457]](#footnote-458)

§ 7º São dispensados do controle de freqüência os ocupantes de cargos: **(Redação dada pelo Decreto nº 1.867, de 1996)**

a) de Natureza Especial; **(Redação dada pelo Decreto nº 1.867, de 1996)**

b) do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, iguais ou superiores ao nível 4; **(Redação dada pelo Decreto nº 1.867, de 1996)**

c) de Direção - CD, hierarquicamente iguais ou superiores a DAS 4 ou CD - 3; **(Redação dada pelo Decreto nº 1.867, de 1996)**

d) de Pesquisador e Tecnologista do Plano de Carreira para a área de Ciência e Tecnologia; **(Incluído pelo Decreto nº 1.867, de 1996)**

e) de Professor da Carreira de Magistério Superior do Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos. **(Incluído pelo Decreto nº 1.867, de 1996)**

§ 8° No interesse do serviço, o dirigente máximo do órgão ou entidade poderá manter o controle de freqüência dos ocupantes de cargo de Pesquisador e Tecnologista do Plano de Carreira para a área de Ciência e Tecnologia, de que trata a alínea d do parágrafo anterior, conforme as características das atividades de cada entidade. **(Incluído pelo Decreto nº 1.927, de 1996)**

Art. 7º Eventuais atrasos ou saídas antecipadas decorrentes de interesse do serviço poderão ser abonados pela chefia imediata.

Art. 8º A freqüência do mês deverá ser encaminhada às unidades de recursos humanos do respectivo órgão ou entidade até o quinto dia útil do mês subseqüente, contendo as informações das ocorrências verificadas.

Art. 9º No prazo de trinta dias, contados da publicação deste Decreto, o dirigente máximo do órgão ou entidade fixará os critérios complementares necessários à sua implementação, com vistas a adequá-lo às peculiaridades de cada unidade administrativa e atividades correspondentes.

Art. 10. O Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado fará publicar o modelo de folha de ponto para registro de freqüência dos servidores, bem como a relação dos cargos efetivos cuja carga horária seja distinta da referida no inciso I do art. 1º.

Art. 11. Às unidades de controle interno e ao Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado compete zelar pelo fiel cumprimento do disposto neste Decreto.

Art. 12. O desempenho das normas estabelecidas neste Decreto sujeitará o servidor e o chefe imediato ao disposto no Título V da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se os Decretos nºs 50.350, de 17 de março de 1961, e 373, de 23 de dezembro de 1991.

Brasília, 10 de agosto de 1995; 174º da Independência e 107º da República.

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

*Luiz Carlos Bresser Pereira*

**DECRETO Nº 2.066, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1996.**

*Regulamento o art. 92, da lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a licença para Desempenho de Mandato Classista.*

**OPRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 92 da Lei n 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

# **DECRETA:**

Art. 1º Ao servidor eleito para cumprimento de mandato em cargo de direção ou representação em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional, sindicato representativo da categoria ou entidades fiscalizadoras da profissão poderá ser concedida licença sem remuneração do cargo efetivo, sendo-lhe assegurada a contagem do tempo de serviço como se em efetivo exercício estivesse, exceto para promoção por merecimento.

Parágrafo único. A licença será concedida por prazo igual ao do respectivo mandato.

Art. 2º Para a concessão da licença, deverão ser observados os seguintes limites:

I - para entidades com 1.000 a 10.000 associados, um servidor;

II - para entidades com 10.001 a 30.000 associados, dois servidores;

III - para entidades com mais de 30.000 associados, três servidores.

Art. 3º As entidades referidas no art. 1º indicarão, para fins da licença e observados os limites de que trata o art. 22, os servidores eleitos.

Art. 4º A concessão da licença é condicionada ao cadastramento da entidade no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE.

Art. 5º Fica assegurada ao servidor licenciado até 15 de outubro de 1996 a continuidade da licença para desempenho de mandato classista até o final do respectivo mandato, na forma da legislação anteriormente vigente.

Art. 6º O Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado baixará as orientações necessárias ao cumprimento das disposições contidas neste Decreto.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 12 de novembro de 1996; 175º da Independência e 108º da República.

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

Luiz Carlos Bresser Pereira

**DECRETO No 3.151, DE 23 DE AGOSTO DE 1999.**

*Disciplina a prática dos atos de extinção e de declaração de desnecessidade de cargos públicos, bem assim a dos atos de colocação em disponibilidade remunerada e de aproveitamento de servidores públicos em decorrência da extinção ou da reorganização de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.*

O**PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 84, inciso IV, e 41, § 3o, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 31 e 37 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação dada pela Lei no 9.527, de 10 de dezembro de 1997,

**D E C R E T A :**

Art. 1o  Este Decreto disciplina a prática dos atos de extinção e de declaração de desnecessidade de cargos públicos, bem assim a dos atos de colocação em disponibilidade remunerada e de aproveitamento de servidores públicos em decorrência da extinção ou da reorganização de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 2o  Respeitados o interesse público e a conveniência da administração, os cargos públicos podem ser declarados desnecessários, nos casos de extinção ou de reorganização de órgãos ou de entidades.

Art. 3o  Caracterizada a existência de cargos sujeitos à declaração de desnecessidade, em decorrência da extinção ou da reorganização de órgão ou de entidade, a administração deverá adotar, separada ou cumulativamente, os seguintes critérios de análise, pertinentes à situação pessoal dos respectivos ocupantes, para fins de disponibilidade:

I - menor tempo de serviço;

II - maior remuneração;

III - idade menor;

IV -  menor número de dependentes.

Art. 4o  Autorizada por lei, a extinção de cargo público far-se-á mediante ato privativo do Presidente da República.

Art. 5o  Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável nele investido será imediatamente posto em disponibilidade, com remuneração proporcional ao respectivo tempo de serviço.

Art. 6o  A remuneração do servidor em disponibilidade será proporcional a seu tempo de serviço, considerando-se, para o respectivo cálculo, um trinta e cinco avos da respectiva remuneração mensal, por ano de serviço, se homem, e um trinta avos, se mulher.

§ 1o  No caso de servidor cujo trabalho lhe assegure o direito à aposentadoria especial, definida em lei, o valor da remuneração a ele devida, durante a disponibilidade, terá por base a proporção anual correspondente ao respectivo tempo mínimo para a concessão da aposentadoria integral.

§ 2o  Nos termos do art. 1o da Lei no 8.852, de 4 de fevereiro de 1994, e exclusivamente para o cálculo da proporcionalidade, considerar-se-á, como remuneração mensal do servidor, o vencimento básico, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes relativas ao cargo público.

§ 3o  Não se incluem no cálculo da remuneração proporcional:

I - o adicional pela prestação de serviço extraordinário;

II - o adicional noturno;

III - o adicional de insalubridade, de periculosidade ou pelo exercício de atividades penosas;

IV - o adicional de férias;

V - a retribuição pelo exercício de função ou cargo de direção, chefia ou assessoramento;

VI - a gratificação natalina;

VII - o salário-família;

VIII - o auxílio funeral;

IX - o auxílio natalidade;

X - o auxílio alimentação;

XI - o auxílio transporte;

XII - o auxílio pré-escolar;

XIII - as indenizações;

XIV - as diárias;

XV - a ajuda de custo em razão de mudança de sede; e

XVI - o custeio de moradia.

§ 4o  Além da remuneração proporcional, o servidor em disponibilidade perceberá, integralmente, as vantagens pessoais nominalmente identificadas, por ele já incorporadas.

Art. 7o  O servidor em disponibilidade contribuirá para o regime próprio de previdência do servidor público federal, e o tempo de contribuição, correspondente ao período em que permanecer em disponibilidade, será contado para efeito de aposentadoria e nova disponibilidade.

Art. 8o  O servidor em disponibilidade poderá participar de programa de treinamento dirigido para o exercício de novas funções na Administração Pública Federal, sob a coordenação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Escola Nacional de Administração Pública - ENAP.

Art. 9o  Presente a necessidade da administração e observados os critérios a serem definidos pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o aproveitamento de servidor posto em disponibilidade dar-se-á em cargo de atribuições, vencimentos, nível de escolaridade, especialidade ou habilitação profissional compatíveis com o anteriormente por ele ocupado.

Art. 10.  Fica delegada competência aos Ministros de Estado e ao Advogado-Geral da União para a prática dos atos de declaração de desnecessidade de cargos públicos e de colocação dos respectivos ocupantes em disponibilidade remunerada.

Parágrafo único.  A delegação prevista neste artigo não admite subdelegação.

Art. 11.  O ato que colocar em disponibilidade servidor que se encontre regularmente licenciado ou afastado somente produzirá efeitos após o término da licença ou do afastamento.

Art. 12.  Mediante ato conjunto, previsto no § 2o do art. 37 da Lei no 8.112, de 1990, poderão ser redistribuídos, dos órgãos e das entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, os cargos declarados desnecessários, vagos ou que vierem a vagar.

Art. 13.  O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão fica autorizado a expedir atos complementares para a fiel execução deste Decreto.

Art. 14.  Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 23 de agosto de 1999; 178o da Independência e 111o da República.

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

Martus Tavares

**DECRETO No 3.644, DE 30 DE OUTUBRO DE 2000.**

*Regulamenta o instituto da reversão de que trata o art. 25 da Lei n~~º~~ 8.112, de 11 de dezembro de 1990.*

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 25 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

**D E C R E T A :**

Art. 1~~º~~  O instituto da reversão de que trata o art. 25 da Lei n~~º~~ 8.112, de 11 de dezembro de 1990, fica regulamentado pelas disposições deste Decreto.

Art. 2~~º~~  A reversão dar-se-á:

I - quando cessada a invalidez, por declaração de junta médica oficial, que torne insubsistentes os motivos da aposentadoria; ou

II - no interesse da administração, desde que seja certificada pelo órgão ou entidade a aptidão física e mental do servidor para o exercício das atribuições inerentes ao cargo.

§ 1~~º~~  Na hipótese do inciso I deste artigo, encontrando-se provido o cargo, o servidor exercerá suas atribuições como excedente de lotação.

§ 2~~º~~  A reversão de que trata o inciso II deste artigo somente poderá ocorrer mediante solicitação do servidor e desde que:

a) a aposentadoria tenha sido voluntária e ocorrida nos cinco anos anteriores à solicitação;

b) estável quando na atividade; e

c) haja cargo vago.

Art. 3~~º~~  A reversão poderá ocorrer em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, desde que seja no mesmo cargo, nível, classe e padrão em que ocorreu a aposentadoria ou em outro cargo, quando reorganizado ou transformado.

Parágrafo único.  A reversão, no interesse da administração, fica sujeita à existência de dotação orçamentária e financeira, devendo ser observado o disposto na Lei Complementar n~~º~~ 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4~~º~~  Compete ao Ministro de Estado ou à autoridade por ele delegada:

I - publicar previamente, no Diário Oficial da União, o quantitativo das vagas dos cargos que se destinam à reversão, no interesse da administração;

II - expedir o ato de reversão, que deverá ser publicado no Diário Oficial da União; e

III - baixar instruções complementares relativas à execução da reversão, de acordo com a especificidade de cada órgão ou entidade.

Art. 5~~º~~  Efetivada a reversão, o servidor será lotado conforme as necessidades do órgão.

Art. 6~~º~~  Na hipótese de que trata o inciso II do art. 2~~º~~, inexistindo vaga na unidade do órgão ou da entidade requerida pelo servidor, este poderá optar por ser lotado em outra, dentre as oferecidas pela administração, ficando para este fim vedado o pagamento de ajuda de custo para deslocamento.

Art. 7~~º~~  Será tornado sem efeito o ato de reversão se o exercício não ocorrer no prazo de quinze dias.

Art. 8~~º~~  São assegurados ao servidor que reverter à atividade os mesmos direitos, garantias, vantagens e deveres aplicáveis aos servidores em atividade.

Art. 9~~º~~  O servidor que reverter à atividade, no interesse da administração, somente terá nova aposentadoria com os proventos calculados com base nas regras atuais, se permanecer em atividade por, no mínimo, cinco anos.

Art. 10.  Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de outubro de 2000; 179~~º~~ da Independência e 112~~º~~ da República.

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

Martus Tavares

**DECRETO Nº 3.781, DE 2 DE ABRIL DE 2001.**

*Dispõe sobre a remessa, à Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, dos processos administrativos disciplinares que especifica.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição,

**DECRETA:**

Art. 1o A autoridade que instaurar inquéritos administrativos disciplinares que resultarem na demissão, cassação de aposentadoria, destituição de cargo em comissão ou de função comissionada de servidores, por infração aos incisos IX, X, XI, XII, XIII, XIV e XVI do [art. 117](file:///C:\Users\CART-WOLNEY\AppData\jovita\Configurações%20locais\LEIS\L8112cons.htm#art117), e incisos I, IV, VIII, IX, X, XI e XII do [art. 132](file:///C:\Users\CART-WOLNEY\AppData\jovita\Configurações%20locais\LEIS\L8112cons.htm#art132), todos da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, encaminhará os referidos processos à Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, para fins de extração de cópias das peças de interesse fiscal com vistas à instauração do procedimento de fiscalização, em autos apartados, e posterior devolução do processo disciplinar à origem, no prazo de trinta dias contados do seu recebimento.

Art. 2o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de abril de 2001; 180o da Independência e 113o da República.

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

Pedro Malan

Martus Tavares

**DECRETO Nº 4.187, DE 8 DE ABRIL DE 2002.**

*Regulamenta os arts. 6o e 7o da Medida Provisória no 2.225-45, de 4 de setembro de 2001, que dispõem sobre o impedimento de autoridades exercerem atividades ou prestarem serviços após a exoneração do cargo que ocupavam e sobre a remuneração compensatória a elas devida pela União, e dá outras providências.*

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição,

**DECRETA:**

Art. 1o  Este Decreto regulamenta os arts. 6o e 7o da Medida Provisória no 2.225-45, de 4 de setembro de 2001, que dispõem sobre o impedimento de autoridades exercerem atividades ou prestarem serviços após a exoneração do cargo que ocupavam e sobre a remuneração compensatória a elas devida pela União.

Art. 2o  Os titulares de cargos de Ministro de Estado, de Natureza Especial e do Grupo- Direção e Assessoramento Superiores - DAS, nível 6, e as autoridades equivalentes, que tenham tido acesso a informações que possam ter repercussão econômica, ficam impedidos de exercer atividades ou de prestar qualquer serviço no setor de sua atuação, por um período de quatro meses, contados da exoneração.

§ 1o  As autoridades referidas no **caput**, e dentro do prazo nele estabelecido, estão ainda impedidas de:**(Redação dada pelo Decreto nº 4.405, de 3.10.2002)**

I - aceitar cargo de administrador ou conselheiro, ou estabelecer vínculo profissional com pessoa física ou jurídica com a qual tenham mantido relacionamento oficial direto e relevante nos seis meses anteriores à exoneração; e

II - patrocinar, direta ou indiretamente, interesse de pessoa física ou jurídica perante órgão ou entidade da Administração Pública Federal com que tenham tido relacionamento oficial direto e relevante nos seis meses anteriores à exoneração.

§ 2o  Incluem-se no período a que se refere o **caput** eventuais períodos de férias não gozadas.

Art. 3o  Para fins deste Decreto, autoridades que tenham tido acesso a informações que possam ter repercussão econômica são exclusivamente os membros do Conselho de Governo, do Conselho Monetário Nacional, da Câmara de Política Econômica e da Câmara de Comércio Exterior do Conselho de Governo, do Comitê de Gestão da Câmara de Comércio Exterior e do Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil. **(Redação dada pelo Decreto nº 4.405, de 3.10.2002)**

Art. 3o-A.  Compete à Comissão de Ética Pública, criada pelo Decreto de 26 de maio de 1999, decidir, em cada caso, sobre a ocorrência dos impedimentos a que se refere o art. 2o e comunicar a sua decisão à autoridade interessada e ao órgão ao qual está ela vinculado. **(Incluído pelo Decreto nº 4.405, de 3.10.2002)**

Parágrafo único.  As autoridades referidas no art. 3o devem comunicar, imediatamente, à Comissão de Ética Pública as atividades ou os serviços que pretendem exercer ou prestar no período estabelecido no **caput** do art. 2o. **(Incluído pelo Decreto nº 4.405, de 3.10.2002)**

Art. 4o  Durante o período de impedimento, as autoridades referidas no art. 2o ficam vinculadas ao órgão ou à autarquia em que atuaram e somente fazem jus a remuneração compensatória equivalente à do cargo que ocupavam, cujas despesas correrão por conta dos respectivos orçamentos de custeio.

§ 1o  O servidor público federal pode optar pelo retorno ao desempenho das funções de seu cargo efetivo nos casos em que não houver conflito de interesse, hipótese em que não faz jus à remuneração a que se refere o **caput**.

§ 2o  A opção a que se refere o § 1o deve ser comunicada à unidade de pessoal do órgão ou da autarquia em que o servidor exerceu o cargo de Ministro de Estado ou o cargo em comissão.

§ 3o  O servidor que não fizer a opção prevista no § 1o tem apenas o direito de receber a remuneração equivalente àquela que percebia à época em que exercia o cargo de Ministro de Estado ou o cargo em comissão.

Art. 5o  O servidor público federal exonerado ou aposentado de seu cargo efetivo após ter feito a opção prevista no § 1o do art. 4o:

I - deve comunicar tal fato ao órgão ou à autarquia em que exerceu o cargo de Ministro de Estado ou o cargo em comissão; e

II - fica submetido ao impedimento estabelecido no art. 2o e faz jus à remuneração compensatória prevista no art. 4o pelo período que restou dos quatro meses, contado da exoneração do cargo de Ministro de Estado ou do cargo em comissão.

Art. 6o  O disposto nos arts. 4o e 5o não se aplica aos membros do Poder Legislativo de qualquer ente da Federação, nem aos membros do Ministério Público da União e dos Estados, e nem aos servidores públicos estaduais, distritais e municipais.

Art. 7o  Durante o período de impedimento, a autoridade não pode utilizar os bens, os serviços e o pessoal que estavam à sua disposição quando ocupava o cargo de Ministro de Estado ou o cargo em comissão.

Art. 8o  O disposto neste Decreto aplica-se, também, aos casos de exoneração a pedido, desde que cumprido o interstício de seis meses no exercício dos cargos a que se refere o art. 3o.

Art. 9o  A nomeação para cargo de Ministro de Estado ou cargo em comissão da Administração Pública federal faz cessar todos os efeitos do impedimento, inclusive o pagamento da remuneração compensatória a que se refere o art. 4o.

Art. 10.  As instituições financeiras públicas federais poderão estabelecer o impedimento e a remuneração compensatória de que tratam os arts. 2o e 4o para os seus diretores, observado o disposto neste Decreto.

Art. 11.  Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de abril de 2002; 181o da Independência e 114o da República.

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

*Guilherme Gomes Dias*

*Pedro Parente*

**DECRETO N° 4.334, DE 12 DE AGOSTO DE 2002.**

***Dispõe sobre as audiências concedidas a particulares por agentes públicos em exercício na Administração Pública Federal direta, nas autarquias e fundações públicas federais.***

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos II e VI, alínea "a", da Constituição,**

**DECRETA:**

**Art. 1°  Este Decreto disciplina as audiências concedidas a particulares por agentes públicos em exercício na Administração Pública Federal direta, nas autarquias e nas fundações públicas federais.**

**I - agente público todo aquele, civil ou militar, que por força de lei, contrato ou qualquer outro ato jurídico detenha atribuição de se manifestar ou decidir sobre ato ou fato sujeito à sua área de atuação; e**

**II - particular todo aquele que, mesmo ocupante de cargo ou função pública, solicite audiência para tratar de interesse privado seu ou de terceiros.**

**Art. 2°  O pedido de audiência efetuado por particular deverá ser dirigido ao agente público, por escrito, por meio de fax ou meio eletrônico, indicando:**

**I - a identificação do requerente;**

**II - data e hora em que pretende ser ouvido e, quando for o caso, as razões da urgência;**

**III - o assunto a ser abordado; e**

**IV - a identificação de acompanhantes, se houver, e seu interesse no assunto.**

**Art. 3°  As audiências de que trata este Decreto terão sempre caráter oficial, ainda que realizadas fora do local de trabalho, devendo o agente público:**

**I - estar acompanhado nas audiências de pelo menos um outro servidor público ou militar; e**

**II - manter registro específico das audiências, com a relação das pessoas presentes e os assuntos tratados.**

**Parágrafo único.  Na audiência a se realizar fora do local de trabalho, o agente público pode dispensar o acompanhamento de servidor público ou militar, sempre que reputar desnecessário, em função do tema a ser tratado.**

**Art. 4°  As normas deste Decreto não geram direito a audiência.**

**Art. 5°  Este Decreto não se aplica:**

**I - às audiências realizadas para tratar de matérias relacionadas à administração tributária, à supervisão bancária, à segurança e a outras sujeitas a sigilo legal; e**

**II - às hipóteses de atendimento aberto ao público.**

**Art. 6°  Este Decreto entra em vigor trinta dias após sua publicação.**

**Art. 7°  Ficam revogados os Decretos nos 4.232, de 14 de maio de 2002, 4.268, de 12 de junho de 2002, e o parágrafo único do art. 12 do Decreto no 4.081, de 11 de janeiro de 2002.**

**Brasília, 12 de agosto de 2002; 181º da Independência e 114º da República.**

# **FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**

# ***Pedro  Parente***

**DECRETO Nº 4.978, DE 3 DE FEVEREIRO DE 2004.**

*Regulamenta o art. 230 da Lei nº 8.112, de11 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a assistência à saúde do servidor, e dá outras providências.*

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 230 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

**DECRETA:**

Art. 1o  A assistência à saúde do servidor ativo ou inativo e de sua família, de responsabilidade do Poder Executivo da União, de suas autarquias e fundações, será prestada mediante:**(Redação dada pelo Decreto nº 5.010, de 2004)**

I - convênios com entidades fechadas de autogestão, sem fins lucrativos, assegurando-se a gestão participativa; ou **(Incluída pelo Decreto nº 5.010, de 2004)**

II - contratos, respeitado o disposto na Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993. **(Incluída pelo Decreto nº 5.010, de 2004)**

§ 1º O custeio da assistência à saúde do servidor de que trata o caput deste artigo é de responsabilidade da União, de suas autarquias e fundações e de seus servidores.

§ 2º O valor a ser despendido pelos órgãos e entidades da administração pública federal, suas autarquias e fundações públicas, com assistência à saúde de seus servidores e dependentes, não poderá exceder à dotação específica consignada nos respectivos orçamentos.

§ 3º Em nenhuma hipótese poderá qualquer beneficiário usufruir mais de um plano de assistência à saúde custeado, mesmo que parcialmente, com recursos provenientesdos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União.

Art. 2º Fica autorizada a inclusão de pensionistas de servidores abrangidos por este Decreto nos respectivos planos de assistência à saúde, desde que integralmente custeada pelo beneficiário.

Art. 3º Compete à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão supervisionar os convênios celebrados na forma do art. 1º e expedir as normas complementares à execução deste Decreto.

Art. 4º Os atuais contratos e convênios de assistência à saúde que não se encontrem amparados pelas disposições deste Decreto não serão renovados.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogado o Decreto nº 2.383, de 12 de novembro de 1997.

Brasília, 3 de fevereiro de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

*Guido Mantega*

*José Dirceu de Oliveira e Silva*

**DECRETO Nº 5.375 DE 17 DE FEVEREIRO DE 2005**.

*Dispõe sobre a aplicação do § 7~~º~~ do art. 93 da Lei n~~º~~ 8.112, de 11 de dezembro de l990, para compor força de trabalho no âmbito dos projetos que especifica, e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no § 7~~º~~ do art. 93 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

**DECRETA**:

Art. 1~~º~~ O Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá, nos termos do§ 7~~º~~ do art. 93 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, determinar o exercício temporário de servidor ou empregado da administração pública federal direta e indireta para desempenho de atividades, no âmbito do Ministério da Integração Nacional, em projetos destinados à integração do Rio São Francisco com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional.

Art. 2~~º~~ Os projetos referidos no art. 1~~º~~ serão objeto de detalhamento em portaria do Ministro de Estado da Integração Nacional, que deverá conter:

I - a identificação clara do seu objeto;

II - o cronograma de execução;

III - a demonstração do quantitativo da força de trabalho necessária; e

IV - o quantitativo da força de trabalho a ser suprida mediante o procedimento do art. 3~~º~~.

Parágrafo único.  O quantitativo da força de trabalho será justificado e identificado por nível de formação e especialização técnica e profissional.

Art. 3~~º~~ A determinação de exercício temporário observará os seguintes procedimentos:

I - requisição do Ministro de Estado da Integração Nacional ao Ministro de Estado ou autoridade competente de órgão integrante da Presidência da República a que pertencer o servidor;

II - o órgão ou entidade cedente instruirá o processo de requisição no prazo máximo de dez dias, encaminhando-o ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; e

III - examinada a adequação da requisição ao disposto neste Decreto, o Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão editará, no prazo de até dez dias, ato determinando o exercício temporário do servidor requisitado.

§ 1~~º~~ O prazo do exercício temporário não poderá ser superior a um ano, admitindo-se prorrogações sucessivas, de acordo com as necessidades do projeto.

§ 2~~º~~ O cessionário reembolsará à empresa pública ou sociedade de economia mista que não receba recursos do Tesouro Nacional para o custeio total ou parcial da respectiva folha de pagamento de pessoal, pelas despesas com o empregado quando em exercício temporário determinado na forma deste Decreto.

Art. 4~~º~~ Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de fevereiro de 2005; 184~~º~~ da Independência e 117~~º~~ da República.

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

Nelson Machado

Ciro Ferreira Gomes

**DECRETO Nº 5.483, DE 30 DE JUNHO DE 2005.**

*Regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Federal, o art. 13 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992, institui a sindicância patrimonial e dá outras providências.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992,

**DECRETA**:

Art. 1o  A declaração dos bens e valores que integram o patrimônio privado de agente público, no âmbito do Poder Executivo Federal, bem como sua atualização, conforme previsto na Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992, observarão as normas deste Decreto.

Art. 2o  A posse e o exercício de agente público em cargo, emprego ou função da administração pública direta ou indireta ficam condicionados à apresentação, pelo interessado, de declaração dos bens e valores que integram o seu patrimônio, bem como os do cônjuge, companheiro, filhos ou outras pessoas que vivam sob a sua dependência econômica, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico.

Parágrafo único.  A declaração de que trata este artigo compreenderá imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais localizados no País ou no exterior.

Art. 3o  Os agentes públicos de que trata este Decreto atualizarão, em formulário próprio, anualmente e no momento em que deixarem o cargo, emprego ou função, a declaração dos bens e valores, com a indicação da respectiva variação patrimonial ocorrida.

§ 1o  A atualização anual de que trata o caput será realizada no prazo de até quinze dias após a data limite fixada pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda para a apresentação da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física.

§ 2o  O cumprimento do disposto no § 4o do art. 13 da Lei no 8.429, de 1992, poderá, a critério do agente público, realizar-se mediante autorização de acesso à declaração anual apresentada à Secretaria da Receita Federal, com as respectivas retificações.

Art. 4o  O serviço de pessoal competente manterá arquivo das declarações e autorizações previstas neste Decreto até cinco anos após a data em que o agente público deixar o cargo, emprego ou função.

Art. 5o  Será instaurado processo administrativo disciplinar contra o agente público que se recusar a apresentar declaração dos bens e valores na data própria, ou que a prestar falsa, ficando sujeito à penalidade prevista no § 3o do art. 13 da Lei no 8.429, de 1992.

Art. 6o  Os órgãos de controle interno fiscalizarão o cumprimento da exigência de entrega das declarações regulamentadas por este Decreto, a ser realizado pelo serviço de pessoal competente.

Art. 7o  A Controladoria-Geral da União, no âmbito do Poder Executivo Federal, poderá analisar, sempre que julgar necessário, a evolução patrimonial do agente público, a fim de verificar a compatibilidade desta com os recursos e disponibilidades que compõem o seu patrimônio, na forma prevista na Lei no 8.429, de 1992, observadas as disposições especiais da Lei no 8.730, de 10 de novembro de 1993.

Parágrafo único.  Verificada a incompatibilidade patrimonial, na forma estabelecida no caput, a Controladoria-Geral da União instaurará procedimento de sindicância patrimonial ou requisitará sua instauração ao órgão ou entidade competente.

Art. 8o  Ao tomar conhecimento de fundada notícia ou de indícios de enriquecimento ilícito, inclusive evolução patrimonial incompatível com os recursos e disponibilidades do agente público, nos termos do art. 9o da Lei no 8.429, de 1992, a autoridade competente determinará a instauração de sindicância patrimonial, destinada à apuração dos fatos.

Parágrafo único.  A sindicância patrimonial de que trata este artigo será instaurada, mediante portaria, pela autoridade competente ou pela Controladoria-Geral da União.

Art. 9o  A sindicância patrimonial constituir-se-á em procedimento sigiloso e meramente investigatório, não tendo caráter punitivo.

§ 1o  O procedimento de sindicância patrimonial será conduzido por comissão composta por dois ou mais servidores ou empregados efetivos de órgãos ou entidades da administração federal.

§ 2o  O prazo para conclusão do procedimento de sindicância patrimonial será de trinta dias, contados da data da publicação do ato que constituir a comissão, podendo ser prorrogado, por igual período ou por período inferior, pela autoridade competente pela instauração, desde que justificada a necessidade.

§ 3o  Concluídos os trabalhos da sindicância patrimonial, a comissão responsável por sua condução fará relatório sobre os fatos apurados, opinando pelo seu arquivamento ou, se for o caso, por sua conversão em processo administrativo disciplinar.

Art. 10.  Concluído o procedimento de sindicância nos termos deste Decreto, dar-se-á imediato conhecimento do fato ao Ministério Público Federal, ao Tribunal de Contas da União, à Controladoria-Geral da União, à Secretaria da Receita Federal e ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras.

Art. 11.  Nos termos e condições a serem definidos em convênio, a Secretaria da Receita Federal poderá fornecer à Controladoria-Geral da União, em meio eletrônico, cópia da declaração anual do agente público que houver optado pelo cumprimento da obrigação, na forma prevista no § 2o do art. 3o deste Decreto.

§ 1o  Compete à Controladoria-Geral da União informar à Secretaria da Receita Federal o rol dos optantes, nos termos do § 2o do art. 3o deste Decreto, com o respectivo número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas e o exercício ao qual correspondem as mencionadas declarações.

§ 2o  Caberá à Controladoria-Geral da União adotar medidas que garantam a preservação do sigilo das informações recebidas, relativas à situação econômica ou financeira do agente público ou de terceiros e à natureza e ao estado de seus negócios ou atividades.

Art. 12.  Para a realização dos procedimentos previstos neste Decreto, poderão ser utilizados recursos de tecnologia da informação.

Art. 13.  A Controladoria-Geral da União e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão expedirão, no prazo de noventa dias, as instruções necessárias para o cumprimento deste Decreto no âmbito do Poder Executivo Federal, salvo em relação ao convênio a que se refere o art. 11.

Art. 14.  Caberá aos titulares dos órgãos e entidades da administração pública federal direta ou indireta, sob pena de responsabilidade, velar pela estrita observância do disposto neste Decreto.

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Fica revogado o Decreto no 978, de 10 de novembro de 1993.

Brasília, 30 de junho de 2005; 184o da Independência e 117o da República.

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

*Murilo Portugal Filho*

*Paulo Bernardo Silva*

*Waldir Pires*

**DECRETO Nº 5.497, DE 21 DE JULHO DE 2005.**

*Dispõe sobre o provimento de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 1 a 4, por servidores de carreira, no âmbito da administração pública federal.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos II e VI, alínea "a", da Constituição,

**DECRETA:**

Art. 1o  Serão ocupados exclusivamente por servidores de carreira os seguintes cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS da administração pública federal direta, autárquica e fundacional:[[458]](#footnote-459)

  I - cinquenta por cento do total de cargos em comissão DAS, níveis 1, 2, 3 e 4; e **(Redação dada pelo Decreto nº 9.021, de 2017)**

II - sessenta por cento do total de cargos em comissão DAS, níveis 5 e 6.**(Redação dada pelo Decreto nº 9.021, de 2017)**

§ 1o  A partir da vigência deste decreto não serão providos cargos em comissão em desacordo com o disposto no *caput*.

§ 2o  Caberá ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão normatizar, acompanhar e controlar o cumprimento dos percentuais fixados no caput.

§ 3o  Enquanto não for implementado sistema informatizado de controle para essa finalidade, a nomeação de não servidores de carreira para os cargos referidos no caput será precedida de consulta ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

§ 4o  A nomeação de não servidores de carreira somente poderá ser efetivada mediante a comprovação de que o percentual de cargos providos por servidores de carreira, aferido para o conjunto dos órgãos e entidades sujeitos ao disposto no caput, é igual ou superior aos percentuais ali estabelecidos na data da consulta.

§ 5o  Na hipótese de o cômputo dos percentuais de que tratam os incisos I e II resultar número fracionário de cargos, deverá ser considerado o número inteiro imediatamente superior.

§ 6o  O disposto neste Decreto não afasta a aplicação de normas mais restritivas, inclusive constantes de atos internos do órgão ou entidade, referentes à nomeação de não servidores de carreira para cargos em comissão.

Art. 2o  Para os fins deste Decreto, considera-se como servidor de carreira os servidores, ativos ou inativos, oriundos de órgão ou entidade de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, suas empresas públicas e sociedades de economia mista, ocupante de cargo ou emprego permanente no qual ingressou mediante concurso público ou, se em data anterior a 5 de outubro de 1988, mediante forma de provimento permitida pelo ordenamento da época de ingresso.

Parágrafo único.  O disposto no caput aplica-se ao militar das Forças Armadas, agregado ou inativo, e ao militar do Distrito Federal.

Art. 3o  Os órgãos, autarquias e fundações da administração pública federal deverão incluir em seus planos de capacitação ações voltadas à habilitação de seus servidores para o exercício de cargos de direção e assessoramento superiores, as quais terão, na forma do art. 9o da Lei no 7.834, de 6 de outubro de 1989, prioridade nos programas de desenvolvimento de recursos humanos na administração pública federal.

Parágrafo único.  Caberá à Fundação Escola Nacional de Administração Pública -ENAP promover, elaborar e executar programas de capacitação para os fins do disposto no caput, bem assim a coordenação e supervisão dos programas de capacitação gerencial de pessoal civil executados pelas demais escolas de governo da administração pública federal.

Art. 4o  Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 21 de julho de 2005; 184o da Independência e 117o da República.

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

Paulo Bernardo Silva

**DECRETO Nº 5.992, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2006.**

*Dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da administração federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.*

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 33 a 36 da Lei no 5.809, de 10 de outubro de 1972, nos arts. 58 e 59 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no art. 4o da Lei no 8.162, de 8 de janeiro de 1991, e no art. 16 da Lei no 8.216, de 13 de agosto de 1991,

**DECRETA:**

Art. 1o  O servidor civil da administração federal direta, autárquica e fundacional que se deslocar a serviço, da localidade onde tem exercício para outro ponto do território nacional, ou para o exterior, fará jus à percepção de diárias segundo as disposições deste Decreto.

§ 1o  Os valores das diárias no País são os constantes do Anexo a este Decreto.

§ 2o  Os valores das diárias no exterior são os constantes do Anexo III do Decreto no 71.733, de 18 de janeiro de 1973, que serão pagos em dólares norte-americanos, ou, por solicitação do servidor, por seu valor equivalente em moeda nacional ou em euros.

§ 3o  O disposto neste artigo não se aplica:

I - aos casos em que o deslocamento da sede constitua exigência permanente do cargo ou ocorra dentro da mesma região metropolitana; e

II - aos servidores nomeados ou designados para servir no exterior.

Art. 2o  As diárias serão concedidas por dia de afastamento da sede do serviço, destinando-se a indenizar o servidor por despesas extraordinárias com pousada, alimentação e locomoção urbana.

§ 1o  O servidor fará jus somente à metade do valor da diária nos seguintes casos:

I - nos deslocamentos dentro do território nacional:

a) quando o afastamento não exigir pernoite fora da sede;

b) no dia do retorno à sede de serviço;

c) quando a União custear, por meio diverso, as despesas de pousada;

d) quando o servidor ficar hospedado em imóvel pertencente à União ou que esteja sob administração do Governo brasileiro ou de suas entidades; ou

e) quando designado para compor equipe de apoio às viagens do Presidente ou do Vice-Presidente da República;

II - nos deslocamentos para o exterior:

a) quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede;

b) no dia da partida do território nacional, quando houver mais de um pernoite fora do país; **(Redação dada pelo Decreto nº 6.258, de 19.11.2007)**

c) no dia da chegada ao território nacional;

d) quando a União custear, por meio diverso, as despesas de pousada;

e) quando o servidor ficar hospedado em imóvel pertencente à União ou que esteja sob administração do Governo brasileiro ou de suas entidades;

f) quando o governo estrangeiro ou organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere custear as despesas com alimentação ou pousada; ou **(Redação dada pelo Decreto nº 6.907, de 21.7.2009)**

g) **(Revogada peloDecreto nº 6.258, de 19.11.2007)**

§ 2o  Quando a missão no exterior abranger mais de um país, adotar-se-á a diária aplicável ao país onde houver o pernoite; no retorno ao Brasil, prevalecerá a diária referente ao país onde o servidor haja cumprido a última etapa da missão.

§ 3º **(Revogado pelo Decreto nº 7.028, de 9.12.2009)**

§ 4o  Não será devido o pagamento de diária ao servidor quando governo estrangeiro ou organismo internacional de que o Brasil participe ou com o qual coopere custear as despesas com pousada, alimentação e locomoção urbana. **(Incluído pelo Decreto nº 6.907, de 21.7.2009)**

§ 5o  Na hipótese da alínea “e” do inciso I do § 1o, a base de cálculo será o valor atribuído a titular de cargo de natureza especial. (NR) **(Incluído pelo Decreto nº 6.907, de 21.7.2009)**

Art. 2º-A. O servidor ocupante de cargo efetivo da administração pública federal investido em cargo comissionado ou em função de confiança poderá optar entre perceber diária no valor fixado para o cargo efetivo ou no valor aplicável para o cargo comissionado ou função de confiança que ocupe. (NR) **(Incluído pelo Decreto nº 6.907, de 21.7.2009)**

Art. 3o  Nos casos de afastamento da sede do serviço para acompanhar, na qualidade de assessor, titular de cargo de natureza especial ou dirigente máximo de autarquia ou fundação pública federal, o servidor fará jus a diárias no mesmo valor atribuído à autoridade acompanhada.

Parágrafo único. O servidor que acompanhar Ministro de Estado, na qualidade de assessor, fará jus a diária correspondente à de titular de cargo de natureza especial, ainda que na hipótese de que trata a alínea “e” do inciso I do § 1o do art. 2o. (NR) **(Redação dada pelo Decreto nº 6.907, de 21.7.2009)**

Art. 3º-A. Aplica-se o disposto neste Decreto aos deslocamentos de servidores da administração pública federal para participação em reuniões de colegiados.

§ 1º É vedado à administração pública federal direta, autárquica e fundacional custear diárias de membros de colegiado representantes de outros entes da federação, de outros Poderes ou de empresas públicas e sociedades de economia mista. **(Incluído pelo Decreto nº 6.907, de 21.7.2009)**

§ 2º As diárias para membros de colegiados que não se enquadrem no **caput** ou no § 1º serão pagas: **(Incluído pelo Decreto nº 6.907, de 21.7.2009)**

I - no caso de colegiados com composição e funcionamento constantes em lei ou decreto: no valor do item "c" do Anexo I; e**(Incluído pelo Decreto nº 6.907, de 21.7.2009)**

II - no caso de colegiados com composição e funcionamento definidas por ato normativo inferior a decreto, somente quando autorizado pelo Ministro de Estado competente, nos termos por ele definido, não podendo superar os valores previstos no item "e" do Anexo I. (NR) **(Incluído pelo Decreto nº 6.907, de 21.7.2009)**

§ 3º O disposto no § 1º não se aplica no caso de o membro do colegiado não receber diárias do ente com o qual mantêm vínculo, firmando declaração, sob as penas da lei, nesse sentido, e: **(Incluído pelo Decreto nº 7.028, de 9.12.2009)**

I - representar associação, ou equivalente, de entes diversos da federação; **(Incluído pelo Decreto nº 7.028, de 9.12.2009)**

II - não estar representando exclusivamente o ente com o qual mantém vínculo; ou **(Incluído pelo Decreto nº 7.028, de 9.12.2009)**

III - haver interesse da União, declarado pelo Ministro de Estado competente, na presença do membro no colegiado. (NR)**(Incluído pelo Decreto nº 7.028, de 9.12.2009)**

Art. 3o-B.  Aplica-se o disposto neste decreto ao servidor ou colaborador eventual que acompanhar servidor com deficiência em deslocamento a serviço. **(Incluído pelo Decreto nº 7.613, de 2011)**

§ 1o  A concessão de diárias para o acompanhante será autorizada a partir do resultado de perícia oficial no âmbito do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal que ateste a necessidade de acompanhante no deslocamento do servidor. **(Incluído pelo Decreto nº 7.613, de 2011)**

§ 2o  A perícia de que trata o § 1o terá validade máxima de cinco anos, podendo ser revista a qualquer tempo, de ofício ou mediante requerimento. **(Incluído pelo Decreto nº 7.613, de 2011)**

§ 3o  O valor da diária do acompanhante será igual ao valor da diária do servidor acompanhado. **(Incluído pelo Decreto nº 7.613, de 2011)**

§ 4o  O servidor com deficiência poderá indicar o seu acompanhante, fornecendo as informações necessárias para os trâmites administrativos no caso de pessoa indicada sem vínculo com a administração pública federal direta, autárquica ou fundacional. **(Incluído pelo Decreto nº 7.613, de 2011)**

§ 5o  No caso de o indicado ser servidor, a concessão de diária dependerá da concordância de sua chefia imediata. **(Incluído pelo Decreto nº 7.613, de 2011)**

Art. 4o  A indenização de que trata o art. 16 da Lei no 8.216, de 13 de agosto de 1991, será devida aos servidores de toda e qualquer categoria funcional que se afastar da zona considerada urbana de seu município de sede para execução de atividades de campanhas de combate e controle de endemias, marcação, inspeção e manutenção de marcos divisórios, topografia, pesquisa, saneamento básico, inspeção e fiscalização de fronteiras internacionais.

Art. 5o  As diárias serão pagas antecipadamente, de uma só vez, exceto nas seguintes situações, a critério da autoridade concedente:

I - situações de urgência, devidamente caracterizadas; e

II - quando o afastamento compreender período superior a quinze dias, caso em que poderão ser pagas parceladamente.

§ 1o  As diárias, inclusive as que se referem ao seu próprio afastamento, serão concedidas pelo dirigente do órgão ou entidade a quem estiver subordinado o servidor, ou a quem for delegada tal competência.

§ 2o  As propostas de concessão de diárias, quando o afastamento iniciar-se em sextas-feiras, bem como os que incluam sábados, domingos e feriados, serão expressamente justificadas, configurando, a autorização do pagamento pelo ordenador de despesas, a aceitação da justificativa.

§ 3o  Quando o afastamento se estender por tempo superior ao previsto, o servidor fará jus, ainda, às diárias correspondentes ao período prorrogado, desde que autorizada sua prorrogação.

§ 4o  Serão de inteira responsabilidade do servidor eventuais alterações de percurso ou de datas e horários de deslocamento, quando não autorizados ou determinados pela administração.

Art. 6o  Os atos de concessão de diárias serão publicados no boletim interno ou de pessoal do órgão ou entidade concedente.

Art. 7o  Serão restituídas pelo servidor, em cinco dias contados da data do retorno à sede originária de serviço, as diárias recebidas em excesso.

Parágrafo único.  Serão, também, restituídas, em sua totalidade, no prazo estabelecido neste artigo, as diárias recebidas pelo servidor quando, por qualquer circunstância, não ocorrer o afastamento.

Art. 8º Será concedido adicional no valor fixado no Anexo II a este Decreto, por localidade de destino, nos deslocamentos dentro do território nacional, destinado a cobrir despesas de deslocamento até o local de embarque e do desembarque até o local de trabalho ou de hospedagem e vice-versa. (NR) **(Redação dada pelo Decreto nº 6.907, de 21.7.2009)**

Art. 9º Nos deslocamentos do Presidente da República e do Vice-Presidente da República, no território nacional, as despesas correrão à conta dos recursos orçamentários consignados, respectivamente, à Presidência da República e à Vice-Presidência da República. **(Redação dada pelo Decreto nº 6.907, de 21.7.2009)**

§ 1o  Correrão à conta dos recursos orçamentários consignados à Presidência da República e à Vice-Presidência da República as diárias das autoridades integrantes das respectivas comitivas oficiais. **(Redação dada pelo Decreto nº 6.907, de 21.7.2009)**

§ 2o  Correrão, ainda, à conta dos recursos orçamentários consignados ao respectivo Ministério as diárias relativas a assessor de Ministro de Estado.**(Redação dada pelo Decreto nº 6.907, de 21.7.2009)**

§ 3º As despesas de que trata o **caput** serão realizadas mediante a concessão de suprimento de fundos a servidor designado pelo ordenador de despesas competente, obedecido ao disposto no art. 47 do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986. (NR) **(Incluído pelo Decreto nº 6.258, de 19.11.2007)**

Art. 10.  As despesas de alimentação e pousada de colaboradores eventuais, previstas no art. 4o da Lei no 8.162, de 8 de janeiro de 1991, serão indenizadas mediante a concessão de diárias correndo à conta do órgão interessado, imputando-se a despesa à dotação consignada sob a classificação de serviços.

§ 1o  O dirigente do órgão concedente da diária estabelecerá o nível de equivalência da atividade a ser cumprida pelo colaborador eventual com a tabela de diárias, ressalvado o disposto no § 3o do art. 3o-B. **(Redação dada pelo Decreto nº 7.613, de 2011)**

§ 2o  É vedada a concessão de diárias para o exterior a pessoas sem vínculo com a administração pública federal, ressalvadas aquelas designadas ou nomeadas pelo Presidente da República.

Art. 11.  Responderão solidariamente pelos atos praticados em desacordo com o disposto neste Decreto a autoridade proponente, a autoridade concedente, o ordenador de despesas e o servidor que houver recebido as diárias.

Art. 12.  O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá editar normas complementares para a execução do disposto neste Decreto. **(Redação dada pelo Decreto nº 7.613, de 2011)**

Art. 12-A. O Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão é de utilização obrigatória pelos órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. **(Incluído pelo Decreto nº 6.258, de 19.11.2007)**

Parágrafo único. Todos os órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverão estar adaptados ao disposto no **caput** até 31 de dezembro de 2008. (NR) **(Incluído pelo Decreto nº 6.258, de 19.11.2007)**

Art. 13.  Os arts. 22 e 23 do Decreto no 71.733, de 18 de janeiro de 1973, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22.  Os valores das diárias no exterior são os constantes da Tabela que constitui o Anexo III a este Decreto, que serão pagos em dólares norte-americanos, ou, por solicitação do servidor, por seu valor equivalente em moeda nacional ou em euros.” (NR)

“Art. 23. **(Revogado pelo Decreto nº 6.907, de 21.7.2009)**

Art. 14.  Este Decreto entra em vigor trinta dias após a data de sua publicação.

Art. 15.  Ficam revogados o art. 11 do Decreto nº 91.800, de 18 de outubro de 1985, o Decreto nº 343, de 19 de novembro de 1991, o Decreto nº 1.121, de 26 de abril de 1994, o Decreto nº 1.656, de 3 de outubro de 1995, o art. 4º do Decreto no 1.840, de 20 de março de 1996, e o art. 1º do Decreto no 3.643, de 26 de outubro de 2000, na parte referente à nova redação dada aos arts. 22 e 23 do Decreto nº 71.733, de 18 de janeiro de 1973.

Brasília, 19 de dezembro de 2006; 185o da Independência e 118o da República.

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

*Paulo Bernardo Silva*

ANEXO I

**(Redação dada pelo Decreto nº 6.907, de 21.7.2009)**

Tabela – Valor da Indenização de Diárias aos servidores públicos federais, no País

| Classificação do Cargo Emprego/Função | Deslocamentos para Brasília/ Manaus/Rio de Janeiro | Deslocamentos para Belo Horizonte/ Fortaleza/ Porto Alegre/ Recife/ Salvador/ São Paulo | Deslocamentos para outras capitais de Estados | Demais  deslocamentos |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| A) Ministro de Estado | 581,00 | 551,95 | 520,00 | 458,99 |
| B) Cargos de Natureza Especial | 406,70 | 386,37 | 364,00 | 321,29 |
| C) DAS-6; CD-1; FDS-1 e FDJ-1 do BACEN | 321,10 | 304,20 | 287,30 | 253,50 |
| D) DAS-5, DAS-4, DAS-3; CD-2, CD-3, CD-4; FDE-1, FDE-2; FDT-1; FCA-1, FCA-2, FCA-3; FCT1, FCT2; FCT3, GTS1; GTS2; GTS3. | 267,90 | 253,80 | 239,70 | 211,50 |
| E) DAS-2, DAS-1; FCT4, FCT5, FCT6, FCT7; cargos de nível superior e FCINSS. | 224,20 | 212,40 | 200,60 | 177,00 |
| F) FG-1, FG-2, FG-3; GR; FST-1, FST-2, FST-3 do BACEN; FDO-1, FCA-4, FCA-5 do BACEN; FCT8, FCT9, FCT10, FCT11, FCT12, FCT13, FCT14, FCT15; cargos de nível intermediário e auxiliar | 224,20 | 212,40 | 200,60 | 177,00 |

ANEXO II

**(Incluído pelo Decreto nº 6.907, de 21.7.2009)**

Tabela - Valores da Indenização de que trata o art. 16 da Lei no 8.216, de 1991, e do Adicional de Embarque e Desembarque

|  |  |
| --- | --- |
| ESPÉCIE | VALOR R$ |
| Indenização de que trata o art. 16 da Lei no 8.216, de 1991, alterado pelo art. 15 da Lei n 8.270 de 1991 | 45,00 |
| Adicional de que trata o art. 8~~º~~ | 95,00 |

**DECRETO Nº 6.029, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2007.**

*Institui Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.*

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA,** no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

**DECRETA:**

Art. 1o  Fica instituído o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal com a finalidade de promover atividades que dispõem sobre a conduta ética no âmbito do Executivo Federal, competindo-lhe:

I - integrar os órgãos, programas e ações relacionadas com a ética pública;

II - contribuir para a implementação de políticas públicas tendo a transparência e o acesso à informação como instrumentos fundamentais para o exercício de gestão da ética pública;

III - promover, com apoio dos segmentos pertinentes, a compatibilização e interação de normas, procedimentos técnicos e de gestão relativos à ética pública;

IV - articular ações com vistas a estabelecer e efetivar procedimentos de incentivo e incremento ao desempenho institucional na gestão da ética pública do Estado brasileiro.

Art. 2o  Integram o Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal:

I - a Comissão de Ética Pública - CEP, instituída pelo Decreto de 26 de maio de 1999;

II - as Comissões de Ética de que trata o Decreto no 1.171, de 22 de junho de 1994; e

III - as demais Comissões de Ética e equivalentes nas entidades e órgãos do Poder Executivo Federal.

Art. 3o  A CEP será integrada por sete brasileiros que preencham os requisitos de idoneidade moral, reputação ilibada e notória experiência em administração pública, designados pelo Presidente da República, para mandatos de três anos, não coincidentes, permitida uma única recondução.

§ 1o  A atuação no âmbito da CEP não enseja qualquer remuneração para seus membros e os trabalhos nela desenvolvidos são considerados prestação de relevante serviço público.

§ 2o  O Presidente terá o voto de qualidade nas deliberações da Comissão.

§ 3o  Os mandatos dos primeiros membros serão de um, dois e três anos, estabelecidos no decreto de designação.

Art. 4o  À CEP compete:[[459]](#footnote-460)

I - atuar como instância consultiva do Presidente da República e Ministros de Estado em matéria de ética pública;

II - administrar a aplicação do Código de Conduta da Alta Administração Federal, devendo:

a) submeter ao Presidente da República medidas para seu  aprimoramento;

b) dirimir dúvidas a respeito de interpretação de suas normas, deliberando sobre casos omissos;

c) apurar, mediante denúncia, ou de ofício, condutas em desacordo com as normas nele previstas, quando praticadas pelas autoridades a ele submetidas;

III - dirimir dúvidas de interpretação sobre as normas do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal de que trata o Decreto no 1.171, de 1994;

IV - coordenar, avaliar e supervisionar o Sistema de Gestão da Ética Pública do Poder Executivo Federal;

V - aprovar o seu regimento interno; e

VI - escolher o seu Presidente.

Parágrafo único.  A CEP contará com uma Secretaria-Executiva, vinculada à Casa Civil da Presidência da República, à qual competirá prestar o apoio técnico e administrativo aos trabalhos da Comissão.

Art. 5o  Cada Comissão de Ética de que trata o Decreto nº 1171, de 1994, será integrada por três membros titulares e três suplentes, escolhidos entre servidores e empregados do seu quadro permanente, e designados pelo dirigente máximo da respectiva entidade ou órgão, para mandatos não coincidentes de três anos.

Art. 6o  É dever do titular de entidade ou órgão da Administração Pública Federal, direta e indireta:

I - assegurar as condições de trabalho para que as Comissões de Ética cumpram suas funções, inclusive para que do exercício das atribuições de seus integrantes não lhes resulte qualquer prejuízo ou dano;

II - conduzir em seu âmbito a avaliação da gestão da ética conforme processo coordenado pela Comissão de Ética Pública.

Art. 7o  Compete às Comissões de Ética de que tratam os incisos II e III do art. 2o:

I - atuar como instância consultiva de dirigentes e servidores no âmbito de seu respectivo órgão ou entidade;

II - aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto 1.171, de 1994, devendo:

a) submeter à Comissão de Ética Pública propostas para seu aperfeiçoamento;

b) dirimir dúvidas a respeito da interpretação de suas normas e deliberar sobre casos omissos;

c) apurar, mediante denúncia ou de ofício, conduta em desacordo com as normas éticas pertinentes; e

d) recomendar, acompanhar e avaliar, no âmbito do órgão ou entidade a que estiver vinculada, o desenvolvimento de ações objetivando a disseminação, capacitação e treinamento sobre as normas de ética e disciplina;

III - representar a respectiva entidade ou órgão na Rede de Ética do Poder Executivo Federal a que se refere o art. 9o; e

IV - supervisionar a observância do Código de Conduta da Alta Administração Federal e comunicar à CEP situações que possam configurar descumprimento de suas normas.

§ 1o  Cada Comissão de Ética contará com uma Secretaria-Executiva, vinculada administrativamente à instância máxima da entidade ou órgão, para cumprir plano de trabalho por ela aprovado e prover o apoio técnico e material necessário ao cumprimento das suas atribuições.

§ 2o  As Secretarias-Executivas das Comissões de Ética serão chefiadas por servidor ou empregado do quadro permanente da entidade ou órgão, ocupante de cargo de direção compatível com sua estrutura, alocado sem aumento de despesas.

Art. 8o  Compete às instâncias superiores dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, abrangendo a administração direta e indireta:

I - observar e fazer observar as normas de ética e disciplina;

II - constituir Comissão de Ética;

III - garantir os recursos humanos, materiais e financeiros para que a Comissão cumpra com suas atribuições; e

IV - atender com prioridade às solicitações da CEP.

Art. 9o  Fica constituída a Rede de Ética do Poder Executivo Federal, integrada pelos representantes das Comissões de Ética de que tratam os incisos I, II e III do art. 2o, com o objetivo de promover a cooperação técnica e a avaliação em gestão da ética.

Parágrafo único.  Os integrantes da Rede de Ética se reunirão sob a coordenação da Comissão de Ética Pública, pelo menos uma vez por ano, em fórum específico, para avaliar o programa e as ações para a promoção da ética na administração pública.

Art. 10.  Os trabalhos da CEP e das demais Comissões de Ética devem ser desenvolvidos com celeridade e observância dos seguintes princípios:

I - proteção àhonra e à imagem da pessoa investigada;

II - proteção àidentidadedodenunciante, que deverá ser mantida sob reserva, se este assim o desejar; e

III - independência e imparcialidade dos seus membros na apuração dos fatos, com as garantias asseguradas neste Decreto.

Art. 11.  Qualquer cidadão, agente público, pessoa jurídica de direito privado, associação ou entidade de classe poderá provocar a atuação da CEP ou de Comissão de Ética, visando à apuração de infração ética imputada a agente público, órgão ou setor específico de ente estatal.

Parágrafo único.  Entende-se por agente público, para os fins deste Decreto, todo aquele que, por força de lei, contrato ou qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária, excepcional ou eventual, ainda que sem retribuição financeira, a órgão ou entidade da administração pública federal, direta e indireta.

Art. 12.  O processo de apuração de prática de ato em desrespeito ao preceituado no Código de Conduta da Alta Administração Federal e no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal será instaurado, de ofício ou em razão de denúncia fundamentada, respeitando-se, sempre, as garantias do contraditório e da ampla defesa, pela Comissão de Ética Pública ou Comissões de Ética de que tratam o incisos II e III do art. 2º, conforme o caso, que notificará o investigado para manifestar-se, por escrito, no prazo de dez dias.

§ 1o  O investigado poderá produzir prova documental necessária à sua defesa.

§ 2o  As Comissões de Ética poderão requisitar os documentos que entenderem necessários à instrução probatória e, também, promover diligências e solicitar parecer de especialista.

§ 3o  Na hipótese de serem juntados aos autos da investigação, após a manifestação referida no **caput** deste artigo, novos elementos de prova, o investigado será notificado para nova manifestação, no prazo de dez dias.

§ 4o  Concluída a instrução processual, as Comissões de Ética proferirão decisão conclusiva e fundamentada.

§ 5o  Se a conclusão for pela existência de falta ética, além das providências previstas no Código de Conduta da Alta Administração Federal e no Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal,  as Comissões de Ética tomarão as seguintes providências, no que couber:

I - encaminhamento de sugestão de exoneração de cargo ou função de confiança à autoridade hierarquicamente superior ou devolução ao órgão de origem, conforme o caso;

II -- encaminhamento, conforme o caso, para a Controladoria-Geral da União ou unidade específica do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal de que trata o Decreto nº 5.480, de 30 de junho de 2005, para exame de eventuais transgressões disciplinares; e

III - recomendação de abertura de procedimento administrativo, se a gravidade da conduta assim o exigir.

Art. 13.  Será mantido com a chancela de “reservado”, até que esteja concluído, qualquer procedimento instaurado para apuração de prática em desrespeito às normas éticas.

§ 1o  Concluída a investigação e após a deliberação da CEP ou da Comissão de Ética do órgão ou entidade, os autos do procedimento deixarão de ser reservados.

§ 2o  Na hipótese de os autos estarem instruídos com documento acobertado por sigilo legal, o acesso a esse tipo de documento somente será permitido a quem detiver igual direito perante o órgão ou entidade originariamente encarregado da sua guarda.

§ 3o  Para resguardar o sigilo de documentos que assim devam ser mantidos, as Comissões de Ética, depois de concluído o processo de investigação, providenciarão para que tais documentos sejam desentranhados dos autos, lacrados e acautelados.

Art. 14.  A qualquer pessoa que esteja sendo investigada é assegurado o direito de saber o que lhe está sendo imputado, de conhecer o teor da acusação e de ter vista dos autos, no recinto das Comissões de Ética, mesmo que ainda não tenha sido notificada da existência do procedimento investigatório.

Parágrafo único.  O direito assegurado neste artigo inclui o de obter cópia dos autos e de certidão do seu teor.

Art. 15.  Todo ato de posse, investidura em função pública ou celebração de contrato de trabalho, dos agentes públicos referidos no parágrafo único do art. 11, deverá ser acompanhado da prestação de compromisso solene de acatamento e observância das regras estabelecidas pelo Código de Conduta da Alta Administração Federal, pelo Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e pelo Código de Ética do órgão ou entidade, conforme o caso.

Parágrafo único . A posse em cargo ou função pública que submeta a autoridade às normas do Código de Conduta da Alta Administração Federal deve ser precedida de consulta da autoridade à Comissão de Ética Pública acerca de situação que possa suscitar conflito de interesses.

Art. 16.  As Comissões de Ética não poderão escusar-se de proferir decisão sobre matéria de sua competência alegando omissão do Código de Conduta da Alta Administração Federal, do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal ou do Código de Ética do órgão ou entidade, que, se existente, será suprida pela analogia e invocação aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

§ 1o  Havendo dúvida quanto à legalidade, a Comissão de Ética competente deverá  ouvir previamente a área jurídica do órgão ou entidade.

§ 2o  Cumpre à CEP responder a consultas sobre aspectos éticos que lhe forem dirigidas pelas demais Comissões de Ética e pelos órgãos e entidades que integram o Executivo Federal, bem como pelos cidadãos e servidores que venham a ser indicados para ocupar cargo ou função abrangida pelo Código de Conduta da Alta Administração Federal.

Art. 17.  As Comissões de Ética, sempre que constatarem a possível ocorrência de ilícitos penais, civis, de improbidade administrativa ou de infração disciplinar, encaminharão cópia dos autos às autoridades competentes para apuração de tais fatos, sem prejuízo das medidas de sua competência.

Art. 18.  As decisões das Comissões de Ética, na análise de qualquer fato ou ato submetido à sua apreciação ou por ela levantado, serão resumidas em ementa e, com a omissão dos nomes dos investigados, divulgadas no sítio do próprio órgão, bem como remetidas à Comissão de Ética Pública.

Art. 19.  Os trabalhos nas Comissões  de Ética de que tratam os incisos II e III do art. 2o são considerados relevantes e têm prioridade sobre as atribuições próprias dos cargos dos seus membros, quando estes não atuarem com exclusividade na Comissão.

Art. 20.  Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal darão tratamento prioritário às solicitações de documentos necessários à instrução dos procedimentos de investigação instaurados pelas Comissões de Ética .

§ 1o  Na hipótese de haver inobservância do dever funcional previsto no **caput**, a Comissão de Ética adotará as providências previstas no inciso III do § 5o do art. 12.

§ 2o  As autoridades competentes não poderão alegar sigilo para deixar de prestar informação solicitada pelas Comissões de Ética.

Art. 21.  A infração de natureza ética cometida por membro de Comissão de Ética de que tratam os incisos II e III do art. 2o será apurada pela Comissão de Ética Pública.

Art. 22.  A Comissão de Ética Pública manterá banco de dados de sanções aplicadas pelas Comissões de Ética de que tratam os incisos II e III do art. 2o e de suas próprias sanções, para fins de consulta pelos órgãos ou entidades da administração pública federal, em casos de nomeação para cargo em comissão ou de alta relevância pública.

Parágrafo único.  O banco de dados referido neste artigo engloba as sanções aplicadas a qualquer dos agentes públicos mencionados no parágrafo único do art. 11 deste Decreto.

Art. 23.  Os representantes das Comissões de Ética de que tratam os incisos II e III do art. 2o atuarão como elementos de ligação com a CEP, que disporá em Resolução própria sobre as atividades que deverão desenvolver para o cumprimento desse mister.

Art. 24.  As normas do Código de Conduta da Alta Administração Federal, do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e do Código de Ética do órgão ou entidade aplicam-se, no que couber, às autoridades e agentes públicos neles referidos, mesmo quando em gozo de licença.

Art. 25.  Ficam revogados os incisos XVII, XIX, XX, XXI, XXIII e XXV do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto no 1.171, de 22 de junho de 1994, os arts. 2o e 3o do Decreto de 26 de maio de 1999, que cria a Comissão de Ética Pública, e os Decretos de 30 de agosto de 2000 e de 18 de maio de 2001, que dispõem sobre a Comissão de Ética Pública.

Art. 26.  Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 1º de fevereiro de 2007; 186o da Independência e 119o da República.

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

*Dilma Rousseff*

**DECRETO Nº 6.114, DE 15 DE MAIO DE 2007.**

*Regulamenta o pagamento da Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso de que trata o art. 76-A da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 76-A da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

**DECRETA:**

Art. 1o  A Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso, de que trata o art. 76-A da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, fica regulamentada por este Decreto.

Art. 2o  A Gratificação é devida ao servidor pelo desempenho eventual de atividades de:

I - instrutoria em curso de formação, ou instrutoria em curso de desenvolvimento ou de treinamento para servidores, regularmente instituído no âmbito da administração pública federal;

II - banca examinadora ou de comissão para exames orais, análise curricular, correção de provas discursivas, elaboração de questões de provas ou para julgamento de recursos intentados por candidatos;

III - logística de preparação e de realização de curso, concurso público ou exame vestibular, envolvendo atividades de planejamento, coordenação, supervisão, execução e avaliação de resultado, quando tais atividades não estiverem incluídas entre as suas atribuições permanentes; e

IV - aplicação, fiscalização ou avaliação de provas de exame vestibular ou de concurso público ou supervisão dessas atividades.

 § 1o  Considera-se como atividade de instrutoria, para fins do disposto no inciso I do caput, ministrar aulas, realizar atividades de coordenação pedagógica e técnica não enquadráveis nos incisos II, III e IV, elaborar material didático e atuar em atividades similares ou equivalentes em outros eventos de capacitação, presenciais ou a distância.

 § 2o  A Gratificação não será devida pela realização de treinamentos em serviço ou por eventos de disseminação de conteúdos relativos às competências das unidades organizacionais.

Art. 3o  A Gratificação será paga ao servidor por hora trabalhada, conforme limites estabelecidos no Anexo I deste Decreto.

§ 1o  O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão divulgará o valor do maior vencimento básico da administração pública federal para fins de cálculo do valor a ser pago a título de Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso.

§ 2o  O valor a ser pago será definido levando-se em consideração a natureza e a complexidade da atividade, a formação acadêmica, a experiência comprovada ou outros critérios estabelecidos pelo órgão ou entidade.

Art. 4o  Para fins de desempenho das atividades de que tratam os incisos I e II do art. 2o, deverá o servidor possuir formação acadêmica compatível ou comprovada experiência profissional na área de atuação a que se propuser.

Art. 5o  O valor da Gratificação será apurado pela instituição executora no mês de realização da atividade e informado, até o quinto dia útil do mês seguinte, ao sistema utilizado para processamento da folha de pagamento.

Art. 6o  A retribuição do servidor que executar atividades inerentes a cursos, concursos públicos ou exames vestibulares não poderá ser superior ao equivalente a cento e vinte horas de trabalho anuais, ressalvada situação de excepcionalidade, devidamente justificada e previamente aprovada pela autoridade máxima do órgão ou entidade executora, que poderá autorizar o acréscimo de até cento e vinte horas de trabalho anuais.

§ 1o  O órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC implantará sistema de controle de horas de trabalho por servidor, com vistas ao controle do pagamento da Gratificação.

§ 2o  Até que seja implementado sistema de controle das horas trabalhadas, previamente à aceitação para exercer a atividade definida no art. 2o, o servidor deverá assinar declaração, conforme Anexo II deste Decreto.

Art. 7o  Cabe aos órgãos ou entidades executoras:

I - elaborar tabela de valores da Gratificação, observadas as disposições e critérios estabelecidos nos arts. 3o e 4o;

II - selecionar os servidores observando os critérios estabelecidos;

III - solicitar a liberação do servidor ao dirigente máximo do órgão ou entidade de exercício, ou a quem o dirigente delegar, quando a realização das atividades de que trata este Decreto ocorrerem durante o horário de trabalho; e

IV - efetuar o pagamento da Gratificação relativa às horas trabalhadas.

Parágrafo único.  O órgão ou entidade de exercício do servidor providenciará a guarda da documentação nos seus assentamentos funcionais e, quando se tratar de servidor cedido ou requisitado, encaminhará cópia ao órgão ou entidade de origem.

Art. 8o  As horas trabalhadas em atividades inerentes a cursos, concursos públicos ou exames vestibulares, quando desempenhadas durante a jornada de trabalho, deverão ser compensadas no prazo de até um ano.

Art. 9o  O pagamento da Gratificação deverá ser efetuado por meio do sistema utilizado para processamento da folha de pagamento de pessoal.

Parágrafo único.  Na impossibilidade de processamento do pagamento da Gratificação na forma estabelecida no caput, será admitido o pagamento por meio de ordem bancária pelo Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Art. 10.  Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de maio de 2007; 186o da Independência e 119o da República.

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

*Paulo Bernardo Silva*

ANEXO I  
**(Redação dada pelo Decreto nº 9.185, de 2017)**

TABELAS DE PERCENTUAIS MÁXIMOS DA GRATIFICAÇÃO POR ENCARGO DE CURSO OU CONCURSO POR HORA TRABALHADA, INCIDENTES SOBRE O MAIOR VENCIMENTO BÁSICO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

a) Instrutoria em curso de formação, de desenvolvimento ou de treinamento para servidores, regularmente instituído no âmbito da administração pública federal

|  |  |
| --- | --- |
| ATIVIDADE | PERCENTUAIS MÁXIMOS POR HORA TRABALHADA |
| Instrutoria em curso de formação de carreiras | Até 1,47 |
| Instrutoria em curso de desenvolvimento e aperfeiçoamento | Até 1,47 |
| Instrutoria em curso de treinamento | Até 0,97 |
| Tutoria em curso a distância | Até 0,97 |
| Instrutoria em curso gerencial | Até 1,47 |
| Instrutoria em curso de pós-graduação | Até 1,47 |
| Orientação de monografia | Até 1,47 |
| Instrutoria em curso de educação de jovens e adultos | Até 0,50 |
| Coordenação técnica e pedagógica | Até 0,97 |
| Elaboração de material didático | Até 0,97 |
| Elaboração de material multimídia para curso a distância | Até 1,47 |
| Atividade de conferencista e de palestrante em evento de capacitação | Até 1,47 |

b) Participação em banca examinadora ou em comissão para exame oral, para análise curricular, para correção de prova discursiva, para elaboração de questão de prova ou para julgamento de recurso intentado por candidato

|  |  |
| --- | --- |
| ATIVIDADE | PERCENTUAIS MÁXIMOS POR HORA TRABALHADA |
| Exame oral | Até 1,37 |
| Análise curricular | Até 0,80 |
| Correção de prova discursiva | Até 1,47 |
| Elaboração de questão de prova | Até 1,47 |
| Julgamento de recurso | Até 1,47 |
| Prova prática | Até 1,17 |
| Análise crítica de questão de prova | Até 1,47 |
| Julgamento de concurso de monografia | Até 1,47 |

c) Logística de preparação e de realização de curso, de concurso público ou de exame vestibular - planejamento, coordenação, supervisão ou execução

|  |  |
| --- | --- |
| ATIVIDADE | PERCENTUAIS MÁXIMOS POR HORA TRABALHADA |
| Planejamento | Até 0,80 |
| Coordenação | Até 0,80 |
| Supervisão | Até 0,60 |
| Execução | Até 0,50 |

d) Aplicação, fiscalização ou supervisão de prova de exame vestibular ou de concurso público

|  |  |
| --- | --- |
| ATIVIDADE | PERCENTUAIS MÁXIMOS POR HORA TRABALHADA |
| Aplicação | Até 0,30 |
| Fiscalização | Até 0,60 |
| Supervisão | Até 0,80 |

**ANEXO II**

DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Pela presente DECLARAÇÃO DE EXECUÇÃO DE ATIVIDADES, eu \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, (nome completo)  matrícula SIAPE no \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, ocupante do cargo de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  (denominação, código, etc.)  do Quadro de Pessoal do \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, em exercício na (o) \_\_\_\_\_\_\_  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, declaro ter participado, no ano em curso, das seguintes atividades relacionadas a curso, concurso público ou exame vestibular, previstas no art. 76-A da Lei no 8.112, de 1990, e no Decreto no                  , de 2007: | | |
| Atividades | Instituição | Horas trabalhadas |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
|  |  |  |
| TOTAL DE HORAS TRABALHADAS NO ANO EM CURSO | |  |
| Declaro, sob minha inteira responsabilidade, serem exatas e verdadeiras as informações aqui prestadas, sob pena de responsabilidades administrativa, civil e penal.  Brasília, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_.  \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  Assinatura do servidor | | |

**DECRETO Nº 6.593, DE 2 DE OUTUBRO DE 2008.**

*Regulamenta o art. 11 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto à isenção de pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos realizados no âmbito do Poder Executivo federal.*

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 11 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

**DECRETA:**

Art. 1o Os editais de concurso público dos órgãos da administração direta, das autarquias e das fundações públicas do Poder Executivo federal deverão prever a possibilidade de isenção de taxa de inscrição para o candidato que:

I - estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, de que trata o Decreto no 6.135, de 26 de junho de 2007; e

II - for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135, de 2007.

§ 1o A isenção mencionada no caput deverá ser solicitada mediante requerimento do candidato, contendo:

I - indicação do Número de Identificação Social - NIS, atribuído pelo CadÚnico; e

II - declaração de que atende à condição estabelecida no inciso II do caput.

§ 2o O órgão ou entidade executor do concurso público consultará o órgão gestor do CadÚnico para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato.

§ 3o A declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei, aplicando-se, ainda, o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto no 83.936, de 6 de setembro de 1979.

Art. 2o O edital do concurso público definirá os prazos limites para a apresentação do requerimento de isenção, assim como da resposta ao candidato acerca do deferimento ou não do seu pedido.

Parágrafo único. Em caso de indeferimento do pedido, o candidato deverá ser comunicado antes do término do prazo previsto para as inscrições.

Art. 3o Este Decreto também se aplica aos processos seletivos simplificados para a contratação de pessoal por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, de que trata o art. 37, inciso IX, da Constituição.

Art. 4o Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 2 de outubro de 2008; 187o da Independência e 120o da República.

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

*João Bernardo de Azevedo Bringel*

*Patrus Ananias*

**DECRETO Nº 6.690, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2008.**

*Institui o Programa de Prorrogação da Licença à Gestante e à Adotante, estabelece os critérios de adesão ao Programa e dá outras providências.*

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008,[[460]](#footnote-461)

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica instituído, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, o Programa de Prorrogação da Licença à Gestante e à Adotante.

Art. 2º Serão beneficiadas pelo Programa de Prorrogação da Licença à Gestante e à Adotante as servidoras públicas federais lotadas ou em exercício nos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

§ 1º A prorrogação será garantida à servidora pública que requeira o benefício até o final do primeiro mês após o parto e terá duração de sessenta dias.

§ 2º A prorrogação a que se refere o § 1o iniciar-se-á no dia subseqüente ao término da vigência da licença prevista no art. 207 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, ou do benefício de que trata o art. 71 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

§ 3º O benefício a que fazem jus as servidoras públicas mencionadas no **caput** será igualmente garantido a quem adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança, na seguinte proporção:

I - para as servidoras públicas em gozo do benefício de que trata o art. 71-A da Lei nº 8.213, de 1991:

a) sessenta dias, no caso de criança de até um ano de idade;

b) trinta dias, no caso de criança de mais de um e menos de quatro anos de idade; e

c) quinze dias, no caso de criança de quatro a oito anos de idade.

II - para as servidoras públicas em gozo do benefício de que trata o art. 210 da Lei nº 8.112, de 1990:

a) quarenta e cinco dias, no caso de criança de até um ano de idade; e

b) quinze dias, no caso de criança com mais de um ano de idade.

§ 4º Para os fins do disposto no § 3º, inciso II, alínea "b", considera-se criança a pessoa de até doze anos de idade incompletos, nos termos do art. 2º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

§ 5º A prorrogação da licença será custeada com recurso do Tesouro Nacional.

Art. 3º No período de licença-maternidade e licença à adotante de que trata este Decreto, as servidoras públicas referidas no art. 2º não poderão exercer qualquer atividade remunerada e a criança não poderá ser mantida em creche ou organização similar.

Parágrafo único. Em caso de ocorrência de quaisquer das situações previstas no **caput**, a beneficiária perderá o direito à prorrogação, sem prejuízo do devido ressarcimento ao erário.

Art. 4º A servidora em gozo de licença-maternidade na data de publicação deste Decreto poderá solicitar a prorrogação da licença, desde que requerida até trinta dias após aquela data.

Art. 5º Este Decreto aplica-se à servidora pública que tenha o seu período de licença-maternidade concluído entre 10 de setembro de 2008 e a data de publicação deste Decreto.

Parágrafo único. A servidora pública mencionada no **caput** terá direito ao gozo da licença pelos dias correspondentes à prorrogação, conforme o caso.

Art. 6º O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá expedir normas complementares para execução deste Decreto.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 11 de dezembro de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

*André Peixoto Figueiredo Lima*

*José Gomes Temporão*

*Paulo Bernardo Silva*

**DECRETO Nº 6.856, DE 25 DE MAIO DE 2009.**

*Regulamenta o art. 206-A da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990 – Regime Jurídico Único, dispondo sobre os exames médicos periódicos de servidores.*

O**PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 206-A da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

**DECRETA:**

Art. 1o  A realização dos exames médicos periódicos dos servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, de que trata o art. 206-A da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, observará o disposto neste Decreto.

Art. 2o  A realização de exames médicos periódicos tem como objetivo, prioritariamente, a preservação da saúde dos servidores, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.

Art. 3o  Os servidores regidos pela Lei no 8.112, de 1990, serão submetidos a exames médicos periódicos, conforme programação adotada pela administração pública federal.

Parágrafo único.  Na hipótese de acumulação permitida de cargos públicos federais, o exame deverá ser realizado com base no cargo de maior exposição a riscos nos ambientes de trabalho.

Art. 4o  Os exames médicos periódicos serão realizados conforme os seguintes intervalos de tempo:

I - bienal, para os servidores com idade entre dezoito e quarenta e cinco anos;

II - anual, para os servidores com idade acima de quarenta e cinco anos; e

III - anual ou em intervalos menores, para os servidores expostos a riscos que possam implicar o desencadeamento ou agravamento de doença ocupacional ou profissional e para os portadores de doenças crônicas.

Art. 5o  Os servidores que operam com Raios X ou substâncias radioativas serão submetidos a exames médicos complementares a cada seis meses.

Art. 6o  A administração pública federal poderá programar a submissão dos servidores à avaliação clínica e aos exames laboratoriais, a seguir especificados, bem como a outros considerados necessários, a seu critério:

I - avaliação clínica;

II - exames laboratoriais:

a) hemograma completo;

b) glicemia;

c) urina tipo I (Elementos Anormais e Sedi-mentoscopia - EAS);

d) creatinina;

e) colesterol total e triglicérides;

f) AST (Transaminase Glutâmica Oxalacética - TGO);

g) ALT (Transaminase Glutâmica Pirúvica - TGP); e

h) citologia oncótica (Papanicolau), para mulheres;

III - servidores com mais de quarenta e cinco anos de idade: oftalmológico; e

IV - servidores com mais de cinquenta anos:

a) pesquisa de sangue oculto nas fezes (método imunocromatográfico);

b) mamografia, para mulheres; e

c) PSA, para homens.

Parágrafo único.  O exame de citologia oncótica é anual para mulheres que possuem indicação médica e, caso haja dois exames seguidos com resultados normais num intervalo de um ano, o exame poderá ser feito a cada três anos.

Art. 7o  Os servidores expostos a agentes químicos serão submetidos aos exames específicos de acordo com as dosagens de indicadores biológicos previstos em normas expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego ou pelo Ministério da Saúde.

Art. 8o  Os servidores expostos a outros riscos à saúde serão submetidos a exames complementares previstos em normas de saúde, a critério da administração.

Art. 9o  Compete à Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

I - definir os protocolos dos exames médicos periódicos, tendo por base a idade, o sexo, as características raciais, a função pública e o grau de exposição do servidor a riscos nos ambientes de trabalho;

II - supervisionar a realização desses exames pelos órgãos e entidades da administração pública federal;

III - expedir normas complementares à aplicação deste Decreto; e

IV - estabelecer procedimentos para preservação do sigilo das informações sobre a saúde do servidor, restringindo-se o acesso apenas ao próprio servidor, ou a quem este autorizar, e ao profissional de saúde responsável.

Parágrafo único.  Os dados dos exames periódicos comporão prontuário eletrônico, para fins coletivos de vigilância epidemiológica e de melhoria dos processos e ambientes de trabalho, sendo garantido o sigilo e a segurança das informações individuais, de acordo com o previsto em normas de segurança expedidas pelo Conselho Federal de Medicina.

Art. 10.  A despesas decorrentes desde Decreto serão custeadas pela União, com recursos destinados à assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes, nos limites das dotações orçamentárias consignadas a cada unidade orçamentária.

Art. 11.  Os exames médicos periódicos, a cargo dos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, serão prestados:

I - diretamente pelo órgão ou entidade;

II - mediante convênio ou instrumento de cooperação ou parceria com os órgãos e entidades da administração direta, autárquica e fundacional; ou

III – mediante contrato administrativo, observadoo disposto na Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais disposições legais.

Art. 12.  É lícito ao servidor se recusar a realizar os exames, mas a recusa deverá ser por ele consignada formalmente ou reduzido a termo pelo órgão ou entidade.

Art. 13.  Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 25 de maio de 2009; 188o da Independência e 121o da República.

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

*Paulo Bernardo Silva*

**DECRETO Nº 7.003, DE 9 DE NOVEMBRO DE 2009.**

*Regulamenta a licença para tratamento de saúde, de que tratam os arts. 202 a 205 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e dá outras providências.*

O**PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos arts. 202 a 205 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

**DECRETA:**

Art. 1~~º~~  Este Decreto regulamenta a concessão de licença para tratamento de saúde do servidor da administração federal direta, autárquica e fundacional, e os casos em que poderá ser dispensada a perícia oficial.

Art. 2~~º~~  Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - perícia oficial: a avaliação técnica presencial, realizada por médico ou cirurgião-dentista formalmente designado, destinada a fundamentar as decisões da administração no tocante ao disposto neste Decreto;

II - avaliação por junta oficial: perícia oficial realizada por grupo de três médicos ou de três cirurgiões-dentistas;[[461]](#footnote-462) e

III - perícia oficial singular: perícia oficial realizada por apenas um médico ou um cirurgião-dentista.

Art. 3~~º~~  A licença para tratamento de saúde será concedida ao servidor, a pedido ou de ofício:

I - por perícia oficial singular, em caso de licenças que não excederem o prazo de cento e vinte dias no período de doze meses a contar do primeiro dia de afastamento; e

II - mediante avaliação por junta oficial, em caso de licenças que excederem o prazo indicado no inciso I.

Parágrafo único.  Nos casos previstos no inciso I, a perícia oficial deverá ser solicitada pelo servidor no prazo de cinco dias contados da data de início do seu afastamento.

Art. 4~~º~~  A perícia oficial poderá ser dispensada para a concessão de licença para tratamento de saúde, desde que:

I - não ultrapasse o período de cinco dias corridos; e

II - somada a outras licenças para tratamento de saúde gozadas nos doze meses anteriores, seja inferior a quinze dias.

§ 1~~º~~  A dispensa da perícia oficial fica condicionada à apresentação de atestado médico ou odontológico, que será recepcionado e incluído no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, módulo de Saúde.

§ 2~~º~~  No atestado a que se refere o § 1~~º~~, deverá constar a identificação do servidor e do profissional emitente, o registro deste no conselho de classe, o código da Classificação Internacional de Doenças - CID ou diagnóstico e o tempo provável de afastamento.

§ 3~~º~~  Ao servidor é assegurado o direito de não autorizar a especificação do diagnóstico em seu atestado, hipótese em que deverá submeter-se à perícia oficial, ainda que a licença não exceda o prazo de cinco dias.

§ 4~~º~~  O atestado deverá ser apresentado à unidade competente do órgão ou entidade no prazo máximo de cinco dias contados da data do início do afastamento do servidor.

§ 5~~º~~  A não apresentação do atestado no prazo estabelecido no § 4~~º~~, salvo por motivo justificado, caracterizará falta ao serviço, nos termos do art. 44, inciso I, da Lei n~~º~~ 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 6~~º~~  A unidade de recursos humanos do órgão ou entidade do servidor deverá encaminhar o atestado à unidade de atenção à saúde do servidor para registro dos dados indispensáveis, observadas as normas vigentes de preservação do sigilo e da segurança das informações.

§ 7~~º~~  Ainda que configurados os requisitos para a dispensa da perícia oficial, previstos nos incisos I e II do **caput**,o servidor será submetido a perícia oficial a qualquer momento, mediante recomendação do perito oficial, a pedido da chefia do servidor ou da unidade de recursos humanos do órgão ou entidade.

Art. 5~~º~~  Na impossibilidade de locomoção do servidor, a avaliação pericial será realizada no estabelecimento hospitalar onde ele se encontrar internado ou em domicílio.

Art. 6~~º~~  Inexistindo perito oficial, unidade de saúde do órgão ou entidade no local onde tenha exercício o servidor, o órgão ou entidade do servidor celebrará acordo de cooperação com outro órgão ou entidade da administração federal, ou firmará convênio com unidade de atendimento do sistema público de saúde ou com entidade da área de saúde, sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública.

Parágrafo único.  Na impossibilidade de aplicação do disposto no **caput**, que deverá ser devidamente justificada, o órgão ou entidade promoverá a contratação da prestação de serviços por pessoa jurídica, nas condições previstas no art. 230, § 2º, da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 7~~º~~  O laudo pericial deverá conter a conclusão, o nome do perito oficial e respectivo registro no conselho de classe, mas não se referirá ao nome ou natureza da doença, salvo quando se tratar de lesões produzidas por acidente em serviço, doença profissional ou qualquer das doenças especificadas no art. 186, § 1º, da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 8~~º~~  A perícia oficial para concessão de licença para tratamento de saúde, nas hipóteses em que abranger o campo de atuação da odontologia, será efetuada por cirurgiões-dentistas.

Art. 9~~º~~  A perícia oficial poderá ser dispensada para a concessão da licença por motivo de doença em pessoa da família de que trata o art. 83 da Lei nº 8.112, de 1990, desde que não ultrapasse o período de três dias corridos, mediante apresentação de atestado médico ou odontológico, conforme o caso, que contenha justificativa quanto à necessidade de acompanhamento por terceiro.

Parágrafo único.  Observado o disposto no **caput**, aplicam-se as demais disposições deste Decreto à licença por motivo de doença em pessoa na família.

Art. 10.  Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de novembro de 2009; 188~~º~~ da Independência e 121~~º~~ da República.

**LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA**

*Paulo Bernardo Silva*

**DECRETO Nº 7.862, DE 8 DE DEZEMBRO DE 2012.**

*Delega competência aos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Defesa para disciplinar o recadastramento dos aposentados e dos pensionistas da União que recebem recursos à conta do Tesouro Nacional constantes do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, dos militares inativos e pensionistas das Forças Armadas, e dos anistiados políticos, civis e militares, e seus dependentes, de que trata a Lei no 10.559, de 13 de novembro de 2002.*

A **PRESIDENTA DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, caput, incisos IV e VI, alínea "a", e parágrafo único, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997,

**DECRETA**:

Art. 1º Fica delegada competência para estabelecer as regras sobre atualização cadastral:

I - ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, dos:

a) aposentados e pensionistas da União que recebem proventos de aposentadoria ou pensão à conta do Tesouro Nacional por meio do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE; e

b) anistiados políticos civis e seus dependentes, de que trata a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002; e

II - ao Ministro de Estado da Defesa, dos:

a) militares inativos e dos pensionistas de militares das Forças Armadas;

b) pensionistas especiais das Forças Armadas e seus dependentes, de que tratam o Decreto-Lei nº 1.315, de 2 de junho de 1939, o Decreto-Lei nº 1.544, de 25 de agosto de 1939, o Decreto-Lei  nº 3.649, de 24 de setembro de 1941, a Lei nº 288, de 8 de junho de 1948, a Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967, e a Lei nº 8.059, de 4 de julho de 1990; e

c) anistiados políticos militares e seus dependentes, de que trata a Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor no dia 1º de fevereiro de 2013.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 7.141, de 29 de março de 2010.

Brasília, 8 de dezembro de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

**DILMA ROUSSEFF**

*Celso Luiz Nunes Amorim*

*Miriam Belchior*

**DECRETO Nº 9.144, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.**

*Dispõe sobre as cessões e as requisições de pessoal em que a administração pública federal, direta e indireta, seja parte.*

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA,** no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84, **caput** , incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no art. 49 da Lei nº 13.464, de 10 de julho de 2017,

**DECRETA:**

**Âmbito de aplicação**

Art. 1º Este Decreto se aplica às cessões e às requisições em que figure a administração pública federal, direta e indireta, incluídas as empresas públicas e as sociedades de economia mista, como cedente ou cessionária.

Parágrafo único. O disposto neste Decreto:

I - abrange servidores públicos efetivos, empregados públicos e empregados de empresas estatais; e

II - não implica afastamento de regras especiais constantes de lei ou de decreto nos pontos em que forem incompatíveis.

**Cessão**

Art. 2º A cessão é o ato autorizativo pelo qual o agente público, sem suspensão ou interrupção do vínculo funcional com a origem, passa a ter exercício fora da unidade de lotação ou da estatal empregadora.

§ 1º Não haverá cessão sem o pedido do cessionário, a concordância do cedente e a concordância do agente público cedido.

§ 2º A cessão é realizada para a ocupação de cargo em comissão ou de função de confiança em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

**Requisição**

Art. 3º Na requisição, não há necessidade de concordância do órgão ou da entidade de origem.

§ 1º A requisição implica a transferência do exercício do agente público, sem alteração da lotação no órgão de origem.

§ 2º Exceto se houver disposição em contrário, aplicam-se à requisição todas as regras sobre cessão constantes deste Decreto.

**Prazo da cessão**

Art. 4º A cessão será concedida por prazo indeterminado.

**Encerramento da cessão**

Art. 5º A cessão poderá ser encerrada a qualquer momento por ato unilateral do cedente, do cessionário ou do agente público cedido.

§ 1º O retorno do agente público ao órgão ou à entidade de origem, quando requerido pelo cedente, será realizado por meio de notificação ao cessionário.

§ 2º Na hipótese de cessão em curso há mais de um ano, o cessionário poderá exigir a manutenção da cessão, no interesse da administração pública, pelo prazo de até um mês, contado da data de recebimento da notificação do cedente ou do requerimento do agente público.

§ 3º Não atendida a notificação pelo cessionário no prazo estabelecido, o agente público será notificado, diretamente, para se apresentar ao órgão ou à entidade de origem no prazo máximo de um mês, contado da data de recebimento da notificação, sob pena de caracterização de ausência imotivada.

§ 4º A requisição não pode ser encerrada por ato unilateral do cedente.

**Reembolso**

Art. 6º O reembolso é a restituição das parcelas despendidas pelo cedente com o agente público cedido, respeitadas as limitações deste Decreto e de normas específicas, inclusive quanto ao disposto no inciso XI do **caput** do art. 37 da Constituição.

Parágrafo único. É do órgão ou da entidade cessionária o ônus pela remuneração ou pelo salário vinculado ao cargo ou ao emprego permanente do agente público cedido dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, inclusive das empresas públicas e das sociedades de economia mista, acrescidos dos encargos sociais e trabalhistas.

**Obrigação de reembolso**

Art. 7º Haverá reembolso nas cessões de agentes públicos federais:

I - para órgãos ou entidades de outros entes federativos; e

II - de ou para empresas públicas ou sociedades de economia mista que não recebam recursos do Tesouro Nacional para o custeio total ou parcial de despesas de pessoal ou para o custeio em geral.

§ 1º No caso de cessão de agente público de outro ente federativo ou de outro Poder para a administração pública federal, o reembolso seguirá as regras do órgão ou da entidade cedente, respeitadas as limitações deste Decreto.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se na hipótese prevista no § 7º do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

**Inexistência de reembolso**

Art. 8º Não haverá reembolso pela administração pública federal, direta e indireta, nas cessões no âmbito da União e de suas autarquias, fundações públicas e empresas estatais dependentes de recursos do Tesouro Nacional para o custeio de despesas de pessoal ou para o custeio em geral.

**Possibilidade financeira de reembolso**

Art. 9º Não poderá ser requerida ou mantida cessão no caso de impossibilidade, orçamentária ou financeira, de o cessionário efetuar o reembolso.

**Processamento do reembolso**

Art. 10. O valor a ser reembolsado será apresentado mensalmente ao cessionário pelo cedente, discriminado por parcela e agente público.

§ 1º O reembolso será efetuado até o último dia útil do mês subsequente ao do pagamento.

§ 2º O descumprimento do disposto no **caput** implica o encerramento da cessão, e o cedente procederá na forma estabelecida no art. 5º, § 2º e § 3º, inclusive na hipótese de requisição.

**Parcelas reembolsáveis**

Art. 11. Estão sujeitos a reembolso pela administração pública federal, direta e indireta:

I - parcelas de natureza remuneratória, tais como vencimento padrão, salário, vencimento básico e subsídio;

II - gratificações em geral, incluídas as de qualificação e as concedidas pelo cedente em decorrência da cessão, independentemente da denominação adotada; **(Redação dada pelo Decreto nº 9.707, de 2019)**

III - adicionais de tempo de serviço, de produtividade e por mérito;

IV - Vantagem Pessoal Nominalmente Identificável - VPNI;

V - contribuição para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

VI - quaisquer outras verbas ou vantagens pessoais recebidas que não possuam natureza indenizatória e estejam incorporadas à remuneração do cedido; **(Redação dada pelo Decreto nº 9.162, de 2017)**

VII - provisão de valores necessários a garantir o pagamento futuro de parcelas decorrentes do período da cessão; e **(Redação dada pelo Decreto nº 9.162, de 2017)**

VIII - parcela patronal de assistência à saúde e odontológica, de caráter periódico e de natureza permanente, decorrente de contrato ou convênio de plano de saúde, passível de adesão pela totalidade de empregados e dirigentes da empresa, e que possua valores fixos, conhecidos e preestabelecidos. **(Incluído pelo Decreto nº 9.162, de 2017)**

**Parcelas não reembolsáveis**

Art. 12. Não haverá reembolso pela administração pública federal, direta e indireta, das seguintes parcelas:

I - valores que excedam o teto remuneratório aplicável aos servidores da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

II - **(Revogado pelo Decret****o nº 9.707, de 2019)**

III - participações nos lucros ou nos resultados;

IV - multa prevista no § 1º do art. 18 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990 ;

V - parcelas relativas a cargo em comissão ou função de confiança exercido no cedente;

VI - valores decorrentes de adesão do servidor ou do empregado a programas de demissão incentivada;

VII - valores despendidos pela cedente com assistência médica e odontológica que não se enquadrem no previsto no inciso VIII do caput do art. 11; e **(Redação dada pelo Decreto nº 9.162, de 2017)**

VIII - quaisquer outras parcelas, indenizatórias ou remuneratórias, que, não incorporadas à remuneração ou ao salário do servidor ou do empregado cedido, possuam natureza temporária, eventual ou sejam pagas em decorrência da função exercida no órgão ou na entidade de origem.

§ 1º A empresa pública ou a sociedade de economia mista não dependente de recursos do Tesouro Nacional para o custeio de despesas de pessoal ou para o custeio em geral poderá suportar o ônus referente aos valores de parcelas não reembolsáveis se: (**Redação dada pelo Decreto nº 9.162, de 2017)**

I - caracterizado o interesse da entidade na cessão; **(Incluído pelo Decreto nº 9.162, de 2017)**

II - atendidos os regulamentos internos; **(Incluído pelo Decreto nº 9.162, de 2017)**

III - **(Revogado pelo Decre****to nº 9.707, de 2019)**

IV - **(Revogado pelo Decret****o nº 9.707, de 2019)**

§ 2º O disposto neste artigo não se aplica às cessões em que figurem como cedente e, simultaneamente, como cessionário estatais não dependentes de recursos do Tesouro Nacional para o custeio de despesas de pessoal ou para o custeio em geral.

§ 3º O disposto no inciso VIII do **caput** não se aplica às parcelas remuneratórias na hipótese prevista no § 7º do art. 93 da Lei nº 8.112, de 1990. **(Incluído pelo Decreto nº 9.707, de 2019)**

**Cálculo do teto remuneratório**

Art. 13. Para fins de observância do teto remuneratório estabelecido no inciso XI do caput do art. 37 da Constituição, não serão considerados:

I - auxílios alimentação, creche, medicamentos e moradia;

II - vale-alimentação e cesta-alimentação;

III - indenização ou provisão de licença-prêmio;

IV - parcela patronal de assistência à saúde e odontológica;

V - parcela patronal de previdência complementar do agente público;

VI - contribuição patronal para o custeio da previdência social; e

VII - outras parcelas indenizatórias, consideradas, exclusivamente, aquelas definidas em lei, decorrentes do ressarcimento de despesas incorridas no exercício das atribuições funcionais.

**Divulgação do reembolso**

Art. 14. Os dados de reembolsos realizados por órgãos e entidades da administração pública federal serão divulgados, de maneira individualizada e com especificação das parcelas, no Portal da Transparência do Governo federal.

Parágrafo único. O disposto no **caput** não se aplica às cessões em que figurem estatais não dependentes de recursos do Tesouro Nacional para o custeio de despesas de pessoal ou para o custeio em geral como cessionárias.

**Limitação da cessão com reembolso**

Art. 15. As cessões que impliquem reembolso pela administração pública federal, direta ou indireta, somente ocorrerão para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança com graduação mínima equivalente ao nível 4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS. **(Redação dada pelo Decreto nº 9.707, de 2019)**

I - **(Revogado pelo Decreto** **nº 9.707, de 2019)**

II - **(Revogado pelo Decret****o nº 9.707, de 2019)**

Parágrafo único. O disposto no **caput** não é:

I - excepcionado por norma especial constante de lei ou de decreto;

II - aplicável na hipótese prevista no § 7º do art. 93 da Lei nº 8.112, de 1990 ; e

III - aplicável à cessão em que figure estatal não dependente de recursos do Tesouro Nacional para o custeio de despesas de pessoal ou para o custeio em geral como cessionária.

**Cessão para outros Poderes e entes federativos**

Art. 16. A cessão para outros Poderes ou entes federativos somente ocorrerá para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança com graduação mínima equivalente ao nível 4 do Grupo-DAS.

**Competência para ceder**

Art. 17. No âmbito da administração pública federal, direta e indireta, a competência para autorizar a cessão é do Ministro de Estado ou da autoridade máxima da entidade a que pertencer o agente público, ressalvada a hipótese prevista no § 4º do art. 93 da Lei nº 8.112, de 1990 .

§ 1º Na hipótese de cessão para outro Poder ou outro ente federativo, a competência será do Ministro de Estado, permitida a delegação apenas às autoridades mencionadas no Decreto nº 8.851, de 20 de setembro de 2016 .

§ 2º Será dispensado novo ato de cessão, desde que mantidas as condições mínimas exigidas para a cessão do agente público nas seguintes hipóteses: **(Redação dada pelo Decreto nº 9.707, de 2019)**

I - o agente público já cedido seja nomeado, com prévia anuência do órgão ou da entidade cedente, no âmbito da administração pública federal, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança diverso daquele que ensejou o ato originário; ou **(Incluído pelo Decreto nº 9.707, de 2019)**

II - o agente público já cedido seja nomeado, com mera comunicação ao cedente, no mesmo órgão ou na mesma entidade, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança diverso daquele que ensejou o ato originário. **(Incluído pelo Decreto nº 9.707, de 2019)**

§ 3º Na hipótese prevista no inciso I do § 2º, quando se tratar de requisição, será necessária somente a mera comunicação ao órgão ou à entidade cedente. **(Redação dada pelo Decreto nº 9.707, de 2019)**

**Normas Complementares**

Art. 18. Será disciplinado em ato: **(Redação dada pelo Decreto nº 9.707, de 2019)**

I - do Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia:[[462]](#footnote-463)**(Redação dada pelo Decreto nº 9.707, de 2019)**

a) o disposto nos art. 15 e art. 16; e**(Incluído pelo Decreto nº 9.707, de 2019)**

b) a forma de cálculo do reembolso, inclusive para fins de observância ao disposto no art. 13; e **(Incluído pelo Decreto nº 9.707, de 2019)**

II - conjunto do Secretário Especial de Fazenda e do Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia o disposto no art. 9º.[[463]](#footnote-464)**(Redação dada pelo Decreto nº 9.707, de 2019)**

**Cessões em curso**

Art. 19. Aplicam-se as disposições deste Decreto às cessões em curso na data de sua entrada em vigor.

§ 1º As cessões concedidas pela administração pública federal, direta e indireta, por prazo limitado ficam convertidas em cessões concedidas por prazo ilimitado.

§ 2º As limitações a reembolso estabelecidas no inciso I do caput art. 12 e no art. 13 não se aplicam às competências anteriores à data de entrada em vigor deste Decreto. **(Redação dada pelo Decreto nº 9.162, de 2017)**

§ 3º **(Revogado pelo Decret****o nº 9.707, de 2019)**

§ 4º Não se aplica o disposto nos art. 15 e art. 16 às cessões em curso na data de entrada em vigor deste Decreto. **(Redação dada pelo Decreto nº 9.162, de 2017)**

§ 5º Não serão considerados períodos anteriores à data de entrada em vigor deste Decreto para fins do disposto nos incisos III e IV do § 1º do art. 12. **(Incluído pelo Decreto nº 9.162, de 2017)**

**Vigência**

Art. 20. Este Decreto entra em vigor em 1º de outubro de 2017.

**Cláusula revocatória**

Art. 21. Ficam revogados:

I - o Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001;

II - o Decreto nº 4.493, de 3 de dezembro de 2002;

III - o Decreto nº 4.587, de 7 de fevereiro de 2003;

IV - o Decreto nº 5.213, de 24 de setembro de 2004;

V - o art. 3º do Decreto nº 7.470, de 4 de maio de 2011; e

VI - o Decreto nº 8.835, de 15 de agosto de 2016.

Brasília, 22 de agosto de 2017, 196º da Independência e 129º da República.

**MICHEL TEMER**

*Dyogo Henrique de Oliveira*

**DECRETO Nº 9.191, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2017.**

*Estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado.*

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998,

**DECRETA:**

 CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

**Objeto e âmbito de aplicação**

Art. 1º  Este Decreto estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado.

 CAPÍTULO II

NUMERAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS

**Leis**

Art. 2º  As leis complementares, ordinárias e delegadas terão numeração sequencial em continuidade às séries iniciadas em 1946.

**Medidas provisórias**

Art. 3º  As medidas provisórias terão numeração sequencial, iniciada a partir da data de entrada em vigor da Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001.

**Decretos**

Art. 4º  Os decretos terão numeração sequencial em continuidade à série iniciada em 1991.

Parágrafo único.  Os decretos pessoais não serão numerados e não conterão ementa.

 CAPÍTULO III

ELABORAÇÃO, REDAÇÃO, ARTICULAÇÃO E ALTERAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS

**Estrutura dos atos normativos**

Art. 5º  O ato normativo será estruturado em três partes básicas:

I - parte preliminar, com:

a) a ementa; e

b) o preâmbulo, com:

1. a autoria;

2. o fundamento de validade; e

3. quando couber, a ordem de execução, o enunciado do objeto e a indicação do âmbito de aplicação da norma;

II - parte normativa, que conterá as normas que regulam o objeto; e

III - parte final, com:

a) as disposições sobre medidas necessárias à implementação das normas constantes da parte normativa;

b) as disposições transitórias;

c) a cláusula de revogação, quando couber; e

d) a cláusula de vigência.

**Ementa**

Art. 6º  A  ementa explicitará, de modo conciso, o objeto do ato normativo.

Parágrafo único.  A expressão “e dá outras providências” poderá ser utilizada para substituir a menção expressa a temas do ato normativo apenas:

I - em atos normativos de excepcional extensão e com multiplicidade de temas; e

II - se a questão não expressa for pouco relevante e estiver relacionada com os demais temas explícitos na ementa.

**Objeto e assunto**

Art. 7º  O primeiro artigo do texto do  ato normativo indicará, quando necessário, o seu objeto e o seu âmbito de aplicação.

§ 1º  O âmbito de aplicação do ato normativo delimitará as hipóteses abrangidas e as relações jurídicas às quais o ato se aplica.

§ 2º  O ato normativo não conterá matéria:

I - estranha ao objeto ao qual visa disciplinar; e

II - não vinculada a ele por afinidade, pertinência ou conexão.

Art. 8º   Matérias idênticas não serão disciplinadas por mais de um ato normativo da mesma espécie, exceto quando um se destinar, por remissão expressa, a complementar o outro, considerado básico.

Art. 9º  Ato normativo de caráter independente será evitado quando existir ato normativo em vigor que trate da mesma matéria.

Parágrafo único.  Na hipótese de que trata o **caput**, os novos dispositivos serão incluídos no texto do ato normativo em vigor.

**Lei penal**

Art. 10.  O projeto de lei penal manterá a harmonia da legislação em vigor sobre a matéria, mediante:

I - a compatibilização das novas penas com aquelas já existentes, tendo em vista os bens jurídicos protegidos e a semelhança dos tipos penais descritos; e

II - a definição clara e objetiva dos crimes.

Parágrafo único.  A formulação de normas penais em branco deverá ser evitada.

**Lei tributária**

Art. 11.  No projeto de lei ou de medida provisória que institua ou majore tributo, serão observados os princípios da irretroatividade e da anterioridade tributárias, estabelecidos no inciso III do **caput** do art. 150 e no § 6º do art. 195 da Constituição, ressalvado o disposto no § 1º do art. 150 da Constituição.

**Decreto autônomo**

Art. 12.  Serão disciplinadas por decreto:

I - a extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos; e

II - a organização e o funcionamento da administração pública federal, quando não implicar aumento de despesa nem a criação ou a extinção de órgãos públicos.

Parágrafo único.  O decreto que dispuser sobre a extinção de função ou cargo público, quando vago, não disciplinará nenhuma outra matéria.

**Redação dos atos normativos**

Art. 13.  A elaboração de atos normativos observará o disposto no Anexo.

Art. 14.  As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, e observarão o seguinte:

I - para obtenção da clareza:

a) usar as palavras e as expressões em seu sentido comum, exceto quando a norma versar sobre assunto técnico, hipótese em que se pode empregar a nomenclatura própria da área sobre a qual se está legislando;

b) usar frases curtas e concisas;

c) construir as orações na ordem direta;

d) evitar preciosismo, neologismo e adjetivação; e

e) buscar a uniformidade do tempo verbal no texto da norma legal e usar, preferencialmente, o presente ou o futuro simples do presente do modo indicativo;

II - para obtenção da precisão:

a) articular a linguagem, comum ou técnica, mais adequada à compreensão do objetivo, do conteúdo e do alcance do ato normativo;

b) expressar a ideia, quando repetida ao longo do texto, por meio das mesmas palavras, e evitar o emprego de sinonímia;

c) evitar o emprego de expressão ou palavra que confira duplo sentido ao texto;

d) escolher termos que tenham o mesmo significado na maior parte do território nacional, de modo a evitar o uso de expressões locais ou regionais;

e) quanto ao uso de sigla ou acrônimo:

1. não utilizar para designar órgãos da administração pública direta;

2. para entidades da administração pública indireta, utilizar apenas se previsto em lei;

3. não utilizar para designar ato normativo;

4. usar apenas se consagrado pelo uso geral e não apenas no âmbito de setor da administração pública ou de grupo social específico; e

5. na primeira menção, utilizar acompanhado da explicitação de seu significado;

f) indicar, expressamente, o dispositivo objeto de remissão, por meio do emprego da abreviatura “art.”, seguida do número correspondente, ordinal ou cardinal;

g) utilizar as conjunções “e” ou “ou” no penúltimo inciso, alínea ou item, conforme a sequência de dispositivos seja, respectivamente, cumulativa ou disjuntiva;

h) grafar por extenso as referências a números e percentuais, exceto data, número de ato normativo e nos casos em que houver prejuízo para a compreensão do texto;

i) expressar valores monetários em algarismos arábicos, seguidos de sua indicação por extenso entre parênteses;

j) grafar as datas das seguintes formas:

1. “4 de março de 1998”; e

2. “1º de maio de 1998”;

k) grafar a remissão aos atos normativos das seguintes formas:

1. “Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990”, na ementa, no preâmbulo e na primeira remissão no corpo da norma; e

2. “Lei nº 8.112, de 1990”, nos demais casos;

l) grafar a indicação do ano sem o ponto entre as casas do milhar e da centena; e

III - para a obtenção da ordem lógica:

a) reunir sob as categorias de agregação – livro, título, capítulo, seção e subseção – apenas as disposições relacionadas com a matéria nelas especificada;

b) restringir o conteúdo de cada artigo a um único assunto ou princípio;

c) expressar, por meio dos parágrafos, os aspectos complementares à norma enunciada no **caput** do artigo e as exceções à regra por esse estabelecida; e

d) promover as discriminações e as enumerações por meio dos incisos, das alíneas e dos itens.

**Articulação e formatação**

Art. 15.  O texto da proposta de ato normativo observará as seguintes regras:

I - a unidade básica de articulação é o artigo, indicado pela abreviatura “Art.”, seguida de numeração ordinal até o nono e cardinal, acompanhada de ponto, a partir do décimo;

II - a numeração do artigo é separada do texto por dois espaços em branco, sem traços ou outros sinais;

III - o texto do artigo inicia-se com letra maiúscula e termina com ponto ou, nos casos em que se desdobrar em incisos, com dois-pontos;

IV - o artigo desdobra-se em parágrafos ou em incisos e o parágrafo, em incisos;

V - o parágrafo único é indicado pela expressão “Parágrafo único”, seguida de ponto e separada do texto normativo por dois espaços em branco;

VI - os parágrafos são indicados pelo símbolo “§”, seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal, acompanhada de ponto, a partir do décimo;

VII - a numeração do parágrafo é separada do texto por dois espaços em branco, sem traços ou outros sinais;

VIII - o texto do parágrafo único e dos parágrafos inicia-se com letra maiúscula e termina com ponto ou, nos casos em que se desdobrar em incisos, com dois-pontos;

IX - os incisos são indicados por algarismos romanos seguidos de hífen, separado do algarismo e do texto por um espaço em branco;

X - o texto do inciso inicia-se com letra minúscula, exceto quando se tratar de nome próprio, e termina com:

a) ponto-e-vírgula;

b) dois pontos, quando se desdobrar em alíneas; ou

c) ponto, caso seja o último;

XI - o inciso desdobra-se em alíneas, indicadas com letra minúscula na sequência do alfabeto e acompanhada de parêntese, separado do texto por um espaço em branco;

XII - o texto da alínea inicia-se com letra minúscula, exceto quando se tratar de nome próprio, e termina com:

a) ponto-e-vírgula;

b) dois-pontos, quando se desdobrar em itens; ou

c) ponto, caso seja a última e anteceda artigo ou parágrafo;

XIII - a alínea desdobra-se em itens, indicados por algarismos arábicos, seguidos de ponto e separados do texto por um espaço em branco;

XIV - o texto do item inicia-se com letra minúscula, exceto quando se tratar de nome próprio, e termina com:

a) ponto-e-vírgula; ou

b) ponto, caso seja o último e anteceda artigo ou parágrafo;

XV - os artigos podem ser agrupados em capítulos;

XVI - os capítulos podem ser subdivididos em seções, e as seções em subseções;

XVII - no caso de códigos, os capítulos podem ser agrupados em títulos, os títulos em livros, e os livros em partes;

XVIII - os capítulos, os títulos, os livros e as partes são grafados em letras maiúsculas e identificados por algarismos romanos;

XIX - a parte pode ser subdividida em parte geral e em parte especial, ou em partes expressas em numeral ordinal, por extenso;

XX - as subseções e as seções são indicadas por algarismos romanos, grafadas em letras minúsculas e em negrito;

XXI - os agrupamentos a que se refere o inciso XV podem ser subdivididos em “Disposições Preliminares”, “Disposições Gerais”, “Disposições Finais” e “Disposições Transitórias”;

XXII - na formatação do texto do ato normativo, utiliza-se:

a) fonte Calibri, corpo 12;

b) margem lateral esquerda de dois centímetros de largura;

c) margem lateral direita de um centímetro de largura; e

d) espaçamento simples entre linhas e de seis pontos após cada parágrafo, com uma linha em branco acrescida antes de cada parte, livro, título ou capítulo;

XXIII - na formatação do texto do ato normativo não se utiliza texto em itálico, sublinhado, tachado ou qualquer forma de caracteres ou símbolos não imprimíveis;

XXIV - os arquivos eletrônicos dos atos normativos são configurados para o tamanho A4 (duzentos e noventa e sete milímetros de altura por duzentos e dez milímetros de largura);

XXV - as palavras e as expressões em latim ou em língua estrangeira são grafadas em negrito;

XXVI - a epígrafe, formada pelo título designativo da espécie normativa e pela data de promulgação, é grafada em letras maiúsculas, sem negrito, de forma centralizada; e

XXVII - a ementa é alinhada à direita da página, com nove centímetros de largura.

Parágrafo único.  Poderá ser adotada a especificação temática do conteúdo de grupo de artigos ou de um artigo mediante denominação que preceda o dispositivo, grafada em letras minúsculas em negrito, alinhada à esquerda, sem numeração.

**Alteração de atos normativos**

Art. 16.  A alteração de ato normativo será realizada por meio:

I - de reprodução integral em um só texto, quando se tratar de alteração considerável;

II - de revogação parcial; ou

III - de substituição, supressão ou acréscimo de dispositivo.

§ 1º  A Alteração de dispositivo de medida provisória editada anteriormente à Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001, será realizada por meio da edição de novo ato e da revogação dos dispositivos relacionados ao tema que constem da referida medida provisória.

§ 2º  Não será realizada alteração de dispositivo de medida provisória editada posteriormente à Emenda Constitucional nº 32, de 2001.

Art. 17.  Na alteração de ato normativo, as seguintes regras serão observadas:

I - o texto de cada artigo acrescido ou alterado será transcrito entre aspas, seguido da indicação de nova redação, representada pela expressão “(NR)”;

II - a expressão “revogado”, ou outra equivalente, não será incluída no corpo da nova redação;

III - a renumeração de parágrafo ou de unidades superiores a parágrafo é vedada;

IV - a renumeração de incisos e de unidades inferiores a incisos é permitida se for inconveniente o acréscimo da nova unidade ao final da sequência;

V - o aproveitamento de número ou de letra de dispositivo revogado, vetado, declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal ou cuja execução tenha sido suspensa pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, **caput**, inciso X, da Constituição, é vedado; e

VI - nas hipóteses previstas no inciso III do **caput** do art. 16:

a) o ato normativo a ser alterado deverá ser mencionado pelo título designativo da espécie normativa e pela sua data de promulgação, seguidos da expressão “passa a vigorar com as seguintes alterações”, sem especificação dos artigos ou subdivisões de artigo a serem acrescidos ou alterados;

b) na alteração parcial de artigo, os dispositivos que não terão o seu texto alterado serão substituídos por linha pontilhada; e

c) a utilização de linha pontilhada será obrigatória para indicar a manutenção de dispositivo em vigor e observará o seguinte:

1. no caso de manutenção do texto do **caput**, a linha pontilhada empregada será precedida da indicação do artigo a que se refere;

2. no caso de manutenção do texto do **caput** e do dispositivo subsequente, duas linhas pontilhadas serão empregadas e a primeira linha será precedida da indicação do artigo a que se refere;

3. no caso de alteração do texto de unidade inferior dentro de unidade superior do artigo, a linha pontilhada empregada será precedida da indicação do dispositivo a que se refere; e

4. a inexistência de linha pontilhada não dispensará a revogação expressa de parágrafo.

Parágrafo único.  Nas hipóteses dos incisos III e IV do **caput**, caso seja necessária a inserção de novos dispositivos no ato normativo, será utilizado, separados por hífen, o número ou a letra do dispositivo imediatamente anterior acrescido de letras maiúsculas, em ordem alfabética, tantas quantas forem necessárias para identificar os acréscimos.

**Cláusula de revogação**

Art. 18.  A cláusula de revogação relacionará, de forma expressa, todas as disposições que serão revogadas.

§ 1º  A expressão “revogam-se as disposições em contrário” não será utilizada.

§ 2º  No caso de normas anteriormente alteradas, a revogação expressa incluirá os dispositivos modificados e os dispositivos da norma alteradora.

§ 3º  A cláusula de revogação será subdividida em incisos quando se tratar:

I - de mais de um ato normativo; ou

II - de dispositivos não sucessivos de um mesmo ato normativo.

**Vigência e vacatio legis**

Art. 19.  O texto da proposta indicará, de forma expressa, a vigência do ato normativo.

Art. 20.  A **vacatio legis** ou a postergação da produção de efeitos será prevista nos atos normativos:

I - de maior repercussão;

II - que demandem tempo para esclarecimentos ou exijam medidas de adaptação pela população;

III - que exijam medidas administrativas prévias para a aplicação de modo ordenado; ou

IV - em que não convenha a produção de efeitos antes da edição de ato normativo inferior ainda não publicado.

Art. 21.  Na hipótese de **vacatio legis**, a cláusula de vigência terá a seguinte redação:

I - “Esta Lei entra em vigor [número cardinal por extenso] dias após a data de sua publicação”;

II - “Esta Lei entra em vigor no [número ordinal por extenso] dia do [número ordinal por extenso] mês após a data de sua publicação”; ou

III - “Este Decreto entra em vigor em [data por extenso]”.

§ 1º  Para estabelecer a **vacatio legis**, serão considerados:

I - o prazo necessário para amplo conhecimento pelos destinatários;

II - o tempo necessário à adaptação da administração pública e dos particulares aos novos procedimentos, regras e exigências; e

III - o período do mês, do ano ou da semana mais adequado para a adaptação às novas regras.

§ 2º  Nas hipóteses previstas nos incisos II e III do **caput**, o primeiro dia do mês será utilizado, preferencialmente, como data de entrada em vigor de atos normativos.

§ 3º  Para a data de entrada em vigor de atos normativos que tratem de organização administrativa, serão priorizados os dias úteis.

CAPÍTULO IV

COMPETÊNCIA PARA PROPOR EEXAMINAR PROPOSTAS DE ATOS NORMATIVOS

**Competência para propor**

Art. 22.  Incumbe aos Ministros de Estado a proposição de atos normativos, conforme as áreas de competências dos órgãos.

**Casa Civil e Secretaria-Geral da Presidência da República** (Redação dada pelo Decreto nº 10.420, de 7.7.2020)[[464]](#footnote-465)

Art. 23.  **(Revogado pelo Decreto nº 10.420, de 7.7.2020)**

Art. 23-A. Compete à Casa Civil e à Secretaria-Geral da Presidência da República:

I - verificar se os Ministros de Estado aos quais está afeta a matéria da proposta de ato normativo referendaram ou, conforme o caso, foram ouvidos sobre o ato submetido ao Presidente da República; e**(Incluído pelo Decreto nº 10.420, de 7.7.2020)**

II - zelar pela observância ao disposto neste Decreto, admitida a devolução das propostas de ato normativo em desacordo com as normas nele previstas aos órgãos de origem. (NR)**(Incluído pelo Decreto nº 10.420, de 7.7.2020)**

**Análise de mérito**

Art. 24.  Compete à Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil da Presidência da República:

I - examinar as propostas de ato normativo quanto ao mérito, à oportunidade, à conveniência e à compatibilização da matéria neles tratada com as políticas e as diretrizes do Governo;

II - articular-se com os órgãos interessados para efetuar os ajustes necessários nas propostas de atos normativos;

III - quando julgar conveniente: **(Redação dada pelo Decreto nº 10.420, de 7.7.2020)**

a) solicitar aos órgãos da administração pública federal informações para instruir o exame dos atos normativos sujeitos à apreciação do Presidente da República; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.420, de 7.7.2020)**

b) requerer ao órgão proponente a análise prévia de impacto da proposta de ato normativo; e **(Redação dada pelo Decreto nº 10.420, de 7.7.2020)**

c) estabelecer a metodologia a ser utilizada para a análise prévia de impacto da proposta de ato normativo de que trata a alínea "b"; e **(Redação dada pelo Decreto nº 10.420, de 7.7.2020)**

IV - disponibilizar orientações de apoio à elaboração dos pareceres de mérito.

Parágrafo único.  Na hipótese prevista no inciso III do **caput**, os órgãos da administração pública federal que não participaram da elaboração da proposta de ato normativo deverão examinar a matéria objeto da consulta no prazo fixado pela Subchefia de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais, sob pena de se presumir concordância com a proposta de ato normativo.

**Análise jurídica**

Art. 25. Compete à Subchefia para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República:**(Redação dada pelo Decreto nº 10.420, de 7.7.2020)**

I - proceder à revisão final da redação e da técnica legislativa da proposta de ato normativo, inclusive para retificar incorreções de técnica legislativa, inadequações de linguagem, imprecisões e lapsos manifestos; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.420, de 7.7.2020)**

II - coordenar as atividades de elaboração, de redação e de tramitação de atos normativos a serem encaminhados ao Presidente da República;

III - articular-se com os órgãos proponentes, e com suas unidades jurídicas, sobre assuntos de natureza jurídica que envolvam atos presidenciais;

III-A - solicitar aos órgãos da administração pública federal as informações que julgar convenientes para instruir o exame de projeto de lei enviados pelo Congresso Nacional ao Presidente da República para sanção; **(Incluído pelo Decreto nº 10.420, de 7.7.2020)**

IV -  emitir parecer final sobre a constitucionalidade, a legalidade, a compatibilidade com o ordenamento jurídico e a boa técnica legislativa das propostas de ato normativo, observadas as atribuições do Advogado-Geral da União previstas no art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993; e

V - preparar o despacho presidencial e submetê-lo ao Presidente da República.

Parágrafo único. Exceto quando houver determinação em contrário, os órgãos da administração pública federal enviarão as informações solicitadas na forma prevista no inciso III-A do caput no prazo de dez dias, contado da data da solicitação. (NR) **(Incluído pelo Decreto nº 10.420, de 7.7.2020)**

CAPÍTULO V

ENCAMINHAMENTO E EXAME DE PROPOSTAS DE ATOS NORMATIVOS

**Encaminhamento de propostas de ato normativo**

Art. 26. As propostas de ato normativo serão encaminhadas à Casa Civil da Presidência da República e à Secretaria-Geral da Presidência da República por meio eletrônico, atendidos os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, por meio de exposição de motivos do titular do órgão proponente.**(Redação dada pelo Decreto nº 10.420, de 7.7.2020)**

Parágrafo único. Excepcionalmente, o Subchefe para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República poderá autorizar a remessa da proposta de ato normativo e dos documentos que a acompanham em papel, assinada em meio físico. (NR)**(Redação dada pelo Decreto nº 10.420, de 7.7.2020)**

**Exposição de motivos**

Art. 27.  A exposição de motivos deverá:

I - justificar e fundamentar, de forma clara e objetiva, a edição do ato normativo, com:**(Redação dada pelo Decreto nº 10.420, de 7.7.2020)**

a) a síntese do problema cuja proposição do ato normativo visa a solucionar;

b) a justificativa para a edição do ato normativo na forma proposta; e

c) a identificação dos atingidos pela norma;

II - na hipótese de a proposta de ato normativo gerar despesas, diretas ou indiretas, ou gerar diminuição de receita para o ente público, demonstrar o atendimento ao disposto nos art. 14, art. 16 e art. 17 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e no art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

III - no caso de proposta de medida provisória, demonstrar, objetivamente, a relevância e a urgência; e

IV - ser assinada pelo Ministro de Estado proponente.

**Referenda ministerial**

Art. 28.  Compete aos Ministros de Estado, na sua área de sua competência, referendar os atos assinados pelo Presidente da República.

§ 1º  A referenda ministerial das propostas de atos normativos formulados por órgãos subordinados diretamente ao Presidente da República cujo titular não seja Ministro de Estado é da competência do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

§ 2º  A referenda ministerial das propostas de atos normativos de matérias não afetas a nenhum outro órgão é do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

**Exposição de motivos interministerial**

Art. 29.  A proposta de ato normativo que tratar de matéria relacionada a dois ou mais órgãos será elaborada conjuntamente.

Parágrafo único.  Na hipótese prevista no **caput**, os Ministros de Estado titulares dos órgãos envolvidos assinarão conjuntamente a exposição de motivos, à qual serão anexados os pareceres de mérito e jurídicos do Ministério autor e dos Ministérios coautores.

**Documentos que acompanham a exposição de motivos**

Art. 30.  Serão enviados juntamente à exposição de motivos, além de outros documentos necessários à sua análise:

I - a proposta do ato normativo;

II - o parecer jurídico;

III - o parecer de mérito; e

IV - os pareceres e as manifestações aos quais os documentos de que tratam os incisos II e III façam remissão. (NR) **(Redação dada pelo Decreto nº 10.420, de 7.7.2020)**

**Parecer jurídico**

Art. 31.  A análise contida no parecer jurídico abrangerá:

I - os dispositivos constitucionais ou legais nos quais está fundada a validade do ato normativo proposto;

II - as consequências jurídicas dos principais pontos da proposta de ato normativo;

III - as controvérsias jurídicas que envolvam a matéria; e

IV - a conclusão a respeito da constitucionalidade, da legalidade e do atendimento à técnica legislativa.

**Parecer de mérito**

Art. 32.  O parecer de mérito conterá:

I - a análise do problema que o ato normativo visa a solucionar;

II - os objetivos que se pretende alcançar;

III - a identificação dos atingidos pelo ato normativo;

IV - quando couber, a estratégia e o prazo para implementação;

V - na hipótese de a proposta implicar renúncia de receita, criação, aperfeiçoamento ou expansão da ação governamental, ou aumento de despesas:

a) a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, da qual deverá constar, de forma clara e detalhada, as premissas e as metodologias de cálculo utilizadas, e indicará:

1. se a medida proposta foi considerada nas metas de resultados fiscais previstas na lei de diretrizes orçamentárias; e

2. a simulação que demonstre o impacto da despesa com a medida proposta; e

b) a declaração de que a medida apresenta:

1. adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual; e

2. compatibilidade com o plano plurianual, com a lei de diretrizes orçamentárias e com o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e **(Redação dada pelo Decreto nº 9.588, de 2018)**

c) a criação ou a prorrogação de benefícios de natureza tributária, da qual decorra renúncia de receita, deverá conter exposição justificada sobre o atendimento às condições previstas no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 2000; **(Incluído pelo Decreto nº 9.588, de 2018)**

VI - quando couber, a análise do impacto da medida:

a) sobre o meio ambiente; e

b) sobre outras políticas públicas, inclusive quanto à interação ou à sobreposição; **(Redação dada pelo Decreto nº 9.588, de 2018)**

VII - na hipótese de medida provisória ou de projeto de lei em regime de urgência, a análise das consequências do uso do processo legislativo regular; e **(Redação dada pelo Decreto nº 9.588, de 2018)**

VIII - na hipótese de políticas públicas financiadas por benefícios de natureza tributária, financeira e creditícia previstos no § 6º do art. 165 da Constituição, as proposições deverão conter: **(Incluído pelo Decreto nº 9.588, de 2018)**

a) objetivos, metas e indicadores para acompanhamento e avaliação dos resultados alcançados; e **(Incluído pelo Decreto nº 9.588, de 2018)**

b) indicação do órgão responsável e do eventual corresponsável pela gestão da política. **(Incluído pelo Decreto nº 9.588, de 2018)**

**Propostas legislativas urgentes**

Art. 33.  As propostas de projeto de lei com adoção do procedimento legislativo de urgência previsto no art. 64, § 1º, da Constituição poderão ser encaminhadas à Presidência da República com pedido de exame da possibilidade de serem transformadas em medida provisória.

Parágrafo único.  Caso se verifique demora na apreciação de projetos de lei de iniciativa do Poder Executivo federal, o órgão proponente poderá, configuradas a relevância e a urgência, propor a edição de medida provisória.

Art. 34.  As propostas de medida provisória serão convertidas pela Presidência da República em propostas de projeto de lei quando não demonstrada a relevância, a urgência e a impossibilidade de aprovação por meio de procedimento legislativo de urgência.

**Vedação ao uso de Medida Provisória**

Art. 35.  Não será disciplinada por medida provisória matéria:

I - relativa a:

a) nacionalidade, cidadania, direitos políticos, partidos políticos e direito eleitoral;

b) direito penal, processual penal e processual civil;

c) organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros;

d) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais, ressalvada a hipótese de abertura de crédito extraordinário prevista no art. 167, § 3º, da Constituição; e

e) regulamentação de artigo da Constituição cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda promulgada de 1º de janeiro de 1995 a 11 de setembro de 2001;

II - que vise à detenção ou ao sequestro de bens, de poupança popular ou de qualquer outro ativo financeiro;

III - reservada a lei complementar;

IV - já disciplinada em projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional e pendente de sanção ou veto do Presidente da República; e

V - que possa ser aprovada sem dano para o interesse público nos prazos estabelecidos pelo procedimento legislativo de urgência previsto na Constituição.

**Criação de colegiados**

Art. 36.  O ato normativo que criar comissão, comitê, grupo de trabalho ou outra forma de colegiado indicará:

I - as competências do colegiado;

II - a composição do colegiado e a autoridade encarregada de presidir ou coordenar os trabalhos;

III - o quórum de reunião e de votação;

IV - a periodicidade das reuniões ordinárias e a forma de convocação das reuniões extraordinárias; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.420, de 7.7.2020)**

V - o órgão encarregado de prestar apoio administrativo; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.420, de 7.7.2020)**

VI - quando necessário, a forma de elaboração e aprovação do regimento interno; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.420, de 7.7.2020)**

VII - quando os membros não forem natos, a forma de indicação dos membros e a autoridade responsável pelos atos de designação; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.420, de 7.7.2020)**

VIII - quando o colegiado for temporário, o termo de conclusão dos trabalhos; **(Incluído pelo Decreto nº 10.420, de 7.7.2020)**

IX - quando for o caso, a necessidade de relatórios periódicos e de relatório final e a autoridade a quem serão encaminhados.**(Incluído pelo Decreto nº 10.420, de 7.7.2020)**

§ 1º  É vedada a divulgação de discussões em curso sem a prévia anuência do titular do órgão ao qual o colegiado esteja vinculado.

§ 2º  É obrigatória a participação da Advocacia-Geral da União nos colegiados criados com a finalidade de elaborar sugestões ou propostas de atos normativos de competência ou iniciativa do Presidente da República.

§ 3º  A participação na elaboração de propostas de atos normativos terminará com a apresentação dos trabalhos à autoridade responsável, os quais serão recebidos como sugestões e poderão ser aceitos, no todo ou em parte, alterados ou não considerados pela autoridade ou pelos seus superiores, independentemente de notificação ou consulta aos seus autores.

§ 4º  A participação dos membros dos colegiados referidos neste artigo será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 37.  É vedada a criação de colegiados por meio de portaria interministerial.

Art. 38.  A proposta de criação ou ampliação de colegiados interministeriais será acompanhada, além dos documentos previstos no art. 30, de:

I - esclarecimento sobre a necessidade de o colegiado ser permanente, caso não haja indicação de termo final para as atividades;

II - estimativa dos custos com:

a) deslocamentos dos membros do colegiado; e

b) custo homem/hora dos agentes públicos membros do colegiado.

**Rejeição de proposta de atos normativos**

Art. 39. A proposta de ato normativo objeto de manifestação contrária da Casa Civil da Presidência da República ou da Secretaria-Geral da Presidência da República poderá ser devolvida ao órgão de origem com a justificativa para o não seguimento. (NR) **(Redação dada pelo Decreto nº 10.420, de 7.7.2020)**

CAPÍTULO VI

CONSULTA PÚBLICA

**Competência para aprovar a consulta pública**

Art. 40.  A proposta de ato normativo a ser submetida a consulta pública será encaminhada pelo titular do órgão ao qual está afeta a matéria, por meio de aviso dirigido ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, acompanhada da documentação referida no art. 30.

**Procedimento da consulta pública**

Art. 41.  Na hipótese de a Casa Civil da Presidência da República concluir pela adequação, conveniência e oportunidade da proposta de ato normativo:

I - a íntegra da proposta e os termos da consulta serão publicados no Diário Oficial da União pela Casa Civil da Presidência da República; e

II - a consulta pública será disponibilizada no sítio eletrônico da Presidência da República e, caso se entenda conveniente, adicionalmente, no sítio eletrônico do órgão proponente.

**Processamento das sugestões**

Art. 42.  As sugestões à consulta pública serão recebidas pela Casa Civil da Presidência da República e analisadas em conjunto com o órgão proponente.

**Resultado da consulta pública**

Art. 43.  No prazo de três meses após o término do recebimento das sugestões, o órgão proponente deverá encaminhar à Casa Civil da Presidência da República:

I - exposição de motivos com a proposta final de ato normativo; ou

II - justificativa da desistência da proposta.

CAPÍTULO VII

**(Revogado pelo Decreto nº 10.420, de 7.7.2020)**

CAPÍTULO VIII

CONSOLIDAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS

**Definição de consolidação da legislação federal**

Art. 45.  As leis federais serão reunidas em codificações e consolidações, compostas por volumes com as matérias conexas ou afins, de maneira a constituir a Consolidação da Legislação Federal.

Parágrafo único.  A Consolidação a que se refere o **caput** consistirá na reunião das leis pertinentes a determinada matéria em um único diploma legal, com a revogação formal das leis incorporadas à consolidação e sem modificação do alcance nem interrupção da força normativa dos dispositivos consolidados.

**Alterações admitidas**

Art. 46.  Preservado o conteúdo normativo original dos dispositivos consolidados, os projetos de lei de consolidação conterão apenas as seguintes alterações:

I - introdução de novas divisões do texto legal básico;

II - diferente colocação e numeração dos artigos consolidados;

III - fusão de dispositivos repetitivos ou de valor normativo idêntico;

IV - atualização da denominação de órgãos e de entidades da administração pública federal;

V - atualização de termos e de linguagem antiquados;

VI - atualização do valor de multas e de penas pecuniárias, com base em indexador padrão;

VII - eliminação de ambiguidades decorrentes do mau uso do vernáculo;

VIII - homogeneização terminológica do texto;

IX - supressão de dispositivos declarados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, observada, no que couber, a suspensão pelo Senado Federal de execução de dispositivos, na forma estabelecida pelo art. 52, **caput**, inciso X, da Constituição;

X - supressão de dispositivos não recepcionados pela Constituição em vigor;

XI - declaração expressa de revogação de dispositivos implicitamente revogados por leis posteriores; e

XII - declaração expressa de revogação de dispositivos de leis temporárias cuja vigência tenha expirado ou cujos efeitos tenham se exaurido no tempo.

§ 1º  As providências a que se referem os incisos IX, X, XI e XII do **caput** serão expressamente fundamentadas, com a indicação precisa das fontes de informação que lhes serviram de embasamento.

§ 2º  Os dispositivos de leis temporárias vigentes à época da consolidação serão incluídos na parte das disposições transitórias.

Art. 47.  Será admitido projeto de lei de consolidação destinado exclusivamente à:

I - declaração de revogação de leis e de dispositivos implicitamente revogados ou cuja eficácia ou validade encontre-se completamente prejudicada; ou

II - inclusão de dispositivos ou diplomas esparsos em leis preexistentes, hipótese em que as disposições consolidadas nos termos do parágrafo único do art. 45 serão revogadas.

**Matriz de consolidação**

Art. 48.  Considera-se matriz de consolidação a lei geral básica, à qual se integrarão os demais atos normativos de caráter extravagante que disponham sobre matérias conexas ou afins àquela disciplinada na matriz.

Art. 49.  Leis complementares e leis ordinárias não poderão ser consolidadas em uma mesma matriz.

**Medidas provisórias**

Art. 50.  As medidas provisórias não convertidas em lei não serão objeto de consolidação.

**Decretos**

Art. 51.  O disposto nos art. 46 e art. 47 se aplica à consolidação de decretos.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

**Base de legislação**

Art. 52. Compete à Subchefia para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República manter na internet:**(Redação dada pelo Decreto nº 10.420, de 7.7.2020)**

I - os textos da Constituição, das emendas à Constituição, das leis, dos atos normativos subscritos pelo Presidente da República, com as alterações posteriores incorporadas ao texto, e dos decretos legislativos de que trata o inciso I do caput do art. 49 da Constituição;**(Redação dada pelo Decreto nº 10.420, de 7.7.2020)**

II - as propostas de emendas à Constituição e de projetos de lei submetidas ao Congresso Nacional pelo Poder Executivo federal; e**(Redação dada pelo Decreto nº 10.420, de 7.7.2020)**

III - as propostas de decretos legislativos submetidas ao Congresso Nacional para os fins do disposto no inciso VIII do caput do art. 84 da Constituição. (NR)**(Redação dada pelo Decreto nº 10.420, de 7.7.2020)**

**Base de propostas encaminhadas pelo Poder Executivo federal**

Art. 53.  **(Revogado pelo Decreto nº 10.420, de 7.7.2020)**

**Republicação**

Art. 54.  O ato publicado no Diário Oficial da União com incorreção em relação ao original será objeto de republicação.

Parágrafo único.  A republicação poderá abranger somente o trecho do ato que contenha a incorreção.

**Retificação**

Art. 55.  O ato publicado no Diário Oficial da União com lapso manifesto será objeto de retificação.

§ 1º  A retificação abrangerá apenas o trecho que contenha o lapso manifesto.

§ 2º  A retificação será assinada pelos Ministros de Estado que referendaram o ato originário e pelo Presidente da República.

**Apostila**

Art. 56.  A correção de erro material que não afete a substância do ato singular de caráter pessoal e os atos relativos à vacância ou ao provimento, quando decorrentes de alteração de estrutura de órgão, autarquia ou fundação, será realizada por meio de apostila.

Parágrafo único. A apostila é da competência do setor de recursos humanos do órgão, da autarquia ou da fundação. (NR)**(Redação dada pelo Decreto nº 10.420, de 7.7.2020)**

**Elaboração dos demais atos normativos do Poder Executivo federal**

Art. 57.  As disposições deste Decreto aplicam-se subsidiariamente à elaboração dos demais atos normativos de competência dos órgãos do Poder Executivo federal.

**Manual de Redação da Presidência da República**

Art. 58.  As regras do Manual de Redação da Presidência da República, aprovado pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, aplicam-se à elaboração dos atos normativos de que trata este Decreto.

**Revogação**

Art. 59.  Fica revogado o Decreto nº 4.176, de 28 de março de 2002.

**Vigência**

Art. 60.  Este Decreto entra em vigor em 1º de fevereiro de 2018.

Brasília, 1º de novembro de 2017, 196o da Independência e 129º da República.

**MICHEL TEMER**

***Eliseu Padilha***

**ANEXO**

QUESTÕES A SEREM ANALISADAS QUANDO DA ELABORAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS NO ÂMBITO DO PODER EXECUTIVO FEDERAL

**Diagnóstico**

1. Alguma providência deve ser tomada?

1.1. Qual é o objetivo pretendido?

1.2. Quais foram as razões que determinaram a iniciativa?

1.3. Neste momento, como se apresenta a situação no plano fático e no plano jurídico?

1.4. Que falhas ou distorções foram identificadas?

1.5. Que repercussões tem o problema que se apresenta no âmbito da economia, da ciência, da técnica e da jurisprudência?

1.6. Qual é o conjunto de destinatários alcançados pelo problema e qual é o número de casos a resolver?

1.7. O que poderá acontecer se nada for feito? (Exemplo: o problema se agravará? Permanecerá estável? Poderá ser superado pela própria dinâmica social, sem a intervenção do Estado? Com que consequências?)

**Alternativas**

2. Quais são as alternativas disponíveis?

2.1. Qual foi o resultado da análise do problema? Onde se situam as causas do problema? Sobre quais causas pode incidir a ação que se pretende executar?

2.2. Quais são os instrumentos da ação que parecem adequados para alcançar os objetivos pretendidos, no todo ou em parte? (Exemplo: medidas destinadas à aplicação e à execução de dispositivos já existentes; trabalhos junto à opinião pública; amplo entendimento; acordos; investimentos; programas de incentivo; auxílio para que os próprios destinatários alcançados pelo problema envidem esforços que contribuam para sua resolução; instauração de processo judicial com vistas à resolução do problema.)

2.3. Quais instrumentos de ação parecem adequados, considerando-se os seguintes aspectos:

2.3.1. desgastes e encargos para os cidadãos e a economia;

2.3.2. eficácia (precisão, grau de probabilidade de consecução do objetivo pretendido);

2.3.3. custos e despesas para o orçamento público;

2.3.4. efeitos sobre o ordenamento jurídico e sobre as metas já estabelecidas;

2.3.5. efeitos colaterais e outras consequências;

2.3.6. entendimento e aceitação por parte dos interessados e dos responsáveis pela execução; e

2.3.7. possibilidade de impugnação no Poder Judiciário.

**Competência legislativa**

3. A União deve tomar alguma providência? A União dispõe de competência constitucional ou legal para fazê-lo?

3.1. Trata-se de competência privativa?

3.2. Trata-se de caso de competência concorrente?

3.3. Na hipótese de competência concorrente, a proposta está formulada de modo que assegure a competência substancial do Estado-membro?

3.4. A proposta não apresenta formulação extremamente detalhada que acaba por exaurir a competência estadual?

3.5. A matéria é de fato de iniciativa do Poder Executivo federal? Ou estaria ela afeta à iniciativa exclusiva do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores, do Procurador-Geral da República ou do Defensor-Geral da União?

**Necessidade de lei**

4. Deve ser proposta edição de lei?

4.1. A matéria a ser regulada está submetida ao princípio da reserva legal?

4.2. Por que a matéria deve ser submetida ao Congresso Nacional?

4.3. Se não for o caso de se propor edição de lei, a matéria deve ser disciplinada por decreto? Por que não seria suficiente portaria?

4.4. Existe fundamento legal suficiente para a edição de ato normativo secundário? Qual?

**Reserva legal**

5. Estão sendo utilizadas fórmulas legais excessivamente genéricas?

5.1. Configura-se violação ao princípio da legalidade?

5.2. Há conteúdo abdicatório ou demissionário na norma proposta?

5.3. Configura-se violação ao princípio da legalidade?

5.4. Está havendo indevida delegação legislativa?

**Norma temporária**

6. A norma deve ter prazo de vigência limitado?

6.1. Seria o caso de editar norma temporária?

**Medida provisória**

7. Deve ser proposta a edição de medida provisória?

7.1. O que acontecerá se nada for feito de imediato?

7.2. A proposta pode ser submetida ao Congresso Nacional sob a forma de projeto de lei em regime de urgência (art. 64, § 1o, da Constituição)?

7.3. Trata-se de matéria que pode ser objeto de medida provisória, tendo em vista as vedações estabelecidas no § 1º do art. 62 e no art. 246 da Constituição?

7.4. Estão caracterizadas a relevância e a urgência necessárias?

7.5. Em se tratando da abertura de crédito extraordinário, está atendido o requisito da imprevisibilidade?

**Oportunidade do ato normativo**

8. O momento é oportuno?

8.1. Quais são as situações-problema e os outros contextos correlatos que devem ainda ser considerados e pesquisados? Por que, então, deve ser tomada alguma providência neste momento?

8.2. Por que não podem ser aguardadas outras alterações necessárias, que se possam prever, para que sejam contempladas em um mesmo ato normativo?

**Densidade do ato normativo**

9. A densidade que se pretende conferir ao ato normativo é a apropriada?

9.1. A proposta de ato normativo está isenta de disposições programáticas, simbólicas, discursivas ou expletivas?

9.2. É possível e conveniente que a densidade da norma (diferenciação e detalhamento) seja flexibilizada por fórmulas genéricas (tipificação e utilização de conceitos jurídicos indeterminados ou atribuição de competência discricionária)?

9.3. Os detalhes ou eventuais alterações podem ser confiados ao poder regulamentar da União ou de outros entes federativos?

9.4. A matéria já não teria sido regulada em outras disposições de hierarquia superior (regras redundantes que poderiam ser evitadas)? Por exemplo, em:

9.4.1. tratado aprovado pelo Congresso Nacional;

9.4.2. lei federal, em relação a regulamento; ou

9.4.3. regulamento, em relação a portaria.

9.5. Quais são as regras já existentes que serão afetadas pela disposição pretendida? São regras dispensáveis?

**Direitos fundamentais**

10. As regras propostas afetam direitos fundamentais? As regras propostas afetam garantias constitucionais?

10.1. Os direitos de liberdade podem ser afetados?

10.1.1. Direitos fundamentais especiais podem ser afetados?

10.1.2. Qual é o âmbito de proteção do direito fundamental afetado?

10.1.3. O âmbito de proteção sofre restrição?

10.1.4. A proposta preserva o núcleo essencial dos direitos fundamentais afetados?

10.1.5. Cuida-se de direito individual submetido a simples reserva legal?

10.1.6. Cuida-se de direito individual submetido a reserva legal qualificada?

10.1.7. Qual seria o outro fundamento constitucional para a aprovação da lei? (Exemplo: regulação de colisão de direitos.)

10.1.8. A proposta não abusa de formulações genéricas? (Exemplo: conceitos jurídicos indeterminados.)

10.1.9. A fórmula proposta não se afigura extremamente casuística?

10.1.10. Observou-se o princípio da proporcionalidade ou do devido processo legal substantivo?

10.1.11. Pode o cidadão prever e aferir as limitações ou os encargos que lhe poderão advir?

10.1.12. As normas previstas preservam o direito aos princípios do contraditório e da ampla defesa no processo judicial e administrativo?

10.2. Os direitos de igualdade foram afetados?

10.2.1. Observaram-se os direitos de igualdade especiais? (Exemplo: proibição absoluta de diferenciação)

10.2.2. O princípio geral de igualdade foi observado?

10.2.3. Quais são os pares de comparação?

10.2.4. Os iguais foram tratados de forma igual e os desiguais de forma desigual?

10.2.5. Existem razões que justifiquem as diferenças decorrentes ou da natureza das coisas ou de outros fundamentos de índole objetiva?

10.2.6. As diferenças existentes justificam o tratamento diferenciado? Os pontos em comum legitimam o tratamento igualitário?

10.3. A proposta pode afetar situações consolidadas? Há ameaça de ruptura ao princípio de segurança jurídica?

10.3.1. Observou-se o princípio que determina a preservação de direito adquirido?

10.3.2. A proposta pode afetar ato jurídico perfeito?

10.3.3. A proposta contém possível afronta à coisa julgada?

10.3.4. Trata-se de situação jurídica suscetível de mudança? (Exemplos: institutos jurídicos, situações estatutárias, garantias institucionais.)

10.3.5. Seria recomendável a adoção de cláusula de transição entre o regime vigente e o regime proposto?

**Norma penal**

11.1. Trata-se de norma de caráter penal?

11.1.1. O tipo penal está definido de forma clara e objetiva?

11.1.2. A norma penal é necessária? Não seria mais adequado e eficaz a previsão da conduta apenas como ilícito administrativo?

11.1.3. A proposta respeita a irretroatividade?

11.1.4. A pena proposta é compatível com outras figuras penais existentes no ordenamento jurídico?

11.1.5. Tem-se agravamento ou melhoria da situação do destinatário da norma?

11.1.6. Trata-se de pena mais grave?

11.1.7. Trata-se de norma que gera a despenalização da conduta?

11.1.8. Eleva-se ou reduz-se o prazo de prescrição do crime?

**Norma tributária**

12. Pretende-se instituir ou aumentar tributo? Qual é o fundamento constitucional?

12.1. Está sendo respeitado a estrita legalidade tributária de que trata o art. 150, **caput**, inciso I, da Constituição?

12.2. Há definição clara de todos os elementos da obrigação tributária? Qual a hipótese de incidência, a base de cálculo, o sujeito passivo e as consequências no caso de não pagamento ou de pagamento em atraso?

12.3. A lei afeta fatos geradores ocorridos antes de sua vigência (lei retroativa)?

12.4. A cobrança de tributos será realizada no mesmo exercício financeiro da publicação da lei?

12.5. O princípio da imunidade recíproca está sendo observado?

12.6. As demais imunidades tributárias foram observadas?

12.7. Há disposição que assegure o princípio da anterioridade (cobrança somente a partir do exercício financeiro seguinte ao da publicação) e o princípio da anterioridade especial (cobrança apenas após noventa dias, contados da data da publicação)?

12.8. No caso de imposto instituído ou majorado por medida provisória, foi observado que o ato só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte se aprovada a medida provisória até o último dia daquele exercício em que foi editada?

12.9. O tributo que se pretende instituir tem caráter confiscatório?

12.10. No caso de taxa, cuida-se de exação a ser cobrada em razão do exercício de poder de polícia ou da prestação de serviço público específico e divisível prestados ou postos à disposição do contribuinte? Há equivalência razoável entre o custo da atividade estatal e a prestação cobrada?

**Norma de regulação profissional**

13. Existe necessidade social da regulação profissional?

13.1. Quais danos concretos para a vida, a saúde ou a ordem social podem advir da ausência de regulação profissional?

13.2. A limitação para o “livre exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão” (art. 5º, inciso XIII, da Constituição), é realmente necessária?

13.3. As exigências de qualificação profissional ou de registro em conselho profissional decorrem de necessidade da sociedade ou são tentativa de fechar o mercado?

13.4. É necessária a inscrição em conselho profissional?

13.4.1. Precisa-se criar novo conselho profissional? Não bastaria aproveitar a estrutura de conselho profissional já existente?

13.4.2. O conselho profissional exercerá efetiva fiscalização do trabalho prestado pelos inscritos ou se limitará ao controle formal do registro?

13.5. Há clareza na delimitação da área de atuação privativa da profissão regulamentada? Não se está incluindo atividades que podem ser exercidas por outras profissões regulamentadas ou por qualquer pessoa?

13.6. Com quais outras profissões, regulamentadas ou não, há possibilidade de conflito de área de atuação? Esse conflito poderá causar dano ao restante da sociedade?

**Compreensão do ato normativo**

14. O ato normativo corresponde às expectativas dos cidadãos e é inteligível para todos?

14.1. O ato normativo proposto será entendido e aceito pelos cidadãos?

14.2. Os destinatários da norma podem entender o vocabulário utilizado, a organização e a extensão das frases e das disposições, a sistemática, a lógica e a abstração?

**Exequibilidade**

15. O ato normativo é exequível?

15.1. Por que não se renuncia a novo sistema de controle por parte da administração pública federal?

15.2. As disposições podem ser aplicadas diretamente?

15.3. As disposições administrativas que estabelecem normas de conduta ou proíbem determinadas práticas podem ser aplicadas com os meios existentes?

15.4. É necessário incluir disposições sobre proteção jurídica? Por que as disposições gerais não são suficientes?

15.5. Por que não podem ser dispensadas:

15.5.1. as regras sobre competência e organização;

15.5.2. a criação de novos órgãos e comissões consultivas;

15.5.3. a intervenção da autoridade;

15.5.4. as exigências relativas à elaboração de relatórios; ou

15.5.5. outras exigências burocráticas?

15.6. Quais órgãos ou instituições devem assumir a responsabilidade pela execução das medidas?

15.7. Quais conflitos de interesse o executor da medida terá de administrar?

15.8. O executor das medidas dispõe da necessária discricionariedade?

15.9. Qual é a opinião das autoridades incumbidas de executar as medidas quanto à clareza dos objetivos pretendidos e à possibilidade de sua execução?

15.10. A regra pretendida foi submetida a testes sobre a possibilidade de sua execução com a participação das autoridades encarregadas de aplicá-la? Por que não? A que conclusão se chegou?

**Análise de custos envolvidos**

16. Existe relação equilibrada entre custos e benefícios? Procedeu-se a análise?

16.1. Qual o ônus a ser imposto aos destinatários da norma?

16.1.1. Que gastos diretos terão os destinatários?

16.1.2. Que gastos com procedimentos burocráticos serão acrescidos? (Exemplo: calcular, ou, ao menos, avaliar os gastos diretos e os gastos com procedimentos burocráticos, incluindo verificação do tempo despendido pelo destinatário com atendimento das exigências formais)

16.2. Os destinatários da norma, em particular as pessoas naturais, as microempresas e as empresas de pequeno porte, podem suportar esses custos adicionais?

16.3. As medidas pretendidas impõem despesas adicionais ao orçamento da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios? Quais são as possibilidades existentes para enfrentarem esses custos adicionais?

16.4. Quais são as despesas indiretas dos entes públicos com a medida? Quantos servidores públicos terão de ser alocados para atender as novas exigências e qual é o custo estimado com eles? Qual o acréscimo previsto para a despesa de custeio?

16.5. Os gastos previstos podem ser aumentados por força de controvérsias judiciais ou administrativas? Qual é o custo potencial com condenações judiciais e com a estrutura administrativa necessária para fazer face ao contencioso judicial e ao contencioso administrativo?

16.6. Há previsão orçamentária suficiente e específica para a despesa? É necessária a alteração prévia da legislação orçamentária?

16.7. Há compatibilidade entre a proposta e os limites individualizados para as despesas primárias de que trata o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias?

**Simplificação administrativa**

17.  O ato normativo implicará redução ou ampliação das exigências procedimentais?

17.1. Em que medida os requisitos necessários à formulação de pedidos perante autoridades podem ser simplificados?

17.2.  Qual a necessidade das exigências formuladas? Qual o dano concreto no caso da dispensa?

17.3.  Quais os custos que os atingidos pelo ato normativo terão com as exigências formuladas?

17.4.  Qual será o tempo despendido pelos particulares com as exigências formuladas? O que pode ser feito para reduzir o tempo despendido?

17.5.  As exigências formuladas são facilmente compreensíveis pelos atingidos?

17.6.  Foram observadas as garantias legais de:

17.6.1. não reconhecer firma e não autenticar documentos em cartório (art. 22 da Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999)?

17.6.2. não apresentar prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes (Lei no 7.115, de 29 de agosto de 1983)?

17.6.3. não apresentar documentos já existentes no âmbito da administração pública federal ou apresentar nova prova sobre fato já comprovado perante o ente público (art. 37 da Lei no 9.784, de 1999, e inciso XV do **caput** do art. 5o da Lei no 13.460, de 26 de junho de 2017)?

17.7. obter decisão final a respeito do requerimento no prazo de trinta dias (art. 49 da Lei no 9.784, de 1999)?

17.8. O interessado poderá cumprir as exigências por meio eletrônico?

17.8.1. Os sistemas eletrônicos utilizados atendem os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade da ICP-Brasil?

17.8.2. Na hipótese de dificuldade no uso ou de os meios eletrônicos não atenderem os requisitos da ICP-Brasil, está garantida a possibilidade de realização das formalidades por meio físico?

**Prazo de vigência e de adaptação**

18. Há necessidade de **vacatio legis**ou de prazo para adaptação da administração e dos particulares?

18.1. Qual o prazo necessário para:

18.1.1. os destinatários tomarem conhecimento da norma e analisarem os seus efeitos?

18.1.2. a edição dos atos normativos complementares essenciais para a aplicação da norma?

18.1.3. a administração pública adaptar-se às medidas?

18.1.4. a adequação das estruturas econômicas de produção ou de fornecimento dos produtos ou serviços que serão atingidos?

18.1.5. a adaptação dos sistemas de informática utilizados pela administração pública ou por particulares?

18.2. Qual a redução de custos possível para a administração pública e para os particulares se os prazos de adaptação forem ampliados?

18.3. Qual é o período do mês, do ano ou da semana mais adequado para o início da aplicação das novas regras?

18.4. Para o cumprimento da nova obrigação, foi especificado tratamento diferenciado, simplificado e favorecido ou prazo especial para as microempresas e empresas de pequeno porte, observado o disposto nos § 3o ao § 6o do art. 1º da Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006?

**Avaliação de resultados**

19. Como serão avaliados os efeitos do ato normativo?

19.1. Qual a periodicidade da avaliação de resultados do ato normativo?

19.2. Como ocorrerá a reversão das medidas em caso de resultados negativos ou insuficientes?

**DECRETO Nº 9.660, DE 1º DE JANEIRO DE 2019.**

*Dispõe sobre a vinculação das entidades da administração pública federal indireta.*

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput** , inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

**DECRETA** :

Art. 1º  A vinculação das entidades da administração pública federal indireta fica estabelecida na forma do Anexo.

Art. 2º  Fica revogado o Decreto nº 8.872, de 10 de outubro de 2016 .

Art. 3º  Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 1º de janeiro de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

**JAIR MESSIAS BOLSONARO**

*Onyx Lorenzoni*

**ANEXO**

Artigo único.  A vinculação das entidades da administração pública federal indireta é a seguinte:

**I - à Casa Civil da Presidência da República:**

Instituto Nacional de Tecnologia da Informação - ITI;

**II - (Revogado pelo Decreto nº 10.395, de 10.6.2020)**

Empresa Brasil de Comunicação - EBC, por meio da Secretaria Especial de Comunicação Social;

**III - ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento:**

a) Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA;

b) Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. - Ceasa/MG;

c) Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais S.A. - Casemg;

d) **(Revogada pelo Decreto nº 10.041, de 3.10.2019)**

e) Companhia Nacional de Abastecimento - Conab; e

f) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa;

**IV - (Revogado pelo Decreto nº 10.108, de 7.11.2019)**

**V - ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações:(Redação dada pelo Decreto nº 10.395, de 10.6.2020)**

a) Agência Espacial Brasileira - AEB;

b) Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq;

c) Financiadora de Estudos e Projetos - Finep;

d) Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A. - Ceitec;

e) **(Revogada pelo Decreto nº 10.041, de 3.10.2019)**

f) **(Revogada pelo Decreto nº 10.041, de 3.10.2019)**

g) **(Revogada pelo Decreto nº 10.041, de 3.10.2019)**

h) Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN;

**V-A - ao Ministério das Comunicações: (Incluído pelo Decreto nº 10.395, de 10.6.2020)**

a) Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel; **(Incluída pelo Decreto nº 10.395, de 10.6.2020)**

b) Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT; **(Incluída pelo Decreto nº 10.395, de 10.6.2020)**

c) Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebrás; e **(Incluída pelo Decreto nº 10.395, de 10.6.2020)**

d) Empresa Brasil de Comunicação - EBC; **(Incluída pelo Decreto nº 10.395, de 10.6.2020)**

**VI - ao Ministério da Defesa:**

**a) por meio do Comando da Marinha:**

1. Caixa de Construções de Casas para o Pessoal da Marinha - CCCPM;

2. Empresa Gerencial de Projetos Navais - Emgepron; e

3. Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S. A. - Amazul;

**b) por meio do Comando do Exército:**

1. Fundação Habitacional do Exército - FHE;

2. Fundação Osório; e

3. Indústria de Material Bélico do Brasil - Imbel; e

**c) por meio do Comando da Aeronáutica:**

1. Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica - CFIAe; e

2. NAV Brasil Serviços de Navegação Aérea S.A. - NAV Brasil;

**VII - ao Ministério da Economia:**

a) Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A. - ABGF;

b) Banco Central do Brasil;

c) Banco da Amazônia S.A. - Basa;

d) Banco do Brasil S.A.;

e) Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB;

f) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES;

g) Caixa Econômica Federal - CEF;

h) Casa da Moeda do Brasil - CMB;

i) Comissão de Valores Mobiliários - CVM;

j) Empresa Gestora de Ativos - Emgea;

k) Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev;

l) Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap;

m) Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea;

n) Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE;

o) Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho - Fundacentro;

p) Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo - Funpresp-Exe;

q) Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;

r) Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro;

s) Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI;

t) Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro;

u) Superintendência de Seguros Privados - Susep;

v) Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc;

w) Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa; e

x) Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo - Ceagesp; **(Incluída pelo Decreto nº 10.041, de 3.10.2019)**

**VIII - ao Ministério da Educação:**

a) Centros Federais de Educação Tecnológica:

1. Celso Suckow da Fonseca - Cefet-RJ; e

2. de Minas Gerais;

b) Colégio Pedro II;

c) Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes;

d) Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre;

e) Fundação Joaquim Nabuco;

f) Fundações Universidades:

1. do Amazonas; e

2. de Brasília;

**g) Fundações Universidades Federais:**

1. do ABC;

2. do Acre;

3. do Amapá;

4. da Grande Dourados;

5. do Maranhão;

6. de Mato Grosso;

7. de Mato Grosso do Sul;

8. de Ouro Preto;

9. de Pelotas;

10. do Piauí;

11. do Rio Grande;

12. de Rondônia;

13. de Roraima;

14. de São Carlos;

15. de São João del-Rei;

16. de Sergipe;

17. do Tocantins;

18. do Vale do São Francisco;

19. de Viçosa;

20. do Pampa;

21. do Estado do Rio de Janeiro; e

22. de Uberlândia;

h) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

i) Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA;

j) Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSERH;

k) Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP;

**l) Institutos Federais:**

1. do Acre;

2. de Alagoas;

3. do Amapá;

4. do Amazonas;

5. da Bahia;

6. Baiano;

7. de Brasília;

8. do Ceará;

9. do Espírito Santo;

10. de Goiás;

11. Goiano;

12. do Maranhão;

13. de Minas Gerais;

14. do Norte de Minas Gerais;

15. do Sudeste de Minas Gerais;

16. do Sul de Minas Gerais;

17. do Triângulo Mineiro;

18. de Mato Grosso;

19. de Mato Grosso do Sul;

20. do Pará;

21. da Paraíba;

22. de Pernambuco;

23. do Sertão Pernambucano;

24. do Piauí;

25. do Paraná;

26. do Rio de Janeiro;

27. Fluminense;

28. do Rio Grande do Norte;

29. do Rio Grande do Sul;

30. Farroupilha;

31. Sul-rio-grandense;

32. de Rondônia;

33. de Roraima;

34. de Santa Catarina;

35. Catarinense;

36. de São Paulo;

37. de Sergipe; e

38. de Tocantins;

**m) Universidades Federais:**

1. de Alagoas;

2. de Alfenas;

3. da Bahia;

4. de Campina Grande;

5. do Ceará;

6. do Espírito Santo;

7. Fluminense;

8. de Goiás;

9. de Itajubá;

10. de Juiz de Fora;

11. de Lavras;

12. de Minas Gerais;

13. de Pernambuco;

14. de Santa Catarina;

15. de Santa Maria;

16. de São Paulo;

17. do Pará;

18. da Paraíba;

19. do Paraná;

20. do Recôncavo da Bahia;

21. do Rio Grande do Norte;

22. do Rio Grande do Sul;

23. do Rio de Janeiro;

24. Rural da Amazônia;

25. Rural de Pernambuco;

26. Rural do Rio de Janeiro;

27. Rural do Semiárido;

28. do Triângulo Mineiro;

29. dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri;

30. da Fronteira Sul;

31. da Integração Latino-Americana;

32. do Oeste do Pará;

33. do Cariri;

34. do Sul e Sudeste do Pará;

35. do Oeste da Bahia;

36. do Sul da Bahia;

37. do Agreste de Pernambuco;

38. do Delta do Parnaíba;

39. de Catalão;

40. de Jataí;

41. de Rondonópolis; e

42. do Norte do Tocantins; **(Incluído pelo Decreto nº 10.041, de 3.10.2019)**

n) Universidade Tecnológica Federal do Paraná; e

o) Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira;

**IX - ao Ministério da Infraestrutura:**

a) Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ;

b) Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT;

c) Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC;

d) Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT;

e) VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.;

f) Companhia Docas do Maranhão - Codomar;

g) Companhia Docas do Ceará - CDC;

h) Companhia Docas do Espírito Santo - Codesa;

i) Companhia das Docas do Estado da Bahia - Codeba;

j) Companhia Docas do Estado de São Paulo - Codesp;

k) Companhia Docas do Pará - CDP;

l) Companhia Docas do Rio Grande do Norte - Codern;

m) Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ;

n) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero; e

o) Empresa de Planejamento e Logística - EPL;

**X - ao Ministério do Desenvolvimento Regional:**

a) Agência Nacional de Águas - ANA;

b) Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codevasf;

c) Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU;

d) Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs;

e ) Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. - Trensurb;

f) Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM;

g) Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE; e

h) Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO;

**XI - ao Ministério da Justiça e Segurança Pública:**

a) Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade; e

b) Fundação Nacional do Índio - Funai; **(Incluída pelo Decreto nº 10.041, de 3.10.2019)**

**XII - ao Ministério do Meio Ambiente:**

a ) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

b) Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes; e

c) Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ;

**XIII - ao Ministério de Minas e Energia:**

a) Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;

b) Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP;

c) Agência Nacional de Mineração - ANM;

d) Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás;

e) Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM;

f) Empresa de Pesquisa Energética - EPE;

g) Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras;

h) Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo S.A. - PPSA;

i) Indústrias Nucleares do Brasil - INB; e

j) Nuclebrás Equipamentos Pesados - Nuclep;

**XIV - (Revogado pelo Decreto nº 10.041, de 3.10.2019)**

**XV - ao Ministério do Turismo, por meio da Secretaria Especial de Cultura:(Redação dada pelo Decreto nº 10.449, de 9.8.2020)**

a) **(Revogada pelo Decreto nº 10.041, de 3.10.2019)**

b) Agência Nacional do Cinema - ANCINE; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.108, de 7.11.2019)**

c) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.108, de 7.11.2019)**

d) Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.108, de 7.11.2019)**

e) Fundação Biblioteca Nacional - FBN; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.108, de 7.11.2019)**

f) Fundação Casa de Rui Barbosa - FCRB; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.108, de 7.11.2019)**

g) Fundação Cultural Palmares - FCP; e **(Redação dada pelo Decreto nº 10.108, de 7.11.2019)**

h) Fundação Nacional de Artes - FUNARTE;**(Redação dada pelo Decreto nº 10.108, de 7.11.2019)**

**XVI - ao Ministério das Relações Exteriores:**

Fundação Alexandre de Gusmão; e

**XVII - ao Ministério da Saúde:**

a) Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS;

b) Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

c) Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - HEMOBRÁS;

d) Fundação Nacional de Saúde - FUNASA;

e) Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ; e

f) Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.

**DECRETO Nº 9.739, DE 28 DE MARÇO DE 2019.**

*Estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG.*

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput** , inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

**DECRETA** :

**Objeto e âmbito de aplicação**

Art. 1º  Este Decreto estabelece, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, medidas de eficiência organizacional, normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

**Fortalecimento institucional**

Art. 2º  Para fins do disposto neste Decreto, considera-se fortalecimento da capacidade institucional o conjunto de medidas que propiciem aos órgãos ou às entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional a melhoria de suas condições de funcionamento, compreendidas as condições de caráter organizacional, e que lhes proporcionem melhor desempenho no exercício de suas competências institucionais, especialmente na execução dos programas do plano plurianual.

§ 1º  As medidas de fortalecimento da capacidade institucional observarão as seguintes diretrizes:

I - organização da ação governamental por programas;

II - eliminação de superposições e fragmentações de ações;

III - aumento da eficiência, eficácia e efetividade do gasto público e da ação administrativa;

IV - orientação para resultados;

V - racionalização de níveis hierárquicos e aumento da amplitude de comando;

VI - orientação para o planejamento estratégico institucional do órgão ou entidade, alinhado às prioridades governamentais; **(Redação dada peloDecreto nº 10.382, de 28.5.2020)**[[465]](#footnote-466)

VII - alinhamento das medidas propostas com as competências da organização e os resultados pretendidos; **(Redação dada peloDecreto nº 10.382, de 28.5.2020)**[[466]](#footnote-467)

VIII - compartilhamento, simplificação e digitalização de serviços e de processos e adesão a serviços e sistemas de informação disponibilizados pelos órgãos centrais dos sistemas estruturadores; e **(Incluído peloDecreto nº 10.382, de 28.5.2020)**[[467]](#footnote-468)

IX - desenvolvimento e implantação de soluções de inovação. **(Incluído peloDecreto nº 10.382, de 28.5.2020)**[[468]](#footnote-469)

§ 2º  O fortalecimento da capacidade institucional será alcançado por meio:

I - da criação e da transformação de cargos e funções ou de sua extinção, quando vagos;

II - da criação, da reorganização e da extinção de órgãos e entidades;

III - da realização de concursos públicos e de provimento de cargos públicos;

IV - da aprovação e da revisão de estruturas regimentais e de estatutos;

V - do remanejamento ou da redistribuição de cargos e funções públicas; e

VI - da autorização para contratação de pessoal com a finalidade de atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.

§ 3º Os órgãos setoriais e seccionais do SIORG promoverão o desenvolvimento e implantação das soluções de inovação de que trata o inciso IX do § 1º. (NR) **(Incluído peloDecreto nº 10.382, de 28.5.2020)**[[469]](#footnote-470)

**Tramitação das propostas**

Art. 3º  As propostas de atos que tratem das matérias elencadas no § 2º do art. 2º serão encaminhadas ao Ministério da Economia e, quando couber, serão submetidas à apreciação da Casa Civil da Presidência da República, nos termos do disposto no Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017 , e conterão:

I - a justificativa da proposta, caracterizada a necessidade de fortalecimento;

II - a identificação sucinta dos macroprocessos, dos produtos e dos serviços prestados pelos órgãos e pelas entidades; e

III - os resultados a serem alcançados com o fortalecimento institucional.

Parágrafo único.  O Ministério da Economia analisará as propostas com base nas diretrizes do art. 2º, emitirá parecer sobre sua adequação técnica e orçamentária e proporá ou adotará os ajustes e as medidas que forem necessários à sua implementação ou seu prosseguimento.

**Prazo de apresentação das propostas**

Art. 4º  As propostas que tratem das matérias previstas nos incisos I, II e III do § 2º do art. 2º e que acarretarem aumento de despesa serão apresentadas pelo órgão ou pela entidade ao Ministério da Economia, até 31 de maio de cada ano, com vistas à sua compatibilização com o projeto de lei orçamentária anual para o exercício subsequente.

**Instrução das propostas**

Art. 5º  As propostas sobre as matérias de que trata o § 2º do art. 2º submetidas ao Ministério da Economia serão acompanhadas de:

I - ofício do Ministro de Estado ao qual o órgão ou a entidade seja subordinado ou que seja responsável por sua supervisão;

II - minuta de exposição de motivos, quando necessário;

III - minuta de projeto de lei ou de decreto e seus anexos, quando necessário, observado o disposto no Decreto nº 9.191, de 2017;

IV - nota técnica da área competente; e

V - parecer jurídico.

**Pedido de autorização de concurso público**

Art. 6º  Para fins do disposto no inciso III do § 2º do art. 2º, sem prejuízo do disposto nos art. 3º e art. 5º, as propostas conterão informações sobre:

I - o perfil necessário aos candidatos para o desempenho das atividades do cargo;

II - a descrição do processo de trabalho a ser desenvolvido pela força de trabalho pretendida e o impacto dessa força de trabalho no desempenho das atividades finalísticas do órgão ou da entidade;

III - a base de dados cadastral atualizada do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC e o número de vagas disponíveis em cada cargo público;

IV - a evolução do quadro de pessoal nos últimos cinco anos, com movimentações, ingressos, desligamentos e aposentadorias e a estimativa de aposentadorias, por cargo, para os próximos cinco anos;

V - o quantitativo de servidores ou empregados cedidos e o número de cessões realizadas nos últimos cinco anos;

VI - as descrições e os resultados dos principais indicadores estratégicos do órgão ou da entidade e dos objetivos e das metas definidos para fins de avaliação de desempenho institucional nos últimos três anos;

VII - o nível de adoção dos componentes da Plataforma de Cidadania Digital e o percentual de serviços públicos digitais ofertados pelo órgão e pela entidade, nos termos do art. 3º do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016 ;

VIII - a aderência à rede do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - Rede Siconv e a conformidade com os atos normativos editados pela Comissão Gestora do Siconv;

IX - a adoção do sistema de processo eletrônico administrativo e de soluções informatizadas de contratações e gestão patrimonial, em conformidade com os atos normativos editados pelo órgão central do Sistema de Administração de Serviços Gerais - SISG;

X - a existência de plano anual de contratações, em conformidade com os atos normativos editados pelo órgão central do SISG;

XI - a participação nas iniciativas de contratação de bens e serviços compartilhados ou centralizados conduzidas pela Central de Compras da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia;

XII - a quantidade de níveis hierárquicos e o quantitativo de profissionais por unidade administrativa em comparação com as orientações do órgão central do SIORG para elaboração de estruturas organizacionais;

XIII - demonstração de que a solicitação ao órgão central do SIPEC referente à movimentação para composição da força de trabalho de que trata o § 7º do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 , foi inviável ou inócua; e

XIV - demonstração de que os serviços que justificam a realização do concurso público não podem ser prestados por meio da execução indireta de que trata o Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018.

Parágrafo único.  Ato do Ministro de Estado da Economia disporá sobre a forma e o procedimento para apresentação das informações previstas no **caput**.[[470]](#footnote-471)

**Instrução de proposta que implica despesa**

Art. 7º  A proposta que acarretar aumento de despesa será acompanhada da estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois exercícios subsequentes, observadas as normas complementares a serem editadas pelo Ministro de Estado da Economia, em complementação à documentação prevista nos art. 3º, art. 5º e art. 6º.

§ 1º  A estimativa de impacto orçamentário-financeiro deverá estar acompanhada das premissas e da memória de cálculo utilizadas, elaboradas por área técnica, que conterão:

I - o quantitativo de cargos ou funções a serem criados ou providos;

II - os valores referentes a:

a) remuneração do cargo, na forma da legislação;

b) encargos sociais;

c) pagamento de férias;

d) pagamento de gratificação natalina, quando necessário; e

e) demais despesas com benefícios de natureza trabalhista e previdenciária, tais como auxílio-alimentação, auxílio-transporte, auxílio-moradia, indenização de transporte, contribuição a entidades fechadas de previdência, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e contribuição a planos de saúde; e

III - a indicação do mês previsto para ingresso dos servidores públicos no serviço público.

§ 2º  Para fins de estimativa de impacto orçamentário-financeiro será considerado o valor correspondente à contribuição previdenciária do ente público até o valor do teto do regime geral de previdência social e o percentual de oito e meio por cento no que exceder.

**Atualização da base de dados cadastral do SIPEC**

Art. 8º  Os órgãos e as entidades atualizarão a base de dados cadastral do SIPEC a cada quatro meses, no mínimo.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

**Denominações utilizadas em estruturas regimentais e estatutos**

Art. 9º  Na elaboração das propostas de estruturas regimentais e de estatutos de órgãos e entidades, para fins de classificação de cargos em comissão e de funções de confiança, será considerada a denominação padrão e o nível correspondente do cargo ou da função, na forma a ser estabelecida em ato do Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

**Custo expresso em DAS-unitário**

Art. 10.  Na proposta de aprovação ou de revisão de suas estruturas regimentais ou de seus estatutos, os órgãos e as entidades utilizarão como referência para o cálculo da despesa o custo unitário efetivo expresso em DAS-unitário, constante do sistema informatizado do SIORG.

Parágrafo único.  O disposto no **caput** não se aplica às instituições federais de ensino e ao Banco Central do Brasil.

**Aferição da necessidade dos cargos em comissão e das funções de confiança**

Art. 11.  As propostas que acarretarem aumento de despesa com cargos em comissão e funções de confiança conterão as informações constantes dos incisos I, II, IV, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 6º.

**Código numérico de DAS e FCPE**

Art. 12.  Os cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e as Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE serão constituídos pelas seguintes categorias:

I -  direção - código 101;

II - assessoramento - código 102; e

III - direção de projetos - código 103.

§ 1º  Podem corresponder a unidades administrativas somente os cargos e as funções das categorias de que trata o inciso I do **caput**

§ 2º  Os cargos e as funções da categoria de que trata o inciso III do **caput** destinam-se ao desenvolvimento de projetos.

§ 3º Podem ter substitutos, nos termos do art. 38 da Lei nº 8.112, de 1990 , somente o s cargos e as funções das categorias de que tratam os incisos I e III do **caput** .

§ 4º  Nas propostas de estrutura regimental ou de estatuto, os órgãos e as entidades explicitarão os cargos em comissão do Grupo-DAS ou as FCPE destinadas às atividades de direção, de direção de projeto e de assessoramento, nos termos do Anexo I

**Regras sobre regimento interno**

Art. 13.  O regimento interno dos órgãos e das entidades:

I - é de edição opcional;

II - será publicado no Diário Oficial da União;

III - guardará conformidade com o decreto que aprovar a respectiva estrutura regimental ou estatuto;

IV - poderá abranger todas as unidades administrativas apresentadas na estrutura regimental ou apenas uma ou mais unidades ou subunidades administrativas;

V - é de competência, indelegável, da autoridade máxima do órgão ou da entidade; e

VI - será registrado no sistema informatizado do SIORG até o dia útil anterior à data de entrada em vigor.

**Registro de dados no SIORG**

Art. 14.  Independentemente da publicação de regimento interno, os órgãos e as entidades manterão atualizado no sistema informatizado do SIORG o detalhamento de todas as unidades administrativas constantes do quadro demonstrativo de cargos em comissão e de funções de confiança, em conformidade com o decreto que aprovar a respectiva estrutura regimental ou estatuto e com os atos de que tratam os art. 16, art. 17 e art. 19.

Parágrafo único. O detalhamento das unidades administrativas de que trata o **caput** conterá o registro de denominação, a sigla e a hierarquia e será realizado até:

I - o dia útil anterior à data de entrada em vigor do decreto que aprovar ou alterar a estrutura regimental ou o estatuto; ou

II - vinte dias após a data de publicação do decreto que aprovar a estrutura regimental ou o estatuto, na hipótese de a **vacatio legis** do decreto ser superior a esse prazo.

**Prazo para apostilamentos**

Art. 15.  Realizado o detalhamento de que trata o art. 14, as unidades dos órgãos e das entidades integrantes do SIPEC realizarão o apostilamento dos titulares dos cargos em comissão e das funções de confiança.

Parágrafo único.  O prazo limite para o apostilamento será a data de entrada em vigor do decreto de aprovação ou de alteração da estrutura regimental ou do estatuto.

**Permuta entre DAS e FCPE**

Art. 16.  A autoridade máxima do órgão ou da entidade poderá, dentro do respectivo quadro demonstrativo de cargos em comissão e de funções de confiança, permutar cargos em comissão do Grupo-DAS com FCPE de mesmo nível e categoria, por meio de portaria publicada no Diário Oficial da União.

§ 1º  A permuta será registrada no sistema informatizado do SIORG, até o dia útil anterior à data de entrada em vigor da portaria de que trata o **caput** .

§ 2º  A edição da portaria de que trata o **caput** é de competência da autoridade máxima do órgão ou da entidade, vedada a delegação.

**Alocação de cargos em comissão e função de confiança por ato inferior a decreto**

Art. 17.  Dentro do respectivo quadro demonstrativo de cargos em comissão e de funções de confiança, por meio de portaria publicada no Diário Oficial da União, a autoridade máxima do órgão ou da entidade poderá alocar cargos em comissão e funções de confiança:

I - de DAS ou de FCPE de nível igual ou inferior a 4; e **(Redação dadaDecreto nº 10.382, de 28.5.2020)**[[471]](#footnote-472)

a) **(Revogada peloDecreto nº 10.382, de 28.5.2020)**[[472]](#footnote-473)

b) **(Revogada peloDecreto nº 10.382, de 28.5.2020)**[[473]](#footnote-474)

II - de Funções Gratificadas, de que trata o art. 26 da Lei nº 8.216, de 13 de agosto de 1991.

§ 1º  A portaria de que trata o **caput** :

I - não terá **vacatio legis** inferior a sete dias; e

II - compete à autoridade máxima do órgão ou da entidade, vedada a delegação.

§ 2º  A alocação interna de que trata o **caput**:

I - especificará o nível, a hierarquia, a denominação do cargo ou da função e as unidades administrativas de origem e de destino dos cargos em comissão e das funções de confiança;

II - será registrada no sistema informatizado do SIORG até o dia útil anterior à data de entrada em vigor da portaria;

III - poderá alterar as denominações dos cargos em comissão e das funções de confiança definidas em ato normativo superior; e **(Redação dada peloDecreto nº 10.382, de 28.5.2020)**[[474]](#footnote-475)

IV - é vedada na hipótese de:

a) haver destinação específica prevista em lei para os cargos em comissão ou para as funções de confiança;

b) envolver unidades localizadas em Municípios distintos ou unidade localizada no Distrito Federal e unidade localizada em Município;

c) a nomeação, a designação, a exoneração ou a dispensa do ocupante depender de ato ou anuência do Presidente da República ou de outro Ministro de Estado; ou

d) as atribuições do cargo em comissão ou da função de confiança estarem especificadas em ato normativo superior.

Art. 18.  As alterações decorrentes dos art. 16 e art. 17 serão refletidas

I - no regimento interno, quando houver; e

II - nas alterações futuras do decreto de aprovação de estrutura regimental ou estatuto, caso tenham implicado alteração tácita do ato.

Art. 19.  Os cargos em comissão e as funções de confiança cuja alocação possa ser realizada nos termos do art. 17 poderão constar dos decretos de aprovação de estrutura regimental ou de estatuto apenas com os quantitativos globais previstos para o Distrito Federal e para os Municípios.

Parágrafo único.  O detalhamento em decreto de estrutura regimental ou de estatuto dos cargos em comissão e das funções de confiança cuja alocação possa ser realizada nos termos do art. 17 não afasta a possibilidade de realocação por meio de portaria de que trata o art. 17.

CAPÍTULO III

DO SISTEMA DE ORGANIZAÇÃO E INOVAÇÃO INSTITUCIONAL DO GOVERNO FEDERAL

**Finalidades do SIORG**

Art. 20.  As atividades de desenvolvimento organizacional dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional são organizadas sob a forma de sistema, denominado Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - SIORG, com as seguintes finalidades:

I - uniformizar e integrar ações das unidades que o compõem;

II - constituir rede colaborativa destinada à melhoria da gestão pública;

III - desenvolver padrões de qualidade e de racionalidade;

IV - proporcionar os meios para melhorar o desempenho institucional e otimizar a utilização dos recursos disponíveis; e

V - reduzir os custos operacionais e assegurar a continuidade dos processos de organização e inovação institucional.

Parágrafo único.  Para fins do disposto neste Decreto, consideram-se funções básicas de organização e inovação institucional:

I - definição das competências dos órgãos e das entidades e das atribuições de seus dirigentes;

II - organização e funcionamento da administração pública federal;

III - estabelecimento de programas de melhoria do desempenho dos órgãos e das entidades;

IV - geração, adaptação e difusão de tecnologias de inovação;

V - racionalização de métodos e de processos administrativos;

VI - elaboração de planos de formação, desenvolvimento e treinamento do pessoal envolvido na área de abrangência do sistema; e

VII - difusão de informações organizacionais e de desempenho da gestão administrativa.

**Integrantes do SIORG**

Art. 21.  São integrantes do SIORG todas as unidades administrativas responsáveis pelas atividades de organização e inovação institucional da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, observada a seguinte estrutura:

I - órgão central - Ministério da Economia, por meio da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital;

II - órgãos setoriais - Secretarias-Executivas ou equivalentes, assessoradas pelas unidades administrativas responsáveis pela área de organização e inovação institucional dos Ministérios e dos órgãos integrantes da Presidência da República; e

III - órgãos seccionais - diretorias administrativas ou equivalentes, que atuam na área de organização e inovação institucional, nas autarquias e nas fundações.

§ 1º  Para os fins do disposto neste Decreto, as unidades setoriais e seccionais do SIORG subordinam-se tecnicamente ao órgão central do SIORG, sem prejuízo da subordinação administrativa decorrente de sua posição na estrutura do órgão ou da entidade em que se encontrem.

§ 2º  Caberá às unidades setoriais a articulação com as unidades seccionais a elas vinculadas, com o objetivo de contribuir para a integração sistêmica do SIORG.

**Competências do órgão central do SIORG**

Art. 22.  Ao órgão central do SIORG compete:

I - definir, padronizar, sistematizar e estabelecer os procedimentos inerentes às atividades de organização e inovação institucional, por meio da edição de enunciados e de instruções;

II - estabelecer fluxos de informação entre as unidades integrantes do SIORG e os demais sistemas de atividades auxiliares, com vistas a subsidiar os processos de decisão e a coordenação das atividades governamentais;

III - gerar e difundir tecnologias e instrumentos metodológicos destinados ao planejamento, à execução e ao controle das atividades de organização e inovação institucional;

IV - orientar e conduzir o processo de organização e inovação institucional;

V - analisar e manifestar-se sobre propostas de:

a) criação e extinção de órgãos e de entidades;

b) definição das competências dos órgãos e das entidades e das atribuições de seus dirigentes;

c) revisão de categoria jurídico-institucional dos órgãos e das entidades;

d) remanejamento de cargos em comissão e de funções de confiança;

e) criação, transformação e extinção de cargos públicos e funções de confiança; e

f) aprovação e revisão de estrutura regimental e de estatuto;

VI - promover estudos e propor a criação, a fusão, a reorganização, a transferência e a extinção de órgãos e de entidades;

VII - administrar o cadastro de órgãos e de entidades; e

VIII - gerenciar o cadastramento de usuários e definir o perfil de acesso para os responsáveis dos órgãos e das entidades que integram o SIORG.

**Competência das unidades setoriais e seccionais do SIORG**

Art. 23.  Às unidades setoriais e seccionais do SIORG compete:

I - cumprir e fazer cumprir as normas de organização e inovação institucional editadas pelo órgão central;

II - propor ações e sugerir prioridades nas atividades de organização e inovação institucional da respectiva área de atuação;

III - acompanhar e avaliar os programas e os projetos de organização e inovação institucional e informar ao órgão central;

IV - organizar e divulgar informações sobre estrutura regimental, estatuto, normas, rotinas, manuais de orientação, regimentos internos, instruções e procedimentos operacionais;

V - elaborar e rever periodicamente os documentos normativos necessários para o funcionamento das atividades de organização e inovação institucional, conforme os padrões e a orientação estabelecidos;

VI - normatizar, racionalizar e simplificar instrumentos, procedimentos e rotinas de trabalho;

VII - desenvolver padrões de qualidade e funcionalidade destinados à melhoria do desempenho dos trabalhos e dos serviços prestados;

VIII - manter atualizadas, no sistema informatizado do SIORG, as informações sobre:

a) a estrutura organizacional;

b) o regimento interno;

c) a denominação dos cargos em comissão, das funções de confiança e das unidades administrativas; e

d) os endereços e os contatos institucionais; e

IX - disponibilizar, no sítio eletrônico do órgão ou da entidade, as estruturas organizacionais registradas no sistema informatizado do SIORG.

**Sistema informatizado do SIORG**

Art. 24.  O suporte às atividades de organização e inovação institucional contará com um sistema informatizado que conterá o cadastro oficial com as seguintes informações dos órgãos e das entidades integrantes do SIORG:

I - as estruturas;

II - as competências;

III - os cargos em comissão e as funções de confiança;

IV - o regimento interno; e

V - os endereços e os contatos institucionais.

Parágrafo único.  O sistema informatizado de que trata o **caput** garantirá amplo acesso às informações de seu cadastro oficial.

**Sistema informatizado do SIORG como referência**

Art. 25.  Para fins de integração, os sistemas informatizados da administração pública federal utilizarão a tabela de unidades organizacionais do sistema informatizado do SIORG como referência para o cadastro de órgãos, de entidades e de unidades administrativas.

**Rejeição de propostas pelo Ministério da Economia**

Art. 26.  As propostas submetidas ao Ministério da Economia, para fins do disposto no § 2º do art. 2º, poderão ser devolvidas ao Ministério autor, na hipótese de o encaminhamento não obedecer às disposições deste Decreto.

CAPÍTULO IV

DO CONCURSO PÚBLICO

**Autorização de concurso público**

Art. 27.  Fica delegada competência ao Ministro de Estado da Economia, permitida a subdelegação para o Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia para:

I - autorizar a realização de concursos públicos nos órgãos e nas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

II - decidir sobre o provimento de cargos; e

III - editar os atos operacionais necessários para os fins de que trata este artigo.

§ 1º  A delegação de que trata o **caput** não se aplica, para fins de ingresso:

I - às carreiras de Advogado da União, de Procurador da Fazenda Nacional e de Procurador Federal, cujos atos serão realizados pelo Advogado-Geral da União;

II - à carreira de Diplomata, cujos atos serão realizados pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores; e

III -  à carreira de Policial Federal, cujos atos serão realizados pelo Diretor-Geral da Polícia Federal.

§ 2º  Independe de autorização do Ministro de Estado da Economia o provimento de cargo de docente e a contratação de professor substituto em instituições federais de ensino, observado o limite autorizado para o quadro docente de cada uma e a necessidade de informar previamente o órgão central do SIPEC, conforme ato conjunto dos Ministros de Estado da Economia e da Educação.

§ 3º  Os concursos públicos para o provimento de cargos da carreira prevista no inciso III do § 1º serão realizados:

I - quando o número de vagas exceder a cinco por cento dos respectivos cargos; ou

II - com menor percentual de cargos vagos, de acordo com a necessidade e a critério do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública.

§ 4º  Nas hipóteses dos § 1º e § 3º os atos dependerão de manifestação prévia do Ministro de Estado da Economia, permitida a delegação na forma do **caput** , que confirme a existência de disponibilidade orçamentária para cobrir as despesas com o provimento dos cargos públicos.

**Nomeação de aprovados em concurso público**

Art. 28.  Durante o período de validade do concurso público, o Ministro de Estado da Economia poderá autorizar, por meio de motivação expressa, a nomeação de candidatos aprovados e não convocados, que ultrapassem em até vinte e cinco por cento o quantitativo original de vagas.

Parágrafo único.  Para fins do disposto no **caput** , o órgão solicitante instruirá seu pedido com a justificativa e a comprovação da efetiva necessidade do provimento adicional, observado, no que couber, o disposto nos art. 3º a art. 6º.

**Concurso público para formação de cadastro de reserva**

Art. 29.  Excepcionalmente, atendendo a pedido do órgão ou da entidade que demonstre a impossibilidade de se determinar, no prazo de validade do concurso público, o quantitativo de vagas necessário para pronto provimento, o Ministro de Estado da Economia poderá autorizar a realização de concurso público para formação de cadastro de reserva para provimento futuro.

§ 1º  A nomeação dos aprovados em cadastro de reserva é faculdade da administração pública federal e depende de autorização do Ministro de Estado da Economia.

§ 2º  O edital do concurso público de que trata o **caput** preverá a quantidade limite de aprovações e a colocação a partir da qual o candidato será considerado automaticamente reprovado.

**Prova de títulos**

Art. 30.  O concurso público será de provas ou de provas e títulos e poderá ser realizado em duas etapas, conforme dispuser a lei ou o regulamento para o caso específico.

Parágrafo único.  Quando houver prova de títulos, ela será realizada como etapa posterior à prova escrita e somente apresentarão os títulos os candidatos aprovados nas etapas anteriores, ressalvada disposição diversa em lei.

**Prova oral**

Art.  31.  Eventual prova oral ou defesa de memorial será realizada em sessão pública e será gravada para fins de registro, avaliação e recurso.

**Prova de aptidão física**

Art. 32.  A realização de provas de aptidão física exige a indicação no edital do tipo de prova, das técnicas admitidas e do desempenho mínimo para classificação.

**Prova prática**

Art. 33.  As provas de conhecimentos práticos específicos indicarão os instrumentos, os aparelhos ou as técnicas a serem utilizadas e a metodologia de aferição para avaliação dos candidatos.

**Limite de aprovados por etapa**

Art. 34 O condicionamento da aprovação em determinada etapa, simultaneamente, à obtenção de nota mínima e à obtenção de classificação mínima na etapa poderá ser estabelecido no edital de abertura do concurso.

**Curso de formação**

Art. 35.  Na hipótese de realização do concurso em duas etapas, a segunda etapa será constituída de curso ou de programa de formação, de caráter eliminatório e classificatório, ressalvada disposição diversa em lei específica.

§ 1º  Na hipótese de o número de candidatos matriculados para a segunda etapa ensejar a formação de mais de uma turma, com início em datas diferentes, o resultado será divulgado por grupo, ao término das atividades de cada turma.

§ 2º  É vedada a participação em curso ou programa de formação de quantitativo de candidatos superior ao quantitativo original de vagas estabelecido no edital do concurso público, ressalvada a possibilidade de autorização prévia nos termos do art. 26.

**Avaliação psicológica**

Art. 36.  A realização de avaliação psicológica está condicionada à existência de previsão legal específica e estará prevista no edital do concurso público.

§ 1º  Para fins do disposto neste Decreto, considera-se avaliação psicológica o emprego de procedimentos científicos destinados a aferir a compatibilidade das características psicológicas do candidato com as atribuições do cargo.

§ 2º  A avaliação psicológica será realizada após a aplicação das provas escritas, orais e de aptidão física, quando houver.

§ 3º  Os requisitos psicológicos para o desempenho no cargo serão estabelecidos previamente, por meio de estudo científico:

I - das atribuições e das responsabilidades dos cargos;

II - da descrição detalhada das atividades e das tarefas;

III - da identificação dos conhecimentos, das habilidades e das características pessoais necessários para sua execução; e

IV - da identificação de características restritivas ou impeditivas para o cargo.

§ 4º  A avaliação psicológica será realizada por meio do uso de instrumentos de avaliação psicológica capazes de aferir, de forma objetiva e padronizada, os requisitos psicológicos do candidato para o desempenho das atribuições inerentes ao cargo.

§ 5º  O edital especificará os requisitos psicológicos que serão aferidos na avaliação.

**Resultado da avaliação psicológica**

Art. 37.  O resultado final da avaliação psicológica do candidato será divulgado exclusivamente como “apto” ou “inapto”.

§ 1º Todas as avaliações psicológicas serão fundamentadas e os candidatos terão acesso à cópia de todo o processado envolvendo sua avaliação, independentemente de requerimento específico, ainda que o candidato tenha sido considerado apto.

§ 2º  Os prazos e a forma de interposição de recurso acerca do resultado da avaliação psicológica serão definidos pelo edital do concurso.

§ 3º  Os profissionais que efetuaram avaliações psicológicas no certame não poderão participar do julgamento de recursos.

§ 4º   Na hipótese de no julgamento do recurso se entender que a documentação e a fundamentação da avaliação psicológica são insuficientes para se concluir sobre as condições do candidato, a avaliação psicológica será anulada e será realizado novo exame por outro profissional.

**Cobrança pela inscrição no concurso**

Art. 38.  O valor cobrado a título de inscrição no concurso público será fixado em edital, considerados os custos estimados indispensáveis para a sua realização e ressalvadas as hipóteses de isenção nele expressamente previstas, respeitado o disposto no Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008.

**Relação e limite de aprovados**

Art. 39.  O órgão ou a entidade responsável pela realização do concurso público homologará e publicará no Diário Oficial da União a relação dos candidatos aprovados no certame, por ordem de classificação e respeitados os limites do Anexo II .

§ 1º  Os candidatos não classificados no quantitativo máximo de aprovados de que trata o Anexo II , ainda que tenham atingido nota mínima, estarão automaticamente reprovados no concurso público.

§ 2º   Na hipótese de realização de concurso público em mais de uma etapa, o critério de reprovação do § 1º será aplicado considerando-se a classificação da primeira etapa.

§ 3º  Nenhum dos candidatos empatados na última classificação de aprovados será considerado reprovado nos termos deste artigo.

**Prazo para limite para a abertura do concurso público**

Art. 40.  Na autorização do Ministro de Estado da Economia para realização de concurso público ou na manifestação de que trata o § 3º do art. 20, será fixado prazo não superior a seis meses para o órgão ou a entidade publicar o edital de abertura de inscrições para realização do certame.

§ 1º  Para as instituições federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação, o prazo de que trata o **caput** será contado a partir da data de publicação do ato do Ministro de Estado da Educação que realizar a distribuição das vagas autorizadas entre essas entidades.

§ 2º  Encerrado o prazo de que trata o **caput** sem a abertura de concurso público, a autorização concedida pelo Ministro de Estado da Economia ou a manifestação de que trata o § 3º do art. 20 ficará sem efeito.

**Formalização do edital do concurso público**

Art. 41.  O edital do concurso público será:

I - publicado integralmente no Diário Oficial da União, com antecedência mínima de quatro meses da realização da primeira prova; e

II - divulgado logo após a publicação no sítio oficial do órgão ou da entidade responsável pela realização do concurso público e da instituição que executará o certame.

§ 1º  A alteração de qualquer dispositivo do edital será publicada no Diário Oficial da União e divulgada nos termos do inciso II do **caput** .

§ 2º  O prazo de que trata o inciso I do **caput** poderá ser reduzido por meio de ato motivado do Ministro de Estado, permitida a subdelegação para o Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

**Elementos essenciais do edital**

Art. 42.  Deverão constar do edital de abertura de inscrições, no mínimo, as seguintes informações:

I - a identificação da instituição realizadora do certame e do órgão ou da entidade que o promove;

II - a menção ao ato ministerial que autorizou a realização do concurso público;

III - o quantitativo de cargos a serem providos;

IV - o quantitativo de cargos reservados às pessoas com deficiência e os critérios para sua admissão, em consonância com o disposto no art. 44 do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 , e no Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018 ;

V - a denominação do cargo, a classe de ingresso e a remuneração inicial, com a discriminação das parcelas que a compõem;

VI - as leis e os regulamentos que disponham sobre o cargo ou a carreira;

VII - a descrição das atribuições do cargo público;

VIII - a indicação do nível de escolaridade exigido para a posse no cargo público;

IX - a indicação precisa dos locais, dos horários e dos procedimentos de inscrição e das formalidades para sua confirmação;

X - o valor da taxa de inscrição e as hipóteses de isenção;

XI - as orientações para a apresentação do requerimento de isenção da taxa de inscrição, conforme legislação aplicável;

XII - a indicação da documentação a ser apresentada no ato de inscrição e na data de realização das provas e do material de uso não permitido durante as provas;

XIII - a enunciação precisa das disciplinas das provas e dos eventuais agrupamentos de provas;

XIV - a indicação das prováveis datas de realização das provas;

XV - a quantidade de etapas do concurso público, com indicação das respectivas fases, seu caráter eliminatório ou eliminatório e classificatório e indicativo sobre a existência e as condições do curso de formação, se for o caso;

XVI - o critério de reprovação automática de que trata o art. 31;

XVII - a informação de que haverá gravação na hipótese de prova oral ou defesa de memorial;

XVIII - a explicitação detalhada da metodologia para classificação no concurso público;

XIX - a exigência, quando cabível, de exames médicos específicos para a carreira ou de exame psicotécnico ou sindicância da vida pregressa;

XX - a regulamentação dos meios de aferição do desempenho do candidato nas provas, observado o disposto na Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 ;

XXI - a fixação do prazo de validade do concurso e da possibilidade de sua prorrogação; e

XXII - as disposições sobre o processo de elaboração, apresentação, julgamento, decisão e conhecimento do resultado de recursos.

§ 1º  A escolaridade mínima e a experiência profissional, quando exigidas, serão comprovadas no ato de posse no cargo público, vedada a exigência de comprovação no ato de inscrição no concurso público ou em qualquer de suas etapas, ressalvado o disposto em legislação específica.

§ 2º  É lícito ao candidato apresentar parecer de assistente técnico na fase recursal.

**Validade do concurso público**

Art. 43.  O concurso público terá a validade máxima de dois anos, contados da data de sua homologação.

§ 1º  O prazo de que trata o **caput** poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, caso haja previsão no edital do concurso público.

§ 2º  A previsão a que se refere o § 1º depende de autorização do Ministro de Estado da Economia.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

**Atos complementares**

Art. 44.  O Ministro de Estado da Economia editará os atos complementares necessários à aplicação deste Decreto e será o responsável por dirimir eventuais dúvidas.[[475]](#footnote-476)

**Disposições transitórias**

Art. 45.  Aplicam-se as disposições do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, e os procedimentos complementares estabelecidos pelo Ministro de Estado da Economia aos concursos públicos autorizados até a data de entrada em vigor deste Decreto

Parágrafo único.  Na hipótese do **caput** , o órgão ou a entidade poderá optar pela aplicação das disposições deste Decreto.

Art. 46.  Os órgãos e as entidades atualizarão as informações elencadas no inciso VIII do **caput** do art. 23, no sistema informatizado do SIORG, até 31 de julho de 2019.

Art. 47.  O disposto no art. 17 não se aplica aos Decretos de aprovação de estruturas regimentais ou de estatutos publicados até 31 de dezembro de 2018 e que não tenham sido posteriormente alterados.

**Cláusula de revogação**

Art. 48. Fica revogado o Decreto nº 6.944, de 2009.

**Cláusula de vigência**

Art. 49.  Este Decreto entra em vigor em 1º de junho de 2019.

Brasília, 28 de março de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

**JAIR MESSIAS BOLSONARO**

*Paulo Guedes*

**ANEXO I**

CATEGORIAS DOS CARGOS DO GRUPO-DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS E DAS FUNÇÕES COMISSIONADAS DO PODER EXECUTIVO - FCPE

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| CATEGORIA DIREÇÃO | CATEGORIA  ASSESSORAMENTO | CATEGORIA DIREÇÃO DE PROJETOS |
| DAS 101.6 / FCPE 101.6 | DAS 102.6 / FCPE 102.6 | - |
| DAS 101.5 / FCPE 101.5 | DAS 102.5 / FCPE 102.5 | DAS 103.5 / FCPE 103.5 |
| DAS 101.4 / FCPE 101.4 | DAS 102.4 / FCPE 102.4 | DAS 103.4 / FCPE 103.4 |
| DAS 101.3 / FCPE 101.3 | DAS 102.3 / FCPE 102.3 | DAS 103.3 / FCPE 103.3 |
| DAS 101.2 / FCPE 101.2 | DAS 102.2 / FCPE 102.2 | DAS 103.2 / FCPE 103.2 |
| DAS 101.1 / FCPE 101.1 | DAS 102.1 / FCPE 102.1 | DAS 103.1 / FCPE 103.1 |

**ANEXO II**

QUANTIDADE DE VAGAS X QUANTIDADE MÁXIMA DE CANDIDATOS APROVADOS

| QUANTIDADE DE VAGAS PREVISTAS NO EDITAL POR CARGO | QUANTIDADE máximA de candidatos aprovados |
| --- | --- |
| 1 | 5 |
| 2 | 9 |
| 3 | 14 |
| 4 | 18 |
| 5 | 22 |
| 6 | 25 |
| 7 | 29 |
| 8 | 32 |
| 9 | 35 |
| 10 | 38 |
| 11 | 40 |
| 12 | 42 |
| 13 | 45 |
| 14 | 47 |
| 15 | 48 |
| 16 | 50 |
| 17 | 52 |
| 18 | 53 |
| 19 | 54 |
| 20 | 56 |
| 21 | 57 |
| 22 ou 23 | 58 |
| 24 | 59 |
| 25 a 29 | 60 |
| 30 ou mais | dobro da quantidade de vagas |

**DECRETO Nº 9.794, DE 14 DE MAIO DE 2019.\***

*Dispõe sobre os atos de nomeação e de designação para cargos em comissão e funções de confiança de competência originária do Presidente da República e institui o Sistema Integrado de Nomeações e Consultas - Sinc no âmbito da administração pública federal.*

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

**DECRETA**:

**Âmbito de aplicação**

Art. 1º  Este Decreto dispõe sobre as nomeações, as exonerações, as designações e as dispensas para cargos efetivos, cargos em comissão e funções de confiança de competência originária do Presidente da República e institui o Sistema Integrado de Nomeações e Consultas - Sinc.

Parágrafo único. As competências para nomeação e designação previstas neste Decreto incluem as competências para exoneração e dispensa.

**Nomeações pelo Presidente da República**

Art. 2º  São de competência do Presidente da República as nomeações e as designações para as quais não haja delegação.

Parágrafo único.  A existência de delegação não afasta a possibilidade de o ato ser realizado pelo Presidente da República.

Art. 3º  As propostas de nomeações, designações, exonerações e dispensas de competência do Presidente da República serão encaminhadas à Presidência da República por meio do sistema de que trata o Decreto nº 4.522, de 17 de dezembro de 2002, pelo Ministro de Estado do órgão no qual o cargo ou a função esteja inserido ou ao qual a entidade esteja vinculada.

§ 1º  As nomeações e as exonerações de Ministros de Estado não terão referenda ministerial.

§ 2º  O disposto no **caput**não afasta a possibilidade de o Presidente da República realizar o ato **ex officio**.

**Delegações ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República**

Art. 4º  Fica delegada competência ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República para nomear e exonerar os ocupantes de cargos em comissão e designar e dispensar os ocupantes de funções de confiança, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional: **(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**[[476]](#footnote-477)

I - **(Revogado pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

II - **(Revogado pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

III - **(Revogado pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

IV - quando se tratar de cargo ou função de nível equivalente a 5 e 6 do Grupo-DAS; e **(Incluído pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

V - quando se tratar de cargo ou função de nível equivalente a 4 do Grupo-DAS.[[477]](#footnote-478)**(Incluído pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

§ 1º  Fica delegada a competência ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República para exonerar ou dispensar do cargo ou da função que esteja ocupada, quando a proposta acompanhar uma de nomeação ou designação de sua competência para o referido cargo ou a referida função, ressalvadas as exonerações ou as dispensas de competência do Presidente da República.

§ 2º  Na hipótese prevista no § 1º, o cargo ou a função ocupado será explicitado no expediente que tratar da proposta de nomeação ou designação.

§ 3º  A subdelegação é vedada na hipótese de que trata o inciso IV do **caput**.**(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

§ 4º  Nas hipóteses de competência do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República:**(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

I - os Ministros de Estado encaminharão à Casa Civil da Presidência da República, por meio do Sinc, as propostas para o provimento dos cargos e das funções, acompanhadas das respectivas minutas de Portaria;**(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

II - o Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República encaminhará, por meio do Sinc, as propostas para provimento e vacância dos cargos e das funções que estiverem alocados na Casa Civil da Presidência da República; e **(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

III - a autoridade máxima de cada órgão encaminhará, por meio do Sinc, as propostas para provimento e vacância dos cargos e das funções que estiverem alocados em órgãos da Presidência da República cujos titulares não sejam Ministros de Estado. (NR)**(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

Art. 5º  Compete à autoridade que propuser a nomeação ou a designação ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República ou ao Presidente da República providenciar:**(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

I - a aprovação pelo órgão central de sistema, quando exigida pelas normas em vigor;

II - os procedimentos para a alteração do local de exercício, quando necessários para a posse;

III - a comprovação do atendimento ao disposto no Decreto nº 5.497, de 21 de julho de 2005; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

IV - na hipótese de exoneração ou dispensa **ex officio**de cargo ou função sujeitos a mandato, a fundamentação da possibilidade da perda do mandato; e **(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

V - a instrução das propostas de portaria ou de decreto, acompanhadas de suas respectivas minutas, incluídas as informações essenciais de que trata o § 2º do art. 11.**(Incluído pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

Parágrafo único.  A verificação do atendimento aos requisitos e aos impedimentos para o desempenho de cargo em comissão ou função de confiança compete ao órgão ou à entidade responsável pela proposta de nomeação ou designação.

**Delegações aos demais Ministros de Estado**

Art. 6º  Fica delegada competência aos Ministros de Estado, no âmbito de seus órgãos e de suas entidades vinculadas, para:

I - nomeações para provimento de cargos efetivos em decorrência de habilitação em concurso público; e

II - nomeação para provimento de cargos em comissão e designação para ocupação de funções de confiança não especificadas no art. 4º.

§ 1º No caso dos órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República, cujos titulares não sejam Ministros de Estado, a competência de que trata o**caput** será exercida:**(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

I - pela autoridade máxima do órgão, quando o seu titular for ocupante de cargo em comissão ou função de confiança de nível equivalente ou superior a Natureza Especial; ou **(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

II - pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, nas demais hipóteses. **(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

§ 2º  Aplica-se o disposto neste artigo aos atos de concessão ou de designação para recebimento de gratificações.

§ 3º  As indicações para provimento dos cargos em comissão e das funções de confiança de que trata o inciso II do **caput**serão previamente encaminhadas, por meio do Sinc, para análise da Secretaria-Geral da Presidência da República, da Casa Civil da Presidência da República e da Secretaria de Governo da Presidência da República, quando se tratar de cargo em comissão ou função de confiança de nível equivalente ou superior a 3 do Grupo-DAS. **(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

§ 4º A competência de que trata o**caput**será exercida na Vice-Presidência da República pelo Chefe de Gabinete do Vice-Presidente da República. (NR)**(Incluído pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

**Extensão das delegações de que tratam os art. 4º e art. 6º**

Art. 7º  As delegações de que tratam os art. 4º e art. 6º independem:

I - da denominação do cargo efetivo, do cargo em comissão ou da função de confiança;

II - da existência de previsão especial em sentido contrário em ato normativo infralegal; e

III - da previsão legal ou constitucional de competência do Presidente da República sem vedação à delegação.

Parágrafo único.  O disposto nos art. 4º e art. 6º não se aplica:

I - às hipóteses em que a Constituição ou a lei prevejam a competência exclusiva do Presidente da República ou a vedação de delegação;

II - às nomeações sujeitas à prévia aprovação pelo Senado Federal;

III - às nomeações ou às designações para cargos em comissão e funções de confiança de nível equivalente ou superior a Natureza Especial; e **(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

IV - às nomeações para cargo de dirigente máximo de instituição federal de ensino superior.

**Submissão ao Advogado-Geral da União**

Art. 8º Sem prejuízo do disposto neste Decreto, as indicações para provimento de cargos de chefes de assessoria jurídica, de consultores jurídicos e de titulares de órgãos jurídicos da Procuradoria-Geral Federal junto às autarquias e às fundações públicas federais deverão ser previamente submetidas ao Advogado-Geral da União, acompanhadas dos documentos e das informações que comprovem que o indicado seja bacharel em Direito de comprovada capacidade e experiência e reconhecida idoneidade. (NR) **(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

**Submissão à Controladoria-Geral da União**

Art. 9º  A nomeação, a designação, a exoneração ou a dispensa de titular de unidade de auditoria interna ou de correição, de assessoria especial de controle interno ou de assessor especial de controle interno será submetida, pelo dirigente máximo do órgão ou da entidade, à aprovação da Controladoria-Geral da União.

Parágrafo único.  O disposto no **caput**não se aplica aos cargos de titular de órgãos de controle interno da Secretaria-Geral da Presidência da República, do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério da Defesa e da Advocacia-Geral da União.

**Sistema Integrado de Nomeações e Consultas**

Art. 10.  Fica instituído o Sinc, como sistema eletrônico que possibilite o registro, o controle e a análise de indicações para provimento de cargo em comissão ou de função de confiança no âmbito da administração pública federal.

Art. 11.  O Sinc tem por finalidade o tratamento e a disponibilização de informações para o provimento de cargo em comissão ou de função de confiança cuja indicação tenha sido encaminhada à análise da Secretaria-Geral da Presidência da República, da Casa Civil da Presidência da República e da Secretaria de Governo da Presidência da República. **(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

§ 1º  O Sinc deverá:

I - possibilitar a verificação da existência de óbice ao provimento de cargo em comissão ou de função de confiança;

II - registrar e armazenar as indicações para provimento e vacância dos cargos e das funções de que trata este Decreto; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

III - encaminhar os pedidos de pesquisa à Controladoria-Geral da União e à Agência Brasileira de Inteligência do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para verificação de vida pregressa;

IV - consultar, de forma automatizada, o banco de dados de sanções aplicadas pelas comissões de ética mantido pela Comissão de Ética Pública da Presidência da República; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

V - viabilizar a análise de indicações pela Secretaria-Geral da Presidência da República, pela Casa Civil da Presidência da República e pela Secretaria de Governo da Presidência da República; e **(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

VI - gerar código de identificação para cada indicação para provimento dos cargos ou funções de que trata o inciso V do **caput** do art. 4º e o § 3º do art. 6º. **(Incluído pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

§ 2º São informações essenciais, dentre outras, para a avaliação da indicação:

I - dados pessoais;

II - experiência profissional;

III - detalhes sobre eventual vínculo com o serviço público;

IV - nome e código do cargo; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

V - identificação do ocupante do cargo ou da função no momento da indicação; e **(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

VI - hipótese legal do ato. **(Incluído pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

§ 3º  A verificação das informações de que trata o § 2º será realizada pela autoridade competente pela indicação previamente ao registro da proposta no Sinc. **(Incluído pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

§ 4º  Para fins do disposto neste artigo, considera-se código de identificação o número gerado pelo Sinc e encaminhado pela Subchefia para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República à autoridade indicante, via Sinc, após a aprovação da indicação, a título de autorização para publicação do ato no Diário Oficial da União. (NR) **(Incluído pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

**Restrição de acesso às informações doSistemaIntegrado de Nomeações e Consultas**

Art. 12.  As informações pessoais contidas no Sinc serão preservadas nos termos do disposto no art. 31 da Lei nº 12.527, de 18 novembro de 2011, na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e no Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012.

Parágrafo único. As informações pessoais referentes a consultas que não tenham sido aprovadas ou que não tenham resultado em nomeação, recondução ou designação serão eliminados no prazo de um ano, contado da data de submissão da consulta. (NR)**(Incluído pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

Art. 13.  Às informações pessoais requeridas por meio do Sinc, aplica-se o disposto no inciso II do caput do art. 7º da Lei nº 13.709, de 2018.

**Uso obrigatório do Sistema Integrado de Nomeações e Consultas**

Art. 14.  O Sinc será utilizado por todos os órgãos da administração pública federal direta, pelas autarquias e pelas fundações públicas para o provimento de:

I - cargos de Ministros de Estado;

II - cargos de Natureza Especial;

III - cargos em comissão e funções de confiança de nível equivalente ou superior a 3 do Grupo-DAS; e **(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

IV - cargos e funções de chefe de assessoria parlamentar, de titular de órgão jurídico da Procuradoria-Geral Federal instalado junto às autarquias e às fundações públicas federais, de chefe de assessoria jurídica e de consultor jurídico.**(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

V –**(Revogado pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

Parágrafo único.  O Sinc será utilizado para o encaminhamento das indicações e a verificação da existência de eventuais óbices para a ocupação dos cargos de conselheiro de administração, conselheiro fiscal e diretor de empresa estatal, nos termos do disposto no art. 22 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. (NR) **(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

**Uso facultativo do Sistema Integrado de Nomeações e Consultas**

Art. 15.  A consulta ao Sinc poderá ser realizada:

I - a pedido da autoridade indicante ou do Subchefe para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República, para verificação da existência de eventual óbice jurídico para a ocupação de cargos de competência do Presidente da República não relacionados no art. 14; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

II - a pedido da autoridade indicante, para a verificação da existência de eventual óbice jurídico à indicação de pessoas cogitadas para cargos e funções no âmbito do Poder Executivo federal, desde que haja aprovação do Subchefe para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República, quando: **(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

a) houver conveniência de análise prévia para o indicado assumir o cargo em comissão ou a função pública; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

b) o conhecimento antecipado da indicação no âmbito do órgão interessado, inclusive pelo atual ocupante do cargo ou da função objeto de eventual substituição, puder gerar risco à continuidade administrativa; ou **(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

c) houver necessidade de tratamento restrito da informação;**(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

III - para o provimento de cargos e funções de confiança de aprovados previamente pelo Senado Federal cuja indicação não tenha sido de iniciativa do Presidente da República;

IV - para o provimento de cargos e funções privativos de oficial-general;**(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

V - a critério da autoridade máxima da entidade e por solicitação desta, para o provimento de cargos e funções cuja competência de nomeação esteja no âmbito:**(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

a) das agências reguladoras;

b) das instituições federais de ensino superior;**(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

c) do Banco Central do Brasil; e **(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

d) da Unidade de Inteligência Financeira; **(Incluída pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

VI - para a verificação de vida pregressa de pessoas cogitadas para cargos e funções no âmbito de outros Poderes ou entes federativos, desde que haja solicitação nesse sentido proveniente da autoridade máxima do órgão ou da entidade e haja aprovação do Subchefe para Assuntos Jurídicos;**(Incluído pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

VII - para a concessão de credencial de segurança de que trata o art. 12 do Decreto nº 7.845, de 14 de novembro de 2012; e **(Incluído pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

VIII - para o provimento de cargos em comissão e de funções de confiança ou para a definição de exercício de servidores públicos, empregados públicos ou militares para atuar nos órgãos da Presidência da República. (NR)**(Incluído pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

Parágrafo único.  As consultas de que trata o **caput**poderão ser submetidas à análise de oportunidade e conveniência da Casa Civil da Presidência da República e da Secretaria de Governo da Presidência da República, por solicitação da autoridade indicante ou a critério do Subchefe para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República. (NR) **(Incluído pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

**Competência dos órgãos proponentes por meio do Sistema Integrado de Nomeações e Consultas**

Art. 16.  A realização de encaminhamento de pedidos de consulta e prestação de esclarecimentos por meio do Sinc compete:

I - no âmbito da administração pública federal direta, ao órgão em que estiver alocado o cargo ou a função ou, quando se tratar da Vice-Presidência da República ou de órgão da Presidência da República, à unidade de gestão de pessoas ou àquela que houver recebido essa atribuição, nos termos do disposto no art. 17;**(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

II - no âmbito das autarquias e das fundações públicas, ao órgão ao qual estiver vinculada a entidade em que o cargo ou a função se encontrar alocado, ressalvada a delegação ao dirigente máximo da entidade; e **(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

III - no âmbito das empresas estatais e das demais entidades, ao órgão ou à entidade detentora da vaga. **(Incluído pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

Parágrafo único. A competência de que trata ocaputé do dirigente máximo da entidade quando se tratar de agências reguladoras, instituições federais de ensino superior, do Banco Central do Brasil e da Unidade de Inteligência Financeira. (NR) **(Incluído pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

Art. 16-A.  Compete à autoridade indicante prestar informações ao indicado acerca do processo de indicação. (NR)**(Incluído pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

Art. 17.  O servidor público, o empregado público ou o militar designado como representante do órgão ou da entidade da administração pública federal para atuar no âmbito do Sinc deverá:

I - solicitar o acesso ao Sinc à Subchefia para Assuntos Jurídicos, por meio do encaminhamento das seguintes informações:**(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

a) nome completo;**(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

b) número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas;**(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

c) número de matrícula funcional;**(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

d) endereço eletrônico institucional;**(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

e) cópia do ato de designação;**(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

f) perfil de acesso; e **(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

g) unidade de acesso;**(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

II - providenciar as informações necessárias no Sinc, observadas as orientações prestadas pela Subchefia para Assuntos Jurídicos; e **(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

III - zelar para que as informações disponíveis no Sinc sejam preservadas nos termos do disposto no art. 12.

§ 1º A designação de que trata ocaput, observadas as competências referidas no art. 16, será realizada pelo titular máximo do órgão ou da entidade.**(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

§ 2º A designação de que trata ocaputpoderá ser realizada por meio de ofício ou de ato publicado em boletim interno e, neste último caso, submetido, por meio eletrônico, para a Subchefia para Assuntos Jurídicos.**(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

§ 3º Na hipótese de alteração de dados funcionais do usuário, o acesso ao Sinc poderá ser bloqueado até que seja demonstrado que a alteração dos dados não afeta a designação anteriormente realizada. (NR)**(Incluído pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

**Competências dos órgãos da Presidência da República(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

Art. 18. Compete à Subchefia para Assuntos Jurídicos: **(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

I - controlar as indicações para o provimento de cargo em comissão e de função de confiança submetidas por meio do Sinc e apontar a eventual existência de óbice jurídico ao prosseguimento das indicações; **(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

II - autorizar a submissão das consultas facultativas e registrar as indicações encaminhadas à sua avaliação;**(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

III - analisar a conformidade, submeter a despacho e enviar para publicação os atos de nomeação, recondução, designação, exoneração e dispensa para cargos em comissão ou funções de confiança de competência do Presidente da República e do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, quando se tratar de cargo ou função de nível equivalente a 5 ou 6 do Grupo-DAS; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

IV - registrar a aprovação das indicações nas hipóteses previstas neste Decreto e no art. 22 do Decreto nº 8.945, de 2016, observado o disposto nos art. 20 e art. 22; **(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

V - registrar a liberação de indicados para ingresso na Vice-Presidência da República e nos órgãos da Presidência da República;

VI - orientar os órgãos e as entidades da administração pública federal quanto aos procedimentos referentes ao funcionamento do Sinc; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

VII - conceder o acesso e orientar servidores, empregados públicos e militares indicados para utilização do Sinc; e **(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

VIII - gerar o código de identificação das propostas de que trata o inciso V do **caput** do art. 4º e o § 3º do art. 6º. **(Incluído pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

§ 1º  A Agência Brasileira de Inteligência do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, a Controladoria-Geral da União e a Comissão de Ética Pública da Presidência da República disponibilizarão, no Sinc, informações acerca da vida pregressa do indicado para ocupar cargo em comissão ou função de confiança para avaliação pela Subchefia para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República. **(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

§ 2º Em relação às informações de que trata o § 1º, a Subchefia para Assuntos Jurídicos: **(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

I - informará ao órgão ou à entidade indicante os registros de que trata o § 1º e solicitará esclarecimentos quando necessários para a análise; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

II - após a análise da inexistência de óbice jurídico, disponibilizará a integralidade dos registros de que trata o § 1º para a avaliação, simultaneamente, da Casa Civil da Presidência da República e da Secretaria de Governo da Presidência da República, observado o disposto nos art. 12 e art. 13; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

III - estabelecerá os prazos específicos de reaproveitamento das informações sobre a vida pregressa disponibilizadas pelos órgãos de pesquisa; e **(Incluído pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

IV - estabelecerá o modelo de termo de autorização de acesso a dados e as hipóteses em que se fizer necessário o seu preenchimento pelo indicado. **(Incluído pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

§ 3º  O órgão ou a entidade indicante poderá utilizar, de forma complementar, as informações de que trata o inciso I do § 2º para fins de verificação do atendimento ao disposto no **caput**e no § 2º do art. 8º do Decreto nº 9.727, de 15 de março de 2019. **(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

§ 4º O Banco Central do Brasil poderá ser consultado a respeito de óbices às indicações de que trata este Decreto no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, hipótese em que poderá, inclusive, receber da Subchefia para Assuntos Jurídicos as informações de trata o § 2º. (NR) **(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

Art. 19.  Compete à Secretaria-Executiva da Casa Civil da Presidência da República:

I - **(Revogado pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

II - **(Revogado pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

III - **(Revogado pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

IV -**(Revogado pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

V - instruir as propostas para provimento e vacância dos cargos e funções de nível equivalente a 5 e 6 do Grupo-DAS que estiverem alocados noâmbito da Casa Civil da Presidência da República; **(Incluído pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

VI - instruir, despachar e publicar os atos de provimento e vacância para os cargos e funções de que trata o inciso II do **caput** do art. 6º que estiverem alocados no âmbito da Casa Civil da Presidência da República; e **(Incluído pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

VII - instruir, despachar e publicar os atos de provimento e vacância para os cargos e funções de nível equivalente a 4 do Grupo-DAS, quando não houver a subdelegação de competência de que trata o § 3º do art. 4º ou por determinação do Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República. (NR) **(Incluído pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

**Natureza da liberação pela Secretaria-Geral da Presidência da República (Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

Art. 20.  Ressalvadas as hipóteses em que haja a identificação de óbice jurídico ao provimento do cargo em comissão ou da função de confiança, o registro da aprovação da indicação pela Secretaria-Geral da Presidência da República decorrerá da avaliação da conveniência e da oportunidade administrativa realizada pela Casa Civil da Presidência da República e pela Secretaria de Governo da Presidência da República. **(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

Parágrafo único.  A análise de oportunidade e conveniência de que trata o **caput** terá caráter consultivo para os atos de competência do Presidente da República. (NR) **(Incluído pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

**Dispensa de consulta prévia**

Art. 21. Nas hipóteses de urgência e de interesse da administração pública federal, o Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência República poderá dispensar a consulta prévia à Agência Brasileira de Inteligência do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e à Controladoria-Geral da União.**(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

Parágrafo único.  Para atendimento ao disposto no **caput**, a consulta será efetivada posteriormente à nomeação ou à designação e, caso seja identificado óbice jurídico, o nomeado ou o designado será exonerado ou dispensado.

**Competências da Casa Civil da Presidência da República(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

Art. 22. Compete à Casa Civil da Presidência da República, por meio do Sinc:**(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

I - opinar sobre a conveniência e a oportunidade das indicações para: **(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

a) os cargos de que trata o inciso II do **caput** do art. 14; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

b) a hipótese de que trata parágrafo único do art. 15; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

c) o desempenho ou o exercício de cargo ou função no exterior; e **(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

d) a composição da lista de que trata o § 1º do art. 10 da Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

II - avaliar a conveniência e a oportunidade administrativa das indicações para: **(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

a) os cargos e as funções de que tratam os incisos III e IV do **caput**do art. 14; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

b) os cargos de diretoria de empresas estatais de que trata o Decreto nº 8.945, de 2016; e **(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

c) os cargos de conselheiros fiscais e de conselheiros de administração de que trata o Decreto nº 8.945, de 2016; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

III - solicitar à Subchefia para Assuntos Jurídicos as informações complementares acerca dos registros de que trata o § 2º docaputdo art. 18 e a verificação de vida pregressa de pessoas cogitadas para cargos e funções no âmbito do Poder Executivo federal de que trata o inciso II do caput do art. 15. **(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

§ 1º  O prazo para as manifestações de que tratam os incisos I e II do **caput** será de: **(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

I - dez dias úteis, para as hipóteses de que tratam as alíneas “a” e “b” do inciso II do **caput**; e **(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

II - trinta e cinco dias úteis, para a hipótese de que trata a alínea “c” do inciso II do **caput**. **(Redação dada pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

§ 1º-B  O prazo de que trata o § 1º será contado a partir da data de conclusão da análise realizada pela Subchefia para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República. **(Incluído pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

§ 2º Transcorrido o prazo a que se refere o § 1º sem que haja expressa manifestação da Casa Civil da Presidência da República, a indicação será considerada aprovada. (NR) **Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

**Competência da Secretaria de Governo da Presidência da República (Incluído pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

Art. 22-A.  Compete à Secretaria de Governo da Presidência da República: **(Incluído pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

I - opinar sobre a conveniência e a oportunidade das indicações de que trata o inciso I do **caput** do art. 22; e **(Incluído pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

II - avaliar a conveniência e a oportunidade das indicações de que trata o inciso II do **caput** do art. 22. **(Incluído pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

Parágrafo único.  Aplicam-se à Secretaria de Governo da Presidência da República os prazos de que tratam os § 1º a § 2º do art. 22. (NR) **(Incluído pelo Decreto nº 10.486, de 11.9.2020)**

**Banco Central do Brasil e Unidade de Inteligência Financeira (Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

Art. 23.  Os atos de designação e dispensa de ocupantes de Funções Comissionadas do Banco Central - FCBC serão realizados conforme as normas do Banco Central do Brasil.

Art. 23-A. A nomeação e a exoneração dos ocupantes de cargos em comissão e a designação e a dispensa dos ocupantes de funções de confiança no âmbito da Unidade de Inteligência Financeira serão realizadas pelo seu Presidente. (NR) **(Incluído pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

**Instituições federais de educação básica e de ensino superior, centro federal de educação tecnológica, escola técnica federal e escola agrotécnica federal(Incluído pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

Art. 23-B. Os atos de nomeação, designação, exoneração e dispensa relativos a cargos em comissão e funções de confiança de instituição federal de educação básica e de ensino superior, de centro federal de educação tecnológica, de escola técnica federal e de escola agrotécnica federal serão realizados conforme as normas da instituição, ressalvados o cargo de dirigente máximo da instituição e de titular de órgão jurídico da Procuradoria-Geral Federal instalado junto à instituição. (NR)**(Incluído pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

**Publicações de nomeações e designações no Diário Oficial da União**

Art. 24. **(Revogado peloDecreto nº 10.031, de 30.9.2019)**

**Normas complementares**

Art. 25. O Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República poderá editar normas complementares para a execução do disposto neste Decreto. (NR) **(Redação dada pelo Decreto nº 9.989, de 26.8.2019)**

**Revogações**

Art. 26.  Ficam revogados:

I - o Decreto nº 4.118, de 7 de fevereiro de 2002;

II - o Decreto nº 4.177, de 28 de março de 2002;

III - o Decreto nº 4.183, de 4 de abril de 2002; e

IV - o Decreto nº 8.821, de 26 de julho de 2016.

**Vigência**

Art. 27.  Este Decreto entra em vigor em 25 de junho de 2019.

Brasília, 14 de maio de 2019, 198º da Independência e 131º da República.

**JAIR MESSIAS BOLSONARO**

*Onyx Lorenzoni*

*Carlos Alberto dos Santos Cruz*

*Augusto Heleno Ribeiro Pereira*

*Wagner de Campos Rosário*

**DECRETO Nº 9.991, DE 28 DE AGOSTO DE 2019.**

*Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e regulamenta dispositivos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, quanto a licenças e afastamentos para ações de desenvolvimento.*

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84,caput, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto nos art. 87, art. 95, art. 96-A e art. 102,caput, incisos IV, VII e VIII, alínea "e", da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990,

D E C R E T A:

**Objeto e âmbito de aplicação**

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP,[[478]](#footnote-479) com o objetivo de promover o desenvolvimento dos servidores públicos nas competências necessárias à consecução da excelência na atuação dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Art. 1º-A O Poder Executivo federal manterá escolas de governo com a finalidade de promover o desenvolvimento de servidores públicos. **(Incluído pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

Parágrafo único. Exceto se houver disposição legal em contrário, observado o disposto no inciso IV do caput do art. 13, os cursos de desenvolvimento cuja participação constitua requisito para aprovação em estágio probatório, remoção, progressão ou promoção no serviço público federal serão planejados por escolas de governo do Poder Executivo federal. (NR) **(Incluído pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

Art. 1º-B São escolas de governo: **(Incluído pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

I - aquelas previstas em lei ou decreto; e **(Incluído pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

II - aquelas reconhecidas em ato do Ministro de Estado da Economia, observado o disposto no inciso III do caput do art. 13. **(Incluído pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

Parágrafo único. Ato do Ministro de Estado da Economia reconhecerá os órgãos e as entidades de que trata o inciso II do caput como escolas de governo do Poder Executivo federal, permitida a delegação a titular de cargo de natureza especial, vedada a subdelegação. (NR) **(Incluído pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

**Instrumentos**

Art. 2º São instrumentos da PNDP:

I - o Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP;

II - o relatório anual de execução do PDP;

III - o Plano Consolidado de Ações de Desenvolvimento;

IV - o relatório consolidado de execução do PDP; e

V - os modelos, as metodologias, as ferramentas informatizadas e as trilhas de desenvolvimento, conforme as diretrizes estabelecidas pelo órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC.

Parágrafo único. Caberá ao órgão central do SIPEC dispor sobre os instrumentos da PNDP.[[479]](#footnote-480)

**Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP**

Art. 3º Cada órgão e entidade integrante do SIPEC elaborará anualmente o respectivo PDP, que vigorará no exercício seguinte, a partir do levantamento das necessidades de desenvolvimento relacionadas à consecução dos objetivos institucionais. **(Redação dada pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

§ 1º O PDP deverá:

I - alinhar as necessidades de desenvolvimento com a estratégia do órgão ou da entidade; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

II - estabelecer objetivos e metas institucionais como referência para o planejamento das ações de desenvolvimento;

III - atender às necessidades administrativas operacionais, táticas e estratégicas, vigentes e futuras;

IV - nortear o planejamento das ações de desenvolvimento de acordo com os princípios da economicidade e da eficiência;

V - preparar os servidores para as mudanças de cenários internos e externos ao órgão ou à entidade;

VI - preparar os servidores para substituições decorrentes de afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares do titular e da vacância do cargo;

VII - ofertar ações de desenvolvimento de maneira equânime aos servidores;

VIII - acompanhar o desenvolvimento do servidor durante sua vida funcional;

IX - gerir os riscos referentes à implementação das ações de desenvolvimento;

X - monitorar e avaliar as ações de desenvolvimento para o uso adequado dos recursos públicos; e

XI - analisar o custo-benefício das despesas realizadas no exercício anterior com as ações de desenvolvimento.

§ 2º A elaboração do PDP será precedida, preferencialmente, por diagnóstico de competências.

§ 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se diagnóstico de competências a identificação do conjunto de conhecimentos, habilidades e condutas necessários ao exercício do cargo ou da função.

Art. 4º O PDP conterá, no mínimo: **(Redação dada pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

I - a descrição das necessidades de desenvolvimento que serão contempladas no exercício seguinte, incluídas as necessidades de desenvolvimento de capacidades de direção, chefia, coordenação e supervisão;

II - o público-alvo de cada necessidade de desenvolvimento; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

III - **(Revogado pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

IV - o custo estimado das ações de desenvolvimento.

Parágrafo único. O PDP também conterá as ações de desenvolvimento, caso já tenham sido definidas, com respectiva carga horária estimada, que atenderão cada necessidade de desenvolvimento identificada, previstas para o exercício seguinte. (NR) **(Incluído pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

Art. 5º Os órgãos e as entidades elaborarão e encaminharão a sua proposta de PDP ao órgão central do SIPEC, para ciência e eventuais sugestões de alteração. **(Redação dada pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

§ 1º O encaminhamento de que trata ocaput será feito até o dia 30 de setembro[[480]](#footnote-481) de cada ano pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, permitida a delegação aos dois níveis hierárquicos imediatos, com competência sobre a área de gestão de pessoas, vedada a subdelegação. **(Redação dada pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

§ 2º A partir de 30 de novembro[[481]](#footnote-482) de cada ano, a autoridade máxima de que trata § 1º aprovará o PDP e poderá acolher ou não as sugestões recebidas do órgão central do SIPEC no período. **(Redação dada pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

§ 3º A unidade de gestão de pessoas do órgão ou da entidade e as suas escolas de governo, quando houver, são responsáveis pelo PDP perante o órgão central do SIPEC e apoiarão os gestores e a autoridade máxima do órgão ou da entidade na gestão do desenvolvimento de seus servidores, desde o planejamento até a avaliação. **(Redação dada pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

§ 4º A competência de que trata o caput e o § 1º poderá ser delegada à autoridade máxima da escola de governo do órgão ou da entidade. (NR) **(Incluído pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

Art. 6º As unidades de gestão de pessoas dos órgãos e das entidades integrantes do SIPEC encaminharão ao órgão central o relatório anual de execução do PDP, que conterá as informações sobre a execução e a avaliação das ações previstas no PDP do exercício anterior e a sua realização.

Art. 7º As unidades de gestão de pessoas responsáveis pela elaboração, pela implementação e pelo monitoramento do PDP realizarão a gestão de riscos das ações de desenvolvimento previstas, cujas etapas são:

I - identificação dos eventos de riscos;

II - avaliação dos riscos;

III - definição das respostas aos riscos; e

IV - implementação de medidas de controle.

Art. 7º-A As atribuições de que tratam os art. 5º, art. 6º e art. 7º, em relação aos PDP, poderão ser delegadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade a até duas autoridades. (NR) **(Incluído pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

**Órgão central do SIPEC**

Art. 8º O órgão central do SIPEC disponibilizará manifestação técnica para orientar a elaboração das ações de desenvolvimento relacionadas ao PDP. (NR) **(Redação dada pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

Art. 9º O órgão central do SIPEC encaminhará à Escola Nacional de Administração Pública - Enap o Plano Consolidado de Ações de Desenvolvimento, produzido a partir da organização das propostas constantes dos PDP dos órgãos e das entidades, que conterá as ações transversais de desenvolvimento da administração pública federal.

Parágrafo único. Para fins do disposto neste Decreto, consideram-se ações transversais as ações comuns a servidores em exercício em diversos órgãos ou entidades no âmbito do SIPEC.

Art. 10. Os órgãos e as entidades encaminharão ao órgão central do SIPEC, para análise e consolidação das informações dos diversos órgãos e entidades, os seus relatórios anuais de execução dos PDP. (NR) **(Redação dada pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

I - **(Revogado pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

II - **(Revogado pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

Art. 11. Caberá ao órgão central do SIPEC elaborar o relatório consolidado de execução dos PDP, a partir da consolidação das informações constantes dos relatórios anuais de execução dos PDP.

Parágrafo único. **(Revogado pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

**Normas complementares**

Art. 12. O titular do órgão central do SIPEC editará normas complementares necessárias à execução do disposto neste Decreto, que incluirão:

I - os prazos para encaminhamento do PDP e do relatório anual de execução do PDP;

II - os prazos para o encaminhamento da manifestação técnica sobre o PDP aos órgãos e às entidades;

III - os prazos para conclusão do Plano Consolidado de Ações de Desenvolvimento e do relatório consolidado de execução dos PDP;

IV - o detalhamento das condições para a realização das despesas com desenvolvimento de pessoas, nos termos do disposto nos art. 16, art. 17 e art. 30;

V - o procedimento para a avaliação e a aprovação do pedido de afastamento do servidor, com as informações e os documentos necessários à instrução do pedido;

VI - a forma e o conteúdo da divulgação das informações de que trata o parágrafo único do art. 16;

VII - as condições e os prazos para a comprovação da efetiva participação do servidor na ação que gerou seu afastamento; e

VIII - o detalhamento das condições e dos critérios para reembolso das despesas comprovadamente efetuadas para custeio de inscrição e mensalidade de ação de desenvolvimento formal, presencial ou à distância, prevista no PDP.

**Escolas de Governo do Poder Executivo federal**

Art. 13. Caberá à Enap:

I - articular as ações da rede de escolas de governo do Poder Executivo federal e o sistema de escolas de governo da União; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

II - definir as formas de incentivo para que as instituições de ensino superior sem fins lucrativos atuem como centros de desenvolvimento de servidores, com a utilização parcial da estrutura existente, de forma a contribuir com a PNDP; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

III - propor ao Ministro de Estado da Economia os critérios para o reconhecimento das instituições incluídas na estrutura da administração pública federal direta, autárquica e fundacional como escola de governo do Poder Executivo federal;

IV - uniformizar diretrizes para competências transversais de desenvolvimento de pessoas em articulação com as demais escolas de governo e unidades administrativas competentes do Poder Executivo federal. **(Redação dada pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

V - promover, elaborar e executar ações de desenvolvimento destinadas a preparar os servidores para o exercício de cargos em comissão e funções de confiança além de coordenar e supervisionar os programas de desenvolvimento de competências de direção, chefia, de coordenação e supervisão executados pelas escolas de governo, pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; e

VI - atuar, em conjunto com os órgãos centrais dos sistemas estruturadores, na definição, na elaboração e na revisão de ações de desenvolvimento das competências essenciais dos sistemas estruturadores.

Parágrafo único. **(Revogado pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

§ 1º O disposto no inciso IV docaputnão afasta atividades de elaboração, de contratação, de oferta, de administração e de coordenação específica de ações de desenvolvimento das competências transversais e finalísticas pelas escolas de governo. **(Incluído pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

§ 2º As diretrizes a que se refere o inciso IV docaputcontemplarão a inovação e a transformação do Estado e a melhoria dos serviços públicos, com foco no cidadão, e, entre outras, as seguintes atividades: **(Incluído pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

I - o desenvolvimento continuado de servidores públicos; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

II - programas de pós-graduação,lato sensu e stricto sensu, inclusive pós-doutorado; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

III - fomento e desenvolvimento de pesquisa e inovação; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

IV - prospecção, promoção e difusão de conhecimento; e **(Redação dada pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

V - desenvolvimento do empreendedorismo e da liderança no setor público. (NR) **(Redação dada pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

Art. 14. Caberá às escolas de governo do Poder Executivo federal, em articulação com a Enap: **(Redação dada pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

I - apoiar o órgão Central do SIPEC na consolidação e na priorização das necessidades de desenvolvimento de competências transversais contidas no Plano Consolidado de Ações de Desenvolvimento;

II - planejar a elaboração e a oferta de ações, a fim de atender, de forma prioritária, às necessidades mais relevantes de desenvolvimento de competências transversais contidas no Plano Consolidado de Ações de Desenvolvimento; e

III - ofertar, em caráter complementar à Enap, as ações de desenvolvimento de âmbito nacional priorizadas no planejamento, de forma direta ou por meio de parcerias ou contratações.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não exclui a possibilidade de contratação direta pelos órgãos ou pelas entidades de ações de desenvolvimento junto a terceiros, desde que em consonância com o disposto no PNDP. (NR) **(Incluído pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

Art. 14-A. As escolas de governo terão autonomia para: **(Incluído pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

I - decidir sobre a priorização das necessidades de desenvolvimento de competências específicas contidas nos respectivos PDP; e **(Incluído pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

II - planejar, organizar e executar a elaboração e a oferta de ações, a fim de atender às necessidades mais relevantes de desenvolvimento de competências transversaise finalísticas contidas em seus PDP. **(Incluído pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

Parágrafo único. As escolas de governo ofertarão, sempre que possível, vagas em sua grade de cursos para servidores que não pertençam ao quadro de pessoal do órgão ou da entidade ao qual a escola está vinculada. (NR)**(Incluído pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

Art. 15. Caberá aos órgãos centrais dos sistemas estruturadores, de forma permanente:

I - definir e revisar a grade de competências essenciais dos respectivos sistemas; e

II - atuar, em conjunto com a Enap, para o desenvolvimento de programas de ações de desenvolvimento de competências essenciais dos sistemas estruturadores.

**Realização de despesas**

Art. 16. Despesas com ações de desenvolvimento de pessoas para a contratação, a prorrogação ou a substituição contratual, a inscrição, o pagamento da mensalidade, as diárias e as passagens poderão ser realizadas somente após a aprovação do PDP, observado o disposto no § 2º do art. 5º. **(Redação dada pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

Parágrafo único. **(Revogado pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

§ 1º As despesas com ações de desenvolvimento de pessoas serão divulgadas na internet, de forma transparente e objetiva, incluídas as despesas com manutenção de remuneração nos afastamentos para ações de desenvolvimento. **(Incluído pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

§ 2º O disposto nocaputpoderá ser excepcionado pela autoridade máxima do órgão ou da entidade, registrado em processo administrativo específico que contenha a justificativa para a execução da ação de desenvolvimento. **(Incluído pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

§ 3º As ações de desenvolvimento contratadas na forma prevista no § 2º serão registradas nas revisões do PDP dos órgãos e das entidades, ainda que posteriormente à sua realização. (NR) **(Incluído pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

Art. 17. A participação em ação de desenvolvimento de pessoas que implicar despesa com diárias e passagens somente poderá ser realizada se o custo total for inferior ao custo de participação em evento com objetivo similar na própria localidade de exercício.

Parágrafo único. Exceções ao disposto nocaputpoderão ser aprovadas pela unidade de gestão de pessoas, por meio de justificativa e de aprovação da autoridade máxima do órgão ou da entidade, permitida a delegação aos dois níveis hierárquicos imediatos, com competência sobre a área de gestão de pessoas, vedada a subdelegação. (NR) **(Redação dada pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

**Afastamentos do servidor para participação em ações de desenvolvimento**

Art. 18. Considera-se afastamento para participação em ações de desenvolvimento a:[[482]](#footnote-483)

I - licença para capacitação, nos termos do disposto no art. 87 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

II - participação em programa de treinamento regularmente instituído, conforme o disposto no inciso IV do caput do art. 102 da Lei nº 8.112, de 1990;

III - participação em programa de pós-graduação stricto sensu no País, conforme o disposto no art. 96-A da Lei nº 8.112, de 1990; e

IV - realização de estudo no exterior, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 8.112, de 1990.

§ 1º Nos afastamentos por período superior a trinta dias consecutivos, o servidor:

I - requererá, conforme o caso, a exoneração ou a dispensa do cargo em comissão ou função de confiança eventualmente ocupado, a contar da data de início do afastamento; e

II - terá suspenso, sem implicar na dispensa da concessão, o pagamento das parcelas referentes às gratificações e aos adicionais vinculados à atividade ou ao local de trabalho e que não façam parte da estrutura remuneratória básica do seu cargo efetivo, contado da data de início do afastamento. **(Redação dada pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

§ 2º O disposto no inciso II do § 1º não se aplica às parcelas legalmente vinculadas ao desempenho individual do cargo efetivo ou ao desempenho institucional.

§ 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se treinamento regularmente instituído qualquer ação de desenvolvimento promovida ou apoiada pelo órgão ou pela entidade.

Art. 19. Os afastamentos de que trata o art. 18 poderão ser concedidos, entre outros critérios, quando a ação de desenvolvimento:

I - estiver prevista no PDP do órgão ou da entidade do servidor;

II - estiver alinhada ao desenvolvimento do servidor nas competências relativas:

a) ao seu órgão de exercício ou de lotação;

b) à sua carreira ou cargo efetivo; ou **(Redação dada pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

c) ao seu cargo em comissão ou à sua função de confiança; e

III - o horário ou o local da ação de desenvolvimento inviabilizar o cumprimento das atividades previstas ou a jornada semanal de trabalho do servidor. **(Redação dada pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

Parágrafo único. **(Revogado pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

§ 1º Os pedidos de afastamento formulados pelos servidores poderão ser processados a partir da data de aprovação do PDP do órgão ou da entidade. **(Incluído pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

§ 2º As ações de desenvolvimento que não necessitarem de afastamento e que ocorrerem durante o horário de jornada de trabalho do servidor também deverão ser registradas nos relatórios anuais de execução para fins de gestão das competências dos servidores em exercício nos órgãos e nas entidades. **(Incluído pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

§ 3º Cabe à autoridade máxima do órgão ou da entidade de exercício do servidor autorizar o afastamento, permitida a delegação aos dois níveis hierárquicos imediatos, com competência sobre a área de gestão de pessoas, vedada a subdelegação. (NR) **(Incluído pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

Art. 20. Os afastamentos poderão ser interrompidos, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse da administração, condicionado à edição de ato da autoridade que concedeu o afastamento, permitida a delegação aos dois níveis hierárquicos imediatos, com competência sobre a área de gestão de pessoas, vedada a subdelegação. **(Redação dada pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

§ 1º A interrupção do afastamento a pedido do servidor motivada por caso fortuito ou força maior não implicará ressarcimento ao erário, desde que comprovada a efetiva participação ou aproveitamento da ação de desenvolvimento no período transcorrido da data de início do afastamento até a data do pedido de interrupção.

§ 2º As justificativas e a comprovação da participação ou do aproveitamento dos dias de licença na hipótese prevista no § 1º serão avaliadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade em que o servidor estiver em exercício, permitida a delegação aos dois níveis hierárquicos imediatos, com competência sobre a área de gestão de pessoas, vedada a subdelegação. **(Redação dada pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

§ 3º O servidor que abandonar ou não concluir a ação de desenvolvimento ressarcirá o gasto com seu afastamento ao órgão ou à entidade, na forma da legislação vigente, ressalvado o disposto nos § 1º e § 2º.

Art. 21. Os afastamentos para participar de ações de desenvolvimento observarão os seguintes prazos:

I - pós-graduação stricto sensu:

a) mestrado: até vinte e quatro meses;

b) doutorado: até quarenta e oito meses; e

c) pós-doutorado: até doze meses; e

II - estudo no exterior: até quatro anos.

Art. 22. Os afastamentos para participar de programas de pós-graduação stricto sensu serão precedidos de processo seletivo, conduzido e regulado pelos órgãos e pelas entidades do SIPEC, com critérios de elegibilidade isonômicos e transparentes.

§ 1º Os processos seletivos considerarão, quando houver:

I - a nota da avaliação de desempenho individual; e

II - o alcance das metas de desempenho individual.

§ 2º As unidades de gestão de pessoas dos órgãos e das entidades poderão utilizar avaliações oficialmente reconhecidas de qualidade dos programas de pós-graduação stricto sensu efetuadas por instituições da área de educação para fins de classificação do servidor no processo seletivo de que trata o caput.

§ 3º O projeto de pesquisa a ser desenvolvida durante o afastamento estará alinhado à área de atribuição do cargo efetivo, do cargo em comissão ou da função de confiança do servidor ou à área de competências da sua unidade de exercício.

Art. 23. O processo de afastamento do servidor conterá as informações e os documentos estabelecidos nas normas de que trata o art. 12.

Art. 24. O servidor comprovará a participação efetiva na ação que gerou seu afastamento, no prazo definido nos termos do disposto no inciso VII do caput do art. 12.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação comprobatória sujeitará o servidor ao ressarcimento dos valores correspondentes às despesas com seu afastamento, na forma da legislação vigente, ressalvado o disposto no § 1º do art. 20.

**Licença para capacitação**

Art. 25. A licença para capacitação poderá ser concedida para:

I - ações de desenvolvimento presenciais ou à distância;

II - elaboração de monografia, trabalho de conclusão de curso, dissertação de mestrado, tese de doutorado, de livre-docência ou estágio pós-doutoral; ou **(Redação dada pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

III - **(Revogado pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

IV - curso conjugado com:

a) atividades práticas em posto de trabalho, em órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta dos entes federativos, dos Poderes da União ou de outros países ou em organismos internacionais; ou

b) realização de atividade voluntária em entidade que preste serviços dessa natureza no País. **(Redação dada pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

§ 1º As ações de desenvolvimento de que trata o inciso I do caput poderão ser organizadas de modo individual ou coletivo.

§ 2º Os órgãos e as entidades poderão definir critérios de concessão da licença para capacitação de que trata a alínea "b" do inciso IV do caput, observado o disposto no Decreto nº 9.906, de 9 de julho de 2019, e as condições para a concessão de afastamento estabelecidas no art. 19.

§ 3º A licença para capacitação poderá ser parcelada em, no máximo, seis períodos e o menor período não poderá ser inferior a quinze dias.

§ 4º Na hipótese de necessidade de prorrogação dos prazos de afastamento de que tratam os incisos I e II do caput do art. 21, o servidor poderá utilizar a licença para capacitação.

§ 5º A ação de desenvolvimento para aprendizado de língua estrangeira somente poderá ocorrer de modo presencial, no País ou no exterior, e quando recomendável ao exercício das atividades do servidor, conforme atestado no âmbito do órgão ou da entidade. (NR) **(Incluído pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

Art. 26. O órgão ou a entidade poderá conceder licença para capacitação somente quando a carga horária total da ação de desenvolvimento ou do conjunto de ações seja igual ou superior a trinta horas semanais. (NR) **(Redação dada pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

Art. 27. O órgão ou a entidade estabelecerá, com base em seu planejamento estratégico, quantitativo máximo de servidores que usufruirão a licença para capacitação simultaneamente.

Parágrafo único. O quantitativo previsto pelo órgão ou pela entidade não poderá ser superior a cinco por cento dos servidores em exercício no órgão ou na entidade e eventual resultado fracionário será arredondado para o número inteiro imediatamente superior. (NR) **(Redação dada pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

Art. 28. A concessão de licença para capacitação caberá à autoridade máxima do órgão ou da entidade em que o servidor estiver em exercício, permitida a delegação aos dois níveis hierárquicos imediatos, com competência sobre a área de gestão de pessoas, vedada a subdelegação. **(Redação dada pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

Parágrafo único. A autoridade responsável, na ocasião da concessão, considerará:

I - se o afastamento do servidor inviabilizará o funcionamento do órgão ou da entidade; e

II - os períodos de maior demanda de força de trabalho.

Art. 29. O servidor poderá se ausentar das atividades no órgão ou na entidade de exercício somente após a publicação do ato de concessão da licença para capacitação.

Parágrafo único. O prazo para a decisão sobre o pedido e a publicação do eventual deferimento é de trinta dias, contado da data de apresentação dos documentos necessários. (NR) **(Redação dada pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

**Reembolso de despesas realizadas por servidor**

Art. 30. A autoridade máxima do órgão ou da entidade poderá, em caráter excepcional, deferir o reembolso da inscrição e da mensalidade pagas pelo servidor em ações de desenvolvimento, atendidas as seguintes condições: **(Redação dada pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

I - **(Revogado pelo Decreto nº 10.506, de 2.10.2020)**

II - existência de disponibilidade financeira e orçamentária;

III - atendimento das condições previstas neste Decreto para a realização da ação de desenvolvimento; e

IV - existência de justificativa do requerente, com a concordância da administração, sobre a imprescindibilidade da ação de desenvolvimento para os objetivos organizacionais do órgão ou da entidade.

**Alteração das regras de afastamento do país**

Art. 31. O Decreto nº 91.800, de 18 de outubro de 1985, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8º

Parágrafo único. Na hipótese de viagem com a finalidade de aperfeiçoamento, o ocupante de cargo em comissão ou de função de confiança somente poderá afastar-se do País pelo período máximo de trinta dias." (NR)

**Disposições finais e transitórias**

Art. 32. O primeiro PDP elaborado após a entrada em vigor deste Decreto considerará a avaliação da execução do plano anual de capacitação do exercício anterior.

Parágrafo único. No primeiro exercício de vigência deste Decreto:

I - os prazos de elaboração do PDP poderão ser diferenciados, observado o disposto nas normas complementares de que trata o art. 12; e

II - o atendimento ao disposto no inciso I do caput do art. 19 poderá ser dispensado para a concessão de afastamento para participar de ação de desenvolvimento.

Art. 33. A alteração do Decreto nº 91.800, de 1985, não produzirá efeitos para os servidores que já estiverem afastados do País na data de entrada em vigor deste Decreto.

Art. 34. Os órgãos e as entidades adequarão seus atos normativos internos ao disposto neste Decreto no prazo de trinta dias, contado da data de entrada em vigor deste Decreto.

**Revogação**

Art. 35. Ficam revogados:

I - o Decreto nº 2.915, de 30 de dezembro de 1998;

II - o Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006; e

III - o Decreto nº 9.149, de 28 de agosto de 2017.

**Vigência**

Art. 36. Este Decreto entra em vigor em 6 de setembro de 2019.

Brasília, 28 de agosto de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

**JAIR MESSIAS BOLSONARO**

*Paulo Guedes*

**DECRETO Nº 10.046, DE 9 DE OUTUBRO DE 2019.**

*Dispõe sobre a governança no compartilhamento de dados no âmbito da administração pública federal e institui o Cadastro Base do Cidadão e o Comitê Central de Governança de Dados.*

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84,caput, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 5º,caput, inciso XXXIII, no art. 37, § 3º, inciso II, e no art. 216, § 2º, da Constituição, na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, no art. 11 da Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017, e no Capítulo IV da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018,

D E C R E T A:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto estabelece as normas e as diretrizes para o compartilhamento de dados entre os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e os demais Poderes da União, com a finalidade de:

I - simplificar a oferta de serviços públicos;

II - orientar e otimizar a formulação, a implementação, a avaliação e o monitoramento de políticas públicas;

III - possibilitar a análise das condições de acesso e manutenção de benefícios sociais e fiscais;

IV - promover a melhoria da qualidade e da fidedignidade dos dados custodiados pela administração pública federal; e

V - aumentar a qualidade e a eficiência das operações internas da administração pública federal.

§ 1º O disposto neste Decreto não se aplica ao compartilhamento de dados com os conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas e com o setor privado.

§ 2º Ficam excluídos do disposto no caput os dados protegidos por sigilo fiscal sob gestão da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia.

Art. 2º Para fins deste Decreto, considera-se:

I - atributos biográficos - dados de pessoa natural relativos aos fatos da sua vida, tais como nome civil ou social, data de nascimento, filiação, naturalidade, nacionalidade, sexo, estado civil, grupo familiar, endereço e vínculos empregatícios;

II - atributos biométricos - características biológicas e comportamentais mensuráveis da pessoa natural que podem ser coletadas para reconhecimento automatizado, tais como a palma da mão, as digitais dos dedos, a retina ou a íris dos olhos, o formato da face, a voz e a maneira de andar;

III - dados cadastrais - informações identificadoras perante os cadastros de órgãos públicos, tais como:

a) os atributos biográficos;

b) o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF;

c) o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ;

d) o Número de Identificação Social - NIS;

e) o número de inscrição no Programa de Integração Social - PIS;

f) o número de inscrição no Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - Pasep;

g) o número do Título de Eleitor;

h) a razão social, o nome fantasia e a data de constituição da pessoa jurídica, o tipo societário, a composição societária atual e histórica e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE; e

i) outros dados públicos relativos à pessoa jurídica ou à empresa individual;

IV - atributos genéticos - características hereditárias da pessoa natural, obtidas pela análise de ácidos nucleicos ou por outras análises científicas;

V - autenticidade - propriedade de que a informação foi produzida, expedida, modificada ou destruída por uma determinada pessoa natural, ou por um determinado sistema, órgão ou entidade;

VI - base integradora - base de dados que integra os atributos biográficos ou biométricos das bases temáticas;

VII - base temática - base de dados de determinada política pública que contenha dados biográficos ou biométricos que possam compor a base integradora;

VIII - compartilhamento de dados - disponibilização de dados pelo seu gestor para determinado recebedor de dados;

IX - confidencialidade - propriedade que impede que a informação fique disponível ou possa ser revelada à pessoa natural, sistema, órgão ou entidade não autorizado e não credenciado;

X - custo de compartilhamento de dados - valor dispendido para viabilizar a criação e a sustentação dos recursos tecnológicos utilizados no compartilhamento de dados;

XI - custodiante de dados - órgão ou entidade que, total ou parcialmente, zela pelo armazenamento, pela operação, pela administração e pela preservação de dados, coletados pela administração pública federal, que não lhe pertencem, mas que estão sob sua custódia;

XII - disponibilidade - propriedade de que a informação esteja acessível e utilizável sob demanda por uma pessoa natural ou determinado sistema, órgão ou entidade;

XIII - gestor de dados - órgão ou entidade responsável pela governança de determinado conjunto de dados;

XIV - gestor de plataforma de interoperabilidade - órgão ou entidade responsável pela governança de determinada plataforma de interoperabilidade;

XV - governança de dados - exercício de autoridade e controle que permite o gerenciamento de dados sob as perspectivas do compartilhamento, da arquitetura, da segurança, da qualidade, da operação e de outros aspectos tecnológicos;

XVI - informação - dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato;

XVII - integridade - propriedade de que a informação não foi modificada ou destruída de maneira não autorizada ou acidental;

XVIII - interoperabilidade - capacidade de diversos sistemas e organizações trabalharem em conjunto, de modo a garantir que pessoas, organizações e sistemas computacionais troquem dados;

XIX - item de informação - atributo referente a determinada informação que pode ser acessado em conjunto ou de forma isolada;

XX - mecanismo de compartilhamento de dados - recurso tecnológico que permite a integração e a comunicação entre aplicações e serviços do recebedor de dados e dos órgãos gestores de dados, tais como serviços web, cópia de dados, lago de dados compartilhado e plataformas de interoperabilidade;

XXI - plataforma de interoperabilidade - conjunto de ambientes e ferramentas tecnológicas, com acesso controlado, para o compartilhamento de dados da administração pública federal entre órgãos e entidades especificados no art. 1º;

XXII - recebedor de dados - órgão ou entidade que utiliza dados após ser concedida permissão de acesso pelo gestor dos dados;

XXIII - requisitos de segurança da informação e comunicações - ações que objetivam viabilizar e assegurar a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações; e

XXIV - solicitante de dados - órgão ou entidade que solicita ao gestor de dados a permissão de acesso aos dados.

Art. 3º O compartilhamento de dados pelos órgãos e entidades de que trata o art. 1º observará as seguintes diretrizes:

I - a informação do Estado será compartilhada da forma mais ampla possível, observadas as restrições legais, os requisitos de segurança da informação e comunicações e o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais;

II - o compartilhamento de dados sujeitos a sigilo implica a assunção, pelo recebedor de dados, dos deveres de sigilo e auditabilidade impostos ao custodiante dos dados;

III - os mecanismos de compartilhamento, interoperabilidade e auditabilidade devem ser desenvolvidos de forma a atender às necessidades de negócio dos órgãos e entidades de que trata o art. 1º, para facilitar a execução de políticas públicas orientadas por dados;

IV - os órgãos e entidades de que trata o art. 1º colaborarão para a redução dos custos de acesso a dados no âmbito da administração pública, inclusive, mediante o reaproveitamento de recursos de infraestrutura por múltiplos órgãos e entidades;

V - nas hipóteses em que se configure tratamento de dados pessoais, serão observados o direito à preservação da intimidade e da privacidade da pessoa natural, a proteção dos dados e as normas e os procedimentos previstos na legislação; e

VI - a coleta, o tratamento e o compartilhamento de dados por cada órgão serão realizados nos termos do disposto no art. 23 da Lei nº 13.709, de 2018.

CAPÍTULO II

DOS NÍVEIS DE COMPARTILHAMENTO DE DADOS

Art. 4º O compartilhamento de dados entre os órgãos e as entidades de que trata o art. 1º é categorizado em três níveis, de acordo com sua confidencialidade:

I - compartilhamento amplo, quando se tratar de dados públicos que não estão sujeitos a nenhuma restrição de acesso, cuja divulgação deve ser pública e garantida a qualquer interessado, na forma da legislação;

II - compartilhamento restrito, quando se tratar de dados protegidos por sigilo, nos termos da legislação, com concessão de acesso a todos os órgãos e entidades de que trata o art. 1º para a execução de políticas públicas, cujo mecanismo de compartilhamento e regras sejam simplificados e estabelecidos pelo Comitê Central de Governança de Dados; e

III - compartilhamento específico, quando se tratar de dados protegidos por sigilo, nos termos da legislação, com concessão de acesso a órgãos e entidades específicos, nas hipóteses e para os fins previstos em lei, cujo compartilhamento e regras sejam definidos pelo gestor de dados.

§ 1º A categorização do nível de compartilhamento será feita pelo gestor de dados, com base na legislação.

§ 2º A categorização do nível de compartilhamento será detalhada de forma a tornar clara a situação de cada item de informação.

§ 3º A categorização do nível de compartilhamento como restrito ou específico será publicada pelo respectivo gestor de dados no prazo de noventa dias, contado da data de publicação das regras de compartilhamento de que trata o art. 31.

§ 4º A categorização do nível de compartilhamento como restrito e específico especificará o conjunto de bases de dados por ele administrado com restrições de acesso e as respectivas motivações.

§ 5º A categorização do nível de compartilhamento, na hipótese de ainda não ter sido feita, será realizada pelo gestor de dados quando responder a solicitação de permissão de acesso ao dado.

§ 6º A categorização do nível de compartilhamento será revista a cada cinco anos, contados da data de publicação deste Decreto ou sempre que identificadas alterações nas diretrizes que ensejaram a sua categorização.

§ 7º Os órgãos e entidades de que trata o art. 1º priorizarão a categoria de compartilhamento de dados de maior abertura, em compatibilidade com as diretrizes de acesso a informação previstas na legislação.

CAPÍTULO III

DAS REGRAS GERAIS DE COMPARTILHAMENTO DE DADOS

Seção I

Das disposições gerais para o compartilhamento de dados

Art. 5º Fica dispensada a celebração de convênio, acordo de cooperação técnica ou instrumentos congêneres para a efetivação do compartilhamento de dados entre os órgãos e as entidades de que trata o art. 1º, observadas as diretrizes do art. 3º e o disposto na Lei nº 13.709, de 2018.

Art. 6º Na hipótese de o mecanismo de compartilhamento de dados fornecido pelo custodiante de dados ser inadequado ao solicitante de dados, independentemente da categorização do nível de compartilhamento, o recebedor de dados arcará com os eventuais custos de operacionalização, quando houver, exceto disposição contrária prevista em lei, regulamento ou acordo entre as entidades ou os órgãos envolvidos, sem prejuízo do disposto no art. 4º.

Parágrafo único. O disposto no caput se limitará aos custos de operacionalização do compartilhamento dos dados e não acarretará ganhos ou benefícios de ordem financeira ou econômica para o órgão gestor de dados.

Art. 7º As plataformas de interoperabilidade contemplarão os requisitos de sigilo, confidencialidade, gestão, auditabilidade e segurança da informação necessários ao compartilhamento de dados, conforme regras estabelecidas pelo Comitê Central de Governança de Dados.

Parágrafo único. As ferramentas de gestão da plataforma de interoperabilidade incluirão meios para que o gestor de dados tenha conhecimento sobre o controle de acesso e o consumo dos dados.

Art. 8º Os custodiantes de dados disponibilizarão aos órgãos e às entidades de que trata o art. 1º os dados de compartilhamento amplo e restrito hospedados em suas infraestruturas tecnológicas, por meio das plataformas de interoperabilidade, condicionado à existência de solicitação de interoperabilidade e à ciência ao gestor dos dados.

Parágrafo único. O compartilhamento de dados de que trata ocaputsó ocorrerá após a categorização do dado pelo seu gestor.

Art. 9º Atendidos os critérios necessários ao compartilhamento, o acesso aos dados ocorrerá no prazo de trinta dias, contado da data da solicitação.

Art. 10. Os gestores de dados divulgarão os compartilhamentos de seus dados.

Parágrafo único. O Comitê Central de Governança de Dados definirá os procedimentos para o atendimento ao disposto no caput.

Seção II

Do compartilhamento amplo de dados

Art. 11. O compartilhamento amplo de dados dispensa autorização prévia pelo gestor de dados e será realizado pelos canais existentes para dados abertos e para transparência ativa, na forma da legislação.

§ 1º Na hipótese de o dado de compartilhamento amplo de que trata o caput não estar disponível em formato aberto, o solicitante de dados poderá requerer sua abertura junto ao gestor de dados.

§ 2º Na hipótese prevista no § 1º, o gestor de dados poderá condicionar a abertura ao pagamento, pelo solicitante de dados, de custos adicionais, quando estes forem desproporcionais e não previstos pelo órgão gestor de dados nos termos da legislação.

§ 3º A Controladoria-Geral da União e o Comitê Interministerial de Governança, de que trata o Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017, poderão recomendar, quando econômica e operacionalmente viável, a abertura dos dados de compartilhamento amplo em transparência ativa.

§ 4º Os solicitantes e recebedores de dados adotarão medidas para manter a integridade e a autenticidade das informações recebidas.

§ 5º Os dados de compartilhamento amplo serão catalogados no Portal Brasileiro de Dados Abertos em formato aberto.

Seção III

Do compartilhamento restrito de dados

Art. 12. O compartilhamento restrito de dados pelos gestores de dados ocorrerá com base nas regras estabelecidas pelo Comitê Central de Governança de Dados.

§ 1º Os solicitantes e recebedores de dados, para ter acesso a dados por compartilhamento restrito, se responsabilizarão por implementar e seguir as regras de sigilo e de segurança da informação estabelecidas pelo Comitê Central de Governança de Dados e, adicionalmente, na hipótese de dados disponíveis em uma das plataformas de interoperabilidade, pelo respectivo gestor.

§ 2º Os dados de compartilhamento restrito que possuam, no âmbito do gestor de dados, nível de segurança da informação superior ao definido pelo Comitê Central de Governança de Dados poderão ser categorizados como de compartilhamento específico.

§ 3º Na hipótese de que trata o § 2º, o gestor de dados comunicará ao Comitê Central de Governança de Dados a categorização atribuída e suas justificativas.

§ 4º Os dados recebidos por compartilhamento restrito poderão ser retransmitidos ou compartilhados com outros órgãos ou entidades que comprovem a necessidade de acesso, exceto se proibido expressamente na autorização concedida pelo gestor de dados ou se houver posterior revogação da permissão desse, mediante fundamentação, nas duas hipóteses.

Art. 13. O órgão interessado poderá solicitar o acesso aos dados compartilhados no nível restrito diretamente ao gestor de plataforma de interoperabilidade, quando estiverem disponíveis em plataformas de interoperabilidade.

Seção IV

Do compartilhamento específico de dados

Art. 14. O compartilhamento específico de dados está condicionado:

I - à concessão de permissão de acesso pelo gestor de dados; e

II - ao atendimento dos requisitos definidos pelo gestor de dados como condição para o compartilhamento.

§ 1º Os requisitos exigidos pelo gestor de dados de que trata o inciso II do caput serão compatíveis com aqueles adotados internamente pelo próprio gestor de dados no tratamento da mesma informação.

§ 2º Os dados recebidos por compartilhamento específico não serão retransmitidos ou compartilhados com outros órgãos ou entidades, exceto quando previsto expressamente na autorização concedida pelo gestor de dados ou se houver posterior permissão desse.

Art. 15. O órgão interessado em acessar dados sujeitos a compartilhamento específico enviará a solicitação de permissão de compartilhamento para o gestor de dados, observadas as normas, as condições e os requisitos de acesso por ele definidos, nos termos do inciso III do caput do art. 4º, e deverá fundamentar o pedido e especificar os dados solicitados no maior nível de detalhamento possível.

§ 1º A Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia prestará apoio consultivo aos solicitantes de dados para a formulação da solicitação de permissão de compartilhamento.

§ 2º O gestor de dados se manifestará quanto à solicitação de que trata o caput no prazo de trinta dias, contado da data do recebimento da solicitação.

§ 3º O recebedor de dados por compartilhamento específico é responsável por implementar e seguir as regras de segurança da informação estabelecidas pelo gestor de dados de compartilhamento específico, conforme o disposto no inciso III do caput do art. 4º.

CAPÍTULO IV

DO CADASTRO BASE DO CIDADÃO

Art. 16. Fica instituído o Cadastro Base do Cidadão com a finalidade de:

I - aprimorar a gestão de políticas públicas;

II - aumentar a confiabilidade dos cadastros de cidadãos existentes na administração pública, por meio de mecanismos de manutenção da integridade das bases de dados para torná-las qualificadas e consistentes;

III - viabilizar a criação de meio unificado de identificação do cidadão para a prestação de serviços públicos;

IV - disponibilizar uma interface unificada de atualização cadastral, suportada por soluções tecnológicas interoperáveis das entidades e órgãos públicos participantes do cadastro;

V - facilitar o compartilhamento de dados cadastrais do cidadão entre os órgãos da administração pública; e

VI - realizar o cruzamento de informações das bases de dados cadastrais oficiais a partir do número de inscrição do cidadão no CPF.

Art. 17. O Cadastro Base do Cidadão será composto pela base integradora e pelos componentes de interoperabilidade necessários ao intercâmbio de dados dessa base com as bases temáticas, e servirá como base de referência de informações sobre cidadãos para os órgãos e entidades do Poder Executivo federal.

Parágrafo único. A interoperabilidade de que trata o caput observará a legislação e as recomendações técnicas estabelecidas pelo Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação - Sisp do Poder Executivo federal, e, ainda, as recomendações do Comitê Central de Governança de Dados.

Art. 18. A base integradora será, inicialmente, disponibilizada com os dados biográficos que constam da base temática do CPF.

§ 1º Os atributos biográficos e cadastrais que inicialmente comporão a base integradora serão, no mínimo, os seguintes:

I - número de inscrição no CPF;

II - situação cadastral no CPF;

III - nome completo;

IV - nome social;

V - data de nascimento;

VI - sexo;

VII - filiação;

VIII - nacionalidade;

IX - naturalidade;

X - indicador de óbito;

XI - data de óbito, quando cabível; e

XII - data da inscrição ou da última alteração no CPF.

§ 2º A base integradora será acrescida de outros dados, provenientes de bases temáticas, por meio do número de inscrição do CPF, atributo chave para a consolidação inequívoca dos atributos biográficos, biométricos e cadastrais.

§ 3º O Comitê Central de Governança de Dados estabelecerá solução temporária caso ocorra a impossibilidade momentânea de consolidação de dados das bases temáticas por meio do número de inscrição do CPF.

§ 4º As bases temáticas serão atualizadas e mantidas com relacionamento unívoco em relação à base integradora.

§ 5º As bases temáticas serão atualizadas, inclusive quanto aos atributos provenientes de outras bases com as quais aquela se integra ou venha a se integrar, e enviadas periodicamente à base integradora.

§ 6º Excetuam-se do disposto no § 2º os atributos genéticos.

Art. 19. Compete à Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia:

I - adotar as medidas necessárias para viabilizar a implantação, a operação e o monitoramento do Cadastro Base do Cidadão;

II - propor ao Comitê Central de Governança de Dados a política de governança de dados do Cadastro Base do Cidadão;

III - orientar os órgãos responsáveis por bases temáticas no processo de atualização dos dados do Cadastro Base do Cidadão; e

IV - arcar com os custos de implantação do Cadastro Base do Cidadão, incluídos os custos de criação e atualização da base integradora e excluídos os custos inerentes aos processos exclusivos de manutenção e atualização das bases temáticas.

Art. 20. É responsabilidade das entidades e órgãos públicos os custos de adaptação de suas bases temáticas para viabilizar a interoperabilidade com a base integradora.

Parágrafo único. A Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, em casos específicos, poderá arcar, a seu critério, total ou parcialmente, com os custos de execução das atividades previstas no caput.

CAPÍTULO V

DO COMITÊ CENTRAL DE GOVERNANÇA DE DADOS

Seção I

Das competências

Art. 21. Fica instituído o Comitê Central de Governança de Dados, a quem compete deliberar sobre:

I - as orientações e as diretrizes para a categorização de compartilhamento amplo, restrito e específico, e a forma e o meio de publicação dessa categorização, observada a legislação pertinente, referente à proteção de dados pessoais;

II - as regras e os parâmetros para o compartilhamento restrito, incluídos os padrões relativos à preservação do sigilo e da segurança;

III - a compatibilidade entre as políticas de segurança da informação e as comunicações efetuadas pelos órgãos e entidades de que trata o art. 1º, no âmbito das atividades relativas ao compartilhamento de dados;

IV - a forma de avaliação da integridade, da qualidade e da consistência de bases de dados derivadas da integração de diferentes bases com o Cadastro Base do Cidadão;

V - as controvérsias sobre a validade das informações cadastrais e as regras de prevalência entre eventuais registros administrativos conflitantes, quando ocorrer o cruzamento de informações entre bases de dados do Cadastro Base do Cidadão;

VI - as orientações e as diretrizes para a integração dos órgãos e das entidades de que trata o art. 1º com o Cadastro Base do Cidadão;

VII - a inclusão, na base integradora do Cadastro Base do Cidadão, de novos dados provenientes das bases temáticas, considerada a eficiência técnica e a economicidade;

VIII - a escolha e aprovação das bases temáticas que serão integradas ao Cadastro Base do Cidadão e a definição do cronograma de integração, em comum acordo com os gestores de dados;

IX - as propostas relativas à estratégia para viabilizar, econômica e financeiramente, o Cadastro Base do Cidadão no âmbito do setor público;

X - a instituição de subcomitês técnicos permanentes ou temporários, para assessorá-lo em suas atividades;

XI - a instituição de outros cadastros base de referência do setor público de uso obrigatório pelos órgãos e entidades de que trata o art. 1º; e

XII - seu regimento interno.

§ 1º Para fins do disposto no caput, o Comitê Central de Governança de Dados observará as deliberações da Comissão Mista de Reavaliação de Informações, de que trata a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a respeito do acesso público a dados e informações.

§ 2º O Comitê Central de Governança de Dados poderá consultar o Comitê Interministerial de Governança em casos considerados estratégicos.

§ 3º Os subcomitês técnicos de que trata o inciso X do caput:

I - serão instituídos e compostos na forma de ato do Comitê;

II - não poderão ter mais de sete membros;

III - na hipótese de serem temporários, terão duração não superior a um ano; e

IV - estão limitados a quatro operando simultaneamente.

§ 4º A Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia poderá consultar o Comitê Central de Governança de Dados sobre questões relativas a políticas e diretrizes de governança de dados para a administração pública direta, autárquica e fundacional.

Seção II

Da composição

Art. 22. O Comitê Central de Governança de Dados é composto por representantes dos seguintes órgãos e entidade:

I - dois do Ministério da Economia, dentre os quais um da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, que o presidirá, e um da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil;

II - um da Casa Civil da Presidência da República;

III - um da Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção da Controladoria-Geral da União;

IV - um da Secretaria Especial de Modernização do Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República;

V - um da Advocacia-Geral da União; e

VI - um do Instituto Nacional do Seguro Social.

§ 1º Cada membro do Comitê terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º Os membros do Comitê e respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos ou da entidade que representam e designados pelo Ministro de Estado da Economia.

Art. 23. O Comitê Central de Governança de Dados se reunirá, em caráter ordinário, a cada dois meses, e, em caráter extraordinário, sempre que convocado por seu Presidente ou por solicitação de um de seus membros.

§ 1º O quórum de reunião do Comitê é de dois terços de seus membros e o quórum de aprovação é por consenso.

§ 2º O Comitê Central de Governança de Dados deliberará por meio de resoluções, que serão publicadas pela Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

§ 3º Qualquer membro do Comitê Central de Governança de Dados poderá convidar especialistas para participar de suas reuniões, sem direito a voto.

§ 4º Os membros do Comitê Central de Governança de Dados que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente e os membros que se encontrem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência.

Art. 24. A Secretaria-Executiva do Comitê será exercida pela Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, a quem compete:

I - organizar as reuniões do Comitê e sua respectiva pauta; e

II - monitorar e reportar ao Comitê a implementação de suas resoluções.

Art. 25. A participação no Comitê e nos subcomitês técnicos será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 26. As controvérsias no compartilhamento de dados entre órgãos e entidades públicas federais solicitantes de dados e o gestor de dados serão decididas pelo Comitê Central de Governança de Dados.

§ 1º As resoluções do Comitê Central de Governança de Dados a respeito de controvérsias observarão as normas que protegem os dados objeto da controvérsia.

§ 2º Para fins do disposto no caput, o Comitê Central de Governança de Dados poderá consultar o Comitê Interministerial de Governança.

§ 3º O Comitê Central de Governança de Dados atuará de forma a buscar a composição de interesses entre as partes envolvidas na solução das controvérsias que lhe forem encaminhadas e se manifestará por meio de resolução.

§ 4º A revisão da categorização dos níveis de compartilhamentos de dados pelo Comitê Central de Governança de Dados será de ofício, com a anuência do Comitê Interministerial de Governança, ou mediante provocação do solicitante de dados.

§ 5º A Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, na qualidade de Secretaria-Executiva do Comitê Central de Governança de Dados, poderá responder diretamente ao solicitante de dados, se houver resolução anterior sobre o mesmo pleito.

Art. 27. A Advocacia-Geral da União, na hipótese de controvérsia a respeito da abrangência, do enquadramento ou do instituto jurídico aplicável a temas inerentes à governança e ao compartilhamento de dados, inclusive sobre os níveis de compartilhamento, quando aplicáveis limitações em razão de sigilo legal, poderá assessorar os órgãos e entidades de que trata o art. 1º e fixar-lhes, por meio de parecer jurídico, a interpretação a ser seguida.

Art. 28. A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia disponibilizará aos órgãos interessados os seguintes dados não protegidos por sigilo fiscal:

I - informações constantes da declaração de operações imobiliárias relativas à existência de bem imóvel, localização do ato registral, números de inscrição e respectivas situações cadastrais no CPF e no CNPJ das partes envolvidas na operação;

II - informações constantes da declaração do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural relativas à existência de bem imóvel;

III - informações referentes a registros de natureza pública ou de conhecimento público constantes de nota fiscal;

IV - informações sobre parcelamento e moratória de natureza global dos débitos por ela administrados;

V - informações sobre débitos de pessoas jurídicas de direito público; e

VI - demais informações de natureza pública constantes das bases de dados sob sua gestão.

Art. 29. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional disponibilizará aos órgãos interessados os seguintes dados não protegidos por sigilo fiscal:

I - dados constantes do termo de inscrição na dívida ativa da União e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

II - informações sobre parcelamento e moratória de natureza global dos débitos inscritos em Dívida Ativa da União;

III - informações sobre débitos inscritos em dívida ativa da União, incluídos os de pessoas jurídicas de direito público e aqueles em fase de execução fiscal; e

IV - demais informações de natureza pública constantes das bases de dados sob a sua gestão.

Art. 30. A Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia poderá expedir normas complementares para execução deste Decreto, observadas as competências do Comitê Central de Governança de Dados e as normas referentes ao acesso à informação.

§ 1º Os órgãos e entidades de que trata o art. 1º publicarão catálogo dos dados sob sua gestão e informarão os compartilhamentos vigentes.

§ 2º A Secretaria de Governo Digital da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia definirá os procedimentos para a criação do catálogo de que trata o § 1º.

Art. 31. Ato do Comitê Central de Governança de Dados estabelecerá as regras de compartilhamento e segurança, no prazo de noventa dias, contado da data de publicação deste Decreto.

§ 1º A categorização de compartilhamento restrito poderá ser usada somente após a edição do ato de que trata o caput.

§ 2º Os compartilhamentos de dados públicos serão categorizados como amplos e aqueles protegidos por norma serão categorizados como específicos até que seja editado o ato de que trata o caput.

Art. 32. Os acordos, os convênios e demais instrumentos de compartilhamento de dados estabelecidos voluntariamente entre os órgãos e as entidades de que trata o art. 1º permanecem vigentes, pelos prazos neles estabelecidos.

Art. 33. Os primeiros membros do Comitê Central de Governança de Dados serão indicados no prazo de quinze dias, contado da data de publicação deste Decreto.

Parágrafo único. A primeira reunião ordinária do Comitê Central de Governança de Dados ocorrerá no prazo de trinta dias, contado da data de publicação deste Decreto

Art. 34. Fica revogado o Decreto nº 8.789, de 29 de junho de 2016.

Art. 35. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de outubro de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

**JAIR MESSIAS BOLSONARO**

Paulo Guedes

**DECRETO Nº 10.139, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2019.**

*Dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto.*

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 84,caput, incisos IV e VI, alínea "a", da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998,

D E C R E T A :

**Objeto e âmbito de aplicação**

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a decreto editados por órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

§ 1º O disposto neste Decreto aplica-se a:

I - portarias;

II - resoluções;

III - instruções normativas;

IV - ofícios e avisos;

V - orientações normativas;

VI - diretrizes;

VII - recomendações;

VIII - despachos de aprovação; e

IX - qualquer outro ato inferior a decreto com conteúdo normativo.

§ 2º O disposto neste Decreto não se aplica a:

I - atos cujo destinatário, pessoa natural ou jurídica, esteja nominalmente identificado; e

II - recomendações ou diretrizes cujo não atendimento não implique aos destinatários consequências jurídicas, efetivas ou potenciais.

**Espécies admitidas de atos normativos futuros**

Art. 2º A partir da entrada em vigor deste Decreto os atos normativos inferiores a decreto serão editados sob a forma de:

I - portarias - atos normativos editados por uma ou mais autoridades singulares;

II - resoluções - atos normativos editados por colegiados; ou

III - instruções normativas - atos normativos que, sem inovar, orientem a execução das normas vigentes pelos agentes públicos.

Parágrafo único. **(Revogado pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

§ 1º O disposto no **caput** não afasta a possibilidade de:**(Incluído pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

I - uso excepcional de outras denominações de atos normativos por força de exigência legal; **(Incluído pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

II - edição de portarias, resoluções ou instruções normativas conjuntas; ou**(Incluído pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

III - edição de portarias de pessoal. **(Incluído pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

§ 2º  As portarias de pessoal são os atos referentes a agentes públicos nominalmente identificados. (NR) **(Incluído pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

**Numeração de atos normativos**

Art. 3º As portarias, as resoluções e as instruções normativas terão numeração sequencial em continuidade às séries em curso quando da entrada em vigor deste Decreto. **(Redação dada pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

§ 1º Na hipótese de fusão ou de divisão de órgãos, entidades ou unidades administrativas, será admitido reiniciar a sequência numérica ou adotar a sequência de um dos órgãos, entidades ou unidades administrativas de origem.

§ 2º A mera alteração de órgão ou entidade de vinculação da unidade administrativa não acarretará reinício da sequência numérica.

§ 3º As portarias de pessoal terão numeração sequencial distinta, que se reiniciará a cada ano, e não conterão ementa.(NR). **(Incluído pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

**Estrutura, articulação, redação e formatação (Incluído pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

Art. 3º-A.  Os atos normativos inferiores a decreto seguirão os padrões de estrutura, articulação, redação e formatação estabelecidos no Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017. (NR) **(Incluído pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

**Epígrafe**

**(Incluído pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

Art. 3º-B  A epígrafe dos atos normativos inferiores a decreto será constituída pelos seguintes elementos, nesta ordem: **(Incluído elo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

I - título designativo da espécie normativa; **(Incluído pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

II - sigla: **(Incluído pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

a) do órgão ou da entidade; ou**(Incluído pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

b) da unidade da autoridade signatária, seguida da sigla do órgão ou da entidade a que se vincula; ou **(Incluído pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

c) da unidade imediata da autoridade signatária, seguida da sigla da unidade superior daquela autoridade, e da sigla do órgão ou da entidade a que se vinculam; **(Incluído pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

III - numeração sequencial, observado o disposto no art. 3º; e**(Incluído pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

IV - data de assinatura. **(Incluído pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

Parágrafo único.  As siglas empregadas serão aquelas utilizadas no Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal - SIORG. (NR) **(Incluído pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

**Publicação, vigência e produção de efeitos do ato**

Art. 4º Os atos normativos estabelecerão data certa para a sua entrada em vigor e para a sua produção de efeitos:

I - de, no mínimo, uma semana após a data de sua publicação; e

II - sempre no primeiro dia do mês ou em seu primeiro dia útil.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às hipóteses de urgência justificada no expediente administrativo.

**Instituição da revisão e consolidação de atos normativos**

Art. 5º Fica determinada a revisão e a consolidação de todos os atos normativos inferiores a decreto.

**Competência para revisar e consolidar**

Art. 6º A competência para revisar e consolidar atos normativos é:

I - do órgão ou da entidade que os editou;

II - do órgão ou da entidade que assumiu as competências do órgão ou da entidade extinto que os editou; ou

III - do órgão ou da entidade com competência sobre a matéria de fundo, quando não for possível identificar o órgão ou a entidade responsável, na forma prevista no inciso II.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto neste artigo para identificar os órgãos e as entidades responsáveis por:

I - interagir e realizar os trabalhos de revisão e de consolidação de atos normativos conjuntos; e

I - revogar atos normativos.

**Conteúdo da revisão de atos**

Art. 7º A revisão de atos resultará:

I - na revogação expressa do ato;

II - na revisão e na edição de ato consolidado sobre a matéria com revogação expressa dos atos anteriores; ou

III - na conclusão quanto ao atendimento pelo ato vigente das regras de consolidação e do disposto no parágrafo único do art. 13.

§ 1º A consolidação a que se refere o inciso II do caput consistirá na reunião dos atos normativos sobre determinada matéria em diploma legal único, com a revogação expressa dos atos normativos incorporadas à consolidação.

§ 2º A denominação diversa dos atos normativos sobre a mesma matéria não afasta a obrigação de sua consolidação em um único ato.

**Revogação expressa de atos**

Art. 8º É obrigatória a revogação expressa de normas:

I - já revogadas tacitamente;

II - cujos efeitos tenham se exaurido no tempo; e

III - vigentes, cuja necessidade ou cujo significado não pôde ser identificado.

**Procedimentos de consolidação**

Art. 9º A consolidação incluirá a melhora da técnica legislativa do ato, inclusive com:

I - introdução de novas divisões do texto legal básico;

II - fusão de dispositivos repetitivos ou de valor normativo idêntico;

III - atualização da denominação de órgãos e de entidades da administração pública federal;

IV - atualização de termos e de linguagem antiquados;

V - eliminação de ambiguidades;

VI - homogeneização terminológica do texto; e

VII - supressão dos dispositivos de que trata o art. 8º.

**Competência interna para revisar e consolidar**

Art. 10. Compete aos titulares dos órgãos e das entidades definir as competências e o detalhamento dos procedimentos para os trabalhos de revisão e consolidação.

§ 1º Cabe ao titular do órgão ou da entidade designar servidor para monitorar os trabalhos de revisão e de consolidação normativa em todas as unidades do órgão ou da entidade.

§ 2º É obrigatória a participação da unidade jurídica do órgão ou da entidade nos trabalhos de revisão e de consolidação de atos normativos de competência de Ministro de Estado ou de colegiado do qual o Ministro de Estado participe.

**Fases da revisão e da consolidação**

Art. 11. A revisão e a consolidação terão as seguintes fases:

I - triagem;

II - exame; e

III - consolidação ou revogação.

**Divulgação dos trabalhos de revisão**

Art. 12. Os órgãos e as entidades publicarão, por meio de portaria de seu dirigente máximo, até 30 de setembro de 2020, a listagem completa dos atos normativos inferiores a decreto vigentes. **(Redação dada pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**.

Parágrafo único. A divulgação, na forma prevista no caput, não obriga a apresentação simultânea de resultados de revisão e de consolidação.

**Exame**

Art. 13. O exame consiste em analisar e adequar os atos normativos inferiores a decretos para separá-los por pertinência temática.

Parágrafo único. Na fase de exame, os órgãos e as entidades verificarão se a forma dos atos classificados como vigentes na fase da triagem observam, quanto à técnica de elaboração, redação e alteração de atos normativos:

I - as disposições do Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017;

II - as disposições sobre elaboração normativa, em especial aquelas previstas na:

a) Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998;

b) Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

c) Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018; e

d) Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019; e

III - a isonomia, a prospectividade, a controlabilidade, a razoabilidade e a proporcionalidade.

**Prazos para revisão e consolidação**

Art. 14. O órgão ou a entidade a que se refere o **caput** do art. 1º estabelecerá prazos, por meio de portaria de seu dirigente máximo, para a publicação das normas revisadas e consolidadas no Diário Oficial da União, cujos atos serão divididos em etapas específicas, observados os seguintes prazos: **(Redação dada pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

I - primeira etapa- até 30 de novembro de 2020; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

II - segunda etapa - até 26 de fevereiro de 2021; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

III - terceira etapa - até 31 de maio de 2021; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

IV - quarta etapa - até 31 de agosto de 2021; e**(Redação dada pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

V - quinta etapa - até 30 de novembro de 2021. (NR) **(Redação dada pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

**Divulgação das fases de revisão e de consolidação**

Art. 15. Para fins de divulgação das entregas de cada etapa de revisão e de consolidação no portal eletrônico gov.br, o órgão ou a entidade a que se refere o **caput** do art. 1º encaminhará, até as datas de que trata o art. 14, à Secretaria Especial de Modernização do Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República o quantitativo total de: **(Redação dada pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

I - atos vigentes ou não expressamente revogados incluídos naquela etapa de consolidação; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

II - atos expressamente revogados após o exame; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

III - atos revisados e considerados vigentes ao final daquela etapa de consolidação; e **(Redação dada pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

IV -  atos consolidados naquela etapa.” (NR) **(Redação dada pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

Parágrafo único. **(Revogado pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

**Divulgação dos atos normativos na internet**

Art. 16. Os órgãos e as entidades divulgarão todos os seus atos normativos no portal eletrônico gov.br. **(Redação dada pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

§ 1º Os atos normativos serão divulgados:

I - com registro no corpo do ato das alterações realizadas por normas esparsas, das revogações de dispositivos e das suspensões ou das invalidações por determinação judicial com efeito erga omnes;

II - em padrão linguagem de marcação de hipertexto;

III - em endereço de acesso permanente e único por ato; e

IV - em sítio eletrônico que abranja todos os atos do órgão ou da entidade.

§ 2º O prazo para divulgação, na forma prevista neste artigo, de registro no corpo do ato das alterações de que trata o inciso I do § 1º é de um dia útil, contado da data da entrada em vigor do ato normativo e, na hipótese de suspensão ou de invalidação do ato normativo por determinação judicial, de cinco dias úteis, contado da data da comunicação do órgão ou da entidade. **(Redação dada pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

§ 3º Todos os órgãos e entidades divulgarão diariamente ementário com as normas publicadas no Diário Oficial da União.

§ 4º A Subchefia para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República disporá sobre as normas complementares para a divulgação de que trata este artigo de modo uniforme e centralizado pelos órgãos e pelas entidades da administração pública federal.

**Requerimento de revisão e de consolidação**

Art. 17. Qualquer pessoa poderá requerer a:

I - divulgação de atos normativos no portal eletrônico gov.br pelo órgão ou pela entidade; **(Redação dada pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

II - inclusão de ato normativo em consolidação normativa; e

III - adaptação de ato normativo que esteja em desacordo com as normas previstas neste Decreto.

Parágrafo único. O requerimento de que trata o caput será realizado, preferencialmente, por meio de formulário de sugestão disponível no Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo federal - e-Ouv.

**Não cumprimento das normas previstas neste Decreto**

Art. 18. A não consolidação do ato normativo tem como consequência a vedação aos agentes públicos:

I - de aplicação de multa por conduta ilícita tipificada apenas na norma não consolidada; e

II - de negativa de seguimento ou de indeferimento de requerimento administrativo fundada, exclusivamente, no não cumprimento de exigência constante apenas de norma não consolidada.

§ 1º Se, após notificado da irregularidade, o infrator não regularizar a situação no prazo de um mês, deixará de ser aplicado o disposto no inciso I do caput.

§ 2º Ressalvado o disposto no caput, a mera violação de regra, diretriz ou procedimento deste Decreto não constitui escusa válida para o descumprimento da norma.

**Futuras revisões e consolidações**

Art. 19. É obrigatória a manutenção da consolidação normativa por meio da:

I - realização de alteração na norma consolidada cada vez que novo ato com temática aderente a ela for editado; e

II - repetição dos procedimentos de revisão e consolidação normativa previstos neste Decreto no início do primeiro ano de cada mandato presidencial com término até o segundo ano do mandato presidencial.

**Disposições transitórias**

Art. 20. **(Revogado pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

Art. 21. Os órgãos e as entidades da administração pública federal terão até 1º de dezembro de 2021 para se adequar ao disposto no art. 16. (NR) **(Redação dada pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

Art. 22. O disposto no **caput** do art. 18 somente produzirá efeitos a partir de 1º de dezembro de 2021. (NR) **(Redação dada pelo Decreto nº 10.437, de 22.7.2020)**

**Vigência**

Art. 23. Este Decreto entra em vigor em 3 de fevereiro de 2020.

Brasília, 28 de novembro de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

**JAIR MESSIAS BOLSONARO**

*Paulo Guedes*

*Jorge Antonio de Oliveira Francisco*

**DECRETO Nº 10.193, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2019.**

*Estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens no âmbito do Poder Executivo federal.*

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, caput, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

**Objeto e âmbito de aplicação**

Art. 1º Este Decreto estabelece limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens no âmbito do Poder Executivo federal.

Parágrafo único. O disposto neste Decreto:

I - aplica-se aos órgãos, às entidades e aos fundos do Poder Executivo federal integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e

II - não se aplica às agências reguladoras, definidas pela Lei nº 13.848, de 25 de junho de 2019.

Art. 2º O Ministro de Estado da Economia poderá:

I - estabelecer anualmente os limites e os critérios da despesa anual a ser empenhada com a contratação de bens e serviços e a concessão de diárias e passagens; e

II - alterar ou atualizar os valores estabelecidos neste Decreto.

CAPÍTULO II

DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

**Atividades de custeio**

Art. 3º A celebração de novos contratos administrativos e a prorrogação de contratos administrativos em vigor relativos a atividades de custeio serão autorizadas em ato do Ministro de Estado ou do titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República.

§ 1º Para os contratos de qualquer valor, a competência de que trata o caput poderá ser delegada às seguintes autoridades, permitida a subdelegação na forma do § 2º:

I - titulares de cargos de natureza especial;

II - dirigentes máximos das unidades diretamente subordinadas aos Ministros de Estado; e

III - dirigentes máximos das entidades vinculadas.

§ 2º Para os contratos com valor inferior a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada aos subsecretários de planejamento, orçamento e administração ou à autoridade equivalente, permitida a subdelegação nos termos do disposto no § 3º.

§ 3º Para os contratos com valor igual ou inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada aos coordenadores ou aos chefes das unidades administrativas dos órgãos ou das entidades, vedada a subdelegação.

CAPÍTULO III

DOS CONTRATOS DE IMÓVEIS

**Contratos para aquisição, locação, nova construção ou ampliação de imóvel**

Art. 4º Nos contratos para aquisição, locação, nova construção ou ampliação de imóvel, a área útil para o trabalho individual a ser utilizada por servidor, empregado, militar ou terceirizado que exerça suas atividades no imóvel será estabelecida em ato da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União da Secretaria Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia.

§ 1º O disposto no caput se aplica à hipótese de utilização do imóvel por mais de um órgão ou entidade.

§ 2º Para aquisição ou locação de imóvel será considerada a natureza da atividade exercida pelo órgão ou pela entidade, cujas necessidades de instalação e de localização devem condicionar a escolha.

**Contratos de locação**

Art. 5º A celebração de contratos de locação de imóvel e a prorrogação dos contratos de locação em vigor, com valor igual ou superior a R$ 10.000,00 (dez mil reais) por mês, serão autorizadas por ato do Ministro de Estado, do titular de cargos de natureza especial ou do titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República, vedada a delegação de competência.

Art. 6º Os procedimentos de seleção de imóveis para locação serão estabelecidos em ato do Secretário de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia.

CAPÍTULO IV

DA CONCESSÃO DE DIÁRIAS E PASSAGENS

**Concessão**

Art. 7º A concessão de diárias e passagens aos servidores, aos militares, aos empregados públicos ou aos colaboradores eventuais será autorizada pelo Ministro de Estado ou pelo titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República, permitida a delegação:

I - aos titulares de cargos de natureza especial;

II - aos dirigentes máximos das unidades diretamente subordinadas aos Ministros de Estado;

III - aos dirigentes máximos das entidades vinculadas;

IV - aos titulares de cargo em comissão ou função de confiança de nível igual ou superior a 5 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS;

V - aos chefes de gabinete dos titulares de cargos de natureza especial; e

VI - aos chefes das unidades administrativas dos órgãos ou das entidades.

Autorizações excepcionais

Art. 8º Os Ministros de Estado e os titulares dos órgãos diretamente subordinados ao Presidente da República autorizarão despesas com diárias e passagens de servidores, de militares, de empregados públicos e de colaboradores eventuais nas hipóteses de deslocamentos:

I - por período superior a cinco dias contínuos;

II - em quantidade superior a trinta diárias intercaladas por pessoa no ano;

III - de mais de cinco pessoas para o mesmo evento;

IV - que envolvam o pagamento de diárias nos finais de semana;

V - com prazo de antecedência inferior a quinze dias da data de partida; e

VI - para o exterior com ônus.

Parágrafo único. A competência de que trata o caput poderá ser delegada aos dirigentes indicados nos incisos I a V do caput do art. 7º, vedada a subdelegação.

Art. 9º As autorizações para despesas com diárias e passagens poderão ser confidencialmente, quando envolverem operações policiais, de fiscalização ou atividades de caráter sigiloso, garantido o levantamento do sigilo após o encerramento da operação ou do deslocamento.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. O Ministério da Economia poderá editar normas complementares para o cumprimento do disposto neste Decreto.

**Revogação**

Art. 11. Ficam revogados:

I - o Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012;

II - o Decreto nº 7.930, de 18 de fevereiro de 2013;

III - o Decreto nº 8.056, de 25 de julho de 2013;

IV - o Decreto nº 8.755, de 10 de maio de 2016;

V - o art. 5º do Decreto nº 9.046, de 5 de maio de 2017;

VI - o Decreto nº 9.189, de 1º de novembro de 2017;

VII - o art. 3º e o art. 5º do Decreto nº 9.533, de 17 de outubro de 2018;

VIII - o Decreto nº 9.712, de 21 de fevereiro de 2019; e

IX - o art. 6º do Decreto nº 9.786, de 8 de maio de 2019.

**Vigência**

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 27 de dezembro de 2019; 198º da Independência e 131º da República.

**JAIR MESSIAS BOLSONARO**

*Paulo Guedes*

**DECRETO Nº 10.382, DE 28 DE MAIO DE 2020.**

*Institui o Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, altera o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, que estabelece medidas de eficiência organizacional para o aprimoramento da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, estabelece normas sobre concursos públicos e dispõe sobre o Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal, e remaneja, em caráter temporário, Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE para o Ministério da Economia.*

O **PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84,caput, inciso VI, alínea "a", da Constituição,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Gestão Estratégica e Transformação do Estado - TransformaGov, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

Parágrafo único. O disposto neste Decreto se aplica às instituições federais de ensino que aderirem expressamente ao TransformaGov.

Art. 2º O TransformaGov tem por finalidade a implementação de medidas de transformação institucional, de modernização das estruturas regimentais e de aprimoramento da gestão estratégica nos órgãos e entidades para o alcance de melhores resultados e tem os seguintes objetivos:

I - identificar as necessidades e as oportunidades de inovação e transformação institucional;

II - definir prioridades de digitalização, de simplificação e de integração de processos;

III - propor novos modelos institucionais com foco na entrega de resultados para os cidadãos;

IV - estimular ganhos de eficiência;

V - otimizar a implementação de políticas públicas que visem à oferta de melhores serviços à sociedade;

VI - promover a atuação integrada e sistêmica entre os órgãos e entidades; e

VII - incentivar a cultura de inovação.

Art. 3º Na fase inicial do TransformaGov, os órgãos e as entidades elaborarão Plano de Gestão Estratégica e Transformação Institucional - PGT, em articulação com o Secretaria Especial Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia e com a Secretaria Especial de Modernização do Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República.

§ 1º O PGT conterá as medidas de transformação institucional a serem implementadas com os prazos, os responsáveis e os resultados esperados.

§ 2º Entre as medidas a que se refere o § 1º, observadas as atribuições e as especificidades do órgão ou entidade, o PGT conterá disposições para reduzir os níveis hierárquicos de direção de cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS ou de Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE, por linha de comando do órgão ou entidade e de suas unidades descentralizadas, e para ampliar a quantidade de servidores públicos subordinados aos ocupantes de cargos em comissão do Grupo-DAS ou FCPE de direção.

§ 3º O PGT será submetido à aprovação do dirigente máximo do órgão ou entidade.

§ 4º O PGT poderá ser revisto pelo órgão ou entidade, em acordo com a Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia e com a Secretaria Especial de Modernização do Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República, para a inclusão, a alteração ou a exclusão de medidas de transformação institucional ou para a repactuação dos prazos e responsabilidades nele previstos.

Art. 4º O TransformaGov será coordenado pela Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, à qual compete:

I - realizar o diagnóstico das necessidades de transformação institucional no órgão ou entidade;

II - estabelecer as prioridades de digitalização, de simplificação e de integração de processos;

III - identificar as oportunidades de modernização e de transformação institucional em conjunto com o órgão ou entidade;

IV - submeter a minuta de PGT ao órgão ou entidade;

V - orientar o órgão ou entidade na implementação das medidas contidas no PGT, durante sua execução;

VI - validar o PGT após a aprovação pela autoridade de que trata o § 2º do art. 3º;

VII - monitorar a implementação do TransformaGov, por meio da execução do PGT nos órgãos e entidades; e

VIII - avaliar os resultados do TransformaGov.

Parágrafo único. A coordenação de que trata ocaputserá exercida em articulação com a Secretaria Especial de Modernização do Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Art. 5º A implantação do TransformaGov em cada órgão ou entidade seguirá as seguintes etapas:

I - diagnóstico;

II - ideação;

III - elaboração;

IV - implementação; e

V - acompanhamento.

Art. 6º As unidades de gestão estratégica e modernização institucional, ou equivalentes, dos órgãos e entidades, com a orientação da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, levantarão dados, informações e evidências do respectivo órgão ou entidade necessários à identificação de oportunidades e transformação institucional.

Art. 7º Os órgãos e as entidades deverão:

I - manter modelo de governança e gestão estratégica que preveja o monitoramento, a avaliação e a preservação dos resultados alcançados com as medidas de transformação institucional contidas no PGT;

II - acompanhar os resultados previstos no PGT; e

III - estabelecer medida de transparência ativa sobre os resultados alcançados com a implementação do TransformaGov.

Parágrafo único. A execução do PGT será acompanhada pelo comitê interno de governança do órgão ou entidade, ou colegiado com as competências correspondentes, conforme as diretrizes previstas noDecreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017.

Art. 8º Os órgãos e as entidades promoverão o alinhamento entre os seus instrumentos de planejamento, com vistas ao fortalecimento da coordenação e da coerência entre os seus modelos de governança.

Art. 9º No âmbito de cada órgão e entidade, as unidades organizacionais chefiadas por ocupante de cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS ou por Função Comissionada do Poder Executivo - FCPE da categoria 101 de nível igual ou superior a 5, ou equivalente, deverão estar vinculadas a, no mínimo, um objetivo estratégico previsto no planejamento estratégico institucional em vigor.

Art. 10. Os órgãos e as entidades publicarão os resultados relacionados aos objetivos estratégicos de forma acessível aos cidadãos e justificarão as razões do não cumprimento dos objetivos, quando for o caso.

Parágrafo único. Os órgãos e as entidades indicarão expressamente os resultados previstos em seus objetivos estratégicos ao formalizar contratos de gestão ou outros instrumentos de contratualização de resultados e desempenho.

Art. 11. Na revisão dos seus processos de trabalho, os órgãos e entidades seguirão as seguintes premissas:

I - desburocratização, simplificação e consolidação normativa;

II - digitalização de serviços e processos;

III - integração entre sistemas e bases de dados;

IV - centralização de atividades de apoio;

V - aumento da eficiência; e

VI - otimização dos recursos humanos e dos materiais.

Parágrafo único. As atividades previstas nocaputserão executadas em conformidade com a priorização estabelecida no PGT.

Art. 12. Durante o período estabelecido para o PGT, os órgãos e as entidades avaliarão os modelos institucionais para a consecução de suas atividades e suas estruturas organizacionais, em conformidade com as premissas a que se refere o art. 11, de forma que não implique aumento de despesa.

Art. 13. O Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º

§ 1º

I - orientação para o planejamento estratégico institucional do órgão ou entidade, alinhado às prioridades governamentais;

VII - alinhamento das medidas propostas com as competências da organização e os resultados pretendidos;

VIII - compartilhamento, simplificação e digitalização de serviços e de processos e adesão a serviços e sistemas de informação disponibilizados pelos órgãos centrais dos sistemas estruturadores; e

IX - desenvolvimento e implantação de soluções de inovação.

§ 3º Os órgãos setoriais e seccionais do SIORG promoverão o desenvolvimento e implantação das soluções de inovação de que trata o inciso IX do § 1º." (NR)

"Art. 17.

I - de DAS ou de FCPE de nível igual ou inferior a 4; e

§ 2º

III - poderá alterar as denominações dos cargos em comissão e das funções de confiança definidas em ato normativo superior; e

" (NR)

Art. 14. Ficam remanejados, em caráter temporário, até 23 de dezembro de 2020, da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia para o Ministério da Economia, cinco FCPE 103.4.

§ 1º As funções de confiança de que trata ocaputdestinam-se ao apoio da Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia aos órgãos e entidades no desenvolvimento e execução do PGT.

§ 2º As funções de confiança de que trata ocaputnão integrarão a Estrutura Regimental do Ministério da Economia e seu caráter de transitoriedade e a data de dispensa constarão dos atos de designação por meio de remissão aocaput.

§ 3º Encerrado o prazo estabelecido nocaput, as funções de confiança serão restituídas à Secretaria de Gestão da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia e os seus ocupantes ficarão automaticamente dispensados.

Art. 15. A Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia e a Secretaria Especial de Modernização do Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República poderão editar atos conjuntos complementares necessários à aplicação do disposto neste Decreto.

Art. 16. Ficam revogadas asalíneas "a" e "b" do inciso I docaputdo art. 17 do Decreto nº 9.739, de 2019.

Art. 17. Este Decreto entra em vigor em 9 de junho de 2020.

Brasília, 28 de maio de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

**JAIR MESSIAS BOLSONARO**

*Paulo Guedes*

**DECRETO Nº 10.571, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2020.**

*Dispõe sobre a apresentação e a análise das declarações de bens e de situações que possam gerar conflito de interesses por agentes públicos civis da administração pública federal.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 84, **caput**, incisos IV e VI, alínea “a”, da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 13, § 5º, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no art. 13 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e no art. 9º, **caput**, inciso I, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013,

**DECRETA**:

**Objeto**

Art. 1º  Este Decreto estabelece as normas para a apresentação e a análise das declarações de bens e de conflitos de interesses de que tratam o § 5º do art. 13 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, o art. 13 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, e o inciso I do **caput** do art. 9º da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.

**Âmbito de aplicação**

Art. 2º  O disposto neste Decreto aplica-se a todos os agentes públicos civis da administração pública federal direta e indireta.

Parágrafo único.  O disposto neste Decreto aplica-se aos empregados, aos dirigentes e aos conselheiros de empresas estatais, inclusive aquelas não dependentes de recursos do Tesouro Nacional para o custeio de despesas de pessoal ou para o custeio em geral.

**Forma de apresentação das declarações**

Art. 3º  As declarações de que trata este Decreto serão apresentadas, exclusivamente, por meio de sistema eletrônico administrado pela Controladoria-Geral da União.

§ 1º  As declarações sobre bens e atividades econômicas ou profissionais de que trata este Decreto poderão ser substituídas por autorização, em meio eletrônico, de acesso às declarações anuais de Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das pessoas físicas apresentadas pelo agente público à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia.

§ 2º  A autorização de que trata o § 1º:

I - terá validade por tempo indeterminado;

II - poderá ser tornada sem efeito, por meio eletrônico, a qualquer momento, pelo agente público;

III - será assinada em meio eletrônico pelo agente público, com utilização dos tipos de assinatura eletrônica reconhecidos como válidos para o caso, nos termos do disposto no Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020;

IV - não exime o agente público de informar, na forma prevista no **caput**, seus bens e atividades econômicas ou profissionais que não constem da declaração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das pessoas físicas;

V - implica autorização para acesso e armazenamento de todos os dados da declaração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das pessoas físicas pela Controladoria-Geral da União e, quando aplicável, para acesso pela Comissão de Ética Pública, de que trata a Lei nº 12.813, de 2013; e

VI - poderá ser apresentada por meio do Sistema de Gestão de Pessoas - Sigepe, na hipótese de o agente público estar cadastrado no referido sistema.

**Momento de declaração**

Art. 4º  As declarações de que trata este Decreto serão apresentadas, conforme o caso:

I - no ato da posse ou da contratação em cargo, função ou emprego nos órgãos ou nas entidades do Poder Executivo federal;

II - no prazo de dez dias úteis, contado da data da designação, quando se tratar de função de confiança equivalente ou superior à Função Comissionada do Poder Executivo de nível 5;

III -  no prazo de dez dias úteis, contado da data do efetivo retorno ao serviço, no caso de agente público federal que se encontrava, a qualquer título, afastado ou licenciado, sem remuneração, do serviço, por período igual ou superior a um ano;

IV - na data da exoneração, da rescisão contratual, da dispensa, da devolução à origem ou da aposentadoria, no caso de o agente público federal deixar o cargo, o emprego ou a função que estiver ocupando ou exercendo; e

V - anualmente.

Parágrafo único.  O disposto nos incisos II ao V do **caput** não se aplica nas hipóteses de que tratam os § 1º e § 2º do art. 3º.

**Fiscalização da entrega das declarações**

Art. 5º  Compete à Controladoria-Geral da União e à Comissão de Ética Pública, no âmbito de suas competências, fiscalizar o cumprimento da exigência de apresentação das declarações de que trata este Decreto ou de autorização de acesso nos termos do disposto nos § 1º e § 2º do art. 3º pelos agentes públicos.

**Não apresentação das declarações**

Art. 6º  Poderá ser instaurado processo administrativo disciplinar e, quando cabível, processo ético contra o agente público que se recusar a apresentar ou apresentar falsamente a declaração de que trata este Decreto, observado o disposto nos § 1º e § 2º do art. 3º.

**Banco de dados das declarações**

Art. 7º  A Controladoria-Geral da União manterá e gerenciará banco de dados com o histórico e o inteiro teor de todas as declarações de que trata este Decreto, observado o disposto nos § 2º e § 3º do art. 8º.

Parágrafo único.  A Controladoria-Geral da União e a Comissão de Ética Pública acessarão as informações contidas no banco de dados de que trata o **caput**, no limite de suas competências.

**Gestão e acesso ao banco de dados das declarações**

Art. 8º  A Controladoria-Geral da União informará à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia as declarações cujo acesso tenha sido autorizado nos termos do disposto nos § 1º e § 2º do art. 3º.

§ 1º  A Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia disponibilizará à Controladoria-Geral da União e à Comissão de Ética Pública, por meio eletrônico, as declarações de que tratam os § 1º e § 2º do art. 3º.

§ 2º  Compete à Controladoria-Geral da União:

I - informar à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas dos titulares das declarações de Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza das pessoas físicas cujo acesso tenha sido autorizado;

II - certificar a existência e a validade das autorizações eletrônicas de acesso às declarações de que trata o inciso I;

III - garantir que os dados e as informações sigilosas encaminhadas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia permanecerão sob sigilo, com vedação de divulgação ou de utilização para finalidade diversa da prevista neste Decreto;

IV - zelar pela integridade e pela rastreabilidade dos dados e das informações, observado o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;

V - assegurar, no mínimo, os mesmos requisitos de segurança da informação e de comunicação adotados pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia;

VI -  vedar o acesso ao banco de dados por terceiros não autorizados;

VII - custear eventuais despesas orçamentárias ou financeiras para a extração e a transferência dos dados; e

VIII - permitir o acesso direto da Comissão de Ética Pública ao banco de dados, observado o disposto no art. 3º do Decreto nº 10.046, de 9 de outubro de 2019.

§ 3º  Os agentes públicos da Controladoria-Geral da União e da Comissão de Ética Pública são obrigados a zelar pelo sigilo dos dados e informações recebidas.

**Agentes públicos obrigados a apresentar declarações sobre conflito de interesses**

Art. 9º  São obrigados a apresentar declarações sobre conflito de interesses à Comissão de Ética Pública, por meio do sistema eletrônico de que trata o art. 3º:

I - os Ministros de Estado;

II - os ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança de nível igual ou superior a 5 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS; e

III - os presidentes, os vice-presidentes e os diretores, ou equivalentes, de entidades da administração pública federal indireta.

**Informações sobre conflitos de interesse a serem disponibilizadas**

Art. 10.  Os agentes públicos de que trata o art. 9º devem:

I - indicar a existência de cônjuge, de companheiro ou de parente, por consanguinidade ou por afinidade, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, no exercício de atividades que possam suscitar conflito de interesses;

II - relacionar as atividades privadas exercidas no ano-calendário anterior e, se for o caso, indicar o respectivo pedido de autorização para exercício de atividade privada encaminhado à Comissão de Ética Pública; e

III - identificar toda situação patrimonial específica que suscite ou possa eventualmente suscitar conflito de interesses e, se for o caso, o modo pelo qual pretende evitá-lo.

Parágrafo único.  Caso os agentes públicos federais de que trata o art. 9ºidentifiquem familiares que exerçam atividades que possam suscitar conflito com o interesse público, deverão comprovar que realizaram consulta à Comissão de Ética Pública de acordo com o disposto no § 1º do art. 4º da Lei nº 12.813, de 2013.

**Análise da evolução patrimonial**

Art. 11.  A Controladoria-Geral da União analisará a evolução patrimonial dos agentes públicos federais de que trata este Decreto.

Parágrafo único.  A Comissão de Ética Pública poderá utilizar a análise da evolução patrimonial para instruir os processos administrativos no âmbito de sua competência.

**Informações complementares sobre declarações**

Art. 12.  O agente público poderá ser notificado para prestar esclarecimentos ou informações complementares:

I - pela Controladoria-Geral da União, caso sejam detectadas inconsistências na declaração apresentada; e

II - pela Comissão de Ética Pública, quando for necessário à análise de conflito de interesses.

**Sindicância e processo administrativo disciplinar**

Art. 13.  A análise das declarações poderá ensejar, após o procedimento disposto no art. 11 e no inciso I do **caput** do art. 12, a instauração de sindicância patrimonial ou, conforme o caso, de processo administrativo disciplinar, caso haja fundado indício de evolução patrimonial incompatível com os rendimentos auferidos de modo legítimo e comprovado.

**Sindicância patrimonial**

Art. 14.  A sindicância patrimonial consiste em procedimento administrativo, sigiloso e não punitivo, destinado a investigar indícios de enriquecimento ilícito por parte de agentes públicos federais, inclusive evolução patrimonial incompatível com os seus recursos e disponibilidades por eles informados na sua declaração patrimonial.

§ 1º  O prazo para conclusão da sindicância patrimonial é de trinta dias, contado da data de sua instauração.

§ 2º  O prazo de que trata o § 1º poderá ser prorrogado pela autoridade instauradora.

§ 3º  Após a conclusão da apuração no âmbito da sindicância patrimonial, será elaborado relatório conclusivo sobre os fatos apurados, que deverá conter recomendação à autoridade instauradora:

I - pelo arquivamento dos autos; ou

II - pela instauração de processo administrativo disciplinar, caso tenham sido identificados indícios de autoria e de materialidade de enriquecimento ilícito por parte do agente público federal investigado.

**Normas complementares**

Art. 15.  As normas complementares necessárias ao cumprimento do disposto neste Decreto competem:

I - a ato conjunto do Ministro de Estado da Economia, do Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União e da Comissão de Ética Pública, quanto à aplicação do disposto no § 2º do art. 3º e no art. 8º; e

II - à Comissão de Ética Pública e ao Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, no âmbito de suas competências, quanto à aplicação dos demais dispositivos deste Decreto.

**Revogações**

Art. 16.  Ficam revogados:

I - o Decreto nº 5.483, de 30 de junho de 2005;

II - o Decreto nº 6.906, de 21 de julho de 2009; e

III - o art. 4º do Código de Conduta da Alta Administração Federal, instituído pela Exposição de Motivos nº 37, de 18 de agosto de 2000, aprovada em 21 de agosto de 2000.

**Vigência**

Art. 17.  Este Decreto entra em vigor em 9 de dezembro de 2021.

Brasília, 9 de dezembro de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

**JAIR MESSIAS BOLSONARO**

*Paulo Guedes*

*Wagner de Campos Rosário*

*Jorge Antonio de Oliveira Francisco*

**DECRETO Nº 10.609, DE 26 DE JANEIRO DE 2021.**

*Institui a Política Nacional de Modernização do Estado e o Fórum Nacional de Modernização do Estado.*

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso VI, alínea “a”, da Constituição,

**DECRETA**:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Modernização do Estado - Moderniza Brasil, com a finalidade de direcionar os esforços governamentais para aumentar a eficiência e modernizar a administração pública, a prestação de serviços e o ambiente de negócios para melhor atender às necessidades dos cidadãos.

Art. 2º A Política Nacional de Modernização do Estado tem por objetivos a integração, a articulação, o monitoramento e a avaliação de políticas, programas, ações e iniciativas de modernização do Poder Executivo federal.

Parágrafo único.  Para consecução dos objetivos de que trata o **caput**, poderão ser firmadas parcerias com os outros Poderes, os entes federativos, os organismos internacionais e a iniciativa privada.

Art. 3º São princípios da Política Nacional de Modernização do Estado:

I - o foco nas necessidades dos cidadãos;

II - a simplificação normativa e administrativa;

III - a confiabilidade na relação Estado-cidadão;

IV - a inovação governamental;

V - a transparência na atuação do Estado;

VI - a efetividade na gestão pública;

VII - a competitividade dos setores público e privado; e

VIII - a perenidade das iniciativas de modernização.

Art. 4º São diretrizes da Política Nacional de Modernização do Estado:

I - direcionar a atuação governamental para a entrega de resultados com foco nos cidadãos;

II - buscar o alinhamento institucional entre os atores envolvidos na política de modernização;

III - promover um Estado moderno e ágil, capaz de atuar, de forma tempestiva e assertiva, frente aos desafios contemporâneos e às situações emergenciais;

IV - viabilizar a simplificação de normativos, procedimentos, processos e estruturas administrativas;

V - assegurar a segurança jurídica necessária à inovação na gestão das políticas públicas e à dinamização do ambiente de negócios;

VI - aprimorar as capacidades dos servidores públicos e das instituições;

VII - ampliar o acesso e a qualidade dos serviços públicos; e

VIII - promover a transformação digital da gestão e dos serviços.

Art. 5º A Política Nacional de Modernização do Estado será implementada com observância aos seguintes eixos temáticos:

I - ambiente de negócios próspero - ampliação da competitividade, do investimento e da produtividade, por meio da redução das barreiras ao empreendedorismo, da inovação e da simplificação do arcabouço regulatório;

II - capacidades do Estado moderno - aprimoramento do capital humano, da governança pública e da infraestrutura do Estado, para atuar de modo ágil e eficiente;

III - evolução dos serviços públicos - desburocratização e simplificação na prestação dos serviços públicos, com ampliação da efetividade na ação governamental, de modo a garantir o atendimento das necessidades da sociedade;

IV - cooperação e articulação entre agentes públicos e privados - articulação com entes públicos e privados para a transferência de conhecimento, o fortalecimento das iniciativas existentes e a construção colaborativa e integrada de soluções inovadoras nacionais e locais de modernização do Estado; e

V - governo e sociedade digital - transformação digital do País, com atenção à governança de dados, à internet das coisas, à digitalização da economia, à digitalização de serviços, à integração das bases e à estrutura de conectividade.

Art. 6º São instrumentos da Política Nacional de Modernização do Estado, sem prejuízo de outros a serem constituídos, observados os seus princípios, diretrizes e eixos:

I - Plano Nacional de Modernização do Estado - Plano da Modernização; e

II - Selo Nacional de Modernização do Estado - Selo da Modernização.

§ 1º O Plano da Modernização definirá os objetivos específicos, os indicadores, as ações e a forma de implementação da Política Nacional de Modernização do Estado e será atualizado a cada dois anos.

§ 2º O Selo da Modernização terá o objetivo de identificar, certificar e incentivar as iniciativas de modernização.

Art. 7º Fica instituído o Fórum Nacional de Modernização do Estado, órgão consultivo, responsável pelo apoio na articulação, implementação, monitoramento e avaliação da Política Nacional de Modernização do Estado.

Art. 8º Ao Fórum Nacional de Modernização do Estado compete:

I - apoiar e incentivar a integração das ações e iniciativas adotadas pelo Poder Executivo federal, pelos outros Poderes, pelos entes federativos, pelos organismos internacionais e pela iniciativa privada que envolvam a temática de modernização do Estado;

II - propor a adoção de modelos e estratégias nacionais ou internacionais que envolvam a temática de modernização do Estado;

III - apoiar a elaboração do Plano da Modernização;

IV - aprovar a metodologia de concessão do Selo da Modernização às iniciativas que envolvam a temática de modernização do Estado implementadas pelo Poder Executivo federal, pelos outros Poderes, pelos entes federativos, pelos organismos internacionais e pela iniciativa privada, instituir outros incentivos às iniciativas de modernização e avaliar a composição da carteira de projetos com o Selo;

V - acompanhar e incorporar ao Plano da Modernização as ações que visem à modernização da prestação de serviços públicos e do ambiente de negócios, à desburocratização e à simplificação administrativas;

VI - propor e apoiar a elaboração de estudos sobre pessoal da administração pública federal em consonância com as iniciativas de racionalização da estrutura governamental, observadas as competências do Ministério da Economia; e

VII - promover a unificação, nos assuntos que envolvam a temática de modernização do Estado, a política de comunicação integrada e articulada dos órgãos referidos no art. 9º e os planos de comunicação existentes na administração pública federal, observadas as competências do Ministério das Comunicações.

Art. 9º O Fórum Nacional de Modernização do Estado é composto:

I - pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, que o presidirá; e

II - por representantes dos seguintes órgãos:

a) Casa Civil da Presidência da República;

b) Ministério da Economia;

c) Ministério das Comunicações;

d) Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações;

e) Controladoria-Geral da União;

f) Secretaria de Governo da Presidência da República; e

g) Advocacia-Geral da União.

§ 1ºCada membro do Fórum Nacional de Modernização do Estado terá um suplente, que o substituirá em suas ausências e impedimentos.

§ 2º O suplente do membro a que se refere o inciso I do **caput** será o Secretário Especial de Modernização do Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República.

§ 3º Os titulares do Fórum Nacional de Modernização do Estado a que refere o inciso II do **caput** serão ocupantes de cargo de Natureza Especial e os suplentes serão ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança equivalente ou superior ao nível 6 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS.

§ 4º Os membros do Fórum Nacional de Modernização do Estado a que se refere o inciso II do **caput** e os respectivos suplentes serão indicados pelos titulares dos órgãos que representam e designados em ato do Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República.

§ 5º O Presidente do Fórum Nacional de Modernização do Estado poderá convidar especialistas e representantes de outros órgãos e entidades, públicos e privados, para participar de suas reuniões, sem direito a voto.

Art. 10. O Fórum Nacional de Modernização do Estado se reunirá, em caráter ordinário, quadrimestralmente e, em caráter extraordinário, mediante convocação de seu Presidente.

§ 1º O quórum de reunião do Fórum Nacional de Modernização do Estado é de maioria absoluta e o quórum de aprovação é de maioria simples.

§ 2º Na hipótese de empate, além do voto ordinário, o Presidente do Fórum Nacional de Modernização do Estado terá o voto de qualidade.

Art. 11. Ficam instituídas, no âmbito do Fórum Nacional de Modernização do Estado:

I - a Câmara Temática de Modernização do Ambiente de Negócios;

II - a Câmara Temática de Governo Digital; e

III - a Câmara Temática de Sociedade Digital.

§ 1º As câmaras temáticas:

I - terão a finalidade de auxiliar o Fórum Nacional de Modernização do Estado na gestão da Política Nacional de Modernização do Estado; e

II - serão compostas por, no máximo, sete membros, representantes dos órgãos a que se refere o art. 9º.

§ 2º Os membros das câmaras temáticas serão indicados pelos titulares dos órgãos que representam e designados em ato do Presidente do Fórum Nacional de Modernização do Estado, que definirá os Coordenadores.

§ 3º Os Coordenadores das câmaras temáticas poderão convidar especialistas e representantes de outros órgãos e entidades, públicos e privados, para participar de suas reuniões, sem direito a voto.

§ 4º Ato do Presidente do Fórum Nacional de Modernização do Estado disporá sobre o funcionamento das câmaras temáticas.

Art. 12. O Fórum Nacional de Modernização do Estado poderá instituir grupos de trabalho com o objetivo de auxiliá-lo no cumprimento de suas atribuições.

Art. 13. Os grupos de trabalho:

I - serão compostos na forma de ato do Presidente do Fórum Nacional de Modernização do Estado;

II - serão compostos por, no máximo, sete membros;

III - terão caráter temporário e duração não superior a um ano; e

IV - estarão limitados a, no máximo, cinco em operação simultânea.

Art. 14. Os membros do Fórum Nacional de Modernização do Estado, das câmaras temáticas e dos grupos de trabalho que se encontrarem no Distrito Federal se reunirão presencialmente ou por videoconferência, nos termos do disposto no Decreto nº 10.416, de 7 de julho de 2020, e os membros que se encontrarem em outros entes federativos participarão da reunião por meio de videoconferência.

Art. 15. A Secretaria-Executiva do Fórum Nacional de Modernização do Estado será exercida pela Secretaria Especial de Modernização do Estado da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Parágrafo único. Relatório com os resultados alcançados e o planejamento de atividades para o período subsequente será encaminhado em fevereiro de cada ano ao Presidente do Fórum Nacional de Modernização do Estado pela Secretaria-Executiva.

Art. 16. A Secretaria-Executiva elaborará proposta de regimento interno, que será aprovado pelo Presidente do Fórum Nacional de Modernização do Estado.

Art. 17. A participação no Fórum Nacional de Modernização do Estado, nas suas câmaras temáticas e nos grupos de trabalho será considerada prestação de serviço público relevante, não remunerada.

Art. 18. Ficam revogados:

I - o Decreto nº 8.414, de 26 de fevereiro de 2015; e

II - o Decreto de 7 de março de 2017, que cria o Conselho Nacional para a Desburocratização - Brasil Eficiente e dá outras providências.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 26 de janeiro de 2021; 200º da Independência e 133º da República.

**JAIR MESSIAS BOLSONARO**

*Pedro Cesar Nunes Ferreira Marques de Sousa*

**INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP-ENAP/SEDGG/ME Nº 21, DE 1º DE FEVEREIRO DE 2021.**

*Estabelece orientações aos órgãos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto aos prazos, condições, critérios e procedimentos para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP de que trata o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019.*

O SECRETÁRIO DE GESTÃO E DESEMPENHO DE PESSOAL DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA E O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o parágrafo único do art. 2º, os artigos 12, 13, 14 e 15 do Decreto nº 9.991, de 28 de agosto, de 2019 e os incisos I, alínea "e", II e III do art. 138 do Anexo I do Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, resolvem:

**Objeto e âmbito de aplicação**

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece orientações aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto aos prazos, condições, critérios e procedimentos para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP de que trata o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019.

**Conceitos**

Art. 2º Para os fins desta Instrução Normativa, considera-se:

I - necessidade de desenvolvimento: lacuna identificada entre o desempenho esperado e o desempenho atual, derivada da diferença entre o que o servidor deveria saber fazer/ser e o que ele sabe fazer/ser, com efeito sobre os resultados organizacionais;

II - ação de desenvolvimento, capacitação ou treinamento regularmente instituído: atividade de aprendizagem estruturada para impulsionar o desempenho competente da atribuição pública em resposta a lacunas de performance ou a oportunidades de melhoria descritas na forma de necessidades de desenvolvimento, realizada em alinhamento aos objetivos organizacionais, por meio do desenvolvimento assertivo de competências;

III - necessidades transversais:

a) para os órgãos e entidades: necessidade de desenvolvimento recorrente e comum à múltiplas unidades internas de um órgão ou de uma entidade da administração pública federal direta, autárquica e fundacional; e

b) para o órgão central do SIPEC: necessidade de desenvolvimento recorrente e comum no conjunto de órgãos e entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, identificada pelo órgão central do SIPEC por meio da análise de seus Planos de Desenvolvimento de Pessoas - PDP.

IV - competências transversais de um setor público de alto desempenho: conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes indispensáveis ao exercício da função pública, que contribuem para a efetividade dos processos de trabalho em diferentes contextos organizacionais;

V - competências de liderança: conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes requeridos dos agentes públicos para o exercício de funções de liderança na administração pública; e

VI - delegação aos dois níveis hierárquicos imediatos com competência na área de gestão de pessoas: delegação realizada pela autoridade máxima do órgão ou da entidade que, dependendo da natureza jurídica e da estrutura hierárquica de cada órgão ou entidade, poderá ser concedida a até o nível hierárquico de Secretário, Diretor ou autoridades de hierarquia equivalente com competências na área de gestão de pessoas, conforme previsto no ato normativo que aprovar os quadros demonstrativos de cargos em comissão e funções de confiança do órgão ou entidade.

§1º As atividades de que trata o inciso II do caput poderão ser ofertadas em modalidade à distância, presencial ou híbrida e deverão ter:

a) acompanhamento didático na forma de supervisão, orientação ou tutoria comprovado via certificado, ou

b) acompanhamento hierárquico imediato aferido via aprovação de relatório apresentado pelo servidor.

§2º As competências de que tratam os incisos IV e V do caput constam, respectivamente, dos Anexos I e II desta Instrução Normativa e possuem caráter referencial e norteador na elaboração dos Planos de Desenvolvimento de Pessoas - PDP pelos órgãos e entidades do SIPEC, sendo facultativo ao órgão ou entidade a sua utilização.

**Elaboração do Plano de Desenvolvimento de Pessoas**

Art. 3º O Plano de Desenvolvimento de Pessoas - PDP deverá ser elaborado anualmente com o registro das necessidades de desenvolvimento dos servidores de cada órgão ou entidade e, quando couber, das ações planejadas para atendê-las, a serem executadas no ano seguinte ao do planejamento, e enviado ao órgão central do SIPEC.

§ 1º A elaboração e o envio de que tratam o caput serão realizados por meio de ferramenta informatizada que será disponibilizada e divulgada aos órgãos e entidades pelo órgão central do SIPEC.

§ 2º O órgão central do SIPEC divulgará, sempre que necessário, guia com orientações atualizadas que deverão ser seguidas para o uso da ferramenta informatizada.

Art. 4º A unidade de gestão de pessoas do órgão ou entidade e as suas escolas de governo, quando houver, serão responsáveis pela coordenação, elaboração, execução, monitoramento e avaliação do PDP perante o órgão central do SIPEC e deverão:

I - dar ampla divulgação da PNDP;

II - orientar e divulgar internamente a metodologia utilizada, a partir das orientações do órgão central do SIPEC, para o levantamento das necessidades de desenvolvimento dos servidores;

III - garantir que a oferta das ações de desenvolvimento aconteça de maneira equânime a todos os servidores, privilegiando a alternância;

IV - preencher, analisar, consolidar e revisar o PDP;

V - orientar os servidores responsáveis pela elaboração do PDP quanto ao seu correto preenchimento, na forma do disposto no art. 3º do Decreto nº 9.991, de 2019; e

VI - obter a aprovação do PDP pela autoridade máxima do órgão ou entidade.

Parágrafo único. A revisão de que trata o inciso IV do caput ocorrerá a cada três meses, conforme necessidade de ajustes dos órgãos e entidades, de acordo com calendário a ser divulgado pelo órgão central do SIPEC.

Art. 5º A chefia imediata e o servidor são responsáveis por fornecer todas as informações necessárias e disponíveis ao seu alcance para que a unidade de gestão de pessoas do órgão ou entidade possa cumprir com as atribuições dispostas no caput do art. 4º, em especial àquelas informações essenciais para o correto levantamento das necessidades de desenvolvimento.

Art. 6º Caberá à autoridade máxima, permitida a delegação aos dois níveis hierárquicos imediatos, com competência sobre a área de gestão de pessoas, vedada a subdelegação, nos termos do §1º do art. 5º do Decreto nº 9.991, de 2019 enviar o PDP, por meio de sistema informatizado a que se refere o caput do art. 3º, ao órgão central do SIPEC até o dia 30 de setembro de cada ano civil, ou no dia útil subsequente.

Parágrafo único. O envio que trata o caput poderá ser delegado à autoridade máxima da escola de governo do órgão ou da entidade, nos termos do § 4º do art. 5º do Decreto nº 9.991, de 2019 e até duas autoridades, nos termos do art. 7º-A do Decreto nº 9.991, de 2019.

Art. 7º A Caberá à autoridade máxima, permitida a delegação aos dois níveis hierárquicos imediatos, com competência sobre a área de gestão de pessoas, vedada a subdelegação, nos termos do § 2º do art. 5º do Decreto nº 9.991, de 2019, acolher ou não as sugestões recebidas do órgão central do SIPEC no período.

Parágrafo único. O acolhimento ou não de que trata o caput poderá ser delegado pela autoridade máxima do órgão ou da entidade a até duas autoridades, nos termos do art. 7º-A do Decreto nº 9.991, de 2019.

Art. 8º Além das informações elencadas no art. 4º do Decreto nº 9.991, de 2019, o PDP conterá as seguintes informações:

I - de caráter obrigatório:

a) a necessidade de desenvolvimento;

b) os dados atualizados que auxiliam no embasamento das necessidades de desenvolvimento;

c) a área temática e subárea temática da necessidade de desenvolvimento;

d) a competência associada da necessidade de desenvolvimento;

e) a competência de liderança relacionada à necessidade em caso de desenvolvimento de capacidades de direção, chefia, coordenação e supervisão;

f) a transversalidade ou não da necessidade de desenvolvimento;

g) o público-alvo da necessidade de desenvolvimento;

h) a(s) unidade(s) onde atuam os servidores que compõem o público-alvo previsto;

i) a(s) unidade(s) da federação onde estão lotados os servidores que compõem o público-alvo previsto;

j) a quantidade prevista de servidores que terão suas necessidades desenvolvidas para cada ação de desenvolvimento descrita, por unidade da federação;

k) se a ação de desenvolvimento tem relação com algum Sistema Estruturador do Poder Executivo Federal;

l) o custo total estimado da ação de desenvolvimento; e

m) se a necessidade da ação de desenvolvimento pode ser atendida por escola de governo ou unidade equivalente do órgão ou entidade do servidor;

II - de caráter facultativo:

a) o tipo de aprendizagem e sua especificação;

b) a modalidade da ação de desenvolvimento;

c) o título da ação de desenvolvimento, se já houver previsão;

d) a carga horária total estimada da ação de desenvolvimento;

e) o ano previsto para o término da ação de desenvolvimento; e

III - demais informações que o órgão central do SIPEC solicite por meio da ferramenta informatizada de que trata o §1º do art. 3º.

§ 1º As ações de desenvolvimento registradas no PDP que ultrapassarem o exercício de execução deverão constar nos relatórios anuais de execução de todos os anos enquanto durar a ação.

§ 2º Para o cálculo do quantitativo de que trata a letra "j" do inciso I do caput, deverá ser considerado o mesmo servidor tantas vezes quantas forem as ações de desenvolvimento em que ele participar.

Art. 9º O órgão central do SIPEC analisará o PDP de cada órgão e entidade e emitirá manifestação técnica orientadora a respeito da elaboração das ações de desenvolvimento relacionadas ao PDP até o dia 30 de novembro de cada ano civil, ou no dia útil subsequente.

§ 1º A manifestação de que trata o caput conterá:

I - as orientações para as ações não transversais de desenvolvimento, que poderão ser ofertadas pelos órgãos e entidades, de maneira direta ou indireta;

II - a lista de ações transversais que serão providas pela Escola Nacional de Administração Pública - Enap e pelas escolas de governo do Poder Executivo federal; e

III - outras informações que o órgão central do SIPEC julgar pertinentes.

§ 2º As ações de desenvolvimento a que refere o § 1º do art. 8º, quando aprovadas para o primeiro ano de execução, poderão ser executadas nos anos posteriores independentemente da manifestação técnica do órgão central do SIPEC.

Art. 10. O órgão central do SIPEC esclarecerá as dúvidas dos órgãos e entidades acerca do preenchimento do PDP por meio da Central de Atendimento do SIPEC.

Parágrafo único. As dúvidas referentes à aplicabilidade da legislação deverão observar os procedimentos determinados em atos normativos vigentes, estabelecidos pelo órgão central do SIPEC.

Art. 11. O órgão central do SIPEC encaminhará à Enap o Plano Consolidado de Ações de Desenvolvimento com a análise das necessidades transversais descritas nos PDP dos órgãos e entidades, até o dia 20 de outubro de cada ano civil, ou no dia útil subsequente.

Art. 12 A Enap devolverá ao órgão central do SIPEC, o Plano Consolidado de Ações de Desenvolvimento, com a análise de atendimento das necessidades transversais apresentadas, de que trata o art. 11 até dia 10 de novembro de ano civil ou no dia útil subsequente.

Art. 13. A Enap divulgará aos órgãos e entidades integrantes do SIPEC, o cronograma de atendimento das ações de desenvolvimento transversais, contendo as datas previstas para realização de cada ação até o último dia útil do mês de dezembro de cada ano civil.

**Revisão do Plano de Desenvolvimento de Pessoas**

Art. 14. A revisão do PDP observará as seguintes etapas:

I - solicitação de revisão pelos órgãos e entidades ao órgão central do SIPEC via ferramenta informatizada;

II - autorização da revisão pelo órgão central do SIPEC;

III - elaboração da revisão pelos órgãos e entidades;

IV - envio da revisão pelos órgãos e entidades ao órgão central do SIPEC no quinto dia útil do mês;

V - devolução da revisão, pelo órgão central do SIPEC, ao órgão ou entidade até trinta dias após o recebimento no quinto dia útil do mês; e

VI - anuência da revisão pela autoridade máxima do órgão ou entidade.

§1º Os órgãos e entidades poderão solicitar a revisão de que trata o caput, a cada três meses, de acordo com calendário a ser divulgado pelo órgão central do SIPEC, conforme verifiquem a necessidade de ajustes em seus PDP.

§2º Para a devolução da revisão de que trata o inciso V, do caput, o órgão central do SIPEC solicitará à Enap a análise de atendimento das necessidades transversais apresentadas, quando necessário.

**Execução e monitoramento do Plano de Desenvolvimento de Pessoas**

Art. 15. Caberá às unidades de gestão de pessoas dos órgãos e entidades, e as suas escolas de governo, quando houver, o acompanhamento e a divulgação interna do cronograma de ações de desenvolvimento de forma a garantir que os servidores possam se inscrever nas ações de desenvolvimento constantes do PDP.

Parágrafo único. Os órgãos e entidades deverão buscar parcerias com instituições reconhecidas, no Brasil e no exterior, e divulgar internamente cursos, capacitações e eventos que estejam alinhados às ações de desenvolvimento constantes do PDP do órgão ou entidade.

Art. 16. No caso de contratação de ações de desenvolvimento de forma direta, os órgãos e entidades deverão instruir processo administrativo com a devida justificativa para a contratação da despesa com terceiros, nos termos do §1º do art. 14 do Decreto nº 9.991, de 2019.

Art. 17. O órgão ou entidade poderá contratar as ações de desenvolvimento não transversais mediante abertura de processo administrativo com a justificativa da necessidade da despesa.

Art. 18. O órgão ou entidade deverá promover a publicidade das despesas mensais até o décimo dia útil do mês subsequente, de forma transparente e objetiva ao cidadão, discriminando:

I - o nome do servidor para o qual foi destinada a despesa;

II - o tipo da despesa:

a) diárias e passagens;

b) mensalidade;

c) inscrição; e

d) contratação, prorrogação ou substituição contratual.

III - as despesas com manutenção da remuneração do servidor durante o afastamento para realizar a ação de desenvolvimento;

IV - o valor total de cada tipo de despesa;

V - o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica e a razão social do fornecedor para cada tipo de despesa, se houver;

VI - o período da ação de desenvolvimento; e

VII - a necessidade de desenvolvimento descrita no PDP.

Parágrafo único. Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação na internet.

Art. 19. Na execução do PDP, compete aos servidores, com o apoio da chefia imediata:

I - participar das ações para as quais se inscreveram;

II - compartilhar os conhecimentos obtidos, sempre que possível;

III - utilizar os conhecimentos obtidos no desenvolvimento do trabalho, sempre que possível; e

IV - fornecer à unidade de gestão de pessoas e as suas ou escolas de governo, quando houver, informações que permitam avaliar se a ação conseguiu suprir a necessidade de desenvolvimento.

Parágrafo único. Em atendimento ao disposto nos incisos II e III do caput, os órgãos e entidades buscarão incentivar e oportunizar a disseminação do conhecimento obtido pelos seus servidores.

Art. 20. Na execução do PDP, compete à chefia imediata do servidor:

I - estimular a participação de todos os servidores sob sua gestão nas ações de desenvolvimento ofertadas pelo órgão ou entidade;

II - acompanhar a eficácia e a efetividade da ação de desenvolvimento na aplicação prática dos conhecimentos adquiridos pelos servidores; e

III - apoiar o servidor na disseminação e aplicação dos conhecimentos obtidos nas ações de desenvolvimento.

Art. 21. A unidade de gestão de pessoas do órgão ou entidade e as suas escolas de governo, quando houver, serão responsáveis pelo apoio, orientação e acompanhamento da execução do PDP.

Art. 22. Para cada necessidade de desenvolvimento, a unidade de gestão de pessoas e as suas escolas de governo, quando houver, acompanharão e registrarão no PDP as seguintes informações:

I - necessidades de desenvolvimento que foram atendidas com o registro das ações de desenvolvimento previstas e realizadas, integral ou parcialmente;

II - necessidades de desenvolvimento que não foram atendidas e a justificativa do não atendimento;

III - se a ação de desenvolvimento foi realizada no país ou no exterior;

IV - custo de execução das ações de desenvolvimento realizadas, exceto diárias e passagens;

V - despesas com diárias e passagens, quando houver;

VI - carga horária realizada;

VII - quantidade de servidores capacitados;

VIII - avaliação da execução; e

IX - dados que permitam avaliar se a ação conseguiu suprir a necessidade de desenvolvimento.

**Relatório Anual de Execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas**

Art. 23. A unidade de gestão de pessoas do órgão ou entidade elaborará o Relatório Anual de Execução do PDP juntamente com gestores e servidores.

§ 1º Os órgãos e as entidades deverão encaminhar ao órgão central do SIPEC o relatório de que trata o caput, até o dia 31 de janeiro, ou no dia útil subsequente, do ano civil posterior ao da execução do PDP.

§2º O Relatório Anual de Execução do PDP deverá conter, no mínimo:

I - a quantidade total de necessidades atendidas por meio de ações de desenvolvimento;

II - a quantidade total de necessidades que foram previstas e não foram atendidas por meio de ações de desenvolvimento;

III - a quantidade total de ações de desenvolvimento realizadas;

IV - a quantidade total de ações de desenvolvimento que foram previstas e não foram realizadas;

V - a quantidade total de ações de desenvolvimento transversais realizadas;

VI - a quantidade total de ações de desenvolvimento não transversais realizadas;

VII - a quantidade total de ações de desenvolvimento realizadas no exterior;

VIII - a quantidade total de servidores inscritos em ao menos uma ação de desenvolvimento;

IX - a quantidade total de servidores em exercício durante o período de execução do PDP;

X - a quantidade total de servidores que concluíram cada ação de desenvolvimento;

XI - a quantidade de revisões realizadas no PDP no decorrer do ano;

XII - o total de despesas para custeio da ação de desenvolvimento, discriminando separadamente:

a) diárias e passagens;

b) inscrição; e

c) mensalidade;

XIII - informações discriminadas, dentre os servidores que foram desenvolvidos, acerca do:

a) nível de escolaridade antes da ação de desenvolvimento;

b) cargo efetivo; e

c) cargo em comissão ou função de confiança, se houver;

XIV - a análise da efetividade das ações de desenvolvimento realizadas;

XV - os fornecedores das ações de desenvolvimento que não tiverem sido realizadas pela ENAP ou pelas demais escolas de governo do Poder Executivo federal; e

XVI - justificativa da execução, fundamentada em análise de custo-benefício, das ações de desenvolvimento não gratuitas que tiverem sido realizadas por terceiros nos termos do §1º do Art. 14 do Decreto nº 9.991, de 2019.

§ 3º As informações e dados do Relatório Anual de Execução do PDP do órgão ou entidade, deverão ser utilizados para o aprimoramento do PDP do ano seguinte.

§ 4º As informações de que trata o inciso XVI do §2º deverão ser fornecidas em atendimento ao inciso XI do § 1º do Art. 3º do Decreto nº 9.991, de 2019 e visam fomentar o aprimoramento da tomada de decisão em PDP dos anos seguintes.

Art. 24. O órgão central do SIPEC elaborará, até 31 de março de cada ano civil, ou no dia útil subsequente, o Relatório Consolidado de Execução dos PDP, com base nos relatórios anuais de execução recebidos dos órgãos e entidades para envio ao Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital e ao Ministro da Economia.

Parágrafo único. O relatório previsto no caput servirá como instrumento de análise para o aprimoramento contínuo da PNDP.

**Afastamentos**

Art. 25. Todos os afastamentos previstos no art. 18 do Decreto nº 9.991, de 2019, deverão ter suas necessidades previstas no PDP do órgão ou entidade de exercício do servidor.

Art. 26. A aprovação do PDP pela autoridade competente não dispensa a abertura de processo de solicitação do afastamento.

Art. 27. Deverá ser observado o interstício de sessenta dias entre os seguintes afastamentos para:

I - licenças para capacitação;

II - parcelas de licenças para capacitação;

III - licença para capacitação ou parcela de licença para capacitação e treinamento regularmente instituído, e vice-versa;

IV - participações em programas de treinamento regularmente instituído; e

V - licença para capacitação ou parcela de licença para capacitação ou treinamento regularmente instituído e pós-graduação ou estudo no exterior.

Parágrafo único. Para os afastamentos de que tratam os incisos III e IV do art. 18 do Decreto nº 9.991, de 2019, serão aplicáveis os interstícios do §1º do art. 95 e §§ 2º a 4º do art. 96-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 28. O processo de afastamento do servidor deverá ser instruído com as seguintes informações:

I - sobre a ação de desenvolvimento, deverá constar:

a) o local em que será realizada;

b) a carga horária prevista;

c) o período do afastamento previsto, incluído o período de trânsito, se houver, sendo dispensada a apresentação prévia de documentos comprobatórios;

d) a instituição promotora, quando houver;

e) as despesas para custeio previstas com inscrição e mensalidade relacionadas com a ação de desenvolvimento, se houver; e

f) as despesas para custeio previstas com diárias e passagens, se houver;

II - currículo atualizado do servidor extraído do SIGEPE - Banco de Talentos;

III - justificativa quanto ao interesse da administração pública naquela ação, visando o desenvolvimento do servidor;

IV - cópia do trecho do PDP do órgão ou entidade onde está indicada aquela necessidade de desenvolvimento;

V - manifestação da chefia imediata do servidor, com sua concordância quanto à solicitação;

VI - manifestação da unidade de gestão de pessoas do órgão ou entidade do servidor, indicando sua concordância e aprovação justificada quanto à solicitação;

VII - pedido de exoneração do cargo em comissão ou dispensa da função de confiança, conforme o caso;

VIII - anuência da autoridade máxima, permitida a delegação aos dois níveis hierárquicos imediatos, com competência sobre a área de gestão de pessoas, vedada a subdelegação, do órgão ou entidade; e

IX - publicação do ato de concessão do afastamento.

Parágrafo único. A unidade de gestão de pessoas do órgão ou entidade poderá regulamentar procedimentos e informações complementares para os pedidos de afastamento.

Art. 29. Nos afastamentos superiores a trinta dias consecutivos, ficará suspenso o pagamento das parcelas referentes às gratificações e adicionais de que trata o inciso II do §1º do art. 18 do Decreto nº 9.991, de 2019, a contar da data de início do afastamento.

Parágrafo único. A suspensão do pagamento de que trata o caput não implica na dispensa da concessão das referidas gratificações e adicionais.

Art. 30. O servidor deverá comprovar a participação efetiva na ação que gerou seu afastamento, no prazo de até trinta dias da data de retorno às atividades, devendo apresentar:

I - certificado ou documento equivalente que comprove a participação;

II - relatório de atividades desenvolvidas; e

III - cópia de monografia, trabalho de conclusão de curso, dissertação de mestrado, tese de doutorado, de livre-docência ou estágio pós-doutoral com assinatura do orientador, quando for o caso.

Parágrafo único. A não apresentação da documentação de que tratam os incisos I, II e III do caput sujeitará ao servidor o ressarcimento dos gastos com seu afastamento ao órgão ou à entidade, na forma da legislação vigente.

Art. 31. Apenas serão concedidos os afastamentos de que trata o art. 18 do Decreto nº 9.991, de 2019, quando demonstrado que o horário ou o local da ação de desenvolvimento inviabilizará o cumprimento das atividades previstas ou a jornada semanal de trabalho do servidor.

§ 1º A inviabilidade de que trata o inciso III do art. 19 do Decreto nº 9.991, de 2019, será definida em ato do órgão ou entidade.

§ 2º A ação de desenvolvimento que for realizada durante a jornada de trabalho e não gere o afastamento do servidor deverá constar no PDP para fins de planejamento e registro do desenvolvimento de necessidades e competências.

§ 3º A carga horária semanal necessária para autorizar o afastamento de que trata o inciso I do art. 18 do Decreto nº 9.991, de 2019, será obtida pelo cálculo da divisão da carga horária total da ação ou ações de desenvolvimento no período da licença pelo número de dias do afastamento, multiplicando-se o resultado por sete dias da semana.

Art. 32. O processo administrativo para autorização de reembolso de inscrição e de mensalidade, além de demonstração do cumprimento dos requisitos previstos no art. 30 do Decreto nº 9.991, de 2019, deverá ser instruído com:

I - justificativa da relevância da ação de desenvolvimento alinhada aos objetivos organizacionais do órgão ou da entidade; e

II - indicação do motivo pelo qual não foi possível realizar as despesas pelo órgão em tempo hábil.

Parágrafo único. Para fins do disposto no inciso IV do art. 30 do Decreto nº 9.991, de 2019, e manutenção do caráter de excepcionalidade pelo qual deve ser tratado o reembolso, considera-se imprescindível a ação de desenvolvimento cuja não realização possa acarretar prejuízos concretos ao desempenho dos objetivos organizacionais do órgão ou da entidade.

**Licença para Capacitação**

Art. 33. A autoridade máxima, permitida a delegação aos dois níveis hierárquicos imediatos, com competência sobre a área de gestão de pessoas, vedada a subdelegação, concederá a licença para capacitação após a manifestação:

I - da chefia imediata do servidor, que avaliará a compatibilidade entre a solicitação e o planejamento dos afastamentos de toda força de trabalho da unidade; e

II - da unidade de gestão de pessoas, que avaliará a relevância da ação de desenvolvimento para a instituição e o cumprimento dos requisitos necessários à concessão.

Parágrafo único. Para fins de concessão da licença para capacitação, a unidade de gestão de pessoas deverá fazer constar do processo e levar em conta para a manifestação de que trata o inciso II do caput informações acerca do tempo de efetivo exercício, da existência de períodos de afastamento por licença para tratar de assuntos particulares, períodos de gozo de licença para capacitação ou de afastamentos relacionados no art. 96-A da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 34. Para requerer a licença para capacitação no caso previsto na alínea "a" do inciso IV do art. 25 do Decreto nº 9.991, de 2019, serão necessários, além do previsto no art. 31 desta Instrução Normativa, os seguintes documentos:

I - Acordo de Cooperação Técnica assinado pelos órgãos ou entidades envolvidas ou instrumento aplicável; e

II - Plano de Trabalho elaborado pelo servidor, contendo, no mínimo, a descrição:

a) dos objetivos da ação na perspectiva de desenvolvimento para o servidor;

b) dos resultados a serem apresentados ao órgão ou entidade onde será realizada a ação;

c) do período de duração da ação;

d) da carga horária semanal; e

e) do cargo e nome do responsável pelo acompanhamento do servidor no órgão ou entidade de exercício e no órgão ou entidade onde será realizada a ação.

Art. 35. A utilização da licença para capacitação para o caso previsto na alínea "b" do inciso IV do art. 25 do Decreto nº 9.991, de 2019, poderá ser realizada em:

I - órgãos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional que tenham programa de voluntariado vigente; ou

II - instituições governamentais ou não governamentais, na forma que trata o Decreto nº 9.906, de 9 de julho de 2019.

Art. 36. Além do disposto no art. 31, o processo para concessão de licença para capacitação para curso conjugado com a realização de atividade voluntária no País deverá ser instruído com a declaração da instituição na qual será realizada a atividade, informando-se:

I - a natureza da instituição;

II - a descrição das atividades de voluntariado a serem desenvolvidas;

III - a programação das atividades;

IV - a carga horária semanal e total; e

V - o período e o local de realização.

Art. 37. Na hipótese de concessão da licença para capacitação para realização de curso conjugado com atividade voluntária no País deverão ser observados os critérios já estabelecidos na legislação vigente e os definidos pelo órgão ou entidade, se houver.

Parágrafo único. Nos casos de licença para capacitação de que trata o caput as unidades de gestão de pessoas dos órgãos e entidades observarão as recomendações que venham a ser expedidas pela Secretaria Executiva do Programa Nacional de Incentivo ao Voluntariado, a quem comunicarão sobre os pedidos, formulados ou deferidos.

Art. 38. Para solicitar a utilização de saldo remanescente oriundo de interrupção de licença para capacitação, o servidor deverá instruir novo processo de solicitação, demonstrando, em relação ao período remanescente, o cumprimento dos requisitos para concessão da licença para capacitação, previstos no Decreto nº 9.991, de 2019, e nesta Instrução Normativa.

Art. 39. No caso previsto na alínea "a" do inciso I, do art. 25 do Decreto nº 9.991, de 2019, todos os custos diretos ou indiretos com inscrição, deslocamento, hospedagem e realização da ação de desenvolvimento serão de exclusiva responsabilidade do servidor, salvo quando houver:

I - disponibilidade orçamentária;

II - interesse da administração; e

III - aprovação da autoridade máxima, permitida a delegação aos dois níveis hierárquicos imediatos, com competência sobre a área de gestão de pessoas, vedada a subdelegação.

**Banco de Talentos**

Art. 40. Para fins de solicitação de afastamentos para realização de ações de desenvolvimento, os servidores deverão efetuar o cadastro de seus currículos profissionais no SIGEPE - Banco de Talentos do Governo Federal assim como mantê-lo atualizado.

Parágrafo único. É recomendável que os servidores atualizem seus currículos no SIGEPE - Banco de Talentos sempre que participarem de ação de desenvolvimento mesmo que a ação não tenha gerado afastamento.

**Disposições Transitórias**

Art. 41. Em caráter excepcional, o prazo de que trata o § 1º do art. 23 para encaminhamento do Relatório Anual de Execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas, relativo ao PDP 2020, será até 22 de fevereiro de 2021.

Art. 42. Em caráter excepcional, o prazo de que trata o caput do art. 24 para elaboração do Relatório Consolidado de Execução dos Planos de Desenvolvimento de Pessoas 2020, relativo ao PDP 2020, será até 22 de abril de 2021.

**Revogação**

Art. 43. Ficam revogadas:

I - a Instrução Normativa nº 201, de 11 de setembro de 2019;

II - a Instrução Normativa nº 78, de 12 de agosto de 2020;

III - a Instrução Normativa nº 19, de 28 de janeiro de 2021;

IV - a Portaria Conjunta nº 102, de 09 de outubro de 2019;

V - a Portaria Conjunta nº 56, de 04 de setembro de 2020;

VI - a Portaria nº 101, de 8 de outubro de 2019; e

VII - a Portaria nº 16, de 13 de maio de 2020.

**Vigência**

Art. 44. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

**WAGNER LENHART**

**DIOGO COSTA**

DOU de 3.2.2021.

ANEXO I

COMPETÊNCIAS TRANSVERSAIS DE UM SETOR PÚBLICO DE ALTO DESEMPENHO

**Resolução de Problemas com Base em Dados**

Capacidade para idear soluções inovadoras e efetivas para problemas de baixa, média ou elevada complexidade mediante a utilização de dados numéricos e não numéricos, bem como de evidências que permitam a precisão e viabilidade das soluções.

**Foco nos Resultados para os Cidadãos**

Capacidade para superar o desempenho padrão e apresentar soluções alinhadas ao cumprimento de metas e ao alcance dos objetivos estratégicos das organizações públicas, garantindo atendimento das necessidades dos usuários e dos cidadãos.

**Mentalidade Digital**

Capacidade de integrar as tecnologias digitais com os modelos de gestão, processos de tomada de decisão, com a geração de produtos e serviços, com os meios de comunicação interna, externa e de relacionamento com usuários.

**Comunicação**

Escutar, indagar e expressar conceitos e ideias nos momentos apropriados e de forma efetiva, garantindo-se a dinâmica produtiva das interações internas e externas.

**Trabalho em Equipe**

Capacidade de colaborar e cooperar em atividades desenvolvidas coletivamente, em busca do alcance de metas compartilhadas e compreendendo a repercussão das próprias ações, para o êxito ou alcance dos objetivos estabelecidos pelo grupo.

**Orientação por Valores Éticos**

Capacidade para agir de acordo com princípios e valores morais que norteiam o exercício da função pública tais como responsabilidade, integridade, retidão, transparência e equidade na gestão da res publica.

**Visão Sistêmica**

Capacidade para identificar os principais marcos institucionais e as tendências sociais, políticas e econômicas nos cenários local, regional, nacional e internacional, que podem impactar os processos decisórios e a gestão de programas e projetos no âmbito do setor público.

ANEXO II

COMPETÊNCIAS DE LIDERANÇA

PESSOAS

**Autoconhecimento e desenvolvimento pessoal**

Capacidade de empregar o autoconhecimento e a inteligência emocional na construção de sua identidade de líder, de reconhecer intimamente suas forças e fraquezas de ordem comportamental, de administrar suas emoções de modo a construir uma cultura organizacional fundada em valores humanos. Capacidade de identificar suas capacidades e limitações, e de assumir o compromisso pelo próprio desenvolvimento, mediante a adoção de uma postura de abertura à aprendizagem contínua.

**Engajamento de pessoas e equipes**

Capacidade de conduzir as pessoas ao encontro da visão, missão e objetivos organizacionais, de atuar como líder agregador, engajador, incentivador e empoderador, que construa um ambiente inclusivo, favorável à cooperação e ao trabalho em equipe. Capacidade de promover uma liderança que associe o alto desempenho da equipe ao bem-estar dos indivíduos em sua rotina de trabalho. Capacidade de valorizar o capital humano da organização, propiciando à equipe oportunidades de formação e compartilhamento do conhecimento no espaço organizacional, e promovendo uma cultura institucional propícia à aprendizagem contínua e ao desenvolvimento de pessoas orientado para os resultados.

**Coordenação e colaboração em rede**

Capacidade de transitar com desenvoltura por uma linha de construção de entendimentos que vai desde a coordenação de interesses à gestão de conflitos, favorecendo a governabilidade por meio da construção de coalizões e consensos em torno de agendas de interesse comum. Capacidade de construir, mobilizar e manter redes confiáveis e abertas com stakeholders que são, ou podem vir a se tornar, atores importantes para o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Capacidade de atuar em um ambiente de governança em rede, construindo parcerias e fortalecendo as relações institucionais.

**RESULTADO**

**Geração de valor para o usuário**

Capacidade e sensibilidade para compreender as necessidades e expectativas dos usuários em relação aos serviços do Estado, de orientar a atividade da organização para o resultado, e de buscar o envolvimento da sociedade no processo de formulação e implementação da política e dos serviços públicos.

**Gestão para resultados**

Domínio dos conhecimentos sobre gestão, inerentes à capacidade de tomar decisões e gerenciar de forma competente e estratégica os atos da organização. Capacidade de atuar com base em desempenho, metas, resultados e impactos, construídos de forma aderente ao contexto organizacional e social existente.

**Gestão de Crises**

Capacidade de antecipar, identificar e administrar a ocorrência de situações de risco, de construir soluções criativas, estratégicas e tempestivas adequadas ao contexto. Capacidade de ação em face de situações de imprevisibilidade e escassez, e de reação sob pressão.

**ESTRATÉGIA**

**Visão de futuro**

Capacidade para imaginar e prospectar futuros, de traçar diretrizes estratégicas para a organização e para a sociedade, tendo por base as características históricas, o contexto e as tendências em âmbito local, regional, nacional e internacional, aliada à capacidade para imaginar e prospectar cenários para além do futuro imediato.

**Inovação e mudança**

Capacidade de questionar abordagens convencionais na solução de problemas, de adotar novos insights à sua ação, de criar um ambiente propício à experimentação e à melhoria contínua, de suscitar e encorajar ideias de vanguarda e novas formas de se trabalhar, adotando medidas incrementais ou disruptivas que conduzam a organização a responder de forma adequada ao contexto e se preparar face a cenários futuros.

**Comunicação estratégica**

Capacidade de desenvolver conceitos e ideias com clareza, de comunicar propósitos, planos e estratégias e inspirar confiança, de estabelecer uma comunicação empática, persuasiva e influente, de construir narrativas que representem e legitimem a atuação da organização.

DOU de 3.2.2021.

**PORTARIA IN/SG/PR Nº 9, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2021.**

*Dispõe sobre publicação de atos no Diário Oficial da União.*

O **DIRETOR-GERAL DA IMPRENSA NACIONAL**, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 16 e 20 do Decreto nº 9.215, de 29 de novembro de 2017, resolve:

**Âmbito de aplicação**

Art. 1º Esta Portaria estabelece as normas para publicação de atos oficiais no Diário Oficial da União e pagamento das publicações.

**Normas para publicação do Diário Oficial da União**

Art. 2º O Diário Oficial da União será publicado em três seções.

**Atos da Seção 1**

Art. 3º São publicados na Seção 1 do Diário Oficial da União:

I - decisões relativas ao controle de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal;

II - os atos com conteúdo normativo da União, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, exceto os atos de aplicação exclusivamente interna que não afetem interesses de terceiros;

III - os pareceres do Advogado-Geral da União de que trata o art. 40, § 1º, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993;

IV - atos do Tribunal de Contas da União, de interesse geral;

V - atos normativos do Poder Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, excetuando-se os de caráter interno; e

VI - atas dos órgãos dos Poderes da União com publicidade exigida por legislação específica.

Parágrafo único. Os anexos aos atos com conteúdo normativo serão publicados integralmente no Diário Oficial da União.

**Atos da Seção 2**

Art. 4º São publicados, na Seção 2 do Diário Oficial da União, os atos relativos a pessoal da União, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista, cuja publicação decorra de disposição legal.

**Atos da Seção 3**

Art. 5º São publicados, na Seção 3 do Diário Oficial da União, os extratos de instrumentos contratuais e congêneres, de convênios, de dispensa e de inexigibilidade de licitação, de distrato, de registro de preços, de rescisão; os editais de citação, de intimação, de notificação e de concursos públicos; e os comunicados, os avisos de licitação, de dispensa e de inexigibilidade de licitação, de registro de preços, de anulação, de revogação e os resultados de julgamentos, entre outros atos da administração pública, cuja publicação seja exigida por determinação legal ou decorrente de norma infralegal.

Art. 6º São publicados, na Subseção Ineditoriais da Seção 3 do Diário Oficial da União, os atos de pessoas jurídicas de direito privado em geral e de pessoas físicas que tenham como objetivo atender às exigências de publicidade constantes da legislação.

Parágrafo único. As atas de reunião somente serão publicadas quando houver determinação legal ou decorrente de norma infralegal.

**Atos publicados em extrato**

Art. 7º São publicados em extrato no Diário Oficial da União:

I - atas e decisões dos órgãos dos Poderes da União;

II - deliberações e acórdãos;

III - editais, exceto de concurso público;

IV - avisos e comunicados;

V - acordos, ajustes, autorizações de compra, cartas-contrato, contratos, convênios, dispensas e inexigibilidades de licitação, distratos, notas de empenho, ordens de execução de serviços, protocolos, registros de preços, rescisões contratuais, termos aditivos e outros instrumentos contratuais; e

VI - atos oficiais que autorizem a exploração de serviços por terceiros.

§ 1º As deliberações e acórdãos serão restritos às suas conclusões e ementas.

§ 2º O extrato incluirá os elementos essenciais à identificação, vigência e eficácia do ato, bem como o nome e o cargo do signatário nos casos de editais, avisos e comunicados.

§ 3º Excetuam-se do disposto neste artigo os atos cuja publicação na íntegra decorra de determinação legal ou normativa.

**Vedação**

Art. 8º É vedada a publicação no Diário Oficial da União de:

I - atos de caráter interno ou que não sejam de interesse geral;

II - atos concernentes à vida funcional dos servidores dos Poderes da União, que não se enquadrem nos termos do art. 4º desta portaria, incluindo-se:

a) apostilas de correção a inexatidões materiais que não afetem a substância dos atos singulares de caráter pessoal;

b) concessão de medalhas, condecorações, comendas e títulos honoríficos, com exceção daqueles cuja publicação seja exigida por determinação legal ou normativa;

c) elogios, homenagens, agradecimentos, concessão de vantagens, direitos, indenizações ou gratificações;

d) concessão de férias, exceto aquelas autorizadas por despacho presidencial;

e) lista de antiguidade e avaliação de desempenho;

f) substituição para função de confiança, exceto para funções com nível equivalente a cargos em Comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores;

g) designação para viagem dentro do País;

h) atos de movimentação interna e progressão horizontal e vertical;

i) designação de grupos de trabalho, salvo se interpoderes, interministerial, entre ministérios e órgãos vinculados, entre ministérios e suas extensões regionais, ou se composto por membros sem vínculo com a Administração Pública;

j) designação de comissões de constituição ou atuação interna;

k) aprovação em estágio probatório; e

l) atos que contenham mera reprodução de expedientes emitidos e recebidos ou de norma já publicada em órgão oficial, inclusive boletins de serviço e pessoal.

III - atos de caráter judicial;

IV - atos de posse e de entrada em exercício;

V - endereço e horário de funcionamento de órgãos;

VI - índices e sumários de atos;

VII - gabarito de provas de concurso público;

VIII - logotipos, brasões, emblemas, símbolos, imagens ou fotografias;

IX - modelos de documento, de formulário ou de requerimento;

X - partituras e letras musicais;

XI - organogramas e fluxogramas;

XII - discursos, elogios, homenagens, agradecimentos e explanações;

XIII - atos de particulares com linguagem ou formato que possam induzir o entendimento de se tratar de ato de autoridade pública; e

XIV - atos de outros entes federativos ou de pessoas jurídicas de direito público externo com linguagem ou formato que possam induzir ao entendimento de se tratar de ato de autoridade pública federal.

Parágrafo único. As vedações previstas nos incisos VIII, IX, X e XI do caput não se aplicam na hipótese de se tratar de parte integrante de ato normativo.

**Devolução**

Art. 9º Os atos encaminhados em desconformidade com os termos desta Portaria serão devolvidos ao seu emitente por meio eletrônico.

**Alteração, revogação ou anulação**

Art. 10. A alteração, revogação ou anulação de ato oficial já publicado deve fazer referência às disposições emendadas ou invalidadas, com expressa menção da data da publicação anterior.

**Republicação**

Art. 11. O ato publicado no Diário Oficial da União com incorreção em relação ao original será objeto de republicação.

§ 1º A republicação poderá abranger somente o trecho do ato que contenha a incorreção.

§ 2º A Imprensa Nacional providenciará a republicação, de ofício ou mediante pedido, nos atos em que deu causa à incorreção em relação ao original.

§ 3º A republicação por incorreção em relação ao original decorrente de ato do emissor somente será realizada mediante requerimento e está sujeita à cobrança segundo as mesmas regras aplicáveis para o ato original.

**Retificação**

Art. 12. O ato publicado no Diário Oficial da União com lapso manifesto será objeto de retificação.

§ 1º A retificação abrangerá apenas o trecho que contenha o lapso manifesto.

§ 2º A retificação estará sujeita a cobrança segundo as mesmas regras aplicáveis ao ato original.

§ 3º A Imprensa Nacional providenciará a retificação, de ofício ou a pedido, nos atos em que deu causa à incorreção em relação ao original.

**Sistema de Envio Eletrônico de Matérias - INCom**

Art. 13. É obrigatório o encaminhamento dos atos para publicação no Diário Oficial da União por meio do Sistema de Envio Eletrônico de Matérias - INCom.

§ 1º Poderá ser admitida a transmissão de atos para o INCom a partir de sistemas informatizados de órgãos e entidades da administração pública federal mediante solicitação formal à Imprensa Nacional e desde que atendidos os requisitos de autenticidade, integridade, validade jurídica e interoperabilidade.

§ 2º Em caso de impedimento de ordem técnica, o atos advindos do Sistema de Divulgação Eletrônica de Compras e Contratações - SIDEC poderão ser encaminhados por meio de mídia digital mediante autorização da autoridade responsável pelo Sistema no âmbito do Ministério da Economia.

**Horário de recebimento**

Art. 14. Os atos a serem publicados no Diário Oficial da União deverão ser remetidos até às 19 horas do dia útil anterior à sua publicação, ressalvados:

I - os atos subscritos pelo Presidente da República; e

II - os casos autorizados pelo Subchefe para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República.

Parágrafo único. Os atos remetidos após o prazo do caput serão inseridos, automaticamente, na edição subsequente.

**Cancelamento**

Art. 15. O cancelamento de ato a ser publicado deve ser feito diretamente pelo Sistema de Envio Eletrônico de Matérias - INCom ou, em caso de indisponibilidade do serviço, por mensagem eletrônica à Imprensa Nacional.

Art. 16. Somente serão aceitos os pedidos de cancelamento e de alteração formulados até às 19 horas do dia útil anterior à data prevista para publicação.

Parágrafo único. Ressalvada a hipótese do art. 11, § 2º, a Imprensa Nacional não tem competência para cancelar, anular, alterar, republicar, retificar ou tornar sem efeito ato publicado.

**Disponibilização das edições**

Art. 17. O Diário Oficial da União será publicado de segunda-feira a sexta-feira, uma vez por dia, exceto nos dias de feriados nacionais e dias integralmente de ponto facultativo na administração pública federal no Distrito Federal.

Parágrafo único. O Subchefe para Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral da Presidência da República poderá autorizar a publicação de edições extras do Diário Oficial da União.

**Pagamento da publicação**

Art. 18. Estarão sujeitos a pagamento para publicação no Diário Oficial da União os atos originários de:

I - empresas estatais não dependentes de recursos do Tesouro Nacional para o custeio de despesas de pessoal ou para o custeio em geral;

II - fundações federais de direito privado com natureza pública;

III - outros entes federativos, inclusive de suas entidades vinculadas;

IV - pessoas jurídicas de direito público externo;

V - conselhos profissionais;

VI - serviços sociais autônomos; e

VII - particulares em geral, inclusive de pessoas físicas.

**Pagamento quanto à Subseção Ineditoriais**

Art. 19. Os atos provenientes de pessoas físicas e jurídicas de direito privado somente serão liberados para publicação após compensação do respectivo boleto bancário ou antecipação do pagamento, por meio da aquisição de créditos de publicação.

**Preço da publicação**

Art. 20. O preço da publicação de atos no Diário Oficial da União é definido em portaria do Diretor-Geral da Imprensa Nacional.

**Gratuidade da publicação**

Art. 21. São publicados gratuitamente:

I - os atos originários de:

a) órgãos da União, independentemente do Poder que integrarem;

b) autarquias federais;

c) fundações públicas federais; e

d) empresas estatais dependentes de recursos do Tesouro Nacional para o custeio de despesas de pessoal ou para o custeio em geral.

II - os despachos e as atas das sessões dos tribunais.

Parágrafo único. Os órgãos e as entidades beneficiados pela gratuidade de que trata o caput ficam dispensados de firmar qualquer instrumento com a Imprensa Nacional, observada a legislação em vigor.

**Cadastramento no INCom**

Art. 22. Os órgãos e as entidades federais, estaduais e municipais, bem como os particulares que necessitam efetuar publicações de atos no Diário Oficial da União deverão integrar o Sistema INCom, mediante cadastramento de seu gerente, conforme instruções e formulário disponíveis no portal da Imprensa Nacional.

Parágrafo único. Os órgãos referidos no caput são responsáveis por cadastrar e manter os dados de suas origens permanentemente atualizados no sistema INCom, para fins de faturamento e cobrança.

Art. 23. Compete ao gerente do INCom junto à Imprensa Nacional o cadastramento de usuários e novos gerentes no referido sistema.

**Certificação digital**

Art. 24. Será emitido pela Imprensa Nacional, após a efetivação do cadastramento, certificado digital individual para cada usuário e gerente.

Parágrafo único. Em caso de interoperabilidade entre sistemas, prevista no § 1º do art. 13, será emitido pela Imprensa Nacional certificado digital para o equipamento a ser utilizado na transmissão de atos.

Art. 25. A partir da entrada em vigor desta Portaria, o certificado de que trata o art. 24 deverá obedecer preferencialmente ao padrão ICP-Brasil.

Parágrafo único. Na opção pelo padrão ICP-Brasil, o certificado será emitido por Autoridade de Registro (AR) credenciada na Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira.

Art. 26. As contas criadas para o órgão cadastrado somente serão ativadas após a emissão do certificado de que trata o art. 24.

**Atualização de Cadastro**

Art. 27. É de inteira responsabilidade dos gerentes do INCom a atualização do cadastro de usuários de sua área de competência.

**Intermediação junto à Imprensa Nacional**

Art. 28. As pessoas jurídicas interessadas em atuar na intermediação para transmissão de atos pelo INCom deverão realizar prévio credenciamento, conforme instruções e formulário disponíveis no portal da Imprensa Nacional, e obter autorização do órgão ou da entidade emitente dos atos a ser concedida diretamente por meio do INCom.

§ 1º A ocorrência de irregularidade na intermediação que venha ensejar publicação não autorizada pela origem ou provocar prejuízo a qualquer uma das partes envolvidas ou a terceiros sujeitará a pessoa jurídica responsável à penalidade de descredenciamento do Sistema INCom, sem prejuízo de outras sanções cíveis ou penais cabíveis.

§ 2º A penalidade terá duração de 24 (vinte e quatro) meses e sua aplicação deve observar o contraditório e a ampla defesa.

**Procedimentos para utilização do INCom**

Art. 29. As orientações gerais para cadastramento e envio de atos, via no sistema INCom, são disponibilizadas no Portal da Imprensa Nacional na*internet*.

**Padrões técnicos para publicação**

Art. 30. Os atos para publicação no Diário Oficial da União deverão ser remetidos em arquivos no padrão RTF (*Rich Text Format*) ou por meio de formulários disponibilizados no sistema INCom.

§ 1º No caso de transmissão de atos na forma prevista no § 1º do art. 13, os arquivos poderão ser remetidos nos formatos RTF ou HTML.

§ 2º Outros formatos para integração entre sistemas poderão ser utilizados à conveniência da Imprensa Nacional.

Art. 31. Os atos deverão ser encaminhados para publicação em arquivos individuais.

**Formatação de texto**

Art. 32. Na formatação de textos remetidos em arquivos no padrão RTF, deverá ser utilizada codificação própria, com os seguintes caracteres de controle:

I - ##ATO Tipo de ato;

II - ##EME Ementa (somente na Seção 1);

III - ##TEX Texto do ato;

IV - ##ASS Nome da autoridade signatária (todos os atos, exceto extratos e retificações);

V - ##CAR Função da autoridade signatária (todos os atos, exceto extratos e retificações);

VI - ##DAT Data (todos os atos, exceto extratos e retificações); e

VII - ##ANE Anexo (somente quando houver).

Art. 33. Os atos a serem publicados no Diário Oficial da União obedecerão aos seguintes princípios de formatação:

I - fonte: Calibri;

II - corpo: 9;

III - alinhamento de duas ou mais colunas: utilizar recurso de tabelas; e

IV - entrelinhamento: utilizar espaço simples.

Art. 34. Não deverão ser utilizados recursos como:

I - marcação de mala direta;

II - alinhamento por espaços ou marcas de tabulação;

III - campos com equações e fórmulas, observado o § 2º deste artigo;

IV - cabeçalho e rodapé;

V - controle de alterações;

VI - estilos de textos diferentes de Normal; e

VII - texto na posição vertical; e

VIII - recuo negativo.

§ 1º Quando da necessidade de utilização de marcadores de texto, deve ser utilizado o hífen.

§ 2º As equações, as fórmulas, os formulários, os mapas e as ilustrações deverão ser tratados como imagens e salvas em arquivos separados, com indicação, no texto, do local onde serão inseridas.

§ 3º Caracteres especiais não contidos na fonte Calibri deverão ser gerados pelas fontes Symbol e Wingdings.

§ 4º Somente serão aceitos marcadores automáticos de parágrafos que estejam formatados nas fontes Calibri, Wingdings e Symbol.

§ 5º Os conteúdos acessíveis por meio de *hyperlink* publicado no Diário Oficial da União são de responsabilidade do órgão ou da entidade de origem.

§ 6º O *hyperlink* publicado não caracteriza o conteúdo a ele relacionado como publicação no Diário Oficial da União.

**Formatação de tabela**

Art. 35. As tabelas deverão ser formatadas obedecendo aos seguintes padrões:

I - largura de 12 ou 25 centímetros;

II - cada célula de tabela com, no máximo, cinco linhas de texto; e

III - bordas simples.

Parágrafo único. Não serão aceitas tabelas com recuo negativo ou mescla vertical.

**Formatação de imagem**

Art. 36. No tratamento de imagens, deverão ser aplicados os seguintes parâmetros:

I - largura de 12 ou 25 centímetros;

II - altura máxima de 37 centímetros;

III - resolução mínima de 200 dpi; e

IV - arquivo em formato PDF, TIFF ou JPG.

§ 1º Os textos e as imagens deverão ser salvos em arquivos distintos e devidamente nomeados.

§ 2º No arquivo de texto, deverá ser indicada a posição exata de inserção dos arquivos de imagem.

§ 3º Consideram-se imagens, para os fins desta Portaria, os gráficos, os quadros, os formulários, as equações, as fórmulas, os requerimentos, os balanços, os mapas, as ilustrações e as peças informativas institucionais.

§ 4º Os balanços podem ser encaminhados como imagens e devem estar contornados por borda simples de 0,2 a 0,5 milímetro ou de 0,5 a 1,5 ponto e a formatação do texto deverá obedecer ao disposto no art. 39.

§ 5º Não serão aceitas imagens sem um arquivo de texto remetido conjuntamente.

**Titulação**

Art. 37. A titulação dos atos dos órgãos do Poder Executivo federal será automática, obedecendo à estrutura hierárquica disponibilizada pelo Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal - SIORG.

**Disposições finais**

Art. 38. A publicação de atos que não estejam amparados por esta Portaria só ocorrerá mediante apresentação de sua fundamentação legal.

Art. 39. A Imprensa Nacional possui autonomia técnica para a edição e a disponibilização eletrônica do Diário Oficial da União, observado o princípio da fidelidade ao original.

Art. 40. A Imprensa Nacional, quando necessário, poderá promover ajustes na formatação de textos, tabelas e imagens recebidas, de forma a melhor adequar a diagramação de página.

Art. 41. As reclamações decorrentes de falhas no processo de produção editorial poderão ser formalizadas à Imprensa Nacional, dentro do prazo máximo de sete dias úteis, a contar da data de encaminhamento dos atos.

Art. 42. As dúvidas e as omissões de ordem técnica, administrativa e financeira, para fins de publicação, serão dirimidas pela administração da Imprensa Nacional, sem prejuízo dos recursos cabíveis.

**Revogações**

Art. 43. Ficam revogadas:

I - a Portaria nº 283, de 2 de outubro de 2018; e

II - a Portaria nº 207, de 24 de outubro de 2019.

**Vigência**

Art. 44. Esta Portaria entra em vigor em 8 de fevereiro de 2021.

**ARIOSTO ANTUNES CULAU**

DOU de 5.2.2021.

**INSTRUÇÃO NORMATIVA SGP/SEDGG/ME Nº 34, DE 24 DE MARÇO DE 2021.**

*Estabelece orientações aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec quanto aos procedimentos a serem observados para a concessão de licenças para acompanhamento de cônjuge ou companheiro, para atividade política e para tratar de interesses particulares, de que trata a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.*

O SECRETÁRIO DE GESTÃO E DESEMPENHO DE PESSOAL DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESBUROCRATIZAÇÃO, GESTÃO E GOVERNO DIGITAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 138 do Anexo I ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e tendo em vista o disposto nos arts. 84, 86 e 91 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

CAPITULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Instrução Normativa estabelece orientações aos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec, sobre a concessão das licenças para acompanhamento de cônjuge ou companheiro, para atividade política e para tratar de interesses particulares ao servidor ocupante de cargo efetivo, de que tratam os arts. 84, 86 e 91, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, respectivamente.

Art. 2º As licenças de que trata esta Instrução Normativa serão solicitadas mediante requerimento do servidor, dirigido à unidade de gestão de pessoas do órgão ou entidade de origem, que analisará e em caso de deferimento, adotará as providências necessárias à publicação do ato em boletim de pessoal ou serviço ou no Diário Oficial da União, conforme o caso.

Art. 3º Cabe ao Ministro de Estado autorizar as licenças de que trata esta Instrução Normativa.

CAPÍTULO II

LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO DE CÔNJUGE OU COMPANHEIRO

Art. 4º Será concedida licença ao servidor para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo.

Parágrafo único. A licença de que trata o caput será concedida:

I - por prazo indeterminado e sem remuneração; e

II - quando o cônjuge ou companheiro desempenhar suas atividades no setor público ou no privado e for deslocado em decorrência de motivo alheio a sua vontade.

Art. 5º O requerimento da licença para acompanhar cônjuge ou companheiro será acompanhado do Formulário de que trata o Anexo I e da seguinte documentação:

I - certidão de casamento ou declaração de união estável firmada em cartório, ambos com data anterior ao deslocamento;

II - ato que determinou o deslocamento do cônjuge ou companheiro; ou

III - diploma de mandato eletivo dos poderes Executivo ou Legislativo expedido pelo Tribunal Superior Eleitoral ou outro documento oficial.

CAPÍTULO III

LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA

Art. 6º Será concedida licença para atividade política, sem remuneração, ao servidor durante o período compreendido entre sua escolha como candidato em convenção partidária e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

Art. 7º O servidor candidato a cargo eletivo na localidade onde desempenha suas funções e que exerça cargo de direção, chefia, assessoramento, arrecadação ou fiscalização, dele será afastado, a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o décimo dia seguinte ao do pleito.

§1º Será concedida licença ao servidor de que trata o caput a partir do dia imediato ao do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, até o décimo dia seguinte ao do pleito, assegurados os vencimentos do cargo efetivo, somente pelo período de três meses.

§ 2º O servidor de que trata o caput, que tiver competência ou interesse, direta, indireta ou eventual, no lançamento, arrecadação ou fiscalização de impostos, taxas e contribuições de caráter obrigatório, inclusive parafiscais, ou para aplicar multas relacionadas com essas atividades perceberá a remuneração de seu cargo efetivo durante os seis meses de desincompatibilização previstos no art. 1º, inciso II, alínea "d", da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

§ 3º O período de licença para atividade política de que trata este artigo será contado apenas para efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

Art. 8º O requerimento da licença para atividade política será acompanhado do Formulário de que trata o Anexo II e da seguinte documentação:

I - certidão de filiação partidária, no ato do requerimento;

II - cópia da ata da convenção partidária que escolheu o servidor como candidato, após a convenção partidária e o registro da candidatura;

III - declaração ou outro documento que comprove o registro da candidatura junto ao órgão eleitoral; e

IV - manifestação da autoridade competente para confirmar o exercício das atividades, competência ou interesse, direta, indireta ou eventual, no lançamento, arrecadação ou fiscalização de impostos, taxas e contribuições de caráter obrigatório, inclusive parafiscais, ou para aplicar multas relacionadas com essas atividades.

Parágrafo único. O pedido de licença deverá ser apresentado com antecedência ao seu início, para que o servidor não incorra em inelegibilidade eleitoral.

Art. 9º Na hipótese de renúncia de candidatura ou de indeferimento do registro pela Justiça Eleitoral caberá aos órgãos e entidades analisar e decidir sobre a necessidade ou não de restituição de valores pagos indevidamente ao servidor durante o usufruto de licença para atividade política.

Parágrafo único. No caso em que restar comprovada a necessidade de restituição de valores ao erário, os órgãos e entidades deverão adotar os procedimentos estabelecidos pelo órgão central do Sipec para a reposição de valores ao Erário.

Art. 10. Ficam excluídos da remuneração no período de licença para atividade política, de que trata o §1º e o §2º do art. 7º desta Instrução Normativa, os seguintes benefícios e adicionais:

I - auxílio-transporte,

II - auxílio-alimentação;

III - adicional de insalubridade; e

IV - adicional de periculosidade.

Art. 11. É de exclusiva responsabilidade dos órgãos e entidades integrantes do Sipec avaliar se a concessão da licença para atividade política se amolda às disposições desta Instrução Normativa.

CAPÍTULO IV

LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

Art. 12. A concessão de licença para tratar de interesses particulares é ato administrativo de natureza estritamente discricionária, devendo os órgãos e entidades integrantes do Sipec considerar em sua decisão o interesse público, o resguardo da incolumidade da ordem administrativa, a regular continuidade do serviço e o disposto nesta Instrução Normativa.

Art. 13. A critério da Administração, poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo licenças para tratar de interesses particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração.

§ 1º A licença poderá ser interrompida a qualquer tempo, a pedido do servidor, ou pela administração, por necessidade do serviço.

§ 2º Não será concedida licença para tratar de interesses particulares a servidor que esteja em estágio probatório.

§ 3º As licenças não serão concedidas por prazo total superior a seis anos durante a vida funcional do servidor.

§4º Eventual pedido de prorrogação da licença deverá ser apresentado pelo servidor, com no mínimo dois meses de antecedência do término da licença vigente, observado o limite de três anos para cada licença e o disposto no §3º, ressalvada a situação prevista no §5º.

§5º O Ministro de Estado ao qual se vincula o órgão ou a entidade de origem do servidor poderá, excepcionalmente, autorizar a concessão de licença para tratar de interesses particulares por prazo superior ao que trata o §3º.

Art. 14. O requerimento da licença para tratar de interesses particulares será realizado na forma do Anexo III desta Instrução Normativa.

Art. 15. O servidor que solicitar a licença para tratar de interesses particulares com o objetivo de exercício de atividades privadas deverá observar as disposições da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, sobre conflito de interesses.

Parágrafo único. A consulta sobre a existência de conflito de interesses ou o pedido de autorização para o exercício de atividade privada poderão ser formulados mediante petição eletrônica no Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflitos de Interesses (SeCI), disponibilizado pela Controladoria-Geral da União - CGU.

Art. 16. Cabe ao servidor em licença para tratar de interesses particulares o recolhimento das contribuições previdenciárias para fins de manutenção da vinculação ao regime próprio do Plano de Seguridade Social, no mesmo percentual devido pelos servidores em atividade.

Art. 17. No primeiro dia útil seguinte ao término do período de licença para tratar de assuntos particulares, o servidor apresentar-se-á na unidade setorial de gestão de pessoas do seu órgão ou entidade de lotação para retomar o exercício das suas atribuições funcionais, devendo preencher o Termo de Apresentação constante do Anexo IV.

§ 1º O disposto no caput aplica-se ao servidor que, anteriormente à concessão da licença, encontrava-se em exercício em órgão ou entidade diverso do seu órgão ou entidade de lotação, por motivo de cessão, requisição, exercício descentralizado ou com fundamento em outro instituto previsto na legislação.

§ 2º No caso de o servidor não se apresentar na forma do caput, a chefia da unidade setorial de gestão de pessoas do órgão ou entidade de lotação do servidor deverá:

I - suspender a reimplantação da remuneração do servidor na folha de pagamento de pessoal do Poder Executivo Federal;

II - transcorridos 31 (trinta e um) dias consecutivos, preencher o Termo de Não Apresentação de Servidor Licenciado, constante do Anexo V, e encaminhá-lo, juntamente com outros documentos que reputar necessários, à autoridade competente para a instauração de processo disciplinar, por abandono de cargo, nos termos do art. 138 da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 18. É vedada a concessão de licença para tratar de interesses particulares com efeitos retroativos.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19. Os casos omissos serão tratados pela Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, observados os procedimentos quanto à realização de consultas estabelecidos pelo órgão central do Sipec.

Art. 20. Ficam revogados:

I - a Orientação Normativa nº 55, de 18 de janeiro de 1991;

II - a Orientação Normativa nº 78, de 6 de março de 1991;

III - a Orientação Consultiva nº 1, de 8 de setembro de 1997;

IV - os itens 1 a 10 da Orientação Consultiva nº 38, de 17 de abril de 1998; e

V - a Portaria SEGRT nº 35, de 1º de março de 2016.

Art. 21. Esta Instrução Normativa entra vigor em 1º de abril de 2021.

**WAGNER LENHART**

DOU de 25.3.2021.

**ANEXO I**

FORMULÁRIO LICENÇA POR MOTIVO DE AFASTAMENTO DO(A) CÔNJUGE OU COMPANHEIRO(A)

Nome / Nome Social:

CPF:

Telefone:

E-mail Pessoal:

3. REQUERIMENTO

Solicito concessão de LICENÇA POR MOTIVO DE AFASTAMENTO DO (A) CÔNJUGE OU COMPANHEIRO(A), a partir de \_\_\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_, nos termos do Art. 84 da Lei n° 8.112/90, declarando ter ciência de que esta licença terminará na mesma data em que meu(minha) cônjuge retorne às suas atividades.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

NOME DO (A) SERVIDOR (A)

3. DOCUMENTAÇÃO ANEXA

( ) certidão de casamento ou declaração de união estável firmada em cartório, ambos com data anterior ao deslocamento;

( ) ato que determinou o deslocamento do cônjuge ou companheiro; ou

( ) diploma de mandato eletivo dos poderes Executivo ou legislativo expedido pelo Tribunal Superior Eleitoral ou outro documento oficial.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

NOME DO(A) SERVIDOR(A)

**ANEXO II**

FORMULÁRIO LICENÇA PARA ATIVIDADE POLÍTICA

1. IDENTIFICAÇÃO DO (A) SERVIDOR (A)

Nome / Nome Social:

CPF:

Telefone:

E-mail Pessoal:

2. DADOS DA LICENÇA

Cargo Eletivo Pleiteado:

Partido Político:

Data da Convenção Partidária:

Data do Pedido de Registro da Candidatura:

3. REQUERIMENTO

Solicito a concessão de Licença para Atividade Política, conforme art.86 da Lei nº 8.112/1990:

( ) Sem remuneração - durante o período que mediar entre a escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera dos 3 (três) meses anteriores ao pleito.

( ) Com remuneração - 3 (três) meses anteriores ao pleito, para concorrer cargo eletivo.

( ) Com remuneração - nos 6 (seis) meses anteriores ao pleito em que será candidato a cargo eletivo, em virtude de exercer competência ou ter interesse, direta, indireta ou eventual, no lançamento, arrecadação ou fiscalização de impostos, taxas e contribuições de caráter obrigatório, inclusive parafiscais, ou para aplicar multas relacionadas com essas atividades.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

NOME DO (A) SERVIDOR (A)

4. DOCUMENTAÇÃO ANEXA

certidão de filiação partidária, no ato do requerimento;

cópia da ata da convenção partidária que escolheu o servidor como candidato, após a convenção partidária e o registro da candidatura;

declaração ou outro documento que comprove o registro da candidatura junto ao órgão eleitoral; e

manifestação da autoridade competente para confirmar o exercício das atividades, competência ou interesse, direta, indireta ou eventual, no lançamento, arrecadação ou fiscalização de impostos, taxas e contribuições de caráter obrigatório, inclusive parafiscais, ou para aplicar multas relacionadas com essas atividades.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

NOME DO(A) SERVIDOR(A)

**ANEXO III**

FORMULÁRIO LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

1. IDENTIFICAÇÃO DO(A) SERVIDOR(A)

Nome / Nome Social:

CPF:

Matrícula SIAPE:

E-mail Institucional:

E-mail Pessoal:

Telefone:

2. USUFRUTO DE PERÍODOS ANTERIORES DE LIP

1. De / / a / /

2. De / / a / /

3. De / / a / /

4. De / / a / /

5. De / / a / /

6. De / / a / /

3. AFERIÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE - LEI 12.813/2013

3.1 Durante o usufruto da LIP, pretende exercer atividades privadas?

( ) Não

( ) Sim - Caso positivo responder também os itens 3.2 e 3.3

3.2 Descrição das atividades desempenhadas no setor público nos últimos 12 meses.

3.3 Descrição da atividade privada que irá exercer ou do recebimento de propostas de trabalho que pretende aceitar, contrato ou negócio no setor privado.

4. CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE SEGURIDADE SOCIAL

( ) Opto por não recolher para o Regime de Previdência do Servidor Público, ciente de que não farei jus aos benefícios do referido regime.

( ) Opto por recolher para o Regime de Previdência do Servidor Público, ciente de que farei jus aos benefícios do referido regime.

5. REQUERIMENTO

Solicito, com base no art. 91 da Lei nº 8.112/1990,

licença para tratar de interesses particulares pelo período de \_¬¬¬¬¬¬¬¬¬¬-\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_até 3 anos, a partir de \_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

NOME DO(A) SERVIDOR(A)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

NOME DA CHEFIA IMEDIATA

**ANEXO IV**

Termo de Apresentação

[Qualificação: nome, cargo, CPF, SIAPE e endereço], venho, por meio deste, perante o (a) [órgão ou entidade], tendo em vista o término do período de licença para tratar de interesses particulares concedida pela Portaria nº \_\_\_\_, de \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_\_, apresentar-me para retomar o exercício das minhas atribuições funcionais.

[Local, data e assinatura do servidor]

[Local, data e assinatura da chefia imediata]

**ANEXO V**

Termo de Não Apresentação de Servidor Licenciado

[Qualificação: nome, cargo, nome da unidade de sua responsabilidade, nome do órgão ou entidade, CPF, SIAPE e endereço] declaro que, tendo transcorrido 31 (trinta e um) dias desde o término do período de licença para tratar de interesses particulares concedida ao (à) servidor (a)[nome, cargo, CPF e SIAPE], sem que o servidor (a) tenha se apresentado para reiniciar o exercício das suas atribuições funcionais, encaminho a documentação anexa para a adoção das providências cabíveis com vistas à instauração de processo disciplinar, por abandono de cargo, nos termos do art. 138 da Lei nº 8.112, de 1990.

[Local, data e assinatura da chefia imediata]

DOU de 25.3.2021.

1. Algumas normas mencionadas em notas de rodapé podem estar desatualizadas. Ver informações atualizadas sobre a estrutura orgânica da Advocacia-Geral da União no Decreto nº 10.608, de 25.1.2021, e outras informações no site da AGU. [↑](#footnote-ref-2)
2. Ver Decreto n° 93.237, de 1986 (Revogado) [↑](#footnote-ref-3)
3. Ver Decreto n° 92.889, de 1986, e Decreto n° 93.237, de 1986 (Revogados) [↑](#footnote-ref-4)
4. O Advogado-Geral da União é o mais elevado órgão de **assessoramento jurídico** do Poder Executivo e exerce a **representação judicial** da União perante o Supremo Tribunal Federal. [↑](#footnote-ref-5)
5. O Procurador-Geral da União exerce a **representação judicial** da União perante os tribunais superiores em quaisquer causas, ressalvadas aquelas de competência da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. [↑](#footnote-ref-6)
6. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional presta **assessoramento jurídico e consultoria** ao Ministério da Fazenda [funções exercidas pelas Consultorias Jurídicas nos demais Ministérios] e exerce a **representação judicial** da União na **execução da dívida ativa de caráter tributário** e nas **causas de natureza fiscal**. Com a promulgação da Constituição de 1988 a antiga PGFN passou a exercer a representação judicial de União nas causas de natureza fiscal, mesmo antes da expedição da Lei Complementar n° 73, de 1993, por força do art. 29, § 5°, do ADCT. [↑](#footnote-ref-7)
7. A Consultoria-Geral da União colabora com o Advogado-Geral da União em seu assessoramento jurídico ao Presidente da República. [↑](#footnote-ref-8)
8. O Conselho Superior da AGU é composto de membros natos [Advogado-Geral da União, Procuradores-Gerais da União e da Fazenda Nacional, Consultor-Geral da União e Corregedor-Geral da União] e de membros eleitos [um representante de cada Carreira] com mandato de dois anos, e tem funções restritas: tratar dos concursos de ingresso nas Carreiras da Instituição, organizar listas de promoções e remoções dos membros efetivos da AGU e decidir sobre estágio confirmatório. Veja outras atribuições conferidas ao Conselho Superior da AGU pelas Portarias nº 7, de 2009, 1.643, de 2009, nº 55, de 2009, nº 218, de 2011, nº 248 de 2011, nº 178, de 2012, nº 345, de 2012, nº 568, de 2012, e Resolução nº 1, de 2011. [↑](#footnote-ref-9)
9. A Corregedoria-Geral da AGU, conforme a Lei Complementar n° 73, de 1993, tem sua atuação voltada tão somente para os órgãos jurídicos da Instituição, inclusive os vinculados, e para os membros da AGU, não se ocupando dos demais órgãos e servidores. [↑](#footnote-ref-10)
10. As Procuradorias Regionais da União e da Fazenda Nacional se localizam nas Capitais que sejam sede de Tribunal Regional Federal [Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Recife]. [↑](#footnote-ref-11)
11. As Procuradorias da União e da Fazenda Nacional estão localizadas nas Capitais dos Estados e no Distrito Federal. [↑](#footnote-ref-12)
12. As Procuradorias Seccionais da União e da Fazenda Nacional se localizam em cidades do interior dos Estados. [↑](#footnote-ref-13)
13. A Consultoria da União, órgão da Consultoria-Geral da União, é composta pelos Consultores da União. [↑](#footnote-ref-14)
14. As Consultorias Jurídicas, localizadas nos Ministérios, exercem as atividades de **consultoria e assessoramento** jurídicos no âmbito das respectivas Pastas. [↑](#footnote-ref-15)
15. Os Órgãos Vinculados à AGU são responsáveis pela **representação judicial** e **extrajudicial** e pelas atividades de **consultoria e assessoramento jurídicos** das autarquias e fundações federais. [↑](#footnote-ref-16)
16. O Centro de Estudos da AGU, denominado *Victor Nunes Leal*, foi instalado no ano de 2000, passando a denominar-se “**Escola Victor Nunes Leal da Advocacia-Geral da União**”. Ver o Ato Regimental nº 2, de 2005, as Portarias nº 190, nº 134, de 2012, nº 304, de 2012, nº 322, de 2012, e nº 345, de 2012. [↑](#footnote-ref-17)
17. A Secretaria de Controle Interno da AGU ainda não foi instalada, ficando as suas atribuições temporariamente confiadas à Secretaria de Controle Interno da Presidência da República. [↑](#footnote-ref-18)
18. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, responsável pela representação judicial da União na **execução da dívida ativa de caráter tributário** e nas **causas de natureza fiscal**, já se encontrava organizada nacionalmente seguindo os órgãos do Ministério da Fazenda, pois era responsável pelo assessoramento jurídico e consultoria àquela Pasta. [↑](#footnote-ref-19)
19. Aquele foi o primeiro e único concurso público de ingresso na Carreira de Assistente Jurídico do quadro da AGU, pois a Carreira foi extinta e os cargos foram transformados em cargos de Advogado da União pelo art. 11 da Medida Provisória no 43, de 2002, convertida na Lei n° 10.549, de 2002. [↑](#footnote-ref-20)
20. Ver arts 11-A e 11-B da Lei n° 9.028, de 1995 [Medida Provisória n° 2.180-35, de 2001]. [↑](#footnote-ref-21)
21. Ver art. 8º-D da Lei n° 9.028, de 1995. [↑](#footnote-ref-22)
22. Ver art. 8°-E da Lei n° 9.028, de 1995. [↑](#footnote-ref-23)
23. As Procuradorias Regionais da União atuavam apenas na 2ª instância [Tribunais Regionais situados nas Capitais onde estas têm sede]. [↑](#footnote-ref-24)
24. As Procuradorias da União nos Estados e no Distrito Federal atuam na 1ª instância das Justiças Federal e do Trabalho. [↑](#footnote-ref-25)
25. Ver art. 3°, § 1°, da Lei n° 9.028, de 1995. [↑](#footnote-ref-26)
26. Ver art. 3°, § 4°, da Lei n° 9.028, de 1995. [↑](#footnote-ref-27)
27. Ato Regimental n° 5, de 19 de junho de 2002. [↑](#footnote-ref-28)
28. Implantado pela Portaria AGU n° 224, de 2000. Foi sucedido pela Secretaria-Geral de Contencioso. [↑](#footnote-ref-29)
29. Ver arts. 2°, I, c, e 10 da Lei Complementar n° 73, de 1993. [↑](#footnote-ref-30)
30. Ato Regimental no 1, de 2002. O Ato Regimental nº 5, de 27.9.2007, reorganizou a Consultoria-Geral da União e revogou o Ato Regimental nº 1, de 2002. Posteriormente o Decreto nº 7.392, de 2010, organizou a AGU e, por via de consequência, a Consultoria-Geral da União. O Decreto nº 7.392, de 2010, foi revogado pelo Decretonº 10.608, de 2021. [↑](#footnote-ref-31)
31. A competência para dispor sobre essas matérias foi conferida ao Advogado-Geral da União pelo art. 45, § 1°, da Lei Complementar n° 73, de 1993. [↑](#footnote-ref-32)
32. O Departamento de Acompanhamento de Feitos Estratégicos perante o Supremo Tribunal Federal Absorveu o Núcleo de acompanhamento de feitos judiciais de interesse da União, e de suas autarquias e fundações, em tramitação perante o Supremo Tribunal Federal objeto do item 17. Atualmente esse acompanhamento, no que diz respeito a causas de interesse da Administração direta, é feito, sob o comando do Advogado-Geral da União, pela Secretaria-Geral de Contencioso, e aquelas de interesse de autarquias e fundações federais (exceto do Banco Central do Brasil) pela Procuradoria-Geral Federal. [↑](#footnote-ref-33)
33. Observa-se que o Ato Regimental nº 1, de 2002, precedeu a criação da Procuradoria-Geral Federal. O ato Regimental nº 1, de 2002, foi revogado pelo Ato Regimental nº 5, de 2007. [↑](#footnote-ref-34)
34. Ver Ato Regimental n° 6, de 2002. [↑](#footnote-ref-35)
35. Ver art. 8°-F da Lei n° 9.028, de 1995 [Medida Provisória n° 2.180-35, de 2001]. [↑](#footnote-ref-36)
36. Ver o Anexo II do Decreto nº 10.608, de 2021, que insere na Consultoria-Geral da União 26 Consultorias Jurídicas da União nos Estados e uma em São José dos Campos. Essas Consultorias teriam substituído os Núcleos de Assessoramento Jurídico de que trata o art. 8º-F da Lei nº 9.028, de 1995. [↑](#footnote-ref-37)
37. Portarias nos 306, 359 e 720, de 2002. [↑](#footnote-ref-38)
38. Ver art. 35 e seguintes da Medida Provisória n° 2.229-43, de 2001. [↑](#footnote-ref-39)
39. Ver art. 8°-A, da Lei n° 9.028, de 1995 (Incluído pela Medida Provisória no 2.180, de 2001 e revogado pela Lei no 10.480, de 2002, que criou a Procuradoria-Geral Federal.) [↑](#footnote-ref-40)
40. Ver arts. 17 e 18 da Lei Complementar n° 73, de 1993. [↑](#footnote-ref-41)
41. Ver Ato Regimental nº 1, de 2000. Perdeu a eficácia com a revogação do art. 8º-A pela Lei nº 10.480, de 2002.) [↑](#footnote-ref-42)
42. Ver Lei n° 10.480, de 2002 - art. 9° e seguintes. [↑](#footnote-ref-43)
43. Ver art. 131, **caput**, da Constituição. [↑](#footnote-ref-44)
44. Ver Ato Regimental nº 3, de 2000, revogado em 2002. [↑](#footnote-ref-45)
45. Ver Decreto n° 4.368, de 2002. O Decreto nº 4.368, de 2002, foi revogado pelo Decreto nº 7.392, de 2010, e este foi revogado pelo Decreto nº10.608, de 2021. [↑](#footnote-ref-46)
46. O Centro de Estudos da Advocacia-Geral da União, denominado *Victor Nunes Leal*, atualmente constitui-se na “Escola da Advocacia-Geral da União”, conforme o Ato Regimental nº 2, de 15 de agosto de 2005. [↑](#footnote-ref-47)
47. Ver Decreto n° 767, de 1993, e art. 16 da Lei nº 9.028, de 1995. [↑](#footnote-ref-48)
48. Ver as Portarias nos 81, de 2003, e 431, de 2006, que revogou a primeira. [↑](#footnote-ref-49)
49. O SICAU veio a ser superado pelo Sistema AGU de Inteligência Jurídica – SAPIENS, que engloba processos judiciais e administrativos. [↑](#footnote-ref-50)
50. Ver a Lei n° 10.480, de 2002 - art. 1° e seguintes. [↑](#footnote-ref-51)
51. Ver o quadro de servidores da AGU/PGF no site da AGU [↑](#footnote-ref-52)
52. Ver o Decreto nº 4.294, de 3 de julho de 2002. [↑](#footnote-ref-53)
53. O art. 29, **caput**, do ADCT previu que as instituições e os órgãos jurídicos nele mencionados continuariam a exercer suas antigas atribuições somente até a **aprovação** das leis complementares ali referidas. Com isso, a **aprovação** [pelo Congresso Nacional e sanção do Presidente da República] da primeira delas – a Lei Complementar n° 73, de 1993, dispondo sobre a AGU –, fez cessar as competências anteriores. [↑](#footnote-ref-54)
54. Período que medeia a sanção e a vigência da lei, impossibilitado, no caso, em razão do contido no art. 29, **caput**, do ADCT. [↑](#footnote-ref-55)
55. Ver o art. 11 da Lei n° 10.549, de 2002 [conversão da Medida Provisória n° 43, de 2002], que transformou cargos de Assistente Jurídico da AGU em cargos de Advogado da União, extinguindo a carreira de Assistente Jurídico. [↑](#footnote-ref-56)
56. Ver a nota de rodapé referente ao item 37. [↑](#footnote-ref-57)
57. Ver o Anexo II do Decreto nº 10.608, de 25.1.2021, que insere na Consultoria-Geral da União 26 Consultorias Jurídicas da União nos Estados e uma em São José dos Campos. Essas Consultorias teriam substituído os Núcleos de Assessoramento Jurídico de que trata o art. 8º-F da Lei nº 9.028, de 1995. [↑](#footnote-ref-58)
58. Portaria n° 720, de 2002. [↑](#footnote-ref-59)
59. Portaria n° 747, de 2002. [↑](#footnote-ref-60)
60. Portaria n° 832, de 2002. [↑](#footnote-ref-61)
61. Portaria n° 785, de 2002. [↑](#footnote-ref-62)
62. Portaria n° 789, de 2002. [↑](#footnote-ref-63)
63. Portaria n° 805, de 2002. [↑](#footnote-ref-64)
64. Portaria n° 806, de 2002. [↑](#footnote-ref-65)
65. As Comissões Temáticas foram extintas pela Portaria nº 1.047, de 21.7.2008, exceto a Comissão de Contencioso Judicial – CCJ, criada pela Portaria Conjunta/AGU/PGF nº 93, de 2003. [↑](#footnote-ref-66)
66. Portaria n° 278, de 2003. Esta Portaria foi revogada pela Portaria nº 1.047, de 21.7.2008. [↑](#footnote-ref-67)
67. Portaria n° 370, de 2003. Esta Portaria foi revogada pela Portaria nº 1.047, de 21.7.2008. [↑](#footnote-ref-68)
68. Portaria n° 391, de 2003. Esta Portaria foi revogada pela Portaria nº 1.047, de 21.7.2008. [↑](#footnote-ref-69)
69. Portaria n° 392, de 2003. Esta Portaria foi revogada pela Portaria nº 1.047, de 21.7.2008. [↑](#footnote-ref-70)
70. Portaria n° 393, de 2003. Esta Portaria foi revogada pela Portaria nº 1.047, de 21.7.2008. [↑](#footnote-ref-71)
71. Portaria n° 572, de 2003. Esta Portaria foi revogada pela Portaria nº 1.047, de 21.7.2008. [↑](#footnote-ref-72)
72. Portaria n° 573, de 2003. Esta Portaria foi revogada pela Portaria nº 1.047, de 21.7.2008. [↑](#footnote-ref-73)
73. Portaria n° 574, de 2003. Esta Portaria foi revogada pela Portaria nº 1.047, de 21.7.2008. [↑](#footnote-ref-74)
74. Portaria n° 575, de 2003. Esta Portaria foi revogada pela Portaria nº 1.047, de 21.7.2008. [↑](#footnote-ref-75)
75. Portaria n° 576, de 2003. Esta Portaria foi revogada pela Portaria nº 1.047, de 21.7.2008. [↑](#footnote-ref-76)
76. Portaria n° 577, de 2003. Esta Portaria foi revogada pela Portaria nº 1.047, de 21.7.2008. [↑](#footnote-ref-77)
77. Portaria Conjunta n° 93, de 2003. [↑](#footnote-ref-78)
78. Portaria n° 122, de 2004. Esta Portaria foi revogada pela Portaria nº 1.047, de 21.7.2008. [↑](#footnote-ref-79)
79. Portaria n° 313, de 2004, alterada pela Portaria 379, de 2004. Esta Portaria foi revogada pela Portaria nº 1.047, de 21.7.2008, que constituiu a Comissão de Sistematização Jurídica – CSJ. [↑](#footnote-ref-80)
80. Portaria n° 314, de 2004. Esta Portaria foi revogada pela Portaria nº 1.046, de 21.7.2008, que deu nova feição à CAGI. A Portaria nº 1.046, de 2008, foi revogada pela Portaria nº 1.643, de 19.11.2009, que “atribui ao Conselho Superior da Advocacia-Geral da União a função de órgão consultivo do Advogado-Geral da União”. [↑](#footnote-ref-81)
81. O SICAU veio a ser superado pelo Sistema AGU de Inteligência Jurídica – SAPIENS, que engloba processos judiciais e administrativos. [↑](#footnote-ref-82)
82. Portaria n° 367, de 2004. A Portaria nº 367, de 2004, que instituía o SIRAJ foi revogada pela Portaria nº 1.831, de 22 de dezembro de 2008. [↑](#footnote-ref-83)
83. Pelas Portarias nos 157 a 175, de 2005, foram implantados os Núcleos de Assessoramento Jurídico de Aracajú/SE, Belém/PA, Belo Horizonte/MG, Boa Vista/RR, Campo Grande/MS, Cuiabá/MT, Curitiba/PR, Florianópolis/SC, João Pessoa/PB, Macapá/AP, Maceió/AL, Natal/RN, Palmas/TO, Porto Velho/RO, Rio de Janeiro/RJ, São Luís/MA, São Paulo/SP, Teresina/PI e Vitória/ES. Ver o Anexo II do Decreto nº 10.608, de 25.1.2021, que insere na Consultoria-Geral da União 26 Consultorias Jurídicas da União nos Estados e uma em São José dos Campos. Essas Consultorias teriam substituído os Núcleos de Assessoramento Jurídico de que trata o art. 8º-F da Lei nº 9.028, de 1995. [↑](#footnote-ref-84)
84. O Núcleo de Assessoramento Jurídico − NAJ de Rio Branco/AC foi implantado pela Portaria nº 982, de 2006, e o de Manaus/AM, pela Portaria nº 983, de 2006. Ver o Anexo II do Decreto nº 10.608, de 25.1.2021, que insere na Consultoria-Geral da União 26 Consultorias Jurídicas da União nos Estados e uma em São José dos Campos. Essas Consultorias teriam substituído os Núcleos de Assessoramento Jurídico de que trata o art. 8º-F da Lei nº 9.028, de 1995. [↑](#footnote-ref-85)
85. Portaria n° 220, de 2004. [↑](#footnote-ref-86)
86. Portaria n° 222, de 2004. [↑](#footnote-ref-87)
87. Portaria n° 483, de 2004. [↑](#footnote-ref-88)
88. Portaria n° 219, de 2004. [↑](#footnote-ref-89)
89. Portaria n° 221, de 2004. [↑](#footnote-ref-90)
90. Portaria nº 77, de 2005. [↑](#footnote-ref-91)
91. Portaria nº 267, de 2005. [↑](#footnote-ref-92)
92. Portaria nº 358, de 2005. [↑](#footnote-ref-93)
93. Portaria nº 683, de 2005. [↑](#footnote-ref-94)
94. Portaria nº 496, de 2006. [↑](#footnote-ref-95)
95. Portaria nº 826, de 2006. [↑](#footnote-ref-96)
96. Portaria nº 905, de 2006. [↑](#footnote-ref-97)
97. Portaria nº 1.103, de 2006. [↑](#footnote-ref-98)
98. Portaria nº 1.163, de 2006. [↑](#footnote-ref-99)
99. Portaria nº 1.255, de 2006. [↑](#footnote-ref-100)
100. Portaria nº 1.271, de 2006. [↑](#footnote-ref-101)
101. Portaria nº 238, de 2007. [↑](#footnote-ref-102)
102. Portaria n° 436, de 2004. [↑](#footnote-ref-103)
103. Portaria nº 450, de 2004. [↑](#footnote-ref-104)
104. Portaria nº 34, de 2005. [↑](#footnote-ref-105)
105. Portaria nº 63, de 2005. [↑](#footnote-ref-106)
106. Portaria nº 608, de 2005. [↑](#footnote-ref-107)
107. Portaria nº 1.164, de 2006. [↑](#footnote-ref-108)
108. Portaria nº 1.165, de 2006. [↑](#footnote-ref-109)
109. Portaria nº 147, de 2005. [↑](#footnote-ref-110)
110. Conversão da Medida Provisória n° 222, de 4 de outubro de 2004. [↑](#footnote-ref-111)
111. Ver o art. 2º da Lei nº 11.098, de 2005. [↑](#footnote-ref-112)
112. Ver o art. 16 do Ato Regimental nº 2, de 2007. O Ato Regimental nº 2, de 2007, foi revogado pelo Ato regimental nº 2, de 10.5.2016. [↑](#footnote-ref-113)
113. Ver Decreto n° 5.255, de 2004. [↑](#footnote-ref-114)
114. Ver o Ato Regimental n° 1, de 2004 (revogado pelo Ato Regimental nº 2, de 2007). Ver os Anexos I e II do Decreto nº 10.608, de 25.1.2021, que aprova a estrutura regimental da Advocacia-Geral da União. [↑](#footnote-ref-115)
115. A Lei nº 11.501, de 11.7.2007, é originária da Medida Provisória nº 359, de 16.3.2007. [↑](#footnote-ref-116)
116. Ver a Portaria/PGFN/PGF nº 433, de 25 de abril de 2007. Ver também a Portaria Conjunta PGF/PGFN nº 13, de 19.6.2019. [↑](#footnote-ref-117)
117. O Ato Regimental nº 2, de 2007, foi revogado pelo Ato regimental nº 2, de 10.5.2016. [↑](#footnote-ref-118)
118. O Ato Regimental nº 1, de 2004, foi revogado pelo Ato Regimental nº 2, de 2007. Ver os Anexos I e II do Decreto nº 10.608, de 25.1.2021, que aprova a estrutura regimental da Advocacia-Geral da União. [↑](#footnote-ref-119)
119. Ver o Ato Declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 40, de 21 de novembro de 2005. [↑](#footnote-ref-120)
120. Convertida na Lei nº 11.501, de 11.7.2007. [↑](#footnote-ref-121)
121. Sobre atribuições da Procuradoria-Geral Federal ver também o Ato Regimental nº 2, de 2007. O Ato Regimental nº 2, de 2007, foi revogado pelo Ato regimental nº 2, de 10.5.2016. [↑](#footnote-ref-122)
122. Sobre a “Súmula da AGU”, ver nova orientação estabelecida no Ato Regimental nº 1, de 2.7.2008, que dispõe sobre a edição e a aplicação de “sumulas da Advocacia-Geral da União”. [↑](#footnote-ref-123)
123. Grupo constituído pela Portaria n° 121, de 2004. [↑](#footnote-ref-124)
124. Ver o art. 7º do Ato Regimental nº 1, de 2 de julho de 2008 (D. O. de 3.7.2008), que alterou a denominação de “Enunciados da Súmula da Advocacia-Geral da União” para “Súmulas da Advocacia-Geral da União”. [↑](#footnote-ref-125)
125. Ver o art. 7º do Ato Regimental nº 1, de 2 de julho de 2008 (D. O. de 3.7.2008), que alterou a denominação de “Enunciados da Súmula da Advocacia-Geral da União” para “Súmulas da Advocacia-Geral da União”. [↑](#footnote-ref-126)
126. Publicado no Diário Oficial de 26, 27 e 28 de julho de 2004. [↑](#footnote-ref-127)
127. Ver o art. 7º do Ato Regimental nº 1, de 2 de julho de 2008 (D. O. de 3.7.2008), que alterou a denominação de “Enunciados da Súmula da Advocacia-Geral da União” para “Súmulas da Advocacia-Geral da União”. [↑](#footnote-ref-128)
128. Ver o art. 7º do Ato Regimental nº 1, de 2 de julho de 2008 (D. O. de 3.7.2008), que alterou a denominação de “Enunciados da Súmula da Advocacia-Geral da União” para “Súmulas da Advocacia-Geral da União”. [↑](#footnote-ref-129)
129. Ver as Instruções Normativas nos 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 e 11, de 19 de julho de 2004 (Diário Oficial de 26.7.2005). [↑](#footnote-ref-130)
130. Ver o art. 7º do Ato Regimental nº 1, de 2 de julho de 2008 (D. O. de 3.7.2008), que alterou a denominação de “Enunciados da Súmula da Advocacia-Geral da União” para “Súmulas da Advocacia-Geral da União”. [↑](#footnote-ref-131)
131. Ver o art. 7º do Ato Regimental nº 1, de 2 de julho de 2008 (D. O. de 3.7.2008), que alterou a denominação de “Enunciados da Súmula da Advocacia-Geral da União” para “Súmulas da Advocacia-Geral da União”. [↑](#footnote-ref-132)
132. Publicado no Diário oficial de 28, 29 e 30 de setembro de 2005. [↑](#footnote-ref-133)
133. Publicado no Diário Oficial de 2, 3 e 4 de agosto de 2006. [↑](#footnote-ref-134)
134. Ver o art. 7º do Ato Regimental nº 1, de 2 de julho de 2008 (D. O. de 3.7.2008), que alterou a denominação de “Enunciados da Súmula da Advocacia-Geral da União” para “Súmulas da Advocacia-Geral da União”. [↑](#footnote-ref-135)
135. Ver as Instruções Normativas nos 2 e 3, de 2005, e nos 4 e 5, de 2006. [↑](#footnote-ref-136)
136. Ver o art. 7º do Ato Regimental nº 1, de 2 de julho de 2008 (D. O. de 3.7.2008), que alterou a denominação de “Enunciados da Súmula da Advocacia-Geral da União” para “Súmulas da Advocacia-Geral da União”. [↑](#footnote-ref-137)
137. Publicado no Diário Oficial de 8, 9 e 10 de agosto de 2006. [↑](#footnote-ref-138)
138. O Ato de consolidação dos enunciados da Súmula da Advocacia-Geral da União foi publicado no Diário Oficial dos dias 30 e 31 de janeiro e 1º de fevereiro de 2007. Segundo o art. 43, § 2º, da Lei Complementar nº 73, de 1993, “no início de cada ano, os enunciados existentes devem ser consolidados e publicados no Diário Oficial da União.” [↑](#footnote-ref-139)
139. Ver o art. 7º do Ato Regimental nº 1, de 2 de julho de 2008 (D. O. de 3.7.2008), que alterou a denominação de “Enunciados da Súmula da Advocacia-Geral da União” para “Súmulas da Advocacia-Geral da União”. [↑](#footnote-ref-140)
140. Publicado no Diário Oficial de 8, 9 e 12 de fevereiro de 2007. [↑](#footnote-ref-141)
141. Ver as Instruções Normativas nos 1, 2 e 3, de 2007 – Diário Oficial de 8.2.2007. [↑](#footnote-ref-142)
142. Publicado no Diário Oficial de 22, 23 e 26 de fevereiro de 2007. [↑](#footnote-ref-143)
143. Grupo constituído pela Portaria n° 59, de 2004. [↑](#footnote-ref-144)
144. Extraído do Anexo da Portaria nº 725, de 15.8.2005, que aprovou o “*Projeto de Implementação da Escola da Advocacia-Geral da União*”. [↑](#footnote-ref-145)
145. Art. 3º do Ato Regimental nº 2, de 15.8.2005, que dispõe sobre a Escola da Advocacia-Geral da União. [↑](#footnote-ref-146)
146. Ver o Ato Regimental nº 3, de 19.8.2005. A estrutura atual da SGCT (Secretaria-Geral de Contencioso) encontra-se nos Anexos do Decreto nº Decreto nº 10.608, de 25.1.2021. [↑](#footnote-ref-147)
147. Ver as Portarias nos 690 e 691, de 17.7.2006, e nos 710, 711, 712 e 713, de 21.7.2006, 800, de 23.8.2006, e 1.145, de 27.11.2006, que autorizam o funcionamento dos escritórios de representação da AGU em Bagé-RS, Uruguaiana-RS, Divinópolis-MG, Montes Claros-MG, Guarapuava-PR, Criciúma-SC, Varginha - MG, e Santo Ângelo - RS. As Portarias nos 710, 711 e 800, de 2006, foram revogadas pela Portaria nº 774, de 17.6.2008, que instalou Procuradorias Seccionais da União nas cidades de Divinópolis-MG, Montes Claros-MG e Varginha-MG. [↑](#footnote-ref-148)
148. A Medida Provisória nº 71, de 2002, foi rejeitada pelo Ato de 11 de dezembro de 2002, do Presidente da Câmara dos Deputados. [↑](#footnote-ref-149)
149. A Portaria nº 118, de 1º.2.2007, foi revogada pela Portaria nº 1.281, de 27.9.2007. [↑](#footnote-ref-150)
150. Ver o Ato Regimental nº 1, de 5 de março de 2007, que cria o Colégio de Consultoria da Advocacia-Geral da União. Este Ato Regimental foi revogado pela Portaria nº 348, de 27.6.2019. [↑](#footnote-ref-151)
151. Conforme o art. 131, § 3º, da Constituição, “Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, observado o disposto em lei”. [↑](#footnote-ref-152)
152. Ver os arts. 12 e 13 da Lei Complementar n° 73, de 1993. [↑](#footnote-ref-153)
153. Ver o art. 23 da Lei nº 11. 457, de 2007 que atribui à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional a representação judicial na cobrança de créditos de qualquer natureza inscritos em Dívida Ativa da União, e o art. 9º, III, do Anexo I do Decreto nº 7482, de 16 de maio de 2011, que torna privativa da PGFN a representação judicial e extrajudicial da União na execução de sua dívida ativa. [↑](#footnote-ref-154)
154. Ver a Lei nº 8.844, de 20 de janeiro de 1994. [↑](#footnote-ref-155)
155. Ver a propósito a Lei nº 11.457, de 2007:

     *"Art.2o**Além das competências atribuídas pela legislação vigente à Secretaria da Receita Federal, cabe à Secretaria da Receita Federal do Brasil planejar, executar, acompanhar e avaliar as atividades relativas a tributação ,fiscalização, arrecadação, cobrança erecolhimento das contribuições sociais previstas nas alíneas a, b e c do parágrafo único do art.11 da Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, e das contribuições instituídas a título de substituição.*

     *§1o**O produto da arrecadação dascontribuições especificadas no* ***caput*** *deste artigo e acréscimos legais incidentes serão destinados, em caráter exclusivo, ao pagamento de benefícios do Regime Geral de Previdência Social e creditados diretamente ao Fundo do Regime Geral de Previdência Social, de quetrata oart. 68 da Lei Complementarno 101, de 4 de maiode 2000.*

     *§2o**Nos termos do art. 58 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, a Secretaria da Receita Federal do Brasil prestará contas anualmente ao Conselho Nacional de Previdência Social dos resultados da arrecadação das contribuições sociais destinadas ao financiamento do Regime Geral de Previdência Social e das compensações a elas referentes.*

     *§3o**As obrigações previstas na Lei no 8.212, de 24 de julho de 1991, relativas às contribuições sociais de que trata o* ***caput*** *deste artigo serão cumpridas perante a Secretaria da Receita Federal do Brasil.*

     *§ 4o**Fica extinta a Secretaria d aReceit aPrevidenciária do Ministério da Previdência Social.*

     *Art. 16.**A partir do 1o (primeiro) dia do 2o (segundo) mês subseqüente ao da publicação desta Lei, o débito original e seus acréscimos legais, além de outras multas previstas em lei, relativos às contribuições de quetratam os arts. 2o e 3o desta Lei, constituem**dívida ativa da União.*

     *§1o**A partir do1o (primeiro) dia do13o (décim oterceiro) mês subseqüente ao da publicação desta Lei, o disposto no* ***caput*** *deste artigo se estende à dívida ativad oInstituto Nacional do Seguro Social- INSS e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FNDE**decorrente das contribuições a que**se referem os**arts. 2o e 3o desta Lei.*

     *§2o**Aplica-se à arrecadação da dívida ativa decorrente das contribuições de que trata o art. 2o desta Lei o disposto no § 1o daquele artigo.”* [↑](#footnote-ref-156)
156. A Portaria nº 351, de 2007 – D. O. de 16.4.2007 −**reativou** as Procuradorias Seccionais de Uruguaiana – RS, Criciúma – SC, Joaçaba – SC, Santo Ângelo – RS, Santana do Livramento – RS, Bagé – RS, Cascavel – PR, Guarapuava – PR, Marabá – PA, Nova Friburgo – RJ, Araçatuba – SP, Bauru – SP, Piracicaba – SP e Sorocaba – SP. Os Municípios de Bagé, Uruguaiana, Guarapuava, Criciúma e Santo Ângelo também são sedes de Escritórios de Representação da AGU - ver as Portarias nos 690, 691,712, 713 e 1.145 de 2006. A Portaria nº 604, de 2009, alterou a Portaria nº 351, de 2007, para **desativar** a PSU-Santana do Livramento/RS e a PSU-Nova Friburgo/RJ e **reativar** a PSU-Pelotas/RS. Em consequência, a Portaria nº 688, de 23.5.2008, que **autorizou o funcionamento** do Escritório de Pelotas, foi revogada pela Portaria nº 604, de 2009. [↑](#footnote-ref-157)
157. A Portaria nº 774, de 2008 - D. O. de 26.6.2008 – **instalou** as Procuradorias Seccionais de Barreiras/BA, Rio Verde/GO, Imperatriz/MA, Montes Claros/MG, Varginha/MG, Divinópolis/MG, São João de Meriti/RJ, Guaratinguetá/SP, Dourados/MS, Arapiraca/AL, Mossoró/RN, Juazeiro do Norte/CE e Serra Talhada/PE. A Portaria nº 774, de 2008 foi alterada pela Portaria nº 604, de 2009, que **substituiu a instalação** da PSU-São João de Meriti/RJ e da PSU-Serra Talhada/PE pela instalação da PSU-Duque de Caxias/RJ e da PSU-Caruaru/PE. [↑](#footnote-ref-158)
158. Ver as Portarias nos 1.362, de 2000, 127, 358, 562 e 1.049, de 2001, que desativaram 18 Procuradorias Seccionais da União. [↑](#footnote-ref-159)
159. O Canal do Cidadão foi absorvido pela Ouvidoria-Geral da Advocacia-Geral da União. [↑](#footnote-ref-160)
160. Ver a Portaria nº 411, de 30.4.2007. [↑](#footnote-ref-161)
161. Ver a Portaria nº 887, de 27.7.2007. [↑](#footnote-ref-162)
162. Ver a Portaria nº 897, de 26.6.2008. [↑](#footnote-ref-163)
163. Ver a Portaria nº 363, de 12.3.2009. [↑](#footnote-ref-164)
164. O Ato Regimental nº 2, de 2007, foi revogado pelo Ato regimental nº 2, de 10.5.2016. [↑](#footnote-ref-165)
165. Ver a Portaria nº 1.436, de 26.10.2007. [↑](#footnote-ref-166)
166. Ver a Portaria nº 1.436, de 26.10.2007. [↑](#footnote-ref-167)
167. Ver a Portaria nº 1.436, de 26.10.2007. [↑](#footnote-ref-168)
168. Ver a Portaria nº 1.436, de 26.10.2007. [↑](#footnote-ref-169)
169. Ver a Portaria nº 1.002, de 11.7.2008. [↑](#footnote-ref-170)
170. Ver a Portaria nº 1.002, de 11.7.2008.. [↑](#footnote-ref-171)
171. Ver a Portaria nº 1.652, de 7.12.2007. Passou a denominar-se Procuradoria Seccional Federal do Vale do São Francisco, com sede em Petrolina/PE, conforme a Portaria nº 452, de 13.7.2016. [↑](#footnote-ref-172)
172. Ver a Portaria nº 419, de 31.3.2008. [↑](#footnote-ref-173)
173. Ver a Portaria nº 425, de 1º.4.2008. [↑](#footnote-ref-174)
174. Ver a Portaria nº 764, de 12.6.2008. [↑](#footnote-ref-175)
175. Ver a Portaria nº 1.121, de 5.8.2008. [↑](#footnote-ref-176)
176. Ver a Portaria nº 1.247, de 29.8.2008. [↑](#footnote-ref-177)
177. Ver a Portaria nº 377, de 17.3.2009. [↑](#footnote-ref-178)
178. Ver a Portaria nº 482, de 1º.4.2009. [↑](#footnote-ref-179)
179. Ver a Portaria nº 597, de 27.4.2009. [↑](#footnote-ref-180)
180. Ver a Portaria nº 633, de 11.5.2009. [↑](#footnote-ref-181)
181. Ver a Portaria nº 760, de 10.6.2009. [↑](#footnote-ref-182)
182. Ver a Portaria nº 912, de 8.7.2009. [↑](#footnote-ref-183)
183. Ver a Portaria nº 1.153, de 19.8.2009. [↑](#footnote-ref-184)
184. Ver a Portaria nº 1.222, de 26.8.2009. [↑](#footnote-ref-185)
185. Ver a Portaria nº 1.306, de 16.9.2009. [↑](#footnote-ref-186)
186. Ver a Portaria nº 1.422, de 7.10.2009. [↑](#footnote-ref-187)
187. Ver a Portaria nº 1.512, de 19.10.2009. [↑](#footnote-ref-188)
188. Ver a Portaria nº 1.001, de 11.7.2008, e a Portaria nº 1622, de 13.11.2009, que instalou a Procuradoria Seccional Federal em Campina Grande/PB. [↑](#footnote-ref-189)
189. Ver a Portaria nº 1.021, de 15.7.2008 [↑](#footnote-ref-190)
190. Ver a Portaria nº 600, de 30.4.2009. [↑](#footnote-ref-191)
191. A delegação de competência não incluiu o recebimento de citações. As citações, na dicção do art. 35, I, da Lei Complementar nº 73, de 1993, são feitas, privativamente, na pessoa do Advogado-Geral da União e, segundo o art. 13, III, da Lei nº 9.784, de 29.1.1999, as matérias de competência exclusiva do órgão ou da autoridade não podem ser objeto de delegação. [↑](#footnote-ref-192)
192. Ver a Portaria nº 476, de 16.5.2007 (D. O. de 17.5.2007) [↑](#footnote-ref-193)
193. Ver o art. 4º, XIX, do Ato Regimental nº 1, de 22.1.2002. [↑](#footnote-ref-194)
194. Ver o art. 3º, XXVI, do Ato Regimental nº 5, de 19.6.2002. [↑](#footnote-ref-195)
195. Ver o art. 2º, II (parte final), do Ato Regimental nº 3, de 19.8.2005, assim como o art. 4º, I (parte final), do mesmo Ato, que prevê delegação de competência ao Departamento de Controle Difuso e Ações de Competência Originária para realizar sustentações orais nas Turmas do STF. [↑](#footnote-ref-196)
196. Ver o art. 11 da Lei nº 10.549, de 13.11.2002. [↑](#footnote-ref-197)
197. A Portaria nº 477, de 2007, foi revogada pela Portaria nº 1.293, de 11.9.2009, e esta, assim como a Portaria nº 1.771, de 13.12.2010, foi revogada pela Portaria nº 162, de 24.3.2011, que foi revogada pela Portaria nº 412, de 19.9.2011, revogada pela Portaria nº 95, de 2.2.2012, revogada pela Portaria nº 398, de 3.9.2012, revogada pela Portaria nº 360, de 1º.10.2013. [↑](#footnote-ref-198)
198. Ver o art. 12 da Lei nº 10.480, de 2002. [↑](#footnote-ref-199)
199. A Portaria nº 478, de 2007, foi revogada pela Portaria nº 70, de 12.1.2010, revogada pela Portaria nº 279, de 25 de junho de 2012, e esta foi revogada pela Portaria nº 399, de 1º de novembro de 2013. [↑](#footnote-ref-200)
200. Ver o art. 18-A da Lei nº 11.457, de 2007:

     “*Art. 18-A.  Compete ao Advogado-Geral da União e ao Ministro de Estado da Fazenda, mediante ato conjunto, distribuir os cargos de Procurador da Fazenda Nacional pelas 3 (três) categorias da Carreira.”* **(Incluído pela Medida Provisória nº 369, de 7.5.2007, convertida na Lei nº 11.518, de 5.9.2007)** [↑](#footnote-ref-201)
201. O Decreto nº 6.120, de 2007, “f*ixa atribuições para o substituto do Advogado-Geral da União e altera o Anexo I ao Decreto nº 4.368, de 10 de setembro de 2002, que aprova a Estrutura e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Advocacia-Geral da União, na parte referente à organização de sua Secretaria-Geral.* O Decreto nº 6.120, de 2007, foi revogado pelo Decreto nº 7.392, de 2010, que “*Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Advocacia-Geral da União, aprova o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Procuradoria-Geral Federal e remaneja cargos em comissão para a Advocacia-Geral da União e para a Procuradoria-Geral Federal.”*O Decreto nº 7.392, de 2010, foi revogado pelo Decreto nº 10.608, de 25.1.2021. [↑](#footnote-ref-202)
202. Ver referência à secretaria executiva no item 48 deste Histórico, como proposta apresentada no relatório final dos trabalhos desenvolvidos com a consultoria da Fundação Getúlio Vargas – FGV. O Decreto nº 6.120, de 2007, foi revogado pelo Decreto nº 7.392, de 2010, e este foi revogado pelo Decreto nº 10.608, de 25.1.2021, que aprova a estrutura regimental da Advocacia-Geral da União. [↑](#footnote-ref-203)
203. Ver o Ato Regimental nº 3, de 15.8.2007, publicado no D. O. de 21.8.2007, que cria a Ouvidoria-Geral da Advocacia-Geral da União e dispõe sobre o seu funcionamento. Ver também o Anexo II do Decreto nº 10.608, de 25.1.2021, que aprova a estrutura regimental da Advocacia-Geral da União. [↑](#footnote-ref-204)
204. Ideia posta na Medida Provisória nº 71, de 2002, rejeitada, por outras razões, pelo Congresso Nacional. [↑](#footnote-ref-205)
205. Ver os arts. 4º, VIII, 17 e 18 do Ato Regimental nº 5, de 2007, que dispõe sobre a competência, a estrutura e o funcionamento da Consultoria-Geral da União. [↑](#footnote-ref-206)
206. A Consultoria-Geral da União foi estruturada pela primeira vez com a edição do Ato Regimental nº 1, de 22 de janeiro de 2002 (revogado pelo Ato Regimental nº 5, de 2007), embora o cargo de Consultor-Geral da União já houvesse sido ocupado, por breve período, em 1993. [↑](#footnote-ref-207)
207. Ver o Ato Regimental nº 5, de 27.9.2007, que dispôs sobre a competência, a estrutura e o funcionamento da Consultoria-Geral da União. [↑](#footnote-ref-208)
208. O Ato Regimental nº 4, de 2007, foi revogado pelo Ato regimental nº 5, de 22.10.2008, que “dispõe sobre a competência, a estrutura e o funcionamento do Departamento de Assuntos Jurídicos Internos da Advocacia-Geral da União” – DAJI. O Ato Regimental nº 5, de 2008, foi revogado pela Portaria nº 415, de 14.11.2013, que aprova o regimento interno da Secretaria-Geral de Consultoria, onde foi incluído o DAJI. [↑](#footnote-ref-209)
209. Ver a Portaria nº 1.392, de 10 de outubro de 2007, que “*Autoriza o funcionamento do Escritório de Representação da Advocacia-Geral da União junto ao Tribunal de Contas da União e dá outras providências*.” [↑](#footnote-ref-210)
210. Ver a Portaria Interministerial AGU/MPS nº 10, de 3.6.2008, que “*Dispõe sobre a reestruturação das unidades da Procuradoria Federal Especializada junto ao Instituto Nacional do Seguro Social - PFE/INSS”* [↑](#footnote-ref-211)
211. Ver a propósito a Portaria nº 1.294, de 11.9.2009. [↑](#footnote-ref-212)
212. Ver o Ato Regimental nº 3, de 21.7.2008. O Ato Regimental nº 3, de 21.7.2008, foi revogado pela Portaria nº 673, de 17.11.2016, e esta foi revogada pela Portaria nº 414, de 19.12.2017. [↑](#footnote-ref-213)
213. Ver o Decreto nº 10.608, de 25.1.2021, que aprova a estrutura regimental da Advocacia-Geral da União, einclui na estrutura da AGU, como órgão de assistência direta e imediata ao Advogado-Geral da União, o Departamento de Gestão Estratégica – DGE. [↑](#footnote-ref-214)
214. Ver a Portaria nº 1.521, de 21.10.2009. [↑](#footnote-ref-215)
215. Ver o Ato Regimental nº 3, de 10.9.2009. Este Ato Regimental foi revogado pela Portaria nº 562, de 2012, que “*Dispõe sobre a Comissão de Ética da Advocacia-Geral da União e de seus órgãos vinculados.”* [↑](#footnote-ref-216)
216. Ver a Portaria nº 1.399, de 5.10.2009. [↑](#footnote-ref-217)
217. Ver a Portaria nº 1.443, de 8.10.2009. [↑](#footnote-ref-218)
218. Ver a Portaria nº 1.593, de 28.10.2009. [↑](#footnote-ref-219)
219. Ver a Portaria nº 1.605, de 30.10.2009. [↑](#footnote-ref-220)
220. Ver a Portaria nº 1.606, de 30.10.2009. [↑](#footnote-ref-221)
221. Ver a Portaria nº 1.622, de 13.11.2009. [↑](#footnote-ref-222)
222. Ver a Portaria nº 1.623, de 13.11.2009. [↑](#footnote-ref-223)
223. Ver a Portaria nº 1.624, de 13.11.2009. [↑](#footnote-ref-224)
224. Ver a Portaria nº 1.625, de 13.11.2009. [↑](#footnote-ref-225)
225. Ver a Portaria nº 1.626, de 13.11.2009. [↑](#footnote-ref-226)
226. Ver a Portaria nº 1.658, de 1º. 12.2009. [↑](#footnote-ref-227)
227. Ver a Portaria nº 1.675, de 3.12.2009. [↑](#footnote-ref-228)
228. Ver a Portaria nº 1.827, de 15.12.2009. [↑](#footnote-ref-229)
229. Ver a Portaria nº 732, de 8.6.2010. [↑](#footnote-ref-230)
230. Ver a Portaria nº 804, de 17.6.2010. [↑](#footnote-ref-231)
231. Ver a Portaria nº 1.459, de 28.9.2010. [↑](#footnote-ref-232)
232. Ver a Portaria nº 1.774, de 15.12.2010. [↑](#footnote-ref-233)
233. Ver a Portaria nº 1.775, de 15.12.2010. [↑](#footnote-ref-234)
234. Ver a Portaria nº 13, de 10.1.2011. [↑](#footnote-ref-235)
235. Ver a Portaria nº 86, de 18.2.2011. [↑](#footnote-ref-236)
236. Ver a Portaria nº 302, de 30.6.2011. [↑](#footnote-ref-237)
237. Ver a Portaria nº 439, de 11.10.2011. [↑](#footnote-ref-238)
238. Ver a Portaria nº 440, de 13.10.2011. [↑](#footnote-ref-239)
239. Ver a Portaria nº 448, de 19.10.2011. [↑](#footnote-ref-240)
240. Ver a Portaria nº 559, de 5.12.2011. [↑](#footnote-ref-241)
241. Ver a Portaria nº 571, de 13.12.2011. [↑](#footnote-ref-242)
242. Ver Portaria nº 318, de 2.8.2012. [↑](#footnote-ref-243)
243. Ver a Portaria nº 1.791, de 10.12.2009. [↑](#footnote-ref-244)
244. Ver a Portaria nº 1.643, de 19.11.2009. [↑](#footnote-ref-245)
245. Ver a Portaria/CS-AGU nº 7, de 11.12. 2009. [↑](#footnote-ref-246)
246. Ver a Portaria nº 1.663, de 2.12.2009. A Portaria nº 1.663, de 2009, foi revogada pela Portaria nº 610, de 27.12.2019. [↑](#footnote-ref-247)
247. Os cargos de Corregedor-Auxiliar, correspondentes ao símbolo DAS-101.6, foram reclassificados para o nível DAS-101.5, pelo Decreto nº 4.697, de 16 de maio de 2003, bem como aqueles dos Consultores da União (102), e dos Procuradores Regionais da União (101). Assim como esses, outros cargos de membros da Advocacia-Geral da União tiveram os níveis dos seus cargos comissionados rebaixados em um nível, quais sejam: Subprocurador-Regional da União, Procuradores-Chefes da União e Procuradores-Seccionais da União. Os cargos de Adjunto do Advogado-Geral da União, três deles criados pela Medida Provisória nº 377, de 26 de novembro de 1993, e um criado pela Medida provisória nº 1.984-18, de 1º de junho de 2000, foram mantidos no nível DAS-102.6. [↑](#footnote-ref-248)
248. O Decreto nº 10.608, de 2021, revogou o Decreto nº 7.392, de 2010, e atualmente dispõe sobre a estruta da AGU. [↑](#footnote-ref-249)
249. Não se trata de equívoco, o Projeto de Lei convertido na Lei Complementar nº 73, tinha o mesmo número da lei. [↑](#footnote-ref-250)
250. A estrutura da Corregedoria-Geral da AGU encontra-se nos Anexos do Decreto nº 10.608, de 2021. [↑](#footnote-ref-251)
251. Sobre a Estrutura e o funcionamento da Procuradoria-Geral da União vigora o Ato regimental nº 5, de 2002. [↑](#footnote-ref-252)
252. Sobre a Estrutura e o funcionamento da Consultoria-Geral da União vigora o Ato regimental nº 5, de 2007. [↑](#footnote-ref-253)
253. Foi expedido o Ato Regimental nº 6, de 2002, dispondo sobre a estrutura e o funcionamento da Consultoria Jurídica do Ministério da Defesa e suas Consultorias Adjuntas. As outras Consultorias Jurídicas que funcionam junto aos demais Ministérios constam dos decretos de estrutura regimental dos respectivos Ministérios. [↑](#footnote-ref-254)
254. Ver a Portaria nº 108, de 26.2.2016, que aprova o Regimento Interno do Gabinete do Advogado-Geral da União.. [↑](#footnote-ref-255)
255. Sobre a Estrutura e o funcionamento dos Gabinetes dos Secretários-Gerais de Consultoria e de Contencioso foi expedido o Ato regimental nº 1, de 1997, cujas disposições, em sua maioria, foram superadas em razão do Ato Regimental nº 3, de 2005, que dispõe sobre a estrutura e o funcionamento da “Secretaria-Geral de Contencioso”, e do Decreto nº 10.608, de 2021, que aprovou a estrutura regimental e o quadro demonstrativo dos cargos em comissão da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal. Posteriormente foi expedida a Portaria nº 415, de 14.11.2013, que aprovou o *“Regimento Interno da Secretaria-Geral de Consultoria”*  e revogou o Ato Regimental nº 1, de 1997. [↑](#footnote-ref-256)
256. Sobre o Centro de Estudos da AGU, atual Escola da AGU, vigora o Ato Regimental nº 2, de 2005. [↑](#footnote-ref-257)
257. A Diretoria-Geral de Administração, denominada Secretaria-Geral de Administração pelo Decreto nº 7.392, de 2010, no passado teve sua estrutura e funcionamento disciplinada no revogado Ato regimental nº 3, de 2000. Atualmente vigora a Portaria nº 210, de 28 de março de 2019, que "*Aprova o Regimento Interno da Secretaria-Geral de Administração.*” [↑](#footnote-ref-258)
258. A Secretaria de Controle Interno da AGU ainda não foi organizada e suas atribuições são desempenhadas pela Secretaria de Controle Interno da Presidência da República, por força do Decreto nº 767, de 1993 e do art. 16 da Lei nº 9.028, de 1995. [↑](#footnote-ref-259)
259. O Decreto nº 7.392, de 2010, foi revogado pelo Decreto nº 10.608, de 2021, que atualmente dispõe sobre a estrutura regimental da AGU e da PGF. [↑](#footnote-ref-260)
260. O Decreto nº 7.392, de 2010, foi revogado pelo Decreto nº 10.608, de 25.1.2021, que aprova a estrutura regimental da Advocacia-Geral da União. [↑](#footnote-ref-261)
261. O Anexo II do Decreto 7.392, de 2010, não inclui o Núcleo de Gestão Estratégica – NUGE, de que trata o Ato Regimental nº 3, de 2008, entre os órgão da AGU. O Ato Regimental nº 3, de 21.7.2008, foi revogado pela Portaria nº 673, de 17.11.2016, e esta foi revogada pela Portaria nº 414, de 19.12.2017. [↑](#footnote-ref-262)
262. O Decreto nº 7.392, de 2010, foi revogado pelo Decreto nº 10.608, de 2021, que atualmente dispõe sobre a estrutura regimental da AGU e da PGF. [↑](#footnote-ref-263)
263. O Decreto nº 7.392, de 2010, foi revogado pelo Decreto nº 10.608, de 2021, que atualmente dispõe sobre a estrutura regimental da AGU e da PGF. [↑](#footnote-ref-264)
264. A Portaria nº 605, de 26.6.2006, foi revogada pela Portaria nº 550, de 6.6.2007, e esta foi revogada pela Portaria nº 1.468, de 6.10.2010. [↑](#footnote-ref-265)
265. Ver o art. 46 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6.9.2001. [↑](#footnote-ref-266)
266. José de Castro Ferreira foi o último Consultor-Geral da República e o primeiro Advogado-Geral da União. Faleceu em 7 de outubro de 2005. [↑](#footnote-ref-267)
267. A Lei Complementar n° 73 foi sancionada em 10 de fevereiro de 1993 e publicada no Diário Oficial do dia 11 seguinte. [↑](#footnote-ref-268)
268. Antes de ser nomeado Advogado-Geral da União, Alexandre Dupeyrat foi o primeiro titular do cargo de Consultor-Geral da União − desde a criação do cargo até a sua posse como Advogado-Geral da União, ficando vago o cargo de Consultor-Geral da União até meados de 2001. Não confundir o cargo de Consultor-Geral da União com o antigo cargo de Consultor-Geral da República. [↑](#footnote-ref-269)
269. Faleceu em 5 de janeiro de 2016. [↑](#footnote-ref-270)
270. Faleceu em 14 de agosto de 2012. [↑](#footnote-ref-271)
271. Ver Decreto de 22 de junho de 2020 - DOU de 23.6.2020. [↑](#footnote-ref-272)
272. Ver a Lei que regulamenta este inciso X:

     ***Lei no 10.331, de 18 de dezembro de 2001.***

     *Regulamenta o inciso X do art. 37 da Constituição, que dispõe sobre a revisão geral e anual das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais.*

     ***O PRESIDENTE DA REPÚBLICA*** *Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:*

     *Art. 1~~º~~ As remunerações e os subsídios dos servidores públicos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da União, das autarquias e fundações públicas federais, serão revistos, na forma do inciso X do art. 37 da Constituição, no mês de janeiro, sem distinção de índices, extensivos aos proventos da inatividade e às pensões.*

     *Art. 2~~º~~ A revisão geral anual de que trata o art. 1~~º~~ observará as seguintes condições:*

     *I - autorização na lei de diretrizes orçamentárias;*

     *II - definição do índice em lei específica;*

     *III - previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na lei orçamentária anual;*

     *IV - comprovação da disponibilidade financeira que configure capacidade de pagamento pelo governo, preservados os compromissos relativos a investimentos e despesas continuadas nas áreas prioritárias de interesse econômico e social;*

     *V - compatibilidade com a evolução nominal e real das remunerações no mercado de trabalho; e*

     *VI - atendimento aos limites para despesa com pessoal de que tratam o art. 169 da Constituição e a Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000.*

     *Art. 3º* **(Revogado pela Lei nº 10.697, de 2.7.2003)**

     *Art. 4~~º~~ No prazo de trinta dias contados da vigência da lei orçamentária anual ou, se posterior, da lei específica de que trata o inciso II do art. 2~~º~~ desta Lei, os Poderes farão publicar as novas tabelas de vencimentos que vigorarão no respectivo exercício.*

     *Art. 5~~º~~ Para o exercício de 2002, o índice de revisão geral das remunerações e subsídios dos servidores públicos federais será de 3,5% (três vírgula cinco por cento).*

     *Parágrafo único. Excepcionalmente, não se aplica ao índice previsto no* ***caput*** *a dedução de que trata o art. 3~~º~~ desta Lei.*

     *Art. 6~~º~~ Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

     *Brasília, 18 de dezembro de 2001; 180o da Independência e 113o da República.*

     *FERNANDO HENRIQUE CARDOSO*

     Pedro Malan

     Martus Tavares

     Gilmar Ferreira Mendes [↑](#footnote-ref-273)
273. Este inciso XXI foi regulamentado pela Lei nº 8.666, de 1993. [↑](#footnote-ref-274)
274. Ver Lei nº 1.527, de 18.11.2001, que regulamenta este inciso. [↑](#footnote-ref-275)
275. Decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento da “*MED. CAUT. EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIO-NALIDADE 2.135-4*

     ***Decisão****: O Tribunal, por maioria, vencidos os Senhores Ministros Nelson Jobim, Ricardo Lewandowski e Joaquim Barbosa, deferiu parcialmente a medida cautelar parasuspender a eficácia do artigo 39, caput, da Constituição Federal, com a redação da Emenda Constitucional nº 19, de 04 de junho de 1998, tudo nos termos do voto do relator originário, Ministro Néri da Silveira, esclarecido, nesta assentada, que a decisão - como é próprio das medidas cautelares - terá efeitos ex nunc, subsistindo a legislação editada nos termos da emenda declarada suspensa. Votou a Presidente, Ministra Ellen Gracie, que lavrará o acórdão. Não participaram da votação a Senhora Ministra Cármen Lúcia e o Senhor Ministro Gilmar Mendes por sucederem, respectivamente, aos Senhores Ministros Nelson Jobim e Néri da Silveira. Plenário, 02.08.2007.” (As sublinhas não são do original). D. O. de 14.8.2007*. [↑](#footnote-ref-276)
276. A lei complementar aprovada pelo Congresso Nacional foi vetada pela Presidente da República, cujos vetos foram rejeitados pelo Congresso Nacional. Em consequência, foi promulgada a Lei Complementar nº 152, de 3.12.2015. [↑](#footnote-ref-277)
277. A Emenda Constitucional nº 88, de 2015, incluiu o art. 100 no ADCT:

     “*Art. 2º O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar acrescido do seguinte art. 100:*

     "*Art. 100. Até que entre em vigor a lei complementar de que trata o inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Contas da União aposentar-se-ão, compulsoriamente, aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, nas condições do art. 52 da Constituição Federal*." [↑](#footnote-ref-278)
278. Os arts. 20 a 30 deste Decreto-lei foram regulamentados pelo Decreto nº 9.830, de 10.6.2019. [↑](#footnote-ref-279)
279. Ver o art. 2º da **Lei nº 11.281, de 2006:**

     *“Art. 2o  A União cobrará judicial e extrajudicialmente os créditos decorrentes de indenizações pagas, no âmbito do Seguro de Crédito à Exportação (SCE) e do seguro de investimento no exterior, com recursos do Fundo de Garantia à Exportação (FGE), bem como os créditos decorrentes de financiamentos não pagos contratados com recursos do Programa de Financiamento às Exportações (Proex) e do extinto Fundo de Financiamento à Exportação (Finex), por intermédio:* **(Redação dadapela Lei nº 13.292, de 2016)**

     *I - de mandatário designado pelo Ministro de Estado da Fazenda, no caso de créditos decorrentes de indenizações pagas, no âmbito do SCE e do seguro de investimento no exterior, com recursos do FGE; e* **(Incluído pela Lei nº 13.292, de 2016)**

     *II - do Banco do Brasil S.A., ou outro mandatário designado pelo Ministro de Estado da Fazenda, no caso de créditos decorrentes de financiamentos não pagos contratados com recursos do PROEX e do extinto FINEX.*

     *§ 1o Caberá aos mandatários a adoção de providências necessárias aos procedimentos descritos neste artigo, incluindo-se a contratação de instituição habilitada ou advogado de comprovada conduta ilibada, no País ou no exterior, observado, no que couber, o disposto na Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.*

     *§ 2o O mandatário de que trata este artigo equipara-se a agente público para fins civis e penais.*

     *§ 3o  Os mandatários poderão promover a contratação direta de serviços de assessoramento jurídico, no exterior, a fim de realizar a cobrança judicial e extrajudicial dos créditos referidos no caput, dispensada licitação, quando o prestador dos serviços já tiver sido engajado na recuperação do crédito por meio de contrato firmado com instituição controlada pela União.* **(Incluído pela Lei nº 12.995, de 2014)**

     *§ 4o  A permissão dada à União no § 3o também é concedida à Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A., na qualidade de agente contratado pela União para realizar todos os serviços relacionados ao SCE, na condição de administradora de fundos garantidores que contem com recursos da União ou ainda na condição de garantidora do crédito em recuperação.* **(Incluído pela Lei nº 12.995, de 2014)**

     *§ 5o  A União estará dispensada da cobrança judicial de créditos cuja recuperação seja considerada inviável, o que não implicará remissão da dívida.***(Incluído pela Lei nº 13.292, de 2016)**

     *§ 6o  Para os fins do disposto no § 5o, a recuperação do crédito pela via judicial será considerada inviável quando for verificado pela Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda que o custo dos procedimentos necessários à cobrança é superior ao valor a ser recuperado.* **(Incluído pela Lei nº 13.292, de 2016)**

     *§ 7o  A União poderá conceder mandato a agências de crédito à exportação estrangeiras, seguradoras, instituições financeiras e organismos internacionais para efetuar a cobrança judicial e extrajudicial dos créditos decorrentes de indenizações pagas, no âmbito do SCE, com recursos do FGE, na hipótese de operações com compartilhamento de risco com tais instituições.* **(Incluído pela Lei nº 13.292, de 2016)**

     *§ 8o  A União poderá receber mandato de agências de crédito à exportação estrangeiras, seguradoras, instituições financeiras e organismos internacionais para recuperar créditos dessas instituições no âmbito de operações que tenham sido objeto de compartilhamento de risco.* **(Incluído pela Lei nº 13.292, de 2016)**.” [↑](#footnote-ref-280)
280. Segundo o art. 2º, § 4º, do **Decreto nº 5.480, de 30.6.2005, que “***Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, e dá outras providências”*: “*A unidade de correição da Advocacia-Geral da União vincula-se tecnicamente ao Sistema de Correição*”, que tem a Controladoria-Geral da União como Órgão Central do Sistema [art. 2º, I]. [↑](#footnote-ref-281)
281. Ver o art. 5º da Lei nº **11.281, de 2006:**

     “*Art. 5o Os mandatários poderão autorizar a realização de acordos ou transações nas questões em que figurem operações com os seguintes valores e situações:*

     *I - limite de US$ 50.000,00 (cinqüenta mil dólares norte-americanos) para o término de litígios; e*

     *II - limite de US$ 1.000,00 (mil dólares norte-americanos) para a não-propositura de ações, a não-interposicão de recursos, o requerimento de extinção de ações e a desistência de recursos.*

     *Parágrafo único. Quando a cobrança envolver valores superiores aos limites fixados nos incisos I e II do caput deste artigo, o acordo ou transação dependerá de prévia e expressa autorização do Ministro de Estado da Fazenda.*”

     − Ainda sobre o tema, ver também disposições da Lei nº 10.522, de 2002:

     *“Art. 18. Ficam dispensados a constituição de créditos da Fazenda Nacional, a inscrição como Dívida Ativa da União, o ajuizamento da respectiva execução fiscal, bem assim cancelados o lançamento e a inscrição, relativamente:*

     *I - à contribuição de que trata a Lei no 7.689, de 15 de dezembro de 1988, incidente sobre o resultado apurado no período-base encerrado em 31 de dezembro de 1988;*

     *II - ao empréstimo compulsório instituído pelo Decreto-Lei no 2.288, de 23 de julho de 1986, sobre a aquisição de veículos automotores e de combustível;*

     *III - à contribuição ao Fundo de Investimento Social – Finsocial, exigida das empresas exclusivamente vendedoras de mercadorias e mistas, com fundamento no art. 9o da Lei no 7.689, de 1988, na alíquota superior a 0,5% (cinco décimos por cento), conforme Leis nos 7.787, de 30 de junho de 1989, 7.894, de 24 de novembro de 1989, e 8.147, de 28 de dezembro de 1990, acrescida do adicional de 0,1% (um décimo por cento) sobre os fatos geradores relativos ao exercício de 1988, nos termos do art. 22 do Decreto-Lei no 2.397, de 21 de dezembro de 1987;*

     *IV - ao imposto provisório sobre a movimentação ou a transmissão de valores e de créditos e direitos de natureza financeira – IPMF, instituído pela Lei Complementar no 77, de 13 de julho de 1993, relativo ao ano-base 1993, e às imunidades previstas no art. 150, inciso VI, alíneas "a", "b", "c" e "d", da Constituição;*

     *V - à taxa de licenciamento de importação, exigida nos termos do art. 10 da Lei no 2.145, de 29 de dezembro de 1953, com a redação da Lei no 7.690, de 15 de dezembro de 1988;*

     *VI - à sobretarifa ao Fundo Nacional de Telecomunicações;*

     *VII – ao adicional de tarifa portuária, salvo em se tratando de operações de importação e exportação de mercadorias quando objeto de comércio de navegação de longo curso;*

     *VIII - à parcela da contribuição ao Programa de Integração Social exigida na forma do Decreto-Lei no 2.445, de 29 de junho de 1988, e do Decreto-Lei no 2.449, de 21 de julho de 1988, na parte que exceda o valor devido com fulcro na Lei Complementar no 7, de 7 de setembro de 1970, e alterações posteriores;*

     *IX - à contribuição para o financiamento da seguridade social – Cofins, nos termos do art. 7o da Lei Complementar no 70, de 30 de dezembro de 1991, com a redação dada pelo art. 1o da Lei Complementar no 85, de 15 de fevereiro de 1996.*

     *X – à Cota de Contribuição revigorada pelo art. 2o do Decreto-Lei no 2.295, de 21 de novembro de 1986.* **(Incluído pela Lei nº 11.051, de 2004)**

     *§ 1o Ficam cancelados os débitos inscritos em Dívida Ativa da União, de valor consolidado igual ou inferior a R$ 100,00 (cem reais).*

     *§ 2o Os autos das execuções fiscais dos débitos de que trata este artigo serão arquivados mediante despacho do juiz, ciente o Procurador da Fazenda Nacional, salvo a existência de valor remanescente relativo a débitos legalmente exigíveis.*

     *§ 3o O disposto neste artigo não implicará restituição ex officiode quantia paga*

     *Art. 18-A.  Comitê formado de integrantes do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional editará enunciados de súmula da administração tributária federal, conforme o disposto em ato do Ministro de Estado da Economia, que deverão ser observados nos atos administrativos, normativos e decisórios praticados pelos referidos órgãos.***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Art. 19. Fica a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional dispensada de contestar, de oferecer contrarrazões e de interpor recursos, e fica autorizada a desistir de recursos já interpostos, desde que inexista outro fundamento relevante, na hipótese em que a ação ou a decisão judicial ou administrativa versar sobre:* **(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *I - matérias de que trata o art. 18;*

     *II - tema que seja objeto de parecer, vigente e aprovado, pelo Procurador-Geral da Fazenda Nacional, que conclua no mesmo sentido do pleito do particular;*  **(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *III - (VETADO).* **(Incluído pela Lei nº 12.788, de 2013)**

     *IV - tema sobre o qual exista súmula ou parecer do Advogado-Geral da União que conclua no mesmo sentido do pleito do particular;*   **(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *V - tema fundado em dispositivo legal que tenha sido declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle difuso e tenha tido sua execução suspensa por resolução do Senado Federal, ou tema sobre o qual exista enunciado de súmula vinculante ou que tenha sido definido pelo Supremo Tribunal Federal em sentido desfavorável à Fazenda Nacional em sede de controle concentrado de constitucionalidade;* **(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *VI - tema decidido pelo Supremo Tribunal Federal, em matéria constitucional, ou pelo Superior Tribunal de Justiça, pelo Tribunal Superior do Trabalho, pelo Tribunal Superior Eleitoral ou pela Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, no âmbito de suas competências, quando:***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *a) for definido em sede de repercussão geral ou recurso     repetitivo; ou* **(Incluída pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *b) não houver viabilidade de reversão da tese firmada em sentido desfavorável à Fazenda Nacional, conforme critérios definidos em ato do Procurador-Geral da Fazenda Nacional; e***(Incluída pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *VII - tema que seja objeto de súmula da administração tributária federal de que trata o art. 18-A desta Lei.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 1o  Nas matérias de que trata este artigo, o Procurador da Fazenda Nacional que atuar no feito deverá, expressamente:***(Redação dada pela Lei nº 12.844, de 2013)**

     *I - reconhecer a procedência do pedido, quando citado para apresentar resposta, inclusive em embargos à execução fiscal e exceções de pré-executividade, hipóteses em que não haverá condenação em honorários; ou***(Incluído pela Lei nº 12.844, de 2013)**

     *II - manifestar o seu desinteresse em recorrer, quando intimado da decisão judicial.* **(Incluído pela Lei nº 12.844, de 2013)**

     *§ 2o A sentença, ocorrendo a hipótese do § 1o, não se subordinará ao duplo grau de jurisdição obrigatório.*

     *§ 3º (Revogado);***(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 4o (Revogado);***(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 5º (Revogado);***(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 6o (VETADO).*(**Incluído pela Lei nº 12.788, de 2013)**

     *§7º(Revogado).***(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 8º  O parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional que examina a juridicidade de proposições normativas não se enquadra no disposto no inciso II do caput deste artigo.* **(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 9º  A dispensa de que tratam os incisos V e VI do caput deste artigo poderá ser estendida a tema não abrangido pelo julgado, quando a ele forem aplicáveis os fundamentos determinantes extraídos do julgamento paradigma ou da jurisprudência consolidada, desde que inexista outro fundamento relevante que justifique a impugnação em juízo.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 10.  O disposto neste artigo estende-se, no que couber, aos demais meios de impugnação às decisões judiciais.***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 11.  O disposto neste artigo aplica-se a todas as causas em que as unidades da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional devam atuar na qualidade de representante judicial ou de autoridade coatora.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 12.  Os órgãos do Poder Judiciário e as unidades da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderão, de comum acordo, realizar mutirões para análise do enquadramento de processos ou de recursos nas hipóteses previstas neste artigo e celebrar negócios processuais com fundamento no disposto no art. 190 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 13.  Sem prejuízo do disposto no § 12 deste artigo, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional regulamentará a celebração de negócios jurídicos processuais em seu âmbito de atuação, inclusive na cobrança administrativa ou judicial da dívida ativa da União.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Art. 19-A. Os Auditores-Fiscais da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil não constituirão os créditos tributários relativos aos temas de que trata o art. 19 desta Lei, observado:***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *I - o disposto no parecer a que se refere o inciso II do caput do art. 19 desta Lei, que será aprovado na forma do art. 42 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, ou que terá concordância com a sua aplicação pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia;***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *II - o parecer a que se refere o inciso IV do caput do art. 19 desta Lei, que será aprovado na forma do disposto no art. 40 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, ou que, quando não aprovado por despacho do Presidente da República, terá concordância com a sua aplicação pelo Ministro de Estado da Economia; ou***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *III - nas hipóteses de que tratam o inciso VI do caput e o § 9º do art. 19 desta Lei, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional deverá manifestar-se sobre as matérias abrangidas por esses dispositivos.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 1º  Os Auditores-Fiscais da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia adotarão, em suas decisões, o entendimento a que estiverem vinculados, inclusive para fins de revisão de ofício do lançamento e de repetição de indébito administrativa.***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 2º  O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, aos responsáveis pela retenção de tributos e, ao emitirem laudos periciais para atestar a existência de condições que gerem isenção de tributos, aos serviços médicos oficiais.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Art. 19-B.  Os demais órgãos da administração pública que administrem créditos tributários e não tributários passíveis de inscrição e de cobrança pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional encontram-se dispensados de constituir e de promover a cobrança com fundamento nas hipóteses de dispensa de que trata o art. 19 desta Lei.***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Parágrafo único.  A aplicação do disposto no caput deste artigo observará, no que couber, as disposições do art. 19-A desta Lei.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Art. 19-C.  A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá dispensar a prática de atos processuais, inclusive a desistência de recursos interpostos, quando o benefício patrimonial almejado com o ato não atender aos critérios de racionalidade, de economicidade e de eficiência.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 1º  O disposto no caput deste artigo inclui o estabelecimento de parâmetros de valor para a dispensa da prática de atos processuais.***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 2º  A aplicação do disposto neste artigo não implicará o reconhecimento da procedência do pedido formulado pelo autor.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 3º  O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, à atuação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional no âmbito do contencioso administrativo fiscal.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Art. 19-D.  À Procuradoria-Geral da União, à Procuradoria-Geral Federal e à Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil aplica-se, no que couber, o disposto nos arts. 19, 19-B e 19-C desta Lei, sem prejuízo do disposto na Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 1º  Aos órgãos da administração pública federal direta, representados pela Procuradoria-Geral da União, e às autarquias e fundações públicas, representadas pela Procuradoria-Geral Federal ou pela Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 19-B desta Lei.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 2º  Ato do Advogado-Geral da União disciplinará o disposto neste artigo.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Art. 19-E. Em caso de empate no julgamento do processo administrativo de determinação e exigência do crédito tributário, não se aplica o voto de qualidade a que se refere o § 9º do art. 25 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, resolvendo-se favoravelmente ao contribuinte.* **(Incluído pela Lei nº 13.988, de 2020)**

     *Art. 20.  Serão arquivados, sem baixa na distribuição, por meio de requerimento do Procurador da Fazenda Nacional, os autos das execuções fiscais de débitos inscritos em dívida ativa da União pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou por ela cobrados, de valor consolidado igual ou inferior àquele estabelecido em ato do Procurador-Geral da Fazenda Nacional.* **(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 1o Os autos de execução a que se refere este artigo serão reativados quando os valores dos débitos ultrapassarem os limites indicados.*

     *§ 2o Serão extintas, mediante requerimento do Procurador da Fazenda Nacional, as execuções que versem exclusivamente sobre honorários devidos à Fazenda Nacional de valor igual ou inferior a R$ 1.000,00 (mil reais).* **(Redação dada pela Lei nº 11.033, de 2004)**

     *§ 3o***(Revogado pela Lei nº 13.043, de 2014)**

     *§ 4o No caso de reunião de processos contra o mesmo devedor, na forma do art. 28 da Lei no 6.830, de 22 de setembro de 1980, para os fins de que trata o limite indicado no* ***caput*** *deste artigo, será considerada a soma dos débitos consolidados das inscrições reunidas.* **(Incluído pela Lei nº 11.033, de 2004)**

     *Art. 20-A.  Nos casos de execução contra a Fazenda Nacional, é a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizada a não opor embargos, quando o valor pleiteado pelo exequente for inferior àquele fixado em ato do Ministro da Fazenda.* **(Incluído pela Lei nº 12.649, de 2012)**

     *Art. 20-B. Inscrito o crédito em dívida ativa da União, o devedor será notificado para, em até cinco dias, efetuar o pagamento do valor atualizado monetariamente, acrescido de juros, multa e demais encargos nela indicados.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *§ 1o  A notificação será expedida por via eletrônica ou postal para o endereço do devedor e será considerada entregue depois de decorridos quinze dias da respectiva expedição.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *§ 2o  Presume-se válida a notificação expedida para o endereço informado pelo contribuinte ou responsável à Fazenda Pública.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *§ 3o  Não pago o débito no prazo fixado no* ***caput****deste artigo, a Fazenda Pública poderá:* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *I - comunicar a inscrição em dívida ativa aos órgãos que operam bancos de dados e cadastros relativos a consumidores e aos serviços de proteção ao crédito e congêneres; e* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *II - averbar, inclusive por meio eletrônico, a certidão de dívida ativa nos órgãos de registro de bens e direitos sujeitos a arresto ou penhora, tornando-os indisponíveis.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *Art. 20-C.  A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá condicionar o ajuizamento de execuções fiscais à verificação de indícios de bens, direitos ou atividade econômica dos devedores ou corresponsáveis, desde que úteis à satisfação integral ou parcial dos débitos a serem executados.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *Parágrafo único. Compete ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional definir os limites, critérios e parâmetros para o ajuizamento da ação de que trata o* ***caput****deste artigo, observados os critérios de racionalidade, economicidade e eficiência.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *Art. 20-D.  Sem prejuízo da utilização das medidas judicias para recuperação e acautelamento dos créditos inscritos, se houver indícios da prática de ato ilícito previsto na legislação tributária, civil e empresarial como causa de responsabilidade de terceiros por parte do contribuinte, sócios, administradores, pessoas relacionadas e demais responsáveis, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá, a critério exclusivo da autoridade fazendária:* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *I - notificar as pessoas de que trata o* ***caput*** *deste artigo ou terceiros para prestar depoimentos ou esclarecimentos;* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *II - requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades federais, estaduais e municipais, bem como dos órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *III - instaurar procedimento administrativo para apuração de responsabilidade por débito inscrito em dívida ativa da União, ajuizado ou não, observadas, no que couber, as disposições da Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *Art. 20-E. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional editará atos complementares para o fiel cumprimento do disposto nos arts. 20-B, 20-C e 20-D desta Lei.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *Art. 21. Fica isento do pagamento dos honorários de sucumbência o autor da demanda de natureza tributária, proposta contra a União (Fazenda Nacional), que desistir da ação e renunciar ao direito sobre que ela se funda, desde que:*

     *I - a decisão proferida no processo de conhecimento não tenha transitado em julgado;*

     *II - a renúncia e o pedido de conversão dos depósitos judiciais em renda da União sejam protocolizados até 15 de setembro de 1997.*

     *Art. 22. O pedido poderá ser homologado pelo juiz, pelo relator do recurso, ou pelo presidente do tribunal, ficando extinto o crédito tributário, até o limite dos depósitos convertidos.*

     *§ 1o Na hipótese de a homologação ser da competência do relator ou do presidente do tribunal, incumbirá ao autor peticionar ao juiz de primeiro grau que houver apreciado o feito, informando a homologação da renúncia para que este determine, de imediato, a conversão dos depósitos em renda da União, independentemente do retorno dos autos do processo ou da respectiva ação cautelar à vara de origem.*

     *§ 2o A petição de que trata o § 1o deverá conter o número da conta a que os depósitos estejam vinculados e virá acompanhada de cópia da página do órgão oficial onde tiver sido publicado o ato homologatório.*

     *§ 3o Com a renúncia da ação principal deverão ser extintas todas as ações cautelares a ela vinculadas, nas quais não será devida verba de sucumbência.*

     *Art. 23. O ofício para que o depositário proceda à conversão de depósito em renda deverá ser expedido no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da data do despacho judicial que acolher a petição.*

     *Art. 24. As pessoas jurídicas de direito público são dispensadas de autenticar as cópias reprográficas de quaisquer documentos que apresentem em juízo.*

     *Art. 25.  O termo de inscrição em Dívida Ativa da União, bem como o das autarquias e fundações públicas federais, a Certidão de Dívida Ativa dele extraída e a petição inicial em processo de execução fiscal poderão ser subscritos manualmente, ou por chancela mecânica ou eletrônica, observadas as disposições legais.* **(Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)**

     *Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo aplica-se, também, à inscrição em Dívida Ativa e à cobrança judicial da contribuição, multas e demais encargos previstos na legislação respectiva, relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.”* [↑](#footnote-ref-282)
282. Segundo o art. 2º, § 4º, do **Decreto nº 5.480, de 30.6.2005, que “***Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, e dá outras providências”*: “*A unidade de correição da Advocacia-Geral da União vincula-se tecnicamente ao Sistema de Correição*”, que tem a Controladoria-Geral da União como Órgão Central do Sistema [art. 2º, I]. [↑](#footnote-ref-283)
283. O Ministério da Fazenda juntamente com os Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e o do Trabalho foram transformados no Ministério da Economia (art. 57, I, da **Lei nº 13.844, de 2019**). Consta do art. 55, III, da **Lei nº 13.844, de 2019**, que não haverá Consultoria Jurídica no Ministério da Economia, assim dispondo os §§ 2º e 3º daquele dispositivo:

     *"§ 2º Para a transferência das atribuições de consultoria e assessoramento das Consultorias Jurídicas do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e do Ministério do Trabalho para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, ato conjunto do Ministro de Estado da Economia e do Advogado-Geral da União poderá fixar o exercício provisório ou a prestação de colaboração temporária, independentemente da ocupação de cargo em comissão ou de função de confiança, de membros da Advocacia-Geral da União na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, pelo prazo prorrogável de 12 (doze) meses.*

     *§ 3º Para a transferência gradativa das atividades consultivas à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional relacionadas a órgãos assessorados integrantes da estrutura do Ministério da Economia localizados nos Estados, o Procurador-Geral da Fazenda Nacional e o Consultor-Geral da União poderão disciplinar, em ato conjunto, a delegação temporária de atribuições aos órgãos de execução da Consultoria-Geral da União e a forma como se dará a transferência.”* [↑](#footnote-ref-284)
284. Ainda sobre outras atribuições da PGFN, ver na Lei nº 8.844, de 1994:

     “*Art. 2º Compete à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional a inscrição em Dívida Ativa dos débitos para com o Fundo de Garantia do Tempo de serviço - FGTS, bem como, diretamente ou por intermédio da Caixa Econômica Federal, mediante convênio, a representação Judicial e extrajudicial do FGTS, para a correspondente cobrança, relativamente à contribuição e às multas e demais encargos previstos na legislação respectiva.* **(Redação dada pela Lei nº 9.467, de 1997)**

     *§ 1º O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço fica isento de custas nos processos judiciais de cobrança de seus créditos.***(Incluído pela Lei nº 9.467, de 1997)**

     *§ 2º As despesas, inclusive as de sucumbência, que vierem a ser incorridas pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e pela Caixa Econômica Federal, para a realização da inscrição em Dívida Ativa, do ajuizamento e do controle e acompanhamento dos processos judiciais, serão efetuadas a débito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.***(Incluído pela Lei nº 9.467, de 1997)**

     *§ 3º Os créditos relativos ao FGTS gozam dos mesmos privilégios atribuídos aos créditos trabalhistas.***(Incluído pela Lei nº 9.467, de 1997)**

     *§ 4o Na cobrança judicial dos créditos do FGTS, incidirá encargo de 10% (dez por cento), que reverterá para o Fundo, para ressarcimento dos custos por ele incorridos, o qual será reduzido para 5% (cinco por cento), se o pagamento se der antes do ajuizamento da cobrança.”* **(Redação dada pela Lei nº 9.964, de 2000)** [↑](#footnote-ref-285)
285. O parágrafo único acrescentado ao art. 1º da Lei nº 9.492, de 10.9.1997, sujeitou a protesto as certidões de dívida ativa dos entes públicos, da seguinte forma:

     “*Art. 1º Protesto é o ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida.*

     *Parágrafo único.  Incluem-se entre os títulos sujeitos a protesto as certidões de dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas*.” **(Incluído pela Lei nº 12.767, de 27.12.2012)** [↑](#footnote-ref-286)
286. O parágrafo único acrescentado ao art. 1º da Lei nº 9.492, de 10.9.1997, sujeitou a protesto as certidões de dívida ativa dos entes públicos, da seguinte forma:

     “*Art. 1º Protesto é o ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida.*

     *Parágrafo único.  Incluem-se entre os títulos sujeitos a protesto as certidões de dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas*.” **(Incluído pela Lei nº 12.767, de 27.12.2012)** [↑](#footnote-ref-287)
287. Ver o disposto no art. 30 daLei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009:

     “*Art. 30.  Considera-se prática forense, para fins de ingresso em cargos públicos privativos de Bacharel em Direito, no âmbito do Poder Executivo, o exercício de atividades práticas desempenhadas na vida forense, relacionadas às ciências jurídicas, inclusive as atividades desenvolvidas como estudante de curso de Direito cumprindo estágio regular e supervisionado, como advogado, magistrado, membro do Ministério Público ou da Defensoria Pública, ou servidor do judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública com atividades, ao menos parcialmente, jurídicas*.” [↑](#footnote-ref-288)
288. Ver também o art. 31 da Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009, que contém disposição semelhante em relação às Carreiras de Procurador Federal e do Banco Central do Brasil:

     “*Art. 31.  O ingresso na carreira de Procurador Federal ocorre na categoria inicial, mediante nomeação, em caráter efetivo, de candidatos habilitados em concurso público, de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação, exigindo-se diploma de Bacharel em Direito.*

     *§ 1o  Os concursos serão disciplinados pelo Advogado-Geral da União, presente, nas bancas examinadoras respectivas, a Ordem dos Advogados do Brasil.*

     *§ 2o  O candidato, no momento da inscrição, há de comprovar um mínimo de dois anos de prática forense.*

     *§ 3o  Considera-se título, para o fim previsto neste artigo, além de outros regularmente admitidos em direito, o exercício profissional de consultoria, assessoria e diretoria, bem como o desempenho de cargo, emprego ou função de nível superior, com atividades eminentemente jurídicas.*

     *§ 4o  Aplica-se o disposto neste artigo à Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil.*” [↑](#footnote-ref-289)
289. Ver a Lei nº 11.358, de 19.10.2006, conversão da, Medida Provisória nº 305, de 2006, que fixa o subsídio das carreiras da AGU. [↑](#footnote-ref-290)
290. Ver o art. 20 da Lei nº 11.033, de 21.12.2004:

     *“Art. 20. As intimações e notificações de que tratam os arts. 36 a 38 da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993, inclusive aquelas pertinentes a processos administrativos, quando dirigidas a Procuradores da Fazenda Nacional, dar-se-ão pessoalmente mediante a entrega dos autos com vista.”* [↑](#footnote-ref-291)
291. V. o Decreto nº 9.794, de 14.5.2019, que “*Dispõe sobre os atos de nomeação e de designação para cargos em comissão e funções de confiança de competência originária do Presidente da República e institui o Sistema Integrado de Nomeações e Consultas - Sinc no âmbito da administração pública federal*.” [↑](#footnote-ref-292)
292. Observa-se que esta Lei não estabeleceu a remuneração dos cargos de Secretário-Geral de Consultoria e de Secretário-Geral de Contencioso, tampouco a de Procurador-Chefe da União. [↑](#footnote-ref-293)
293. A propósito, a Lei também não criou cargos de Procurador-Chefe da União, mas criou um cargo de Procurador Seccional da União. [↑](#footnote-ref-294)
294. Reclassificado para DAS 101.5 pelo Decreto nº 4.697, de 16.5.2003. [↑](#footnote-ref-295)
295. Reclassificado para DAS 101.3 pelo Decreto nº 4.697, de 16.5.2003. [↑](#footnote-ref-296)
296. V. o art. 18 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 2001, ainda não aplicado:

     “*Art. 18. Fica o Poder Executivo autorizado a republicar leis alteradas por esta Medida Provisória, incorporando aos respectivos textos as alterações nelas introduzidas*.” [↑](#footnote-ref-297)
297. Ver o art. 20 da Lei nº 11.033, de 21.12.2004:

     *“Art. 20. As intimações e notificações de que tratam os arts. 36 a 38 da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993, inclusive aquelas pertinentes a processos administrativos, quando dirigidas a Procuradores da Fazenda Nacional, dar-se-ão pessoalmente mediante a entrega dos autos com vista.”* [↑](#footnote-ref-298)
298. Ver a **Lei nº 11.358, de 19.10.2006 (Conversão da**Medida Provisória nº 305, de 2006), que fixa o subsídio das carreiras da AGU. [↑](#footnote-ref-299)
299. Ver a **Lei nº 11.358, de 19.10.2006(Conversão da**Medida Provisória nº 305, de 2006), que fixa o subsídio das carreiras da AGU. [↑](#footnote-ref-300)
300. Ver a seguir o art. 36 da **Lei nº 13.707, de 14 de agosto de 2018, que “***Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências*”:

     *“**Art. 36.Para fins de definição dos limites orçamentários para atender ao pagamento de pensões indenizatórias decorrentes de decisões judiciais e sentenças judiciais de empresas estatais dependentes, os órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União, por intermédio dos órgãos setoriais de planejamento e orçamento ou equivalentes, encaminharão à Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, até 15 de junho de 2018, informações contendo a necessidade de recursos orçamentários para 2019, segregadas por tipo de sentença, unidade orçamentária, grupo de despesa, autor, número do processo, identificação da Vara ou Comarca de trâmite da sentença objeto da ação judicial, situação processual e valor.*

     *§ 1º Para a elaboração das informações requeridas no* ***caput****, deverão ser consideradas exclusivamente:*

     *I - sentenças com trânsito em julgado e em fase de execução, com a apresentação dos documentos comprobatórios; e*

     *II - depósitos recursais necessários à interposição de recursos.*

     *§ 2º A apresentação de documentos comprobatórios para as pensões indenizatórias decorrentes de decisões judiciais somente será necessária quando se tratar da concessão de indenizações ainda não constantes de leis orçamentárias anteriores*.*”* [↑](#footnote-ref-301)
301. Os Anexos do Decreto nº 7.392, de 13.12.2010, não fazem referência aos Núcleos de Assessoramento Jurídico - NAJ nos Estados, mas mencionam “Consultorias Jurídicas nos Estados”, sem definir suas atribuições. Por dedução, as atribuições de tais consultorias seriam as conferidas aos NAJ pelo art. 8º-F. Em 25.1.2021. O Decreto nº 7.392, de 2010, foi revogado pelo Decreto nº 10.608, de 2021, que atualmente dispõe sobre a estrutura regimental da AGU e da PGF [↑](#footnote-ref-302)
302. O Cargo de Diretor-Geral de Administração (DAS 101.5) e a Diretoria-Geral de Administração, previstos na Lei Complementar nº 73, de 1993, deixaram de existir com o surgimento do cargo de Secretário-Geral de Administração (DAS 101.6) e da Secretaria-Geral de Administração. [↑](#footnote-ref-303)
303. Reclassificado para DAS 101.4 pelo Decreto nº 4.697, de 16.5.2003. [↑](#footnote-ref-304)
304. Reclassificado para DAS 101.3 pelo Decreto nº 4.697, de 16.5.2003. [↑](#footnote-ref-305)
305. V. disposições da Lei nº 10.480, de 2002, sobre a vigência da Gratificação temporária:

     “*Art. 7º  Poderão perceber a Gratificação de Representação de Gabinete ou a Gratificação Temporária, até 4 de dezembro de 2020, os servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União.***(Redação dada pela Medida Provisória nº 872, de 21.1.2019)**

     *§ 1o  Para os efeitos do disposto neste artigo, são mantidas 670 (seiscentas e setenta) Gratificações Temporárias, sendo 470 (quatrocentas e setenta) do nível GT-I e 200 (duzentas) do nível GT-II, bem como 62 (sessenta e duas) Gratificações de Representação de Gabinete, sendo 5 (cinco) de nível GR-IV, 14 (quatorze) de nível GR-III, 29 (vinte e nove) de nível GR-II e 14 (quatorze) de nível GR-I.* **(Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 11.490, de 2007)**

     *§ 2o  Até o encerramento do prazo referido no caputdeste artigo, o quantitativo referido no § 1o deste artigo será reduzido  proporcionalmente por ato do Advogado-Geral da União, à medida que forem empossados os aprovados em concurso público para provimento de cargos efetivos do Quadro de Pessoal da AGU não integrantes das Carreiras jurídicas da instituição****.* (Incluído pela Lei nº 11.490, de 2007)**

     *Art. 8~~º~~ Em decorrência do disposto nesta Lei, ficam extintas as Gratificações Temporárias e as Gratificações de Representação de Gabinete, não atribuídas a servidor ou empregado até a data de publicação desta Lei, bem como aquelas atribuídas aos servidores referidos no § 1~~º~~ do art. 1~~º~~ desta Lei, ressalvado o disposto no art. 7~~º~~ desta Lei.* **(Redação dada pela Lei nº 10.907, de 2004)**

     *Parágrafo único.  As gratificações a que se refere o § 1º do art. 7º ficam automaticamente extintas quando cessar o exercício do servidor ou empregado na Advocacia-Geral da União.*”    [↑](#footnote-ref-306)
306. Ver o art. 11 da Lei nº 9.641, de 25.5.1998:

     *“Art. 11. Os servidores ocupantes de cargos efetivos em exercício na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e em suas unidades, no desempenho de atividades de apoio administrativo, farão jus à Gratificação Temporária - GT instituída pelo art. 17 da Lei no 9.028, de 12 de abril de 1995, observado o seguinte:*

     *I - a gratificação será atribuída pelo Procurador-Geral da Fazenda Nacional a, no máximo, novecentos e setenta e dois servidores, e obedecerá aos mesmos critérios e valores previstos para os de mesmo nível em exercício na Advocacia-Geral da União;*

     *II – o pagamento da gratificação será devido até que seja definida e implementada a estrutura de apoio administrativo da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.***(Redação dada pela Lei nº 10.522, de 19.7.2002)**

     *III - não se incluem entre os beneficiários da gratificação os servidores que integram carreiras específicas de órgãos ou entidades do Ministério da Fazenda.”*

     Ver também o art. 11 da Lei nº 9.651, de 27.5.1998:

     *“Art. 12. Estão incluídos entre os beneficiários da Gratificação Temporária instituída pelo art. 17 da Lei no 9.028, de 12 de abril de 1995, os servidores cedidos dos demais Poderes da União e dos Estados, Distrito Federal e Municípios, para terem exercício na Advocacia-Geral da União.*

     *Parágrafo único. A partir de 1o de setembro de 1997, a gratificação de que trata o art. 17 da Lei no 9.028, de 1995, é estendida, no seu nível I, aos ocupantes de cargos efetivos de Advogado da União e de Assistente Jurídico dos quadros da Advocacia-Geral da União.”*

     Com a implantação da remuneração por subsídio – Lei nº **11.358, de 19 de outubro de 2006 –**, essa gratificação deixou de ser paga aos Advogados da União e aos Assistentes Jurídicos da AGU (os cargos de Assistentes Jurídicos da AGU foram transformados em cargos de Advogado da União pelo art. 11 da Lei n° 10.549, de 2002, extinguindo a carreira de Assistente Jurídico). [↑](#footnote-ref-307)
307. V. Decreto nº 1.016, de 22.12.1993. [↑](#footnote-ref-308)
308. V. o art. 26 da Lei nº 9.651, de 1998, c/c o art. 5º da Medida Provisória nº 2.180-35, de 2001, que só permitiu a designação de representantes judiciais da União para atuarem até 11 de fevereiro de 2003. [↑](#footnote-ref-309)
309. Ver o **Decreto no 2.752, de 26 de agosto de 1998, que *“****estabelece condições para prestação de assistência judicial aos servidores integrantes da Carreira Auditoria do Tesouro Nacional e aos titulares de cargos de Direção e Assessoramento Superiores, em ações decorrentes do exercício de cargo na Secretaria da Receita Federal.”* [↑](#footnote-ref-310)
310. Ver mais um caso de representação judicial de agente público pela Advocacia-Geral da União previsto na **Lei nº 11.473, de 10.5.2007**:

     “*Art. 5º*

     *§ 11.  Os integrantes da Secretaria Nacional de Segurança Pública, incluídos os da Força Nacional de Segurança Pública, os da Secretaria de Operações Integradas e os do Departamento Penitenciário Nacional, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que venham a ser investigados ou processados em função do seu emprego nas atividades e nos serviços referidos no art. 3º poderão ser representados pela Advocacia-Geral da União, nos termos do disposto no art. 22 da Lei nº 9.028, de 12 de abril de 1995, ou pela Defensoria Pública da União, na hipótese de hipossuficiência ou vulnerabilidade, nos termos da lei*.”  **(Redação dada pelaMedida Provisória nº 872, de 2019, convertida na Lei nº 13.844, de 2019)** [↑](#footnote-ref-311)
311. **Observa-se, quanto ao art. 22 da Lei nº 9.028, de 1995, que permanecem válidas as alterações trazidas pelo art. 50 da Lei nº 9.649, de 27.5.1998, alterado pela Medida Provisória nº 2.216-37, de 31.8.2001, visto que o art. 59 da Lei nº 10.683, de 28.5.2003, revogou apenas as disposições da Lei nº** 9.649, de 27.5.1998, com as alterações introduzidas pela Medida Provisória no 2.216-37, de 2001 que fossemcontrárias à Lei nº 10.683, de 2003 e, como esta última sequer tratou da matéria contida no art. 50 da Lei nº 9.649, de 1998 (art. 22 da Lei nº 9.028, de 1995) não foram revogadas as referidas alterações. Veja-se o inteiro teor do art. 59 da Lei nº 10.683, de 2003:

     *“Art. 59. Revogam-se asdisposições em contrário, especialmente as da Lei no 9.649, de 27 de maio de 1998, com as alterações introduzidas pela Medida Provisória no 2.216-37, de 31 de agosto de 2001, e os §§ 1o e 2o do art. 2o da Lei no 8.442, de 14 de julho de 1992.”* [↑](#footnote-ref-312)
312. Ver a Lei nº 11.358, de 2006, que fixa o subsídio das carreiras jurídicas da AGU. [↑](#footnote-ref-313)
313. Competência para distribuição dos cargos por categoria atribuída ao Advogado-Geral da União e ao Ministro da Economia (Fazenda), conforme a Lei nº 11.457, de 16.3.2007:

     “*Art. 18-A.  Compete ao Advogado-Geral da União e ao Ministro de Estado da Fazenda, mediante ato conjunto, distribuir os cargos de Procurador da Fazenda Nacional pelas 3 (três) categorias da Carreira*.” **(Redação dada pela Lei nº 11.518, de 2007)** [↑](#footnote-ref-314)
314. A respeito de órgãos e cargos em comissão da Advocacia-Geral da União, ver o Decreto nº 10.608, de 2021, que revogou o Decreto nº 7.392, de 2010, e atualmente dispõe sobre a estrutura regimental da AGU e da PGF. [↑](#footnote-ref-315)
315. Ver a Lei nº 11.457, de 16.3.2007:

     *“Art. 19. Ficam criadas, na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, 120 (cento e vinte) Procuradorias Seccionais da Fazenda Nacional, a serem instaladas por ato do Ministro de Estado da Fazenda em cidades-sede de Varas da Justiça Federal ou do Trabalho.”* [↑](#footnote-ref-316)
316. Ver art. 13 da Medida Provisória no 2.180-35, de 2001, que reduziu para três o número de cargos de Procurador Seccional da União criados por este parágrafo. Ver também o art. 17, § 1o, da Lei no 10.480, de 2002. [↑](#footnote-ref-317)
317. Ver a Lei nº 11.457, de 16.3.2007:

     Art.19

     *“Parágrafo único. Para estruturação das Procuradorias Seccionais a que se refere o caput deste artigo, ficam criados 60 (sessenta) cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores DAS-2 e 60 (sessenta) DAS-1, a serem providos na medida das necessidades do serviço e das disponibilidades de recursos orçamentários, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.”* [↑](#footnote-ref-318)
318. A respeito de órgãos e cargos em comissão da Advocacia-Geral da União, ver o Decreto nº 7.392, de 13.12.2010, que “*Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Advocacia-Geral da União, aprova o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão da Procuradoria-Geral Federal e remaneja cargos em comissão para a Advocacia-Geral da União e para a Procuradoria-Geral Federal”.*O Decreto nº 7.392, de 2010, foi revogado pelo Decreto nº 10.608, de 25.1.2021. [↑](#footnote-ref-319)
319. Reclassificado para DAS 102.5 pelo Decreto nº 4.697, de 16.5.2003. [↑](#footnote-ref-320)
320. Foi acrescentado um cargo de Adjunto do Advogado-Geral da União aos três já existentes, por força do art. 13 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001. V. o Decreto nº 7.392, de 2010, Anexo II, que reduz para 3 os cargos de Adjunto.O Decreto nº 7.392, de 2010, foi revogado pelo Decreto nº 10.608, de 2021, os três cargos. [↑](#footnote-ref-321)
321. Foram acrescentados ao Anexo I treze cargos de Coordenador-Geral, DAS 101.4, por força do art. 13 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, em decorrência da redução de treze cargos de Procurador-Seccional da União, DAS 101.4, efetivada pelo mesmo art. 13 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 2001. [↑](#footnote-ref-322)
322. Reclassificado para DAS 101.5 pelo Decreto nº 4.697, de 16.5.2003. [↑](#footnote-ref-323)
323. A Diretoria-Geral de Administração, prevista na Lei Complementar nº 73, de 1993, deixou de existir com o surgimento da Secretaria-Geral de Administração. V. Decreto nº 10.608, de 25.1.2021. [↑](#footnote-ref-324)
324. Competência para distribuição dos cargos por categoria atribuída ao Advogado-Geral da União e ao Ministro da Economia (Fazenda), conforme a Lei nº 11.457, de 16.3.2007:

     “*Art. 18-A.  Compete ao Advogado-Geral da União e ao Ministro de Estado da Fazenda, mediante ato conjunto, distribuir os cargos de Procurador da Fazenda Nacional pelas 3 (três) categorias da Carreira*.” **(Redação dada pela Lei nº 11.518, de 2007)** [↑](#footnote-ref-325)
325. Ver o art. 1º e o Anexo I da Lei nº 11.526, de 4.10.2007. [↑](#footnote-ref-326)
326. Ver o art. 1º e o Anexo I da Lei nº 11.526, de 4.10.2007. [↑](#footnote-ref-327)
327. Ver o art. 1º e o Anexo I da Lei nº 11.526, de 4.10.2007. [↑](#footnote-ref-328)
328. Atribuições de que trata este artigo foram delegadas pelo Advogado-Geral da União conforme a Portaria/AGU nº Portaria nº 173, de 15.5.2020. [↑](#footnote-ref-329)
329. Parágrafo regulamentado pelo Decreto nº 10.201, de 15.1.2020. [↑](#footnote-ref-330)
330. Artigo regulamentado pelo Decreto nº 10.201, de 15.1.2020. [↑](#footnote-ref-331)
331. Ver disposições da Lei nº 10.522, de 2002:

     *Art. 19. Fica a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional dispensada de contestar, de oferecer contrarrazões e de interpor recursos, e fica autorizada a desistir de recursos já interpostos, desde que inexista outro fundamento relevante, na hipótese em que a ação ou a decisão judicial ou administrativa versar sobre:* **(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *I - matérias de que trata o art. 18;*

     *II - tema que seja objeto de parecer, vigente e aprovado, pelo Procurador-Geral da Fazenda Nacional, que conclua no mesmo sentido do pleito do particular;*  **(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *III - (VETADO).* **(Incluído pela Lei nº 12.788, de 2013)**

     *IV - tema sobre o qual exista súmula ou parecer do Advogado-Geral da União que conclua no mesmo sentido do pleito do particular;*   **(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *V - tema fundado em dispositivo legal que tenha sido declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle difuso e tenha tido sua execução suspensa por resolução do Senado Federal, ou tema sobre o qual exista enunciado de súmula vinculante ou que tenha sido definido pelo Supremo Tribunal Federal em sentido desfavorável à Fazenda Nacional em sede de controle concentrado de constitucionalidade;* **(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *VI - tema decidido pelo Supremo Tribunal Federal, em matéria constitucional, ou pelo Superior Tribunal de Justiça, pelo Tribunal Superior do Trabalho, pelo Tribunal Superior Eleitoral ou pela Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, no âmbito de suas competências, quando:***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *a) for definido em sede de repercussão geral ou recurso     repetitivo; ou* **(Incluída pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *b) não houver viabilidade de reversão da tese firmada em sentido desfavorável à Fazenda Nacional, conforme critérios definidos em ato do Procurador-Geral da Fazenda Nacional; e***(Incluída pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *VII - tema que seja objeto de súmula da administração tributária federal de que trata o art. 18-A desta Lei.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 1o Nas matérias de que trata este artigo, o Procurador da Fazenda Nacional que atuar no feito deverá, expressamente:***(Redação dada pela Lei nº 12.844, de 2013)**

     *I - reconhecer a procedência do pedido, quando citado para apresentar resposta, inclusive em embargos à execução fiscal e exceções de pré-executividade, hipóteses em que não haverá condenação em honorários; ou***(Incluído pela Lei nº 12.844, de 2013)**

     *II - manifestar o seu desinteresse em recorrer, quando intimado da decisão judicial.* **(Incluído pela Lei nº 12.844, de 2013)**

     *§ 2o A sentença, ocorrendo a hipótese do § 1o, não se subordinará ao duplo grau de jurisdição obrigatório.*

     *§ 3º (Revogado);***(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 4o (Revogado);***(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 5º (Revogado);***(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 6o (VETADO).*(**Incluído pela Lei nº 12.788, de 2013)**

     *§7º(Revogado).***(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 8º  O parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional que examina a juridicidade de proposições normativas não se enquadra no disposto no inciso II do caput deste artigo.* **(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 9º  A dispensa de que tratam os incisos V e VI do caput deste artigo poderá ser estendida a tema não abrangido pelo julgado, quando a ele forem aplicáveis os fundamentos determinantes extraídos do julgamento paradigma ou da jurisprudência consolidada, desde que inexista outro fundamento relevante que justifique a impugnação em juízo.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 10.  O disposto neste artigo estende-se, no que couber, aos demais meios de impugnação às decisões judiciais.***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 11.  O disposto neste artigo aplica-se a todas as causas em que as unidades da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional devam atuar na qualidade de representante judicial ou de autoridade coatora.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 12.  Os órgãos do Poder Judiciário e as unidades da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderão, de comum acordo, realizar mutirões para análise do enquadramento de processos ou de recursos nas hipóteses previstas neste artigo e celebrar negócios processuais com fundamento no disposto no art. 190 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 13.  Sem prejuízo do disposto no § 12 deste artigo, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional regulamentará a celebração de negócios jurídicos processuais em seu âmbito de atuação, inclusive na cobrança administrativa ou judicial da dívida ativa da União.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Art. 19-A. Os Auditores-Fiscais da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil não constituirão os créditos tributários relativos aos temas de que trata o art. 19 desta Lei, observado:***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *I - o disposto no parecer a que se refere o inciso II do caput do art. 19 desta Lei, que será aprovado na forma do art. 42 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, ou que terá concordância com a sua aplicação pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia;***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *II - o parecer a que se refere o inciso IV do caput do art. 19 desta Lei, que será aprovado na forma do disposto no art. 40 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, ou que, quando não aprovado por despacho do Presidente da República, terá concordância com a sua aplicação pelo Ministro de Estado da Economia; ou***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *III - nas hipóteses de que tratam o inciso VI do caput e o § 9º do art. 19 desta Lei, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional deverá manifestar-se sobre as matérias abrangidas por esses dispositivos.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 1º  Os Auditores-Fiscais da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia adotarão, em suas decisões, o entendimento a que estiverem vinculados, inclusive para fins de revisão de ofício do lançamento e de repetição de indébito administrativa.***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 2º  O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, aos responsáveis pela retenção de tributos e, ao emitirem laudos periciais para atestar a existência de condições que gerem isenção de tributos, aos serviços médicos oficiais.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Art. 19-B.  Os demais órgãos da administração pública que administrem créditos tributários e não tributários passíveis de inscrição e de cobrança pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional encontram-se dispensados de constituir e de promover a cobrança com fundamento nas hipóteses de dispensa de que trata o art. 19 desta Lei.***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Parágrafo único.  A aplicação do disposto no caput deste artigo observará, no que couber, as disposições do art. 19-A desta Lei.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Art. 19-C.  A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá dispensar a prática de atos processuais, inclusive a desistência de recursos interpostos, quando o benefício patrimonial almejado com o ato não atender aos critérios de racionalidade, de economicidade e de eficiência.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 1º  O disposto no caput deste artigo inclui o estabelecimento de parâmetros de valor para a dispensa da prática de atos processuais.***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 2º  A aplicação do disposto neste artigo não implicará o reconhecimento da procedência do pedido formulado pelo autor.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 3º  O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, à atuação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional no âmbito do contencioso administrativo fiscal.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Art. 19-D.  À Procuradoria-Geral da União, à Procuradoria-Geral Federal e à Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil aplica-se, no que couber, o disposto nos arts. 19, 19-B e 19-C desta Lei, sem prejuízo do disposto na Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 1º  Aos órgãos da administração pública federal direta, representados pela Procuradoria-Geral da União, e às autarquias e fundações públicas, representadas pela Procuradoria-Geral Federal ou pela Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 19-B desta Lei.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 2º  Ato do Advogado-Geral da União disciplinará o disposto neste artigo.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Art. 19-E. Em caso de empate no julgamento do processo administrativo de determinação e exigência do crédito tributário, não se aplica o voto de qualidade a que se refere o § 9º do art. 25 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, resolvendo-se favoravelmente ao contribuinte.* **(Incluído pela Lei nº 13.988, de 2020)**

     *Art. 20.  Serão arquivados, sem baixa na distribuição, por meio de requerimento do Procurador da Fazenda Nacional, os autos das execuções fiscais de débitos inscritos em dívida ativa da União pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou por ela cobrados, de valor consolidado igual ou inferior àquele estabelecido em ato do Procurador-Geral da Fazenda Nacional.* **(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 1o Os autos de execução a que se refere este artigo serão reativados quando os valores dos débitos ultrapassarem os limites indicados.*

     *§ 2o Serão extintas, mediante requerimento do Procurador da Fazenda Nacional, as execuções que versem exclusivamente sobre honorários devidos à Fazenda Nacional de valor igual ou inferior a R$ 1.000,00 (mil reais).* **(Redação dada pela Lei nº 11.033, de 2004)**

     *§ 3o***(Revogado pela Lei nº 13.043, de 2014)**

     *§ 4o No caso de reunião de processos contra o mesmo devedor, na forma do art. 28 da Lei no 6.830, de 22 de setembro de 1980, para os fins de que trata o limite indicado no* ***caput*** *deste artigo, será considerada a soma dos débitos consolidados das inscrições reunidas.* **(Incluído pela Lei nº 11.033, de 2004)**

     *Art. 20-A.  Nos casos de execução contra a Fazenda Nacional, é a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizada a não opor embargos, quando o valor pleiteado pelo exequente for inferior àquele fixado em ato do Ministro da Fazenda.* **(Incluído pela Lei nº 12.649, de 2012)**

     *Art. 20-B. Inscrito o crédito em dívida ativa da União, o devedor será notificado para, em até cinco dias, efetuar o pagamento do valor atualizado monetariamente, acrescido de juros, multa e demais encargos nela indicados.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *§ 1o  A notificação será expedida por via eletrônica ou postal para o endereço do devedor e será considerada entregue depois de decorridos quinze dias da respectiva expedição.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *§ 2o  Presume-se válida a notificação expedida para o endereço informado pelo contribuinte ou responsável à Fazenda Pública.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *§ 3o  Não pago o débito no prazo fixado no* ***caput****deste artigo, a Fazenda Pública poderá:* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *I - comunicar a inscrição em dívida ativa aos órgãos que operam bancos de dados e cadastros relativos a consumidores e aos serviços de proteção ao crédito e congêneres; e* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *II - averbar, inclusive por meio eletrônico, a certidão de dívida ativa nos órgãos de registro de bens e direitos sujeitos a arresto ou penhora, tornando-os indisponíveis.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *Art. 20-C.  A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá condicionar o ajuizamento de execuções fiscais à verificação de indícios de bens, direitos ou atividade econômica dos devedores ou corresponsáveis, desde que úteis à satisfação integral ou parcial dos débitos a serem executados.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *Parágrafo único. Compete ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional definir os limites, critérios e parâmetros para o ajuizamento da ação de que trata o* ***caput****deste artigo, observados os critérios de racionalidade, economicidade e eficiência.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *Art. 20-D.  Sem prejuízo da utilização das medidas judicias para recuperação e acautelamento dos créditos inscritos, se houver indícios da prática de ato ilícito previsto na legislação tributária, civil e empresarial como causa de responsabilidade de terceiros por parte do contribuinte, sócios, administradores, pessoas relacionadas e demais responsáveis, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá, a critério exclusivo da autoridade fazendária:* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *I - notificar as pessoas de que trata o* ***caput*** *deste artigo ou terceiros para prestar depoimentos ou esclarecimentos;* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *II - requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades federais, estaduais e municipais, bem como dos órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *III - instaurar procedimento administrativo para apuração de responsabilidade por débito inscrito em dívida ativa da União, ajuizado ou não, observadas, no que couber, as disposições da Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *Art. 20-E. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional editará atos complementares para o fiel cumprimento do disposto nos arts. 20-B, 20-C e 20-D desta Lei.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *Art. 21. Fica isento do pagamento dos honorários de sucumbência o autor da demanda de natureza tributária, proposta contra a União (Fazenda Nacional), que desistir da ação e renunciar ao direito sobre que ela se funda, desde que:*

     *I - a decisão proferida no processo de conhecimento não tenha transitado em julgado;*

     *II - a renúncia e o pedido de conversão dos depósitos judiciais em renda da União sejam protocolizados até 15 de setembro de 1997.*

     *Art. 22. O pedido poderá ser homologado pelo juiz, pelo relator do recurso, ou pelo presidente do tribunal, ficando extinto o crédito tributário, até o limite dos depósitos convertidos.*

     *§ 1o Na hipótese de a homologação ser da competência do relator ou do presidente do tribunal, incumbirá ao autor peticionar ao juiz de primeiro grau que houver apreciado o feito, informando a homologação da renúncia para que este determine, de imediato, a conversão dos depósitos em renda da União, independentemente do retorno dos autos do processo ou da respectiva ação cautelar à vara de origem.*

     *§ 2o A petição de que trata o § 1o deverá conter o número da conta a que os depósitos estejam vinculados e virá acompanhada de cópia da página do órgão oficial onde tiver sido publicado o ato homologatório.*

     *§ 3o Com a renúncia da ação principal deverão ser extintas todas as ações cautelares a ela vinculadas, nas quais não será devida verba de sucumbência.*

     *Art. 23. O ofício para que o depositário proceda à conversão de depósito em renda deverá ser expedido no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da data do despacho judicial que acolher a petição.*

     *Art. 24. As pessoas jurídicas de direito público são dispensadas de autenticar as cópias reprográficas de quaisquer documentos que apresentem em juízo.*

     *Art. 25.  O termo de inscrição em Dívida Ativa da União, bem como o das autarquias e fundações públicas federais, a Certidão de Dívida Ativa dele extraída e a petição inicial em processo de execução fiscal poderão ser subscritos manualmente, ou por chancela mecânica ou eletrônica, observadas as disposições legais.* **(Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)**

     *Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo aplica-se, também, à inscrição em Dívida Ativa e à cobrança judicial da contribuição, multas e demais encargos previstos na legislação respectiva, relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.”* [↑](#footnote-ref-332)
332. V. decisão STF na Medida Liminar na ADIN nº 2.527-9:

     ***“Decisão Plenária da Liminar***

     *(...)*

     *O Tribunal, por maioria, nos termos do voto da Relatora, Ministra Ellen Gracie (Presidente), deferiu em parte a liminar para suspender o artigo 3º da Medida Provisória nº 2.226, de 4 de setembro de 2001, vencidos parcialmente os Senhores Ministros Nelson Jobim, que a deferia quanto aos artigos 1º e 2º; Maurício Corrêa, que a deferia quanto aos artigos 1º, 2º e parte do 3º, e o Senhor Ministro Marco Aurélio, quanto aos artigos 1º, 2º e 3º. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Não votou o Senhor Ministro Eros Grau por suceder ao Senhor Ministro Maurício Corrêa, que proferiu voto em assentada anterior. A Senhora Ministra Cármen Lúcia votou somente em relação ao artigo 3º, por suceder ao Senhor Ministro Nelson Jobim, que proferira voto quanto aos artigos 1º e 2º.*

     *- Plenário, 16.08.2007.*

     *- Acórdão, DJ 23.11.2007.”* [↑](#footnote-ref-333)
333. Ver o art. 10 da Portaria/AGU nº 173, de 15.5.2020, que confere ao Secretário-Geral de Contencioso, ao Procurador-Geral da União, ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional, ao Procurador-Geral Federal, ao Procurador-Geral do Banco Central do Brasil e ao Consultor-Geral da União competência para regulamentar os procedimentos para a formalização dos acordos e transações judiciais e extrajudiciais no âmbito de suas atribuições. [↑](#footnote-ref-334)
334. V. art. 10, § 2º, da Lei nº 10.480, de 2.7.2002, que integrou esses órgãos na Procuradoria-Geral Federal. [↑](#footnote-ref-335)
335. V. o art. 12, § 3º, da Lei nº 10.480, de 2002, que prevê a indicação do Advogado-Geral da União para os dirigentes dos órgãos jurídicos da PGF. V. o Decreto nº 9.794, de 14.5.2019, que “*Dispõe sobre os atos de nomeação e de designação para cargos em comissão e funções de confiança de competência originária do Presidente da República e institui o Sistema Integrado de Nomeações e Consultas - Sinc no âmbito da administração pública federal*.” [↑](#footnote-ref-336)
336. V. o art. 75 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6.9.2001, segundo o qual:

     “*Art. 75.  Os membros da Advocacia-Geral da União, como os integrantes da Carreira de Procurador Federal e de órgãos jurídicos vinculados à Instituição em geral, respondem, na apuração de falta funcional praticada no exercício de suas atribuições específicas, institucionais e legais, exclusivamente perante a Advocacia-Geral da União, e sob as normas, inclusive disciplinares, da Lei Orgânica da Instituição e dos atos legislativos que, no particular, a complementem.*

     *§ 1o  A apuração das faltas funcionais objeto do* ***caput****, no que concerne aos membros da Instituição, incumbe à Corregedoria-Geral da Advocacia da União, observada, a cada caso, a atribuição privativamente deferida ao Advogado-Geral da União pelo inciso XV do art. 4o da Lei Complementar no 73, de 1993.*

     *§ 2o  A apuração de falta funcional imputada a Procurador Federal, ou a integrante de órgão jurídico vinculado à Instituição em geral, incumbe ao Procurador-Geral, ou Chefe do Departamento Jurídico respectivo, o qual, logo que ultimados os trabalhos, deve submetê-los ao conhecimento do Advogado-Geral da União.*

     *§ 3o  O Advogado-Geral da União disporá, em ato próprio e nos termos do § 3o do art. 45 da Lei Complementar no 73, de 1993, sobre a aplicação deste artigo*.”

     Ver também disposições da Lei nº 10.480, de 2.7.2002:

      “*Art. 11.*

     *§ 2o  Compete ao Procurador-Geral Federal:*

     *VI – instaurar sindicâncias e processos administrativos disciplinares contra membros da Carreira de Procurador Federal, julgar os respectivos processos e aplicar as correspondentes penalidades;*”.

     V. também disposições da Lei nº 10.480, de 2.7.2002:

     “*Art. 12. Os cargos, e seus ocupantes, da Carreira de Procurador Federal criada pela Medida Provisória n~~°~~ 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, integram quadro próprio da Procuradoria-Geral Federal.*

     *§ 1~~°~~ Compete ao Advogado-Geral da União, relativamente à Carreira de Procurador Federal e seus Membros:*

     *I - disciplinar, promover e homologar os concursos públicos, de provas e títulos, de ingresso na Carreira de Procurador Federal*

     *II - distribuir os cargos pelas três categorias da Carreira; e*

     *III - determinar o exercício provisório de Procurador Federal em órgãos da Advocacia-Geral da União.*

     *§ 2~~°~~ Até que a Procuradoria-Geral Federal disponha de orçamento próprio, a remuneração dos Membros da Carreira de Procurador Federal incumbe à autarquia ou fundação federal em que o servidor estiver lotado ou em exercício temporário, e à Advocacia-Geral da União quando em exercício temporário em órgãos desta.*

     *§ 3~~°~~ Os dirigentes dos órgãos jurídicos da Procuradoria-Geral Federal serão nomeados por indicação do Advogado-Geral da União.*

     *§ 4~~°~~ O Presidente da República poderá delegar ao Advogado-Geral da União competência para prover, nos termos da lei, os cargos, efetivos e em comissão, da Procuradoria-Geral Federal*.” [↑](#footnote-ref-337)
337. V. Decreto nº 4.250, de 27.5.2002, que “*Regulamenta a representação judicial da União, autarquias, fundações e empresas públicas federais perante os Juizados Especiais Federais, instituídos pela Lei n~~º~~ 10.259, de 12 de julho de 2001*.” [↑](#footnote-ref-338)
338. Ver o art. 11 da Lei nº 11.233, de 22 de dezembro de 2005, que criou cargos no Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União:

     *“CAPÍTULO II*

     *DA CRIAÇÃO DE CARGOS NO QUADRO DE SERVIDORES DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO*

     *Art. 11. Ficam criados no Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União, de que trata a Lei no 10.480, de 2 de julho de 2002, no Plano de Classificação de Cargos de que trata a Lei no 5.645, de 10 de dezembro de 1970, os cargos efetivos discriminados no Anexo VI desta Lei.*

     *Parágrafo único. O provimento dos cargos a que se refere o* ***caput*** *deste artigo dar-se-á de forma gradual, de acordo com a disponibilidade orçamentária, em consonância com o disposto no § 1o do art. 169 da Constituição Federal.”*

     *“ANEXO VI*

     *CARGOS DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE CARGOS CRIADOS NO QUADRO DE PESSOAL DA ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO*

     |  |  |
     | --- | --- |
     | *CARGO* | *QUANTIDADE* |
     | *Administrador* | *300* |
     | *Estatístico* | *20* |
     | *Contador* | *100* |
     | *Economista* | *60* |
     | *Engenheiro* | *20* |

     [↑](#footnote-ref-339)
339. Ver também o art. 27 da Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009:

     *“Art. 27.  Os cargos efetivos vagos de níveis superior e intermediário, redistribuídos para os Quadros de Pessoal dos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal para a recomposição da força de trabalho, poderão integrar os Planos Especiais de Cargos dos órgãos ou entidades para os quais tiverem sido redistribuídos, desde que observadas as seguintes condições:*

     *I - os cargos a que se refere o caput pertençam aos planos de cargos que deram origem ao Plano Especial de Cargos do órgão ou entidade para o qual foi feita a redistribuição;*

     *II - sejam mantidas as denominações, as atribuições e o nível de escolaridade dos cargos.”* [↑](#footnote-ref-340)
340. V. dispositivo vetado e as razões do veto:

     “Art. 1°

     *§ 2~~º~~ Na hipótese da opção mencionada no § 1~~º~~, o servidor poderá permanecer em exercício na AGU, não fazendo jus à percepção da Gratificação Temporária, instituída pela Lei no 9.028, de 12 de abril de 1995, e da Gratificação de Representação de Gabinete*."

     Razões do veto

     "*Essa vedação provocaria uma saída forçada e abrupta dos servidores que hoje estão em exercício na AGU, sem a possibilidade de reposição rápida e eficaz, já que a criação de um plano de carreira específico demandará, ainda, algum tempo de análise e tramitação, gerando deficiência na continuidade do serviço público*." [↑](#footnote-ref-341)
341. A Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008,convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009, que inseriu diversas alterações nesta Lei, traz outras disposições de interesse para os servidores por ela abrangidos, como as seguintes:

     “*CAPÍTULO VI*

     *DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS*

     *Art. 311.  Não são cumulativos os valores eventualmente percebidos, a título de vencimento básico ou gratificações de desempenho ou gratificações de exercício, pelos servidores ativos ou aposentados ou pelos pensionistas com base na legislação vigente em 29 de agosto de 2008 com os valores de parcelas de mesma natureza decorrentes da aplicação desta Lei aos vencimentos ou proventos da aposentadoria ou pensões.*

     *§ 1o  Observado o disposto no caput deste artigo, os valores eventualmente percebidos pelo servidor a título de vencimentos ou proventos da aposentadoria ou pensões, de 1o de julho de 2008 até 29 de agosto de 2008 deverão ser deduzidos dos valores devidos ao servidor a título de vencimentos ou proventos da aposentadoria ou pensões, conforme a Carreira ou Plano de Carreiras e Cargos a que pertença o servidor.*

     *§ 2o  Para fins do disposto no § 1o deste artigo, os vencimentos compreendem a soma do vencimento básico com as vantagens permanentes relativas ao cargo, conforme disposto na Lei no 8.852, de 4 de fevereiro de 1994..*

     *Art. 320.  Aplicam-se aos servidores, órgãos e entidades abrangidos por esta Lei as disposições referentes à sistemática para avaliação de desempenho dos servidores de cargos de provimento efetivo e dos ocupantes dos cargos de provimento em comissão instituída por intermédio do art. 140 da Lei no 11.784, de 22 de setembro de 2008, salvo disposição expressa em legislação específica.*

     *Art. 322.  A implementação dos efeitos financeiros decorrentes da criação de vantagens, das alterações de vencimentos, subsídios e remunerações e das reestruturações de Carreiras ou cargos instituídas por meio de leis ou medidas provisórias até 31 de dezembro de 2008 nos exercícios de 2009, 2010 e 2011 fica condicionada à existência de disponibilidade orçamentária e financeira para a realização da despesa, conforme estimativa feita nos termos do art. 17 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, no momento do encaminhamento das respectivas proposições legislativas.*

     *§ 1o  A demonstração da existência de disponibilidade orçamentária e financeira de que trata o caput deste artigo caberá aos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda, a ser efetuada por meio do relatório de que trata o art. 52 da Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, até 60 (sessenta) dias antes do início dos efeitos financeiros referidos no caput deste artigo.*

     *§ 2o  O comportamento da receita corrente líquida e as medidas adotadas para o cumprimento das metas de resultados fiscais no período considerado poderão ensejar a antecipação ou a postergação da data de início dos efeitos financeiros referidos no caput deste artigo, em cada exercício financeiro..”* [↑](#footnote-ref-342)
342. Ver o disposto no art. 25 da Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009):

     “*Art. 25.  O servidor titular de cargo de provimento efetivo, regido pela Lei no 8.112, de 1990, pertencente aos quadros de pessoal de órgãos e entidades da Administração Pública Federal, enquanto estiver em exercício no âmbito do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS, perceberá as gratificações a que faria jus em virtude da titularidade de seu cargo efetivo, calculada com base nas regras aplicáveis, como se estivesse em efetivo exercício no respectivo órgão ou entidade de lotação.*

     *Parágrafo único.  A atuação do servidor no ambiente físico de funcionamento das unidades do SIASS não implica mudança de órgão ou entidade de lotação ou de exercício.****”*** [↑](#footnote-ref-343)
343. Ver o disposto no art. 25 da Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009):

     “*Art. 25.  O servidor titular de cargo de provimento efetivo, regido pela Lei no 8.112, de 1990, pertencente aos quadros de pessoal de órgãos e entidades da Administração Pública Federal, enquanto estiver em exercício no âmbito do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS, perceberá as gratificações a que faria jus em virtude da titularidade de seu cargo efetivo, calculada com base nas regras aplicáveis, como se estivesse em efetivo exercício no respectivo órgão ou entidade de lotação.*

     *Parágrafo único.  A atuação do servidor no ambiente físico de funcionamento das unidades do SIASS não implica mudança de órgão ou entidade de lotação ou de exercício.****”*** [↑](#footnote-ref-344)
344. Ver o art. 8º da Lei nº 12.469, de 26 de agosto de 2011:

     “*Art. 8º As alterações decorrentes do disposto no art. 7º desta Lei produzem efeitos financeiros a contar de 2 de junho de 2011 para os servidores que, em 1º de junho de 2011, se encontravam recebendo a Gratificação de Representação de Gabinete ou a Gratificação Temporária.*

     *Parágrafo único. Os efeitos retroativos de que trata o* ***caput*** *deste artigo somente serão devidos durante o período em que o servidor continuou preenchendo as condições para o recebimento da Gratificação de Representação de Gabinete ou da Gratificação Temporária*.” [↑](#footnote-ref-345)
345. V. dispositivo vetado e as razões do veto:

     "Art. 8o

     *Parágrafo único. Os Procuradores da Fazenda Nacional designados representantes judiciais da União nos termos do art. 69 da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993, poderão continuar percebendo a Gratificação Temporária até que seja fixada a nova remuneração da Carreira*."

     Razões do veto

     "*A fixação de nova remuneração para a Carreira já ocorreu com a edição da Medida Provisória n° 43, de 25 de junho de 2002, tornando prejudicado o dispositivo*." [↑](#footnote-ref-346)
346. As Leis Complementares nº 124 e nº 125, de 3 de janeiro de 2007, que criaram, respectivamente, a SUDAM e a SUDENE, autarquias federais de natureza especial (arts. 1º), preveem em suas composições uma “*Procuradoria-Geral, vinculada à Advocacia-Geral da União*” (arts. 7º, III).

     Nas razões de veto aos arts. 12 das referidas Leis Complementares −**Mensagens nºs 1 e 2, de 3 de janeiro de 2007−**consta o seguinte:

     *“Ouvida, também, a Advocacia-Geral da União manifestou-se pelo veto ao seguinte dispositivo:*

     *Art. 12*

     *“Art. 12.  O Superintendente será o representante da Sudam, em juízo ou fora dele.”*(LC 123, de 2007)

     *“Art. 12.  O Superintendente será o representante da Sudene, em juízo ou fora dele.”* (LC 124, de 2007)

     *Razões do veto*

     *“A Constituição Federal, em seu art. 131, confere à Advocacia-Geral da União a atividade de representação judicial e extrajudicial da União, seja diretamente, seja através de órgão vinculado.*

     *O órgão vinculado a que se refere o art. 131 da Carta Magna é a Procuradoria-Geral Federal, criada pela Lei no 10.480, de 2 de julho de 2002, com a atribuição de representar, judicial e extrajudicialmente, as autarquias federais.*

     *Assim, na análise das normas supramencionadas, conclui-se que à Procuradoria-Geral Federal cabe a representação judicial e extrajudicial das autarquias federais. E essa orientação não é fielmente observada pelo projeto, ao atribuir ao Superintendente a representação em juízo ou fora dele, podendo dar ensejo a questionamentos judiciais se interpretada como forma de delegar a competência atribuída à Advocacia-Geral da União ao dirigente máximo da autarquia.”* [↑](#footnote-ref-347)
347. Ver a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil − ANAC:

     “*Art. 9o A ANAC terá como órgão de deliberação máxima a Diretoria, contando, também, com uma* ***Procuradoria****, uma Corregedoria, um Conselho Consultivo e uma Ouvidoria, além das unidades especializadas*.”

     “*Art. 17. A* ***representação judicial*** *da ANAC, com prerrogativas processuais de Fazenda Pública, será exercida pela* ***Procuradoria***.” [↑](#footnote-ref-348)
348. Ver, a seguir, disposições da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, sobre a Procuradoria Federal Especializada junto ao CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica):

     *“Art. 15.  Funcionará junto ao Cade Procuradoria Federal Especializada, competindo-lhe:*

     *I - prestar consultoria e assessoramento jurídico ao Cade;*

     *II - representar o Cade judicial e extrajudicialmente;*

     *III - promover a execução judicial das decisões e julgados do Cade;*

     *IV - proceder à apuração da liquidez dos créditos do Cade, inscrevendo-os em dívida ativa para fins de cobrança administrativa ou judicial;*

     *V - tomar as medidas judiciais solicitadas pelo Tribunal ou pela Superintendência-Geral, necessárias à cessação de infrações da ordem econômica ou à obtenção de documentos para a instrução de processos administrativos de qualquer natureza;*

     *VI - promover acordos judiciais nos processos relativos a infrações contra a ordem econômica, mediante autorização do Tribunal;*

     *VII - emitir, sempre que solicitado expressamente por Conselheiro ou pelo Superintendente-Geral, parecer nos processos de competência do Cade, sem que tal determinação implique a suspensão do prazo de análise ou prejuízo à tramitação normal do processo;*

     *VIII - zelar pelo cumprimento desta Lei; e*

     *IX - desincumbir-se das demais tarefas que lhe sejam atribuídas pelo regimento interno.*

     *Parágrafo único.  Compete à Procuradoria Federal junto ao Cade, ao dar execução judicial às decisões da Superintendência-Geral e do Tribunal, manter o Presidente do Tribunal, os Conselheiros e o Superintendente-Geral informados sobre o andamento das ações e medidas judiciais.*

     *Art. 16.  O Procurador-Chefe será nomeado pelo Presidente da República, depois de aprovado pelo Senado Federal, dentre cidadãos brasileiros com mais de 30 (trinta) anos de idade, de notório conhecimento jurídico e reputação ilibada.*

     *§ 1o  O Procurador-Chefe terá mandato de 2 (dois) anos, permitida sua recondução para um único período.*

     *§ 2o  O Procurador-Chefe poderá participar, sem direito a voto, das reuniões do Tribunal, prestando assistência e esclarecimentos, quando requisitado pelos Conselheiros, na forma do Regimento Interno do Tribunal.*

     *§ 3o  Aplicam-se ao Procurador-Chefe as mesmas normas de impedimento aplicáveis aos Conselheiros do Tribunal, exceto quanto ao comparecimento às sessões.*

     *§ 4o  Nos casos de faltas, afastamento temporário ou impedimento do Procurador-Chefe, o Plenário indicará e o Presidente do Tribunal designará o substituto eventual dentre os integrantes da Procuradoria Federal Especializada.*

     *Art. 113.  Visando a implementar a transição para o sistema de mandatos não coincidentes, as nomeações dos Conselheiros observarão os seguintes critérios de duração dos mandatos, nessa ordem:*

     *I - 2 (dois) anos para os primeiros 2 (dois) mandatos vagos; e*

     *II - 3 (três) anos para o terceiro e o quarto mandatos vagos.*

     *§ 1o  Os mandatos dos membros do Cade e do Procurador-Chefe em vigor na data de promulgação desta Lei serão mantidos e exercidos até o seu término original, devendo as nomeações subsequentes à extinção desses mandatos observar o disposto neste artigo.*

     *§ 2o  Na hipótese do § 1o deste artigo, o Conselheiro que estiver exercendo o seu primeiro mandato no Cade, após o término de seu mandato original, poderá ser novamente nomeado no mesmo cargo, observado o disposto nos incisos I e II do caput deste artigo.*

     *§ 3o  O Conselheiro que estiver exercendo o seu segundo mandato no Cade, após o término de seu mandato original, não poderá ser novamente nomeado para o período subsequente.*

     *§ 4o  Não haverá recondução para o Procurador-Chefe que estiver exercendo mandato no Cade, após o término de seu mandato original, podendo ele ser indicado para permanecer no cargo na forma do art. 16 desta Lei.*

     *Art. 128.  Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.”*  [↑](#footnote-ref-349)
349. Ver **o art. 5º e o Anexo II da Lei nº 10.871, de 2004:**

     *“Art. 5º O Procurador-Geral Federal definirá a distribuição de cargos de Procurador Federal nas Procuradorias das Agências Reguladoras, observados os quantitativos estabelecidos no Anexo II desta Lei.”*

     *“ANEXO II*

     **(Redação dada pela Lei nº 11.292, de 26.4.2006)**

     *CARGOS DE PROCURADOR FEDERAL A SEREM DISTRIBUÍDOS ÀS AGÊNCIAS REGULADORAS*

     |  |  |
     | --- | --- |
     | *AUTARQUIA ESPECIAL* | *QUANTIDADE* |
     | *ANA* | *20* |
     | *ANATEL* | *70* |
     | *ANCINE* | *15* |
     | *ANEEL* | *35* |
     | *ANP* | *40* |
     | *ANS* | *40* |
     | *ANTAQ* | *20* |
     | *ANTT* | *55* |
     | *ANVISA* | *40* |
     | *ANAC* | *50* |

     Ver **o art. 5º, § 1º, da Lei nº 10.871, de 2004:** [↑](#footnote-ref-350)
350. *“Art. 5º*

     *§ 1º É vedada a remoção, a transferência ou a mudança de exercício a pedido, com ou sem mudança de sede, de Procurador Federal designado para ter exercício nas entidades referidas no Anexo I desta Lei, nos primeiros 36 (trinta e seis) meses a contar da data da investidura no cargo.”*

     Ver **o art. 5º, § 2º, da Lei nº 10.871, de 2004:**

     *“Art. 5º*

     *§ 2º Ficam criados, na Carreira de Procurador Federal de que trata o art. 36 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, regidos pelas leis e normas próprias aplicáveis a ela, 64 (sessenta e quatro) cargos efetivos de Procurador Federal, destinados ao exercício das atribuições estabelecidas no art. 37 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, no âmbito das respectivas unidades de exercício.”*

     Ver o art. 41 da Lei nº 11.182, de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil − ANAC: [↑](#footnote-ref-351)
351. Ver o art. 41 da Lei nº 11.182, de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil − ANAC:

     “*Art. 41. Ficam criados 50 (cinqüenta) cargos de Procurador Federal na ANAC, observado o disposto na legislação específica*.” [↑](#footnote-ref-352)
352. Ver as disposições do art. 31 da Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009):

     “*Art. 31.  O ingresso na carreira de Procurador Federal ocorre na categoria inicial, mediante nomeação, em caráter efetivo, de candidatos habilitados em concurso público, de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação, exigindo-se diploma de Bacharel em Direito.*

     *§ 1o  Os concursos serão disciplinados pelo Advogado-Geral da União, presente, nas bancas examinadoras respectivas, a Ordem dos Advogados do Brasil.*

     *§ 2o  O candidato, no momento da inscrição, há de comprovar um mínimo de dois anos de prática forense.*

     *§ 3o  Considera-se título, para o fim previsto neste artigo, além de outros regularmente admitidos em direito, o exercício profissional de consultoria, assessoria e diretoria, bem como o desempenho de cargo, emprego ou função de nível superior, com atividades eminentemente jurídicas.*

     *§ 4o  Aplica-se o disposto neste artigo à Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil*. ” [↑](#footnote-ref-353)
353. V. dispositivos vetados e as razões dos vetos:

     "*Art. 16. A Carreira de Assistente Jurídico, da Advocacia-Geral da União, passa a denominar-se Carreira de Consultor Jurídico Federal.*

     *§ 1~~°~~ Os cargos efetivos da Carreira de que trata o* ***caput****, vagos e ocupados, passam a denominar-se Consultor Jurídico Federal.*

     *§ 2~~°~~ O disposto no § 1~~°~~ não se aplica aos atuais cargos de Assistente Jurídico cuja inclusão em quadro suplementar está prevista no art. 46 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.*

     *§ 3~~°~~ Os atuais cargos em comissão de Consultor Jurídico, existentes nos Ministérios, são transformados em cargos de igual natureza, do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS 101.5, de Chefe de Consultoria Jurídica*."

     Razões do veto

     "*Trata-se de medida que restou prejudicada com a edição da Medida Provisória n° 43, de 25 de junho de 2002, cujo art. 11 transforma os cargos de Assistente Jurídico da respectiva carreira da Advocacia-Geral da União em cargos de Advogado da União da Carreira de igual denominação*." [↑](#footnote-ref-354)
354. V. a vigência da Lei **13.326, de 29.8.16:**

     “*Art. 54. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:*

     *I - na data de sua publicação, quanto aos arts. 28 a 48;*

     *II - a partir de 1o de agosto de 2016 ou, se posterior, a partir da data de sua publicação, nas hipóteses em que não estiver especificada outra data nesta Lei ou em seus anexos*.” [↑](#footnote-ref-355)
355. Ver a Lei nº **11.358, de 2006,** que fixa o subsídio das carreiras da AGU. [↑](#footnote-ref-356)
356. Ver a Lei nº **11.358, de 2006,** que fixa o subsídio das carreiras da AGU. [↑](#footnote-ref-357)
357. Ver a Lei nº **11.358, de 2006,** que fixa o subsídio das carreiras da AGU. [↑](#footnote-ref-358)
358. Ver a Lei nº 11.358, de 2006, que fixa o subsídio das carreiras da AGU. [↑](#footnote-ref-359)
359. Ver o disposto no art. 25 da Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009:

     “*Art. 25.  O servidor titular de cargo de provimento efetivo, regido pela Lei no 8.112, de 1990, pertencente aos quadros de pessoal de órgãos e entidades da Administração Pública Federal, enquanto estiver em exercício no âmbito do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS, perceberá as gratificações a que faria jus em virtude da titularidade de seu cargo efetivo, calculada com base nas regras aplicáveis, como se estivesse em efetivo exercício no respectivo órgão ou entidade de lotação*.

     *Parágrafo único.  A atuação do servidor no ambiente físico de funcionamento das unidades do SIASS não implica mudança de órgão ou entidade de lotação ou de exercício*. [↑](#footnote-ref-360)
360. V. o conteúdo do art. 1º e as razões de seu veto:

     "*Art. 1o Esta Lei reestrutura as Carreiras de Procurador da Fazenda Nacional, de Advogado da União, de Procurador Federal, de Procurador do Banco Central do Brasil e de Defensor Público da União, aumentando o vencimento básico e reduzindo os patamares de remuneração dessas carreiras*."

     Razões do veto

     "*Da leitura do presente artigo, presume-se que o legislador pretendeu observar a norma contida no art. 7o da Lei Complementar no 95, de 26 de fevereiro de 1998, que determina que o primeiro artigo da lei indicará o seu objeto e o respectivo âmbito de aplicação.*

     *Entretanto, por força de sua redação, é recomendável o veto ao referido artigo em razão do equívoco que sua parte final poderá causar ao intérprete, no sentido de que o mencionado artigo estaria reduzindo a remuneração das carreiras jurídicas ali declinadas, o que conflita com o § 3o do art. 4o do projeto de lei ora examinado.*

     *Portanto, por não refletir com exatidão as regras fixadas nos demais artigos do projeto de lei, que, na realidade, asseguram aumento de remuneração, sugere-se o veto do citado art. 1o.*" [↑](#footnote-ref-361)
361. Ver a Lei nº 11.358, de 2006, que fixa o subsídio das carreiras da AGU. [↑](#footnote-ref-362)
362. Ver a Lei nº 11.358, de 2006, que fixa o subsídio das carreiras da AGU. [↑](#footnote-ref-363)
363. Ver a Lei nº 11.358, de 2006, que fixa o subsídio das carreiras da AGU. [↑](#footnote-ref-364)
364. V. O ANEXO XXXV DA LEI Nº 13.327, DE 29.7.2016 – TABELA DE SUBSÍDIOS PARA AS CARREIRAS DA ÁREA JURÍDICA. [↑](#footnote-ref-365)
365. Ver a seguir disposições da Medida Provisória nº 440, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.890, de 24.12.2008, sobre as carreiras de que trata os incisos I a V deste artigo:

     *“Seção II*

     *Das Carreiras da Área Jurídica*

     *Art. 5o O  Anexo I da Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar na forma do Anexo III  desta Lei, com efeitos financeiros a partir das datas nele especificadas.*

     *Art. 6o Os ocupantes dos cargos de que tratam os incisos I a III e V do* ***caput*** *e o § 1º do art. 1º da Lei nº 11.358, de 19 de outubro de 2006, são impedidos de exercer outra atividade, pública ou privada, potencialmente causadora de conflito de interesses, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.* **(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 29.7.2016)**

     *Parágrafo único.  Na hipótese em que o exercício de outra atividade não configure conflito de interesses, o servidor deverá observar o cumprimento da jornada do cargo, o horário de funcionamento do órgão ou da entidade e o dever de disponibilidade ao serviço público.***(Redação dada pela Lei nº 13.328, de 29.7.2016)**

     *Art. 7o  Os integrantes das Carreiras e os titulares de cargos a que se referem os incisos I, II, III e V do caput e o § 1o do art. 1o da Lei no 11.358, de 19 de outubro de 2006, somente poderão ser cedidos ou ter exercício fora do respectivo órgão de lotação nas seguintes hipóteses:*

     *I - requisição pela Presidência ou Vice-Presidência da República;*

     *II - cessões para o exercício de cargo em comissão de nível CJ-3 ou superior em gabinete de Ministro do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior;*

     *III - cessões para o exercício de cargo em comissão de nível CC-6 ou superior no Gabinete do Procurador-Geral da República;*

     *IV - cessões para o exercício de cargo de Natureza Especial ou cargos em comissão de nível igual ou  superior a DAS-4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalentes, em órgãos do Poder Executivo ou do Poder Legislativo da União, ou de suas autarquias e fundações públicas;*

     *V - exercício de cargo em comissão nos órgãos da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral Federal, da Procuradoria do Banco Central do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;*

     *VI - exercício de cargo, função ou encargo de titular de órgão jurídico da administração pública federal direta, autárquica ou fundacional;*

     *VII - exercício provisório ou prestação de colaboração temporária, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, em órgãos da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria Geral Federal, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou da Procuradoria do Banco Central do Brasil;*

     *VIII - exercício de cargo de diretor ou de presidente de empresa pública ou sociedade de economia mista federal;*

     *IX - exercício dos cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de DAS-4 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes;***(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010)**

     *X - no caso de ocupantes dos cargos efetivos de Procurador Federal, para atuar no Conselho de Recursos da Previdência Social; e*

     *XI - no caso de Procurador da Fazenda Nacional, nos seguintes órgãos do Ministério da Fazenda:*

     *a) Gabinete do Ministro de Estado;*

     *b) Secretaria-Executiva;*

     *c) Escola de Administração Fazendária; e*

     *d) Conselho de Contribuintes.*

     *§ 1o Ressalvado o disposto no inciso I do caput deste artigo, não se aplicam as hipóteses de requisição previstas em lei nos casos em que a cessão não esteja autorizada por este artigo.”* **(Renumerado do parágrafo único pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010)**

     *§ 2o Durante o estágio probatório os integrantes das carreiras de que trata este artigo somente poderão ser cedidos para ocupar cargo em comissão de nível DAS-6 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores e superiores, ou equivalentes.***” (Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010)** [↑](#footnote-ref-366)
366. Ver a nota referente ao *caput* deste artigo. [↑](#footnote-ref-367)
367. Ver a nota referente ao *caput* deste artigo. [↑](#footnote-ref-368)
368. Ver a nota referente ao *caput* deste artigo. [↑](#footnote-ref-369)
369. Ver a nota referente ao *caput* deste artigo e o art. 8º da Medida Provisória nº 440, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.890, de 24.12.2008:

     *"Art. 8o Os Defensores Públicos da União somente poderão ser cedidos ou ter exercício fora do respectivo órgão de lotação nas seguintes hipóteses:*

     *I - requisição pela Presidência ou Vice-Presidência da República;*

     *II - cessões para o exercício de cargo em comissão de nível CJ-3 ou superior em gabinete de Ministro do Supremo Tribunal Federal ou de Tribunal Superior;*

     *III - cessões para o exercício de cargo em comissão de nível CC-6 ou superior no Gabinete do Procurador-Geral da República;*

     *IV - cessões para o exercício de cargo de Natureza Especial ou cargos em comissão de nível igual ou superior a DAS-4 do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores, ou equivalentes, em outros órgãos da União, em autarquias ou em fundações públicas federais;*

     *V - exercício de cargo em comissão ou encargo nos órgãos da Defensoria Pública da União;*

     *VI - exercício provisório ou prestação de colaboração temporária, pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, em órgãos da Defensoria Pública da União;*

     *VII - exercício de cargo de diretor ou de presidente de empresa pública ou sociedade de economia mista federal;*

     *VIII - exercício dos cargos de Secretário de Estado ou do Distrito Federal, de cargos em comissão de nível equivalente ou superior ao de DAS-4 ou de dirigente máximo de entidade da administração pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, de prefeitura de capital ou de município com mais de 500.000 (quinhentos mil) habitantes;***(Redação dada pela Lei nº 12.269, de 21.6.2010)**

     *IX - exercício no Gabinete do Ministro de Estado ou na Secretaria-Executiva do Ministério da Justiça.*

     *Parágrafo único.  Ressalvado o disposto no inciso I do caput deste artigo, não se aplicam as hipóteses de requisição previstas em lei nos casos em que a cessão não esteja autorizada por este artigo."* [↑](#footnote-ref-370)
370. Ver a nota referente ao *caput* deste artigo. [↑](#footnote-ref-371)
371. Ver a nota referente ao *caput* deste artigo. [↑](#footnote-ref-372)
372. V. O ANEXO XXXV DA LEI Nº 13.327, DE 29.7.2016 – TABELA DE SUBSÍDIOS PARA AS CARREIRAS DA ÁREA JURÍDICA. [↑](#footnote-ref-373)
373. V. Decreto nº 8.239, de 21.5.2014, que “*Regulamenta o § 4o do art. 2o da Lei no 11.526, de 4 de outubro de 2007, que trata da cessão do docente integrante do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal, submetido ao regime de dedicação exclusiva, para ocupação de cargo em comissão ou de natureza especial nos Estados, Distrito Federal e Municípios, com a manutenção da vantagem remuneratória referente àquele regime*. ” [↑](#footnote-ref-374)
374. Ver o disposto no art. 25 da Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009:

     “*Art. 25.  O servidor titular de cargo de provimento efetivo, regido pela Lei no 8.112, de 1990, pertencente aos quadros de pessoal de órgãos e entidades da Administração Pública Federal, enquanto estiver em exercício no âmbito do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS, perceberá as gratificações a que faria jus em virtude da titularidade de seu cargo efetivo, calculada com base nas regras aplicáveis, como se estivesse em efetivo exercício no respectivo órgão ou entidade de lotação.*

     *Parágrafo único.  A atuação do servidor no ambiente físico de funcionamento das unidades do SIASS não implica mudança de órgão ou entidade de lotação ou de exercício*.” [↑](#footnote-ref-375)
375. Ver o disposto no art. 25 da Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009:

     *“Art. 25.  O servidor titular de cargo de provimento efetivo, regido pela Lei no 8.112, de 1990, pertencente aos quadros de pessoal de órgãos e entidades da Administração Pública Federal, enquanto estiver em exercício no âmbito do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS, perceberá as gratificações a que faria jus em virtude da titularidade de seu cargo efetivo, calculada com base nas regras aplicáveis, como se estivesse em efetivo exercício no respectivo órgão ou entidade de lotação.*

     *Parágrafo único.  A atuação do servidor no ambiente físico de funcionamento das unidades do SIASS não implica mudança de órgão ou entidade de lotação ou de exercício*.” [↑](#footnote-ref-376)
376. A Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009, atribuiu o número ‘V’ a este inciso. Todavia, pela semelhança da redação, supõe-se tratar do inciso ‘IV’. [↑](#footnote-ref-377)
377. Ver o Decreto nº 6.852, de 15.5.2009. [↑](#footnote-ref-378)
378. Ver o Decreto nº 6.852, de 15.5.2009. [↑](#footnote-ref-379)
379. Ver a seguir o art. 29 da Lei nº 11.178, de 20.9.2005, que “*Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006*”:

     “*Art. 29. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Advocacia-Geral da União, pelo prazo de até 90 (noventa) dias, antes do atendimento da requisição judicial, observadas as normas e orientações baixadas por aquela unidade.*

     *Parágrafo único. Sem prejuízo do disposto no* ***caput*** *deste artigo, o Advogado-Geral da União poderá incumbir os órgãos jurídicos das autarquias e fundações públicas, que lhe são vinculados, do exame dos processos pertinentes aos precatórios devidos por essas entidades.”* [↑](#footnote-ref-380)
380. Ver o Decreto nº 7.392, de 13.12.2010, que atribui a denominação de “Consultorias Jurídicas nos Estados” aos Núcleos de Assessoramento Jurídico.O Decreto nº 7.392, de 2010, foi revogado pelo Decreto nº 10.608, de 2021. [↑](#footnote-ref-381)
381. Eis o inteiro teor do art. 45 da Lei n° 11.784, de 2008:

     *“Art. 45.  A partir de 14 de maio de 2008, fica extinta a Gratificação de Desempenho de Atividade de Fiscalização Agropecuária - GDAFA, instituída por intermédio do art. 30 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.*

     *§ 1o  A GDFFA de que trata o art. 5o-A da Lei no 10.883, de 16 de junho de 2004, não pode ser percebida cumulativamente com a GDAFA, instituída por intermédio do art. 30 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.*

     *§ 2o  Observado o disposto no caput e no § 1o deste artigo, os valores eventualmente percebidos pelo servidor a título de GDAFA de 1o de fevereiro de 2008 até 14 de maio de 2008 deverão ser deduzidos ou acrescidos, conforme o caso, da diferença do valor devido ao servidor a título de GDFFA, a partir de 1o de fevereiro de 2008, devendo ser compensados eventuais valores pagos a maior ou a menor.”* [↑](#footnote-ref-382)
382. Sobre o ingresso na Carreira de **Procurador Federal**, do qual tratava este artigo, ver as disposições dos arts 30 e 31 da Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão daMedida Provisória nº 479, de 30.12.2009:

     “*Art. 30.  Considera-se prática forense, para fins de ingresso em cargos públicos privativos de Bacharel em Direito, no âmbito do Poder Executivo, o exercício de atividades práticas desempenhadas na vida forense, relacionadas às ciências jurídicas, inclusive as atividades desenvolvidas como estudante de curso de Direito cumprindo estágio regular e supervisionado, como advogado, magistrado, membro do Ministério Público ou da Defensoria Pública, ou servidor do judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e da Advocacia Pública com atividades, ao menos parcialmente, jurídicas.*

     *Art. 31.  O ingresso na carreira de Procurador Federal ocorre na categoria inicial, mediante nomeação, em caráter efetivo, de candidatos habilitados em concurso público, de provas e títulos, obedecida a ordem de classificação, exigindo-se diploma de Bacharel em Direito.*

     *§ 1o  Os concursos serão disciplinados pelo Advogado-Geral da União, presente, nas bancas examinadoras respectivas, a Ordem dos Advogados do Brasil.*

     *§ 2o  O candidato, no momento da inscrição, há de comprovar um mínimo de dois anos de prática forense.*

     *§ 3o  Considera-se título, para o fim previsto neste artigo, além de outros regularmente admitidos em direito, o exercício profissional de consultoria, assessoria e diretoria, bem como o desempenho de cargo, emprego ou função de nível superior, com atividades eminentemente jurídicas.*

     *§ 4o  Aplica-se o disposto neste artigo à Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil.”*

     Sobre o ingresso na Carreira **de Procurador do Banco Central do Brasil**, ver também as seguintes disposições da Lei nº 9.650, de 27.5.1998:

     “*Art. 6o O ingresso no quadro de pessoal do Banco Central do Brasil far-se-á mediante concurso público específico, de provas ou de provas e títulos, no padrão inicial da classe inicial do respectivo cargo.*

     *§ 1o O concurso público a que se refere o* ***caput*** *deste artigo realizar-se-á:* **(Redação dada pela Lei nº 13.327, de 2016)**

     I - *em etapa única, para o cargo de Técnico do Banco Central do Brasil;***(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

     *II - em 2 (duas) etapas, ambas de caráter eliminatório, compreendendo a primeira o exame de conhecimentos específicos e, a segunda, o curso de formação, para o cargo de Analista do Banco Central do Brasil;* **(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

     *III - na forma estabelecida em ato do Advogado-Geral da União, observada a legislação específica, para o cargo de Procurador do Banco Central do Brasil.***(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

     *§ 2o Para os cargos de Analista do Banco Central do Brasil e de Procurador do Banco Central do Brasil, além do exame de conhecimentos específicos, será obrigatória a realização de prova de títulos, de caráter exclusivamente classificatório.***(Redação dada pela Lei nº 13.327, de 2016)**

     *§ 3o O Banco Central do Brasil manterá políticas próprias de recrutamento, seleção e treinamento de pessoal, cabendo à sua Diretoria definir normas específicas e os pré-requisitos de formação e titulação especializada a serem exigidos nos concursos de ingresso, observadas as diretrizes do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado*

     *§ 4o  Para o ingresso no cargo de Técnico do Banco Central do Brasil, na área de especialização voltada à execução e à supervisão das atividades de segurança institucional do Banco Central do Brasil, especialmente no que se refere aos serviços do meio circulante e à proteção de autoridades internas do Banco Central do Brasil, haverá prova de aptidão física e avaliação psicológica.***(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

     *§ 5o O Banco Central do Brasil manterá políticas próprias de recrutamento, seleção e treinamento de pessoal, observadas as diretrizes do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.***(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)** [↑](#footnote-ref-383)
383. O parágrafo único acrescentado ao art. 1º da Lei nº 9.492, de 10.9.1997, sujeitou a protesto as certidões de dívida ativa dos entes públicos, da seguinte forma:

     “*Art. 1º Protesto é o ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida.*

     *Parágrafo único.  Incluem-se entre os títulos sujeitos a protesto as certidões de dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas*.” **(Incluído pela Lei nº 12.767, de 27.12.2012)** [↑](#footnote-ref-384)
384. Ver **o art. 5º e o Anexo II da Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004:**

     *“Art. 5º O Procurador-Geral Federal definirá a distribuição de cargos de Procurador Federal nas Procuradorias das Agências Reguladoras, observados os quantitativos estabelecidos no Anexo II desta Lei.*

     *§ 1º É vedada a remoção, a transferência ou a mudança de exercício a pedido, com ou sem mudança de sede, de Procurador Federal designado para ter exercício nas entidades referidas no Anexo I desta Lei, nos primeiros 36 (trinta e seis) meses a contar da data da investidura no cargo.*

     *§ 2º Ficam criados, na Carreira de Procurador Federal de que trata o art. 36 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, regidos pelas leis e normas próprias aplicáveis a ela, 64 (sessenta e quatro) cargos efetivos de Procurador Federal, destinados ao exercício das atribuições estabelecidas no art. 37 da Medida Provisória nº 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, no âmbito das respectivas unidades de exercício.”*

     *“ANEXO II*

     *CARGOS DE PROCURADOR FEDERAL A SEREM DISTRIBUÍDOS ÀS AGÊNCIAS REGULADORAS*

     |  |  |
     | --- | --- |
     | *AUTARQUIA ESPECIAL* | *QUANT.* |
     | *ANA* | *20* |
     | *ANATEL* | *70* |
     | *ANCINE* | *15* |
     | *ANEEL* | *35* |
     | *ANP* | *40* |
     | *ANS* | *40* |
     | *ANTAQ* | *20* |
     | *ANTT* | *55* |
     | *ANVISA* | *40”* |

     A Medida Provisória nº 233, de 30 de dezembro de 2004, que criava 50 cargos de Procurador Federal [art. 24], para provimento por concurso público, teve o seu prazo de vigência esgotado no dia 14 de junho de 2005, conforme o Ato declaratório do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 24, de 2005.

     Ver o art. 6º, III, da Lei nº 11.151, de 29 de julho de 2005, que cria 134 cargos efetivos de técnico-administrativo de nível superior no âmbito do Ministério da Educação, para redistribuição à UFRB − Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, entre eles sete cargos de “Advogado”, conforme o seu Anexo II. [↑](#footnote-ref-385)
385. Ver o art. 23 da**Lei no 10.871, de 20 de maio de 2004:**

     ***“****Art. 23. Além dos deveres e das proibições previstos na Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, aplicam-se aos servidores em efetivo exercício nas Agências Reguladoras referidas no Anexo I desta Lei:*

     *I - o dever de manter sigilo sobre as operações ativas e passivas e serviços prestados pelas instituições reguladas de que tiverem conhecimento em razão do cargo ou da função, conforme regulamentação de cada Agência Reguladora;*

     *II - as seguintes proibições:*

     *a) prestar serviços, ainda que eventuais, a empresa cuja atividade seja controlada ou fiscalizada pela entidade, salvo os casos de designação específica;*

     *b) firmar ou manter contrato com instituição regulada, bem como com instituições autorizadas a funcionar pela entidade, em condições mais vantajosas que as usualmente ofertadas aos demais clientes;*

     *c) exercer outra atividade profissional, inclusive gestão operacional de empresa, ou direção político-partidária, excetuados os casos admitidos em lei;*

     *d) contrariar súmula, parecer normativo ou orientação técnica, adotados pela Diretoria Colegiada da respectiva entidade de lotação; e*

     *e) exercer suas atribuições em processo administrativo, em que seja parte ou interessado, ou haja atuado como representante de qualquer das partes, ou no qual seja interessado parente consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o 2o (segundo grau), bem como cônjuge ou companheiro, bem como nas hipóteses da legislação, inclusive processual.*

     *§ 1o A não observância ao dever previsto no inciso I do* ***caput*** *deste artigo é considerada falta grave, sujeitando o infrator à pena de demissão ou de cassação de aposentadoria ou disponibilidade, de que tratam os arts. 132 e 134 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.*

     *§ 2o As infrações das proibições estabelecidas no inciso II do* ***caput*** *deste artigo são punidas com a pena de advertência, de suspensão, de demissão ou de cassação de aposentadoria, de acordo com a gravidade, conforme o disposto nos arts. 129, 130 e seu § 2o, 132 e 134 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.*

     *§ 3o Aplicam-se aos Procuradores Federais em exercício nas entidades referidas no Anexo I desta Lei as disposições deste artigo, exceto o disposto na alínea* ***d*** *do inciso II deste artigo”*

     Ver a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, que cria a Agência Nacional de Aviação Civil − ANAC:

     “*Art. 9o A ANAC terá como órgão de deliberação máxima a Diretoria, contando, também, com uma* ***Procuradoria****, uma Corregedoria, um Conselho Consultivo e uma Ouvidoria, além das unidades especializadas*.”

     “*Art. 17. A* ***representação judicial*** *da ANAC, com prerrogativas processuais de Fazenda Pública, será exercida pela* ***Procuradoria***.”

     “*Art. 41. Ficam criados 50 (cinqüenta) cargos de Procurador Federal na ANAC, observado o disposto na legislação específica*.” [↑](#footnote-ref-386)
386. Ver o art. 5º da Lei nº 11.319, de 6.7.2006, segundo o qual:

     *“Art. 5~~º~~  Os titulares dos cargos referidos no art. 3~~º~~  desta Lei não fazem jus, a partir de 1~~º~~ de abril de 2004, à Gratificação de Desempenho de Atividade Jurídica - GDAJ, de que trata o art. 41 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001.”* (Os cargos referidos no art. 3º da Lei são os de Juiz-Presidente e Juiz do Tribunal Marítimo). [↑](#footnote-ref-387)
387. Ver o art. 3° e seguintes da Lei n° 10.769, de 19.11.2003, e disposições da Medida Provisória nº 440, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.890, de 24.12.2008 (arts 154 a 163). [↑](#footnote-ref-388)
388. Sobre a remuneração dos Procuradores do Banco Central do Brasil, ver a Lei nº 11. 358, de 19.10.2006, e a Medida Provisória nº 440, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.890, de 24.12.2008. [↑](#footnote-ref-389)
389. Sobre o ingresso na Carreira de Procurador do Banco Central do Brasil, ver também as seguintes disposições da Lei nº 9.650, de 27.5.1998:

     “*Art. 6o O ingresso no quadro de pessoal do Banco Central do Brasil far-se-á mediante concurso público específico, de provas ou de provas e títulos, no padrão inicial da classe inicial do respectivo cargo.*

     *§ 1o O concurso público a que se refere o* ***caput*** *deste artigo realizar-se-á:***(Redação dada pela Lei nº 13.327, de 2016)**

     I - *em etapa única, para o cargo de Técnico do Banco Central do Brasil;***(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

     *II - em 2 (duas) etapas, ambas de caráter eliminatório, compreendendo a primeira o exame de conhecimentos específicos e, a segunda, o curso de formação, para o cargo de Analista do Banco Central do Brasil;***(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

     *III - na forma estabelecida em ato do Advogado-Geral da União, observada a legislação específica, para o cargo de Procurador do Banco Central do Brasil.***(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

     *§ 2o Para os cargos de Analista do Banco Central do Brasil e de Procurador do Banco Central do Brasil, além do exame de conhecimentos específicos, será obrigatória a realização de prova de títulos, de caráter exclusivamente classificatório.***(Redação dada pela Lei nº 13.327, de 2016)**

     *§ 3o O Banco Central do Brasil manterá políticas próprias de recrutamento, seleção e treinamento de pessoal, cabendo à sua Diretoria definir normas específicas e os pré-requisitos de formação e titulação especializada a serem exigidos nos concursos de ingresso, observadas as diretrizes do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado*

     *§ 4o  Para o ingresso no cargo de Técnico do Banco Central do Brasil, na área de especialização voltada à execução e à supervisão das atividades de segurança institucional do Banco Central do Brasil, especialmente no que se refere aos serviços do meio circulante e à proteção de autoridades internas do Banco Central do Brasil, haverá prova de aptidão física e avaliação psicológica.***(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)**

     *§ 5o O Banco Central do Brasil manterá políticas próprias de recrutamento, seleção e treinamento de pessoal, observadas as diretrizes do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.***(Incluído pela Lei nº 13.327, de 2016)** [↑](#footnote-ref-390)
390. Ver art. 19 da Lei n° 10.677, de 14 de maio de 2003:

     *“Art. 19. A restrição de que trata o § 1o do art.* *58 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 d**e setembro de 2001, feita aos ocupantes de cargos efetivos estruturados em carreiras não se aplica aos servidores abrangidos pela Lei no 10.355, de 26 de dezembro de 2001.”* [↑](#footnote-ref-391)
391. Ver art. 20 da Lei n° 10.667, de 14 de maio de 2003:

     *“Art. 20. O período de afastamento do servidor para servir em organismo internacional, de que o Brasil participe ou com o qual coopere, mantido o vínculo com o regime próprio, será considerado para fins do interstício exigido para incorporação aos proventos de aposentadoria ou pensão de vantagem decorrente de gratificações por desempenho ou produtividade, no âmbito da Administração Pública Federal, considerando-se como pontuação do período de afastamento a que vier a ser obtida pelo servidor no primeiro processo de avaliação concluído após seu retorno ao exercício do cargo efetivo.”* [↑](#footnote-ref-392)
392. Ver a seguir o art. 29 da Lei nº 11.094, de 2004:

     *“Art. 29. Fica transformado em vantagem pessoal nominalmente identificada o valor devido em função das disposições do art. 71 da Medida Provisória no 2.229-43, de 6 de setembro de 2001, sujeito exclusivamente à atualização decorrente de revisão geral de remuneração dos servidores públicos federais*” [↑](#footnote-ref-393)
393. Segundo o art. 2º, § 4º, do **Decreto nº 5.480, de 30.6.2005, que “***Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, e dá outras providências”*: “*A unidade de correição da Advocacia-Geral da União vincula-se tecnicamente ao Sistema de Correição*”, que tem a Controladoria-Geral da União como Órgão Central do Sistema [art. 2º, I]. [↑](#footnote-ref-394)
394. O § 4º do art. 1º e o art. 2º da Lei nº 9.469, de 10.7.1997, foram regulamentados pelo Decreto nº 10.201, de 15.1.2020, que revogou o Capítulo II deste Decreto nº 2.346, de 10.10.1997. [↑](#footnote-ref-395)
395. A Medida Provisória nº 449, de 3.12.2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009, alterou os arts. 1º, 2º e 3º e acrescentou os arts. 1º-A, 1º-B, 1º-C, 7º-A e 10-A da Lei nº 9. 469, de 10 de julho de 1997. [↑](#footnote-ref-396)
396. Ver o art. 1º-B do mesmo Decreto, incluído pelo Decreto nº 8.157, de 18.12.2013, que atribui essa competência exclusivamente ao Advogado-Geral da União em conjunto com o Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão. [↑](#footnote-ref-397)
397. Ver o § 3º do art. 1º deste Decreto, que faculta ao Presidente da República essa extensão. [↑](#footnote-ref-398)
398. Ver disposições da Lei nº 10.522, de 2002:

     *Art. 19. Fica a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional dispensada de contestar, de oferecer contrarrazões e de interpor recursos, e fica autorizada a desistir de recursos já interpostos, desde que inexista outro fundamento relevante, na hipótese em que a ação ou a decisão judicial ou administrativa versar sobre:* **(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *I - matérias de que trata o art. 18;*

     *II - tema que seja objeto de parecer, vigente e aprovado, pelo Procurador-Geral da Fazenda Nacional, que conclua no mesmo sentido do pleito do particular;*  **(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *III - (VETADO).* **(Incluído pela Lei nº 12.788, de 2013)**

     *IV - tema sobre o qual exista súmula ou parecer do Advogado-Geral da União que conclua no mesmo sentido do pleito do particular;*   **(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *V - tema fundado em dispositivo legal que tenha sido declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle difuso e tenha tido sua execução suspensa por resolução do Senado Federal, ou tema sobre o qual exista enunciado de súmula vinculante ou que tenha sido definido pelo Supremo Tribunal Federal em sentido desfavorável à Fazenda Nacional em sede de controle concentrado de constitucionalidade;* **(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *VI - tema decidido pelo Supremo Tribunal Federal, em matéria constitucional, ou pelo Superior Tribunal de Justiça, pelo Tribunal Superior do Trabalho, pelo Tribunal Superior Eleitoral ou pela Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência, no âmbito de suas competências, quando:***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *a) for definido em sede de repercussão geral ou recurso     repetitivo; ou* **(Incluída pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *b) não houver viabilidade de reversão da tese firmada em sentido desfavorável à Fazenda Nacional, conforme critérios definidos em ato do Procurador-Geral da Fazenda Nacional; e***(Incluída pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *VII - tema que seja objeto de súmula da administração tributária federal de que trata o art. 18-A desta Lei.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 1o Nas matérias de que trata este artigo, o Procurador da Fazenda Nacional que atuar no feito deverá, expressamente:***(Redação dada pela Lei nº 12.844, de 2013)**

     *I - reconhecer a procedência do pedido, quando citado para apresentar resposta, inclusive em embargos à execução fiscal e exceções de pré-executividade, hipóteses em que não haverá condenação em honorários; ou***(Incluído pela Lei nº 12.844, de 2013)**

     *II - manifestar o seu desinteresse em recorrer, quando intimado da decisão judicial.* **(Incluído pela Lei nº 12.844, de 2013)**

     *§ 2o A sentença, ocorrendo a hipótese do § 1o, não se subordinará ao duplo grau de jurisdição obrigatório.*

     *§ 3º (Revogado);***(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 4o (Revogado);***(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 5º (Revogado);***(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 6o (VETADO).*(**Incluído pela Lei nº 12.788, de 2013)**

     *§7º (Revogado).***(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 8º  O parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional que examina a juridicidade de proposições normativas não se enquadra no disposto no inciso II do caput deste artigo.* **(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 9º  A dispensa de que tratam os incisos V e VI do caput deste artigo poderá ser estendida a tema não abrangido pelo julgado, quando a ele forem aplicáveis os fundamentos determinantes extraídos do julgamento paradigma ou da jurisprudência consolidada, desde que inexista outro fundamento relevante que justifique a impugnação em juízo.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 10.  O disposto neste artigo estende-se, no que couber, aos demais meios de impugnação às decisões judiciais.***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 11.  O disposto neste artigo aplica-se a todas as causas em que as unidades da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional devam atuar na qualidade de representante judicial ou de autoridade coatora.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 12.  Os órgãos do Poder Judiciário e as unidades da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderão, de comum acordo, realizar mutirões para análise do enquadramento de processos ou de recursos nas hipóteses previstas neste artigo e celebrar negócios processuais com fundamento no disposto no art. 190 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 13.  Sem prejuízo do disposto no § 12 deste artigo, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional regulamentará a celebração de negócios jurídicos processuais em seu âmbito de atuação, inclusive na cobrança administrativa ou judicial da dívida ativa da União.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Art. 19-A. Os Auditores-Fiscais da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil não constituirão os créditos tributários relativos aos temas de que trata o art. 19 desta Lei, observado:***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *I - o disposto no parecer a que se refere o inciso II do caput do art. 19 desta Lei, que será aprovado na forma do art. 42 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, ou que terá concordância com a sua aplicação pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia;***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *II - o parecer a que se refere o inciso IV do caput do art. 19 desta Lei, que será aprovado na forma do disposto no art. 40 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, ou que, quando não aprovado por despacho do Presidente da República, terá concordância com a sua aplicação pelo Ministro de Estado da Economia; ou***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *III - nas hipóteses de que tratam o inciso VI do caput e o § 9º do art. 19 desta Lei, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional deverá manifestar-se sobre as matérias abrangidas por esses dispositivos.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 1º  Os Auditores-Fiscais da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia adotarão, em suas decisões, o entendimento a que estiverem vinculados, inclusive para fins de revisão de ofício do lançamento e de repetição de indébito administrativa.***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 2º  O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, aos responsáveis pela retenção de tributos e, ao emitirem laudos periciais para atestar a existência de condições que gerem isenção de tributos, aos serviços médicos oficiais.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Art. 19-B.  Os demais órgãos da administração pública que administrem créditos tributários e não tributários passíveis de inscrição e de cobrança pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional encontram-se dispensados de constituir e de promover a cobrança com fundamento nas hipóteses de dispensa de que trata o art. 19 desta Lei.***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Parágrafo único.  A aplicação do disposto no caput deste artigo observará, no que couber, as disposições do art. 19-A desta Lei.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Art. 19-C.  A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá dispensar a prática de atos processuais, inclusive a desistência de recursos interpostos, quando o benefício patrimonial almejado com o ato não atender aos critérios de racionalidade, de economicidade e de eficiência.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 1º  O disposto no caput deste artigo inclui o estabelecimento de parâmetros de valor para a dispensa da prática de atos processuais.***(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 2º  A aplicação do disposto neste artigo não implicará o reconhecimento da procedência do pedido formulado pelo autor.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 3º  O disposto neste artigo aplica-se, inclusive, à atuação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional no âmbito do contencioso administrativo fiscal.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Art. 19-D.  À Procuradoria-Geral da União, à Procuradoria-Geral Federal e à Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil aplica-se, no que couber, o disposto nos arts. 19, 19-B e 19-C desta Lei, sem prejuízo do disposto na Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 1º  Aos órgãos da administração pública federal direta, representados pela Procuradoria-Geral da União, e às autarquias e fundações públicas, representadas pela Procuradoria-Geral Federal ou pela Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil, aplica-se, no que couber, o disposto no art. 19-B desta Lei.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 2º  Ato do Advogado-Geral da União disciplinará o disposto neste artigo.* **(Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *Art. 19-E. Em caso de empate no julgamento do processo administrativo de determinação e exigência do crédito tributário, não se aplica o voto de qualidade a que se refere o § 9º do art. 25 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, resolvendo-se favoravelmente ao contribuinte.* **(Incluído pela Lei nº 13.988, de 2020)**

     *Art. 20.  Serão arquivados, sem baixa na distribuição, por meio de requerimento do Procurador da Fazenda Nacional, os autos das execuções fiscais de débitos inscritos em dívida ativa da União pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional ou por ela cobrados, de valor consolidado igual ou inferior àquele estabelecido em ato do Procurador-Geral da Fazenda Nacional.* **(Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)**

     *§ 1o Os autos de execução a que se refere este artigo serão reativados quando os valores dos débitos ultrapassarem os limites indicados.*

     *§ 2o Serão extintas, mediante requerimento do Procurador da Fazenda Nacional, as execuções que versem exclusivamente sobre honorários devidos à Fazenda Nacional de valor igual ou inferior a R$ 1.000,00 (mil reais).* **(Redação dada pela Lei nº 11.033, de 2004)**

     *§ 3o***(Revogado pela Lei nº 13.043, de 2014)**

     *§ 4o No caso de reunião de processos contra o mesmo devedor, na forma do art. 28 da Lei no 6.830, de 22 de setembro de 1980, para os fins de que trata o limite indicado no* ***caput*** *deste artigo, será considerada a soma dos débitos consolidados das inscrições reunidas.* **(Incluído pela Lei nº 11.033, de 2004)**

     *Art. 20-A.  Nos casos de execução contra a Fazenda Nacional, é a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional autorizada a não opor embargos, quando o valor pleiteado pelo exequente for inferior àquele fixado em ato do Ministro da Fazenda.* **(Incluído pela Lei nº 12.649, de 2012)**

     *Art. 20-B. Inscrito o crédito em dívida ativa da União, o devedor será notificado para, em até cinco dias, efetuar o pagamento do valor atualizado monetariamente, acrescido de juros, multa e demais encargos nela indicados.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *§ 1o  A notificação será expedida por via eletrônica ou postal para o endereço do devedor e será considerada entregue depois de decorridos quinze dias da respectiva expedição.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *§ 2o  Presume-se válida a notificação expedida para o endereço informado pelo contribuinte ou responsável à Fazenda Pública.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *§ 3o  Não pago o débito no prazo fixado no* ***caput****deste artigo, a Fazenda Pública poderá:* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *I - comunicar a inscrição em dívida ativa aos órgãos que operam bancos de dados e cadastros relativos a consumidores e aos serviços de proteção ao crédito e congêneres; e* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *II - averbar, inclusive por meio eletrônico, a certidão de dívida ativa nos órgãos de registro de bens e direitos sujeitos a arresto ou penhora, tornando-os indisponíveis.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *Art. 20-C.  A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá condicionar o ajuizamento de execuções fiscais à verificação de indícios de bens, direitos ou atividade econômica dos devedores ou corresponsáveis, desde que úteis à satisfação integral ou parcial dos débitos a serem executados.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *Parágrafo único. Compete ao Procurador-Geral da Fazenda Nacional definir os limites, critérios e parâmetros para o ajuizamento da ação de que trata o* ***caput****deste artigo, observados os critérios de racionalidade, economicidade e eficiência.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *Art. 20-D.  Sem prejuízo da utilização das medidas judicias para recuperação e acautelamento dos créditos inscritos, se houver indícios da prática de ato ilícito previsto na legislação tributária, civil e empresarial como causa de responsabilidade de terceiros por parte do contribuinte, sócios, administradores, pessoas relacionadas e demais responsáveis, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá, a critério exclusivo da autoridade fazendária:* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *I - notificar as pessoas de que trata o* ***caput*** *deste artigo ou terceiros para prestar depoimentos ou esclarecimentos;* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *II - requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades federais, estaduais e municipais, bem como dos órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *III - instaurar procedimento administrativo para apuração de responsabilidade por débito inscrito em dívida ativa da União, ajuizado ou não, observadas, no que couber, as disposições da Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *Art. 20-E. A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional editará atos complementares para o fiel cumprimento do disposto nos arts. 20-B, 20-C e 20-D desta Lei.* **(Incluído pela Lei nº 13.606, de 2018)**

     *Art. 21. Fica isento do pagamento dos honorários de sucumbência o autor da demanda de natureza tributária, proposta contra a União (Fazenda Nacional), que desistir da ação e renunciar ao direito sobre que ela se funda, desde que:*

     *I - a decisão proferida no processo de conhecimento não tenha transitado em julgado;*

     *II - a renúncia e o pedido de conversão dos depósitos judiciais em renda da União sejam protocolizados até 15 de setembro de 1997.*

     *Art. 22. O pedido poderá ser homologado pelo juiz, pelo relator do recurso, ou pelo presidente do tribunal, ficando extinto o crédito tributário, até o limite dos depósitos convertidos.*

     *§ 1o Na hipótese de a homologação ser da competência do relator ou do presidente do tribunal, incumbirá ao autor peticionar ao juiz de primeiro grau que houver apreciado o feito, informando a homologação da renúncia para que este determine, de imediato, a conversão dos depósitos em renda da União, independentemente do retorno dos autos do processo ou da respectiva ação cautelar à vara de origem.*

     *§ 2o A petição de que trata o § 1o deverá conter o número da conta a que os depósitos estejam vinculados e virá acompanhada de cópia da página do órgão oficial onde tiver sido publicado o ato homologatório.*

     *§ 3o Com a renúncia da ação principal deverão ser extintas todas as ações cautelares a ela vinculadas, nas quais não será devida verba de sucumbência.*

     *Art. 23. O ofício para que o depositário proceda à conversão de depósito em renda deverá ser expedido no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contado da data do despacho judicial que acolher a petição.*

     *Art. 24. As pessoas jurídicas de direito público são dispensadas de autenticar as cópias reprográficas de quaisquer documentos que apresentem em juízo.*

     *Art. 25.  O termo de inscrição em Dívida Ativa da União, bem como o das autarquias e fundações públicas federais, a Certidão de Dívida Ativa dele extraída e a petição inicial em processo de execução fiscal poderão ser subscritos manualmente, ou por chancela mecânica ou eletrônica, observadas as disposições legais.* **(Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)**

     *Parágrafo único. O disposto no caput deste artigo aplica-se, também, à inscrição em Dívida Ativa e à cobrança judicial da contribuição, multas e demais encargos previstos na legislação respectiva, relativos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.”*

     Ver também dispositivos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, alterados pela Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009:

     *“Art. 26-A.  No âmbito do processo administrativo fiscal, fica vedado aos órgãos de julgamento afastar a aplicação ou deixar de observar tratado, acordo internacional, lei ou decreto, sob fundamento de inconstitucionalidade.* **(Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

     *§ 1o a 5º* **(Revogados pela Lei nº 11.941. de 2009).**

     *§ 6o  O disposto no caput deste artigo não se aplica aos casos de tratado, acordo internacional, lei ou ato normativo:* **(Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

     *I – que já tenha sido declarado inconstitucional por decisão definitiva plenária do Supremo Tribunal Federal;* **(Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

     *II – que fundamente crédito tributário objeto de:* **(Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

     *a) dispensa legal de constituição ou de ato declaratório do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, na forma dos arts. 18 e 19 da Lei no 10.522, de 19 de julho de 2002;* **(Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

     *b) súmula da Advocacia-Geral da União, na forma do art. 43 da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993; ou* **(Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)**

     *c) pareceres do Advogado-Geral da União aprovados pelo Presidente da República, na forma do art. 40 da Lei Complementar no 73, de 10 de fevereiro de 1993.” (NR)* **(Incluído pela Medida Provisória nº 449, de 2008, convertida na Lei nº 11.941, de 27.5.2009)** [↑](#footnote-ref-399)
399. Eis o art. 12 do Decreto nº 5.135, de 7.7.2004, com a redação dada pelo Decreto nº - 6.482, de 12.6.2008:

     *"Art. 12. À Imprensa Nacional compete:*

     *I - publicar e divulgar os atos oficiais da administração pública federal;*

     *II - executar, de acordo com a legislação pertinente, com prévia autorização do Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República, serviços de impressão plana de trabalhos gráficos destinados a atender a demandas próprias da Presidência e da Vice-Presidência da República; e*

     *III - coordenar e executar as atividades relacionadas à biblioteca da Imprensa Nacional."* (NR) [↑](#footnote-ref-400)
400. A Biblioteca da Imprensa Nacional, transferida à Advocacia-Geral da União pelo inciso II do art. 2º do Decreto nº 4.294, de 3.7.2002, retornou à Imprensa Nacional conforme o art. 3º do Decreto nº - 6.482, de 12.6.2008:

     *“Art. 3º São transferidos da Advocacia-Geral da União para a Imprensa Nacional os bens e o acervo da biblioteca da Imprensa Nacional.”* [↑](#footnote-ref-401)
401. Metade do Anexo IV do Palácio do Planalto foi ocupado pela antiga Consultoria-Geral da República desde 1979 e depois, pela Advocacia-Geral da União até 4 de fevereiro de 2002, quando transferiu-se para o prédio administrativo da Imprensa Nacional referido no art. 4º deste Decreto. [↑](#footnote-ref-402)
402. A Medida Provisória nº 353, de 2007, foi convertida na Lei nº 11.483, de 31 de maio de 2007, que, por sua vez, foi regulamentada pelo Decreto nº 7.929, de 18.2.2013, no que se refere à avaliação da vocação logística dos imóveis não operacionais da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. – RFFSA e altera o art. 4~~º~~ do Decreto n~~º~~ 6.018, de 22 de janeiro de 2007. [↑](#footnote-ref-403)
403. **Ver disposições da** Lei nº 11.483, de 2007**, que “***Dispõe sobre a revitalização do setor ferroviário, altera dispositivos da Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001, e dá outras providências*”:

     *“Art. 1o Fica encerrado o processo de liquidação e extinta a Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA, sociedade de economia mista instituída com base na autorização contida na Lei nº 3.115, de 16 de março de 1957.*

     *Parágrafo único.  Ficam encerrados os mandatos do Liquidante e dos membros do Conselho Fiscal da extinta RFFSA.*

     *Art. 2o A partir de 22 de janeiro de 2007:*

     *I - a União sucederá a extinta RFFSA nos direitos, obrigações e ações judiciais em que esta seja autora, ré, assistente, opoente ou terceira interessada, ressalvadas as ações de que trata o inciso II do caput do art. 17 desta Lei; e*

     *II - os bens imóveis da extinta RFFSA ficam transferidos para a União, ressalvado o disposto nos incisos I e IV do caputdo art. 8o desta Lei.* **(Redação dada pela Lei nº 11.772, de 2008)**

     *Parágrafo único.  Os advogados ou escritórios de advocacia que representavam judicialmente a extinta RFFSA deverão, imediatamente, sob pena de responsabilização pessoal pelos eventuais prejuízos que a União sofrer, em relação às ações a que se refere o inciso I do caput deste artigo:*

     *I - peticionar em juízo, comunicando a extinção da RFFSA e requerendo que todas as citações e intimações passem a ser dirigidas à Advocacia-Geral da União; e*

     *II - repassar às unidades da Advocacia-Geral da União as respectivas informações e documentos.*

     *Art. 4o Os bens, direitos e obrigações da extinta RFFSA serão inventariados em processo que se realizará sob a coordenação e supervisão do Ministério dos Transportes.*

     *Parágrafo único.  Ato do Poder Executivo disporá sobre a estrutura e o prazo de duração do processo de Inventariança, bem como sobre as atribuições do inventariante.*

     *Art. 17. Ficam transferidos para a Valec:*

     *I - sendo alocados em quadros de pessoal especiais, os contratos de trabalho dos empregados ativos da extinta RFFSA integrantes:*

     *a) do quadro de pessoal próprio, preservando-se a condição de ferroviário e os direitos assegurados pelas Leis nos 8.186, de 21 de maio de 1991, e 10.478, de 28 de junho de 2002; e*

     *b) do quadro de pessoal agregado, oriundo da Ferrovia Paulista S.A. - FEPASA;*

     *II - as ações judiciais relativas aos empregados a que se refere o inciso I do caput deste artigo em que a extinta RFFSA seja autora, ré, assistente, opoente ou terceira interessada;*

     *§ 1o A transferência de que trata o inciso I do caput deste artigo dar-se-á por sucessão trabalhista e não caracterizará rescisão contratual.*

     *§ 2o Os empregados transferidos na forma do disposto no inciso I do caput deste artigo terão seus valores remuneratórios inalterados no ato da sucessão e seu desenvolvimento na carreira observará o estabelecido nos respectivos planos de cargos e salários, não se comunicando, em qualquer hipótese, com o plano de cargos e salários da Valec.*

     *§ 3o Em caso de demissão, dispensa, aposentadoria ou falecimento do empregado, fica extinto o emprego por ele ocupado.*

     *§ 4o Os empregados de que trata o inciso I do caput deste artigo, excetuados aqueles que se encontram cedidos para outros órgãos ou entidades da administração pública, ficarão à disposição da Inventariança, enquanto necessários para a realização dos trabalhos ou até que o inventariante decida pelo seu retorno à Valec.*

     *§ 5o Os empregados de que trata o inciso I do caput deste artigo poderão ser cedidos para prestar serviço na Advocacia-Geral da União, no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no Ministério dos Transportes, inclusive no DNIT, na Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e na Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, e no IPHAN, independentemente de designação para o exercício de cargo comissionado, sem ônus para o cessionário, desde que seja para o exercício das atividades que foram transferidas para aqueles órgãos e entidades por esta Lei, ouvido previamente o inventariante.*

     *§ 6o Os advogados ou escritórios de advocacia que representavam judicialmente a extinta RFFSA nas ações a que se refere o inciso II do caput deste artigo deverão, imediatamente, sob pena de responsabilização pessoal pelos eventuais prejuízos causados:*

     *I - peticionar em juízo, comunicando a extinção da RFFSA e a transferência dos contratos de trabalho para a Valec, requerendo que todas as citações e intimações passem a ser dirigidas a esta empresa; e*

     *II - repassar à Valec as respectivas informações e documentos sobre as ações de que trata  o inciso II do caput deste artigo.*

     *Art. 27. A partir do momento em que não houver mais integrantes no quadro de pessoal especial de que trata a alínea a do inciso I do caput do art. 17 desta Lei, em virtude de desligamento por demissão, dispensa, aposentadoria ou falecimento do último empregado ativo oriundo da extinta RFFSA, os valores previstos no respectivo plano de cargos e salários passarão a ser reajustados pelos mesmos índices e com a mesma periodicidade que os benefícios do Regime Geral da Previdência Social – RGPS, continuando a servir de referência para a paridade de remuneração prevista na legislação citada nos incisos I e II do caput do art. 118 da Lei no 10.233, de 5 de junho de 2001.*

     *Art. 28. Fica a União autorizada a renegociar, notificar e inscrever em dívida ativa da União dívidas e saldos devedores decorrentes de contratos de transferência de domínio e de débitos dos demais contratos firmados pela extinta RFFSA que tenham por objeto bens imóveis operacionais e não operacionais.***(Redação dada pela Lei nº 13.465, de 2017)**

     *§ 1o Os critérios e condições de renegociação de que trata o caput serão fixados em ato do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, observados os seguintes parâmetros:***(Incluído pela Lei nº 12.348, de 2010)**

     *I - parcelamento em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais;***(Incluído pela Lei nº 12.348, de 2010)**

     *II - concessão de desconto entre 20% (vinte por cento) e 60% (sessenta por cento) do valor do débito consolidado no parcelamento, na proporção inversa à do valor do débito; e***(Incluído pela Lei nº 12.348, de 2010)**

     *III - aplicação de descontos entre 25% (vinte e cinco por cento) e 65% (sessenta e cinco por cento) do valor do débito consolidado para liquidação à vista, na proporção inversa à do valor do débito.***(Incluído pela Lei nº 12.348, de 2010)**

     *§ 2o Para os fins deste artigo, considera-se débito consolidado o somatório da dívida e do saldo devedor decorrente de contrato de transferência de domínio ou de posse, ou o valor correspondente ao total da dívida decorrente dos demais contratos firmados pela extinta RFFSA que tenham por objeto bens imóveis operacionais e não operacionais.***(Redação dada pela Lei nº 13.456, de 2017)**

     *.”* [↑](#footnote-ref-404)
404. O Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, revogou o Decreto nº 9.360, de 2.018, **com exceção do seu art. 4º que altera este Decreto nº 6.018, de 2007**. [↑](#footnote-ref-405)
405. O Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, revogou o Decreto nº 9.360, de 2.018, **com exceção do seu art. 4º que altera este Decreto nº 6.018, de 2007**. [↑](#footnote-ref-406)
406. O Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, revogou o Decreto nº 9.360, de 2.018, **com exceção do seu art. 4º que altera este Decreto nº 6.018, de 2007**. [↑](#footnote-ref-407)
407. O Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, revogou o Decreto nº 9.360, de 2.018, **com exceção do seu art. 4º que altera este Decreto nº 6.018, de 2007**. [↑](#footnote-ref-408)
408. O Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, revogou o Decreto nº 9.360, de 2.018, **com exceção do seu art. 4º que altera este Decreto nº 6.018, de 2007**. [↑](#footnote-ref-409)
409. V. o art. 4º da Lei nº 8.897, de 27.6.1994, que “*Dispõe sobre a renegociação das dívidas remanescentes das entidades extintas por força da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.*

     *“Art. 4º A contratação de advogados e especialistas visando à defesa, judicial e extrajudicial, de interesse da União, no exterior, será realizada mediante prévia autorização do Presidente da República.*

     *§ 1º A contratação a que se refere este artigo poderá ser efetivada à vista de notória capacidade técnica ou científica do profissional, mediante análise do curriculum vitae.*

     *§ 2º O contrato terá prazo de até quarenta e oito meses, prorrogáveis, desde que justificada a continuidade da prestação do serviço, enquanto perdurar o processo e a questão; a remuneração observará os valores de mercado, vigentes na praça da prestação dos serviços.*

     *§ 3º As relações contratuais e previdenciárias concernentes à contratação de que trata este artigo serão regidas pela legislação vigente no país em que a representação judicial for exercida.*

     *§ 4º O Ministério das Relações Exteriores manterá cadastro informativo, com o nome dos advogados e especialistas, suas áreas de conhecimento e sua habilitação legal no exterior, o qual será obrigatoriamente consultado para a contratação desses profissionais pela União, pelas entidades federais e pelas respectivas controladas, direta ou indiretamente.”* [↑](#footnote-ref-410)
410. Retificado no DOU de 20.1.2020, para incluir a assinatura de Marcelo Pacheco dos Guaranys. [↑](#footnote-ref-411)
411. Ver a Portaria AGU nº 72, de 2.3.2021 (DOU de 4.3.2021), que procedeu "*a permuta entre o cargo em comissão de Coordenador, código DAS 101.3, da Superintendência de Administração no Distrito Federal, e a função comissionada de Coordenador, código FCPE 101.3, da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, da Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, integrantes da Estrutura Regimental da Advocacia-Geral da União*." [↑](#footnote-ref-412)
412. Ver a Portaria AGU nº 72, de 2.3.2021 (DOU de 4.3.2021), que procedeu "*a permuta entre o cargo em comissão de Coordenador, código DAS 101.3, da Superintendência de Administração no Distrito Federal, e a função comissionada de Coordenador, código FCPE 101.3, da Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas, da Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, integrantes da Estrutura Regimental da Advocacia-Geral da União*." [↑](#footnote-ref-413)
413. V. Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, editado em substituição ao Decreto nº 4.176, de 28.3.2002. que “*Estabelece as normas e as diretrizes para elaboração, redação, alteração, consolidação e encaminhamento de propostas de atos normativos ao Presidente da República pelos Ministros de Estado*.” [↑](#footnote-ref-414)
414. Ver o Regulamento deste artigo - Decreto nº 6.593, de 2 de outubro de 2008. [↑](#footnote-ref-415)
415. Ver o disposto no art. 25 da Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009:

     “*Art. 25.  O servidor titular de cargo de provimento efetivo, regido pela Lei no 8.112, de 1990, pertencente aos quadros de pessoal de órgãos e entidades da Administração Pública Federal, enquanto estiver em exercício no âmbito do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS, perceberá as gratificações a que faria jus em virtude da titularidade de seu cargo efetivo, calculada com base nas regras aplicáveis, como se estivesse em efetivo exercício no respectivo órgão ou entidade de lotação.*

     *Parágrafo único.  A atuação do servidor no ambiente físico de funcionamento das unidades do SIASS não implica mudança de órgão ou entidade de lotação ou de exercício*. [↑](#footnote-ref-416)
416. Ver o Decreto nº 10.571, de 9.12.2020, que "...*estabelece as normas para a apresentação e a análise das declarações de bens e de conflitos de interesses de que tratam o § 5º do art. 13 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990*,...". [↑](#footnote-ref-417)
417. Ver a Instrução Normativa nº 2, de 12.9.2018, da Secretaria de Gestão do Ministério da Economia, publicada no DOU de 13.9.2018, e republicada no DOU de 21.9.2018, que “*Estabelece orientação, critérios e procedimentos gerais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - Sipec, quanto à jornada de trabalho de que trata o art. 19 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995 e pelo Decreto nº 1.867, de 17 de abril de 1996, que dispõem sobre o controle de frequência, a compatibilidade de horários na acumulação remunerada de cargos, empregos e funções, aplicáveis aos servidores públicos, em exercício nos órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional*.” [↑](#footnote-ref-418)
418. A Medida Provisória nº 431, de 2008, dava nova redação a este artigo para fixar em 36 (trinta e seis) meses o período do estágio probatório. Porém, a Lei nº 11.784, de 22.9.2008 (conversão da MP 431, de 2008), não confirmou referida alteração, voltando o texto a sua versão original. Todavia, a Emenda Constitucional nº 19, de 1998, já havia alterado o art. 41 de Constituição para estabelecer que "*São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público*.” [↑](#footnote-ref-419)
419. Eis o art. 169 da Lei nº **11.784, de 22.9.2008 (conversão da**Medida Provisória nº 431, de 2008):

     “Art. 169.  A Lei no 11.356, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 16-B:

     “*Art. 16-B.  O servidor titular de cargo de provimento efetivo, regido pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencente aos quadros de pessoal de órgãos e entidades da administração pública federal, poderá ser cedido para exercício nas unidades gestoras dos sistemas a que se refere o art. 15 desta Lei, independentemente do exercício de cargo em comissão ou função de confiança.*

     *§ 1o  Na hipótese de cessão sem exercício de cargo em comissão ou função de confiança, o servidor:*

     *I - fará jus à GSISTE, respeitados os quantitativos máximos previstos no Anexo VII desta Lei; e*

     *II - perceberá a gratificação de desempenho a que faria jus em virtude da titularidade de seu cargo efetivo calculada com base nas regras aplicáveis como se estivesse em efetivo exercício no respectivo órgão ou entidade de lotação.*

     *§ 2o  Ao servidor cedido para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança que deixe de fazer jus ao pagamento da gratificação de desempenho do seu respectivo plano ou carreira por força da cessão aplica-se o disposto no inciso II do § 1odeste artigo*.”

     Inteiro teor do art. 15 da Lei no 11.356, de 19.10.2006:

     *“Art. 15.  Fica instituída a Gratificação Temporária das Unidades Gestoras dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE, devida aos titulares de cargos de provimento efetivo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de l990, em efetivo exercício nas unidades gestoras centrais dos seguintes sistemas estruturados a partir do disposto no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, enquanto permanecerem nesta condição:*

     *I - de Planejamento e de Orçamento Federal;*

     *II - de Administração Financeira Federal;*

     *III - de Contabilidade Federal;*

     *IV - de Controle Interno do Poder Executivo Federal;*

     *V - de Informações Organizacionais do Governo Federal - SIORG;*

     *VI - de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA;*

     *VII - de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC;*

     *VIII - de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP; e*

     *IX - de Serviços Gerais - SISG.*

     *§ 1°  Satisfeitas as condições estabelecidas no caput deste artigo, a concessão da GSISTE observará o quantitativo máximo de servidores beneficiários desta gratificação, independentemente do número de servidores em exercício em cada unidade gestora, conforme disposto no Anexo VII desta Lei.*

     *§ 2º Respeitado o limite global estabelecido no Anexo VII desta Lei, poderá haver alteração dos quantitativos fixados por unidade organizacional, mediante ato do Ministro de Estado ao qual esteja vinculado cada sistema referido no caput deste artigo, desde que haja compensação numérica do que estabelece um inciso para o que estabelece outro inciso do caput deste artigo e não acarrete aumento de despesa.*

     *§ 3°  Os servidores que fizerem jus à GSISTE que cumprirem jornada de trabalho inferior a 40 (quarenta) horas semanais perceberão a gratificação proporcional à sua jornada de trabalho.”* [↑](#footnote-ref-420)
420. **Decreto no 3.644, de 30 de outubro de 2000, que “***Regulamenta o instituto da reversão de que trata o art. 25 da Lei n~~º~~ 8.112, de 11 de dezembro de 1990*.” [↑](#footnote-ref-421)
421. Ver a Lei Complementar nº 152, de 2015, que estabelece aposentadoria compulsória aos 75 anos: [↑](#footnote-ref-422)
422. Ver o **Decreto no 3.151, de 23 de agosto de 1999, que “***Disciplina a prática dos atos de extinção e de declaração de desnecessidade de cargos públicos, bem assim a dos atos de colocação em disponibilidade remunerada e de aproveitamento de servidores públicos em decorrência da extinção ou da reorganização de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional*.” [↑](#footnote-ref-423)
423. Ver o disposto no art. 27 da Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão daMedida Provisória nº 479, de 30.12.2009:

     “*Art. 27.  Os cargos efetivos vagos de níveis superior e intermediário, redistribuídos para os Quadros de Pessoal dos órgãos ou entidades da Administração Pública Federal para a recomposição da força de trabalho, poderão integrar os Planos Especiais de Cargos dos órgãos ou entidades para os quais tiverem sido redistribuídos, desde que observadas as seguintes condições:*

     *I - os cargos a que se refere o caput pertençam aos planos de cargos que deram origem ao Plano Especial de Cargos do órgão ou entidade para o qual foi feita a redistribuição;*

     *II - sejam mantidas as denominações, as atribuições e o nível de escolaridade dos cargos*.” [↑](#footnote-ref-424)
424. Ver o **Decreto no 3.151, de 23 de agosto de 1999, que “***Disciplina a prática dos atos de extinção e de declaração de desnecessidade de cargos públicos, bem assim a dos atos de colocação em disponibilidade remunerada e de aproveitamento de servidores públicos em decorrência da extinção ou da reorganização de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional*.” [↑](#footnote-ref-425)
425. Ver o**Decreto no 8.690, de 11 de março de 2016, que “***Dispõe sobre a gestão das consignações em folha de pagamento no âmbito do sistema de gestão de pessoas do Poder Executivo federal*.” [↑](#footnote-ref-426)
426. Este artigo 76-A foi regulamentado pelo Decreto nº 6.114,de 15.5.2007. Antes disso, a Medida Provisória nº 292, de 26.4.2006, rejeitada pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 45, de 28.8.2006, estabelecia que:

     *“Art. 12.  Até que seja regulamentado o disposto no art. 76-A da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, serão mantidos os procedimentos estabelecidos pelos Decretos-Leis nos 1.341, de 22 de agosto de 1974, 1.604, de 22 de fevereiro de 1978, e 1.746, de 27 de dezembro de 1979.”* [↑](#footnote-ref-427)
427. Ver o art. 2º da Lei no 9.525, de 3.12.1997, com a redação dada pela Medida provisória nº 2.225-45, de 4.9.2001:

     *"Art. 2o  Aplica-se aos Ministros de Estado o disposto nos arts. 77, 78 e 80 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, exceto quanto ao limite de parcelamento das férias, cabendo àquelas autoridades dar ciência prévia ao Presidente da República de cada período a ser utilizado."*  [↑](#footnote-ref-428)
428. Ver o art. 24 da Lei nº 12.269, de 21.6.2010 – conversão da Medida Provisória nº 479, de 30.12.2009:

     “*Art. 24.  Para fins de aplicação do disposto no § 3o do art. 83 da Lei no 8.112, de 11 dezembro de 1990, com a redação dada por esta Lei, será considerado como início do interstício a data da primeira licença por motivo de doença em pessoa da família concedida a partir de 29 de dezembro de 2009*.

     *Parágrafo único.  Sem prejuízo do disposto no caput, serão considerados como de efetivo exercício, para todos os fins, os períodos de gozo de licença a partir de 12 de dezembro de 1990 cuja duração máxima, em cada período de 12 (doze) meses a contar da data da primeira licença gozada, seja de até 30 (trinta) dias*. [↑](#footnote-ref-429)
429. Regulamentado pelo Decreto nº 9.991, de 2019**.** [↑](#footnote-ref-430)
430. **Regulamentado pelo Decreto n° 2.066, de 2.11.1996.** [↑](#footnote-ref-431)
431. Sobre requisição e cessão de servidores ver também disposições da Medida Provisória nº 440,de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.890, de 24.12.2008. [↑](#footnote-ref-432)
432. Ver o art. 323 da Medida Provisória nº 441, de 29.8.2008, convertida na Lei nº 11.907, de 2.2.2009,sobre cessão de servidores do SERPRO:

     *“Art. 323.  A cessão de servidores do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO para a administração federal direta, autárquica ou fundacional dar-se-á, exclusivamente, para o exercício do cargo em comissão, observado o disposto no § 1o do art. 93 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.*

     *Parágrafo único.  Os empregados do Serpro em exercício no Ministério da Fazenda em 12 de fevereiro de 2004 poderão, no interesse da Administração, permanecer à disposição daquele Ministério, com ônus para o cessionário, independentemente da ocupação de cargos em comissão, no exercício de atividades compatíveis com as atribuições dos respectivos empregos, salvo devolução do empregado à entidade de origem, rescisão ou extinção do contrato de trabalho, ou aposentadoria.. “* [↑](#footnote-ref-433)
433. Eis o art. 169 da Lei nº **11.784, de 22.9.2008 (conversão da** Medida Provisória nº 431, de 2008):

     “Art. 169.  A Lei no 11.356, de 19 de outubro de 2006, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 16-B:

     “*Art. 16-B.  O servidor titular de cargo de provimento efetivo, regido pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pertencente aos quadros de pessoal de órgãos e entidades da administração pública federal, poderá ser cedido para exercício nas unidades gestoras dos sistemas a que se refere o art. 15 desta Lei, independentemente do exercício de cargo em comissão ou função de confiança.*

     *§ 1o  Na hipótese de cessão sem exercício de cargo em comissão ou função de confiança, o servidor:*

     *I - fará jus à GSISTE, respeitados os quantitativos máximos previstos no Anexo VII desta Lei; e*

     *II - perceberá a gratificação de desempenho a que faria jus em virtude da titularidade de seu cargo efetivo calculada com base nas regras aplicáveis como se estivesse em efetivo exercício no respectivo órgão ou entidade de lotação.*

     *§ 2o  Ao servidor cedido para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança que deixe de fazer jus ao pagamento da gratificação de desempenho do seu respectivo plano ou carreira por força da cessão aplica-se o disposto no inciso II do § 1odeste artigo*.”

     Inteiro teor do art. 15 da Lei no 11.356, de 19.10.2006:

     *“Art. 15.  Fica instituída a Gratificação Temporária das Unidades Gestoras dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal - GSISTE, devida aos titulares de cargos de provimento efetivo, regidos pela Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de l990, em efetivo exercício nas unidades gestoras centrais dos seguintes sistemas estruturados a partir do disposto no Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, enquanto permanecerem nesta condição:*

     *I - de Planejamento e de Orçamento Federal;*

     *II - de Administração Financeira Federal;*

     *III - de Contabilidade Federal;*

     *IV - de Controle Interno do Poder Executivo Federal;*

     *V - de Informações Organizacionais do Governo Federal - SIORG;*

     *VI - de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA;*

     *VII - de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC;*

     *VIII - de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP; e*

     *IX - de Serviços Gerais - SISG.*

     *§ 1°  Satisfeitas as condições estabelecidas no caput deste artigo, a concessão da GSISTE observará o quantitativo máximo de servidores beneficiários desta gratificação, independentemente do número de servidores em exercício em cada unidade gestora, conforme disposto no Anexo VII desta Lei.*

     *§ 2º Respeitado o limite global estabelecido no Anexo VII desta Lei, poderá haver alteração dos quantitativos fixados por unidade organizacional, mediante ato do Ministro de Estado ao qual esteja vinculado cada sistema referido no caput deste artigo, desde que haja compensação numérica do que estabelece um inciso para o que estabelece outro inciso do caput deste artigo e não acarrete aumento de despesa.*

     *§ 3°  Os servidores que fizerem jus à GSISTE que cumprirem jornada de trabalho inferior a 40 (quarenta) horas semanais perceberão a gratificação proporcional à sua jornada de trabalho.”* [↑](#footnote-ref-434)
434. Este § 7º foi regulamentado pelo **Decreto nº 5.375 de 17.2.2005.** [↑](#footnote-ref-435)
435. Ver a Portaria nº 282, de 24 de julho de 2020, do Ministro da Economia, que "*Dispõe sobre a movimentação de servidores e empregados públicos federais para composição da força de trabalho de que trata o § 7º do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e institui o Comitê de Movimentação - CMOV, no âmbito do Ministério da Economia.*" [↑](#footnote-ref-436)
436. Ver o Decreto nº 1.387, de 7.2.1995, que “*Dispõe sobre o afastamento do País de servidores civis da Administração Pública Federal, e dá outras providências*.” Ver também o Decreto nº 9.991, de 2019. [↑](#footnote-ref-437)
437. Ver o Decreto nº 3.456, de 10.5. 2000*, que “Delega competência ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão para a prática do ato que menciona.”* [↑](#footnote-ref-438)
438. Ver o Decreto nº 9.991, de 2019. [↑](#footnote-ref-439)
439. Ver o Decreto nº 9.991, de 2019. [↑](#footnote-ref-440)
440. Ver o Decreto nº 9.991, de 2019. [↑](#footnote-ref-441)
441. Ver o Decreto nº 9.991, de 2019. [↑](#footnote-ref-442)
442. Ver o art. 20 da Lei n° 10.667, de 14 de maio de 2003:

     *“Art. 20. O período de afastamento do servidor para servir em organismo internacional, de que o Brasil participe ou com o qual coopere, mantido o vínculo com o regime próprio, será considerado para fins do interstício exigido para incorporação aos proventos de aposentadoria ou pensão de vantagem decorrente de gratificações por desempenho ou produtividade, no âmbito da Administração Pública Federal, considerando-se como pontuação do período de afastamento a que vier a ser obtida pelo servidor no primeiro processo de avaliação concluído após seu retorno ao exercício do cargo efetivo.”* [↑](#footnote-ref-443)
443. Ver a Lei Complementar nº 152, de 2015, que estabelece aposentadoria compulsória aos 75 anos: [↑](#footnote-ref-444)
444. Arts. 202 a 205 regulamentados pelo Decreto nº 7.003, de 9.11.2009. [↑](#footnote-ref-445)
445. Regulamentado pelo Decreto nº 6.856, de 25.5.2009. [↑](#footnote-ref-446)
446. Ver o Decreto nº 6.690, de 11.12.2008, que “*Institui o Programa de Prorrogação da Licença à Gestante e à Adotante, estabelece os critérios de adesão ao Programa e dá outras providências*”, em vista do disposto na Lei nº 11.770, de 9.9.2008. [↑](#footnote-ref-447)
447. Ver o Decreto nº 6.691, de 2008. [↑](#footnote-ref-448)
448. **MENSAGEM Nº 347, DE 10.4.2006**

     Ouvidos, o Ministério da Justiça e a Advocacia-Geral da União manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

     Inciso III do § 3o e § 4o do art. 230, alterados pelo art. 9o do projeto de lei de conversão:

     “Art. 230.

     § 3o.

      III - conceder, quando não adotada qualquer das opções previstas nos incisos I e II deste parágrafo, ressarcimento parcial do valor despendido pelo servidor, ativo ou inativo, e seus dependentes ou pensionistas com plano ou seguro privado de assistência à saúde.

     Razões dos vetos

     “A redação do inciso III do art. 3o não deixa claro se a opção é do servidor ou da Administração, podendo ensejar sérias dúvidas quanto à sua aplicabilidade. ...” [↑](#footnote-ref-449)
449. # **MENSAGEM Nº 347, DE 10.4.2006**

     Ouvidos, o Ministério da Justiça e a Advocacia-Geral da União manifestaram-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

     Inciso III do § 3o e § 4o do art. 230, alterados pelo art. 9o do projeto de lei de conversão:

     “Art. 230.

     § 4o  O órgão central do Sistema de Pessoal Civil fixará anualmente, no âmbito do Poder Executivo, mediante portaria, o valor básico mensal do ressarcimento por beneficiário a que se refere o caput deste artigo, de acordo com a dotação específica consignada no Orçamento da União, com o número total de beneficiários e com a remuneração dos servidores.

     .” (NR)

     Razões dos vetos

     “.... Já o § 4o institui razão entre o valor do ressarcimento e o salário do servidor, não esclarecendo se a proporcionalidade é direta ou indireta. Ademais, tratam-se de dispositivos de caráter regulamentar, o que torna adequado o seu veto, uma vez que na nova redação do caput do art. 230 da  Lei no 8.112, de 1990, constante do projeto de lei de conversão, já há a previsão expressa de que o Poder Executivo deverá regulamentar todas as possibilidades de assistência à saúde do servidor ali previstas.” [↑](#footnote-ref-450)
450. V. Decreto nº 7.862, de 8.12.2012, que “Delega competência aos Ministros de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Defesa para disciplinar o recadastramento dos aposentados e dos pensionistas da União que recebem recursos à conta do Tesouro Nacional constantes do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, dos militares inativos e pensionistas das Forças Armadas, e dos anistiados políticos, civis e militares, e seus dependentes, de que trata a Lei no 10.559, de 13 de novembro de 2002.” [↑](#footnote-ref-451)
451. Segundo a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”:

     *“Art. 103-A.  O direito da Previdência Social de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os seus beneficiários* ***decai em dez anos****, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé*. **(Incluído pela Lei nº 10.839, de 2004)**

     *§ 1o No caso de efeitos patrimoniais contínuos, o prazo decadencial contar-se-á da percepção do primeiro pagamento*. **(Incluído pela Lei nº 10.839, de 2004)**

     *§ 2o Considera-se exercício do direito de anular qualquer medida de autoridade administrativa que importe impugnação à validade do ato*.” **(Incluído pela Lei nº 10.839, de 2004)** [↑](#footnote-ref-452)
452. V. ADI nº 4.582.

     **Decisão Plenária da Liminar**

     O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, deferiu a medida cautelar. Votou o Presidente, Ministro Cezar Peluso.

     Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Falou pelo requerente o Dr. Nei Fernando Marques Brum, Procurador do Estado.

     - Plenário, 28.09.2011.

     - Acórdão, DJ 09.02.2012.

     **Ementa**

     PROVENTOS - SERVIDORES ESTADUAIS - REVISÃO. Surge relevante pedido de concessão de medida acauteladora no que ato emanado da União veio a disciplinar a forma de manutenção do poder aquisitivo de proventos e pensões alusivos a servidor do Estado.” [↑](#footnote-ref-453)
453. V. o Decreto nº 4.187, de 8.4.2001, que regulamentou este artigo. [↑](#footnote-ref-454)
454. V. o Decreto nº 4.187, de 8.4.2001, que regulamentou este artigo. [↑](#footnote-ref-455)
455. # ***RESOLUÇÃO Nº 52, DE 2005.***

     *Suspende parcialmente, sem redução de texto, a execução do art. 11 da Medida Provisória Federal nº 2.225-45, de 4 de junho de 2001.*

     *O Senado Federal resolve:*

     *Art. 1º É parcialmente suspensa, sem redução de texto, a execução do art. 11 da Medida Provisória Federal nº 2.225-45, de 4 de junho de 2001, ficando excluído do seu alcance as hipóteses em que o servidor se recuse, explícita ou tacitamente, a aceitar o parcelamento previsto no dispositivo, em virtude de declaração de inconstitucionalidade em decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 401.436-0 - Goiás.*

     *Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.*

     *Senado Federal, em 13 de julho de 2005*

     *Senador RENAN CALHEIROS*

     *Presidente do Senado Federal* [↑](#footnote-ref-456)
456. V. o Decreto nº 1.867, de 1996:

     “Art. 2º O controle de assiduidade do servidor estudante far-se-á mediante folha de ponto e os horários de entrada e saída não estão, obrigatoriamente, sujeitos ao horário de funcionamento do órgão ou entidade, a que se refere o art. 5° do Decreto n° 1.590, de 10 de agosto de 1995. ” [↑](#footnote-ref-457)
457. Ver A Instrução Normativa nº 65, de 30.7.2020, do Secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal do Ministério da Economia, que "*Estabelece orientações, critérios e procedimentos gerais a serem observados pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC relativos à implementação de Programa de Gestão."*  Teletrabalho. Trabalho remoto. [↑](#footnote-ref-458)
458. Ver a respeito o art. 14 da Lei nº 8.460, de 17.9.1992:

     *“Art. 14. Os dirigentes dos órgãos do Poder Executivo deverão destinar, no mínimo, 50% (cinqüenta por cento) dos cargos de Direção e Assessoramento Superior de níveis DAS-1, DAS-2 e DAS-3 a ocupantes de cargo efetivo lotados e em exercício nos respectivos órgãos.”*

     E o art. 12 da Lei nº 9.028, de 1993:

     *“Art. 12. O disposto no art. 14 da Lei no 8.460, de 17 de dezembro de 1992, não se aplica à escolha dos ocupantes dos cargos em comissão da AGU, até que tenha sido organizado seu quadro de cargos efetivos e regularmente investidos os titulares de sessenta por cento destes.”* [↑](#footnote-ref-459)
459. Ver a Resolução nº 10, de 29.9.2008, da Comissão de Ética Pública, que “Estabelece as normas de funcionamento e de rito processual para as Comissões de Ética instituídas pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, e disciplinadas pelo Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007. (D.O.U. de 10.10.2008). [↑](#footnote-ref-460)
460. Eis as disposições da Lei nº 11.779, de 2008:

     “*Art. 1o É instituído o Programa Empresa Cidadã, destinado a prorrogar:* **(Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)**

     *I - por 60 (sessenta) dias a duração da licença-maternidade prevista no inciso XVIII do caput do art. 7º da Constituição Federal;* **(Incluído dada pela Lei nº 13.257, de 2016)**

     *II - por 15 (quinze) dias a duração da licença-paternidade, nos termos desta Lei, além dos 5 (cinco) dias estabelecidos no § 1o do art. 10 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* **(Incluído dada pela Lei nº 13.257, de 2016)**

     § 1o*A prorrogação de que trata este artigo:***(Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)**

     *I - será garantida à empregada da pessoa jurídica que aderir ao Programa, desde que a empregada a requeira até o final do primeiro mês após o parto, e será concedida imediatamente após a fruição da licença-maternidade de que trata o inciso XVIII do caput do art. 7º da Constituição Federal;***(Incluído dada pela Lei nº 13.257, de 2016)**

     *II - será garantida ao empregado da pessoa jurídica que aderir ao Programa, desde que o empregado a requeira no prazo de 2 (dois) dias úteis após o parto e comprove participação em programa ou atividade de orientação sobre paternidade responsável.***(Incluído dada pela Lei nº 13.257, de 2016)**

     *§ 2o A prorrogação será garantida, na mesma proporção, à empregada e ao empregado que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança.***(Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)**

     *Art. 2o  É a administração pública, direta, indireta e fundacional, autorizada a instituir programa que garanta prorrogação da licença-maternidade para suas servidoras, nos termos do que prevê o art. 1o desta Lei.* [↑](#footnote-ref-461)
461. Ver a Portaria nº 190, de 5.9.2019, do Secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, publicada no D.O.U. de 6.9.2019, que “*Institui a avaliação por junta oficial com a utilização do recurso de videoconferência*.” [↑](#footnote-ref-462)
462. Ver a Portaria nº 357, de 2.9.2019, do Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, que “*Estabelece as regras e os procedimentos a serem observados pelos órgãos e entidades da administração pública federal, direta e indireta, como cedente ou cessionária, quando da cessão ou requisição de servidores públicos efetivos, empregados públicos e empregados de empresas estatais, respeitadas as regras especiais constantes de lei ou de decreto nos pontos em que forem incompatíveis.*” [↑](#footnote-ref-463)
463. Ver a Portaria Conjunta nº 358, de 2.9.2019, do Secretário Especial de Fazenda e do Secretário Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, que “*Regulamenta os limites de reembolso com cessões, requisições e movimentações para compor força de trabalho no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta.*” [↑](#footnote-ref-464)
464. As alterações inseridas pelo Decreto nº 10.420, de 7.7.2020, entram em vigor em 15 de julho de 2020, conforme o art. 3º do referido Decreto. [↑](#footnote-ref-465)
465. Esta alteração entra em vigor em 9 de junho de 2020, conforme o art. 17 do Decreto nº 10.382, de 28.5.2020. [↑](#footnote-ref-466)
466. Esta alteração entra em vigor em 9 de junho de 2020, conforme o art. 17 do Decreto nº 10.382, de 28.5.2020. [↑](#footnote-ref-467)
467. Esta alteração entra em vigor em 9 de junho de 2020, conforme o art. 17 do Decreto nº 10.382, de 28.5.2020. [↑](#footnote-ref-468)
468. Esta alteração entra em vigor em 9 de junho de 2020, conforme o art. 17 do Decreto nº 10.382, de 28.5.2020. [↑](#footnote-ref-469)
469. Esta alteração entra em vigor em 9 de junho de 2020, conforme o art. 17 do Decreto nº 10.382, de 28.5.2020. [↑](#footnote-ref-470)
470. Ver a Instrução Normativa nº 2, de 27.8.2019, do Ministro de Estado da Economia, que “*Dispõe sobre critérios e procedimentos gerais para autorização de concursos públicos e de provimento de cargos públicos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.*” [↑](#footnote-ref-471)
471. Esta alteração entra em vigor em 9 de junho de 2020, conforme o art. 17 do Decreto nº 10.382, de 28.5.2020. [↑](#footnote-ref-472)
472. Esta alteração entra em vigor em 9 de junho de 2020, conforme o art. 17 do Decreto nº 10.382, de 28.5.2020. [↑](#footnote-ref-473)
473. Esta alteração entra em vigor em 9 de junho de 2020, conforme o art. 17 do Decreto nº 10.382, de 28.5.2020. [↑](#footnote-ref-474)
474. Esta alteração entra em vigor em 9 de junho de 2020, conforme o art. 17 do Decreto nº 10.382, de 28.5.2020. [↑](#footnote-ref-475)
475. Ver a Instrução Normativa nº 2, de 27.8.2019, do Ministro de Estado da Economia, que “*Dispõe sobre critérios e procedimentos gerais para autorização de concursos públicos e de provimento de cargos públicos, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.*” [↑](#footnote-ref-476)
476. O Decreto nº 10.486, de 11.9.2020, que altera este Decreto nº 9794, de 2019, entrou em vigor em 26.10.2020, conforme seu art. 3º. [↑](#footnote-ref-477)
477. V.*PORTARIA Nº 455, DE 22 DE SETEMBRO DE 2020*

     *Subdelega competência para nomeação, designação, dispensa e exoneração de cargos comissionados e funções de confiança do nível equivalente a 4 do Grupo Direção e Assessoramento Superiores.*

     ***O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA CASA CIVIL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA****, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no art. 4º,* ***caput****, inciso V, do Decreto n° 9.794, de 14 de maio de 2019, e no art. 12 da Lei n° 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:*

     *Art. 1º Fica subdelegada aos Ministros de Estado indicados no art. 20 da Lei nº 13.844, de 18 de julho de 2019, a competência para nomear e exonerar os ocupantes de cargos em comissão e designar e dispensar os ocupantes de funções de confiança, alocados nos respectivos ministérios, autarquias e fundações vinculadas, quando se tratar de cargo ou função de nível equivalente a 4 do Grupo Direção e Assessoramento Superiores.*

     *Parágrafo único. A subdelegação de que trata o* ***caput*** *não afasta a possibilidade de o ato ser realizado pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, observado o § 4º do art. 4º do Decreto nº 9.794, de 14 de maio de 2019.*

     *Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 26 de outubro de 2020.***(Mesma data de vigência das alterações inseridas no Decreto nº 9.794, de 2019, pelo Decreto nº 10.486, de 11 de setembro de 2020)**

     WALTER SOUZA BRAGA NETTO [↑](#footnote-ref-478)
478. Ver aInstrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME Nº 21, de 1º de fevereiro de 2021, do Secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia e do Presidente da Fundação Escola de Administração Pública (ENAP), que “*Estabelece orientações aos órgãos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto aos prazos, condições, critérios e procedimentos para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP de que trata o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019.”* [↑](#footnote-ref-479)
479. Ver a Instrução Normativa SGP-ENAP/SEDGG/ME Nº 21, de 1º de fevereiro de 2021, do Secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia e do Presidente da Fundação Escola de Administração Pública (ENAP), que “*Estabelece orientações aos órgãos do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal - SIPEC, quanto aos prazos, condições, critérios e procedimentos para a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas - PNDP de que trata o Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019.”* [↑](#footnote-ref-480)
480. Ver o art. 2º do Decreto nº 10.506, de 2.10.2020, segundo o qual:

     "*Art. 2º Fica dispensada a entrega do PDP no ano de 2020 e a sua observância para o exercício de 2021 aos órgãos e às entidades que não o entregaram ao órgão central do SIPEC até a data de publicação deste Decreto*." [↑](#footnote-ref-481)
481. Ver o art. 2º do Decreto nº 10.506, de 2.10.2020, segundo o qual:

     "*Art. 2º Fica dispensada a entrega do PDP no ano de 2020 e a sua observância para o exercício de 2021 aos órgãos e às entidades que não o entregaram ao órgão central do SIPEC até a data de publicação deste Decreto*." [↑](#footnote-ref-482)
482. Ver a Instrução Normativa nº 60, de 23 de julho de 2020, do Secretário de Gestão e Desempenho de Pessoal da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, que "*Estabelece orientações aos órgãos e entidades do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal -SIPEC, quanto às medidas relacionadas aos afastamentos, em andamento, para ação de desenvolvimento de pessoas de que trata o art. 18 do Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, durante a emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do COVID- 19*." [↑](#footnote-ref-483)